

**XI CIER**  
2016

**SMART AND INCLUSIVE  
DEVELOPMENT  
IN RURAL AREAS**

IBERIAN CONFERENCE ON RURAL STUDIES

XICIER2016.UTAD.PT

13-15 OCTOBER  
UTAD VILA REAL PORTUGAL

**BOOK OF PROCEEDINGS**

**Title | Título**

Smart and Inclusive Development in Rural Areas  
Book of proceedings of the 11<sup>th</sup> Iberian Conference on Rural Studies

**Editors | Organizadores**

Lívia Madureira, Pedro Gabriel Silva, Octávio Sacramento, Ana Marta-Costa, Timothy Koehnen

**Publisher and Copyright | Produção e Propriedade Intelectual**

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)

Vila Real

ISBN: 978-989-704-222-5

© 2016

Supported by European Structural and Investment Funds in the FEDER component, through the Operational Competitiveness and Internationalization Programme (COMPETE 2020) [Project No. 006971 (UID/SOC/04011)]; and national funds, through the FCT – Portuguese Foundation for Science and Technology under the project UID/SOC/04011/2013.



## Organisation | Organização

---

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)  
Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD)  
Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER)  
Asociación Española de Economía Agraria (AEEA)  
Rede de Estudos Rurais (RER, Brasil)  
Asociación de Geógrafos Españoles (AGE)  
Sociedad Española de Historia Agraria (SEHA)  
Federación Española de Sociología (FES)  
Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)



## Partners | Parceiros

---

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)  
Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD)  
Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER)  
Asociación Española de Economía Agraria (AEEA)  
Rede de Estudos Rurais (RER, Brasil)  
Asociación de Geógrafos Españoles (AGE)  
Sociedad Española de Historia Agraria (SEHA)  
Federación Española de Sociología (FES)  
Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)



## Sponsors | Patrocinadores

---

Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD)

Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS Vila Real) | Cáritas Diocesana de Vila Real

Crédito Agrícola (CA)

Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG)

Espaço Porto Cruz. Centro Multimédia

Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Parlamento Europeu - Gabinete de Informação em Portugal

Teatro de Vila Real

## Committees | Comissões

---

### **Organising Committee | Comissão Organizadora**

#### ***Chairs | Presidência***

Elisabete Figueiredo (SPER)

Lívia Madureira (UTAD, CETRAD)

Raúl Compés (AEEA)

#### ***Local committee | Organização local***

Alberto Baptista (UTAD, CETRAD)

Ana Alexandra Marta-Costa (UTAD, CETRAD)

Artur Cristóvão (UTAD, CETRAD)

Carlos Fonseca (UTAD, CETRAD)

Francisco Diniz (UTAD, CETRAD)

Manuel Luís Tibério (UTAD, CETRAD)

Octávio Sacramento (UTAD, CETRAD)

Pedro Gabriel Silva (UTAD, CETRAD)

Timothy Koehnen (UTAD, CETRAD)

#### ***Partners of the organisation | Parceiros da organização***

Almudena Gómez Ramos (UVA, Palencia)

Dulce Freire (ICS-ULisboa)

Isabel Rodrigo (ISA-ULisboa)

Luis Camarero Rioja (UNED, Madrid)

Luís Moreno (IGOT-ULisboa)

Margarita Brugarolas Molla-Bauza (UMH, Orihuela)

Tomas García Azcárate (CSIC, Madrid)

#### ***Secretariat | Secretariado***

Manuela Mourão

Susana Campos

Tiago Mucha

## Reviewer's Panel | Painei de Revisores

Anabela Dinis (Universidade da Beira Interior)  
Angel Calle (Universidad de Córdoba)  
António Covas (Universidade do Algarve)  
Artur Cristóvão (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Artur da Rosa Pires (Universidade de Aveiro)  
Carlos Eduardo Vian (Universidade de São Paulo)  
Carlos Fonseca (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Cátia Grisa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)  
Cecilia Diaz (Universidad de Oviedo)  
Christopher Gerry (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Dalva Mota (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa)  
Dionisio Ortiz (Universitat Politècnica de València)  
Dulce Freire (Universidade de Lisboa)  
Eduardo Anselmo Castro (Universidade de Aveiro)  
Eladio Arnalte (Universidad Politècnica de Valencia)  
Elisa Botella (Universidad de Salamanca)  
Elisabete Figueiredo (Universidade de Aveiro)  
Elisabeth Kastenzholz (Universidade de Aveiro)  
Emiliana Silva (Universidade dos Açores)  
Eva Fernandez (Universidad Carlos III de Madrid)  
Fernando Collantes (Universidad de Zaragoza)  
Francisco Diniz (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Ignacio Díaz-Maroto (Universidad Santiago de Compostela)  
Iñaki Iriarte (Universidad de Zaragoza)  
Isabel Dinis (Escola Superior Agrária de Coimbra)  
Jalcione Almeida (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)  
Javier Esparcia (Universidad de Valencia)  
Jesus Oliva (Universidad Pública de Navarra)  
João Ferrão (ICS, Universidade de Lisboa)  
Jordi Rossell (Universitat Autònoma de Barcelona)  
José António Perez Rubio (ACISE, Universidad de Extremadura por Asociación de Ciencias Sociales de Extremadura)  
José Castro Caldas (CES, Universidade de Coimbra)  
Josefa Saete Barbosa Cavalcanti (Universidade Federal de Pernambuco)  
Juan S. Castillo (Universidad Castilla-La Mancha)  
Livia Madureira (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Lola Dominguez (Universidade de Vigo)  
Luis German Zubero (Universidad de Zaragoza)  
Luis Perez (CITA-Centro de Investigación y Tecnología Agroalimentaria de Aragón)  
Luís Silva (CRIA/FCSH, Universidade Nova de Lisboa)  
Madga Aguiar Fontes (FMV, Universidade de Lisboa)  
Manuel Luís Tibério (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Maria Conceição Rego (Universidade de Évora)

Maria João Canadas (ISA, Universidade de Lisboa)  
Marilda Aparecida Meneses (Universidade Federal do ABC)  
Octávio Sacramento (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Orlando Rodrigues (Escola Superior Agrária de Bragança)  
Otavio Balsadi (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa)  
Pedro Gabriel Silva (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Pedro Hespanha (CES, Universidade de Coimbra)  
Pedro Reis (INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária)  
Ramonildes Gomes (Universidade Federal de Campina Grande)  
Renato Miguel do Carmo (CIES/Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL)  
Rosario Sampedro (Universidade de Valladolid)  
Saudade Baltazar (Universidade de Évora)  
Timothy Koehnen (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)  
Vicent A. Querol (Universidade de Jaume I)  
Xerardo Pereiro (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)



## Index | Índice

<b>Organisation   Organização .....</b>	<b>1</b>
<b>Partners   Parceiros .....</b>	<b>2</b>
<b>Sponsors   Patrocinadores.....</b>	<b>3</b>
<b>Committees   Comissões .....</b>	<b>4</b>
<b>Index   Índice .....</b>	<b>7</b>
<b>Introduction   Introdução.....</b>	<b>14</b>
<b>Sustainable agriculture, environment, climate change and public goods   Agricultura sustentável, meio ambiente, alterações climáticas e bens públicos .....</b>	<b>16</b>
A interação rural-urbana e sustentabilidade na geografia agrária: as indicações geográficas no Brasil.....	17
A questão dos resíduos sólidos no meio rural – estudo de caso no Assentamento Estrela da Ilha – Ilha Solteira – São Paulo – Brasil.....	22
Análise da sustentabilidade agrícola na produção familiar: o caso dos produtores de hortifrutigranjeiros da associação ECOVÁRZEA – Paraíba, Brasil.....	28
Assentamentos da microrregião Campanha Ocidental/Campanha Gaúcha/ Rio Grande do Sul.....	36
Assentamentos rurais e a experiência do arroz ecológico no Rio Grande do Sul.....	42
Controle gerencial da produtividade leiteira: uma análise sobre as perspectivas dos produtores rurais .....	48
Coste-effectividad de las medidas de mitigación de gases efecto invernadero en la agricultura de los Andes: una perspectiva económica y medioambiental .....	54
Determinantes da adoção do controle biológico da <i>Diaphorina citri</i> e disposição a pagar dos citricultores do estado de São Paulo .....	60
Smallholder farms as a strategy to reach the production/conservation equilibrium under a land sharing frame: a Galiza (NW Spain) case study.....	66
Rural production towards sustainable development in Extremadura .....	72
Potencial da bioeletricidade no Brasil: uso da biomassa da cana-de-açúcar como energia alternativa e complementar .....	78
Quantificação dos estoques de carbono do solo em áreas florestais como referencial para a política de pagamento por serviços ecossistêmicos .....	84
Sistemas agroflorestais e cultura camponesa: um caminho para agricultura sustentável.....	90

The cultural landscape of the mediterranean diet as tool for the valorization of inner areas: from a theoretical formulation to an operational model ..... 96

**Food, consumption and food security | Alimentação, consumo e segurança alimentar ..... 103**

A comida como categoria de pensamento simbólico no cotidiano de famílias rurais em Minas Gerais – Brasil ..... 104

A fronteira entre o mercado (in)formal de produtos da agricultura familiar no sul de Santa Catarina – Brasil ..... 110

A via campesina em busca da soberania alimentar, perspectivas e desafios ..... 116

Análisis dinámico bianual del posicionamiento BCG en el periodo 2012-2014 de las empresas top 20 de distribución con base alimentaria en España..... 122

Circuitos da produção orgânica na região da Grande Florianópolis ..... 131

Desenvolvimento de estratégias para ampliação da inserção sócio econômica de assentados do município de Pombal-PB através de uma incubadora ..... 137

El etnocentrismo y su influencia en los hábitos de consumo de alimentos tradicionales ..... 143

Food, social capital and relational capital ..... 150

La “alimentación” en de-construcción: experiencia del Programa Ecocomedores Escolares (Canarias) ..... 156

Medición de acceso de los alimentos en comunidades indígenas de la Sierra Tarahumara - México, usando los meses de aprovisionamiento adecuado de alimentos en el hogar (MAHFP) ..... 162

Tipos de consumidores de verduras y frutas ecológicas ..... 168

Valores y actitudes frente al medio ambiente en los consumidores españoles de verduras y frutas ecológicas ..... 174

Vulnerabilidade quanto à insegurança alimentar no Brasil - uma análise sob a ótica das linhas de pobreza. 180

**Protected areas, conservation policies, property rights and social conflicts | Áreas protegidas, políticas de conservação, direitos de propriedade e conflitos sociais ..... 186**

A questão agrária brasileira e suas implicações na pesca artesanal: os conflitos e a luta pelos territórios pesqueiros..... 187

Amazônia “multifuncional”: política ambiental, conflito de uso da terra e exclusão social no Oeste do Pará (Brasil) ..... 194

Análisis de influencia de variables de satisfacción de visitantes de espacios naturales protegidos mediante la metodología AID. Caso del Parque Nacional de Aigüestortes, en España ..... 200

Análisis de las infraestructuras de uso público de los espacios naturales de Castilla y Leon ..... 210

Áreas protegidas e gestão de proximidade: uma reflexão centrada no Parque Natural da Serra da Estrela 215

Desafios e potencialidades das unidades de conservação de uso sustentável no bioma amazônico: panorama de duas áreas protegidas ..... 222

Espacios protegidos y desarrollo territorial: conflicto versus consenso ..... 228

Estrategias locales de ordenación del pastoreo como respuesta a la presión de otros usos del territorio. 235

Evolución a nivel mundial de las áreas naturales protegidas (ANP): vinculación de las comunidades locales en el manejo y gestión de sus recursos ..... 242

Gaiolas para peixes, cercas para pescadores. Os impactos da expansão da aquicultura em grande escala na Ilha dos Pescadores, Petrolândia – PE, Brasil..... 248

Identificação do uso e ocupação da terra no Assentamento Itamarati, município de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul ..... 255

Institucionalidades nas políticas governamentais de desenvolvimento para o território Baixo Amazonas, Amazônia brasileira .....	260
Manejo sostenible de los recursos naturales y la biodiversidad: función de las zonas de amortiguamiento de las Áreas Naturales Protegidas (ANP) .....	266
O sistema nacional de unidades de conservação e suas contribuições para o aprimoramento dos espaços especialmente protegidos no Brasil.....	271
Preferencias en el uso recreativo del Parque Natural de los Calares del Mundo y de la Sima (España) según la edad de los visitantes .....	277
Territorialização e práticas de resistência: uma etnografia sobre famílias rurais desapropriadas pelas obras de transposição do rio São Francisco, no Nordeste brasileiro .....	283
Gestión de la calidad y la satisfacción de usuarios en los Espacios Naturales Protegidos. Enfoque en base a sus instrumentos de valoración.....	289
<b>The multiple faces of work and its role as an enhancer or a threat to rural territories social cohesion   As múltiplas faces do trabalho e o seu papel de reforço ou ameaça à coesão social nos territórios rurais .....</b>	<b>298</b>
Agribusiness roughness in the Cerrado of Piauí, Brazil: the Uruçuí case.....	299
Determinantes do trabalho infantil nos territórios rural e urbano do Estado de Minas Gerais (Brasil) em 2010.....	305
Dinâmica rural-urbana da área conurbada de Florianópolis .....	312
Movimentos sociais do campo X agronegócio no extremo sul da Bahia: conflitos e contradições.....	318
Política de reforma agrária e a reproletarização de trabalhadores rurais assentados na região de Ribeirão Preto, Brasil .....	324
Trabalho e emprego na agricultura brasileira: um olhar para o período 2004-2014 .....	330
Trabalho, modos de vida e processos identitários na Serra do Açor, Portugal.....	337
<b>Value chains, globalisation trends, and smart specialisation   Cadeias de valor, dinâmicas globais e especialização inteligente.....</b>	<b>343</b>
Comercio de proximidad, CCC, canales locales y su implicación diferencial en la cadena de valor de la pera de la Horta de Lleida.....	344
Concentração da indústria de sementes de soja no Brasil.....	355
A demanda brasileira por bacalhau seco e salgado – de 1989 a 2014 .....	361
Los países ibéricos en los mercados internacionales de aceite de oliva.....	367
Producción de carne de vacuno de la Raza Tudanca en Cantabria bajo un sistema alternativo de cebo: perspectivas de productores y consumidores.....	373
Produtividade e eficiência das explorações leiteiras micaelenses.....	381
Progreso competitivo y eficiencia colectiva: el aporte de los grupos de productores a la sustentabilidad de la cadena de valor ovina.....	388
Relevance of alliances activities for new product development: the case of european agri-food firms.....	394
Suinicultura extensiva ou intensiva? Um desafio para a zootecnia em Portugal.....	400
<b>Social capital, resilience, governance and networks   Capital social, resiliência, governança e redes.....</b>	<b>406</b>
Innovación y participación. Análisis de una iniciativa de secuestro de carbono en el sector vitivinícola a través de la técnica de los grupos focales.....	407
A vida social dos marcos: espaço, sociabilidade e conflito numa aldeia da Beira Baixa (Portugal).....	413

Ação coletiva na intervenção social comunitária: desafios de (re)configuração da governança local.....	419
Contribuições da cooperação internacional, redes e organizações da sociedade civil para os avanços paradigmáticos em políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa no Nordeste do Brasil .....	425
Entrepreneurship, innovation and rural development: the case of the Montemuro Region.....	431
Los cambios en las funciones de las organizaciones: un caso en La Pampa - Argentina.....	437
Meio ambiente e sadia qualidade de vida em comunidades rurais na perspectiva dos direitos fundamentais .....	443
Melhorias contínuas e capital social: uma oportunidade de competitividade na cadeia de valor da cafeicultura brasileira .....	449
Planejamento e a necessidade de governança ambiental em comunidades rurais .....	455
<b>Knowledge, innovation and human capital   Conhecimento, inovação e capital humano .....</b>	<b>461</b>
Actors, roles and interactions in agricultural innovation networks: the case of the portuguese cluster of small fruits.....	462
Do innovator farmers' capabilities affect the likelihood to be users of R&D services? .....	470
Educação no campo: a experiência do Semiárido Brasileiro .....	476
Experiências camponesas de convivência com a semi-aridez no <i>Curimataú Paraibano</i> , Nordeste, Brasil.....	482
La innovación en la industria agroalimentaria y sus determinantes estructurales y territoriales: el caso de la crisis económica en Castilla-La Mancha .....	489
Os perfis de inovação em empreendimentos rurais familiares no Brasil e Itália.....	504
Pêssego na região da Beira Interior. Uma abordagem de acordo com o sistema Triple Hélix.....	510
<b>Identity, heritage, culture and tourism   Identidade, património, cultura e turismo .....</b>	<b>516</b>
Diálogo entre cultura, patrimônio e visitação: o Parque da ESALQ (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”/ USP), Piracicaba, SP .....	517
Artesanato e identidade territorial .....	522
Peri-urban agricultural system and diversification of activities. Case study: “Huerta de Valencia” .....	529
El papel del Camino de Santiago en la dinamización de las áreas rurales: análisis de los municipios del Camino Francés en Galicia .....	536
El aporte agrícola y cultural de los pequeños productores vitícolas al Valle Antinaco - Los Colorados, Argentina.....	542
Arvoredo de interesse público: potencial de desenvolvimento educativo e turístico de uma região .....	548
O repositório oral do Museu da Ruralidade de Castro Verde (Portugal): uma experiência piloto .....	554
O sucesso dos alojamentos situados no espaço rural da Serra da Estrela .....	560
Turismo rural em Portugal – uma análise quantitativa da oferta e da procura .....	567
A experiência turística em unidades de turismo em espaço rural no Alto Alentejo: um estudo exploratório .....	574
Turismo e valorização do espaço rural - uma análise de <i>clusters</i> em ambiente SIG com base em fotografias das redes sociais.....	580
Medio rural, actividad agraria y turismo: agroturismo. Oportunidades y dificultades .....	587
Patrimonio cultural y ambiental como eje para el desarrollo turístico del interior: el ejemplo de los Arribes Del Duero.....	593
Redes de cooperação e regionalização da atividade turística na região da Serra Gaúcha, Estado do Rio Grande do Sul.....	599

O desenvolvimento do turismo rural de base comunitária: a experiência do Projeto Viva Ciranda, Joinville - SC, Brasil .....	605
Empreendedores “Estilo de Vida” em agroturismo: poderá a complementaridade das atividades ajudar a promover o sucesso dos pequenos negócios em regiões rurais? .....	611
Novos usos turísticos no Concelho da Mêda: encontrar a justa medida urbana e arquitectónica.....	617
Tourega e Guadalupe: intervir no território e potenciar o turismo .....	623
A segunda vida da Praia dos Espanhóis: dançarinos, pescadores e turistas no Sul de Portugal .....	630
Como surgem e se desenvolvem unidades de turismo em espaço rural (TER) e percepção da comunidade local sobre o seu impacto: estudos de caso em duas freguesias do interior de Portugal.....	636
A quinta de recreio enquanto polo de desenvolvimento rural – casos dos arredores Lisboa (séculos XVI a XIX).....	643
<b>Demographic changes, employment and migration   Mudanças demográficas, emprego e migrações .....</b>	<b>649</b>
Os territórios rurais dos trabalhadores migrantes e o impacto da mecanização do processo de trabalho. 650	
Filhos sim, filhos não: o declínio da fecundidade no Noroeste.....	656
Opções empresariais, agricultura e contingências laborais no Sul de Portugal: o caso de Odemira no contexto da mundialização .....	663
Migração e produção de <i>commodities</i> : o Brasil e seus rurais .....	670
Quem cresce no campo estuda, ou não? Uma abordagem empírica às desigualdades socioeducativas no Noroeste.....	677
<b>Public policies, local development and territorial cohesion   Políticas públicas, desenvolvimento local e coesão territorial.....</b>	<b>683</b>
Agricultural output for the twenty seven former European Union countries: the main factors that can influence at farm level .....	684
Inserção de agricultores familiares na agenda dos biocombustíveis – Bahia / Brasil na contramão do crescimento inteligente e sustentável.....	691
Plan de uso de suelos en Uruguay y los cambios generados en la agricultura.....	697
Práticas organizacionais da atividade suinícola na região Oeste de Santa Catarina- Brasil.....	703
Del rural agrario al rural periurbano: instrumentos de desarrollo rural en la Comarca de Torrijos (Toledo) .....	709
30 años de PAC en España. Análisis comparativo para la agricultura y el sector agroalimentario .....	714
Políticas para mudanças climáticas e seus desdobramentos territoriais: uma análise sobre assentamentos rurais na Transamazônica, Pará (Brasil).....	720
Políticas públicas, desenvolvimento territorial e suporte à governança participativa: o apoio do governo brasileiro para a assessoria dos colegiados de desenvolvimento territorial.....	726
Políticas públicas e dinâmicas sociais: a operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil e seus efeitos nas chances de vida dos agricultores familiares .....	733
Análisis de los factores de éxito y fracaso de las iniciativas promotoras de canales cortos de comercialización y su aplicación en Panamá.....	739
El enfoque territorial en los programas de desarrollo rural de Argentina .....	745
Gestão social e desenvolvimento territorial: os desdobramentos da articulação social de atores frente às conjunturas políticas no Brasil.....	751
An approach based on entropy to disaggregate agricultural data at a local level: the case of the Alentejo region .....	756

El cultivo de olivar en áreas protegidas de Andalucía: localización, ordenación territorial, conflictos y oportunidades .....	763
Endogenous development capital and landscape preservation in Galicia, Spain .....	769
Mudanças sociais e relações de gênero: trajetórias de mulheres rurais em Bofete, São Paulo – Brasil .....	774
Capital social brasileiro: uma abordagem sindical.....	780
Educação não formal e desenvolvimento local: o caso da Escola Comunitária de São Miguel de Machede.	786
Programas políticos do poder autárquico para o desenvolvimento do território em Portugal.....	793
Mato Grosso sustentável? A trajetória do Programa Mato-Grossense de Municípios Sustentáveis, Brasil..	798
Nuevas ruralidades e inclusión digital en Galicia: mitos y realidades .....	804
Reflexiones entorno al problema de la incorporación de jóvenes a la agricultura.....	809
Uma análise do Programa de Território Rural Vale do Rio Pardo/Rio Grande do Sul/Brasil: coesão e desafios .....	815
Políticas públicas e pagamento por serviços ambientais: uma análise do Projeto Conservador das Águas em Extrema/MG – Brasil.....	821
Políticas públicas para a redução da pobreza nas áreas rurais do Semiárido Brasileiro.....	827
Extensão rural brasileira: uma análise de sua política a partir de um assentamento rural .....	833
Agricultura no Distrito Federal e a contribuição das políticas públicas .....	838
Percepção popular de riscos associados a deslizamentos no Município de Alagoa Grande (Paraíba – Brasil) .....	844
Dynamics and contradictions of the agricultural frontier expansion in Piauí, Brazil .....	850
Desarrollo territorial y pobreza. ¿Son importantes las instituciones? .....	856
A expansão dos mercados para os alimentos regionais no Brasil.....	862
Las políticas activas españolas de género en el medio rural: una primera aproximación .....	869
Emprendedores y proyectos fallidos de LEADER y PRODER en Andalucía en el periodo 2000-2006. Perfil y motivos de desestimiento.....	875
Abandono y reestructuración de la tierra. Una comparación de políticas regionales.....	881
Cooperativismo e desenvolvimento rural: complexidades e contradições no campo brasileiro .....	887
Políticas públicas e caminhadas na natureza: estudo de caso do Território Vale do Ivaí, Paraná, Brasil .....	893
Museus da ruralidade do Baixo Alentejo: espaço de valorização e produção dos territórios rurais .....	899
Política de expansão e interiorização da educação profissional: os interesses dos jovens de cultura indígena na região Norte do Brasil .....	904
Relato de experiências do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET/IFBA Chapadeiros) na Chapada Diamantina- Bahia, Brasil .....	911
Marx e Polanyi: elementos para a discussão das políticas públicas do desenvolvimento rural.....	917
Análise fatorial da produtividade láctea no COREDE da produção no Rio Grande do Sul .....	923
El geoparque como figura turística y didáctica para el fomento del desarrollo endógeno. Red de geoparques de España: análisis y caracterización.....	928
A decisão no uso de recursos públicos nos territórios rurais: as consequências do desequilíbrio entre a gestão social participativa e as emendas parlamentares .....	934
Desenvolvimento rural e multifuncionalidade: questões teórico-conceituais da transição rural em economias em transição (Brasil).....	940
Desafios da gestão para organizações rurais da agricultura familiar no Brasil .....	946

Análisis de los Programas Operativos de las OPFH en su faceta de afrontamiento y gestión de las crisis de mercado, en fruta dulce .....	951
A política territorial brasileira e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise de coalizões no território rural das Águas Emendadas.....	960
A política nacional de educação do campo brasileira e sua efetivação na esfera local: desafios a serem enfrentados.....	966
Análise comparativa das características dos Novos Agricultores Familiares que obtiveram a terra por meio de compra e aqueles que herdaram a propriedade na Microrregião Geográfica de Jales (SP-Brasil).....	972
Política de reorganização fundiária: análise do assentamento rural Novo Alegrete (RS, Brasil).....	979
A DOP no desenvolvimento rural desde a perspectiva dos produtores. O caso do Queijo Palmero (Ilhas Canárias) .....	986
Avaliação de riscos ambientais em áreas de ocupação desordenada na grande João Pessoa, Brasil .....	992
Tecnologias sociais de convivência com o Semiárido Brasileiro: um pouco mais sobre a gestão da água ....	998
A participação dos sindicatos nos processos de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural: um estudo a partir do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Muriaé-MG.....	1004
Políticas para a agroecologia e produção orgânica no Rio de Janeiro: cenário, oportunidades e desafios .	1010

## Introduction | Introdução

---

The book of proceedings of the XI Iberian Conference on Rural Studies (CIER) on *Smart and Inclusive Development in Rural Areas*, held in the city of Vila Real, Portugal, between the 13<sup>th</sup> and 15<sup>th</sup> of October 2016, contains 157 short-papers, organized according to the list of thematic areas available for paper submission. These are the following: Sustainable agriculture, environment, climate change and public goods; Food, consumption and food security; Protected areas, conservation policies, property rights and social conflicts; The multiple faces of work and its role as an enhancer or a threat to rural territories social cohesion; Value chains, globalisation trends, and smart specialisation; Social capital, resilience, governance and networks; Knowledge, innovation and human capital; Identity, heritage, culture and tourism; Demographic changes, employment and migration; Public policies, local development and territorial cohesion.

The XI CIER was promoted by the Portuguese Society of Rural Studies (SPER), the Spanish Association of Agricultural Economics (AEEA), and the University of Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) through the Centre for Transdisciplinary Development Studies (CETRAD), in partnership with the Spanish Association of Geographers (AGE), the Groups of Rural and Food Sociology from the Spanish Federation of Sociology (FES), the Rural Studies Network (RER, Brazil), the Spanish Society of Agrarian History (SEHA) and the Brazilian Society of Economics, Business and Rural Sociology (SOBER).

The Iberian Conference on Rural Studies has been carried out since 1988 through a partnership with AEEA and SPER. The CIER is a consolidated space of multidisciplinary and transdisciplinary discussion on the identification and analysis of the challenges and opportunities arising from the specificity and diversity of rural areas. It joins academics, researchers, experts and professionals from various disciplinary fields and promotes the interaction between theoretical and practical knowledge, contributing to the construction of transdisciplinary knowledge. The CIER is a global debating space, given the increasing participation of other "geographies", in particular with ones which have historical and cultural ties with the Iberian Peninsula, the Spanish and Portuguese speaking countries.

The theme of the Conference — Smart and Inclusive Development in Rural Areas — aimed to promote the discussion and the analysis of ideas, proposals and results of research and actual experiences already obtained through the applicability and implementation of the smart growth agenda and the sustainable and inclusive development in rural areas with different geographical and socio-cultural contexts, especially in Europe and Latin America.



O livro de atas do XI Colóquio Ibérico de Estudos Rurais (CIER) sobre o tema *Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo em Territórios Rurais*, que teve lugar em Vila Real, Portugal, entre 13 e 15 de outubro de 2016, contém 157 artigos, organizados de acordo com a lista de tópicos disponível para submissão. Os tópicos contemplados são os seguintes: Agricultura Sustentável, meio ambiente, alterações climáticas e bens públicos; Alimentação, consumo e segurança alimentar; Áreas protegidas, políticas de conservação, direitos de propriedade e conflitos sociais; As múltiplas faces do trabalho e o seu papel de reforço ou ameaça à coesão social nos territórios rurais; Cadeias de valor, dinâmicas globais e especialização inteligente; Capital social, resiliência, governança e redes; Conhecimento, inovação e capital humano; Identidade, património, cultura e turismo; Mudanças demográficas, emprego e migrações; Políticas públicas, desenvolvimento local e coesão territorial.

O XI CIER foi promovido pela Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER), a Asociación Española de Economía Agraria (AEEA) e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) através do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD), em parceria com a Asociación de Geógrafos Españoles (AGE), os Grupos de Sociología Rural y de la Alimentación de la Federación Española de Sociología (FES), a Rede de Estudos Rurais (RER, Brasil), a Sociedad Española de Historia Agraria (SEHA) e a Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER).

O Colóquio Ibérico de Estudos Rurais realiza-se desde 1988, numa parceria da AEEA e da SPER. O CIER constitui-se como um espaço consolidado de debate multidisciplinar e transdisciplinar sobre a identificação e análise dos desafios e oportunidades suscitados pela especificidade e diversidade dos territórios rurais. Junta académicos, investigadores, peritos e profissionais de vários campos disciplinares e promove a interação entre os saberes teóricos e práticos, contribuindo para a construção do conhecimento transdisciplinar. O CIER é um espaço de debate global, contando com a participação em crescendo de outras “geografias”, em particular com as que têm laços históricos e culturais com a Península Ibérica, com destaque da América Latina e dos países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

O tema do Colóquio — Desenvolvimento Inteligente e Inclusivo em Territórios Rurais — pretendia promover a discussão e análise de ideias, propostas e resultados de investigação e de experiência real já obtida sobre a aplicabilidade e aplicação da agenda do crescimento inteligente e do desenvolvimento sustentável e inclusivo nos territórios rurais em diversos contextos geográficos e socioculturais, com destaque da Europa e da América Latina.

## THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA

---

**Sustainable agriculture, environment, climate change and public goods | Agricultura sustentável, meio ambiente, alterações climáticas e bens públicos**

## **A interação rural-urbana e sustentabilidade na geografia agrária: as indicações geográficas no Brasil**

Regina Cohen Barros

Departamento de Geociências/IA - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

### **RESUMO**

O trabalho objetiva mostrar papel da Indicação Geográfica (IG) como atividade econômica inserida no conjunto do panorama agropecuário e de exploração mineral, como uma atividade de interação Rural – Urbana, com possibilidades para o desenvolvimento sustentável. Nos últimos anos têm aumentado novas afirmações das Indicações Geográficas (IG) que emergem como uma opção de valorização das atividades do campo no Brasil. Verifica-se, também, que se vêm ampliando o estudo nessa temática, através de levantamentos feitos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o crescente número de pedidos de registro feitos junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), e de cursos e trabalhos científicos dedicados as Indicações Geográficas (IGs). O reconhecimento da qualidade dos produtos agrícolas em relação à sua origem é uma prática antiga, e que na atualidade é uma forma de diferenciá-los, podendo ser objeto de interesse de mercados capazes de valorizarem particularidades, permitindo a agregação de valor por meio da Indicação Geográfica (IG). A IG é uma ferramenta de desenvolvimento principalmente do setor agropecuário, porque ela embute e reconhece fatores ligados a origem, que vão além das condições naturais incluindo o fator humano e suas relações sociais como: conhecimento tradicional, segurança alimentar, fixação de população em meio rural, agregação de valor, valorização do meio rural, trabalho cooperativado, que contribuem diretamente para o desenvolvimento rural sustentável.

**PALAVRAS-CHAVE:** sustentabilidade; Indicação Geográfica; geografia agrária.

### **1. INTRODUÇÃO**

O trabalho objetiva mostrar papel da Indicação Geográfica (IG) como atividade econômica inserida no conjunto do panorama agropecuário e de exploração mineira, como uma atividade de interação Rural – Urbana, com possibilidades para o desenvolvimento sustentável. Partimos do pressuposto de que a Indicação Geográfica (IG) é capaz de dar nova forma e função ao espaço, agregando valores e dimensões socioeconômicas, associativistas, culturais e ambientais e, ao mesmo tempo, reestruturando toda uma cadeia produtiva, colocando os setores primários e terciários numa única conexão para atender à demanda do mercado emergente, que exige padrões diferenciados de qualidade dos produtos especialmente da agropecuária.

Este trabalho explica, com base em pesquisa documental, o conceito de Indicação Geográfica e dos seus benefícios, bem como o seu enquadramento no caso Brasileiro, evidenciando a tendência de crescimento na utilização deste instrumento de valorização dos recursos endógenos rurais.

## 2. CONCEITO DE INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

### 2.1 Indicação Geográfica (IG) e seu significado

A IG é uma ferramenta de desenvolvimento principalmente do setor agropecuário, porque ela embute e reconhece fatores ligados a origem, que vão além das condições naturais incluindo o fator humano e suas relações sociais como: conhecimento tradicional, segurança alimentar, fixação de população no meio rural, agregação de valor, valorização do meio rural, trabalho cooperativado, que contribuem diretamente para o desenvolvimento rural sustentável. Harvey (2005), afirma que a Indicação Geográfica (IG) é um nome ou sinal utilizado em determinados produtos que corresponde a um local específico ou origem geográfica, por exemplo, uma cidade, região ou país). Segundo Niederle (2013), a certificação de produtos e serviços se torna, cada vez mais, uma imposição do mercado atual, resultado das exigências dos consumidores que visam qualidade e preço justo. Para diversos produtos alimentares, a “certificação de origem”, passou a ser condição obrigatória e, sem ela, esses produtos não conseguem se destacar no mercado consumidor, permanecem, assim, mais um produto no meio de inúmeros similares. A certificação “Registro de Indicação Geográfica – IG” é a demonstração formal de que um produto ou serviço, de um local de origem e que em função de recursos naturais como solo, vegetação, clima e *know-how*, consegue atender aos requisitos de normas ou regulamentos técnicos específicos.

### 2.2 Indicação Geográfica (IG) e políticas públicas

Um fator importante para a implementação de políticas públicas é favorecer o fortalecimento das empresas de uma determinada região, pois a distribuição desigual da renda contribui para a diferenciação dos contextos sociais e econômicos das empresas locais. De acordo com Guedes (2012), no Brasil, as experiências em diferenciações e regiões demarcadas tiveram início na década de 90, por meio de entidades públicas que iniciaram atividades de intercâmbio de políticas públicas de promoção do desenvolvimento rural no Mercosul. A discussão ganhou impulso, no Brasil, com a adesão das agências de fomento e desenvolvimento rural, como a Food and Agriculture Organization (FAO), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), e algumas organizações do estado regulando e criando normas, como o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), organizações governamentais, entre elas os Ministérios e a EMBRAPA, e outras com apoio direto 23 junto aos produtores como fazem a própria Embrapa, o SEBRAE e alguns grupos nas universidades. Em 1994, foi assinado o Acordo de Direitos de Propriedade Industrial relativo ao comércio –

ADPIC/Trade – Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS) gerido pela Organização Mundial do Comércio (OMC) que estipulava os padrões mínimos de proteção das Indicações Geográficas, no âmbito internacional.

### 3. A INDICAÇÃO GEOGRÁFICA NO BRASIL

#### 3.1 Quadro legal

As IGs foram regulamentadas no Brasil pela Lei de Propriedade Industrial número 9279 de 14/05/1996 e tem o INPI como órgão que reconhece e emite o registro. Anteriormente, a lei não definia o que é uma IG, apenas estabelecia suas espécies que poderia ser a Indicação de Procedência (IP) ou Denominação de Origem (DO). Um diferencial da Lei brasileira em relação à legislação da União Européia era que, no Brasil, os serviços estavam incluídos como objeto de certificação, cabendo aos produtores ou prestadores de serviço brasileiros escolherem qual seria a modalidade mais pertinente, em termos da proteção, tendo em conta os requisitos da lei (Guedes, 2013). No conceito de IG destacam-se particularidades de diferentes produtos de inúmeras regiões, valorizando, então esses territórios, criando um diferenciador para o produto e território, que apresentam originalidade e características próprias. A IG funciona como um instrumento aliando a valorização de um produto típico e seus aspectos históricos e culturais, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento rural. Cria um fator diferenciador para produto e território, geram originalidade e características próprias, assim as IGs não diferenciam somente os produtos ou serviços, mas os territórios.

No Brasil, a Lei nº 9279/1996 de 14/05/96, regulamentou, em seus artigos 176 a 182, os direitos e as obrigações relativas à propriedade industrial, inovou ao prever que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) estabelecesse as condições de registros das indicações geográficas. O INPI através de Atos Normativos 134 e 143, de 15/04/97 e 31/08/98, respectivamente, instituiu as normas de procedimento e os formulários próprios que deverão ser utilizados para apresentação de requerimento de registro de indicações geográficas. A proteção de uma Indicação Geográfica no Brasil se aperfeiçoa com o registro junto ao INPI, seja ela nacional ou estrangeira. Mascarenhas e Wilkinson (2013) pontuam que, no Brasil, o INPI é o responsável por analisar as solicitações e conceder o reconhecimento das IGs, no âmbito nacional e estrangeiro. Isso ocorre por meio de parecer da Coordenação Geral de Indicações Geográficas e Registros (CGIR), na Diretoria de Contratos, Indicações Geográficas e Registros (DICIG).

A Resolução nº. 75 de 28/11/2000 define as condições de registro, estabelecendo nos artigos 6, 7 e 8 da resolução, os requisitos à concessão de IGs: Apresentação do nome geográfico; Descrição de características do produto ou serviço; Comprovação da legitimidade do requerente; Regulamentação do uso do nome geográfico; Delimitação da área geográfica; Existência de estrutura de controle que assegure a conformidade dos produtos; Produtores ou prestadores de serviço que terão o direito ao uso de IP ou de DO. No conceito de IG destacam-se particularidades de diferentes produtos de inúmeras regiões, valorizando, então esses territórios, criando um diferenciador para o produto e território, que apresentam originalidade e características próprias, pois segundo INAO (2010) uma IG funciona como um instrumento aliando a valorização de um produto típico e seus aspectos históricos e culturais, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento rural. Cria um fator diferenciador para produto e território, geram originalidade e características próprias, assim as IGs não diferenciam somente os produtos ou serviços, mas os territórios. São benefícios de uma IG (Figura 1).

<p><b>BENEFÍCIOS DE UMA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA BASEADOS NA PROTEÇÃO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Proteção de um patrimônio nacional e econômico                     <ul style="list-style-type: none"> <li>Proteção dos produtos</li> <li>Proteção dos consumidores</li> </ul> </li> <li>Proteção da riqueza, de variedade e da imagem de seus produtos</li> <li>Benefícios baseados na promoção e facilidades de exportação:                     <ul style="list-style-type: none"> <li>Garantia de produtos de notoriedade, originais de qualidade</li> <li>Afirmação da imagem autêntica de um artigo</li> <li>Reconhecimento internacional</li> <li>Facilidade do produto no mercado</li> </ul> </li> <li>Acesso ao mercado através de uma marca coletiva e de renome</li> <li>Benefícios baseado no desenvolvimento rural:                     <ul style="list-style-type: none"> <li>Manutenção da população nas zonas rurais</li> <li>Geração de empregos</li> <li>Vitalidade das zonas rurais</li> <li>Satisfação do produtor</li> </ul> </li> </ul>
---

**Figura 1:** Benefícios de uma Indicação Geográfica

Fonte: INPI, 2016

### 3.2 Indicações Geográficas concedidas no Brasil

As Indicações Geográficas concedidas pelo INPI atualmente são em número aproximado de 55. Sendo, 38 como Indicação de Procedência (IP) e 17 de Denominação de Origem (DO), destas, 09 nacionais e 08 estrangeiras. Ressalta-se que o INPI mantém em suas informações em separado o rol de IPs e DOs, sendo que as IPs são em sua totalidade nacionais, enquanto as DOs se dividem entre nacionais e estrangeiras. Tal perspectiva pode indicar maior preocupação em proteger as DOs no contexto internacional em relação à proteção às IPs. O INPI detém um quadro com todas as IGs concedidas no Brasil.

#### 4. CONCLUSÕES

Nos últimos anos tem aumentado novas afirmações das Indicações Geográficas (IG) que surgem como uma opção de valorização das atividades agrícolas e rurais no Brasil. Verifica-se, também, que se vem ampliando o estudo desta temática, através de levantamentos feitos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o crescente número de pedidos de registro feitos junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), e de cursos e trabalhos científicos dedicados as Indicações Geográficas (IGs). O reconhecimento da qualidade dos produtos agrícolas em relação à sua origem é uma prática antiga, e que na atualidade é uma forma de diferenciá-los, podendo ser objeto de interesse de mercados capazes de valorizarem particularidades, permitindo a agregação de valor por meio da Indicação Geográfica (IG).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Belas, C. A. (2012). *Indicações geográficas e salvaguarda do patrimônio cultural: artesanato de capim dourado Jalapão-Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Bruch, K. L.. (2008). “Indicações geográficas para o Brasil: problemas e perspectivas”, in Pimentel, Luiz Otávio; Boff, Salete Oro; Del’olmo, Florisbal de Souza. (Org.), *Propriedade intelectual: gestão do conhecimento, inovação tecnológica no agronegócio e cidadania*, 1ª ed. Florianópolis: Fundação Boiteux.
- Guedes, C. A. M. (Org.) (2013). *Denominações territoriais: Brasil e Portugal no contexto do Mercosul e da União Européia. Que lições tirar da experiência portuguesa?* Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- INPI. Instituto Nacional de Propriedade Industrial. Resolução nº 75 de 28 de novembro de 2000 do INPI. Disponível em: [www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br). Acesso em 18 de maio de 2016.
- \_. Resolução PR nº 28/2013. Disponível em: [www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br). Acesso em 18 de maio de 2016.
- \_. Resolução nº 11/2013. Disponível em [www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br). Acesso em 18 de maio de 2016.
- \_. Indicações Geográficas: 2000. Disponível em [www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br). Acesso em 18 de maio de 2016.
- \_. Pedidos e registros de indicação geográfica. Disponível em [www.inpi.gov.br](http://www.inpi.gov.br). Acesso em 18 de maio de 2016.
- Mascarenhas, G. & Wilkison, J. “Desafios institucionais e organizacionais ao desenvolvimento das IGs no Brasil”, in Niederle, P. A. (Org.). *Indicações geográficas. Qualidade e origem nos mercados alimentares*, Porto Alegre: Editora UFRGS.
- Nierdele, P. A. (Org.) (2013). *Indicações geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares*. Porto Alegre: UFRGS.

## **A questão dos resíduos sólidos no meio rural – estudo de caso no Assentamento Estrela da Ilha – Ilha Solteira – São Paulo – Brasil**

Danitielle Cineli Simonato

Feagri/Unicamp

dani\_simonato@yahoo.com.br

Rodolfo Antônio de Figueiredo

UFSCar – Araras

raf@cca.ufscar.br

Carolina Buso Dornfeld

UNESP – Ilha Solteira

carol\_buso@yahoo.com.br

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Feagri/Unicamp

sonia@feagri.unicamp.br

### **RESUMO**

A questão dos resíduos sólidos se tornou um tema ambiental emergente. Todavia, as políticas públicas e programas de gestão de resíduos estão concentrados em sua maioria em áreas urbanas, ficando as áreas rurais em segundo plano. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho foi investigar a gestão dos resíduos sólidos, a percepção e a sensibilização de assentados rurais do Assentamento Estrela da Ilha - Ilha Solteira – São Paulo – Brasil. O quadro teórico da presente pesquisa se deu através da pesquisa participante e os instrumentos metodológicos utilizados foram o questionário semiestruturado, a observação participante e o diário de campo. O questionário versou sobre os tipos de resíduos, seu aproveitamento, o descarte final, a existência ou não de coleta seletiva, além dos possíveis problemas ambientais e de saúde causados pela má gestão dos resíduos sólidos. Os resultados revelaram que não há coleta seletiva no Assentamento, que a maioria faz a incineração dos resíduos, destaca-se também que pouco resíduo orgânico é aproveitado. Em relação à percepção e sensibilização obtidas através da observação participante e o diário de campo, muitos assentados acreditam que os resíduos sólidos podem causar problemas de contaminação no solo e na água. Por fim, os assentados afirmaram que um trabalho de Educação Ambiental na comunidade subsidiaria uma melhor gestão dos resíduos sólidos colaborando assim para uma melhora na qualidade ambiental e de vida da comunidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** resíduos sólidos; assentamentos rurais; sustentabilidade.

### **1. INTRODUÇÃO**

A questão dos resíduos sólidos é um dos maiores problemas enfrentados pela população urbana e rural nos últimos tempos. Estes problemas são agravados pelo estilo de vida da população, caracterizada pela exploração exacerbada de recursos naturais e, conseqüentemente por grande produção de resíduos sólidos.

Diferente do meio urbano, o meio rural possui raros programas de gestão de resíduos sólidos. Os motivos para esta escassez são diversos, seja pela distância das comunidades rurais, seja pelo contingente oneroso de recursos para coleta, seja pela ideia de uma menor concentração populacional dando a impressão de que o impacto negativo dos resíduos produzido nessas áreas, no meio ambiente, é inferior ao do urbano. No entanto, a falta de um sistema de descarte consolidado e eficiente em inúmeras localidades rurais pode ocasionar



sérios problemas ao ambiente, como a contaminação da água, do solo e até dos alimentos produzidos, refletindo também em danos à qualidade de vida do ser humano (Martini, Costa & Boteon, 2006).

Em relação à produção de resíduos sólidos na zona rural, esta se apresenta cada vez mais semelhante, ou até por vezes, mais potencialmente poluidora do que da zona urbana, pois é composta por resíduos domiciliares, resíduos de construção, embalagens de agrotóxicos e fertilizantes, esterco de animais, insumos veterinários, entre outros (MMA, 2011).

Estudos de Santos e Oliveira (2009) apontam que nas áreas rurais a falta de alternativa para o descarte dos resíduos obriga os agricultores a buscarem soluções inadequadas do ponto de vista ambiental e de saúde, optando pela queima ou enterro desses resíduos, acarretando risco de contaminação da água, solo e até dos próprios alimentos produzidos, comprometendo assim a saúde humana.

Existe uma correlação direta entre a qualidade ambiental e a qualidade de vida da população. Desta forma, à medida que o ambiente é degradado por ações antrópicas, a qualidade de vida da própria população também é afetada. Portanto, a sensibilização por parte dos produtores rurais quanto ao destino correto dos resíduos gerados durante o processo produtivo e pelas atividades cotidianas, é de suma importância para garantir a saúde e bem-estar da população em geral (Darolt, 2002).

Sendo assim, o presente trabalho teve como objetivo investigar a gestão dos resíduos sólidos no Assentamento Estrela da Ilha e a percepção dos assentados rurais frente a esta temática enfatizando riscos ambientais e de saúde.

## **2. CAMINHOS METODOLÓGICOS**

Os caminhos metodológicos percorridos no presente trabalho tiveram uma abordagem participativa, ou seja, os instrumentos utilizados na pesquisa foram o questionário semiestruturado, a observação participante e a utilização do diário de campo.

A pesquisa participativa ou participante se conceitua nas palavras de Brandão (1984) como um enfoque de investigação social por meio do qual se busca plena participação da comunidade na análise de sua própria realidade, com objetivo de promover a participação social para o benefício dos participantes da investigação. Vale ressaltar também que neste tipo de pesquisa não existe uma hierarquia ou sobreposição do investigador e investigado, pelo contrário, a investigação acontece entre “sujeito e sujeito”, ambos portadores de conhecimento.

A pesquisa foi realizada com 35 famílias do Assentamento Estrela da Ilha – localizado no município de Ilha Solteira – Estado de São Paulo – Brasil. Este questionário versou sobre a gestão dos resíduos sólidos como seu gerenciamento, produção, armazenamento, destinação final, existência ou não de coleta seletiva, além da observação da percepção dos assentados diante desta temática salientando a questão ambiental e de saúde.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira indagação feita aos assentados foi sobre a destinação do lixo reciclado (plásticos, metais, vidros e papéis) e 75% deles afirmaram que resíduos como papéis e plásticos são queimados, vidros são enterrados e metais são vendidos para sucata.

A Figura 1 retrata um lote do Assentamento Estrela da Ilha, onde pode-se visualizar grande quantidade de resíduos plásticos como sacolas plásticas, frascos plásticos em geral, depositados a céu aberto.



**Figura 1:** Disposição de resíduos no Assentamento “Estrela da Ilha”.  
 Fonte: Dados do próprio autor.

Relatos da pesquisa evidenciaram que a queima de resíduos é um problema substancialmente grave no Assentamento, tendo em conta que há alguns anos atrás uma ventania espalhou fogo pelas pastagens de um lote, que por sua vez se espalhou a vários lotes, danificando e causando a morte de animais e prejuízos aos assentados.

Quando indagados sobre o reaproveitamento dos resíduos orgânicos, 80% dos entrevistados destinam os resíduos orgânicos para alimentação dos animais (galinhas, porcos, cachorros).

Antes do destino final do lixo, estes podem ser armazenados de várias formas. No entanto, 71% afirmam que antes de serem incinerados ou enterrados o lixo fica exposto a céu aberto, em contato com animais e crianças, potencializando o risco de contaminação e acidentes, como mostrado na Figura 2 onde se destaca a presença de animais e crianças próximas

ao monte de resíduos sólidos e abaixo as crianças dentro de uma vala aberta para a disposição dos resíduos.



**Figura 2:** Exposição de Resíduos Sólidos antes de serem incinerados ou enterrados. Assentamento Estrela da Ilha – Ilha Solteira – SP – Brasil.

Fonte: Dados do próprio autor

A disposição incorreta, muitas vezes, é um fato mais relacionado à falta de conhecimento das pessoas que estão manejando estes lixos do que um processo intencional. Isto porque o nível de instrução formal no meio rural é muito baixo, o que impossibilita que este público estabeleça relações entre a disposição incorreta e as condições ambientais e de saúde (Palhares & Mattei, 2010).

Em relação à coleta seletiva de lixo, 100% dos assentados responderam não haver esse tipo de serviço prestado pela prefeitura, o que ocorre é que muitos assentados por vezes levam seus próprios resíduos para a cidade para serem entregues para reciclagem.

Dados do IBGE (2013) reiteram que houve uma melhora significativa na coleta de lixo em áreas rurais entre os Censos de 2000 e 2010, passando de 13,3% para 26,0%. Este dado pode ser considerado um avanço no período de uma década, mas ainda está longe do ideal.

Segundo relatos dos assentados, na época do acampamento à beira da estrada havia um caminhão de lixo da prefeitura que coletava os resíduos, semanalmente, mas a partir do momento que tomaram posse da terra não tiveram mais este serviço à disposição.

Em relação à percepção dos assentados sobre a temática dos resíduos, muitos relataram que a maior preocupação é a proliferação de doenças para a comunidade como dengue, febres diversas, problemas respiratórios causados pela queima de resíduos, verminoses e diarreias. Em segundo lugar, aparecem os problemas ambientais como poluição do ar, contaminação da água e do lençol freático.

De acordo com as observações de Moreira (2010) em estudo realizado na mesma área, para os assentados/as, essa atitude de queimar e/ou enterrar no lote seus resíduos sólidos prejudica o ambiente e contribui para a diminuição da qualidade de vida, uma vez que, o lixo,

antes de ser queimado ou enterrado, permanece por um tempo considerável jogado no terreno (podendo ser ingerido por animais como: boi, cachorro, porco, galinha), e também nos corpos d'água e matas ciliares, trazendo doenças e animais indesejáveis. Mesmo assumindo que as práticas utilizadas para a deposição do lixo não são as mais corretas, tais famílias revelam uma consciência quanto aos riscos e impactos que tais ações acarretam em seu próprio ambiente e à própria saúde.

Quando indagados sobre ter o conhecimento sobre alguma técnica de reaproveitamento de resíduos sólidos apenas 34% dos entrevistados afirmaram conhecer alguma e, a mais citada foi a compostagem. No entanto, observações realizadas a campo constatam que nenhum assentado realizava essa técnica.

Sabe-se que a colheita de determinadas culturas deixa no solo a conhecida “palhada” que são restos vegetais. Segundo os assentados, 94% deixam esta palhada no próprio solo para que este se incorpore, contribuindo para melhora nutricional do solo para a próxima cultura.

A incorporação dos resíduos agrícolas é uma importante ferramenta para a conservação do solo e para o desenvolvimento da planta. Resíduos de cultura na superfície do solo é uma prática benéfica para melhorar as propriedades edafológicas, devido ao efeito na conservação do solo e água, regime térmico, atividade da fauna, e incremento no conteúdo de CO do solo (Silva & Mielniczuk, 1997).

Por fim, os assentados foram questionados sobre quais seriam soluções viáveis para o problema dos resíduos sólidos no Assentamento, e muitos relataram que seria de primordial importância um trabalho de Educação que focasse a conscientização e informação. Outro ponto citado foi a criação de um Programa Municipal que abarcasse a coleta seletiva no assentamento, já que, o mesmo se localiza ao lado da área urbana. Dentre os demais pontos citados vale ressaltar a importância do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural realizado pela COATER - Cooperativa de Assessoria Técnica e Extensão Rural no que diz respeito as questões sanitárias no Assentamento.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho analisou a questão dos problemas dos resíduos sólidos em um assentamento rural brasileiro. Conclui-se pela necessidade urgente de Políticas e Programas que se inclinam para a questão sanitária destes locais, em especial a gestão dos resíduos sólidos. Isto fica claro na percepção e preocupação dos Assentados, em seus relatos de acidentes causados pela queima dos resíduos, a falta de informação sobre a temática, além de problemas diversos, sejam eles ambientais e de saúde.

Trabalhar a questão dos resíduos sólidos em comunidades rurais é um grande desafio de ordem educacional, cultural e ambiental face à inserção das pessoas numa sociedade cada vez mais pautada na cultura do consumo e da descartabilidade.

É um desafio também para as políticas e programas voltados ao mundo rural, no sentido de estimular e pensar estratégias que viabilizem modelos de desenvolvimento rural que sejam responsáveis do ponto de vista ambiental, social e econômico.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brandão, C.R. (Ed.). 1984. *Pesquisa Participante*. Editora Brasiliense, São Paulo.
- BRASIL. IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. *Lixo é queimado em 58% dos domicílios rurais*. Sala de Imprensa. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2017>>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- Darolt, M. R. (2012). *Lixo Rural: Entraves, Estratégias e Oportunidades*. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br/trabdarlixo.htm>>. Acesso em: 21 ago. 2012.
- Martini, R., Costa, C. D. & Boteon, M. (2006). “Gestão do lixo: um estudo sobre as possibilidades de reaproveitamento do lixo em propriedades hortícolas”, in Congresso da SOBER, 44. 2006, *Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento*. Sober, Fortaleza, 2006. v. 1, p. 1 - 11.
- Ministério do Meio Ambiente (2011). *Plano Nacional de Resíduos Sólidos*. Brasília, 2011.
- Moreira, J. P. (2010). *Lixo e cidadania no meio rural, uma experiência socioambiental: um estudo de caso do assentamento “Estrela da Ilha”*. Monografia (Monografia de Conclusão de Curso) - Curso de Ciências Biológicas, Departamento de Biologia e Zootecnia, UNESP, Ilha Solteira, 2010.
- Palhares, J. C. P. & Mattei, R. M. (2010). *Destino dos lixos gerados e propensão à coleta seletiva em duas comunidades rurais de Concórdia-SC*. Concórdia, 01 jan. 2010. p. 1-6. Disponível em: <[http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/uruguay30/BR05387\\_Palhares.pdf](http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/uruguay30/BR05387_Palhares.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- Santos, E. G. & Oliveira, F. G. (2009). “Resíduos sólidos no meio rural: o caso do assentamento queimadas no município de Remígio/PB”, in I Congresso Paraibano de Gestão do Lixo, *Educação Ambiental e Sustentabilidade*, Campina Grande: Projeto Universidades Cidadãs, 2009. p. 1 - 7.
- Silva, I.F. & Mielniczuk, J. (1997). Avaliação do estado de agregação do solo afetado pelo uso agrícola. *Revista Brasileira de Ciência do Solo* 21, 313-319.

## **Análise da sustentabilidade agrícola na produção familiar: o caso dos produtores de hortifrutigranjeiros da associação ECOVÁRZEA – Paraíba, Brasil**

Anderson Martins dos Santos

Gestor Ambiental

anderson\_ms@hotmail.com

Camila Carolino Cândido

Gestora Ambiental

camilacarolinocandido@gmail.com

Gesinaldo Ataíde Cândido

UFCG/Campina Grande

gesinaldo@pq.cnpq.br

Arlide Franco Alves

IFPB/João Pessoa

alves@ifpb.edu.br

### **RESUMO**

Após a Revolução Industrial, problemas ambientais começaram a surgir devido à massificação do uso dos recursos naturais. A agricultura foi um setor que contribuiu significativamente com essa preocupação, por estar diretamente ligada ao ambiente, e ser uma das principais atividades do capitalismo. Com o passar do tempo surgiu a denominada agricultura sustentável, que busca obter equilíbrio entre os patamares ambiental, econômico e social, contribuindo assim para a sustentabilidade. Este estudo teve como objetivo analisar a sustentabilidade das práticas agroecológicas vivenciadas pelos pequenos produtores rurais (assentados) da Zona da Mata integrantes da Associação Agroecológica ECOVÁRZEA. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, exploratória e descritiva, na forma de estudo de caso, que analisou uma amostragem de 11 produtores dessa associação. Então, nomeados os indicadores preestabelecidos pelo Sistema de Indicadores – através método *IDEA* (*Indicateurs de Durabilité des Exploitations Agricoles*), partindo das observações nos estabelecimentos, com o acréscimo de estudos secundários do local, fez-se a interpretação dos resultados, através da triangulação de dados. Deste modo, dos 42 indicadores sugeridos pelo *IDEA*, separou-se 33 deles, divididos entre os eixos: Agroambiental (13); Socioterritorial (17); e Econômico (3), os quais foram avaliados com base no cálculo do referido método. Após a análise, atribuiu-se uma escala de valores percentuais que apontou níveis de sustentabilidade possíveis, resultando, portanto, num valor de 85,33%, levando-nos a concluir a existência de um nível de Sustentabilidade Ideal para as práticas agrícolas realizadas pelos agricultores. No entanto, apesar desse considerável percentual, alguns indicadores do eixo Socioterritorial, apresentaram algumas fragilidades, limitando, portanto, a sustentabilidade dos sistemas de produção. Contudo, o estudo trouxe grande contribuição para a compreensão dos problemas ambientais, sociais e econômicos da localidade, e em especial aos integrantes da ECOVÁRZEA, que carregam a responsabilidade de uma Gestão Agroecológica de grande importância para o desenvolvimento local.

**PALAVRAS-CHAVE:** agricultura familiar; indicadores de sustentabilidade; método IDEA; agroecologia.

### **1. INTRODUÇÃO**

A problemática das questões ambientais, surgidas após a Revolução Industrial causando desgastes ao meio ambiente, foi em decorrência do crescimento populacional e tecnológico que massificou o uso dos recursos naturais. No entanto, a partir dos anos de 1970 passou-se a utilizar

esses recursos de maneira mais reflexiva, quando se passou a impor limites na utilização desses recursos e consolidar um novo modelo de gestão. No bojo dessas preocupações, surge a Agroecologia, que integra e impulsiona uma gestão diferenciada das práticas agrícolas, capaz de agregar conhecimento das outras ciências, priorizando garantir a produtividade continuada dos solos e conservação da agrobiodiversidade (Caporal & Costabeber, 2001). Para dar suporte a gestão dos agroecossistemas e subsidiar decisões referentes às formas de manejo, surgem nos anos de 1990 indicadores de sustentabilidade para a agricultura.

## 2. SISTEMAS DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA AGRICULTURA

A importância de se obter um desenvolvimento sustentável tomou partida para a criação de instrumentos capazes de contribuir em diversas situações nas atividades que fossem ligadas ao meio ambiente, a fatores sociais e econômicos. Por sua vez, a agricultura para ser sustentável, necessita destes instrumentos, capazes de avaliar as atividades, desde o modo de produção até o destino aos quais os produtos são levados. Segundo Martins & Cândido (2008), dada à complexidade dos problemas de sustentabilidade, fazem-se necessário adotar sistemas de indicadores para operacionalizar o desenvolvimento e a sustentabilidade numa perspectiva multidisciplinar. Verona (2008) aponta que os indicadores têm uma função essencial na formulação de dados para a avaliação de sustentabilidade, traçando linhas de direção para contribuir com o incremento dos agroecossistemas.

### 2.1 Método IDEA

A pesquisa foi conduzida pelo método de *Indicateurs de Durabilité des Exploitations Agricoles* (IDEA). Segundo Vilain (1999), o IDEA permite avaliar o estabelecimento rural, determinando o nível de sustentabilidade ou a condição em que a unidade produtiva deve ser mantida ou alterada, através de características técnicas espaciais, econômicas e humanas. O método está dividindo em três eixos: o *agroambiental*, o *socioterritorial* e o *econômico*.

#### 2.2.1 Eixo Agroambiental

Avalia a capacidade do sistema de produção de combinar a qualidade do trabalho com o menor custo do meio ambiente. Possui 18 indicadores divididos em três componentes: *Diversidade*, *Organização do espaço* e *Práticas agrícolas*. Objetiva analisar a autonomia dos sistemas agrícolas, fornecendo dados para avaliar como os recursos naturais estão sendo gerenciados pelo sistema de produção a curto e médio prazo. Para complementar a utilização

desta ferramenta é necessário a visita ao local e a análise de dados sobre o local com base em mapas, fotos, ou outros elementos (Vilain *et al.*, 2008).

**Quadro 1:** Indicadores do eixo Agroambiental

<b>EIXO AGROAMBIENTAL</b>		
<b>COMPONENTES E INDICADORES</b>	<b>SIGLA</b>	<b>VALORES MÁXIMOS</b>
<b>Diversidade Local</b>		
Diversidade de culturas anuais e temporárias (<5 anos)	A1	14
Diversidade de culturas perenes (>5 anos)	A2	14
Diversidade Animal	A3	14
Valorização e conservação dos recursos genéticos	A4	06
<b>Organização do Espaço</b>		
Rotação de Culturas	A5	08
Dimensão das parcelas	A6	06
Gestão dos materiais orgânicos	A7	05
Zona de Regulação Ecológica	A8	12
Contribuição para as questões ambientais do território	A9	04
Valorização do espaço	A10	05
Gestão das superfícies forrageiras	A11	03
<b>Práticas Agrícolas</b>		
Fertilização	A12	08
Tratamento de efluentes	A13	03
Pesticidas	A14	13
Tratamento veterinário	A15	03
Proteção de recursos do solo	A16	05
Gestão dos recursos hídricos	A17	04
Dependência energética	A18	10

FONTE: Adaptado Vilain *et al.*, 2008.

### 2.2.2 Eixo Socioterritorial

Avalia a qualidade de vida do produtor e dos serviços exercidos ao território e a sociedade. Possui 18 indicadores divididos em três componentes: *Qualidade dos produtos e do território, Emprego e Serviços, e Ética e Desenvolvimento Humano*. É necessária a participação de todos os envolvidos na propriedade para a avaliação desde eixo.

### 2.2.3 Eixo Econômico

Resume os componentes da sustentabilidade econômica da agroecologia. Possui apenas 6 indicadores, dividido em 4 componentes: *Viabilidade, independência, transmissibilidade, eficiência*. Objetiva avaliar a sustentabilidade dos aspectos econômicos da propriedade a curto, médio e longo prazo, observando as práticas dos agricultores, o sistema de produção como um todo, e a capacidade que o sistema tem de desenvolver economicamente.



**Quadro 2:** Indicadores do eixo Socioterritorial

<b>EIXO SOCIOTERRITORIAL</b>		
<b>COMPONENTES E INDICADORES</b>	<b>SIGLA</b>	<b>VALORES MÁXIMOS</b>
<b>Qualidade dos produtos e do território</b>		
Enfoque de qualidade	B1	10
Valorização do patrimônio construído e paisagem	B2	08
Tratamento dos resíduos não orgânicos	B3	05
Acessibilidade do espaço	B4	05
Implicação social	B5	06
<b>Empregos e serviços</b>		
Valorização do setor	B6	07
Autonomia e desenvolvimento dos recursos locais	B7	10
Serviços e pluriatividades	B8	05
Contribuição a geração de empregos	B9	06
Trabalho coletivo	B10	05
Sustentabilidade provável	B11	03
<b>Ética e desenvolvimento humano</b>		
Contribuição ao equilíbrio alimentar e gestão sustentável do planeta	B12	10
Bem estar animal	B13	03
Formação	B14	06
Intensidade do trabalho	B15	07
Qualidade de vida	B16	06
Isolamento	B17	03
Saúde, casa e segurança.	B18	04

 FONTE: Adaptado de Vilain *et al.*, 2008.

**Quadro 3:** Indicadores do eixo Econômico

<b>EIXO ECONÔMICO</b>		
<b>COMPONENTES E INDICADORES</b>	<b>SIGLA</b>	<b>VALORES MÁXIMOS</b>
<b>Viabilidade</b>		
Viabilidade econômica	C1	20
Taxa de especialização	C2	10
<b>Independência</b>		
Autonomia financeira	C3	15
Sensibilidade às cotas e subsídios	C4	10
<b>Transmissibilidade</b>		
Transmissibilidade	C5	20
<b>Eficiência</b>		
Eficiência do processo produtivo	C6	25

 FONTE: Adaptado de Vilain *et al.*, 2008.

#### 2.2.4. Objetivos dos indicadores do método IDEA

Vilain *et al.* (2008) aponta que é através da combinação destes indicadores que o sistema se caracteriza, pois cada indicador em sua individualidade não fornece resultado suficiente para avaliação do sistema. Cada indicador é composto de um ou mais objetivos, definindo uma característica, cada qual atribuída de um valor que pode tender a zero (sustentabilidade mais baixa) e um valor máximo (sustentabilidade excelente). Esses objetivos aparecem por diversas vezes nos indicadores, podendo ser repetidos, em qualquer que seja o eixo.

**Quadro 4:** Os objetivos, códigos usados, e quantidades de vezes que aparece nas dimensões

OBJETIVOS	CODIGO	Eixo agroambiental	Eixo socioterritorial	Eixo econômico
Coerência	COH	15	08	06
Autonomia	AUT	13	03	03
Proteção e Gestão da Biodiversidade	BIO	15	-	-
Proteção das Paisagens	PAY	08	02	-
Proteção do Solo	SOL	12	-	-
Proteção e Gestão da Água	H2O	09	03	-
Proteção da Atmosfera	PAR	04	-	01
Gestão Econ. dos Rec. não Renováveis	RNR	07	04	-
Bem Estar Animal	BEA	03	02	-
Qualidade dos Produtos	QLP	05	02	-
Ética	ETH	-	07	-
Desenvolvimento Humano	DVH	-	10	-
Desenvolvimento Local	DVL	-	10	02
Qualidade de Vida	QLV	04	12	03
Cidadania	CID	01	08	-
Adaptabilidade	ADA	-	01	05
Emprego	EMP	-	05	01

FONTE: Adaptado de Vilain *et al.*, 2008.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, precisaram-se conhecer algumas de preliminares ao objeto – a análise do nível da sustentabilidade das práticas agroecológicas. Ou seja, a necessidade de um prévio conhecimento da realidade local, bem como das pessoas no processo em questão envolvidas.

Os instrumentos de coleta dos dados: *a pesquisa de campo*, através de entrevista com a aplicação de um questionário; *a documentação indireta*; *a observação não-participante*, onde se assumiu o papel de observador exterior. Para tal, foram escolhidos 11 produtores da Zona da Mata paraibana, os quais integram a Associação dos Agricultores Agroecológicos da Várzea Paraibana - ECOVÁRZEA, nos municípios de Sapé, Cruz do Espírito Santo e Conde.

Após a exclusão de indicadores irrelevantes para o contexto local, o método apresentou-se em eixos: *agroambiental* (13 indicadores); *socioterritorial* (17); e, *econômico* (3). Foram excluídos: *Valorização e conservação dos recursos genéticos* e *Valorização do território* - pouco representativos no contexto local; *Gestão da superfície forrageira* e *Tratamento Veterinário* - relativos à produção animal, que neste trabalho não foi o foco; *Dependência Energética*, *Sensibilidade a auxílio e cotas*, *Transmissibilidade econômica*, *Autonomia financeira* – por falta de informações dos atores sociais. Para efeito da classificação do nível de sustentabilidade utilizou-se a análise percentual dos indicadores considerados *favorável* ou *desfavorável*, definida com a seguinte tipologia:

**Tabela 1:** Escala de níveis de sustentabilidade

Índice (valores %)	Nível de sustentabilidade
0 – 25 %	Crítico
25,1 – 50 %	Alerta
50,1 – 75 %	Aceitável
75,1 – 100%	Ideal

FONTE: Elaboração dos autores, 2015.

#### 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES SELECIONADOS

Gerado os resultados, apresentam-se os quadros com a síntese sobre a sustentabilidade de cada indicador dentro dos eixos, avaliados segundo uma escala de valores percentuais que correspondem a quatro níveis de sustentabilidade, o *crítico*, o *alerta*, o *aceitável*, e o *ideal*.

**Quadro 5:** Resultados dos indicadores do eixo *Agroambiental*

INDICADOR	FAVORÁVEL	DESFAVORÁVEL
A1 – Diversidade de Culturas Anuais e Temporárias		
A2 - Diversidade de Culturas Perenes		
A3 – Diversidade Animal		
A5 – Rotação de Culturas		
A6 – Dimensão das Parcelas		
A7 – Gestão de Materiais orgânicos		
A8 - Zona de Regulação Ecológica		
A9 – Contribuição para as Questões Ambientais		
A12 – Fertilização		
A13 – Tratamento de Efluentes		
A14 – Pesticidas		
A16 – Proteção dos Recursos do Solo		
A17 – Gestão de Recursos Hídricos		

FONTE: elaboração dos autores, 2015.

Avaliado os indicadores do eixo *agroambiental*, observa-se que 85% deles apresentam favorável no nível de sustentabilidade e 15% desfavorável. Segundo a escala percentual e seus respectivos níveis, o mesmo se enquadra no *nível ideal* de sustentabilidade. Observamos que alguns indicadores se sobressaíram acima do nível do indicador, como por exemplo: *Diversidade de culturas anuais*, *rotação de culturas* e *Dimensão das parcelas*, por serem indicadores que no contexto local têm relevância, devido às práticas realizadas, a exemplo da diversidade de produtos e da boa utilização do espaço produtivo.

Avaliado os indicadores que norteiam o eixo *socioterritorial*, observou-se que 71% deles apresentam um valor favorável no nível de sustentabilidade, e 29% apresentam-se desfavorável. Segundo a escala percentual e seus respectivos níveis, o mesmo se enquadra no *nível aceitável* de sustentabilidade. Neste eixo pudemos perceber que houve vários indicadores

com valores desfavoráveis, a exemplo do: *Valorização do Patrimônio Construído e Paisagem*, por serem lugares obtidos na condição de assentamentos.

**Quadro 6:** Resultados dos indicadores do eixo Socioterritorial

INDICADOR	FAVORÁVEL	DESFAVORÁVEL
B1 – Enfoque de Qualidade		
B2 – Valorização do Patrimônio Construído		
B3 – Tratamento dos Resíduos Não Orgânicos		
B4 – Acessibilidade do Espaço		
B5 – Implicação Social		
B6 – Valorização por Setor		
B7 – Autonomia e Desenvolvimento de Rec. Naturais		
B8 – Serviços e Pluriatividades		
B9 – Contribuição à geração de empregos		
B10 – Trabalho Coletivo		
B11 – Sustentabilidade Provável		
B13 – Bem estar animal		
B14 – Formação		
B15 – Intensidade do Trabalho		
B16 – Qualidade de vida		
B17 – Isolamento		
B18 – Saúde, Casa e Segurança.		

FONTE: Elaboração dos autores, 2015.

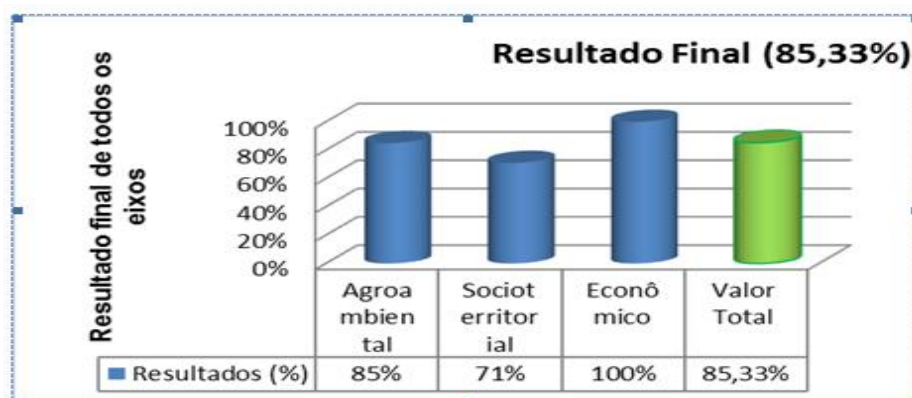
**Quadro 7:** Resultados dos indicadores do eixo Econômico

INDICADOR	FAVORÁVEL	DESFAVORÁVEL
C1 – Viabilidade Econômica		
C2 – Taxa de Especialização		
C6 – Eficiência do Processo Produtivo		

FONTE: Elaboração dos autores, 2015.

Avaliado os indicadores que norteiam o eixo *econômico*, observa-se que 100% deles apresentam valor favorável no nível de sustentabilidade. Segundo a escala percentual e seus respectivos níveis, o eixo *econômico* se enquadra no *nível ideal* de sustentabilidade. Ao final do estudo, representado no gráfico 1 a seguir, verificamos que cada eixo, em suas especificidades, apresentou-se em valores percentuais bastante favoráveis. O eixo socioterritorial (71%) que apresentou menor valor em seus indicadores justifica-se pelo fato dos produtores se encontrarem na condição de assentados, desfavorecendo-os em alguns quesitos do eixo socioterritorial. No entanto, apesar de terem apresentado valores um pouco abaixo dos eixos agroambiental e econômico, foram considerados *ideais* para o nível de sustentabilidade. O valor percentual de 85,33% refere-se ao conjunto dos eixos representado.

**Gráfico 1:** Resultado final de todos os eixos



FONTE: elaboração dos autores, 2015.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos que, apesar de ser uma associação que já carrega consigo o selo de qualidade de uma produção agroecológica, é indispensável que se continue a realizar estudos, os quais possam afirmar ou não se todas as atividades realizadas seguem em equilíbrio entre os eixos *agroambiental*, *socioterritorial* e *econômico*, para que se mantenha o nível ideal de sustentabilidade. Os resultados obtidos apresentaram valores percentuais bastante positivos e favoráveis, permitindo-nos concluir que as atividades agrícolas praticadas pelos produtores participantes da Associação ECOVÁRZEA, são realmente *sustentáveis*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Caporal, F. R & Costabeber, J. A. (2001). *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural*.
- IDEA. *Indicateurs de Durabilité des Exploitations Agricoles. Grille IDEA 3*. (2008). Disponível em: <[www.idea.portea.fr/fileadmin/documents/presentation/Grille\\_IDEA\\_3.pdf](http://www.idea.portea.fr/fileadmin/documents/presentation/Grille_IDEA_3.pdf)>. Acesso em: 12/11/2014.
- Martins, M.F & Cândido, G. A. (2008). *A influência dos índices de desenvolvimento sustentável na competitividade sistêmica um estudo exploratório no arranjo produtivo local de confecções em Campina Grande-PB*. João Pessoa. (mimeo)
- Verona, L. A. F. (2008). *Avaliação de sustentabilidade em agroecossistemas de base familiar e em transição agroecológica na região sul do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Agronomia) – UFPel/RS.
- Vilain, L. (1999). *De l'exploitation agricole à l'agriculture durable: aide méthodologique à la mise en place de systèmes agricoles durables*. Educagri Éditions, Dijon.
- Vilain, L., Boisset K., Girardin P., Mouchet C., Viaux P. & Zahm F. (2008). *La méthode IDEA. Indicateurs de durabilité des exploitations agricoles. Guide d'utilisation*. Educagri Éditions, Dijon.

## Assentamentos da microrregião Campanha Ocidental/Campanha Gaúcha/ Rio Grande do Sul

Rosa Maria Vieira Medeiros  
POSGea/UFRGS – NEAG/UFRGS  
mvmedeiros@yahoo.com.br

Michele Lindner  
PNPD/CAPEs no POSGea UFRGS – NEAG/UFRGS  
michelindner@gmail.com

### RESUMO

O agricultor camponês reterritorializado na Microrregião Campanha Ocidental do Rio Grande do Sul/Brasil implantou novas formas produtivas, econômicas e sociais que mudaram a paisagem. Esta paisagem, analisada a partir de sua imagem tradicional na Campanha Gaúcha: coxilhas cobertas por campos com fazendas de criação, foi transformada pela tradição camponesa voltada para a produção de alimentos mudando as formas de produção na região. Esta pesquisa objetivou analisar essas transformações decorrentes da presença dos assentamentos criados a partir dos anos 1990. Assim, considerou-se paisagem, natureza e território em seus aspectos ambientais, econômicos, políticos e culturais. Foram entrevistadas famílias assentadas que transformaram a paisagem de seu novo território. Elas encontraram limitações materiais e imateriais superadas pelas experiências positivas das novas práticas agrícolas. Construíram uma nova identidade em um lugar diferente percorrendo um o caminho que transformou sua prática em uma filosofia de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** assentamentos rurais, Campanha Gaúcha, Reforma agrária.

### 1. INTRODUÇÃO

Ao se analisar espaço e território os mesmos devem ser compreendidos e vistos de forma conjunta. É fundamental se considerar o território e toda a sua dimensão para que se efetue a humanização desse o espaço. É este território que, num primeiro momento, vai constituir o espaço cultural de identificação, de pertencimento e sua efetiva apropriação só se efetuará na etapa seguinte.

O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites recortá-lo, é sinônimo de dominação, de controle. O domínio entre pessoas e nações passa pelo exercício do controle do solo (Medeiros, 2009, p.217).

O território é também um lugar identificado por uma rede de lugares, muito embora tenha suas fronteiras definidas que delimitam e marcam o espaço de sobrevivência, o espaço de força, defendido, negociado, cobijado, perdido, sonhado, mas que possui uma forte força afetiva e simbólica (Medeiros, 2009).

Assim se configura o campo brasileiro entre agronegócio, *commodities*, territorialização do capital, oligarquias rurais, camponeses e agricultores familiares aliçados do processo produtivo, expropriados e desterritorializados. São esses sujeitos excluídos, os responsáveis pela produção que alimenta a população brasileira e pela manutenção das

tradições e dos saberes herdados de seus ancestrais.

O território é, pois, o lugar onde terra e trabalho são agentes de construção de novas identidades, de novas territorialidades, de novas territorializações. O camponês reconstrói, através dessa relação, sua territorialidade para assim se reconhecer enquanto sujeito e agente desse novo território. Nesse contexto é que a Campanha gaúcha no Rio Grande do Sul se constituiu um novo território para os camponeses assentados pela Reforma Agrária.

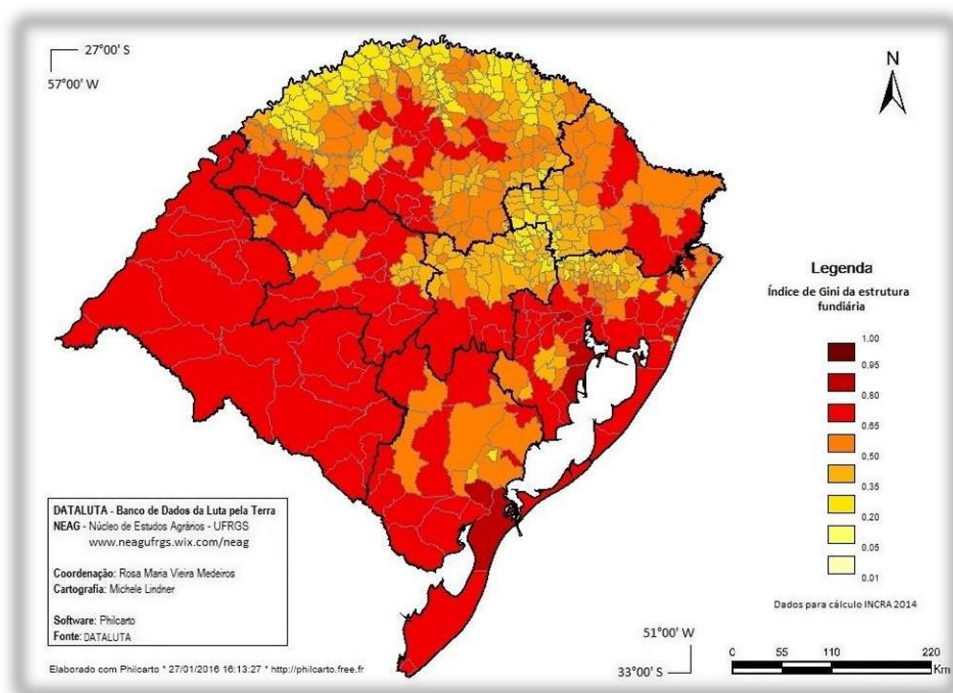
## 1. O CASO DE ESTUDO: A CAMPANHA GAÚCHA

Para melhor compreender as transformações ocorridas na Campanha Gaúcha é importante resgatar a configuração do espaço agrário gaúcho considerando a estrutura fundiária, o processo de ocupação relacionado à imigração e o uso da terra.

O Rio Grande do Sul apresenta seu espaço historicamente organizado e dividido de acordo com sua estrutura fundiária. Uma parte é de domínio do latifúndio pecuarista, localizado nas Mesorregiões Sudoeste e Sudeste que se caracteriza pela concentração de terras em grandes propriedades rurais, produção baseada na pecuária extensiva, rizicultura e soja. Outra parte é de domínio das pequenas e médias propriedades localizadas nas Mesorregiões da Metade Norte do estado, onde ocorreu a colonização alemã e italiana. Originalmente nesta região predominavam pequenas propriedades familiares com produção diversificada, entretanto, atualmente estas mesorregiões constituem os espaços modernizados e especializados da agricultura gaúcha com altos investimentos voltados, sobretudo à exportação. O Índice de Gini no Mapa 1, permite observar esta estrutura fundiária dominante no Rio Grande do Sul.

No espaço sul-rio-grandense, portanto coexistem duas formas distintas de ocupação da terra: o latifúndio e a pequena propriedade familiar que foram modernizadas, fracionadas, concentradas, dinamizadas ou até estagnadas demonstrando as suas contradições. Nesse processo vários agricultores foram excluídos e desterritorializados e isso os fez buscar um novo lugar através de seu engajamento na luta pela terra, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Foi, portanto, na Campanha Gaúcha que o PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária os assentou, ou seja, na região de domínio do latifúndio. É nesta região que os assentamentos foram buscar sua inserção ao processo produtivo do qual haviam sido excluídos. Procuraram novas formas de produzir, se organizar, relacionar com o ambiente, com a paisagem que os acolhia. Precisavam resgatar seus conhecimentos esquecidos para retomar através da produção, da cultura e da organização político-econômico-social de seu

território uma autonomia que lhes foi “tirada”.



**Mapa 1:** Índice de Gini da Estrutura Fundiária do estado do Rio Grande do Sul, Brasil

FONTE: Medeiros *et al.*, 2015.

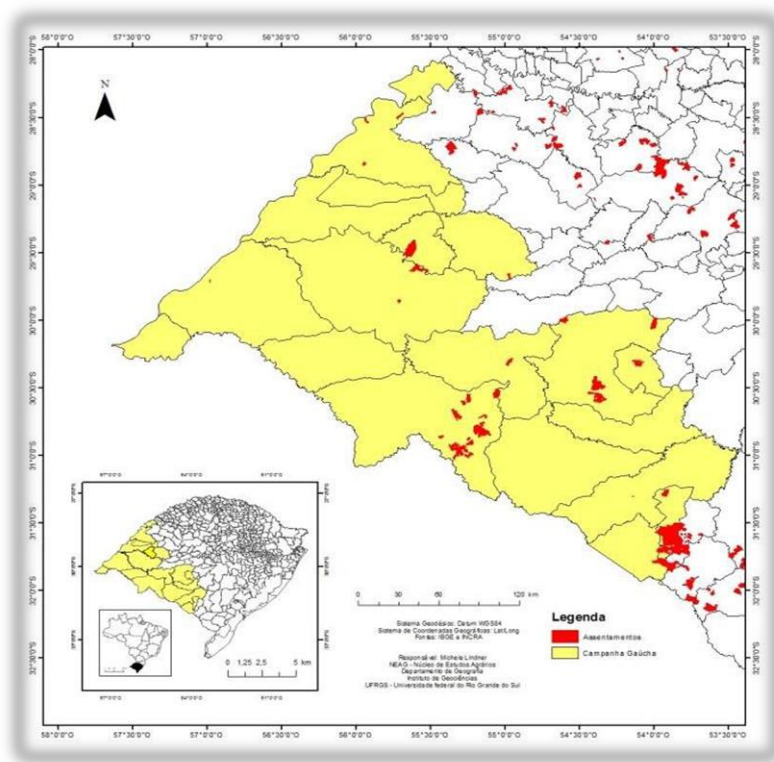
A história dos agricultores assentados é a expressão do domínio do capital no campo que desterritorializa e que forma contraditória territorializa também. O processo é difícil, as dificuldades econômicas e sociais são grandes. É uma nova etapa na vida dos assentados para a reconstruírem sua identidade e territorialidade. No caso da Campanha Gaúcha esta reconstrução trouxe uma nova forma de organização do espaço com mudanças na paisagem e na forma de produzir.

Segundo Medeiros e Lindner (2013) a criação dos assentamentos no estado do RS teve seu auge entre a segunda metade da década de 1990 e a primeira metade da década de 2000. Neste período foram criados 305 novos assentamentos, o que corresponde a 91% do total dos assentamentos do estado. Portanto, uma nova forma de produzir, baseada na agricultura familiar, na produção de alimentos, no cooperativismo se instalou na Campanha Gaúcha para mudar a paisagem e povoar as coxilhas.

Os assentados da Campanha Gaúcha (Mapa 2) com sua organização política e econômica deixam suas marcas neste espaço com sua forma de produzir, cuja base principal é a agroecologia e por consequência a preservação do meio ambiente. A Campanha Gaúcha se reconfigurar com os assentamentos, as práticas agroecológicas mudam a paisagem. O



desenvolvimento sustentável se enraíza nos assentamentos baseado na cooperação e na associação de famílias tanto para a produção quanto para a comercialização.



**Mapa 2:** Assentamentos da Campanha Gaúcha, RS, Brasil

Cabe ressaltar que esta forma de produzir é atualmente a proposta do MST por considerar que esta alternativa possibilita a reterritorialização dos agricultores desterritorializados. São novos territórios virtualmente mais abertos e multiculturais, com maior liberdade de opções. É uma nova racionalidade se desenvolvendo nos assentamentos através das instalações de agroindústrias pensadas a partir da estrutura e das necessidades das cidades, da divisão do trabalho, da sociedade industrializada. O ser camponês se manifesta no convívio cotidiano, na solidariedade, na expressão oral e corporal, embora também os assentamentos sejam tocados pela influência da vida urbana. É um grande desafio, para estes camponeses, a construção de uma nova territorialidade nos assentamentos de Reforma Agrária que embora enraizados na sua cultura, se encontram abertos às inovações para assim realizarem seu sonho.

## 2. A MICRORREGIÃO CAMPANHA OCIDENTAL

A Microrregião da Campanha Ocidental possui 12 assentamentos instalados em seis

municípios diferentes com 512 famílias assentadas. O maior assentamento é o Santa Maria localizado em Manoel Viana com uma área de mais de 6 000 ha onde estão instaladas 216 famílias (Tabela 1).

**Tabela 1:** Assentamentos da Campanha Ocidental

Assentamentos	Município	Área	Nº de famílias
1. PA Novo Alegrete	Alegrete	1.197,15	63
2. PA Unidos pela Terra	Alegrete	1.224,23	46
3. PE Acaue	Alegrete	328,8554	13
4. PE São Domingos	Garruchos	722,00	44
5. PA Santa Maria	Manoel Viana	6.118,49	227
6. PA Santa Mercedes/Gleba B	Manoel Viana	394,0199	9
7. PA São Marcos	São Borja	402,00	17
8. PA Cambuchim	São Borja	600,63	30
9. PE Cristo Redentor	São Borja	255,00	15
10. PE Fazenda Cassacan	São Borja	395,3157	15
11. PA Jaguari Grande	São Francisco De Assis	534,6172	26
12. PA Imbaá	Uruguaiana	81,5367	7

FONTE: INCRA, 2014.

Este é o território dos assentamentos que foi constituído a partir do sentimento de pertencimento dos assentados desenvolvido ao longo do tempo de sua instalação. O processo de reterritorialização exigiu dessas famílias um grande esforço que envolveu erros, acertos, abandonos, desistências, mas sobretudo uma forte resistência, coragem e continuidade na luta para reconstruir sua história neste novo espaço.

Segundo Medeiros & Lindner (2016) no território da Campanha Ocidental os assentamentos coexistem com os históricos latifúndios, sendo, portanto, agentes das mudanças na paisagem. Sua participação na economia da região já é reconhecida pela produção de alimentos, instalação de novas estruturas básicas tanto na área rural quanto urbana e do espírito cooperativista que os caracteriza. As dificuldades fortaleceram sua luta na busca de seus objetivos e reivindicações além de derrubarem o mito da fragilidade da produção familiar.

Na Campanha Ocidental é possível distinguir dois espaços culturais distintos aproximados em decorrência da luta pela terra, em decorrência da Reforma Agrária.

Para Medeiros & Lindner (2016), a paisagem dos assentamentos mudou gradativamente a tradicional paisagem da Campanha Gaúcha em razão das novas práticas agrícolas adotadas e até mesmo pela agricultura tradicional mantida que não impediu o desenvolvimento da agroecologia e de uma nova relação com a natureza. É este o território do

assentado e sua apropriação se fortalece com suas novas formas de produzir. Novos elementos foram acrescentados à paisagem que simbolizam o enraizamento no território. As novas tecnologias da agricultura marcam a paisagem. Onde antes se visualizava campo e gado, atualmente já são visíveis habitações, galpões para os maquinários utilizados na lavoura, silos para armazenagem do arroz colhido. Mas a tradição campeira está lado a lado das novas tecnologias mostrando que embora sejam incorporados esses novos elementos permanecem as tradições enquanto símbolos da cultura local. São as marcas do passado expressas na tradição.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tradição camponesa das famílias assentadas alterou a paisagem da Campanha Ocidental. São novas práticas num novo espaço com o qual se identificaram e constituíram seu território. Mas ao lado do novo permanece a tradição gaúcha expressa nos símbolos circunscritos na paisagem, na história e na cultura imediatamente apropriada pelos assentados. Novos usos, velhas tradições no espaço dos assentamentos estão reconfigurando a paisagem.

As imagens do novo e do velho se encontram e redesenham a paisagem da Campanha Ocidental. Novos símbolos, novas significações, novas identidades marcando a presença dos assentamentos que neste processo histórico estão acrescentando a este território novos saberes, novos valores, mudanças. A paisagem revela cada uma dessas mudanças registradas ao longo do tempo ao mesmo tempo que possibilita identificar as potencialidades desse território. É um novo olhar com desenhos distintos da paisagem da Campanha Ocidental cujos territórios refletem saberes, culturas, tradições e valores do presente e do passado.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2014). *Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação*. Recuperado em 20 de novembro, 2014, de [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos\\_criados-geral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf).
- Medeiros, R. M. V. (2009). “Território, espaço de identidade”, in Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (Org.), *Territórios e Territorialidades – teorias, processos e conflitos*. Expressão Popular, São Paulo, SP/Brasil, pp. 217-227.
- Medeiros, R. M. V.; Lindner, M. (2013). O território dos assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. *Boletim DataLuta. NERA - Artigo DATALUTA* 1(68), 2-11.
- Medeiros, R. M. V.; Lindner, M.; Melchior, J. L.; Munhoz, T. F. & Leal, L. F. C. (2015). *DATALUTA Rio Grande do Sul: Relatório 2014. (Relatório de Pesquisa/2015)*. Porto Alegre, RS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Medeiros, R. M. V.; Lindner, M. (2016). Olhares de ontem e de hoje sobre a paisagem da Microrregião da campanha Ocidental/Rio Grande do Sul/ Brasil. *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul* 1(27), 94-111.

## Assentamentos rurais e a experiência do arroz ecológico no Rio Grande do Sul

Michele Lindner  
POSGea UFRGS – NEAG/UFRGS  
michelindner@gmail.com  
Rosa Maria Vieira Medeiros  
POSGea/UFRGS – NEAG/UFRGS  
mvmediros@yahoo.com.br

### RESUMO

No Brasil, nos últimos anos, as experiências de agricultura sustentável em assentamentos de reforma agrária vem chamando a atenção. No estado do Rio Grande do Sul (RS), na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) a produção de arroz ecológico vem ganhando destaque tanto pela sua eficiência produtiva quanto pelos impactos gerados no meio ambiente e na vida dos produtores. Em pouco mais de uma década, a área envolvida com a produção na Região, passou de 07 hectares para mais de 3.500 hectares na safra 2015-2016. Organizados através de um Grupo Gestor, os produtores assentados atualmente dominam toda a cadeia produtiva do arroz ecológico, contando com produção de sementes, infraestrutura de armazenamento, beneficiamento e certificação própria. Essa experiência já extrapola a RMPA, expandindo-se para outras regiões do estado do RS e representa não só a maior experiência de produção ecológica em área de assentamentos do Brasil, mas também a maior da América Latina.

**PALAVRAS-CHAVE:** agricultura sustentável, arroz ecológico, assentamentos rurais.

### 1. INTRODUÇÃO

A luta pela terra representa uma temática de grande polêmica no Brasil. Desde os anos 1980 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vem protagonizando manifestações e ocupações que visam o assentamento de famílias de produtores rurais e a busca pela reforma agrária brasileira. No entanto além da luta pela conquista da terra, há também posteriormente a luta pela inclusão sócio econômica dos assentados, que muitas vezes após a conquista da terra encontram sérias dificuldades para se adaptar aos padrões de produção vigentes, devido à falta de recursos e altos custos de produção.

Nesse contexto, destacam-se experiências como a da produção de arroz ecológico dos assentados da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) no Rio Grande do Sul (RS), Brasil. A produção de arroz tem participação importante na economia dos municípios da RMPA além de ocupar uma parte significativa de sua área rural, porém, os impactos ambientais decorrentes dessa atividade agrícola são em sua maioria avaliados como negativos e é justamente por essa razão que a produção de arroz ecológico dá uma nova dimensão a esses impactos.

Entre as motivações que levam as famílias de produtores rurais assentados a aderirem à produção ecológica, estão tanto motivações econômicas quanto socioambientais, pois ao aderirem a essa prática produtiva, as famílias rompem não apenas com um padrão de produção

agrícola dependente de insumos externos, mas constroem novas relações socioespaciais, engendrando significativas transformações territoriais e ambientais.

Essa experiência exitosa ao longo dos anos passou a ser referência na produção de alimentos orgânicos, expandindo-se para outras regiões do estado do RS. O Núcleo de Estudos Agrários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NEAG/UFRGS) vem acompanhando a produção de arroz ecológico dos assentados da RMPA desde o ano de 2010, sendo dessa forma, possível vislumbrar diversas mudanças ocorridas na vida das famílias envolvidas na produção.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo demonstrar a experiência da produção de arroz ecológico na RMPA e os impactos dessa produção nesta região, no estado do RS e na vida dos produtores envolvidos. Para tal, serão apresentadas informações obtidas através de pesquisas de campo, entrevistas com produtores, participações em reuniões do Grupo Gestor do Arroz Ecológico, dados da Certificação Participativa da COCEARGS (Cooperativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul) e publicações do NEAG/UFRGS.

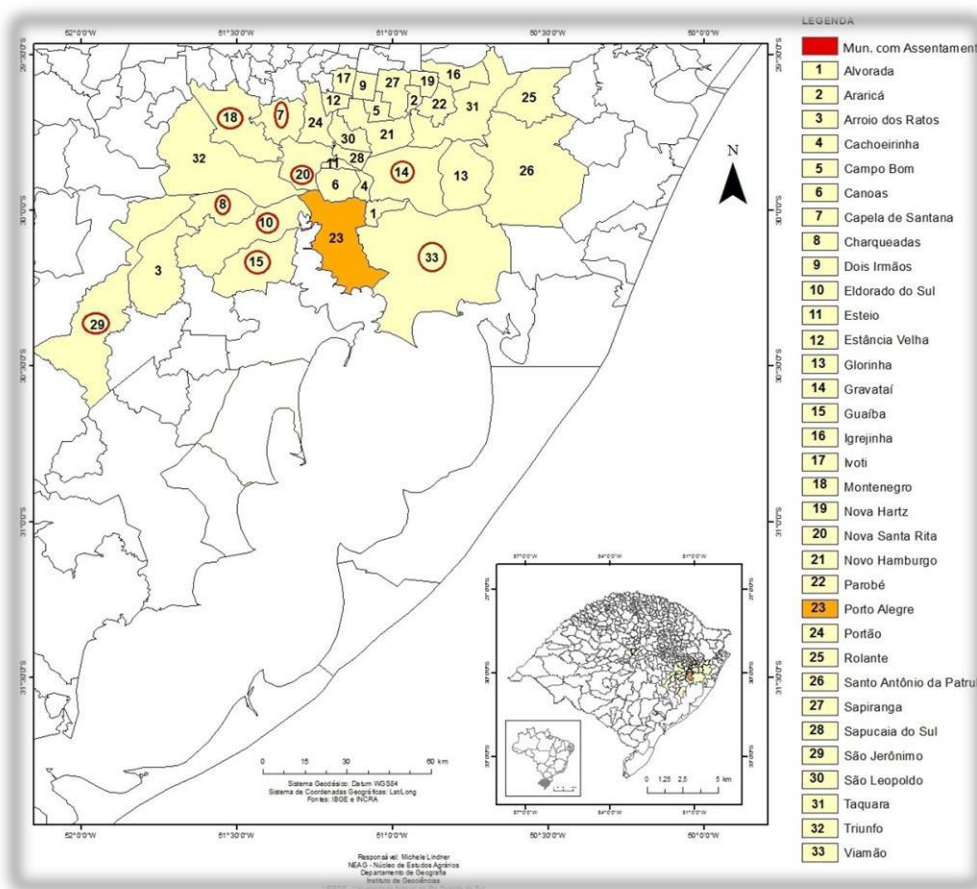
## **2. O ARROZ ECOLÓGICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE**

A RMPA é formada por 33 municípios e registra a presença de assentamentos em nove de seus municípios (Mapa 1), todos eles conquistados por famílias vinculadas ao MST.

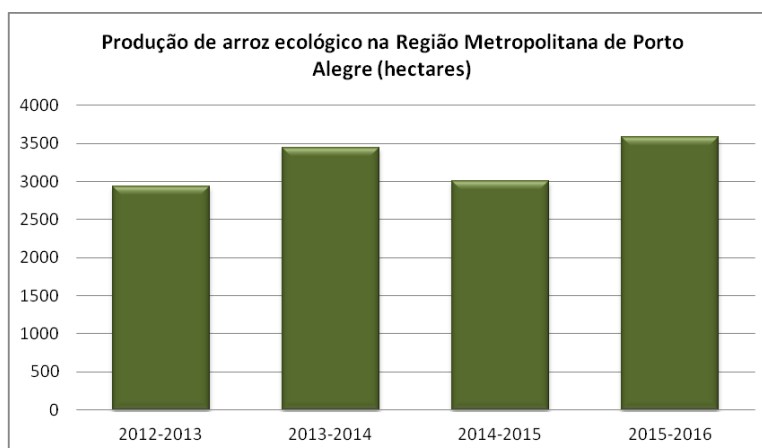
A experiência com o arroz ecológico nessa Região teve início em 1999, em caráter experimental quando foram cultivados 07 hectares de terra em dois assentamentos. De acordo com Medeiros *et al.* (2013), as motivações que levaram essas famílias a aderirem à produção ecológica, levam em conta tanto motivações econômicas quanto sociais. No que tange a questão econômica, buscou-se produzir com menores custos em um mercado onde a concorrência fosse menos capitalizada do que no mercado de arroz convencional. Medeiros *et al.* (2013, p.12), explicam que:

nos anos 2000, uma parcela significativa dessas famílias envolvidas com a produção do arroz convencional acumulava dívidas decorrentes dos altos custos de produção pelo uso de insumos externos, como agrotóxicos além dos baixos preços do arroz no mercado.

Assim, a evolução das lavouras de arroz ecológico e o número de famílias envolvidas na produção vem crescendo significativamente ao longo dos anos. Isso pode ser percebido nos dados das últimas safras, cedidos pela Certificação Participativa da COCEARGS, que demonstram crescimento da área plantada em hectares (Figura 1).



**Mapa 1:** Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre e Tapes - RS



**Figura 1:** Áreas de produção de arroz ecológico na Região Metropolitana de Porto Alegre entre 2012 e 2016

A partir das informações é possível perceber que a produção vem crescendo gradativamente a cada safra, apenas com um pequeno decréscimo na safra 2014-2015, porém mostrando recuperação na safra seguinte. Da mesma forma, o número de famílias de produtoras envolvidas na produção também vem apresentando um constante aumento, somando na safra

2015-2016 328 produtores. Essa expansão foi impulsionada pela criação do Grupo Gestor do Arroz Ecológico (GGAE) no ano de 2002, cuja meta além de reunir as famílias produtoras, foi promover a sistematização de dados, a troca de experiências entre os produtores, a negociação com instituições públicas e privadas, ampliando parcerias e buscando a ampliação do número de famílias assentadas envolvidas no cultivo ecológico do arroz irrigado (Menegon *et al.*, 2009).

A expansão da produção do arroz ecológico teve também o apoio do Estado, através do financiamento da construção de estruturas de armazenagem e beneficiamento, fundamentais para este crescimento da produção. Além disto, é importante destacar também que o fator geográfico teve bastante influencia na expansão, visto que os assentamentos produtores estão localizados próximos a capital do estado (Medeiros *et al.*, 2013).

Esta proximidade reduz custos de transportes com os grandes centros consumidores bem como facilita a comunicação entre as famílias produtoras. Além disso, viabiliza uma maior articulação política e comercial com instituições de diferentes escalas governamentais pela facilidade das lideranças em participar de reuniões para se informar, negociar, participar de eventos onde divulgam e comercializam o produto (Medeiros *et al.*, 2013, p. 13).

Outro fator de grande importância é o papel transformador que essa produção tem na vida dos agricultores, que optam por um modo de vida mais saudável e com maiores cuidados com o meio ambiente. Isso em grande parte é estimulado pela crescente orientação pela busca por alimentos saudáveis, que faz com que o espaço rural brasileiro, gradativamente venha sofrendo pequenas transformações territoriais. Essa nova orientação de consumo faz com que se multipliquem as experiências de produção devido à ampliação do mercado consumidor.

Assim, a produção de arroz ecológico nos assentamentos rurais na RMPA é um exemplo de experiência exitosa no que tange esses fatores. No entanto, é importante termos a clareza que se trata de uma experiência de transição agroecológica, visto que a forma de agricultura praticada nos assentamentos refere-se a uma agricultura orgânica que tem como base os princípios da agroecologia. Sobre essa questão Campos & Medeiros (2014, p. 54) explicam que apesar de as famílias assentadas autodenominarem o arroz que produzem de ecológico, utilizar este nome é uma decisão política do Movimento (MST) que busca a agroecologia como uma meta, uma vez que suas lideranças tem consciência que a agroecologia não se limita à produção de alimentos sem agrotóxicos.

Contudo, mesmo sendo um processo ainda em curso já se percebem grandes transformações nos assentamentos rurais do MST que vêm incorporando essas práticas sustentáveis. No entanto, Altieri (2012, p.18) chama a atenção para que não se trata de algo recente, segundo o autor, pois “a partir do final da década de 1990, os movimentos camponeses

e rurais têm adotado a Agroecologia como bandeira de sua estratégia de desenvolvimento e soberania alimentar”.

Segundo Altieri (2012), a Via Campesina acredita que está nas mãos dos pequenos produtores a proteção dos meios de vida, emprego, segurança alimentar e saúde das pessoas, por meio de mudanças no modelo agrícola industrial baseado nas grandes propriedades e no comércio voltado para exportação.

Portanto, percebe-se que a agroecologia apresenta-se como um conceito de grande relevância, visto que, a produção de arroz realizada nos assentamentos estudados tem como base os seus princípios. A implantação da agricultura de base ecológica implica em uma série de transformações, sobretudo nas relações sociais de produção, uma vez que exige uma participação ativa do agricultor e uma radical mudança na relação deste com o ambiente rumo a uma produção sustentável. A importância dessas transformações é percebida a partir de algumas percepções dos assentados sobre a produção de arroz orgânico (Tabela 1).

**Tabela 1:** Percepções dos assentados sobre a produção de arroz orgânico

PERCEPÇÕES DOS ASSENTADOS SOBRE A PRODUÇÃO DE ARROZ ORGÂNICO	
Arroz Orgânico	Impactos da produção
-“O orgânico preserva o ambiente”	-“Diminui a dependência do sistema convencional”
- “A diversidade de espécies é maior na área de arroz orgânico”	- “Impacto mais abrangente, não só local”
- “Tranquilidade no trabalho sem agrotóxicos”	- “Bom retorno financeiro aos agricultores”
	- “Passou a ser uma opção de vida e não apenas de produção”
	- “Melhorou muito e o estresse diminuiu”
	- “Melhorou a minha saúde e de quem consome nossos produtos”

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da experiência apresentada podemos ter claramente a percepção de que a busca por formas de agricultura sustentáveis requerem comprometimento e constantes transformações em atitudes, concepções e valores. Os produtores de arroz ecológico da RMPA, que em um primeiro momento fizeram a opção por uma produção com base ecológica, motivados por situações difíceis que vinham enfrentando com a produção convencional, passaram a incorporar em seu discurso os princípios de uma agricultura sustentável. Dessa forma, percebemos que a experiência que começou em caráter experimental foi capaz de gerar importantes transformações, servindo inclusive de exemplo para outras regiões do RS, como a Região da Campanha Gaúcha, que atualmente já conta com 110 famílias assentadas produtoras de arroz ecológico.



Além da melhoria na qualidade de vida, do respeito da população local, a conquista de mercados e a visibilidade da experiência em nível nacional, demonstram partes da conquista de um processo que ainda não está finalizado e precisa ser constantemente recriado para seguir rumo à sustentabilidade. Assim, é necessário ressaltar os impactos positivos da produção do arroz ecológico na RMPA, uma vez que essa experiência pode potencializar o desenvolvimento local e regional gerando significativas transformações territoriais, reduzindo os impactos ambientais e gerando emprego e renda para diversos produtores rurais.

É importante também chamar a atenção para que essa experiência transforma a forma de produção do arroz, mostrando que é possível ter uma grande produtividade sem o uso de agrotóxicos e ao reunir produtores assentados em pequenas propriedades (entre 12 e 40 ha), desmistifica a tese de que a produção de arroz só é viável em médias e grandes propriedades. Portanto, trata-se de uma experiência de grande importância, ao participarem de todo o processo produtivo, as famílias agricultoras rompem não apenas com um padrão de produção agrícola convencional, mas constroem novas alternativas de inclusão sócio econômica para produtores que não conseguiriam adaptar-se ao mercado de produção convencional e desta forma seriam possivelmente excluídos do processo produtivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Altieri, M. (2012). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. (3ª Ed. ver. Ampl.). São Paulo, SP, Rio de Janeiro, RJ: Expressão Popular, AS-PTA.
- Campos, C. S. S. & Medeiros, R. M. V. (2014). “Avanços e contradições da produção orgânica nos assentamentos o caso do arroz na Região Metropolitana de Porto Alegre” *in*, Medeiros, R. M. V. & Lindner, M. (Orgs.), *Assentamentos rurais, território, produção: novas alternativas no Rio Grande do Sul*. Evangraf, Porto Alegre, RS/Brasil, pp. 41-58.
- Medeiros, R. M. V.; Campos, C. S. S.; Castelo Branco Filho, C. & Lindner, M. (2013). Cadeia produtiva do arroz ecológico nos assentamento da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS: Análise territorial e ambiental (Relatório de pesquisa). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – NEAG/UFRGS. Porto Alegre.
- Menegon, L., Fagundes, L., Ribeiro, O. & Cadore, E. (2009). Produção de arroz agroecológico em assentamentos de reforma agrária no entorno de Porto Alegre. *Revista Brasileira de Agroecologia* 4 (2), 3363-3366.

## **Controle gerencial da produtividade leiteira: uma análise sobre as perspectivas dos produtores rurais**

**Silvana Dalmutt Kruger**

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó  
silvanak@unochapeco.edu.br

**Mirian Debora Seganfredo**

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó  
miriandeboraa@unochapeco.edu.br

**Antonio Zanin**

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó  
zanin@unochapeco.edu.br

**Sérgio Murilo Petri**

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.  
smpetri@gmail.com.br

**Sady Mazzioni**

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó.  
sady@unochapeco.edu.br

### **RESUMO**

O estudo teve como objetivo verificar as percepções dos produtores de leite quanto à utilização de um sistema gerencial de controle dos custos da produtividade leiteira. A pesquisa foi aplicada em municípios da região Oeste de Santa Catarina, por meio de questionários, a amostra é composta por 360 gestores que desenvolvem a produção leiteira. Quanto às propriedades rurais 99,17% possuem até 50 hectares para desenvolver a atividade; 100% possuem mão de obra familiar. A pesquisa demonstra que 94,72% dos produtores rurais faz algum tipo de anotação, sendo 98,88% anotações simples em cadernos, 99,44% não separam os gastos pessoais da família com os gastos das atividades desenvolvidas. De modo geral os resultados a necessidade da utilização da contabilidade e de controles gerenciais de apoio à gestão das atividades desenvolvidas no meio rural, especialmente da produção leiteira.

**PALAVRAS-CHAVE:** atividade leiteira, produtores rurais, controle gerencial para o meio rural.

### **1. INTRODUÇÃO**

Para o gerenciamento de um negócio que envolve muito mais que uma planta industrial ou um conjunto de unidades agrícolas. Souza e Rasia (2011), afirmam que a tecnologia de informações permite a troca de dados entre diversas empresas do planeta e que as pessoas conseguem utilizar essas informações e consumir produtos industrializados, alavancando assim o crescimento das empresas do agronegócio e toda a cadeia produtiva.

A atividade leiteira destaca-se para as famílias de agricultores no campo financeiro, por ser uma fonte de renda mensal, que contribui para o equilíbrio do “caixa” da propriedade. O Brasil mantém a sexta posição entre os maiores produtores de leite, alcançando 28.890 bilhões de litros de leite fluido no ano de 2008 (EMBRAPA, 2014) Sendo que o mesmo é uma matéria agrícola de excelente estratégia, visto que nos mercados agro alimentares, é componente de diferentes produtos (Schubert, 2011).

Afirma-se que no Oeste Catarinense a produção de leite é uma atividade presente em praticamente todas as propriedades rurais, constituindo uma importante fonte de renda para a maioria dos estabelecimentos agrícolas, especialmente pela predominância da mão de obra familiar nestes estabelecimentos. Acredita-se também que o resultado de um perfil industrial completou de maneira equilibrada, grandes, médias e pequenas empresas, sendo estas bem distribuídas no espaço regional, e que criou-se um ambiente favorável para o desenvolvimento regional e sustentável da produção leiteira, com a construção de um modelo em que as etapas de produção e transformação do leite ocorrem de forma diversificada e desconcentrada (Mello, 2003).

Estudos anteriores como os de Heredia (2010), Schubert (2011) e Souza & Rasia (2011), Fischer *et al.* (2012), Kruger *et al.* (2014) evidenciam a importância da análise e da utilização da contabilidade no meio, bem como do controle dos custos dos processos produtivos.

Neste contexto a pesquisa tem por problemática norteadora identificar: Quais as percepções dos produtores de leite quanto à utilização de um sistema gerencial de controle dos custos de produção? Desta forma destaca-se como objetivo verificar as percepções dos produtores de leite quanto à utilização de um sistema gerencial de controle dos custos da produtividade leiteira.

Justifica-se a relevância de estudo considerando a importância do agronegócio para a economia, bem como para o controle gerencial das atividades desenvolvidas no meio rural, tendo em vista a necessidade de controles para o processo de análise e acompanhamento da produtividade, inclusive para a atividade leiteira, no intuito de gerenciar os custos de produção e acompanhar os resultados obtidos.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa voltada para à análise e utilização das informações contábeis no meio rural, apresenta três características metodológicas, segundo Raupp & Beuren (2009) a tipologia da pesquisa deve considerar a análise: (i) quanto aos objetivos; (ii) quanto aos procedimentos; (iii) quanto à abordagem do problema.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva, tendo em vista o objetivo do estudo quanto às percepções dos produtores de leite em relação à utilização de um sistema gerencial de controle dos custos da produtividade leiteira.

Neste sentido, após a identificação da população de produtores de leite dos municípios do Oeste de Santa Catarina, por meio de questionários foram coletadas as informações acerca

de uma determinada amostra. O intuito foi verificar os controles e informações utilizadas no processo de gestão das entidades rurais produtoras de leite. Nesta etapa diagnosticou-se os procedimentos e ações adotadas pelos produtores de leite, a amostra atingiu 360 produtores dos municípios de Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Irati, Jardinópolis, Lajeado Grande, Marema, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Novo Horizonte, Quilombo, Santiago do Sul, União do Oeste, Xanxerê, Xaxim. O período de aplicação dos questionários ocorreu de junho a agosto de 2015.

Após a coleta dos dados os mesmos foram organizados em planilhas e tabelas, visando destacar as características da amostra pesquisada e o contexto da utilização de controles relacionados à produção leiteira e a gestão das entidades rurais.

### 3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Nessa seção apresenta-se a análise do questionário de pesquisa aplicado, contemplando os dados dos 360 respondentes.

**Tabela 1:** Identificação da idade e gênero dos respondentes

<b>Idade</b>	<b>Frequência absoluta</b>	<b>Frequência relativa%</b>
Até 25 Anos	3	0,84
De 25 a 35 Anos	87	24,17
De 35 a 45 Anos	148	41,11
De 45 a 55 Anos	105	29,16
Acima de 55 Anos	17	4,72
Total	360	100
<b>Gênero</b>	<b>Frequência absoluta</b>	<b>Frequência relativa %</b>
Feminino	14	3,88
Masculino	346	96,12
Total	360	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Observou-se quanto à escolaridade que 42,78% possuem o ensino médio incompleto, sendo esses a maioria, em seguida com 25,28% possuem o ensino fundamental completo, 16,39% possuem ensino médio incompleto, 14,72% possuem apenas ensino fundamental incompleto. E apenas 2 respondentes possuem ensino superior completo e 1 cursando.

**Tabela 2:** Identificação de quanto tempo os respondentes dedicam-se a atividade leiteira

Tempo dedicado	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Até 5 anos	3	0,83
De 6 a 10 anos	152	42,22
De 11 a 15 anos	149	41,39
De 16 a 20 anos	37	10,28
De 21 a 25 anos	14	3,89
Acima de 25 anos	5	1,39
Total	360	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se na Tabela 2 que 56,95% dos respondentes desenvolvem a atividade leiteira há mais de 11 anos, embora outros 43,05% estejam há menos tempo na produção, 42,22% atuam entre 6 a 10 anos com a atividade leiteira.

**Tabela 3:** Identificação do tamanho da propriedade dos respondentes

Tamanho da propriedade (hectares)	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Até 10 hectares	196	54,44
De 10,1 a 20 hectares	86	23,89
De 20,1 a 30 hectares	63	17,50
De 30,1 a 40 hectares	6	1,67
De 40,1 a 50 hectares	6	1,67
Acima de 50 hectares	3	0,83
Total	360	100

Fonte: Dados da pesquisa.

**Tabela 4:** Identificação de quantas pessoas da família estão envolvidas na atividade leiteira

Pessoas da família	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Até 3 pessoas	258	71,67
De 3 a 5 pessoas	102	28,33
Total	360	100
Mão de obra terceirizada	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Sim (permanente)	8	2,22
Não	352	97,78
Total	360	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Identificou-se que 48,89% dos respondentes possuem 2 filhos, 25,56% possuem 3 filhos e 22,50% possuem somente um filho, 1,67% não possuem filhos, nenhum respondente possui mais que 5 filhos. Ainda, observa-se o interesse dos filhos em permanecer no campo, indicado pelos pais (respondentes). Destaca-se que para 46,11% da amostra não há filhos que pretendam dar continuidade a atividade. Para outros 37,50%, há um filho e para 16,39% dos respondentes há 2 filhos que pretendem dar continuidade as atividades. Apenas 37,5% dos respondentes possuem ao menos um filho que queira dar sequência a atividade leiteira.

**Tabela 5:** Anotações utilizadas para controle, vantagens e a importância das mesmas

Utilização de anotações	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Simple (cadernos, etc.)	358	98,88
Sistema digitalizado	2	0,56
Não faz anotações	2	0,56
Total	360	100

Fonte: Dados da pesquisa.

**Tabela 6:** Anotações utilizadas para controle, vantagens e a importância das mesmas

Principais vantagens	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Comparação mensal da produção	174	48,33
Análise de receita/lucro por litro	58	16,11
Melhor planejamento do ciclo produtivo dos animais	360	100
Total	360 Respondentes	-
Importância das anotações	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Pouco importante	3	0,83
Importante	41	11,39
Muito importante	112	31,11
Extremamente importante	204	56,67
Total	360	100

Fonte: Dados da pesquisa.

**Tabela 7:** Identificação da separação de despesas particulares e despesas geradas pela atividade leiteira na propriedade

Separação de despesas	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Sim	2	0,56
Não	358	99,44
Total	360	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 8 evidencia uma das fragilidades da análise dos resultados, considerando que 99,44% dos respondentes não realizam a separação dos gastos da família relativamente aos gastos da atividade. Neste sentido, a análise dos resultados das atividades possivelmente ficará comprometida.

**Tabela 8:** Identificação dos principais problemas para desenvolver da atividade leiteira

Problemas/dificuldades	Frequência absoluta	Frequência relativa
Meio de transporte para recolher a produção	289	80,28
Baixo valor de venda do leite	285	79,17
Falta de mão de obra para continuar a produção	265	73,61
Falta de apoio financeiro/governamental para investimentos na produção/equipamentos	108	30,00
Retorno financeiro da atividade	102	28,33
Carência (falta) de treinamento e capacitações	21	5,83
Total	360 respondentes	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Questionou-se se existe relação de associativismo com alguma cooperativa, ou se participam do sindicato rural. Identificou-se que 84,44% dos respondentes são associados ou cooperados de alguma cooperativa da região, apenas 15,56% não são associados a alguma

cooperativa. Por outro lado, 90,56% fazem parte ou participam do sindicato rural da região, apenas 9,44% não participam do sindicato rural.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido estudo destaca a importância do agronegócio para a economia, bem como para o controle gerencial das atividades desenvolvidas no meio rural, tendo em vista a necessidade de controles para o processo de análise e acompanhamento da produtividade, no intuito de gerenciar os custos de produção e acompanhar os resultados obtidos.

A contabilidade rural possibilita controlar e planejar as atividades da propriedade, avaliar índices técnicos e econômicos, identificar aspectos a serem corrigidos e também permite determinar os fatores que de alguma forma interferem no processo de produção da atividade rural. O estudo destaca a carência da utilização de controles contábeis para o desenvolvimento de atividades no meio rural, bem como a fragilidade da continuidade das atividades, tendo em vista o desinteresse por parte dos filhos dos respondentes. Neste sentido, destaca-se a necessidade de políticas públicas e apoio ao processo de sucessão familiar no meio rural.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2014). *Embrapa gado de leite*. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/gado-de-leite>>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- Fischer, A., Junior Santos, S., Sehnem, S. & Bernardi, I. (2012). Produção e produtividade de leite do Oeste Catarinense. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia* 10 (2), 337-362.
- Heredia, B., Palmeira, M., & Leite, S. P. (2010). Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 25(74), 159-196.
- Kruger, S. D., Glustak, E., Mazzioni, S., & Zanin, A. (2014). A contabilidade como instrumento de gestão dos estabelecimentos rurais. *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade* 4(2), 134-153.
- Raupp, F. M. & Beuren, I. M. (2012). *Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais*. In: Beuren, Ilse Maria (Org.), *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*, 9ª ed., São Paulo: Atlas, pp. 76-97.
- Schubert, M. N., & Niederle, P. A. (2011). A competitividade do cooperativismo de pequeno porte no sistema agroindustrial do leite no Oeste Catarinense. *Revista IDeAS* 5(1), 188-216.
- Souza, M. A., & Rasia, K. A. (2011). Custos no Agronegócio: um Perfil dos Artigos Publicados nos Anais do Congresso Brasileiro de Custos no Período de 1998 a 2008. *Contabilidade, Gestão e Governança* 14(1), 69-81.
- Zanin, A., Oenning, V., Tres, N., Kruger, S. D., & Gubiani, C. A. (2014). Gestão das propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina: as fragilidades da estrutura organizacional e a necessidade do uso de controles contábeis. *Revista Catarinense da Ciência Contábil* 13(40), 9-19.

## **Coste-efectividad de las medidas de mitigación de gases efecto invernadero en la agricultura de los Andes: una perspectiva económica y medioambiental**

Jhenny Cayambe

Universidad Politécnica de Madrid

Ana Iglesias

Universidad Politécnica de Madrid

Víctor Barrera

Instituto Nacional Autónomo de Investigaciones Agropecuarias, INIAP

### **RESUMEN**

El estudio se llevó a cabo en la Región Andina, específicamente en Ecuador, ya que es la mayor región agrícola del país y puede ilustrar los sistemas agrícolas andinos de toda América del Sur. Nos hemos centrado en el cultivo de papa, por ser una de las principales fuentes de empleo e ingresos en el sector rural regional y porque es un alimento básico en la dieta. El sistema de cultivo principal es la rotación “papa-pastos” (PP); se inicia con la papa durante dos o tres ciclos en suelos previamente ocupados por pastizales. Después de la papa, otro cultivo se puede plantar por un solo ciclo y así, aprovechar el fertilizante residual. Los suelos son dejados como pasto por aproximadamente dos años, completando un ciclo de tres o cuatro años. El objetivo de la investigación fue estimar el potencial de mitigación de las medidas y sus costes asociados, logrando un enfoque medioambiental y económico. En esta región no existen compromisos para reducir las emisiones de gases efecto invernadero; sin embargo, se están desarrollando varias acciones de mitigación voluntarias. Estos resultados se utilizarán para contribuir al conocimiento de las opciones de mitigación a nivel regional y sugerir alternativas de política agraria.

**PALABRAS CLAVE:** coste-efectividad, mitigación, gases efecto invernadero, cambio climático, agricultura andina.

### **1. INTRODUCCIÓN**

El uso de la tierra es la clave para la mitigación de gases de efecto invernadero (GEI) en cuestión económica, regional definitiva y duradera. Evitar la deforestación y promover la reforestación, la restauración de la tierra y las prácticas sostenibles en agricultura y ganadería son esenciales para asegurar la existencia de los sumideros de carbono basados en el uso del suelo. También se prevé que estos esfuerzos producirán importantes beneficios económicos, el aumento de la seguridad alimentaria y la mejora de la calidad de vida en zonas rurales (Vergara, et al. 2016).

Un conjunto de prácticas con beneficio probado para el medio ambiente y los agricultores ha sido reconocido (Lal 2013; Freibahuer 2004; Smith et al 2008; Smith 2012). Estas prácticas incluyen, entre otros: uso más eficiente de los recursos, abonos orgánicos y compost, reducción de la labranza, rotación de cultivos; asociación de especies (mejoradas), uso de cultivos cobertura, gestión de residuos, cambios de uso de suelo. Sin embargo, el conocimiento acerca de la aplicación, coste de las prácticas y las tecnologías de mitigación



específicas a nivel de finca es limitado y fragmentado (MacLeod *et al.*, 2010, Smith *et al.*, 2007a; Bockel *et al.*, 2012; ICF, 2013).

Las reducciones en las emisiones de CO<sub>2</sub>, para lograr estos objetivos dependen de los detalles cuantitativos del potencial de mitigación de las prácticas agrícolas que influyen en las decisiones políticas de los agricultores (Smith *et al.*, 2007).

La literatura muestra varios intentos de estimar el coste-efectividad de las diferentes opciones de mitigación. Los gobiernos de varios países se han comprometido en objetivos ambiciosos para reducir las emisiones de gases de efecto invernadero a través de análisis de coste - efectividad (MacLeod *et al.*, 2010).

Curvas de costos marginales de reducción (MACC, Marginal Abatement Cost Curves) son una herramienta analítica utilizada para ayudar a los encargados de formular políticas en la comprensión de las oportunidades para reducir las emisiones de GEI y los costos para lograr estas reducciones (EPA, 2013). Ciertas medidas pueden adoptar un costo unitario más bajo que otros, y en algunos casos, los agricultores podrían poner en práctica medidas que podrían ahorrar dinero y reducir las emisiones (Moran *et al.*, 2011). Según Wreford *et al.* (2010) es posible identificar áreas de la investigación y la búsqueda de políticas pertinentes a la OCDE (Organización para la Cooperación y el Desarrollo) en relación con la promoción de la economía del cambio climático en la agricultura; una de esas áreas es el modelado de los costos de mitigación marginales.

En este contexto, se propuso estimar las emisiones de los sistemas mixtos papa-pastos, una de las principales asociaciones de cultivos en la región andina de América Latina. El objetivo es analizar los posibles efectos de estos sistemas en las emisiones de gases de efecto invernadero y buscar posibles medidas de mitigación a través de análisis económico que evalúan el potencial de mitigación de estas medidas y sus costos económicos. No tenemos conocimiento de una evaluación similar en ningún país de América Latina y confiamos que los resultados de la investigación servirán de apoyo en la toma de decisiones de políticas agrarias en toda la región.

## 2. METODOLOGÍA

Estimamos las posibles medidas de mitigación, su potencial de mitigación y los costes asociados a las mismas y finalmente las curvas de costo marginal de reducción para las diferentes opciones de política en los sistemas agrícolas andinos. La metodología incluye 6 pasos (Figura 1).

*Paso 1. Caracterización de los sistemas agrícolas.* Los beneficios y costos variables se obtuvieron a partir de una encuesta a los agricultores realizados en los tres estudios de caso. La encuesta se llevó a cabo en octubre de 2003, e incluyó a 120 granjas. Se obtuvieron datos adicionales a partir de entrevistas a expertos del grupo Instituto Nacional Autónomo de Investigaciones Agropecuarias (INIAP).

*Paso 2. Selección de las posibles medidas de mitigación.* Hicimos una lista inicial de las prácticas de mitigación de GEI en los suelos agrícolas en base a revisión de la literatura publicada y los conjuntos de datos de INIAP. La lista de posibles medidas se discutió en un grupo de discusión de expertos y se seleccionaron las prácticas que tienen bajas barreras de implementación. El potencial de reducción fue tomado de publicaciones y estudios en regiones con condiciones climáticas similares a la zona de estudio. El resultado fue una lista de prácticas con mayor tasa de reducción potencial específico para la región y el cultivo y que se conoce que pueden ser aplicables.

*Paso 3. Potencial de mitigación de las medidas seleccionadas.* Se evaluó usando el modelo Cool Farm Tool que calcula la emisión de las prácticas actuales y alternativas.

*Paso 4. Coste y barreras de la implementación.* Los costes de implementación de las prácticas alternativas se derivan de un modelo de optimización.

*Paso 5. Curvas de Coste Marginal de Mitigación.* Se estimó el costo marginal de reducción (US \$ • tCO<sub>2</sub>e<sup>-1</sup>) mediante el cálculo de la tasa potencial de reducción (tCO<sub>2</sub>e•ha<sup>-1</sup>•año<sup>-1</sup>) y el cambio en las ganancias de los agricultores utilizando las prácticas de mitigación (US \$ • granja<sup>-1</sup> • año<sup>-1</sup>).

*Paso 6. Opciones de política.* Se seleccionaron las prácticas más rentables a través de las curvas marginales de costos de mitigación (MACC) para sugerir opciones de política agraria.

### **3. RESULTADOS**

#### **3.1. Caracterización de los sistemas agrícolas andinos**

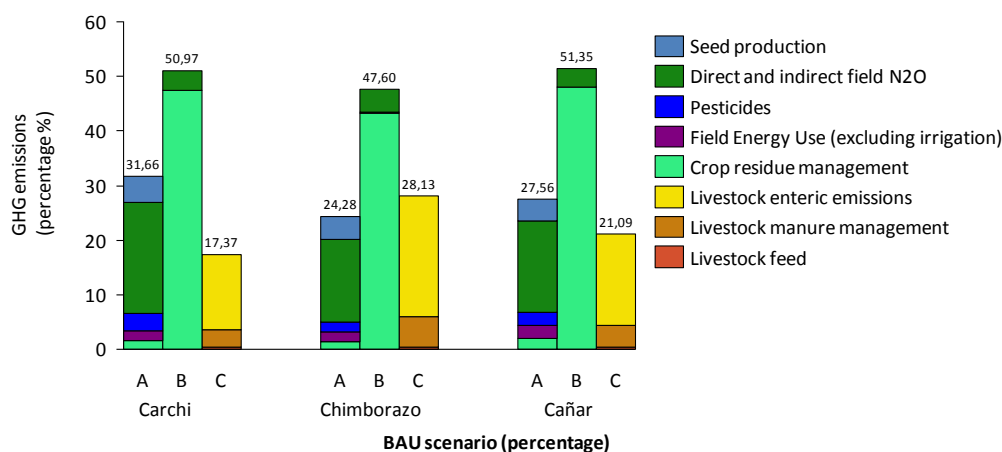
La siguiente tabla resume las características de los sistemas de producción mixtos PP en los sitios de estudio.

**Tabla 3:** Caracterización de los sistemas de cultivo mixto (PP) en Ecuador. N: número de repeticiones = 40 en cada provincia, X = media

Parámetro	Carchi X	Chimborazo X	Cañar X
Area (ha)	11.33	4.69	7.03
Papa	2.41	0.61	0.66
Pastura	7.66	2.45	4.67
Cultivos de subsistencia	1.26	1.63	1.7
Rendimiento papa (kg·ha <sup>-1</sup> )	14439	13590	10865
Semilla papa (kg·ha <sup>-1</sup> )	2214	698	604
Fertilizante mineral (kg·ha <sup>-1</sup> )			
N	198	129	83
P2O5	417	222	122
K2O	182	81	34
Protección del cultivo (número de controles · ha <sup>-1</sup> )	8	4	4
Ganadería de leche (número de animales·ha <sup>-1</sup> )	18	10	14
Producción de leche (l/día)	10	10	10
Combustible en labores (l·ha <sup>-1</sup> )	60	60	60
Mano de obra en papa (Número de trabajadores/ha)			
Mano de obra pagada	103	76	36
Mano de obra familiar	25	59	63
Mano de obra en ganado (Número de trabajadores/ha)			
Mano de obra pagada	3	0	0
Mano de obra familiar	345	242	240

### 3.2. Potencial de mitigación de las prácticas seleccionadas

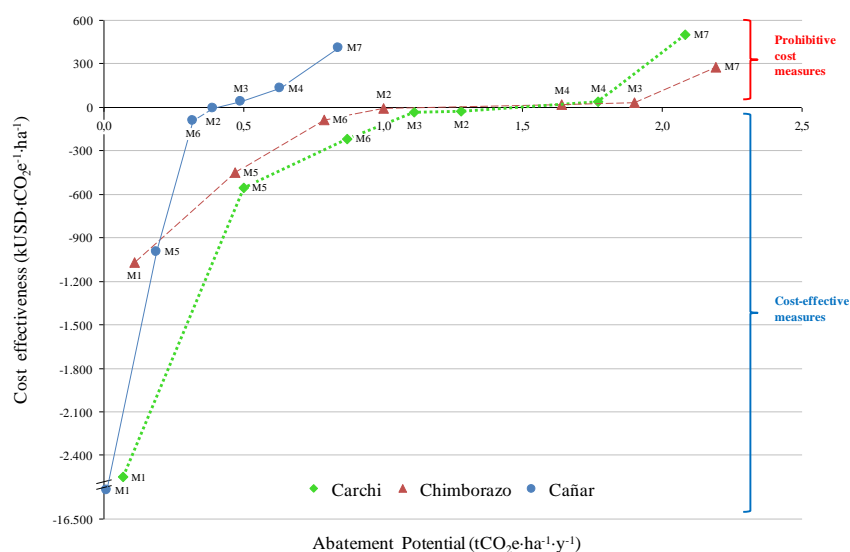
En el escenario actual (sin medidas), las emisiones son principalmente por gestión de residuos de cultivos específicamente en pastos, emisiones directas e indirectas de N<sub>2</sub>O principalmente en el cultivo de papa, y en menor grado por emisiones de la fermentación entérica del ganado (Figura 1).



**Figura 1:** Emisiones de GEI en porcentaje en el escenario actual. A: Papa. B: Pasto. C: Ganado

### 3.5. Curvas de Costes Marginales de Mitigación. Coste-efectividad de las medidas

La rentabilidad de cada medida se resume en el coste efectividad de la misma. La figura 2, muestra las curvas de costes marginales de reducción (MACC, por su siglas en ingles), es decir, la tasa de variación de los costos totales a los cambios en los niveles de reducción de gases de efecto invernadero y la tasa relativa de aumento de coste marginal en los tres escenarios. La curva MACC y su tasa de crecimiento es más alta en el escenario de bajos insumos (Cañar) en comparación con los otros dos casos. Esta gráfica muestra que el potencial de reducción de emisiones en granjas con alto consumo de inputs es mayor que el potencial de mitigación de aquellas explotaciones que tienen bajo consumo de inputs. Por lo tanto, en el escenario con un alto consumo de insumos (Carchi, principalmente) el costo de reducir 2 tCO<sub>2</sub>e•ha<sup>-1</sup> sería de 300 US\$.t<sup>-1</sup>.CO<sub>2</sub>e, mientras que en el caso de explotaciones con un bajo consumo de insumos (Cañar) el esfuerzo por reducir 0,7 tCO<sub>2</sub>e•ha<sup>-1</sup> sería de 300€.t<sup>-1</sup>CO<sub>2</sub>e. Por lo tanto, las granjas que aplican grandes cantidades de insumos pueden reducir más sus emisiones a un menor costo, mientras que las granjas que ya están utilizando pequeñas cantidades de insumos, reducir sus emisiones será mucho más costoso.



**Figura 2:** MACC para el sistema de PP, asumiendo el máximo potencial de reducción factible.

## 4. CONCLUSIONES

Las principales emisiones de GEI en los sistemas agrícolas papa-pasto en la región andina provienen principalmente de las emisiones directas e indirectas de óxido nítrico, originadas por el uso de fertilizante nitrogenado. La segunda fuente de emisión más importante es la mala gestión de los residuos de los cultivos, en este caso del pasto, antes de iniciar el nuevo ciclo. Se concluye que del total de medidas de mitigación seleccionadas, el manejo de suelos orgánicos (enfocándose en laboreo reducido y menos uso de fertilizantes nitrogenados, en la

medida de lo posible) es la medida más rentable, pues provee alto potencial de mitigación y un ahorro de los costes de producción a favor de los productores.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- Bockel, L., Sutter, P., Touchemoulin, O. & Jönsson, M. (2012). *Using marginal abatement cost curves to realize the economic appraisal of climate smart agriculture policy options*. FAO, Rome, EasyPol Module 116, pp. 36.
- EPA. 2013. *Global Mitigation of Non-CO2 Greenhouse Gases: 2010-2030*. United States Environmental Protection Agency. Office of Atmospheric Programs (6207J) EPA-430-R-13011 Washington, DC. Technical report.
- Freibauer, A., Rounsevell, M. D., Smith, P. & Verhagen, J. (2004) Carbon sequestration in the agricultural soils of Europe. *Geoderma* 122(1), 1-23.
- Lal, R. (2013). Soil carbon management and climate change. *Carbon Management* 4(4), 439-462.
- MacLeod, M., Moran, D., Eory V., Rees, R. M., Barnes A, Topp, C. F. E., Ball, B., Hoad, S., Wall, E., McVittie, A, Pajot, G., Matthews, R., Smith, P. & Moxey, A. (2010) Developing greenhouse gas marginal abatement costs curves for agricultural emissions from crops and soils in the UK. *Agricultural Systems* 103(4), 198–209.
- Moran, D., Macleod, M., Wall, E., Eory, V., McVittie, A., Barnes, A., ... & Moxey, A. (2011). Marginal abatement cost curves for UK agricultural greenhouse gas emissions. *Journal of Agricultural Economics* 62(1), 93-118.
- Smith, P. (2012) Soils and climate change. *Current Opinion in Environmental Sustainability* 4, 539-544.
- Smith, P., Martino, D., Cai, Z., Gwary, D., Janzen, H., Kumar, P., McCarl, B., Ogle, S., O'Mara, F., Rice, C., Scholes, B., Sirotenko, O., Howden, M., McAllister, T., Pan, G., Romanenkov, V., Dchneider, U., Towprayoon, S., Wattenbach & M., Smith, J. (2008). Greenhouse gas mitigation in agriculture. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 363(1492), 789- 813.
- Smith, P., Martino, D., Cai, Z., Gwary, D., Janzen, H., Kumar, P., McCarl, B., Ogle, S., O'Mara, F. & Rice, C. (2007a) Policy and technological constraints to implementation of greenhouse gas mitigation options in agriculture. *Agriculture, Ecosystems & Environment* 118(1), 6–28.
- Vergara, W., Fenhann, J. V., & Schletz, M. C. (2016). Carbono Cero América Latina-Una vía para la descarbonización neta de la economía regional para mediados de este siglo: Documento de visión. UNEP DTU Partnership.
- Wreford, A., Moran, D., & Adger, N. (2010). Climate change and Agriculture. Impacts, adaptation and mitigation. OECD. [Fecha de consulta: 31 julio 2014] Disponible en: [http://www.fao.org/fileadmin/user\\_upload/rome2007/docs/Climate%20Change%20and%20Agr.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/rome2007/docs/Climate%20Change%20and%20Agr.pdf)

## Determinantes da adoção do controle biológico da *Diaphorina citri* e disposição a pagar dos citricultores do estado de São Paulo

Andréia Cristina de Oliveira Adami

Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ/USP  
 adami@cepea.org.br

Silvia Helena Galvão de Miranda

Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – ESALQ/USP  
 shgdmira@usp.br

### RESUMO

É grande a relevância econômica da atividade citrícola para o Brasil, em particular para São Paulo, estado que enfrenta taxas crescentes no número de árvores infectadas com HLB, que chegaram a 17,89% das plantas do principal parque citrícola do mundo. Para tentar amenizar o problema um inseticida biológico para combater o *psilídeo Diaphorina citri* está em fase final de desenvolvimento. De modo a entender o processo de escolha do citricultor entre os inseticidas químico e biológico foram avaliados os principais fatores que podem viabilizar a adoção do controle biológico da *D. citri* por meio de um modelo logit. A pesquisa mostrou que a aceitabilidade dos produtores ao biológico é elevada e alguns fatores parecem contribuir favoravelmente para a disposição do produtor em adotar o bioproduto, tais como experiência na atividade; alto nível de escolaridade; e maior dependência da atividade. Pode-se inferir que o próprio agravamento da doença leva os agentes do setor a buscar novas alternativas para controle do vetor e que os alarmantes índices de incidência observados em 2015 podem levar o setor a uma nova reestruturação, com redução na produção em áreas tradicionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** controle biológico, *Greening*, Disposição a Adotar, Valoração Contingente, citricultura.

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho teve por objetivo avaliar os principais fatores que podem viabilizar a adoção do controle biológico da *Diaphorina citri* (*D. Citri*), inseto vetor da doença bacteriana *Huanglongbing* (HLB) – conhecida como *Greening*, na cultura dos citros no Brasil, assim como os potenciais entraves à sua adoção. Trata-se de doença crítica para a citricultura, pois não há tratamento curativo eficaz e tampouco variedades resistentes. Dados da Coordenadoria de Defesa Agropecuária de São Paulo (CDA, 2015) mostram que em três anos, entre o primeiro semestre de 2012 e o primeiro de 2015, mais de 23 milhões de plantas de citros foram eliminadas devido a essa doença. Ainda nesse período, o setor viveu uma das piores crises econômicas de sua história, e como consequência houve redução de quase 30% no número de propriedades produtivas, que passaram de 16.329 no primeiro semestre de 2012 para 11.472 no mesmo semestre de 2015.

O Brasil é um importante produtor mundial de citros e foi responsável por 33% da produção mundial de laranjas e 54% da produção de suco de laranja na safra 2014/15 (USDA, 2015). O estado de São Paulo é o principal produtor nacional, respondendo por 72,6% de toda produção brasileira de citros de 2014, participação esta que já foi superior a 80% no início dos

anos 2000 (IBGE, 2015). A maior parte da fruta é exportada na forma de suco, e gerou aproximadamente U\$2,1 bilhões em receita externa para o setor, na média dos anos 2012 a 2014 (Brasil, 2015).

É grande a importância econômica da atividade citrícola para o país e, em particular, para São Paulo, estado que enfrenta taxas crescentes no número de plantas infectadas com HLB. Em 2012, o percentual de plantas doentes no campo (incidência) era de 6,9%. Nesse levantamento, os pesquisadores do Fundo de Defesa da Citricultura - Fundecitrus estimavam que poderia existir pelo menos uma planta doente em 64% dos talhões do parque citrícola naquele ano (Fundecitrus, 2012). Em 2015, um novo levantamento apontou aumento acima de 159% no índice de incidência da doença nesse parque citrícola, estimando-se que 17,9% dos pés dessas regiões estivessem contaminados com *Greening* (Fundecitrus, 2015a).

Devido à gravidade do problema e tendo em vista que o uso de inseticidas químicos é a única forma de controle do inseto vetor até o momento, este trabalho propõe-se a avaliar a aceitabilidade ou disposição dos gestores das fazendas de citros do estado de São Paulo em adotar um produto biológico a base de fungo entomopatogênico em fase de registro comercial junto aos órgãos reguladores para controle da *D. citri*. Para tanto, um questionário baseado nos princípios da preferência declarada foi aplicado, buscando a identificação do perfil sócio-demográfico dos citricultores, de suas propriedades e das formas de manejo e controle da *D. citri* adotadas. Ainda, a disposição a pagar pelo bioproduto (biopesticida) foi obtida através do método de valoração contingente.

Tem-se por hipótese que a disposição do produtor em substituir o uso do produto químico, pelo menos parcialmente, pelo biopesticida (e sua disposição a pagar pelo bioproduto) pode ser influenciada pelos fatores sócio-demográficos e pelos benefícios esperados com o uso do bioproduto.

## 2. METODOLOGIA

### 2.1. Levantamento de dados

A pesquisa de campo limitou-se ao estado de São Paulo e foi realizada entre os meses de junho de 2014 e maio de 2015. Foram entrevistados mais de 90 agentes do setor, dos quais somente 74 foram efetivamente considerados. Os entrevistados foram os agentes envolvidos com a produção de citros, muitos dos quais consultores, gestores de grandes empresas e de cooperativas, além dos citricultores propriamente. O manejo amostrado com os questionários cobre uma área de aproximadamente 80.000 hectares de citros em São Paulo (20% da área

paulista com citros), equivalente à produção de cerca de 59,5 milhões de caixas, ou 23% da produção paulista, de acordo com levantamento de safra pelo Fundecitrus em 2015. Os questionários abrangem mais de 74 municípios paulistas, divididos pelo Fundecitrus em cinco regiões produtoras: Norte, Noroeste, Centro, Sul e Sudoeste.

De acordo com o referido levantamento, nas cinco regiões pesquisadas haviam 11.561 propriedades, espalhadas por mais de 320 municípios paulistas, e dedicadas à produção de citros de diferentes variedades, no momento da coleta dos dados (Fundecitrus, 2015b). Ainda, 86% das propriedades são consideradas pequenas, com tamanho inferior a 50 hectares (ha). Já as propriedades com área superior a 200ha, representam 2,37% do total de propriedades do estado, mas concentram mais de 60% da área em produção.

Todas as entrevistas foram conduzidas pessoalmente por um pesquisador entrevistador. Aos entrevistados foram apresentadas opções de valores a pagar pelo biopesticida que variaram de R\$30 a R\$60/aplicação/hectare, os valores foram definidos pelos desenvolvedores do bioproduto.

## 2.2. Modelo Econométrico

Ajustou-se um modelo *logit* com a variável dependente sendo a resposta do gestor sobre a disposição em adotar o produto biológico nas práticas de manejo da *D. citri* e variáveis explicativas as sóciodemográficas: região de atuação; grau de escolaridade; experiência na atividade; dependência da atividade, quando há produção exclusivamente de citros na fazenda; e tamanho da propriedade.

Variáveis *dummies* foram incluídas visando captar a influência da localização das propriedades (Sul, Sudoeste, Centro, Norte e Noroeste) sobre a aceitação do biopesticida e também sobre a disposição a pagar pelo mesmo, uma vez que as regiões se diferenciam em termos de perfil de propriedades e níveis de incidência da doença.

Para o cálculo da disposição a pagar pelo biopesticida utilizou-se a análise de regressão múltipla. O valor a pagar declarado pelos entrevistados é a variável dependente do modelo e as variáveis explicativas, as sóciodemográficas acima listadas. Os modelos foram ajustados com o auxílio do *software* estatístico R da *r-project*.

## 3. RESULTADOS

A velocidade com que as plantas são infectadas alarma os agentes do setor. Observa-se que desde o primeiro levantamento, em 2008, os índices de incidência aumentam a taxas crescentes e a situação da região Sul é uma das mais preocupantes, pois se estima que a doença atingiu 42,46% das plantas de citros em 2015 (Ayres, 2015). Além disto, ao considerar o fato



de que deve haver muitas plantas contaminadas, mas ainda assintomáticas, o elevado índice de incidência pode significar que grande parte da produção de citros nessa região pode ficar inviabilizada no futuro próximo. Outra região que preocupa é a Centro, que concentra a maior área em produção do estado de São Paulo e onde os índices de HLB já atingiram 23,57%. As regiões Sudoeste, Norte e Noroeste apresentam índices de contaminação de HLB mais modestos, 4,72%, 6,81% e 2,23% respectivamente.

Os gestores das propriedades de citros declararam grande interesse na adoção do controle biológico desse inseto vetor (97% dos entrevistados) porque o uso intensivo de produtos químicos tem levado à redução de inimigos naturais. Os entrevistados também mencionaram que o uso indiscriminado do controle químico pode causar resistência nas pragas, com observações de que enquanto o seu emprego vem crescendo, sua eficácia vem se reduzindo.

Os resultados do modelo de probabilidade, selecionado com base no menor valor do critério estatístico AIC, mostram que apenas as variáveis área grande e área pequena apresentaram coeficiente estatisticamente significativo, ao nível de 10% de significância. Embora não significativas, as variáveis ensino superior e dependência da atividade (quando na propriedade se produz apenas citros) apresentaram sinal positivo, o que indica que o fato de os produtores possuírem maior nível educacional e não diversificar a produção pode contribuir positivamente para a disposição a adotar o bioproduto no manejo da *Diaphorina citri*. Por outro lado, a falta de experiência na atividade (experiência inferior a dez anos) pode contribuir negativamente para o sucesso da adoção do biopesticida (Tabela 1). O fato de os produtores possuírem propriedades menores de 50 hectares contribui positivamente para a probabilidade de adoção do bioproduto e o coeficiente estimado pode ser considerado estatisticamente significativo a 5%.

**Tabela 1:** Resultados do modelo logit de probabilidade de adoção do bioproduto por citricultores paulistas– WTA

Variável	Coefficiente estimado	Erro padrão	p-valor
<i>Área grande</i>	3,3524	1,9106	0,0793*
<i>Área media</i>	19,5836	2.998,10	0,9948
<i>Área pequena</i>	3,1859	1,3735	0,0204**
<i>Experiência inferior a dez anos</i>	-1,4315	1,6604	0,3886
<i>Possui ensino superior</i>	0,8355	1,6535	0,6132
<i>Produz apenas citros</i>	0,2531	1,7222	0,8832

Fonte: elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

Obs: \*significativo a 10%, \*\*significativo a 5%.

Os resultados de modelo de regressão ajustado para medir o valor médio a pagar pelo biopesticida são apresentados na Tabela 2. Observa-se que os gestores/produtores das regiões mais afetadas pela doença, Sul e Centro, foram os que apresentaram a maior disposição a pagar pelo produto biológico.

**Tabela 2:** Resultados do modelo de disposição dos citricultores paulistas a pagar pelo bioproduto – WTP

Variável	Coefficiente estimado	Erro padrão	p-valor
Centro	40,57	4,49	0,0000*
Sul	3,95	2,89	0,1769
Sudoeste	-2,24	3,66	0,5411
Noroeste	-5,79	5,11	0,2621
Norte	-1,49	3,89	0,7021
Experiência inferior a dez anos	-1,26	3,86	0,7452
Produz apenas citros	3,43	2,76	0,2176
Área média	-6,79	3,51	0,0579*
Área Pequena	-2,05	3,19	0,5224
Não possui ensino superior	-3,28	2,95	0,2711
Não possui ensino superior e diversifica	8,16	6,18	0,1919

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa.

\*nível de significância estatística inferior a 10%.

Observa-se também que os gestores que não possuem nível de escolaridade superior completo, mostraram menor disposição a pagar pelo bioproduto, comparativamente aos gestores que terminaram a graduação. Verifica-se ainda os gestores que atuam a mais tempo na atividade, a mais de dez anos, e/ou que dependem exclusivamente da atividade (gestores de propriedades onde há cultivo de citros apenas) se mostraram dispostos a pagar um montante superior àqueles que atuam a menos tempo na atividade e/ou são gestores de propriedades que diversificam a produção, uma variável de interação entre experiência e diversificação da atividade foi incluída na análise de modo a obter o sinal esperado dos coeficientes. Ainda, gestores de propriedades médias e pequenas, também apresentaram uma disposição menor a pagar pelo bioproduto, comparativamente aos gestores de grandes propriedades.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que a aceitabilidade dos produtores ao biopesticida é grande, sendo que alguns fatores explicam a maior disposição em adotar o biopesticida no controle de *D. citri* tais como o tamanho da propriedade, a experiência do produtor, o alto nível de escolaridade

(ensino superior completo) e a dependência da atividade também parecem contribuir favoravelmente para o sucesso da adoção do produto biológico.

No entanto, esses produtores estão dispostos a pagar um valor muito próximo ao que gastam por aplicação e por hectare, atualmente, com produtos químicos. Apenas os produtores da região Sul, onde a incidência é a mais alta, estão dispostos a pagar um valor superior ao gasto médio atual com agroquímicos, o que deve estar associado à percepção de que o tratamento químico não tem apresentado a eficácia desejada.

O que se pode inferir é que o próprio agravamento da doença tem levado os agentes do setor a buscar alternativas para controle da praga e que os alarmantes índices de incidência observados em 2015 podem levar o setor a uma nova reestruturação com redução na produção em áreas tradicionais e crescimento em áreas novas. Uma tendência já observada é a de que haja concentração cada vez maior da produção em grandes propriedades. Há que se reforçar, inclusive, que esta tendência é dada pela maior dificuldade, operacional e financeira, de adotar algumas das medidas do manejo em pequenas áreas.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ayres, J. (2015). *Intensidade da CVC e do HLB no Estado de São Paulo e Triângulo Mineiro e as ações de controle*. Araraquara. <http://www.fundecitrus.com.br/pdf/palestras>.
- BRASIL (2015). Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. *Aliceweb*. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br>. Acesso em: 20 de novembro de 2015.
- CDA (2015) - Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo. *Notícias*. Disponível em: <http://www.cda.sp.gov.br>. Acesso em: 12 de janeiro de 2015.
- Fundo de Defesa da Citricultura (2015a) – Fundecitrus. *Notícias*. Disponível em: <http://www.fundecitrus.com.br>. Acesso em: 12 de agosto de 2015a.
- Fundo de Defesa da Citricultura (2015b) – Fundecitrus. *Levantamento de safra*. Disponível em: <http://www.FUNDECITRUS.com.br>. Acesso em: 12 de setembro de 2015b.
- Fundo de Defesa da Citricultura (2012) – Fundecitrus. *Levantamentos amostrais*. Disponível em: <http://www.FUNDECITRUS.com.br>. Acesso em: 12 dezembro 2012.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015). *Pesquisa Agrícola Municipal*. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em abril de 2015.
- United States. Department of Agriculture. Citrus: *World Market and Trade*. Disponível em: <http://www.fas.usda.gov/data/citrus-world-markets-and-trade>. Acesso em: 20 de novembro de 2015.

## Smallholder farms as a strategy to reach the production/conservation equilibrium under a land sharing frame: a Galiza (NW Spain) case study

Xoán Carlos Carreira

University of Santiago de Compostela. Higher Polytechnic School  
xoancarlos.carreira@usc.es

Emilio V. Carral

University of Santiago de Compostela. Higher Polytechnic School  
emilio.carral@usc.es

### ABSTRACT

79,481 farms in Galiza (NW Spain) were characterized. With a total area of 2,957,400 ha, 1,105,144 ha (37.4%) were dedicated to agricultural and livestock use. Average values for agricultural work unit (AWU) and useful agricultural area (UAA) were 1.0 and 6.7 ha, with 20 parcels/farm and a UAA/parcel = 0.16 ha. Three categories based on size were done: <10 ha (76.8% of farms), 10–30/50 ha (17.7%) and > 50 ha (5.6%). Smallholder farms produce 51% of the crops destined for direct human consumption (24% of the total UAA, with a 38.5% of their total area as UAA in comparison with 67.5% of largeholder farms). Trade-offs (economic viability: standard production and annual income; conservation value: area containing landscape elements of conservation interest/UAA) showed that farms with less than 10 ha have the better ratio (more sustainable). In general, the studied farming systems reflect a regional management model of land sharing, which, in contrast to land sparing, is better adapted to the socioeconomic characteristics and tradition surrounding land occupation in Galiza (NW Spain) (population nuclei highly dispersed and the majority of farms are familial in nature).

**KEYWORDS:** smallholder farms, trade-offs, sustainable agriculture, land sharing.

### 1. INTRODUCTION

The conservation of biological diversity and the necessity of agricultural production to provide food and nutritional sources represent two demands that both occupy land area and often share the same space. Data and sufficient high-quality analyses that contemplate a greater potential range of interactions or relationships between agricultural production and conservation are essential to aid decision-making processes. Similarly, it is necessary to examine the utility of existing and distinct models to respond to the necessity of increasing agricultural production and, at the same time, conserve biodiversity and recover traditional agro-ecological knowledge. For instance, Garnett *et al.* (2013), in initiating a debate on the significance of the distinct dimensions of a sustainable intensification of farming systems, indicated that it is possible to integrate the objectives of agricultural production and conservation in the same land area by applying a land sharing model vs. land sparing (increasing the output of cultivated areas, thereby liberating land in other sites for conservation purposes). By the other hand family farming carried out on a small-scale or by smallholder farms provides 70% of the food consumed internationally, in contrast with the 30% that is supplied by industrial agriculture, and hold a great importance in society because they represent 92.3% of the total

number of farms, even though they only represent 24.7% of the agricultural surface area IFAD (2013). Barthel *et al.* (2013) highlighted the importance of small-scale agricultural farms as biocultural refuges for the preservation of knowledge and social values and defended this type of agricultural management from the perspective of land sharing. We understand one solution to this seeming conflict of interest resides in the study and characterization of small-scale family farming, so that necessary scientific data and practical examples can be obtained to serve as practical examples of the equilibrium between the maintenance of ecosystem services and agricultural production. Based on a global analysis of official database from European region (Galiza-NW Spain), agricultural activity was characterized: number of farms, size, landscape distribution, type of production, labour, economical profit, fertilization type, ecological infrastructure and trade-offs, and a first proposal of agricultural development sector was done in relationship with land sparing-land sharing options in order to achieve environmental/socio-economical equilibrium.

## 2. MATERIALS AND METHODS

Statistical data and information sources from the sectors pertaining to agriculture and rural settings of the Public Administration of Galiza and Spain were examined: Xunta de Galicia (2005), MAPA (2007, 2011), INE (2009, 2013). First, an overall characterization of farms as a whole was carried out as a function of the following variables: agricultural work units (AWU), useful agricultural area (UAA), number of parcels per farm, UAA per parcel and territorial distribution across the 315 municipalities of Galiza. To measure the rate of homogeneity/heterogeneity in the distribution of farms and their subdivision into parcels, the Shannon-Wiener diversity and Berger-Parker dominance indices were used (Magurran, 2008). Second, agricultural units were classified to determine similarly sized groups (according to farm area) as a function of the other variables related to land use, destination of farm products and presence of landscape elements that are important for biodiversity conservation / ecosystem services provision. The corresponding variables for the groups were compared by a variance analysis (LSD post-hoc test) using the IBM-SPSS software package. For each size category of farms a trade-off between an economic indicator (standard production/ha and annual income/ha) and environmental performance (non-commercial forested area + non-productive area) / UAA) was calculated.

## 3. RESULTS AND DISCUSSION

### 3.1 General characteristics of farms

The 79,481 farms surveyed from the official data were smallholder and family: average AWU = 1.0 and AWU = 1.1 for 75% of the farms, and UAA = 6.7 ha (UAA = 9.5 ha for 75% of the farms), in addition to an elevated average rate of subdivision into parcels (20 parcels / farm). A total of 75% of the farms had a maximum of 26 parcels, with a very low UAA per parcel (average value = 0.16 ha), where 75% of the parcels had a UAA equal or less than 0.23 ha. We found an even/maximum diversity in the distribution in the number of farms and parcels per municipality (315), where for both cases the corresponding dominance values of the Berger-Parker index were very low ( $d=0.01-0.02$ ), and the diversity values of the Shannon-Wiener index were very high ( $H=5.4-5.5$ ), which indicated that we are examining a very homogeneous territory with respect to the spatial distribution of farms and their average rate of subdivision into parcels.

### 3.2 Description of farms according to size and production orientation

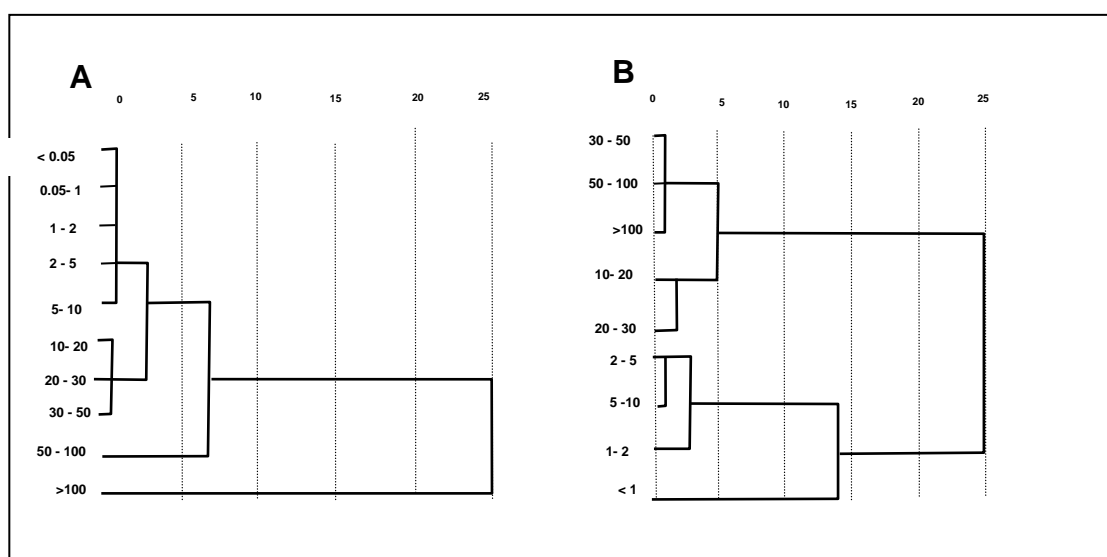
We found three categories of farms (sized based): category 1 represents farms of less than 10 ha in extent and is comprised of 5 subgroups; category 2 includes farms from 10 to 50 ha in extent and has 3 subgroups; and category 3 farms have extents of greater than 50 ha divided into 2 subgroups (see Figure 1A).

The UAA percentage for category 1 is clearly greater than that of the other groups, which indicates a large portion of crops destined for direct human consumption. Reciprocally, categories 2 and 3 have larger percentages of UAA dedicated to crops destined for animal feed. The first category produces more than 51% of the food for direct human consumption (24% of the UAA). Farms with 10 to 30 ha contribute to 32% of the total UAA, producing more than 40% of the fodder destined for animal consumption. Those farms also contain more than 50% of the livestock units (LU) that correspond to milk-producing cows. The presence of elements that are valuable for environmental conservation (fallow land and surface area occupied by tree species without associated agricultural/livestock production) is more prevalent for farms in category 1.

### 3.3 Description of farms based on quantity, rates of subdivision into parcels and environmental characteristics

In Figure 1B three groups can be observed: group 1 comprising farms with areas less than 10 ha, group 2 farms of 10 to 30 ha and group 3 farms larger than 30 ha. Of the 79,481 farms included in the study, category 1 (<10 ha) was represented by 61,017 farms (76.8%), with

a UAA of 38.5% with respect to the total farm area. In category 2 (10–50 ha), there were 14,048 farms (17.7%), with a UAA/total area of 66%, and category 3 (>50 ha) was comprised of 4,416 farms (5.6%), with a UAA/total area of 69%. Intermediate farms have the highest combined presence of all landscape elements, especially compared to category 1, which is also true for the presence of linear structural elements, such as stone walls, rows of trees and live fences. Category 3 farms contain significantly more of the latter two elements in comparison to category 1. In all cases, given the larger number of farms in category 1, it can be confirmed that 65% of the farms that conserve landscape elements (with value for biodiversity conservation) are smaller than 10 ha.



**Figure 1:** Farm size distribution (ha) by UAA, crop and animal production type (A) and by land plots number, hedgerow area, grazing and fertilization type (B).

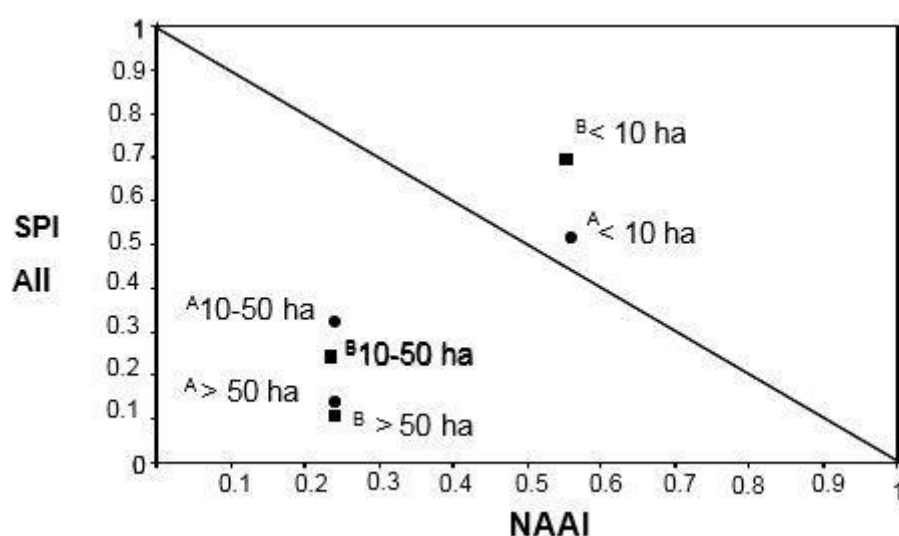
### 3.4 Rates of equilibrium: relationship between economic and environmental value

Based on the previous results, an inverse relationship can be observed between the size of a farm and its capacity for environmental conservation, where the most efficient uses of energy are considered to be function of the final product (direct human consumption) and the presence of landscape elements of environmental interest. Therefore, it is indispensable to determine how farms may also be economically productive in order to value their sustainability and maintain equilibrium between economic viability, conservation and environmental quality. Table 1 and Figure 2 show the rates of equilibrium based on the previously described variables, including standard production/ha and annual income/ha as economic indicators and non-productive and forested areas without agricultural or livestock use as a proportion of the UAA as environmental indicator. As we can observe, smaller farms are better positioned in relationship with trade-offs values. In the case of income per ha, the economic benefit may even

be greater for small-scale operations (Table 2). In this regard, Tavernier & Tolomeo (2004) brought to light the positive relationships between small-scale agriculture and sustainable practices.

**Table 1:** Standard production, annual income (Eu) and non- agrarian area (% of UAA) by farm size (ha). Respectively index is in 0-1 range.

Farm size	Standard P.	SP Index (0-1)	Annual I.	AI Index (0-1)	Non-Agrarian A.	NAA Index (0-1)
<10	3479	0.51	3277	0.71	0.51	0.55
10<50	2450	0.36	958	0.20	0.20	0.22
>50	904	0.13	362	0.10	0.21	0.23



**Figure 2:** Trade-offs between (A) standard production index (SPI), (B) annual income index (AII) and non-agrarian area index (NAAI) for the tree size (ha) categories.

#### 4. CONCLUSIONS

In the present study region, small family farms are predominant and have an even territorial distribution across the study area. The smallest category of farms tended to present a greater capacity for environmental conservation from the point of view of overall land occupation and considering that they had a lower UAA with respect to the total area of the farm. Additionally, from a production point of view, these farms also tend to focus on plant crops and the production of food for direct human consumption. Considering the debate between the separation of production and conservation to the alternative of integrating both objectives (land sparing vs. land sharing), we can conclude that the largest and smallest farms show different dynamics. This creates a new regional framework for Galiza, a region that, in its entirety, has come to be represented by an agrarian model different from the one that traditionally existed, although it may still constitute a good example of land sharing. On the basis of the generated



values, we can conclude that an inverse relationship exists between farm size and the equilibrium between environmental quality and economic profitability, where farms of less than 10 ha have greater equilibrium (trade-offs analysis) as well as some of the greatest profitabilities in terms of standard production/ha and annual income/ha. By other handle agriculture of the region has a long historical trajectory of development following the land sharing model, such that its traditional model may be considered to be in equilibrium with the territory's environment. In the first third of the 20<sup>th</sup> century, small-scale Galician farming showed comparative advantages to other regions, which may be explained by the manner in which agricultural change or technological advancement was adjusted to the local environmental conditions (Fernández, 2002).

## BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Barthel, S., Crumley, C.L. & Svedin, U. (2013). Biocultural refugia: combating the erosion of diversity in landscapes of food production. *Ecology and Society* 18(4), 71. <http://dx.doi.org/10.5751/ES-06207-180471>.
- Fernández, D.S. (2002). Factores endógenos del cambio técnico en la agricultura gallega. *X Congreso de historia agraria*. Sitges.
- Garnett, T., Appleby, M.C., Balmford, A., Bateman, I.J., Benton, T.G., Bloomer, P., Burlingame, B., Dawkins, M., Dolan, L., Fraser, D., Herrero, M., Hofmann, I., Smith, P., Thornton, P.K., Toulmin, C., Vermeulen, S.J. & Godfray, H.C.J. (2013, July). Sustainable intensification in agriculture: premises and policies. *Science* 341, 33-34.
- IFAD. (2103). Tercera nota de orientación sobre las políticas del FIDA para después de 2015. Download June, 2015 from <http://www.ifad.org/>.
- INE (2009, 2013). Spanish farm structure survey. Download June, 2015 from <http://www.ine.es/>.
- Magurran, A.E. (2008). *Measuring biological diversity*. Blackwell Science Ltd., Oxford.
- MAPA (2007, 2011). ESRYCE (Spain crop area/production survey). Download June, 2015 from <http://www.mapa.es/>.
- Tavernier, E.M. & Tolomeo, V. (2004) Farm typology and sustainable agriculture: does size matter? *Journal of Sustainable Agriculture* 24(2), 33-46.
- Xunta de Galicia (2005). Agricultural Statistics Yearbook. Download June, 2015 from <http://mediorural.xunta.es/>.

## Rural production towards sustainable development in Extremadura

António Nogueira de Sousa  
University of Évora  
Benedita do Socorro Matos Santos  
University of Évora – CIDEHUS

### ABSTRACT

Rural production towards sustainable development is determinant to economic growth. This communication gathers relevant information on environmental knowledge and valuation directed towards sustainable development. The prevailing entrepreneurial sustainability process based on the economic model suggested by economic globalization brings about social effects while stimulating markets and economic and political institutions to promote strategies aimed at social responsibility and environmental sustainability. The poor nations often depend on developed countries, therefore the latter dictate their rules to developing countries but not always the least developed countries can comply with the rules established by the richest nations. However, sustainable development is relevant to economic growth and stability, thus, international policies should give more importance to this process of environmental awareness.

**KEYWORDS:** sustainable development, rural production, GEM Extremadura.

### 1. INTRODUCTION

Extant research literature clearly reveals the prevailing trend of rural production towards sustainable development in economic activity (Costantini & Monni, 2006; Kysar, 2005; Seelos & Mair, 2005). Some relevant studies analyze corporate social responsibility and social entrepreneurship (Baron, 2005; Lima, & Tsutsui, 2012). Important studies on sustainable society, food uncertainty and agriculture evidence an increasing concern and awareness of crucial issues (Baker & Keizer, 2010; Saini & Jain, 2014).

Since the end of the 17<sup>th</sup> century and beginning of the 18<sup>th</sup> century, European economic procedures always depended on the primary sector but today industry and commerce detain the greatest economic share as big industries are responsible for market economy, therefore accumulating wealth and benefitting from the most part of environment raw materials. Rostow (1974) refers that,

the preconditions for take-off were initially developed, in a clearly marked way, in Western Europe of the late seventeenth and early eighteenth centuries as the insights of modern science began to be translated into new production functions in both agriculture and industry, in a setting given dynamism by the lateral expansion of world markets and the international competition for them. But all that lies behind the break-up of the Middle Ages is relevant to the creation of the preconditions for take-off in Western Europe. Among the Western European states, Britain, favoured by geography, natural resources, trading possibilities, social and political structure, was the first to develop fully the preconditions for take-off.” (Rostow, 1974, p. 18)

Later, in support of sustainable development, organizations of the 20<sup>th</sup> century continued to show a growing concern in relation to production as “expression and concept of sustainable

development were designated and defined by the World Commission on Environment and Development created by the General Assembly of the United Nations at the end of 1983.” (Hernández, 2007, p. 167)

According to Baker and Keizer (2010), some world organizations concerned with the environment and chaired by the United Nations proposed the common good of world population in support of sustainability of food and agriculture policies. The United Nations Food and Agriculture Organization (FAO) is an organization that discusses policies and agreements aimed at ensuring a good nutrition through agriculture, forestry and fisheries improvement with a particular focus on rural areas development.

International institutions supporting sustainable development are conducting several recommendations to public organizations to the advancement of policies directed towards sustainable development. Therefore, through globalization process many countries achieved to improve their economy and should maintain their environmental responsibility, thereby valuing food production towards sustainable development.

Within this context, the objectives of this study are to analyze the factors influencing rural and urban enterprises and to identify rural production and development by means of the study *Informe Monográfico Rural sobre Extremadura*.

To achieve sustainable development, the social action process has to be conducted through the path to sustainability, thus organizations should be committed to assume the compromise of making social investment: environmental education supporting projects aimed at improving population knowledge about the environment as much important as profits. “Social good is a non-traded good, however, so the separation theorem is not valid for this environment. Although social good is non-traded, the financial and social returns from a CSR firm are spanned by investment.” (Baron, 2005, p. 3). However, within the context of world progress, several organizations to develop do not respect the environmental agreements established by environmental institutions.

The financial crisis experienced over the past decade gave rise to many problems some already existing for some time but also geared a bigger effect on the financial market and so some strategic improvement projects and their integration aiming at several countries development were left behind as major progress plans requiring higher capacity were needed. According to Imperatives (1987, p. 6), "environmental degradation, first seen as mainly a problem of the rich nations and a side effect of industrial wealth, has become a survival issue for developing nations.”

According to the European Commission (2012), the sector of rural production, providing nations and world population with achievable food production through effective agriculture for large-scale production, exhibits wide land areas in developing countries, thus, “agriculture depends on the use of natural resources as the earth, soil, water and nutrients. As food demands increase, climatic changes and ecosystems degradation impose new restraints to sustainable agriculture.” (p. 2) The *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future* - WCED (1987) refers that some researches were conducted by a working group of several researchers from many countries and coordinated by the United Nations to identify studies on environmental sustainability at the world level in the 80’s.

Baker e Keizer (2010, p. 180) underline the importance of “collaboration among partner organizations in the creation, maintenance, and deployment of standards for sharing knowledge related to food and agriculture, notably in the context of an umbrella initiative, Coherence in Information for Agricultural Research for Development (CIARD).”

Under these terms, agriculture has to provide increased food production in correlation to population growth and to reduce world hunger, thus, advancing the first steps to build a society committed in rural production growth in order to maintain the primary sector as “sustainable development seems to presuppose the existence of some collective community of interest beyond the mere agglomeration of individual interests—for how else is one to conceptualize obligations between generations?—but it also seems to necessitate the specification and imposition of a particular conception of the good.” (Kysar, 2005, p. 11)

According to a study from the European Commission (2012), the Common Agricultural Policy (CAP) has suffered considerable changes since its beginning. It was converted into a policy supporting agriculture to achieve the goals of sustainable development. The reforms of the last twenty years have contributed to improve the orientation to the market. Sustainable development approached in its distinctive aspects is relevant as “it really is important to identify the basic ideas, practices and policies that constitute the concept of sustainable agriculture. This will be essential in setting the priorities and suggesting for the pattern in moving towards sustainable agriculture.” (Saini & Jain, 2014, p. 83).

## 2. METHODOLOGY

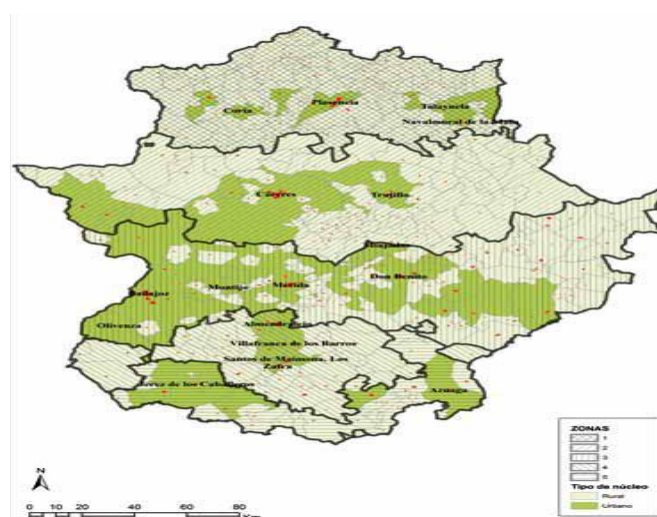
The methodology of this research was conducted through the analysis of secondary data based on the study *Informe Monográfico Rural sobre Extremadura* by GEM, Autonomous

Community of Extremadura – Spain. The main objective of this study is to analyze the factors influencing rural and urban enterprises and to identify rural production and development. According to Giorgi (2005, p.77), “the goal of phenomenological analysis, more than anything else, is to clarify the meaning of all phenomena. It does not explain nor discover causes, but it clarifies.”

Furthermore, sustainable development benefits population and enterprises working in rural production, when conducted towards soil nurturing and protection from chemical pollution avoiding harming other living beings depending exclusively on nature. “Agriculture has significant environmental impacts. In most countries, increased water use is aimed at irrigation. Excessive use of agro chemical inputs as well as of chemical fertilizers and pesticides constitute the main cause of groundwater contamination.” (Instituto Internacional para el Desarrollo Sostenible, 2005, p. 93).

### 3. RESULTS

As Figure 1 shows, Extremadura presents more population in the urban areas than in the rural areas, with a slight increasing trend in the urban areas. Between 2003 and 2011, Extremadura’s urban areas had 707,336 inhabitants and rural areas 402,031 inhabitants, corresponding respectively to 63.76% and 36.24% of the total Extremadura population and evidencing more 305,305 inhabitants in the urban areas. This means that the population of the rural area is less in the region of Extremadura.



**Figure 1.** Distribution of the urban/rural population of Extremadura  
 Source: Mogollón et al (2013) Informe Monográfico Rural sobre Extremadura

According to the study *Informe Monográfico Rural sobre Extremadura*, the factors influencing rural and urban development were drawn from questions on the following issues: the creation of a new business and knowledge, skills and experiences.

In this first topic on creating a new business, between the urban and rural entrepreneurs, particularly in the urban area 21.54% and 15.70% rural, potential entrepreneurs in urban and rural areas 38.17% match 24.59%, entrepreneurs in the urban area Springs 32.48 percent and in rural 26.78%, new entrepreneurs 30.42% urban and rural 22.33% and consolidated entrepreneurs in urban 25.64%, in rural 17.89%. According to urban entrepreneurs results obtained the largest percentage in comparison to rural entrepreneurs. Means that the urban area still predominates the entrepreneurial activity in the region of Extremadura.

On the second topic the knowledge, skills and experiences in urban and rural area, the population in the urban area entrepreneurial 43.70% and 32.53% rural, potential entrepreneurs in urban and rural areas 48.67% match 33.19%, entrepreneurs in the urban area Springs 47.89% and in rural 40.97%, entrepreneurs new urban area 51, 07% and 38.30% rural and urban entrepreneurs consolidated 51.00% and 38.44% rural. In this study related to the knowledge, skills and experiences, also the largest percentages were entrepreneurs of the urban area in the region of Extremadura.

#### 4. CONCLUSIONS

In this study, some relevant issues were approached according to the research and relevant literature analyzed, the methodology was based on secondary data. Sustainable development is crucial for economic growth, conciliating valuation and leveraging quality, thus adding economic value to the development of educational action towards environment to improve human survival. This is more evident in developing countries where about 70% of the population directly or indirectly depends on agriculture. Besides, malnutrition and food insecurity are among the most critical development issues (Instituto Internacional para el Desarrollo Sostenible, 2005).

Countries' agreements must also be established according to their economic objectives defining sustainable development under satisfactory conditions to the involved parts. The motivation of international institutions is fundamental to their engagement in all the process concerning the environment.

Finally, this research approached several important aspects of sustainable development, some issues were drawn upon the objectives and improvement is needed to a better understanding and to further solidify what we know about sustainable development. This study builds on the research literature in this field, offering some perspectives of important research questions and directions to future research on rural production and sustainable development.

## BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Baker, T., & Keizer, J. (2010). Linked data for fighting global hunger: experiences in setting standards for agricultural information management. Em *Linking enterprise data* (pp. 177-201). Springer. Obtido de [http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4419-7665-9\\_9](http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4419-7665-9_9)
- Baron, D. P. (2005). *Corporate Social Responsibility and Social Entrepreneurship* (SSRN Scholarly Paper No. ID 861145). Rochester, NY: Social Science Research Network. Obtido de <http://papers.ssrn.com/abstract=861145>
- Comisión Europea. (2012) Una agricultura sostenible para el futuro que queremos. Obtido 12 de agosto de 2014, de [http://ec.europa.eu/agriculture/events/2012/rio-side-event/brochure\\_es.pdf](http://ec.europa.eu/agriculture/events/2012/rio-side-event/brochure_es.pdf)
- Costantini, V., & Monni, S. (2006). *Environment, Human Development and Economic Growth* (SSRN Scholarly Paper No. ID 888775). Rochester, NY: Social Science Research Network. Obtido de <http://papers.ssrn.com/abstract=888775> (2005). The Phenomenological Movement and Research in the Human Sciences. *Nursing Science Quarterly* 18 (1), 75-82. doi:10.1177/0894318404272112
- Hernández, A. J. R. (2007). AGENDA ONU n° 8/2006-07. Obtido 12 de agosto de 2014, de [http://www.upf.edu/orbis/\\_pdf/ARodrigo/Rodrigo\\_2007\\_2.pdf](http://www.upf.edu/orbis/_pdf/ARodrigo/Rodrigo_2007_2.pdf)
- Instituto Internacional para el Desarrollo Sostenible (2005). *Manual de Medio Ambiente y Comercio*. Obtido de [http://www.unep.ch/etb/images/HANDBOOK\\_SP.pdf](http://www.unep.ch/etb/images/HANDBOOK_SP.pdf)
- Imperatives, S. (1987). Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. Obtido de <http://www.econometrix.com.br/pdf/Report%20of%20the%20World%20Commission%20on%20Environment%20and%20Development%20,%20Our%20Common%20Future,%20ONU%20junho%201987.pdf>
- Kysar, D. A. (2005). *Sustainable Development and Private Global Governance* (SSRN Scholarly Paper No. ID 748974). Rochester, NY: Social Science Research Network. Obtido de <http://papers.ssrn.com/abstract=748974>
- Lima, A., & Tsutsui, K. (2012). Globalization and Commitment in Corporate Social Responsibility: Cross-National Analyses of Institutional and Political-Economy Effects. *American Sociological Review* 77 (1), 69-98. doi:10.1177/0003122411432701
- Mogollón, R. H., Casero, J. C. D., Escobedo, M. C. S., González, M. A., & Aunió, Á. M. D. (2013). *Informe Monográfico Rural sobre Extremadura*. Obtido de <http://www.cise.es/wp-content/uploads/GEM-Informe-monografico-rural-sobre-extremadura.pdf>
- Rostow, W, W (1974). *Etapas do Desenvolvimento Economico*. (5° ed). Zahar editores. Rio de Janeiro.
- Saini, M. S., & Jain, R. (2014). *Sustainability in the Three Dimensions of Society - Urbanization, Food Insecurity and Agriculture* (SSRN Scholarly Paper No. ID 2441667). Rochester, NY: Social Science Research Network. Obtido de <http://papers.ssrn.com/abstract=2441667>
- Seelos, C., & Mair, J. (2005). *Social Entrepreneurship - The Contribution of Individual Entrepreneurs to Sustainable Development* (SSRN Scholarly Paper No. ID 701181). Rochester, NY: Social Science Research Network. Obtido de <http://papers.ssrn.com/abstract=701181>.

## Potencial da bioeletricidade no Brasil: uso da biomassa da cana-de-açúcar como energia alternativa e complementar

Sérgio Alves Torquato

Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – APTA/UPD

storquato@apta.sp.gov.br

Katia Regina Evaristo de Jesus

Embrapa Meio Ambiente – CNPMA

katia.jesus@embrapa.br

Rejane Cecília Ramos

Instituto de Economia Agrícola – IEA

rejane@iea.sp.gov.br

### RESUMO

O bagaço que é oriundo do esmagamento da cana-de-açúcar para produção de álcool e açúcar. Com a necessidade de uso sustentável do excedente de bagaço de cana-de-açúcar, novas oportunidades surgiram a partir de inovações tecnológicas. Observou-se que ainda é baixo a participação da biomassa da cana na geração de bioeletricidade diante do grande potencial que existe. Diante do aumento da demanda por energia elétrica, incidência maior de secas, inclusive nas áreas dos reservatórios de água para produção de energia elétrica no Brasil, torna-se cada vez mais imprescindível a necessidade de alternativas e complementariedade entre fontes geradoras de energia. Produzindo de forma racional, sustentável e complementar para a matriz de energia elétrica brasileira como forma de mitigar os riscos decorrentes da alta dependência de uma única fonte. O objetivo deste artigo é elucidar o potencial de utilizar a bioeletricidade resultante da utilização de biomassa da cana como uma alternativa para diversificar a matriz energética brasileira. No estudo serão analisadas informações do Protocolo Agro-Ambiental e os dados do Balanço Energético Nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** bioeletricidade, cana-de-açúcar, matriz energética, biomassa, Brasil.

### 1. INTRODUÇÃO

A energia elétrica produzida a partir do uso do bagaço da cana-de-açúcar ou comumente conhecida como bioeletricidade é uma energia limpa e renovável, e que pode ser feita a partir de qualquer biomassa. Entende-se como biomassa a matéria vegetal gerada pela fotossíntese e seus diversos produtos e subprodutos derivados, tais como florestas, culturas e resíduos agrícolas. Também há potencial de uso de resíduos do processamento de madeiras como o eucalipto, do arroz (casca), cavacos de madeira originadas das madeiras e da indústria de móveis, etc.

O bagaço é oriundo do esmagamento da cana-de-açúcar para produção de álcool e açúcar, utilizado na produção de energia elétrica e calor de processo, sendo grande parte voltada para o atendimento das necessidades da própria usina de açúcar e álcool (autoprodução).

Com a necessidade de um uso sustentável do excedente de bagaço de cana-de-açúcar, novas oportunidades surgiram a partir de inovações tecnológicas.



Hoje é adotada em vários projetos *greenfield*<sup>1</sup> uma tecnologia mais eficiente do que as das antigas caldeiras o que permite gerar significativos excedentes de energia elétrica a menor custo, utilizando caldeiras de alta pressão com condensador, ou seja, extração - condensação. Outra tecnologia potencial é a gaseificação integrada a uma turbina a gás, operando em ciclo combinado (*Biomass Integrated Gasification - Gas Turbine*, tecnologia BIG-GT). A tecnologia predominante nas usinas brasileiras é de ciclo a vapor com turbinas de contrapressão, processo este técnico e comercialmente conhecido (Torquato & Fronzaglia, 2005).

A intenção do artigo é apontar a produção de bioeletricidade e o potencial para produção de energia elétrica para o Brasil, utilizando os dados do Protocolo Agroambiental Paulista<sup>2</sup>, e do Balanço de Energético Nacional (BEN) do Ministério de Minas e Energia (MME).

## 2. BREVE CONTEXTO SOBRE ENERGIA

A energia é um dos principais insumos da sociedade moderna. Sua disponibilidade, preço e qualidade são determinantes fundamentais para sobrevivência das nações que se utilizam de tecnologias promotoras de facilidades e conforto.

O mundo moderno é dependente de energia e não é possível pensar e planejar as variadas ações e processos sem o uso da mesma.

Com cenários de crescimento da economia brasileira para os próximos anos a demanda por energia deverá crescer na mesma proporção. A relação energia/PIB para o Brasil deve crescer devido à elevação na taxa de investimentos em produção industrial, do aumento da renda das famílias e da sua conseqüente mudança no padrão de consumo. O desafio é a produção de energia de forma sustentável.

As energias renováveis não convencionais são complementares, sempre havendo a necessidade de outras fontes de energia. No caso da energia elétrica a partir da biomassa da cana-de-açúcar o pico de produção se dá nos meses secos do ano.

## 3. MÉTODO

O estudo tem como base os dados coletados na safra 2011/12 referente às visitas técnicas do Protocolo Agroambiental, nas 163 usinas signatárias de um total de 173

---

<sup>1</sup> Greenfield – projetos desenvolvidos desde o início (novo), ou seja, usinas novas.

<sup>2</sup> Maiores detalhes sobre o Protocolo Agroambiental, ver publicação “Protocolo Agroambiental do Setor Sucroalcooleiro Paulista: ações visando à preservação ambiental” Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=12390>.

participantes, isso representa uma amostra de 94%. Também se utilizaram publicações científicas, informações do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Balanço Energético Nacional (BEN).

#### 4. DADOS DE PRODUÇÃO E RESULTADOS

Para o Brasil os dados de produção de cana-de-açúcar apontam um volume expressivo na safra 2016/17 que está em curso no Centro Sul brasileiro, os números devem chegar em torno de 630 milhões de toneladas segundo a União da Indústria da Cana-de-açúcar (UNICA), a confirmarem-se esses números teremos um acréscimo de 1,6% em relação a safra anterior (2015/16) que finalizou com uma produção de 620,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar. (UNICA, 2016).

No entanto, no Estado de São Paulo, dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) apontam que em 2015 houve uma expressiva produção de cana-de-açúcar, na ordem de 436,2 milhões de toneladas em uma área de 5,60 milhões de hectares, correspondente a 78,3% dos municípios paulistas (IEA, 2016).

De acordo com o cadastro do Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA), para São Paulo em agosto de 2013, existiam 164 usinas e destilarias que são auto-suficientes e empregam o bagaço de cana-de-açúcar para gerar a energia que consomem durante o processo de produção do álcool e do açúcar.

A oferta interna de energia no Brasil nos anos 2000, dos produtos oriundos da cana representava 7,9% da oferta, enquanto a de energia hidráulica representava 39,3% (MME, 2001). Na safra 2000/01 estimava-se que a co-geração do setor sucroenergético no Brasil possuía uma potência instalada na ordem de 1.541 MW (Eletrobrás/UFRJ, 2002). Enquanto a potência instalada de todas as fontes de geração de energia era da ordem de 67.713 MW, ou seja, o setor canavieiro contribuiria com aproximadamente 2,27% desta potência total. Para São Paulo essa potência instalada seria de 807MW distribuída em 137 usinas (unidades). Mas somente 132 MW, 8,56% foram comercializados como energia excedente por 28 usinas de cana-de-açúcar. (CENBIO, 2001).

Dados da safra 2011/12 de 163 usinas signatárias do Protocolo Agroambiental Paulista mostra que havia uma capacidade na ordem de 4.178 MW, um aumento de 417,7% em relação a safra 2000/01, sendo que deste total 41,7% exportaram energia para a rede, ou seja, isso representa 1.672 MW (Torquato & Ramos, 2013). Para a safra 2015/16 a capacidade instalada nas usinas foi de 5,2 MW de potência, (Ramos & Nachiluk, 2016), isso representa um aumento

de 24,9% em relação à safra 2011/12. De Fato houve um grande avanço na capacidade instalada nas usinas sucroenergéticas, como também houve um crescimento considerável no total exportado ou comercializado.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No aspecto tecnológico os principais desafios estão presentes na modernização do processo de produção de energia e na eficiência de aproveitamento do potencial energético. As soluções estão na maior eficiência das caldeiras, na gaseificação e na integração com o processo de hidrólise. Com o advento na mudança do sistema de produção da cana-de-açúcar de um sistema de colheita manual queimada para a introdução da colheita mecanizada crua houve um aumento considerável de material orgânico no campo, especialmente de palhada e ponteiros, sendo outro desafio o da recuperação da palha depositada no campo após a colheita mecanizada. A palha atualmente é deixada no campo como material orgânico para proteção do solo, no entanto poderá vir a ser matéria-prima para produção de energia e do etanol de segunda geração. Porém, a questão da palha ainda não é muito clara sobre a quantidade ou percentual que deve ser deixado no campo, a expectativa aponta para que seja deixado entre 30 e 50% da palha no solo.

No entendimento de (Barja, 2006 p.35) a viabilidade de um empreendimento de cogeração depende também de alguns fatores, tais como o preço da eletricidade, do combustível e a liquidez da venda de excedentes elétricos. Como também de eficiência tecnológica com baixo custo.

Nos próximos anos, registraremos um *boom* no crescimento das demandas de energia no Brasil.

Aponta-se que haja um grande potencial de produção de energia a partir da biomassa da cana-de-açúcar no Brasil, designadamente no estado de São Paulo. O ainda baixo aproveitamento deste potencial não se deve à falta de tecnologias disponíveis, nem às condições de produção e oferta das diversas fontes de biomassa disponíveis no país, deve-se principalmente à necessidade de melhoria da eficiência de processo e de investimentos.

A importância de incentivar a produção de energia renovável no campo é que poderá contribuir para proporcionar segurança energética em períodos críticos da produção de energia elétrica de fonte hídrica. Essa complementaridade entre fontes de energia, sejam elas de fonte hidráulica, térmica, eólica, solar, etc., é importante para evitar períodos críticos e de riscos de desabastecimento ou de aumento de custo na produção.

Em resumo, o fator preponderante para que ocorra uma produção de bioeletricidade com preços competitivos é o investimento em tecnologia para melhoria da eficiência energética na geração. O planejamento e a decisão de investir na produção de energia elétrica a partir do uso de biomassa da cana-de-açúcar devem contemplar rigorosamente a tecnologia, garantia de suprimento via disponibilidade de produção a partir de processo mais eficientes, preços competitivos e baixo impacto ambiental. Ao lado disso, há a necessidade de incentivos que melhorem o desempenho do setor no que refere à inovação tecnológica, isto é, políticas públicas que se traduzam em investimento em tecnologia para redução do custo de produção acarretando na queda do preço por KW/h e assim possibilitando uma maior competitividade via preço nos leilões de energias alternativas.

Do outro lado, o sistema Consecana – Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo, que precifica os valores de pagamento pela cana-de-açúcar dos fornecedores, tem como um dos objetivos proporcionar de forma igualitária a distribuição dos rendimentos auferidos pela produção de cana via preço dos produtos comercializados a partir do processamento desta matéria prima, sendo assim, a cogeração poderá ser mais um fator positivo na equação de precificação da cana-de-açúcar ao produtor, como também amenizando os riscos da carteira de negócios da indústria sucroenergética.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barja, G. de J. A. (2006). *Cogeração e sua inserção ao sistema elétrico*. Dissertação de Mestrado. Publicação ENM.DM 100A/06, Departamento de Engenharia Mecânica.UNB, Brasília, DF. Recuperado de [www.aneel.gov.br/biblioteca/trabalhos/trabalhos/Dissertacao\\_Gabriel\\_de\\_Jesus.pdf](http://www.aneel.gov.br/biblioteca/trabalhos/trabalhos/Dissertacao_Gabriel_de_Jesus.pdf)
- CENBIO. (2001). *Medidas mitigadoras para a redução de emissões de gases de efeito estufa na geração termelétrica*. Brasília: Aneel.
- Instituto de Economia Agrícola. (2016). *Banco de dados*. São Paulo: IEA. Recuperado de [www.iea.sp.gov.br](http://www.iea.sp.gov.br)
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (2013). *Relação das unidades produtoras cadastradas no Departamento da cana-de-açúcar e Agroenergia*. Brasília: MAPA. Recuperado de [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Desenvolvimento\\_Sustentavel/Agroenergia/Orientacoes\\_Tecnicas/Usinas%20e%20Destilarias%20Cadastradas/DADOS\\_PRODUTORES\\_15\\_02\\_2013.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Agroenergia/Orientacoes_Tecnicas/Usinas%20e%20Destilarias%20Cadastradas/DADOS_PRODUTORES_15_02_2013.pdf)
- Ministério de Minas e Energia. (2001). *Balanço energético nacional 2000*. Brasília: MME. Recuperado de <http://www.mme.gov.br>
- Ministério de Minas e Energia. (2012). *Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica*. Brasília: MME. Recuperado de <http://www.mme.gov.br/programas/proinfa/>
- Ramos, R. C. & Nachiluk, K. (2016). Setor sucroenergético do Estado de São Paulo frente à

- crise econômica. *Análises e Indicadores do Agronegócio*, São Paulo, v. 11, n. 5, maio 2016. Recuperado de <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-30-2016.pdf>
- Souza, Z. J. de. A. (2002). Co-geração de energia no setor sucroalcooleiro: Desenvolvimento e situação atual. Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos. An. 4. Encontro Energia Meio Rural 2002. Recuperado de [www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000022002000100001&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000022002000100001&script=sci_arttext)
- Torquato, S. A & Fronzaglia, T. (2012). *Tecnologia BIG-GT: Energia a partir da gaseificação da biomassa da cana*. São Paulo: IEA, nov. 2005. Recuperado de <http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=3814>
- Torquato, S. A. & Ramos, R. C. (2013). Biomassa da cana-de-açúcar e a geração de bioeletricidade em São Paulo: usinas signatárias ao Protocolo Agroambiental Paulista. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 43, n. 5, set./out. 2013.
- União da Indústria da Cana-de-açúcar. (2016). *Banco de dados*. São Paulo: UNICA. Recuperado de <http://www.unicadata.com.br/>

## Quantificação dos estoques de carbono do solo em áreas florestais como referencial para a política de pagamento por serviços ecossistêmicos

Alexandre Fonseca D'Andrea

IFPB/João Pessoa

alexandre.dandreas@ifpb.edu.br

Orione Álvares da Silva

ICMBio/IBAMA

orione.silva@icmbio.gov.br

Bráulio Almeida Santos

UFPB/João Pessoa

braulio@dse.ufpb.br

Rosicléa Maria Santos D'Andrea

IFPB/João Pessoa

rosiclea.dandrea@ifpb.edu.br

Arlide Franco Alves

IFPB/João Pessoa

alves@ifpb.edu.br

### RESUMO

Questões sobre alterações climáticas causadas por atividades humanas estão na pauta das atuais discussões políticas e técnico-científicas no mundo. Muitas regiões do Brasil sofreram reduções drásticas de áreas com vegetação nativa pela expansão urbana e atividades agrícolas, diminuindo o potencial econômico do manejo de florestas para compensações financeiras. O objetivo deste trabalho foi apresentar um referencial para o pagamento de serviços ecossistêmicos em remanescentes de vegetação nativa na região de João Pessoa, Brasil, com base nos estoques de carbono em ambientes florestais. O estoque de carbono do solo (EstC) foi calculado na Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo, Paraíba, Brasil, a partir da densidade e dos teores de carbono orgânico até 40 cm de profundidade, em 48 pontos distribuídos regularmente numa área de 1.650 m<sup>2</sup>. O EstC foi 20,49 ± 1,43 Mg ha<sup>-1</sup> de 0-20 cm e 12,03 ± 1,20 Mg ha<sup>-1</sup> de 20-40 cm, acumulando 32,52 ± 2,27 Mg ha<sup>-1</sup> de 0-40 cm, valores que podem ser adotados como referencial para florestas de restinga com características semelhantes às área avaliada, para o desenvolvimento de projetos de geração de pagamento por serviços ecossistêmicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** alterações climáticas, créditos de carbono, meio ambiente, unidades de conservação.

### 1. INTRODUÇÃO

Atualmente, questões envolvendo alterações climáticas causadas por atividades humanas estão na pauta das atuais discussões políticas e técnico-científicas no mundo. O Acordo de Paris, aprovado em dezembro de 2015 na Conferência das Nações Unidas para Mudanças Climáticas - COP 21, França (ONU, 2015), reconhece a importância de recursos financeiros de fontes públicas e privadas para pagamentos de incentivos à redução de emissões de gases de efeito estufa por desflorestamento e degradação florestal, assim como o papel da conservação, do manejo adequado do aumento dos estoques de carbono florestal.

No Brasil, diversas regiões metropolitanas passaram por reduções drásticas de áreas com vegetação nativa por causa da expansão urbana e de atividades agrícolas nas últimas

décadas, transformando áreas contínuas localizadas na zona rural em fragmentos isolados de florestas, na maior parte das vezes descaracterizadas com relação às suas espécies originais. Além da diminuição da biodiversidade e de modificações no uso da terra, a redução de áreas verdes representa uma grande perda do potencial econômico de manejo de florestas com compensações financeiras no âmbito da economia verde ou bioeconomia.

## 2. PAGAMENTO POR SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS

As políticas de pagamento por serviços ecossistêmicos ou ambientais (PSA) são atualmente consideradas uma alternativa para a redução do desmatamento e degradação florestal. No Brasil, a estratégia nacional REDD+ (BRASIL, 2015) foi elaborada com o intuito de contribuir para a mitigação das mudanças climáticas eliminando o desflorestamento ilegal, promovendo a conservação e a restauração de ecossistemas florestais e fomentando uma economia florestal sustentável de baixo carbono (<http://redd.mma.gov.br/index.php/en/2015-12-02-13-11-32/brazilian-strategy>).

Apesar de críticas às políticas de pagamento por serviços ecossistêmicos feitas no Brasil por grupos que consideram que a precificação e o pagamento por serviços ambientais abrem um caminho para o fornecimento de licenças para destruir e que o mercado de capitais leva à mercantilização da natureza (Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social, 2012), a proteção das áreas florestadas no Brasil pode ser concretamente estimulada se houver uma valoração criteriosa dos serviços ambientais ou ecossistêmicos prestados pelos fragmentos florestais remanescentes.

Neste sentido, instituições, organizações não governamentais e o poder público brasileiro estão envolvidos em ações para a construção e consolidação de sistemas de monitoramento dos estoques e dos fluxos de carbono, em busca de políticas públicas promotoras do desenvolvimento social e ambiental. As medidas fiscais e tributárias destinadas a estimular a redução das emissões e remoção de gases de efeito estufa, incluindo alíquotas diferenciadas, isenções, compensações e incentivos, a serem estabelecidos em lei específica estão previstas no Brasil pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (BRASIL, 2009).

No Brasil, o Estado do Acre tem se destacado na formulação de políticas envolvendo a regulação de serviços ambientais e o manejo integrado da paisagem, criando o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA) – Lei Estadual Nº 2.308 de 2010 (ACRE, 2010). As ações relacionadas ao SISA destacam o pioneiro Programa ISA Carbono (Incentivos a Serviços Ambientais do Carbono Florestal) como uma versão local de programas de REDD+

(Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação), e são orientadas por documentos oficiais que indicam salvaguardas para a proteção da biodiversidade florestal e das comunidades locais, além de apontar critérios objetivos para a adoção de sistemas de certificação florestal ou validação de projetos de créditos de carbono (ACRE, 2013).

No ano de 2013, o Estado da Paraíba também publicou a Lei Nº 10.165, que dispõe sobre a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PARAÍBA, 2013) e cria o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais. Neste documento, o sequestro de carbono é considerado um serviço ambiental de regulação, compondo o Subprograma Captura e Retenção de Carbono nos Solos, destinado ao pagamento por ações e iniciativas de uso, manejo e conservação dos solos que promovam a captura e o armazenamento de carbono.

### **3. ESTOQUES DE CARBONO ORGÂNICO NO SOLO EM ÁREAS FLORESTAIS**

No Brasil, a atual Política Nacional sobre Mudança do Clima (BRASIL, 2009) destaca importantes instrumentos de monitoramento, como a) registros, inventários, estimativas, avaliações e quaisquer outros estudos de emissões de gases de efeito estufa e de suas fontes, elaborados com base em informações e dados fornecidos por entidades públicas e privadas; e b) o estabelecimento de padrões ambientais e de metas, quantificáveis e verificáveis, para a redução de emissões antrópicas por fontes e para as remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa.

No estado da Paraíba, alguns trabalhos indicam que é possível manter um estoque razoável de carbono orgânico no solo desde que o seu manejo seja conservacionista, mesmo em solos com elevado teor de areia, naturalmente predispostos a uma maior decomposição da matéria orgânica do solo e a perdas de carbono (D'Andrea *et al.*, 2014). Assim sendo, é importante a alimentação do banco de dados a respeito do estoque de carbono nos solos em diversas situações de uso e manejo, para servir de base em projetos relacionados à economia verde ou bioeconomia. O objetivo deste trabalho foi apresentar um referencial para o pagamento de serviços ecossistêmicos em remanescentes de vegetação nativa na região de João Pessoa, Brasil, com base na avaliação dos estoques de carbono em ambientes florestais.



#### 4. MATERIAIS E MÉTODOS

Foram feitas avaliações dos estoques de carbono orgânico do solo (EstC) na Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo, Paraíba, Brasil, uma unidade de conservação federal criada em 2004 e administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação para a Biodiversidade (ICMBio).

O clima é *As'* na classificação de Köppen (tropical com estação seca de verão) e a vegetação é de Floresta Alta de Restinga. O solo é um Neossolo Quartzarênico Órtico típico com média de 97% de areia (fração de 2mm–0,053mm) até 40 cm de profundidade. Foram coletadas amostras de solos nas profundidades de 0-20 e 20-40 cm, em 48 pontos distribuídos regularmente em uma área de 1.650 m<sup>2</sup>.

O estoque de carbono do solo foi calculado a partir da densidade do solo (obtida pelo método do anel volumétrico) e dos teores de carbono orgânico do solo (Embrapa, 2011), segundo a expressão  $EstC = COS \times Ds \times e/10$  (Ellert & Bettany, 1995), em que: EstC: estoque de carbono na camada (Mg ha<sup>-1</sup>) COS: teor de carbono orgânico do solo na camada (g kg<sup>-1</sup>) Ds: densidade do solo na camada (g cm<sup>-3</sup>) e: espessura da camada (cm).

#### 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na floresta de restinga em estudo, o estoque de carbono orgânico do solo (EstC) foi de 20,49 ± 1,43 Mg ha<sup>-1</sup> (média ± erro padrão da média) na camada de 0-20 cm e de 12,03 ± 1,20 Mg ha<sup>-1</sup> na camada de 20-40 cm, com um valor acumulado de 32,52 ± 2,27 Mg ha<sup>-1</sup> para a camada de 0-40 cm. Em estudo semelhante realizado num Neossolo Quartzarênico com duripan, também na região metropolitana de João Pessoa, Paraíba, em uma área de pesquisa com mangabeiras (*Hancornia speciosa* Gomez, plantas perenes com porte médio, entre 5 a 10 metros e cultivada geralmente em espaçamento de 7x7 metros), D'Andrea et al. (2014) encontraram um valor acumulado de 42,17 Mg ha<sup>-1</sup> na camada de 0-20 cm e 26,60 Mg ha<sup>-1</sup> na camada de 20-40 cm, totalizando 68,77 Mg ha<sup>-1</sup> de 0-40 cm, mais do que o dobro de carbono orgânico acumulado no presente estudo realizado na floresta de restinga.

As árvores de menor porte no pomar de mangabeiras (frutíferas), o manejo de fertilidade na área cultivada e um regime hídrico do solo diferenciado por causa da camada endurecida na subsuperfície do solo (duripan) podem ter contribuído para a manutenção de maiores quantidades de carbono orgânico no solo arenoso do pomar em comparação à floresta de restinga de Cabedelo, indicando a existência de variações nos estoques de carbono orgânico do solo em função de aspectos como cobertura vegetal e manejo do solo. Neste sentido, é desejável

o monitoramento da variação dos estoques de carbono orgânico do solo em áreas potencialmente elegíveis para o pagamento de serviços ecossistêmicos, incluindo os remanescentes de vegetação nativa na Mata Atlântica Setentrional brasileira.

Assim, os valores de estoques de carbono orgânico do encontrados na Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo podem ser adotados inicialmente como referencial para florestas de restinga conservadas que tenham características similares às da unidade de conservação avaliada. A diferença nos estoques de carbono entre áreas preservadas e degradadas pode ser valorada de acordo o preço da tonelada de carbono no mercado global de carbono ou de acordo com um referencial nacional ou regional a ser adotado numa política pública de pagamento por serviços ecossistêmicos, a fim de se estimular a conservação e preservação de sistemas que mantenham ou aumentem os estoques de carbono no solo. Com isso, reconhece-se o potencial de desenvolvimento de projetos de geração de créditos de carbono e pagamento por serviços ecossistêmicos com base em informações disponíveis sobre áreas protegidas e seus estoques de carbono no solo ou na vegetação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACRE (2013). *Manual de Monitoramento das Salvaguardas Socioambientais de REDD+ no SISA*. Rando, A.S.; Souza, B.B.; Monteiro, G.A.; Piatto, M. (org.). CARE Brasil. Imaflora. IMC do Acre. Acre, Brasil.. Disponível em <[http://www.observatoriodoredd.org.br/portal/upload/artigo/Manual\\_de\\_Monitoramento%20\\_Sisa.pdf](http://www.observatoriodoredd.org.br/portal/upload/artigo/Manual_de_Monitoramento%20_Sisa.pdf)>. Acesso em 21/04/2016.
- ACRE (2010). *Lei N. 2.308, de 22 de Outubro de 2010*. Cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais- SISA, o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais - ISA Carbono e demais Programas de Serviços Ambientais e Produtos Ecossistêmicos do Estado do Acre e dá outras providências. Estado do Acre. Disponível em <[http://www.imc.ac.gov.br/wps/wcm/connect/cba11f804e8d3801b88cfb7a81aad2ff/Lei2308\\_1.pdf?MOD=AJPERES](http://www.imc.ac.gov.br/wps/wcm/connect/cba11f804e8d3801b88cfb7a81aad2ff/Lei2308_1.pdf?MOD=AJPERES)>. Acesso em 21/05/2016.
- BRASIL (2009). *Lei N° 12.187, de 29 de Dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm)>. Acesso em 21/05/2016.
- BRASIL (2015). *Portaria N° 370, de 2 de Dezembro de 2015*. Estabelece a Estratégia Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal (REDD+) do Brasil-ENREDD+. Disponível em <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=90&data=03/12/2015>>. Acesso em 21/05/2016.
- D'Andréa, A. F., Leite, E.P.F., Ferreira, E. G., Silva, G.G. & Rodrigues, G.C. (2014). Soil carbon stocks in an experimental area cultivated with mangabeira (*Hancornia speciosa*

- Gomez) in an Quartzipsamment with duripan in João Pessoa, Paraíba, Brazil. In: *6th World Congress on Conservation Agriculture*. Winnipeg, Canada.
- Ellert, B. H. & Bettany, J. R. (1995). Calculation of organic matter and nutrients stored in soils under contrasting management regimes. *Canadian Journal of Soil Science* 75, 529-538.
- EMBRAPA (2011). “Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Manual de métodos de análise de solos”, in Donagema, G.K. *et al.* (Org.). Rio de Janeiro: Embrapa Solos. 230 p.
- Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social (2012). REDD, Mercado de Carbono, Pagamento por Serviços Ambientais: O que são? O que fazer? Forum Mudanças Climáticas e Justiça Social. Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz. Conselho Indigenistas Missionário. Brasília, DF. Disponível em <[http://wrm.org.uy/html/wp-content/uploads/2012/12/cartilha\\_REDD\\_PSA\\_carbono.pdf](http://wrm.org.uy/html/wp-content/uploads/2012/12/cartilha_REDD_PSA_carbono.pdf)> . Acesso em 21/05/2016.
- IBAMA (2011). *Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios* / Fátima Becker Guedes e Susan Edda Seehusen; Organizadoras. – Brasília: MMA. 272 p. : il. color. (Série Biodiversidade, 42).
- ONU (2015) Convenção Quadro sobre Mudanças do Clima. *Adoção do Acordo Paris*. Conferência das Partes. Vigésima primeira sessão. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/Acordo-de-Paris.pdf>>. Acesso em 21/04/2016.
- PARAÍBA. (2013). *Lei Nº 10.165, de 25 de Novembro de 2013*. Dispõe sobre a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, autoriza instituir o Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, e dá outras providências. Disponível em <[http://www.aesa.pb.gov.br/legislacao/leis/estadual/Lei\\_10\\_165\\_2013\\_servicos\\_ambientais.pdf](http://www.aesa.pb.gov.br/legislacao/leis/estadual/Lei_10_165_2013_servicos_ambientais.pdf)> Acesso em 21/05/2016.

## Sistemas agroflorestais e cultura camponesa: um caminho para agricultura sustentável

Ana Paula Fraga Bolfe

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

apfbolfe@gmail.com

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Bolsista de produtividade CNPq

sonia@feagri.unicamp.br

### RESUMO

O trabalho teve como objetivo compreender os sistemas agroflorestais, sob a ótica de quem vive e convive, quem planta, colhe, consome e preserva os sistemas agroflorestais. O caminho metodológico construído desvenda a trajetória dos agentes da pesquisa, captando as experiências dos narradores. A pesquisa foi desenvolvida em duas áreas no estado do Rio Grande do Sul (RS, Brasil), uma junto a agricultores familiares do litoral norte e outra com agricultores familiares assentados do Assentamento 19 de Setembro em Guaíba. Optamos pelo método da história oral, utilizando como instrumento da pesquisa o depoimento. A partir de análises constatamos a existência do *habitus* agroflorestral, que se confirmou na configuração entre práticas gestadas no âmbito de problemas socioambientais e nas marcas da cultura camponesa. É algo que não se explica de uma forma racional, mas existe; sua racionalidade vai além do que podemos compreender, sua lógica é algo peculiar à situação histórico-social. Por isso, podemos entender porque algumas famílias que passam pelo mesmo processo de mediação não continuam na prática e porque essas entendem o sistema agroflorestral como um sistema de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** agricultura sustentável, campesinato, agricultura familiar.

### 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa Sistemas agroflorestais: um caminho para agricultura sustentável à luz da cultura camponesa teve como objetivo compreender os sistemas agroflorestais, sob a ótica de quem vive e convive, quem planta, colhe, consome e preserva em seus sistemas produtivos com sistemas agroflorestais.

Partimos das subjetividades envolvidas, os modos de vida desses agricultores e estratégias utilizadas, numa realidade de modernização, urbanização, globalização, onde parece haver uma uniformização crescente e irreversível, podemos estar diante também, de uma crescente diferenciação de formas culturais de vida e modos sociais de trabalho no campo, o camponês permanece e se adapta.

Como nos apresenta Brandão (2007) em seus estudos, as comunidades camponesas reinventam estratégias para se preservarem, transformando todo necessário para que o essencial de suas formas de vida, não se percam. Um campesinato modernizado, em parte cativo, mas em parte ainda livre diante do poder do agronegócio, não apenas sobrevive, mas se reproduz com sabedoria.

Da mesma forma, Lefebvre (1981) afirma que a comunidade rural mantém-se, desaparece ou se reconstitui sob modos de produção muito diferentes: escravista, feudal, capitalista e socialista. A agricultura familiar persiste, mais ou menos viva, em ascensão ou dissolução, desde os tempos mais remotos até nossos dias; não certamente alheia às vicissitudes da história e as transformações econômico-políticas, mas com sua vida e história próprias, numa idéia que se aproxima a noção de *habitus*.

O *habitus*, um produto da história que produz as práticas tanto individuais quanto as coletivas, assegura a presença ativa de experiências passadas, que depositadas em cada organismo sob forma de esquemas de percepção, de pensamento e ação, tendem mais seguramente que todas as regras formais e todas as normas explícitas, a garantia da conformidade de práticas e sua constância, Bourdieu (1980).

Essa noção do *habitus* nos remete ao jeito do camponês, ao *habitus* camponês, esse que onde quer que viva, relaciona-se com a natureza em formas que diferem radicalmente das relações implícitas noutros modos de fazer agricultura, formulando e reformulando seus processos de produção em realidades nem sempre favoráveis à sua continuação e reprodução.

## **2. MÉTODO: Contextualizando a pesquisa: desvendando os caminhos**

A metodologia desse trabalho se valida ao entendermos as práticas familiares através dos modos de vida desses agricultores, das trajetórias e do *habitus*, a partir de seus depoimentos, mapas mentais, observações, registros fotográficos trazendo à tona as relações estabelecidas entre eles e o mundo que os cerca.

Neste trabalho buscamos apresentar e analisar as marcas da cultura camponesa, a partir da descoberta da natureza da organização e das relações das práticas familiares. Nesse contexto, entendemos a cultura camponesa como conhecimentos, sentidos, significados, imaginários, regras de relacionamento e códigos sociais e naturais. Brandão (1999) coloca como cultura camponesa a criação, a reprodução, os sentimentos, os pensamentos, os seus modos de se relacionar com a natureza, com o seu meio imediato, visível, trabalhável, passível de ser provisório ou definitivamente socializado, incorporado as experiências empíricas e ou simbólicas.

A pesquisa foi desenvolvida em duas áreas no estado do RS, no Brasil, envolvendo quatro famílias de agricultores do litoral norte e duas famílias de agricultores familiares assentados do Assentamento 19 de Setembro em Guaíba. A pesquisa de campo foi realizada com as seguintes atividades: visita para conhecimento das áreas de sistemas agroflorestais, das propriedades e lotes, coleta dos depoimentos e observações.

O caminho metodológico construído desvenda a trajetória desses agentes captando as experiências dos narradores. Trajetória entendida como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente, num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações (Bourdieu, 1998).

Entendemos que as práticas familiares na trajetória destas famílias resultam da relação dialética entre situações descritas a partir de um *habitus*, o qual se atualiza concretamente na lógica específica de uma prática particular, no caso os sistemas agroflorestais.

Diante disso optamos pelo método da história oral, esta que decorre de toda uma postura com relação à história e as configurações sócio-culturais que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (Alberti, 1989). Do quadro da história oral utilizamos como instrumento da pesquisa o depoimento.

### 3. RESULTADOS

A modernização do campo e o desenvolvimento econômico tendencioso e excludente se tornou o modelo imperante do desenvolvimento e acarretou um contradesevolvimento social, mas mesmo assim as populações rurais têm e mantêm seus próprios códigos de conhecimento e suas próprias concepções de destino. *Se eu tivesse que começar a usar o sistema agroflorestal, claro, claro, eu não tenho mais volta, eu não vou voltar mais...A próxima geração eles vão ter, a comida só sai da terra né, e eles vão ter que viver.* (Agricultor Ecologista Sr. A)

Nas duas diferentes áreas, com as seis famílias, os depoimentos dos agricultores nos levam a compreender o SAF's como uma forma diferente de se relacionar com a natureza, é entendido não só como produção, mas como um plano de vida. É uma estratégia que permite a continuação da vida, algo que se mostra como a continuação de uma história e o se importar com os outros, com a terra, com o que plantar, com a vida é quando o *habitus* camponês se expressa, *o nosso trabalho é por causa disso, por isso que eu disse pra vocês que nosso plano é de vida* (Agricultor Ecologista Sr. A).

A história é construída a partir de trajetórias incorporadas e com o *habitus* camponês tendem a se expressar na montagem das estratégias de reprodução, ou seja, num conjunto de ações ordenadas por indivíduos ou grupos (família) que objetivam, em curto ou médio tempo, reproduzir-se e reproduzir condições de reprodução, tendo sempre presente o estado dos mecanismos de reprodução disponível (o peso e a importância da tradição e sua vinculação ao processo moderno de [con]viver e produzir) (Tedesco, 1999, p. 16). Nesse sentido, o tipo de produção agrícola é mais que isso, é um “plano de vida”. Podemos relacioná-la as práticas

familiares, e ainda aos modos de vida desses agricultores que são balisados em afeto, solidariedade e persistência, característica da cultura camponesa.

Ao trabalhar a terra, o camponês realiza outro trabalho: o da ideologia, que, juntamente com a produção de alimentos, produz categorias sociais, pois o processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, um processo ritual (Woortmann e Woortmann, 1997). Além de produzir cultivos, o trabalho produz um conjunto de elementos culturais que são formas de saber e construções simbólicas específicas.

As marcas da cultura camponesa aparecem nas práticas quando as famílias trabalham com as potencialidades vindas da natureza, dos recursos naturais disponíveis, que estabelecem uma relação de troca entre o homem e a terra, “[...] *homem investe trabalho e em troca recebe a produção, mas a natureza deve ser respeitada, não agredida com corretivos químicos, pois ela poderá se vingar envenenando o matimento*” (Woortmann e Woortmann, 1997, p. 65).

O processo de trabalho é constituído de um lócus onde o homem e a natureza se encontram, e onde ciclos diferentes são integrados, no qual, a natureza viva não pode ser completamente planejada, nem controlada e é a arte de dominar essas surpresas e de transformá-las em práticas originais, equilibradas, um elemento chave. É nesse processo de trabalho são desenvolvidas aprendizagens e criadas novas formas de fazer as coisas. O processo de produção tem no seu âmago, os agricultores envolvidos que constroem, reconstroem e desenvolvem uma combinação de recursos específicos, equilibrados e harmonizados, construindo uma outra agricultura. Nas palavras de Woortmann e Woortmann (1997: 36) “o mundus camponês é ordenado e estável numa troca equilibrada com a natureza”.

Um ponto importante na realização do trabalho dessas famílias é o valor dado à matéria orgânica e às outras plantas, por exemplo, o mato é entendido de outra forma, é o lugar do trabalho, não um empecilho ao sistema produtivo; O que corrobora com dados das pesquisas de Woortmann e Woortmann (1997) sobre o significado do ambiente natural para grandes proprietários e camponeses, quando observaram um distinto entendimento. Para estes últimos o mato é algo a ser preservado como parte mesmo do espaço de trabalho, ou utilizado apenas à medida das necessidades de reprodução social. Já para os grandes proprietários, o mato é algo a ser removido, para ser substituído pelo capim.

A diversidade na produção é uma estratégia que possibilita a produção, a manutenção do seu modo de viver numa relação de respeito e complementaridade da natureza com o ser humano. Essas famílias foram as primeiras que conseguiram controlar “não doenças”, mas esses

que podemos entender enquanto indicadores de desequilíbrio, ao tratarmos dos princípios dos sistemas agroflorestais.

Conforme os agricultores analisados a mata é parte fundamental, extremamente importante de um sistema agroflorestal... *eu acho que agroflorestal é que tu plantar as planta de comida e deixar a mata crescer, eu imagino que seja isso, porque tem as duas coisas, tem a floresta e tem a comida, tem como tu tirar o sustento dali.*” (Agricultora Ecologista Sra. Z)

#### 4. CONCLUSÕES FINAIS

Os sistemas agroflorestais foram apresentados, questionados, aprendidos e assumidos por essas famílias não como um processo produtivo mas, como um processo de vida, como ficou claro nos depoimentos “*é um sistema de vida*”.

Esse processo de vida nos dá a ideia de disposições adquiridas e recorrendo a Bourdieu (1989) pode ser estrutura estruturante e também estrutura estruturada, ou seja, pode ser produzida e/ou construída num determinado contexto histórico. Quando estamos diante dessas famílias agroflorestais está presente o *habitus* camponês, visualizado nas práticas familiares. Os sistemas agroflorestais resgatam e têm em sua essência as marcas da cultura camponesa.

Marcas que podem ser ressaltadas, por exemplo, na importância da relação família trabalho e consumo, na relação com a terra, com o próximo, nas relações de respeito, de solidariedade, que se parece em muito com os estudos da década de 70, 80, 90 de Heredia, Palmeira, Brandão, Woortamn, mas que difere na medida em que as circunstâncias da vida social são outras. Podemos concluir que a adoção de sistemas agroflorestais se dá pela consciência das necessidades de novas formas de produção geradas pelas problemáticas ambientais e sociais, necessárias para continuarem a viver nos seus lugares, e ter saúde, viver bem. Para tanto, desenvolveram essa consciência que se revelou nos depoimentos e nas práticas familiares.

A existência do *habitus* agroflorestal se apresenta a partir de uma configuração entre práticas gestadas no âmbito dos problemas sócio-ambientais e das marcas da cultura camponesa. É algo que não se explica de uma forma racional, mas existe. Sua racionalidade vai além do que podemos compreender, sua lógica é algo peculiar a situação histórica e social. Por isso podemos entender porque algumas e não todas as famílias que passam pelo mesmo processo de mediação continuam na prática e porque essas entendem o sistema agroflorestal como um sistema de vida.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bourdieu, P. (1980). *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Brandão, C.R. (1981). *Plantar, colher e comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Brandão, C.R. (2007). Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *Ruris*, 1(1), 37-64.
- Tedesco, J.C. (1999). *Terra, Trabalho e Família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPF.
- Wanderley, M. de N.B. (2010). A Sociologia Rural na América Latina: Produção de Conhecimento e Compromisso com a Sociedade. *Anais da Conferência De Abertura do Congresso da Alasru*, 8. Pernambuco. Disponível em: [http://www.alasru.org/index\\_arquivos/Confer%C3%A2ncia%20de%20Abertura.pdf](http://www.alasru.org/index_arquivos/Confer%C3%A2ncia%20de%20Abertura.pdf).
- Woortmann, E.F.; Woortmann, K. A. (1997). *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UNB.

## The cultural landscape of the mediterranean diet as tool for the valorization of inner areas: from a theoretical formulation to an operational model

Francesco Calabrò

Università Mediterranea degli Studi di Reggio Calabria  
 francesco.calabro@unirc.it

Lucia Della Spina

Università Mediterranea degli Studi di Reggio Calabria  
 lucia.dellaspina@unirc.it

Giuseppina Cassalia

Università Mediterranea degli Studi di Reggio Calabria  
 giuseppina.cassalia@unirc.it

Tiziana Meduri

Università Mediterranea degli Studi di Reggio Calabria  
 tiziana.meduri@unirc.it

Carmela Tramontana

Università Mediterranea degli Studi di Reggio Calabria  
 carmen.tramontana@unirc.it

### ABSTRACT

This paper presents a research project, where the Mediterranean Diet, recognized as UNESCO Intangible Cultural Heritage, according to a multidisciplinary reading, becomes an opportunity and a valuable tool for the sustainable growth of the Inner Areas. The goal is to contribute to the development of the rural areas of the Reggio Calabria's Metropolitan City and the methodology is based on the definition of a tool that allows the identification of the correct assets of knowledge, planning and evaluation oriented towards the development of territorial resources. The scope is to present a model able to help in enhancing the contexts of local products, preserving the "tangible" elements that make up this "intangible" lifestyle named Mediterranean Diet, in order to produce specific effective impacts on territories and communities. In conclusion, the paper stresses the economic growth capacity of the cultural landscape outlined by the Mediterranean Diet recognizing the ability to defend the progressive erosion of the cultural heritage of the Mediterranean basin.

**KEYWORDS:** Cultural Heritage, Local Development, Rural Areas, Mediterranean Diet.

### 1. INTRODUCTION

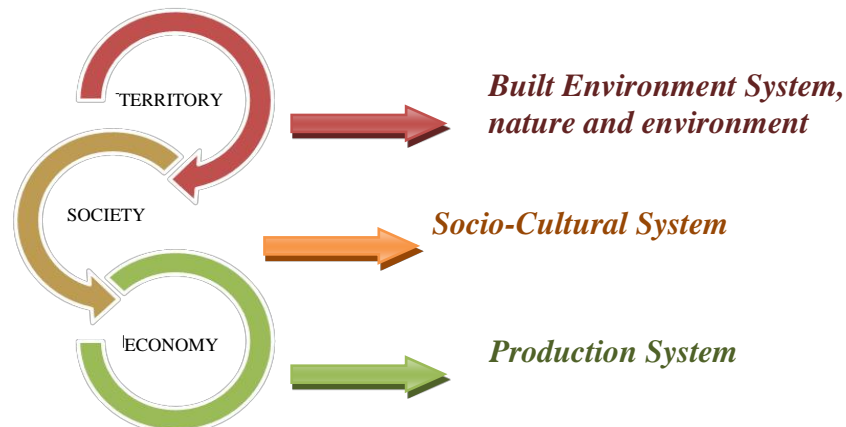
The Mediterranean Diet, inscribed in 2010 on the Representative List of the Intangible Cultural Heritage of Humanity, involving Italy, Spain, Greece, Morocco, and from 2013 also Cyprus, Croatia, Portugal, could be seen as the optimal tool for the development of particularly disadvantaged areas (Calabrò, Della Spina & Tramontana, 2015). The recognition of this outstanding universal value identifies in Mediterranean life style the more balanced interaction between nature and humanity, according to the original etymology of the word "diet" that is *life style*. As stated by UNESCO, the Diet refers to all the practices, representations, expressions, knowledge, skills and cultural spaces with which peoples of the Mediterranean have created and re-created, over the centuries, a synthesis between the cultural and the social organization environment. From this standpoint, it reveals a universe of abilities, rituals, symbols, and traditions related to food production, harvesting, fishery, zootechnics, conservation, processing,

and cooking (UNESCO, 2013). Therefore, Mediterranean Diet appears as an element that goes far beyond the simplistic sense linked to nutritional properties, and draws attention to the ways and contexts in which these foods are produced and consumed. This paper presents the overall concept and the first stage of a research model where the Diet, according to this more thorough reading, becomes an opportunity and a valuable tool for the growth of the Inner Areas. To this end, the research project distinguishes two steps in the formulation of its development strategy, framed respectively in a theoretical model and an operating model.

## **2. THE THEORETICAL MODEL FOR THE INNER AREAS DEVELOPMENT**

Inner areas possess a natural, cultural and social capital of exceptional value and diversity which in Italy is largely unused. The recent Italian “National Strategy for Inner Areas” has the overall objective of promoting local development by activating unused territorial capital through carefully selected development projects (MED, 2014). The issues to be addressed deal with the fragile socio-demographic dimension, the historic towns neglecting, natural and human-induced risks as a consequence of insufficient maintenance, just to cite few matters. Basically, the National Strategy brings experts to work with local stakeholders, identifying a set of strategic guidelines in order to allow regional governance to focus on future sustainable development of that area (Barca, 2011). In this context, the Mediterranean Diet, in its complete meaning, possesses the inherent potential related to its products, intended as the result of a specific use of combined ground with an exclusive lifestyle of local communities capable of creating the identity of the population as a cultural landscape. According to this definition, the presented research project defines the territory as a complex structure broken down into:

- Built Environment System, nature and environment, considering the use of the land in the traditional way;
- Socio-Cultural System, with reference to the complex system of uses, customs, traditions, featuring local identities;
- Production System, in relation to the production system process.



**Figure1:** Representation of the distinct territorial system into three subsystems (elaborated by T. Meduri)

According to the research project methodology, the breakdown in these systems is the identification of strategic guidelines to which address a number of actions on the territory able to stimulate:

- the valorization of local resources so that they lose their simple condition "field";
- the strengthening of local identity fostering the relationship between the common good and territorial identity;
- the boost of local products, handicrafts and local entrepreneurship;
- the development of the culture with the improvement of the runtime systems and connection with other territories;
- the preservation of the universality and unicity of the Mediterranean Diet' elements;
- the value of the Mediterranean Diet asset according to its ability to generate social growth opportunities through integrated interventions of conservation and improvement of their knowledge and usability;
- the flow of tourists in line with the economic and social growth of the territory.

The method proposed in this paper is a cross-sectoral integrated approach, recognized by the authors the best method to be implemented in order to guide the choices for inner areas development based on local resources enhancement: this approach is based on the awareness that the economic marginality of these areas is the result of several factors:

La concreta possibilità di fondare ipotesi di sviluppo sulle risorse locali non deriva dall'astratta valutazione di un modello di crescita "autocentrato", .... ma parte dalla opportunità di cogliere potenzialità imprenditoriali e professionalità emergenti, di assecondarle e qualificarle sul versante della

promozione, della formazione, della assistenza tecnica e finanziaria, favorendone l'integrazione con il sistema e con gli operatori economici esterni, collocando il progetto di sviluppo all'interno di un modello di sviluppo strettamente dipendente dalle reali potenzialità fisiche (Mollica, 1996).

In other words, the multidimensional valorization of the Mediterranean Diet would allow a cross-enhancement process of the tangible and intangible heritage, narrating stories and traditions of secular food, valorizing and managing the cultural landscape of the region. In addition, the research project stresses the importance of local communities participation in this process, through actions that might reverse the progressive depopulation, the main cause of places' degradation, contributing to the improvement of convenience and attractiveness for the establishment of young, and therefore generating positive effects in terms of local development, social capital and employment growth (Cassalia, 2014). In conclusion, the research project on the Theoretical Model underlines that development starting point does not merely depend on the availability of resources, but by the effective *management* of interdependent growth factors, which otherwise, would remain latent and at disappearing risk, as in the case of the endogenous resources of the Calabrian inner areas (the case study's region).

### **3. THE OPERATIONAL MODEL: The Valorization Plan of the Mediterranean Diet**

According to the first stage, the Mediterranean Diet becomes amplifier of tangible values, contributing to the cultural landscape connotation designed by this lifestyle, bringing out the local identity. As stated before, the role of economic development and social cohesion prime mover given to the element "Mediterranean diet" is not limited to the agri-food sector. The proposed operating model, which finds expression in the definition of a Valorization Plan, is in fact characterized by its multidisciplinary nature, for its ability to involve different sectors, ranging from settlements' issues, to those of local history /culture, nature and also to those of the socio-economic as well connected to the local productions.

#### **3.1. The development steps of the Valorization Plan**

The Valorization Plan of the Cultural Landscape defined by the Mediterranean Diet allows to locate the correct addresses of knowledge, planning and evaluation of the feasibility of the plan, oriented towards the development of local identity and land resources.

From a methodological point of view, the model is broken down into three phases:

- Phase A – Knowledge.
- Phase B – Programme.
- Phase C - Feasibility-Sustainability.

The knowledge phase is focused on the definition of the contextual framework and the consistency of the identity heritage (tangible and intangible) to be protected, its significance and local community' perception. This phase is designed in order to develop detection tools useful to define the addresses for the implementation of phase B.

The programming phase is made of the systematic organization and coordinated implementation of programs fostering the sustainable development of the inner areas. The data collected in the phase A define the programming axis, and its implementation is expressed through the definition of projects that will be evaluated in Phase C.

In this sense, the close connection between Phase A and B allows the identification of specific interrelations between resources and between resources and detractors, and accordingly appropriate strategic projects capable of enhancing the same resources, and mitigate the disturbances are formulated. The definition of indicators in the programming phase therefore becomes a priority in the Feasibility-Sustainability phase, Phase C. This phase leads to a technical, procedural and economical evaluation of the potential projects, identifying the main lines of a management and development strategy, involve all stakeholders (public and private), all resources (tangible and intangible) and services (infrastructure, reception services, research and training services, etc.) in the area (Calabrò & Della Spina, 2014).

#### **4. THE IMPLEMENTING STEP OF THE PROJECT: the Research Center DEMETRA**

For the implementation of the proposed valorization strategy, the Spin Off Urban Lab, Mediterranean University of Reggio Calabria, has set up a Centre for Research on the Cultural Landscape of the Mediterranean Diet, named "Demetra".

According to the strong interdisciplinary character of the strategy previously described, the first act of the Research Centre consisted in the establishment of a Technical and Scientific Committee which includes scholars from different scientific fields.

Currently, the research project deals with its experimental phase: it means verifying the practical feasibility of the suggested approach, identifying the problem and the necessary correctives. The initial testing is covering the Inner Areas of the Reggio Calabria's Metropolitan City. It has been established a network of 5 Observers, in the various homogeneous areas of the testing case study, and a network of partners, consisting initially of a) the municipalities where the observers were established, b) the Local Action Groups (GAL) operating in different areas, c) trade organizations of agricultural producers and d) the UNESCO Clubs; in the following phase, the partnership will be extended to further public and private stakeholders, differently interested in achieving the objectives of the DEMETRA Research Centre. From a procedural

standpoint, the DEMETRA Research Centre is designing a "Registry of Commons", in order to handle those municipalities that have in place a Cultural Landscape Valorization-Mediterranean Diet Plan, interested in cataloguing the identity heritage through the previously described approach (Phase A). This choice is part of a broader framework aimed at establishing an integrated approach to the different cultural and political bodies with various public needs, starting from the need to reactivate the mechanisms of social growth, economic and sustainable land use planning, using specific resources for the rediscovery and conservation of local identity. To test the validity of the proposed operational model, the implementation phase is being testing through the involvement of five "pilot" municipalities, the network partners of Demetra Observers, in order to extend this process to other municipalities of previously defined homogeneous areas, areas where common features of the cultural landscape defined by the Mediterranean Diet are identifiable.

## 5. FINAL REFLECTIONS

It is conviction of the authors of this paper that the approach used is the most appropriate to deal with the Inner Areas of the most disadvantaged regions, such as Calabria: these territories were excluded from the phase of rapid industrial expansion, therefore for this reason social organizations and traditional productive activities still, and this is the starting point to design a different development model.

The system of actions outlined by the research project could allow enabling new models of economic and tourist attraction for the products of the Mediterranean Diet within specific environmental historical and cultural contexts. The results of the research project will be more clearly presented once the testing phase will be concluded and assessed.

## REFERENCES

- Calabrò F., Della Spina L., & Tramontana C. (2015). *Il mosaico paesistico-culturale: la dieta mediterranea per il rinascimento di un'area interna della Calabria*. The 29th International Interdisciplinary Conference. The Turning Point of the Landscape-cultural Mosaic: Renaissance Revelation Resilience. Napoli, Italy, July 2nd- IPSAPA 2015.
- UNESCO (2013). Identification form of Mediterranean diet, inscribed in 2013 (8.COM) on the Representative List of the Intangible Cultural Heritage of Humanity, <http://www.unesco.org/culture/ich/en/RL/00884>
- MED - Ministry of Economic Development (Italy), Department for Development and Economic Cohesion. (2014). A Strategy for Inner Areas in Italy. Definition, Objectives, Tools and Governance, Issue 31.
- Barca F. (2011). *Metodi e obiettivi per un uso efficace dei fondi comunitari 2014-2020*, Documento tecnico, Dipartimento Politiche di Coesione, Roma.

- Mollica E. (1996). *Le aree interne della Calabria: una strategia e un piano quadro per la valorizzazione delle loro risorse endogene*, Rubbettino, Soveria Mannelli.
- Cassalia G. (2014). Assessing Heritage Significance: Decision Support Tools for Managing Landscape's Cultural Value in Southern Italy in *Advanced Engineering Forum* Vol. 11, Trans Tech Publications, Switzerland, pp 647-652.
- Calabrò F., & Della Spina L. (2014). The public-private partnerships in buildings regeneration: a model appraisal of the benefits and for land value capture. In: 5nd International Engineering Conference 2014 (KKU-IENC 2014). *Advanced Materials Research*, Vols. 931- 932 (2014), pp 555-559 © Trans Tech Publications, Switzerland.



**THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA**

---

**Food, consumption and food security | Alimentação, consumo e  
segurança alimentar**

## **A comida como categoria de pensamento simbólico no cotidiano de famílias rurais em Minas Gerais – Brasil**

Romilda de Souza Lima

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

romislma2@gmail.com

José Ambrósio Ferreira Neto

Universidade Federal de Viçosa

ambrosioufv@gmail.com

Rita de Cássia Pereira Farias

Universidade Federal de Viçosa

farias.rcp.@gmail.com

### **RESUMO**

Se a razão primeira do ato alimentar é a necessidade fisiológica de nutrir-se, as demais são carregadas de justificativas culturais, sociais e econômicas, que por sua vez, determinam as escolhas alimentares. Para além de ser um comportamento automático, a antropologia e a sociologia da alimentação têm mostrado que comer é um comportamento que se liga de forma íntima com o comensal. Pela comida é possível perceber as transformações do mundo social no decorrer dos tempos. Neste sentido, este trabalho apresenta resultados de parte de pesquisa de doutoramento realizada com famílias rurais na Zona da Mata de Minas Gerais, Brasil e concluída em 2015. A pesquisa se fundamentou na compreensão cultural e social da comida, vista como categoria de pensamento simbólico. Trata-se daquele sentido em que, por meio das regras socialmente estabelecidas no ato de comer, criam-se vínculos com quem se come, com o que se produz e com as demais dinâmicas que envolvem as práticas alimentares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Práticas alimentares, rural, cultura, simbólico.

### **1. INTRODUÇÃO**

A alimentação é um tema carregado de complexidade. Se a razão primeira do ato alimentar é a necessidade fisiológica, as demais são carregadas de justificativas culturais, sociais e econômicas que determinam as escolhas alimentares. O entendimento da comida como uma categoria analítica pelas áreas da Sociologia, Antropologia e História da alimentação mostra que pela comida é possível perceber as transformações do mundo social através dos tempos e que essa relação se estabelece na produção, escolha e na ingestão do alimento.

Dessa forma, este trabalho se fundamenta na compreensão cultural e social da comida vista como categoria de pensamento simbólico. Trata-se daquele sentido em que, por meio das regras socialmente estabelecidas no ato de comer, criam-se vínculos com quem se come, com o que se produz e adquire com essa finalidade, assim também com as demais dinâmicas que envolvem as práticas alimentares. São apresentados resultados de pesquisa desenvolvida com famílias rurais de três municípios do Estado de Minas Gerais – Brasil. A escolha dos municípios se deu por formarem uma região com maior população rural da microrregião de Viçosa e por seu interessante histórico de ocupação que tem origem na exploração do ouro pelos bandeirantes em Minas Gerais.

Analisar e compreender como as famílias rurais estão lidando com as transformações alimentares que ocorrem na contemporaneidade foi o eixo norteador da pesquisa de campo. A experiência dessas famílias “fala” de um grupo que busca responder e se adaptar às mudanças, sinalizando que o rural contemporâneo não está alheio e distante do que ocorre na sociedade mais ampla, questão muito bem sinalizada nos estudos de Wanderley (2000 e 2009), Carneiro (1998) e Silva (1997). Mas também “fala” de um grupo que respeita sua tradição e seus hábitos alimentares, suas necessidades de não ceder às todas as mudanças propostas nesta contemporaneidade de rápidas transformações.

Esta pesquisa teve como objetivo mostrar o significado da comida e as relações de comensalidade, atendo-se às mudanças e permanências referentes às práticas alimentares das famílias rurais. Para isso, analisando a articulação entre o tradicional e o moderno, o processo de escolha alimentar e os princípios que a determinam, tais como hábitos, tradição, praticidade e custo, a influência dos guardiães da tradição na reprodução do gosto, no processo de significação e ressignificação da comida atrelada às práticas, aos saberes e aos hábitos, tanto no cotidiano quanto nos rituais.

## **2. METODOLOGIA**

O trabalho de campo foi conduzido utilizando-se um delineamento qualitativo, à luz da abordagem etnográfica no sentido dado por Peirano (1995), dando atenção especial ao diálogo com o outro. Quivy e Campenhoudt (1992), defendem que o trabalho de investigação em ciências sociais proporciona uma melhor análise dos eventos qualitativos bem como uma compreensão mais detalhada e sutil das dinâmicas de funcionamento do grupo estudado. Já os direcionamentos de Poulain e Proença (2003) tratam da pesquisa voltada ao estudo das práticas alimentares num contexto socioantropológico. A entrevista semiestruturada foi a técnica de pesquisa utilizada para obtenção de informações, seguindo as orientações dos autores utilizados na construção metodológica e foram gravadas com a autorização dos interlocutores da pesquisa. O estilo da narrativa para apresentação dos resultados da pesquisa segue o direcionamento proposto na perspectiva etnográfica, discutida por Peirano (1995 e 2008) e também em Marcus & Cushman (1998).

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Destaca-se neste breve texto alguns resultados, dentre os muitos obtidos na pesquisa. As famílias classificam a comida do cotidiano em “comida forte” e “comida fraca”. Comida forte é aquela que “sustenta”, sendo capaz de permitir um intervalo maior entre as refeições e, ao mesmo tempo, executar as atividades mais pesadas sem sentir “fraqueza” física. Para eles isso tem a ver com a lógica de trabalho, ou seja, o objetivo é não precisar interromper as atividades com frequência para se alimentar. Para os interlocutores desta pesquisa, comida forte é aquela feita com gordura suína. Essa observação é feita em contraposição ao óleo vegetal, que é um produto considerado “fraco” e, portanto, não oferece a “sustança” desejada por eles. Para facilitar o consumo da gordura é comum a criação do suíno. O animal é abatido sempre que a gordura acaba, mas abate-se também em véspera das festas de final de ano e ainda, para almoços de casamentos e demais festividades que acontecem nos quintais dos sítios. Além de ser uma comida “forte”, as famílias consideram que a gordura do porco confere maior sabor à comida, como no caso das verduras refogadas e também no tempero do feijão. Os interlocutores deixaram transparecer em suas falas que a apreciação do sabor da comida refogada na gordura suína tem suas raízes no gosto herdado de gerações passadas. Cresceram comendo dessa forma. Encontramos em Frieiro (1982, p.156), a explicação sobre essa herança cultural: “É de recente data o uso de gorduras vegetais alimentícias. Antes não era assim: a gordura geralmente usada era a de toucinho, a banha de porco. Os dois alimentos de maior importância para a gente mineira sempre foram o feijão e o toucinho”.

Os interlocutores destacaram outros alimentos fortes que compõem suas refeições diárias: o feijão, o arroz, a batata doce, a mandioca, o angu e a farinha de milho e de mandioca. Excetuando-se o arroz, os demais alimentos são cultivados nos sítios. A produção de arroz foi abandonada pela dificuldade que seu cultivo tem representado nos últimos anos, como aponta Lúcio, morador de Bom Jesus do Bacalhau, em Piranga: *“A gente colhia muito arroz, não precisava comprar...mas já tem uns cinco anos que a gente parou de mexer com arroz, porque fica muito caro produzir do que comprar (...)”*.

A pequena produção de milho objetiva a produção do fubá que possui importância fundamental para a alimentação das famílias e dos animais. O fubá obtido do milho possibilita suprir as famílias com o produto que é utilizado na preparação do angu, alimento consumido diariamente no almoço e no jantar e na elaboração da broa, uma das principais quitandas que é elaborada diariamente para abastecer a família com a “merenda” do cotidiano e para ter o que oferecer às visitas que chegarem de surpresa. O moinho d’água era o principal equipamento

utilizado para processar o fubá, foi substituído, nos últimos anos, pelo moinho elétrico. Os entrevistados afirmaram ter sido necessária a adaptação ao moinho elétrico, principalmente, em função da redução de água disponível nos últimos anos. Mencionaram, ainda, outro fator que contribuiu para isso: segundo eles, as pessoas mais velhas se importavam mais em manter os moinhos d'água até por ser considerada uma prática tradicional, mas quando os moinhos elétricos surgiram, o apelo à praticidade o tornou preferido. Se por um lado a adoção do moinho elétrico facilitou o trabalho, por outro, o fubá produzido por ele sofreu alteração na textura e sabor. Segundo os depoimentos, o fubá de moinho d'água era fino e mais úmido e o do moinho elétrico é mais grosso e ressecado. Essas características alteraram o sabor e a textura de dois alimentos muito importantes na culinária das famílias: a broa e o angu. Segundo as mulheres, “*a broa de antes, tinha mais liga*”. Assim, para melhorar sua textura, a broa que era elaborada de puro fubá passou a ter a adição de uma parte de farinha de trigo.

As observações sobre o passado – em que existia o moinho d'água – foram carregadas de memórias, lembranças de sabores e por que não, de idealização. Giard (2012), discute sobre a memória afetiva e do quanto o presente e o passado se entrelaçam no imaginário das pessoas quando se trata de falar sobre comida. “*Aqui na roça, falando a verdade, o que a gente come mesmo é angu, arroz, feijão e uma verdura*” (Afonso, morador de Ribeirão em Presidente Bernardes). Este depoimento sintetiza a comida cotidiana das famílias, inclusive naquelas que possuem crianças, adolescente e jovens. Segundo os entrevistados, os filhos cultivam o hábito alimentar dos pais desde a infância. Assim, pelo menos em casa dos pais, a comida não varia em função de outras preferências alimentares e, segundo as informações, não ocorrem disparidades nesse sentido. Em todas elas quatro alimentos estão presentes no almoço de todos os dias da semana: angu, arroz, feijão, ovo ou carne e verdura refogada em gordura de porco. Mesmo havendo variação para a verdura, a couve é a mais consumida, seguida pela serralha, mostarda e almeirão. Segundo eles, a couve agrada mais ao paladar, faz parte da tradição alimentar das famílias e é a hortaliça mais resistente para se cultivar na horta.

O fogão a lenha é o equipamento que se revelou mais representativo na realidade das famílias pesquisadas, presente em todas as cozinhas que visitamos durante a pesquisa de campo. Instrumento transformador do “cru em cozido” e da “natureza em cultura”, propiciador de socialização e de comensalidade nos dias de inverno por manter a cozinha aquecida, as pessoas gostam de ficar em torno dele. Além desses aspectos, é também usado para aquecer a água do chuveiro, via serpentina. As famílias possuem alguns equipamentos elétricos nas cozinhas: forno de microondas, forno elétrico, panela elétrica de fazer arroz e *freezer*, não fazia parte da

realidade de todas as famílias, diferentemente do liquidificador, batedeira de bolo, espremedor de frutas, geladeira, existentes em todas as casas. O forno de microondas, o *freezer* e a batedeira de bolo são usados esporadicamente. A panela elétrica de fazer arroz é usada diariamente e foi presente dos filhos. A presença e uso desses equipamentos são também exemplos da coexistência entre elementos modernos e tradicionais nas famílias.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as famílias não estejam imunes às modernidades alimentares da indústria, demonstraram capacidade e interesse em selecionar o que desse contexto deve ser adotado e o que deve ser rejeitado por elas, mostrando que as escolhas não são acríticas. As mudanças observadas nas práticas alimentares tais como a adoção de novas tecnologias – entre elas, a substituição do moinho d'água pelo moinho elétrico e a opção de comprar alguns alimentos antes produzidos por eles, como o arroz e o açúcar – não implica um abandono total da tradição. As famílias estão convivendo ou se adaptando aos processos de mudanças no mundo contemporâneo sem transformar significativamente a própria cultura. O uso do moinho elétrico em lugar do moinho d'água, não tem colocado em risco o consumo do fubá na elaboração de comidas tradicionais como o angu e a broa. Esse comportamento se assemelha àquele entendimento apresentado por autores como Giddens (2012) e Dória (2014), que acreditam que a convivência possível e mais provável de ocorrer na contemporaneidade se dá por meio da mescla entre fatores de persistência e os de mudanças, que se complementam, mas sem extinguir necessariamente as construções simbólicas tradicionais.

O significado da comida para as famílias entrevistadas tem importante ligação com a tradição e representa uma identificação significativa com as gerações passadas. Marca ainda a ligação com a terra ao serem consumidos prioritariamente o que se produz no local. As comidas tradicionais e elaboradas de modos simples são as que mais agradam ao paladar das famílias e, apesar de ser um cardápio de certa forma monótono, não se torna indesejado e não foi apontado pelos entrevistados o desejo por experimentar comidas novas ou diferentes das que estão habituados.

As famílias estão conscientes de que as transformações constantes que ocorrem na sociedade atual têm o poder de interferir em suas práticas e hábitos alimentares. Consideram que vai se tornando cada vez mais difícil manter seus hábitos alimentares por fatores de caráter mais externo do que interno e que interferem na sua dinâmica de reprodução social e econômica. Inseridas no processo que envolve tanto o desejo de manter sua autonomia produtiva e cultura

alimentar, quanto à necessidade de ceder a algumas mudanças, essas famílias estão aprendendo a se adaptar com as experiências do cotidiano; não se fecham em seus núcleos culturais e nem se posicionam avessos às mudanças; demonstram uma atitude resignada, porém crítica, acatando os itens da modernidade alimentar que lhes agrada e lhes são importantes e rejeitando o que não lhes interessa. Há nessa percepção um sentido de resistência cultural, semelhante à que Poulain (2013) discute como sendo uma das características das práticas alimentares.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carneiro, M. J. (1998). Ruralidades: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura* 11, 53-75.
- Dória, C. A. (2014). *Formação da Culinária Brasileira*. São Paulo, SP: Três Estrelas.
- Friero, E. (1982). *Feijão, Angu e Couve: Ensaio sobre a comida dos mineiros*. MG: Itatiaia, Belo Horizonte.
- Giard, L. (2012). “Cozinhar”, in M. Certeau, L. Giard & P. Mayol (Eds.), *A Invenção do Cotidiano II – Morar*. Vozes, Petrópolis, RJ, pp. 210-331.
- Giddens, A. (2012). “A Vida em uma Sociedade Pós-Tradicional”, in U. Beck, A. Giddens & S. Lash (Eds.), *Modernização Reflexiva: Política, tradição, e estática na ordem social moderna*. UNESP, São Paulo, SP, pp. 89-166.
- Silva, J. F.G. (1997). O Novo Rural Brasileiro. *Revista Nova Economia* 7(1), 43 -81.
- Marcus, G. E. & Cushman, D. (1998). “Las etnografías como textos”, in J. Clifford *et al.* (Eds.), *El surgimiento de la antropología pós-moderna*. Gedisa, Barcelona, pp. 171-213.
- Peirano, M. (1995). *A Favor da Etnografia*. Relumé-Dumará, Rio de Janeiro, RJ.
- Peirano, M. (2008). Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe* 2, 1-9. Retirado de <http://pontourbe.revues.org/1890>.
- Poulain, J. P. & Proença, R. P. C. (2003). Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. *Revista de Nutrição* 16(4), 365-386.
- Poulain, J. P. (2013). *Sociologias da Alimentação: Os comedores e o espaço social alimentar*. EDUFSC, Florianópolis, SC.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva, Lisboa.
- Wanderley, M. N. B. (2000). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: O “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura* 15, 87-145.
- Wanderley, M. N. B. (2009). *O Mundo Rural como um Espaço de Vida: Reflexões sobre a propriedade da Agricultura Familiar e Ruralidade*. EDUFRGS, Porto Alegre, RS.

## A fronteira entre o mercado (in)formal de produtos da agricultura familiar no sul de Santa Catarina – Brasil

Dimas de Oliveira Estevam  
UNESC  
doe@unesc.net  
Giovana Ilka Jacinto Salvaro  
UNESC  
giovana@unesc.net

### RESUMO

O presente texto busca analisar a fronteira entre os mercados formal e informal de produtos da agricultura familiar a partir de um estudo de caso da região sul catarinense. Os agricultores familiares dessa região produzem e comercializam seus produtos transitando no limite entre a formalidade e a informalidade. No Brasil, embora haja um conjunto de políticas públicas - dentre as quais se destaca o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) -, que reforça a produção de alimentos da agricultura familiar, ao mesmo tempo existe um quadro regulatório (fiscal e sanitário) restritivo a esse setor, que empurra grande parte dos agricultores familiares para a informalidade. O procedimento metodológico utilizado na pesquisa foi o estudo de caso, com abordagem qualitativa. Os resultados da pesquisa evidenciam o trânsito entre o mercado formal (Programas governamentais, mercado tradicional, entre outros espaços) e o informal (no qual está inserida a produção para o autoconsumo, feiras, entre outros).

**PALAVRAS-CHAVE:** mercado formal e informal de alimentos, agricultura familiar.

### 1. INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar a fronteira entre os mercados formal e informal de produtos da agricultura familiar a partir de um estudo de caso da região sul do estado de Santa Catarina, Brasil. Agricultores familiares dessa região produzem e comercializam sua produção transitando no limite da fronteira entre a formalidade e a informalidade. O esboço temático emerge da pesquisa em andamento sobre inovações na agricultura familiar, no contexto de cooperativas descentralizadas do sul catarinense, iniciada em 2015. Além disso, o estudo em foco integra ações desenvolvidas pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Socioeconômico, Agricultura Familiar e Educação do Campo (GIDAFEC). Entre os objetivos da pesquisa em andamento está o de analisar em que medida as inovações organizacionais vinculadas às cooperativas descentralizadas têm impactado a vida dos agricultores familiares do sul catarinense. Como procedimentos metodológicos, estão sendo realizadas pesquisas em acervos bibliográficos e documentais e entrevistas com associados/as de cooperativas descentralizadas do sul catarinense.

O mercado agroalimentar brasileiro é predominantemente dominado pelas grandes empresas multinacionais. Esse predomínio reproduz “características históricas” do país de produzir *commodities*, principalmente as voltadas para o mercado externo. Na atualidade, o



agronegócio brasileiro é o responsável por equilibrar a balança de pagamentos ao exportar principalmente soja e carnes para diversos países, majoritariamente a China.

Diante disso, o Brasil é conhecido internacionalmente pelo dinamismo de seu agronegócio. No entanto, no país, existem milhares de agricultores familiares distribuídos por todo o seu território, que produzem e comercializam grandes variedades e quantidades de alimentos a partir de seus conhecimentos tradicionais.

Embora exista no Brasil um conjunto de políticas públicas para auxiliar a pequena produção familiar – dentre as quais se destaca o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) –, reforçar essa produção de alimentos e possibilitar sua venda formal ao mercado institucional, simultaneamente, tem-se mostrado um quadro regulatório (fiscal e sanitário) restritivo para esse setor, o qual empurra grande parte desses agricultores para a informalidade e, conseqüentemente, os exclui do mercado.

Apesar do constrangimento da informalidade, o Brasil ainda possui um intenso mercado agroalimentar familiar artesanal, em grande parte informal, o que gera situações contraditórias. A existência desses mercados informais pode representar algum risco à saúde do consumidor, por não seguir os ritos impostos pela vigilância sanitária, além de constrangimentos aos agricultores por terem seus produtos apreendidos. Concomitantemente, os produtos são cada vez mais valorizados pelos consumidores, que buscam produtos diferenciados e saudáveis. Esses fatores remetem a críticas ao sistema agroalimentar dominante e abrem novas perspectivas para a produção de alimentos da agricultura familiar.

Partindo dessa (re)valorização da produção artesanal, este artigo tem como objetivo promover uma discussão sobre o limite entre a (in)formalidade de produtos artesanais (ou “coloniais”) da agricultura familiar, na tentativa de compreender sua lógica de funcionamento e a sua persistência.

Além disso, se, por um lado, esse mercado está fortemente ameaçado de desaparecer, por outro, ganha força a produção de alimentos oriundos da agricultura familiar. Isso acontece devido à demanda crescente por produtos artesanais, às preocupações com a segurança alimentar, ao combate à pobreza no meio rural e à sustentabilidade ambiental. O procedimento metodológico utilizado na pesquisa foi o estudo de caso, com abordagem qualitativa, em que foram entrevistados/as cooperados/as de cooperativas descentralizadas.

## 2. A FRONTEIRA ENTRE O MERCADO (IN)FORMAL DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

No meio acadêmico, mesmo nos organismos internacionais, conforme Wilkinson e Mior (1999), existem inúmeras definições do que seja o setor informal, bem como avaliações positivas e negativas sobre o seu significado. Em um extremo, pode ser identificado com pobreza e/ou sonegação de tributos, enquanto em outro, como uma reação criativa à burocracia estatal e inadequação na provisão de bens e serviços tanto públicos como privados. Os autores diferenciam o setor informal do ilegal, pois os produtos deste último são proibidos, como no caso da droga ou do contrabando. Já o informal, caracteriza-se por atividades cujos processos de produção não se enquadram nos padrões de regulação vigentes.

Dessa maneira, o informal é definido essencialmente a partir das normas reguladoras do Estado. As relações entre o formal e o informal podem variar ao longo do tempo. Quando da falta de regulação estatal e da ausência de normas e de práticas estabelecidas, não há base para se distinguir o formal do informal. Já a regulação do Estado pode se originar de motivações variadas, tais como: a) pressões de atores domésticos; b) interesses próprios ao Estado; c) ou, ainda, oportunidades e/ou ameaças provenientes de pressões internacionais (Dorigon, 2010).

O informal, portanto, define-se como uma atividade que não adota as normas e as regulamentações que prevalecem num determinado momento no setor em que se opera. Essas normas e regulamentações, por um lado, no limite, podem representar a imposição de interesses específicos dentro do setor e a simples criação de barreiras à entrada. Por outro, elas podem expressar valores ou objetivos compartilhados, mas para os quais existem opções alternativas de normas e regulamentações, as quais podem representar um ideal, refletindo valores e conhecimentos consensuais, tanto do lado da produção quanto do lado do consumo, cuja adoção implica custos proibitivos. Com essas ressalvas, existe uma forte convergência entre o pequeno e microempreendimento e o setor informal, especialmente em se tratando de atores tradicionais e pouco capitalizados (Wilkinson; Mior, 1999).

Ressalta-se que as atividades informais são, na maioria das vezes, a única alternativa possível para muitos agricultores familiares, ou seja, uma oportunidade de obtenção de renda e manutenção na atividade rural. Segundo Hespanha (2009), em vez de existir a preferência pelo informal, o que se constata é a sua escolha mais racional. Para quem tem falta de recursos (não só monetários, mas também educacionais ou sociais), a solução formal pode ser inviável ou significar a sua extinção. A incerteza acerca do êxito do negócio torna proibitivo e muito arriscado o investimento na formalização (autorizações, licenças, impostos etc.) da atividade. O sistema fiscal e sanitário e as leis trabalhistas são excessivamente restritivos ou complexos

para um empreendimento de pequena escala. Além disso, não estando assegurada a clientela e sendo o mercado um ambiente hostil para o início de negócios, a informalidade é vista como uma estratégia de reduzir o risco de não se ter clientela e de não se dominar o mercado.

### 3. APRESENTAÇÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

Os produtos artesanais eram produzidos na região para o autoconsumo, passando, aos poucos, a serem comercializados no mercado local. Embora muitos desses produtos já fossem comercializados informalmente pelos agricultores, em uma situação de crise nas atividades tradicionais, como a ocorrida na monocultura do fumo e na integração (frango e suíno), que não proporcionavam renda suficiente para uma vida digna, a partir dos anos oitenta e noventa, muitos produtores foram excluídos. A saída encontrada foi a organização em grupos (cooperativas descentralizadas) e a adaptação de suas “unidades familiares produtivas” para produzir e comercializar esses produtos no mercado. A comercialização passou a ocorrer, sobretudo, em feiras livres, vendas diretas, na própria propriedade, por meio de Programas Institucionais e em supermercados (Estevam, Salvaro & Busarelo, 2015).

Todavia, o mercado para produtos artesanais se encontra num impasse: de um lado, o Estado, via seus Serviços de Inspeção (Municipal, Estadual e Federal), prescreve as normas de higiene e os ingredientes para a produção, principalmente os de origem animal, o que, em parte, pode representar a descaracterização do aspecto “colonial” do produto; de outro, tem-se o apelo de consumidores citadinos com relativo poder aquisitivo que preferem esses produtos em detrimento dos altamente processados.

Apesar dos entraves, os produtos artesanais estão em expansão na região, mas suas atividades transitam no limite entre a fronteira da informalidade e da formalidade. Antes, eles eram produzidos – e muitos ainda são – para o autoconsumo da família, sendo que parte da produção era destinada ao mercado, no entanto, nem sempre essa parte era identificada com o rótulo de produtos “artesanais”. Mesmo assim, os produtos eram reconhecidos pelos comerciantes e consumidores que se opunham aos produtos industrializados.

Os produtos coloniais foram inseridos no mercado pelas relações de confiança estabelecidas entre produtores e consumidores, geralmente familiares, vizinhos ou pessoas da comunidade. Nesse sentido, o mercado é menos importante, enquanto lugar de transações monetárias, que a reciprocidade obtida como meio para a reprodução familiar. Com isso, tem-se o ambiente necessário para a reprodução do patrimônio alimentar artesanal (Dorigon, 2010).

Na realidade, a permanência na informalidade não é incomum e não está relacionada apenas à precariedade de recursos dos agricultores, mas, também, às exigências fiscais e

sanitárias para que os produtos artesanais ascendam no mercado formal. A passagem para a formalidade passa pelo atendimento a requisitos de adequação de infraestrutura, pelas normas técnicas, pela aquisição de equipamentos e contratação de responsáveis técnicos e pela associação a uma cooperativa descentralizada. Contudo, o processo de formalização pode levar à descaracterização desses tipos de produtos, chegando ao extremo de os consumidores não identificarem mais sua origem e especificidade.

Todavia, segundo Dorigon (2010), a produção colonial vem crescendo sob a égide da informalidade, visto que a regulamentação da produção de alimentos tem gerado complexidades e exigências nas últimas décadas. Isso começou na década de 1970, quando foram instituídas as primeiras normas técnicas e sanitárias que acompanharam a implantação e a difusão dos complexos agroindustriais no Brasil. Por terem escalas de produção e processos fora dos parâmetros da agroindústria, a produção artesanal foi deslocada para o setor informal, situação que se repete a cada mudança na legislação, pois novos padrões são impostos, fazendo com que mais produtos coloniais sejam empurrados para a informalidade.

No estado de Santa Catarina, nas duas últimas décadas, várias iniciativas foram realizadas para regularizar esses produtos, como as iniciativas da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), de prefeituras municipais e ONGs, de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, entre outras instituições. Tais iniciativas resultaram na criação de inúmeras organizações coletivas, como foram as cooperativas descentralizadas, que recebem essa denominação por reunirem empreendimentos e atividades diversas da agricultura familiar firmados por meio do contrato de comodato, com o qual o agricultor formaliza o seu empreendimento por meio da cooperativa, fazendo uso do CNPJ desta.

Dessa forma, conforme analisado, a legislação sanitária e fiscal tem impactado profundamente a produção artesanal no Sul catarinense. Cada mudança na legislação aumenta a informalidade e exclui do mercado muitos produtores. Com as novas tecnologias, os desafios aumentam. Sendo assim, se antes se tinha a preocupação com os aspectos fiscais e sanitários, agora se somam a eles os aspectos relacionados à nota fiscal eletrônica, aos códigos de barras, ao selo de rastreabilidade, entre outros.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da fronteira entre o mercado (in)formal dos produtos da agricultura familiar possibilita discutir as transformações em curso no sistema agroalimentar. Se, por um lado, a existência da informalidade levanta preocupações com os riscos à saúde dos consumidores, por outro, a persistência mostra a valorização desses produtos. Por efeito disso, duas constatações podem ser feitas: 1) é uma atividade que envolve muitos produtores; 2) estes não podem ser vistos como oportunistas, por não pagarem tributos e ou por desejarem obter vantagens no descumprimento das legislações trabalhistas e sanitárias.

Atualmente, a regulação dos mercados pode ser considerada um terreno privilegiado de definição de interesses distintos, tanto na produção como no consumo. O estabelecimento de regras e normas não se faz apenas se baseando em critérios neutros de eficiência ou de interesse público vinculados à saúde, pois ele é, acima de tudo, uma negociação sobre o que deve ou não ser incluído e sobre os valores que devem regular tais mercados (tipos de produtores e consumidores). Do ponto de vista deste trabalho, o informal é a outra face da natureza excludente da sociedade brasileira.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Dorigon, C. (2010). O Mercado Informal dos Produtos Coloniais da Região Oeste de Santa Catarina. V *ENEC - Encontro Nacional de Estudos do Consumo*, Rio de Janeiro. Recuperado de: <coloniais-da-regiao-oeste-de-santa-catarina-1-clovis-dorigon-2.htmlhttp://www.estudosdoconsumo.com.br/artigosdoenec/5.2.3-Dorigon-O\_mercado\_informal\_dos\_produtos\_coloniais.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2016.
- Estevam, D. de O., Salvaro, G. I. J. & Busarelo, C. S. Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense. *Interações*, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 289-299, jul./dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/151870122015205>.
- Hespanha, P. (2009). “Microempreendedorismo”, in Cattani, A., Laville, J-L., Gaiger, L. I. & Hespanha, P. (Org.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Edições Almedina, S.A., Coimbra, Portugal. Recuperado de: <<http://www.jornalomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2016.
- Wilkinson, J. & Mior, L. C. (1999). Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 29-45. Recuperado de: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/159/155>>. Acesso em: 19 maio 2016.

## A via campesina em busca da soberania alimentar, perspectivas e desafios

Arlete Ramos dos Santos  
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC-BA)  
arlerp@hotmail.com

Igor Tairone Ramos dos Santos  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)  
igortairone\_rds@hotmail.com

### RESUMO

Este texto traz um recorte da pesquisa de um projeto de Iniciação Científica que tem com objetivo fazer um estudo sobre o surgimento da Via Campesina, a qual trata-se de um movimento de luta pela Reforma Agrária que atua em vários países, e luta em busca da soberania alimentar. Através da revisão de literatura, bem como pesquisa em relatórios oficiais e autores que são referência sobre o tema proposto, o artigo procura trazer brevemente alguns elementos sobre a neoliberalização agrícola bem como conceitos de segurança e soberania alimentar, utilizados pelos movimentos sociais e pelos organismos multilaterais. Os resultados da pesquisa apontaram que a Via Campesina tem conseguido inserir o debate sobre a soberania alimentar na agenda internacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Via Campesina, soberania alimentar.

### 1. INTRODUÇÃO

Este artigo traz o recorte de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada junto à Universidade Federal da Paraíba – UFPB, no curso de Relações Internacionais, que teve como objetivo o estudo da Via Campesina e sua luta pela soberania alimentar no contexto mundial. Para desenvolvê-lo, inicialmente, temos uma breve contextualização da Via Campesina, como movimento social, e, em seguida, destacamos como a mesma se inseriu no cenário mundial ao enfrentar os organismos multilaterais, para defender a soberania alimentar, enquanto que tais agentes têm como objetivo a segurança alimentar, conceitos estes que discorreremos mais à frente.

A metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa foi qualitativa, na qual, além de uma revisão bibliográfica a partir de autores que pesquisam a temática, como Desmaris (2007; 2013) e Neimayer (2007), analisamos documentos da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO (2009; 2013), cujos resultados adquiridos por meio destes instrumentos de coleta de dados, demonstraram que a Via Campesina tem se empenhado em lutas mundiais com o objetivo de dar vozes aos camponeses que se tornaram sufocadas pelas políticas neoliberais, e também, tem se empenhado na conscientização da sociedade civil em outras questões, quais sejam: o desenvolvimento sustentável e a luta contra a transgenia.

## 2. A VIA CAMPESINA E AS AGÊNCIAS MULTILATERAIS EM DISPUTA

A Via Campesina é um movimento social de articulação internacional que surgiu em 1992, com o intuito de buscar a soberania alimentar, o acesso igualitário à terra, bem como o desenvolvimento sustentável, tentando alcançar seus objetivos através de mecanismos de protesto que vão de encontro a medidas centralizadoras provenientes de organismos multilaterais como a Organização Mundial do Comércio - OMC. Ao redor do mundo, principalmente em países em desenvolvimento como o México e a Índia, camponeses foram expulsos de suas terras quando houve apropriação destas por parte de grandes multinacionais, em meados de 1980, e isto foi um dos gatilhos que deu origem ao movimento social Via Campesina. Ao buscar o empoderamento dos camponeses, este Movimento se engaja na luta contra as medidas neoliberais da OMC, bem como, contra a neoliberalização maciça da agricultura (Desmarais, 2007).

Já a OMC, agência internacional que a Via Campesina traça grande enfrentamento, é a principal Organização responsável pela regulamentação de políticas com o objetivo de disseminar as práticas neoliberais, tanto para a economia dos Estados nas cidades, quanto no campo, visto que suas políticas têm impactos fortes sobre a vida das famílias dos camponeses (Desmarais, 2013). Nesse sentido, uma das lutas da Via Campesina é conseguir que as políticas relativas à agricultura se configurem como competência da Organização das Nações Unidas – ONU, e não da OMC, porque esta última é um órgão de negociação formado por Estados, muito fechada à sociedade civil. Por isso, a Via Campesina enxerga como antidemocrática, além do fato de grande parte de suas políticas e agendas ser destinadas a discussões de medidas em benefício do agronegócio, como sementes transgênicas, diminuição ou extinção de taxas e impostos, medidas essas com o objetivo de integrar a agricultura no mercado internacional, facilitando a formação de monopólio empresarial da produção agropecuária (Niemayer, 2007).

A Via Campesina, de acordo com Vieira (2011, p. 5), “se desafia a formular propostas em relação aos seguintes temas: reforma agrária, biodiversidade e recursos genéticos, soberania alimentar, direitos humanos, agricultura camponesa sustentável, migração e trabalhadores rurais, questão de gênero”. Por isso, trata-se de um o Movimento contra-hegemônico que após o avanço maciço da globalização, tem procurado lutar para solucionar problemas que definem negativamente a estrutura social e se organiza da seguinte maneira:

a Conferencia Internacional (CI) é o órgão principal da Via Campesina, pois nessa delibera-se as políticas do Movimento, reunindo-se a cada 4 anos em lugares diferentes a fim de atingir todas as regiões. O Comitê Coordenador Internacional (CCI) é escolhido a cada CI, sendo as 8 regiões representadas por um coordenador e uma coordenadora de distintos movimento, com intuito de dividir as responsabilidades (...). Os Escritórios Regionais (ER) possibilitam as relações e as articulações em cada região, denominado de “trabalho central” da Via Campesina (Via Campesina, 2006). Por fim, a Secretaria Operativa

Internacional (SOI) é responsável pela comunicação e pelo cumprimento das resoluções políticas (Vieira, 2011, p. 5).

Em vistas de promover o processo democrático, a Via Campesina se organiza de forma horizontal e, assim, a participação de todos os seus integrantes é assegurada. Seus mecanismos de protesto se baseiam em “acampamentos, bloqueios, caminhadas, celebrações religiosas, cercos a construções, concentrações públicas, interdições, jejuns, marchas, romarias, vigílias, ocupações de agências bancárias e de prédios privados e públicos”, sempre com o objetivo de lutar pela posse da terra e contra os efeitos nocivos do agronegócio, convém dizer que o movimento também busca empoderamento do gênero feminino, em todas as esferas sociais (Desmarais, 2013).

Ao analisarmos a origem da Via Campesina no cenário agrário e econômico, observamos que antes e depois que as grandes guerras ocorreram, muitos países ainda eram colônias e tinham suas economias baseadas na agricultura. Então, quando o conflito se encerrou, criou-se uma nova demanda por alimentos, e os governos dos Estados mais fragilizados pelas debilidades na agricultura iniciaram um processo de apropriação das terras por grandes corporações com o intuito de aumentar a produção. Este processo, chamado de Revolução Verde, surgiu com o objetivo de solucionar a crise alimentícia que havia tomado conta do mundo neste período, entre os anos de 1970 e 1980, o qual além da apropriação da terra, como já citado, criou novos mecanismos científicos de manipulação genética, para aumento da produção, bem como a liberalização do comércio nos países, principalmente, aqueles que haviam deixado de ser colônias, e tinham agricultura como principal fonte de renda (Niemayer, 2007).

Para auxiliar o sistema capitalista neste contexto, foi criada a Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI, a qual visou garantir os direitos de propriedade intelectual, já que algumas empresas estavam produzindo sementes e animais geneticamente modificados. A OMPI, nasceu da já existente BIRPI – *Bureaux Internationaux Reunis pour la Protection de la Propriété Intelectuelle* e teve um aumento em seu alcance por conta de sua ação vinculatória nos Estados sob a forma dos TRIPS – *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*. Para os países fazerem parte da OMC, estes são obrigados a assinar este tratado, sendo assim, há uma nova propagação deste método de liberalização, além de uma grande centralização deste conhecimento nas mãos de poucas empresas, contribuindo na manutenção das relações desiguais de renda e na concentração fundiária, bem como, a desigualdade do acesso ao capital produzido na agricultura (Souza, 2005) pelos agricultores familiares.



A agricultura familiar, compreendida pela classe trabalhadora, perante este quadro perde espaço para um mercado hipercompetitivo, em escala que tira as capacidades competitivas do pequeno camponês, visto que as produções em larga escala, aliadas a uma abertura de fronteiras e diminuições tarifárias para as grandes empresas, lhe insere em um quadro de desvantagem frente a grandes corporações como *Dow Jones* e *Parmalat*, por exemplo, que são grandes expoentes do sistema capitalista. Além disso, para Desmaris (2007), tais empresas buscam a segurança alimentar, e para isso, desenvolvem novos métodos de aumento de produção a custos menores, o que barateia os produtos finais, dificultando a venda dos camponeses que dependem do comércio de produtos oriundos da agricultura familiar como forma de subsistência.

De acordo com Maluf, Menezes e Marques (2012), o conceito de Segurança Alimentar surgiu no contexto pós-guerras, quando era perceptível que os países poderiam dominar a produção alimentar um do outro. Sendo assim, através dessa dominação havia implicitamente uma insegurança do país dominado no que diz respeito à sua alimentação, já que muitas vezes este não tinha capacidade de produzir a quantidade de alimentos para sua população. Isto ainda poderia funcionar, também, como projeção de poder de uma nação mais desenvolvida sobre a outra, que sofria com a dependência do fornecimento alimentar externo.

### 3. A VIA CAMPESSINA E A FAO

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) foi criada com o objetivo de tentar mitigar os efeitos nocivos das Grandes Guerras sobre a produção de alimentos nos países, especialmente, no que tange à Europa, visto que este continente ficou destruído após a II Guerra Mundial (Camargo, 2013). Ao ser criada, a FAO buscou nortear a produção de alimentos de forma organizada em relação às grandes empresas, já que havia começado um grande debate acerca de problemas relativos às patentes de modificação genética. Movimentos sociais como a *National Farmers Union-NFU*, *Union Paysanne*, *Border farm Workers Project* tentaram chamar a atenção da FAO para que fosse levado em consideração, também, o direito dos agricultores, uma vez que estes estavam sendo prejudicados por encontrar dificuldades de se inserir no mercado, devido à competitividade, considerando que a agricultura passou a ser neoliberalizada e boa parte da produção estava nas mãos de grandes multinacionais (Desmarais, 2013).

Segundo a FAO (2009), o direito à alimentação e nutrição adequada deve estar nos objetivos que norteiam as políticas públicas dos Estados, até porque estes direitos estão

previstos desde a Declaração Internacional dos Direitos Humanos, de 1948, ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais-PIDESC, de 1966.

Na I Conferência Mundial de Alimentação, organizada pela FAO, a Via Campesina foi alvo de preconceito visto que as grandes autoridades presentes nas negociações não conseguiam enxergar o modelo descentralizado deste movimento social, formado basicamente por outras organizações nacionais de camponeses, sendo uma representatividade da voz efetiva destes. A Via Campesina, então, se tornou um movimento social de maior visibilidade por conta de suas propostas para que o direito dos agricultores também fosse levado em consideração. Foi então destas manifestações que a Via Campesina foi credenciada pela própria FAO para representar a voz dos camponeses nas reuniões promovidas pela Organização (Camargo, 2013).

Em 2013 foi firmado um acordo de cooperação entre a Via Campesina e a FAO com o objetivo de traçar metas comuns para melhor distribuição de terras, agricultura sustentável, segurança alimentar. Tornou-se importante a assinatura desse tratado, pois no mesmo, a FAO reconhece o papel da Via Campesina como representante da sociedade civil, principalmente, porque houve o reconhecimento de que este é o maior Movimento de pequenos agricultores do mundo (FAO, 2013).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com as leituras realizadas para a realização das reflexões aqui presentes, concluímos que a Via Campesina tem se empenhado em lutas pelo globo com o objetivo de dar vozes aos camponeses que se tornaram sufocadas pelas políticas neoliberais. Além disso, tem contribuído para a conscientização da sociedade civil em outras questões, como a exploração irracional de recursos naturais e a utilização maciça de fertilizantes químicos e de seres vivos transgênicos. O Movimento em foco trouxe, também, a noção da reforma agrária como uma questão de acesso democrático a terra, e da alimentação como um direito humano. Com o surgimento da Via Campesina, as famílias agricultoras vêm tendo representação e reconhecimento nas conferências e reuniões das organizações internacionais, com capacidade de alteração das suas respectivas agendas, para que a segurança alimentar seja posta em discussão, juntamente com o direito de cada país em ter sua própria produção, e que haja proteção tanto da particularidade do Estado quanto à agricultura familiar em produzir.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Camargo, A. de S. (2013). *Globalização e Hegemonia nas Relações Internacionais: O caso da Via Campesina sob uma perspectiva gramsciana*. Dissertação (Mestrado) - Curso de

- Relações Internacionais, Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, São Paulo, 2013.
- Desmarais, A. (2007). *La Via Campesina: Globalization and the Power of peasants*. Fernwood Publishing, Halifax.
- Desmarais, A. A. (2013). *A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato* (tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares), 1ª ed. Cultura Acadêmica, Expressão Popular, São Paulo (Vozes do Campo).
- FAO (2009). *Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira*. Brasília. 2009. Disponível em: [https://www.fao.org.br/download/Seguranca\\_Alimentar\\_Portugues.pdf](https://www.fao.org.br/download/Seguranca_Alimentar_Portugues.pdf) . Acesso em: 23 ago. 2015.
- FAO (2013). *Direito à Alimentação e Segurança Alimentar e Nutricional nos Países da CPLP: Diagnóstico de Base*. Roma. 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/018/i3348p/i3348p.pdf> . Acesso em: 15 ago. 2015.
- Maluf, R. S., Menezes, F. & Marques, S.B. (2007). Caderno ‘Segurança Alimentar’. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2007. Disponível em: [http://ieham.org/html/docs/Caderno\\_Seguranca\\_Alimentar.pdf](http://ieham.org/html/docs/Caderno_Seguranca_Alimentar.pdf) . Acesso em: 20 ago. 2015.
- Niemeyer, C. B. de. (2007). Via Campesina: uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação. *Raízes*, Campina Grande, v. 26, n. 1, p.59-70.
- Souza, R. C. B. C. de. (2005). Trips na Organização Mundial Da Propriedade Intelectual – OMPI. *Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, Genebra, v. 0, n. 4, p.27-31.
- Vieira, F. B. (2011). Via Campesina: um projeto contra-hegemônico?, in *Simpósio Lutas Sociais Na América Latina*, 3., 2011, Londrina. **Anais...** . Londrina: Uel, 2011. p. 1 - 12. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/flaviabraga.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

## **Análisis dinámico bianual del posicionamiento BCG en el periodo 2012-2014 de las empresas top 20 de distribución con base alimentaria en España**

Antonio Colom Gorgues

Universidad de Lleida  
antonio\_colom@hotmail.com

Rosa M<sup>a</sup> Florensa Guiu

Universidad de Lleida  
rmflorensa@aegern.udl.es

Pilar Cos Sanchez

Universidad de Lleida  
cspilar@aegern.udl.cat

### **RESUMEN**

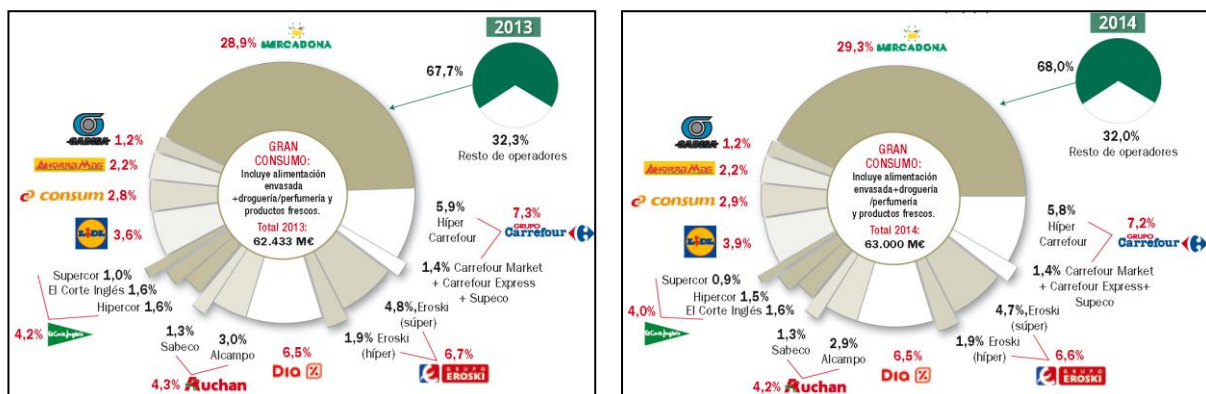
Con este trabajo se ha pretendido analizar el dinamismo y posicionamiento estratégico del grupo de 20 empresas con mayor peso de cifra de negocio en el sector de la distribución con base alimentaria en España. Para ello se ha aplicado el modelo de Matriz Portafolio del Boston Consulting Group (BCG). Se presenta la síntesis de la investigación sobre la industria de distribución con base alimentaria en España, en el periodo 2012-2014, con datos bianuales (o bicampaña) para las variables de la matriz BCG. Se considera la información de la Revista Alimarket sobre las 20 empresas con mayor cifra de ventas. Se aplica el modelo BCG para empresas, de Bruce Henderson (Boston Consulting Group). Se calculan las variables de cuota relativa de mercado del TOP 20 y el % de crecimiento (o decrecimiento) de la cuota de mercado, en el periodo 2012-2013 y en el periodo 2013-2014, generando dos matrices y gráficos de posicionamiento empresarial. Se estudia, analiza y concluye sobre el posicionamiento de cada empresa en las cuatro cuadrículas que se establecen al combinar una Alta y una Baja cuota relativa de mercado con un Alto y un Bajo % de crecimiento en el mercado. Del análisis resulta destacable, y razonable a la vez, la tilde de empresa estrella de Mercadona, fenómeno innovador conocido por todos (y analizado en Universidades fuera de España). Así mismo se obtienen diferentes resultados de posicionamiento que clasifican al grupo analizado en empresas estrella, interrogantes, vacas lecheras y perros, con su significado estratégico y competitivo, que describen la realidad y dinámica socioeconómicos de cada una de estas empresas.

**PALABRAS-CLAVE:** Matriz BCG, distribución alimentaria, cuota relativa de mercado, crecimiento de la cuota de mercado, posicionamiento estratégico.

### **1. INTRODUCCIÓN Y OBJETIVOS**

Se pretende analizar en este trabajo, el dinamismo y posicionamiento estratégico del grupo de 20 empresas con mayor peso de cifra de negocio en el sector de la distribución con base alimentaria en España, en el periodo 2012-2014. Se aplica el modelo de Matriz del Boston Consulting Group (BCG), organización fundada por Bruce D. Henderson, antiguo alumno de la Harvard Business School, que dejó su trabajo en la consultoría de Arthur D. Little en 1963, para liderar una nueva división de consultoría en la Boston Safe Deposit and Trust Company. Hoy día el BCG es una empresa global, líder en consultoría estratégica para la alta dirección, con 66 oficinas en 38 países y se autodefinen como agentes de cambio para sus clientes, empleados, y para la sociedad en general.

El objetivo general de este trabajo es estudiar, analizar y posicionar el conjunto de las 20 empresas con mayor cifra de negocios en la distribución con base alimentaria en España, en el periodo 2012-2014. La estructura del sector de la distribución minorista con base alimentaria por operadores en los años 2013 y 2014, se refleja en la figura 1, a continuación. Una revisión y aplicabilidad del modelo BCG se puede encontrar en Colom-Gorgues (2015), Colom-Gorgues y Florensa-Guiu (2012), Henderson (1967, 1973), Zaon (1976) y Andrews (1981).



**Figura 1:** Principales cuotas de mercado por operadores en el sector de distribución minorista con base alimentaria en España, años 2013 y 2014

Fuente: Alimarket, 2015 y elaboración propia

## 2. METODOLOGÍA

La Matriz del BCG (Boston Consulting Group), es una herramienta para el análisis estratégico de una o varias empresas (también para productos y unidades estratégicas de negocios), analizando las dos variables siguientes:

- *La cuota relativa de mercado de la empresa*, para expresar su posición competitiva en el mercado, en un año o campaña “n”. Esta variable está relacionada con la capacidad de la empresa de generar Cash-Flow.
- *La tasa de crecimiento para la empresa en el mercado*, desde la campaña anterior a la actual ( $n / n-1$ ). Esta otra variable induce a la posibilidad de necesitar o aplicar Cash-Flow (para inversión, I+D+T+i, crecimiento).

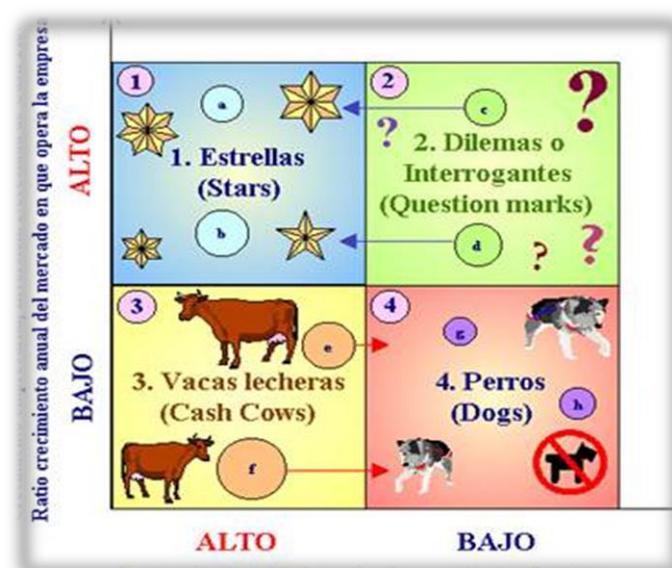
La primera variable (cuota relativa) se coloca en el eje horizontal y la segunda (tasa de crecimiento) en el vertical de los ejes coordenados. Sobre el eje horizontal se traza una línea vertical, que delimita la posición en cuanto a separar las empresas con gran cuota relativa de mercado (ALTA cuota relativa), respecto de las empresas con menor cuota relativa (BAJA cuota relativa). Sobre el eje vertical se traza una línea horizontal para delimitar dos zonas de la Matriz: las empresas que crecen más en cuota de mercado (ALTO crecimiento) y las que crecen

menos o decrecen (BAJO crecimiento). Como indicador del límite o frontera entre zonas se pueden utilizar las medias de las variables. Las distintas empresas se representan por una burbuja proporcional a su tamaño relativo de ventas. El resultado es una matriz de cuatro casillas o zonas de ubicación de las empresas, y se clasifican según la etapa evolutiva en que se encuentran, y se obtienen las siguientes denominaciones atendiendo a los cuadrantes:

- ALTA-ALTO: Estrellas. Cuadrante superior izquierdo, alta cuota relativa de mercado y alto % (tasa) de crecimiento en el mercado. Se trata de empresas con una muy buena posición que les dará opción a generar buenos niveles de Cash-Flow y posibilidades para inversión, innovación y crecimiento de la misma, conjuntamente con el crecimiento de su cuota de mercado respecto campañas anteriores. Es el mejor posicionamiento esperado por una empresa, con posibilidades de buen futuro y resultados.
- BAJA-ALTO: Interrogantes o Dilemas: Cuadrante superior derecho, bajo nivel de cuota relativa de mercado y alto nivel de tasa de crecimiento en el mercado. Se trata de un posicionamiento que da lugar a un interrogante (?). La empresa tiene cuota relativa de mercado baja y en cambio está creciendo altamente en cuota de mercado desde la campaña anterior. Tal vez sea el caso de empresas incipientes de nueva creación (start-ups, empresas jóvenes, PYMES de nueva creación, etc.) o que han abordado un plan de crecimiento empresarial (en base a ampliación del negocio, inversión, cambio estratégico, innovación, incremento de planta y alcance, etc.), lo cual dará lugar en un futuro a un aumento de la cuota de mercado campaña a campaña (crecimiento de la cuota relativa) y sin embargo hoy, aún están posicionadas en la zona de BAJA cuota relativa de mercado. Deberá pasar pues algún tiempo para ganar en cuota relativa de mercado. Es de esperar de dichas empresas sigan un itinerario y migración correspondiente hacia la posición de “Estrellas”.
- ALTA-BAJO: Vacas Lecheras: Cuadrante inferior izquierdo, alto nivel de cuota relativa de mercado, pero bajo nivel de crecimiento de dicha cuota. Ello posiciona a dichas empresas en una condición de empresario “especulador”, aprovechando su estatus de alta cuota relativa para generar alto nivel de cash-flow y seguramente de beneficio, pero en cambio olvida su pretensión de crecimiento (y tal vez falta inversión, innovación, etc.) lo cual refuerza esta característica especuladora. Esta

situación le puede llevar a empeorar su cuota de mercado, a no ser que sea una situación temporal superable.

- **BAJA-BAJO: Perros:** Cuadrante inferior derecho, bajo nivel tanto de cuota relativa de mercado como de tasa de crecimiento de la cuota en el mercado. Estas características llevan a clasificar estas empresas como las peor posicionadas, tal vez con una dinámica negativa de pérdida de peso y de competitividad, que pueden abocarlas a una situación de deterioro, con el posible riesgo de generar pérdidas y asistir incluso, en caso extremo, a su posible desaparición. No obstante, también tendrían cabida aquí, empresas de pequeña dimensión que tienen una cuota relativa mercado pequeña, atienden a un nicho o pequeño segmento, y no se plantean ninguna estrategia de crecimiento.



**Figura 2:** Esquema del modelo de Matriz Portafolio del Boston Consulting Group (BCG)

Fuente: Elaboración propia, tomado de Colom Gorgues y Florensa Guiu (2012).

### 3. RESULTADOS OBTENIDOS

Se han utilizado los datos de la Revista Alimarket (Alimarket, 2014, 2015) del grupo de 20 empresas objeto del análisis, con los cuales se han calculado y obtenido las variables: % cuota relativa de mercado en los años 2013 y 2014, y % de crecimiento de la cuota de 2012 a 2013, y de 2013 a 2014, que se muestran en el Cuadro 1. A partir de los datos anteriores, se han clasificado el conjunto de empresas, según los niveles alto y bajo de ambas variables. Así pues, por medio de la hoja de cálculo Excel se ha buscado el posicionamiento para cada empresa según la matriz BGC, y los resultados aparecen en las dos últimas columnas del Cuadro 1 aludido.

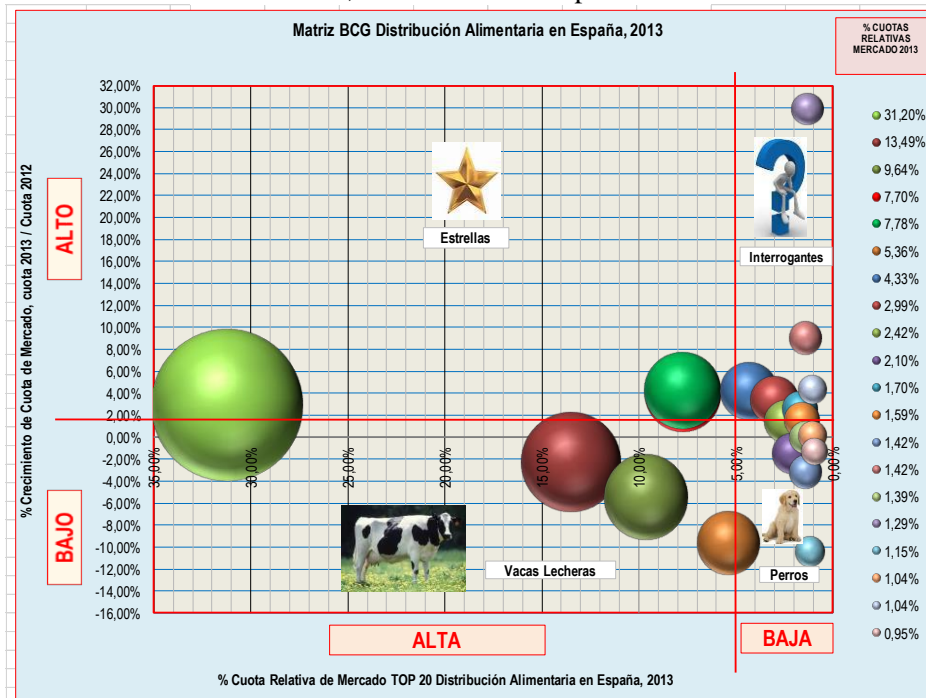
**Cuadro 1:** Cifras de ventas y variables del modelo BCG de las empresas TOP 20 de la Distribución Alimentaria en España, periodo 2012-2014. Unidad de valor: Millones de Euros (M€)

Nº	Empresa / Grupo	Ventas 2012	Ventas 2013	Ventas 2014	% Cuota Relativa 2013	%(Ventas13- Ventas12) / Ventas 2012	% Cuota Relativa 2014	%(Ventas14- Ventas13) / Ventas 2013	Posición 2013	Posición 2014
1	MERCADONA, S.A.	17.522,88	18.033,98	18.441,90	31,20%	2,92%	31,82%	2,26%	ES	ES
2	CARREFOUR – GRUPO	7.975,00	7.798,00	7.787,00	13,49%	-2,22%	13,43%	-0,14%	VL	VL
3	GRUPO EROSKI - DIVISI3N ALIMENTACI3N	5.890,98	5.569,57	5.038,05	9,64%	-5,46%	8,69%	-9,54%	VL	VL
4	DIA, S.A.	4.317,30	4.499,00	4.496,88	7,78%	4,21%	7,76%	-0,05%	ES	VL
5	AUCHAN (GRUPO)	4.282,26	4.451,08	4.210,02	7,70%	3,94%	7,26%	-5,42%	ES	VL
6	EL CORTE INGL3S (ALIMENTACI3N)	3.432,13	3.100,56	3.187,00	5,36%	-9,66%	5,50%	2,79%	VL	ES
7	LIDL SUPERMERCADOS, S.A.	2.400,08	2.500,00	2.708,00	4,33%	4,16%	4,67%	8,32%	??	??
8	CONSUM, S.COOP.	1.674,12	1.729,58	1.819,04	2,99%	3,31%	3,14%	5,17%	??	??
9	AHORRAM3S, S.A. - GRUPO	1.376,00	1.396,40	1.411,90	2,42%	1,48%	2,44%	1,11%	PE	PE
10	MAKRO AUTOSERVICIO MAYORISTA, S.A.	1.232,00	1.214,00	1.234,00	2,10%	-1,46%	2,13%	1,65%	PE	PE
11	GADISA – GRUPO	955,70	980,00	996,50	1,70%	2,54%	1,72%	1,68%	??	PE
12	MIQUEL ALIMENTACI3 GRUP, S.A.	905,00	919,00	942,00	1,59%	1,55%	1,63%	2,50%	PE	??
13	BON PREU, S.A. - GRUPO	752,01	820,00	888,40	1,42%	9,04%	1,53%	8,34%	??	??
14	DINOSOL SUPERMERCADOS, S.L.	575,87	748,00	829,02	1,29%	29,89%	1,43%	10,83%	??	??
15	CONDIS SUPERMERCATS, S.A. - GRUPO	801,00	801,00	802,00	1,39%	0,00%	1,38%	0,12%	PE	PE
16	GRUPO EL 3RBOL DISTRIB. Y SUP., S.A.	848,89	822,00	725,00	1,42%	-3,17%	1,25%	-11,80%	PE	PE
17	SUPERSOL SPAIN, S.L.	740,00	662,89	665,00	1,15%	-10,42%	1,15%	0,32%	PE	PE
18	COVIRAN, SCA.	575,00	600,00	618,00	1,04%	4,35%	1,07%	3,00%	??	??
19	UVESCO, S.A. - GRUPO	602,00	603,00	610,00	1,04%	0,17%	1,05%	1,16%	PE	PE
20	ALDI SUPERMERCADOS, S.L. - GRUPO	557,40	550,00	555,00	0,95%	-1,33%	0,96%	0,91%	PE	PE
		57.798,06	57.964,71	100,00%	33,85%	100,00%	23,22%			

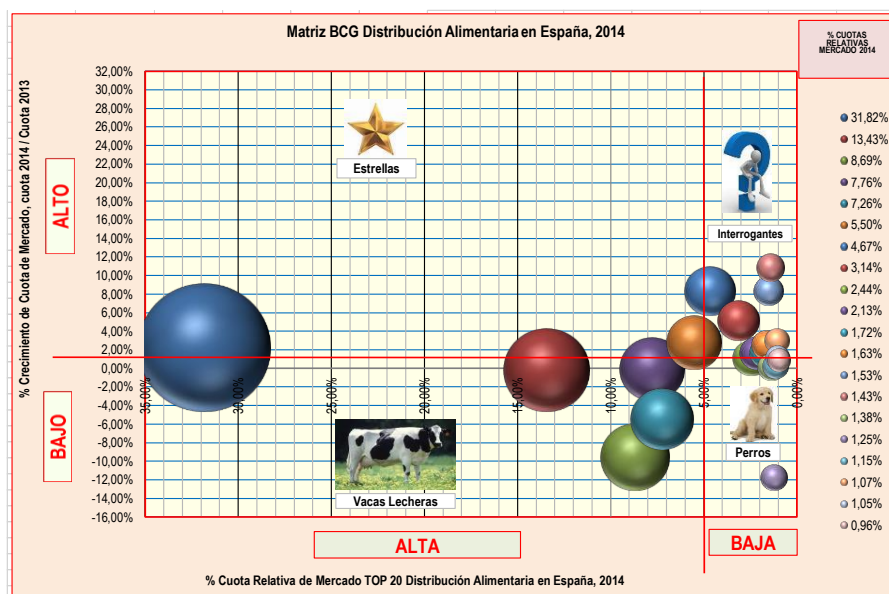
Fuente: Revista Alimarket 2014, 2015 y elaboraci3n propia. La ordenaci3n de las empresas es seg3n cifras de ventas del a3o 2014. ES=Estrella; VL=Vaca Lechera; ?? = Interrogante; PE=Perro

Con los datos anteriores, se han construido los Gr3ficos 1 y 2 que se muestran a continuaci3n.

Gr3fico 1: Matriz del BCG 2013, del TOP 20 de empresas de distribuci3n con base alimentaria





**Gráfico 2:** Matriz del BCG 2014, del TOP 20 de empresas de distribución con base alimentaria


## 4. ANÁLISIS Y CONCLUSIONES

Del análisis de los resultados se puede concluir:

### 4.1. Posicionamiento empresas de distribución top 20 en España, en 2013

1. Las empresas mejor posicionadas con ALTA Cuota Relativa de Mercado y ALTO Crecimiento de Cuota de Mercado, y que ocupan la clasificación de empresas “ESTRELLA” son: Mercadona (31,20%, 2,9%); Dia SA (7,78%, 4,21%); Grupo Auchan (7,70%, 3,94%).
2. El grupo de empresas “INTERROGANTES”, posicionadas con BAJA Cuota Relativa de Mercado y ALTO Crecimiento de Cuota de Mercado son: Lidl Supermercados (4,33%, 4,16%); Consum S. Cooperativa (2,99%, 3,31%); Grupo Gadisa (1,70%, 2,54%); Grupo Bon Preu SA (1,42%, 9,04%); Dinosol Supermercados (1,29%, 29,49%); Coviran (1,04%, 4,35%).
3. El conjunto de empresas “VACAS LECHERAS” que se ubican con ALTA Cuota Relativa de Mercado y BAJO Crecimiento de Cuota de Mercado son: Carrefour (13,49%, -2,22%); Grupo Eroski Alim. (9,64%, -5,46%); El Corte Inglés Alimentación (5,36%, -9,66%).
4. El grupo de empresas con BAJA Cuota Relativa de Mercado y BAJO Crecimiento de Cuota de Mercado, clasificadas como “PERROS” son: Grupo Ahorramas SA (2,42%, 1,48%); Makro Autoservicio (2,10%, -1,46%); Grup Miquel Alimentació

(1,59%, 1,55%); Grupo El Arbol Distribución (1,42% , -3,17%); Condis Supermercats (1,39%, 0,00%); Supersol Spain (1,15% , -10,42%); Grupo Uvesco (1,04% , 0,17%); Aldi Superm. (0,95%, -1,33%).

#### 4.2. Posicionamiento empresas de distribución top 20 en España, en 2014

1. Las empresas mejor posicionadas con ALTA Cuota Relativa de Mercado y ALTO Crecimiento de Cuota de Mercado, y que ocupan la clasificación de empresas “ESTRELLA” son: Mercadona (31,82%, 2,26%); y el El Corte Inglés Alimentación (5,50%, 2,79%).
2. El grupo de empresas “INTERROGANTES”, posicionadas con BAJA Cuota Relativa de Mercado y ALTO Crecimiento de Cuota de Mercado son: Lidl Supermercados (4,67%, 8,32%); Consum S. Coop. (3,14%, 5,17%); Grupo Bon Preu SA (1,53%, 8,34%); Grup Miquel Alimen. (1,63%, 2,50%); Dinosol Super. (1,43%, 10,83%); Coviran (1,07%, 3,00%).
3. El conjunto de empresas “VACAS LECHERAS” con ALTA Cuota Relativa de Mercado y BAJO Crecimiento de Cuota de Mercado son: Carrefour (13,43%, -0,14%); Grupo Eroski Alim. (8,69%, -9,54%); Dia SA (7,76%, -0,05%); Grupo Auchan (7,26%, -5,42%).
4. El grupo de empresas con BAJA Cuota Relativa de Mercado y BAJO Crecimiento de Cuota de Mercado, o sea clasificadas como “PERROS” son: Grupo Ahorramas SA (2,44%, 1,11%); Condis Supermercats (1,38%, 0,12%); Grupo Uvesco (1,05%, 1,16%); Makro Autoservicio (2,13%, 1,65%); Aldi Superm. (0,96%, 0,91%); Grupo El Arbol Distribución (1,25%, -11,80%); Supersol Spain (1,15%, 0,32%); Grupo Gadisa (1,72%, 1,68%).

Del análisis global se puede destacar el liderazgo y consolidación de la empresa Mercadona como Estrella, acercándose al 30% de la cuota total en España. Dicho liderazgo se puede justificar y a la vez fundamentar, por la estrategia establecida en la citada empresa que se basa en la satisfacción de cinco componentes: el “jefe” (conjunto de clientes o consumidores), el trabajador, el proveedor, la sociedad y el capital (difícil papeleta). Se añade, la acción integradora para una cadena agroalimentaria sostenible. El acierto en la Gestión de la Calidad Total, la buena gestión con los proveedores (Interproveedores), el enfoque y buena marcha en la creación de valor para los distintos grupos de interés, con un punto crítico con el

lema Siempre Precios Bajos (SPB), la utilización de marcas de distribución e innovación de marketing, favorecen y permiten obtener los buenos resultados empresariales.

En otro plano, se observan las migraciones de Día S.A. y Grupo Auchan desde el locus Estrella de 2013 al de Interrogantes de 2014, determinado por la disminución de la cuota relativa de mercado. Se enfatiza el esfuerzo de crecimiento estructural integrador de Día S.A. en los últimos años, después de su separación del Grupo Carrefour, que otorga a esta empresa un papel protagonista en el grupo seguidor al líder Mercadona. Otra migración interesante, en sentido contrario, es la del Grupo El Corte Inglés Alimentación que, aun ocupando una sexta posición por ventas en 2014, se erige como Estrella por su % de crecimiento en la cuota de mercado 2013-14. Se mantienen como Interrogantes Lidl Supermercados S.A. y la Cooperativa Consum con crecimientos positivos de solo un dígito entero (8,32% y 5,17%).

Es interesante, dentro del grupo de Vacas Lecheras, destacar el posicionamiento de Carrefour que está logrando su mantenimiento de cuota relativa de mercado y frenando su decrecimiento anterior, en base a sus estrategias de cosmética de imagen en los hipers y crecimiento de los supers Carrefour Market y Carrefour Express, que logran mayor atracción. Por otro lado, Eroski, también Vaca Lechera, sigue superando el tsunami financiero acaecido en el grupo empresarial Mondragón, tratando de equilibrar sus operatorias estructurales de ventas de activos y nuevas apariciones en intentos de crecimiento empresarial, para intentar frenar el decrecimiento relativo de ventas de los dos últimos años estudiados (-5,46% y -9,54%, respectivamente, en 2013 y 2014).

(Notas: El orden de posición en los apartados 4.1 (2013) y 4.2 (2014) es por % de cuota relativa de mercado. Se pone de manifiesto la existencia de empresas con ámbito de distribución nacional y alguna de distribución regional. En el caso de Grupo el Árbol se ha mantenido independiente en 2014, aunque en realidad está integrado en el Grupo Día S.A.)

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alimarket (2014). “*Distribución Alimentaria: Creando futuro*”. Artículo de la sección Base Alimentaria realizado por Raquel Segura, publicado el 21-10-2014, Rev. Alimarket 10/2014.
- Alimarket (2015). “*Distribución Alimentaria: El sector avanza con cautela*”. Artículo de la sección Base Alimentaria de Charo Reyes, publicado el 23-10-2015, Rev. Alimarket 10/2015.
- Andrews, K. R. (1981). Replaying the Board's Role in Formulating Strategy, *Harvard Business Review*, May-June 1981, pp. 18-19, 24-26.

- Colom-Gorgues, A. (2015). *Guía básica y ejercicios prácticos para la gestión empresarial. Aplicación multisectorial*. Ed. Universidad de Lleida, 685 pág. ISBN: 978-84-8409-796-9.
- Colom-Gorgues, A. & Florensa-Guiu R. (2012). *Teoría de los Stakeholders (partes interesadas), cadena de valor, la buena gobernanza y los clústeres*. Anuario Fundación Ciudad de Lleida, Escuela U. de Relaciones Laborales-UdL, pp. 69-97. ISSN: 2014-7775.
- Henderson, B. D. (1973). The Experience Curve Reviewed, IV. The Growth Share Matrix of the Product Portfolio. The Boston Consulting Group, *Perspectives*, No. 135, Boston, MA, 1973.
- Henderson, B. D. (1967). Brinkmanship in Business. *Harvard Business Review*, 1967.
- Zakon, A. J. (1976). "Capital Structure Optimization", in J. F. Weston & M. B. Goudzwaard (Eds.), *The Treasurers Handbook*, Dow Jones-Irwin, Homewood, IL, 1976.

## Circuitos da produção orgânica na região da Grande Florianópolis

Clécio Azevedo da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina  
clecio.silva@ufsc.br

Daniele Lima Gelbcke

Universidade Federal de Santa Catarina  
dani.gelbcke@gmail.com

Maria das Graças S. L. Brightwell

Universidade Federal de Santa Catarina  
gracabrightwell@gmail.com

### RESUMO

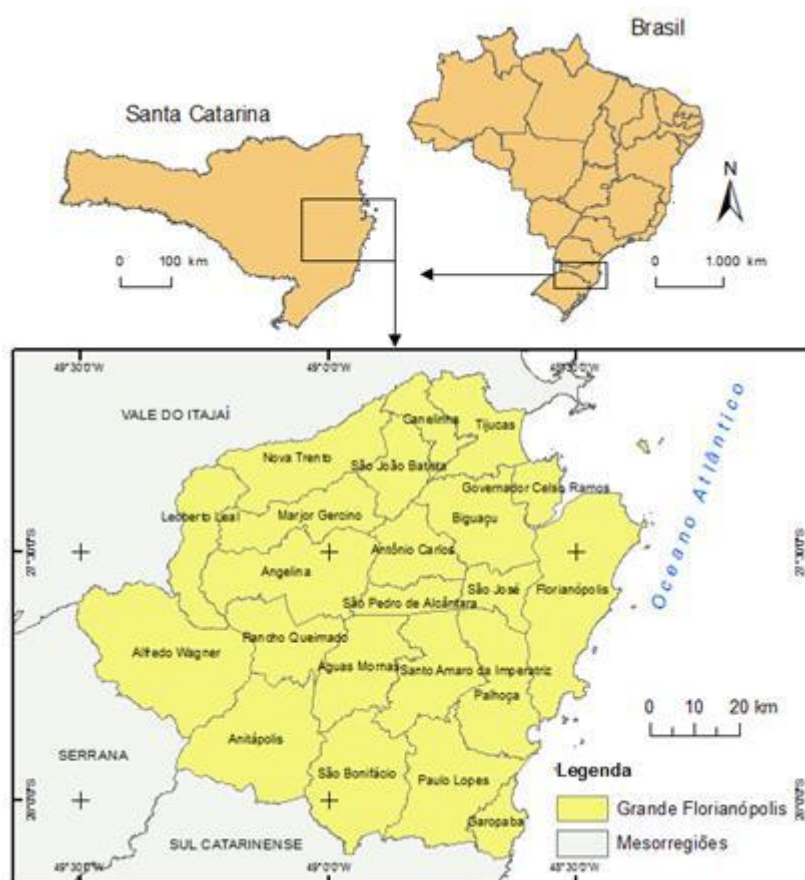
A região da Grande Florianópolis tem sua origem ligada à pequena produção agrícola, com a instituição, ainda no século XIX, das colônias de imigrantes ao longo dos vales litorâneos. A progressiva interação da agricultura com o crescimento urbano da capital e adjacências desenhou um mosaico diversificado de funções, que vem pressionando a produção de alimentos através da elevação do preço da terra. Porém, a instituição de circuitos de orgânicos produzidos na região é favorecida pelo crescimento do mercado consumidor e a facilidade de logística para a venda de produtos frescos a custos baixos, sobretudo de hortaliças. Os circuitos variam entre os formais, controlados pelos supermercados, que exigem selo de certificação e rastreabilidade, e os baseados nas relações de confiança, que reduzem os custos de transação mas não dispensam a participação de intermediários e a especialização progressiva de alguns agricultores na compra e venda dos produtos.

**PALAVRAS-CHAVE:** circuitos regionais; alimentos orgânicos; Grande Florianópolis

### 1. INTRODUÇÃO

A Grande Florianópolis é uma região administrativa de 7.157 km<sup>2</sup>, situada no sul do Brasil e composta por vinte e dois municípios que mesclam áreas urbanas, periurbanas e rurais. Segundo o IBGE (2016), em 2010, a população da região alcançou mais de um milhão de habitantes, sendo que mais de 80% já seriam residentes da conurbação que inclui áreas de Florianópolis (capital do Estado de Santa Catarina), Biguaçu, Palhoça e São José.

Para além desses, em direção oeste, ao interior do estado, encontram-se os municípios de Antônio Carlos, São Pedro de Alcântara, Santo Amaro da Imperatriz e Águas Mornas, que possuem sua economia mais voltada ao setor agrícola e formam a primeira faixa de municípios depois da área conurbada. Os outros municípios possuem uma população pequena, sendo que a parcela rural é muito mais expressiva que nos primeiros.



**Figura 1:** Mapa de localização e composição da Grande Florianópolis – Brasil

Fonte: Elaborado por Hatan Pinheiro Silva.

O processo de urbanização na região da Grande Florianópolis, intensificado a partir da década de 1970, vem promovendo inúmeros reflexos espaciais, sociais e econômicos nas áreas urbanas e rurais, estreitando e acentuando as suas interações. Sob este contexto, o objetivo do artigo é apresentar alguns resultados parciais de pesquisa sobre a instituição de circuitos regionais de produção de alimentos orgânicos.

## 2. FONTES DE DADOS, MÉTODOS E TÉCNICAS

A reflexão sobre a produção e comercialização de orgânicos apresentada no presente artigo é realizada com base em dados quantitativos, entrevistas semiestruturadas e visitas de campo efetuadas no âmbito da pesquisa de doutorado “Abastecimento de alimentos orgânicos e agroecológicos em circuitos regionais: o caso da Grande Florianópolis” e do projeto de pesquisa “Patrimônio Alimentar da Grande Florianópolis”, do Laboratório de Estudos Rurais (LabRural), do curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). As informações estatísticas e outros dados numéricos foram extraídos de

séries históricas do Censo Agropecuário, relatório de pesquisa realizado pelo Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF) da UFSC e, relatório de comercialização da CEASA, cedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

### 3. RESULTADOS

A evolução demográfica da região conurbada mostra um notável decréscimo da população rural ao longo das últimas décadas, passando de 43% para 4% entre 1970 e 2010 (IBGE, 2016). Este decréscimo deveu-se a um intenso êxodo rural, o desenvolvimento e descentralização de atividades econômicas do setor secundário e terciário e também à expansão de usos residenciais e de lazer em áreas anteriormente destinadas à produção agrícola.

Do ponto de vista estrutural, a produção de alimentos é grandemente afetada por estas relações. A expansão das cidades reflete no parcelamento ou recuo das propriedades rurais em ritmo proporcional ao aumento do preço da terra, tendo como consequência, o avanço dos projetos de loteamento urbano em direção à periferia, contando, ainda, com a opção crescente por outros usos, como turismo e segunda residência. Além disso, há o redirecionamento da força de trabalho para atividades não agrícolas, afetando principalmente de jovens, o que vem resultando na dificuldade de manutenção das propriedades rurais.

O avanço de atividades econômicas tipicamente urbanas sobre áreas de agricultura se manifesta como um processo difuso e resultou no entrelaçamento de atividades econômicas e formas de vida que mesclam características urbanas e rurais; à medida que essas áreas de entrelaçamento vão se expandindo, passam a pressionar outras áreas adjacentes a elas, o que, segundo o geógrafo mexicano Sanchez (2001), seria a expressão mais clara do fenômeno da periurbanização.

Por outro lado, a proximidade do mercado consumidor, a rede de estradas e infraestruturas de acesso e a concentração territorial de equipamentos de distribuição e armazenagem apresentam-se como vantagens locais, favorecendo claramente o estabelecimento de circuitos produtivos no entorno das aglomerações urbanas, mesmo sob a pressão do aumento do preço da terra.

Grande parte dessas áreas são ocupadas por atividades agropecuárias de uso intensivo e voltadas, principalmente, à horticultura, suprindo parte significativa da demanda por alimentos da região. Segundo relatório estatístico de 2015 da Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA, 2015), dos 45.078.151 kg de produtos comercializados em 2015 por esta central, 28% procederam dos municípios da Grande Florianópolis. Considerando apenas

hortaliças, verduras, legumes e raízes, principal foco da sua produção agrícola, a contribuição da Grande Florianópolis para o abastecimento da CEASA representou 50%, sendo que 80% dos produtos vieram de apenas seis municípios (Santo Amaro da Imperatriz, Aguas Mornas, Antônio Carlos, Angelina, Alfredo Wagner e Biguaçu), todos muito próximos à capital.

Por sua vez, o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (Ministério da Agricultura, 2016) atualizado em 7 de junho de 2016, identificou 104 produtores rurais da região com produção certificada, sendo que 53 incluídos na modalidade “certificação participativa” e 51 na modalidade “certificação por auditoria”<sup>3</sup>. A presença da agricultura orgânica na região vem sendo estimulada pelo reconhecimento de sua qualidade superior ou distinguida, caracterizando uma tendência de, pelo menos, parte do consumo urbano.

O número de estabelecimentos de varejo comercializando alimentos orgânicos é um claro indicativo neste sentido. Pesquisa recente realizada por Rover, Vieira, Silva, Gelbcke & Morelli (2015) identificaram 91 pontos de varejo (46 lojas especializadas em alimentos saudáveis, 26 supermercados, 10 mercados, 6 feiras e 3 sacolões) que comercializavam orgânicos, apenas na parte insular de Florianópolis, contra 31 pontos identificados em toda a cidade em 2002 (Karan & Zoldan, 2003).

Os supermercados, que potencialmente são capazes de transferir os maiores volumes no varejo, impõem regras e compromissos contratuais aos produtores, como condição para participarem dos circuitos de orgânicos: além da escala, da padronização e da regularidade, requerem processos de certificação e rastreabilidade – selo de orgânico, embalagem, padronização, marca – que, na prática, funcionam como uma barreira à entrada de muitos produtores. Os motivos seriam as dificuldades técnicas para a obtenção do selo de orgânico, a elevada demanda de tempo de trabalho para a gestão de processos de certificação e rastreamento e, finalmente, os elevados custos de transação pré-estabelecidos.

No entanto, há, ainda, uma variedade de circuitos alternativos aos supermercados, como feiras, “sacolões”<sup>4</sup>, entrega direta em pequenos e médios varejos ou nos domicílios, capazes de incluir mais facilmente os agricultores orgânicos. Estes circuitos dispensam parcial ou totalmente as exigências de certificação, que são substituídas pela confiança mútua e contratos verbais. Embora seus custos de transação sejam menores, podem envolver relações entre vários agentes até alcançar os consumidores. A pesquisa percebeu, por exemplo, que é quase sempre indispensável a figura do “agricultor-intermediário”, mais assíduo nas operações de compra e

---

<sup>3</sup> A certificação participativa estabelece uma organização em rede, com cooperação e mutualidade de controle entre os produtores; já a certificação por auditoria é auferida por um serviço externo.

<sup>4</sup> Unidades de varejo de alimentos frescos que praticam preços unitários para a maioria das mercadorias.



venda, propriamente ditas, que na produção. Sua intermediação é acertada na forma de consignação, divisão dos custos de transporte ou revenda, mediante acordo prévio entre as partes. Como avaliam Guzmán, Montiel, Hernandez, Sánchez e Collado (2012), quando o agricultor alcança a condição de intermediário, tende a afastar-se progressivamente da produção, assumindo a comercialização de seus pares.

#### 4. CONCLUSÕES

Embora o processo de urbanização da Grande Florianópolis tenha sido intenso nas últimas décadas, sua agricultura permanece desempenhando um papel importante no abastecimento interno da região, sobretudo pelos cultivos de alimentos frescos, tais como verduras e hortaliças. Estes cultivos permitem a obtenção de renda em pequenas parcelas de terra, além de sua vantagem locacional sobre outras áreas produtivas.

Por sua parte, os circuitos regionais de orgânicos vêm atualizando a relação entre agricultura e mercado urbano na região, adicionando valor à produção pelo reconhecimento, por parte dos consumidores urbanos, de sua qualidade superior ou distinguida. Entretanto, coloca-se diante dos circuitos de orgânicos o desafio de gerir instituições que estabelecem os parâmetros de quantidade, regularidade e qualidade exigidos no mercado. As alternativas variam entre a adoção de processos formais, exigidos principalmente pelos supermercados, e de estratégias mais inclusivas, onde a confiança e os contratos verbais são a garantia usual da qualidade. É importante destacar que, em qualquer dos casos, o número de agentes envolvidos e a divisão social do trabalho tendem a progredir quando os volumes de produção aumentam; a presença do agricultor-intermediário, por exemplo, pode ser estratégica para o circuito, tendo em vista que as tarefas de venda e logística absorvem um precioso tempo de trabalho dos produtores e lhes demanda o aprimoramento de habilidades e destrezas específicas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ministério da Agricultura (2016). *Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos*. Brasília/DF, Governo Federal do Brasil.
- CEASA - Central de Abastecimento de Santa Catarina. (2015). *Dados estatísticos de 2015*. Florianópolis: CEASA.
- Guzmán, E. S., Montiel, M. S., Hernández, D. G., Sánchez, I. V. & Collado, Á. C. (2012). *Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía*. Cordoba: Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). *Séries Históricas e Estatísticas*. Karam, K., & Zoldan, P. (2003). *Comercialização e consumo de produtos*

- agroecológicos - Região da Grande Florianópolis*. Relatório final. Florianópolis: Instituto CEPA/SC.
- Rover, O. J., Viegas, M. T., Silva, B., Gelbcke, D., & Morelli, N. (2015). *Comercialização de alimentos orgânicos no varejo da ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)
- Sánchez, H. A. (2001). Ideas y planteamientos teóricos sobre los territorios periurbanos. Las relaciones campo-ciudad en algunos países de Europa y América. México/DF: *Investigaciones Geográficas*, 45, pp. 108-127.
- Sánchez, H. A. (2004). La agricultura en las ciudades y su periferia: un enfoque desde la Geografía. México/DF: *Investigaciones Geográficas*, 53, pp. 98 - 121.

## **Desenvolvimento de estratégias para ampliação da inserção sócio econômica de assentados do município de Pombal-PB através de uma incubadora**

Mônica Tejo Cavalcanti

Universidade Federal de Campina Grande

monicatejoc@yahoo.com.br

Vicente de Paulo Albuquerque Araújo

Universidade Federal de Campina Grande

vicentearaujo@paqtc.org.br

Mônica Correia Gonçalves

Universidade Federal de Campina Grande

mnygoncalves@gmail.com

José Nilton da Silva

Universidade Federal de Campina Grande

nilton.ufcg@gmail.com

Estefânia Fernandes Garcia

Universidade Federal da Paraíba

estefaniafgarcia@yahoo.com.br

### **RESUMO**

Constituída por pequenos e médios produtores, a agricultura familiar representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. O Assentamento São João é um projeto financiado pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário e é composto por 15 famílias, das quais possuem como fonte de renda o Programa Bolsa Família, além da venda dos produtos da agropecuária, tendo como principal produto a polpa de fruta congelada. A sua inserção no mercado ou no processo de desenvolvimento depende de tecnologia e condições político-institucionais. Neste contexto surge a oportunidade dos assentados em ser incubados pela Incubadora de Agronegócios das Cooperativas, Organizações Comunitárias, Associações e Assentamentos Rurais do Semiárido da Paraíba, IACOC. Como resultado do processo de incubação se tem uma reestruturação da agroindústria melhorando seu processo produtivo, com alimentos de melhor qualidade e segurança, assim como a melhoria no controle de sua comercialização, resultando em um aumento real da renda das famílias, o que lhes permite acesso à alimentação de qualidade sem o comprometimento de outras necessidades essenciais como saúde, educação e lazer.

**PALAVRAS-CHAVE:** agricultura familiar, polpa de fruta, economia solidária.

### **1. INTRODUÇÃO**

A agricultura familiar se caracteriza por sua forte capacidade de adaptação às evoluções do ambiente econômico em que se insere, sendo diversificada e apresenta estratégias produtivas variadas (Schneider, 2003).

Enquanto mero produtor de mercadorias e não de produtos diferenciados e com maior valor agregado, o agricultor familiar desenvolve com frequência estratégias que se chocam, aparentemente, com suas características (diversificação, intensidade em trabalho). Desenvolve culturas intensivas em insumos industriais, torna-se um produtor especializado, substitui trabalho familiar por máquinas. Assim, as determinações vindas dos contextos econômicos em que o agricultor familiar está inserido, as diferentes dotações de terra, água e força de trabalho

familiar de que dispõe, os serviços e programas de apoio a que tem acesso dão origem a estratégias diferenciadas da produção familiar, que vão da inserção em cadeias produtivas à produção de alimentos básicos ou ao desenvolvimento de produtos diferenciados voltados a nichos de mercado (Tonneau & Sabourin, 2007).

O pequeno agronegócio, na essência de sua palavra e não relacionado ao capitalismo do grande agronegócio, geralmente é iniciado por famílias de comunidades rurais como uma alternativa de fonte de renda. Porém, estes estabelecimentos comumente não possuem assessoria técnica e têm limitações financeiras. O desafio prioritário dos setores públicos e privados, em relação ao produtor familiar, é resgatar a sua cidadania, criando condições interinstitucionais favoráveis à expansão e desenvolvimento dos produtores, de modo a enfrentar os desafios da exclusão que os vem atingindo.

Surge assim a importância de incubadoras, reconhecidas como uma das responsáveis pela transferência de tecnologia de universidades e centros de pesquisa para a sociedade, que tem por objetivo oferecer suporte a empreendedores, neste caso específico se tratando do agricultor familiar, para que eles possam se desenvolver possibilitando que o empreendimento tenha mais chances de ser bem sucedido.

A IACOC (Incubadora de Agronegócios das Cooperativas, Organizações Comunitárias, Associações e Assentamentos Rurais do Semiárido da Paraíba) é uma incubadora social baseada no desenvolvimento inclusivo de agricultores familiares organizados em forma de associações ou cooperativas rurais com enfoque produtivo voltado a agroindústria de alimentos e tem os indicadores sociais mais relevantes que o valor de capital dos incubados. De modalidade virtual, visa apoiar os empreendimentos à distância, estimulando a agregação de valor na agricultura familiar da região.

Diante do exposto, o objetivo da IACOC é capacitar os assentados da comunidade São João, do município de Pombal-PB, agricultores familiares, visando um melhor entendimento sobre o desenvolvimento de seu empreendimento e melhoria no processo produtivo, além de estimular o crescimento baseado em princípios da economia solidária e valorização dos produtos a partir do desenvolvimento de identidade visual e capacitações para obtenção de requisitos suficientes para atingir o mercado e agregar valor aos produtos desenvolvidos.

## 2. METODOLOGIA

A incubadora de Agronegócios das Cooperativas, Organizações Comunitárias, Associações e Assentamentos Rurais do Semiárido da Paraíba (IACOC) está localizada no Programa de Estudos e Ações para o Semiárido (PEASA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus Campina Grande, Paraíba, Brasil.

O público-alvo é composto por assentados do Programa Nacional de Crédito Fundiário, que ocupam área de 266 hectares na região Oeste do Estado da Paraíba, mesorregião do Sertão paraibano e microrregião de Pombal. Composto por 15 famílias, das quais possuem como fonte de renda o Programa Bolsa Família, além da venda dos produtos da agropecuária principalmente para o mercado institucional (PAA e PNAE), tendo como principal produto a polpa de fruta congelada processada na agroindústria adquirida através de convênio com o Programa de Redução a Pobreza Rural (PRPR), hoje chamada de Agroindústria Fonte de Sabor.

O processo de incubação da Associação Comunitária dos Agropecuaristas do São João se iniciou em fevereiro de 2015, a partir de seleção prévia e classificação no Edital público da IACOC, tendo duração de 2 anos.

Durante o processo de incubação foram desenvolvidas oficinas e capacitações nos eixos de empreendedorismo, produção, mercado e gestão visando introduzir também princípios da economia solidária. Foram implantados programa de Boas Práticas de Fabricação (RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002 - ANVISA), elaboração dos rótulos dos produtos de acordo com a legislação vigente (RDC Nº 359 de 22 de setembro de 2005 e Nº 360 de 23 de dezembro de 2003 da ANVISA), criação de logomarca e identidade visual, auxílio no processo de certificação dos produtos (Selo de Inspeção Federal) e elaboração de site próprio.

Foram realizadas também transferências de tecnologia para o processamento dos produtos, cumprindo com pontos relacionados a segurança alimentar, onde diz que todos devem ter acesso a alimentos de boa qualidade nutricional.

## 3. RESULTADOS

Ainda é significativo o número de famílias residentes do semiárido paraibano que praticam atividades no meio rural e se enquadram no ramo da agricultura familiar para obtenção de renda, porém muitas dessas famílias encontram-se em situação de vulnerabilidade social, quer seja por falta de apoio financeiro, condições climáticas desfavoráveis, falta de informação, dentre outros problemas encontrados. Partindo-se do princípio de que a segurança alimentar é um direito de todos, cada cidadão brasileiro deve ter acesso regular e permanente a alimentos

de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural, além de ser ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Infelizmente a falta de acesso a recursos financeiros e a informação fazem com que esse direito não seja assegurado a todos.

A execução das ações previstas no processo de incubação habilita os assentados a melhorar seu processo produtivo e controlar a comercialização de seus produtos, resultando em um aumento real da renda das famílias o que lhes permite acesso à alimentação de qualidade sem o comprometimento de outras necessidades essenciais como saúde, educação e lazer.

A realização de oficinas e capacitações foi de extrema importância para os assentados para que eles visualizassem suas necessidades de adaptação da agroindústria, como também na gestão, e assim possibilitar o crescimento do empreendimento. Oficinas foram realizadas sobre como elaborar planos de negócio, tendo como produto o plano de negócio da Agroindústria Fonte de Sabor, além de CANVAS, PITCH e planos de vida. Uma oficina de capacitação sobre gestão eficaz para micro e pequenas empresas também foi ministrada tendo como objetivo dotar os empreendedores de informações sobre as principais áreas da administração de uma pequena empresa, servindo como instrumento para superar os obstáculos na área de gestão, além de capacitações sobre mercado e finanças básicas.

A equipe técnica participou *in loco* do processo de obtenção do produto propondo melhorias no processo e ajustando os fluxogramas de produção das polpas de fruta elaboradas. Foi implantado o programa de Boas Práticas de Fabricação com toda documentação necessária e exigida pelos órgãos fiscalizadores e a partir daí a Agroindústria Fonte de Sabor foi contemplada com a certificação dos produtos (Selo de Inspeção Federal), onde 17 sabores de polpa de fruta foram aprovadas e possuem certificação.

A marca foi elaborada, juntamente com a identidade visual e a partir daí os rótulos elaborados de acordo com a legislação vigente para os sabores com maior frequência de processamento na agroindústria e realizado o desenvolvimento de *layout* das embalagens atendendo às exigências técnicas (Figura 1).



**Figura 1:** Rótulos dos produtos elaborados

Visando a divulgação da agroindústria, foi criado o site disponível no link [www.fontedesabor.com.br](http://www.fontedesabor.com.br), onde se pode encontrar notícias e contato para compra dos produtos. Além da divulgação em site próprio, a empresa incubada possui espaço no site da incubadora disponível no link [www.iacoc.org.br](http://www.iacoc.org.br). Dessa forma, a transferência de tecnologia através da extensão universitária é possível e viável com resultados satisfatórios.

#### 4. CONCLUSÕES

A partir desta experiência exitosa da incubadora com assentados de um município do semiárido paraibano, observa-se a necessidade em mostrar que o Brasil possui trabalhadores com potencial para transformar sua realidade, por isso, é imprescindível a existência de políticas públicas que incentivem a capacitação gerencial, o crédito, a tecnologia, a infraestrutura para comercialização e comunicação, entre outros apoios. Com projetos dentro de instituições de ensino superior e com o envolvimento da comunidade concluímos que podemos definir diretrizes visando à inclusão e o desenvolvimento socioeconômico de produtores rurais, por meio de ações ligadas a extensão universitária.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. (2002). RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. D.O.U. - Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 23 de outubro de 2003. Retirado de <http://www.anvisa.gov.br/alimentos/bpf.htm>
- Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (2003). Resolução RDC nº 359, de 23 de dezembro de 2003. D.O.U. - Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 26 de dezembro de 2003. Retirado de <http://www.anvisa.gov.br/alimentos/legis/especifica/rotuali.htm>

- Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (2003). Resolução RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003. D.O.U. - Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 26 de dezembro de 2003. Retirada de <http://www.anvisa.gov.br/alimentos/legis/especifica/rotuali.htm>
- Schneider, S. (2003). Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 18, 99-121.
- Tonneau, J. P.& Sabourin, C. (2007). *Agricultura Familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais*. UFRGS, Porto Alegre.



## El etnocentrismo y su influencia en los hábitos de consumo de alimentos tradicionales

Dena M<sup>a</sup>. Camarena Gómez

Universidad de Sonora

dena.camarena@eca.uson.mx

M<sup>a</sup>. Carolina Ferrales López

Universidad de Sonora

caro.ferrales@gmail.com

Sergio Sandoval Godoy

Centro de Investigación en Alimentación y Desarrollo, A.C. (CIAD)

ssandoval@ciad.mx

### RESUMEN

La globalización de los mercados convierte el acceso a bienes que proceden de otros países en una realidad cotidiana. Esto puede visualizarse como una ventaja de disponibilidad, precio, conocimiento, entre otros. Sin embargo, hay consumidores que lo conciben como una situación de detrimento de lo proveniente de su propia cultura. Esta tendencia que surge entre los individuos se conoce como ‘etnocentrismo del consumidor’. Con el propósito de medir el etnocentrismo en los consumidores del noroeste de México y profundizar en la relación de las actitudes del consumidor como factor de influencia en los hábitos de compra y consumo de alimentos tradicionales, se aplicó la escala elaborada por Shimp y Sharma (1987) conocida como CETSCALE. La investigación se realizó en tres entornos del noroeste del país: Nogales, Guaymas y Hermosillo a un total de 1204 consumidores. Los resultados muestran niveles moderados de etnocentrismo (valor medio de 32.99 y el de la mediana de 33) en las tres poblaciones, aunque se advierten algunas pautas diferenciadas de comportamiento.

**PALABRAS CLAVES:** Etnocentrismo del consumidor, CETSCALE, consumidor sonoreño, alimentos tradicionales.

### 1. INTRODUCCIÓN

El intercambio de productos y servicios ha formado parte de la historia de la humanidad. Si bien, en otros períodos de tiempo eran tareas complejas, lo cierto es que en la actualidad resulta “relativamente sencillo” acceder a productos de diversos contextos culturales. El acceso a bienes que proceden de otros países es una realidad cotidiana, aunque esto puede visualizarse como una ventaja de disponibilidad, precio, conocimiento, entre otros, también hay quienes lo consideran como una situación de detrimento de lo proveniente de su propia cultura. Esta tendencia emocional que manifiestan los individuos de rechazo a adquirir lo que es ‘extranjero’ se conoce en la literatura como ‘etnocentrismo del consumidor’. El término tiene su origen en la sociología, ha sido definido por Sumner (1906) y se basa en la creencia de que el grupo cultural al que pertenece un individuo determinado, es superior a todos los otros grupos étnicos o culturales. Partiendo de esta concepción, los consumidores desarrollan una forma de juzgar

los productos que adquieren de acuerdo a su lugar de procedencia. En esta línea, algunos autores (Javalgi *et al.*, 2005), consideran que todos los individuos independientemente de la región o nación a la que pertenezcan manifiestan actitudes etnocentristas. Sin embargo, no se trata de una característica que pueda ser considerada homogénea, por el contrario, todos manifiestan niveles distintos de etnocentrismo.

Aunque durante muchos años, en diversas ocasiones y bajo distintos enfoques – esencialmente sociológico –, el etnocentrismo se delimitó como una característica general y psico-social del ser humano inherente a su carácter social, también se ha reconocido que su alcance tiene implicaciones en aspectos de comportamiento y consumo, ya que se trata de una característica a nivel individual más allá de su aspecto grupal en uno más específico (Witkowski, 1998). De esta manera, el concepto de etnocentrismo del consumidor puede mejorar el entendimiento de cómo tanto los consumidores como los compradores corporativos comparan y evalúan los productos elaborados domésticamente, y como todo ello puede influir en sus decisiones y juicios, siendo estos sujetos de error y prejuicios (Shimp & Sharma, 1987).

Es así, que el etnocentrismo ha dado lugar a un importante número de investigaciones desde la óptica del marketing, particularmente del comportamiento del consumidor. En Estados Unidos, China, Italia, España, Chile, Colombia, Brasil, Indonesia, Australia, Polonia, entre otros, se han realizado estudios que vinculan las tendencias etnocentristas de los consumidores y su actitud hacia productos como alimentos, automóviles, productos de belleza y bebidas alcohólicas (Fernandez-Ferrin & Bande-Vilela, 2013; Garmatjuk & Parts, 2015; Bernabéu, Prieto & Díaz, 2012; Hu & Checcinato, 2015; Philp & Brown, 2003; Javalgi *et al.*, 2005; Muñoz-Penagos & Velandia-Morales, 2014; Ramadania *et al.*, 2015; Siemieniako & Glinska, 2011; Camarena *et al.*, 2011, *inter alia*). En estos trabajos se han establecido correlaciones entre los aspectos demográficos, los atributos de productos (como la denominación de origen) y el etnocentrismo.

En el caso de México, los trabajos del etnocentrismo del consumidor se consideran exigüos (Jiménez *et al.*, 2012). Al centrarnos en el estado de Sonora ubicado al noroeste de México<sup>5</sup>, se advierte que también existe un vacío en su análisis, en esta línea el estudio de Sandoval y Camarena (2015) es una de las primeras aproximaciones a su conocimiento desde

---

<sup>5</sup> Estado ubicado al noroeste de México en la latitud 32° 29' - 26° 17' N y longitud 108° 25' - 115° 03' O-, se caracteriza por ser el segundo estado en el país con mayor extensión territorial (179,502.89 km<sup>2</sup>), y contar con más de 1, 209 km de litorales, lo que representa el 10.9% del total nacional. Tiene una población de 2, 662,480 habitantes, de los cuales el 86% vive en un entorno urbano y el 14% en uno rural. Es un estado que se integra por 72 municipios, la capital es Hermosillo, y en diez localidades se concentra el 65.1% del total de la población.

la perspectiva de la alimentación. De ahí, que el objetivo de este trabajo identificar el nivel de etnocentrismo en los consumidores del noroeste de México y profundizar en la relación de las actitudes del consumidor como factor de influencia en los hábitos de compra y consumo de alimentos tradicionales. Se trata de un estudio empírico, realizado en tres entornos urbanos del estado de Sonora: Nogales ciudad fronteriza, el puerto de Guaymas y la capital del estado Hermosillo.

## 2. METODOLOGÍA

Para desarrollar la investigación, la información primaria se recolectó a través de la aplicación de encuestas personales, considerando un muestreo aleatorio estratificado por afijación proporcional respecto a la edad, con un error muestral del 2.9%. El número total de encuestas fueron 1204, las cuales fueron aplicadas en las ciudades de Hermosillo (400), Nogales (408) y Guaymas (396), representando tres sectores geo sociales de importancia en el estado: la costa, la frontera y la capital.

En el cuestionario se incluyó la escala de etnocentrismo del consumidor (CETSCALE, *consumer ethnocentric tendencies scale*), a través de la cual es posible conocer el nivel de etnocentrismo que tienen los consumidores. La versión original de esta escala se compone de 17 ítems en escala de Likert, usualmente se evalúa mediante una escala de Likert de 7 puntos, sin embargo en este caso se ha evaluado con cinco puntos. En esta investigación, se han mantenido los 17 ítems correspondientes a la escala estándar, sin embargo estos ítems han sido adaptados, no solamente se ha realizado una traducción, sino que se ha incluido en algunos de ellos la categoría del producto, tal y como se ha realizado en otras investigaciones (Schnettler *et al.*, 2011a, 2011b y Jiménez-Guerrero *et al.*, 2013), en este caso el consumo de los alimentos tradicionales en Sonora.

## 3. RESULTADOS

De acuerdo a los resultados los valores de etnocentrismo generales se consideran relativamente altos, ya que rondan en torno al 32.99 como media y con un valor de 33 en la mediana. En la Tabla 1 se muestra que el 51.4% de los individuos se ubica en el segmento de alto nivel de etnocentrismo y el 48.6% en el de bajo etnocentrismo. No obstante, existen diferencias por localidad, en Nogales la proporción de alto etnocentrismo es menor (44.1%) frente a los de bajo nivel de etnocentrismo (55.9%). Situación contraria ocurre en Hermosillo y Guaymas, donde los consumidores más etnocentristas son más que aquéllos que manifiestan

valores relativamente más bajos de etnocentrismo (50.8 y 49.2% en Hermosillo y 59.6% y 40.4% en Guaymas).

**Tabla 1:** Niveles de etnocentrismo por localidad

Nivel de etnocentrismo	Ciudad		
	Nogales (%)	Hermosillo (%)	Guaymas (%)
<b>Bajo nivel de etnocentrismo</b>	48.6%	49.2	40.4
<b>Alto nivel de etnocentrismo</b>	51.4%	50.8	59.6
<b>Total</b>	100%	33.2	32.9

Entre los diversos alimentos tradicionales sonorenses, previa investigación cualitativa (Sandoval & Camarena, 2012), se encontró que la carne asada, caldos tradicionales, sopes y tacos dorados, así como ceviche y tamales son las comidas que los sonorenses identifican como tradicionales. A partir de ahí, se estableció la relación que existe entre éstas y los niveles de etnocentrismo que manifiestan los consumidores. Se encontró que existen diferencias significativas entre los segmentos cuando se consume de forma frecuente carne asada y caldos tradicionales, de tal manera que en ambos tipos de comidas el segmento de alto etnocentrismo es más propenso a degustarlas ya que existe mayor proporción de consumidores (44.9% en la carne asada y 50.0% en los caldos tradicionales). A su vez cuando se trata de preparar los alimentos en el hogar, los consumidores de más alto nivel de etnocentrismo siempre que pueden elaboran caldos tradicionales y ceviche, mientras que aquéllos que preparan sopes y tacos dorados lo realizan algunas veces. El motivo para preparar ceviche no se vincula con algún motivo en particular, ya que cualquier día u ocasión los consumidores menos etnocentristas lo elaboran, contrario a lo que sucede con la elaboración de tamales que sólo se realizan en celebraciones y/o festejos, particularmente los del segmento relativamente más etnocentrista (25.1%). Al comprar los productos preparados en cualquier día/ocasión, comidas como la carne asada y los sopes y tacos dorados son adquiridos en mayor medida por quienes manifiestan mayor nivel de etnocentrismo (Tabla 2).

**Tabla 2:** Nivel de Etnocentrismo y los hábitos de compra y consumo de comidas tradicionales

Hábitos de comidas tradicionales	Chi-cuadrada (Prob.)*	Nivel de etnocentrismo	
		Bajo etno	Alto etno
Consumo de forma frecuente carne asada	0,070	42,5	44,9
Consumo de forma frecuente caldos tradicionales	0,000	45,9	50,0
Siempre que puedo preparo caldos tradicionales en mi hogar	0,002	45,6	49,2
Algunas veces preparo sopes y tacos dorados en mi hogar	0,003	32,8	38,4
Siempre que puedo preparo ceviche en mi hogar	0,010	37,1	39,6
En cualquier día/ ocasión preparo ceviche en mi hogar	0,017	19,2	18,8
Sólo en celebraciones/festejos preparo tamales en mi hogar	0,066	23,2	25,1
En cualquier día/ocasión compro carne asada	0,076	26,2	26,6
En cualquier día/ocasión compro sopes y tacos dorados	0,039	22,1	22,9

\*Únicamente se incluyen las variables que resultaron significativamente distintas entre segmentos. Indica una asociación significativa  $\leq$  al 10%

#### 4. CONCLUSIONES

Estos resultados dejan entrever que los consumidores de Sonora tienden a manifestar altos niveles de etnocentrismo, si bien en la literatura se han encontrado que la tendencia es hacia niveles más moderados (Philip & Brown, 2003), lo cierto es que estos resultados son coincidentes con los valores obtenidos en algunos países latinoamericanos como Chile (Schnettler *et al.*, 2011a y 2011b). De igual forma, en estudios comparativos se ha visto que en México se tiende hacia niveles más altos de etnocentrismo (Clarke III, 2001 & Witkowski, 1998).

En cuanto a los hábitos de consumo, se encontró que el consumidor más etnocéntrico es también el que consume de manera frecuente o en cualquier ocasión comidas tradicionales, particularmente carne asada y tacos dorados. Esta información tiene congruencia con la obtenida por Ramadania *et al.* (2015) en Indonesia, donde el tipo de producto y su origen fungen como atributos de importancia para el consumidor, mostrando una valoración negativa para los productos extranjeros.

Como se ha visto el nivel de etnocentrismo en la población del noroeste de México se encuentra en niveles relativamente altos por encima de los valores medios de la escala. Sin embargo, existen diferencias entre las poblaciones de distintos entornos debido a su ubicación geográfica, es posible que la población que se encuentra de paso en las zonas fronterizas y el contacto con otras culturas genere influencia en las actitudes de los consumidores. También se deja entrever que las personas que manifiestan valores más altos de etnocentrismo son más propensas a consumir, preparar y comprar alimentos tradicionales. Por otro lado, aunque las personas están dispuestas a consumir las comidas tradicionales, no muestran la misma disposición para elaborarlas, particularmente aquéllas que se consideran más engorrosas o específicas de celebraciones.

Para los empresarios estas características pueden representar oportunidades de comercialización, ya que los platos preparados de comidas tradicionales y la venta de conveniencia para estos productos son exiguos en el noroeste de México, pero el potencial de mercado es patente. Por otro lado, aunque esta investigación es una de las primeras aproximaciones al análisis del etnocentrismo en México, es importante considerar que los resultados pueden variar en distintos entornos. De igual forma, el conocer la relación que existe entre el nivel de etnocentrismo y las características sociodemográficas de la población es una tarea pendiente, su conocimiento permitirá tener un panorama más detallado sobre las características que influyen en las decisiones de consumo de los mexicanos.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bernabéu, R., Prieto, A. & Díaz, M., (2012). Preference patterns for wine consumption in Spain depending on the degree of consumer ethnocentrism. *Food Quality and Preference* 28, 77–84.
- Camarena, D.M., Sanjuán, A.I. y Philippidis, G. (2011). The influence of ethnocentrism and neo-phobia on ethnic food consumption in Spain, *Appetite* 57 (1), 121-130.
- Clarke III, I. (2001). Extreme response style in cross-cultural research. *International Marketing Review* 18, 301-324.
- Fernández-Ferrín, P. & Bande-Vilela, B. (2013). Regional ethnocentrism: Antecedents, consequences, and moderating effects. *Food Quality and Preference* 30 (2), 299-308.
- Garmatjuk K. & Parts, O. (2015). Consumer ethnocentrism in Estonian skin care products market. *Procedia - Social and Behavioral Sciences* 213, 610 – 615.
- Hu, L. & Checchinato F., (2015). The country of brand communication in the retail setting: An analysis of Italian products in China. *Australasian Marketing Journal* 23, 325–332.
- Javalgi, R., Pioche, V., Gross, A. & Scherer, R. (2005). An application of the consumer ethnocentrism model to French consumers, *International Business Review* 14: 325-344.
- Jiménez-Guerrero, J. F., Gázquez-Abad, J. C. & Linares-Agüera, E. (2013). “Using standard CETSCALE and other adapted versions of the scale for measuring consumers’ ethnocentric tendencies: An analysis of dimensionality”. *BRQ Business Research Quarterly* 17, 174-190.
- Jiménez Torres, N.H., San Martín, S. & Susano J.L., (2012) El etnocentrismo y el riesgo percibido del consumidor mexicano. *CIENCIA UAT* 7(1), 34-40.
- Muñoz-Penagos C. A. & Velandia-Morales A. (2014). Etnocentrismo del mercado colombiano y brasilero y su relación con las actitudes e intención de compra hacia productos extranjeros y domésticos. *SUMA PSICOL* 21(2), 99-106.
- Philp, K. & Brown, L. (2003). Does consumer ethnocentrism impact on Australian food buying behavior?, *Journal of New Business Ideas and Trends* 1, 21-43.
- Ramadania, Gunawan, S. & Rustam, M. (2015). Consumer Ethnocentrism and Product Necessity in evaluation of Malaysian products: Indonesian Consumer Perspective. *Procedia - Social and Behavioral Sciences* 211, 533 – 540.
- Sandoval, S. & Camarena, D. (2012). Hábitos alimentarios de la población Sonorense: Tradición vs. Internacionalización, *Estudios Sociales*, Vol. XX (2) número especial, 53-72.
- Shimp, T. A., & Sharma, S. (1987). Consumer ethnocentrism: Construction and validation of the CETSCALE. *Journal of Marketing Research* 24, 280–289.
- Siemieniako, D., Kubacki, K., Glinska, E. & Krot, K. (2011). National and regional ethnocentrism: a case study of beer consumers in Poland. *British Food Journal* 113 (3), 404-418.
- Schnettler, B., Miranda, H., Sepúlveda, J. & Denegri, M. (2011a). Efecto país de origen en la compra de azúcar en supermercados del sur de Chile, *Agroalimentaria* 17 (33), 85-94.
- Schnettler, B., Miranda, H., Sepúlveda, J., Denegri, M. & Sepúlveda, N. (2011b). Importancia del origen en la compra de la carne de pollo en la zona centro-sur de Chile, *Revista científica*, Vol. XXI (4), 317-326.
- Sumner, W. G. (1906). *Folkways: the sociological importance of usages, manners, customs, mores, and morals*, Ed. Ginn& Co. New York.



Witkowski, T. H. (1998). "Consumer Ethnocentrism in Two Emerging Markets: Determinants and Predictive Validity", in Joseph W. Alba & J. Wesley Hutchinson (Eds.), *Advances in Consumer Research*, Volume 25, Provo, UT: Association for Consumer Research, 258-263.

## Food, social capital and relational capital

Roberto Veraldi

University of Gabriele d'Annunzio, Chieti-Pescara

roberto.veraldi@unich.it

Leonardo Seghetti

leonardo.seghetti@tin.it

### ABSTRACT

The food is not only a mechanical intake of food, but very often is accompanied by a kind of conviviality, the pleasure of being together and eat: peer interaction, each is the bearer of values, beliefs and knowledge accumulated in other networks. This same interaction also passes by the consumption of food. Look at the ways in which citizens-consumers, to pursue more consistent behaviors to their principles, organizational models and socially remodel rules and norms, knowledge and material and symbolic practices affecting infrastructure (what is termed the socio-technical system) of food as a motor for development, and look at the barriers that they encounter at that location helps to identify and highlight the critical points of the process of transition to sustainable consumption. Equally useful is hinting at forms of "food citizenship" and how they can make community or new community. Over the past thirty years, forty years the concept of consumption of food (as well as how to study it and to interpret it) change significantly to hire a polysemous character. Consume food not only interested in the Act of purchase of tangible, but also desire, use, waste and recycling of an object that may be material as immaterial (the idea of wealth also passes for food): a variety of forms, sometimes very far apart, but that together define the phenomenon of food in all its complexity. social classes, genders and generations. Then, if the objects that surround us and the consumption of tangible and intangible assets help to define who we are, consuming food becomes a process that determines and resulted in new social capital formation, individual and collective identities, social classes, genders and generations and that, now, is forming a new community.

**KEYWORDS:** food, social capital/relational capital, food citizenship.

### 1. INTRODUCTION

Food is not only a mechanical intake of food, but very often is accompanied by a kind of conviviality, the pleasure of being together and eat. The act of consuming food, is also a form of identity of lifestyle: think of the Mediterranean diet, or the regionality of fine dining that represent one of the expressions of our being social individuals. But it also represents a powerful engine of communication associated with consumption of leisure and tourism; as well as exemplary instrument of cultural transmission of a given territory. That's why, even in the singularity of the act of consuming food, we love to go out to eat at least once a month; then, if you're young, that index changes. Equally we rediscover the pleasure of sharing with friends, closed between the domestic walls. Still, we are rediscovering food as a cultural message, as social capital to be transmitted to future generations to combat a certain form of flattening dictated by modernization from the perspective of food consumption, food security and rituals associated with them: in fact, everything speaks to us of the importance of food as a social ritual.



Within this framework, through the reading of earlier studies and academic lectures, we want to try to explore the link between the need and social rituals as a vehicle for the transmission of relational capital.

## **2. FOOD CITIZENSHIP AND SOCIAL CAPITAL FORMATION FOR A NEW COMMUNITY**

Food should not be understood only in terms of need and physiological satisfaction, but in its more complex vision of identity of each community and its social capital in the life of every individual brought. It is particularly effective as reported by 11° Report of Observatory on Social capital, edited by DEMOS (2006). Within this report comes out a very disturbing; a storyline that intertwines with the construction of social reality and lifestyles, perversions of modernization and rediscovery of the enclosure as the rediscovery of traditions and ways of life that are disappearing. The food becomes a strong expression of identity and way of life especially for those who, in Italy, has carried out a deep attention to phenomena that revolve around the dynamics of rural life. About six out of ten Italians go to eating out at least once a month. The 26% goes there every week (especially young people up to 34 years). A minority, the 15%, does not go there ever. You eat out for pleasure (81%) and going first in pizzeria (73%). But just as often it goes "out" by staying indoors: dinner with friends (74%). Indicating the importance of sociality linked to food. But the food is not only pleasure. Is intertwined with the problem of food insecurity that runs through the entire Italian society. It's a feeling that touches more women and housewives, doing their shopping and cooking. Three out of four Italians are concerned about food safety (73%). They think the problem will worsen in the future (73%) and that GMOs are not safe foods (74%). Fear leads to be demanding consumers. Mindful of the informative label (83%), to the country of origin of products (71%). An Italian on four organic food usually consumed; modern substitutes of genuine, homemade or grown for home consumption. Now we live under siege from "food". A sort of redemption, nemesis, for a country that has roots. He knew hunger and, anyway, he practiced sobriety as virtue necessary. Up to fifty years ago. So much so that the older generation, but not only, we retain memory. Today, however, we live in an age of satiety. Realize it, in particular, in autumn, the season of taste. Truffles. The guide to eating and drinking well. " Celebrated by the "Salone del gusto" in Turin. Make your event a success. Which consecrates "the age of man eating". Characterised by Ubiquity and polysemy of the food. By the plurality of meanings that are attributed to him". In fact the results of the Observatory on social capital provide a testimony, and here I propose an excerpt:1. The food is an opportunity for socializing. Since 60% of

Italians went to eating out once a week (but nearly 30% at least once a week). Eight out of ten "for pleasure", rather than for work or other commitments. The young and the young more than the others. Impossible, now, to think to meet, "Apart" from it. PM: opposite pizza (75%), or at the restaurant (70%), in a restaurant (35%). The same rite of "visiting friends" has become implausible, no dinner. And the appointment at the end of the work, at the end of the day, to exchange a Word, an idea, with the usual suspects (or unknown, doesn't matter): in front of the aperitif and appetizers, that ultimately make you go hungry. 2. Food as a leisure activity and as an incentive to tourism. An Italian on four, in the last year, he attended tastings, one in ten has traveled by following itineraries. However, it is large the proportion of people who are travelling, bringing with him, in addition to the tour guide, restaurants, taverns, to local cuisine. On the contrary: there is no tour guide who does not provide for a section of advice on where to dine, buy products in the food tradition. 3. Food as entertainment and communication. Saw that one out of every two claims to have followed tv programmes dedicated to the kitchen or to the wine. Every day, every hour, in every channel. Everywhere, people taste, Cook, trying new recipes, have plates or refined products, translated faithfully by tradition or reinvented. Taverns, restaurants, bars: they provided inspiration to reality shows. The chefs and gourmets. Everybody [...] talking about with politicians, actors and intellectuals in politics, entertainment and culture. While politicians, actors and intellectuals argue, competently, restaurants and wines. 4. Food as culture. Celebrated by recognized specialists as "intellectuals" tout court. Beyond the fences. As Carlo Petrini, founder of slow food ", the" slow food ", make a socio-cultural movement of valorization of local cuisines, as well as several initiatives (and restaurants) of success. Or Davide Paolini, author of the re-discovery of "gastronomic deposits" spread on our territory. But the quality of food becomes item I constituted of quality of life and the environment. At the core of events as "the States General of quality" which are annually invited to Ravello, by Legambiente [...]. 5. food as a factor of uncertainty and fear. Perverse effect of technology and globalisation. That can generate "monsters". Fanta-scientific names diseases: mad cow disease, bird flu. Or devise products and production systems, the definition of which, whose acronym itself, are sufficient to arouse disquiet. Such as GMOs: genetically modified organisms. And, therefore, different, unusual, compared to "natural model". So, about three out of four Italians, according to the Observatory Demos-Coop, say they are concerned about the safety of food and think that in the near future things, in this respect, worse. The same altitude (and, to a large extent, the same people) who do not trust of GMOs. This also creates the myth of "supernatural", as he calls Giampaolo Fabris (the studios who, more than others, has analyzed changes of food consumption). The exaltation of "organic", whose products are

prominently displayed in every shop, mini and hypermarkets. In addition to the shops "dedicated". The Observatory on social capital highlights how a quarter of Italians consume organic foods (or assumed) at least once a week. 6. food as a social commitment. View the spread of behaviors and consumption patterns that "use" the power to witness values of altruism and solidarity. It is, in fact, growing the proportion of people who practice "ethical", "critical" consumption spending, fueling, regularly, part of the "fair trade", boycotting specific brands and products. In part, these guidelines reflect the decline of traditional political participation, which took place in venues far from organized, formal existence and experience of individuals. On which Groove commitment and participation models have become "personal", involving everyday life. Translate into habit, attitudes, tastes. Lifestyles. It is no coincidence that these behaviours relate to specific political references and valuable. To the Catholic World, if solidarity and philanthropic practices. While left people conceive the food as *participation* and at the same time as *pleasure*.

The food, then, as food and social element. As entertainment and culture. Pleasure and concern. Passion and participation. Notify me of a society that is "freed" from need. And discovered the "taste" of life. The value of the land and tradition (DEMOS, 2006). The food, therefore, so present and characterizing every aspect of our daily lives, has a dual purpose: generate satiety and increasing consumption from local to global. And so then the food, that unites and divides, it boosts the local and want to characterize the social system. The food, then, is a physical social significance brought in accurate: the power supply is a part of the fundamental practices of the self, aimed at personal care, through the nourishment of the body with foods considered culturally appropriate that, besides building a source of pleasure, Act symbolically as raw materials to reveal the identity of an individual to himself and to others. This also shows that the practice of food as a relationship was always sort of a cultural attitude that encompasses many fundamental aspects of the way people live: as David Sutton [2001] says, a sort of "practice embodied" because the food has the power to awaken memories sedimented due to its global reach. George Simmel [2006], I also remember the power dynamics, cultural traits, the typical, which put together give a path of identity in which recognize: the power of food, such as social practice, is not in the individual enjoyment but in finding a way to be together. The whole becomes, therefore, allegorical scenario, which strengthens and regulates and enriches what realistic until it becomes a creation of sense: ultimately, the experience of Norbert Elias [1988] to that of Stephen Mennell [1992], changes in the way of eating, preparing food and related social practices that revolve around it, is nothing

more than the total change of social structures resulting from rural to industrial company transaction.

### 3. CONCLUSIONS

The consequence of this revolution was the rediscovery of new consumption and rediscover the outdoors; further evidence is that this outlet needs a big market where to give the possibility to broaden the base of the offer: the birth of market-town, places where to find everything you need and always, is the natural consequence. But all this is producing in response to the loss of identity and social capital, a conquest from the bottom of the territory and people; a recapture of a cultural system where local and territory are not only a geographic space, but a living subject results of high complexity, the result of processes of change of territory organized on cultural foundations and organized environment on biological and hydrological bases [Federici, 2013]: a revival of local forms of sovereignty through the use of the Commons where even the flavor is a common good. The territory, ultimately, with its concentration of socio-economic actors can become place of security by the crisis (and financial) by exploiting the potentials and particularities of identity and social capital of local heritage: local knowledge and social capital, peculiarities and self-determination of lifestyles, valorisation of heritages, traditions, of relational goods such as necessary conditions for the development of the local society fit for globalisation from below. One example is the slow food movement: then, reinventing the meal [Federici, 2013] is perhaps one of the ways to reinvent the cartography of the human community, to exit from sleep and the spell of the ghost of consumption that controls people when they are awake. [...]. Besides the "consumption that consumes everything in its path," maybe it's time to rediscover the person who meditates on metaphor, a real taste of a life that is "alarm clock", an existence that you do meditator, you subtract to hurry and get one now rests to sample the uniqueness of life as it unfolds. These new interactions showed themselves capable of giving rise to significant changes in eating practices, producing a form of new social capital by the citizenship food as a basis for a new community.

## BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

Elias N. *Il processo di civilizzazione*. Il Mulino, Bologna, 1998.

Federici R. (2013). “La sociologia del pranzo. Reinventare il cibo fra sviluppo locale e riproduzione culturale”, in Cipolla C. & Di Francesco G. (Eds.), *La ragion gastronomica*. FrancoAngeli, Milano, pp. 250-251.

Mennell S, (Eds.). *The sociology of food: eating, diet and culture*. Sage Publications, London, 1992.

Report of Observatory on Social capital, edited by DEMOS, 2006.

Simmel G. (2006). “Sociologia del pasto”, in Mele V. (Eds.), *Estetica e sociologia*, Armando, Roma.

Sutton D. (2001) (Eds.). *Remembrance of Repast: An Anthropology of Food and memory*. Berg, Oxford.

## La “alimentación” en de-construcción: experiencia del Programa Ecocomedores Escolares (Canarias)

Yurena González González

Universidad de La Laguna

yugonzal@ull.es

Adrián García Perdigón

Universidad de La Laguna

adriangarciaperdigon@gmail.com

### RESUMEN

Desde el curso escolar 2013-2014 se está desarrollando en las Islas Canarias el Programa Ecocomedores Escolares, donde a través de la alimentación ecológica se aborda el medioambiente, el desarrollo local, la salud y la educación. Desde este Programa se abordan conceptos como el de producción ecológica; alimentación saludable; producto local y de temporada; calidad de los alimentos; canales cortos de comercialización; soberanía alimentaria; sostenibilidad; economía social; biodiversidad; desarrollo local; diversidad cultural; confianza; educación; participación y justicia. Desde un punto de vista analítico y una mirada sociológica, la praxis de este Programa cuestiona el sistema alimentario moderno. Esta experiencia permite de-construir y reconstruir el concepto “alimentación”, en un momento en el que crece la preocupación por la seguridad alimentaria y el interés por una alimentación saludable. Sin embargo, este proceso, como expondremos, no está exento de dificultades en su puesta en práctica.

**PALABRAS CLAVE:** Alimentación ecológica, desarrollo local, educación y medioambiente.

### 1. INTRODUCCIÓN

El Programa Ecocomedores Escolares<sup>6</sup> surge en el marco de un proceso de planificación participativa guiado por la necesidad de desarrollo e incremento de la producción ecológica en el Archipiélago canario y la promoción de hábitos de consumo saludables y responsables. En este proceso, que se inicia en 2010, se implicaron productoras y productores ecológicos, consumidores y consumidoras y la Administración Pública. Una de las herramientas clave generada fue el “I Plan de actuación para el desarrollo de la producción ecológica en Canarias”. Uno de los ejes estratégicos de este Plan es “Informar y facilitar el acceso a los consumidores y consumidoras”, donde se enmarca el Programa Ecocomedores Escolares. En la medida que desarrolla este eje se puede leer: “Medida 5. Realizar una campaña de fomento e información sobre producción ecológica: Siendo un objetivo el aumento del consumo interno y, por ende, la demanda de productos ecológicos, la implementación de una campaña de fomento e información se torna en un elemento clave. Una campaña que aborde dos cuestiones, por un lado, el fomento del consumo en base a la difusión de los beneficios ambientales y para la salud;

---

<sup>6</sup> Este Programa se promueve desde el Instituto Canario de Calidad Agroalimentaria (Consejería de Agricultura, Ganadería, Pesca y Aguas del Gobierno de Canarias), en colaboración con la Dirección General de Ordenación, Innovación y Promoción Educativa (Consejería de Educación y Universidades del Gobierno de Canarias).

y, por otro, que cubra la ausencia de información sobre los productos ecológicos, el sistema productivo, cómo se construyen los precios y el proceso de certificación” (González, 2013, p. 9).

Y entre las acciones operativas que la desarrollan se recoge: “Acción 5.1. Incluir contenidos referidos a valores relacionados con la salud, el medioambiente, la sostenibilidad y el proceso productivo (...). Acción 5.6. Apoyar el desarrollo del consumo a través de la restauración colectiva social, institucional y privada vinculada al sector turístico. Se apoyarán las líneas de acción dirigidas a promover el consumo de alimentos ecológicos en el ámbito social e institucional, es decir, en la restauración colectiva (centros oficiales de enseñanza, centros de infantil, residencias y centros hospitalarios, centros penitenciarios, en los servicios de restauración de los edificios públicos y en los actos públicos organizados por la Administración)” (González, 2013, p. 19-21).

Partiendo de este marco y metodología de actuación, el Programa Ecocomedores Escolares se plantea abordar dos objetivos generales: 1. Mejorar la calidad de la alimentación en los comedores escolares a través de la introducción de productos ecológicos frescos, locales y de temporada. 2. Favorecer y potenciar el desarrollo de la producción agraria ecológica en Canarias. Algunos de sus objetivos específicos son: a. Informar y sensibilizar a la comunidad educativa sobre los alimentos ecológicos. b. Incorporar criterios de responsabilidad social en el consumo y producción agraria. c. Profundizar en el conocimiento de los factores que intervienen en la vinculación entre alimentación escolar y producción ecológica. d. Valorizar los productos ecológicos, de temporada y locales e incorporarlos en la planificación del menú escolar.

Los comedores escolares se formulan como un servicio educativo complementario a la enseñanza, siendo uno de sus objetivos la “educación para la salud, higiene y alimentación: encaminados a desarrollar y reforzar la adquisición de hábitos alimentarios saludables, normas de comportamiento y correcto uso y conservación de los útiles del comedor” (Ballesteros & Villar, 2010).

Teniendo en cuenta estas premisas, el Programa Ecocomedores Escolares aborda las siguientes dimensiones a través de la alimentación: salud, educación, desarrollo local y medioambiente.

El consumo de alimentos ecológicos, locales y de temporada incide sobre el modelo de producción, distribución y consumo (cadena agroalimentaria). Desde un punto de vista analítico, esta acción no se reduce a la sustitución de un producto de producción convencional por otro ecológico, sino que hay otras implicaciones sociales, ambientales, económicas,

políticas y culturales. De forma que la alimentación debiera ser entendida como un hecho social, económico, cultural y político. Un hecho social que forma parte de la cotidianeidad, ya que no se puede obviar que en los países industrializados se realizan entre tres y cinco comidas diarias, por lo que la relación (por lo general, inconsciente y con escasa puesta en valor) que se tiene con los alimentos es mucho más intensa que la que se desarrolla con otros productos de consumo.

Por lo tanto, se podría afirmar que la praxis de este Programa cuestiona, en cierta medida, el sistema alimentario moderno surgido con el inicio de la revolución industrial y consolidado en la era moderna con las políticas liberales, neoliberales (de apertura y libre mercado) y de globalización. Un sistema donde la cadena agroalimentaria se ha alargado cada vez más, dando lugar a la separación entre producción y consumo, la aparición de grandes empresas agroindustriales y la pérdida de autonomía y valor del trabajo agrario, entre otras consecuencias relacionadas con la salud, la biodiversidad, la cultura, la contaminación, el paisaje, etc.

Esta experiencia permite de-construir y reconstruir el concepto “alimentación”. Tal y como afirma Nunes dos Santos (2007), “a lo largo de la historia, el papel de la alimentación en la vida del hombre fue cambiando y adquirió un nuevo significado. Al principio el hombre buscaba alimentos sólo para satisfacer sus necesidades biológicas, luego esa búsqueda de alimentos se relacionó con elementos como el lujo, la religión, los festejos, las ofrendas, el status social, para finalizar en el placer” (p. 5). El contexto actual de las sociedades occidentales nos ha llevado a la desritualización de la comida y al vacío de la comunicación e intercambio humano, transformando la comida en una simple operación de reabastecimiento (Nunes dos Santos, 2007). Las comidas elaboradas, tradicionales, han dado paso a las comidas simples, a la preferencia de productos de fácil preparación y al consumo fuera del hogar. Sin embargo, también se asiste a un momento en el que la preocupación por la seguridad alimentaria<sup>7</sup> y el interés por una alimentación saludable y sostenible está incrementando (por lo general, un interés que aparece ligado a la clase social y al capital cultural) (García & González, 2013).

Este Programa, que se inicia en el curso escolar 2013-2014, comienza a desarrollarse en centros escolares públicos de educación infantil y primaria. En el curso 2015-2016 participan

---

<sup>7</sup> Cuando utilizamos el concepto de seguridad alimentaria, no lo hacemos en la línea de la formulación acordada en la Cumbre Mundial sobre la Alimentación de 1996 en Roma (‘food security’ más ligado a la desnutrición), sino más centrada en la visión de los países industrializados (‘food safety’). En éstos “la seguridad alimentaria suele ir ligada al concepto ‘food safety’, es decir, ligado a la calidad de los alimentos y vinculado a la gestión del riesgo (...). Es por tanto un concepto con un fuerte componente técnico, surgido de los países industrializados, que busca y ofrece herramientas para gestionar las diferentes crisis alimentarias en el ámbito de la salud pública” (Rivera & Soler, 2010, p. 2).



40 centros escolares, 120 agricultoras y agricultores ecológicos y se benefician 9.000 comensales. Al abordar el objetivo de “mejora de la calidad de la alimentación”, ésta no se reduce a una provisión de alimentos suficiente cuyo único objetivo es cubrir las necesidades biológicas del cuerpo. Se utiliza una concepción de la alimentación de calidad, entendida como fuente de placer, salud y bienestar, directamente vinculada a las cuatro dimensiones comentadas.

El objetivo de esta comunicación no es solo presentar la experiencia de este Programa, identificando las diferentes variables que se abordan a partir de la alimentación, sino realizar una aproximación a algunas de las dificultades con las que se encuentra la implementación de un Programa de estas características, cuyo eje motor es la alimentación.

## 2. FUENTES Y MÉTODOS

Para la identificación y análisis de las dificultades con las que se encuentra una propuesta de las características descritas, se han realizado dos evaluaciones (noviembre de 2014; y entre febrero y junio de 2016) basadas fundamentalmente en metodologías cualitativas y participativas.

En la evaluación realizada en 2014, las técnicas utilizadas fueron: entrevistas semiestructuradas, la observación y talleres de creatividad (centrados en la implementación de un flujograma, realización del árbol de problemas y elaboración de una matriz de propuestas priorizadas). Esta evaluación se realizó con la participación de los equipos directivos de los centros escolares, cocineros y cocineras de los comedores escolares, productoras y productores ecológicos y las figuras técnicas vinculadas al Programa.

Entre febrero y junio de 2016 la evaluación del Programa se realizó tanto en centros escolares en los que el Programa funcionaba sin ningún problema manifiesto, como en aquellos en los que habían surgido problemas e incluso se habían dado de baja del mismo. Para la realización de esta evaluación se llevaron a cabo diversas técnicas, grupales e individuales. En el caso de los centros escolares donde habían surgido problemas y éstos eran manifiestos, se hicieron entrevistas semiestructuradas a técnicos/as de la Administración, productores/as ecológicas, equipos directivos de centros escolares, encargados/as de comedor, cocineros/as y políticos/as vinculados con el Programa. En el desarrollo de las entrevistas se realizaron mapas de actores con la finalidad de identificar a aquellas personas/grupos/colectivos/instituciones visibles en el Programa para los distintos perfiles de participantes y el tipo de relaciones establecidas entre ellos (débiles, estables y conflictivas). Asimismo, se identificaron a aquellos actores que se valoraba deberían tener mayor presencia en el Programa (actores ausentes). Las

otras variables a abordar en las entrevistas fueron las relacionadas con las dificultades y problemas que las diferentes participantes habían percibido en el desarrollo del Programa. En el caso de los centros escolares, en los que el Programa se estaba desarrollando “normalmente”, para la recopilación de información se desarrollaron talleres grupales por islas (y en las islas mayores, a su vez, por zonas) en los que se identificaron potencialidades y dificultades, así como propuestas de mejora.

### 3. RESULTADOS

Tras tres cursos escolares de desarrollo práctico del Programa Ecocomedores Escolares, se comienzan a identificar una serie de obstáculos que dificultan su implementación.

Las dificultades identificadas que se exponen en esta comunicación son aquellas relacionadas con la dimensión macro del Programa, ya que también aparecen cuestiones y factores relacionados con la dimensión micro (gestión, coordinación, financiación...). Los resultados principales están organizados según los dos momentos de evaluación.

A continuación se presentan los nudos críticos o problemas del Programa identificados en la primera evaluación (cuando se hace referencia a un nudo crítico, éste se caracteriza por ser un factor o problema que es a su vez causa y consecuencia de otros): 1. Necesidad de trabajar el asociacionismo y la adquisición de autonomía por parte de los grupos de productoras y productores ecológicos vinculados al Programa. 2. Poca implicación de las familias (concienciación y conocimiento relacionado con la alimentación y, en concreto, con la ecológica). 3. Falta de compromiso por parte de los diferentes actores y actoras implicadas. 4. Falta de sensibilización por parte de los diferentes actores y actoras implicadas con los objetivos del Programa. 5. Falta de concienciación y formación por parte del equipo de cocina.

En la segunda evaluación se identificaron dos nudos críticos claros. Por un lado, la falta de compromiso, a la que se añade el tipo de relaciones articuladas entre los actores y actores, caracterizadas por la desconfianza. Se trata de un problema estrechamente vinculado con la implicación en el Programa (relacionada con la falta de información y sensibilización sobre la alimentación ecológica), con la perduración de las redes de comercialización previas (convencionales) y con la falta de profesionalización del sector ecológico. El otro nudo crítico tiene que ver con la demanda de productos ecológicos por parte de los comedores escolares, que es poca aun habiendo disponibilidad de producto. De hecho, se mantiene la pauta de demandar unos productos determinados sin tener en cuenta la estacionalidad ni las características del producto local. Este problema aparece ligado directamente a la falta de implicación de las personas vinculadas al Programa, la falta de información y sensibilización,

a la perdurabilidad de los canales de comercialización convencionales y a los precios del producto (en algunos casos).

Es necesario matizar que el Programa, como se comenta en la introducción, se desarrolla en un territorio archipelágico en el que cada isla tiene su idiosincrasia y características geográficas y climáticas. Con lo cual, los nudos críticos y problemas, aun siendo comunes en todas las islas, toman mayor o menor relevancia según el contexto insular.

#### 4. CONCLUSIONES

El Programa Ecocomedores Escolares plantea una forma de entender la alimentación que se aleja del modelo moderno predominante. Por ello, supone una experiencia práctica de de-construcción de ésta. Sin embargo, la práctica demuestra que hay factores estructurales que hacen necesaria una reconstrucción de la alimentación (como concepto y como práctica) teniendo en cuenta todo el entramado de relaciones sociales, ambientales, económicas, políticas y culturales que la enmarcan. En este sentido, la educación que se puede traducir en información, sensibilización o concienciación es una variable clave.

Esta experiencia es también un reflejo de que cualquier proceso de de-construcción no está exento de dificultades.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ballesteros J. M. A. & Villar, C. V. (Org.) (2010). *Documento de consenso sobre la alimentación en los centros educativos*. España: Ministerio de Educación y Ministerio de Sanidad, Política Social e Igualdad.
- F.A.O. (1996). *Food and International Trade*. Rome, Italy: Food and Agricultural Organization of the United Nations.
- García, A. & González, Y. (2013). *Diagnóstico Programa Ecocomedores Escolares de Canarias*. Instituto Canario de Calidad Agroalimentaria, Canarias.
- González, Y. (2010). *Plan de actuación para el desarrollo de la producción ecológica en Canarias*. Instituto Canario de Calidad Agroalimentaria, Canarias.
- Nunes dos Santos, C. (2007). Somos lo que comemos. Identidad cultural, hábitos alimenticios y turismo. *Revista Estudios y Perspectivas en Turismo* 16 (2), 234-242.
- Rivera, M. & Soler, M. (2010). El enfoque de la soberanía alimentaria: Más allá de la seguridad alimentaria. En T. Hernández (Presidencia), X Congreso Español de Sociología. España: *Treinta años de sociedad, treinta años de sociología*. Congreso dirigido por la Asociación Navarra de Sociología, Pamplona.

## **Medición de acceso de los alimentos en comunidades indígenas de la Sierra Tarahumara - México, usando los meses de aprovisionamiento adecuado de alimentos en el hogar (MAHFP)**

Otilia Vanessa Cordero Ahiman

CEIGRAM - Universidad Politécnica de Madrid  
cordero.ahiman@gmail.com

Eduardo Santellano Estrada

Universidad Autónoma de Chihuahua  
esantellano@uach.mx

Alberto Garrido

CEIGRAM - Universidad Politécnica de Madrid  
alberto.garrido@upm.es

### **RESUMEN**

El acceso a los alimentos sigue siendo una preocupación sobre todo en los hogares rurales de los países de bajos y medianos ingresos. El propósito de este estudio fue medir acceso a los alimentos a través de los meses de aprovisionamiento adecuado de alimentos en el hogar (MAHFP, siglas en inglés), en los hogares de las comunidades de la Sierra Tarahumara, situada en el estado de Chihuahua, México. La muestra representativa se compone de 123 hogares en 38 comunidades. La encuesta fue realizada en persona entre febrero y marzo de 2015. Dado que todos los encuestados son rarámuris respondiendo en su dialecto, los autores fueron asistidos por traductores. El MAHFP, mide el número de meses del año anterior, en que un hogar no era capaz de dotarse de suficientes alimentos. Se preguntó a los encuestados durante qué meses el hogar no tenía acceso a los alimentos suficientes para satisfacer sus necesidades entre los doce meses anteriores. La puntuación del MAHFP se calculó restando 12 a partir del número de meses indicados por el demandado. La puntuación final indica así el número de meses durante los cuales el hogar había dispuesto una alimentación adecuada. En base a esto, hemos considerado una categorización lógica de acceso de bajo, moderado y alto de alimentos  $\leq 9$ , 10-11, y 12, respectivamente. También se identificaron estrategias de afrontamiento alimentaria que usaron los hogares para poder subsistir. Nuestros resultados muestran que el acceso de alimentos, medido por MAHFP fue relativamente bajo. La proporción de hogares que informan dificultades en la obtención de alimentos durante 3 meses o más en los 12 meses anteriores (baja puntuación de acceso a los alimentos  $\leq 9$ ) fue 54,47%, y sólo el 5,69% de los encuestados indicó que no tenían dificultad en la obtención de alimentos para su hogar en el pasado año (acceso de alta puntuación de alimentos 12). MAHFP en promedio fue de 7,83. El 56.1% de los hogares usaron principalmente la estrategia de afrontamiento alimentaria de reducir el número de comidas. Por lo tanto, se concluyó que los encuestados experimentaron algunas dificultades en la obtención de alimentos para su hogar en los últimos 12 meses durante el 2014.

**PALABRAS CLAVE:** acceso a los alimentos, MAHFP, Sierra Tarahumara, hogares, Estrategias de afrontamiento alimentaria.

### **1. INTRODUCCIÓN**

El acceso a los alimentos sigue siendo una preocupación sobre todo en los hogares rurales de los países de bajos y medianos ingresos. Se han desarrollado instrumentos metodológicos que permiten identificar el número de meses, en que un hogar no era capaz de dotarse de suficientes alimentos, como lo es el indicador meses de aprovisionamiento adecuado de alimentos en el hogar (MIHFP) – (Months of Adequate Household Food Provisioning)

realizado por el Proyecto FANTA (Food and Nutrition Technical Assistance)(Swindale & Bilinsky, 2010). Esta metodología cualitativa permite a lo largo del tiempo, capturar cambios de la capacidad del hogar para abordar la vulnerabilidad de tal forma que se garantice el aprovisionamiento por encima de un nivel mínimo durante todo el año, y además permite identificar las deficiencias o excesos alimentarios de la población y funciona como línea de base para realizar intervenciones que mejoren el consumo de alimentos de los hogares (De Cock *et al.*, 2013; Frayne & McCordic, 2015; Leah *et al.*, 2012). Además, los hogares al ser vulnerables a choques como pobreza e inseguridad alimentaria, pueden desarrollar distintas maniobras o mecanismos de defensa temporales o permanentes para poder subsistir ante la carencia de alimentos y recursos económicos, estos mecanismos son considerados como estrategias de afrontamiento alimentaria que pueden ir desde cambios en la alimentación hasta la migración permanente (Frankenberger *et al.*, 2012; Maxwell *et al.*, 1999). El propósito de este estudio fue medir acceso a los alimentos a través de los meses de aprovisionamiento adecuado de alimentos en el hogar (MAHFP, siglas en inglés), en los hogares de las comunidades de la Sierra Tarahumara, situada en el estado de Chihuahua, México.

## 2. METODOLOGÍA

*Localización:* Esta investigación se realizó en la Sierra Tarahumara que es una cadena montañosa situada en la Sierra Madre del estado mexicano de Chihuahua (Salmón, 2000). Se considera una región de bosques y tiene 4,5 millones de hectáreas de bosques de pino y roble; la superficie es de 15% de la cubierta forestal en México. Un 84% de los bosques son gestionados por ejidos y comunidades, son propiedad comunal corporaciones de uso colectivo y la gestión de los recursos naturales como resultado de la reforma agraria después de la Revolución Mexicana de 1910 (Pérez-Cirera & Lovett, 2006) . Es también un área de la diversidad cultural, ya que hay cuatro grupos étnicos indígenas rarámuris o tarahumaras, Pima, Guarojío y Tepehuanes. La mayor parte es Rarámuri, es uno de los mayores grupos de los pueblos indígenas en México (Larochelle & Berkes, 2003). A pesar de su importancia, no existen estudios que determinen los meses de aprovisionamiento adecuado de alimentos en el hogar (MIHFP) de las comunidades ubicadas en la Sierra Tarahumara.

*Recopilación de datos:* La selección de las comunidades fue hecha de una lista de comunidades proporcionados por el Instituto Nacional de Estadística y Geografía de México (INEGI, 2010). La muestra representativa fue 123 hogares de 38 comunidades, con una tasa de confianza de 95 por ciento y una tasa de precisión de 7 por ciento. Cada encuesta fue realizada

en persona. Los autores fueron asistidos por traductores de la zona. La encuesta se llevó a cabo en febrero y marzo de 2015.

*Cuestionario:* se basó en el propuesto por FANTA Project (Swindale & Bilinsky, 2010), donde a los encuestados se les pide identificar los meses (durante los últimos 12 meses) en los que no tuvieron acceso a suficientes alimentos para satisfacer sus necesidades alimentarias. El objetivo de estas preguntas es identificar los meses en los que el acceso a los alimentos es limitado. Además, se preguntó sobre las estrategias de afrontamiento alimentaria que los hogares utilizan para poder subsistir.

*Análisis:* Para calcular el indicador MAHFP se realiza una suma para cada hogar de la muestra. Doce meses menos el número total de meses de entre los 12 meses previos que el hogar no pudo satisfacer sus necesidades alimentarias. Los valores aplicables a los meses comprendidos entre la letra A y L serán “0” ó “1.”

$$\text{MAHFP} = (12 - \sum A + B + C + D + E + F + G + H + I + J + K + L)$$

En segundo lugar, se calcula una media para todos los hogares que participaron en la muestra.

$$\text{MAHFP promedio} = \frac{\text{MAHFP}}{\text{N}^\circ \text{ Hogares}}$$

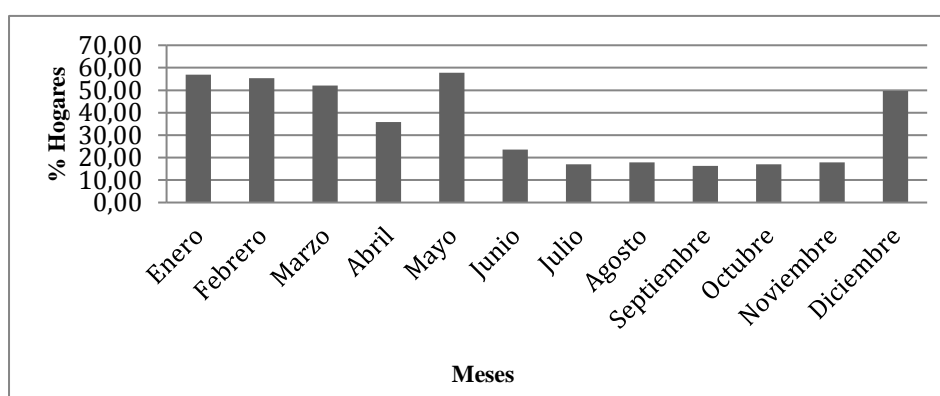
En tercer lugar, hemos considerado una categorización lógica de acceso de bajo, moderado y alto de alimentos para ser  $\leq 9$ , 10-11, y 12, respectivamente (12: una puntuación más alta representa un hogar que tiene acceso a los alimentos más consistentes durante todo el año, y  $\leq 9$ : acceso a bajo alimentos, lo que implica al menos una cuarta parte del año con problemas de acceso a los alimentos) (Leah *et al.*, 2012; Swindale & Bilinsky, 2010).

Para el análisis de las estrategias de afrontamiento alimentaria se usaron frecuencias relativas.

### 3. RESULTADOS Y DISCUSIÓN

El MAHFP demuestra la capacidad de acceso de alimentos de los hogares mediante información sobre los meses en que los hogares cuentan con alimentos durante el año. En la Figura 1 se pueden observar los meses de aprovisionamiento, encontrándose que en todos los meses del año los hogares no cuentan con alimentos suficientes. Durante los meses de enero (56.91%), febrero (55.28%), marzo (52.03%), mayo (57.72%) y diciembre (49.59%), más del 50% de los hogares reportaron que no cuentan con un aprovisionamiento adecuado de alimentos.

El mes que más aprovisionamiento de alimentos tiene es el mes de septiembre, solo el 16.26% de los hogares indican que no tienen aprovisionamiento de alimentos. En el trabajo de De Cock *et al.*, 2013 aquellos hogares que experimentaron hambre, el período osciló entre 1 y 4 meses, con el mayor número de hogares que sufren hambre de uno o dos meses (13.2% y 10.2%, respetivamente). Enero fue el mes en el que el mayor número de hogares (25,9%) experimentaron hambre, seguido de junio (17,2%), febrero (16,2%), julio (15,5%) y diciembre (15,2%).



**Figura 1:** Meses de aprovisionamiento de alimentos

Fuente. Elaboración propia con información obtenida de encuestas.

En la Tabla 1 se puede observar que el nivel de acceso a los alimentos es bajo en 54.47% de los hogares mientras que el 39.84% tiene un acceso moderado y sólo el 5,69% de los hogares encuestados reportó que no tenían dificultad en la obtención de alimentos para su hogar en el año pasado (acceso de alta puntuación de alimentos 12). Sin embargo estos resultado no coinciden con los reportados por Leah *et al.*, 2012 quienes indican que el 41% de los hogares encuestados no experimentan ninguna dificultad en la obtención de alimentos para su hogar en los últimos 12 meses (puntuación de MAHFP 12). La proporción de hogares que informan dificultades para obtener alimentos para sus hogares durante 3 meses o más en los últimos 12 meses fue del 18,6%.

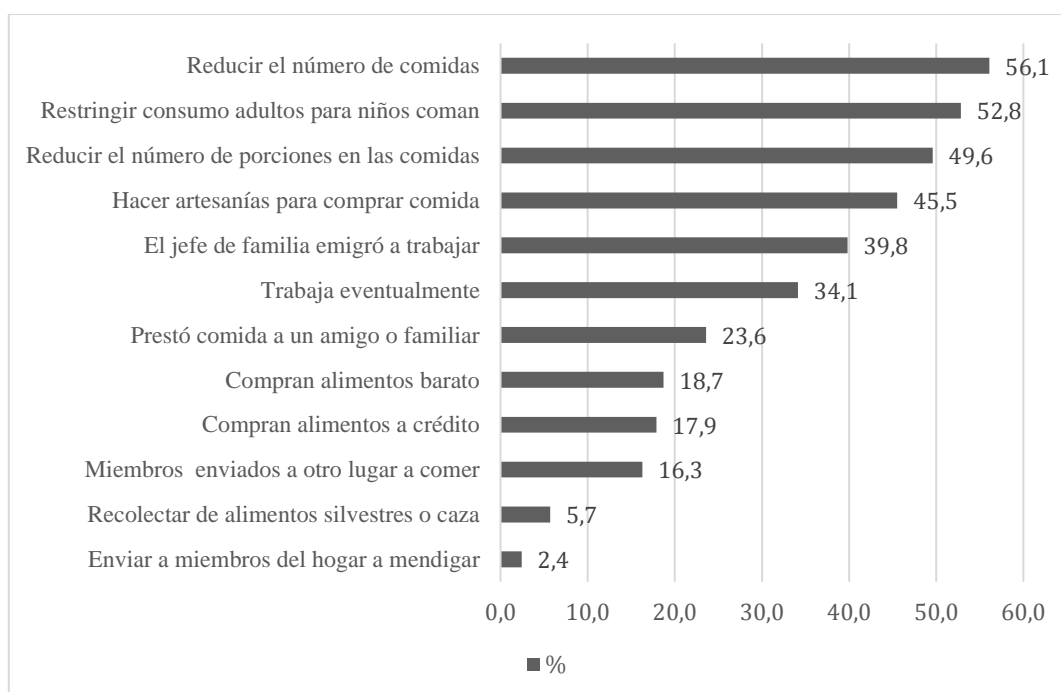
**Tabla1:** Nivel de acceso a los alimentos

Acceso	Frecuencia	%
Bajo acceso a alimentos	67	54.47
Moderado acceso a alimentos	49	39.84
Alto acceso a alimentos	7	5.69
Total	123	100

Fuente: Elaboración propia con información obtenida de encuestas.

El MAHFP en promedio fue de 7.83, lo que significa que en promedio los hogares tienen un acceso bajo a los alimentos (rango  $\leq 9$ ). Sin embargo, estos resultados son inferiores a los obtenidos por (De Cock *et al.*, 2013) 10.28, ya que sus hallazgos están dentro del rango de acceso moderado de alimentos (10-11).

Las principales estrategias alimentarias de afrontamiento desarrolladas por los hogares en estos meses se muestran en la Figura 2. El 56.1% de los hogares reducen el número de comidas, el 52.8% restringe el consumo de los adultos para que los niños puedan comer, el 49.6% reducen el número de porciones en las comidas de toda la familia, el 45.5% hacen artesanías para con el dinero que adquieren poder comprar comida. Estos resultados se pueden contrastar con los con los trabajos de Grobler, 2014; Maxwell *et al.*, 1999.



**Figura 2:** Estrategias de afrontamiento alimentaria

Fuente: Elaboración propia con información obtenida de encuestas.

#### 4. CONCLUSIONES

Se encontró que en ningún mes se cuenta con alimentos suficientes, el mes con mayor problema de aprovisionamiento fue mayo con el 57.72% y el de mayor aprovisionamiento fue el mes de septiembre en un 16.26%. Además, se encontró que los hogares tienen un nivel de acceso a los alimentos bajo (54.47%). Por lo tanto, se concluye que los hogares encuestados experimentaron algunas dificultades en la obtención de alimentos en 12 meses del año 2014.

La o las personas responsables de la alimentación de los miembros del hogar emplearon varias estrategias para abordar el problema de acceso a los alimentos. Tales como, el consumo



de alimentos más baratos, limitar el tamaño de las porciones en las comidas, reducir las comidas durante días enteros, entre otras. Por lo analizado, se podría pensar que se sirvieron una menor variedad de alimentos en el hogar, ya que el acceso de alimentos es limitado.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- De Cock, N., D'Haese, M., Vink, N., van Rooyen, C. J., Staelens, L., Schönfeldt, H. C., & D'Haese, L. (2013). Food security in rural areas of Limpopo province, South Africa. *Food Security* 5(2), 269–282. <http://doi.org/10.1007/s12571-013-0247-y>
- Frankenberger, T. R., Spangler, T., Nelson, S., & Langworthy, M. (2012). *Enhancing resilience to food insecurity amid protracted crisis. Food insecurity in protracted crises: High-level expert forum*. Retrieved from [http://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs\\_high\\_level\\_forum/documents/Enhancing\\_Resilience\\_FoodInsecurity-TANGO.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs_high_level_forum/documents/Enhancing_Resilience_FoodInsecurity-TANGO.pdf)
- Frayne, B., & McCordic, C. (2015). Planning for food secure cities: Measuring the influence of infrastructure and income on household food security in Southern African cities. *Geoforum* 65, 1–11. <http://doi.org/10.1016/j.geoforum.2015.06.025>
- Grobler, W. C. J. (2014). Food insecure household coping strategies: The case of a low income neighborhood in South Africa. *Mediterranean Journal of Social Sciences* 5(13 SPEC. ISSUE), 100–106. <http://doi.org/10.5901/mjss.2014.v5n13p100>
- INEGI. (2010). Censo de Población y Vivienda 2010. Retrieved January 20, 2015, from <http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/proyectos/ccpv/cpv2010/Default.aspx>
- Larochelle, S., & Berkes, F. (2003). Traditional Ecological Knowledge and Practice for Edible Wild Plants: Biodiversity Use by the Raramuri in the Sierra Tarahumara, Mexico. *International Journal of Sustainable World Ecology* 10, 361–375.
- Leah, J., Pradel, W., Cole, D. C., Prain, G., Creed-Kanashiro, H., & Carrasco, M. V. (2012). Determinants of household food access among small farmers in the Andes: examining the path. *Public Health Nutrition* 16(1), 1–10. <http://doi.org/10.1017/S1368980012000183>
- Maxwell, D., Ahiadeke, C., Levin, C., Armar-Klemesu, M., Zakariah, S., & Lamptey, G. M. (1999). Alternative food-security indicators: Revisiting the frequency and severity of “coping strategies.” *Food Policy* 24(4), 411–429. [http://doi.org/10.1016/S0306-9192\(99\)00051-2](http://doi.org/10.1016/S0306-9192(99)00051-2)
- Pérez-Cirera, V., & Lovett, J. C. (2006). Power distribution, the external environment and common property forest governance: A local user groups model. *Ecological Economics* 59(3), 341–352. <http://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2005.11.002>
- Salmón, E. (2000). Kincentric ecology: Indigenous perceptions of the human-nature relationship. *Ecological Applications* 10(5), 1327–1332. [http://doi.org/10.1890/1051-0761\(2000\)010\[1327:KEIPOT\]2.0.CO;2](http://doi.org/10.1890/1051-0761(2000)010[1327:KEIPOT]2.0.CO;2)
- Swindale, A., & Bilinsky, P. (2010). Months of Adequate Household Food Provisioning ( MAHFP ) for Measurement of Household Food Access : Indicator Guide VERSION 4 Paula Bilinsky Months of Adequate Household Food Provisioning ( MAHFP ) for Measurement of Household Food Access : Indicator Guid. Retrieved from [http://www.fantaproject.org/sites/default/files/resources/MAHFP\\_June\\_2010\\_ENGLISH\\_v4.pdf](http://www.fantaproject.org/sites/default/files/resources/MAHFP_June_2010_ENGLISH_v4.pdf)

## Tipos de consumidores de verduras y frutas ecológicas

Antonio Manuel Pérez Flores  
Universidad Pablo de Olavide  
amperflo@upo.es

Víctor Manuel Muñoz Sánchez  
Universidad Pablo de Olavide  
vmmunsan@upo.es

### RESUMEN

Actualmente se detectan nuevos patrones de consumo de alimentos asociados a los llamados alimentos ecológicos. España, como otros muchos países de su alrededor, ha sido afectada por importantes casos de ausencia de seguridad alimentaria provocando cierto grado de alarma social. La estrategia desplegada por algunos consumidores para salvaguardar un grado amplio de seguridad alimentaria es acudir a los productos ecológicos. El objetivo de esta comunicación es realizar un estudio exploratorio estadístico descriptivo sobre las características sociodemográficas de los distintos tipos de consumidores de frutas y verduras ecológicas, y la descripción de sus prácticas de tipo proambientales. Recurrimos a una estrategia de tipo cuantitativa mediante el uso secundario de datos contenidos en la encuesta ISSP Environment 2010 (Estudio CIS 2557) en España. La técnica utilizada es el análisis bivariable y el análisis de correspondencias múltiples. Partiendo de la hipótesis de la escasez y de la socialización esbozadas por Inglehart, los resultados principales conducen a caracterizar socialmente esta variedad de consumidores y establecer la incidencia de los ingresos y la formación en el consumo de productos alimenticios ecológicos.

**PALABRAS CLAVE:** conciencia ambiental, opinión pública, consumidor ecológico, España.

### 1. INTRODUCCIÓN

Debemos remarcar como comienzo a esta introducción que el contexto de crisis económica y del empleo en España desde 2008 ha caracterizado profundamente la coyuntura por la que actualmente pasa el sistema de alimentación. Esta situación ha propiciado la emergencia de nuevos modelos de valores en la población, así como de patrones de consumo alimenticio y de cualquier otra índole (Díaz Méndez & Gómez Benito, 2008). Los efectos sociales generados por la crisis en España han provocado un nuevo sentido en la forma de interpretar el consumo. Explicar los nuevos modelos de valores y consumo así como elaborar una tipología de los consumidores de verduras y frutas ecológicas son los objetivos de esta contribución.

Es un secreto a voces que la relación existente entre la mercantilización de los alimentos y la globalización alimentaria – entendida como la interconexión global entre las cadenas de producción, distribución y consumo – produce una nueva coyuntura en el ámbito del consumo. Se genera el fenómeno de la creación de una caja negra que hace opacas las características de los propios alimentos, puesto que están sujetos a la lógica de la industria alimentaria, que cada vez imprime un mayor grado de manipulación – de diversas formas – a los alimentos. Cada vez

se conoce menos sobre la procedencia, forma de cultivo y cultura propia de los alimentos, así de quiénes lo cultivan o elaboran, sustituyéndose estos anclajes simbólico-culturales por la concepción de marca o confianza en los procedimientos de fabricación (Frank & Wheelock, 1988). Los consumidores de alimentos ecológicos no consideran que esta dinámica sea correcta, de ahí que demanden información, saber cómo y conocimiento para revalorizar los productos ecológicos. Detectamos que las hipótesis lanzadas por Inglehart (1991) sobre los valores postmaterialistas son de vital importancia para la caracterización de una tipología de consumidores de frutas y verduras ecológicas en España.

Para ilustrar nuestra investigación hemos optado por la búsqueda de referencias sobre los últimos trabajos publicados a nivel español y europeo en relación a la construcción de tipologías de consumidores tanto de consumidores standard, como de consumidores ecológicos. Fruto de esta búsqueda, hemos detectado que las recomendaciones se centran en mejorar las estrategias comerciales para aumentar el consumo de alimentos ecológicos (Olivas *et al.*, 2013). Un elemento en la que todas coinciden es trabajar por la reducción en los precios de estos alimentos como estímulo más importante. Otro aspecto que se trata es la cuestión del etiquetado y la importancia del mismo para los consumidores ecológicos (Gracia & De-Magistris, 2016). El trabajo publicado por Barrena & Sánchez (2010) analiza la frecuencia y las pautas desarrolladas por los consumidores ecológicos en España. Anteriormente, Brugarolas & Rivera (2001) se ocuparon de la caracterización empírica del consumidor ecológico, sin embargo, en la actualidad las investigaciones se decantan por aspectos más específicos, como por ejemplo la de Gallo, Marín & Flores (2014) que analizan la percepción de control en este tipo de consumidor.

Pasando a un contexto de investigación más amplio, citaremos los trabajos de Grubor & Djokic (2016) sobre el perfil de los consumidores en Serbia, en el cual también prestan atención al consumidor de productos ecológicos, y de Liang (2016) sobre las estrategias colaborativas entre la administración y productores para mejorar la imagen de los productos ecológicos y ampliar el segmento que abarca la tipología de consumidores de lo ecológico.

## 2. METODOLOGÍA

Los objetivos que nos marcamos con esta investigación son: el estudio exploratorio estadístico descriptivo de las características sociodemográficas referente a los consumidores de frutas y verduras ecológicas en España y el estudio de la interrelación de las principales variables explicativas. En primer lugar, recurrimos a análisis de tipo bivariantes para identificar las variables sociodemográficas que mayor correlación poseen con la variable dependiente de

estudio. En segundo lugar, se aplica un análisis de correspondencias múltiples (ACM) con objeto de que la técnica estadística multivariante confirme el primer análisis exploratorio referido a la construcción de la variable dependiente de estudio.

Para la obtención de datos utilizaremos una estrategia de tipo cuantitativa mediante el uso secundario de datos contenidos en la encuesta ISSP Environment 2010 (Estudio CIS 2557). La muestra cuenta con 2560 entrevistas realizadas y un error de  $\pm 1,98$  para el conjunto de la muestra.

### 3. RESULTADOS

A continuación, mostramos unas tablas en las que están contenidas las principales caracterizaciones sociodemográficas de la tipología de consumidores de fruta y verdura en España.

**Tabla 1:** Tipos de consumidores de frutas y verduras

Tipos consumidores de frutas y verduras	Frecuencia	%
Consumidor ecológico	429	16,8
Mixto	667	26
Estándar	1341	52,4
No tiene tiendas cercanas	98	3,8
N.C.	25	1

Fuente: Elaboración propia. ISSP Environment 2010 (Estudio CIS 2557).

**Tabla 2:** Tipos de consumidores de verduras y frutas por variables sociodemográficas

Sexo	Consumidor			No dispone de tiendas	Frecuencia
	ecológico	Mixto	Estándar		
Hombre	17,7	25,5	52,9	3,8	1257
Mujer	16,2	27	52,9	3,9	1278
<b>Edad**</b>					
Jóvenes (24-39)	17	23,9	56,4	2,7	700
Adultos (40-49)	19,3	31,4	45,3	4	503
Maduros (50-69)	17	28,9	49,7	4,5	755
Mayores (70>)	14,8	21,1	59,9	4,2	568
<b>Hábitat**</b>					
Rural	21,5	22,2	52,1	4,2	144
Rururbano	20,5	25	50,3	4,2	1056
Urbano	15	27,5	53	4,6	896
Metropolitano	10,5	28,4	59,5	1,6	437
<b>Formación**</b>					
Primaria	14,8	19,5	60,1	5,6	609
Secundaria	18,2	25,3	52,9	3,6	1014
Superior	16,9	34,2	46,2	2,7	777

Fuente: Elaboración propia. ISSP Environment 2010 (Estudio CIS 2557).

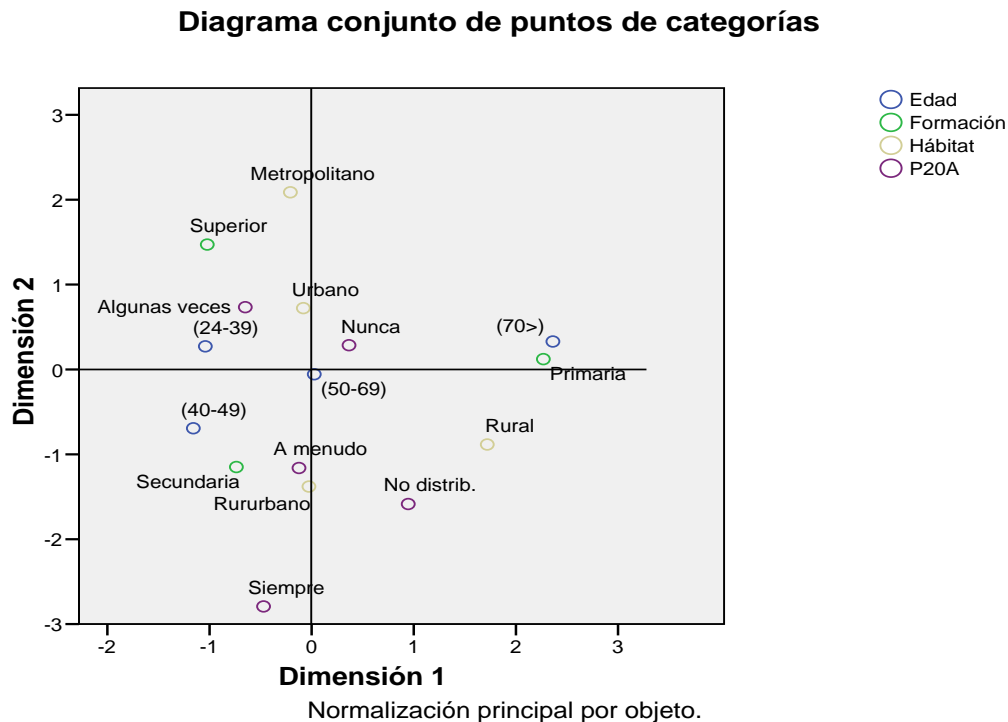
De la tabla 2 podemos extraer el perfil sociodemográfico de los distintos consumidores frutas y verduras. Para obtener la variable dependiente hemos recodificado como consumidores ecológicos a los que declaran consumir verduras y frutas ecológicas siempre y a menudo. Como consumidores mixtos hemos considerado a quienes declaran consumirlos algunas veces y por último, consideramos consumidores estándar a quienes dicen que nunca consumen frutas y verduras ecológicas.

Como perfil del consumidor ecológico obtenemos que son fundamentalmente hombres con edad comprendida entre los 40 y 49 años de hábitat rururbano y con formación secundaria. Los consumidores mixtos son mayoritariamente mujeres de entre 40-49 años de hábitat metropolitanos y con formación superior. Los consumidores estándar son tanto hombres como mujeres mayores de 70 años de hábitats metropolitanos y de formación primaria.

Después de caracterizar el tipo de consumidor de frutas y verduras en España, contrastaremos los datos con la técnica ACM y veremos la coincidencia entre ellos. Hemos detectado la presencia de dos dimensiones explicativas, que alcanzan un 70% de varianza. La primera dimensión contribuye con un 49% de varianza, mientras que la segunda obtiene un 25% de varianza explicada. Todo ello indica que las cuatro variables contenidas en el modelo, es decir, edad, formación, hábitat y consumo de frutas y verduras ecológicas aportan buenas categorías para la elaboración de la tipología.

El análisis también confirma la recodificación teórica realizada sobre la variables dependiente pues tal como se puede observar, las personas que declaran consumir frutas y verduras ecológicas aparecen en el mismo cuadrante próximas entre sí (Consumidor ecológico) y diferenciados tanto de quienes declaran consumirlos algunas veces (mixtos) y nunca (estándar).

**Gráfico 1:** Tipos de consumidores de frutas y verduras



#### 4. CONCLUSIONES

Obtenemos resultados que indican que el modelo de interdependencia elaborado reproduce los datos de significatividad resultantes de los análisis bivariantes.

La contrastación empírica realizada a través de análisis estadísticos de interdependencia (ACM) ha confirmado la recodificación teórica realizada sobre la variable dependiente.

La tipología de perfiles que venimos trabajando consolida la línea de investigación seguida y que orienta la investigación hacia la obtención de la caracterización interna de los tipos de consumidores de frutas y verduras.

#### 5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barrena, R. & Sánchez, M. (2010). Frequency of consumption and changing determinants of purchase decision: from attributes to values in the organic food market, *Spanish journal of agricultural research* 2, 251-272.
- Brugarolas, M. & Rivera, M. (2001). Comportamiento del consumidor valenciano ante los productos ecológicos e integrados, *Revista española de estudios agrosociales y pesqueros* 192, 105-122.
- Díaz Méndez, C. y Gómez Benito, C. (Coords.) (2008). *Alimentación, consumo y salud*. Fundación La Caixa, Barcelona.

- Frank, J. & Wheelock, V. (1988). International trends in food consumption, *British Food Journal* 90 (1), 22-29.
- Gallo, M. P., Marín, M. L., & Flores, H. T. (2014). El factor de la percepción de control como determinante en la intención de compra de productos ecológicos, *Revista Innovar Journal Revista de Ciencias Administrativas y Sociales* 24 (54), 139-152.
- Gracia, A. & De-Magistris, T. (2016). Consumer preferences for food labeling: What ranks first?, *Food Control* 61, 39-46.
- Grubor, A. & Djokic, N. (2016). Organic food consumer profile in the Republic of Serbia, *British Food Journal* 118 (1), 164-182.
- Inglehart, R. (1991). *El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas*. Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid.
- Liang, R. (2016). Predicting intentions to purchase organic food: the moderating effects of organic food prices, *British Food Journal* 118 (1), 183-199.
- Olivas, R., Díaz, M. & Bernabeu, R. (2013). Structural Equation Modeling of lifestyles and consumer attitudes towards organic food by income: a Spanish case study, *Ciencia e investigación agrarian* 40(2), 265-277.

## Valores y actitudes frente al medio ambiente en los consumidores españoles de verduras y frutas ecológicas.

Víctor Manuel Muñoz Sánchez

Universidad Pablo de Olavide

vmmunsan@upo.es

Antonio Manuel Pérez Flores

Universidad Pablo de Olavide

amperflo@upo.es

### RESUMEN

Se resalta que en los últimos años se ha desarrollado un notable incremento por la preocupación por el medioambiente en la opinión pública española. La presencia de opiniones y comportamientos conducentes a proteger el ecosistema por parte de la población es un hecho palpable. Asimismo, estas actitudes y comportamientos reseñados provocan cambios en las tendencias de consumo alimenticio, dando lugar a la irrupción de un nuevo tipo de consumidor de alimentos con el marchamo ecológico. El objetivo de esta aportación será realizar un estudio exploratorio estadístico descriptivo. Para la obtención de datos utilizamos una estrategia cuantitativa mediante el uso secundario de datos contenidos en la encuesta ISSP Environment 2010 (CIS 2557) en España. La muestra alcanza 2560 entrevistas y un error de  $\pm 1,98$  para el total de la muestra. Los resultados ofrecen datos sobre conciencia ambiental y comportamientos proambientales de los distintos tipos de consumidores de frutas y verduras ecológicas.

**PALABRAS CLAVE:** conciencia ambiental, opinión pública, consumidor ecológico, España.

### 1. INTRODUCCIÓN

En la actualidad, el contexto en el que viene actuando el sistema alimentario está marcado por la globalización (Bonnano, 1994) de las cadenas de producción, distribución y consumo (Pedreño, 2013), no obstante, otro rasgo característico que no debemos olvidar es la periódica presencia de crisis alimentarias de todo orden (Caracciolo et al., 2016). Estas situaciones generan verdaderos riesgos para la salud pública y producen fenómenos de desconfianza en el colectivo de consumidores. El proceso globalizador en el ámbito alimentario tiene una marcada naturaleza ambivalente. Por una parte, posibilita un importante aumento en la oferta de alimentos con precios reducidos en el ámbito del consumidor final, pero, por otra parte, la opacidad que ofrece redundo en que los factores de riesgo aumenten exponencialmente. Beck (2002) sostiene que los riesgos y las contingencias son consustanciales a la sociedad actual y, por añadidura, a su sistema alimentario. Se puede considerar que la globalización incrementa la distancia entre el que produce y el que consume, incorporando en un papel intermedio con notable relevancia, a las corporaciones alimentarias (Díaz Méndez, 2013).

Los valores sociales y las actitudes de los consumidores frente al medio ambiente se traducen en fórmulas de consumo y patrones de elección sobre los alimentos (Muñoz Sánchez y Pérez Flores, 2015). La alimentación como concepto que engloba todo este conjunto de



variables, así como los hábitos asociados al consumo de alimentos estructuran lo que consideramos diferenciación social (Bourdieu, 1999). En este orden de cosas, situamos la presencia y caracterización de los consumidores de alimentos ecológicos, y especialmente de frutas y verduras. En el ámbito de la alimentación y los productos alimentarios suministrados por la industria alimentaria, los conceptos de seguridad y confianza han de ir unidos para el logro de una situación alimentaria estable. Es más, en el caso de los consumidores de frutas y verduras ecológicas se presentan unas importantes pautas relacionadas con el ámbito valorativo y comportamental, puesto que consideran los alimentos ecológicos un refugio ante el que protegerse de la desconfianza producida por las cadenas globales de producción, distribución y consumo. También se apuntan a patrones de comportamiento ajustados a la presencia de una conciencia ecológica notable, así como a actitudes orientadas a la conservación y protección del medioambiente frente a las agresiones del modelo de desarrollo economicista y que atentan contra lo que comúnmente se conoce como calidad de vida (Muñoz Sánchez & Pérez Flores, 2015a).

## 2. METODOLOGÍA

Los objetivos que nos marcamos con esta investigación son: el estudio exploratorio estadístico descriptivo de los consumidores de frutas y verduras ecológicas en España y el análisis del grado que despliegan de conciencia medioambiental, actitud proambiental y comportamiento proambiental.

Para la obtención de datos utilizaremos una estrategia de tipo cuantitativa mediante el uso secundario de datos contenidos en la encuesta ISSP Environment 2010 (Estudio CIS 2557). La muestra cuenta con 2560 entrevistas realizadas y un error de  $\pm 1,98$  para el conjunto de la muestra. Las técnicas de producción de datos utilizadas son el análisis de componentes principales. La técnica factorial de componentes principales es una técnica de interdependencia, cuya finalidad es la agrupación entre variables en un menor número de factores (D'Ancona, 2002). El método de extracción ha sido de componentes principales y el método de rotación se ha realizado mediante normalización Varimax con Kaiser en los tres análisis factoriales. También se realiza un estudio de análisis de la varianza sobre los componentes identificados en el análisis. Con objeto de reducir la gran cantidad de información que contiene la encuesta, aplicaremos esta técnica para observar la variabilidad de cada tipo de consumidor de verduras y frutas en relación a los distintos factores identificados por el análisis.

### 3. RESULTADOS

Un 16,8% de personas consumen frutas y verduras ecológicas siempre y muy a menudo. A este tipo de consumidores los hemos denominado como consumidores ecológicos.

También encontramos que un 26% de la población consumen estos productos de vez en cuando, por lo que los identificamos como consumidores de tipo mixto.

Los consumidores que nunca adquieren verduras y frutas ecológicas ascienden a un 52,4% de la población. A este tipo de consumidores los hemos denominado consumidores de tipo estándar.

**Tabla 1:** Análisis factorial de variables de conciencia ambiental, actitudes proambientales y comportamiento ecológico

	1	2	3
Nos preocupamos demasiado por el futuro del medio ambiente y no lo suficiente por los precios y el empleo	0,014	0,789	-0,017
Casi todo lo que hacemos en la época actual perjudica al medio ambiente	0,053	-0,054	0,778
La gente se preocupa demasiado por el daño que el progreso humano pueda causar al medio ambiente	-0,018	0,790	0,007
El crecimiento económico es siempre perjudicial para el medio ambiente	-0,058	0,075	0,770
Utiliza los puntos limpios o llama a su Ayuntamiento, para deshacerse de electrodoméstico que ya no sirven	0,414	-0,331	-0,168
Busca productos con envases que se puedan reutilizar (tarros de cristal, etc.)	0,856	0,007	0,030
Procura comprar productos mínimamente envasados o empaquetados	0,839	0,056	0,045

Fuente: Elaboración propia. ISSP Environment 2010 (Estudio CIS 2557).

Con objeto de facilitar el análisis exploratorio hemos aplicado un análisis factorial sobre 32 variables referidas a la medición de la conciencia ecológica, la actitud proambiental y el consumo de tipo ecológico. El análisis ha discriminado las variables con menor carga factorial y lo ha reducido a 7 variables y tres componentes principales. La prueba del análisis de esfericidad de Bartlett es significativa y el valor de la medida de adecuación muestral de Kaiser Meyer Olkin (KMO) es de 0,6. Los tres componentes principales explican un total de un 60,2 % de la varianza, correspondiendo un 23,1% de la varianza para el primer componente, un 19,5% para el segundo y un 17,6% para el tercero.

El primer componente agrupa variables relacionadas con el comportamiento de tipo ambiental y lo denominamos factor de consumo proambiental. El segundo componente agrupa variables referidas a la conciencia desarrollista de tipo económica, por lo que lo designamos como conciencia anticonservacionista, porque prima valores de tipo económicos sobre valores de tipo conservacionistas referidos a los recursos naturales. El tercer componente agrupa a

variables de conciencia ambiental, por lo que nominalizamos a este factor como conciencia proambiental.

Una vez que hemos localizado las variables que presentan mayor carga factorial sobre los componentes de conciencia y comportamiento medio ambiental, vamos a analizarlas en relación a los consumidores de frutas y verduras ecológicas.

**Tabla 2:** Conciencia medioambiental por tipos de consumidores de frutas y verduras

	<b>Ecológico</b>	<b>Mixto</b>	<b>Estándar</b>	<b>No venden</b>
<b>Lo económico es más importante que el MA</b>				
Totalmente de acuerdo	11,7	22,7	59,8	5,7
De acuerdo	17,5	24,5	54,5	3,5
Ni de acuerdo ni en desacuerdo	17,2	30,9	49,3	2,7
En desacuerdo	16,6	28,4	51	3,9
Totalmente en desacuerdo	21,5	23,1	50,5	4,8
<b>Casi todo lo que hace el hombre perjudica el MA</b>				
Totalmente de acuerdo	19	23,8	52,1	5
De acuerdo	16,6	26,8	51,8	4,8
Ni de acuerdo ni en desacuerdo	15,8	28,6	54,5	1,2
En desacuerdo	16,5	29,1	52,1	2,2
Totalmente en desacuerdo	14,3	21,4	59,5	4,8
<b>La gente se preocupa demasiado por el daño del progreso al MA</b>				
Totalmente de acuerdo	20	28,4	48,4	3,2
De acuerdo	16,5	25,7	52,7	5,1
Ni de acuerdo ni en desacuerdo	18,8	23	55,6	2,6
En desacuerdo	15	29,2	52,5	3,3
Totalmente en desacuerdo	23,1	26,1	47,1	3,8

Fuente: Elaboración propia. ISSP Environment 2010 (Estudio CIS 2557).

Los consumidores ecológicos se diferencian notablemente del resto de tipos de consumidores en sus valores ambientales: están en desacuerdo con que lo económico es más importante que el medio ambiente. De forma mayoritaria consideran que todo lo que hace el hombre perjudica al medioambiente y están totalmente en desacuerdo con que la gente se preocupa demasiado por el daño que provoca el progreso.

**Tabla 3:** Comportamiento ecológico por tipo de consumidores de frutas y verduras

<b>Utiliza los puntos limpios para reciclaje</b>	<b>Ecológico</b>	<b>Mixto</b>	<b>Estándar</b>	<b>No venden</b>
Habitualmente	18,3	27,3	50,5	3,9
Algunas veces	14,6	24,9	58,2	2,4
Nunca	15,6	24,5	54,7	5,2
No procede, no es posible en su localidad	7,5	20,9	64,2	7,5
<b>Busca productos con envases reutilizables</b>				
Habitualmente	26,8	31,1	37,5	4,7
Algunas veces	15,1	31,2	50,1	3,6
Nunca	9,9	17,3	69,2	3,6
<b>Procura comprar productos etiquetados</b>				
Habitualmente	28,1	30,4	37,9	3,6
Algunas veces	16,7	31,1	48	4,2
Nunca	8,8	18,9	68,7	3,5

Fuente: Elaboración propia. ISSP Environment 2010 (Estudio CIS 2557).

Respecto al comportamiento ecológico podemos observar que el consumidor de frutas y verduras ecológicas utiliza habitualmente los puntos limpios para el reciclaje, a diferencia del consumidor estándar que lo hace algunas veces o bien no puede realizarlo porque no es posible en su localidad. Respecto a los productos con envase reutilizable el consumidor ecológico los utiliza habitualmente, el mixto algunas veces y el estándar nunca los utiliza. Por último, el consumidor ecológico procura comprar productos debidamente etiquetados o empaquetados que le dan indicios de la calidad y procedencia del producto. El consumidor mixto lo hace algunas veces y la mayor parte de los consumidores estándar declaran no interesarse por este tipo de productos.

#### 4. CONCLUSIONES

Dada la provisionalidad de los resultados al estar todavía en curso la investigación, indicamos que hemos identificado 3 factores en relación a los valores y actitudes de la población encuestada. Los factores ofrecidos por el análisis los denominamos: consumo proambiental, conciencia anticonservacionista y conciencia proambiental.

El principal hallazgo de esta investigación estriba en la descripción realizada de los valores y actitudes de los consumidores de tipo ecológico, puesto que más adelante servirán como elementos comparativos con respecto a los demás tipos de consumidores. En este caso, los consumidores de tipo ecológico desarrollan y manifiestan actitudes, valores y comportamientos significativamente distintos de los obtenidos en el caso de los consumidores de tipo mixto y de tipo estándar.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Beck, U. (2002). *La sociedad del riesgo global*. Siglo XXI, Madrid.
- Bonnano, A. (1994). *Globalización del sector agrícola y alimentario*. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Madrid.
- Bourdieu, P. (1999). *La distinción. Criterios y bases sociales del gusto*. Taurus, Barcelona.
- Caracciolo, F., Cicia, G., Del Giudice, T. Cembalo, L.; Krystallis Krontalis, Athanasios; Grunert, Klaus G & Lombardi, P. (2016). Human values and preferences for cleaner livestock production, *Journal of Cleaner Production* 112, 121-130.
- Cea D'ancona, M. A. (2002). *Análisis multivariable: teoría y práctica en la investigación social*. Síntesis, Madrid.
- Díaz Méndez, C. (Coord.) (2013). *Hábitos alimenticios de los españoles*. Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente, Madrid.
- Muñoz Sánchez, V. M. & Pérez Flores, A. M. (2015). La alimentación en España en tiempos de crisis: nuevos modelos de valores y consumo, *Revista de humanidades* 25, 169-192.
- Muñoz Sánchez, V. M. & Pérez Flores, A. M. (2015a). Acercamiento a las implicaciones existentes entre alimentación, calidad de vida y hábitos de vida saludables en la actualidad, *Revista de humanidades* 25, págs. 11-30.
- Pedreño, A. (Coord.) (2013). *De cadenas, migrantes y jornaleros. Los territorios rurales en las cadenas globales agroalimentarias*. Talasa, Madrid.

## Vulnerabilidade quanto à insegurança alimentar no Brasil - uma análise sob a ótica das linhas de pobreza

Márcio Nora Barbosa<sup>8</sup>

Universidade Federal do Rio Grande – FURG / ICEAC  
marcio\_nb@hotmail.com

Raquel Pereira Pontes

Universidade Federal do Rio Grande – FURG / ICEAC

Patrícia Raggi Abdallah

Universidade Federal do Rio Grande – FURG / ICEAC

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar a vulnerabilidade dos indivíduos e dos domicílios quanto à insegurança alimentar no Brasil, através de um indicador de Insegurança Alimentar Forte – IAF, ou seja, aqueles indivíduos que apresentam restrição alimentar (fome), e que encontram-se categorizados conforme as linhas de pobreza. Para este fim, utiliza-se as informações extraídas da PNAD de 2013 referentes à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) para construir uma variável dicotômica que representa a fome, e através desta obter probabilidades condicionais em um modelo *Logit*, levando em consideração seus determinantes. Na amostra utilizada, cerca de 17 milhões de brasileiros declararam ter passado fome em algum momento. Os resultados obtidos na análise mostram que as chances de ter algum tipo de restrição alimentar são maiores para indivíduos com baixa escolaridade, renda abaixo de dois salários mínimos, trabalham informalizados e residem na zona urbana. Conclui-se confirmando ser a renda dos indivíduos fator preponderante para as famílias estarem em situação de vulnerabilidade à fome, além de outros determinantes para as famílias estarem nessa situação, casos em específicos da escolaridade e o tipo de família, por exemplo.

**PALAVRAS-CHAVE:** insegurança alimentar; fome, *logit*.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo investigar a vulnerabilidade dos indivíduos e dos domicílios quanto à insegurança alimentar no Brasil, através de um indicador de Insegurança Alimentar Forte - IAF, variável essa necessária para caracterizar indivíduos que apresentam redução quantitativa de alimentos, ou seja, aqueles que, em algum momento, apresentam restrição alimentar (fome), e que encontram-se categorizados conforme as linhas de pobreza. Para realizar esta pesquisa, foi estimado o modelo probabilístico *Logit*, e o banco de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do ano de 2013, proporcionando a criação de cenários de baixa e alta vulnerabilidade quanto à insegurança alimentar no Brasil e em grandes regiões do país.

O tema centrado em segurança alimentar, nutricional e na vulnerabilidade à fome ganhou relevância internacional nas últimas décadas, tendo sido objeto de análise de reuniões, debates e recomendações ao redor do mundo. Uma mudança significativa de postura adotada

---

<sup>8</sup> Suporte: N.º AUXPE: 3166/2013 Edital 55 – Pró-Integração (CAPES/MI).

por diversos países ocorreu, principalmente, a partir de 1996, através do compromisso assumido por centenas de países, incluindo o Brasil, na Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, onde estes países se comprometeram a reduzir pela metade o número de pessoas atingidas pela desnutrição, até o ano de 2015 (COSTA *et al.*, 2014).

No Brasil, conforme Burlandy (2009), este tema passou a ganhar relevância desde a constituição de 1988, em que a saúde é instituída como direito garantido, mediante políticas sociais e econômicas, havendo a compreensão que resulta das condições de alimentação, habitação, educação, renda, entre outros importantes fatores, que geraram um conjunto de políticas públicas a serem implementadas por diferentes governos. Dado a importância do tema, foi instituído em 2006 o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), destinando a aproximação entre os segmentos de produção, abastecimento, comercialização e consumo de alimentos, considerando também suas inter-relações.

Dessa forma, de acordo com Santos e Santos (2007), surgem diversos programas de combate à pobreza, à fome e à desnutrição, tornando esse propósito um objetivo estratégico dos governantes. Com isso, fica claro que os conceitos de pobreza e fome muitas vezes se cruzam, e conforme Sen (1983), a fome e a pobreza caminham juntas, pois um dos elementos óbvios da pobreza é a própria fome, independentemente da posição em que o indivíduo se encontra na escala social, fazendo com que esses programas sociais de combate a fome, em sua grande maioria, atue também na esfera da erradicação da pobreza.

Com esta temática, a caracterização de segurança alimentar traz à tona fatores que contribuem para a construção das políticas sociais e econômicas adotadas pelos governos, com o intuito de reduzir o estado de Insegurança Alimentar que afeta milhares de brasileiros. Destaca-se, assim, a importância de analisar as variáveis socioeconômicas mais relevantes no contexto da segurança alimentar e seus efeitos sobre o contingente mais vulnerável, aqueles que passam fome. Como também, levar em consideração as linhas de pobreza em que os indivíduos estão inseridos, de forma a analisa-los conforme sua elegibilidade aos programas sociais direcionados a erradicação da fome e pobreza.

Com base no banco de dados da PNAD de 2013, propõe-se ir além da análise da renda para investigar a IAF, incorporando outros determinantes importantes na discussão, tais como a educação, a estrutura familiar, o setor de atividade laboral, entre outras características dos indivíduos, assim como as características de infraestrutura do domicílio e da região em que o mesmo localiza-se.

## 2. METODOLOGIA

Para atender aos objetivos do presente trabalho, buscou-se utilizar de um modelo de resposta binária, neste caso, o modelo econométrico *Logit*, com o propósito de verificar as probabilidades dos indivíduos e domicílios estarem ou não em vulnerabilidade quanto a Insegurança Alimentar Forte (fome) com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA<sup>9</sup>, utilizando-se como fonte dados para a pesquisa, a PNAD do ano de 2013.

Desta forma, foi construída uma variável, na qual, foi denominada *Insegurança Alimentar Forte - IAF*, união das situações de Insegurança Alimentar Moderada e Grave, para analisar se a pessoa encontra-se em uma situação de redução quantitativa de alimentos, caracterizando assim, que ao ter essa redução, o indivíduo sofreu com a fome<sup>10</sup> em pelo menos algum momento nos últimos 90 dias anteriores a pesquisa realizada.

Para caracterizar o perfil dos indivíduos estudados, buscou-se utilizar de variáveis socioeconômicas que poderiam influenciar, de forma expressiva, o acesso à comida, ou seja, renda mensal per capita, escolaridade, atividade de trabalho principal, posição na ocupação no trabalho principal e características do domicílio; assim como variáveis sociais do indivíduo como idade, cor, sexo, composição familiar, variáveis demográficas e censitárias no Brasil.

Em trabalhos internacionais que buscam analisar a segurança alimentar, há similaridade das variáveis utilizadas como em Adams *et al.* (2003), Bhattacharya *et al.* (2004), onde utilizam-se de variáveis como idade, raça, renda, educação, assim como variáveis relacionadas à saúde do indivíduo. Assim como Kuwornu *et al.* (2013), utilizam-se de algumas dessas variáveis, além de características do domicílio em zona rural, como área, produção e acesso ao crédito.

Em âmbito nacional, autores que analisam a segurança alimentar como Hoffmann e Kageyama (2007), Gubert (2009) e Fritz (2014), também utilizam-se de variáveis socioeconômicas e de características dos domicílios dos indivíduos para analisar a segurança alimentar dos mesmos.

Para a definição das *linhas de pobreza*, utilizadas neste trabalho, utilizou-se como base os grupos de extrema pobreza, pobres, e vulneráveis à pobreza, seguindo os embasamentos da literatura sobre o tema. É importante ser ressaltado que justamente esses parâmetros são

---

<sup>9</sup> A EBIA classifica os indivíduos em estar em situação de segurança alimentar, insegurança alimentar leve, insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave.

<sup>10</sup> A fome é classificada pelo EBIA como Insegurança Alimentar Grave, considerando que o indivíduo ficou o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos. Todavia, é possível que o mesmo tenha ficado sem comer por períodos mais curtos ou simplesmente não tenha conseguido comer o suficiente, como caracterizado pela *redução quantitativa* de alimentos.



utilizadas como ponto de balizamento para os programas sociais de erradicação da pobreza e da fome no Brasil.

Com base nessas informações, foram caracterizados e analisados os seguintes públicos alvos no presente trabalho, com valores base ano de 2013: *Linha da Extrema Pobreza* – Domicílios que possuem renda per capita mensal até R\$ 70,00; *Linha da Pobreza* – Domicílios que possuem renda domiciliar per capita de R\$ 70,01 até R\$ 140,00; e *Linha de Vulneráveis a Pobreza* – Domicílios com renda per capita mensal de R\$ 140,01 até R\$ 339,00<sup>11</sup>. *Linha de Não Pobres* – Domicílios com renda per capita mensal acima de R\$339,00.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o objetivo de analisar os indivíduos e domicílios que encontram-se em IAF, de acordo com as Linhas de Pobreza, a Tabela 1 traz os resultados e a discussão do modelo econométrico aplicado, modelo *Logit*, para as diferentes situações de pobreza, sendo eles: IAF em Extrema Pobreza; IAF em Pobreza; IAF em Vulneráveis a Pobreza; e IAF em Não Pobres, apresentando os resultados das principais variáveis analisadas e seus coeficientes em razão de chances (*odds ratio*).

**Tabela 1:** Modelos *logit* (odds ratio) para estimação da chance do indivíduo/domicílio estar em situação de IAF (principais variáveis)

Variáveis	Geral	Extrema Pobreza	Pobreza	Vulneráveis Pobreza	Não Pobre
<b>InSeg_Forte</b>					
<i>Feminino</i>	1.024	0.955	1.205**	0.936	1.075**
<i>Branca</i>	0.700***	0.721**	0.871	0.771***	0.675***
<i>Idade</i>	0.967***	0.961*	0.968**	0.969***	0.961***
<i>Escolaridade</i>	0.927***	0.937***	0.948***	0.959***	0.913***
<i>Rural</i>	0.643***	0.480**	0.582***	0.582***	0.703***
<i>N_compon</i>	1.092***	1.125**	1.150***	1.099***	1.057**
<i>Mãe_fi</i>	1.165***	0.877	0.605***	1.021	1.368***
<i>C_carteira</i>	0.855***	-	0.582**	0.744***	0.943
<i>comercio</i>	0.968	1.690**	0.703**	0.953	0.955
<i>industria</i>	1.038	3.523***	1.207	0.851**	1.068
<i>CasaProp</i>	0.814***	1.089	0.791*	0.875**	0.790***
<i>AguaCanal</i>	0.728***	0.941	0.767*	0.652***	0.682***
<i>wc</i>	0.651***	0.509***	0.505***	0.670***	0.665***
<i>Constant</i>	1.723***	9.455***	6.705***	2.829***	3.033***
Observations	159,190	1,998	4,320	24,909	127,963

Nível de significância: \*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Grupo-base: Homem, outras raças, zona urbana, outros tipos de famílias, sem carteira assinada, demais setores, região Sudeste e presença de itens de infraestrutura do domicílio.

Fonte: Resultados do trabalho.

<sup>11</sup> O valor de R\$339,00 representa ½ salário mínimo vigente em 2013, o qual era de R\$678,00.

Analisando as características do indivíduo, com base nos resultados apresentados na Tabela 1, o fato de ser mulher não se mostra significativo estatisticamente, com exceção para aquelas mulheres que se encontram em *Pobreza*, o que aumenta a chance delas de estarem em IAF em torno de 20% com relação aos homens. Para as demais características dos indivíduos, destacando as relações negativas com a IAF das variáveis *Cor ou Raça (ser branca)*, *Idade* e *Escolaridade*, há uma redução na chance dos indivíduos estarem em vulnerabilidade quanto a IAF. Como também, com relação às atividades laborais e o trabalho formal, há redução na chance destes estarem em IAF quando o trabalhador possui carteira assinada.

As características do domicílio se mostram importantes determinantes para a IAF, dado que itens de infraestrutura e também a questão do número de componentes impactam diretamente na chance de estar em IAF, por exemplo, quanto mais componentes maior é a chance de estar em IAF.

Com base nos modelos *Logit* gerados, foi possível realizar a construção de cenários de alta e baixa vulnerabilidade. Para o cenário de alta vulnerabilidade buscou-se analisar as mães com filhos, não branca, em extrema pobreza, que residem na área urbana da região Norte, trabalham no setor de indústria, possuem idade de 32 anos (idade média para o Brasil), com escolaridade de menos de um ano ou sem instrução, não possui casa própria e também não possui itens de infraestrutura no domicílio como fogão e geladeira. Com essas características, a probabilidade de estarem em IAF é de 85,6%. Utilizando a mesma base das características e alterando apenas a região em que está localizado o domicílio, temos que para a região Nordeste a probabilidade de estarem em IAF é de 89,9%, para a região Sul é de 87,2%, para a região Centro Oeste a probabilidade encontrada é de 91,5%, e para a região Sudeste foi encontrada a probabilidade de 87,7%.

Em um cenário de baixa vulnerabilidade, levou-se em consideração as seguintes características: mãe com filhos, declarada de cor branca, idade de 32 anos, possui escolaridade de 15 anos ou mais, encontra-se em não pobres, tem casa própria, residem na área urbana da região Norte, trabalham no setor do comércio, possuem os itens de infraestrutura do domicílio como fogão e geladeira. Dessa forma, as probabilidades encontradas de estarem em IAF foram de 5,9%. Mantendo a mesma base e alterando as regiões temos que para a região Nordeste a probabilidade é de 5,6%, para a região Sul é de 3,4%, região Centro Oeste em 3,5%, e para a região Sudeste a probabilidade de estarem em IAF, dada as características acima, é de 2,2%.

#### 4. CONCLUSÕES FINAIS

Conclui-se, então, mediante os resultados do presente trabalho, que a renda dos indivíduos é um fator preponderante para as famílias estarem em situação de vulnerabilidade à fome, porém, além dela, há outros determinantes que influenciam de forma substancial a colocação ou não das famílias nessa situação, como a escolaridade e o tipo de família, por exemplo.

Dessa forma, este estudo contribui para demonstrar que o rendimento da família influencia a vulnerabilidade à fome, assim como sugere, para trabalhos futuros, a ampliação desta discussão com base em dados que reflitam a participação direta das famílias nos programas sociais vigentes para a erradicação da fome, buscando analisar se tais programas estão sendo eficazes, atingindo os grupos mais vulneráveis à fome, reduzindo de fato esse contingente de forma permanente.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adams, E. J., Grummer-Strawn, L., & Chavez, G. (2003). Food Insecurity Is Associated with Increased Risk of Obesity in California Women. *The Journal of Nutrition* 133(4), 1070–1074.
- Bhattacharya, J., Currie, J., & Haider, S. (2004). Poverty, food insecurity, and nutritional outcomes in children and adults. *Journal of health economics* 23(4), 839–862.
- Burlandy, L. (2009). A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersectorialidade no âmbito federal de governo. *Centro*, 24015, 110.
- Costa, L. V., Silva, M. M. C., Braga, M. J., & Lírio, V. S. (2014). Fatores associados à segurança alimentar nos domicílios brasileiros em 2009. In *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia* (Vol. 50). SciELO Brasil.
- Fritz, K. B. B., Waquil, P. D., & Fritz Filho, L. F. (2014). A Insegurança Alimentar no Rural do Rio Grande do Sul: análise da privação de uma capacitação básica. *Desenvolvimento em Questão* 12(26), 41–78.
- Gubert, M. B. (2009). *Modelo preditivo de insegurança alimentar grave para os municípios brasileiros* (Tese). Universidade de Brasília, Brasília - DF.
- Hoffmann, R., & Kageyama, A. (2007). Pobreza, insegurança alimentar e pluriatividade no Brasil. In *Congresso Da Sober* (Vol. 45).
- Kuwornu, J. K., Suleyman, D. M., & Ditchfield, A. P. (2013). Analysis of food security status of farming households in the forest belt of the Central Region of Ghana. *Russian Journal of Agricultural and Socio-Economic Sciences* 13(1), 26-42.
- Santos, S. M. C. dos, & Santos, L. M. P. (2007). Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002: 1-Abordagem metodológica. *Cad. saúde pública* 23(5), 1029–1040.
- Sen, A. (1983). Poor, Relatively Speaking. *Oxford Economic Papers* 35(2), 153–169.

## THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA

---

Protected areas, conservation policies, property rights and social conflicts | Áreas protegidas, políticas de conservação, direitos de propriedade e conflitos sociais

## **A questão agrária brasileira e suas implicações na pesca artesanal: os conflitos e a luta pelos territórios pesqueiros**

Suana Medeiros Silva

Universidade Federal de Pernambuco

swanygeo@yahoo.com.br

Claudio Ubiratan Gonçalves

Universidade Federal de Pernambuco

birarural@ig.com

### **RESUMO**

Todos os projetos de organização espacial, de independência ou “desenvolvimento” do Brasil tiveram como base a concentração latifundiária, combinada à exploração do trabalho e da natureza. Apesar dos conflitos históricos e atuais envolvendo a concentração de terra, no Brasil a reforma agrária nunca se efetivou; a elite latifundiária – iniciada no período colonial – representava e representa uma das maiores forças político-econômicas do país. Além disso, outras forças como a elite industrial e o grande capital estrangeiro seguem também junto ao Estado em um constante processo de uso e expropriação da terra e dos espaços que secularmente são utilizados por povos tradicionais para a reprodução de suas vidas. Nesse sentido o objetivo desse trabalho – que é parte da nossa pesquisa de doutorado – é discutir a relação da questão agrária com os conflitos e as lutas pelos territórios pesqueiros no Brasil, evidenciando o papel do Estado e do grande capital nessa correlação de forças.

**PALAVRAS-CHAVE:** questão agrária, Brasil, pesca artesanal.

### **1. INTRODUÇÃO**

O que se configura hoje como a questão agrária brasileira, tem início no processo de colonização e, conseqüentemente, nas formas de divisão e relações referentes à propriedade e à posse da terra. Tais relações ganham novos elementos ao longo da história do país, mas preservam os seus pilares: a desigualdade de classes e um modelo de desenvolvimento elitista e, portanto, excludente. Todos os projetos de organização espacial, de independência ou “desenvolvimento” do país tiveram como base a concentração latifundiária, combinada à exploração do trabalho e da natureza. Processos semelhantes ocorreram em toda a América Latina, que em sua totalidade subsidiou, mediante sua exploração, a ascensão da Europa enquanto centro político-econômico mundial. Alguns países latinoamericanos encontraram na reforma agrária uma solução em tempos de crises do capital e reorganização econômica. Porém, no Brasil a reforma agrária nunca se efetivou; a elite latifundiária – iniciada no período colonial – representava e representa uma das maiores forças político-econômicas do país. Além disso, outras forças como a elite industrial e o grande capital estrangeiro seguem também junto ao Estado em um constante processo de uso e expropriação da terra e dos espaços que secularmente são utilizados por povos tradicionais para a reprodução de suas vidas. Assim, o cenário que se intensifica progressivamente, é o do avanço do agronegócio, dos megaprojetos de produção e

reprodução do capital, das grandes obras de infraestrutura para o escoamento de mercadorias, da exploração exacerbada da natureza e a tomada e/ou destruição dos espaços onde é praticada a pesca artesanal e reproduzidos outros modos de vida fora da lógica da acumulação. Nesse sentido, a questão agrária no Brasil se configura não somente como uma luta por terra, mas também por água e território. A luta pela reforma agrária reflete essas múltiplas lutas, que se traduzem em reivindicações por territórios camponeses, quilombolas e indígenas, territórios pesqueiros, reservas extrativistas, dentre outros. Reivindicações pelo direito à terra e à água, que possibilitam a reprodução da vida. Dentro desse cenário, nos dedicamos a estudar os conflitos e as lutas das comunidades de pesca artesanal por garantir seus territórios. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho – que é parte da nossa pesquisa de doutorado – é discutir a relação da questão agrária com os conflitos e as lutas pelos territórios pesqueiros no Brasil, evidenciando o papel do Estado e do grande capital nessa correlação de forças.

## **2. DA PARTILHA À EXPROPRIAÇÃO: CONCENTRAÇÃO DE TERRA E ÁGUA NO BRASIL**

A primeira partilha de terras no que hoje é Brasil, significou, não obstante, a primeira grande expropriação das terras onde os povos originários locais reproduziam a vida. O sistema de Capitânicas Hereditárias dividiu, no século XVI, a porção de terra sob domínio português em quinze extensas faixas de terra, que partiam do litoral (leste) em direção ao oeste – até o limite estabelecido no Tratado de Tordesilhas com a Espanha. As capitânicas eram entregues a donatários, que eram pessoas ligadas a coroa; tinham como obrigação ocupar esse território e produzir na terra. Podiam repassar o direito de uso das capitânicas a seus filhos, mas eram proibidos de vendê-las. Por serem muito extensas, as capitânicas não foram desenvolvidas como esperava a coroa e muitas foram abandonadas.

O Sistema de Sesmarias, adotado para compensar os vazios de produção e o abandono de parte das capitânicas hereditárias pelos donatários, resultou em uma exploração mais efetiva da terra e conseqüentemente, numa maior exploração do trabalho escravo. As sesmarias eram porções de terra menores que as capitânicas – porém ainda muito extensas – doadas a pessoas ligadas a nobreza portuguesa também, e que igualmente tinham por obrigação manter a terra produtiva. Foi nas sesmarias que foi implantado o sistema de *plantation*, monocultivo desenvolvido nos grandes latifúndios – tendo sido iniciado com a cana-de-açúcar para a exportação do açúcar e continuado com algodão, fumo, café. O sistema seguia semelhante lógica das capitânicas no sentido de que a posse legal e o controle da terra só era possível para pessoas que tivessem algum tipo de vínculo com a coroa e/ou nobreza de Portugal; e também

não podia ser vendida nem negociada. Cabe ressaltar portanto, que ainda que o sistema de posse e controle da terra fosse por meio de doações e não da compra, indígenas, escravas e escravos estavam radicalmente excluídos, sendo quem de verdade trabalhava e produzia nas referidas terras – sob regime de escravidão, é sempre importante frisar.

Tal sistema de posse da terra somente por doação era burlada, contudo, pela figura do posseiro, pequeno lavrador migrante que se apropriava da terra e a cultivava. Segundo Faoro (1979) os posseiros representaram um elemento significativo na mudança legal sobre a posse da terra. Fato que não implica nenhuma mudança positiva para indígenas, negras e negros.

Nesse cenário, segundo Faoro, a Lei de Terras foi uma forma de regularizar essas ocupações que se davam pelos posseiros e evitar também futuras ocupações semelhantes. Não somente as sesmarias estavam propícias às ocupações, mas as terras devolutas também. Primeiramente, “uma classe de posseiros sem títulos, legitimados, em 1822, com a qualidade de proprietários, com medida (Resolução de 17 de julho de 1822) que anulou o regime das sesmarias”. Depois, “o novo estatuto promulgado em 1850, que consagrou o sistema da compra das terras devolutas [127]” (Faoro, 1979). A combinação legal da Resolução e da Lei de Terras, representou, portanto, uma mudança de estratégia no domínio e na concentração de terras no Brasil, como reação às práticas de posse que haviam saído de controle da coroa e que na prática, não seguiam à risca o sistema de sesmarias. Além disso, representa um marco também na forma como a terra passa a ser tratada a partir de agora – como uma mercadoria – alcançando nesse processo, um preço nunca antes alcançado.

Assim foram, pois, se conformando as novas relações em torno do trabalho e da terra, moldadas com a Lei de Terras, com o fim da escravatura e com a transformação da terra na mercadoria mais rentável para o latifundiário. “A principal fonte de lucro do fazendeiro passou a ser a renda diferencial produzida pela maior fertilidade das terras novas” (Faoro, 1979, p. 33). O resultado de todo esse processo é a questão agrária que temos atualmente no Brasil, constituída de uma grande massa de camponesas e camponeses de trabalho livre frente a uma terra cativa. O preço do trabalho não alcança o preço da terra; e a renda da terra continua sendo para os latifundiários, a principal fonte de reprodução do capital. Sobre esse alicerce está a questão agrária e todos os seus desdobramentos: as reivindicações, as lutas, as revoluções e as políticas agrárias – sobre as quais trataremos a seguir.

### **3. DA CONCENTRAÇÃO DE TERRA À CONTRA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL**

Diante da história agrária do Brasil e da sua estrutura fundiária, onde a concentração de

terras se perpetua até os dias atuais, a necessidade e a luta pela reforma agrária são uma constante. Por outro lado, a negligência com a questão agrária e o histórico movimento contrário da elite latifundista juntamente com os governos federais para que ela não seja efetivada, é também um fato.

De acordo com Laranjeira (1983 *apud* Oliveira, 2007, p. 104), foi na Constituição Federal de 1946 que surgiram as primeiras propostas para a reforma agrária no Brasil, que tinham como princípios a “desapropriação por interesse social” e a “justa distribuição da propriedade”. Uma lei que se baseasse em tais princípios, “poderia vir a se constituir, no início de uma proposta de reforma agrária para o campo brasileiro. Mas, até o início dos anos 60, nenhum dos projetos apresentados, conseguiu tornar-se lei frente à maioria reacionária das elites latifundiárias no Congresso Nacional”. (Laranjeira, 1983 *apud* Oliveira, 2007, p. 104). As elites latifundiárias do século XX no Brasil são herdeiras das mesmas elites latifundiárias do Brasil colônia e do Brasil império. Além do poder econômico que desenvolveram desde as sesmarias e do regime escravocrata, aumentaram ao longo da história o seu poder político de forma exponencial.

Com o golpe de Estado, em 1964, e a implantação do regime militar, cessaram-se os debates acerca da necessidade de uma reforma agrária, sendo implantada uma política de modernização no campo, com a *Revolução Verde*. Ao fim da ditadura militar (1985), na chamada “Transição Democrática”, contraditoriamente à situação do momento, a Reforma Agrária foi anunciada como uma das prioridades do governo de José Sarney. O I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA foi elaborado segundo o Estatuto da Terra pelos mesmos autores e aprovado em 1985. Contudo, apresentava retrocessos em relação ao Estatuto, sobretudo no tocante a desapropriação de latifúndios. Ainda assim, o I PNRA causou reação e grandes disputas da União Democrática Ruralista – UDR com o governo Sarney e os camponeses, tendo como consequência o fracasso do Plano (Oliveira, 2007, p. 126).

O II PNRA somente foi elaborado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003 – o primeiro governo PT – com previsão de implementação até 2007. A expectativa gerada em torno dessa segunda versão do PNRA era grande, visto que o Partido dos Trabalhadores representava para os movimentos sociais do campo a possibilidade de uma real reforma agrária, prometida pelo próprio partido *de esquerda*. Contudo, o governo Lula não cumpriu as metas do II Plano e, além disso, mesmo continuando no poder nos três seguintes mandatos, o PT não colocou a reforma agrária como uma prioridade, não tendo inclusive, elaborado um terceiro Plano.

Ariovaldo de Oliveira vem afirmando em seus estudos – com base em dados do II PNRA



e na realidade agrária brasileira atual – que o governo Lula, absolutamente, não fez uma reforma agrária. Além disso e mais problemático ainda, Oliveira (2008) afirma que o governo Lula fez uma *Contra Reforma Agrária*. Segundo ele, o II PNRA além de prever o reconhecimento, demarcação e titulação de todas as terras de comunidades quilombolas, se constituía das seguintes metas: implementação de 400 mil novos assentamentos através de desapropriações, compra de terras e retomada de terras públicas ocupadas por latifundiários de forma ilegal (grileiros); regularização fundiária de 500 mil posses para os primeiros quatro anos; venda de terras através do Programa Nacional de Crédito Fundiário para 150 mil famílias. Com isso, no final do primeiro governo Lula 1 milhão e 50 mil famílias deveriam ter sido assentadas, regularizadas e/ou adquirido terras.

A realidade do que Oliveira chama de *contra reforma agrária* se estende também aos dois governos da presidenta Dilma Rousseff – primeiro mandato iniciado em 2011 e segundo iniciado em 2015. Nesse cenário, tanto nos governos Lula quanto nos governos Dilma, os conflitos envolvendo famílias de camponeses sem terra ou em condição de terras não regularizadas têm índices altíssimos. Os conflitos envolvem também famílias e comunidades atingidas por grandes obras estatais e empreendimentos privados. Tais conflitos atingem vários níveis de violência que vão desde a expulsão da terra sobre coerção da polícia e/ou jagunços, até assassinatos individuais e chacinas. A Comissão Pastoral da Terra – CPT tem um grande acervo dos dados desses conflitos em seus cadernos publicados anualmente.

#### **4. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA QUESTÃO AGRÁRIA NA PESCA ARTESANAL**

A pesca artesanal no Brasil é bastante expressiva, sendo responsável por mais de 60% da produção de pescado no país. Contudo, as comunidades de pescadoras e pescadores artesanais, sejam litorâneas ou interioranas, estão constantemente sob a mira da política desenvolvimentista brasileira, tendo como consequência o avanço do capital em seus territórios. Ao longo da formação do Estado-nação até os dias atuais, recebem por meio de diversas políticas várias investidas sobre seus modos de vida e de trabalho. Tais investidas têm como finalidade real a implantação de um modelo industrial de pesca e aquicultura – com fins de exportação – sob o discurso de melhor aproveitar o “recurso aquícola” do país e “acabar com a pobreza dos pescadores”.

Diante dessa conjuntura, várias reivindicações e lutas são pautadas por essas comunidades, com o objetivo de garantirem seus territórios e a reprodução digna de suas vidas. Os territórios são reivindicados de diversas formas, seja por meio da reforma agrária nos moldes

camponeses, seja por meio de outros arranjos institucionais, como a Reserva Extrativista. A Reserva Extrativista – Resex é uma das categorias de Unidades de Conservação que integra o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza no Brasil – SNUC, instituído pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. A primeira Resex do país foi criada na década de 1990 por meio de um decreto, como resultado do processo de luta pela terra dos povos seringueiros do norte brasileiro. Atualmente, existem mais de sessenta Resex em todo o país, dentre as quais também se encontram as Reservas Extrativistas Marinhas. As Reservas são áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, que segundo a legislação, têm sua existência baseada no extrativismo e complementarmente na agricultura e na criação de animais de pequeno porte. Segundo a lei, as Resex têm como objetivos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso “sustentável” dos “recursos” naturais da unidade.

## 5. CONCLUSÕES

Diante do exposto, inferimos que apesar do que as reservas extrativistas significam, a institucionalização das mesmas tem sido uma via difícil também, visto que não é interessante do ponto de vista desenvolvimentista – sobretudo se tratando dos territórios costeiros, com alto interesse econômico para a construção de complexos portuários, de usinas eólicas e empreendimentos turísticos. A maioria das comunidades pesqueiras vivem cotidianamente enfrentando as consequências do avanço do capital sobre seus territórios, sob o aval e o incentivo do Estado. As consequências são várias e dentre as principais estão a poluição dos corpos d'água e a queda na produção, conseqüentemente a isso, a falta de soberania alimentar e; ademais, a perda efetiva do acesso aos espaços onde é praticada a pesca artesanal, assim como a perda de direitos trabalhistas, ocorrida fortemente nos últimos dois anos. Assim, a alternativa para essas famílias é seguir no trabalho e na luta pela garantia dos seus territórios, pela luta de uma reforma agrária que garanta a reprodução de suas vidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Faoro, R. (1979). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre, Globo. 2v.
- Oliveira, A. U. (2008). *Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo LULA. Eixo Temático: Dinámica de los Espacios Rurales y Sustentabilidad: Articulaciones del espacio rural*.
- Oliveira, A. U. (2007). *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições.

## Amazônia “multifuncional”: política ambiental, conflito de uso da terra e exclusão social no Oeste do Pará (Brasil)

Felipe da Silva Machado  
Plymouth University  
felipe.dasilvamachado@plymouth.ac.uk

### RESUMO

Para além da dimensão econômica, a Amazônia atende a outros interesses globais, relacionados às questões ambientais que, ao alterar a organização espacial impondo limites e restrições de uso, incidem diretamente nas questões territoriais e influenciam diretamente nas ações locais. O presente estudo alinha-se ao pressuposto de que a multifuncionalidade e a sustentabilidade, processos que estão na base do desenvolvimento territorial, demandam foco maior na diversidade e história regional e no reconhecimento das diferentes trajetórias do processo de reestruturação espacial. Através de pesquisas de campo realizadas na região de Santarém e em pequenas comunidades ribeirinhas incluídas na área da Floresta Nacional do Tapajós, Oeste do estado do Pará, a comunicação pretende apresentar as múltiplas direções do processo de reestruturação espacial em uma região de fronteira agrícola no vale médio do rio Amazonas e no vale do rio Tapajós e revelar a complexidade da Amazônia Brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Multifuncionalidade; políticas ambientais; Amazônia brasileira; Pará; Brasil.

### 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a geografia tem contribuído para a compreensão da gestão territorial da Amazônia. Através de abordagens multidimensionais, pesquisas acerca dos processos espaciais têm demonstrando a complexidade e a variação espacial da região. Por muitos anos interpretada como um espaço homogêneo, atualmente, estudos apresentam a Amazônia como um território complexo e heterogêneo, com diferenças tanto nos aspectos da sua geografia física quanto nas dinâmicas sociais dos diferentes atores e agentes espaciais. Assim, a geografia tem realizado estudos nos seus diferentes campos, por exemplo, investigações sobre a urbanização da Amazônia e gestão territorial a partir da centralidade exercida pelos núcleos urbanos (Becker, 1990), conflitos sociais na fronteira agrícola (Hoefle, 2012), construção de capital social na várzea amazônica (Bicalho, 2009), dinâmica da agricultura nas áreas rurais próximas ao mercado urbano regional (Bicalho, 2008). Poderíamos citar muitos outros estudos que vêm contribuindo para a compreensão dos processos espaciais nessa região do Brasil e da América do Sul.

A oportunidade de pensar a complexidade da Amazônia no debate contemporâneo acerca do quadro da multifuncionalidade espacial e os exemplos de áreas visitadas em atividades acadêmicas e expedições ao estado do Pará estimularam a ideia de escrever essa reflexão teórica com impressões de experiências empíricas. Assim, a comunicação é resultado

de diferentes visitas à região amazônica, em especial, a última viagem ao Oeste do Pará (em outubro de 2013), quando o grupo de pesquisa percorreu durante duas semanas o rio Tapajós, com foco nas áreas incluídas na Floresta Nacional do Tapajós (ICMBio – Flona/Tapajós), e buscou investigar a dinâmica das comunidades ribeirinhas e a sua interação com os últimos processos desencadeados pelas políticas ambientais e pela urbanização de Santarém. Para o entendimento das diferentes dinâmicas espaciais, que ultrapassam a escala local, o estudo buscou incluir as relações com o debate internacional sobre conservação de áreas florestais e multifuncionalidade espacial e os projetos nacionais de desenvolvimento territorial da Amazônia.

## 2. MULTIFUNCIONALIDADE E AMAZÔNIA

Para além da dimensão econômica, a Amazônia atende a outros interesses globais, relacionados às questões ambientais que, ao alterar a organização espacial impondo limites e restrições de uso, incidem diretamente nas questões territoriais e influenciam diretamente nas ações locais. Políticas ambientais de preservação nas escalas nacional e regional também repercutem diretamente na dinâmica espacial da Região Amazônica e, conseqüentemente, nas ações dos atores locais. Assim, a Amazônia Brasileira tem sido palco ativo de interesses ambientais que restringem e conflitam com outros usos da terra, ao mesmo tempo em que fomentam novos usos e funções espaciais. A multifuncionalidade torna-se um conceito-chave para compreensão da complexidade espacial na dimensão dos diferentes usos e funções desencadeados pela ação de diversos atores e agentes espaciais.

Ao interpretar o desenvolvimento territorial da Amazônia em uma realidade de forte atuação de diversos atores e agentes nas diferentes escalas espaciais, torna-se fundamental reconhecer os processos de interação e integração entre as diversas dinâmicas espaciais. A multifuncionalidade, processo que relaciona diversidade e funcionalidade econômica, social e ambiental de áreas rurais, é um conceito aplicado a espaços em interações múltiplas e de múltiplos atores (Wilson, 2007; 2010), sendo um conceito-chave à investigação de processos na Amazônia, uma região com características rurais que apresenta novas demandas, acompanhando as mudanças contemporâneas da sociedade global.

No contexto da contemporaneidade, a geografia tem contribuído na análise e avaliação da universalidade do conceito da multifuncionalidade e sua adequação na compreensão dos atuais processos de reestruturação do espaço seja em países e regiões de economias produtivistas ou pós-produtivistas face à presença disseminada de novos processos da sociedade

globalizada (Wilson, 2010; Woods, 2011). Atualmente, avalia-se a validade da multifuncionalidade para a compreensão da reestruturação espacial em sua diversidade econômica, social e ambiental e processos de governança local e regional. Para agenda de pesquisa no Brasil, investiga-se a correlação da multifuncionalidade nas políticas nacionais tendo em vista políticas globais assumidas pelo país em fóruns internacionais que influenciam no planejamento e gestão territorial. Palco de constantes debates sobre a importância do seu papel nos projetos político-econômicos nacionais e nas políticas ambientais globais, inclusive, considerada um ambiente do globo terrestre crucial nas mudanças climáticas, a Amazônia é um espaço geográfico que passa a ser compreendido a partir do quadro da multifuncionalidade.

### **3. POLÍTICA AMBIENTAL, CONFLITO DE USO DA TERRA E EXCLUSÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

Desde a década de 1970, em função da rápida sucessão de projetos de desenvolvimento, a Amazônia brasileira registrou mudanças estruturais importantes. A fase do desenvolvimentismo, cujo auge ocorreu durante o Programa de Integração Nacional, entre 1970 e 1985, provocou intensos conflitos sociais e ambientais na região amazônica (Becker, 1990, 2004). “À medida que os grandes eixos de estradas pioneiras eram construídos na terra firme, ou seja, nas áreas não inundadas, as frentes de povoamento invadiam a selva e novas aglomerações apareciam, muitas sob a forma de cidade” (Machado, 1999, p. 117). Atualmente, as mudanças estruturais para integração permanecem e são ampliadas, atuando em áreas que não se restringem a Amazônia brasileira, se estendendo à Amazônia Sul-Americana. Para Becker (2002) não será possível promover a integração sem internalizar seus benefícios para as populações locais, sob risco de afetar negativamente a governabilidade e a soberania.

Na Amazônia, os primeiros estudos críticos demonstram que os pequenos grupos e as minorias sociais são os mais afetados no processo desenvolvimentista com a perda da floresta e da terra e com a exploração do trabalho. Nos últimos anos, estudos têm demonstrando que o conservadorismo ambiental radical também pode desencadear a expulsão das populações tradicionais, perda de capital econômico e social e migração para as grandes cidades, resultando na intensificação da urbanização nas capitais regionais amazônicas. Através de abordagens não-lineares do processo de mudança, algumas pesquisas revelam que políticas ambientais de preservação de áreas florestais no Brasil têm sido acompanhadas de grande tensão social face à restrição à ocupação e limitação de uso dos recursos pela população local.

Bicalho e Hoefle (2015), em uma pesquisa acerca do conflito socioambiental na Amazônia Brasileira com ênfase nas unidades de conservação ambiental, refletem sobre as

questões agrárias surgidas com a delimitação e imposição de restrições às populações, desencadeando mobilização de movimentos sociais no enfrentamento das instituições gestoras das políticas ambientais. As políticas de preservação de florestas no Brasil têm sido indicadas como exemplos de imposições conservacionistas em comunidades tradicionais, porém ocorrem processos de resistência por parte das populações residentes que reivindicam seus direitos de uso da terra. Assim, observa-se um impasse entre o Estado e as populações resistentes. “Movimentos sociais nas unidades de conservação, como a ocorrida na FLONA Tapajós e no PARNA Amazônia, fez com que o Estado revisitasse sua atuação, atendendo ou acordando formas de atender reivindicações de populações locais atingidas pelas medidas preservacionistas” (Bicalho & Hoefle, 2014, p. 284).

#### **4. A COMPLEXIDADE DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO ATRAVÉS DO TRABALHO DE CAMPO NO OESTE DO PARÁ**

O presente debate alinha-se ao pressuposto de que a multifuncionalidade e a sustentabilidade, processos que estão na base do desenvolvimento territorial, demandam foco maior na diversidade e história regional e no reconhecimento das diferentes trajetórias do processo de reestruturação espacial. Através de trabalhos de campo realizados na região de Santarém e em pequenas comunidades ribeirinhas incluídas na área da Floresta Nacional do Tapajós (ICMBio – Flona/Tapajós), a pesquisa observou as múltiplas direções do processo de reestruturação espacial em uma região de fronteira agrícola no vale médio do rio Amazonas e no vale do rio Tapajós e complexidade das políticas ambientais na Amazônia brasileira.

A área de investigação das atividades de campo, a região de Santarém, está localizada entre as grandes cidades amazônicas de Manaus e Belém. A distância entre as duas capitais dos estados do Amazonas e do Pará e a posição no vale médio do rio Amazonas são fatores para a centralidade histórica que Santarém exerce no Oeste do estado do Pará. Sendo a capital da região do Tapajós e participando da dinâmica amazônica desde os primeiros séculos de ocupação pelos jesuítas, “Santarém mescla a exploração predatória primária como novas tendências urbano-industriais, constituindo-se como portal de ordenamento de múltiplas fronteiras históricas, visando mercados regionais, nacionais e globais, evoluindo de uma economia ribeirinha extrativa à economia agroindustrial” (Hoefle, 2013, p. 46).

A oportunidade de conhecer as diferentes comunidades ribeirinhas do rio Tapajós revelou a diversidade da dinâmica espacial nessa porção do território brasileiro, vista até alguns anos atrás, exclusivamente, como uma grande área coberta por uma vegetação densa e por rios extensos e volumosos. A partir das entrevistas realizadas nas comunidade, não se restringindo

aos líderes comunitários, foi possível compreender as estratégias adotadas pelos atores sociais no cenário de mudanças. Algumas comunidades ribeirinhas mais organizadas vêm resistindo às restrições de uso impostas pelos órgãos ambientais na delimitação de área para uso agrícola e área de preservação florestal. Os grupos sociais organizados apresentam criativas estratégias para sua manutenção na área ribeirinha e buscam se integrar às novas demandas regionais.

Entretanto, durante as atividades de campo, também foi possível encontrar comunidades que apresentam perda de capital social e econômico nos anos recentes. Por exemplo, jovens que não têm acesso aos últimos anos do ensino público na localidade onde reside ou nas comunidades próximas, o que estimula a saída desse grupo para a capital regional. Baixo nível de renda e empobrecimento da população com a redução do capital econômico oriundo da atividade agrícola, agora reduzida e limitada pelas regulações impostas. Em suma, a pesquisa empírica permitiu compreender a variação e a diversidade espacial das comunidades ribeirinhas do Tapajós e da região de Santarém, a complexidade do desenvolvimento territorial nessa porção da Amazônia com os seus desafios de acolher demandas externas da contemporaneidade e a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável junto aos atores internos e externos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da Amazônia no contexto da globalização tem sido investigada nos últimos anos por diferentes abordagens. A região vem sendo analisada a partir do avanço da fronteira agrícola sobre as áreas de floresta, no seu posicionamento no debate global acerca das mudanças globais ou na urbanização como um processo mundial que também está em curso nas grandes cidades amazônicas. Nessa reflexão busquei inserir questões globais como a multifuncionalidade e os desafios do desenvolvimento territorial a partir de referências teóricas e impressões de viagens à Amazônia que revelam as dinâmicas internas em uma parte da região e as ações dos atores sociais locais no contexto de mudanças. Torna-se cada vez mais necessário que as investigações em geografia humana acerca das transformações desencadeadas pela globalização sejam tratadas nos diferentes níveis escalares, com ênfase na compreensão da complexidade do local nas suas diferentes dimensões.

Investigar a Amazônia é um grande desafio por ser uma região que mescla diferentes tempos e espaços. Para compreender a região em uma abordagem multidimensional e multidirecional, o pesquisador precisa conhecer a história regional e estabelecer contato com os diferentes atores e agentes (internos e externos). Ao mesmo tempo em que impõe dificuldades para sua compressão, a Amazônia revela urgência na construção de conhecimentos



para contribuir no seu desenvolvimento no quadro da multifuncionalidade. Os processos espaciais são rápidos, acompanham o mundo globalizado e demandam a compreensão para além da visão conservacionista da Amazônia como floresta do mundo. Há uma sociedade complexa nessa extensa “floresta”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Becker, B.K. (1990). *Amazônia*. São Paulo: Ática
- Becker, B.K. (2002). *Amazônia: Mudanças Estruturais e Tendências na Passagem do Milênio*. In: Mendes, A. D. (Org.). *A Amazônia e o seu Banco*. Manaus: Valer, p. 71-94.
- Bicalho, A.M.S.M. (2009). *Capital Social na Várzea Amazônica*. In: A.M.S.M. Bicalho; P.C.C. Gomes. (Org.). *Questões Metodológicas e Novas Temáticas na Pesquisa Geográfica*. Rio de Janeiro: PUBL!T, p. 116-145.
- Bicalho, A.M.S.M. (2008). *Comercialização da produção familiar: canais de distribuição da hortifruticultura no abastecimento urbano*. In: Oliveira, M.P., Coelho, M.C.N. e Corrêa, A.M. (Org.). *O Brasil, a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas II*, Rio de Janeiro: Lamparina, p. 279-297.
- Bicalho, A.M.S.M. e Hoefle, S.W. (2014). *Política ambiental e conflito social na Floresta Nacional do Tapajós e no Parque Nacional da Amazônia*. In: *I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território*, 2014, Rio de Janeiro. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território. Rio de Janeiro: REBRAGEO, p. 282-291.
- Bicalho, A.M.S.M e Hoefle, S.W. (2015). *Conservation Units, Environmental Services and Frontier Peasants in the Central Amazon: Multi-functionality, Juxtaposition or Conflict?*. In: Donald Woods. (Org.). *Climate Change, Culture, and Economics: Anthropological Investigations*. Londres: Emerald, p. 67-105.
- Dasí, J.F. (2009). *Cooperación para la cohesión territorial: una interpretación multinivel desde el SO europeo*. In: Sendra, J.B. e Espinosa, V.M.R. *La perspectiva geográfica ante los retos de la sociedad y el medio ambiente em el contexto ibérico.*, Madrid: Universidad de Alcalá, p. 117-148.
- Hoefle, S.W. (2012). *Soybeans in the Heart of the Amazon?*. *Horizons in Geography*, v. 81-82, 2012, p. 94-106.
- Hoefle, S.W. (2013). *Santarém, Cidade Portal de Fronteiras Históricas do Oeste do Pará*. *Espaço Aberto (UFRJ)*, v. 3, p. 45-76.
- Machado, L.O. (1999). *Urbanização e Mercado de Trabalho na Amazônia Brasileira*. *Cadernos IPPUR*, Ano XIII, nº 1, p. 109-138.
- Wilson, G.A. (2007). *Multifunctional Agriculture: A Transition Theory Perspective*. CABI, Wallingford.
- Wilson, G.A. (2010). *Multifunctional ‘quality’ and rural community resilience*. *Transactions of the Institute of British Geographers* 35 (3), p. 364–381.
- Woods, M. (2011). *Rural*. Routledge, New York: Abingdon.

## **Análisis de influencia de variables de satisfacción de visitantes de espacios naturales protegidos mediante la metodología AID. Caso del Parque Nacional de Aigüestortes, en España**

Rosa M. Florensa Guiu  
Universidad de Lleida  
rmflorensa@aegern.udl.es  
Antonio Colom Gorgues  
Universidad de Lleida  
antonio\_colom@hotmail.com

### **RESUMEN**

La satisfacción de los visitantes de los Espacios Naturales Protegidos (ENP) está influenciada por distintas variables cuantitativas y cualitativas que es indispensable identificar y analizar para optimizar la valoración final, y lograr información para mejorar la utilidad de uso y disfrute de dichos ENP. El propósito de este trabajo es analizar las variables e inputs a considerar en los instrumentos utilizados para el seguimiento y la evaluación del uso público de los ENP, en aplicación al Parque Nacional de Aigüestortes, que sirven para identificar y valorar la satisfacción y las expectativas de los visitantes, analizando también aspectos relacionados con la calidad y la actividad ecoturística. En este proceso de investigación, se han analizado estadísticamente, a través del Análisis de Componentes Principales (ACP), las variables explicativas, sus correlaciones y definido los factores resultantes. Posteriormente se ha aplicado el método de Detección Automática de Interacciones (AID), para valorar la influencia de distintas variables explicativas con el factor final (variable criterio), considerada producto de la satisfacción del visitante. A través de las encuestas del Parque Nacional de Aigüestortes y del ACP, se constata que las variables que se pueden considerar como resultado o producto de la visita (equivalentes o medidoras de la satisfacción), serían: la “valoración final de la visita en el ENP”, la “recomendación de este espacio natural a otra persona”, y la “posibilidad de volver de nuevo”. Se ha constatado que existe relación entre el conocimiento y la información previa del ENP y el nivel de satisfacción final, con lo cual no afecta el factor sorpresa, y ya se conocen los servicios, prestaciones y características del entorno, en una mayoría de los visitantes. Es interesante remarcar que, en la valoración global de los servicios, afectan el paisaje, la planificación previa, el conocimiento de la red de parques, el entorno, la señalización y la accesibilidad, pero no afecta la edad del visitante, estado de los caminos, horarios, valoración de las publicaciones y posibilidades de pagar.

**PALABRAS CLAVE:** Espacios Naturales Protegidos; uso público; satisfacción de visitantes; Detección Automática de Interacciones (AID); turismo ecológico.

### **1. INTRODUCCIÓN. EL TURISMO EN ESPAÑA. OBJETIVOS DEL TRABAJO**

El turismo es en España una de las actividades más importantes de la economía del país. El desarrollo y crecimiento español no se pueden entender sin tener en cuenta el papel que ha jugado el turismo, es y ha sido uno de los principales sectores generadores de crecimiento en una economía madura como la española (García et al. 2013). Junto con Francia y Estados Unidos, España es uno de los principales receptores de los movimientos turísticos internacionales. España cerró el año 2014 recibiendo cerca de 65 millones de turistas internacionales, 4,3 millones más que en 2013.

En la investigación que ha dado lugar al presente trabajo, se intentaron lograr los objetivos: 1) objetivo general: analizar las variables y los inputs a considerar en los instrumentos utilizados para el seguimiento y evaluación del uso público de los ENP, en aplicación al PNAESM, que sirven para identificar y valorar la satisfacción y las expectativas de los visitantes, analizando también aspectos relacionados con la calidad y la actividad ecoturística; 2) objetivos específicos: valorar si existe relación entre el conocimiento, la información previa del ENP y la planificación de las visitas con el nivel de satisfacción, y por ello, tratar de evaluar si se conoce de antemano la tipología de prestaciones y servicios que se ofrecen en ese entorno; relacionar si la valoración de los servicios y las infraestructuras incide en la valoración final de la visita y en la satisfacción del usuario o visitante.

## **2. TURISMO DE NATURALEZA Y TURISMO ECOLÓGICO O ECOTURISMO**

La evolución del turismo tradicional ha ido dando paso al fenómeno del consumo masivo de naturaleza en sus formas recreativa y turística, los destinos básicos del esparcimiento en áreas naturales que son el medio rural y los espacios naturales (Blanco & Benayas, 1994). El modelo de turismo de naturaleza (SGT, 2004) consiste en un modelo turístico individualizado y especializado, frente a los modelos de turismo de masas. En la eclosión de términos para designar estas formas alternativas de turismo, encontramos: turismo verde, turismo alternativo, turismo de interior, turismo ambiental, pero dos son los conceptos que se han asentado de forma clara: el ecoturismo y turismo sostenible (Donaire, 2002), aunque en alguna literatura se genera confusión entre ellos. El ecoturismo, corresponde al turismo que se realiza motivado por la naturaleza, para descubrirla, conocerla y disfrutarla, y es la modalidad turística más idónea en los espacios naturales protegidos (Gómez-Limón et al., 2010; Pérez de las Heras, 2004).

## **3. METODOLOGÍA APLICADA. ENCUESTAS, MUESTREO, APLICACIÓN Y ANÁLISIS ESTADÍSTICO**

Después de realizar la búsqueda bibliográfica correspondiente, efectuar su análisis, y completar la exploración previa con información y datos de expertos, se continuo con el diseño y aplicación de los formularios de las encuestas utilizadas en la Evaluación del uso público del Parque Nacional d'Aiguestortes i Estany de Sant Maurici (PNAESM). Constaban de 65 preguntas que sirvieron para dar respuesta a las distintas variables planteadas, y entre las preguntas había Preguntas de Identificación, Preguntas Sustantivas, de filtro y de control. Se

tuvo en cuenta las pautas definidas por Europarc, para caracterizar el perfil del visitante (Europarc, 2005).

La muestra se calculó teniendo en cuenta el número de visitantes del Parque en los años previos a la realización de la encuesta, valor medio situado alrededor de 350.000 visitantes, y en base a un error de muestreo  $\varepsilon = 5,0\%$  y un intervalo de confianza de 95,5%. El tamaño de muestra necesaria era  $n = 400$  encuestas correctas. Se utilizaron 452 encuestas representativas de los dos sectores del PNAESM. Se aplicó el programa estadístico DYANE (Diseño y Análisis de Encuestas en investigación social y de mercados) en su versión 4 (Santesmases, 2009). Los resultados obtenidos sirvieron para aceptar o refutar las hipótesis planteadas de acuerdo con los objetivos previstos, permitiendo llegar a las conclusiones finales. Se realizaron 9 tipos de análisis estadísticos utilizando el programa DYANE v4 adaptado a encuestas de investigación social y de mercados: 1) Tabulación básica; 2) Coeficiente alfa de Cronbach; 3) Análisis de Componentes Principales; 4) Tabulación cruzada de frecuencias; 5) Tabulación cruzada de valores medios; 6) Correlación lineal; 7) Análisis de Regresión múltiple; 8) Detección Automática de Interacciones; 9) Análisis de correlaciones canónicas; de todo lo cual, solo se presenta una breve síntesis en el presente trabajo. A partir de los resultados, análisis y diagnósticos se llegó a las conclusiones.

**Tabla 1:** Cargas de los factores retenidos (después de la rotación)

Nº	VARIABLES	FAC1	FAC2	FAC3	FAC4	FAC5	COMUNALIDAD
18	NORMAS	-0,0429	0,1563	-0,0544	0,0061	0,5345*	0,3150
22	OBJETIVO	-0,0066	-0,1347	0,7831*	-0,0164	-0,0444	0,6336
24	LIMP-SIT	0,3301	0,0824	-0,0231	0,2045	0,5087*	0,4168
25	LIMP-ENT	0,8838*	-0,0312	0,0306	-0,0868	0,0075	0,7906
26	SEÑAL	0,9047*	-0,0378	0,0298	-0,0953	0,0051	0,8299
27	CAMINO	0,7049*	0,0768	-0,0325	0,1019	0,0245	0,5149
28	PAISAJE	0,5776*	0,1265	0,1117	-0,0459	-0,2231	0,4140
29	ENTORNO	0,8064*	0,0654	0,0277	-0,0633	0,1486	0,6814
45	OPIN PUB	0,1863	0,2322	-0,0240	-0,7056*	-0,2904	0,6714
51	VALSERAC	0,1226	0,2865	-0,1955	0,2372	-0,6167*	0,5719
52	PAGARIA	-0,0001	0,1943	0,0522	0,6951*	-0,2006	0,5639
56	SATGENT2	0,1090	0,4563	0,7317*	0,0550	0,0581	0,7619
57	VALVISIT	0,0720	0,4705	0,7557*	0,0846	0,0550	0,8079
59	VALORGLO	0,1199	0,7315*	0,2312	0,1120	-0,0491	0,6179
60	RECOMPEN	0,0507	0,7605*	0,0929	0,0005	0,0736	0,5949
61	VOLVER	-0,0203	0,7770*	-0,0143	-0,0564	0,0404	0,6092
	Valor propio	3,6135	2,6414	1,3705	1,1214	1,0483	
	% de varianza	22,58%	16,51%	8,57%	7,01%	6,55%	
	% acumulado	22,58%	39,09%	47,66%	54,67%	61,22%	

#### 4. RESULTADOS Y ANÁLISIS. ACP Y AID

El Análisis de Componentes Principales (ACP) es una técnica de análisis factorial que trata de identificar la estructura de un conjunto de variables observadas, estudiando las interrelaciones entre las variables con el fin de hallar un nuevo conjunto de variables, menor en número que el de variables originales, que expresa las dimensiones que hay en común en las variables originales.

Se calculó el valor del coeficiente de Cronbach que era 0,7027, superior a 0,7 lo cual indica una suficiente consistencia interna, y realizó el Test de Barlett, a partir de la hipótesis nula para asegurar que la matriz correlación no era significativamente distinta de una matriz identidad. Posteriormente se realizó la identificación de los Valores de los factores y la Carga de los factores, aplicando la rotación de los ejes factoriales con el Método Varimax, con la caracterización de los factores resultantes e interpretación de los resultados. En el análisis factorial se calculó la Comunalidad para cada una de las variables originales que expresaba la proporción de la varianza de la variable explicada con el número de factores retenidos (entre 1 y el número total de variables originales), en total quedaron 16 factores. El primer y principal factor tiene un valor propio de 3,6135, por lo que su explicación de la varianza de las variables es del 22,58%. En total hay 5 Factores con valor propio superior a 1, que explican en conjunto el 61,22% de la varianza.

Las asociaciones de variables que conforman los factores son:

- *El Factor 1 (F1)*, después de la Rotación Varimax explica al 20,47% de la varianza, está asociado con las variables: 25, 26, 27, 28 y 29. Todas estas relaciones que son positivas pueden interpretarse como la Valoración de las infraestructuras y del entorno, por lo que podría identificarse con la evaluación de la CALIDAD PERCIBIDA.

- *El Factor 2 (F2)*, explica el 14,99% de la varianza, acumula el 39,09% y está asociado con las variables 59, 60 y 61. Todas estas relaciones que son positivas se equipararían al Producto Final o Resultado de la visita, hay una mezcla de la Satisfacción final y la Lealtad a través de las posibles recomendaciones y la intención de volver de nuevo al espacio, por lo que podría identificarse SATISFACCIÓN+LEALTAD = RESULTADO FINAL.

- *El Factor 3 (F3)*, explica el 11,52% de la varianza, acumula el 47,66%, está asociado con las variables 22, 56 y 57. Todas estas relaciones que son positivas indican la Valoración concreta de la visita en función de los objetivos definidos, por lo que podría identificarse con el VALOR PERCIBIDO

- *El Factor 4 (F4)*, explica el 7,12% de la varianza, acumula el 54,67%, está asociado con las variables 45 y 52. Presenta una correlación negativa, que indicaría un antagonismo en las opiniones que representan y que indicaría que cuando más valor económico se otorga al espacio, se tienen una opinión más crítica de las publicaciones, con lo cual se considera que esta interpretación no tiene ningún sentido.

- *El Factor 5 (F5)*, explica el 7,12% de la varianza, acumula el 61,227%, está asociado con las variables 18, 24 y 51. Presentan una correlación negativa con la variable 51, lo que indicaría un antagonismo en las opiniones que representa la Valoración de los servicios y actividades en función del conocimiento de las normas y objetivos del espacio y que indicaría que ya conocen lo que puede encontrarse, por lo que podría identificarse este factor con IMAGEN.

La Detección Automática de Interacciones (AID), corresponde a una técnica de análisis estadístico utilizada en investigación social y de mercados para analizar la dependencia entre un variable criterio (variable dependiente) y múltiples predictores (variables independientes o explicativas). En esta investigación se realizan los análisis necesarios para establecer la relación entre la Variable Criterio que corresponden al Factor Resultado en función de unas Variables explicativas concretas, diseñando los dendogramas y definiendo el Perfil de los segmentos resultantes, con las Medias aritméticas y Desviaciones estándar de la variable Criterio, y cálculo del análisis de la varianza con la F de Snedecor para analizar su nivel de significación.

#### 4.1. Diseño AID VALORGLO vs variables explicativas

**Tabla 2:** Variables analizadas

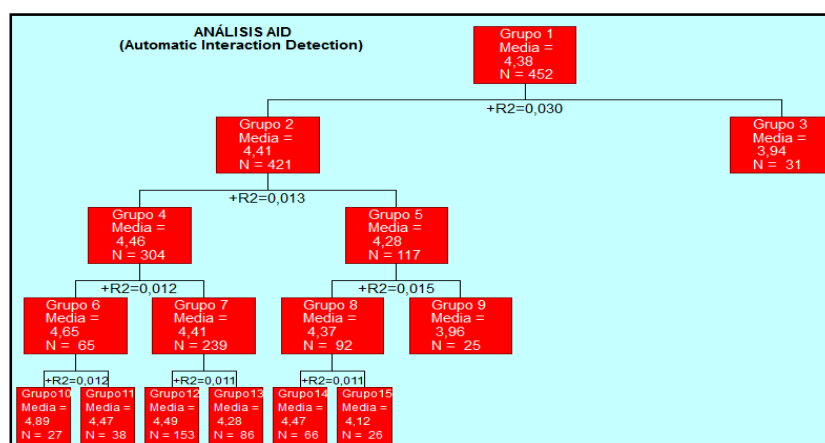
Tipo variables	Nº	Variables	Caracterización
Variables Criterio (F2)	49	VALORGL O	Nivel de satisfacción total de la visita
	50	RECOMPENSA	Recomendaría este PN a otras personas
	51	VOLVER	Si pudiese, cree que volvería
Variables Explicativas	5	EDAD	Edad
	7	RED-PN	Valoración de la información que tenía sobre la existencia de una red de Parques Nacionales.
	9	PLANIFIC	Había planificado previamente la visita
	16	SEÑAL	Valoración de la señalización de los caminos
	17	CAMINO	Estado del camino
	18	PAISAJE	Valoración del paisaje
	19	ENTORNO	Valoración de cómo ha encontrado el entorno en general
	26	ACCESI	Valore la accesibilidad
	27	HORARIOS	Que le han parecido los horarios
	45	OPIN PUB	Valoración de la opinión de las publicaciones
	52	PAGARIA	Le parecería adecuado pagar para mantener el Parque

Se realizaron análisis distintos en función de las variables Criterio, que corresponden al Factor Resultado, en función de una serie de variables explicativas concretas.

Se realizaron 3 análisis distintos en función de 3 variables Criterio (Valor global de la visita, Recomendará el Parque y Volvería otra vez), que corresponden al Factor2 en función de una serie de variables explicativas concretas: Edad, Conocer la red de PN, Planificación previa de la visita, Valoración de la Señalización, de los Caminos, del Paisaje, del Entorno, de la Accesibilidad, de los Horarios, opinión de las Publicaciones, opinión sobre Pagar. En este caso, el mínimo establecido por el propio programa lo fijaba en 22 segmentos a causa que la contribución mínima de la partición a la explicación de la varianza era del 1% (Florensa, 2015).

#### 4.2. Análisis AID VALORGLO / variables explicativas

En la partición el grupo AID separa los grupos en función de la valoración extrema del Paisaje, esta primera partición del conjunto de la muestra contribuye en un 3% ( $R^2=0,030$ ) a la explicación de la variable criterio. El Grupo 3 no se divide de nuevo, el Grupo 2 es dividido por la variable Planificación del viaje que podría ser SI/NO y contribuye en 1,3% ( $R^2=0,013$ ) a la explicación de la variable criterio. Se divide en el Grupo 4 y en el Grupo 5, el Grupo 4 se divide en función del conocimiento que se tiene de la Red que forman los Parques Nacionales y contribuye en 1,2% ( $R^2=0,012$ ) a la explicación de la variable criterio.



**Figura 1:** Representación gráfica del análisis AID: VALORGLO / variables explicativas

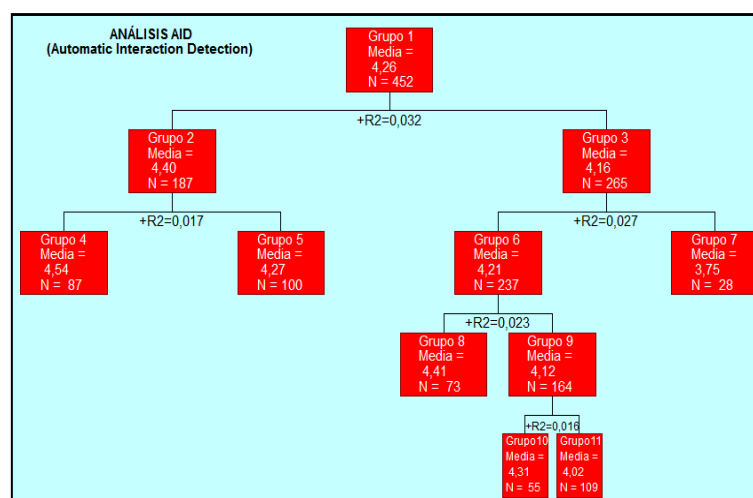
Por otra parte, el Grupo 5 se divide entre los Grupos 8 y 9 en función de la valoración de la Señalización y contribuye en 1,5% ( $R^2=0,015$ ) a la explicación de la variable criterio y el Grupo 9 no se subdivide posteriormente.

EL Grupo 6 se divide entre los Grupos 10 y 11 en función de la Percepción del Entorno y también contribuye en 1,2% ( $R^2=0,012$ ), por otra parte, el Grupo 7 se subdivide en los

Grupos 12 y 13 en función de la valoración de la Accesibilidad. El Grupo 8 se subdivide en los Grupos 14 y 15 también en función de los criterios de Accesibilidad. El proceso de división de los grupos se para por no encontrarse ninguna nueva que cumpla las especificaciones exigidas al tamaño del grupo (22) y la contribución a la explicación de la varianza. En la repercusión sobre la variable Valor global, con las 7 subdivisiones realizadas se ha conseguido explicar un 10,40% de la varianza de la variable dependiente. Las variables explicativas que han contribuido a la explicación han sido: el Paisaje, la Planificación, el conocimiento de la Red de Parques, el Entorno, la Señalización y la Accesibilidad. En cambio, las variables Edad, Estado caminos, Horarios, Valoración de la Publicaciones y Posibilidades de Pagar, no han mostrado una capacidad diferenciadora significativa en los valores medio de la variable criterio.

### 4.3. Análisis AID RECOMPN / variables explicativas

En la partición, el grupo AID separa los grupos en función de la valoración Pagaría. Esta primera partición contribuye en un 3,2% ( $R^2 = 0,032$ ) a la explicación de la variable criterio, dividiéndose en los Grupos 2 y 3.



**Figura 2:** Representación gráfica del análisis AID: RECOMPN / variables explicativas

El Grupo 2 es dividido por la variable Conoce la Red de PN y contribuye en 1,7% a la explicación de la variable criterio. Este grupo se divide en el Grupo 4 y en el Grupo 5 y no se dividen más- Por otra parte, el Grupo 3 se divide en los Grupos 6 y 7 en función del Estado del Camino y contribuye en 2,7% a la explicación de la variable criterio. Por otro lado el Grupo 6 se divide entre los Grupos 8 y 9 en función de los Horarios y contribuye en 2,3% a la explicación de la variable criterio y el Grupo 7 no se subdivide posteriormente, tampoco el Grupo 8. El Grupo 9 se divide en los Grupos 10 y 11, en función del conocimiento que se tiene de la Red de PN y también contribuye en 1,6% ( $R^2 = 0,016$ ). En cambio, las variables Sexo,

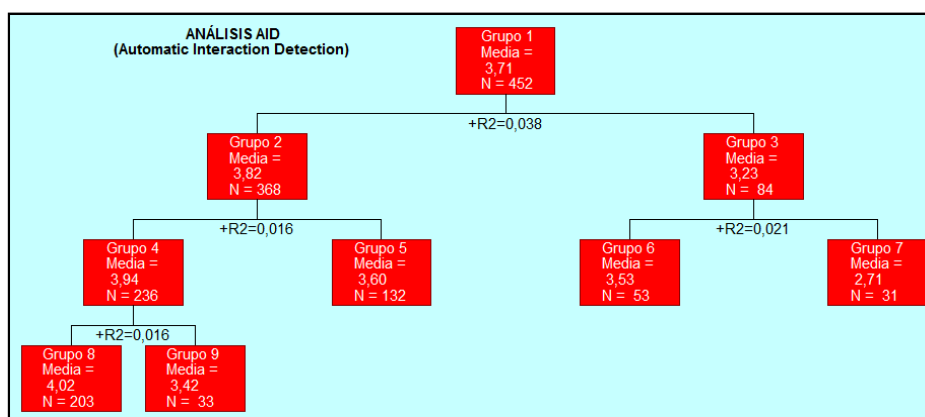


Edad, Planificación, Señalización, Paisaje, Entorno, Accesibilidad y Valoración de la Publicaciones no han mostrado una capacidad diferenciadora significativa en los valores medios de la variable criterio. La secuencia de particiones da lugar a 6 segmentos finales: Grupos, cuyo tamaño y valores de la media y la desviación estándar de la variable criterio se detallan al final de los resultados. En el análisis de la varianza efectuado con estos 6 grupos finales, como variable tratamiento, hay una Proporción total de varianza explicada:  $R^2 = 0,1147$ , F de Snedecor con 5 y 446 grados de libertad = 11,5584 ( $p = 0,0000$ ).

#### 4.4. Análisis AID VOLVER / variables explicativas

En la partición el grupo AID separa los grupos en función de la valoración extrema de la Satisfacción de los Horarios, esta primera partición del conjunto de la muestra contribuye en un 3,8% ( $R^2 = 0,038$ ) a la explicación de la variable criterio. El Grupo 2 es dividido por la variable Pagaría y contribuye en 1,6% ( $R^2 = 0,016$ ) a la explicación de la variable criterio. Se divide en el Grupo 4 y en el Grupo 5, asimismo el Grupo 4 se divide en función de la Opinión de las Publicaciones y contribuye en 1,6% ( $R^2 = 0,016$ ) a la explicación de la variable criterio. Por otra parte, el Grupo 3 se divide entre los Grupos 6 y 7 también en función en función de si Pagaría y en 2,1% ( $R^2 = 0,021$ ) a la explicación de la variable Criterio.

**Figura 3:** Representación gráfica del análisis AID: VOLVER / variables explicativas



El proceso de división de los grupos se para por no encontrarse ninguna nueva que cumpla las especificaciones exigidas al tamaño del grupo (22) y la contribución a la explicación de la varianza. En la valoración de la variable: Volvería, con las 4 subdivisiones realizadas se ha conseguido explicar un 9,17% de la varianza de la variable dependiente.

Las variables explicativas que han contribuido a la explicación han sido: la Satisfacción, de los horarios, Pagaría y la Opinión de las Publicaciones. El resto de variables no han mostrado una capacidad diferenciadora significativa en los valores medios de la variable criterio.

## 5. CONCLUSIONES

A través de las encuestas del PNAESM y del análisis de componentes principales, se constata que las variables que se pueden considerar como resultado o producto de la visita serían: la Valoración final de la visita en el ENP, la Recomendación de este espacio a otra persona, y la posibilidad de Volver de nuevo. Sería importante identificar mejor y consolidar los ítems/variables que podrían reflejar la sensación de satisfacción y de cumplimiento de las expectativas de la visita en un ENP y su relación con la calidad del espacio, pues a través de estas encuestas no se constata la existencia de esta relación. Sí que existe relación entre el conocimiento y la información previa del ENP y el nivel de satisfacción final, con lo cual no afecta el factor sorpresa y ya se conocen los servicios, prestaciones y características del entorno, en una mayoría de los visitantes.

A través del análisis efectuado, es interesante remarcar que, en la Valoración global de los servicios, afectan el paisaje, la planificación previa, el conocimiento de la red de parques, el entorno, la señalización y la accesibilidad, pero no afecta la edad, estado de los caminos, horarios, valoración de las Publicaciones y Posibilidades de Pagar, ya que no han mostrado una capacidad diferenciadora significativa en los valores medio de la variable criterio. Mediante el mismo análisis, la valoración de la variable Recomendaría, guarda relación con la posibilidad de Pagar, Conocimiento previo de la Red de PN, Estado del Camino y Horarios, en contrapartida las variables Edad, Planificación previa dela visita, valoración de la señalización, del paisaje, del entorno, de la accesibilidad y la opinión de las publicaciones no han mostrado ninguna influencia. La variable Volvería, guarda relación con las variables explicativas: la Satisfacción, de los horarios, Pagaría y la Opinión de las Publicaciones. El resto de variables no han mostrado una capacidad diferenciadora significativa en los valores medios de la variable criterio.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Blanco , R., & Benayas, J. (1994). El turismo como motor de desarrollo rural. Análisis de los proyectos de turismo subvencionados por Leader I. *Revista de Estudios agro-Sociales*, 169 (julio-septiembre 1994).
- Donaire, J.A. (2002). Ecoturisme en zones de muntanya. *IV Congrés Internacional del Medi Ambient d'Andorra*. Andorra, Centre de Biodiversitat. Institut d'Estudis Andorrans.
- EUROPARC-España. (2005). *Manual sobre conceptos de uso público en los espacios naturales protegidos*. Madrid: Fundación Fernando González Bernáldez.
- Florensa-Guiu, R. (2015). *Evaluación de la calidad y satisfacción del usuario de los Espacios Naturales Protegidos de Montaña. Aplicación al Parc Nacional d'Aigüestortes i Estany de Sant Maurici*. Tesis doctoral. Departamento AEGERN. Universidad de Lleida.
- Gómez-limón, J., Guzmán, A., & Andrés, A. (2010). *Guía para la adhesión de las empresas turísticas a la Carta Europea de Turismo Sostenible en espacios protegidos*. EUROPARC-España. Madrid: Ed. Fundación Fernando González Bernáldez.
- Heras, M. P. (2004). *Manual del turismo sostenible*. Madrid: Ed. Mundi Prensa.
- Meneses, T. G. L. ; Barrena-Figueroa, R. (2013). Preferencias del visitante de establecimientos de turismo rural. Estudio en Navarra. *Cuadernos de Turismo*, nº 32, 141-153.
- Santesmases-Mestre, M. (2009) *Diseño y Análisis de Encuestas en investigación social y de mercados (DYANE v4)*. Madrid: Ediciones Pirámide.
- Secretaría General de Turismo (SGT) (2004). *El turismo de naturaleza en España y su plan de impulso*. Estudios de productos turísticos. Ministerio de Industria, Turismo y Comercio.

## **Análisis de las infraestructuras de uso público de los espacios naturales de Castilla y León**

Pablo Zuazúa  
Universidad de Valladolid  
zuamunpa@jcy.l.es  
Margarita Rico  
Universidad de Valladolid  
mrico@iaf.uva.es

### **RESUMEN**

El presente trabajo tiene por objeto caracterizar los espacios naturales de Castilla y León, en función de los recursos y las infraestructuras que ofrecen a los visitantes. Para ello, se ha definido una metodología específica de clasificación, basada en la información recabada a través de un panel de expertos creado a tal efecto. Posteriormente se ha aplicado a la Red de Espacios Naturales de esta región la metodología desarrollada, obteniendo un conjunto de resultados que han permitido establecer una serie de conclusiones y líneas de acción.

**PALABRAS CLAVE:** Turismo de naturaleza; espacios protegidos; uso público; indicadores; gestión pública

### **1. INTRODUCCIÓN**

El turismo rural y el turismo de naturaleza vivieron hasta mediados de la pasada década una fase de intenso crecimiento, si bien a partir del año 2007 se ha producido un estancamiento e incluso una ligera reducción de la demanda. Castilla y León es la región española que brinda una mayor oferta de alojamientos y plazas en casas rurales y la que recibe a un mayor número de viajeros (Rico, 2005; Grande, 2006). El vínculo entre los espacios protegidos y el turismo es tan antiguo como su propia historia (Eagles et al., 2002) y los turistas aprecian la conservación y la calidad de los recursos, por lo que los espacios protegidos se han convertido en los principales receptores de este tipo de turismo (Tejedo, 2012).

Castilla y León posee una gran variedad de ecosistemas y paisajes y un rico patrimonio natural, que da soporte a la Red de Espacios Naturales (REN). Esta red cuenta con 28 espacios protegidos, que ocupan 771.125 hectáreas, e incluye dos parques nacionales, dos parques regionales, trece parques naturales, cinco reservas naturales y seis monumentos naturales. Uno de los mayores retos para los gestores de áreas protegidas es lograr un equilibrio entre la conservación de la naturaleza y las oportunidades de recreo (Tomczyk & Ewertowski, 2013). Los equipamientos son uno de los principales recursos de uso público que utilizan los espacios protegidos. A este respecto, existen en España varios trabajos que analizan los equipamientos de uso público de espacios naturales y su gestión (Ortega et al., 2006; Tejedo, 2012; Martín & Ancizu, 2012; Hidalgo, 2006).

## 2. OBJETO DEL ESTUDIO

La gestión de los espacios que conforman la REN es competencia de la Administración regional, que en 2002 aprobó el Programa Parques Naturales, dirigido a potenciar su puesta en valor, incluyendo la dotación de equipamientos de uso público. Desde entonces ha realizado un esfuerzo importante en esta línea, creando centros de visitantes denominados "casas del parque", centros temáticos, tiendas verdes, puntos de información, senderos, y equipamientos turístico-recreativos. A este respecto, el objetivo del presente estudio es caracterizar los espacios naturales de Castilla y León en función de los recursos y las infraestructuras que ofrecen a los visitantes.

## 3. MATERIAL Y MÉTODOS

Para alcanzar el objetivo propuesto, se ha definido un instrumento específico de clasificación, en base a la bibliografía (Tejedo, 2012; Ortega *et al.*, 2006) y a la información recabada a través de un panel de expertos. Así, se han establecido seis ámbitos de estudio (Características del espacio natural, Características socioeconómicas del entorno, Planificación del espacio, Recursos disponibles, Oferta de Equipamientos y Características de los senderos) y un total de 46 indicadores (ver Tabla 1). Posteriormente se ha procedido a definir el ámbito de estudio, que se ha ajustado al del Programa Parques Naturales (más homogéneo que la REN al excluir espacios que carecen de infraestructuras y a los parques nacionales, en cuya planificación y gestión intervienen otras administraciones). Finalmente se ha aplicado el sistema de evaluación, calculando los indicadores con información obtenida de diversas fuentes (Sistema de Información Estadística de la Junta de Castilla y León, Instituto Nacional de Estadística, bases de información geográfica SIGMENA y SIGREN) y se ha procedido al tratamiento de los datos y a interpretar los resultados.

## 4. RESULTADOS

En la Tabla 1 se presentan los indicadores adoptados y en la Tabla 2 las principales características de los veinticinco espacios que constituyen el ámbito de estudio. Su superficie es muy variable, dependiendo de la categoría de protección. Es máxima en los parques y mínima para los monumentos naturales. Coincidiendo con resultados obtenidos por Hidalgo (2006) para parques naturales, se comprueba que no existe correlación entre la superficie de los espacios naturales y el número de personas que recibieron en sus centros de visitantes.

Atendiendo a los valores que atraen a los visitantes, el panel de expertos clasificó los espacios en siete grupos. Destacan por la afluencia de visitantes los grupos C y D, que tienen

en común el que su principal atractivo es un elemento geológico singular por su espectacularidad: lagos y glaciares en el grupo C y formaciones geológicas como cañones, cuevas o cascadas en los espacios del grupo D. Tan solo seis espacios pertenecientes a estos grupos recogen más de la mitad de los visitantes. Sorprende en cierta medida que parques extensos de montaña de los grupos A y B atiendan menos visitantes, dado que cuentan con valores diversos, entre los que se encuentran elementos geológicos como lagos o cascadas, similares a los de los grupos antes citados. No obstante en los parques de montaña estos elementos son mucho menos accesibles y requieren caminatas por senderos de mayor duración y dificultad.

No se ha detectado correlación entre el número de visitantes de las casas del parque y la población residente en radios de cincuenta kilómetros. A mayores distancias sí se detecta cierta correlación, aunque cabe poner en duda la fiabilidad de estos datos por errores de borde, ya que en el estudio no se ha considerado la existencia de posibles espacios alternativos fuera de la comunidad. En cuanto a la disponibilidad de alojamientos turísticos destacan los espacios del grupo Montañas mediterráneas, que en conjunto ofertan prácticamente la mitad de las plazas de turismo rural disponibles. Se trata de espacios extensos, próximos a Madrid. Le sigue el grupo de Montañas euro siberianas.

Desde el punto de vista de la planificación, la situación para todos los espacios resulta bastante uniforme. La mayor parte cuentan con planificación básica, recogida en planes de ordenación de los recursos naturales. Estos planes solo faltan en tres espacios, entre ellos Duratón y Río Lobos, que son los mas antiguos y fueron declarados cuando este tipo de planes no era exigible. Por el contrario los planes de gestión son muy escasos. Ningún espacio cuenta con planes rectores de uso y gestión o planes de uso público aprobados. Solo cuatro disponen de planes de uso público a nivel de borrador. Por otro lado todos los espacios estudiados aplican sistemas de gestión ambiental (EMAS) en las casas del parque. Nueve tienen sus equipamientos además acreditados con el sistema Q de calidad turística española y seis cuentan con la Carta europea de turismo sostenible, que concede la federación Europarc.

En el ámbito de estudio existen más de dos mil kilómetros de senderos, lo que supone una densidad media de 2,6 m/ha. La distribución de los equipamientos muestra un marcado desequilibrio. Por un lado, como cabría esperar, los últimos espacios declarados cuentan con menor desarrollo de equipamientos. No obstante entre espacios similares más antiguos se aprecian notables diferencias.

## 5. CONCLUSIONES

El Programa Parques Naturales ha permitido crear una imagen corporativa común y el funcionamiento coordinado de las casas del parque, que han sido diseñadas con criterios homogéneos y la creación de numerosos equipamientos que dan servicio a las actividades de turismo de naturaleza en Castilla y León. No obstante, la falta de instrumentos específicos de planificación en materia de uso público conduce a que el diseño de los equipamientos se haya realizado conforme al criterio profesional de los técnicos responsables de cada espacio o atendiendo a iniciativas de carácter local, sin haberse seguido en este caso criterios comunes, salvo los derivados de los procesos de implantación de sistemas de calidad turística o de homologación. La distribución de los equipamientos de uso público muestra un marcado desequilibrio entre espacios naturales. En consecuencia se plantea el interés de analizar las preferencias de los usuarios de los equipamientos de uso público y en particular de los senderos balizados, tipificándolos e identificando los factores que determinan su selección por los visitantes y la calidad de la experiencia recreativa, así como la conveniencia de elaborar modelos predictivos que permitan orientar en el futuro la planificación y el diseño de infraestructuras de uso público en los espacios naturales de la REN.

**Tabla 1:** Indicadores utilizados

nº	Ámbito	Indicador	nº	Ámbito	Indicador
1.1	1 Características del espacio natural	Madurez del espacio natural	4.4	4 Recursos disponibles en el área de uso público	Disponibilidad y nivel de formación del personal
1.2		Superficie del espacio natural	4.5		Disponibilidad de personal de vigilancia
1.3		Figura de protección	4.6		Porcentaje de trabajadores locales de atención al público
1.4		Tipología y valores presentes en el	4.7		Satisfacción y actitud del personal de atención al público
1.5		Existencia de espacios naturales similares	4.8		Disponibilidad de información actualizada sobre visitantes
1.6		Visitas Casa del Parque	5.1		Nivel de accesibilidad a personas con discapacidades
2.1	2 Características socioeconómicas del entorno del espacio natural	Población residente en la ZIS	5.2	5 Oferta de equipamientos y servicios de uso público	Existencia de audiovisuales y exposiciones específicas.
2.2		Número de municipios en la ZIS	5.3		Adecuación de épocas y horarios de apertura a las necesidades natural
2.3		Facilidad de acceso.	5.4		público
2.4		Población residente radio 50 Km	5.5		Señalización de los límites y los accesos del espacio natural
2.5		Población residente radio 100 Km	5.6		Señalización de los equipamientos y servicios
2.6		Población residente radio 200 Km	5.7		Nivel de deterioro ambiental o saturación en las zonas de uso público
2.7	Alojamientos rurales en la ZIS	5.8	Proporción de senderos homologados por la Federación		
3.1	3 Planificación y calidad del sistema de uso público	Desarrollo de instrumentos de planificación general	6.1	6 Características de los senderos del espacio natural	Longitud total de senderos
3.2		Desarrollo de instrumentos de planificación de uso público	6.2		Proporción de senderos circulares
3.3		turísticas	6.3		Diversidad de itinerarios en función de las características del espacio natural
3.4		Desarrollo de los programas de aforo	6.4		Longitud total de senderos de baja dificultad
3.5		Coordinación con otras instituciones turísticas	6.5		Conexión entre senderos
3.6		Programas de uso público destinados a población local	6.6		Señalización interpretativa en senderos de baja dificultad
3.7		Existencia de programas educación ambiental	6.7		Longitud total de senderos de elevada dificultad
4.1	4 Recursos disponibles en el área de uso público	Presupuesto disponible para uso público en relación con necesidades	6.8	6 Características de los senderos del espacio natural	Naturalidad de los senderos de elevada dificultad
4.2		Presupuesto disponible en relación con el número de visitantes	6.9		Nivel de equipamientos asociados a los senderos
4.3		Capacidad de autofinanciación de las actividades de uso público	6.10		

Fuente: adaptado de Tejedo (2012) y Ortega *et al.* (2006)

**Tabla 2:** Espacios naturales del ámbito de estudio

Espacio natural	Provincia	Superficie (Ha)	Año	Figura de protección	Grupo valor	Visitas 2015
Sierra de Gredos	Ávila	86.394	1996	Parque Regional	B	7.070
Valle de Iruelas	Ávila	8.828	1997	Reserva Natural	B	13.654
Monte Santiago	Burgos	2.537	1996	Monumento Natural	B	16.703
Montes Obarenes-San Zadornil	Burgos	33.064	2006	Parque Natural	B	14.491
Ojo Guareña	Burgos	13.168	1996	Monumento Natural	D	9.777
Lagunas Glaciares de Neila	Burgos	6.290	2008	Parque Natural	C	9.939
Hoces del Alto Ebro y Rudrón	Burgos	46.373	2008	Parque Natural	D	
Las Médulas	León	5.178	2002	Monumento Natural	G	8.956
Picos de Europa en Castilla y León	León	96.852	1994	Parque Regional	A	9.732
Babia y Luna	León	57.757	2015	Parque Natural	A	6.625
Fuentes Carrionas y Fuente Cobre - Montaña Palentina	Palencia	78.179	2000	Parque Natural	A	8.748
La Nava y Campos de Palencia	Palencia	56.686	2002	Reserva Natural	E	4.115
Arribes del Duero *	Salamanca *	106.105	2002	Parque Natural	D	17.440
Las Batuecas-Sierra de Francia	Salamanca	31.724	2000	Parque Natural	B	18.714
Hoces del Río Duratón	Segovia	4.953	1989	Parque Natural	D	31.345
Hoces del Río Riaza	Segovia	5.185	2004	Parque Natural	D	9.151
Sierra Norte de Guadarrama ***	Segovia *	71.374	2010	Parque Natural	B	3.875
Cañón del Río Lobos **	SORIA *	10.202	1985	Parque Natural	D	42.013
La Fuentona	SORIA	229	1998	Monumento Natural	D	14.942
Sabinar de Calatañazor	SORIA	73	2000	Reserva Natural	F	
Laguna Negra y Circos Glac. Urbión	SORIA	4.617	2010	Parque Natural	C	46.515
Acebal de Garagüeta	SORIA	406	2008	Reserva Natural	F	4.389
Riberas de Castronuño - Vega del Duero	Valladolid	8.421	2002	Reserva Natural	E	5.868
Lago de Sanabria y alrededores	Zamora	22.679	1990	Parque Natural	C	18.212
Lagunas de Villafáfila	Zamora	32.682	2006	Reserva Natural	E	17.038

Fuente: Elaboración propia a partir de datos de la Junta de Castilla y León

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Eagles, P. F. J., McCool, S. F., & Haynes, C. D. (2002). Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for Planning and Management. *Best Practice Protected Area Guidelines Series*, 8, 183.
- Grande, J. (2006). La evolución del turismo rural en España y las nuevas oportunidades del turismo de naturaleza. *Estudios Turísticos*, 169-170, 85–102.
- Hidalgo, S. (2006). *Uso público en parques naturales. Análisis comparado de Andalucía y de Castilla y León*. Universidad de Granada.
- Martín, E., & Ancizu, M. (2012). *Gestión de destinos turísticos en parques naturales de Castilla y León*. Universidad San Pablo CEU. Madrid.
- Ortega, J., Gómez-Limón, J., Rovira, P., López, A., & Gabaldón, J. (2006). *Evaluación del papel que cumplen los equipamientos de uso público en los espacios naturales protegidos*. Fundación Fernando González Bernáldez. Madrid.
- Rico, M. (2005). El turismo como nueva fuente de ingresos para el medio rural de Castilla y León. *Cuadernos de Turismo*, 16, 175–195.
- Tejedo, P. (2012). *Seguimiento y control de impactos recreativos en senderos en Espacios Naturales Protegidos. Aplicación en senderos turísticos antárticos*. Universidad Autónoma de Madrid.
- Tomczyk, A. M., & Ewertowski, M. (2013). Planning of recreational trails in protected areas: Application of regression tree analysis and geographic information systems. *Applied Geography*, 40, 129–139.



## Áreas protegidas e gestão de proximidade: uma reflexão centrada no Parque Natural da Serra da Estrela

Catarina Fonseca

CIBIO / InBIO / CICS.NOVA.FCSH-Universidade Nova de Lisboa

Margarida Pereira

CICS.NOVA.FCSH-Universidade Nova de Lisboa

Helena Calado

CIBIO / InBIO-Universidade dos Açores

### RESUMO

A gestão das áreas protegidas em Portugal é competência do Estado, justificada pelo seu carácter de utilidade pública, existindo um órgão público responsável pela Rede Nacional de Áreas Protegidas. Desde a sua criação, o modelo de gestão assentou em dois níveis de atuação: os serviços centrais, definindo as orientações nacionais, e os órgãos executivos de cada área protegida, garantindo a salvaguarda dos interesses específicos. Em 2007, esta orgânica foi reestruturada sob uma lógica de desconcentração, com a criação de um nível intermédio de gestão e a subtração de poderes de decisão do nível local. O artigo analisa a evolução do modelo de organização institucional e a sua adequação em termos de envolvimento dos *stakeholders*. Tomando o Parque Natural da Serra da Estrela como caso de estudo, foram auscultados diversos *stakeholders* locais que, na maioria, se sentem afastados do processo de decisão e demonstram preocupação relativamente à redução da sensibilidade da entidade gestora para as especificidades territoriais.

**PALAVRAS-CHAVE:** conflitos territoriais, desconcentração administrativa, governança

### 1. INTRODUÇÃO

A classificação de áreas protegidas é uma componente essencial das estratégias de conservação da natureza, conferindo um estatuto jurídico especial que visa a proteção de interesses coletivos, através da aplicação de políticas e regras específicas. Em Portugal, a classificação de uma área protegida limita o uso, ocupação e transformação do solo nesse território, o que pode frustrar as expectativas de desenvolvimento (económico e social) dos proprietários e/ou das comunidades, já de si penalizadas pelas condicionantes intrínsecas das áreas rurais, territórios preferenciais na classificação de áreas protegidas (Queirós, 2012). Este confronto entre objetivos de desenvolvimento e conservação, de curto e longo prazo, gera, frequentemente, conflitos territoriais pelo confronto entre formas de apropriação e modelos (restritivos) de regulação (Pereira et al., 2014).

Para a resolução e/ou gestão destes conflitos e a preservação das áreas protegidas é essencial que os benefícios (coletivos) superem os ‘sacrifícios’ (individuais), que o interesse público seja efetivamente reconhecido e defendido pelas comunidades locais. Por isso, os *stakeholders* – indivíduos, grupos ou comunidades suscetíveis de serem afetados por ou de influenciar decisões ou ações de gestão – devem ser envolvidos nos processos de tomada de decisão e a sua relação com a entidade gestora da área protegida deve ser construída sobre uma

base de confiança (Alexander, 2008; Dimitrakopoulos et al., 2010). Neste quadro, importa clarificar os conceitos de governança e gestão de áreas protegidas. A governança refere-se ao conjunto de princípios, políticas, regras e intervenientes implícitos ao processo de tomada de decisão; a gestão de uma área protegida inclui as ações e meios necessários para a concretização dos objetivos estabelecidos (idealmente através da governança) (Borrini-Feyerabend *et al.*, 2013). No entanto, o termo gestão é frequentemente utilizado num sentido lato, englobando todos os aspetos da existência das áreas protegidas após a sua classificação.

Assim, a gestão das áreas protegidas (sentido estrito) em Portugal é uma competência do Estado, existindo um órgão público responsável pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP). Importa, assim, refletir sobre o modelo de organização institucional mais adequado para concretizar os objetivos de conservação e, simultaneamente, facilitar/promover relações de confiança com os *stakeholders*. Um dos focos desta análise é o nível de proximidade das estruturas de gestão ao território, isto é, o grau de desconcentração de poderes por parte da entidade central com a tutela das áreas protegidas.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia apoiou-se em duas componentes: i) análise retrospectiva da legislação relativa à classificação de áreas protegidas e orgânicas do departamento responsável para compreender a evolução histórica e a atual organização da entidade responsável pela gestão das áreas protegidas; ii) seleção de um caso de estudo - o Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) - para reflexão mais aprofundada e auscultação de *stakeholders* locais. O PNSE é a maior área protegida da RNAP, com cerca de 89.000 ha, repartida por 6 municípios (Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia), abrangendo o essencial do maciço da Estrela, com valores naturais únicos associados à altitude. Criado em 1976, a classificação como parque natural traduz a interdependência entre os ecossistemas existentes e as atividades humanas (pastorícia, produção florestal, agricultura e, mais recentemente, turismo e práticas lúdico-recreativas).

A auscultação de *stakeholders* do PNSE ocorreu através de curtas entrevistas semi-estruturadas, procurando obter a sua perceção sobre o modelo de organização institucional vigente e o nível de proximidade. A realização das entrevistas por e-mail permitiu ganhos de tempo e recursos e eliminou a necessidade de transcrição (Meho, 2006). Responderam 12 entidades: Associação Distrital dos Agricultores da Guarda; Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte; Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela; Associação Nacional de Criadores de Ovinos Serra da Estrela; Cooperativa de Produtores de

Queijo Serra da Estrela; Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela; Baldios da Freguesia de Cortes do Meio; Baldios de Santa Maria; Junta de Freguesia de Santa Maria; Junta de Freguesia de Unhais da Serra; Câmara Municipal de Gouveia; Câmara Municipal de Seia. As respostas foram exploradas através do método de análise de conteúdo.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO - EVOLUÇÃO DO MODELO ORGANIZACIONAL**

Em 1970, a Lei dos parques nacionais e outros tipos de reservas (Lei n.º 9/70, de 19 de junho) criou o quadro legal para a classificação das primeiras áreas protegidas. A Lei atribuía capacidade jurídica e autonomia administrativa e financeira aos parques, estando a administração de cada área a cargo de uma comissão administrativa, com assistência técnico-consultiva e científica. A crescente relevância internacional das questões ambientais e a mudança política ocorrida em Portugal em 1974 conduziram ao aparecimento da Secretaria de Estado do Ambiente. Sob sua tutela, o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico (SNPRPP) (Decreto-Lei n.º 550/75, de 30 de setembro) devia garantir a melhor utilização das áreas classificadas e estabelecer os objetivos específicos de cada parque e reserva. Em 1976, foi introduzida na legislação portuguesa a conceção europeia de parque natural (Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de julho), valorizando as paisagens humanizadas. Neste novo quadro, a gestão dos parques e reservas foi atribuída ao SNPRPP, em colaboração com as comissões das autarquias locais, assembleias de compartes e departamentos do Estado. A orgânica voltou a ser ajustada em 1978 (Decreto n.º 4/78, de 11 de janeiro), sendo estabelecidos diversos órgãos e serviços: Diretor, Conselho Geral, Comissão Científica, Serviços Técnicos e Serviços Administrativos e Auxiliares. Cada área classificada poderia dispor de todos ou apenas alguns destes órgãos, dependendo da sua dimensão e importância, recuperando a autonomia perdida com a criação do SNPRPP.

A maioria das áreas protegidas atualmente existentes foi criada entre 1976 e 1993. Perante o aumento de áreas classificadas, o Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro, criou a RNAP, constituída por áreas de interesse nacional, regional ou local. A gestão das áreas de interesse nacional competia ao Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (anterior SNPRPP), mas o parque nacional, as reservas naturais e os parques naturais dispunham de órgãos próprios: a comissão diretiva e o conselho consultivo. Ainda em 1993 surgiu o Instituto da Conservação da Natureza (Decreto-Lei n.º 193/93, de 24 de maio), reconhecendo as áreas protegidas de âmbito nacional como serviços locais (estruturas desconcentradas), dirigidos por um diretor.

Em 2007, na sequência do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, o mesmo Instituto é renomeado (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade -ICNB) e reorganizado (Decreto-Lei n.º 136/2007, de 27 de abril), sendo criado um nível intermédio de gestão através de 5 Departamentos de Gestão de Áreas Classificadas (Norte, Centro e Alto Alentejo, Litoral de Lisboa e Oeste, Sul e Zonas Húmidas) que passaram a gerir diretamente todas as áreas protegidas de interesse nacional sob sua tutela. O nível local perdeu poderes de decisão e atuação, passando a deter uma natureza consultiva através do conselho estratégico de cada área protegida. Este modelo organizacional persistiu após a fusão do ICNB com a Autoridade Nacional Florestal, em 2012, que resultou no Instituto da Conservação da Natureza e das Floresta (ICNF) (Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho), com ajustes na delimitação territorial destes departamentos ‘regionais’, atualmente designados Departamentos da Conservação da Natureza e das Florestas (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve).

Desde a sua criação e até 2007 as áreas protegidas de âmbito nacional dispuseram de um órgão executivo local, no qual eram delegados poderes do nível central para a concretização das ações de gestão necessárias em cada área. Essa estrutura local desempenhava também o importante papel de ponto de interlocução das comunidades locais com a área protegida, sendo em muitos casos dirigida por uma pessoa (indicada pelo nível central) com profundo conhecimento sobre o território. A criação do nível intermédio, sob pretexto de melhorar a capacidade de intervenção e estabelecer parcerias proativas a nível central e local (a par da eliminação da dispersão e duplicação de recursos humanos), concretiza uma forma de desconcentração do nível de decisão (central) mas, ao eliminar as estruturas locais, afasta o nível de atuação do território a gerir. Esta organização parece contrariar as tendências globais de maior autonomia administrativa para cada área protegida e de maior envolvimento da administração local (autarquias) e dos *stakeholders* na sua gestão.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO - GESTÃO DO PNSE E PERCEÇÃO DOS STAKEHOLDERS**

O PNSE dispôs de uma Comissão Administrativa até 2007 e o seu último Diretor ocupou o cargo durante 9 anos. Este órgão executivo encontrava-se instalado na sede do Parque, em Manteigas. Atualmente, o PNSE possui um Conselho Estratégico, de natureza consultiva, estando a sua gestão sob a responsabilidade do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas (DCNF) do Centro (com sede em Viseu).

A maioria das entidades entrevistadas (ou os seus membros) declarou desenvolver ou promover atividades no interior do PNSE, nomeadamente, práticas agrícolas, pastorícia e produção florestal ou a organização de atividades recreativas/desportivas (passeios pedestres e BTT). No caso específico das Câmaras Municipais, as intervenções incluem também a abertura de caminhos e aceiros. A interação entre os *stakeholders* e a entidade gestora do PNSE tem como principal finalidade a obtenção de pareceres e licenças decorrentes da legislação em vigor. No caso particular dos Baldios de Santa Maria existe uma cogestão com o ICNF (o que também ocorreu com os Baldios de Cortes do Meio até 2015). Algumas entidades (5) fazem parte do Conselho Estratégico do PNSE.

*Aspetos positivos e negativos decorrentes da eliminação da Comissão Diretiva do PNSE?*

Constata-se uma dificuldade geral em indicar aspetos positivos no atual modelo. Os aspetos negativos mais apontados são o distanciamento (“*serviços mais distantes do local de ação*”) e consequente desconhecimento do território (“*quanto maior o afastamento do terreno maior o desconhecimento*”; “*redução da sensibilidade para os problemas de preservação e conservação*”). É também referida a demora ou ausência de resposta a solicitações e correspondência. Porém, uma das Câmaras Municipais entrevistadas revela uma perspetiva divergente, referindo que a eficácia em termos de resposta não se alterou e que “*a relação de proximidade, em termos práticos, não foi relevantemente afetada*”.

*Como avalia a sua interação com o DCNF Centro?*

A interação com DCNF Centro não recolhe consenso, sendo apontada como inexistente, cordial ou cooperante. As avaliações mais positivas são de uma Câmara Municipal e de um dos Baldios. No entanto, alguns entrevistados aproveitaram para reforçar que é necessária persistência para a obtenção de respostas.

*A sua entidade deveria estar mais envolvida na gestão do PNSE?*

A grande maioria das entidades entrevistadas considera que deveria estar mais envolvida na gestão da área protegida, sobretudo gostariam de ser mais ouvidas. As respostas discordantes são, sobretudo, das entidades representadas no Conselho Estratégico do PNSE. No entanto, também existe a opinião de que este órgão consultivo é inconsequente. Defende-se uma gestão mais participada, “*para que todos os intervenientes do território também se sintam responsabilizados*”.

As respostas recolhidas através das entrevistas reforçam a perceção de que a eliminação da estrutura local de gestão teve efeitos negativos na gestão do território (por distanciamento) e na relação com os *stakeholders*. Merecem destaque dois comentários deixados sobre a atual situação: “*o novo figurino da gestão [possui] uma semelhança com os caixeiros-viajantes*” (em alusão às deslocações do Diretor do DCNF Centro pelas diversas áreas protegidas sob sua alçada) e “*o Parque deixou de ser uma entidade para ser apenas uma figura*”.

O distanciamento em relação ao território não é vista como uma questão menor pelo próprio DCNF Centro (entrevistado em 2013, a propósito da criação do ICNF) que reconhece o valor insubstituível do conhecimento local, apesar dos ganhos de eficiência no funcionamento da instituição trazidos por este novo modelo.

## 5. CONCLUSÕES

A substituição da estrutura local de gestão do PNSE pela estrutura desconcentrada regional gerou um sentimento de afastamento em relação aos agentes locais que, na maioria, não se consideram ouvidos e envolvidos no processo de decisão. Este sentimento parece esbater-se nas entidades que fazem parte do Conselho Estratégico. No entanto, o afastamento reflete-se também num menor conhecimento das particularidades territoriais, com inevitáveis consequências na gestão da área. Uma avaliação completa dos ganhos e perdas decorrentes do atual modelo de organização institucional, com quase 10 anos, revela-se essencial na procura de soluções para as críticas apontadas e de respostas para os desafios colocados pelo novo sistema de gestão territorial.

## AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem a todas as entidades que responderam às questões enviadas e que permitiram este trabalho. Catarina Fonseca gostaria também de expressar o seu agradecimento à Fundação para a Ciência e Tecnologia pela atribuição da bolsa SFRH/BD/104387/2014. Este trabalho contou ainda com o apoio financeiro da FCT/MEC através de fundos Nacionais e quando aplicável cofinanciado pelo FEDER, no âmbito do acordo de parceria PT2020, através dos projetos UID/SOC/04647/2013 (CICS.NOVA.FCSH/UNL), UID/BIA/50027/2013 e POCI-01-0145-FEDER-00682 (CIBIO).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexander, M. (2008). *Management planning for nature conservation: a theoretical basis and practical guide*. Dordrecht, The Netherlands: Springer, 426pp.
- Borrini-Feyerabend, G., Dudley, N., Jaeger, T., Lassen, B., Pathak Broome, N., Phillips, A. & Sandwith, T. (2013). *Governance of Protected Areas: From understanding to action*. Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 20. Gland, Switzerland: IUCN, xvi+124pp.
- Dimitrakopoulos, P. G., Jones, N., Iosifides, T., Florokapi, I., Lasda, O., Paliouras, F., & Evangelinos, K. I. (2010). Local attitudes on protected areas: Evidence from three Natura 2000 wetland sites in Greece. *Journal of Environmental Management*, 91(9), 1847-54.
- Meho, L. I. (2006). E-mail interviewing in qualitative research: A methodological discussion. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 57(10), 1284–95.
- Pereira, M., Bragagnolo, C., Calado, H. & Fonseca, C. (2014). Conflitos territoriais em áreas protegidas de pequenas ilhas: a "ilha montanha" do Pico (Açores - Portugal). *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 5, 207-31.
- Queirós, M. (2012). Natural Parks in Portugal: a way to become more ecologically responsive?. *Environment and History*, 18(4), 585-611.

## Desafios e potencialidades das unidades de conservação de uso sustentável no bioma amazônico: panorama de duas áreas protegidas

Thais Helena Teixeira

Universidade Federal de Viçosa

thaisteixeira.coop@gmail.com

José Ambrósio Ferreira Neto

Universidade Federal de Viçosa, Viçosa

ambrosioufv@gmail.com

Judit Tort Tarrés

Mediterranean Agronomic Institute of Zaragoza

### ABSTRACT

Protected areas, commonly called the conservation units (UC), have shown an important tool for effective government interventions towards sustainable development and conservation of natural resources. These have, in addition to multiple challenges, specific features related to life forms and appropriation of resources for their populations. In this setting, this paper seeks to compare elements of two of sustainable use protected areas in the Amazon, in order to establish some points of distinction and convergence between them. For this were compared elements raised during workshops Participatory Rapid Diagnostics in both UC's, bibliographic search and analysis of secondary data. Was evidenced that despite the distinctions as to the location and forms of land occupation and use of resources, there are points in common, which can be taken as a basis for discussion of development policies that have been and will be made to these areas.

**KEY WORDS:** protected areas; traditional communities; sustainable development; Amazon; policy.

### 1. INTRODUÇÃO

A preservação dos recursos naturais, como água, fauna, flora, e também manifestações culturais e populações humanas tradicionais, é preocupação constante dos poderes públicos e da sociedade civil, e tem se manifestado em forma de leis, projetos, ações pontuais, entre outras. Neste contexto, o Brasil, nas últimas décadas, apresentou grande avanço nas questões referentes à conservação da natureza, principalmente com a aprovação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC), no ano 2000, o qual normatiza a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação (UC) a nível federal. A maior contribuição do SNUC, como destaca Drummond *et al* (2010), foi a divisão e instituição de critérios, a partir de características específicas de distinção, entre dois grupos de UC's: as de proteção integral<sup>12</sup>, cujo objetivo básico é preservar a natureza, admitindo-se apenas o uso indireto dos recursos naturais, e as de uso sustentável<sup>13</sup>, cuja finalidade é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

<sup>12</sup> Pertencem a essa categoria: Estação Ecológica (Esec); Reserva Biológica (Rebio); Parque Nacional (Parna) – quando criado pelo estado ou município é denominado Parque Estadual ou Parque Natural Municipal; Monumento Natural (MN); e Refúgio de Vida Silvestre (RVS).

<sup>13</sup> Pertencem a esta categoria: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie); Floresta Nacional (FLONA) – quando criada pelo estado ou município é denominada Floresta Estadual ou



Neste contexto, as áreas protegidas, no caso do presente trabalho, as Unidades de Conservação de uso sustentável, têm se mostrado como importantes ferramentas para a efetivação das intervenções governamentais no caminho do desenvolvimento sustentável e da conservação dos recursos naturais em diversos biomas e ecossistemas brasileiros. Porém, estas áreas apresentam múltiplos desafios referentes a sua real efetivação, gestão de seu território, fiscalização, entre outros pontos, além de características específicas relacionadas às formas de vida e apropriação dos recursos por suas populações. Isto posto, o presente trabalho busca apresentar elementos da realidade de duas UC's de uso sustentável da Amazônia, sendo elas a Reserva Extrativista (RESEX) Verde Para Sempre e a Floresta Nacional (FLONA) do Purus, localizadas nos estados do Pará e Amazonas, respectivamente, a fim de estabelecer alguns pontos de distinção e convergência entre as mesmas. Estes elementos estão relacionados às formas de vida e apropriação dos recursos naturais pelas comunidades extrativistas e tradicionais residentes nestas áreas, e ajudam a pensar seu contexto atual e suas perspectivas. Além disso, essa discussão proporciona elementos para discutir propostas de desenvolvimento sustentável direcionadas a esse tipo de território, os quais possuem características muito singulares.

A fim de alcançar os objetivos citados, foram comparados elementos levantados durante oficinas de Diagnóstico Rápido Participativo realizadas nas referidas UC's e analisados dados secundários levantados durante um Projeto de Pesquisa desenvolvido entre os anos de 2013 e 2015, fruto de um termo de cooperação firmado entre a Universidade Federal de Viçosa e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)<sup>14</sup>. De forma complementar, realizou-se pesquisa bibliográfica a respeito dos temas conservação dos recursos naturais, unidades de conservação de uso sustentável, populações tradicionais e sobre as áreas específicas do estudo.

## 2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A FLONA do Purus foi criada em 1988, com área aproximada de 256.121,13 hectares, como parte do Programa Nossa Natureza, do Governo Federal. Esta é historicamente marcada por impasses entre seus moradores e os órgãos ambientais, por motivos como a sobreposição

---

Municipal; Reserva Extrativista (RESEX); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS); Reserva de Fauna (Refau); e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

<sup>14</sup> ICMBIO, autarquia federal brasileiro vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, cujo objetivo é administrar as Unidade de Conservação federais, a fim de proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental.

entre a área da UC e áreas de assentamentos do INCRA<sup>15</sup>, comunidades ribeirinhas e povos indígenas. Esse fato é resultado do seu processo de criação sem grande planejamento prévio e a partir de bases cartográficas desatualizadas. Uma das principais motivações para a criação desta UC foi o processo de substituição da floresta por pastagens que se processa na região onde está localizada a FLONA e outras unidades de conservação, sendo esta identificada como estratégica para a criação de áreas protegidas (ICMBio, 2009).

Por sua vez, a RESEX Verde Para Sempre foi criada em 2004, com área aproximada de 1.289.362,78 hectares (a maior RESEX em extensão no país), tendo por objetivo “assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local” (BRASIL, 2004). Sua criação é fruto da luta das populações e organizações locais em prol da garantia do direito ao território e resistência diante da opressão por parte de atores privados ligados à agricultura comercial, que almejavam a exploração madeireira e a transformação da área, onde está localizada a RESEX, em cultivos de soja e pastagens para produção pecuária. Outro fator importante a ser destacado era a necessidade de maior presença do estado, diante dos conflitos que se processavam na região entre estes atores. Esses fatores marcaram profundamente o processo de transformação ocorrido na região, até a criação e efetivação da RESEX Verde Para Sempre.

Encontra-se aí as primeiras distinções entre estas duas áreas, seus objetivos e motivações para sua criação, além das características de suas populações, do território e tamanho de suas áreas. Porém, grandes semelhanças podem, também, ser destacadas. Em ambas as UC's são encontradas como principais atividades produtivas a agricultura de autoconsumo, o extrativismo vegetal e a pesca, aliados à criação animal, utilizada para o consumo familiar e eventual comercialização, e extração de madeira para construção de casas, embarcações e outros. É importante salientar a presença, mais ou menos efetiva, destas atividades produtivas de acordo com a localização das comunidades dentro do território, uma vez que o tipo de solo e vegetação e o regime das águas (cheias e secas) são os principais determinantes para o desenvolvimento destas atividades. Por exemplo, nas áreas de várzea<sup>16</sup>, localizadas as margens dos rios e igarapés, a pesca e/ou as culturas temporárias apresentam maior relevância, enquanto nas áreas com maior presença de floresta densa e não sujeitas a alagamento, o extrativismo e os roçados, principalmente de mandioca, são mais presentes e têm maior importância econômica para as famílias.

---

<sup>15</sup> Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária.

<sup>16</sup> Várzea: área com vegetação característica da região amazônica, que ocorre ao longo dos rios e planícies inundáveis.

Outra semelhança é a importância atribuída aos cursos de água, como rios e igarapés, uma vez que são, em grande parte das comunidades, além de fonte de alimento, as únicas vias de transporte da produção e de pessoas. Além dessas funções, estes mananciais são fonte de água para uso doméstico como lavagem de roupas e utensílios, limpeza da casa, entre outros, e também como forma de lazer, nos banhos ou mesmo na pesca com anzol, em momentos de descanso.

Os problemas enfrentados nessas duas UC's, apesar de suas diferenças regionais, no que se refere às formas de ocupação do território e da disponibilidade de recursos, de formação das comunidades, de organização social, entre outros, também acabam por coincidir em diversos pontos. O primeiro grande desafio, e talvez o mais explícito, como se observou durante a realização das oficinas de DRP nas referidas UC's, diz respeito à ausência de serviços básicos, como a carência de infraestruturas e profissionais de saúde; falta de professores, precariedade nas infraestruturas escolares, ou mesmo a ausência destas, e má qualidade do ensino; e privação ao acesso à energia elétrica e meios de comunicação. A respeito das dificuldades no desenvolvimento de atividades produtivas e comercialização da produção temos a falta de subsídios, incentivos e crédito; ausência e estagnação das discussões a respeito da concessão do uso dos recursos naturais para as famílias decorrente da não elaboração ou efetivação dos Planos de Manejo<sup>17</sup>; e a falta de assistência técnica. Além desses, outros problemas levantados são a má qualidade da água em algumas comunidades e ausência do poder público.

A existência destes problemas de ordem básica evidencia contradições no processo de desenvolvimento sustentável, que deveria ocorrer nesses territórios. O desenvolvimento sustentável é tomado aqui como um processo que leva em consideração questões econômicas, sociais, ambientais, espaciais e culturais, elementos os quais não sendo capazes de avançar de forma articulada não podem ser tomados como um desenvolvimento real (Sachs, 1993). Porém, apesar destes desafios, é importante destacar que estas comunidades vêm persistindo na luta por melhorias nas condições de vida e pelo fortalecimento de suas organizações locais e cadeias produtivas. São as associações, cooperativas e demais instituições de apoio, que contam com a ativa participação e envolvimento das comunidades, as principais responsáveis por esses avanços. Uma vez que, buscam alternativas de inserção dos produtos locais nos mercados, além de novos projetos e práticas para efetivação das ações em prol de melhorias das atividades econômicas e da organização social destas populações.

---

<sup>17</sup> Documento técnico, elaborado com base nos objetivos da unidade de conservação, que estabelece o zoneamento e as normas de uso do território e manejo dos recursos naturais, e demais questões relacionadas às intervenções dentro da unidade (SNUC, 2000).

Nessa perspectiva, as populações tradicionais, com suas práticas produtivas e formas específicas de utilização dos territórios e recursos, também desenvolvem um papel importante na conservação dos recursos naturais, sendo que lutam pelo uso sustentável dos mesmos, além da conservação dos ecossistemas e geração de modos de vida socialmente mais equitativos. Logo podem ser entendidas, mesmo que com a presença destes diversos desafios, agentes de desenvolvimento sustentável, uma vez que vêm lutando por melhores condições de produção, pela valorização de seus modos de vida e cultura e pela legitimação política de suas reivindicações.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das considerações acima, evidenciou-se que, apesar das distinções quanto à localização e as formas de ocupação do território e uso dos recursos, existem pontos em comum, os quais podem ser tomados como base para a discussão das políticas de desenvolvimento que vêm sendo e que serão formuladas para estas áreas. Porém, a distinção quanto ao tamanho de suas áreas, por exemplo, gera dificuldades distintas no que se refere à fiscalização, ao atendimento às comunidades e à população. Este fato destaca uma das questões a ser pensada quando se fala na formulação de propostas de desenvolvimento para estas áreas: não é possível conceber uma única política que beneficie territórios tão distintos. É necessário, portanto, repensar a forma de implantação dos programas e projetos de acordo com as características locais. De tal forma, a apropriação dos recursos naturais, apesar de ser semelhante em sua essência, ocorre de forma diferente, uma vez que depende da disponibilidade destes e dos usos realizados em cada região. Assim, pensar o desenvolvimento sustentável e suas formas de implementação nestas áreas, é repensar a atuação do poder público e suas políticas sociais, ambientais e econômicas com foco nestes territórios.

### **AGRADECIMENTOS**

Às comunidades, que sempre nos receberam com muito carinho a atenção durante as atividades de campo. Ao ICMBio, pela parceria firmada. E em especial à Fapemig, pelo apoio a participação no evento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. (2004). *Decreto de 8 de novembro de 2004*. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Verde para Sempre, no Município de Porto de Moz, Estado do Pará. Retrieved from [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10350.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10350.htm).
- BRASIL (2000). *SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. 2ª ed. 76p.
- BRASIL. (1988). *Decreto nº 96.190, de 21 de junho de 1988*. Cria, no Estado do Amazonas, a Floresta Nacional do Purus, com limites que especifica, e dá outras providências. Retrieved from [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/D96190.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D96190.htm).
- Drummond, J. A., et al (2010). Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. Em R. S. Ganem (org.). *Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas*. Brasília: Câmara dos Deputados.
- ICMBio (2009). *Plano de Manejo - Floresta Nacional do Purus. Volume I – Diagnóstico*. Ministério do Meio Ambiente.
- ICMBio, UFV. (2014). *Floresta Nacional do Purus - Relatório de Campo*. Viçosa.
- ICMBio, UFV. (2014). *Reserva Extrativista Verde Para Sempre - Relatório de Campo*. Viçosa.
- Sachs, I. (1993). As cinco dimensões do ecodesenvolvimento. Em *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel.

## Espacios protegidos y desarrollo territorial: conflicto versus consenso

Melchor Guzmán Guerrero

Agencia de Gestión Agraria y Pesquera de Andalucía  
melchor.guzman@juntadeandalucia.es

Manuel Pérez Yruela

Instituto de Estudios Sociales Avanzados - CSIC  
mpyruela@iesa.csic.es

### RESUMEN

En esta comunicación se recogen los resultados de un estudio sobre la valoración que hacen los agentes implicados en el Parque Natural de las Sierras Subbéticas Cordobesas (PNSSC) creado en 1988, del origen, evolución y resultados que ha tenido en la zona afectada esta figura de protección. Igualmente, analiza los conflictos que en torno al Parque perciben estos agentes desde la perspectiva de sus diferentes intereses. Los autores analizan la relación entre protección del medioambiente y desarrollo territorial, el posicionamiento de los distintos agentes implicados y su evolución a lo largo del tiempo, y las perspectivas futuras de estas políticas. También avanzan lecciones aprendidas sobre el proceso de aplicación de estas políticas de protección, que podrían ser útiles en la gestión de estos espacios.

**PALABRAS CLAVE:** Grupos de interés, espacios protegidos, desarrollo territorial, gobernanza multiactor.

### 1. INTRODUCCIÓN, OBJETIVOS Y METODOLOGÍA

El concepto de espacio natural protegido ha ido evolucionando desde la primera etapa, en la que las finalidades eran la conservación y protección de su naturaleza virgen (Parque de Yellowstone, en 1872). En la segunda etapa, que va desde mediados de los años 70 a principios de los 90 del siglo pasado, se produce un crecimiento espectacular de declaraciones de espacios protegidos en casi todo el mundo (el 6% de la superficie mundial, el 8% de la europea, más del 9% en España y casi un 19% en Andalucía). La tercera etapa, la actual, viene marcada por la Cumbre de Rio de Janeiro en 1992. En ella se vinculan los espacios protegidos a las políticas de desarrollo sostenible, se amplían y refuerzan las redes regionales, nacionales e internacionales y se unifican criterios de planificación y gestión.

Pasadas casi tres décadas desde la creación de este Parque, los responsables de la realización en su día de los trabajos para la formulación del “Estudio de Planificación del Parque Natural de las Sierras Subbéticas Cordobesas”, han creído útil analizar la percepción que en este tiempo han construido diversos actores relacionados con el Parque sobre los siguientes aspectos: efectos socioeconómicos positivos y negativos sobre la comarca de influencia, conflictos de intereses y aciertos y desaciertos de la gestión del Parque, y perspectivas de futuro de la relación entre la evolución de la comarca y el Parque.

El estudio pretende aportar información desde dos perspectivas. Por una parte, trata de poner de manifiesto la convergencia y divergencia que se produce entre los relatos que los

diversos actores han construido sobre los aspectos anteriores, en función de los distintos intereses y relaciones que tienen con el Parque. Por otra, analiza la forma en que los actores perciben las perspectivas de futuro, y los ajustes y cambios necesarios para resolver conflictos, acercar divergencias y ajustar expectativas sobre las relaciones futuras entre la comarca y el Parque. Por razones del espacio de esta comunicación, todo ello se hará de manera sintética y esquemática.

La metodología utilizada ha sido cualitativa, mediante entrevistas en profundidad, presenciales y auto-cumplimentadas, dirigidas según un guión abierto, a un grupo de entrevistados que representan a los actores sociales de la comarca con algún tipo de relación con el Parque.<sup>18</sup>

Al mismo tiempo, se ha hecho una revisión somera de información secundaria sobre la evolución de las políticas de gestión de los espacios protegidos en España y sobre todo en Andalucía, para poder extraer algunas conclusiones y lecciones aprendidas, que pretenden ser de utilidad para los agentes implicados en la gestión de estos territorios.

## 2. RESULTADOS

### 2.1. Algunos datos de la evolución del Parque Natural

La población de los municipios de la zona se ha mantenido entre 1990 y 2014 (unos 71.000 habitantes), que en cierto modo es un indicador de éxito. El balance de los ocho municipios que conforman el PN es desigual, han crecido los más grandes y disminuyen todos los demás. Ha disminuido en un 7,5% de la superficie cultivada, pero la casi totalidad de la tierra cultivada sigue siendo olivar (unas 68.000 Ha.). La ganadería es importante, desde 1988 el caprino ha disminuido un 8,5% y el ovino ha aumentado un 16%.

El número de alojamientos turísticos e instalaciones de restauración han pasado de ser casi inexistentes en los años ochenta del siglo pasado, a completar una amplia y diversa oferta en los últimos años: alojamientos (134 establecimientos con 2.564 plazas disponibles), y 107 restaurantes y cafeterías.

En suma, se ha mantenido la población y las actividades económicas tradicionales, y se han creado nuevas actividades, sobre todo turísticas.

---

<sup>18</sup> Se han realizado 8 entrevistas presenciales y 10 entrevistas auto-cumplimentadas a representantes de la administración pública responsable de la gestión del Parque, propietarios agricultores y ganaderos, representantes del sector turístico, usuarios del parque con fines recreativos y deportivos, experto en flora y fauna local, responsables municipales de la comarca y del Grupo de Desarrollo Rural de la misma.

En cuanto a la comparación del PN de las Subbéticas con el resto de PN de Andalucía podemos decir: destaca, solo por detrás de los Alcornocales y Doñana en actuaciones sobre la flora, es uno de los PN más visitados (lo superan: Doñana, Sierras de Cazorla, Segura y las Villas, Cabo de Gata-Níjar, Sierra de Grazalema, Sierra Nevada y Bahía de Cádiz), también resalta en cuanto a educación ambiental y especialmente en cuanto a visitas anuales de escolares, y está en la media de empresas adscritas a la marca PN.

## **2.2. La participación en el PN: convergencias y divergencias**

Los discursos de los diversos actores coinciden en que el proceso por el que llegaron a la comarca tanto la figura de PN como las primeras fases de su gestión, tuvieron poco en cuenta a los actores que podrían verse más afectados, especialmente los propietarios. Igualmente coinciden en la escasa información que se hizo llegar a la población sobre el significado de la declaración del PN y los efectos que tendría sobre la comarca de influencia.

Se creó así una imagen inicial del PN como institución más volcada en la vigilancia del cumplimiento de las normas aplicables en los PN's, en la sanción de las infracciones y en la gestión burocrática de autorizaciones para realizar actividades, que en la promoción del PN como un activo para el desarrollo socioeconómico de la zona.

Se atribuye a estas carencias de origen el que la relación entre el PN y la población no haya venido siendo todo lo fluida, confiada y colaborativa que podría haber sido. Reconocen que esta distancia se ha ido reduciendo con el tiempo, pero que sigue siendo una de las divergencias más importantes a cerrar para normalizar la situación y abrir una nueva etapa de relaciones entre ambas partes.

Pese a lo anterior, los discursos de todos los actores coinciden en que la creación del Parque ha tenido un valor en sí mismo, porque ha desencadenado una serie de efectos que han potenciado la puesta en valor, con alcance diverso, de otros activos de la zona.

El PN ha servido para delimitar una referencia geográfica, paisajística, económica, social y cultural, que, al nombrarla, ha puesto en marcha un proceso de elaboración del valor y significado de esa referencia, de identificación de la población con ella y de proyección exterior de la misma. Como consecuencia, el PN ha servido para reforzar hacia dentro y hacia fuera el valor simbólico y material de los recursos naturales, el paisaje, los productos agroalimentarios, las artesanías, la cultura y otros activos que ya existían, y para abrir espacio a nuevas actividades.

Según los discursos recogidos, se trata de un proceso inacabado, parcial y no igualmente positivo para todos los actores. Inacabado porque es susceptible de completarse, perfeccionando



la gestión del PN y sus relaciones con la población. Parcial, porque sólo ha llegado a parte de la población, ya que todavía una proporción significativa de ella no se siente parte de ese proceso. Así los propietarios creen que el PN perjudica u obstaculiza su labor como agricultores y ganaderos y, aunque reconocen el valor simbólico y otros beneficios que se citan más adelante, no aprecian valor material directo para ellos en el desarrollo de su actividad, sino al contrario.

### **2.3. Los beneficios y los perjuicios**

Las ventajas y desventajas que la declaración del PN ha tenido para el territorio afectado dependen de los intereses y expectativas de cada uno de los actores implicados. La población en general no tiene formada una opinión clara sobre el PN aunque ha mejorado el conocimiento de su existencia y su valor simbólico.

Todos los actores implicados, en especial los ecologistas, consideran que el PN ha supuesto una mayor protección del valor natural de la zona y un control sobre las actividades que pudieran haberlo degradado (canteras, labores agrarias inapropiadas, presión urbanística...). El PN ha cumplido así su principal razón de ser. No obstante, los especialistas opinan que algunas medidas de conservación puestas en marcha son deficitarias y no discriminan suficientemente entre zonas con distintos valores o limitaciones.

Los actores políticos locales valoran positivamente el papel que el PN puede desempeñar en la zona como uno de los motores de su desarrollo. Para ello, creen que tendrá que avanzarse más en su papel dinamizador en colaboración con los demás actores.

Hay coincidencia en que el sector económico más beneficiado ha sido el turístico y en menor medida el agroalimentario, por la aparición de productos que utilizan la imagen del PN en sus marcas y por la proyección exterior que ha tenido. La carta europea de turismo sostenible ha contribuido a regular mejor el turismo de naturaleza.

Los usuarios de actividades deportivas de naturaleza reconocen los excelentes valores naturales del PN. No obstante, creen que es manifiestamente mejorable todo lo relacionado con la delimitación de vías de uso público, señalización, espacios para actividades específicas (bicicleta de montaña, escalada...) o regulación eficaz de las visitas a los lugares más sensibles. Estas deficiencias son causa de conflictos entre distintos actores (senderistas, escaladores, ciclistas, propietarios...), y de deterioro y molestias por aglomeraciones en espacios de valor singular.

Los propietarios del PN son los que se consideran más afectados negativamente en sus actividades agrícolas y ganaderas. El enfrentamiento inicial de este colectivo con el PN, ha

evolucionado hacia posiciones más moderadas y comprensibles del valor del PN. No obstante, siguen siendo muchas sus quejas, entre otras: lentitud excesiva en obtención de permisos para actividades; lentitud de la administración para hacer uso del derecho de retracto en las operaciones de compraventa; sobrecoste de actividades por exigencia de la normativa (uso de teja árabe, por ejemplo,) no compensado; y discrecionalidad de la administración para la aplicación más exigente dentro del PN de normativa que es común a todas las zonas, estén dentro o fuera del perímetro del PN.

#### **2.4. La gestión del PN**

A la Administración se le reconoce su papel de garantizar la función que le corresponde como gestora del PN de protección y conservación del espacio así declarado. Para ello, la labor de vigilancia que realizan los agentes ambientales es fundamental (“los ojos de la Administración en la zona”). Los recursos destinados al PN parecen suficientes para esta función, en opinión de algunos actores, pero insuficientes para hacer una gestión más eficaz y proactiva del PN que reequilibre su papel respecto a la zona.

Además, algunos actores subrayan la importante contribución a la función de protección y conservación de las prácticas tradicionales de limpieza de cauces, manejo de las zonas forestales, labores contra la erosión, protección de la flora o control de la fauna. Sin embargo, observan que no se tienen suficientemente en cuenta en la gestión las capacidades de la población de la zona. Tanto este como otros asuntos en los que sería posible mayor sinergia entre PN y sociedad local podrían resolverse a través de la Junta Rectora, pero no parece ser el caso por la escasa capacidad operativa que tiene, pese a la amplia representación de la sociedad en ella. A esto hay que sumar la percepción de una cierta lejanía de la administración, cuyos responsables no están en la zona. Todo esto, unido a lo señalado en puntos anteriores plantea a la Administración retos importantes.

Finalmente, la administración no dota de recursos suficientes a las unidades de gestión para llevar a cabo otras tareas que no sean las básicas de protección y vigilancia.

### **3. CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES**

Existe coincidencia en el importante papel que puede tener el PN en el futuro de la comarca si se abordan los problemas señalados y se reactivan los Planes de Desarrollo Integral (ahora sostenible, ley 2/1989, de 18 de julio). De no ser así, es previsible que el PN y sociedad

local tengan dinámicas divergentes, que resten valor a los activos que juntos podrían potenciar, y deriven en conflictos.

Del balance provisional que podemos hacer de estas casi tres décadas de políticas de protección de espacios, destacamos los siguientes aspectos:

- La administración gestora debe reconocer el papel de la población local y su cultura en la conformación de los paisajes actuales (interacciones entre la sociedad y la naturaleza como sistemas integrados, custodia del territorio).
- Se deben establecer procedimientos que garanticen la participación efectiva de los agentes sociales en la planificación y gestión territorial.
- El modelo de gestión de los espacios protegidos debe ser una simbiosis entre el capital natural y el capital social y debe atender a la protección y al desarrollo territorial. Se debe ir hacia una nueva gobernanza, que configure un marco institucional para la interacción entre actores públicos y privados en el proceso de toma de decisiones políticas, que integre la gobernabilidad, la implicación de la comunidad local, los instrumentos de planificación y los recursos.
- Se debe potenciar la capacidad de gestión de los parques, aumentando los recursos humanos y materiales necesarios para las unidades de gestión de cada espacio.
- Se deben fomentar la integración de sistemas de gestión de calidad medioambiental: marca PN, Carta Europea de Turismo Sostenible, entre otras.
- Hay que establecer procedimientos de seguimiento y evaluación efectivos y reales que permitan contrastar los resultados alcanzados.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Consejería de Medio Ambiente (2008). *Memoria de Actividades y Resultados. Informe 2007-2008*. Red de Espacios Naturales Protegidos de Andalucía. Sevilla.
- Consejería de Medio Ambiente (2013). *Plan de Medio Ambiente de Andalucía. Horizonte 2017*. Sevilla.
- EUROPARC-España (2014). *Anuario 2013 del estado de las áreas protegidas en España*. Madrid.
- EUROPARC-España (2008). *Manual 07: Planificar para gestionar los espacios naturales protegidos*. Madrid.
- EUROPARC-España (2002). *Plan de acción para los espacios naturales protegidos del Estado español*. Madrid.
- Guzmán-Guerrero, M. & Pérez-Yruela, M. (1994). Desarrollo Rural y Protección del Medio Ambiente: El Parque Natural de las Sierras Subbéticas Cordobesas. *Revista de Estudios-Agrosociales*. Núm. 160.

- Hidalgo-Morán, S. (2006). *Uso Público en Parques Naturales. Análisis comparado de Andalucía, y Castilla y León*. Tesis Doctoral. Universidad de Granada e Instituto de Desarrollo Regional.
- Mancomunidad de la Subbética (2011). *Estudio sobre la situación socioeconómica de la Mancomunidad de la Subbética (datos actualizados a enero de 2011)*. Carcabuey: Mancomunidad de la Subbética.
- SIMA (Sistema de Información Multiterritorial de Andalucía) (2015). *Andalucía Pueblo a Pueblo-Fichas Municipales*. Sevilla: Instituto de Estadística y Cartografía de Andalucía.
- Tolón-Becerra, A. & Lastra-Bravo, X. (2008). Los espacios naturales protegidos. Concepto, evolución y situación actual en España. M+A. Revista Electrónica@ de Medioambiente.

## Estrategias locales de ordenación del pastoreo como respuesta a la presión de otros usos del territorio

L. A. Bermejo

Universidad de La Laguna

F. Cubas

Servicio de Agricultura - Cabildo Insular de Tenerife

J. J. Viera

Universidad de La Laguna

J. Luis

Universidad de La Laguna

### RESUMEN

En algunas regiones de Europa y del mundo, las estrategias locales de ordenación del territorio y los recursos están más relacionadas con la marginalización que con un proceso de modernización. Es decir, son el resultado de una adaptación a los cambios impuestos desde el entorno. Estos cambios externos relacionados con los usos del suelo (incremento uso residencial, protección ambiental y otros) ejercen una presión significativa sobre los sistemas de producción que los obliga a adaptarse para sobrevivir. Junto con estos, algunos cambios más sutiles como la visión negativa y de atraso que hay sobre algunas actividades tradicionales. El análisis se ha llevado a cabo en el valle de La Orotava (Tenerife, Islas Canarias, España) como unidad territorial homogénea a través del análisis de coordenadas principales de los resultados de entrevistas y mapeos participativos con 36 ganaderos de caprino. Se trata de una zona tradicionalmente agraria y ganadera, sometida a dos presiones importantes. Por un lado, el gran desarrollo urbanístico de las últimas décadas, ligado en cierta medida al sector turístico y por otro lado, la declaración de Espacios Naturales Protegidos en las áreas mejor conservadas de la costa y las zonas altas, donde el pastoreo está prohibido. En este contexto, la ordenación de la actividad ganadera, en general y el pastoreo en particular, es resultado de la adaptación a los conflictos generados en este entorno, a través de un proceso de contracción y simplificación respecto a los sistemas tradicionales, que algunos autores denominan marginalización. Se han caracterizado tres estrategias básicas: i) sistemas con escaso territorio, con elevadas intensidades de uso continuo, ii) Intensificación mediante el aumento de la suplementación del ganado y desvinculación de los recursos – pasto y iii) sistemas estacionales de menor intensidad de uso gracias a una mayor disponibilidad de territorio, más próximos a los sistemas tradicionales. En términos de tendencia, podemos concluir que estos últimos recurren a las estrategias de pastoreo continuo o intensificación en la medida que se incrementa la presión de la competencia con otros usos del territorio y que esto, lejos de ser un proceso de modernización, está más cerca de la marginalización y por tanto, de la desaparición del sector. Esta tendencia está directamente relacionada con la incapacidad de las explotaciones para adaptarse de manera eficiente a los cambios en los usos del territorio.

**PALABRAS CLAVE:** Ganadería, Ordenación del territorio, Usos del territorio, Marginalización

### 1. INTRODUCCIÓN

El pastoreo es una actividad importante en las Islas Canarias. Supone una forma de aprovechamiento de los recursos y es parte de la base del mantenimiento de algunas razas autóctonas caprinas y ovinas. Sin embargo, como ocurre en otras regiones, enfrenta obstáculos y dificultades para su desarrollo, tanto desde la perspectiva socio – económica como cultural (Mata et al., 2014). En el caso de estudio, es la competencia con otros usos (especialmente residencial y agrícola) uno de los factores más importantes que explican su estructura actual y

la dinámica de los sistemas de producción. Esta competencia desigual con otros usos, obliga a las explotaciones a adaptarse en un proceso descrito por varios autores como marginalización (Brouwer, Baldock, Godeschalk, & Beaufoy, 1997; Mata et al., 2014), contrario al descrito como modernización. La relación conflictiva con los usos residenciales y, en menor medida, con los usos agrícolas, están en el centro de este proceso de marginalización. Junto con esto, la protección ambiental, materializada en los Espacios Naturales Protegidos y la reglamentación restrictiva respecto al uso ganadero, se configura como un factor indirecto de estos conflictos ya que el desplazamiento de estas áreas protegidas, dificulta la ordenación del pastoreo y concentra su intensidad en áreas con elevadas densidades de población y cultivos, dificultando la relación con estos usos del territorio.

En definitiva, en el proceso de marginalización las decisiones técnicas para aumentar productividad y competitividad son desplazadas por las decisiones técnicas tomadas para sobrevivir en un entorno socio-económico y cultural que cambia. Estas decisiones (entre ellas la simplificación de los sistemas o simplemente la elección de áreas de pastoreo poco productivas pero menos problemáticas respecto a la competencia con otros usos) puede comprometer la viabilidad de las explotaciones.

El objetivo de este trabajo es analizar las estrategias de los ganaderos para poder desarrollar sus actividades en un entorno con elevada conflictividad y con parte del territorio restringido por la protección ambiental, en el Valle de La Orotava (Islas Canarias, España).

## **2. MATERIAL Y MÉTODOS**

Se realizaron 26 entrevistas a los ganaderos de los Municipios de Los Realejos, La Orotava y Puerto de la Cruz, definiendo las áreas de pastoreo, sus periodos de uso, los accesos y rutas y las áreas problemáticas, así como aspectos de carácter socioeconómico como la edad, afiliación a la seguridad social, dedicación anterior a la explotación ganadera, tiempo en la explotación, producción de queso/leche.

Durante las entrevistas se realizaron mapas de las áreas de pastoreo, de las rutas de paso de ganado y de los puntos de conflicto con otros usos. La información recogida en los mapas fue digitalizada y analizada con el programa Arc Map 9.0. Se determinó área de pastoreo promedio por unidad y total, altitud promedio, unidades de vegetación en uso, relación con otros usos del suelo, fragmentación, longitud de las rutas de movimiento y el porcentaje por tipo de vía utilizada.

Se utilizaron técnicas de análisis multivariante para establecer una clasificación previa de las explotaciones y caracterizar la dinámica del sector en el área de estudio. Debido a que se

trata de una combinación de variables continuas (por ejemplo, carga ganadera) y variables categóricas (por ejemplo, sistema de pastoreo) se utilizó el análisis de coordenadas principales (PCO), basado en la distancia chi cuadrado ( $\chi^2$ ) entre las explotaciones (Anderson, Gorley, & Clarke, 2008). Todos los análisis se realizaron con el paquete estadístico Primer 6 y PERMANOVA+ (PRIMER-E, Plymouth, UK).

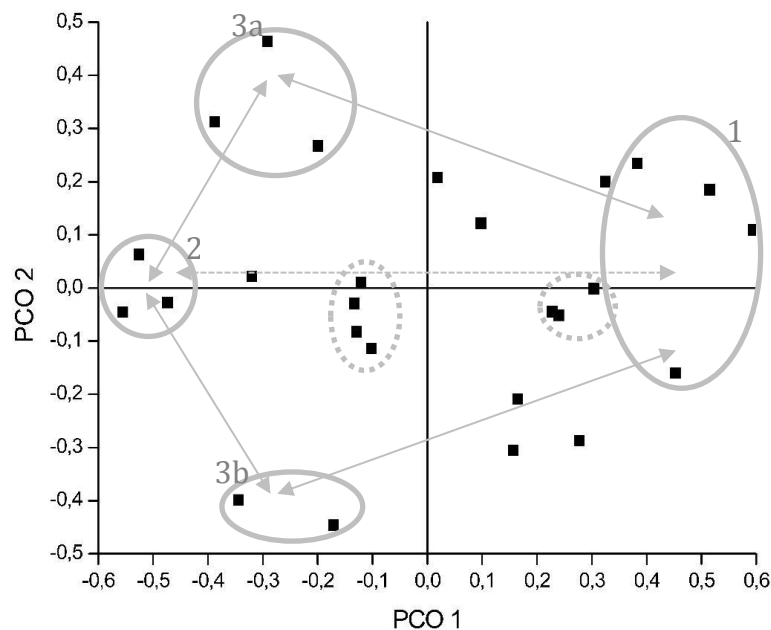
### 3. RESULTADOS

#### 3.1. El papel del pastoreo y el territorio en los sistemas de producción caprina

El aprovechamiento de los pastos espontáneos y el territorio por las explotaciones caprinas de la zona de estudio es esencial en su manejo y estructura. En términos energéticos, el 56,2% del promedio de las necesidades animales se cubren con estos recursos, y el 91,6% de la alimentación forrajera total. Una de las características principales de los sistemas de pastoreo en la zona es la fragmentación de éstas, con una superficie promedio de 3,98 ha por parcela, de las que el 27,8% son compartidas entre ganaderos (45,0% de la superficie). Esta fragmentación tiene tres consecuencias inmediatas: i) una elevada presión sobre el territorio (carga ganadera promedio: 0,7 UA ha<sup>-1</sup> para una carga ganadera promedio en Canarias de 0,21 UA ha<sup>-1</sup>), ii) elevado movimiento de animales a través de rutas que conectan las zonas de pastoreo (847,6 ha, repartidas en 213 zonas, se conectan a través de 149,4 km de rutas, a través de áreas urbanas (22,2%), carreteras asfaltadas (24,8%) y caminos rurales) y iii) dificultades para acceder a territorio para pastoreo, debido al esfuerzo de negociación con propietarios (elevados costes de transacción), ya que cada ganadero utiliza una media de 20 zonas de pastoreo diferentes.

#### 3.2. Dinámica de los sistemas de producción caprina

De acuerdo con los resultados del PCO, los sistemas de producción se pueden clasificar en cuatro grupos (**Figura 1**), entre los que aparecen explotaciones que representan situaciones intermedias en los gradientes (PCO 1 y PCO2) limitados por los tipos principales.



**Figura 1:** Análisis de Coordenadas Principales (PCO) basado en distancia chi cuadrado de las explotaciones en pastoreo del Valle de La Orotava. Varianza total explicada: 63,12% (PCO 1: 44,02%; PCO 2: 19,1%)

Los tipos de explotaciones son (Figura 1): *Tipo 1*, manejan poca superficie de pastoreo (23,2 ha) y pocas zonas de pastoreo (6,8 áreas) con una elevada intensidad (1,5 Unidades Animales (UA) ha<sup>-1</sup>), mayoritariamente en sistema de pastoreo continuo. *Tipo 2*, utilizan más superficie de pastoreo (141,9 ha) y más zonas de pastoreo (23,3 áreas), la intensidad de pastoreo disminuye al mínimo (0,1 UA ha<sup>-1</sup>) y el pastoreo rotativo estacional es el sistema principal. *Tipo 3*, tienen una carga ganadera más baja, pero gracias a dos estrategias bien diferenciadas: *3a*, dispone de más superficie (131,3 ha) y zonas de pastoreo (30,3 zonas) y *3b*, incrementa la alimentación en pesebre (suplementación). Los ganaderos de las explotaciones tipo 3a, tienden a ser los más jóvenes, mientras que los ganaderos tipo 3b y 1, es decir los que manejan menores áreas de pastoreo, tienden a ser los de mayor edad. Los ganaderos de las explotaciones tipo 2 están entre ambas edades.

Aparecen dos tendencias claras en el desarrollo de las explotaciones caprinas en el Valle de La Orotava. Por un lado, la *tendencia pastoreo*, donde las explotaciones buscan más zonas de pastoreo para ordenar el uso del territorio bajo un sistema de pastoreo rotativo estacional (no para aumentar el tamaño de los rebaños) y consolidar este aprovechamiento en su estructura. Esta parece ser la tendencia mayoritaria en el Valle y está representada por el recorrido hacia las explotaciones tipo 2 y 3a (Figura 1). Por otro lado, la *tendencia intensificación*, donde las explotaciones aumentan los índices de suplementación (cantidad de alimentación suplementaria al pastoreo en relación con las necesidades totales) y se van desvinculando del territorio y sus



recursos (esta tendencia está representada por las explotaciones de tipo 3b) o aumentan la carga ganadera o intensidad (explotaciones tipo 1), probablemente superando la capacidad sustentadora de las áreas de pastoreo y por tanto, degradándolas.

La tendencia a la intensificación no de un proceso de modernización hacia situaciones más eficientes con estructuras industriales de producción, sino que se trata de un proceso de marginalización, entendido como adaptación al entorno socio-económico, que obliga a tomar decisiones técnicas, no para aumentar la eficiencia del sistema, sino para mantener la viabilidad en este entorno (Brouwer *et al.*, 1997). En este caso, los ganaderos se adaptan a la imposibilidad de ordenar de forma eficiente el territorio a través de la contracción o simplificación de los sistemas (tendencia a sistemas de pastoreo continuo, escasa superficie de pastoreo, sobreutilización de alimentos concentrados y elevada suplementación), que, en última instancia, llevaría a la desaparición de este tipo de explotaciones (Mata, Bermejo, de Nascimento, & Camacho, 2010). Según Brouwer *et al.* (1997), la marginalización se caracteriza, entre otras cosas, por la simplificación de los sistemas de producción, así como por cambios en los usos del territorio. Esta contracción o simplificación de las explotaciones que se intensifican en la zona de estudio (explotaciones tipo 1 y 3b), puede estar derivando de la ordenación ineficiente de los usos ganaderos del territorio, como se ha constatado en otros territorios (Bermejo, Mata, & de Nascimento, 2010), ya que no es la capacidad y dinámica productiva y disponibilidad de las áreas de pastoreo ni otros criterios de carácter técnico-económico lo que está determinando la forma de gestionar el territorio, sino las dificultades derivadas del conflicto con otros usos, lo que induce a procesos de marginalización y finalmente, de abandono de la actividad en la zona.

En última instancia, parte de este proceso de marginalización se puede explicar por un conjunto de costes de transacción (costes de establecer y mantener los contratos y acuerdos para acceder al territorio y los recursos (Norton & Alwang, 1995)), especialmente en relación con el uso del territorio, entre los que están: la negociación con propietarios de áreas de pastoreo para su uso, conflictos con los vecinos de las áreas de pastoreo y de paso (conflicto con el uso residencial) y las restricciones legales para el uso de los Espacios Naturales Protegidos del entorno. Estos costes resultan esenciales para explicar los mayores obstáculos para la transformación, reorganización y adaptación de las explotaciones al entorno (Cianian, Kancs, & Pokrivcak, 2008) y las diferentes instituciones deben aportar flexibilidad a las transacciones como base para que las explotaciones se puedan adaptar a las nuevas circunstancias con eficacia (North, 1992).

En base a estos resultados, las propuestas de actuación tienen como objetivo esencial, revertir el proceso de marginalización disminuyendo los costes de transacción derivados del acceso al territorio, a través de dos actuaciones fundamentales que son: por un lado, ordenar las rutas y zonas de pastoreo en conflicto con los usos urbanos y, por otro lado, aumentar la disponibilidad de áreas de pastoreo, que hasta ahora han estado en el ámbito de los espacios naturales protegidos. De esta manera se establecen las condiciones para que las explotaciones tiendan hacia la disminución de la presión sobre el territorio y el establecimiento de un sistema de pastoreo rotativo estacional, y así una forma eficiente de ordenar el territorio y los recursos. En definitiva, inducir a la *tendencia pastoreo* (explotaciones tipo 2 y 3a) como vía de desarrollo del sector en la zona, como movimiento contrario al de marginalización, representados por la *tendencia intensificación* (explotaciones tipo 1 y 3b).

#### 4. CONCLUSIONES

El pastoreo, como estrategia del aprovechamiento de los recursos locales para la producción animal, resulta esencial para el desarrollo del sector en la zona. Los costes de transacción inducen a la marginalización, que lleva a un proceso de intensificación. Disminuir estos costes de transacción, al poner a disposición territorio para pastoreo, invertirá la tendencia hacia la intensificación y permitirá aumentar la eficiencia del uso del territorio.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, M. J., Gorley, R. N., & Clarke, K. R. (2008). In Anderson M. J., Gorley R. N. and Clarke K. R. (Eds.), *PERMANOVA+ for PRIMER: Guide to software and statistical methods*. Plymouth, UK: PRIMER-E Ltd.
- Bermejo, L. A., Mata, J., & de Nascimento, L. (2010). *Redacción del plan integral de gestión del pastoreo en los espacios protegidos de la isla de la palma*. Cabildo Insular de La Palma. España
- Brouwer, F., Baldock, D., Godeschalk, F., & Beaufoy, G. (1997). Marginalisation of agricultural land in europe. In J. Laker, & J. Milne (Eds.), *Livestock systems in european rural development* (pp. 25-33). Aberdeen: Macaulay Land Use Research Institute.
- Cianian, P., Kanacs, D., & Pokrivcak, J. (2008). *Comparative advantages, transaction costs and factor content in agricultural trade: Empirical evidence from CEE*. Proceeding of 12<sup>th</sup> Congress of the European Association of Agricultural Economists. Belgium.
- Mata, J., Bermejo, L. A., de Nascimento, L., & Camacho, A. (2010). The problem of grazing planning in a non-equilibrated environment, from the analytical procedure toward the system approach. *Small Ruminant Research*, 89(2-3), 91-101. doi:DOI: 10.1016/j.smallrumres.2009.12.031
- Mata, J., de Nascimento, L., Fernández-Lugo, S., Arévalo, J. R., Viera, J. J., Camacho, Á, & Bermejo, L. A. (2014). The inefficient planning of goat grazing: Causes and consequences. the palmera breed case (canary islands). *Small Ruminant Research*,

121(1),125-130.

doi:<http://dx.doi.org.accedys2.bbtck.ull.es/10.1016/j.smallrumres.2014.03.010>

- North, D. C. (1992). Transaction costs, institutions, and economic performance. *Occasional Papers/International Center for Economic Growth*, 30, 1-35.
- Norton, G. W., & Alwang, J. (1995). Estrategias y teorías del desarrollo agrario. In G. W. Norton, & J. Alwang (Eds.), *Economía del desarrollo agrario* (1ª ed., pp. 181-200). Madrid, Spain: Ediciones Mundi-Prensa.

## **Evolución a nivel mundial de las áreas naturales protegidas (ANP): vinculación de las comunidades locales en el manejo y gestión de sus recursos**

I. J. Díaz-Maroto

Universidad de Santiago de Compostela  
ignacio.diazmaroto@usc.es

O. Vizoso-Arribe

Universidad de Santiago de Compostela  
olgavizosoarribe@hotmail.com

B. Fidalgo

Instituto Politécnico de Coimbra  
bfidalgo@esac.pt

Y. Martínez

Centro de Investigaciones y Servicios Ambientales ECOVIDA - Parque Nacional Viñales  
maqueira1974@gmail.com

### **RESUMEN**

La dinastía china Han poseía el área natural más antigua (siglo II a.C.). En el Medievo, se crearon zonas delimitadas de caza en la mayoría de los reinos europeos. Felipe II rubricó, en mayo de 1579, una cédula prohibiendo la caza y pesca en el bosque de Valsaín. Aunque, hasta 1872, no se declaran los primeros Parques Nacionales, Yellowstone y Yosemite en Estados Unidos. Las Áreas Naturales Protegidas (ANP) son una de las estrategias de conservación. Su expansión, se sustenta en el Convenio sobre Diversidad Biológica (1992). El informe *“Perspectivas del Medio Ambiente Mundial”* señala, que aún no se ha alcanzado el Objetivo de Desarrollo del Milenio (ODM), reducir la pérdida de biodiversidad en 2010. Por ello, se aprobó el Plan Estratégico de Diversidad Biológica 2011-2020, Nagoya (Japón), declarándose el Decenio de las Naciones Unidas para la Diversidad Biológica. En un principio, se impulsó la conservación sin contar con las comunidades locales. A partir de los 80, la tendencia se orienta hacia un manejo participativo. La efectividad de manejo está orientada a crear aptitudes en los actores rurales dentro de las zonas de amortiguamiento e influencia socioeconómica.

**PALABRAS CLAVE:** Área Natural Protegida; manejo participativo; efectividad de manejo

### **1. INTRODUCCIÓN**

Desde épocas remotas, se establecieron diferentes áreas y zonas para el desarrollo de la caza, lugares para prácticas religiosas o áreas restringidas para la realeza. La dinastía Han en China poseía el área natural más antigua de la que se conservan escritos (siglo II a.C.) (Cunningham, 2001). Dentro de los antecedentes conservacionistas, podemos citar el caso español, donde en mayo de 1579, Felipe II rubricó una real cédula que prohibía la caza y la pesca en el bosque de Valsaín. Sin embargo, no es hasta el siglo XIX, cuando en Estados Unidos nace un movimiento naturalista que llevó a la declaración de los primeros Parques Nacionales, Yellowstone y Yosemite, ambos en 1872. En 1885, Canadá estableció en las Montañas Rocosas su primer parque nacional. Este movimiento conservacionista se extendió a Europa en los primeros años del siglo XX. Precedida por algunos países como Suecia, Rusia o Suiza, España se sumó también a estas iniciativas, de un modo totalmente innovador, ya que, mientras que en

otros países se declaraban parques nacionales de manera individual, en España se aprobó la que se considera la Primera Ley sobre Parques Nacionales a nivel mundial. Posteriormente, en 1918, se declararon los dos primeros parques, el de la Montaña de Covadonga y el de Ordesa, dando origen al actual Sistema de Parques Nacionales.

La creación y manejo de las Áreas Naturales Protegidas (ANP) es una de las estrategias más importantes para asegurar la conservación y dar respuesta a las necesidades de las generaciones presentes y futuras. Además de constituir espacios fundamentales para la preservación y conservación de los recursos naturales y contribuir a reducir la pérdida de biodiversidad. La expansión de las ANP se sustenta gracias a los compromisos internacionales adquiridos en el marco del Convenio sobre la Diversidad Biológica de 1992. El informe GEO-5, “*Informe Perspectivas del Medio Ambiente Mundial*” de 2012, dedica un apartado a la situación de la diversidad biológica, señalando que no se ha alcanzado el Objetivo de Desarrollo del Milenio (ODM), que perseguía la reducción significativa de la pérdida de biodiversidad en 2010. Como consecuencia de ello, se aprueba en Nagoya (Japón), el Plan Estratégico de Diversidad Biológica 2011-2020, con el propósito de inculcar acciones a gran escala a todos los países y partes interesadas; declarándose dicho periodo como el Decenio de las Naciones Unidas para la Diversidad Biológica.

Con el auge y desarrollo a nivel mundial de áreas bajo diferentes categorías de protección, nace en 1948, con el apoyo de la UNESCO, la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN), primera organización medioambiental mundial. Agrupa y reúne a diferentes organizaciones gubernamentales y no gubernamentales, así como, a investigadores voluntarios de más de 160 países. Debido a la diversidad de criterios y categorías de manejo, en la X Asamblea General de la UICN, Nueva Delhi (1969), se definió, por primera vez, el concepto de “*Parque Nacional*” como:

Áreas relativamente amplias, donde uno o varios ecosistemas no se han visto alterados por la explotación y ocupación humana, donde las especies vegetales y animales, las formaciones geomorfológicas y los hábitats, son de especial interés científico, educativo y recreativo, o contienen un paisaje natural de gran belleza, donde la máxima autoridad competente ha tomado las medidas para prevenir o eliminar la explotación u ocupación de todo el área, y para hacer cumplir de modo efectivo el respeto por los rasgos ecológicos, geomorfológicos y estéticos que motivaron su establecimiento, y donde se permite entrar a los visitantes bajo condiciones especiales.

Desde el inicio de la declaración de las primeras ANP se ha impulsado la conservación sin tener en cuenta a los actores locales, provocando nefastas consecuencias, como la presencia de “*parques de papel*”, insostenibles en el tiempo (Bodmer, Penn, Puertas, Moya, & Fang, 1997).

Por ello, nuestro objetivo es diseñar una metodología participativa para la evaluación de la efectividad de manejo y la gestión de las ANP, que permita incrementar los niveles de gestión de los actores locales en las zonas de amortiguamiento e influencia socioeconómica, en función de sus particularidades ecológicas, sociales y económicas.

## 2. FUENTES DE DATOS, MÉTODOS Y TÉCNICAS

El concepto de “*zona de amortiguamiento*” surgió por primera vez en 1979 con el programa MAB de la UNESCO. En el Congreso Mundial de Parques de 1982, pasa a ser reconocida como una herramienta para el manejo de las ANP. Su concepción ha ido evolucionando hasta su concepto actual, como zonas periféricas de los espacios protegidos, donde se establecen restricciones al uso de la tierra con el objetivo de proveer una faja para la protección de los mismos (Hayes, 2006). A partir de la década de los 80, la tendencia se orienta hacia un manejo participativo que se realiza a través de un proceso de concertación con las comunidades locales.

En la actualidad, muchos países están legislando por nuevas formas de conservar los recursos naturales, planteando no solo la protección de las áreas núcleos, sino ampliando el manejo hacia los bosques y áreas de cultivos tradicionales, con un enfoque sistémico, por ejemplo, mediante sistemas agroforestales (Balloffet & Martin, 2007). Además, últimamente, se han incorporado diferentes actores, como propietarios de la tierra, organizaciones no gubernamentales, conjuntamente con los gestores, al manejo de los recursos naturales y culturales (Lockwood, 2010).

En el modelo clásico de gestión de áreas naturales protegidas, el gobierno era el principal, o incluso, el único agente en la toma de decisiones. Una perspectiva más amplia, como la que se ha ido desarrollando a lo largo de los últimos tiempos, incorpora varios agentes, aparte de la administración competente, tales como los propietarios de las tierras y la población que vive dentro o cerca del área protegida (Balloffet & Martin, 2007), en esta función. Este cambio, es reflejo de una serie de factores de carácter político, social y ambiental (Lockwood, 2010). En el contexto actual, existen diversos y complejos modelos de gestión y manejo de las áreas protegidas, por lo que es preciso distinguir los tres elementos funcionales que integran la

gestión de estos espacios (Eagles, 2009): propiedad de los recursos, fuentes de ingresos para la gestión y organismo gestor.

### 3. RESULTADOS

El Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), presentó una lista de criterios sobre buena gobernanza, para cualquier ámbito, incluidas las ANP, basada en 10 criterios: 1) Participación pública; 2) Búsqueda de consenso; 3) Visión estratégica; 4) Receptividad; 5) Efectividad; 6) Eficiencia; 7) Rendición de cuentas; 8) Transparencia; 9) Equidad; 10) Cumplimiento de la ley.

Desde el punto de vista de la gestión de las ANP, la buena gobernanza tendrá lugar cuando todos los criterios citados estén presentes en un determinado modelo de gestión y, al mismo tiempo, se desarrollen de forma eficiente los dos principales objetivos que se persiguen en los espacios protegidos (Graham, Amos, and Plumtre, 2003): por un lado, la conservación y la gestión de los recursos naturales y, por otro, la oferta de servicios educativos y de ocio para los visitantes.

Graham et al. (2003), agruparon los 10 criterios generales del PNUD en 5 categorías, considerando específicamente el caso de las ANP: 1) Legitimidad y opinión; 2) Dirección; 3) Actuación; 4) Rendición de cuentas; 5) Imparcialidad. Esta clasificación fue aceptada el mismo año de su publicación en el V Congreso Mundial de Parques de la UICN de 2003.

El análisis de la buena gobernanza consiste en comprobar que las prácticas actuales se ajustan a los criterios aceptados. Los criterios del PNUD se han utilizado en distintos estudios sobre la gestión de los recursos naturales, como por ejemplo, la gestión del agua o de los bosques (Hayes, 2006). Pero hasta hace poco, ha existido un vacío en el ámbito de las áreas protegidas. Sin embargo, el trabajo de Hockins, Stolton, Leverington, Dudley, y Courrau (2006), aunque se centra únicamente en el análisis de la eficiencia en la gestión de las áreas protegidas, así como, otras investigaciones más recientes (Eagles, 2009), propugnan un cambio de conducta. Existen diversas experiencias de colaboración entre científicos conservacionistas y comunidades, por ejemplo, en el manejo de la fauna silvestre y en el estudio de la biodiversidad (Bodmer et al., 1997). Pese a que algunos expertos ponen en cuestión su adecuado rigor científico, la supervisión comunitaria o participativa con el apoyo de las comunidades, ha demostrado ser eficiente en términos económicos, resultados e impacto en la gestión. Además, las comunidades involucradas suelen mejorar la supervisión sobre sus territorios y recursos, lo que contribuye a la conservación de la biodiversidad (Danielsen et al., 2007).

El III Congreso Mundial de Parques, celebrado en Bali (Indonesia), en 1982, marcó un punto de análisis y reflexión crítico sobre el antiguo concepto de considerar las ANP como espacios aislados, siendo sustituido por una nueva concepción: las áreas naturales protegidas son componentes fundamentales del desarrollo sostenible. A partir de este momento, los profesionales que trabajan en ellas, comenzaron a proporcionar una mayor prioridad a las comunidades y, principalmente, a su relación con la gestión. Aspectos tales como el desarrollo humano, las asociaciones con otros sectores, y el trabajo con los grupos indígenas y las comunidades locales, forjaron la relación entre los gestores de las ANP y las comunidades. Con antelación al IV Congreso Mundial celebrado en 1992, en Caracas, tuvo lugar la reunión más importante, a nivel internacional, relacionada con la conservación de los recursos naturales y culturales, la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo (CNUMAD), celebrada, ese mismo año, en Río de Janeiro, y conocida también como Cumbre de la Tierra, donde se elaboró un Plan Global, Agenda 21, y se firmó el Convenio sobre Diversidad Biológica. En el año 2003, en Durban (Sudáfrica), se celebró el V Congreso Mundial de Parques, donde se analizaron temas vitales para el fortalecimiento y eficiencia de la gestión relacionados directamente con las comunidades rurales e indígenas.

En el marco internacional, asociado a los procesos encaminados al desarrollo sostenible de las ANP, la participación organizada y sistemática de la población local, no sólo es un requisito ineludible en los procesos de desarrollo local, sino que es la garantía para lograr una política efectiva de conservación y desarrollo. La población que vive en el entorno de estos espacios constituye su mejor guardián, y es a sus habitantes a quienes hay que fortalecer, siendo preciso un modelo de gestión participativa, descentralizada y organizada.

#### **4. CONCLUSIONES FINALES**

Es posible argumentar que la gestión participativa es un proceso social organizativo, donde se interviene sobre determinadas decisiones, la administración del espacio protegido, las comunidades rurales, los actores sociales e instituciones que intervienen en el manejo de los recursos naturales y culturales presentes en el área natural y su zona de influencia socioeconómica y, que al mismo tiempo, se enriquecen mutuamente mediante los conocimientos adquiridos en la planificación de estrategias e instrumentos que garanticen el uso sostenible de los recursos. La gestión participativa es una responsabilidad compartida con la sociedad, en especial con las comunidades rurales que intervienen en el cumplimiento de los objetivos de manejo del ANP.



La propuesta de la metodología de efectividad de manejo está orientada a crear capacidades en los actores locales dentro de los ámbitos de intervención en las zonas de amortiguamiento y de influencia socioeconómica, creando estrategias que permitan proponer iniciativas de conservación y planes de desarrollo, tanto a nivel local como regional, que incorporen la temática medioambiental.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Balloffet, N. M., & Martin, A. S. (2007). *Governance trends in protected areas: Experiences from the Parks in Peril Program in Latin America and the Caribbean*. Arlington: TNC.
- Bodmer, R. E., Penn, J. W., Puertas, P., Moya L., & Fang, T. G. (1997). Linking conservation and local people through sustainable use of natural resources: Community-based management in the Peruvian Amazon. In: C. Freese (Ed.), *Harvesting Wild Species* (pp. 315-358). Baltimore: John Hopkins University Press.
- Cunningham, W. P. (2001). *Environmental Science*. New York: McGraw Hill.
- Danielsen, F., Mendoza, M., Tagtag, A., Alviola, P., Balete, D., Enghoff, M., & Poulsen, M. (2007). Increasing conservation management action by involving local people in natural resource monitoring. *Ambio*, 36, 566-70. doi: 10.1579/0044-7447.36.2.0
- Eagles, P. (2009). Governance of recreation and tourism partnerships in parks and protected areas. *Journal of Sustainable Tourism*, 17, 231-248. doi:10.1080/09669580802495725
- Graham, J., Amos, B., & Plumptre, T. (2003). *Governance Principles for Protected Areas in the 21st Century*. Ottawa: Institute on Governance.
- Hayes, T. M. (2006). Parks, people and forest protection: An institutional assessment of the effectiveness of protected areas. *World Development*, 34, 2064-2075. doi:10.1016/j.worlddev.2006.03.002
- Hockins, M., Stolton, S., Leverington, F., Dudley, N., & Courrau, J. (2006). *Evaluating effectiveness: A framework for assessing management effectiveness of protected areas* (2nd ed.). Gland: IUCN.
- Lockwood, M. (2010). Good governance for terrestrial protected areas: A framework, principles and performance outcomes. *Journal of Environmental Management*, 91, 754-766. doi: 10.1016/j.jenvman.2009.10.005

## **Gaiolas para peixes, cercas para pescadores. Os impactos da expansão da aquicultura em grande escala na Ilha dos Pescadores, Petrolândia – PE, Brasil**

José Ignacio Vega Fernández  
Universidade Federal de Pernambuco  
nachovg@gmail.com

### **RESUMO**

Neste trabalho discutimos os conflitos gerados pela expansão da aquicultura empresarial nos espaços onde é praticada a pesca artesanal, tendo como foco o caso da comunidade de Caraíba Seca, também conhecida como Ilha dos Pescadores. O Ministério de Pesca e Aquicultura e sua Subsecretaria no Estado de Pernambuco, realizaram uma intensa promoção da aquicultura de Tilápia em tanque-rede. Isto motivou a chegada de fortes investimentos, advindos principalmente de empresas especializadas no setor, consolidando-se o que hoje é denominado “Polo Aquícola de Pernambuco”, onde predomina a aquicultura intensiva praticada nos moldes empresariais. Frente a esta expansão, os movimentos sociais de pescadores e pescadoras demandam o reconhecimento e a defesa dos territórios pesqueiros, com o objetivo de poder dar continuidade ao trabalho pesqueiro artesanal.

**PALAVRAS CHAVE:** Pesca artesanal, aquicultura empresarial, políticas públicas, conflitos.

### **1. INTRODUÇÃO**

A Ilha dos Pescadores localiza-se no município de Petrolândia, região nordeste do Brasil. O município passou por profundas transformações a partir da década de 1980 motivadas pela construção de uma usina hidrelétrica e de dois reservatórios de água, Itaparica e Moxotó. É nas águas desses reservatórios que pescadores e pescadoras artesanais da região desenvolvem seu trabalho. O peixe que predomina hoje é a tilápia. Isto se deve a intensa promoção da aquicultura em grande escala voltada a produção desta espécie, que fizeram, primeiro, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca SEAP-PR (2003-2009) e, depois, o Ministério de Pesca e Aquicultura – MPA (2009-2015) e sua Subsecretaria no Estado de Pernambuco, principalmente, através da licitação de áreas aquícolas para uso privado. Diante disto, objetivamos analisar os conflitos decorrentes do processo de expansão da aquicultura empresarial nos espaços onde é praticada a pesca artesanal, tratando de entender como foi possível essa expansão e quais são os principais elementos conflitantes que fazem com que esta expansão signifique uma ameaça para os pescadores e pescadoras artesanais<sup>19</sup>. Com esse fim, realizamos uma revisão documental e bibliográfica para entender a articulação institucional que

---

<sup>19</sup> Considera-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos da legislação Brasileira, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal. A pesca artesanal pode ser praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria. (BRASIL, 2009)

possibilitou a expansão desse tipo de empreendimento. Também realizamos entrevistas semiestruturadas com os pescadores e pescadoras afetados para compreender os processos de subjetivação e os antagonismos envolvidos neste processo.

## **2. O “POLO AQUÍCOLA DE PERNAMBUCO”: ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CONSOLIDAÇÃO**

A aquicultura empresarial tem ocupado nas últimas décadas um papel relevante nas agendas das políticas públicas setoriais dirigidas à pesca e aquicultura. Desde a década dos anos 70 este setor vem crescendo com rapidez, não sem gerar importantes conflitos com as populações que vivem nos lugares onde as fazendas aquícolas se instalam. Este crescimento, que foi ainda mais intenso em países latino-americanos e no Sul e Sudeste asiáticos, está fortemente ligado aos interesses de produção e, principalmente, de consumo das nações de capitalismo avançado (Alier, 2007). Todavia, cabe frisar que, no Brasil, essa vinculação subordinada não é algo novo, visto que foi constatada também no processo de industrialização da pesca, por meio da atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE (1962-1989) (Cardoso, 2016; Diegues 1986; Ramalho, 2012, 2013). Nesse processo, os Estados não deixaram de ser componentes sociopolíticos fundamentais do sistema capitalista, na medida em que cumprem um papel central na organização dos circuitos socioeconômicos necessários para a expansão e acumulação, assim como na configuração dos cenários de ação política por parte de diferentes sujeitos (Harvey, 2013; Wood, 2006). Nessa mesma linha de raciocínio, Perelman (2000) mostrou como os processos de expropriação capitalista não respondem a uma tendência funcional do sistema, senão a uma política ativa do Estado. Isto parece contradizer a ideia muito comum atualmente de que os Estados nacionais têm perdido força no contexto de uma economia global. Contudo, para pensar e problematizar sociologicamente a expansão da aquicultura empresarial no Brasil, resulta útil entendê-la como um processo estruturante sujeito a mediação dos agentes sociais envolvidos, assim, uma análise sociológica que não se centre exclusivamente na “lógica do sistema capitalista” e preste atenção também a “lógica da ação social” (Fraser, 2012) e a gramática das lutas ou “gramática moral” (Honnet, 2011), dos sujeitos envolvidos, pode auxiliar-nos a superar, tanto o economicismo e sua visão unidimensional da economia, como o funcionalismo, que não vincula estrutura e agência.

No Brasil, o processo de expansão deste setor articulou-se através de um processo político que visava criar uma instituição setorial dirigida exclusivamente à pesca e aquicultura que permitisse superar alguns entraves ambientais que surgiram a partir das devastadoras

consequências da aquicultura nos anos 90 (Azevedo & Pierri, 2013; Fernández, 2015). Setores empresariais aquícolas e pesqueiros conseguiram hegemonizar tanto o processo de formação da SEAP-PR no ano de 2003, quanto a transformação desta secretaria em Ministério no ano de 2009. Com a aprovação da lei 11.959 de 29 de Junho de 2009, conhecida como lei da Pesca, o MPA ganhou a potestade para tramitar a licença de cessão onera ou não onerosa para “uso de espaços físicos em corpos d’água (...) para fins de aquicultura”. Este marco legal permitiu a expansão do setor, intensificando-se a privatização e o cercamento de espaços públicos onde é praticada a pesca artesanal de forma coletiva para fins de aquicultura empresarial. (BRASIL, 2009). Esse contexto propiciou a chegada de fortes investimentos na região estudada, advindos, principalmente, de empresas especializadas no setor, consolidando-se o denominado “Polo Aquícola de Pernambuco”. Este, conta com 23 áreas aquícolas que somam 126,21 hectares. Destas, são destinadas à aquicultura empresarial 103,83 hectares, o que supõe que um 82,27% do total e somente 22,3 hectares, 17,73% do total, são dedicadas à aquicultura familiar<sup>20</sup>. As duas principais empresas que monopolizam estas licitações são a Netuno Internacional, S/A e a Pescanova Ltda. Estas duas empresas de capital internacional ocupam 57,82 hectares o que significa um 45,59% do total de hectares licitados para aquicultura nestes reservatórios. Assim, o projeto aquícola promovido pelo MPA parece estar voltado ao crescimento de um setor muito específico, o setor aquícola empresarial. Adiante, discutiremos os principais elementos envolvidos nos processos de subjetivação implicados na rejeição e resistência dos pescadores e pescadoras artesanais à expansão deste tipo de empreendimentos.

### 3. OS CONFLITOS COM A PESCA ARTESANAL E A GRAMÁTICA DAS LUTAS

Com base nas entrevistas realizadas passamos a discutir os principais elementos que intervêm e afetam o trabalho pesqueiro artesanal e que conseqüentemente motivam os conflitos com a aquicultura. A primeira questão problemática está relacionada com a concorrência direta pelas águas, pois, tanto a pesca como a aquicultura, precisam destas para poder se reproduzir. Nesse sentido, os relatos de Severino e Maria resultam esclarecedores:

O que mais nos afeta são as cercas das águas, temos que refazer os acessos e as rotas de pesca todinhas por que não nos deixam nem encostar nem ficar perto das gaiolas. Tão com seguranças direto lá, nos cortaram as passagens todinhas (pescadora Maria, 35 anos, Petrolândia, 2014).

---

<sup>20</sup> Para efeitos da Lei da Pesca, a aquicultura é familiar, quando praticada por unidade unifamiliar, que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede. (BRASIL, 2009)

Cercam todinho os acesso para nós pescar, colocam cerca nas áreas de pesca, e nem a Marinha, nem o IBAMA, nem o MPA protegem a gente nem protegem as áreas de pesca (pescador Severino, 38 anos, Petrolândia, 2014).

Assim, as restrições nos acessos ao reservatório e a ocupação de áreas que eram, efetivamente, utilizadas pelos pescadores de forma livre, supõe uma importante mudança que antagoniza com o trabalho pesqueiro. Nesse mesmo sentido, o pescador Severino (2014) afirma que “as gaiolas tão no meio de lugares que a gente passava e pescava”. Ao estarem os tanques-rede dos empreendimentos situados em áreas próximas às margens do reservatório e ao serem vigiadas constantemente por segurança privada, os pescadores se vêm obrigados a mudar suas rotas para passar longe das áreas controladas pelos empreendimentos, precisando de mais tempo e combustível para realizar suas pescarias. Outra questão problemática é a radical diferença entre o trabalho e as relações de trabalho da pesca artesanal e da aquicultura empresarial. Os pescadores entendem seu trabalho como uma atividade semelhante a caça, que depende das habilidades específicas, das capacidades e do “saber fazer” dos “mestres”. A arte de pescar, para estes, também consiste em saber quando “está bom para peixe”, e, na liberdade e capacidade para planejar as pescarias com sucesso. Estes sentem orgulho em não ter patrão e entendem o assalariamento na aquicultura como uma perda de liberdade e como uma negação da pesca e do “saber fazer” dos “mestres”. Segundo o pescador José: “Na pesca a pessoa vai quando quer e retorna quando termina a pescaria, a gente consegue tirar o sustento, em dois ou três dias de uma boa pescaria a gente tira mil reais, o melhor é botar a rede e ver a rede cheia”. A aquicultura e o assalariamento implicam para os pescadores uma perda de autonomia, uma falta de reconhecimento do valor social do “mestre” e seu controle sobre as pescarias. Assim, a substituição dos “mestres” e seus conhecimentos pelos “engenheiros da pesca” e outros técnicos é evidentemente significada como um ataque. Isto pode nos ajudar a entender que o processo de cooptação promovido pela articulação entre MPA, Secretaria de Patrimônio da União – SPU, Banco do Nordeste e outras instituições de fomento locais, que pretende incentivar a conversão dos pescadores para a aquicultura tenha sido um verdadeiro fracasso. Segundo a Pescadora Maria (2014) “Fazem tudo para nos convencer de passar à aquicultura, dizem que os projetos são melhores que para a pesca e que é mais fácil ter crédito”. As limitações desta ideologia que pretende transformar pescadores em empreendedores aquícolas resulta evidente a partir dos seguintes depoimentos:

Tem pouco pescador que se passe para a aquicultura, a gente não gosta de criar peixe e ir botar ração, a gente gosta é de pescar, eu mesmo só conheço três pescadores que trabalham com aquicultura, mais ainda assim ainda pescam pescar é bom demais. (Pescador Severino, 38 anos, Petrolândia, 2014).

A gente não é babá de peixe não, a gente mata o peixe a gente é pescador (Pescador Ademir, Petrolândia, 2014).

A isto soma-se a poluição e a perda das espécies nativas, que seria resultado do que em linguagem técnico denomina-se “alteração das cadeias tróficas” motivada pela criação intensiva de tilápias. Este tipo de empreendimento produz um pescado que, para os pescadores, é “ruim” e “não presta”, como podemos ver no depoimento:

Nós não queremos nem saber de aquicultura, isso ai é ruim demais, polui a água demais, é muita ração e muito remédio que eles botam pras doença que pega a Tilápia no tanque, tilápia fora do tanque não pega doença assim não. (Pescador Ademir, 52 anos, Petrolândia, 2014).

Tilápia não presta, não tem o gosto do peixe nosso, tem gosto de ração, tem gosto de remédio (Pescadora Maria, 35 anos, Petrolândia, 2014).

Vemos que os principais motivos que fazem com que os pescadores rejeitem abertamente a aquicultura estão relacionados com o modo de produção da aquicultura empresarial, para a qual é necessário um tempo e uma forma de trabalho completamente diferente ao da pesca artesanal. A aquicultura requer a compra de ração e outros insumos fitossanitários, o que significa um forte investimento, assim como uma grande dependência dos fornecedores de insumos. Outros fatores, que parecem não convencer de forma alguma, são os relativos aos produtos do trabalho. Os pescadores comentam, em vários momentos, aspectos relacionados com o gosto do peixe, os problemas de doenças e outras questões que lhes fazem rejeitar a aquicultura, ao mesmo tempo em que valorizam e colocam como melhores os produtos do seu trabalho.

Frente a ameaça que supõe a expansão da aquicultura às condições de reprodução social da pesca artesanal, as lutas pessoais e coletivas dos pescadores e pescadoras têm se convertido num empecilho a esse processo totalizador, que pretende privatizar as águas, o principal meio de produção da pesca. Parece-nos que a principal luta e resistência, nada passiva, é o fato destes rejeitarem a aquicultura promovida veementemente pelo MPA, saindo para a maré e praticando no dia a dia a arte de pescar, apesar das dificuldades. Por outro lado, essas lutas, essas formas de resistência ativa, manifestam-se nos movimentos sociais de pescadores e pescadoras, os

quais têm incorporado, nas suas pautas políticas, a defesa dos territórios pesqueiros em relação à expansão da aquicultura e outras formas de expansão capitalista, nos seus lugares de reprodução da vida. O principal movimento social dos pescadores em Pernambuco é articulado pelo CPP. As ações deste conselho, formado majoritariamente por pescadores e pescadoras, estão voltadas a organização e formação política, assim como à defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca. Atualmente, a luta contra a expansão aquícola tem sido incorporada como pauta política nas ações do CPP, articulando-se com outros movimentos, como o Movimento de Pescadores e Pescadoras do Brasil – MPP, a Rede Mangue Mar, a Articulação Nacional das Pescadoras, para defender os territórios pesqueiros. A garantia dos territórios pesqueiros é, para estes, a base mais firme sobre a qual se pode estruturar a defesa da pesca artesanal ante a expansão aquícola e outras formas diversas de expansão do capitalismo. Dessa forma, supõem-se que a garantia dos territórios pesqueiros é uma base que possibilita outras frentes de luta, de resistência e de justiça social nas comunidades pesqueiras com vistas à extensão dos seus direitos.

#### 4. CONCLUSÕES

Tendo em vista a discussão conduzida acima, concluímos que a expansão da aquicultura empresarial significa um processo de expropriação dos meios de produção necessários para a reprodução social da pesca artesanal. Isso resulta num conflito entre o modo de produção da pesca artesanal e o modo de produção da aquicultura empresarial. Este último é entendido como uma ameaça à continuidade da pesca artesanal e como uma negação do valor social da mesma. Contudo, a ideologia aquícola parece não causar muito efeito sobre os pescadores e pescadoras artesanais, no sentido de convencê-los a passarem à produção aquícola, de forma que a maioria das pessoas que passam a trabalhar na aquicultura são agricultores e não pescadores. Diante disso, os pescadores e pescadoras artesanais e seus movimentos de ação coletiva demandam o reconhecimento do trabalho pesqueiro artesanal e a garantia dos territórios pesqueiros.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Azevedo, N. T.; Pierri, N. A política pesqueira atual no Brasil: a escolha pelo crescimento produtivo em detrimento da pesca artesanal. Disponível em: <<http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/2013/08/A-pol%C3%ADtica-pesqueira-atual-noBrasil.pdf>>. Acessado em 01/2016.
- BRASIL. Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm)>. Acesso em Janeiro 2016.

- Cardoso, E. S. (2016). A pesca artesanal brasileira: passado e presente visitados a partir dos tipos e aspectos do Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, v. 94, 32-46.
- Fernandez, J. I. (2015). *A política nacional de desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura e seus impactos sobre a pesca artesanal no Estado de Pernambuco*. Dissertação de mestrado, PPGS, UFPE.
- Fraser, N. (2012). Reflexiones en torno a Polanyi y la actual crisis capitalista. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, n. 118, 13-28
- Harvey, D. (2013). A transformação política econômica do capitalismo do final do século XX. in *Condição Pós Moderna*, São Paulo: Edições Loyola.
- Honnet, Axel (2011). *Luta pelo Reconhecimento - para uma gramática moral dos conflitos sociais*, Edições 70.
- Ramalho, C. W. N. (2012). Pescadores, Estado e Desenvolvimento Nacional: Da Reserva Naval à Aquícola. *Ruris*, v. 8, n. 1, 31-62.
- Ramalho, C. W. N. (2013). Trabalho Classe e Ideologia: o caso da aquicultura no Estado de Pernambuco Brasil. Encontro Latino americano de Sociologia. Ata científica. Chile, Disponível em:  
[http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18\\_Wellington\\_Ramalho.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT18/GT18_Wellington_Ramalho.pdf). Acesso em Março, 2016.
- Wood, E. (2006). Estado democracia e globalização. In Boron, A. A., Amadeo, J., & Gonzalez, S. (eds.), *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo: Expressão Popular.



## Identificação do uso e ocupação da terra no Assentamento Itamarati, município de Ponta Porã, Mato Grosso do Sul

Alencar Garcia Bacarji

Instituto Federal do Mato Grosso – IFMT / CeTeAgro / Universidade Católica Dom Bosco  
alencar.bacarji@blv.ifmt.edu.br

Olivier François Vilpoux

CeTeAgro / Universidade Católica Dom Bosco – UCDB  
vilpoux@ucdb.br

Antonio Conceição Paranhos Filho

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS / LabGis  
toniparanhos@gmail.com

Olten José Ludwig da Cunha

CeTeAgro / Universidade Católica Dom Bosco – UCDB  
olten\_cunha@hotmail.com

### RESUMO

A questão agrária brasileira nunca foi prioridade para o Estado, sendo privilegiada a produção em grande escala, transformando o país em fornecedor de matérias-primas, com desigualdade de renda entre pequenos e grandes produtores. Os assentamentos rurais surgiram para diminuir essas disparidades, com o reordenamento da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra. O assentamento Itamarati, módulos I e II, possui 2.458 famílias assentadas em uma área superior a 50 mil hectares. Diversos autores afirmam que a agricultura familiar desempenha um importante papel para preservação ambiental em comparação a agricultura em grande escala. A pesquisa objetiva identificar o uso e a ocupação da terra no assentamento Itamarati, que já foi a maior fazenda de soja do Brasil. Após a revisão bibliográfica foi realizada uma pesquisa de campo e uma análise da ocupação da terra utilizando imagens Landsat disponíveis para o ano de 2014. Os resultados indicam predomínio de áreas agrícolas. Localizado no bioma Cerrado, o percentual mínimo legal de área de preservação ambiental é de 20%, sendo observado que representam cerca de 40% do assentamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** geotecnologias, reforma agrária, assentamento Itamarati.

### 1. INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira nunca foi prioridade para o Estado, sendo privilegiada a produção em grande escala, transformando o país em fornecedor de matérias-primas, com desigualdade de renda entre pequenos e grandes produtores. Os assentamentos rurais surgiram para diminuir os efeitos dessas disparidades, com o reordenamento da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra.

O assentamento Itamarati, módulos I e II, possui 2.458 famílias assentadas em uma área superior a 50 mil hectares. Estão presentes no assentamento 4 movimentos sociais distintos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI); Central Única dos Trabalhadores (CUT) e famílias oriundas da antiga fazenda Itamarati, através da Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI).

A extensão territorial do que já foi a maior fazenda de produção de soja do Brasil, em conjunto com a diversidade de movimentos de luta pela terra presentes no assentamento e os vários modelos aplicados (áreas todas individuais, individuais e coletivas ou apenas coletivas), justificam a escolha do Itamarati como objeto de estudo.

Diversos autores afirmam que a agricultura familiar desempenha um importante papel para preservação ambiental em comparação a agricultura em grande escala.

Violante (2014) afirma que apesar de existir uma perspectiva de apropriação de terras por parte dos Estados e grandes corporações transnacionais, a resistência a esse contexto encontra-se na estrutura da família camponesa e na pequena propriedade, a qual funciona com uma lógica diferente do que a proposta pelo sistema capitalista. Nesse sentido, Van Der Ploeg (2010) afirma que os agricultores familiares, mesmo de maneira involuntária, utilizam de práticas conservacionistas em suas atividades, produzindo para sua subsistência e para o mercado, sem necessariamente promover a degradação dos recursos naturais.

Do ponto de vista ambiental e ecológico, Wittman (2009) afirma que a simplificação e a padronização de práticas de produção utilizadas pela produção em grande escala acarreta a redução do número de variedades de sementes utilizadas para as principais culturas, reduzindo a diversidade das paisagens agrícolas.

Segundo Chapell et al. (2013), a agricultura exercida pelos pequenos produtores consorcia culturas e diversas espécies de animais (incluindo animais selvagens) e permite a manutenção dos serviços ecológicos dos ecossistemas existentes em tempos de mudanças climáticas. Ao preservar suas práticas agrícolas tradicionais, agricultores de pequena escala não só conservam os recursos de suas culturas, mas também muitas variedades selvagens associadas com os sistemas tradicionais, os valores locais, a autonomia e a biodiversidade (Chapell et al., 2013).

Guzmán e Molina (2005) afirmam que a forma de utilização dos recursos naturais exercida pelos camponeses é a única solução eficiente para o problema socioambiental vigente. Para os autores o “modelo camponês” baseado na agricultura sustentável, o qual respeita o manejo ecológico dos recursos naturais, aliado as dimensões política e social, será capaz de proporcionar a soberania alimentar para o país (Guzmán & Molina, 2005).

De acordo com o contexto apresentado é possível pressupor que a agricultura familiar tenha um papel imprescindível para mitigar os impactos ambientais gerados pela produção em grande escala, sendo adequado enquanto política pública, o fomento da agricultura familiar enquanto atividade complementar a agricultura patronal.

Sendo assim, a pesquisa tem por objetivo identificar o uso e a ocupação da terra no assentamento Itamarati.

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizado um estudo exploratório dividido em três etapas. A primeira etapa consistiu numa revisão bibliográfica com base nos principais estudos teóricos e empíricos da área. A segunda etapa compreendeu uma pesquisa de campo, com aplicação de 33 questionários no assentamento Itamarati, unidades I e II. Acrescenta-se ao uso dos questionários a observação direta de informações sobre infraestrutura, conservação do solo, uso das reservas florestais e das áreas comunitárias. O tratamento dos dados foi realizado através do *software XLSTAT* (ADDINSOFT, 2014). A terceira etapa abrange uma análise do uso e da ocupação da terra do assentamento utilizando imagens de satélite, órbita/ponto 225/075, fornecidas pelo satélite Landsat 8, disponíveis no site do Serviço Geológico Americano para o ano de 2014 (USGS, 2015).

Por meio do *software QGIS 2.8 Wien* (QGIS DEVELOPMENT TEAM, 2015) aplicou-se os Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI) proposto por Rouse et al. (1974) e o Índice de Umidade por Diferença Normalizada (NDWI), proposto por Hardisky, Lemas e Smart (1983) e Gao (1996).

Em seguida, utilizando o coeficiente de correlação de Pearson, os resultados dos índices de vegetação de cada classe foram correlacionados, visando identificar e estimar as áreas destinadas a agricultura, a pecuária e as áreas de preservação ambiental. A alta correlação existente entre os índices levam a validação da classificação gerada.

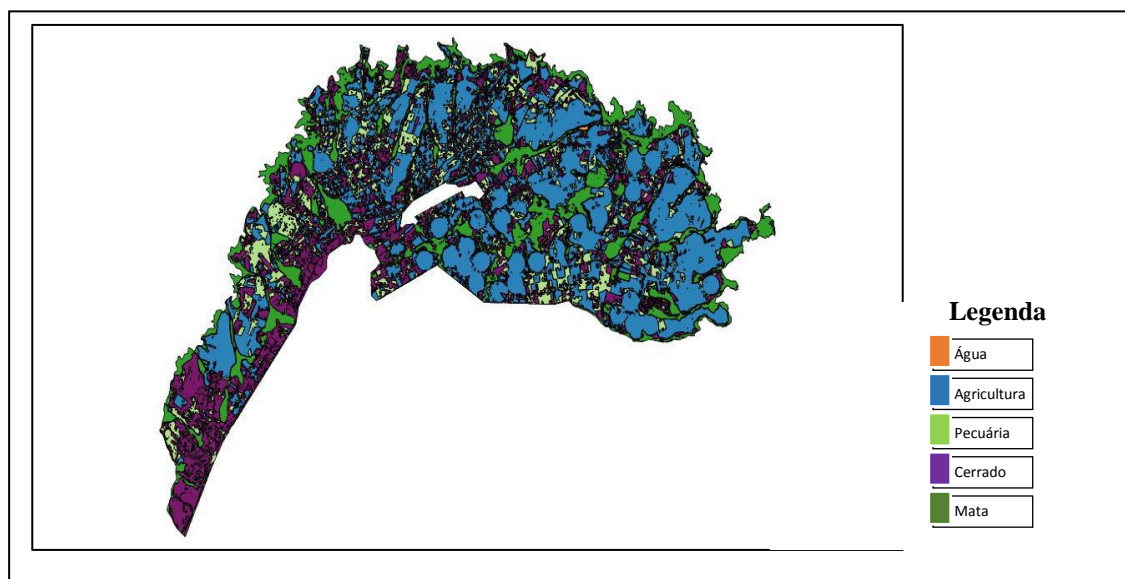
É importante ressaltar que os resultados obtidos com o cálculo do NDWI foram utilizados para avaliar a qualidade ambiental de forma a complementar os resultados obtidos com o NDVI.

## 3. RESULTADOS

Os resultados indicam o predomínio de áreas agrícolas em relação a pecuária, conforme disposto na Figura 1.

Do total da área do assentamento Itamarati, unidades I e II, cerca de 37% correspondem a área cultivada e 22% com área de pastagem. Uma provável explicação para esse fato centra-se na infraestrutura existente no assentamento, em especial aos equipamentos herdados da antiga fazenda Itamarati, tais como a existência de pivôs central de irrigação.

Localizado no bioma Cerrado, o percentual mínimo legal de área de preservação ambiental é de 20%, sendo observado que as áreas destinadas a Mata e Cerrado, em conjunto, representam cerca de 40% da área do assentamento.



**Figura 1:** Classificação com NDVI, assentamento Itamarati unidades I e II, MS  
 Fonte: Elaborada pelo autor

#### 4. CONCLUSÃO

Tendo em vista as perspectivas dos movimentos sociais de luta pela terra presentes no assentamento, em conjunto com a diversidade da organização produtiva (áreas todas individuais, individuais e coletivas ou apenas coletivas) foi possível observar a heterogeneidade da produção entre as famílias assentadas.

Além disso, com a realização da pesquisa foi possível observar que a disposição e a organização de áreas para produção e preservação ambiental da antiga fazenda contribuiu para permanência das atuais áreas de preservação, as quais em 2004, representavam 50% da área total do assentamento.

Também foi possível constatar, através da pesquisa de campo, que grande parte dos pivôs de irrigação encontram-se destinados ao uso individual por parte de alguns assentados ou arrendados a fazendeiros e empresas produtoras da região, sendo observado ganhos individuais em detrimento ao trabalho em comunidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Addinsoft (2014). *Xlstat 2011*. Paris, FR: Addinsoft SARL.
- Chapell, M. J.; Wittman, H.; Bacon, C. M.; Ferguson, B. G.; Barrios, L. G.; Barrios, R. G.; Jaffee, D.; Lima, J.; Méndez, V. E.; Morales, H., Soto-Pinto, L; Vandermeer, J., Perfecto, I. (2013). Food sovereignty: an alternative paradigm for poverty reduction and biodiversity conservation in Latin America. *F1000Research*, 2:235, 1-18, doi: 10.12688/f1000research.2-235.v1.
- Gao, B. C. (1996). NDWI – A normalized difference water index for remote sensing of vegetation liquid water form space. *Remote sensing of environment*, 58, 257-266.
- Guzmán, E. S, Molina, M. G. (2005). *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. Retrieved from: < [www.coptec.org.br](http://www.coptec.org.br)>.
- Hardisky, M. A., Lemas, V. M. Smart. (1983). The influence of soil salinity, growth form, and leaf moisture on the spectral radiance of spartina alterniflora canopies. *Photogrammetric engineering & remote sensing*, 77-83.
- QGIS Development Team. (2015). *QGIS Geographic Information System*. Open Source Geospatial Foundation Project. Retrieved from: <<http://qgis.osgeo.org>>.
- Rouse, J.W.; Hass, R.H.; Deering, D.W.; Schell, J.A. (1974). *Monitoring the vernal advancement and retrogradation (green wave effect) of natural vegetation*. Texas, EUA. Retrieved from: <[https://archive.org/details/nasa\\_techdoc\\_19740022555](https://archive.org/details/nasa_techdoc_19740022555)>.
- USGS. (2015). United States Geological Survey. Landsat Project Description.. Retrieved from: <[http://landsat.usgs.gov/about\\_project\\_descriptions.php](http://landsat.usgs.gov/about_project_descriptions.php)>.
- Van Der Ploeg, J. D. (2010). The peasantries of the twenty-first century: the commoditization debate revisited. *The journal of peasant studies*, 37, 1-30.
- Violante, F. (2014). Notes on the economy in the rural non-capitalist societies: the contribution of A. V. Cajanov to the historical studies and the current political debate. *Scienze del Territorio*, 02, 377-386, Florença, IT: Firenze University Press.
- Wittman, H. (2009) Reworking the metabolic rift: La Vía Campesina, agrarian citizenship, and food sovereignty. *The Journal of Peasant Studies*, 36, 805-826.

## Institucionalidades nas políticas governamentais de desenvolvimento para o território Baixo Amazonas, Amazônia brasileira

Marcelo Moraes de Andrade

Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

mllblues@yahoo.com.br

Danielle Wagner Silva

Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

danica.wagner@yahoo.com.br

### RESUMO

O texto objetiva analisar a produção de institucionalidades norteadoras de políticas governamentais para a Amazônia brasileira, mediante reflexões em torno da constituição do ambiente institucional no qual se operaram a ocupação e as mudanças no uso da terra no território Baixo Amazonas, Norte do Brasil. Tomando por referência o conceito de instituições, a partir dos referenciais da Nova Economia Institucional - NEI, o recorte analítico temporal dos processos em causa incide sobre o período entre os anos de 1970 a 2010. O trabalho de pesquisa abarca revisão bibliográfica e análise documental sobre políticas públicas. Ao analisar o planejamento estratégico do governo federal para a Amazônia, constata-se que não há diferença nas medidas aplicadas no período analisado. As ações convergiram de macropolíticas para políticas setoriais, regionais e territoriais, com um padrão simplista, social e ambientalmente ineficiente, demonstrando a incapacidade do governo estabelecer uma matriz institucional capaz de quebrar o elo de reprodução das mesmas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento, Amazônia, instituições, ambiente institucional.

### 1. INTRODUÇÃO

Consolidou-se nacionalmente uma imagem de que a Amazônia corresponde a um território com abundância de recursos naturais, os quais estariam à disposição para serem conquistados e explorados (Becker, 2001), tanto que essa perspectiva fundamentou os diversos ciclos exploratórios da região. Dentre as várias trajetórias de desenvolvimento que a ela se dirigiram, todas previam a exploração desses recursos naturais, prevalecendo as práticas de exploração demasiadamente predatórias. Em consequência, observa-se que o desenvolvimento na região Amazônica foi deveras contraditório, pois as possibilidades de apropriação do território, pautadas numa lógica exógena e implementadas por instituições governamentais, apresentam como características a sagacidade da economia de mercado; o irreconhecimento dos interesses das populações locais; fraca potencialidade de uso dos recursos; negadoras dos princípios de sustentabilidade; irrelevância da redistribuição dos capitais monetários com a população local (Castro, 2012). No território Baixo Amazonas<sup>21</sup>, no estado do Pará, as institucionalidades que orientaram a apropriação dos recursos naturais pelos colonizadores não

---

<sup>21</sup> O Território Baixo Amazonas – PA, situado na região norte do Brasil, abrange uma área de 317.273,50 Km<sup>2</sup> e é composto por 12 municípios: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa.

destoaram do que ocorrera em toda a Amazônia. A partir de meados do séc. XX, a ocupação do território, impulsionada pela migração decorrente do fomento da extração da borracha, abertura de garimpos, exploração madeireira, projetos de colonização e empreendimentos hidrelétricos e de mineração, corroborou para a formatação de dinâmica socioeconômica e ambiental caracterizada pela diversidade de modos de organização social frente à apropriação dos recursos naturais, sociais e políticos (Castro, 2012).

Tendo em vista este contexto, nosso objetivo neste artigo é analisar as formas de produção das instituições norteadoras da conformação de políticas governamentais para a Amazônia brasileira. Para tanto, nos pautamos em reflexões quanto à composição do ambiente institucional no qual se operaram a ocupação e as mudanças no uso da terra no território Baixo Amazonas, situado no Estado do Pará, região norte do Brasil. Referenciamos-nos no conceito de instituições, inspirado na abordagem da Nova Economia Institucional - NEI<sup>22</sup> e em revisão bibliográfica sobre a intervenção do Estado mediante políticas públicas na Amazônia brasileira, levando ainda em conta os desdobramentos sobre o processo de ocupação do Território Baixo Amazonas, a partir da década de 1970.

## 2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE INSTITUIÇÕES

O conceito de instituições engloba um amplo campo de definições. Apoiamo-nos nas análises de três autores: North (2009), Berger (2013) e Putnam (1996).

Para North (2009, p. 9), “as instituições representam os limites estabelecidos pelo homem para disciplinar as interações humanas”, conseqüentemente, elas estruturam os incentivos de natureza política, social e econômica. De acordo com North (2009), a estrutura institucional engloba a estrutura política, que especifica a maneira como as pessoas desenvolvem e fazem escolhas coletivas; a estrutura de direitos de propriedade que define os incentivos econômicos formais; e a estrutura social - normas e convenções - que definem os incentivos informais na economia. Segundo o autor: “a estrutura institucional reflete as limitações que o passado impõe ao futuro” (North, 2009, p. 8).

Para Berger (2013), as instituições implicam a historicidade e o controle, razão pela qual, para o autor, é impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana, estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que

---

<sup>22</sup> A Nova Economia Institucional - NEI é uma corrente analítica que engloba várias abordagens que tentam compreender as origens, o significado das instituições, bem como seu papel no ambiente econômico, político e social (Conceição, 2002).

canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis. Tais mecanismos (equivalentes ao sistema de controle social) se objetivam em instituições, ou melhor, em todos os conjuntos de instituições da sociedade (Berger, 2013).

Na análise de Putnam (1996), as abordagens institucionalistas convergem em dois pontos: 1º) as instituições moldam a política - influenciam os modos de viver porque moldam a identidade, o poder e a estratégia dos atores; 2º) as instituições são moldadas pela história porque os indivíduos podem ‘escolher’ suas instituições, mas não o fazem nas circunstâncias que eles mesmos criaram. Suas escolhas, por sua vez, influenciam as regras dentre as quais seus sucessores fazem escolhas. Escolhas no presente estão restritas pela herança de instituições acumuladas pelo passado - não no sentido de inércia, mas como restrições ao conjunto de escolhas no presente, posto que derivadas das experiências históricas. Entendendo essa herança, torna-se possível determinar a natureza dos limites da mudança que são impostos em várias situações (North, 2009). Neste aspecto, North (2009) assume que instituições consistem tanto em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições, e códigos de conduta), quanto restrições formais (constituições, leis, direitos de propriedade).

A partir desses autores, neste texto consideramos as instituições como instrumentos de obtenção de propósitos, tomando-se como objeto de análise as políticas públicas desenvolvidas para a Amazônia. Em concordância com Neves (2010, p. 178), consideramos que “refletir sobre políticas públicas é se deixar emaranhar por um mundo de mediações cognitivas e institucionais”. A autora complementa afirmando que é a agenda pública que revela a definição de prioridades e a institucionalidade de certas condições de diálogo e de negociação (Neves, 2010, p. 179).

### **3. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA O TERRITÓRIO DO BAIXO AMAZONAS: AS CONTROVÉRSIAS ENTRE OCUPAÇÃO E CONSERVAÇÃO**

Na análise crítica de Matias Pereira (1997, p. 79), a constituição de políticas públicas no Brasil esteve historicamente fundamentada em “características institucionais de autoritarismo e elitismo”. No período da ditadura militar, o desenvolvimento pautado na acumulação capitalista, modernização das instituições econômico-financeiras e a industrialização, privilegiou segmentos vinculados à elite empresarial, nacional e estrangeira, que revezavam entre si a primazia nas negociações (Matias-Pereira, 1997).

Ao longo da década de 1970, o governo brasileiro empreendeu uma série de políticas com vistas à ocupação e ao desenvolvimento do território amazônico, objetivando formas de integração da região ao resto do país. O Programa de Integração da Amazônia - PIN, em linhas



gerais, objetivava integrar as regiões Norte e Nordeste, tidas como atrasadas, à economia de mercado das regiões mais desenvolvidas, Sudeste e Sul do Brasil. Matias Pereira (1997, p. 79) argumenta que, através do PIN, “o Estado brasileiro dá início aos esforços no sentido de conduzir e disciplinar o assentamento de camponeses na Amazônia”. Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, através dos Projetos Integrados de Colonização – PIC, coube a implementação dos assentamentos.

Como os resultados do PIC não corresponderam às expectativas do governo, por terem se mostrado, além de moroso, dispendioso (Becker, 2001), em 1974 ele lançou o Programa de Polos Agropecuários e Agro Mineraiis da Amazônia - POLAMAZÔNIA, com objetivo de promover as potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais da região. De acordo com Becker (2001, p. 138), essa medida “estimulou imigrantes dotados de maior poder econômico, resultando na expansão das empresas agropecuárias e de mineração”.

Na década de 1980, o governo alça a mineração como destaque na nova estratégia (Matias-Pereira, 1997). Assim, foi desenvolvido o Programa Grande Carajás – PGC, com o propósito de exploração de enorme depósito mineral entre os estados do Pará, Tocantins e Maranhão, para a extração de minério, parceria entre empresas nacionais e multinacionais. Um novo fluxo migratório tem início em 1985, com produtores do Sul e Sudeste do país. As áreas de assentamento rapidamente se exauriram, levando à invasão de terras e à instalação de assentamentos em áreas impróprias para cultivo, à devastação da floresta, expulsão de assentados por grileiros e agropecuaristas (Becker, 2001).

Em resposta à grande mobilização internacional contrária à degradação da floresta Amazônica, em 1990, foi criado o Programa Piloto Internacional para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras - PPG-7. Seu escopo foi corroborar financeiramente com a reorganização dos modelos de desenvolvimento regional para a Amazônia, nesse caso, fundamentado na implantação de um conjunto de projetos que viessem a contribuir para o uso sustentável dos recursos naturais e para redução do desmatamento (Becker, 2001). Para Becker (2001), contrapondo-se à proposição de ambientalistas que sugeriam a implantação de corredores ecológicos, o governo voltou a investir em corredores de desenvolvimento, criando em 1996 o Programa Brasil em Ação.

Todavia, na contramão das políticas conservacionistas, nos anos 2000, o governo Federal retoma a lógica intervencionista de desenvolvimento econômico e planeja investir em obras de infraestrutura, construção de portos e gasodutos, hidrovias, usinas hidroelétricas e em agronegócio (soja e gado), no bojo do Programa Avança Brasil - PAB. Os impactos nocivos para a Amazônia em decorrência do PAB foram enormes. O asfaltamento das BR's 163 e 319,

por exemplo, favoreceu o acesso de madeireiros e fazendeiros a áreas remotas da Amazônia, aumentando os desmatamentos. Fato igualmente observado nos investimentos em transporte e energia, cujos fins principais foram o escoamento da soja e geração de energia para indústria de alumínio.

Posteriormente, com vistas a integrar investimentos em infraestrutura, energia, habitação, recursos hídricos, transportes, saneamento, no intuito de diminuição das diferenças regionais, o governo lança dois programas, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC1 e PAC2, lançados em 2007 e 2010, respectivamente (Verdum, 2012). Para Verdum (2012, p. 23), as ações estatais implementadas pelo PAC1 e PAC2 “aceleram também os impactos e transformações nas dinâmicas territoriais”, uma vez que, na Amazônia, muitas obras afetaram diretamente terras indígenas. Em referência às obras previstas para o estado do Pará, tais como a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, a pavimentação das rodovias BR 163 e BR 230, as Eclusas de Tucuruí e a hidrovía no rio Tocantins ilustram, pela ação do Governo, a reprodução da lógica de intervenção no ordenamento territorial e uso da terra, consolidada na década de 50 do século XX.

Castro (2012), ao analisar o planejamento estratégico do governo federal para a Amazônia, constata que não há diferença nas medidas aplicadas entre o período entre 1960 e 2007. Todas convergiram de macropolíticas para políticas setoriais, regionais e territoriais, com um padrão simplista, social e ambientalmente ineficientes. As lógicas dessas ações de desenvolvimento, levadas a cabo através de programas públicos, encontram sua gênese nas instituições, ou seja, na incapacidade de o governo estabelecer uma matriz institucional capaz de quebrar o elo de reprodução das mesmas.

Considerando as análises de North (2009), Berger (2003) e Putnam (1996) sobre a constituição do ambiente institucional, no contexto da Amazônia, o papel do Estado foi o de agir, ora como instituição detentora do poder político, ora como agente criador e materializador de instituições, ou seja, concebendo ‘as regras do jogo’. E desse modo, reafirmando a institucionalização da imagem da Amazônia como fronteira de expansão (Castro, 2012; Becker, 2001). Neste ponto, a criação e o desenvolvimento das instituições para a Amazônia e o Baixo Amazonas não objetiva eficiência social, mas sim, atender aos interesses de quem detém maior poder de negociação para idealizar normas.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As instituições criadas pelas políticas públicas contribuíram significativamente para o quadro atual da Amazônia, no que tange ao cenário de conflitos ambientais e sociais, ao

incorporar, no cerne dessas instituições, princípios historicamente reproduzidos. Assim, em consonância às proposições de North (2009), Berger (2013) e Putnam (1996), podemos entender como se coordenam as ações governamentais, à medida que apontam para a formação histórica do ambiente institucional que ainda hoje caracteriza as políticas públicas e o uso da terra na Amazônia. Dado tal contexto social, econômico e ambiental, as populações tradicionais não conseguem influenciar na objetivação das instituições criadas pelo governo federal, ou seja, não auferem meios de imprimir valores e práticas que levem em conta seus projetos de preservação do território e correspondentes modos de vida. Conflitos socioambientais, desmatamentos, baixos índices de desenvolvimento, grilagem e concentração de terras não são casualidades, mas consequências da implantação de aparatos institucionais derivados de decisões políticas unidimensionais. Portanto, as instituições criadas pelas ações estatais estabeleceram um parâmetro de ineficiência social na região Amazônica, reafirmando as assimetrias, em relação à regiões como Sul e Sudeste do país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Becker, B. K. (2001). Revisão das Políticas de Ocupação Amazônica: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*. v. 12, (pp. 135-159). Brasília, DF. Recuperado de <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper28.pdf>
- Berger, P. L. (2013). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. (35ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 239 p.
- Castro, E. M. R. (2012). Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. *Caderno CRH* (Online), v. 25, (pp. 45-62). Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n64/04.pdf>
- Conceição, O. A. C. (2002, julho). O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. *R. Econ. contemp.* v. 6, n. 2, (pp. 119-146). Rio de Janeiro, RJ.
- Matias-Pereira, J. (1997). O processo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia: A implementação de políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente. *Revista de Informação Legislativa*, v. 134, pp. 75-85. Recuperado de <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/224/r134-06.PDF?sequence=4>
- Neves, D. P. (2010). Políticas públicas: mediação e gestão de demandas sociais. *Retratos de Assentamentos*, v. 13, pp. 171-206. Recuperado de [http://www.uniara.com.br/nupedor/revistas\\_retratos\\_assentamentos/Retratos\\_v.13.2010/conteudo.pdf](http://www.uniara.com.br/nupedor/revistas_retratos_assentamentos/Retratos_v.13.2010/conteudo.pdf)
- North, D. (2009). Entendendo o processo de mudança econômica. Clássicos Liberais. *Revista Banco de Ideias*, n. 46. 18 p.
- Putnam, R. D. (2006). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 5.ed. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 275 p.
- Verdum, R. (2012). As Obras de Infraestrutura do PAC e os Povos Indígenas na Amazônia Brasileira. *Instituto de Estudos Socioeconômicos*, v.1. 1. ed. pp. 60. Recuperado de <http://www.inesc.org.br/biblioteca/noticias/biblioteca/textos/obras-do-pac-e-povos-indigenas/>

## Manejo sostenible de los recursos naturales y la biodiversidad: función de las zonas de amortiguamiento de las Áreas Naturales Protegidas (ANP)

I. J. Díaz-Maroto

Universidad de Santiago de Compostela  
ignacio.diazmaroto@usc.es

O. Vizoso-Arribe

Universidad de Santiago de Compostela  
olgavizosoarribe@hotmail.com

R. Salas-González

Instituto Politécnico de Coimbra  
rsalas@esac.pt

Y. Martínez

Centro de Investigaciones y Servicios Ambientales ECOVIDA - Parque Nacional Viñales  
maqueira1974@gmail.com

### RESUMEN

El manejo sostenible de los recursos naturales es uno de los grandes desafíos actuales y, sobre todo, de los países en desarrollo. La sostenibilidad está muy vinculada al cambio climático, dada la pérdida de biodiversidad, el deterioro ambiental, los desastres naturales y la escasez de agua. El concepto de “zona de amortiguamiento” surgió en 1979 dentro del programa Hombre y Biosfera de la UNESCO. En 1982, en el Congreso Mundial de Parques, pasó a ser reconocida como una herramienta para el manejo de las Áreas Naturales Protegidas (ANP). Esta idea evolucionó hasta 1986, donde se definieron como áreas periféricas donde se establecen restricciones al uso de la tierra, con el objetivo de proveer una faja de seguridad para su protección. Tienen un valor estratégico para las áreas núcleo, ya que les confieren una mayor protección y proveen de beneficios básicos a las comunidades rurales, cumpliendo dos funciones primordiales: 1) Amortiguamiento de una extensión de hábitats (prioritario para las especies); 2) Socio-amortiguamiento (para obtener productos de valor). Por ello, resulta primordial que sean delimitadas bajo criterios técnicos y científicos coherentes.

**PALABRAS CLAVE:** Área Natural Protegida; zona de amortiguamiento; manejo sostenible.

### 1. INTRODUCCIÓN

La idea de considerar zonas de amortiguamiento o áreas de influencia socioeconómica de las Áreas Naturales Protegidas (ANP), surge por primera vez en el año 1979 dentro del programa Hombre y Biosfera (MAB) de la UNESCO. En 1982, en el III Congreso Mundial de Parques, celebrado en Bali (Indonesia), empezó a ser reconocida como una herramienta fundamental para la gestión y manejo de las ANP. Esta idea fue evolucionando, principalmente desde 1986, definiéndose como áreas periféricas de los espacios protegidos, donde se establecen restricciones al uso de la tierra, con el objetivo de proveer una faja adicional de seguridad para la protección de un área concreta (Graham, Amos, & Plumpre, 2003), reconociendo que el ser humano es parte integral de los ecosistemas.

Las zonas de amortiguamiento tienen un valor estratégico para las áreas núcleo, ya que les confieren una franja adicional de protección y a su vez proveen de importantes beneficios a las comunidades rurales vecinas. Cumplen dos importantes funciones:

- 1) Amortiguamiento de una extensión de hábitats (prioritario para las especies).
- 2) Socio-amortiguamiento (prioritario para la obtención de productos de valor).

Debido a la importancia de las mismas, es fundamental que sean delimitadas bajo criterios técnicos y científicos coherentes con su función (Vilhena, 2002; Aldi, 2013) y que además cumplan con las finalidades que se detallan a continuación: 1) el manejo de las zonas de amortiguamiento proporciona un desarrollo integrado con la conservación de las ANP; 2) las zonas de amortiguamiento involucran elementos del paisaje que protegen el ANP de las amenazas externas y de las comunidades rurales que ejercen un impacto directo sobre él; 3) el manejo de estas zonas favorece el mantenimiento de los procesos ecológicos establecidos en el ANP; 4) deben servir de control de las políticas públicas y privadas que divergen de los objetivos de conservación del ANP y estar orientadas por un proceso de planificación que contemple los aspectos socio-ambientales.

A partir de la década de los 80, la gestión de las ANP se orienta hacia un manejo participativo que se realiza a través de un proceso de concertación con las comunidades locales (Bodmer, Penn, Puertas, Moya, & Fang, 1997). En la actualidad, muchos países están abogando por nuevas formas de conservar los recursos naturales, planteando no solo la protección de las áreas núcleo, sino ampliando el manejo hacia los bosques y áreas de cultivos tradicionales, con un enfoque sistémico, por ejemplo, mediante sistemas agroforestales localizados en las zonas de amortiguamiento (Roe & Jack, 2001). Además, últimamente, se han incorporado diferentes actores, como propietarios de la tierra, organizaciones no gubernamentales, conjuntamente con los gestores, al manejo de los recursos naturales y culturales (Lockwood, 2010).

El objetivo primordial del presente trabajo es analizar la función de las zonas de amortiguamiento de las ANP, así como, su contribución al manejo sostenible de los recursos naturales y la biodiversidad, de forma, que sea posible incrementar los niveles de gestión de los actores locales en las mismas, en función de las peculiaridades existentes.

## 2. MATERIAL Y MÉTODOS

En 2012, la aprobación de la Agenda 21 de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo (CNUMAD) define claramente los problemas actuales a los que se enfrentan los bosques:

Los bosques mundiales están amenazados por la degradación incontrolada y la conversión a otras formas de uso del suelo; afectados por las crecientes necesidades humanas, la expansión agrícola y por una mala ordenación, ambientalmente perjudicial, que incluye la falta de control de los incendios forestales y de medidas contra el furtivismo, la explotación maderera comercial no sostenible, el sobrepastoreo, los contaminantes atmosféricos, incentivos económicos y actividades de otros sectores de la economía. Los efectos de la pérdida y degradación de los bosques se traducen en la erosión del suelo, la pérdida de la diversidad biológica, el daño a los hábitats silvestres y la degradación de áreas de las cuencas hidrográficas, el deterioro de la calidad de vida y la reducción de oportunidades para el desarrollo.

Estos mismos problemas son aplicables a las ANP. En los países en desarrollo esta condición se agrava, dependiendo de su nivel de pobreza. Por otra parte, la intensidad y magnitud de los sucesos enumerados pueden ser diferentes en ecosistemas distintos, por ejemplo, para un clima templado frío, tropical húmedo, o zonas semiáridas (Sokhem & Sunada, 2010). En este sentido, en los últimos años se ha generado un debate en torno a las zonas de amortiguamiento, como alternativa para fortalecer la gestión y manejo de las ANP, la conservación de la biodiversidad y el vínculo con las comunidades y poblaciones locales implicadas (Bentrup, 2008). Uno de los aspectos menos desarrollados en la gestión de estas zonas es el marco legal-institucional. La metodología aplicada se fundamenta en el trabajo de campo a través de técnicas de observación y principalmente de entrevistas y opiniones de los habitantes locales y especialistas, de tal manera que sea posible identificar las zonas de influencia socioeconómica de las ANP más adecuadas (Aldi, 2013).

### 3. RESULTADOS

Las zonas de amortiguamiento han sido concebidas para cumplir funciones mixtas: incrementar el hábitat para la vida silvestre y, por lo tanto, otorgar mayor probabilidad de mantener poblaciones mínimas viables, y amortiguar las presiones externas, dando opciones de uso sostenible de los recursos naturales y del suelo para reducir efectivamente y a largo plazo, la presión antrópica (Aldi, 2013). Cuando nos referimos a zonas de amortiguamiento, áreas de influencia socioeconómica, estamos refiriéndonos a una función y a un área física (Balloffet & Martin, 2007; Eagles, 2009). La función de amortiguamiento es una necesidad inexcusable en el manejo de las áreas naturales. Una manera de solucionarla es con un diseño apropiado de la zonificación (Hockins, Stolton, Leverington, Dudley, & Courrau 2006).

Cada zona de gestión cumple funciones de amortiguamiento respecto al resto (Vilhena, 2002); precisamente por absorber, de acuerdo con sus capacidades, actividades consideradas como permisibles y apropiadas por los gestores del ANP. Para éstos, es conocido que una adecuada zonificación constituye la herramienta de gestión más valiosa para orientar las

decisiones cotidianas y a largo plazo. Una correcta ubicación de las diferentes zonas permite minimizar los efectos adversos que podrían provenir de actividades dentro o fuera del área protegida (Oldfield, 1988; Cunningham, 2001; Hayes, 2006). También cumplen funciones de amortiguamiento las áreas naturales con diferentes categorías de protección que se ubican juntas o que rodean a otras (Balloffet & Martin, 2007).

El área física como zona de amortiguamiento presenta dos situaciones diferentes: una zona de amortiguamiento dentro de los límites del área protegida; y otra zona fuera de los mismos. Las implicaciones legales, administrativas y de manejo de cada caso son sustancialmente diferentes (Morales & Macfarland, 1980).

Las características estructurales de una zona de amortiguamiento determinan en gran medida su capacidad para funcionar en una ubicación dada. Los planificadores pueden manipular estas características para lograr los objetivos deseados. El diseño de estas zonas obedece a la necesidad de lograr varios objetivos: los objetivos de los propietarios de las tierras, los de la comunidad y los del público, en general (Bentrup, 2008).

En el caso concreto de las Reservas de la Biosfera, las zonas de amortiguamiento sirven para la conservación de ecosistemas creados o influenciados por el uso humano. La zona de amortiguamiento debe proteger la zona núcleo de impactos mayores. El objetivo consiste en conservar paisajes culturales con sus diferentes hábitats para un gran número de especies animales y vegetales típicas del área y también para las especies amenazadas. Para alcanzar el objetivo en cuestión, se recurre especialmente al ordenamiento paisajístico. El recreo y las medidas de educación ambiental deben orientarse a un objetivo de protección. En la zona de amortiguamiento se investigan la estructura y función de los ecosistemas y del equilibrio natural y se realizan observaciones medioambientales (Lockwood, 2010).

#### **4. CONCLUSIONES**

En la actualidad, las zonas de amortiguamiento se consideran un instrumento fundamental para la gestión y manejo de las ANP, poseyendo un valor primordial para las zonas núcleo, y contribuyendo al manejo sostenible de los recursos naturales y la biodiversidad, mediante una gestión participativa junto a la población local. Sin embargo, uno de los aspectos menos estudiados en el manejo de estas zonas es su marco legal-institucional, aspecto en el cuál deberían profundizar todas las partes implicadas.

Las zonas de amortiguamiento, tanto en su misión de función como de área física, han sido pensadas para desempeñar cometidos mixtos: incrementar el hábitat para la vida silvestre y, por lo tanto, otorgar mayor probabilidad de mantener poblaciones mínimas viables, así como,

aminorar las presiones externas, dando oportunidades para el uso sostenible de los recursos naturales y del suelo, para reducir la presión antrópica. Su diseño debe satisfacer la necesidad de lograr varios objetivos: objetivos de los propietarios de las tierras, de la comunidad y los del público, en general.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aldi, M. (2013). *Plan de desarrollo para una zona de amortiguamiento sostenible entre San Isidro de Heredia y el Parque Nacional Braulio Carrillo*. Proyecto Fin de Master. Universidad para la Cooperación Internacional. San José, Costa Rica.
- Balloffet, N. M., & Martin, A. S. (2007). *Governance trends in protected areas: Experiences from the Parks in Peril Program in Latin America and the Caribbean*. Arlington: TNC.
- Bentrup, G. (2008). *Zonas de amortiguamiento para conservación: Lineamientos para diseño de zonas de amortiguamiento, corredores y vías verdes*. Asheville, NC: Departamento de Agricultura, Servicio Forestal, Estación de Investigación Sur.
- Bodmer, R. E., Penn, J. W., Puertas, P., Moya L., & Fang, T. G. (1997). Linking conservation and local people through sustainable use of natural resources: Community-based management in the Peruvian Amazon. In: C. Freese (Ed.), *Harvesting Wild Species* (pp. 315-358). Baltimore, MD: John Hopkins University Press.
- Cunningham, W. P. (2001). *Environmental Science*. New York, NY: McGraw Hill.
- Eagles, P. (2009). Governance of recreation and tourism partnerships in parks and protected areas. *Journal of Sustainable Tourism*, 17, 231-248. doi:10.1080/09669580802495725
- Graham, J., Amos, B., & Plumptre, T. (2003). *Governance Principles for Protected Areas in the 21st Century*. Ottawa: Institute on Governance.
- Hayes, T. M. (2006). Parks, people and forest protection: An institutional assessment of the effectiveness of protected areas. *World Development*, 34, 2064-2075. doi:10.1016/j.worlddev.2006.03.002
- Hockins, M., Stolton, S., Leverington, F., Dudley, N., & Courrau, J. (2006). *Evaluating effectiveness: A framework for assessing management effectiveness of protected areas* (2nd ed.). Gland: IUCN.
- Lockwood, M. (2010). Good governance for terrestrial protected areas: A framework, principles and performance outcomes. *Journal of Environmental Management*, 91, 754-766. doi: 10.1016/j.jenvman.2009.10.005
- Morales, R., & Macfarland, G. (1980). *Compendio sobre la metodología para la planificación de áreas silvestres*. Turrialba: CATIE.
- Oldfield, S. (1988). *Buffer zone management in Tropical Moist Forest. Case studies and guidelines*. Gland: IUCN.
- Roe, D., & Jack, M. (2001). *Stories from Eden: Case Studies of Community-Based Wildlife Management: Evaluating Eden*. London: International Institute for Environment and Development.
- Sokhem, P., & Sunada, K. (2010). The governance of the Tonle Sap Lake, Cambodia: Integration of local, national and international levels. *International Journal of Water Resources Development*, 22, 339-416. doi: 10.1080/07900620500482642
- Vilhena, F. (2002). *Parámetros para el manejo adaptativo de zonas de amortiguamiento en Parques Nacionales del Cerrado, Brasil*. Tesis Doctoral. CATIE. Turrialba, Costa Rica.



## O sistema nacional de unidades de conservação e suas contribuições para o aprimoramento dos espaços especialmente protegidos no Brasil

Adriano Lucena da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
adriano.silva@ifpb.edu.br

Maria Deise das Dores Costa Duarte

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
maria.costa@ifpb.edu.br

### RESUMO

A criação de áreas protegidas pode ser considerada um importante instrumento de política pública de proteção do meio ambiente. No Brasil, a partir da Lei Nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), foi estabelecida a estrutura legal, em que espaços especialmente protegidos passaram a ser categorizados. Além dos critérios legais, outros instrumentos necessários a implementação e gestão das Unidades de Conservação (UC's) foram criados e, dentre estes, o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Portanto, com o objetivo de avaliar o contexto atual das UC's no Brasil, utilizou-se a base de dados do CNUC, ano 2015, na Paraíba, Brasil. A partir das informações do CNUC, constataram-se trinta e uma UC's na Paraíba, sendo doze de Proteção Integral e dezoito de Uso Sustentável, representadas por diferentes categorias e tipos, cuja distribuição contempla os biomas da mata atlântica, o marinho e a caatinga. É necessário ir para além do retrato momentâneo e, assim, estabelecer uma relação entre as UC's e o SNUC, tendo em vista, constatar na atualidade, o nível de implementação do SNUC na Paraíba e conseqüentemente, no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** SNUC. CNUC. Unidades de Conservação. Paraíba. Brasil.

### 1. INTRODUÇÃO

No ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, doravante mencionada nesta pesquisa como 'Brasil', constata-se especial atenção a instrumentos de combate à degradação do meio ambiente a partir do estabelecimento de áreas protegidas. Cabe reconhecer, primeiramente, a eficácia do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei Nº 9.985/2000, que estabeleceu uma estrutura legal estável, alicerçada pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e pela Constituição Federal (CF) de 1988.

No que se refere a determinação das áreas protegidas, tem-se como base o entendimento de espaços especialmente protegidos, sendo possível, categorizá-los e enquadrá-los a partir do conceito de Unidade de Conservação (UC's).

A Lei Nº 9.985/2000 conceitua

Unidade de Conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (art.2º, I).

No SNUC está definida a criação de doze categorias de Unidades de Conservação, reunidas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral (UPI) e Unidades de Uso Sustentável (USU). As unidades de conservação do primeiro grupo têm por objetivo “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” (art. 7º, § 1º) e são representadas pelas categorias: Estação Ecológica (ESEC); Reserva Biológica (REBIO); Parque Nacional (PARNA); Monumento Natural (MONA) e Refúgio de Vida Silvestre (RVS). Já as unidades de uso sustentável visam “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (art. 7º, § 2º), fazendo parte desse grupo as categorias: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional (FLONA); Reserva Extrativista (RESEX); Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

O Ministério do Meio Ambiente do Brasil faz uso de várias estratégias políticas e de diferentes instrumentos, para promover a manutenção e conservação de todas as áreas protegidas, a exemplo do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC).

O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) constitui um instrumento básico para gestão e monitoramento da efetividade do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e tem o objetivo de disponibilizar um banco de dados com informações oficiais do SNUC, onde são apresentadas as características físicas, biológicas, turísticas, gerenciais e os dados georreferenciados de cada unidade de conservação. Todos esses dados estão à disposição do público interessado em acompanhar os resultados das ações governamentais de proteção do patrimônio ambiental nacional. Ainda, de acordo com o estabelecido no artigo 50 da Lei nº 9.985/2000, o cadastro deve ser mantido pelo Ministério do Meio Ambiente com a colaboração dos órgãos gestores federal, estaduais e municipais competentes.

Este é, portanto, o quadro jurídico-legal por meio do qual se desenvolvem os processos para o aprimoramento dos UC no Brasil. Nesse contexto, as informações do CNUC são essenciais para aprimorar os mecanismos para o planejamento e gestão do SNUC e de suas UC's. Assim, com a finalidade de avaliar e diagnosticar o contexto atual das unidades de conservação do Brasil tomou-se por base os dados do CNUC, ano base 2015 para o Estado da Paraíba. Para tanto, verificou-se os tipos de Unidades de Conservação existentes no território paraibano e a sua situação atual de implementação e gestão.

## 2. MÉTODOS E TÉCNICAS APLICADAS

O presente estudo fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e análise dos dados consolidados referente às Unidades de Conservação localizadas no Estado da Paraíba, Brasil, registrados no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), ano base 2015.

## 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

O Estado da Paraíba possui uma extensão territorial de 56.469,744 Km e a forma alongada do seu território, no sentido Leste-Oeste, possibilitou a existência em seus limites de áreas remanescentes da mata atlântica, localizadas mais no litoral, da caatinga, no interior, e a existência do agreste, faixa de transição entre o litoral e o sertão. Ou seja, a despeito da pequena extensão territorial, na Paraíba é possível encontrar exemplos significativos de espaços territoriais brasileiros que carecem de proteção especial.

Com base nos dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), ano base 2015, é possível constatar trinta e uma UC's localizadas no Estado da Paraíba. Doze Unidades de Proteção Integral e dezenove Unidades de Unidades de Uso Sustentável, totalizando trinta e uma UC's localizadas na Paraíba.

Considerando o conjunto da UC's que integram as Unidades de Proteção Integral, a de maior ocorrência na Paraíba são os Parques Nacionais, os quais segundo a Lei Nº 9.985/2000 em seu Art.11 pontua como objetivo básico “a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica”. Os Parques recebem a denominação de Estadual quando criados pelos Estados e são de competência administrativa do próprio Estado, caso de todos os Parques criados na Paraíba, onde em conjunto totalizam uma área de 37,14km (CNUC, 2015) correspondente à cobertura dos biomas da caatinga, mata atlântica e o marinho. Ou seja, os Parques constituem o tipo de Unidades de Proteção Integral de maior abrangência espacial e cobrindo biomas localizados do litoral ao sertão.

A Estação Ecológica do Pau Brasil constitui o único exemplo de Estação Ecológica entre as Unidades de Proteção Integral na Paraíba. Sua criação visa à proteção do bioma Mata Atlântica e sua vinculação administrativa é estadual. Segundo Silva (2015, p.402), esse tipo de Unidade de Conservação corresponde a um espaço especialmente protegido de altíssima intensidade de proteção ambiental.

Quanto a Reserva Biológica, a Lei Nº 9.985/2000 em seu art. 10, atribui um caráter bastante restritivo ao seu uso ao dispor como objetivo “a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações

ambientais”. A Reserva Biológica Guaribas, de responsabilidade administrativa federal e destinada à proteção da Mata Atlântica, é a representante desse tipo de UC na Paraíba.

O Monumento Natural Vale dos Dinossauros, localizado no Sertão do Estado é o exemplo existente no Paraíba para a esse tipo de UC, a responsabilidade administrativa é estadual e visa à proteção do bioma caatinga.

No rol das Unidades de Uso Sustentável as Áreas de Proteção Ambiental (APA), nos termos da Lei 9985/2000, são áreas de grande extensão, detentora de certo grau de ocupação humana, “dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas”. Na Paraíba as APA’s protegem áreas expressivas dos biomas caatinga e mata Atlântica, são cinco no Estado, totalizando uma área de aproximadamente 785,83 Km (CNUC, 2015), o que corresponde ao tipo de UC na Paraíba com maior área sob sua proteção. A Área de Proteção Ambiental Barra do Rio Mamanguape é administrativamente de responsabilidade federal, as demais APA’s estão sob a responsabilidade administrativa estadual.

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), definida pela Lei Nº 9.985/2000 em seu art. 21 como “uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica” existe em número de oito no Estado da Paraíba, Embora seja a que representa o maior número nesse tipo de UC, não é a que possui maior abrangência territorial, ocupando uma área de aproximadamente 66,65 km<sup>2</sup> (CNUC, 2015). Todas as RPPN’s paraibanas são administrativamente subordinadas a esfera federal, sendo a caatinga e a mata atlântica os biomas mais protegidos por esse tipo de UC, entretanto, a caatinga é o bioma de maior expressividade em território paraibano sob a proteção as RPPN’s.

A Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) compreende uma área de extensão pequena, ao contrário das APA’s, e segundo o art. 16 da Lei Nº 9.985/2000, são destinadas à proteção dos “ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza”. É de quatro, o número de ARIE’s em solo paraibano. Desse conjunto de UC’s, a Área de Relevante Interesse Ecológico da Barra Do Rio Camaratuba é de responsabilidade administrativa do município de Mataraca-PB, a Área de Relevante Interesse Ecológico de Goiamunduba é administradas pela esfera estadual, e as demais estão sob a esfera administrativa federal. As ARIE’s cobrem áreas correspondentes aos biomas caatinga, mata Atlântica e o marinho.

Ainda é possível registrar a ocorrência de uma Floresta Nacional e uma Reserva Extrativista existentes no rol das Unidades de Uso Sustentável na Paraíba. Segundo o disposto na Lei Nº 9.985/2000 nos artigos 17 e 18 respectivamente, a Floresta Nacional tem como

objetivo básico “o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas”; já a Reserva Extrativista, a proteção dos meios de vida e a cultura das populações extrativistas tradicionais, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Ambas estão sob a jurisdição administrativa federal. A Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo está inserida no bioma mata Atlântica e a Reserva Extrativista Açáú-Goiana no bioma marinho.

É importante destacar sem ocorrência nos registros do CNUC (2015) para a Paraíba, a categoria Refúgio de Vida Silvestre, tipo de Unidade de Proteção Integral, e as categorias Reserva de Fauna e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, tipo de Unidades de Uso Sustentável.

Diante desse quadro traçado sobre as UC's na Paraíba, constata-se a existência em território paraibano de um conjunto de espaços especialmente protegidos formados por diferentes categorias e tipos de Unidades de Conservação. A distribuição das UC's contempla os biomas da mata atlântica, o marinho e a caatinga. Ou seja, a despeito do pequeno território, encontra-se cadastrado no CNUC (2015) uma variedade significativa de UC's na Paraíba.

#### 4. CONCLUSÕES

O SNUC estabelece regras para criação e manutenção das Unidades de conservação ao apontar o caminho legal necessário para a criação, manutenção e gestão dos espaços especialmente protegidos definidos na Lei Nº 9.985/2000. Atribui a participação pública importante papel na constituição das UC's, independente de sua característica de manejo, salvo a exceção trazida pelo parágrafo 4º do art. 22 da Lei em comento, onde na Estação Ecológica ou Reserva Biológica não é obrigatória à consulta pública.

É importante destacar que desde a criação até a gestão das UC's, passando pelo momento de implementação, a necessidade de existir uma sintonia nas ações direcionada as UC's, pois certamente, essas ações refletem diretamente no fortalecimento do SNUC ou contribuem negativamente para a sua desarticulação.

Em território paraibano encontra-se cadastrado no CNUC (2015) constituída em seu território trinta e uma UC's, espaços especialmente protegidos segundo o SNUC, criando uma rede de proteção de diversos biomas e espaços de interesses histórico, natural, paisagístico e cultural que compreende biomas da mata atlântica, o marinho e a caatinga. Assim, as UC's são criadas e gestadas para que interajam e contribuam de forma integrada para a proteção qualificada de recortes espaciais pelo território brasileiro. Milaré (2013. p, 1227) alerta: “por

mais extensas e peculiares que sejam, as unidades de conservação jamais podem ser tidas como seres isolados, autossuficientes e autonormalizados”.

Contudo, é essencial ir para além do retrato momentâneo das características que circunscreve o conjunto de UC's localizadas no estado da Paraíba. É necessário estabelecer uma relação entre as UC's e o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, tendo em vista, constatar na atualidade, o nível de implementação do SNUC na Paraíba e consequentemente, no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC (2016). *Ministério do Meio Ambiente*. Recuperado em 03 maio, 2016, de <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Brasília. Recuperado em 03 maio, 2016, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm).
- Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (1981). Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília. Recuperado em 03 maio, 2016, de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16938.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm).
- Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (2000). Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 03 maio, 2016, de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm).
- Milaré, E. (2013). *Direito do Ambiente*. (8º ed.). São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Silva, R. F. T. da. (2015). *Manual de Direito Ambiental*. (5º ed.). Salvador: JusPodivm.

## Preferencias en el uso recreativo del Parque Natural de los Calares del Mundo y de la Sima (España) según la edad de los visitantes

R. Bernabéu

Universidad de Castilla-La Mancha  
rodolfo.Bernabeu@uclm.es

A. Samos

Universidad de Castilla-La Mancha

M. Díaz

Universidad de Castilla-La Mancha

M. Olmeda

Universidad de Castilla-La Mancha

M. Suárez de Cepeda

Universidad de Castilla-La Mancha

### RESUMEN

El objetivo de este trabajo es conocer las preferencias de los visitantes al Parque Natural de los Calares del Mundo y de la Sima y caracterizarlos según su edad con el fin de recomendar pautas en su gestión para ofrecerle a los visitantes lo que demandan y al tiempo contribuir al desarrollo socioeconómico de la población residente a través del incremento del turismo en espacios naturales protegidos. Se realizaron 410 encuestas, utilizándose la técnica de análisis conjunto y segmentación directa. Los resultados muestran que el atributo más importante para los tres segmentos son las actividades a realizar, por lo que la gestión administrativa debería priorizar las actividades a realizar en el parque, siendo los visitantes de mayor edad los que muestran mayor preferencia por el senderismo, los que más comen en restaurante y compran alimentos típicos de la zona.

**PALABRAS CLAVE:** análisis conjunto; comportamiento del consumidor; segmentación; espacios naturales; Castilla-La Mancha.

### 1. INTRODUCCIÓN

Los visitantes a espacios naturales protegidos se caracterizan por una elevada heterogeneidad lo que está propiciando una demanda de actividades recreativas cada vez más diversa, exigente y fragmentada. En este escenario, tratar de satisfacer a todos los individuos con una única oferta difícilmente conducirá a su satisfacción ya que sus necesidades, recursos y comportamientos pueden y de hecho son, muy diferentes. En estas circunstancias, la segmentación de los visitantes resulta de gran utilidad a los organismos públicos responsables para así poder adecuar la oferta recreativa a la de los visitantes.

Los pioneros en el estudio de las preferencias de los individuos relacionados con la economía ambiental fueron MacKenzie (1993), Adamowicz *et al.* (1994) y Roe *et al.* (1996). Más recientemente, y entre otros, se encuentran los de Mosti (2010), Chaminuka *et al.* (2012), Van Houtven *et al.* (2014), Andrada *et al.* (2015) y McMahan *et al.* (2016).

Satisfechas las necesidades de los visitantes a un espacio natural protegido, resulta fundamental utilizar su puesta en valor como destino turístico para conseguir otros fines

sociales como puede ser la concienciación sobre la importancia de su conservación y su contribución a la calidad medioambiental del destino.

El objetivo de este trabajo es conocer las preferencias de los visitantes al Parque Natural de los Calares del Mundo y de la Sima y caracterizarlos según su edad con el fin de recomendar algunas pautas que se puedan seguir en su gestión para ofrecerle a los visitantes las actividades que demandan y al mismo tiempo contribuir al desarrollo socioeconómico de la población residente a través del incremento del turismo en espacios naturales protegidos.

## 2. METODOLOGÍA

En este trabajo se encuestó a 410 visitantes del paraje Los Chorros del río Mundo, perteneciente al Parque Natural de los Calares del río Mundo y de la Sima en el mes de agosto de 2009. El muestreo se realizó de forma aleatoria estratificada con afijación proporcional por género y grupo de edad (18 a 24 años, los de 25 a 49 y los mayores de 49 años), para un nivel de error inferior al 5% y un nivel de confianza al 95,5% ( $p=q=0,5$ ;  $k=2$ ). Previo al trabajo de campo se realizó un pretest a 25 personas. A continuación, se llevó a cabo una segmentación directa con el objetivo de realizar el estudio de las preferencias por edad.

La técnica utilizada para determinar las preferencias de los visitantes fue la de Análisis Conjunto (Green & Rao, 1971). Los atributos (y sus niveles) identificados como más importantes fueron: 1) *acceso al parque* (a pie y en vehículo), el *tipo de actividades a realizar* (senderismo, bicicleta, montaña y equitación) y, finalmente, *otros servicios complementarios* (mesas de pic-nic y visitas guiadas). Con tres atributos (dos de ellos con dos niveles cada uno, y el tercero con cuatro niveles), el número total de posibles combinaciones es de 16.

Dado que evaluar por persona 16 tarjetas es un número elevado, se ha utilizado un diseño factorial fraccionado mediante el procedimiento Orthoplan del módulo Categories (SPSS, 2013), con lo que se han reducido las combinaciones a ocho tarjetas (Tabla 1).

**Tabla 1. Tarjetas de servicios hipotéticos expuestos a los encuestados**

Nº Tarjeta	Acceso	Actividad	Servicios
1	A pie	Senderismo	Visita guiada
2	A pie	Montaña	Mesas pic-nic
3	Vehículo	Montaña	Visita guiada
4	Vehículo	Senderismo	Mesas pic-nic
5	Vehículo	Bicicleta	Mesas pic-nic
6	A pie	Bicicleta	Visita guiada
7	Vehículo	Equitación	Visita guiada
8	A pie	Equitación	Mesas pic-nic



Se ha utilizado el método de perfil completo, en el cual se describe cada estímulo por separado mediante una tarjeta de perfiles. Se partió de un modelo aditivo ya que explica, un porcentaje muy elevado (80% a 90%) de la variación de la preferencia de los individuos (Hair *et al.*, 1999). Su formulación se muestra en la ecuación 1.

$$Valoración = \beta_0 + \sum_{i=1}^2 \beta_i D_{1i} + \sum_{j=1}^4 \beta_j D_{2j} + \sum_{k=1}^2 \beta_k D_{3k} \quad \text{Ecuación 1}$$

donde  $\beta_{1i}$ ,  $\beta_{2j}$  y  $\beta_{3k}$  son los coeficientes asociados a los niveles  $i$  ( $i=1,2$ );  $j$  ( $j=1,2,3,4$ ), y  $k$  ( $k=1,2$ ) de los atributos acceso(1), actividad (2) y servicios (3) respectivamente, y donde  $D_{1i}$ ,  $D_{2j}$  y  $D_{3k}$  son las variables ficticias por cada atributo, considerando los niveles de cada atributo como categóricos.

Los encuestados asignaron una calificación de preferencia a cada tarjeta en una escala métrica de 1 a 10 en función de sus preferencias declaradas, con posibilidad de repetir puntuación en más de una tarjeta. Para la obtención de resultados del análisis conjunto se utilizó el programa SPSS (2013), mediante el módulo *Conjoint*, estimando las utilidades parciales de cada uno de los atributos, se calculó la importancia relativa (I.R.) de los atributos de cada una de ellas, así como la proporción de rango asignada a cada atributo sobre la variación de rangos total (Hair *et al.*, 1999), según la ecuación 2.

$$IR(\%) = \frac{\max U_i - \min U_i}{\sum (\max U_i - \min U_i)} \times 100 \quad \text{Ecuación 2}$$

Donde: *IR*, es la importancia relativa,  $\max U_i$ , es la utilidad máxima,  $\min U_i$  es la utilidad mínima.

### 3. RESULTADOS

En primer lugar, se procedió a realizar una segmentación directa de la población total según su edad, detectando tres segmentos significativos de visitantes que difieren en su estructura de preferencias (Tabla 2).

En conjunto, el atributo más preferido es la actividad a realizar, seguido del tipo de acceso y los servicios que pueden ofrecerse en el parque.

En función de la edad de los visitantes, conforme esta se incrementa hay una mayor preferencia de acceso al parque en vehículo, a realizar senderismo y equitación. Por el contrario, son los más jóvenes los que tienen una mayor preferencia por utilizar la bicicleta.

Por tanto, en una primera aproximación, la gestión administrativa del parque debería priorizar las actividades a realizar, sobre los otros atributos (como el acceso u otros servicios complementarios) y tener en cuenta la edad de los visitantes sobre la oferta a realizar.

**Tabla 2:** Utilidades asignadas a los niveles de los atributos

Atributos y niveles	Segmento 1 (18-34 años) (30,98%) <sup>1</sup>		Segmento 2 (35-49 años) (40,49%) <sup>1</sup>		Segmento 3 (>49 años) (28,53%) <sup>1</sup>	
	IR %	Util.	IR %	Util.	IR%	Util.
Acceso**	21,6		24,0		27,9	
<i>Vehículo</i> ***		0,201		0,381		0,622
<i>A pie</i> ***		-0,201		-0,381		-0,622
Actividad	64,7		65,3		61,6	
<i>Senderismo</i> ***		0,884		1,267		1,445
<i>Bicicleta</i> ***		-0,213		-0,440		-1,220
<i>Montaña</i>		0,388		0,314		0,352
<i>Equitación</i> **		-1,059		-1,142		-0,577
Servicios	13,7		10,7		10,5	
<i>Mesas pic-nic</i>		0,140		0,082		0,015
<i>Visitas guiadas</i>		-0,140		-0,082		-0,015

<sup>1</sup>Tamaño del segmento; IR = Importancia Relativa

\*\*\* y \*\* Indica diferencias significativas con un error máximo de un 1% y 5 % respectivamente

### 3.1. Caracterización socioeconómica del visitante al parque

En segundo lugar, se han determinado las características socioeconómicas de los tres segmentos de visitantes al parque (Tabla 3). Conforme se incrementa la edad menor es la proporción de visitantes con estudios medios y superiores y más de estudios elementales, más empresarios más jubilados y menos asalariados y estudiantes, y más renta familiar mensual.

**Tabla 3:** Características socioeconómicas de los segmentos de los visitantes al P.N. de los Calares del Mundo y de la Sima en función de su edad (%)

Variable	Segmento 1	Segmento 2	Segmento 3	
Género	Hombre	58,3	55,4	56,4
	Mujer	41,7	44,6	43,6
Nivel de estudios***	Elementales	7,9	25,9	57,3
	Medios	55,9	43,4	23,9
	Superiores	36,2	30,7	18,8
Actividad Laboral***	Empresario	0,8	7,8	9,4
	Asalariado	66,9	77,7	45,3
	Ama de casa	2,4	10,8	22,2
	Estudiante	22,8	0,6	0,9
	Jubilado	0,0	0,6	20,5
	Otros <sup>1</sup>	7,1	2,4	1,7
Renta familiar mensual (€)***	< 900	1,6	0,0	6,8
	De 900 a 1499	11,8	12,0	19,7
	De 1500 a 2099	49,6	30,1	31,6
	De 2100 a 2999	29,1	45,8	32,5
	> 3000	7,9	12,0	9,4

<sup>1</sup> Parados, receptores de ayuda familiar, etc.

\*\*\* Indica diferencias significativas con un error máximo de un 1%.

### 3.2. Caracterización del tipo de viaje de los visitantes al parque

Conforme aumenta la edad de los visitantes disminuye la proporción de los que realizan el viaje con el único motivo de visitar el parque y aumenta la proporción de los que comen en restaurante y compran alimentos típicos de la zona (Tabla 4).

Analizando de forma conjunta el comportamiento de los visitantes al parque que están de vacaciones en la zona, un 30,7% pernocta en alojamiento privado. Este alto porcentaje de pernoctaciones en alojamiento privado es similar al 22,6% obtenido por Hernández *et al.* (2013) en las Comarcas del Valle del Jerte y Sierra de Gata (Extremadura). En este sentido, Pérez y García (2005) denominan a este tipo de turista, *turista paisano*, que engloba a los visitantes del medio rural motivados por los lazos de pertenencia familiar y/o comunitaria que visitan la zona de sus orígenes o la de sus ascendientes y no residen en ella.

**Tabla 4:** Caracterización de los segmentos de los visitantes al P.N. de los Calares del Mundo y de la Sima en función del tipo de viaje que realizan (%)

Variables	Segmento 1	Segmento 2	Segmento 3
<b>El único motivo del viaje es visitar el parque*</b>	85,8	82,5	76,9
En casa	9,4	3,6	6,0
<b>Comida***</b>			
Restaurante/bar	40,2	60,3	62,4
Trae comida de casa	50,4	36,1	31,6
<b>Ha comprado alimentos típicos de la zona**</b>	10,2	16,9	21,4
Vacaciones	66,9	59,6	65,0
<b>Tipo de viaje</b>			
De paso	2,4	3,6	6,0
Viaje de 1 día	30,7	36,7	29,1
<b>Lugar de alojamiento***</b>			
Municipios del parque <sup>2</sup>	59,0	46,3	42,1
Otros municipios de Albacete	21,9	24,2	28,8
Provincia de Jaen	15,5	26,1	24,8
Otras provincias	3,6	3,4	4,3
<b>Tipo de alojamiento**2</b>			
Hotel/balneario	11,4	19,3	21,1
Hostal/albergue	7,5	16,2	9,2
Casa rural	16,5	19,1	25,0
Cabaña	7,6	6,1	3,9
Camping	26,6	14,1	2,6
Alojamiento privado	30,4	25,3	38,2
<b>Días de vacaciones en la zona***</b>			
2-3	41,8	40,4	29,7
4-5	38,0	20,2	21,7
6-10	11,4	32,0	25,9
>10	8,8	7,4	22,7

<sup>1</sup> Tamaño del segmento.

<sup>2</sup> Riópar, Cotillas, Molinicos, Vianos, Villaverde de Guadalimar y Yeste

\*\*\*, \*\* y \* Indican diferencias significativas con un error máximo de un 1%, 5% y 10%, respectivamente.

## 4. CONCLUSIONES

Se han obtenido tres segmentos de visitantes según su edad, entre los que existen diferencias significativas en la renta familiar mensual, en el nivel de estudios, en la actividad laboral, así como en variables relacionadas con el tipo de viaje que realizan al parque.

Para el primer segmento de turistas (30,98%), se podrían establecer zonas de descanso y avituallamiento con mesas *pic-nic*, observatorios de flora y fauna y, complementariamente, alquiler de *hides* para fotografía de fauna. Para el segundo segmento de turistas (40,49%), la estrategia podría ser señalar itinerarios de senderismo de distinta duración con la posibilidad de realizar actividades de montaña (subir a cimas, recorrer laderas) e instalar paneles interpretativos. Por último, para el tercer segmento de turistas (28,53%), se podrían preparar folletos con rutas en coche que incluyan miradores y enclaves de singular belleza. Además se podrían realizar campañas informativas sobre las funciones ambientales e importancia de la conservación del parque así como sobre restauración y tiendas de alimentos de la zona.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adamowicz, W., J. Louviere & Williams, M. (1994). Combining revealed and stated preference methods for valuing environmental amenities. *Journal of Environmental Economics and Management*. 26 (3), 271-292.
- Andrada, R., Jinyang, D. & Gazal, K. (2015). Exploring people's preferences on specific attributes of urban forests in Washington DC: A conjoint approach. *Journal of Horticulture and Forestry*, 7 (10), 200-209.
- Chaminuka, P., Groeneveld, R.A., Selomane, O y Van Ierland, E.C. (2012). Tourist preferences for ecotourism in rural communities adjacent to Kruger National Park: A choice experiment approach. *Tourist Management*, 33, 168-176.
- Green, P.E., y Rao, V.R. (1971). Conjoint Measurement from Quantifying Judgemental Data. *Journal of Marketing Research*, 8, 355-363.
- Hair, J. F., Anderson, R. E., Tatham, R.L & Black, W.C. (1999). *Análisis multivariante*. Madrid, España: Prentice Hall.
- Hernández, J.M., Campón, A.M. & Di Clemente, E. (2013). El turista rural en entornos de alta calidad medioambiental. *Revista de Análisis Turístico*, 16 (2), 21-31.
- McKenzie, J. (1993). A comparison of contingent preference models. *American Journal of Agricultural Economics*. 75 (3), 593-603.
- McMahan, E., Cloud, J., Josh, P. & Scott, M. (2016). Nature With a human touch: Human-Induced alteration Negatively impacts perceived Naturalness and preferences for natural environments. *Ecopsychology*, 8 (1), 54-63.
- Mosti, P.A. (2010). El alcance de las actividades turísticas y recreativas en los espacios naturales del Hinterland de Ushuaia-Tierra de Fuego-Argentina. *Estudios y Perspectivas en Turismo*. 19, 516-533.
- Pérez, J.A. y García Y. (2005). Turismo rural en Extremadura. El caso del "turismo paisano". *Estudios Agrosociales y Pesqueros*, 206, 87-109.
- Roe, B., Boyle, K. J. & Teisl, M.F. (1996). Using analysis to derive estimates of compensating variation. *Journal of Environmental Economics and Management*, 31: 145-159.
- SPSS Inc. 2013. SPSS Categories. Version 22.0. Chicago, IL.
- Van Houtven, G., Mansfield, C., Phaneuf, D., Von Haefen, R., Milstead, B., Kenney, M. & Reckhow, K. (2014). Combining expert elicitation and stated preference methods to value ecosystem services from improved lake water quality. *Ecological Economics*, 99, 40-52.

## **Territorialização e práticas de resistência: uma etnografia sobre famílias rurais desapropriadas pelas obras de transposição do rio São Francisco, no Nordeste brasileiro**

Verena Sevá Nogueira  
Universidade Federal de Campina Grande  
verenaseva@gmail.com

### **RESUMO**

O projeto de Transposição do rio São Francisco é uma obra do governo federal brasileiro que visa ao desvio de água do rio São Francisco para o beneficiamento de municípios carentes de recursos hídricos. Imerso nesse contexto, realiza-se pesquisa etnográfica sobre a territorialização de famílias rurais do município de São José de Piranhas, no estado da Paraíba, Brasil que, em decorrência da citada obra de transposição, sofreram processos de desapropriação territorial, tendo que se mudar para lugares provisórios (rurais ou urbanos), enquanto aguardam o reassentamento nas Vilas Produtivas Rurais, em fase final de construção. O objetivo desse trabalho é refletir sobre práticas de resistência das famílias rurais desapropriadas, traduzidas pela forma como as mesmas, articuladas com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, e acionando relações e saberes tradicionais, vêm reorganizando sua moradia, seu trabalho, sua reprodução, enfim, sua vida, frente às regras e lógicas territoriais ditadas pelo governo federal brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desapropriação, famílias rurais, resistência, reassentamento populacional.

### **1. INTRODUÇÃO**

São José de Piranhas é um município<sup>23</sup> localizado na região nordeste do Brasil, no bioma Caatinga, com clima semiárido, conhecido como Sertão<sup>24</sup>. Lugar castigado pela intempérie da seca e pelo descaso político dos sucessivos governos que, assim como outros dezoito municípios sertanejos<sup>25</sup>, compõem a área territorial abrangida pelas obras da “transposição”, léxico local utilizado para se referir ao Projeto de Integração do rio São Francisco. Este, uma grande obra do governo federal brasileiro, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, destinada a integrar o rio São Francisco em bacias hidrográficas e rios temporários do Nordeste setentrional brasileiro, visando oferecer água a 390 municípios da região do semiárido e do agreste nordestino, especificamente nos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio

---

<sup>23</sup> Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2015, o número de habitantes de São José de Piranhas, PB era de 19.956 habitantes. Desse total, aproximadamente de 55% dos habitantes são moradores da área urbana do município (fonte: <http://cidades.ibge.gov.br/>).

<sup>24</sup> Ademais de se caracterizar como um lugar de clima seco e quente, o termo sertão ocupa, desde finais do século XIX, um lugar importante dentro do imaginário nacional brasileiro, sendo também o nome de um território desconhecido, pobre e de clima seco, localizada no interior do país e construído na oposição com o litoral, lugar conhecido que simboliza a riqueza.

<sup>25</sup> Os dezenove municípios onde existe população expropriada de suas terras concentram-se em três estados nordestinos brasileiros: Pernambuco, Ceará e Paraíba (fonte: <http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco>).

Grande do Norte e Ceará. Uma obra pública, ainda em andamento<sup>26</sup> que implicou na saída compulsória de populações das áreas atingidas por causa das construções de estradas, túneis, barragens, açudes e Vilas Produtivas Rurais.

Nesse cenário, o objetivo desta comunicação é analisar a territorialização das famílias rurais desapropriadas, destacando a forma como as mesmas, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas, vêm lidando e resistindo a esse processo imposto pelo Governo Federal. Territorialização entendida como um processo de demarcação e fixação territorial de um grupo social, deflagrado por uma instância político-administrativa externa ao mesmo, mas por ele (re)elaborado no seu cotidiano. Ademais, territorialização como um processo expropriatório que envolveu a remoção física das famílias, desde suas casas e terras, para outros espaços físicos. Práticas de remoção de população verificadas em situações congêneres, como as que envolvem construção de barragens, de usinas hidrelétricas ou outras obras públicas (Bordalo-Lema, 1978; Sigaud, 1992; Vainer, 2008; Rocha, 2012); ou ainda, práticas utilizadas pelos Projetos de Colonização das fronteiras brasileiras, ocorridos durante o regime militar (Velho, 1983).

## 2. AS FAMÍLIAS RURAIS ATINGIDAS PELA “TRANSPOSIÇÃO”

O campo empírico dessa pesquisa circunscreve-se nos limites geográficos do município de São José de Piranhas, onde a “transposição” atingiu mais trezentas famílias rurais que viviam ou tinham suas terras em sua porção oeste. Uma população heterogênea sócio territorialmente, que se distingue por alguns grandes proprietários de terra e inúmeras famílias de pequenos proprietários e “moradores”<sup>27</sup> - famílias que não detêm a propriedade ou posse fundiária da terra, mas moram e trabalham nas terras de outrem, com quem, na maioria dos casos, mantém relações de proximidade por via do parentesco ou da vicinalidade, ou por ambas as situações.

Especificamente, meu olhar analítico se dirige a 227 famílias que foram cadastradas pelo Ministério da Integração Nacional brasileiro para serem reassentadas numa das quatro Vilas Produtivas Rurais (VPR)<sup>28</sup> construídas no município<sup>29</sup>. Famílias que saíram de suas casas

---

<sup>26</sup> Muito embora o prenúncio da história da transposição do rio São Francisco date de meados do século XIX, apontada desde então como a única solução para o problema da seca da região semiárida brasileira, a suas obras tiveram início apenas em 2007, no governo do então presidente Luis Inácio Lula da Silva. A perspectiva para sua conclusão é o final do ano de 2017.

<sup>27</sup> Sobre sistemas de morada, ver Moacir Palmeira (1977) e Lygia Sigaud (2004).

<sup>28</sup> Por uma questão estética passo, desse ponto em diante, a nomear as Vilas Produtivas Rurais de São José de Piranhas tão somente de Vilas.

<sup>29</sup> Na última vez que estive em campo, em setembro de 2015, as famílias desapropriadas pela “transposição” estavam sendo organizadas para adentrar nas Vilas Produtivas Rurais, que estavam em fase conclusiva de construção. Através de notícias enviadas por alguns de meus informantes de campo, através de e-mails e redes

e terras, porque desapropriadas pelas obras de transposição, e se mudaram para outros “Sítios”<sup>30</sup>, ou para áreas urbanas, e estão a esperar pelo reassentamento em uma das quatro Vilas em construção no município.

A metodologia que vem sendo utilizada nesse trabalho é a etnografia, no sentido de um intenso, embora fracionado, trabalho de campo, realizado ao longo dos últimos dois anos, através do qual se procura, na medida do possível, entender o significado da cultura do Outro através do estudo de suas práticas e narrativas.

### **3. UM PROCESSO TERRITORIAL DE MÃO DUPLA: RESISTÊNCIAS E NEGOCIAÇÕES NOS PROCESSOS EXPROPRIATÓRIOS**

No ano de 2005 foi publicado no Diário Oficial da União um edital de “Desapropriação de terras, benfeitorias e cobertura vegetal do município de São José de Piranhas”. Na sequência, foi instalado no município um escritório do Denocs, órgão do Governo Federal<sup>31</sup> responsável pela desapropriação e indenização das famílias atingidas pela “transposição”. Os grandes proprietários foram os primeiros a sair de suas terras e receber suas indenizações, o mesmo não tendo ocorrido com os pequenos proprietários e “moradores”, que se recusaram, inicialmente, a deixar as terras. Nessa fase do processo expropriatório, instado por alguns de seus associados, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José de Piranhas passou a atuar em defesa desses últimos, num primeiro momento aconselhando-os a não sair de suas terras e, mais adiante, intermediando as saídas e a negociação indenizatória entre os desapropriados e o governo federal.

No caso dos pequenos proprietários de terra e dos “moradores”, havia uma modalidade indenizatória específica quando o montante de sua indenização (terra + casa de morada) era inferior a 30.000 reais<sup>32</sup>. Nesses casos, os pequenos proprietários tinham a opção de receber como indenização a soma dos valores da terra e da casa de morada, ou apenas o valor da terra, e, neste caso, permutar o valor da casa por uma futura casa<sup>33</sup> numa das Vilas onde seriam

---

sociais, soube que a maioria das famílias foi reassentada até junho de 2016. Saliento, nesse sentido, que as análises aqui apostas não levam em conta esses processos de reassentamento recentes.

<sup>30</sup> Sítio é uma formação territorial tradicional no Nordeste rural brasileiro, conformada por uma composição de pequenas propriedades rurais onde vivem e se reproduzem famílias que mantêm entre si relações de proximidade e conhecimento, e muitas vezes de parentesco. Por se diferenciar do que se conhece na região sul do Brasil por sítio, ou seja, uma propriedade rural de pequeno porte, opto por grafar com letra maiúscula o Sítio nordestino ao qual nos reportamos na pesquisa empírica.

<sup>31</sup> O Departamento Nacional de Obras contra a Seca – Denocs (<http://www.dnocs.gov.br/>).

<sup>32</sup> O que corresponde aproximadamente a 7500€.

<sup>33</sup> Saliento que juntamente com a casa, os que optassem por serem reassentados nas Vilas receberiam também um lote de trabalho.

reassentados. No caso dos “moradores”, que eram donos apenas das casas e não da terra, poderiam escolher entre receber indenização pelo valor da casa de morada ou permuta-la por uma casa nas Vilas.

Vertendo o olhar para o grupo das 227 famílias que optaram por permutar a indenização de suas casas de morada desapropriadas com uma casa e um lote de trabalho em uma das quatro Vilas de São José de Piranhas, observamos para as mesmas a imposição de um regramento prescrito pelo governo federal: sair de suas casas e terras, frequentar reuniões e oficinas dirigidas a futuros reassentados, submeter-se a sorteio para a definição de qual das quatro Vilas serão reassentadas, mudar-se efetivamente para a casa da Vila quando de sua conclusão, não negociar seus terrenos e casas das Vilas num período mínimo de 5 anos e seguir as regras de moradia e de trabalho acordada entre o Governo e as recém criadas associações de futuros moradores das Vilas. Regras às quais as famílias desapropriadas vêm se submetendo, mas não sem resistências e negociações.

Uma primeira resistência a que podemos aludir foi a própria saída das famílias das terras desapropriadas. Em 2009 as obras da transposição avançavam e elas deveriam sair de suas terras, embora ainda não existisse de fato nenhuma Vila onde pudessem ser reassentadas. Para onde iriam? Orientadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, as famílias recusaram-se, inicialmente, a deixar suas terras até que obtivessem uma renda para alugar provisoriamente uma moradia no campo ou na cidade. Em razão desse entrevero, o governo criou o PTT (Programa de Transferência Provisória), concretizado numa renda para as famílias (sobre) viverem no período entre a saída das terras desapropriadas e o reassentamento nas Vilas.

Uma segunda situação empírica, dentre muitas outras observadas em campo, é a trajetória de Elisa e Joaquim. O casal e uma filha solteira<sup>34</sup> eram proprietários de um pequeno pedaço de terra, onde moravam e trabalhavam, num dos Sítios atingidos pela “transposição”. Nesse processo foram indenizados pelo lote de terra, mas permutaram o valor da casa onde viviam por uma a ser construída numa das Vilas. Ao saírem do Sítio, passaram a receber o PTT (o “aluguel” do Governo) e, com ele, alugaram uma casa na área urbana de São José de Piranhas, local para onde já haviam se mudado alguns de seus parentes e vizinhos desapropriados. Depois de dois anos, e utilizando parte da renda recebida pelo governo (PTT), compraram um terreno e neste construíram uma casa ampla e confortável em Boa Vista, povoado localizado próximo ao “Sítio” de origem e à Vila onde seriam reassentados.

---

<sup>34</sup> A situação conjugal dos filhos é central para entendermos a relação de morada no contexto empírico analisado, pois o casamento é o fato que franqueia a saída da casa dos pais.



Entre os membros da família ampliada de Elisa, há uma filha casada, também desapropriada, que continua a morar em casa alugada na cidade de São José de Piranhas. Esta filha possui um filho que está prestes a casar e precisa de um lugar para morar com a nova esposa. Contudo, segundo as regras do governo este filho não tem direito a uma casa nas Vilas, pois quando da desapropriação de sua família, era solteiro e morava na mesma casa dos pais. Diante desses fatos, um arranjo vem sendo articulado na família, qual seja, a ocupação pelo rapaz, e por sua futura esposa, da casa na Vila a que tem direito os avós, e a continuidade destes na casa que construíram no Povoado vizinho à Vila. Trata-se de um arranjo não permitido pelas regras do projeto estatal de reassentamento, que obriga<sup>35</sup> o titular da casa (aquele que está inscrito como beneficiário do projeto de reassentamento) a residir e trabalhar na Vila.

#### 4. À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao estudar processos de territorialização de povos indígenas do Nordeste brasileiro, João Pacheco de Oliveira observa que, embora deflagrados por um ato político imposto externa e unilateralmente a esses grupos, esse processos não se configuram como um movimento de mão única, mas como “construção de uma identidade étnica individualizada daquela comunidade em face de todo o conjunto genérico dos índios do Nordeste” (Oliveira, 1999, p. 26).

Num sentido análogo, procurei nessa comunicação refletir sobre algumas práticas de resistência desempenhadas pelas famílias rurais desapropriadas - nesse cenário sócio temporal entre o “Sítio” e as Vilas Produtivas Rurais -, no sentido de formas como as famílias desapropriadas, articuladas em alguma medida com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais local, e acionando relações e saberes tradicionais, vêm reorganizando sua moradia, seu trabalho, sua reprodução, enfim, sua vida, diante das novas regras e lógicas territoriais ditadas pelo governo federal brasileiro.

Práticas de resistências que se combinam a um novo modo de vida, que começou com a saída das famílias das casas e terras de origem, e que provavelmente permearão a futura vida que as famílias terão nas Vilas Produtivas Rurais. Nessa nova morada as famílias terão que reaprender a conviver numa formação territorial diversa da que conheciam, com suas casas dispostas em lotes contíguos e de mesma metragem, com suas terras de trabalho dispostas em áreas distantes da casa e demarcadas pelo governo, e ainda partilhando áreas comunitárias,

---

<sup>35</sup> A esse respeito, inclusive, circula entre os desapropriados o medo do descumprimento dessa regra, uma vez que souberam que haverá fiscalização nas Vilas, para saber se os beneficiários estão efetivamente morando nas mesmas, e se estão ali trabalhando.

como os “lotes de reserva” e as áreas de proteção ambiental, num sentido análogo ao que a literatura antropológica vem a chamar de “terras de uso comum” (Almeida, 1989), ou sistemas de direitos territoriais combinados (Godoi, 1999).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, A. W. B. (1989). Terras de Preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. *Revista do NAEA*, n. 10, p. 163-196, UFPA.
- Bordalo-Lema, P. (1978). *Tourém, uma aldeia raiana do Barroso*. Lisboa. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Godoi, E. P. (1999). *O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Oliveira, J. P. (1999). Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais In: Oliveira Filho, J.P. (Orgs). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. São Paulo: Contracapa.
- Palmeira, M. (1977) Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. *Contraponto*. Ano II, n. 2, p. 101,114.
- Rocha, H (2012). *Relações de poder na hidreletricidade: a instalação da UHE Foz do Chapecó na bacia do rio Uruguai*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Sigaud, L. (2004). Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana. *Mana* n. 10, v. 1, p. 131-163.
- \_\_\_\_\_. *Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho* (1986). Rio de Janeiro: Museu Nacional-UFRJ.
- Velho, O. (1983). Sete teses equivocadas sobre a Amazônia. *Religião e Sociedade*, v. 10, p. 31-36.

## Gestión de la calidad y la satisfacción de usuarios en los Espacios Naturales Protegidos. Enfoque en base a sus instrumentos de valoración

Rosa M<sup>a</sup> Florensa Guiu  
Universidad de Lleida  
rmflorensa@aegern.udl.es  
Antonio Colom Gorgues  
Universidad de Lleida  
antonio\_colom@hotmail.com

### RESUMEN

Actualmente la interpretación de las encuestas de valoración de la calidad y la satisfacción de los usuarios en cualquier sector es muy importante. En particular, y en el caso de los Espacios Naturales Protegidos (ENP), se ha pretendido con este trabajo y el proceso de investigación desarrollado: 1) Comparar la tipología de las cuestiones que conforman las encuestas de satisfacción utilizadas en diferentes ENP acreditados con la Q de calidad, como instrumentos de medida, y examinar los criterios y escalas de valoración de las preguntas identificativas y sustantivas de las encuestas para evaluar su uso público; 2) Indicar si en los distintos tipos de encuestas de los ENP se tienen en cuenta los indicadores y premisas propuestas en estudios precedentes que analizaban estos aspectos.

El análisis realizado se ha fundamentado en la caracterización cualitativa de las preguntas que conforman los cuestionarios. Asimismo, se ha realizado una valoración cuantitativa de presencia en base a 3 aspectos: i) la naturaleza del contenido de las preguntas (identificación de usuarios) y la caracterización del tipo de preguntas (abiertas o cerradas, escalas de Likert, etc.); ii) en segundo lugar, mediante una identificación de las preguntas sustantivas que se realizaron en los estudios previos de evaluación del uso público, que se equipararan a la calidad del servicio recibido; iii) en tercer lugar, se han valorado preguntas concretas que analizarían la percepción y la opinión de las personas encuestadas sobre sus percepciones de la visita y uso.

Los resultados indican que los modelos de encuestas diseñados en base a la misma función de analizar la satisfacción de los visitantes en los ENP, son muy diferentes. En algunos casos se pueden plantear dudas sobre su papel como instrumento clave para aplicar la mejora continua en el espacio referenciado.

**Palabras clave:** Espacios Naturales Protegidos, Ecoturismo, Uso Público, Calidad de ENP, Satisfacción de usuarios o visitantes.

### 1. INTRODUCCIÓN. CALIDAD Y SATISFACCIÓN DE LOS USUARIOS DE ENP. OBJETIVOS

La sociedad del siglo XXI apuesta con firmeza por la búsqueda de la calidad en todos los ámbitos de actuación, por lo que en la administración y conservación de su patrimonio natural y cultural no podría ser menos (Corraliza et al., 2002). Es lógico al respecto, que se dé más importancia a la calidad de los Espacios Naturales Protegidos (ENP), elemento necesario e imprescindible si se quiere asegurar la satisfacción de los visitantes o usuarios de los mismos. Los Espacios Naturales Protegidos juegan cada vez un papel más relevante como destinos turísticos, y entre sus características destacan (Sancho y Ruíz, 2004):

- Cuentan con unas condiciones naturales excepcionales (flora, fauna, geología, agua, etc.)
- Posibilitan el disfrute de la naturaleza como bien superior.

- Posibilitan la complementariedad de prácticas de deportes o actividades de riesgo y aventura.
- Albergan valores etnológicos, ecológicos y socioculturales que suponen un importante valor añadido.
- Al ser una modalidad de espacio protegido cuentan con un marchamo de calidad, marketing y comercialización que les hace ser conocidos.
- Propician la educación de la ciudadanía en materia medioambiental a través de la contemplación e interpretación de la naturaleza.
- Proporcionan apoyo a las economías rurales e involucran a la comunidad local mediante la creación de nuevos puestos de trabajo.

EUROPARC-España, como organización que agrupa todas las administraciones responsables de la planificación y la gestión de ENP, solicitó a la Secretaria General de Turismo, la inclusión del sector ENP en el Sistema de Calidad dentro del programa de actuaciones “Sistema de Calidad Turística Española” (Europarc-España, 2006, 2015).

Según Corraliza et al. (2002), la exigencia de la calidad en el uso público debe enmarcarse en la consecución de una serie de objetivos:

- La redefinición y concreción de los medios de uso público, tanto a escala nacional como autonómica; es decir, desde un ámbito de red de ENP.
- La introducción de mejoras e innovaciones en la planificación y gestión de los programas sectoriales de uso público.
- La elaboración de una completa base de datos que permita una toma de decisiones fundamentales por parte de los responsables de las Administraciones y de los órganos gestores de los parques.
- La presentación de resultados de gestión a los distintos agentes administrativos y sociales implicados en la misma, es decir, una gestión caracterizada por la responsabilidad y la transparencia.
- La optimización en el aprovechamiento de los recursos naturales de los ENP y de los medios que las administraciones pongan a disposición de los órganos gestores.
- La gestión y transferencia de los programas de gestión del uso público (PRUG).

En el Sistema de Calidad Turística Española, el Comité Técnico de Normalización correspondiente, el “CNT 187: Gestión de los servicios del entorno turístico” está dedicado a la actividad y características de las instalaciones que se describen en los ENP, las Playas, las Oficinas de información turística, Palacios de congresos, oficinas de congresos y otros servicios del entorno turístico (ICTE, 2007, 2013, SCTE, 2013).

Los objetivos de la investigación para la elaboración del presente trabajo, que forma parte de los contenidos de investigación de la Tesis doctoral de Florensa (2015), han sido: 1. Comparar la tipología de las cuestiones que conforman las encuestas de satisfacción utilizadas en diferentes ENP acreditados con la Q de calidad como instrumentos de medida, y examinar los criterios y escalas de valoración de las preguntas identificativas y sustantivas de las encuestas para valorar su uso público; 2. Indicar si en los distintos tipos de encuestas de los ENP se tienen en cuenta los indicadores y premisas propuestas en Corraliza et al. (2002).

## 2. ESPACIOS NATURALES PROTEGIDOS CON CERTIFICACIÓN Q DE CALIDAD TURÍSTICA EN ESPAÑA

En el ámbito de los ENP se atiende lo que dicta la “Norma UNE 187002:2008. Espacios naturales protegidos: Requisitos para la prestación del servicio”, que fue modificada en 2011, y recientemente ha sido sustituida por la “Norma UNE-ISO 18065:2016: Turismo y servicios relacionados. Servicios turísticos para el uso público prestados por el ente gestor del espacio natural protegido” (AENOR, 2016) que establecen los requisitos que debe cumplir un ENP, tanto en lo relativo a las instalaciones y equipamientos tangibles de uso público, como a todos los procesos necesarios para la prestación de un servicio de calidad en el área de uso público.

En el año 2015 había 24 ENP acreditados con la Q de Calidad, destacando que 38 espacios protegidos y cerca de 400 empresas disponían del reconocimiento de la Carta Europea de Turismo Sostenible (CETS).

**Tabla 1:** Listado de ENP con Certificación Q de Calidad Turística y año de certificación

Nombre Espacio Natural	Categoría	Comunidad Autónoma	Año
Parque Nacional de Doñana	Parque Nacional	Andalucía	2007
Parque Natural Sierra y Cañones de Guara	Parque Natural	Aragón	2007
Parque Natural Moncayo	Parque Natural	Aragón	2007
Paisaje protegido San Juan de la Peña y Monte Oroel	Paisaje Protegido	Aragón	2011
Parque Natural Posses y Maladeta	Parque Natural	Aragón	2013
Parque Natural Hoces del Duratón	Parque Natural	Castilla y León	2004
Parque Natural Cañón del Río Lobos	Parque Natural	Castilla y León	2006
Monumento Natural Monte Santiago	Monumento Natural	Castilla y León	2007
Monumento Natural Ojo Guareña	Monumento Natural	Castilla y León	2007
Parque Natural Fuentes Carrionas y Fuente Cobre-Montaña Palentina	Parque Natural	Castilla y León	2007
Reserva Natural Valle de Iruelas	Reserva Natural	Castilla y León	2007
Parque regional de la Sierra de Gredos	Parque Regional	Castilla y León	2008
Parque Regional de los Picos de Europa	Parque Regional	Castilla y León	2008
Parque Natural Las Batuecas-Sierra de Francia	Parque Natural	Castilla y León	2011
Zona Volcánica de la Garrotxa	Parque Natural	Cataluña	2003
Parc Natural del Montseny	Parque Natural	Cataluña	2004
Parc Nacional Aiguestortes i Estany de Sant Maurici	Parque Nacional	Cataluña	2006
Parc Natural de Sant I lorenç del Munt i l'Obac	Parque Natural	Cataluña	2007
Parque Natural Sierra de Cazorla	Parque Natural	La Rioja	2008
Parque Regional de Sierra Espuña	Parque Regional	Región de Murcia	2005
Parque Regional de Salinas y Arenales de San Pedro del Pinatar	Parque Regional	Región de Murcia	2006
Parque Natural del Señorío de Bertiz	Parque Natural	Com. Foral de Navarra	2006
Carrascal de la Font Roja	Parque Natural	Comunidad Valenciana	2003
Parque Natural de Valdereio en el País Vasco	Parque Natural	País Vasco	2013

Fuente: Europarc-España, 2015

La evolución en estos años demuestra el interés mutuo tanto para el sector turístico como el de conservación de la naturaleza. Los pequeños empresarios de alojamientos rurales, empresas de servicios asociados a los recursos naturales y culturales de determinadas zonas, etc., encuentran en la alianza con los ENP un reconocimiento a su esfuerzo por garantizar la calidad y el respeto por los recursos físicos y naturales que ofrece el entorno natural sobre el que se basan los servicios turísticos que ofrecen a los visitantes (Europarc-España, 2015).

### **3. METODOLOGÍA APLICADA EN EL ANÁLISIS CUANTITATIVO Y CUALITATIVO DE INSTRUMENTOS DE MEDICIÓN DE LA SATISFACCIÓN DE LOS VISITANTES DE DISTINTOS ENP**

La información de partida se ha basado en distintos modelos de encuestas de satisfacción y de evaluación del uso público que se utilizaron en 2013 y que eran representativas de 17 ENP certificados, incluyendo Parques nacionales, parques naturales, parques regionales, paisajes protegido, monumentos naturales y reservas naturales.

El análisis realizado se ha fundamentado en la caracterización cualitativa de las preguntas que conforman los cuestionarios (Sierra, 2001) y en una valoración cuantitativa de presencia en base a tres Bloques preestablecidos.

- a. El análisis cualitativo (Sierra, 2001) se ha realizado en función de la naturaleza del contenido (de identificación, hecho, acción, información, intención, aspiraciones, opinión, etc.). También según la función desempeñada en el cuestionario (sustantivas, filtro, control, consistencia, etc.) y en base a la caracterización del tipo de preguntas (abiertas o cerradas, escalas de Likert, intervalos aplicados, etc.).
- b. Se ha realizado una identificación cuantitativa de la presencia de los tipos de preguntas que se han diferenciado en tres Bloques:
  - Bloque 1. En función de la naturaleza: preguntas de Identificación referentes a la persona encuestada (edad, sexo, lugar de residencia, nacionalidad, estudios, etc.).
  - Bloque 2. Preguntas sustantivas que se realizaron en el estudio previo de evaluación del uso público (Corraliza, 2002), que se equipararan a la Calidad del servicio recibido.
  - Bloque 3: Preguntas que complementarían al bloque 2 y que analizarían la percepción y la opinión de las personas encuestados sobre sus percepciones de la visita.

En el estudio utilizado como referencia para cuantificar las preguntas del Bloque 2 (Corraliza et al., 2002), para realizar la evaluación del uso público y del equipamiento y los recursos relacionados con este fin, se utilizaron 12 indicadores sobre los que se solicitaba la

opinión, en concreto el grado de satisfacción con los recursos que estaban a disposición de los visitantes: 1. La atención recibida en las instalaciones del parque; 2. El centro de información o interpretación; 3. La información recibida sobre fauna; 4. Los folletos o guías gratuitas; 5. La información sobre los itinerarios y zonas del parque natural; 6. La información recibida sobre la vegetación de la zona; 7. La señalización dentro del parque; 8. La atención del personal y monitores del parque; 9. La información recibida sobre los usos y costumbres de la gente de aquí; 10. Información del parque (lo que se hace para preservar la naturaleza); 11. El equipamiento de servicios (comercio, restaurantes, etc.); y 12. En general, satisfacción de visitar este parque natural.

Con este análisis se ha pretendido analizar la caracterización de las preguntas de las encuestas, como instrumentos de medición de la calidad y de evaluación del uso público. Se han descrito los conceptos utilizados para preguntar sobre la satisfacción global o el cumplimiento de las expectativas de la visita. Se ha valorado si se tienen en cuenta la evaluación de los puntos propuestos por Corraliza et al. (2002), donde destaca la importancia de los recursos e instrumentos de información destinados a los usuarios, de forma que:

- La información sobre el parque, debe ser accesible y suficiente.
- Dar a conocer los valores ecológicos y naturales del lugar es básico para programar cambios de comportamiento de los visitantes y para legitimar las exigencias de la propia gestión.

Se puede encontrar información, aporte metodológico y análisis temáticos en Farías (2003), SGT (2003), Alén et al. (2006), Esteban (2007), Velasco et al. (2010), Álvarez et al. (2012), González et al. (2014) y Florensa (2015).

#### **4. RESULTADOS. ANÁLISIS CUANTITATIVO DE DISTINTOS MODELOS EN ENCUESTAS DE ENP CERTIFICADOS**

Identificación cuantitativa de los tipos de preguntas diferenciadas en tres Bloques:

- Bloque 1. En función de la naturaleza: preguntas de Identificación
- Bloque 2. Preguntas sustantivas que se realizaron en el estudio previo de evaluación del uso público (Corraliza, 2002), que se equipararan a la Calidad del servicio recibido.
- Bloque 3: Preguntas que complementarían al bloque 2 y que analizarían la percepción y la opinión de las personas encuestados sobre sus percepciones de la visita.

**Tabla 2: Porcentaje de presencia de diferentes preguntas en los cuestionarios**

<b>PREGUNTAS IDENTIDAD: BLOQUE 1</b>			
1- Sexo	66,67%	6- Duración de la visita	46,67%
2- Edad	60,00%	7- Con quien realiza la visita	60,00%
3- Procedencia	53,33%	8- Cuantas veces viene de visita	6,67%
4- Estudios	6,67%	9- Motivo de la visita	46,67%
5- Ocupación	13,33%	10- Desplazamiento hasta el ENP	6,67%
<b>PREGUNTAS SUSTANTIVAS: BLOQUE 2</b>			
11- Atención personal información	100,00%	17- Centro información o interpretación	66,67%
12- Atención del personal y monitores del parque	13,33%	18- Señalización dentro del parque	73,33%
13- Información sobre fauna	13,33%	19- Información recibida sobre usos/costumbres de la gente	0,00%
14- Información sobre vegetación	0,00%	20- Información del parque (lo que se hace para preservar la naturaleza)	0,00%
15- Folletos o materiales gratuitos	53,33%	21- Equipamiento de servicios (comercio, restaurantes, etc.)	53,33%
16- Información sobre los itinerarios y zonas del parque natural.	0,00%	22- Satisfacción general de visitar este parque natural	66,67%
<b>BLOQUE 3</b>			
23- Accesibilidad	53,33%	39- Limpieza	26,67%
24- Normas de seguridad	6,67%	40- Conservación /mantenimiento	46,67%
25- Exposiciones	86,67%	41- Carreteras de acceso	40,00%
26- Audiovisuales	40,00%	42- Caminos/Senderos	60,00%
27- Publicaciones	26,67%	43- Miradores	46,67%
28- Señalización externas	33,33%	44- Refugios	40,00%
29- Contenidos Exposición y audiovisuales	13,33%	45- Aparcamientos	66,67%
30- Tiempo audiovisuales	6,67%	46- Interés del informador/a	6,67%
31- Calidad Información recibida	40,00%	47- Le molesta otra gente	46,67%
32- Tiempo dedicado atención	6,67%	48- Conoce otros ENP	6,67%
33- Profesionalidad	26,67%	49- Opinión de otras actividades	46,67%
34- Es la primera vez que viene	60,00%	50- Que es lo que más le ha gustado	13,33%
35- Volvería	6,67%	51- Horario	20,00%
36- Recomendaría la visita	6,67%	52- Ventas en la tienda	13,33%
37- Como lo conoce	20,00%	53- Recogida selectiva de los residuos	6,67%
38- Comprende mejor el ENP	6,67%	54- Vigilancia	6,67%
<b>MODALIDAD PREGUNTAS:</b>			
<b>CERRADAS</b>	<b>100%</b>	<b>ABIERTAS: OPCIÓN DE OPINAR-</b>	<b>93,33%</b>
Si Escala Likert	86,67%	No escala Likert	13,33%
	Escala de 3		46,67%
	Escala de 4		6,67%
	Escala de 5		26,67%
	Escala de 10		6,67%

Fuente: Florensa, 2015

## 5. CONCLUSIONES FINALES

Mediante el análisis cuantitativo y cualitativo se constata que:

- Todos los modelos de encuestas no tienen las mismas tipologías de preguntas y muchos formularios solo contemplan las de valoración relativas a la atención y al estado de algunas infraestructuras concretas, que en conclusión, puede interpretarse que lo hacen de forma muy general sin profundizar en temas relativos al ENP, ni a la influencia generada en los visitantes.

- Un elevado porcentaje de encuestas no identifican el perfil del visitante (43,33%), con lo cual la posible aplicación de las mejoras continuas que requiere el propio sistema enfocadas hacia un perfil concreto, no sería posible.

- Un elevado porcentaje de encuestas (93,33%) ofrecen la posibilidad de expresar de forma abierta la opinión del encuestado, y se pueden aportar propuestas de mejora, lo cual se considera muy positivo.



- La Pregunta relativa a la Satisfacción General de visitar este parque natural (identificada con el número 22 en la Tabla 2), se redacta de forma diferente en los formularios que está presente (66,67%) y mediante una escala determinada según las distintas opciones:

- Grado de satisfacción (1-5)
- Nivel de satisfacción (0-5)
- Satisfacción de la visita (1-3)
- Sensación general (1-3)
- Valoración del equipamiento (1-5)
- Valoración global (1-5)

En referencia a la valoración realizada previamente por Corraliza (2002), que destaca la importancia de los recursos e instrumentos de información destinados a los usuarios, este autor enfatiza sobre los aspectos:

- La información sobre el parque, debe ser accesible y suficiente.
- Es básico dar a conocer los valores ecológicos y naturales del lugar protegido, para programar cambios de comportamiento de los visitantes y para legitimar las exigencias de la propia gestión.

Teniendo en cuenta los resultados de las encuestas se puede afirmar que:

Un porcentaje considerable de modelos de encuestas no tienen en cuenta las premisas que definió el citado autor (Corraliza, 2002) como conclusión de su estudio y se puede compartir relativamente parte de la crítica que exponía en su libro, dado que:

- En referencia al primer apartado se valora la información y atención recibida por el personal del ENP y de los folletos gratuitos. Por este motivo, actualmente, se podría preguntar sobre la información de los carteles informativos y en la web, porque seguramente los visitantes antes de realizar la visita se informan a través de internet.

- En referencia al segundo punto, en general, no se pregunta si los visitantes saben porque ese espacio es un ENP y que particularidades guarda y preserva.

Por otra parte, se puede considerar que los cuestionarios utilizados son correctos, pero algunos son demasiado generalistas, y pueden dificultar la adquisición de información (en positivo y negativo) del usuario o visitante, por ejemplo: el perfil del propio visitante, los valores que transmite el ENP, la sensibilización ambiental generada y la sensación de satisfacción adquirida en la visita, para proponer y tener herramientas de protección que justifiquen la gestión de ese espacio.

En la satisfacción, se puede diferenciar la percepción inmediata y la generada a posteriori, por este motivo, sería adecuado, que en algunos casos se pudiesen realizar las

encuestas unos días después de realizar la visita, para que indirectamente los visitantes hayan reflexionado y situado su percepción en base a la realidad cotidiana. Además, estos cuestionarios deben servir como instrumentos fundamentales para mejorar en aspectos generales y también en detalles, sin perder la filosofía del espacio natural y la finalidad de su funcionalidad.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- AENOR (2008). *Marca Q de calidad turística*. Madrid: AENOR.
- AENOR (2016). *Norma UNE-ISO 18065:2016: Turismo y servicios relacionados. Servicios turísticos para uso público prestados por el ente gestor del espacio natural protegido*. Madrid: AENOR.
- Alén González, M.E. & Fraiz Brea, J.A. (2006). Relación entre la calidad de servicio y la satisfacción del consumidor. Su evaluación en el ámbito del turismo termal, *Investigaciones Europeas de Dirección y Economía de la Empresa*, 12 (1), 1135-2523.
- Álvarez García, J.; Fraiz Brea, J.A. & Del Rio Rama, M.C. (2012). Beneficios percibidos por el sector de alojamiento turístico español de la implantación de un sistema de gestión de la calidad, *Rev. Galega de Economía*, 21 (2), 1132-2799.
- Corraliza Rodríguez, J.A.; García Navarro, J. & Valero Gutiérrez del Olmo, E. (2002). *Los Parques Naturales en España: conservación y disfrute*. Fundación Alfonso Martín Escudero.
- EUROPARC (2006). *Sistema de calidad turística*. Madrid: EUROPARC.
- EUROPARC-ESPAÑA (2015). *Espacios naturales protegidos con la Q de calidad turística*. [www.europarc-es.org](http://www.europarc-es.org). Europarc-Secretaría General de Turismo.
- Esteban Alberdi, C. (2007). Indicadores de calidad en empresas de intermediación turística. Activos intangibles, *Estudios Turísticos*, 174, 49-57.
- Farias Torbidoni, E. (2003). *El aprovechamiento recreativo, deportivo y turístico de los espacios naturales protegidos: modelos de frecuentación, el caso del Parc Nacional d'Aigüestortes i Estany de Sant Maurici*. Tesis doctoral. ISBN: 8468835536.
- Florensa Guiu, R. (2015). *Evaluación de la calidad y satisfacción del usuario de los Espacios Naturales Protegidos de Montaña. Aplicación al Parc Nacional d'Aigüestortes i Estany de Sant Maurici*. Tesis doctoral. Departamento AEGERN. Universidad de Lleida.
- González Menorca, L.; González Menorca, C.; Pelegrín Borondo, J. & Juaneda Ayensa E. (2014). *La calidad en las organizaciones turísticas*. Ed. Paraninfo. ISBN: 978-84-283-29712.
- Instituto de la Calidad Turística Española (ICTE), (2007). *Normas turísticas, garantía de servicio. La protección al consumidor turista: Normalización y mecanismo*. Jornada de trabajo. Centro Europeo del consumidor en Europa. Cuenca 27 de abril de 2007.
- Instituto de la Calidad Turística Española (ICTE), (2013). *La marca Q*. Madrid: ICTE.
- Sancho A. & Ruiz P. (2004) *Planteamiento metodológico para el uso de indicadores de gestión turística en espacios naturales protegidos*. Universidad de Valencia. IX Congreso AECIT.
- Sierra Bravo, R. (2001). *Técnicas de investigación social*. Madrid: Ed. Paraninfo.

- Secretaría General de Turismo (SGT), (2003). “El turismo de naturaleza en España y su plan de impulso”. Estudios de productos turísticos. Ministerio de Industria, Turismo y comercio.
- Sistema de Calidad Turística Española (SCTE), (2013). “Sistema de calidad turística española”.
- Velasco González, M. (2010). “La incorporación de ideas en las políticas públicas. El concepto de sostenibilidad en la política turística”. AECIT, Revista Análisis Turístico, núm. 10, 2º semestre 2010, pp: 35-44. ISSN: 1885-2564.

## **THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA**

---

**The multiple faces of work and its role as an enhancer or a threat to rural territories social cohesion | As múltiplas faces do trabalho e o seu papel de reforço ou ameaça à coesão social nos territórios rurais**

## Agribusiness roughness in the Cerrado of Piauí, Brazil: the Uruçuí case

Antônio Joaquim da Silva

IFPI - Teresina Central Campus

antoniojoaquim@ifpi.edu.br

Maria do Socorro Lira Monteiro

UFPI - Ministro Petrônio Portella Campus

socorrolira@uol.com.br

Eriosvaldo Lima Barbosa

UFPI - Ministro Petrônio Portella Campus

eriosvaldobarbosa@hotmail.com

### ABSTRACT

The term “roughness” means what remains from the past, such as landscape, built space, in other words, represents what remains from the suppression or superposition process, in which things replace and accumulate themselves everywhere. In this proposition, it is relevant to discuss the contraposition of Uruçuí-PI incorporation process for the commercial agriculture, activity led by agribusiness, since the installation of grain enterprises in the city, interfered in the daily habits of the locations, reaching the land, labor and the environment. Therefore, this article is based on bibliographic and document reviews, through the analysis and synthesis of information collected in books, scientific journals and sites of institutions that work with this theme. After the review, it was concluded that agribusiness roughness in Uruçuí manifest an imperative of socio-spatial contradictions that expose the sustainability of the Cerrado and the reproduction of family farming, considering the increase of deforestation and forest fires, the expulsion of farmers of collective areas and the redimension of social labor relations.

**KEYWORDS:** Agribusiness, Family Farming, Cerrado, General, Ways of life.

### 1. INTRODUCTION

According to Camargo (2012), the geographical landscape expresses the results of the accumulation of times, distinguishing itself according to the technical development of each region. Thus, it concludes that the current landscape reveals a memory of what constituted it in diverse times, through social and physical point of view.

Therefore, considering the process of globalization of the agricultural economy, intensified from the second half of the twentieth century on, it is noted that the new spatial organizations, which recently occur instantaneously and often disperse homogeneously around the globe, they are spread and disrupt the organization of the previous space, as the family farming and traditional cultures, for example.

In this perspective, it is understood that the advance of agribusiness grain production to the areas of the agricultural frontier in the Brazilian cerrado, has resulted in socio-spatial disparities, in other words, in contradictions of space of inertia.

For Santos (2009), such disparities denote roughness, or represent isolated forms or arrangements “that bring us the rests of divisions of labor from the past (all scales of the division

of labor), the rest of kinds of capital used and its the social technical combinations with the labor” (p. 140).

In fact, due to the agribusiness trigger a new spatial dynamic in the places where they settle (Silva, Monteiro & Barbosa, 2015b), it is necessary to establish a critical analysis of the context of Cerrado biome incorporation (tropical savanna with presence of the greatest biodiversity on the planet and is the second largest vegetal formation of Brazil) for the agricultural capital, especially in Uruçuí, city that is located in the southwestern, state of Piauí and which stands out as a pioneer in installing grain enterprises, offer the necessary infrastructure for agribusiness and consolidate the grain production in the state, especially soybeans, because according to the IBGE (2015), in 2013, Uruçuí recorded the amount of 189,978 tons, which represented 20.6% of the state production, giving it the second position among the cities which are soybean producers .

Because of this, Silva, Monteiro and Silva (2015) understand that the agribusiness as a socio-political project responsible for coordinating the agriculture business, led by international financial capital and marked by intensive use of technological innovations and new meanings of agricultural production and of the social relations of labor and natural ecosystems.

Based on that, it is emphasized that this study aims to analyze the roughness of agriculture business in Uruçuí, mainly its effects in the labor, ways of life and the environment.

## **2. METHODOLOGY**

This article has descriptive character, as was based on bibliographic and documentary research, which according to Santos (2012), represent significant and reliable sources for understanding phenomena, facts and variables on a given reality. Thus, the methodology used is based on the analysis and synthesis of scientific articles, as well as documents which have not undergone treatment, especially material originating from public institutions, such as the Ministry of Environment (Ministério do Meio Ambiente-MMA), the Brazilian Institute of Geography and Statistics (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE), the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA) and the National Institute for Space Research (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais-INPE).

### 3. RESULTS

According to Silva, Monteiro and Barbosa (2015a), the origin of agribusiness in Brazil dates from changes in capitalist patterns of reproduction in agriculture on, which occurred from the mid-twentieth century, when the goals established by the Federal Government, aiming to modernize the agriculture, they were essential for the development of the industry of modern inputs, machinery and equipment. They add that such federal goals are expressed through "availability of land, subsidized credit, infrastructure, technical assistance, besides actions such as foreign exchange intervention, inflation control and opening new markets" (p. 53), which favored the multinationals the agro-industrial capital.

In this perspective, Silva, Monteiro and Barbosa (2015c) point as decisive for the introduction of the agribusiness in the Brazilian cerrado, the Development Program of the Cerrado (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados-Polocentro) and the Japanese-Brazilian Cooperation Program for Agricultural Development of the Cerrado Region (Programa de Cooperação Nipo Brasileira de Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado-Prodecer), created in the 1970s with the purpose of subsidizing the occupation and exploration of the biome, through subsidizing mechanisms, such as agricultural credit and "symbolic" land prices.

Thus, in the aforementioned decade, agribusiness settles in the cerrado of Piauí, motivated mainly by tax incentives in the Northeast Investment Fund (Fundo de Investimento do Nordeste: Finor-Agropecuário), which would enable agricultural development (with acquisition and improvement of herds, pasture cultivation, formation of areas of extraction, etc.) and Sector Investment Fund (Fundo de Investimento Setorial-Fiset), which would enable the forest exploration, mainly cashew fruit (Peixinho & Scopel, 2009).

Despite the participation of these programs for colonization and exploration of Piauí Cerrado, it is stated in accordance with Monteiro and Aguiar (2006), that agribusiness is consolidated in Uruçuí from the 1990s on, due to the low price of land, to the geo-environmental characteristics of climate, soil, topography and to hydrography, to the presence of a regional market, to the Soil nutrient depletion from other regions of the country and to the resources facilitated by the federal and state governments.

Thus, the new agricultural engineering implantated in Uruçuí demanded the occupation of areas with particular physical characteristics, such as the plateaus, which consist of flat or smoothly undulating land and, in turn, regarded as ideal for the mechanization of the land. Thus, historically the plateaus were generally and symbolically recognized by native peoples as "General", in other words, the places of common use (collective property), the areas of nature reserves where the cattle were released to take advantage of the pasture (at certain times of the

year), or served as a place of vegetal extractivism (wood, fruits and medicinal plants) and as a place of hunting of wild animals. Therefore, the “General” designated the idle lands, in other words, unproductive land and unfenced, which formed large open spaces of closed cerrado biome (Alves, 2009).

According to Peixinho and Scopel (2009), the removal of vegetation of the "General", not only produced a large environmental impact, but, above all, committed the continuity of the ways of life of these populations.

Therefore, as MMA (2014), Uruçuí has high rate of native vegetation removal, since between 2002 and 2010 were suppressed 2,540.9 km<sup>2</sup> of forest, corresponding to 30.1% of 8430.3 km<sup>2</sup> of occupied lands by savanna forests. This situation placed the city in the thirteenth position in the national ranking of cities with the Cerrado deforestation.

Moreover, the spread of corporate farming in Uruçuí enunciated its leadership among the cities with the highest incidence of fire forests and fires in Piauí, since according to INPE (2015), in 2014, it was evidenced 5,923 outbreaks of fires and fires in the city, which represented 10.4% of 56,744 heat points recorded in the state.

Another point, it is about the land concentration, since until the year 2013, medium and large properties, which represented 41.8% (536 units) of the total rural properties of Uruçuí, set at 1,282 units, they occupied 52.6% (112,456.507 ha) of the amount of 213,748.402 hectares. And that rural properties whose size did not exceed four tax modules (smallholdings and small property) corresponded to 57.8% (741 units) of the total, in other words, covering 46% of the occupied area, defined in 98,250.595 hectares (INCRA, 2013).

It is also important to highlight the social contradictions found in labor relations, since to Bernardes (2009), the rationality of corporate farming in Uruçuí is based on accurate processes of segregation of the labor force, particularly, of labor force from the traditional family farming, as a result of technical level applied, agribusiness little uses it, thus reduces the possibilities of employment in quantitative terms, using when necessary, forms of less qualified labor, spreading then temporary contracts bonds, which are also poorly paid.

Because of this, Silva, Monteiro and Barbosa (2015b) ensure that the spread and consolidation of the corporate farming in Uruçuí denote a perverse and contradictory reality of the Brazilian agrarian history, as the installation of grain enterprises in the city increased socio-environmental conflicts, as the land concentration, rural depopulation, urban spatial segregation, the poverty and the exclusion of family farming, the selectivity of the labor force and the degradation of natural resources.



#### 4. FINAL CONCLUSIONS

The installation of agribusiness in the Cerrado of Piauí, especially, in Uruçuí stressed new horizons for the reproduction of agrarian capital. Contradictorily, as the local landscape reveals the dynamic of productive reorganization of the territory, through the profitability of the land, it exposes acute processes of social inequality, dispossession and devaluation of rural populations and environmental impacts.

Therefore, it is concluded that the agribusiness roughness in Uruçuí explicit an imperative of socio-spatial contradictions that call into question the sustainability of the Cerrado and the future of family farming, since the negative externalities, such as deforestation, fires, expulsion of farmers from use of collective areas and fragmentation of work.

#### BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Camargo, L. H. R. de (2012). *A geoestratégia da natureza: a geografia da complexidade e a resistência à possível mudança do padrão ambiental planetário*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Alves, V. E. L. (2009). As novas dinâmicas socioespaciais introduzidas pelo agronegócio nos cerrados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. In: Bernardes, J. A., & Brandão Filho, J. B. (Orgs.). *A territorialidade do capital: geografias da soja II* (pp. 151-75). Rio de Janeiro: Arquimedes Edições.
- Bernardes, J. A. (2009). Fronteiras da agricultura moderna no cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências. In: Bernardes, J. A., & Brandão Filho, J. B. (Orgs.). *A territorialidade do capital: geografias da soja II* (pp. 13-39). Rio de Janeiro: Arquimedes Edições.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). *SIDRA: Bancos de dados agregados sobre a produção agrícola municipal de Uruçuí em 2013*. Retrieved from <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PA&z=t&o=11>.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2013). *Estrutura fundiária do Piauí por município*. Teresina: INCRA (Superintendência regional do Piauí - SR 24).
- INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (2015). *Monitoramento de queimadas e incêndios por satélite em tempo quase-real: queimadas, monitoramento de focos*. Retrieved from <http://www.dpi.inpe.br/proarco/bdqueimadas/>
- Monteiro, M. do S. L., & Aguiar, T. de J. A. (2006). Ocupação do cerrado piauiense: valorização fundiária e consequências ambientais. In: Elias, D., & Pequeno, R. (Orgs.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais* (pp. 211-233). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente (2014). *PPCerrado: plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no cerrado. Segunda fase (2014/2015)*. Brasília: MMA.
- Santos, I. E. dos (2012). *Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica*. 9. ed. Niterói: Impetus.
- Santos, M. (2009). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp.
- Silva, A. J. da, Monteiro, M. do S. L., & Barbosa, E. L. (2015a). Difusão do agronegócio no Brasil: estratégias governamentais. *Informe Econômico*, 17(34), 47-54.

- Silva, A. J. da, Monteiro, M. do S. L., & Barbosa, E. L. (2015b). Nova dinâmica produtiva e velhas questões territoriais nos cerrados setentrionais do Brasil. *Revista Espacios*, 17(34), 14.
- Silva, A. J. da, Monteiro, M. do S. L., & Barbosa, E. L. (2015c). Territorialização do capital nos cerrados Norte e Nordeste do Brasil: Matopiba. *Anais do VII Simpósio Internacional e VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, Goiânia, 153-165, ISSN DVD-ROM 1980-4563.
- Silva, A. J. da, Monteiro, M. do S. L., & Silva, M. V. da (2015). Contrapontos da consolidação do agronegócio no cerrado brasileiro. *Sociedade e Território*, 27(3), 95-114.

## Determinantes do trabalho infantil nos territórios rural e urbano do Estado de Minas Gerais (Brasil) em 2010<sup>36</sup>

Luiz Eduardo V. Rocha  
UFSJ  
levrocha@ufs.edu.br  
Marcos Santos de Oliveira –  
UFSJ  
mso@ufs.edu.br  
Ana Maria Hermeto Camilo  
UFMG  
ahermeto@cedeplar.ufmg.br

### RESUMO

O trabalho, a partir de uma nova proposta metodológica para delimitar os territórios rural e urbano, se propõe a descrever a estrutura da alocação do tempo das crianças e adolescentes, com idade entre 10 a 17 anos, entre estudo e trabalho no estado de Minas Gerais. Assumindo a hipótese que a inserção das crianças e dos adolescentes no mercado de trabalho é uma decisão da família que tem como fundamentação a maximização dos seus benefícios em um contexto intertemporal, estima-se o modelo econométrico *logit multinomial*, onde se verifica a influência das características pessoais, das famílias, dos setores de atividade e das regiões rural e urbana na probabilidade das crianças pertencerem aos quatro possíveis estratos de alocação do tempo entre trabalho e estudo. Em síntese, crianças do sexo masculino, não brancas, de famílias chefiadas por mulheres, com atividade do chefe da família no setor agrícola e residentes no meio rural apresentam maior probabilidade de exercerem alguma atividade laboral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho infantil, Territórios rural e urbano, Modelo *logit multinomial*.

### 1. INTRODUÇÃO

Há um consenso na literatura que o trabalho infantil, independente da região e do nível de desenvolvimento econômico, trata-se de um fenômeno complexo e de difícil interpretação devido aos seus múltiplos fatores determinantes e possíveis consequências para o bem estar futuro das crianças. Identificar esses fatores e compreender a sua influência na inserção das crianças e adolescentes no mercado de trabalho são condições necessárias para elaboração de estratégias que busquem propor medidas para combater o trabalho infantil vulnerável e, através de políticas públicas ou intervenção de organizações não governamentais, solucionar ou remediar o problema.

Apesar do decréscimo do trabalho infantil nas últimas décadas, o Brasil apresenta ainda, segundo os dados do censo demográfico de 2010, IBGE (2013), cerca de 3,4 milhões de

---

<sup>36</sup>O trabalho apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa “*Determinantes do trabalho infantil em Minas Gerais*”, coordenado pelo primeiro autor e financiado pelo FAPEMIG – Edital Universal 2015. Os autores agradecem esse financiamento e o apoio à presença no XI CIER – 2016.

crianças e adolescentes, entre 10 e 17 anos, inseridos no mercado de trabalho, representando 12,4% da população nesta faixa etária. O estado de Minas Gerais tem uma situação semelhante a do país, apresentando 12,8% da população, nesta mesma faixa etária, inserida no mercado de trabalho, o que representa o total de 345 mil crianças e adolescentes<sup>37</sup>.

O arcabouço teórico da pesquisa parte do princípio que a inserção das crianças e dos adolescentes no mercado de trabalho é uma decisão da família que tem como fundamentação a maximização dos seus benefícios em um contexto intertemporal. Essa decisão ocorre simultaneamente na distribuição da alocação do tempo das crianças ao estudo. Neste sentido, serão observadas as seguintes possibilidades para a alocação do tempo das crianças, divididas em quatro classificações: crianças que não estudam e não trabalham (NENT), que estudam e não trabalham (ENT), não estudam e trabalham (NET) e, finalmente, estudam e trabalham (ET).

Em síntese, a presente pesquisa tem os seguintes objetivos específicos: a) descrever a estrutura da alocação do tempo das crianças e adolescentes entre estudo e trabalho, levando em consideração os territórios rural e urbano do estado de Minas Gerais; e b) identificar, através do modelo *logit multinomial*, os determinantes das decisões das famílias na alocação do tempo das crianças e adolescentes entre trabalho e estudo.

## 2. FONTE DE DADOS E METODOLOGIA

A pesquisa utilizou como fonte os microdados da amostra do censo demográfico de 2010, IBGE (2013). Para a delimitação dos espaços urbano e rural, adotou-se a metodologia proposta por Ney e Hoffmann (2009) que leva em consideração três critérios: i) delimitação administrativa, ii) contingência populacional e iii) densidade demográfica. O território rural passa a ser constituído pelas áreas delimitadas pelas administrações oficialmente como rural, acrescida, ainda, pelas “cidades rurais” compostas pela população urbana das cidades com menos de 20 mil habitantes e com densidade demográfica menor que 60 habitantes por Km<sup>2</sup>.

As especificações dos modelos que utilizam como variáveis dependentes decisões qualitativas devem levar em conta como essas escolhas são feitas. Na presente pesquisa, onde as escolhas entre o trabalho e o estudo das crianças e adolescentes ocorrem simultaneamente, o mais indicado é a utilização do modelo *logit multinomial*.

Na estimação, há quatro possíveis decisões a serem tomadas em função da interação de duas situações, trabalhar e estudar. Dentre as possíveis possibilidades de escolhas, o modelo *logit multinomial* será estimado a partir de três equações: uma para a decisão estudar e não

---

<sup>37</sup>Muniz (2006) analisa os diversos fatores determinantes do trabalho infantil no estado de Minas Gerais.

trabalhar (ENT), a segunda para apenas trabalhar (NET) e a terceira para estudar e trabalhar (ET). A situação não estuda e não trabalha (NENT) será normalizada. As equações estimadas proporcionam um conjunto de probabilidades de escolha para as características observadas (Greene, 2003).

Os coeficientes estimados no modelo *logit multinomial* indicam apenas a direção de chance quando ocorrem modificações nas variáveis explicativas. Sendo que a análise da razão de chance e as probabilidades são realizadas através da Razão Relativa de Risco (RRR) que mostra a variação na razão de probabilidade de escolha das possíveis combinações entre trabalho e estudo, considerando a situação não estuda e não trabalha (NENT) normalizada (Greene, 2003)<sup>38</sup>.

### 3. ANÁLISE EMPÍRICA

A partir da categorização proposta, serão descritas a situação das atividades das crianças mineiras, segundo os dados da Tabela 1, para as regiões rural e urbana do estado. O estado de Minas Gerais, no ano de 2010, tinha 2,73 milhões de crianças e adolescentes, entre 10 e 17 anos, sendo que 901 mil, 33% da população, residiam nas regiões rurais e o restante, 67%, nas áreas urbanas. Na condição de ociosidade, tendo em vista as crianças que não estudam e nem trabalham (NENT), verificou-se 140,1 mil crianças, representando 5,1% da população, nesta faixa etária, no estado. Deste total, 53,5 mil residiam nos territórios rurais e os demais 86,6 mil nas regiões urbanas. Na condição de estudo e não trabalho, (ENT), encontram-se 82 % da população, com 2,24 milhões de crianças, sendo que destes, 698,6 mil residiam no meio rural e 1,54 milhão nas regiões urbanas. Na condição de não estudo e trabalho, (NET), encontram-se 3%, com 80 mil crianças, sendo que deste total 35 mil residiam no meio rural e os demais 45 mil no meio urbano.

**Tabela 1:** Número e percentual de crianças segundo as condições de atividades nos territórios urbano e rural do estado de Minas Gerais no ano de 2010.

Territórios	Atividades					%				
	NENT	ENT	NET	ET	Total	NENT	ENT	NET	ET	Total
Rural	53.539	698.682	35.195	114.411	901.827	5,94	77,47	3,90	12,69	100
Urbano	86.640	1.542.673	45.505	154.879	1.829.697	4,74	84,31	2,49	8,46	100
Minas Gerais	140.179	2.241.355	80.700	269.290	2.731.524	5,13	82,06	2,95	9,86	100

Fonte: elaboração do autor a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010.

<sup>38</sup> Para maior detalhamento da especificação do modelo econométrico *logit multinomial*, ver Greene (2003).

E, finalmente, na condição de conciliar estudo e trabalho, (ET), verificaram-se 269 mil crianças, representando 9,8% da população nesta faixa etária, sendo que destes, 114,4 mil, ou seja, 52% residiam no meio rural e os demais 154,8 mil no meio urbano.

Dentre as tipologias de atividade, primeiramente, vale destacar a situação das crianças e adolescentes que não estudam e não trabalham, (NENT), representando, no estado, 5,1% da população total. Apesar dessa baixa participação, em termos absolutos são 140 mil crianças em situação de vulnerabilidade, onde, em um período importante do processo de educação e formação, essas crianças estão ociosas e sem perspectivas futuras. E, também, as crianças e adolescentes que destinam parte de sua ocupação ao trabalho, representando 12,9% da população, sendo que destes apenas 3% só trabalham e os demais 9,9% conciliam o trabalho com o estudo. Apesar de estes dados demonstrarem baixa participação relativa, em termos absolutos são 349 mil crianças que no dia a dia realizam alguma atividade de trabalho, sendo que destes 149 mil residem no meio rural. Na região urbana, a incidência de crianças apenas estudando (ENT) foi de 84,3%, superior aos 77,5% no meio rural. Para os estratos, (NENT), (NET) e (ET), verificou-se maior incidência dessas ocupações no setor rural, com participação, em relação à população da região de, respectivamente, 5,9%, 3,9% e 12,7%, enquanto essas participações no setor urbano foram de 4,7%, 2,5% e 8,5%.

A partir da análise dos resultados da estimação do modelo econométrico, apresentados na Tabela 2, torna-se possível verificar a influência das características das crianças, das famílias, do mercado de trabalho e das regiões na probabilidade de inserção das crianças na alocação de seu tempo entre trabalho e escola<sup>39</sup>. No caso em que a criança apenas estuda, (ENT), a mais desejável em princípio, a probabilidade de inserção neste estrato, em relação ao estrato normalizado (NENT), aumenta quanto maior for a renda familiar, se a criança for branca, se a família possuir casa própria, se o chefe da família estiver ocupado e se a família receber transferências do governo. Por outro lado, a probabilidade diminui na medida em que aumentam a idade da criança e o número de pessoas na família, se a família for chefiada por mulher e se a residência estiver localizada no território rural.

A probabilidade das crianças e adolescentes apenas trabalharem, (NET), aumenta quanto maior for a idade da criança, o número de membros na família e a renda per capita

---

<sup>39</sup> A partir das estimções do coeficiente e das Razões Relativas de Risco (RRR), ao subtrair desta última uma unidade, obtém-se a probabilidade (%) do efeito de cada variável sobre a participação das crianças e adolescentes nos estratos de ocupação, em relação ao estrato normalizado. A título de exemplo, na Tabela 2, considerando a variável idade e o nível de significância de 1%, o aumento de uma unidade nesta variável, considerando tudo mais constante, reduzirá a chance das crianças pertencerem às categorias (ENT) e (ET) em, respectivamente, 40,8% e 7,8%; e aumentará em 33,8% de pertencer à (NET).

familiar. Eleva-se também se a criança for do sexo masculino, se o chefe da família, com exceção da atividade “outros”, estiver ocupado, se a família for chefiada por mulher e residir no meio rural. Deve-se ressaltar que o efeito das atividades do chefe da família é maior na agropecuária em relação às demais atividades. Por outro lado, se a criança for branca, possuir casa própria, o chefe de família estiver ocupado na atividade “outros”, representada por serviços públicos tais como administração e educação, e receber transferências de políticas públicas, observa-se diminuição da probabilidade de apenas trabalhar.

**Tabela 2:** Modelo *Logit Multinomial*, Coeficientes da regressão, Razão Relativa de Risco (RRR) e Efeito sobre a Razão de Chance (%)

Variáveis	ENT			NET			ET		
	Coef.	RRR	%	Coef.	RRR	%	Coef.	RRR	%
Constante	8.610*			<b>- 9.810*</b>			<b>- 2.760*</b>		
Idade	<b>- 0.524*</b>	0.592	<b>- 0.408</b>	0.291*	1.338	0.338	<b>- 0.081*</b>	0.922	<b>-0.078</b>
N. de pessoas na família	<b>- 0.650*</b>	0.934	<b>- 0.066</b>	0.017*	1.017	0.017	0.009*	1.009	0.009
ln renda per capita	0.276*	1.318	0.318	0.619*	1.858	0.858	0.545*	1.725	0.725
Sexo - Masculino	<b>- 0.004<sup>NS</sup></b>	0.984	<b>- 0.016</b>	0.971*	2.59	1.59	0.456*	1.578	0.578
Cor - Branca	0.219*	1.224	0.224	<b>- 0.070*</b>	0.909	<b>- 0.091</b>	0.094*	1.099	0.099
Casa própria - Sim	0.392*	1.460	0.460	<b>- 0.090*</b>	0.894	<b>- 0.106</b>	0.346*	1.413	0.413
<i>Ocupação do chefe</i>									
Agropecuária	0.032*	1.032	0.032	1.069*	2.913	1.913	1.279*	3.592	2.592
Industria	0.330*	1.391	0.391	0.486*	1.625	0.625	1.031*	2.803	1.803
Construção	0.052*	1.054	0.054	0.569*	1.766	0.766	0.766*	2.152	1.152
Serviços	0.418*	1.519	0.519	0.451*	1.569	0.569	1.156*	3.177	2.177
Outros doméstico	0.626*	1.87	0.870	<b>- 0.004*</b>	0.996	<b>- 0.004</b>	0.833*	2.301	1.301
doméstico	0.186*	1.205	0.205	0.613*	1.846	0.846	1.000*	2.717	1.717
Programa Público - Sim	0.582*	1.789	0.789	<b>- 0.465*</b>	0.628	<b>- 0.372</b>	0.574*	1.775	0.775
Chefiada mulher - Sim	<b>- 0.160*</b>	0.852	<b>- 0.148</b>	0.244*	1.277	0.277	0.145*	1.156	0.156
Território rural	<b>- 0.112*</b>	0.894	<b>- 0.106</b>	0.397*	1.487	0.487	0.399*	1.490	0.490

Fonte: Resultado da pesquisa. \* e (ns) representam, respectivamente, significância a 1% e não significativo.

Número de observações: 361 mil, a partir do fator de expansão, obtém-se o universo 2,75 milhões de observações. Pseudo R Quadrado – Nagelkerke: 0,25. O teste de razão de verossimilhança (LR test), com significância inferior a 1%, indica que há pelo menos uma variável explicativa cujo parâmetro possui significância estatística no modelo logístico.

A probabilidade das crianças e adolescentes conciliarem o estudo com o trabalho, (ET), aumenta, quanto maior for o número de membros na família, se aumentar a renda per capita, se a criança for do sexo masculino, branca, se possuir casa própria, se o chefe da família exercer alguma atividade, sendo o efeito maior para o setor agropecuário, se a família receber recursos do governo, se for chefiada por mulher e, finalmente, residir no meio rural. A probabilidade reduz conforme aumenta a idade das crianças e adolescentes.

#### 4. CONCLUSÕES FINAIS

O trabalho infantil trata-se de um fenômeno complexo e de difícil interpretação devido aos seus múltiplos fatores determinantes e possíveis consequências para o bem estar das crianças. A experiência de um adolescente no trabalho não vulnerável, como em alguns casos se verifica na agricultura familiar, pode representar ganhos de conhecimento e de capital social, mas, na medida do possível, esse trabalho deve ser conciliado com os estudos, para não limitar as possibilidades futuras à escolha de outras ocupações e outros projetos de vida.

Dentro deste contexto, a presente pesquisa buscou analisar quatro estratos de alocação do tempo das crianças, combinando o trabalho e o estudo, para o estado de Minas Gerais, no ano de 2010. Dentre esses estratos, as crianças que destinaram parte de sua ocupação ao trabalho, representaram 12,9% da população na faixa etária entre 10 e 17 anos, sendo que destes 3% apenas trabalhavam e os demais 9,9% conciliavam o trabalho com o estudo. Apesar de estes dados demonstrarem baixa participação relativa, em termos absolutos são 349 mil crianças e adolescentes que no dia a dia realizam alguma atividade de trabalho, sendo que destes 149 mil residiam no meio rural.

Em síntese, das estimações do modelo *logit multinomial* podemos destacar, entre outros, os seguintes resultados: i) Atributos tais como o sexo masculino, número de membros na família, famílias chefiadas por mulheres e residência no território rural elevaram a chance das crianças e adolescentes exercerem algum trabalho, acompanhado ou não do estudo; ii) A ocupação do chefe da família, com exceção do setor “outros” para o estrato não estuda e trabalha, (NET), aumentaram as probabilidade das crianças e adolescentes trabalharem, sendo que o efeito do setor agrícola apresentou aumento da probabilidade bem superior aos demais setores; iii) Outro fator a destacar é o atributo da raça, crianças brancas reduzem a chance de apenas trabalharem e aumentam a probabilidade de estudarem, conciliando ou não o estudo com o trabalho; e, finalmente, iv) As famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda, entre eles o Bolsa Família, aumentaram as chances das crianças estudarem e decresceram a probabilidade das crianças apenas trabalharem. Isso demonstra como os atributos de gênero, raça, setor de atividade, território e acesso aos programas públicos influenciam a alocação do tempo e, como consequência, o futuro das crianças e adolescentes no estado de Minas Gerais.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Greene, W. (2003). *Econometric Analysis*. New York: Prentice Hall.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística(2013). *Censo demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.

Muniz, A. L. P. (2006). *As características e os determinantes do trabalho infantil em Minas Gerais em 2004*. ( Dissertação de mestrado ). Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG.

Ney, M.G. & Hoffmann, R. (2009). Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimento no meio rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 47, (1): 147-182.

## Dinâmica rural-urbana da área conurbada de Florianópolis

Nazareno José de Campos  
 Universidade Federal de Santa Catarina  
 nazareno.campos@ufsc.br

### RESUMO

O presente artigo retrata a dinâmica rural-urbana de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, Brasil, e municípios vizinhos que perfazem sua área conurbada. Neste espaço, uma fase inicial foi dominada por uma população de base sócio-cultural açoriana e que desenvolveu uma expressiva produção agrícola e pesqueira que abastecia o mercado local, regional e mesmo litorâneo brasileiro e platino. Foi complementada por inter-relações econômico-sociais com o Planalto Catarinense (séculos XVIII e XIX) e vales litorâneos dos rios Cubatão, Maruim e Biguaçu (fins do século XIX e início do XX), através de constante comércio da produção rural e mesmo manufatureira destas regiões. A partir do século XX, mudanças substanciais em relação à conjuntura econômica a nível nacional e mundial, influenciando no local e regional, proporcionaram uma nova configuração àquela relação entre o rural e o urbano, em que outros elementos são inseridos na realidade econômica. No atual século, novos processos econômicos fomentam a valorização da terra, cujos elementos do rural vão sendo superados por outros cada vez mais dominados pelo urbano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Florianópolis, dinâmica rural-urbana, transformações.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva compreender o processo de transformação do rural para o urbano ocorrido em Florianópolis e sua área conurbada, que inclui os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, conforme percebido na figura a seguir.



**Figura 1:** Florianópolis e sua área conurbada

Fonte: VERTRAG, 2009 – extraído de Prefeitura Municipal De Florianópolis – Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental.

Mudanças substanciais, a partir de então, em relação à conjuntura econômica e social a nível nacional e mundial influíram no local e regional, proporcionando uma nova configuração, em que, em relação à dinâmica do meio rural, tem objetivado novas análises, haja vista a emergência, inclusive, de formas urbanas e periurbanas de agricultura.

## 2. FONTES DE DADOS, MÉTODOS E TÉCNICAS

Este artigo tem por base os pressupostos teórico-metodológicos da formação sócio-espacial e da conjugação de elementos espaciais e temporais (Santos, 1979), cuja pesquisa considera diferentes documentos, bibliografias, dados estatísticos, material cartográfico e fotográfico e observação empírica, o que vem a proporcionar elementos para uma boa percepção do processo de transformações no tempo e espaço, seja quanto ao processo produtivo, as relações com o mercado cada vez mais ampliado, ou ainda em relação ao amplo processo de urbanização que se expande especialmente após 1970.

## 3. RESULTADOS

Florianópolis, e sua área de entorno, teve uma ocupação efêmera no século XVII<sup>40</sup>, que em termos sócio-econômicos muito pouco influenciou regionalmente. Em meados do século XVIII inicia-se, dentro de uma ampla política da metrópole de ocupação do sul brasileiro, um efetivo povoamento e desenvolvimento de atividades produtivas, sendo que, a inicial função administrativa e estratégico-militar da capital catarinense foi, desde cedo, conjugada a um importante comércio regional e mesmo nacional, que de meados do século XVIII até as primeiras décadas do século XX teve por base uma expressiva produção agrícola e pesqueira por toda região litorânea catarinense, dominada por uma população de base sócio-cultural açoriana, e que abastecia o mercado local, regional e mesmo nacional e platino<sup>41</sup>. Neste mesmo intervalo de tempo há a inter-relação econômica com a região do Planalto Catarinense através de constante comércio da produção rural de ambas as regiões<sup>42</sup>.

A partir de meados do século XIX, os vales litorâneos dos rios Cubatão, Marum e Biguaçu são ocupados por populações européias de origem germânica que passam a desenvolver, em pequenas propriedades, uma economia rural com maior nível técnico e de inter-relação capitalista, diferenciando-se da economia dominada pelo elemento sócio-cultural açoriano do litoral, com

---

<sup>40</sup> Por população proveniente do litoral paulista, região de São Vicente – daí conhecida por vicentista.

<sup>41</sup> Principalmente através do comércio de farinha de mandioca e pescados, além de outros produtos (Campos, 1991).

<sup>42</sup> Desciam do Planalto tropas de gado e também de mulas arreadas com charque (carne seca), queijos, mel, pinhão, entre outros produtos, em troca de farinha de mandioca, sal, óleo de baleia e outros produtos litorâneos (Simas, 2016).

quem passou a comercializar e, gradativamente, a dominar o comércio local-regional. Isto fez com que novos produtos fossem produzidos, transformados e comercializados, além daqueles que tradicionalmente ocorriam quanto à produção e comércio regional<sup>43</sup>.

No século XX mudanças substanciais em relação à conjuntura econômica a nível nacional e mundial influem também sobre o local e regional, proporcionando uma nova configuração àquela relação entre o rural e o urbano, em que outros elementos são inseridos na realidade econômica. Mais uma vez, o rural sofre profundas transformações, em que se faz presente mudanças na produção, nas relações com o mercado, cada vez mais ampliado, e no amplo processo de urbanização que se delineia.

Assim, inserido à dinâmica mundial capitalista do pós-guerra o Brasil, como a grande maioria dos países, sofreu grandes transformações refletindo diretamente sobre a distribuição espacial de sua população sobre o território e de grandes mudanças sócio-ambientais (Goularti Filho, 2016). Mesmo que a Revolução de 1930 tenha promovido um forte incentivo à industrialização, o que veio a fomentar movimentos populacionais em direção às grandes cidades da época, o censo demográfico de 1940 ainda demonstrava mais de 70% da população brasileira vivendo no meio rural.

Nas décadas de 1950-1960 a população rural continuava superior à urbana, porém, à medida que políticas econômicas desenvolvimentistas, a exemplo do Plano de Metas do governo Juscelino Kubtschek e seus congêneres no estado de Santa Catarina<sup>44</sup>, a dinâmica populacional começa a se reverter rapidamente, evidenciando um gradual e marcante domínio da realidade urbana sobre a rural.

Ressalte-se que a todo este movimento mostra-se igualmente presente um amplo processo de mudanças no campo (Lohm, 1997), fomentadas em grande medida pela chamada “revolução verde”, que veio a alterar profundamente a produção no meio rural, fazendo modificar tanto o quadro da produção de alimentos, agora fortemente voltada aos interesses do capital (Campos, 2013), quanto seu quadro demográfico, mudando assim a relação entre o rural e o urbano.

É a partir da década de 1970 que há uma pronunciada reversão dos dados demonstrando, a partir de então, o domínio, cada vez mais pronunciado, da população urbana sobre a rural, cujo censo demográfico do IBGE de 2010 evidenciava para o Brasil a proporção de 84,35% urbana para 15,65% rural. Toda essa transformação é sentida igualmente ao nível de Santa Catarina e de

---

<sup>43</sup> Além de passarem a dominar o comércio regional com os tradicionais produtos de então, como a farinha de mandioca, inseriram também no mercado os hortifrutigranjeiros e a produção suína de banha, embutidos e salamiaria (Simas, 2016).

<sup>44</sup> Como o POE – Plano de Obras e Equipamentos, do governo Irineu Bornhausen (1951-1956) e PLAMEG – Plano de Metas do Governo, na administração de Celso Ramos (1961-1966) e continuada por Ivo Silveira no PLAMEG II.

Florianópolis e entorno, sendo que, enquanto capital, sofre os reflexos das transformações mais rapidamente que outros espaços do estado (quadro 1).

**Quadro 1:** Evolução demográfica de Florianópolis e sua área conurbada (1970 - 2010)

Década	População Total	População Urbana	População Rural
1970 <sup>45</sup>	216.861	163.018	53.843
1980	335.166	292.137	43.029
1991	497.376	462.369	35.007
2000	666.693	644.236	22.457
2010	826.584	800.667	25.917

Fonte: Censo Demográfico do IBGE de 1970 a 2010.

Portanto, como especifica Marcon (2000:43) “com a concentração de investimentos públicos na Capital do Estado, esta cidade apresentou crescimento vertiginoso em sua estrutura demográfica e em suas atividades econômicas, principalmente a de serviços, expandindo a sua malha urbana para além dos limites político-administrativos gerando um processo de conurbação, que foi além da pura contigüidade física de áreas territoriais limítrofes”. Nisto, considerando que as taxas de urbanização do último censo do IBGE apresentavam para a área conurbada de Florianópolis 96,86% de população urbana, se poderia considerar que o que resta de rural nestes municípios (3,14%) não passa de um mero resquício em amplo processo de extinção, confirmando assim a profunda alteração econômica e social em toda a região. No entanto, na prática, o que se percebe é, de um lado, uma alta concentração demográfica em poucos espaços de cada município, a exemplo dos bairros Kobrasol, Campinas e Barreiros em São José; Centro, Estreito e Trindade em Florianópolis; e Sede, Ponte do Maruim e Jardim Eldorado em Palhoça; enquanto nos demais espaços, bem maiores em área territorial, há uma baixa população. Há, contudo, que se salientar que se trata de áreas consideradas de preservação, constituídas por mangues, restingas e espaços de relevo acidentado e florestas. Por outro lado, isto se conjuga à presença de áreas de produção agrícola periurbana e urbana que permanece, se modifica, ou até se amplia (a exemplo da produção de plantas ornamentais) e que se mantém presentes nos municípios de Palhoça e Biguaçu.

Todavia, muitas das áreas ainda vazias ou ocupadas com pastagens com criação de gado bovino tendem gradualmente ao abandono enquanto área de produção, tornando-se espaços de pousio imobiliário a espera de valorização imobiliária no mercado de terras, levando-as assim a um passo da urbanização. Neste sentido, principalmente em relação a Florianópolis e São José, o

<sup>45</sup>Nos censos de 1970 a 1990 ainda se incluía neste espaço o atual município de São Pedro de Alcântara.

que ainda existe com aspecto de rural se poderia inserir na categoria de *rugosidade*, desenvolvida por Milton Santos (1996).

Tudo isso demonstra que houve alteração no sistema de valores, surgindo uma nova relação com a terra, em que os valores de uso são rapidamente substituídos pelos valores de troca, transformando-se aquela em produto do mercado.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apenas observando os dados estatísticos já se percebe uma grande transformação que a área conurbada de Florianópolis sofreu nas últimas décadas. Ao se considerar as estimativas demográficas mais atuais, a população da região já alcançou a barreira de um milhão de habitantes e com ampla tendência a se expandir em todos os bairros e localidades, inclusive onde já é mais densamente ocupado, neste caso, através de um constante processo de verticalização das construções. Isto tem confirmado uma rápida e marcante urbanização, modificando completamente a configuração social e econômica do passado, em que o setor agrícola tinha peso importante na economia regional.

Apesar de tudo, a permanência de elementos do rural é ainda percebida em diferentes espaços da área conurbada, mas já sem aquele brilho e importância de antes, e bastante alterado em sua forma e conteúdo. Muitos dos espaços em que permanece a produção agrícola, e principalmente pecuária, têm praticamente se mantido como estoques de terras para futuras especulações, cujas administrações municipais constantemente favorecem ao movimento do capital, inclusive através dos Planos Diretores, que acabam por alterar as taxas de ocupação e adensamento, gabarito dos prédios, entre outras determinações, além de propiciarem àquele as infra-estruturas de que necessita.

Todavia, não se pode afirmar, pelo menos ainda no atual estágio econômico-social regional, que o rural esteja fadado ao desaparecimento, sendo o que existe caracterizando-se como meras rugosidades no espaço. Afinal, se percebe ainda uma agricultura que se poderia inserir no que vem sendo definido por periurbana e urbana, com novos ingredientes, ou, a retomada de alguns do passado, que havia praticamente desaparecido com o domínio da agricultura convencional (com insumos industriais, agrotóxicos, etc.), haja vista o avanço da produção orgânica e agroecológica e o interesse do mercado consumidor em relação a tais produtos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Campos, N. J. (1991). *Terras comunais na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Campos, N. J. (2013). O urbano e a urbanização em São José: aspectos sócio-ambientais, in, N.J. Campos, M. Brandt, J.W. Cancelier (Orgs.). *O espaço rural de Santa Catarina, novos estudos* (pp. 13-33). Florianópolis: Editora da UFSC.
- Goularti Filho, A. (2016). *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- IBGE – Instituto Nacional de Geografia e Estatística. (1940 - 2000). *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: FIBGE.
- Lohm, R. L. (1999). A cidade contra o campo. In: A. Brancher (Org). *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.
- Marcon, M. T. R. (2000). *A metropolização de Florianópolis: o papel do Estado*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.
- Prefeitura Municipal de Florianópolis. (2009). *Plano Municipal de Habitação de Interesse Social*. Florianópolis: Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental.
- Santos, M. (1979). *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Simas, D. (2016). *Dinâmica socioespacial do Município de São José-SC: uma abordagem geográfica*. Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

## Movimentos sociais do campo X agronegócio no extremo sul da Bahia: conflitos e contradições

Arlete Ramos dos Santos  
Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC-BA)  
arlerp@hotmail.com

### RESUMO

Este texto traz os resultados de uma pesquisa de pós-doutorado<sup>46</sup>, realizada na regional Extremo Sul da Bahia, na qual foi analisada a relação de parceria, os acordos e o diálogo estabelecido entre os movimentos sociais do campo, o Estado e as empresas do agronegócio. Utilizamos a metodologia qualitativa de natureza exploratória, e os instrumentos de coleta de dados foram análise de documentos e entrevistas semiestruturadas. As reflexões tiveram o suporte do materialismo histórico dialético e os resultados apontaram que na região brasileira pesquisada está evidenciando um novo formato de reforma agrária, o qual estamos denominando de *Reforma Agrária do Consenso*.

**PALAVRAS – CHAVE:** Agronegócio, Consenso, Movimentos sociais do campo, Reforma Agrária do Consenso.

### 1. INTRODUÇÃO

Este texto traz os resultados de uma pesquisa de pós-doutorado realizada na regional Extremo Sul da Bahia que teve como objetivo analisar a relação de parceria dos movimentos sociais do campo, principalmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST com o Estado e as empresas do agronegócio na referida região. Os instrumentos de coleta de dados foram análise de documentos e entrevistas semiestruturadas, e as reflexões tiveram o suporte do materialismo histórico dialético. A regional Extremo Sul da Bahia fica na Bahia, no território de identidade, também denominado de Extremo Sul, e é constituída de 21 municípios<sup>47</sup>, ocupando uma área de 30.678 km<sup>2</sup>, com cerca de 833.307 habitantes<sup>48</sup>, sendo que desses, 74, 27% moram na zona rural. É uma região com importância histórica para a nação brasileira, uma vez que foi lá que aconteceu a chegada dos portugueses ao Brasil. Apresenta vários antagonismos, pois sofre com os desmatamentos, desigualdade social e, ao mesmo tempo, apresenta um rico ecossistema com muitas praias além de parques marinhos, com trechos remanescentes da Mata Atlântica, e da presença da cultura indígena e quilombola.

<sup>46</sup> Pesquisa de Pós-doutorado realizada na FCLAR/UNESP, Campus Araraquara-SP, sob a supervisão da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Orlanda Pinassi.

<sup>47</sup> A regional Extremo Sul é composta pelas seguintes áreas: Belomonte, Itabela, Itagimirim, Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália, Garatinga, Itapebi, Itamaraju, Prado, Jucuruçu, Vereda, Alcobaça, Caravelas, Teixeira de Freitas, Medeiros Neto, Itanhém, Lajedão, Ibirapuã, Mucuri e Nova Viçosa.

<sup>48</sup> Fonte: [http://www1.saude.ba.gov.br/mapa\\_bahia/result\\_macro.asp?MACRO=EXTREMO%20SUL](http://www1.saude.ba.gov.br/mapa_bahia/result_macro.asp?MACRO=EXTREMO%20SUL)



A referida regional possui vários movimentos sociais do campo atuando em parceria com as empresas do agronegócio que exploram a plantação de eucalipto, conhecidas no cenário nacional e internacional, dentre elas a Fíbria S. A., e a Veracel Celulose S. A, as quais foram sujeitos da nossa pesquisa. Como resultado da parceria estas empresas têm contribuído com financiamentos para a implementação de projetos pautados na agroecologia, e ainda para a construção de agroindústrias e de espaços educativos em assentamentos. A contrapartida é que os movimentos sociais não deverão ocupar as suas áreas, surgindo assim, um novo jeito de fazer reforma agrária, que nesse contexto se trata de um *consenso* entre as empresas do agronegócio e alguns movimentos sociais do campo que atuam na referida região, realizado com a participação do Estado para regulamentar essa relação antagônica entre capital e trabalho.

De acordo com os representantes das empresas de eucalipto e do Estado da Bahia, alguns dos movimentos sociais que participaram desse acordo foram: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG; Movimento de Luta pela Terra - MLT; Associação de Produtores Rurais Unidos Venceremos - APRUNVE; Movimento de Resistência camponesa - MRC e a Frente de Trabalhadores Livres - FTL. Segundo os parceiros, as vantagens obtidas na relação de parceria entre os sujeitos pesquisados são: a) O agronegócio não terá suas terras ocupadas pelos movimentos sociais que estabeleceram a parceria naquele espaço; b) O Estado terá conseguido resolver as situações de conflito na região implementando um novo modelo de reforma agrária nas áreas dos movimentos sociais, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; e c) Os movimentos sociais parceiros terão recursos para implementação de projetos em suas áreas. Consagra-se então um *consenso* entre e o agronegócio e os sem-terra, mediado pelo Estado, que até aquele momento apresentavam-se como sujeitos que estabeleciam uma correlação de forças entre capital e trabalho, fazendo violentos enfrentamentos naquela região da Bahia. Estamos aqui designando o paradigma específico de reforma agrária originado dessa relação contraditória de *reforma agrária do consenso*.

Compreendemos nesse contexto o Estado como aparelho da classe dominante no poder como bem observara Marx (2004), sendo o interlocutor que faz o principal papel na regulação das relações fundamentais da sociedade civil-política burguesa — as relações de produção. Ou seja, Estado é uma instância que age a favor do capital e em desfavor dos trabalhadores, já que pode regular, mas nunca nos marcos da sociedade capitalista extinguir, essa mediação fundamental: a exploração do trabalho pelo capital. Partindo desse parâmetro de compreensão, o Estado age, por meio das políticas que adota, com base no movimento da disputa em torno de projetos políticos que acontecem na sociedade sendo, pois, território da luta entre as classes

sociais em confronto, porém, representará os interesses de uma determinada classe, qual seja, a classe dominante, que nesse objeto em estudo é representada pelo agronegócio. O modelo econômico de Estado brasileiro fundamentado em parcerias e acordos com os empresários e os movimentos sociais vem sendo denominado no meio acadêmico e político de neodesenvolvimentista. No que se refere ao universo político, “a onda neo-desenvolvimentista está diretamente relacionada às intrigas e conspirações palacianas entre as duas facções que disputam o controle da política econômica brasileira: a monetarista — braço direito do neoliberalismo — e a auto-proclamada “desenvolvimentista” — braço esquerdo da ordem” (Sampaio Jr., 2012, p. 7).

## 2. REFORMA AGRÁRIA DO CONSENSO X AGRONEGÓCIO

Os conflitos sociais sempre ocorreram na história da humanidade e foram os geradores dos ‘movimentos sociais’, sendo que este termo foi criado por Von Stein, em 1840, a partir de uma leitura da emergência do mundo urbano-industrial, o qual se caracteriza como um termo polissêmico tendo sido utilizado também como sinônimo de protestos, grupos de interesse e de pressão, mobilizações, ações coletivas, revoltas, rebeliões, dentre outros.

No que se refere às lutas camponesas, optamos por analisá-las associada à reforma agrária e à sua relação com o agronegócio. De acordo com Thomaz Jr. (2008), a luta camponesa tem atingido vários continentes. Na Indonésia, a luta pela reforma agrária acontece por meio de enfrentamentos entre camponeses e forças de segurança; na Europa, por meio da aliança entre os verdes, ecologistas, movimentos camponeses, com a participação da Via Campesina, de ONG contra os transgênicos e na defesa das lutas pró-soberania alimentar dos povos; os direitos das mulheres camponesas ao trabalho e à terra; as iniciativas dos assalariados rurais na Andaluzia; as experiências dos sindicatos dos Obreros Del Campo – SOC; dentre outros. No contexto da América Latina, a reestruturação produtiva no campo atinge os trabalhadores e movimentos sociais camponeses resultando em formas de lutas que tem contribuído para redimensionar o debate teórico, político e social, por meio dos sindicatos, associações e partidos políticos, bem como, a conquista de espaços destes sujeitos em vários países, como o *Pachakutik*, no Equador, os Zapatistas, no México, os indígenas, na Bolívia, os Sem Terra, no Brasil, dentre outros. As inovações têm sido uma característica fundante dessas mobilizações coletivas latino-americanas que enfrentam as estratégias utilizadas pelo capitalismo mundial na agricultura, a qual visa a espoliação dos camponeses, cujos fundamentos estão pautados nas políticas estruturais do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional – FMI e do regimento do livre comércio da Organização Mundial do Comércio – OMC (Thomaz Jr., 2008).

As contradições daí originadas resultam em formas de resistências que motivam cada vez mais as lutas dos movimentos sociais camponeses e acirram a correlação de forças entre trabalhadores e detentores dos meios de produção. Quanto ao agronegócio do eucalipto, este vem se expandindo e territorializando na regional Extremo Sul da Bahia desde o processo de modernização conservadora, também conhecida como “Revolução Verde”. Caracterizada como uma política econômica do Estado brasileiro para beneficiar o agronegócio no campo, essa política agrária surgiu em outros países após a II Guerra Mundial, no Brasil, a sua implantação acontece no contexto ditatorial, mas não sem luta de classes. Com a derrota dos trabalhadores que lutavam pela Reforma Agrária em 1 de abril de 1964, os quais adotavam diferentes correntes políticas ou ideológicas, abriu espaço para que a classe dominante realizasse várias transformações no campo brasileiro e historicamente resultou na configuração camponesa que conhecemos na atualidade, tendo em vista a sua composição de grandes latifúndios.

Observa-se que no século XX o mercado fundiário no Brasil garantiu que bens imobiliários rurais “fossem utilizados como reserva de valor e/ou fonte de lucros, por meio da apropriação parasitária de renda decorrente de incrementos do preço da terra. Daí que a simples propriedade da terra tenha permanecido substrato fundamental de riqueza em meio ao progresso técnico no campo brasileiro” (Farias, 2015, p. 34). Essa configuração fundiária aliada às políticas governamentais criou uma relação de concomitância entre a agricultura e a indústria, gerando a cultura do processamento agroindustrial, que contribuiu para a ampliação do grande capital no campo brasileiro cujo propósito era a produção de *commodities*. No Brasil, a concentração da propriedade da terra tem o predomínio da agroindústria, que por meio do agronegócio incorpora os setores agrícola, mercantil, industrial, ideológico, financeiro, tecnológico e educacional<sup>49</sup>. Não obstante, por meio do senso comum não crítico, o agronegócio tem procurado subordinar o campesinato e a agricultura familiar aos ditames do capitalismo mundial, submetendo-os às determinações dos organismos multilaterais por meio da submissão destes adquirida mediante a crença ilusória de “independência aparente”. Abramovay (2007) toma como referência a realidade de países desenvolvidos para contextualizar a relação entre o agronegócio e o campesinato, justificando que o desenvolvimento do capitalismo pode proporcionar o fim do sujeito camponês, porque num determinado estágio da produção, a conjuntura socioeconômica cria relações de mercado entre ambos, exterminam o modo de produção do camponês e o metamorfoseia transformando-o no profissional agricultor familiar, totalmente inserido no mercado e desprovido de consciência de classe camponesa.

---

<sup>49</sup> As cartilhas do agronegócio para serem usadas pelos professores estão disponíveis em: <http://www.abagr.org.br/media/pdf/abagr-cartilha-agronegocio-escola-versao-professor.pdf>

Entretanto, apesar de o autor utilizar a organização do sistema capitalista agrário de maneira universal para decretar do fim do campesinato, isso não se concretizou efetivamente no Brasil, tendo em vista que diversos movimentos sociais camponeses ainda continuam suas lutas pela posse da terra no país atualmente, se organizando de forma coletiva, com uma *praxis* voltada para o enfrentamento ao capital, mediada pelas estratégias de luta cotidianas. Nesse caso, se destaca os movimentos sociais de trabalhadores camponeses organizados pela Via Campesina, os quais são responsáveis por diversos conflitos para conseguirem a posse da terra e também para conquistarem a política de Reforma Agrária. Entretanto, na região Extremo Sul da Bahia, as nossas pesquisas identificaram uma nova estratégia de realizar a reforma agrária a qual estamos denominando de *Reforma Agrária do Consenso*, e definimo-la como um paradigma específico de “negociação” para fazer reforma agrária, que acontece por meio de parceria e acordos realizados entre as empresas do agronegócio de eucalipto com os movimentos sociais do campo e o Estado. Tomamos como base os dados coletados em entrevista como demonstra a Tabela 1, elaborada a partir da coleta de dados na nossa pesquisa.

Como conclusão, salientamos que os dados demonstram que o Estado brasileiro, não difere do que Marx (2004) preconizou, pois está composto de um *staff* que responde aos interesses classe dominante no poder. No tocante à reforma agrária, a tônica governamental tem sido a implementação de uma política agrícola de subordinação dos camponeses aos grandes empresários de *commodities* no campo pautada no paradigma do capitalismo agrário. Observamos que a implementação da política de reforma agrária brasileira tem contribuído para “integração” e dependência dos agricultores no mercado capitalista, ocorrendo um processo de destruição do campesinato ao invés da sua recriação. Assim, se observa que a reforma agrária daí depreendida, idealizada nos gabinetes do agronegócio e da burocracia estatal, pelos apologetas do capital é um instrumento de subordinação de uma classe à outra, e vem sendo utilizada como forma de manutenção do controle e do desenvolvimento desigual no campo brasileiro. É nessa acepção que se insere o que aqui denominamos de *Reforma Agrária do Consenso*. Parte de um conceito de reforma agrária, idealizada pelos arautos do Estado (neo)desenvolvimentista, que afirmam implementar uma política agrária voltada para a conquista da “paz social no campo” a qual se realiza por meio de uma conciliação de interesses “negociada” entre as classes dicotômicas, representadas pelo agronegócio e os movimentos sociais do campo.

**Tabela 1:** Diálogo dos sujeitos (Movimentos sociais, agronegócio e Estado)

Sujeito da pesquisa	Sobre a negociação e a parceria para o consenso
Veracel – Entrevista realizada na pesquisa de campo com o gerente de sustentabilidade da empresa.	Nós fizemos um trabalho de separar o joio do trigo. Bom, identificamos seis movimentos sociais, estabelecemos uma linha de corte nesse horizonte temporal de julho de 2011. Então negociamos com o governo do estado que nos ajudou a mediar. A Veracel assumia naquele momento da negociação de mesa, todas as áreas que estavam ocupadas até julho de 2011. [...] Os movimentos sociais por sua vez teriam que aceitar e aceitaram parte do acordo de recuar das áreas ocupadas após julho de 2011, ou seja, sair espontaneamente daquelas áreas, e isso aconteceu [...]. São seis movimentos: MST, o MLT, a FETAG, APRUNVE, o MRC e o FTL.
MST – Márcio Matos, representante da Direção Nacional do MST. Disponível em: 1 - <a href="http://www.vermelho.org.br/noticia/189167-8">http://www.vermelho.org.br/noticia/189167-8</a> ;	1 - "Chegamos a um novo paradigma de <i>negociação</i> sobre passivos, <i>diálogo</i> que surgiu a partir de relações conflituosas e se repetirá junto às demais empresas do setor". ( <i>Grifos nosso</i> ).  2 - "Neste momento, encerram-se as diferenças entre o MST e Fíbria, avançando em um modelo de agricultura que possa permitir ao homem produzir sem prejudicar a natureza".
Fetag – Ba - Dirigente da Fetag –Ba, Ailton Lisboa. Dados adquiridos por meio de correio eletrônico em 16/11/2015.	O processo de negociação entre Mov. Sociais, Empresas e Governo, iniciou com a Fazenda Colatina, Mun. do Prado, quando o MST e a Fíbria, mediados pelo Governo do Estado, chegaram ao <i>consenso</i> ( <i>grifo nosso</i> ), pondo fim ao conflito, daí, se estendeu, à outras propriedades da Fíbria e Suzano, como também à várias áreas da Veracel, tendo sempre, o governo do Estado, como interlocutor/mediador, envolvendo uma área no município de Itapebi (Fazenda Candelária), ocupada pelo MRC e FTL, uma área no município de Eunápolis (Fazenda São Caetano), ocupada pela FETAG-BA e MLT, várias propriedades ocupadas pelo MST e outras pela FETAG-BA.

Fonte: Santos (2016).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, R. (2007). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Edusp,
- Farias, L. F. C. (2015). *Agronegócio e luta de classes: diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital no complexo agroindustrial citrícola paulista*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP.
- Marx, K. (2004). *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec.
- Sampaio JR., P. A. (2012). Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc.*, 112: 672-688.
- Santos, A. R. (2016). *A reforma agrária do consenso*. Relatório de Pós-Doutorado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.
- Thomaz JR. (2008). A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado? In: B. Fernandes ERNANDES (org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular.

## Política de reforma agrária e a re proletarização de trabalhadores rurais assentados na região de Ribeirão Preto, Brasil<sup>50</sup>

Rosemeire Aparecida Scopinho  
Universidade Federal de São Carlos  
scopinho@ufscar.br

Thainara Granero de Melo  
Universidade Federal de São Carlos  
thainaragm@gmail.com

### RESUMO

A reforma agrária brasileira é fruto das pressões sociais dos trabalhadores rurais e urbanos desempregados. Nos assentamentos rurais recentemente criados na região de Ribeirão Preto-SP, Brasil, a infraestrutura produtiva insuficiente, a falta de assistência técnica e de qualificação dos trabalhadores, os têm levado ao mercado de trabalho rural e/ou urbano, especialmente o informal, para sobreviver. Para compreender as estratégias de reprodução social dos que transitam entre campo e cidade em busca de renda e segurança social e as suas representações sociais sobre esta condição, estudamos o caso de um assentamento oficializado em 2004, por meio de pesquisa bibliográfica e documental e entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores e gestores de políticas públicas. Os dados permitem refletir sobre o significado dos assentamentos de reforma agrária na reprodução/transformação das condições de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reforma Agrária, Assentamento Rural, Re proletarização

A política de reforma agrária brasileira é uma resposta do Estado às pressões sociais dos trabalhadores rurais e urbanos desempregados. Na região de Ribeirão Preto-SP, Brasil, economicamente desenvolvida em função da agroindústria canavieira, os movimentos sociais e alguns setores do Estado esforçaram-se para implantar um modelo de assentamento de reforma agrária que se contrapusesse a esta lógica de acumulação. Foram implantados seis assentamentos rurais do tipo PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável, os quais concedem o uso da terra aos trabalhadores e oferecem subsídios e incentivos de programas de crédito, de comercialização e de assistência técnica e social, desde que eles pratiquem a agroecologia e o associativismo.

Porém, a experiência organizativa desses assentamentos revela um campo de contradições onde os ganhos econômicos, políticos e subjetivos da ocupação desses territórios, misturam-se à insegurança social generalizada percebida, principalmente, pela instabilidade da renda dos trabalhadores. A insuficiência da infraestrutura produtiva, a falta de qualificação dos trabalhadores e de assistência técnica e social adequadas coloca limites para produzir em escala que possa significar a superação da pobreza e a melhoria real das condições de vida das famílias

---

<sup>50</sup> Agradecemos o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

assentadas nesta região brasileira que, contraditoriamente, é uma das mais desenvolvidas do país. Sem perspectivas de emancipação econômica, ao lado da “vida de assentado”, estabeleceu-se (ou nunca foi interrompido) um processo de *reproletarização*, caracterizado pelo retorno do trabalhador assentado ou parte da família ao mercado de trabalho rural e/ou urbano, especialmente o informal, em busca de renda e de segurança social, o que pode comprometer a consolidação dos projetos de assentamento e o futuro da incipiente reforma agrária realizada no país. As famílias sobrevivem entre os assentamentos e as cidades do entorno, territórios cujas particularidades das relações econômicas e políticas estão centradas nas grandes agroindústrias e nos sujeitos sociais típicos que elas produzem e reproduzem: os trabalhadores não qualificados, do tipo “faz tudo” – porque trabalham em diversos setores da economia formal e/ou informal – e “andorinha” – porque transitam entre a cidade e o campo para trabalhar e morar.

Com o objetivo de compreender as estratégias de reprodução social desenvolvidas pelos trabalhadores rurais assentados em busca de sobrevivência e segurança social bem como as suas representações sociais sobre esta condição, estudamos o caso de um Assentamento localizado nesta região, cujas 79 famílias foram oficialmente assentadas em 2004. Entendemos que o *trabalho precário*, cuja marca distintiva é a insegurança social dos trabalhadores porque os riscos das atividades são assumidos exclusivamente por eles (Kalleberg, 2009), é produto das assimetrias presentes no trabalho contemporâneo, dadas pela introdução de novas tecnologias e modelos de organização e gestão que favorecem a sobrevivência das empresas no mercado em detrimento da segurança social dos trabalhadores. A *precariedade* é vivida também na condição de vida do assentado, que padece da escassez generalizada de recursos materiais e simbólicos que inviabilizam a existência e a manutenção de projetos de vida em médio e longo prazo (Bourdieu, 1998). O Estado tenta lidar com a *insegurança social* (Castel, 2004) gerada por essas circunstâncias implantando um conjunto de políticas públicas compensatórias, que procuram incluir os sujeitos na lógica social que é, intrinsecamente, excludente (Martins, 2003). Por meio de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores e gestores, analisamos a configuração e o lugar do trabalho e das políticas públicas de fomento à produção e comercialização e de assistência social no desenvolvimento do Assentamento.

O Assentamento situa-se num pequeno município de 12 mil habitantes, típica cidade-dormitório que vive o drama de não ter arrecadação de impostos significativa, mas, por abrigar a força de trabalho empregada nos canaviais, paga o ônus de assistir uma população cujo vínculo laboral é sazonal, além de atender as demandas da população do Assentamento por serviços públicos nas áreas de atenção básica e emergencial à saúde, educação fundamental e

assistência social. Em 2012, o município tinha taxa de escolaridade e de riqueza abaixo da média estadual; em 2015, 86,3% da população era atingida pelos índices de vulnerabilidade médio e alto e apenas 13,6% pelos índices muito baixo e baixo. No entanto, a proximidade do Assentamento com Ribeirão Preto, a capital regional, permitia que os assentados criassem e mantivessem redes de relações para prover não só as suas necessidades de ganhar a vida como também as de utilizar equipamentos sociais inexistentes no Assentamento em diferentes áreas: saúde, educação e lazer, principalmente, além de comércio e serviços diversos.

Um conjunto de políticas públicas procurava equacionar as questões econômicas e sociais, desde que o Assentamento foi, oficialmente, criado. A partir de 2003, as orientações do Banco Mundial para reduzir a pobreza na América Latina foram traduzidas nos planos Fome Zero (2003), nos governos Lula da Silva, e Brasil Sem Miséria (2011), nos governos Dilma Rousseff, como programas de governo que para combater a fome e a pobreza (Fome Zero) e erradicar a pobreza extrema (Brasil Sem Miséria), especialmente no campo. Os assentados receberam recursos desses programas para investir na produção e construir moradias, inseriram-se nos programas de comercialização via mercados institucionais e de transferência de renda, que garantiram algumas condições para manter as famílias no território. Mas, a exigência governamental de condicionar o repasse dos recursos à criação de cooperativas e/ou associações tornou o acesso burocrático, moroso e sujeito a inúmeros conflitos internos. O processo organizativo necessário para viabilizar o acesso aos recursos e aos direitos sociais básicos esbarrou na típica cultura associativa brasileira, clientelista e assistencial-paternalista, e na fragilidade política dos trabalhadores para combatê-la.

No que se refere ao Pronaf – Programa Nacional da Agricultura Familiar, ao mesmo tempo em que os trabalhadores reconheciam os seus benefícios, também consideravam que, de um lado, a imposição do modo coletivo de aplicar o dinheiro e, de outro, a falta de planejamento e de oferta regular de assistência técnica inviabilizou o investimento em tecnologia apropriada e o desenvolvimento de linhas de produção diversificadas e rentáveis. Parte dos investimentos perdeu-se por desuso ou falta de água para manter a produção; os equipamentos agrícolas transformaram-se em sucatas e somente parte dos assentados conseguiu livrar-se das dívidas valendo-se de um abatimento especial concedido pelo governo federal aos inadimplentes. O PAA - Programa Nacional de Aquisição de Alimentos era a mais importante via de comercialização dos produtos. Porém, o baixo montante das cotas de comercialização, o curto período de manutenção do Programa no ano agrícola, o descompasso entre o momento da colheita e o da aprovação dos contratos, a morosidade e os custos financeiros da burocracia, a percepção de irregularidades no funcionamento, e, principalmente, as incertezas em relação às



renovações de contrato e os constantes atrasos nos pagamentos abalavam a confiança no Programa como mecanismo de estruturação da produção e comercialização. Os assentados valiam-se também da comercialização informal, direta e indireta, tanto para não perder o resultado da safra quanto para garantir o bom funcionamento da economia doméstica. Por esses motivos, o assalariamento temporário – *fazer bico* ou *dar uns pulos* (Scopinho, 2012) – continuava sendo uma forma comum de trabalho utilizada com o intuito de suprir as necessidades básicas da família, pagar dívidas ou formar um pequeno capital para custear a produção.

No geral, o trabalho não tinha idade, sexo, tempo ou espacialidade definida, mas, tinha como característica constante a informalidade dos vínculos e a precariedade das condições de realização; os trabalhadores eram do tipo polifuncionais ou “faz tudo”. De uma forma ou de outra, todos os membros das famílias trabalhavam nos cuidados domésticos ou no manejo dos animais e das plantações, principalmente no plantio e na colheita quando até os que trabalhavam nas cidades ajudavam nos dias de folga. Além disso, muitos dos que trabalhavam na lavoura realizavam serviços extras, chamados de “bicos”, na cidade ou no próprio Assentamento, na medida da necessidade. No dia a dia, observava-se um intenso movimento financeiro de pequenos valores, que envolvia os assentados entre si e a vizinhança na negociação de insumos, ferramentas, animais, materiais diversos, compra e venda de serviços, em geral. Jovens e idosos revendiam gêneros alimentícios industrializados e produtos de utilidade doméstica em pequenos estabelecimentos improvisados no próprio Assentamento ou nas imediações.

O trabalho no campo envolvia, especialmente, os homens auxiliados pelos idosos aposentados ou desempregados, pelos jovens que não conseguiam trabalho na cidade por falta de qualificação e experiência, pelas mulheres que nunca haviam trabalhado fora de casa ou que estavam desempregadas. A pequena produção consistia, principalmente, do plantio de banana e mandioca, alguns tipos de legumes e hortaliças (quando as condições climáticas permitiam) e criação de pequenos animais, utilizando base técnica artesanal e força de trabalho humana. Essas linhas de produção mantinham-se inalteradas desde os primórdios da ocupação por falta de infraestrutura produtiva adequada que permitisse explorar a terra de modo intensivo, extensivo e contínuo. Predominava o uso de insumos orgânicos de baixo custo, de origem caseira, por força das restrições ambientais impostas pelo tipo de projeto de assentamento ou mesmo por falta de recursos para investir em insumos que pudessem garantir a produtividade. Na estiagem, a escassez de água comprometia o volume e a regularidade da produção e tornava incerta a renda familiar. Os assentados mais capitalizados contratavam os menos capitalizados como diaristas

para o trabalho pesado na lavoura; os idosos e as mulheres sozinhas também contratavam porque precisavam produzir para justificar a presença no lote.

As cidades do entorno, especialmente Ribeirão Preto, tinham um papel fundamental no processo de diversificação das estratégias de trabalho. Os homens trabalhavam, temporariamente, na colheita da cana e do café, construção civil, jardinagem; as mulheres prestavam serviços de limpeza em domicílios ou estabelecimentos comerciais; os jovens trabalhavam no comércio, na indústria e prestavam serviços diversos. Os “bicos” eram atividades tipicamente informais, realizadas dentro ou fora do assentamento, que os trabalhadores conciliavam ou não com o trabalho no campo e/ou na cidade. Esta configuração parecia um caleidoscópio, cujo movimento era condicionado por múltiplos fatores: a existência de recursos para investir na produção agrícola, de assistência técnica constante e voltada para os interesses e as reais possibilidades de produção e comercialização dos assentados, dos dispositivos legais e institucionais de restrição ao uso dos recursos naturais, de canais seguros de comercialização, das condições de oferta de empregos no mercado de trabalho (rural e urbano) nas cidades do entorno. Especificamente para cada família o movimento dependia ainda do número de braços disponíveis para trabalhar no campo e na cidade, das características dos seus membros em termos de idade, escolaridade e experiência de trabalho anterior, das expectativas e dos projetos de trabalho e vida que cada um construía para si. As imagens mais nítidas do caleidoscópio eram formadas, principalmente, por famílias que possuíam: 1. Todos os membros trabalhando, exclusivamente, no campo; 2. Parte dos seus membros trabalhando, exclusivamente, no campo e parte, exclusivamente, na cidade; 3. Membros que trabalhavam, sazonalmente, no campo e/ou na cidade, dependendo das condições climáticas favoráveis para produção agrícola e da oferta de empregos no mercado de trabalho; 4. As situações 2 e 3 combinadas na mesma família. Em todas as situações, destacam-se a precariedade dos vínculos e das condições de realização de trabalho no campo ou na cidade e a dependência crônica dos sujeitos dos programas e projetos governamentais, entre eles os de comercialização com os mercados institucionais e de assistência social.

O problema fundamental é que, passados mais de dez anos da oficialização do Assentamento, a situação de trabalho atual não era muito diferente da anterior. Alguns autores chamam de *pluriatividade*, esta combinação de atividades desenvolvidas no campo e/ou na cidade ou trazidas da cidade para o campo e vice-versa (Schneider, 2009). No entanto, o conceito de *reproletarização* é mais apropriado para analisar a situação desses trabalhadores que, ao ocuparem o Assentamento, estavam em busca de: 1. fugir das incertezas e do despotismo das relações de trabalho assalariadas e da insegurança do modo de vida urbano; 2.

um lugar para enraizar, para escapar das rotas migratórias que, inexoravelmente, os levavam ao trabalho volante e temporário na cidade e no campo. No início da ocupação, as expectativas eram as de ter moradia fixa, mesa farta e saudável, segurança social e autonomia produtiva, dado que o perfil socioeconômico dos ocupantes era de trabalhadores migrantes, com passagens pelo corte manual da cana-de-açúcar, portadores de trajetória de trabalho marcada pelos vínculos informais e pela precariedade das condições de realização (Scopinho, 2012).

Em suma, apesar da ocupação deste Assentamento significar uma ação política de enfrentamento à hegemonia do agronegócio na região de Ribeirão Preto, a conquista de moradia e de segurança alimentar, continua a saga desses trabalhadores na luta pela sobrevivência e pela transformação real das suas condições de trabalho e de vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bourdieu, P. (1998). A precariedade está hoje por toda a parte. In P. Bourdieu (Ed.), *Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal* (pp. 119-127). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.
- Castel, R. (2004). *La inseguridad social. ¿Qué es estar protegido?* Buenos Aires, Argentina: Manantial.
- Kalleberg, A. L. (2009). O crescimento do trabalho precário. Um desafio global. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(69): 21-31.
- Martins, J. S. (2003). *A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais* (2rd Ed). Rio de Janeiro, RJ: Vozes.
- Schneider, S. (2009). A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas de investigação. In: H. C. de Grammont, & L. Martinez Valle (Eds.), *La pluriactividad en el campo latinoamericano* (pp. 132-161). Quito, Equador: Editora Flacso.
- Scopinho, R. A. (2012). *O processo organizativo de assentamentos rurais: trabalho, condições de vida e subjetividades*. São Paulo, SP: Annablume.

## Trabalho e emprego na agricultura brasileira: um olhar para o período 2004-2014

Otávio Valentim Balsadi  
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)  
otavio.balsadi@embrapa.br  
Mauro Eduardo Del Grossi  
Universidade de Brasília  
delgrossi@unb.br

### RESUMO

O mercado de trabalho na agricultura brasileira é caracterizado por distintas formas de ocupação, desde as relações de assalariamento até as modalidades de trabalho familiar. Em um país continental, com uma agricultura heterogênea e diversa, nota-se um mercado de trabalho complexo, com importantes transformações no período recente. Por isso, o objetivo do texto é analisar alguns aspectos relacionados ao trabalho e ao emprego na agricultura brasileira no período 2004-2014, tendo como fonte de informações a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Espera-se que os resultados obtidos sejam úteis para novos estudos, bem como para a implementação de políticas públicas que contribuam para uma vida digna das pessoas e famílias que trabalham na agricultura e no meio rural brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** mercado de trabalho, agropecuária, ocupações agrícolas, PNAD, Brasil.

### 1. INTRODUÇÃO

Entre 2004 e 2014, a agricultura brasileira experimentou uma fase favorável em termos de expansão de área, aumento da produção e, especialmente, de ganhos de produtividade. Favorecido pelos bons preços das principais commodities e por um conjunto de políticas públicas diferenciadas para seus distintos perfis e tipos de agricultores(as), o setor foi importante gerador de divisas para a economia brasileira, com significativo saldo positivo na balança comercial. Este desempenho favorável, no entanto, nem sempre traz benefícios para todas as pessoas que tem na agricultura a sua principal ocupação e fonte de emprego.

Se é fato que nas duas últimas décadas foram registrados importantes avanços no mercado de trabalho, também é verdade que vários desafios permanecem para serem adequadamente enfrentados pelos trabalhadores e suas organizações, agricultores e suas representações, formuladores e gestores de políticas públicas<sup>51</sup>. Importante salientar que os

---

<sup>51</sup> Do lado positivo, houve: redução do trabalho infantil; aumento do grau de formalidade das relações de trabalho assalariado; ampliação da cobertura da Previdência Social; ganhos reais de salário; e aumento do nível de escolaridade das pessoas. Entretanto, alguns desafios permanecem como questões estruturais da agricultura brasileira: redução contínua do número de pessoas ocupadas; “saída” dos jovens e dificuldades no processo de sucessão nas propriedades rurais; além do elevado contingente de pessoas subocupadas ou em condições muito precárias de trabalho.

últimos anos foram marcados por uma volta do tema do mercado de trabalho na agricultura aos estudos acadêmicos, com foco no âmbito nacional (Laurenti et al, 2015; Maia e Sakamoto, 2014; Silva Filho e Balsadi, 2013). Neste sentido, o presente texto busca contribuir com este debate contemporâneo, tendo como objetivo principal analisar alguns aspectos relacionados ao trabalho e ao emprego na agricultura brasileira no período 2004-2014.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fonte dos dados utilizada no estudo dos ocupados na agricultura brasileira é a PNAD. Os dados referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais de idade tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última ou a penúltima do mês de setembro de cada ano. Por População Economicamente Ativa (PEA) ocupada entende-se o conjunto de pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte do período da semana de referência<sup>52</sup>. Quanto à posição na ocupação, as categorias são as seguintes: empregador; empregado; conta própria; não remunerado; trabalhador na produção para o próprio consumo.

A distribuição dos ocupados, por atividade, obedece a classificação das atividades econômicas feitas pelo IBGE para fins de pesquisas domiciliares (CNAE-Domiciliar). A expansão das amostras da PNAD para a obtenção do total de ocupados no período 2004-2014 foi feita com as novas ponderações disponibilizadas pelo IBGE para esta década, conhecida como “Revisão 2013”. As taxas de crescimento anuais foram estimadas por meio do modelo de regressões log-lineares, com as informações referentes aos anos de 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2012, 2013 e 2014.

## 3. PRINCIPAIS ASPECTOS DO TRABALHO E DO EMPREGO NA AGRICULTURA BRASILEIRA NO PERÍODO 2004-2014

Entre 2004 e 2014, a PEA ocupada na agricultura<sup>53</sup> registrou um decréscimo de -2,8% ao ano, culminando com uma redução de 3,6 milhões de pessoas (Tabela 1). Com exceção da região Norte, em todas as demais foram registradas significativas taxas de redução: -3,3% ao ano no Nordeste; -2,1% ao ano no Sudeste; -4,2% ao ano no Sul; e -2,5% ao ano no Centro-Oeste. Importante observar que as regiões Nordeste e Sul foram responsáveis por cerca de 75,0% do total da redução da PEA ocupada na agricultura (2,7 milhões de pessoas do total de 3,6 milhões registrados no período para o Brasil). Em termos de participação relativa das

---

<sup>52</sup> Também fazem parte da PEA ocupada as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licenças, faltas, greves, entre outros.

<sup>53</sup> Em 2014, as cinco principais atividades na ocupação da PEA agrícola brasileira eram a criação de bovinos, a criação de aves, o cultivo de milho, o cultivo de mandioca, e o cultivo de hortaliças e legumes. Juntas, estas atividades foram responsáveis por 57,5% do total de pessoas ocupadas (ou 8,3 milhões de pessoas).

regiões no total da PEA ocupada na agricultura, nota-se um quadro com poucas variações no período 2004-2014. A região Nordeste foi responsável, em média, por 45,4% do total das pessoas ocupadas (era 45,8%, em 2004, e 45,1%, em 2014). Na sequência, aparecem as regiões Sudeste, Sul, Norte e Centro-Oeste, cujas respectivas participações foram, em média, de 21,2%, 16,5%, 10,7% e 6,3%.

**Tabela 1:** Evolução da PEA agrícola de 10 anos ou mais de idade, no período 2004 a 2014. Brasil e Grandes Regiões

Unidade	Milhares de pessoas					Taxa	Var. 04/14
	2004	2007	2009	2011	2014	04/14 (% a.a.)	
<b>Brasil</b>	<b>18.030</b>	<b>16.842</b>	<b>16.035</b>	<b>14.888</b>	<b>14.466</b>	<b>-2,8 ***</b>	<b>-3.564</b>
Região Norte	1.963	1.620	1.619	1.855	1.691	0,0	-272
Região Nordeste	8.254	7.798	7.214	6.665	6.529	-3,3 ***	-1.725
Região Sudeste	3.562	3.456	3.520	3.155	3.065	-2,1 ***	-497
Região Sul	3.180	2.868	2.607	2.339	2.248	-4,2 ***	-933
Região Centro-Oeste	1.070	1.099	1.075	874	934	-2,5 ***	-137

**Fonte:** Tabulações especiais da PNAD/IBGE. Fevereiro de 2016.

**Nota:** \*\*\*, \*\* e \* indicam, respectivamente, 99%, 95% e 90% de confiança.

O mercado de trabalho na agricultura brasileira é caracterizado por distintas formas de ocupação, desde as relações de assalariamento até as diversas modalidades de trabalho familiar. No período 2004-2014, com exceção dos empregados com registro formal em carteira de trabalho e da categoria de autoconsumo, todas as demais categorias registraram fortes decréscimos (Tabela 2).

**Tabela 2:** Evolução da PEA agrícola de 10 anos ou mais de idade, segundo a posição na ocupação na atividade principal, no período 2004 a 2014. Brasil

Posição na Ocupação	Milhares de pessoas					Taxa	Var. 04/14
	2004	2007	2009	2011	2014	04/14 (% a.a.)	
<b>Brasil</b>	<b>18.030</b>	<b>16.842</b>	<b>16.035</b>	<b>14.888</b>	<b>14.466</b>	<b>-2,8 ***</b>	<b>-3.564</b>
Empregador	559	411	447	352	269	-7,6 ***	-291
Conta Própria	4.724	4.169	4.117	4.405	4.209	-1,2 **	-515
Empregados	4.961	4.806	4.868	4.244	3.970	-2,4 ***	-991
Com registro formal	1.567	1.685	1.709	1.688	1.714	0,6	147
Sem registro formal	3.394	3.121	3.159	2.556	2.256	-4,1 ***	-1.139
Não remunerados	4.350	3.510	2.772	2.083	1.592	-10,8 ***	-2.758
Autoconsumo	3.436	3.946	3.832	3.804	4.427	1,1	991

**Fonte:** Tabulações especiais da PNAD/IBGE. Fevereiro de 2016.

**Nota:** \*\*\*, \*\* e \* indicam, respectivamente, 99%, 95% e 90% de confiança.

Em termos absolutos, as maiores reduções ocorreram com as categorias de não remunerados (2,8 milhões de pessoas a menos, com taxa de -10,8% ao ano), empregados sem registro formal em carteira (cerca de 1,1 milhão de pessoas a menos, com taxa de -4,1% ao ano) e conta própria (cerca de 500 mil pessoas a menos, com taxa de -1,2% ao ano). Por outro lado, chama a atenção o elevadíssimo crescimento da categoria dedicada ao autoconsumo, com aumento de quase um milhão de pessoas ocupadas entre 2004 e 2014.

**Tabela 3:** Evolução da PEA agrícola feminina de 10 anos ou mais de idade no período 2004 a 2014. Brasil e Grandes Regiões

Unidade	Milhares de pessoas						Taxa	Var. 04/14
	2004	2007	2009	2011	2014	04/14 (% a.a.)		
<b>Brasil</b>	<b>5.763</b>	<b>5.413</b>	<b>4.917</b>	<b>4.477</b>	<b>4.569</b>	<b>-3,7</b>	<b>***</b>	<b>-1.193</b>
Região Norte	574	490	461	521	474	-0,9		-100
Região Nordeste	2.633	2.490	2.166	2.068	2.180	-3,8	***	-453
Região Sudeste	1.060	1.033	1.057	880	902	-2,8	***	-158
Região Sul	1.234	1.115	967	834	807	-5,3	***	-427
Região Centro-Oeste	262	284	267	173	205	-5,3	***	-56

**Fonte:** Tabulações especiais da PNAD/IBGE. Fevereiro de 2016.

**Nota:** \*\*\*, \*\* e \* indicam, respectivamente, 99%, 95% e 90% de confiança.

**Tabela 4:** Evolução da PEA agrícola por grupos de idade, no período 2004 a 2014. Brasil e Grandes Regiões

Unidade e Faixas Etárias Seleccionadas	Milhares de pessoas						Taxa	Var. 04/14
	2004	2007	2009	2011	2014	04/14 (% a.a.)		
<b>Brasil</b>	<b>18.030</b>	<b>16.842</b>	<b>16.035</b>	<b>14.888</b>	<b>14.466</b>	<b>-2,8</b>	<b>***</b>	<b>-3.564</b>
10 a 14 anos	1.037	902	642	565	441	-10,3	***	-596
15 a 29 anos	5.586	4.687	4.116	3.523	3.003	-6,5	***	-2.584
<b>Região Norte</b>	<b>1.963</b>	<b>1.620</b>	<b>1.619</b>	<b>1.855</b>	<b>1.691</b>	<b>0,0</b>		<b>-272</b>
10 a 14 anos	167	124	98	110	86	-5,7	***	-81
15 a 29 anos	699	522	473	543	420	-2,8	**	-279
<b>Região Nordeste</b>	<b>8.254</b>	<b>7.798</b>	<b>7.214</b>	<b>6.665</b>	<b>6.529</b>	<b>-3,3</b>	<b>***</b>	<b>-1.725</b>
10 a 14 anos	531	487	343	316	214	-11,0	***	-316
15 a 29 anos	2.841	2.417	2.079	1.692	1.504	-7,2	***	-1.337
<b>Região Sudeste</b>	<b>3.562</b>	<b>3.456</b>	<b>3.520</b>	<b>3.155</b>	<b>3.065</b>	<b>-2,1</b>	<b>***</b>	<b>-497</b>
10 a 14 anos	98	104	86	62	62	-7,8	***	-36
15 a 29 anos	1.012	883	777	717	572	-5,9	***	-440
<b>Região Sul</b>	<b>3.180</b>	<b>2.868</b>	<b>2.607</b>	<b>2.339</b>	<b>2.248</b>	<b>-4,2</b>	<b>***</b>	<b>-933</b>
10 a 14 anos	202	161	82	65	62	-14,0	***	-140
15 a 29 anos	730	595	552	387	325	-8,5	***	-405
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>1.070</b>	<b>1.099</b>	<b>1.075</b>	<b>874</b>	<b>934</b>	<b>-2,5</b>	<b>***</b>	<b>-137</b>
10 a 14 anos	40	26	34	11	17	-12,2	***	-23
15 a 29 anos	303	270	236	182	181	-6,6	***	-122

**Fonte:** Tabulações especiais da PNAD/IBGE. Fevereiro de 2016.

**Nota:** \*\*\*, \*\* e \* indicam, respectivamente, 99%, 95% e 90% de confiança.

Dois outros aspectos que tem merecido maior atenção nos estudos sobre trabalho e emprego na agricultura são a redução da presença feminina na força de trabalho e a “saída” dos jovens. No período 2004-2014, a PEA agrícola feminina foi reduzida em 1,2 milhão de pessoas (Tabela 3), sendo as maiores reduções verificadas nas regiões Nordeste e Sul (73,7% do total). Também é importante ressaltar a significativa redução do trabalho infantil na agricultura no período em questão (Tabela 4). Para o total de Brasil a queda foi de cerca de 600 mil pessoas com idade entre 10 e 14 anos (taxa de -10,3% ao ano), sendo que a região Nordeste respondeu por 53,0% desta redução (menos 316 mil pessoas, com uma taxa de -11,0% ao ano). Aqui parece haver um efeito claro e positivo das políticas públicas, especialmente as de combate à pobreza e de promoção da segurança alimentar e nutricional<sup>54</sup>, na redução do trabalho infantil, pois em todas as regiões o comportamento foi similar.

No tocante a “saída” dos jovens da agricultura, pode-se notar que houve uma redução de 2,6 milhões de pessoas da PEA agrícola com idade entre 15 e 29 anos no período 2004-2014 (taxa de -6,5% ao ano). Isso correspondeu a 72,5% do total de 3,6 milhões de pessoas a menos. Ou seja, de cada quatro pessoas que deixaram a PEA agrícola, três eram jovens com idade entre 15 e 29 anos. A redução dos jovens foi tão brusca que, em 2014, as participações (relativas e absolutas) das faixas de idade entre 15 e 29 anos e de 60 anos ou mais foram próximas (em 2004, os jovens eram mais do que o dobro dos “idosos” ocupados na agricultura brasileira).

O tema das ocupações não agrícolas da população rural<sup>55</sup>, compensando parcialmente a redução nas ocupações agrícolas, tem-se mostrado relevante no Brasil desde meados dos anos 90. Esta forma de inserção no mercado de trabalho pode ser uma alternativa importante para os residentes rurais obterem melhores condições de trabalho e um rendimento monetário maior em relação ao que costumeiramente se recebe nas atividades agrícolas<sup>56</sup>.

Com isso, os membros familiares podem continuar residindo nas áreas rurais e se ocupar em atividades não agrícolas, muitas das quais podem ser complementares com a agricultura. Esse fenômeno da pluriatividade no interior das famílias rurais tem sido observado, em diferentes graus de intensidade, em praticamente todas as regiões brasileiras. No período 2004-2014, a PEA não agrícola com residência nas áreas rurais saltou de 4,3 para 5,5 milhões de pessoas ocupadas, um acréscimo de 1,2 milhão de novas ocupações (Tabela 5).

---

<sup>54</sup> Sobre este tema, ver o recente trabalho de França, Marques e Del Grossi (2016).

<sup>55</sup> Considera-se como ocupação rural não agrícola aquela que é exercida por pessoas residentes em áreas rurais e ocupadas em atividades fora da agricultura (construção civil, serviços domésticos, administração pública, professores), sejam estas desenvolvidas na área rural ou na urbana.

<sup>56</sup> Mais detalhes sobre este tema podem ser obtidos no trabalho de Balsadi (2012).



**Tabela 5:** Evolução da PEA não agrícola de 10 anos ou mais de idade, com residência rural no período 2004 a 2014. Brasil e Grandes Regiões

Unidade	Milhares de pessoas					Taxa	Taxa	Var. 04/14
	2004	2007	2009	2011	2014	04/09 (% a.a.)	11/14 (% a.a.)	
<b>Brasil</b>	<b>4.279</b>	<b>5.079</b>	<b>5.352</b>	<b>4.563</b>	<b>5.511</b>	<b>4,0</b> **	<b>6,3</b> **	<b>1.232</b>
Região Norte	631	795	830	643	737	3,9	4,8 *	106
Região Nordeste	1.486	1.814	1.873	1.823	2.280	4,2 **	7,6 **	794
Região Sudeste	1.175	1.386	1.452	1.103	1.281	3,9 ***	4,6 *	107
Região Sul	732	811	890	782	929	4,4 ***	5,6 *	197
Região Centro-Oeste	255	272	307	212	283	2,2	10,9 **	28

**Fonte:** Tabulações especiais da PNAD/IBGE. Fevereiro de 2016.

**Nota:** \*\*\*, \*\* e \* indicam, respectivamente, 99%, 95% e 90% de confiança.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto analisou aspectos relacionados ao trabalho e ao emprego na agricultura brasileira no período 2004-2014, focando alguns temas de caráter mais estrutural, como a redução contínua de pessoas ocupadas (especialmente crianças, jovens e mulheres, quase sempre pertencentes a categoria de membros não remunerados da família) e o crescimento das ocupações não agrícolas da PEA rural.

Com isso, evidencia-se que o rural não deve ser entendido como o espaço onde são desenvolvidas apenas as tradicionais atividades agrícolas e pecuárias. As transformações na estrutura de ocupação das PEAs agrícola e rural, em um mercado de trabalho cada vez mais integrado e complexo, consolidou um quadro de grande heterogeneidade das famílias rurais, cujas estratégias cada vez mais incluem outras atividades juntamente com a agricultura. Essas mudanças trazem consigo a necessidade de um outro olhar para as realidades, rural e agrícola, e da busca de novos e criativos instrumentos para a elaboração e implementação das políticas de desenvolvimento rural, principalmente no sentido de uma adequada inserção social e econômica de todas as categorias de trabalhadores presentes na agricultura e no meio rural brasileiro.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Balsadi, O. V. (2012). Um olhar sobre a PEA rural ocupada em atividades não agrícolas no período 2001-09 e suas principais características. In: *Anais do 50º Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Vitória - ES: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – Sober.
- França, C. G., Marques, V. P., & De Grossi, M. E. (2016). *Superação da fome e da pobreza rural: iniciativas brasileiras*. Brasília – DF: FAO.

- Laurenti, A. C. & Pellini, T.; Telles, T. S. (2015). Evolução da ocupação e do rendimento das pessoas no espaço rural brasileiro no período de 2001 a 2009. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53, (2): 321-342.
- Maia, A. G. & Sakamoto, C. S. (2014). A nova configuração do mercado de trabalho agrícola brasileiro. In: Buainain, A. M.; Alves, E.; Silveira, J. M.; Navarro Z. (Org.). *O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola* (pp. 591-620). Brasília, DF: Embrapa.
- Silva Filho, L. A. & Balsadi, O. V. (2013). Localização do emprego formal agropecuário nas atividades de cultivo e criação no Brasil. *Revista Economia & Tecnologia*, 9: 77-100.

## **Trabalho, modos de vida e processos identitários na Serra do Açor, Portugal**

Rosemeire Aparecida Scopinho  
Universidade Federal de São Carlos  
scopinho@ufscar.br  
Norma Valencio  
Universidade de São Paulo  
normaf@terra.com.br  
Luciano Lourenço  
Universidade de Coimbra  
luciano@uc.pt

### **RESUMO**

Na região serrana de Açor (Portugal), o rural caracteriza-se pelas idas e vindas dos aldeões entre o campo e a cidade, em busca de trabalho e reprodução social. Apoiados em observações etnográficas e entrevistas realizadas em oito aldeias do Distrito de Coimbra e nos conceitos de memória social, cotidiano e trabalho, refletimos sobre as construções materiais e simbólicas que sustentam/enfraquecem os vínculos sociais que tanto caracterizam o modo de vida aldeão quanto redefinem as suas identidades sociais. Por meio do trabalho, tais identidades reproduzem/transformam-se combinando valores e práticas seculares com as novas possibilidades trazidas pelas transformações globais em curso. Compreender as construções simbólicas que informam as estratégias criadas pelos sujeitos para combinar o tradicional e o moderno para garantir a reprodução social pode ser a chave para construir políticas de desenvolvimento econômico e social que levem em conta as suas expectativas e necessidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho, Modo de Vida, Identidade Social.

Na região serrana de Açor, Portugal, o esvaziamento do rural, por êxodo e/ou envelhecimento populacional, é um fenômeno que se intensificou nas últimas décadas e se expressa na forma de intensas mudanças na economia e nos modos de vida antes baseados, fundamentalmente, na atividade agrosilvopastoril. A vida rural é caracterizada pelas idas e vindas dos aldeões entre o campo e a cidade, em busca de trabalho e melhores condições de reprodução social. A exploração madeireira e de resina, principal atividade econômica desta região envolve as pequenas e micro propriedades rurais e as recentes mudanças no tipo de espécie cultivada e no manejo, têm contribuído para agravar o esvaziamento do rural. No entanto, o esvaziamento não completo. O manejo da floresta, na verdade, prescinde da presença humana constante, haja vista que os ciclos produtivos do pinheiro e do eucalipto são de trinta e dez anos, respectivamente, e o extrativismo da resina e da castanha é sazonal. A escassez de oferta de empregos regulares leva os aldeões a migrarem para trabalhar nas cidades do entorno. No entanto, muitos mantêm as suas casas para nelas passarem os finais de semana e as temporadas de verão; outros, depois de aposentados, voltam a ocupar as suas antigas casas e

fazem da agropecuária mais um passatempo do que atividade econômica, propriamente dita. Ocorre, então, um movimento migratório pendular.

Mas, o que motiva os aldeões no vai-e-vem constante entre a cidade e o campo? Paulo Baronet (2011), explicou que esta estratégia migratória possibilita ao aldeão usufruir o melhor dos dois mundos. Nas cidades eles encontram possibilidades de fixação porque há empregos, redes sociais de apoio e de interconhecimento, maior diversidade social e cultural; no campo eles revivem a memória coletiva e familiar, o sentimento de pertença e desfrutam o contato com a natureza e a tranquilidade de uma vida mais simples. Em suma, para este autor, nas cidades os jovens encontram possibilidade de fixação e no campo as possibilidades são de vinculação. Este fenômeno vem sendo observado em diferentes países e regiões com acentuada tradição agrícola e torna, cada vez mais, tênues as fronteiras do rural e do urbano, em função das transformações econômicas e sociais que caracterizam as *novas ruralidades*.

Esta comunicação propõe uma reflexão sobre as construções materiais e simbólicas que sustentam/enfraquecem os vínculos sociais que tanto caracterizam o modo de vida aldeão quanto redefinem as suas identidades sociais.

Se, para o homem comum, a vida cotidiana apresenta-se como uma espécie de território onde as relações sociais são, singularmente, desenhadas e indicam as possibilidades de realização do sujeito, também é nela que as limitações concretas e simbólicas desta realização se manifestam (Martins, 1998). A memória social é o elemento ativo que dá sentido às feições do lugar, dota a sociabilidade miúda do dia a dia de uma história mais densa e, conforme referem Haas e Jodelet (2007), é um espaço social e intersubjetivo que, compartilhado por meio de diferentes linguagens, pode ser entendido como uma arena onde diferentes grupos sociais lutam pela sobrevivência material e simbólica e reconstruem as identidades sociais. Memória (passado) e vida cotidiana (presente) andam juntas no processo de construção de sentidos que os sujeitos conferem ao mundo e às suas condições de vida, mediados pelo trabalho que realizam para sobreviver material e subjetivamente. Apoiamo-nos em Sennett (2009), para entender que a atividade material é mediadora dos sentimentos e do pensamento no trabalho humano, mesmo em condições adversas. Este autor retoma a ideia da existência do vínculo entre fazer e pensar e coloca o trabalho como motivo e consequência das nossas habilidades criadoras, da condição humana que nos define como “artífices” de nós mesmos e do lugar que ocupamos no mundo.

Fundamentados neste quadro teórico, obtivemos informações por meio de observações etnográficas e entrevistas realizadas em oito aldeias localizadas no Distrito de Coimbra, que permitiram apreender elementos importantes do modo de vida local, desde as formas de

trabalho existentes, até aos costumes e tradições mantidas, passando pela organização dos diferentes espaços de trabalho e de vivência. Descrevemos o cenário em foco, com ênfase nas atividades produtivas, procurando discutir o sentido material e subjetivo do trabalho realizado pelos aldeões e as consequências identitárias geradas.

As aldeias do distrito de Coimbra equivalem à ideia de lugar, isto é, a um processo social de territorialização, com forte vinculação identitária e moldado por um tempo histórico de centenas de anos denunciados pela arquitetura, pelos costumes mantidos e pelos modos de viver e trabalhar. A migração dos aldeões em busca de melhores condições de trabalho e vida nas cidades intensificou-se na segunda metade do século XX com a industrialização do país e ocorre, geralmente, entre os 16 e 25 anos de idade. As trajetórias laborais dos migrantes revelam que as atividades não exigiam elevado grau de qualificação e foram exercidas, principalmente, no setor de comércio e de prestação de serviços públicos ou privados, com destaque para os ramos de serviços domésticos, transporte, hospedagem e alimentação. Os homens migraram, predominantemente, em busca de trabalho e renda que permitisse viver melhor ao voltar para a aldeia de origem; as mulheres migraram também para acompanhar os maridos após o casamento. Lisboa foi o destino mais citado, seguido das aldeias do entorno, da cidade de Coimbra e de países como a França, a Suíça, a Espanha, a Bélgica, além dos países africanos colonizados por Portugal, especialmente Moçambique. A migração cotidiana para centros urbanos mais prósperos é uma prática corriqueira e representada como uma tendência inexorável de mobilidade regional. Os filhos herdaram não somente os meios de produção e as habilidades profissionais dos pais, mas, também, a sina de terem que deixar a propriedade territorial da família em busca de escolarização e trabalho em certa altura da vida.

A estrutura fundiária das aldeias é composta de pequenas e micro propriedades, algumas com poucos metros quadrados de extensão, que permanecem por décadas com as mesmas famílias. O trabalho é marcado por tempos muito distintos: os tempos físicos, dados pelas estações do ano, e os tempos sociais da vida dos aldeões, que definem os movimentos migratórios. No verão, a pequena agricultura e as aldeias ganham vida com a chegada dos moradores temporários, as festas familiares e comunitárias; no inverno, nas aldeias esvaziadas ficam somente os moradores permanentes, no geral, os idosos e o trabalho resume-se no trato dos animais. Os jovens interrompem as rotinas marcadas pelas estações do ano ao saírem das aldeias para estudar. É neste tempo da vida que, na trajetória social dos sujeitos, não só se inicia a relação mais constante com as cidades, como também os vínculos de origem e afetivos com a aldeia clarificam-se. E, então, ocorre o vai-e-vem entre a cidade e a aldeia e que, em geral, só termina com a aposentadoria, quando o retorno às origens costuma ser um propósito de vida.

Para compreender quais são as construções que materiais e simbólicas sustentam/enfraquecem os vínculos sociais que caracterizam os modos de vida nas aldeias, primeiramente, convém descrever sucintamente de qual trabalho falamos para depois tentar compreender por que é este trabalho.

Nas aldeias, os poucos empregos são gerados, principalmente, pelos serviços públicos: na administração municipal e na das freguesias, nas escolas e creches, nos lares de idosos e nos postos de saúde. Muitos trabalhadores viajam todos os dias para trabalharem na sede do concelho ou em aldeias próximas. Os aposentados dedicam-se integralmente à pequena agropecuária; os que trabalham nas aldeias ou cidades do entorno também se dedicam à agropecuária e o fazem antes e/ou depois da jornada de trabalho; os que trabalham em cidades mais distantes cuidam das suas propriedades nos finais de semana e nas férias.

As atividades agropecuárias predominantes nas aldeias estudadas são diversificadas e desenvolvidas de modo integrado, praticadas nos socalcos e nos quintais onde observa-se uma grande variedade de espécies, um mosaico de cores e texturas diferentes, incluindo grãos, hortaliças e flores. Utilizam-se adubos orgânicos e químicos, defensivos; organizam-se bancos de sementes, compram-se outras; a base técnica é, no geral, muito tradicional e rudimentar porque as áreas de cultivo são muito pequenas, os terrenos são íngremes e os socalcos só permitem a entrada de pequenos equipamentos. A água é abundante, vinda de fontes naturais e é armazenada e repartida entre os moradores e produtores rurais da comunidade. Os poucos excedentes, geralmente, não são comercializados, mas são distribuídos entre os familiares e vizinhos. A agricultura é desenvolvida mais como passatempo, alimento subjetivo, do que por necessidade, embora também signifique parte do orçamento doméstico porque acaba complementando a renda familiar que, geralmente, é composta de salários e aposentadorias. Parte da produção é processada nas agroindústrias artesanais de queijos, do azeite de olivas e de vinho de uvas para o consumo próprio. As pessoas herdaram, também, pequenas fábricas, geralmente, de azeite, vinícolas, entre outras, empreendimentos estritamente familiares que lembram as corporações de ofícios descritas na Idade Média. A atividade industrial é quase inexistente. No conjunto, a exploração florestal – no corte da madeira, na extração de resina (no caso do pinheiro) e de castanhas – é uma atividade econômica importante na região e no país. No entanto, as manchas de florestas estão espalhadas numa estrutura fundiária composta por micro propriedades e nem sempre são exploradas ou são, predominantemente, exploradas em regime associativo. Coexistem com as atividades agropecuárias, extrativistas e agroindustriais, as da construção civil, do pequeno comércio e as relacionadas ao turismo, acompanhando as

atuais tendências econômicas globais. Demais transações comerciais são feitas nas cidades sedes dos concelhos onde o comércio e os serviços são mais diversificados e especializados.

Em resumo, a população economicamente ativa tem uma dupla vida de trabalho, na cidade e no campo, mas isto não significa desgaste ou um fardo a carregar. Pelo contrário: o trabalho na cidade representa a realização profissional, a garantia de sustento e de proteção social na velhice. É este trabalho que alimenta materialmente o aldeão. Em contrapartida, o trabalho no campo representa a manutenção e o reforçamento dos vínculos com a aldeia e com os conterrâneos, a atualização de tradições seculares, o prazer de trabalhar para si e por si. Este trabalho é o que alimenta, subjetivamente, o aldeão e lhe confere “uma condição humana especial”, como refere Sennett (2009). Além disso, o trabalho no campo articula a vida cotidiana, realidade que é tangível, à memória social dos habitantes do lugar. E, assim, realiza, subjetivamente, o aldeão.

Nas aldeias pesquisadas, o sentido do trabalho é, socialmente, muito amplo. Primeiramente, porque o modo como se realizam as atividades produtivas somente é possível porque se trata de produção de pequena escala, desenvolvida pelas próprias famílias que herdaram dos antepassados os meios de trabalho, as habilidades profissionais e certos valores que sustentam as tradições do povo do lugar. Destaca-se o valor do trabalho caprichoso, que pode ser considerado equivalente ao trabalho artesanal descrito por Sennett (2009). Associados a este valor, que do ponto de vista da nossa reflexão tomamos como o principal, estão ainda outros, tais como: a partilha, o mutualismo, o respeito ao bem comum, a honestidade, a integridade, a religiosidade, que fazem valer mais as palavras empenhadas do que os contratos firmados.

Em segundo lugar porque há uma preocupação tradicional com questões ecológicas e de equidade distributiva dos recursos naturais locais. Embora existam muitos terrenos agricultáveis, em socalcos que se encontram, atualmente, abandonados, os praticantes locais da agricultura exercem-na em um perfeito exemplo do que, hoje, chamamos de *Agroecologia*. O cultivo nos socalcos que, de modo inteligente, disponibiliza, em terras íngremes, um solo plano para a agricultura. Assim, facilita o trabalho do agricultor ao mesmo tempo em que combate as erosões pluviais. A distribuição de recursos hídricos também é feita de acordo com esquemas criados e acordados na comunidade há décadas, sem que haja fiscalização ou qualquer mecanismo de controle do uso. Não foi referida a existência de conflitos relacionados ao uso do sistema de distribuição de água, a comunidade respeita os acordos feitos pelos antepassados que decidiram sobre o tempo de irrigação que é destinado a cada terreno, constituindo um

exemplo de prática comunitária de partilha de recursos e respeito pelo alheio que a tradição não deixa questionar.

A partilha do que se produz entre parentes, vizinhos e amigos é outra tradição exemplar e a nossa estadia na Aldeia das Dez testemunhou, cotidianamente, esta prática. “Melhor dar do que estragar”, como disse uma moradora. A solidariedade também manifesta-se no cuidado e na vigilância comunitária da saúde dos idosos, principalmente, os solitários, que são parcela significativa da população das aldeias. Observa-se certo padrão de igualdade social entre os moradores da serra, que se manifesta em várias dimensões da vida material e subjetiva e fundamenta as relações comunitárias. Se há igualdade, não há necessidade de competir ou subtrair nada de ninguém. No entanto, algumas diferenciações também se manifestam, particularmente, entre os moradores locais e os que trabalham nas cidades e passam nas aldeias apenas os finais de semana, que habitam casas maiores, chamadas de vivendas e possuem meios de transporte próprios.

Em suma, a identidade social desses sujeitos tem sido reproduzida e transformada combinando valores e práticas secularmente mantidos com as novas demandas e possibilidades trazidas pelas transformações econômicas e sociais em curso. Compreender as construções simbólicas que informam as estratégias criadas pelos sujeitos para combinar o tradicional e o moderno a fim de garantir as condições de vida e a reprodução social pode ser a chave para a construção de políticas de desenvolvimento econômico e social que levem em conta as suas expectativas e necessidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baronet, P. R. (2011). *O campo já não é só campo e a cidade também se transforma: como ler a relação entre o campo e a cidade no contexto migratório*. Lisboa, Portugal: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em <http://www.conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/viewFile/147/60>.
- Haas, V. & Jodelet, D. (2007). Pensée et mémoire sociales. In J. P. Pétard (Ed.) *Psychologie sociale* (pp.111-160). Paris: Bréal.
- Martins, J. S. (1998). O senso comum e a vida quotidiana. *Tempo social*, 10(1): 1-8.
- Sennett, R. (2009). *O artífice*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record.



## **THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA**

---

**Value chains, globalisation trends, and smart specialisation |  
Cadeias de valor, dinâmicas globais e especialização inteligente**

## Comercio de proximidad, CCC, canales locales y su implicación diferencial en la cadena de valor de la pera de la Horta de Lleida

Antonio Colom Gorgues  
Universidad de Lleida  
antonio\_colom@hotmail.com

Hind Belarbi  
ETSEA - Universidad de Lleida  
f.hind@gmail.com

Rosa M<sup>a</sup> Florensa Guiu  
Universidad de Lleida  
rmflorensa@aegern.udl.es

### RESUMEN

Este trabajo está basado en una investigación focalizada, dentro de la Horta de Lleida (España), hacia la Pera de Lleida y sus tres variedades principales: Limonera, Conferencia y Blanquilla, y una cesta de hortalizas. El propósito del mismo es analizar la producción de pera y su cadena de valor en el citado territorio, planteando el modelo diferencial del canal local o Circuito Corto de Comercialización (CCC) dado por la práctica del comercio de proximidad con dicha fruta, así como también ver los resultados comparativos entre este caso y la cadena de valor en el modelo de comercio convencional (no proximidad). Se han analizado por un lado los conceptos de CCC y de comercio de proximidad, y por otro lado los inherentes a la cadena de valor, fuerzas estratégicas y clústeres de Michael E. Porter. Se ha definido y estudiado el micro-clúster hortofrutícola de la Horta de Lleida, se han establecido las necesidades de información y datos, resolviendo la adquisición de los mismos por vía de fuentes secundarias (estadísticas y estudios elaborados por el MAGRAMA, Departamento de Agricultura de la GC, y otros) y fuentes primarias (diseño y realización de encuestas y entrevistas a expertos), para efectuar después los tratamientos o procesado de datos e informaciones, llegando a obtener las cadenas de valor de la Pera en los casos de la producción y comercio de proximidad, y de la producción y comercio convencional. A partir del análisis externo e interno del sector se ha llevado a término el análisis DAFO, al que se ha integrado la evaluación del impacto social del comercio de proximidad (visión percibida, actitudes, impacto sobre la confianza, etc). Finalmente se ha concluido demostrando que la cadena local de frutas genera menos costes que la cadena convencional, que el comercio de proximidad es una estrategia para aumentar el margen de venta al productor y reducir las tasas de descomposición de alimentos, se produce la percepción de un mayor nivel cualitativo, se favorece la proximidad de acceso, de identidad del territorio y de proceso productivo, y aumentan las relaciones, se genera sinceridad y confianza en el comprador de frutas de proximidad.

**PALABRAS CLAVE:** Cadena de Valor, Comercio de proximidad, CCC, Km 0, Horta de Lleida.

### 1. INTRODUCCIÓN. OBJETIVOS DEL TRABAJO. LA PRODUCCIÓN DE PERAS EN LA HORTA DE LLEIDA

El comercio de proximidad se presenta como una solución óptima para la búsqueda del desarrollo más sostenible, al suponer un sistema agrícola local, en el sentido de que un producto producido o procesado localmente se sirve a los consumidores locales. Pero en añadidura, este tipo de comercio que incluye esta proximidad geográfica, se asocia con una proximidad relacional entre el productor- comerciante y sus clientes (Solard, 2010). De esta forma, la

proximidad percibida por un consumidor en relación con el productor y comerciante podría resultar en un aumento de la lealtad (Dampérat, 2006), una significativa mejora de la satisfacción y una mayor confianza en relación a la intención de compra para dicha proximidad de kilómetro cero (Joh, 2010).

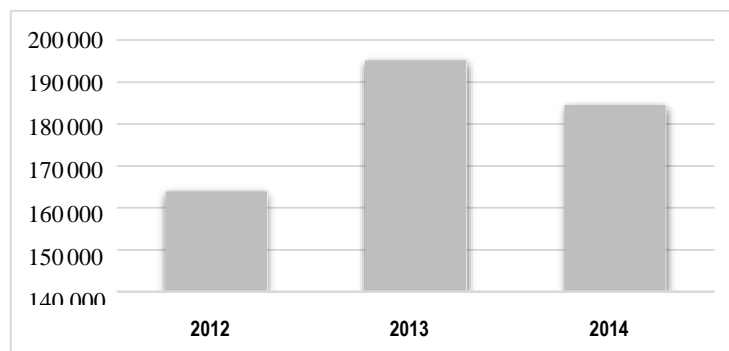
Tal es el caso en la zona de la Horta de Lleida, donde las políticas y las inercias del propio sector hortofrutícola y otros, han llevado a iniciativas en el contexto del comercio y servicios de proximidad a favor de los productos alimentarios, como fue el proyecto de cooperación transfronteriza europea "AgriProxi" entre España y Francia, la asociación con el Banco de Alimentos para promover la colaboración de la pequeña empresa leridana y sensibilizar a los comerciantes, en momentos de dificultad socioeconómica, además de otras iniciativas del Ayuntamiento.

El Objetivo General de este trabajo es analizar la cadena de valor en el citado territorio, planteando el modelo diferencial del canal local o Circuito Corto de Comercialización (CCC), de la práctica del comercio de proximidad con la Pera de la Horta de Lleida, así como también ver los resultados comparativos entre este caso y la cadena de valor en el modelo de comercio convencional.

Como Objetivos específicos se proponen: i) Identificar la visión percibida del concepto del comercio de proximidad para todos los eslabones de la cadena de valor; ii) Analizar la producción, confección y mermas a lo largo de la cadena de valor; iii) Estudiar y analizar los costes, precios de venta, mermas y márgenes en la cadena de distribución del comercio de proximidad vs el comercio convencional; iv) Estudiar el impacto económico y social del comercio de proximidad.

En 2013, fueron producidas 669.328 toneladas de frutas en la Horta de Lleida, y se alcanzaron 306.955 toneladas de manzana, 152.386 toneladas de melocotones y nectarinas, y 194.964 toneladas de pera; la producción de peras del año 2014 (AFRUCAT, 2015) se muestra en la figura.

La Pera de Lleida, opcionalmente, puede estar bajo el paraguas de la Dominación de Origen Protegida (DOP), con las variedades Limonera, Blanquilla y Conferencia, pertenecientes a las categorías de calidad Extra y Primera destinados a consumo en fresco. Es producida en las comarcas del Segrià, Pla de Urgel, las Garrigas, la Noguera y el Urgel, y donde el cultivo ocupa actualmente una extensión de 932 ha.



**Figura 1:** La producción de las peras en Lleida, en toneladas

Fuente: Elaboración propia desde datos de AFRUCAT (2015).

## 2. ESQUEMA GENERAL METODOLÓGICO

Como punto de partida, se han estudiado y analizado por un lado los conceptos de CCC y de comercio de proximidad, y por otro lado los inherentes a la cadena de valor, fuerzas estratégicas y clústeres de Michael E. Porter. A continuación, se ha implementado un plan que va desde el reconocimiento del terreno a través de las visitas técnicas a las explotaciones de la Horta de Lleida, visitas a centros de mercado y establecimientos mayoristas y minoristas, y construir el marco teórico de los conceptos clave del estudio, revisar la bibliografía o literatura científica y realizar el análisis correspondiente, hasta ir preparando las entrevistas y encuestas a los expertos y a los eslabones de la cadena de distribución de la pera, producto frutícola objeto de este trabajo.

Se ha analizado el micro-clúster hortofrutícola de la Horta de Lleida, se ha resuelto la adquisición de datos e información por vía de fuentes secundarias y fuentes primarias (diseño y realización de encuestas y entrevistas a expertos), para efectuar después el procesado, llegando a obtener la cadena de valor de la Pera. También se han obtenido las informaciones dadas por los expertos sobre impacto económico y social del comercio de proximidad, y las relaciones y la confianza.

A partir del análisis externo e interno del sector se ha efectuado el análisis DAFO, y se ha integrado la evaluación del impacto social del comercio de proximidad (visión percibida, actitudes, impacto sobre la confianza, etc). Todo lo anterior, ha permitido llegar a las conclusiones pertinentes.

### 3. CANALES CORTOS DE COMERCIALIZACIÓN, COMERCIO DE PROXIMIDAD Y CADENA DE VALOR

Los Canales Cortos de Comercialización (CCC), surgen como respuesta a una serie de elementos que han impactado y condicionado en las últimas décadas (desde los años 80), la situación del sector agroalimentario tanto para productores como para consumidores. Aunque son muchos los elementos y factores que han contribuido a favorecer el CCC, sin lugar a dudas uno de los principales elementos es el notable diferencial de precios origen-destino de los productos agroalimentarios. Es sabido por todos que, en el caso de los canales tradicionales, en ocasiones el precio de algunos productos alimentarios, entre ellos las frutas dulces, llega a multiplicarse hasta por diez, desde que es vendida por el productor o Central hortofrutícola, hasta que llega a los lineales de distribución minorista. Este agravio desequilibrante de precio, viene favorecido por un excesivo número de agentes en el canal comercial tradicional, y por la posición dominante en cuanto a poder de negociación, de la que disfruta la gran distribución frente a los pequeños productores e integradores de la oferta en origen.

También han tenido un peso importante en la proliferación de los CCC, la concienciación de los consumidores y productores acerca de la importancia de factores como la seguridad alimentaria, la salud, la atención y el respeto medioambiental, la logística superflua o transporte excesivo, y globalmente, la necesidad de crear y desarrollar un modelo socioeconómico más sostenible y justo para todos los stakeholders, especialmente para los productores y profesionales del sector primario.

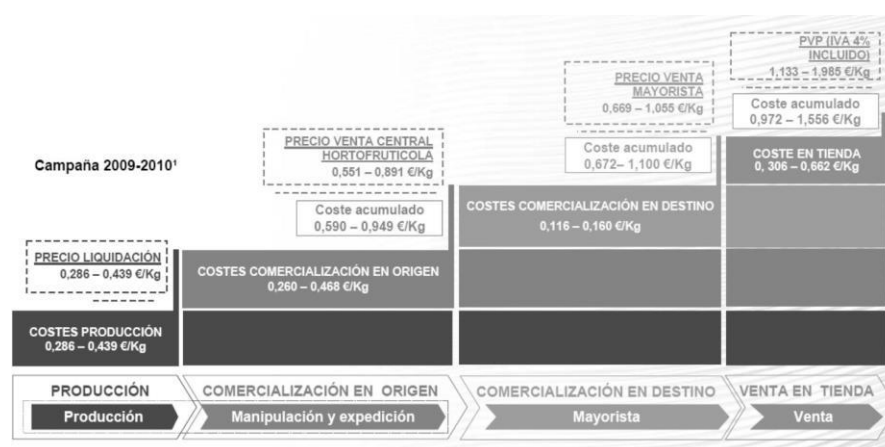
En otro orden, la Cadena de Valor es un modelo teórico que permite describir el desarrollo de las actividades de una organización empresarial generando valor al cliente final, modelo descrito, desarrollado y popularizado por Michael E. Porter en su obra “Competitive Advantage: Creating and Sustaining Superior Performance” (Porter, 1985). También permite representar el desarrollo de actividades en el caso medio en un sector valorando los inputs o costes, márgenes y beneficios, en cada eslabón de una cadena formada por la producción, comercialización, hasta el consumidor.

La Cadena de Valor y sus elementos de análisis fueron considerados como una poderosa herramienta de análisis para la planificación estratégica. Su último objetivo es maximizar la creación de valor mientras se minimizan los costes. De lo que se trata es crear valor para el cliente, lo que se traduce en un margen entre lo que se acepta pagar por parte del mismo y los costes incurridos para adquirir la oferta. No obstante, la práctica ha demostrado que la reducción de costes monetarios tiene también un límite tecnológico, pues en ocasiones ha afectado también la calidad de la oferta y el valor que ésta genera, en relación con inversiones en

tecnologías punta (p.e. en manejo, selección y clasificación de frutas, frigoconservación, buenas prácticas productivas y su control, técnicas de marketing, etc.).

#### 4. LA CADENA DE VALOR MEDIA DE LA PERA VS LA DEL COMERCIO DE PROXIMIDAD. OTROS ANÁLISIS

Se presentan a continuación, la síntesis de los análisis de la cadena de valor de la pera en España, en su configuración tradicional y moderna, según la publicación de MAGRAMA (2012).



**Figura 2:** Cadena de valor de la Pera. Configuración tradicional

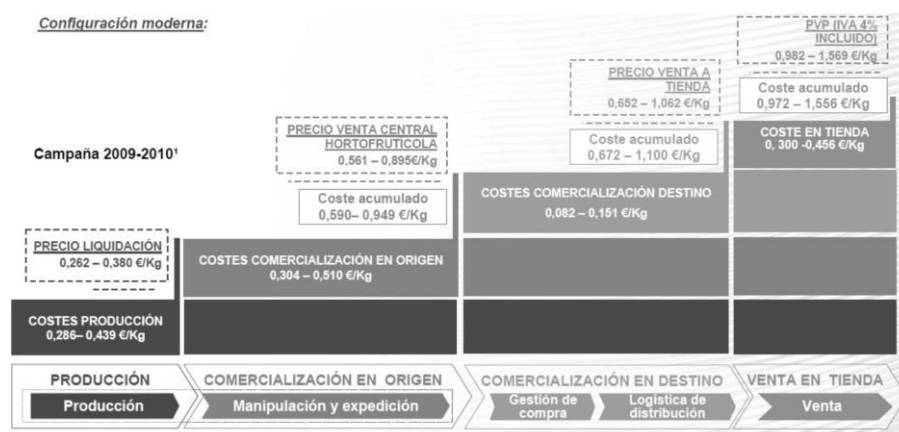
Fuente: MAGRAMA (2012). (1) Los datos considerados están calculados a partir de agosto de 2010.

Según dicho estudio, el conjunto de todos los costes de la cadena de valor tradicional supuso un 82% sobre el precio final medio de la Pera Conferencia.

Como puede observarse, el conjunto de datos relevantes que se obtuvieron son:

- Los costes de producción en el campo fueron entre 0,286–0,439 Euros/Kg, el precio de liquidación al productor frutícola estuvo en torno al mismo intervalo (margen casi nulo).
- El coste generado en las cooperativas o SAT en la función de acopio e integración de producción de los socios, selección, almacenamiento y conservación, y confección (manipulación y expedición) ascendió entre los 0,26 y 0,468 Euros/kg., y el precio de venta de las cooperativas a los mayoristas fue entre 0,551 y 0,891 Euros/Kg.
- En el eslabón Mayorista, los costes fueron entre 0,116 y 0,160 Euros/Kg., y el precio de venta del Mayorista al Minorista (Tienda especializada o Frutería) estuvo entre los 0,669 y 1,055 Euros/Kg.

- Finalmente, los costes en la Tienda Frutería en cuanto a acarreos o transporte, la manipulación y adecuación en punto de venta (más las mermas) fueron entre 0,306 y 0,662 Euros/Kg. El precio de venta al cliente consumidor estuvo entre 1,133 y 1,985 Euros/Kg. (4% de IVA incluido).



**Figura 3:** Cadena de valor de la Pera. Configuración moderna

Fuente: MAGRAMA (2012).

Los resultados del estudio de la configuración moderna son muy similares en el tramo o eslabón de la producción, pero se observan diferencias a medida que se observa la parte de distribución comercial, para llegar a un precio de venta en el punto minorista más bajo que el de la configuración tradicional.

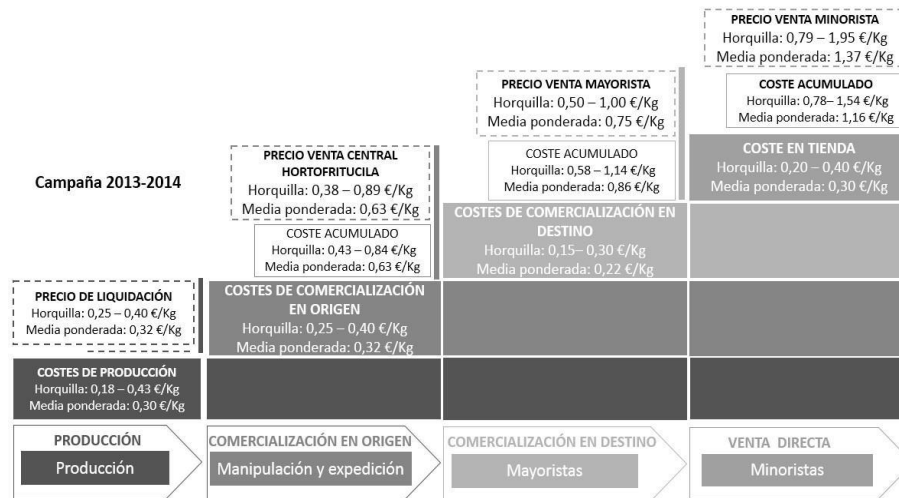
El total de costes producidos en la cadena de valor moderna durante la campaña estudiada supuso en torno al 95% del precio final. El conjunto de datos importantes que se obtuvieron son:

- Los costes de producción en el campo ascendieron igualmente entre 0,286 – 0,439 Euros/Kg, sin embargo, el precio de liquidación de la pera al productor frutícola estuvo en torno al intervalo entre 0,262 y 0,380, con lo que hubo casos de margen neto nulo o negativo para el productor frutal (consideración refrendada por bastantes expertos entrevistados en nuestro trabajo).
- El coste generado en las cooperativas o SAT en la función de integración de la producción de los socios, selección, almacenamiento y conservación, y confección (manipulación y expedición) ascendió entre los 0,304 y 0,510 Euros/kg., y el precio de venta de las cooperativas a los mayoristas fue entre 0,561 y 0,895 Euros/Kg. (muy similar al caso tradicional).
- En el eslabón de Gestión de Compra y Logística de Distribución (Centrales de

Compra y Gestión Logística), los costes ascendieron entre 0,082 y 0,151 Euros/Kg., y el precio de venta al Minorista (Supermercado, etc.) estuvo entre los 0,652 y 1,062 Euros/Kg.

- Finalmente, los costes en el punto minorista, en cuanto a acarreos o transporte, la manipulación y adecuación en punto de venta (más las mermas) fueron entre 0,300 y 0,456 Euros/Kg. El precio de venta al cliente consumidor estuvo entre 0,982 y 1,569 Euros/Kg. (4% de IVA incluido).
- Para su comparación con los datos anteriores, se presentan a continuación los correspondientes a la cadena de valor de la pera de la Horta de Lleida en comercio de proximidad (ver figura 4).
- Los costes de producción en el campo ascendieron entre 0,18 – 0,43 Euros/Kg, con una media ponderada de coste de 0,30 Euros/Kg., el precio de liquidación de la pera al productor frutícola es entre 0,25 y 0,40 Euros/Kg., con un precio medio ponderado de 0,32 Euros/Kg.
- El coste generado en las cooperativas o SAT's en la función de acopio e integración de producción de los socios, selección, almacenamiento y conservación, y confección (manipulación y expedición) ascendió entre los 0,25 y 0,40 Euros/kg., con una media ponderada de coste de 0,32 Euros/Kg., y el precio de venta de las cooperativas a los mayoristas fue entre 0,551 y 0,891 Euros/Kg con una media ponderada de 0,63 Euros/Kg.
- En el eslabón Mayorista, los costes fueron entre 0,15 y 0,30 Euros/Kg., con una media ponderada de 0,22 Euros/Kg., y el precio de venta del Mayorista al Minorista (Supermercado, Tienda especializada o Frutería) fue entre los 0,50 y 1,00 Euros/Kg con media ponderada de 0,75 Euros/Kg.
- Los costes en la Tienda Frutería de acarreos o transporte, manipulación y adecuación en punto de venta (consideradas también las mermas) fueron entre 0,20 y 0,40 Euros/Kg. El precio de venta al cliente consumidor estuvo entre 0,79 y 1,95 Euros/Kg con una media ponderada de 1,37 Euros/Kg. Finalmente, el coste total de la pera es de una media ponderada de 1,16 Euros/Kg.

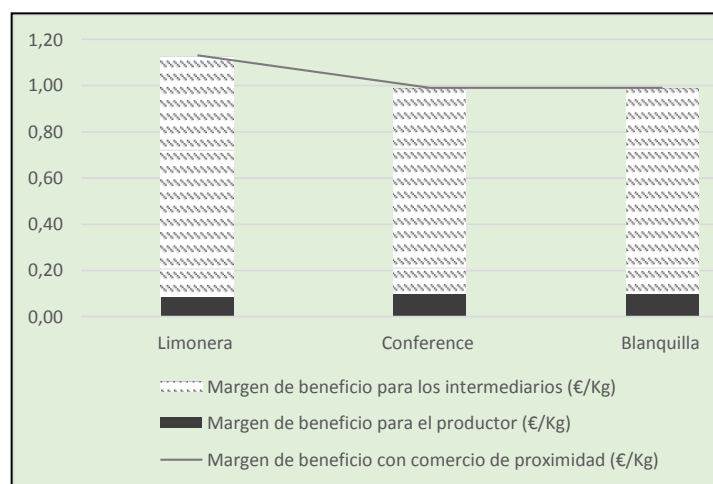




**Figura 4:** Evaluación de los costes y precios de la Pera de la Horta de Lleida

Fuente: Hind Belarbi (2015).

En comparación con los costes acumulados del estudio del MAGRAMA en los años 2012 y 2013, se observa que los costes acumulados medios de la pera producida en la Horta de Lleida se sitúan en general a nivel más bajo. Este hecho, se puede explicar por varias variables que disminuyen cuando la zona de la producción es la misma que la de comercialización, como son principalmente los costes de transporte y las mermas.



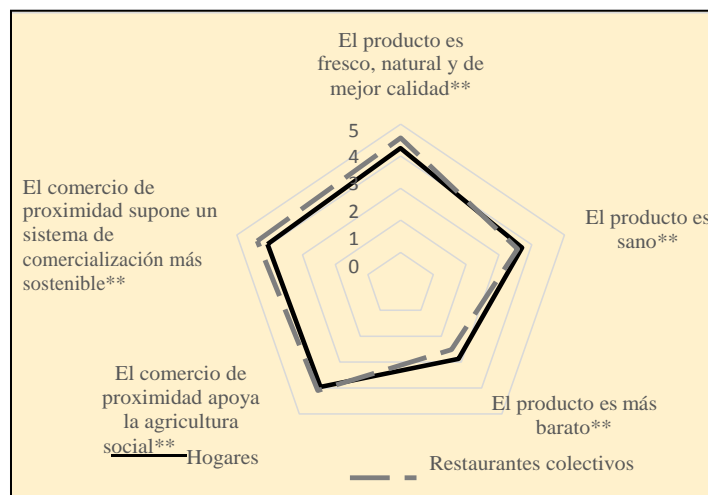
**Figura 5:** Margen de beneficio con comercio de proximidad

Fuente: Hind Belarbi (2015).

Por otro lado, con el comercio de proximidad el productor podría alargar su rango de margen de beneficios y aprovechar los márgenes de beneficios de los intermediarios, que en caso de la pera es de 0,89 €/kg a 1,04€/kg, dependiendo de la variedad producida y vendida (figura 5).

Para eso, sería favorable que los productores adquirieran competencias en marketing, sobre todo promocional y de comunicación, y atrajeran clientes por marketing directo (incluyendo las opciones de comercio electrónico).

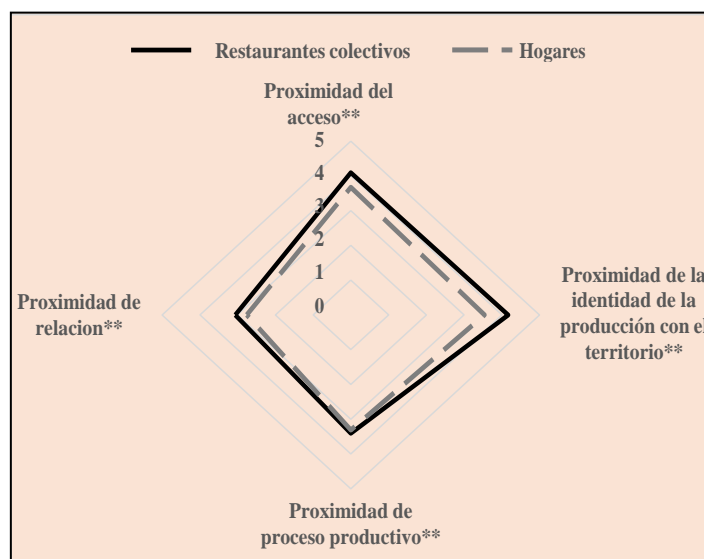
Más del 79% de los productores, intermediarios y consumidores afirman que conocen el comercio de proximidad. Aun para ellos, en general el comercio de proximidad refleja más un concepto de proximidad relacional entre el productor y el consumidor final y el hecho que el producto es producido en el territorio que un comercio de venta directa o a base de un único intermediario como lo define la Comisión Europea (Kneafsey et al., 2013).



**Figura 6:** Actitudes percibidas sobre los productos de la Horta de Lleida y el comercio de proximidad

Fuente: Elaboración propia, \*\* indica que existen diferencias significativas al 10%

Los productores e intermediarios creen que sus clientes valorarían que sus productos fueran de proximidad y afirman que con dicho comercio la venta se efectúa a mejores precios y a beneficios netos mayores para ambos. Para los consumidores, las frutas que se venden a través del comercio de proximidad son frescas, naturales y de mejor calidad, además de más sanas. Como se muestra en la figura 6, se resumen las puntuaciones de los restaurantes colectivos y los consumidores del hogar sobre actitudes asociadas al comercio de proximidad, siendo “1” la puntuación baja y “5” la más alta posible.



**Figura 7:** Actitudes del consumo en Lleida hacia distintos tipos de proximidad

Fuente: Elaboración propia, \*\* existen diferencias significativas al 10%

Para el consumo, estar cerca en la venta directa es sobre todo compartir los valores y principios relativos al productor, tal como se muestra por las puntuaciones cercanas relativamente altas de identidad de la producción con el territorio. Más baja que la proximidad del proceso productivo, la evaluación de la proximidad relacional demuestra que los compradores de frutas les importa más comprar directamente del productor sin gastar mucho tiempo. Hay estudios que muestran que el impacto de la proximidad relacional sobre la confianza no es directo, pero si lo es a través de la proximidad de la identidad de la producción con el territorio y la proximidad del proceso.

## 5. CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES

De acuerdo con los objetivos previstos, se han aceptado las siguientes hipótesis: 1. La cadena local de las frutas genera menos costes que la cadena convencional; 2. El comercio de proximidad es una estrategia para aumentar el margen de venta al productor; 3. El comercio de proximidad reduce las tasas de descomposición y mermas de los alimentos; 4. La calidad percibida por el consumidor del producto vendido en proximidad es de mayor nivel; 5. La proximidad de acceso, de identidad del territorio, de proceso y de relaciones genera sinceridad y confianza en el comprador de frutas.

Se consideran las siguientes recomendaciones:

- Promover la dinamización comercial asociativa en relación al comercio de proximidad, potenciando la presencia de productos de proximidad en Centros Comerciales Abiertos y ejes comerciales, aprovechando ventajas de atracción de las áreas de concentración comercial urbanas y periurbanas.

- Diseñar elementos de promoción y comunicación de marketing, usando herramientas de geolocalización (Google Local, Google Places, Foursquare, Yelp, etc.) y geomarketing (apps móviles que informan de las ofertas vigentes en establecimientos cercanos o especializados). Adelantarse al futuro implica considerar las consultas en las tablets, ordenadores portátiles y en los teléfonos móviles y así, los comercios locales o los productores pueden ampliar el negocio y sus resultados.
- Aprovechar los programas de actividades turísticas y/o lúdicas con sello de asociación local de comerciantes (ferias estacionales, ferias medievales, talleres artesanales, eventos agroalimentarios para degustación, etc.) o de acción individual por parte de productores locales.
- Intentar buscar la diferenciación, el nicho de mercado y la marca exclusiva, como generador de oportunidad, de atracción al consumidor local y referencia de satisfacción en continuidad del mismo.
- Practicar el comercio directo para integrar el máximo de valores añadidos y márgenes.
- Impactar con una buena imagen corporativa, con unos buenos mensajes, o con referencias a gráficos, mascotas, fotos, naturaleza, que identifique las ventajas del comercio de proximidad.
- Buscar el paraguas institucional y de ayuda a la inversión para mejora e innovación, a través de una OPFH, de acuerdo con el marco europeo de la PAC 2014-2020.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afrucat (2015). *Avance de superficies y predicciones agrícolas, cultivos frutales y cítricos*. Lleida.
- Belarbi, H. (2015). *Evaluación del impacto socio económico del comercio de proximidad (km 0) a través del estudio de la cadena de valor: caso de una cesta de hortalizas y de la pera producida en la Horta de Lleida*. Tesis Máster Science, CIHEAM Zaragoza, 192 p.
- Joh, Y.H. (2010). *The Effect of Trust and Satisfaction on Purchase Intention in the Electronic Commerce of Agricultural Products*. Korean Journal of Community Living Science, 21(2), 259-270.
- Kneafsey, A. M., Venn, L., Schmutz, U., Balázs, B., Trenchard, L., Eyden-wood, T., & Blackett, M. (2013). *Short Food Supply Chains and Local Food Systems in the EU. A State of Play of their Socio-Economics Characteristics*. (F. Santini, G. Sergio & Paloma, Eds.). Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- MAGRAMA (2012). *Cadena de Valor de la Pera*. Ministerio de Agricultura, España.
- Navereau, B. (2007). *El comercio de proximidad. Hacia una toma de conciencia por parte de los actores privados y públicos (Tolosa y Zaragoza)*. Rev. Trace, 51, 15-27.
- Porter, M.E. (1985). *The Competitive Advantage: Creating and Sustaining Superior Performance*, 592 p.

## Concentração da indústria de sementes de soja no Brasil

Julyerme Matheus Tonin

Universidade Estadual de Maringá

jntonin@uem.br

Meliyara Sirex Consuegra Diaz Granados

Universidade Nacional de Educación a Distancia (UNED)

mconsuegra@cee.uned.es

João Gomes Martines-Filho

ESALQ/Universidade de São Paulo

martines@usp.br

### RESUMO

O desenvolvimento da indústria sementeira sofreu transformações de cunho tecnológico e institucional, que reconfiguram o ambiente concorrencial nas últimas duas décadas. No caso da indústria sementeira brasileira, especialmente a de soja, é notável o avanço da biotecnologia e o predomínio de cultivo de sementes transgênicas. Nesse contexto, o presente estudo busca avaliar o grau de concentração no segmento de soja convencional e transgênica, focando nos fatores indutores da consolidação desse mercado. Como resultado, verificou-se que o ingresso de novas empresas no segmento de transgênicos, motivado pelo fim de patentes vigentes e pelo surgimento de novos eventos biotecnológicos contribuiu para a desconcentração desse segmento de mercado no início da década de 2010. Nesse contexto, tanto estados localizados em região de agricultura consolidada, quanto estados localizados na fronteira agrícola apresentaram níveis de concentração muito próximos. Por sua vez, no segmento de sementes convencionais, observa-se resultados diametralmente opostos, aumento da concentração de mercado a partir de 2010, com maior disparidade entre os níveis de concentração no comparativo entre as regiões produtoras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Concentração de Mercado, Indústria de Semente, Soja transgênica

### 1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da indústria sementeira no Brasil foi impulsionado por transformações tecnológicas e institucionais, com o advento da biotecnologia e a criação do Registro Nacional de Cultivares, respectivamente, e por mudanças no ambiente concorrencial, com um amplo processo de fusões e aquisições. Todas essas transformações criaram um ambiente concorrencial singular, com uma vasta gama de participantes.

Com a ascensão da biotecnologia, o setor sementeiro vivenciou um ciclo de reestruturação sem precedentes. Apesar da primeira liberação comercial de soja transgênica ocorrer em setembro de 1998 (MAPA, 2015a), somente em abril de 2004 houve o devido pagamento de *royalties* por essa tecnologia (Guerrante, 2011). Por sua vez, a adoção de zona livre de transgênico no Rio Grande do Sul entre 1999 e 2002, e a proibição do plantio de transgênicos no Paraná em 2003, demonstra a polarização do debate desse tema no Brasil (Lima, 2007).

Nesse contexto, optou-se por iniciar a análise da concentração de mercado a partir da safra 2005/06, com o advento da Lei de Biossegurança (Lei N° 11.105, 2005), que deu maior estabilidade ao mercado, e com a reestruturação da Comissão Técnica Nacional de

Biossegurança (CTNBio) que cria um novo aparato institucional para tratar de questões relacionados a OGMs (Lei Nº 11.105, 2005).

No ambiente concorrencial, a indústria sementeira caracteriza-se como um oligopólio diferenciado, em decorrência do ingresso de uma vasta gama de empresas<sup>57</sup>. Em decorrência da presença de novos participantes, os níveis de investimentos em P&D e bancos de germoplasma, as relações entre os multiplicadores e os institutos de pesquisa, ou entre a produção de tecnologia e a rede de distribuição tendem a se adaptar a nova realidade. Com isso espera-se que, esse conjunto de transformações tecnológicas e institucionais tenham um efeito perceptível sobre os níveis de concentração nesse mercado.

## 2. OBJETIVOS

Face as características dos ambientes competitivos e institucional, a questão central do presente estudo é: quais foram os fatores indutores da elevação do nível de concentração do mercado de sementes de soja no Brasil? Nesse contexto, o presente estudo busca avaliar o grau de concentração no segmento de soja convencional e transgênica nos principais estados produtores de soja no Brasil, no período compreendido entre as safras 2005/2006 e 2015/2016.

## 3. METODOLOGIA

A indústria sementeira é um setor intensivo em pesquisa, e conforme destacado por Fuglie *et al.* (2011), a concentração neste tipo de setor, pode ser medido não só em termos de participação de venda de produtos, mas em termos de participação em novas inovações. Desse modo, no presente estudo, procede-se ao cálculo do índice de concentração de Hirschman-Herfindahl (HHI). Para tal, utilizou-se a quantidade de cultivares registrados por cada empresa no Registro Nacional de Cultivares (RNC) e indicados nas portarias de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC). Santos (2013) destaca que essa medida é necessária para evitar que cultivares que foram registrados e tornaram-se obsoletos sejam utilizados com *proxy* da participação de uma determinada empresa no mercado, assim centra-se a análise nos cultivares de soja que estão disponíveis para a comercialização.

No presente estudo, na análise de concentração optou-se por avaliar separadamente os segmentos de soja convencional e transgênica, com o intuito de testar a hipótese de que as empresas especializadas na produção de sementes transgênicas participavam de um extrato

---

<sup>57</sup> Wilkison e Castelli (2000) destacam a presença de empresas do ramo farmacêutico, que buscavam diversificação dos negócios, tradings que buscam ampliar a fonte de informações sobre suas commodities de interesse, e empresas do setor agroquímico, que identificaram o potencial de utilização dos mesmos canais de distribuição e a venda conjunta de insumos para a agricultura.

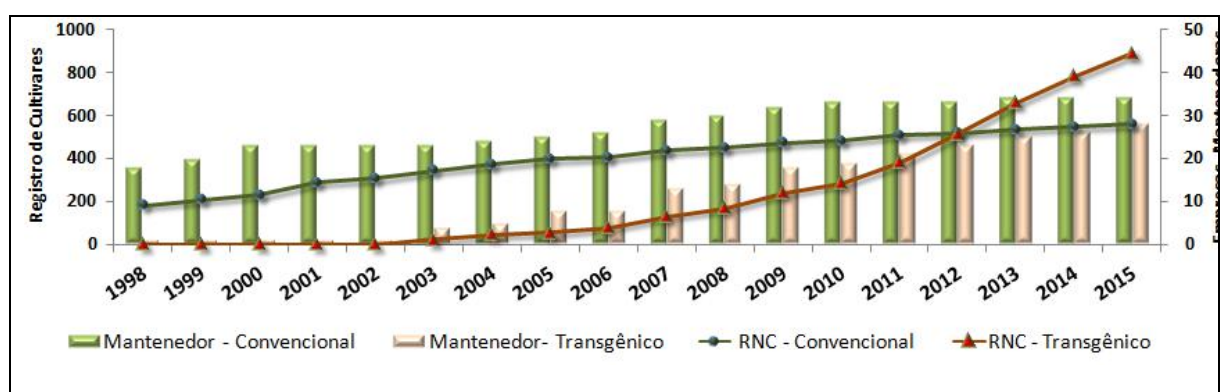
mais concentrado de mercado; e a análise nos principais estados produtores, para avaliar possíveis diferenças na dinâmica concorrencial em regiões de agricultura consolidada e em regiões de fronteira agrícola. Os estados selecionados são: Bahia, Goiás, Minas Gerais, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins, que para a safra 2015/16, conjuntamente representam 98% da soja produzida no Brasil (CONAB, 2016).

#### 4. FONTE DE DADOS

O presente trabalho utilizou como fontes de dados para a construção dos índices de concentração, o Registro Nacional de Cultivares (RNC) e o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), ambos obtidos no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2015a; MAPA, 2015b).

#### 5. RESULTADOS

A tendência internacional de expansão da área cultivada com transgênicos, também foi observada no Brasil, sendo que na safra 2005/06 foram cultivados 5,6 milhões de hectares, praticamente o dobro do observado na safra 2003/04 (ABRASEM, 2015), motivo principalmente pelo advento da lei de biossegurança. Juntamente com o crescimento da área plantada com transgênicos, expandiu-se o número de concorrentes nesse segmento da indústria sementeira (Figura 1).

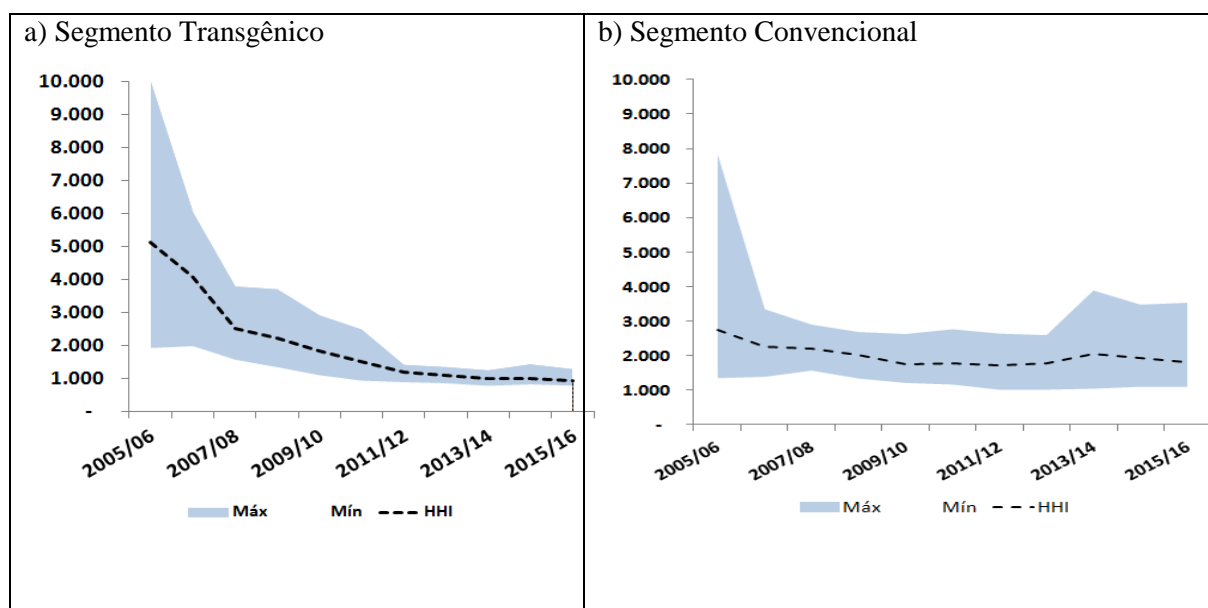


**Figura 1:** Número de Registro de Cultivares e quantidade de empresas mantenedoras de sementes de soja transgênica e convencional no RNC, no período de 1998 a 2015

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de MAPA (2015a).

Em decorrência da lei de patentes (LPI), que determina que o prazo de vigência de patentes no Brasil, corresponde ao prazo remanescente de proteção do primeiro pedido depositado no país de origem (Lei N° 9.279, 1996), a patente de invenção referente a soja resistente ao glifosato (Soja RR), expiraria em 31 de agosto de 2010 (Guerrante, 2011). Esse fato proporcionou uma importante transformação no segmento de sementes transgênicas a partir de 2010, sendo que a quantidade de empresas detentoras de registro de cultivares de soja transgênica aumentou aproximadamente 50% no período subsequente, bem como o montante de registros de cultivares transgênicos superou o de cultivares convencionais em 2012.

Nesse contexto, o ano de 2010 também foi marcado pelo surgimento de novas tecnologias, com o registro de novos eventos biotecnológicos no *International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications* (ISAAA): BPS-CV-127-9, oriundo da parceria entre a BASF e a EMBRAPA, evento A5547-127 da Bayer e o MON87701 & MON89788 da Monsanto. Desse modo, tanto as empresas geradas da tecnologia quanto as empresas licenciadas se posicionaram com a solicitação de registro de novos cultivares que exploram essas inovações tecnológicas.



**Figura 2:** Índices de Concentração para a indústria sementeira, no segmento transgênico e convencional

Fonte: Resultados da pesquisa

Nesse contexto, ao calcular o índice de concentração HHI, vislumbra-se a reconfiguração no ambiente concorrencial da indústria sementeira da soja no início da década de 2010. Cabe destacar que foi calculado índice HHI para cada um dos 12 estados produtores selecionados na análise, e como o comportamento das diferentes regiões foi muito próximo, optou-se por apresentar o índice HHI agregado para o Brasil e construir duas séries de valores



extremos (mínimo e máximo) obtido a partir dos índices estaduais, para se ter uma ideia da variabilidade desse índice entre as regiões analisadas.

Com base nos resultados, verifica-se que conforme a produção de soja transgênica se expandiu, houve uma desconcentração no segmento de sementes transgênicas, equiparando-se aos níveis observados no segmento de sementes convencionais na safra 2009/10. A partir de então, tanto o nível de concentração do segmento de sementes transgênicas diminuiu, como a variabilidade entre as diferentes regiões produtoras é menor. No comparativo entre as regiões, os índices mais elevados para o segmento transgênico referem-se aos estados que compõem a nova fronteira agrícola (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

Por fim, os resultados observados para o segmento de sementes convencionais são diametralmente opostos. Observa-se uma elevação do índice HHI, em termos médios, entre as safras 2009/10 e 2013/14, se estabilizando a partir de então, entretanto há um aumento da disparidade entre os índices de concentração das regiões produtoras analisadas. Nesse caso, os índices de concentração mais elevados, são observados na consolidada região produtora do sul do país (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

## 6. CONCLUSÃO

A indústria de sementes no Brasil ao longo das últimas duas décadas foi palco de um amplo conjunto de transformações, em decorrência de mudanças no ambiente competitivo ou no campo institucional. Nesse contexto, uma conjunção de fatores tem contribuído para mudar o grau de concentração nos segmentos de soja convencional e de soja transgênica. A normatização do cultivo e comercialização da soja transgênica em 2005, a ampla aceitação por parte dos produtores e o surgimento e disseminação de novas tecnologias contribuiu para a desconcentração do segmento de segmentos de sementes transgênicas.

No caminho oposto, houve uma concentração no segmento de sementes convencionais, dado que as áreas destinadas a esse tipo de cultivo reduziram-se e, em muitos casos, novos entrantes da indústria sementeira, optaram por atuar apenas no segmento de sementes transgênicas, e também algumas empresas abandonaram a comercialização de sementes convencionais. Desse modo, para estudos posteriores sugere-se a inclusão de variáveis como execução de parcerias e licenciamento de tecnologia, para avaliar se o aumento do número de mantenedores de registros de cultivares de soja transgênica é um processo indutor de novas tecnologias, ou a desconcentração ocorreu apenas no segmento de distribuição de sementes, em que diversos cultivares de soja detêm o mesmo pacote tecnológico.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRASEM (2015). *Informativo Biotecnologia: Análise Geral*. Associação Brasileira de Sementes e Mudanças. Disponível em: <http://www.abrasem.com.br>
- Lei Nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Dispõe sobre a Propriedade Intelectual. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm)
- Lei Nº 11.105, de 24 de março de 2005. Dispõe sobre a Lei de Biossegurança, Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111105.htm)
- CONAB (2016). Levantamentos da Produção de Grãos e levantamentos da produção de café (vários anos). Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>
- Fuglie, K. O., Heisey, P. W., King, J. L. & Pray, C.E (2011). Research investments and market structure in the food processing, agricultural input, and biofuel industries worldwide. *USDA-ERS Economic Research Report*, 130.
- Guerrante, R. di S (2011). *Estratégia de inovação e tecnologia de sementes*. Tese de Doutorado. Doutorado em Processos Químicos e Bioquímicos, Escola de Química, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 270 f.
- ISAAA (s.a.). GM Approval Database. International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications. Disponível em: [www.isaaa.org/gmaprovaldatabase](http://www.isaaa.org/gmaprovaldatabase)
- Lima, D. de B (2007). *Legitimidade social da biotecnologia na agricultura: o caso da soja transgênica no Sul do Brasil*. Tese de Doutorado. Doutorado em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 214 p.
- MAPA (2015a). Registro Nacional de Cultivares. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/registros-autorizacoes/registro/registro-nacional-cultivares>
- MAPA (2015b). Zoneamento Agrícola de Risco Climático. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/zoneamento-agricola>
- Santos, P. E. C. (2013). Marcos Regulatórios, Inovações Biotecnológicas e a Concentração da Indústria de sementes de soja, milho e algodão no Brasil. Tese de Doutorado. Doutorado em Agronomia, Universidade de Brasília. 175 p.
- Wilkinson, J. & Castelli, P. G. (2000). *A transnacionalização da indústria de sementes no Brasil: biotecnologias, patentes e biodiversidade*. ActionAid, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://aspta.org.br/2011/05/a-transnacionalizacao-da-industria-de-sementes-no-brasil-biotecnologias-patentes-e-biodiversidade/>

## A demanda brasileira por bacalhau seco e salgado – de 1989 a 2014

Roque Pinto de Camargo Neto

Unidade de Pesquisa em Economia Costeira e Marinha (UPEC\_Mar)  
roquecneto@me.com

Patrícia Raggi Abdallah

Unidade de Pesquisa em Economia Costeira e Marinha (UPEC\_Mar)  
patrizia.abdallah@gmail.com

### RESUMO

O objetivo deste estudo é investigar o mercado brasileiro de bacalhau seco-salgado. Isso é feito através da análise da demanda por este produto, de 1989 a 2014. A Noruega é o maior exportador de bacalhau seco-salgado para o Brasil, seguido por Portugal. A China recentemente ganhou presença no mercado, mas ainda é de importância moderada em termos de volume de exportação. Embora o bacalhau faça parte da dieta diária de muitos brasileiros, vale a pena ressaltar as demandas sazonais, com volumes de importação elevados em torno da Páscoa e Natal. Através de uma estimativa da função de demanda, encontrou-se que a demanda é considerada inelástica em relação ao preço. Além disso, o resultado revela uma elasticidade significativa de renda-consumo, indicando que mudanças nos salários domésticos implicam mudanças significativas no consumo de bacalhau seco-salgado - um fato que tem implicações para o volume de importações brasileiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bacalhau, MQO, Demanda, Brasil.

### 1. INTRODUÇÃO

O bacalhau seco-salgado é um dos principais produtos do mar importados pelo o Brasil. Tradicionalmente, este produto é consumido principalmente pelas famílias de alta renda, e com maior demanda durante a Páscoa e Natal (Camargo Neto, 2014). Todo o fornecimento de bacalhau seco-salgado vem de importações, principalmente da Noruega e Portugal. Portanto, o consumo é influenciado pela variação da taxa de câmbio e pela disponibilidade de oferta do produto pelo país de origem. De acordo com Bjørndal et al. (2014), o principal mercado internacional para o bacalhau seco-salgado é Portugal, seguido pelo Brasil. O Brasil tem sido um destino para o bacalhau seco-salgado durante décadas (Camargo Neto & Abdallah, 2013).

No Brasil, o bacalhau seco-salgado é considerado um produto de alto preço, quando comparado com outras fontes de proteína disponíveis no mercado nacional, por ser um produto importado, e também, porque é um produto que tem em sua origem, a característica de ser um recurso natural renovável, e escasso no mundo. Durante a década de 1990, quando novas legislações europeias reduziram a pesca do bacalhau, em perigo de extinção, introduzindo um sistema de cotas definido por país, particularmente na Europa, enquanto nos Estados Unidos e Canadá, a pesca foi proibida (Lopane, 2014). Este período coincide com a Noruega e Portugal se tornando os principais exportadores para o Brasil.

Dada a importância do bacalhau seco-salgado como um produto de consumo tradicional

para a família brasileira, principalmente em períodos de Pascoa e Natal, e também, pela sua relevância no mercado internacional enquanto produto de exportação, faz-se necessário conhecer e analisar a demanda do Brasil por este produto. Mais especificamente, o estudo incidiu sobre a demanda de bacalhau seco-salgado entre 1989-2014, identificando e quantificando as principais variáveis que explicam essa demanda.

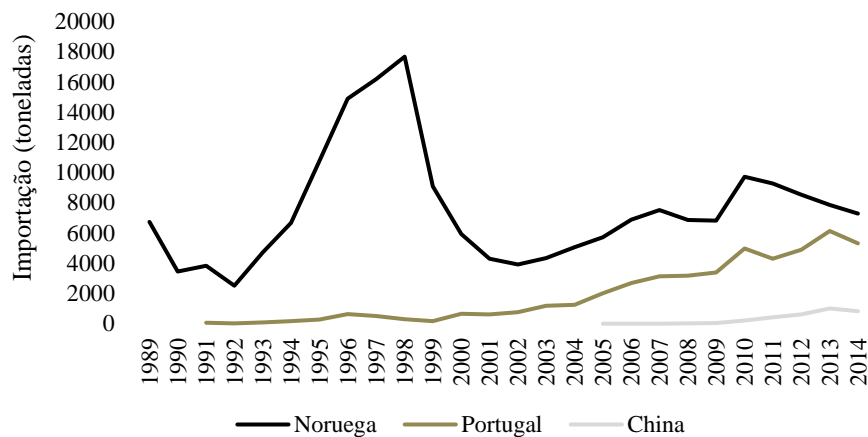
## 2. EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE BACALHAU SECO E SALGADO NO BRASIL

Como anteriormente mencionado, o bacalhau é um dos principais produtos da pesca importados pelo Brasil. Os principais exportadores de bacalhau para o Brasil são a Noruega, Portugal e China (BRASIL, 2015b), sendo o último país um exportador recente deste produto para o Brasil. O Gráfico-1 mostra a evolução das importações brasileiras de bacalhau seco-salgado a partir desses três exportadores principais, representando em conjunto mais de 90% das importações<sup>58</sup>. Nos dois primeiros anos da série de dados, a Noruega era o único fornecedor do bacalhau seco-salgado para o Brasil. Portugal entrou no mercado em 1991, mas, inicialmente, com quantidades muito pequenas, aumentando sua quota de participação nas importações brasileiras de 10% em 2000 para 40-41% em 2013-14. A China entrou no mercado em 2008, atingindo uma quota de mercado de 7% em 2013, com uma pequena queda na participação das importações brasileiras de 6% em 2014. Constata-se, no entanto, que a Noruega perdeu participação no mercado brasileiro ao longo do tempo, sendo o único exportador de bacalhau seco-salgado para o país no biênio 1989-90, participando deste mercado com pouco mais de 50% em 2014. Estes comportamentos das exportações ao país podem estar relacionados com um conjunto de fatores políticos e econômicos, dentre eles a abertura do mercado brasileiro, uma política cambial brasileira mais flexível determinada pela mudança de um regime fixo de câmbio para uma taxa de câmbio flutuante no período analisado, bem como uma melhoria no poder de compra dos brasileiros nos anos finais da série estudada (BRASIL, 2015a).

Acompanhando os dados reportados no Gráfico 1, as exportações norueguesas aumentaram de 6.000 toneladas em 1989 para 17.000 toneladas em 1998, tendo posteriormente diminuído para 4.000, em 2002. Depois disso, as exportações norueguesas aumentaram para cerca de 7.000 toneladas em 2014. A razão para o desenvolvimento das importações entre 1992 e 1998 pode estar relacionada com estabilização econômica do Brasil, o aumento do poder de compra e da taxa de câmbio favorável, como será discutido mais adiante.

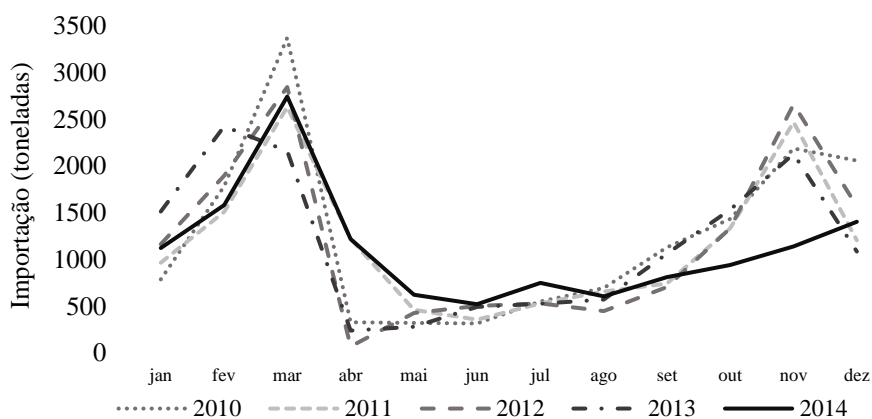
---

<sup>58</sup> Além disso, pequenas quantidades são provenientes de países como a Islândia, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos.



**Gráfico 1:** Importação brasileira de Bacalhau seco-salgado da Noruega, Portugal e China (de 1989 a 2014)

Fonte: Brasil (2015b)



**Gráfico 2:** Importação de bacalhau seco-salgado mensal (2010 – 2014)

Fonte: Brasil (2015b)

Tradicionalmente, o bacalhau seco-salgado no Brasil é consumido com maior frequência durante a Páscoa e o Natal, como ilustrado no Gráfico 2. No entanto, de acordo com Lopane (2014), o consumo de bacalhau seco-salgado, em uma base diária, tem aumentado, em muito, pela sua disponibilidade em restaurantes e a tendência crescente para que os consumidores façam mais refeições fora de casa. Portanto, cabe ressaltar que a sazonalidade no consumo do bacalhau pode ser observada claramente pelo Gráfico 2 abaixo, em que, de janeiro a março, e de outubro a dezembro, são os dois períodos com maior registro de importação brasileira do bacalhau seco-salgado. Nos meses entre abril e setembro, no entanto, há um baixo volume de importações desse produto.

### 3. METODOLOGIA E ESTIMAÇÃO

A análise do mercado para o bacalhau seco-salgado no Brasil é reforçada a partir da estimativa da função de demanda brasileira por este produto. No entendimento do comportamento dos dados, observou-se que o preço, a taxa de câmbio e a renda são variáveis relevantes para explicar esta demanda interna, constando no modelo como variáveis explicativas. O Método dos Mínimos Quadrados Ordinários foi utilizado para obtenção dos coeficientes de análise. Dado que o consumo aparente pode ser definido como os bens consumidos em um país (produção + importações nacional - exportações) (Abdallah, 1998), a importação de bacalhau seco-salgado representa o consumo aparente no Brasil, uma vez que não há produção nacional e não há exportações<sup>59</sup>. A especificação do modelo geral é dada por:

$$Q_d = \beta_0 + \beta_1 P_c + \beta_2 E_R + \beta_3 I_m + \beta_4 D_m + \varepsilon_i \quad (1)$$

Onde  $Q_d$  são as quantidades de importação do bacalhau seco-salgado;  $P_c$  é o preço do bacalhau seco-salgado;  $E_R$  é a taxa de câmbio;  $I_m$  é a renda; e  $D_m$  é a *dummy*. O preço médio anual do bacalhau seco-salgado importado pelo Brasil representa um preço médio anual da Noruega e Portugal<sup>60</sup>, em dólares por quilograma. A taxa de câmbio é representada pelo índice da taxa de câmbio efetiva real (1999 = 100). A variável renda é representada pelo salário mínimo em dólares com paridade de poder aquisitivo. Finalmente, uma *dummy* para o período de 1994 a 1999 foi incluída evidenciando a taxa de câmbio fixa neste período. A estimativa foi realizada em logaritmo neperiano. A fim de garantir a qualidade da estimativa, o teste de Breusch-Godfrey foi usado para verificar a existência de autocorrelação, para o teste de heteroscedasticidade usou-se White, e o teste de normalidade para os resíduos.

Os dados utilizados nesta análise foram obtidos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e do Banco Central do Brasil ([www.bacen.gov.br](http://www.bacen.gov.br)), para o período de 1989 a 2014.

As estimativas da função de demanda para o bacalhau seco-salgado, considerando a soma das importações norueguesas e portuguesas, são apresentadas na Tabela 1. O modelo estimado apresentou normalidade residual, não autocorrelação residual, e ausência de heteroscedasticidade.

Os coeficientes estimados de preço, taxa de câmbio e renda foram todos estatisticamente significativos. Para o preço da variável “bacalhau seco-salgado”, espera-se, em média, que o aumento de 1% leve a uma redução no volume de importação de 0,66%, ou seja, a demanda é considerada inelástica em relação ao preço. No mercado brasileiro, o bacalhau se constitui um

<sup>59</sup> Alterações no inventário são desconsideradas.

<sup>60</sup> Como temos dados para a China apenas de alguns anos, não incluímos China.

bem tradicional, com poucos substitutos, o que explica este coeficiente estimado. Para a variável taxa de câmbio, o coeficiente estimado negativo representa uma relação inversa com as quantidades de importação de bacalhau, ou seja, uma desvalorização da moeda brasileira leva a uma redução na demanda interna do bacalhau. Para o período examinado, o modelo estimado indica que com o aumento de 1% na taxa de câmbio é esperado, em média, a uma redução no volume de importação de bacalhau de 0,98%. No entanto, o efeito do período de câmbio fixo, capturado pela variável *dummy*, é positivo para aumentar a quantidade de importação brasileira de bacalhau, com o coeficiente estimado de 0,85. Neste período, há um estímulo ao consumo interno de bacalhau devido ao elevado poder de compra da população brasileira, em um cenário de inflação estabilizada e valorização da moeda brasileira.

Enquanto isso, a elasticidade renda demanda por bacalhau seco-salgado no Brasil indica que, a cada aumento de 1% na renda é esperado, em média, um aumento na demanda por bacalhau salgado-seco da ordem de 1,3%, ou seja, uma demanda renda elástica. Os resultados corroboram a conclusão de que o bacalhau seco-salgado tende a ser um bem de "luxo". Embora seja um produto tradicional na gastronomia brasileira, seu consumo é principalmente por grupos de renda mais alta.

**Tabela 1:** Estimação da demanda por bacalhau seco-salgado; n=26

Variáveis independentes	Coeficiente	Desvio padrão	Teste-t	P-valor
Constante	14.8863	1.1899	12.51	0,000***
Preço	-0,6611	0,2722	-2,429	0,024**
Taxa de câmbio	-0,978	0,229	-4,254	0,000***
Renda	1,317	0,107	12,23	0,000***
Dummy	0,85	0,114	7,471	0,000***

Fonte: Elaborado pelos autores; \* parâmetros significativos à 10%; \*\* parâmetros significativos à 5%; \*\*\* parâmetros significativos à 1%.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho estudou o mercado de bacalhau seco-salgado entre 1989-2014, utilizando uma análise de demanda para identificar as principais variáveis que determinam o consumo por este produto e para quantificar o quanto eles influenciam a demanda.

O bacalhau seco-salgado foi importado da Noruega desde o final dos anos 1980. Durante o período de câmbio fixo no Brasil, o produto era mais disponível para os consumidores brasileiros, devido a uma valorização da moeda nacional e os volumes de importações, portanto, mais baratos. Portugal, como o segundo país mais importante enquanto exportador para o

Brasil, tem aumentado a sua participação nas exportações deste produto para o mercado brasileiro, especialmente a partir dos anos 2000, se firmando como exportador representativo do bacalhau no país. Mais recentemente, a China entrou neste mercado exportador de bacalhau para o Brasil, inicialmente com uma participação pequena neste comércio, mas mostrando tendência crescente ao longo dos anos. Este cenário é justificado por práticas de preços competitivos de seus produtos, combinado também pela presença de outros processados de bacalhau (na forma de postas congeladas, resfriadas, etc.).

A análise da demanda por bacalhau seco-salgado sugere uma relação negativa entre o preço do bacalhau seco-salgado e as importações, uma relação negativa entre a taxa de câmbio e as importações, e uma relação positiva entre renda e importações. Além disso, os resultados sugerem uma elasticidade-renda de mais de um, ou seja, mudanças no poder de compra das famílias podem influenciar o consumo e, portanto, as importações de bacalhau salgado-seco. Além disso, a demanda de bacalhau salgado-seco é considerada inelástica em relação ao preço.

Esta pesquisa pode ser estendida de várias maneiras, sendo uma delas a análise sazonal da demanda, a partir da disponibilidade de dados mensais e do número de observações, pode-se obter uma análise mais aprofundada dos efeitos sazonais no consumo, estudo este que será buscado como próxima etapa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdallah, P. R. (1998). *Atividade pesqueira no Brasil: política e evolução*. Universidade de São Paulo.
- Bjørndal, T., Child, A., & Lem, A. (Orgs.) (2014). *Value chain dynamics and the small-scale sector: policy recommendations for small-scale fisheries and aquaculture trade*.
- BRASIL. (2015a). IPEADATA. Recuperado 1 de maio de 2016, de <http://www.ipeadata.gov.br/>
- BRASIL. (2015b). Alice Web. Recuperado 1 de maio de 2016, de <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>
- Camargo Neto, R. (2014). *Análise do mercado brasileiro de bacalhau: estimando uma função de demanda pós 1989* (Monografia). Universidade Federal do Rio Grande.
- Camargo Neto, R. P., & Abdallah, P. R. (2013). *Mercado de bacalhau brasileiro: uma análise das importações e modalidades processadas*. Apresentado em 13<sup>a</sup> Mostra da Produção Universitária, Universidade Federal do Rio Grande.
- Lopane, A. R. M. (2014). *Bacalhau no Brasil: Um mercado sob o impacto da globalização*.



## Los países ibéricos en los mercados internacionales de aceite de oliva

Raúl Compés López

Universidad Politécnica de Valencia  
rcompes@esp.upv.es

Francisco J. Román Cabeza  
Universidad Politécnica de Valencia  
romanorganizacion@gmail.com

### Abstract

Los países ibéricos son grandes potencias en los mercados oleícolas internacionales. España es desde hace años el primer país productor y exportador mundial y Portugal, aun teniendo un peso menor, se encuentra entre los diez primeros productores y consumidores, y entre los cinco primeros exportadores. Esta posición es cada vez destacable ya que, si bien hasta hace muy poco el del aceite de oliva era un mercado de ámbito regional en el que los países ibéricos tenían una posición de dominio natural, en lo que llevamos de siglo XXI su globalización está cambiando la geografía económica del negocio.

En esta situación cobra interés el conocimiento de la posición y el desempeño exportador de España y Portugal. En lo que se refiera a cuota de mercado, España muestra un comportamiento irregular pero estable en promedio, mientras que Portugal está por debajo pero crece de manera inequívoca. En lo que respecta a competitividad, España presenta valores mejores que los de Portugal en todos los indicadores –aunque no es el país mejor situado en ninguno de los analizados–, si bien la competitividad del sector portugués tiene una evolución más favorable que la del español a lo largo del período 2000-2013.

**KEYWORDS:** mercados internacionales, competitividad, aceite de oliva, España y Portugal

### 1. INTRODUCCIÓN. DEFINICIÓN DEL OBJETO DE ESTUDIO, JUSTIFICACIÓN Y OBJETIVOS

El del aceite de oliva, como la mayor parte de los sectores del sistema agroalimentario, está plenamente inmerso en el proceso globalizador (Anania & Pupo D'Andrea, 2007). Por un lado, cada vez son más los países productores que recurren a los mercados internacionales para dar salida rentable a sus producciones, y en ello influye tanto la caída del consumo iniciada desde hace años como el agravamiento de este problema a raíz de la crisis económica iniciada en 2008<sup>61</sup>. Por otro, este proceso va acompañado de modificaciones, en casi todos los países, en los métodos productivos, la calidad del producto, las pautas de consumo, los canales de distribución y las políticas sectoriales (Mili & Rodríguez Zúñiga, 1997). Esta creciente globalización tiene su reflejo en una diferenciación cada vez más marcada, a nivel internacional, entre los mercados de graneles y aceites envasados<sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup> Al igual que en España, con un consumo en 2013 de casi 485 mil toneladas, el consumo de aceite de oliva en los tres principales productores mundiales (España, Italia, Grecia) ha caído de manera significativa en la última década. Por el contrario, en el resto de países de la Unión Europea -y de fuera de la misma- el consumo de aceite de oliva no cesa de crecer (Langreo, 2010).

<sup>62</sup> Se está produciendo una reconversión del olivar tradicional que, con una densidad de plantación muy baja, incurra en altos costes productivos. La tendencia actual es ir a modelos de cultivos más intensivos y tecnificados que permitan la mecanización y por tanto disminuyan los costes de recolección y aumentan la producción.

Este conjunto de factores está provocando cambios notables en el funcionamiento del negocio del aceite de oliva. La fuerte caída del consumo interno en los grandes países productores de la Unión Europea, el aumento de las exportaciones mundiales de aceite de oliva<sup>63</sup>, la emergencia de nuevos mercados y el crecimiento de actores globales acentúa la necesidad de profesionalizar la gestión de las empresas, establecer planes estratégicos y mejorar la competitividad.

En este escenario, el sector oleícola español se encuentra en un momento crucial, ya que, como principal país productor y exportador del mundo, está en condiciones de reforzar su liderazgo, pero para ello debe mejorar los precios percibidos por los productores, la imagen comercial y la rentabilidad. Por su parte, Portugal está entre los cinco primeros países exportadores y, aunque su posición como productor y consumidor es más débil, se encuentra entre los diez primeros países del mundo en ambas categorías.

Desde un punto de vista analítico, el análisis de la competitividad de un sector es complejo. Por un lado, la evolución de las cuotas de mercado es una aproximación interesante pero insuficiente (Frohberg & Hartmann, 1997) y, por otro, los indicadores de competitividad más utilizados son los basados en las ventajas comparativas, que adolecen de una metodología clara para interpretar de forma consistente sus resultados.

Con estos antecedentes, el objetivo de este estudio es comparar la posición relativa de España y Portugal en los mercados internacionales del aceite de oliva, utilizando tanto indicadores convencionales de cuota de mercado como de competitividad basados en la ventaja comparativa revelada. Los datos proceden de los organismos de referencia en materia de comercio exterior de aceite de oliva, en concreto el Consejo Oleícola Internacional (COI), la dirección estadística de la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAOSTAT) y la base de datos de comercio internacional de la Organización de Naciones Unidas (UNCOMTRADE). El periodo de análisis va desde 2000 hasta 2013, último año con datos disponibles de esta base de datos, y solo se utilizan datos de aceite de oliva (Partidas arancelarias HS: 1509 y HS: 1510).

## **2. RESULTADOS: LOS MERCADOS INTERNACIONALES DEL ACEITE DE OLIVA**

De las variables económicas fundamentales para determinar el comportamiento de los mercados globales del aceite de oliva, la que más ha crecido es la correspondiente a las

---

<sup>63</sup> Las exportaciones vienen creciendo a un fuerte ritmo; de hecho, su valor casi se ha triplicado entre 1991 y 2013, no solo por el aumento de las ventas exteriores de los principales productores de la ribera mediterránea -España, Italia, Grecia, Túnez y Turquía- (Sanz *et al.*, 1998), sino también por el auge en la producción de los países del “nuevo mundo del olivar” (Argentina, Australia, Chile y Estados Unidos).

exportaciones, tanto en valor como en volumen. En el año 2013, el mercado mundial quedó definido por unos intercambios de 1.860 millones de kilogramos de aceite de oliva con un valor de 7.000 millones de dólares estadounidenses. Exceptuando la caída de toneladas de aceite de oliva comercializado en el mercado internacional de aceite de oliva en el año 2006, las exportaciones de aceite han seguido una tendencia al alza con tasas de crecimiento interanual muy significativas para algunos periodos. Así, el crecimiento entre 1995 y 2013 fue de más de mil millones de kilogramos o, lo que es lo mismo, del 144%.

Actualmente, la UE domina el mercado mundial del aceite de oliva. Es el primer exportador (58,2 % de cuota de mercado mundial), el primer productor (60,9%), y el territorio con la mayor superficie dedicada al olivar del mundo, con un 48,2% en 2013. Además, los países líderes en términos de producción, superficie y exportación de aceite de oliva también se encuentran dentro de la UE: España, primer superficie de olivar, primer productor de aceite, primer exportador en términos de volumen y de valor y segundo mercado de consumo; Italia, primer mercado de consumo, primer importador mundial y primer precio unitario de exportación y Grecia, tercer productor y exportador en el mercado internacional.

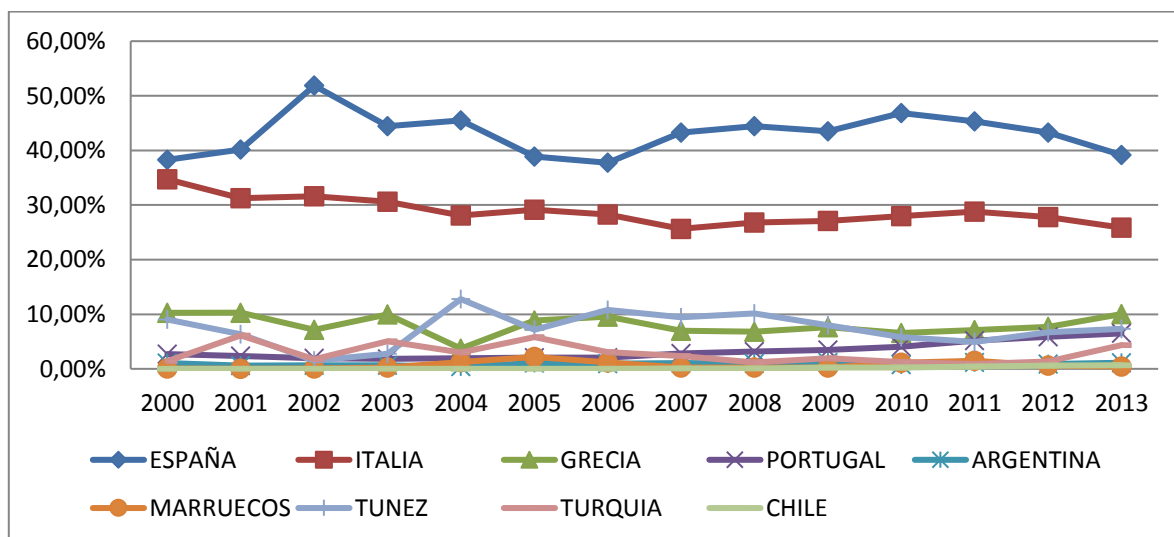
La posición de España es muy fuerte. En 2013 fue el país con mayores intercambios comerciales de aceite de oliva en términos físicos -con 772 mil toneladas, el 42% de cuota-, muy por encima del segundo país exportador, Italia, que alcanzó las 386 mil toneladas de aceite de oliva exportado (28%). Y, más alejado, Grecia, con 167 mil toneladas (10%). No obstante, las diferencias en términos monetarios son menores. El líder sigue siendo España, con más de 2.700 millones de dólares (el 39% del mercado), y le sigue Italia con 1.826 millones de dólares (el 26%). Las diferencias entre España e Italia en términos monetarios se acortan porque el aceite de oliva español se exporta a precios más bajos (3,59US\$/kg) con respecto a algunos de sus principales competidores (Italia: 4,73 US\$/kg; Grecia: 3,61 US\$/kg; Portugal: 4,24 US\$/kg o Chile: 4,75 US\$/kg).

Las exportaciones españolas de aceite de oliva se dirigen sobre todo a los países de la UE, especialmente a Italia –mercado al que se destinan sobre todo graneles-, Francia y Portugal. Asimismo, de entre los países no productores destacan las exportaciones al Reino Unido. En términos de cantidades, salvo con Italia, que presenta grandes oscilaciones debidas a la variabilidad de las campañas, las exportaciones españolas muestran una tendencia ascendente nítida. Entre los países no pertenecientes a la UE destacan las exportaciones a Estados Unidos, Japón y Australia, y los tres reciben producto envasado.

La participación creciente en la comercialización de aceite de oliva de países externos a la cuenca mediterránea y con menor tradición oleícola se está traduciendo en una mayor

competencia para los principales países exportadores tradicionales y un descenso de su hegemonía en el mercado mundial. De hecho, la cuota de mercado mundial conjunta de aceite de oliva de España e Italia han caído progresivamente en la última década, en beneficio de países con menor o nula tradición en el sector, como Chile o Argentina (Figura 1).

España, por un lado, cuya producción de aceite de oliva está muy condicionada por las condiciones climatológicas, tras haber alcanzado unos picos excepcionales en 2002 y 2010 - 51,8% y 46,8 % respectivamente-, mantuvo en 2013 una cuota de mercado (39,17%) un punto por debajo de la que alcanzó en 2000 (38,29%). Pero peor ha sido el comportamiento que han tenido las exportaciones de aceite de oliva italianas en la última década, que han perdido un peso muy significativo (del 34,7% en 2000 al 25,8% en 2013). Por el contrario, la evolución de países con escasa participación en el mercado internacional de aceite de oliva -como Portugal, que ha pasado del 2,73% en 2000 al 6,49% en 2013; o Turquía, que ha pasado del 1,39% en 2000 al 4,32% en 2014- ha sido muy importante. Asimismo es interesante señalar el caso de Chile, como nuevo productor y exportador, que con una cuota de mercado prácticamente nula en 2000 ha conseguido llegar al 0,7% en 2013, lo cual seguramente marca una tendencia que va a continuar (Figura 1).



**Figura 1:** Evolución de la cuota de mercado en valor de los principales actores en el mercado internacional del aceite de oliva entre los años 2000 y 2013

Fuente: elaboración propia con datos de UNCOMTRADE

El análisis de la competitividad es complementario del anterior, y resulta útil para valorar el desempeño de los países ibéricos en los mercados internacionales del aceite de oliva. Partiendo del concepto de Ventaja Comparativa Revelada, se ha utilizado el Índice de Balassa (Balassa, 1965) y algunas de sus variantes solo para exportaciones<sup>64</sup>. De esta forma se evitan algunas de sus desventajas, ya que el citado índice padece una asimetría que lo hace inadecuado para el análisis econométrico (Laursen, 1998). De esta forma, los resultados obtenidos para el año 2013 son los siguientes:

1. Índice de Balassa (IB): el país con mayor índice de Ventaja Comparativa Revelada del aceite de oliva es Túnez (0,9744), seguido de Grecia (0,9606) y, a continuación, de España (0,915); a los tres primeros les siguen Portugal (0,8978), Italia (0,7993) y Turquía (0,6728).
2. Variante de xi-cuadrado: la clasificación la encabeza Túnez (2,2867), seguido de lejos por Grecia (0,9346) y, mucho más alejada, en tercera posición, por España (0,1841), a la que siguen Portugal (0,1213) e Italia (0,0249).
3. Índice aditivo de ventaja comparativa revelada: se repite la ordenación del primer índice con Túnez (0,0310), Grecia (0,0196), España (0,0087), Portugal (0,0070) e Italia (0,0032).

Si se analiza la evolución de los tres indicadores en el período 2000-2013 lo más interesante es que la posición competitiva de los aceites de los países productores más importantes –España, Italia y España- se mantiene sin grandes variaciones. Por el contrario, otros como Portugal mejoran su competitividad, pasando de un valor del IB de 0,5493 en 2004 a 0,8977 en 2013 -y lo mismo ocurre con los otros dos indicadores-.

### 3. CONCLUSIONES

España y, en menor medida, Portugal son potencias mundiales en el sector del aceite de oliva. La globalización del sector está cambiando las reglas tradicionales del negocio, muy centrado en todas sus dimensiones en el mundo mediterráneo. En lo que se refiere a la cuota de mercado de las exportaciones mundiales, España mantiene su liderazgo, a pesar de su irregularidad, a lo que contribuye la caída significativa de Italia y la estabilidad de Grecia.

En cuanto a la competitividad, medida según la Ventaja Comparativa Revelada, y empleando un conjunto de indicadores basados en el Índice de Balassa para exportaciones, los

---

<sup>64</sup> Existe otra serie de indicadores, basados también en el de Balassa, que además de las exportaciones tienen en cuenta las importaciones, pero en este trabajo no se incorporan.

resultados muestran consistencia ordinal, situándose España en tercer lugar, por encima de Portugal. Sin embargo, cuando se analiza su evolución, el desempeño del Portugal es mejor que el de España, lo que encaja con el aumento de cuota de mercado de Portugal en los mercados internacionales.

Adicionalmente, aunque están aumentando su cuota de mercado, de los resultados se deduce que los países del nuevo mundo oleícola todavía se encuentran lejos de los niveles de competitividad de los países tradicionales mediterráneos.

## **BIBLIOGRAPHIC REFERENCES**

Anania, G. & Pupo D'Andrea, M.R. (2007). The global market for olive oil: actors, trends, prospects and research needs. *103rd Seminar, April 23-25, 2007, Barcelona, Spain. No. 9446.* European Association of Agricultural Economists.

Balassa, B. (1965). Trade liberalization and revealed comparative advantage. *The Manchester School of Economic and Societal Studies, 33*, 99-123.

Frohberg, K. & Hartmann, M. (1997). Comparing measures of competitiveness. *No. 2. Discussion paper//Institute of Agricultural Development in Central and Eastern Europe.*

Langreo, A. (2010). La estrategia empresarial en el sector del aceite de oliva y su evolución desde la transición política. *Revista de estudios empresariales. Segunda época, 1*, 7-31.

Laursen, K. (1998). *Revealed Comparative Advantage and the Alternatives as Measures of International Specialisation.* Danish Research Unit for Industrial Dynamics Working Paper.

Mili, S. & Rodríguez Zúñiga, M. (1997). El sector del aceite de oliva ante la globalización de mercados: reflexiones desde una perspectiva de demanda. *Revista Española de Economía Agraria 181*, 209-242.

Sanz, J., Samir, M. & Rodríguez Zúñiga M. (1998). Estrategias competitivas ante la globalización de los intercambios comerciales. La cadena del aceite de oliva en España. *Revista Agroalimentaria, 4,7*, 109-120.

## Producción de carne de vacuno de la Raza Tudanca en Cantabria bajo un sistema alternativo de cebo: perspectivas de productores y consumidores

Ibán Vázquez

Centro de Investigación y Formación Agrarias

ibanvazquez@cifacantabria.org

Ana M. Olaizola

Universidad de Zaragoza - CITA

Helena Resano

Universidad de Zaragoza - CITA

Emma Serrano

Centro de Investigación y Formación Agrarias

### RESUMEN

A pesar de ser la Tudanca una raza de bovino incluida en la IGP “Carne de Cantabria”, su comercialización todavía es escasa por el reducido número de terneros Tudancos cebados; además, su cebo se realiza según la forma habitual, forraje conservado (heno o paja) y concentrado.

En el presente estudio, se han analizado las implicaciones económicas de un sistema alternativo de cebo, con silo de hierba y concentrado ad libitum, en explotaciones de vacuno de raza Tudanca, y la importancia de las señales de la calidad para los consumidores cántabros en el momento de comprar carne de vacuno. Para ello, se ha realizado una encuesta a una muestra de 18 explotaciones con ganado Tudanco, y otra a 600 consumidores cántabros.

Mediante un Análisis de Presupuestos Parciales, se observa que este tipo de cebo alternativo tendría mayor interés económico en aquellas explotaciones que ya cebaban sus terneros con paja y concentrado, y en las que no ceban si se incrementa un 10% el precio del ternero. El consumidor podría ser receptivo a este incremento si se diferencia el producto con la garantía de terneza, cardiosaludabilidad, o el origen regional.

**PALABRAS CLAVE:** razas autóctonas, cebo alternativo, presupuestos parciales, señales calidad carne.

### 1. INTRODUCCIÓN

La Tudanca es una raza de bovino rústica, autóctona de Cantabria y en peligro de extinción, incluida junto a otras cuatro razas y sus cruces en la Indicación Geográfica Protegida (IGP) “Carne de Cantabria” (Serrano et al., 2013; Vázquez et al., 2015). La mayoría de los terneros se venden como pasteros, a una edad inferior a los 6 meses, para ser acabados en cebaderos de otras regiones (Humada, 2015). Por este motivo, existían pocas explotaciones con derecho a percibir la prima al sacrificio tras la reforma de la PAC de 2003, sin embargo, en la nueva PAC 2014-2020 se establece una ayuda asociada al cebo (Blanco & Bardají, 2014).

Entre los tipos de terneros acabados en las explotaciones es habitual un tipo de ternero sacrificado a los 10-11 meses de edad, que tras el destete a los 5-6 meses es alimentado con paja y concentrado. En razas como la Tudanca, con una elevada precocidad en la deposición de grasa, existen alternativas a este tipo de cebo habitual que emplean forrajes conservados de buena calidad y un menor aporte de concentrados (Serrano et al., 2016). Además, se incrementa

la autosuficiencia alimentaria de las explotaciones, contribuyendo a aumentar su sostenibilidad (Veysset et al., 2015).

Una posible estrategia de marketing de los ganaderos es aumentar la diferenciación del producto. En este sentido, la comercialización de terneros acabados en la propia explotación, permitiría obtener un producto regional de calidad diferenciada (Olaizola et al., 2012; Resano et al., 2012). No obstante, es esencial para lograr que la estrategia de diferenciación sea exitosa conocer cuáles son los atributos determinantes en la decisión de compra de los consumidores.

En el marco de un proyecto de investigación sobre las alternativas de producción de terneros con razas rústicas, los objetivos de este trabajo son analizar las implicaciones económicas de un sistema alternativo de cebo de terneros en explotaciones de vacuno de raza Tudanca, y la importancia de las señales de calidad para los consumidores cántabros en el momento de comprar carne de vacuno.

## 2. MATERIAL Y MÉTODOS

La información utilizada procede de una encuesta realizada a finales de 2014 a una muestra de 18 explotaciones de ganado Tudanco en Cantabria. La selección se realizó considerando la dimensión de las explotaciones existentes (3 más de 100 UGM (Unidad de Ganado Mayor), 8 entre 50 y 100, 7 menos de 50 UGM) y su localización comarcal (9 Saja-Nansa, 2 Costa Occidental, 4 Besaya, 2 Campoo, 1 Pas-Miera-Pisueña). El cuestionario recogía información sobre la estructura productiva y familiar, manejo técnico de la explotación y resultados económicos. Para analizar el impacto económico de realizar un cebo alternativo (hasta los 11 meses, en animales que tras el destete a los 5 meses son alimentados con silo de hierba y concentrado ad libitum) (Serrano et al., 2016), se ha seguido un enfoque de casos de estudio, seleccionándose 4 explotaciones, en función de la dimensión (menor o mayor de 50 vacas acorde a la distribución de la muestra) y si ceban o no sus terneros. Se ha aplicado un Análisis de Presupuestos Parciales (APP) para evaluar el efecto sobre el beneficio medio anual de una explotación de cambios en las actividades, considerando los ingresos adicionales (A) los costes evitados (B), los costes adicionales (C) e ingresos perdidos (D) que se modifican, de tal forma que la mejor alternativa es aquella cuya diferencia entre  $A+B$  y  $C+D$  sea mayor (Warren, 1998). Para cada explotación, se ha comparado la realización de un cebo alternativo, en un escenario base (año 2014) y otro con la situación actual de la nueva PAC 2014-2020 (ayuda asociada al cebo en 2015 de 32,7€/ animal), frente a los supuestos de venta de terneros destetados y con cebo habitual, (sólo se presentan los resultados referidos al último escenario). Se ha realizado un análisis de sensibilidad variando el precio del concentrado y el ternero, dado



que el interés económico del cebo es muy sensible a sus variaciones (García-Martínez et al., 2011). Asimismo, se ha realizado una encuesta personal en 2014 en Cantabria a 600 consumidores de carne de vacuno, muestreados según edad, sexo y nº de habitantes del municipio. El cuestionario incluía, entre otros aspectos, una pregunta sobre la importancia que confieren a distintos atributos en el momento de la compra.

### 3. RESULTADOS

En las explotaciones estudiadas, se observa que las que realizan un cebo habitual presentan mayor superficie agraria útil (SAU), importancia del arrendamiento, tasa de fertilidad y mejores resultados económicos que las que no ceban para cada estrato considerado (Tabla 1).

**Tabla 1:** Principales características de las explotaciones seleccionadas

	No cebo habitual		Cebo habitual	
	<50	>=50	<50	>=50
Dimensión (vacas)	<50	>=50	<50	>=50
Superficie Agraria Útil (SAU) (ha)	9,5	55,0	30,0	52,4
% SAU en arriendo/SAU	0,0	0,0	50,0	98,1
Edad ganadero (años)	46	38	61	36
Vacas (número)	19	60	23	93
Fertilidad (Terberos nacidos/vaca y año)	0,79	0,73	1,0	0,87
Terberos vendidos destetados (número)	12	31	0	0
Terberos vendidos cebados (número)	0	5	10	63
Valor añadido bruto <sup>1</sup> (€)	3.732	15.176	5.094	92.175

<sup>1</sup> Ingresos totales (ganado, subvenciones y otros) – costes específicos y generales (sin amortizaciones, arrendamiento, salarios e intereses). Fuente: Elaboración propia

Para analizar el interés económico de realizar un cebo alternativo frente a uno habitual o la venta de terneros destetados, se ha considerado únicamente los indicadores técnicos y económicos que varían respecto a la situación observada en las explotaciones (Tabla 2).

**Tabla 2:** Indicadores técnicos y económicos utilizados en la simulación del cebo alternativo

Edad al destete (días)	150	Precio ternero cebado (€/kg canal)	4,2
Peso al destete (kg)	130	Coste alimentación (€/ternero)	312,0
Precio ternero destetado (€)	200	Coste higiénico-sanitario (€/ternero)	55,4
Edad al sacrificio (días)	323	Otros costes (maquinaria, transporte-sacrificio) (€/ternero)	96,0
Peso al sacrificio (kg)	299	Coste mano de obra (€/ternero)	77,9
Peso canal (kg)	156	Interés capital circulante (€/ternero)	9,1

Fuente: Elaboración propia

Desde el punto de vista económico, sería más interesante realizar un cebo alternativo en aquellas explotaciones que realizan un cebo habitual, dado que son las únicas que obtienen un beneficio extra positivo, superior en las de mayor dimensión (Tabla 3). Este tipo de cebo supone una disminución de los costes (6 €/ternero), debidos fundamentalmente al menor consumo de concentrado, y un aumento de los ingresos (23 €/ternero) consecuencia del mayor peso alcanzado por los animales (5,5 kg más de peso canal). Por el contrario, no sería interesante en las explotaciones que no cebaban.

**Tabla 3:** Resultados del Análisis de Presupuestos Parciales para cada caso de estudio (€)

	No cebo habitual		Cebo habitual	
	<50	>=50	<50	>=50
<b>Ingresos extra (A)</b>				
Venta ternero cebado	7.855	23.565	6.546	41.238
Subvenciones	392	1.177	327	2.060
<b>Costes evitados (B)</b>				
No cebo habitual		2.781	5.561	35.034
<b>Coste extra (C)</b>				
Alimentación	3.744	11.232	3.120	19.656
Higiénico-sanitarios	665	1.994	554	3.490
Otros costes	1.152	3.456	960	6.048
Mano obra	935	2.804	779	4.908
Interés capital circulante	109	328	91	573
<b>Ingresos perdidos (D)</b>				
Ternero destetado	2.400	6.200		
Ternero cebo habitual		3.158	6.316	39.791
Derechos específicos cebo			208	
<b>Beneficio extra (A+B-C-D)</b>	-758	-1.650	406	3.867

Fuente: Elaboración propia

A partir de los resultados económicos obtenidos para cada caso de estudio, se ha realizado un análisis de sensibilidad. En las explotaciones que no cebaban, el precio umbral del ternero, es decir el precio en el que el beneficio es nulo, es mayor que en las explotaciones que realizan cebo habitual (Tabla 4). Es decir, las explotaciones que no cebaban son más sensibles al precio del ternero, sobre todo las de menor dimensión. Asimismo, son también, más sensibles al precio del concentrado ya que el precio umbral es menor. Además, si se produjese un incremento del 10 % en el precio del ternero vendido este tipo de cebo sería interesante para todas las explotaciones. Por el contrario, si aumentase el precio del concentrado (20%) solo tendría interés económico para la de mayor dimensión con cebo habitual.

**Tabla 4:** Análisis de sensibilidad para cada caso de estudio

	No cebo habitual		Cebo habitual	
	<50	>=50	<50	>=50
Dimensión (vacas)	<50	>=50	<50	>=50
Precio ternero cebado (€/kg canal)	4,2	4,2	4,2	4,2
Precio concentrado (iniciación+engorde) (€/kg)	0,369	0,369	0,369	0,369
Valor umbral precio ternero cebado (€/kg canal)	4,6	4,5	3,9	3,8
Valor umbral precio concentrado (iniciación+engorde) (€)	0,284	0,308	0,424	0,452
Beneficio Extra (€) incremento 10% precio ternero cebado	28	706	1.060	7.990
Beneficio Extra (€) incremento 20% precio concentrado	-1.417	-3.629	-144	403

Fuente: Elaboración propia

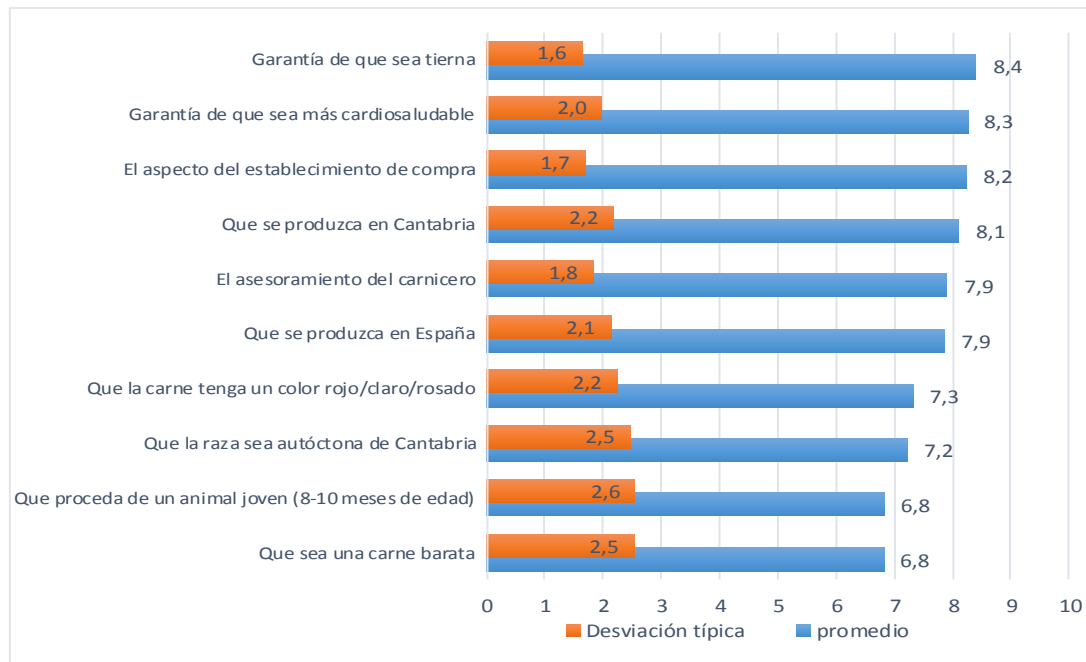
La tabla 5 muestra el perfil socio-demográfico de los consumidores. Los resultados indican la presencia de una elevada representatividad de la muestra, dado que únicamente existen diferencias estadísticamente significativas con la población cántabra respecto el nivel de ingresos. Brevemente, más de la mitad de encuestados eran mujeres, con edad y nivel de ingresos medio, sin estudios universitarios, y vivían en hogares multi-personales de núcleos urbanos.

**Tabla 5:** Descripción de la muestra de consumidores y de la población (región de Cantabria)

% de individuos	Muestra	Población
Tamaño del municipio: >10.000 habitantes	65	66
Edad:		
18-34	23	25
35-64	54	55
≥65	23	20
Género: Femenino	51	51
Tamaño familia: 1 miembro	9	10
Ingresos netos mensuales de la unidad familiar <sup>1</sup> :		
<1150€	30	26
1150-3000€	67	56
>3000€	3	18
Estudios superiores	20	18

<sup>1</sup>Se han encontrado diferencias estadísticamente significativas al 5% según el estadístico Chi-cuadrado.  
Fuente: Elaboración propia con datos procedentes del Instituto Cántabro de Estadística (2015).

Respecto a las “señales” de la calidad declaradas en el momento de la compra (Figura 1), los consumidores asignan una mayor importancia a la garantía de terniza y de que sea cardio-saludable, el aspecto del establecimiento y el origen cántabro, otorgándoles una valoración superior a 8 puntos. Por otro lado, los atributos menos relevantes serían que la carne proceda de un animal joven o que sea barata, existiendo un cierto grado de heterogeneidad en los consumidores, sobre todo en los atributos menos valorados.



**Figura 1:** Atributos que influyen en la decisión de compra de carne de vacuno  
 Valoración en una escala de 0 (nada importante) a 10 (muy importante).  
 Fuente: Elaboración propia

#### 4. CONCLUSIONES

La realización de un cebo alternativo, en base a silo de hierba y concentrado ad libitum, de terneros Tudancos sacrificados a los 11 meses resultaría interesante, desde una perspectiva económica en explotaciones que ya realizan un cebo habitual, sobre todo en las de mayor dimensión. Sin embargo, resultaría interesante, para todo tipo de explotaciones analizadas, si se incrementara un 10% el precio de venta del ternero. En este sentido, en términos generales los consumidores cántabros podrían ser receptivos a un incremento de precio, sobre todo basando la estrategia de diferenciación del producto en los atributos más relevantes en el momento de la compra, como son la garantía de terneza y de que sea cardiosaludable, al aspecto del establecimiento y el origen regional. En cualquier caso, sería conveniente analizar la sensibilidad y la heterogeneidad respecto al precio de manera más detallada en un futuro estudio para conocer el perfil de los segmentos de mercado que puedan ser más proclives.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Blanco, I., & Bardají, I. (2014). El nuevo sistema de pagos directos. En Cajamar Caja Rural (Ed.), *Reflexiones en torno a la PAC* (pp 27-55). España: Bajardí.

- García-Martínez, A., Bernués, A. & Olaizola, A. M. (2011). Simulation of mountain cattle farming system changes under diverse agricultural policies and off-farm labour scenarios. *Livestock Science*, 137, 73–86. doi:10.1016/j.livsci.2010.10.002
- Humada, M.J. (2015). *Caracterización productiva, de la calidad de la canal, de la carne, y de la grasa de la raza bovina Tudanca* (Tesis doctoral). Universidad de Zaragoza, Zaragoza.
- Instituto Cántabro de Estadística. (2015). *Encuesta social 2013, Encuesta sobre las condiciones de vida 2014 y cifras de Cantabria 2014*. Recuperado de <http://www.icane.es/>
- Olaizola, A., Bernués, A., Blasco, I. & Sanz A. (2012). Perspectivas de una carne de calidad diferenciada: análisis exploratorio para la carne de vacuno “Serrana de Teruel”. *ITEA*, 108, 546-562.
- Resano, H., Sanjuán, A.I. & Albisu, L.M. (2012). Consumers’ response to the EU Quality policy allowing for heterogeneous preferences. *Food Policy*, 37, 355-365. doi:10.1016/j.foodpol.2012.03.006
- Serrano, E., Humada, M.J. & Cimadevilla, C. (2013). Sistemas de producción de terneros jóvenes de raza Tudanca. *En resumen de XV Jornadas sobre Producción Animal* (pp. 736-738), Zaragoza.
- Serrano, E., Humada, M.J., Gutiérrez, S. & Mateo, J. (2016). Discriminación del tipo y nivel de forraje de la dieta de terneros acabados en estabulación utilizando el contenido en carotenoides en plasma y tejido adiposo. *En libro actas 55º Reunión Científica de la Sociedad Española para el Estudio de los Pastos* (pp. 279-284), Lugo.
- Vázquez, I., Gómez, F., Olaizola, A., Resano, H., Serrano, E. & Domínguez M. (2015). Factores que condicionan el acabado de terneros de raza Tudanca en Cantabria. *En resumen de XVI Jornadas sobre Producción* (pp. 24-26), Zaragoza.
- Veysset, P., Lherm, M., Troquier, C. & Bébin, D. (2015). Productivity and technical efficiency of suckler beef production systems: trends for the period 1990 to 2012. *Animal* 9 (12), 2050-2059. doi: 10.1017/S1751731115002013
- Warren, M. (1998). *Financial management for farmers and rural managers* (4a. ed.). Oxford: Blackwell Science.

## Produtividade e eficiência das explorações leiteiras micalenses

Emiliana Silva

Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico - Universidade dos Açores  
emiliana.ld.silva@uac.pt

Bruno Almeida

Associação Agrícola de S. Miguel  
bruno\_almeida45@hotmail.com

Ana Alexandra Marta-Costa

CETRAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
amarta@utad.pt

### RESUMO

A produção leiteira dos Açores contribui com cerca de 30% da produção portuguesa, sendo as suas explorações maioritariamente de natureza familiar e fonte exclusiva de rendimento para uma parte relevante dos seus produtores. No contexto regional atual, esta atividade encontra-se sujeita à diminuição do preço do litro de leite no produtor e às reduções de quotas de produção impostas pela indústria. Tal situação impõe a necessidade de racionalizar a produção e os fatores produtivos utilizados, sendo necessário avaliar a produtividade e eficiência das explorações agrícolas, principal objetivo deste trabalho. Para o efeito, através dos dados da Associação Agrícola de S. Miguel, compararam-se explorações cujos proprietários dependem exclusivamente desta fonte de rendimento com outras que apresentam formas complementares de rendimento. Os resultados obtidos indicam a inexistência de diferenças relevantes nos valores de eficiência e características produtivas ou económicas, consoante o rendimento seja obtido exclusiva ou alternativamente à agricultura. No entanto, existem mais explorações eficientes quando a agricultura é a principal fonte de rendimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Açores, eficiência, leite, rendimento.

### 1. INTRODUÇÃO

A Região Autónoma dos Açores é constituída por nove ilhas, localizadas entre os Continentes Europeu e Americano. Ocupa uma área total de 2.322 km<sup>2</sup>, com 247.440 residentes, segundo os dados de 2012 (SREA, 2013). A atividade agropecuária apresenta especial relevância na região com reflexos na manutenção do território e na sua paisagem, existindo, em 2013, 11.806 explorações agrícolas (SREA, 2013), com uma dimensão média de 10 hectares por unidade de produção. Os dados estatísticos de 2009, referem a ocupação de 97% da superfície agrícola útil (SAU) pela produção animal, através de 49% das explorações agrícolas açorianas. A produção de leite de bovino está presente em 37% das explorações, que corresponde a 57% da SAU da região (INE, 2011, Sebastião et al., 2012).

A pecuária, através da exploração de bovinos para leite, é também a atividade mais importante para a economia regional dos Açores. A produção de leite (536.016.473 litros) representa 29,86% da produção portuguesa (SREA, 2013) e os produtos lácteos com maior representatividade são o queijo, manteiga e leite em natureza.

Ao nível da ocupação da população, esta atividade tem também repercussões, representando a população agrícola familiar dos Açores cerca de 17% da sua população residente (dados relativos a 2009), sendo mais de metade (52%) de idade inferior a 45 e 16% tem mais de 65 anos (Sebastião et al., 2012). Apenas um terço da população agrícola familiar exerce uma atividade remunerada exterior à exploração, com maior importância nos produtores (37%) e seus cônjuges (36%) do que nos restantes membros da família (27%). Esta população corresponde a 11.532 UTA e é responsável por 80% do trabalho agrícola necessário, segundo os dados relativos a 2009 (Sebastião et al., 2012). No entanto, 64% das explorações agrícolas açorianas recorrem a mão-de-obra agrícola não familiar eventual e permanente (11%) (Sebastião et al., 2012).

Ao nível da sustentabilidade da atividade agrícola, e dos 13.360 produtores agrícolas singulares registados na região, em 2009, 24% exercem atividade agrícola a tempo completo e 96% pretendem manter a atividade nos próximos anos, para complementar o rendimento familiar, pelo valor afetivo, pela viabilidade económica da exploração e por não terem alternativa profissional (Sebastião et al., 2012). Acrescente-se, ainda, que a atividade agropecuária é a principal fonte de rendimento da exploração para mais de 99% dos produtores singulares (Sebastião et al., 2012).

Não obstante a importância da agropecuária e do produto leite para os Açores, verificam-se situações que atualmente colocam em perigo o desenvolvimento da atividade. É o caso de abolição das quotas leiteiras na União Europeia com repercussões na descida do preço do leite e, logo, na agricultura e na economia açoriana (Silva et al., 2016), com efeitos na fixação de jovens. Neste sentido, torna-se urgente identificar os sistemas produtivos mais eficientes e relacioná-los com o uso de fatores de produção para se delinearem políticas agrícolas de índole regional que permitam atenuar as dificuldades existentes (Silva et al., 2016). Opta-se, neste trabalho, pela comparação da eficiência das explorações leiteiras de acordo com a tipologia dos agricultores no que respeita às suas fontes de rendimento.

A eficiência das explorações tem sido amplamente investigada nas explorações agrícolas nos Açores. São de referir a título de exemplo, o estudo de Silva (2001) que identificou somente 7 explorações eficientes numa amostra de 122 explorações, com uma média de eficiência técnica de 66,4%. Em 2013, Silva e Marote (2013) analisaram a importância dos subsídios na eficiência técnica em explorações leiteiras açorianas e, mais recentemente, Almeida e Silva (2015), voltaram a obter 7 explorações (7,69% da amostra utilizada) com a máxima eficiência técnica para rendimentos constantes à escala. O nível médio de ineficiência técnica obtido permitiu concluir sobre a possibilidade de reduzir até 31,2% dos gastos nos



consumos, sem penalizar a produção. Trabalhos idênticos têm sido desenvolvidos noutras áreas geográficas, como o de Arzubi e Berbel (2002) que evidencia o acréscimo da eficiência técnica em 21 explorações leiteiras de Buenos Aires (Argentina), de 83 para 87%, entre 1997 e 2000.

## 2. METODOLOGIA

Para este trabalho utilizaram-se as 91 explorações leiteiras que integravam, em 2010, a base de dados da Associação Agrícola de S. Miguel (AASM, n.p.). Esta amostra detém uma elevada representatividade das unidades de produção da ilha, para além de apresentarem contabilidade organizada e contraste leiteiro.

Para avaliar a produtividade e eficiência das explorações agrícolas de acordo com a fonte do rendimento organizaram-se em dois grupos: explorações cujo proprietário apresenta fontes de rendimento (I) complementares ou (II) exclusivas da agricultura. De acordo com Sebastião et al. (2012), as atividades complementares à agropecuária verificadas nos Açores são a atividade florestal (0,2%) e as outras atividades (1,3%), podendo identificar-se, neste último caso e para as explorações sob análise, atividades no setor terciário, nomeadamente na Administração Pública Regional.

Posteriormente, analisaram-se as características estruturais e os fatores produtivos usados nas explorações, através da eficiência técnica obtida pelo *Data Envelopment Analysis* (DEA). Esta técnica não paramétrica permite estimar a eficiência das explorações leiteiras pela relação entre os *outputs* e *inputs* utilizados (Coelli et al., 2005 e Mendes et al., 2013).

## 3. RESULTADOS

Das 91 explorações leiteiras analisadas, 9,8% (9 explorações) pertencem ao Grupo I, anteriormente definido, e 90,2% (83 explorações) têm rendimento que provêm exclusivamente da agricultura (Grupo II). As características estruturais obtidas pela média dos valores destas explorações estão expostas no Quadro 1, cuja análise permite verificar a reduzida divergência entre os Grupos considerados, quer na dimensão da exploração (40,4 hectares) quer no encabeçamento pecuário obtido (2,4 e 2,5). Todavia, verifica-se um ligeiro aumento nos valores médios do número total de animais (90,6) e no número de vacas leiteira (67,3) do Grupo II.

A maior discrepância entre os Grupos sob análise verifica-se no número de assalariados presentes nas explorações. Enquanto as unidades de produção do Grupo I recorrem sempre a assalariados agrícolas e o produtor não trabalha na agricultura, alcançando o valor médio de 1,8 trabalhadores, o segundo apresenta 0,7 trabalhadores e apenas algumas das suas explorações recorrem a mão-de-obra assalariada.

**Quadro 1:** Dados relativos à estrutura média das explorações leiteiras sob análise

Indicador	Grupo I <sup>(1)</sup>	Grupo II <sup>(2)</sup>	Grupo Total <sup>(3)</sup>
N.º explorações	9	83	91
SAU (Ha)	40,4	40,4	40,4
N.º de Cabeças Normais (CN)	79,4	90,6	89,5
Encabeçamento animal (CN/SAU)	2,4	2,5	2,49
N.º Vacas leiteiras	60,7	67,3	66,67
N.º Assalariados agrícolas	1,8	0,7	0,8

<sup>(1)(2)</sup> Dados obtidos de AASM (n.p.); <sup>(3)</sup> Dados adaptados de Almeida & Silva (2015).

Para completar a breve apresentação dos diferentes Grupos de Explorações, apresenta-se o Quadro 2 com os resultados produtivos e económicos médios obtidos no ano de 2011. A sua análise permite identificar a produção de leite e o seu Rendimento do Empresário e Família (REF) por hectare como ligeiramente superior nas explorações cujo rendimento provém exclusivamente da atividade agropecuária (8104,8 litros de leite por vaca e 1032,8 €/ha, respetivamente), quando comparado com as explorações com rendimentos complementares à atividade agrícola (7666,6 litros de leite por vaca e 730,9 €/ha). Tal situação poderá dever-se ao maior esforço do agricultor que depende exclusivamente da agricultura para garantir o máximo de rendimento obtido.

**Quadro 2:** Produção e resultados económicos médios das explorações leiteiras sob análise

Indicador	Grupo I <sup>(1)</sup>	Grupo II <sup>(2)</sup>	Grupo Total <sup>(3)</sup>
Produção de leite por vaca (l/ano)	7666,6	8104,8	8061,4
REF (€/Ha) <sup>(4)</sup>	730,9	1032,8	1002,9
Venda de leite (€/Ha)	3973,4	3774,3	3794,0
Venda de carne (€/Ha)	206,0	213,0	212,9
Subsídios (€/Ha)	830,5	1118,6	1090,0

<sup>(1)(2)</sup> Dados obtidos de AASM (n.p.); <sup>(3)</sup> Dados adaptados de Almeida e Silva (2015); <sup>(4)</sup> Calculado por diferença entre as receitas e os encargos reais, de acordo com Avillez et al. (1988).

A estrutura dos custos totais da generalidade das explorações açorianas observadas revela o peso elevado da alimentação (38,1%), sendo a sua redução um dos principais objetivos dos produtores de leite (Silva et al., 2016). Em termos gerais, os custos médios anuais por hectare destas explorações leiteiras situam-se nos 2620,8 Euros (Silva et al., 2016),

correspondentes a cerca de 70% do valor obtido com a venda de leite (3794 €/ha). Dado tratarem-se de unidades de produção especializadas no leite, o valor médio recebido pela venda de carne é muito baixo (212,9 €/ha), no entanto, existem explorações que não vendem carne nem recebem subsídios e, para outras, cerca de 22% do seu rendimento provém daqueles apoios (Silva et al., 2016).

A análise da eficiência técnica, através do DEA, permitiu a obtenção dos valores expostos no Quadro 3 relativos à Eficiência Técnica a Rendimentos Constantes à Escala (CRSTE), Eficiência Técnica a Rendimentos Variáveis à Escala (VRSTE) e Eficiência de Escala (SCA). O primeiro indica que os aumentos dos inputs e outputs são proporcionais, enquanto que a VRSTE mostra que os aumentos dos outputs podem ser superiores ou inferiores aos aumentos dos inputs e a SCA revela a quantidade de produtividade que pode ser aumentada se ocorrer uma mudança dos pontos para a escala ótima de produção técnica, podendo ser obtida por CRSTE/VRSTE (Coelli, 2005). A interpretação dos resultados evidencia que não existem diferenças relevantes a nível de valores médios de eficiência entre explorações agrícolas com rendimentos exclusivamente agrícolas (0,689 a CRSTE) e as que apresentam atividades complementares (0,679 a CRSTE) (Quadro 3). As diferenças são maiores no número de explorações eficientes (apenas uma exploração quando existem rendimentos complementares à agricultura).

No que se refere à VRSTE verificam-se valores superiores de eficiência (0,818) para o Grupo II, relativamente ao Grupo I (0,787), e 13 explorações eficientes no primeiro caso enquanto se identifica apenas uma no Grupo I. Já a eficiência de escala (SCA) é ligeiramente superior no Grupo I (0,855) em relação ao Grupo II (0,845).

**Quadro 3:** Valores médios de eficiência técnica e número de explorações eficientes a nível técnico

Indicador	Eficiência técnica			N.º de Explorações eficientes		
	Grupo I <sup>(1)</sup>	Grupo II <sup>(2)</sup>	Total <sup>(3)</sup>	Grupo I <sup>(1)</sup>	Grupo II <sup>(2)</sup>	Total <sup>(3)</sup>
<b>CRSTE</b>	0,679	0,689	0,688	1	6	7
<b>VRSTE</b>	0,787	0,818	0,815	1	13	14
<b>SCA</b>	0,855	0,845	0,846	1	6	7

Fonte: Elaboração própria

#### 4. CONCLUSÃO

Este trabalho permitiu verificar que não existem diferenças relevantes nas características produtivas de diferentes explorações açorianas de acordo com a tipologia do rendimento obtido pelos seus proprietários (exclusivamente da exploração agrícola ou oriundo de diversas fontes complementares). No entanto, as explorações leiteiras aparentam ser mais eficientes a nível técnico quando a atividade agrícola tem rendimentos exclusivamente agrícolas do que quando tem rendimentos complementares à atividade agrícola. Da mesma forma, confirma-se que existem mais explorações eficientes quando a agricultura é a única fonte de rendimento. O facto de se ter rendimentos exclusivamente agrícolas pode levar a uma maior racionalização dos fatores de produção e a uma lógica produtivista em que se favorece a maximização da produção ou captação de fundos comunitários que apoiem o desenvolvimento da atividade leiteira, e portanto, com reflexos em futuras políticas regionais a implementar.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AASM (n.p.). Registos contabilísticos de explorações leiteiras da Ilha de S. Miguel relativos a 2010.
- Almeida, B. & Silva, E. (2015). A Eficiência das Explorações Leiteiras Micaelenses (Açores). *Rev. Econ. Sociol. Rural*, 53(1), 129-142.
- Arzubi, A. & Berbel, J. (2002). Determinación de índices de eficiencia mediante DEA en explotaciones lecheras de Buenos Aires. *Investigación Agraria. Producción y sanidade animales*, 17(1-2), 103-124.
- Avillez, F.; Estácio, F. & Neves, M.C. (1988). *Análise de Projectos Agrícolas no Contexto da Política Agrícola Comum*. Lisboa: Banco Pinto & Sotto Mayor.
- Coelli, T.; Prasada Rao, D.; O'Donnell, C. & Battese, G. (2005). *An introduction to efficiency and Productivity Analysis*. 2nd Ed., Springer.
- Mendes, A.; Silva, E. & Santos, J. (2013). *Efficiency Measures in the Agricultural Sector*. Springer.
- Instituto Nacional de Estatística - INE (2011). Recenseamento Agrícola 2009. Análise dos principais resultados. Lisboa: INE.
- Sebastião, S.; Oliveira, E.; Ribeiro, F. & Duarte, H. (2012). Os principais Indicadores do Recenseamento Agrícola de 1989, 1999 e 2009 na Região Autónoma dos Açores. Secretaria Regional dos Recursos Naturais.
- Silva, E. (2001). Análisis multicritério de la eficiencia económica de las explotaciones agroganaderas de las Azores (Portugal). Tesis Doctoral, Universidad de Córdoba.
- Serviço Regional de Estatística dos Açores - SREA (2013). Os Açores em Números 2013. Secretaria Regional dos Açores (acesso <http://estatistica.azores.gov.pt/upl/%7B974fc658-545d-4d9e-bfc7-ba986768646a%7D.pdf>).

- Silva, E.; Almeida, B. & Marta-Costa, A. (2016). Efeitos das ajudas monetárias na viabilidade económica de explorações leiteiras micalenses. *Revista de Ciências Agrárias*, 39(1), 134-143.
- Silva, E. & Marote, E. (2013). The importance of subsidies in the Azorean Dairy Farms Efficiency. In A. Mendes, E. Silva & J. Santos (Eds.), *Efficiency Measures in the Agricultural Sector* (157-166), Springer.

## Progreso competitivo y eficiencia colectiva: el aporte de los grupos de productores a la sustentabilidad de la cadena de valor ovina

P. Chimeno

Universidad Nacional del Sur  
pchimeno@criba.edu.ar

P. Zubillaga

Universidad Nacional del Sur  
paula.zubillaga@hotmail.com

V. Piñeiro

Universidad Nacional del Sur  
veronica.pineiro@uns.edu.ar

### RESUMEN

Las nociones de Progreso Competitivo y de Eficiencia Colectiva a partir del enfoque de Cadena de Valor Global y de *clusters* permitieron abordar la reconfiguración de la cadena ovina en el ámbito de la provincia de Buenos Aires (Argentina). La alarmante baja en el stock ovino detectada hacia finales de la década del 90 indujo al Estado provincial a buscar una solución que permitiera recuperar la cadena. A partir del año 2003, en el marco de una ley, el Ministerio de Asuntos Agrarios elaboró y ejecutó un conjunto de acciones encuadradas en el Programa Ovino para ser instrumentado especialmente por grupos de pequeños productores. Desde su creación, el Programa ha lanzado catorce convocatorias, destinándose el 71% del presupuesto a pequeños productores, con un saldo de 435 proyectos aprobados. Se consolidaron 6 grupos que operan, en total, con alrededor de 70 productores ovinos. A la luz de estos enfoques, el presente estudio analiza la contribución de estos grupos en la recuperación de la cadena ovina y revela el papel de las acciones conjuntas en promover el restablecimiento del sistema de producción ovino regional. Los fondos provistos por el programa se direccionaron hacia la mejora de la infraestructura y el aumento del stock. El fortalecimiento del asociativismo permitió aprovechar y potenciar las economías externas. La creación de un mercado laboral y el derrame de conocimiento e información que fluye entre las empresas, son ejemplos de economías alcanzadas por el sólo hecho de una proximidad geográfica. Sobre la base de los vínculos locales y sectoriales entre empresas estudiados, el progreso competitivo -entendido como acciones de mejoras evolutivas y marginales- fue promovido por la eficiencia colectiva conseguida por los grupos. Mejoras de procesos, de productos e intersectoriales son ilustradas en el trabajo. A fin de considerar las estrategias de agregado de valor en origen, el estudio profundizó dos grupos de productores. Bajo la configuración de una cooperativa, estos grupos emprendieron un *feed lot* de ovinos colectivo junto a la instalación de una boca de expendio de carne ovina. Algunas inferencias pueden ser extraídas de las experiencias estudiadas: i) en el nivel productivo, el desarrollo de estrategias de aumento de escala sin “aumentar la superficie”; ii) en el nivel comercial, la creación del Mercado Ovino de Buenos Aires con algunos aspectos que continúan siendo críticos; iii) en el nivel social, la propia dinámica de cada grupo para lograr su adaptación a la cadena.

**PALABRAS CLAVE:** Progreso competitivo, eficiencia colectiva, *cluster*, cadena ovina.

### 1. INTRODUCCIÓN

Hacia finales de la década del 90, un contexto de baja rentabilidad de la actividad ovina frente a una agricultura y ganadería bovina más competitivas, se manifestó en la provincia de Buenos Aires (Argentina) a través de una alarmante disminución del 86% en el stock. Esta situación se vio reflejada en: i) la presencia de majadas de consumo con escaso volumen de animales para faena; ii) la baja calidad genética de reproductores, con problemas de

consanguinidad; y iii) la escasa infraestructura y abandono de los establecimientos dedicados a la actividad ovina.

Como respuesta a esta problemática, en el marco de la Ley Nacional 25.422, en el año 2003 se implementa la Ley Provincial 12.869 para la recuperación de la actividad ovina. El Ministerio de Asuntos Agrarios de la provincia elaboró y ejecutó un conjunto de acciones instrumentadas bajo el Programa Ovino que, a través de un fondo fiduciario, brinda apoyo económico a productores y emprendimientos asociativos. Estas iniciativas productivas y comerciales promueven el agregado de valor en la cadena, alientan la recuperación de esta actividad y la revitalización de las pequeñas poblaciones. El arraigo, el sostén de las tendencias socioculturales, el empleo y la ocupación del territorio serían manifestaciones de la creación de valor de este proceso.

El enfoque de Cadena de Valor Global y *cluster* de empresas (Porter, 1990; Schmitz y Nadvi, 1999) constituyen el abordaje analítico para estudiar la reconstrucción de este entramado socio-productivo. Desde esta perspectiva, la noción de progreso competitivo<sup>65</sup> busca rescatar aquellas acciones de mejoras evolutivas y marginales de productos y procesos que contribuyen a alcanzar la competitividad en el ámbito de una cadena.

En este sentido los vínculos locales y sectoriales de un conjunto de empresas, son profundizados reconociendo las ventajas generadas espontáneamente entre ellas. La creación de un mercado laboral, de mano de obra calificada y especializada; la diversidad de proveedores y el derrame de conocimiento e información que fluye entre los grupos de empresas, son los clásicos ejemplos de las economías externas que se pueden obtener por el sólo hecho de una proximidad geográfica (Schmitz, 1997).

Estos enfoques adjudican a las acciones conjuntas un papel dinamizador de los sistemas productivos locales. Nadvi (1999) y Schmitz (1997) consideran entre estas acciones a las actividades, experiencias, modos de cooperación y colaboración que, realizadas de manera deliberada y programada, tienen el propósito de promover y capturar dichas economías externas a fin de alcanzar una eficiencia colectiva (Pietrobelli y Rabellotti, 2005).

A la luz de estos enfoques, el presente estudio analiza la contribución de los grupos de productores en la recuperación de la cadena ovina a partir de las acciones conjuntas instrumentadas por el Programa Ovino.

La parte empírica de la investigación adopta una perspectiva centrada en la comprensión detallada de un caso de estudio: la actividad ovina desarrollada por pequeños productores del

---

<sup>65</sup> En este trabajo se referirá a mejora o progreso competitivo en el caso de la palabra inglesa *upgrading*.

sudoeste bonaerense argentino organizados bajo la configuración de un Grupo de Cambio Rural. Se trabajó con herramientas de análisis cualitativos y cuantitativos, utilizando información secundaria y aquella generada a través de encuestas / entrevistas a empresas, instituciones e informantes claves del sector.

## 2. RESULTADOS Y DISCUSIÓN

La restauración de la cadena ovina en el ámbito de la provincia de Buenos Aires (Argentina) fue estudiada a través de dos líneas de investigación. Una, caracterizó el papel de las acciones conjuntas en promover el restablecimiento del sistema de producción ovino regional. La otra, analizó la contribución de los grupos de productores como vehículo de las acciones del Programa para la recuperación de la cadena ovina.

El papel económico del *cluster* y de los lazos sociales que lo sustentan han sido reconocidos y relativamente bien documentado (Porter, 1990; Schmitz y Nadvi, 1999). Esta estructura socio-económica, más horizontal que vertical, con sus normas y reglas colectivas representa una dimensión fundamental de coordinación de una cadena productiva. Para ser un factor de competitividad dinámica, en tanto, el tejido denso de relaciones organizacionales e institucionales que caracteriza esa aglomeración no debe ser analizado solamente como mecanismo de cohesión territorial, sino como fuente de eficiencia colectiva y la base para la promoción de procesos de mejora. A continuación se discuten algunos aspectos centrales del programa y el papel de un grupo de productores en vehicular dichas acciones.

### 2.1. El Programa Ovino

Una serie de acciones han sido diseñadas y programadas por el Ministerio de Asuntos Agrarios con el propósito de reactivar y fortalecer la producción ovina y su cadena dentro del ámbito territorial. La materialización de dichas acciones fue promovida por medio de dos instrumentos económico-financieros: i) Líneas de Crédito para diferentes destinos y ii) Aportes No Reintegrables para la asistencia técnica a los grupos de productores y la capacitación a productores y profesionales. Una brevísima descripción de estas acciones se presenta en el Recuadro 1. El programa aprovecha la estructura ya existente de agrupaciones de productores, representadas de manera central por los grupos de Cambio Rural tradicionales<sup>66</sup>, a la vez que promueve iniciativas para estimular el agrupamiento de aquellos productores que todavía no se hayan asociado. Para reforzar aún más este accionar, a fines del año 2014 el Instituto Nacional

---

<sup>66</sup> Estos grupos surgen en la década del '90 impulsados por el INTA, como respuesta a la crisis que atravesaba el sector agropecuario argentino. Con una metodología de trabajo similar a la que desarrollaban los grupos CREA desde los inicios de los años '70, se ayudó a las pequeñas empresas a afrontar una serie de obstáculos y dificultades.



de Tecnología Agropecuaria (INTA) lanzó los Grupos Cambio Rural II o Grupos de Valor Agregado en Origen. Estos grupos, si bien presentan la misma modalidad de funcionamiento que los grupos tradicionales, colocan el foco en desarrollar actividades que permitan, a partir de materias primas locales, obtener productos con mayor valor, fruto de desarrollar un proceso de transformación industrial.

### **Recuadro 1: El Programa Ovino**

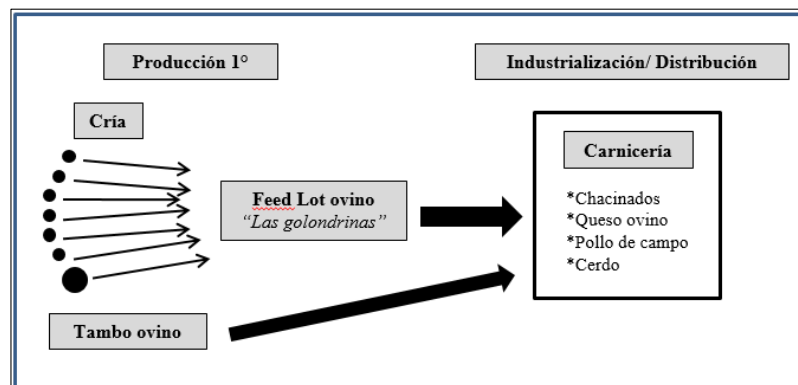
El programa gira en torno a tres objetivos centrales: recuperar y aumentar el stock ovino, mejorar el sistema de producción y fortalecer el asociativismo de los productores. Algunas líneas de crédito están destinadas a promover la cantidad y calidad del stock -a través de la adquisición de vientres y mejora en la reproducción y sanidad animal-, mientras que otras están orientadas al sostenimiento del sistema productivo. Asimismo, el Programa fomenta el agrupamiento de productores, bajo la modalidad de proyectos productivos grupales y prefinanciación comercial. La capacitación de productores y asesores se ofrece de manera permanente en todo el ámbito provincial. Desde su creación, el Programa Ovino ha lanzado catorce convocatorias, destinándose el 71% del presupuesto a pequeños productores, con un saldo de 435 proyectos aprobados, habiéndose consolidado seis agrupaciones, que operan en total con alrededor de 70 productores ovinos. Los fondos provistos por el Programa fueron direccionados principalmente hacia la mejora de la infraestructura, el aumento del stock y la asistencia y capacitación a productores y profesionales del sector.

Fuente: Elaboración propia en base a la información del Programa Ovino.

Los grupos de productores son considerados el medio esencial a través del cual se instrumentan las iniciativas para la recuperación de la cadena ovina, a continuación será profundizado sólo uno de ellos.

### **2.2. El Grupo “Carneros del Oeste”**

El grupo bajo estudio se constituye formalmente en el año 2014, con el incentivo de desarrollar una estrategia que otorgue valor agregado a la producción y sustentabilidad a largo plazo. Bajo la configuración de una cooperativa dicha estrategia productiva-comercial comprende las siguientes acciones -bosquejadas en la figura 1-: i) la instalación de un Feed lot ovino para todo el grupo para el engorde intensivo de corderos; ii) la formación de una carnicería local con boca de expendio directa al consumidor; iii) la elaboración de quesos ovinos con leche de producción propia a partir de la incorporación de un tambo, junto con la comercialización de chacinados ovinos, pollos de campo y cerdos producidos en los propios establecimientos.



**Figura 1:** Estrategia productiva-comercial del Grupo “Carneros del Oeste”  
Fuente: Elaboración propia

Algunas de las mejoras alcanzadas por el grupo se ejemplifican en la Tabla 1.

**Tabla 1:** Tipos de mejora competitiva identificadas en el estudio

Mejora de procesos	Mejora de productos	Mejora funcional	Mejora intersectorial
Nuevas técnicas para alimentación de corderos (Creep feeding)	Comercialización de cortes de carne en lugar del animal entero	Feed lot y tambo ovino colectivo	Elaboración de chacinados
	Mejora de la raza (híbrido) utilizada	Cría avícola y porcina	Carnicería

Fuente: Elaboración propia

Del análisis es posible destacar: i) en el nivel productivo, el desarrollo del feed lot generó un aumento de escala sin “aumentar la superficie”; ii) en el nivel comercial, a pesar de las iniciativas para la creación del mercado ovino, la importancia del emprendimiento de una carnicería radica no sólo en avanzar en un itinerario de agregación de valor, sino especialmente, en responder a la mayor problemática de la cadena ovina, dada por la ausencia de precios de referencia; cabe mencionar además la difusión del consumo de carne por medio de cortes en lugar del tradicional cordero entero; iii) en el nivel social, desde la concepción neoshumpeteriana, los procesos de aprendizaje dentro del grupo son vistos como un fenómeno organizacional. El trabajo destaca el papel de algunos de los participantes para estimular la capacidad innovadora del resto de los miembros del grupo y de esta manera promover el progreso competitivo<sup>67</sup>.

<sup>67</sup> Desde esta literatura se reconocen el “aprendizaje por la práctica” (learning by doing), el “aprendizaje por el uso/learning by using”, y el “aprendizaje por interacción/learning by interacting”. A estos tipos de aprendizaje se agregan, las operaciones de aprender aprendiendo/learning by learning (Thomas et al, 2008) cuyos resultados serán expuestos en otra presentación.

### 3. REFLEXIONES FINALES

Las acciones instrumentadas por el Programa Ovino, han permitido generar un ámbito favorable para el establecimiento de un conjunto de vínculos entre los miembros de un cluster. El trabajo revela el papel de estas acciones al ser implementadas por un Grupo de productores que, analizadas desde un nivel productivo-comercial y social, permitieron aumentar la eficiencia colectiva del grupo. Estos vínculos requieren de procesos de aprendizaje que están siendo profundizados. El emprendimiento del feed lot colectivo ha impulsado el crecimiento de la escala de las pequeñas empresas, avanzando en la trayectoria de agregación de valor. La boca de expendio generaría información y nuevos hábitos de consumo cuya importancia trascendería a la propia iniciativa grupal propiciando la reactivación de la cadena ovina.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Nadvi, K. (1999). The cutting edge: Collective efficiency and international competitiveness in Pakistan. *Oxford Development Studies* 27(1), 81-107.
- Pietrobelli, C. & Rabellotti, R. (2005). Mejora de la competitividad en clusters y cadenas productivas en América Latina: el papel de las políticas, BID. Washington, D.C. Serie de buenas prácticas del Departamento de Desarrollo Sostenible.
- Porter, M. E. (1990). *The Competitive Advantage of Nations*. Londres y Basingstoke: Macmillan.
- Schmitz, H. (1997). Collective efficiency and increasing returns. IDS Working Paper 50, University of Sussex.
- Schmitz H. & Nadvi, K. (1999). "Clustering and industrialization: Introduction", *World Development*, vol. 27, no. 9, 1503-1514.
- Thomas, H. 2008. Estructuras cerradas versus procesos dinámicos. En Hernán Thomas y Alfonso Buch (Coordinadores). *Actos, actores y artefactos. Sociología de la tecnología*. Quilmes. Universidad Nacional de Quilmes Editorial. pp 217-262.

## Relevance of alliances activities for new product development: the case of european agri-food firms

Zouaghi Ferdaous

Universidad Pública de Navarra

ferdaous.zouaghi@unavarra.es

Mercedes Sánchez García

Universidad Pública de Navarra

mersan@unavarra.es

### ABSTRACT

Strategic alliances are argued to be a critical to firm capability development by acquiring valuable chain knowledge and expertise. However, R&D alliances are complex organizational forms that can require adequate absorption capabilities to make better performing R&D alliances. So far, while various studies reported an inverted U-shaped relationship between R&D alliances diversity and innovation performance on firms in general, there is little empirical testing of such relationship on Agri-food firms. Furthermore, very little is known about how managers can operationally leverage the value created by strategic alliances into commercially viable products. This paper extends research on knowledge transfer for innovation by examining the impact of alliance partners on product innovation performance. To that end, we distinguish between the positions in the value chain (horizontal vs vertical) and two kinds of outcomes (radical vs incremental innovations). Using two waves of the European Community Innovation Survey (CIS): CIS 2010 (2008–2010) and CIS 2012 (2010–2012), we find that the levels of the alliances diversity are optimal at different levels depending on innovation novelty. To maximize radical innovation performance in food industries, a larger set of vertical upstream would be required, contrary, for incremental innovation, customers and clientes are important sources of knowledge for firms pursuing this kind of innovation. This study contributes to a better understanding of how food firms should configure their alliance portfolio types depending on their knowledge needs.

**KEYWORDS:** Strategic alliances, U-shaped, Agri-food firms

### 1. INTRODUCTION

Increasing technological complexity, huge innovation budgets and growing R&D costs coupled with a mounting competitive pressure to develop new products and processes, make it increasingly challenging for any firm to excel in all technological areas. Firms increasingly engage in collaborative innovation with external partners to ensure that the supply chain is efficient and responsive to dynamic market needs (Cao and Zhang, 2011). Supply chain collaboration can be defined as a business involves or actively works with two or more supply chain partners to share information and resources toward common goal (Cao and Zhang, 2011). Heterogeneity of external sources enables firms to access diverse markets and technological knowledge (Lin, 2014) and facilitates the process of innovation by allowing firms to make new linkages and associations.

Collaboration between supply chain partners is one of the issues which lately have received increased attention in the supply chain literature (Rothaermel & Deeds, 2006), particularly in agri-food industries when the recognition of the supply chain as a key and vital

field for enterprises' success (Matopoulos et al., 2007). The choice to cooperate with a certain specific profile of R&D partners not depends only on the type of complementary R&D resources which firms seek to access, but also depends on their own profile because each types of partners have specific characteristics revitalizing the innovative performance of companies (Chen and al., 2011). For instance, customers are sources of market-related and basic knowledge of the firm for stimulating the new development in the product they buy in the market (Klevorick et al., 1995). Alliances with universities and research institutions can provide access to valuable scientific and technological knowledge (Rothaermel & Deeds, 2006), which is essential to develop complex new technological products. Horizontal strategic alliances are formed when firms at the same level in the value chain develop a formal collaboration to conduct business activity, such as product development (Perry et al., 2004). Collaboration with competitors gets firms assistance in speedy market penetration (Van Beers & Zand, 2014). Firms also pursue to cooperate with competitors to acquire more about technological abilities that can be difficult, time-consuming, and costly to develop alone within their boundaries (Chen et al., 2011).

Despite the benefits that have been identified in collaboration among companies, too much diversity of external sources could adversely impact innovation performance by increasing the complexity of R&D strategic alliances and management and coordination costs (Duysters & Lokshin 2011). For this, firm need to have an appropriate recourses and capabilities and sufficient absorptive capacity to use effectively the external knowledge needed for development of new product (Haeussler et al., 2012). This paper extends research on knowledge transfer for innovation by examining the impact of alliance partners on product innovation performance. To that end, we distinguish between the positions in the value chain (horizontal *vs* vertical) and two kinds of outcomes (radical *vs* incremental innovations). First, building on studies that call for more research on how to manage business ecosystem (Biemans and Langerak, 2015), we examine the value of diversity in cooperation networks on innovation performance. To that end, we distinguish between international and domestic horizontal collaboration (co-development with partners at the same level of the value chain) and vertical collaboration (with partners at different levels of the value chain) relevant for product development. Second, unlike most studies that limit their focus in high R&D intensive sectors (Xia, 2013), the present study focused in food industries, which traditionally regarded as a sector with low levels of R&D intensity. Cooperation with external partners has proved to be essential in the case of SMEs, where the cost of innovation is more significant as compared to other sectors due to their limited labor, financial and material resources (Laforet, 2013).

## 2. DATA SOURCE, METHOD AND VARIABLES

The data for the study was drawn from the Community Innovation Survey (CIS 2008) that Eurostat provides. CIS 2008 is one of the most widely used databases in the European literature on innovation. The totality of industries included in the CIS 4, across 16 European (EU) countries. We restrict the sample to firms that introduced at least one product or process innovation between 2008 and 2012. Restricting the sample to these firms might lead to sample selection if it was believed here that cooperation is an important way to innovate for firms that would not be innovative otherwise. Our final sample contained 3465 observations. El 11.4% of the food firms reported the upstream alliance, 9.1% downstream alliances and only 5.5% engaged in horizontal alliances in the period from 2006 to 2008.

*Dependent variables.* Firm's innovativeness is measured as the percentage of the firm's total sales from innovations new to the firm and market in the last 2 years.

*Independent variables.* Three variables capture firm's alliance partners. Upstream alliances indicated that a firm is entered with research universities or other non-profit research institutions, horizontal alliances are related to partnerships with other food firms, and downstream alliances indicated if a firm is entered with competitors or other enterprises of same industry in cooperation. For each type of partners, information is further categorized by their geographical location: Spain, EU and Other Countries. All the diversity variables are constructed through the Herfindahl index; it is among the most known measures of diversity in the literature (Van Beers & Zand, 2014).

*Control variables.* Firm size is measured by (the natural logarithm of) the number of employees and the square of firm sales (SizeSq) to measure potential non-linear effects. *R&D intensity*, defined as firm R&D expenditure as a proportion of firm total sales. Furthermore, we include export as a binary variable indicating whether the firm operates in international markets. This study includes a set of 16 country dummy variables to control for the innovation performance into the different European regions.

## 3. REGRESSION ANALYSIS AND FINDINGS

Table 1 present the Tobit estimations regarding the probability of introducing radical and incremental innovations, respectively. For each outcome, we estimate five model specifications. Model 1 is the baseline model, including only the control variables. In Models 2, 3 and 4, we augment our baseline specification by adding diversity alliance variables and its squared term. Model 5 include all variables. We find positive and significant coefficients for

the linear upstream alliance term for radical innovation, whereas; it does not have a significant influence on incremental innovation. According to the non-linear specification of diversity measures, we find that the negative upstream alliance squared coefficient is negative but not significant in radical innovation, indicating a positive relationship between upstream and radical innovative performance. This results is expected because radical innovation requires new knowledge. The university and research institutes increase the industries technological progress which constitute a source of scientific knowledge, technical advances and basic research when new research findings influence industrial innovation (Klevorick et al., 1995) and success with market novelties.

Surprising results showed when downstream diversity is concerned, linear downstream alliance term has a significant positive coefficient in both radical and incremental innovations, while downstream alliance has a significant negative coefficient for radical innovation and non-significant for incremental innovation, suggesting an inverted U-shaped relationship between downstream alliance and radical innovation performance. Contrary to our findings, Belderbos et al., (2004) showed that customers and clients are important sources of information for manufacturing firms pursuing radical innovations, which facilitate growth in innovative sales in the absence of formal R&D cooperation. This study reveal a positive relationship between downstream alliance and incremental innovative performance. Our findings suggest that a much broader portfolio, including all downstream partner types helps to improve incremental innovative performance. Finally, our results show a positive, curvilinear relationship between horizontal alliance and radical innovation performance, whereas, it does not have a significant influence on incremental innovation.

#### **4. CONCLUSIONS AND CONTRIBUTION**

This study contributes to a better understanding of how food firms should configure their alliance portfolio types depending on their knowledge needs by prioritizing their objectives in terms of the type of innovation they seek to develop. Since the levels of the three types of diversity are optimal at different levels depending on innovation novelty. Our findings demonstrate that to maximize radical innovation performance in food industries, a larger set of vertical upstream would be required. Contrary, for incremental innovation, customers and clients are important sources of knowledge for firms pursuing this kind of innovation. An extension of this work will be directed to examine how firms' internal capability moderates the relationship between alliance partner and product innovation performance and how can mitigate the decline in innovation performance at higher level of each type of alliance diversity.

## ACKNOWLEDGEMENTS

The authors gratefully acknowledge the funding received through the AGL2015-65897-C3-1-R research project.

## BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Beers, C. & Zand, F. (2014). R&D cooperation, partner diversity, and innovation performance: an empirical analysis. *Journal of Product Innovation Management*, 31(2), 292-312.
- Belderbos, R., Carree, M. & Lokshin, B. (2004). Cooperative R&D and firm performance. *Research policy*, 33(10), 1477-1492.
- Biemans, W. & Langerak, F. (2015). More research priorities. *Journal of Product Innovation Management*, 32(1), 2-3.
- Cao, M. & Zhang, Q. (2011). Supply chain collaboration: Impact on collaborative advantage and firm performance. *Journal of Operations Management*, 29(3), 163-180.
- Chen, J., Chen, Y. & Vanhaverbeke, W. (2011). The influence of scope, depth, and orientation of external technology sources on the innovative performance of Chinese firms. *Technovation*, 31(8), 362-373.
- Duysters, G. & Lokshin, B. (2011). Determinants of alliance portfolio complexity and its effect on innovative performance of companies. *Journal of Product Innovation Management*, 28(4), 570-585.
- Haeussler, C., Patzelt, H. & Zahra, S. A. (2012). Strategic alliances and product development in high technology new firms: The moderating effect of technological capabilities. *Journal of Business Venturing*, 27(2), 217-233.
- Klevatorick, A. K., Levin, R. C., Nelson, R. R. & Winter, S. G. (1995). On the sources and significance of interindustry differences in technological opportunities. *Research policy*, 24(2), 185-205.
- Laforet, S. (2013). Organizational innovation outcomes in SMEs: Effects of age, size, and sector. *Journal of World business*, 48(4), 490-502.
- Lin, J. Y. (2014). Effects on diversity of R&D sources and human capital on industrial performance. *Technological Forecasting and Social Change*, 85, 168-184.
- Matopoulos, A., Vlachopoulou, M., Manthou, V. & Manos, B. (2007). A conceptual framework for supply chain collaboration: empirical evidence from the agri-food industry. *Supply Chain Management: an international journal*, 12(3), 177-186.
- Perry, M. L., Sengupta, S. & Krapfel, R. (2004). Effectiveness of horizontal strategic alliances in technologically uncertain environments: are trust and commitment enough?. *Journal of Business Research*, 57(9), 951-956.
- Rothaermel, F. T. & Deeds, D. L. (2006). Alliance type, alliance experience and alliance management capability in high-technology ventures. *Journal of business venturing*, 21(4), 429-460.
- Xia, T. (2013). Absorptive capacity and openness of small biopharmaceutical firms—a European Union–United States comparison. *R&D Management*, 43(4), 333-351.



Table 1. Tobit models for innovation performance

	Radical innovation					Incremental innovation				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
<b>Main effects</b>										
Vertical Upstream		7.844*** (1.703)			5.762*** (1.763)		1.811 (1.566)			0.491 (1.619)
Vertical Upstream <sup>2</sup>		-7.559 (4.086)			-5.634 (4.110)		-0.309 (3.826)			0.204 (3.844)
Vertical downstream			6.633*** (1.129)		5.562*** (1.233)			3.695*** (1.005)		4.144*** (1.110)
Vertical downstream <sup>2</sup>			-6.613*** (1.661)		-5.655*** (1.738)			-2.345 (1.462)		-2.621 (1.535)
Horizontal downstream				5.600*** (1.644)	0.081 (1.795)				1.525 (1.483)	-1.571 (1.634)
Horizontal downstream <sup>2</sup>				-5.776*** (2.857)	-0.669 (2.991)				-1.099 (2.565)	0.967 (2.702)
<b>Controls</b>										
R&D intensity	4.615*** (0.922)	3.933*** (0.906)	4.609*** (0.912)	4.467*** (0.917)	4.108*** (0.905)	1.126 (0.848)	0.907 (0.855)	1.068 (0.845)	1.068 (0.850)	1.052 (0.848)
Export	0.617*** (0.167)	0.535*** (0.166)	0.582*** (0.166)	0.619*** (0.166)	0.536*** (0.166)	-0.193 (0.140)	-0.214 (0.140)	-0.227 (0.140)	-0.191 (0.140)	-0.240 (0.140)
Firm size (Ln)	-1.099* (0.465)	-0.869 (0.464)	-0.966** (0.462)	-1.108** (0.468)	-0.827* (0.463)	-0.467 (0.399)	-0.385 (0.401)	-0.379 (0.397)	-0.474 (0.399)	-0.329 (0.399)
Firm size Sq	0.043*** (0.014)	0.035** (0.014)	0.038*** (0.014)	0.043*** (0.014)	0.033** (0.014)	0.018 (0.012)	0.015 (0.012)	0.015 (0.012)	0.018 (0.012)	0.013 (0.012)
Country effect	yes	yes	yes	yes	yes	yes	yes	yes	yes	yes
Log likelihood	-3774.68	-3749.79	-3747.8***	-3764.44***	-3736.34	-5023.87	-5020.7***	-5008.05	-5022.39	-5006.69
Chi2	245.1***	294.9***	298.80***	265.63***	321.82***	130.45***	136.74***	162.09***	133.41***	164.80***
Number of obs.	3327	3327	3327	3327	3327	3327	3327	3327	3327	3327

Standard error in parentheses. \*Significance at 1%; \*\*significance at 5%; \*\*\*significance at 10%

## Suinicultura extensiva ou intensiva? Um desafio para a zootecnia em Portugal

Marieta Amélia Martins de Carvalho  
CIMO - Instituto Politécnico de Bragança  
carvalho@ipb.pt

### RESUMO

A procura de alimentos no mundo aumentará em 70% para uma população estimada em 9600 milhões de pessoas em 2050 (FAO, 2016). Dentro destes, a carne de porco é um dos mais consumidos representando em 2012: 43,3% em todo o mundo (INE, 2014), 45,9% na União Europeia (INE, 2014) e 39,8 % em Portugal da carne total consumida (IACA, 2014). Na conjuntura atual, devido à crise económico-financeira, a União Europeia estabeleceu uma estratégia de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo até 2020 (CE, 2010).

Neste quadro, o maior desafio colocado ao zootécnico será decidir que tipo de produto produzir? A que preço? Qual o sistema de exploração utilizar? Existe um sistema de exploração sustentável? Este trabalho tem como objetivo responder a estas questões. Para o efeito utilizamos a bibliografia publicada. A principal conclusão é que não há um sistema único que seja absolutamente sustentável. Todos têm de ter viabilidade económica, ecológica e social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Suinicultura, análise multicritério, especialização inteligente, desenvolvimento sustentável.

### 1. INTRODUÇÃO

A procura de alimentos no mundo aumentará em 70% para uma população estimada em 9 600 milhões de pessoas em 2050 (FAO, 2016). Dentro destes, a carne de porco é um dos mais consumidos representando em 2012: 43,3% em todo o mundo (INE, 2014), 45,9% na União Europeia (INE, 2014) e 39,8 % em Portugal da carne total consumida (IACA, 2014).

Na conjuntura atual, devido à crise económico-financeira, a União Europeia estabeleceu uma estratégia de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo até 2020 (CE, 2010):

- 1) Crescimento inteligente – tem de desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação;
- 2) Crescimento sustentável – tem de promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva;
- 3) Crescimento inclusivo – tem de fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial.

Neste trabalho vamo-nos focar no setor da suinicultura sustentável. Este assenta em três pilares, tem de ter viabilidade económica, ecológica e social.

Neste quadro, o maior desafio colocado ao zootécnico será decidir que tipo de produto produzir? A que preço? Qual o sistema de exploração utilizar? Existe um sistema de exploração sustentável?

Neste trabalho, iremos dar algumas respostas a estas questões e analisaremos os pontos fortes, as ameaças e as oportunidades dos sistemas extensivos e intensivos.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia baseia-se na análise descritiva, utilizando a bibliografia disponível sobre a produção, o consumo, os preços e a comercialização dos animais vivos, da carne e seus produtos, visitas técnicas e entrevistas informais os criadores de suínos.

O espaço temporal incide na última década até aos dias de hoje.

## 3. RESULTADOS

No mundo tem-se verificado alterações nos padrões de consumo de alimentos *per capita*, verificando-se uma substituição de cereais e amidos por carnes, lácteos, doces, frutas, alimentos processados dietéticos e funcionais.

Em 2013, Em Portugal, as explorações agrícolas ocupavam metade da superfície do território nacional, representando a população agrícola familiar 6,5% da população residente (INE, 2014).

Em Portugal, em 2015, o consumo de carne de porco por pessoa foi de 44,7 kg, sendo o grau de autoaprovisionamento de 68,8% (INE, 2016).

De acordo com o Decreto-Lei nº 81/2013 de 14 de junho entende-se por:

- "Produção extensiva" a que utiliza o pastoreio no seu processo produtivo e cujo encabeçamento não ultrapasse 1,4 CN/hectare, podendo este valor ser estendido até 2,8 CN/hectare desde que sejam assegurados dois terços das necessidades alimentares do efetivo em pastoreio, bem como a que desenvolve a atividade pecuária com baixa intensidade produtiva ou com baixa densidade animal, no caso das espécies pecuárias não herbívoras;
- "Produção intensiva" o sistema de produção que não seja enquadrável na produção extensiva.

As atividades pecuárias são classificadas em três classes, nos termos do Anexo I, do Decreto-Lei nº 81/2013 de 14 de junho, tendo em conta a capacidade máxima autorizada, expressa em cabeças normais (CN):

- Classe 1, sistema de exploração intensivo, quando tem mais de 260 CN.
- Classe 2, sistema de exploração intensivo, quando tem mais de 15 CN e menos de 260 CN.
- Classe 2, sistema de exploração extensivo, quando tem mais de 15 CN.
- Classe 3, são todos os sistemas que tenham até 15 CN.

O equivalente em cabeças normais (CN), de acordo com Decreto-Lei nº 81/2013 de 14 de junho, Anexo II é:

- Báculo (de 7 kg a 20 kg de peso vivo) é de 0,05.
- Porco em acabamento (de 20 kg a 110 kg de peso vivo) é de 0,15.
- Varrasco é de 0,30.
- Porca reprodutora (em gestação, lactação ou pós-desmame) é de 0,35.

O método intensivo em confinamento consiste num conjunto de práticas e instalações, que tem como objetivo a produção de porcos utilizando a menor área possível mantendo-os em regime de confinamento absoluto durante toda a sua vida.

Caracteriza-se por todas as etapas de criação - cobrição, gestação, parto, lactação, recria e engorda se realizarem em instalações, não permitindo o acesso dos animais a pastagens.

No método intensivo ao “ar-livre” os porcos são criados ao “ar-livre”. Os partos e a fase final de engorda/acabamento fazem-se em confinamento com ou sem acesso a pastagem ou parque de exercício. As restantes fases de criação fazem-se ao “ar-livre” com ou sem refúgios.

O método intensivo ao “ar-livre”, relativamente ao de confinamento total tem como: 1) vantagens: um custo de investimento inicial mais baixo, menor custo de manutenção, maior flexibilidade no sistema de produção, bem-estar animal e possibilidade de maior sustentabilidade agroecológica; 2) desvantagens: maior custo de mão-obra, número de mães limitado e meio ambiente não controlado pelo produtor.

A suinicultura sustentável assenta em três pilares: 1) viabilidade económica, 2) ecológica e, 3) social.

Em relação ao primeiro pilar, toda a atividade, para ser sustentável tem de criar riqueza.

Economicamente, são múltiplos os produtos do porco, tais como animal de estimação, dador de órgãos, carne e seus derivados (salpicão, presunto, chouriças, alheiras e outros produtos), pele, pelos e matéria orgânica (dejetos).

No que se refere ao aspeto ambiental, sabemos que todos os alimentos que consumimos têm impactos ambientais, em termos de emissões de gases de efeito estufa, uso da terra, uso da água, de energia, biodiversidade, etc.

Além disso, a zootecnia enfrenta os desafios dos grupos de defesa do meio ambiente e do bem-estar animal. Estes grupos alegam que o consumo de carne prejudica o meio-ambiente e, que a intensificação da produção não é boa para o bem-estar animal (Capper, 2016).

O setor da suinicultura são responsáveis por cerca de 11,5% das emissões de gases de efeito estufa, dentre os animais de produção (Capper, 2016).

Por sua vez, os métodos extensivos (alternativos) utilizam menos *inputs* mas, são menos eficientes e, por isso também muito mais poluentes. Há, contudo, razões para acreditar na ciência que compatibilize a biotecnologia, bem-estar animal e humano e proteção do ambiente (Silva, 2014).

Quando se fala de sustentabilidade social, alguns dos aspetos a considerar são o bem-estar animal e, fatores nutricionais das carnes produzidas pelos dois sistemas. É bem aceite, e reconhecido pelos consumidores, o valor superior da carne e seus produtos dos suínos criados ao ar-livre.

Socialmente, esta atividade, pode ser desenvolvida por pessoas de ambos os sexos e não exige muito esforço físico permitindo uma maior equidade na empregabilidade.

A suinicultura portuguesa, baseia-se essencialmente na produção intensiva em confinamento total, passando neste momento por algumas dificuldades de sustentabilidade económica. Para minimizar os custos de investimento inicial, para novos projetos, a suinicultura intensiva ao “ar-livre” será uma boa opção (Silva, 2013).

O método intensivo é aquele que oferece maiores índices de produtividade. É recomendável para criadores que utilizem fatores tecnológicos de produção ótimos, tais como: alojamentos climatizados, raças de carne, indivíduos seletos, explorações de ciclo fechado, leitões machos inteiros, abate aos 85-90 kg de peso vivo e excelente manejo sanitário.

O método extensivo tem como principal vantagem o capital investido ser menor e, permite o desenvolvimento de produtos de qualidade reconhecida IGP (Indicação Geográfica Protegida), DOP (Denominação Protegida) e ETG (Especialidade Tradicional Garantida), essenciais para as economias rurais.

Estes produtos são provenientes de raças autóctones e têm um preço em média, 50 % superior àqueles que não têm essa designação (Carvalho, 2015).

Temos consumidores que procuram carne e seus produtos baratos mas, também temos consumidores que procuram qualidade de vida através de alimentos de boa qualidade e, provenientes de modos de produção compatíveis com o bem-estar animal, das pessoas e mantendo o equilíbrio ambiental.

Será imperioso aumentar a produção nacional como forma de aumentar a nossa segurança alimentar, aumentando as exportações, diminuindo as importações e como consequência diminuir o nosso défice da nossa balança comercial.

Os suinicultores têm assim a oportunidade de decidirem que modo de produção escolher.

No Quadro 1 observamos a análise multicritério de sustentabilidade: económico, social e ambiental, dos sistemas de exploração intensiva e extensiva.

**Quadro 1:** Análise multicritério de sustentabilidade: económico, social e ambiental

Sistema de exploração		Critério Económico	Critério Social	Critério Ambiental
Intensiva	Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Altos índices produtivos.</li> <li>– Não tem limitações físicas.</li> <li>– Menos custos de mão-de-obra.</li> <li>– Produção de grandes quantidades de carne.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Gera mais emprego.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Meio ambiente controlável.</li> </ul>
	Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Elevado custo de investimento inicial.</li> <li>– Baixa flexibilidade dos fatores de produção.</li> <li>– Maior custo de mão-de-obra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Mau estar ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Contaminação ambiental (se não for bem controlado).</li> <li>– Produção de energias renováveis (biogás).</li> </ul>
Extensiva	Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Baixo custo de investimento inicial.</li> <li>– Exige menor investimento em instalações.</li> <li>– Menor custo de manutenção.</li> <li>– Maior economia de alimentos, se as pastagens forem boas.</li> <li>– Flexibilidade do sistema de produção.</li> <li>– Desenvolvimento de produtos de qualidade reconhecida (DOP, IGP e ETG).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Bem-estar animal.</li> <li>– Carne e seus derivados de qualidade e valor acrescido</li> <li>– Criação de emprego nas zonas rurais.</li> <li>– Contribui para o desenvolvimento rural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Sustentabilidade agroecológica.</li> <li>– Menos contaminação ambiental.</li> </ul>
	Ameaças	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Baixos índices produtivos.</li> <li>– Modo de produção mais caro.</li> <li>– Necessidade de uma maior percentagem de machos (em média mais 10).</li> <li>– Desmame de menor número de leitões por ninhada;</li> <li>– Elevada mortalidade dos leitões ao nascimento.</li> <li>– Aumenta o risco de doenças.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Baixos rendimentos, devido à pouca produção e produtividade da exploração.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Contaminação ambiental.</li> <li>– Meio ambiente não controlado pelo produtor.</li> <li>– Consumo de maior quantidade de recursos ambientais.</li> </ul>

#### 4. CONCLUSÕES FINAIS

A suinicultura é uma atividade económica, que pode ser desenvolvida com terra ou sem ela (“pecuárias sem terra”). Isto é muito vantajoso para os suinicultores, pela oportunidade de poderem escolher o sistema de exploração e por não terem limites técnicos.

A principal conclusão é que não há um sistema único que seja absolutamente sustentável. Todos têm de ter viabilidade económica, ecológica e social.

O melhor método é aquele que melhor se adequa às condições de propriedade onde está instalado o criador. Em ambos os sistemas, é necessário ajustar ajustá-los ao meio geográfico e político do local onde se pratica: (1) genética - introdução de novas raças, (2) pastagens - alimentação de baixo custo, utilização de subprodutos agrícolas, (3) momento de abate - idade e peso ajustado à procura, (3) comercialização - ênfase na atividade individual ou associativismo, (4) certificação - de certificação e rastreabilidade da carne e seus produtos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Capper, J.L. (2016). *Grass or Grain? Is there a definitively sustainable beef production system?*. AMSA Webinar (acesso [https://www.academia.edu/23522024/Grass\\_or\\_Grain\\_Is\\_There\\_a\\_Definitively\\_Sustainable\\_Beef\\_Production\\_System?auto=download](https://www.academia.edu/23522024/Grass_or_Grain_Is_There_a_Definitively_Sustainable_Beef_Production_System?auto=download), em 9 junho 2016).
- Carvalho, M.A.M. (2015). Os suínos da raça Bísara e a sustentabilidade do Mundo Rural. In L. Carvalho (Ed.), *Agricultura Familiar e Sustentabilidade dos Territórios Rurais* (121-144), Associação Portuguesa de Economia Agrária.
- CE (2010). *EUROPA 2020. Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Bruxelas: Comissão Europeia. (acesso <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:PT:PDF>, em 9 junho 2016).
- Decreto-Lei nº 81/2013 de 14 de junho. Diário da República nº113/2013 – I Série. Lisboa: Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.
- DGS (2014). Portugal – *Alimentação saudável em números – 2014*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.
- FAO (2016). *La ganadería y el medio ambiente*. (acesso <http://www.fao.org/livestock-environment/es/>, em 9 junho 2016).
- IACA (2014). *Anuário 2013*. Associação Portuguesa dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais. Lisboa.
- INE (2014). *Balança Alimentar Portuguesa - 2008-2012*. (acesso <http://www.peprobe.com/wp-content/uploads/2014/04/Balan%C3%A7a-Alimentar-Portuguesa-.pdf>, em 9 junho 2016).
- INE (2016). *Estatísticas Agrícolas*. (acesso <http://www.ine.pt>, em 1 setembro 2016).
- Silva, A.A.D. (2014). A evolução da produção de ovos de consumo após a 2ª guerra mundial no mundo ocidental. *Alimentação Animal*, 88, 10-17.
- Silva, M. F.B. (2013). *Projeto de construção de uma unidade de produção de suínos intensiva ao “ar-livre”*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior Agrária - Instituto Politécnico de Castelo Branco, Portugal.

## **THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA**

---

**Social capital, resilience, governance and networks | Capital social, resiliência, governança e redes**



## **Innovación y participación. Análisis de una iniciativa de secuestro de carbono en el sector vitivinícola a través de la técnica de los grupos focales**

Rocío Losada

Universidad de Valladolid

rocio.losada@uva.es

María Elena Nogueira

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de Argentina

mariaelenanogueira@gmail.com

Almudena Gómez-Ramos

Universidad de Valladolid

almgomez@iaf.uva.es

Margarita Rico

Universidad de Valladolid

mrico@iaf.uva.es

### **RESUMEN**

El objetivo de este trabajo es determinar la percepción de distintos actores de cara a la implementación de un proceso innovador en el medio rural basado en la instauración de tecnologías de producto y proceso dentro de la industria agroalimentaria. El caso de estudio analizado se centra en el sector vitivinícola en el marco del proyecto LIFE+ Integral Carbon, cuya finalidad es aplicar tecnologías que no sólo reduzcan la huella de carbono, sino que contribuyan a su secuestro en el proceso y ciclo de vida del producto. Desde el punto de vista metodológico, se mostrará y analizará sistemáticamente la información obtenida a partir de la aplicación de la técnica de los grupos focales (focus group) para conocer cuáles son las posiciones de los actores involucrados en el proceso en relación a las dimensiones ambiental, económica y social del proyecto. Asimismo, este ejercicio puede ser de gran utilidad dado el carácter demostrativo que poseen este tipo de iniciativas y la sinergia que puede generarse a partir de la vinculación de diferentes actores involucrados directa o indirectamente con su implementación.

**PALABRAS CLAVE:** proceso participativo, grupos focales, innovación, secuestro carbono.

### **1. INTRODUCCIÓN**

El medio rural ha sido de manera constante uno de los aspectos centrales de la construcción europea y como tal, son muchos los esfuerzos que desde diversas instituciones comunitarias se encaminan al desarrollo del mismo. En el marco de la Estrategia 2020 de la Unión Europea se plantean soluciones encaminadas a la obtención de un desarrollo territorial más equilibrado de las zonas rurales. Una visión más holística, que equipare el impulso de las herramientas de conocimiento e innovación (crecimiento inteligente) con el fomento de la cohesión social y territorial (crecimiento integrador) (Pyburn & Woodhill, 2014). Esto se traduce en un incremento sustancial de las herramientas de participación social, donde tiene lugar una importante intervención de los actores del proceso en la toma de decisiones respecto al manejo de los recursos y las acciones a implementar dentro del proceso de desarrollo (Quintana *et al.*, 1999; OCDE, 2001).

En este contexto, los instrumentos financieros de la Unión Europea, como es el caso del Programa de Medio Ambiente y Acción por el Clima LIFE, contemplan la participación social

de cada uno de sus proyectos tanto en su puesta en marcha como en su posterior aplicación. El caso concreto analizado en el presente estudio forma parte del proyecto LIFE+ Integral Carbon, cuyo objetivo general es aplicar tecnologías que reduzcan la huella de carbono y que contribuyan a su secuestro en el proceso y ciclo de vida del producto dentro de la industria agroalimentaria. De forma específica, este proyecto pretende: (i) mejorar la rentabilidad de las explotaciones agrícolas a partir de la valorización de sus residuos o subproductos, (ii) mejorar el balance de carbono de procesos agroindustriales mediante su fijación en biomasa algal autóctona, (iii) mejorar la calidad de los suelos a partir de un biomejorador de algas que permita disminuir la dependencia de la agricultura a los fertilizantes y (iv) reducir la huella de carbono en la cadena de producción agroindustrial.

## 2. OBJETIVOS

El objetivo de este trabajo se centra en determinar la percepción de distintos actores de cara a la implementación de un proceso innovador en el medio rural basado en la instauración de tecnologías de producto y proceso dentro de la industria agroalimentaria. El caso de estudio analizado se centra en el sector vitivinícola en el marco del proyecto LIFE+ Integral Carbon.

Para este propósito general, se utilizará la técnica de los Grupos Focales, con la doble finalidad de: i) visualizar de manera directa la opinión general sobre los alcances del proyecto, sus fortalezas y debilidades, y ii) obtener información relevante para establecer el estado de situación en términos de la receptividad del proyecto entre los diferentes actores de la sociedad civil convocados.

## 3. METODOLOGÍA

Para valorar el grado de aceptación social de la experiencia piloto de cara a su implementación real por parte de agentes interesados en este tipo de iniciativas, se ha utilizado una dinámica de trabajo grupal capaz de generar capital sinérgico, de gran utilidad para este tipo de experiencias demostrativas, de manera que se alcanza una visión colectiva acerca del alcance del proyecto, de sus ventajas y desventajas y los requisitos previos necesarios para su implementación (Marradi *et al.*, 2010). En este sentido, se decidió emplear una técnica de investigación de gran empleo entre consultoras y empresas, pero igualmente utilizada por las ciencias sociales: los *grupos focales* (*focus group*). Los grupos focales constituyen espacios de discusión colectiva cuyo eje central es la interacción entre sus miembros para generar una conclusión común a partir de la discusión de temas específicos (Domínguez & Dávila, 2008).

La dinámica de los grupos focales se desarrolló siguiendo las siguientes fases: en primer lugar el equipo de trabajo procedió a la elaboración de un guión con la selección de actores, la justificación de la elección, el planteamiento de dimensiones de análisis para trabajar en forma conjunta y el tipo de información que se quería obtener. De este modo, se plantearon tres dimensiones de análisis que abarcan los tres ejes de la sostenibilidad: ámbito económico, ámbito ambiental y ámbito social. Posteriormente, se llevó a cabo el encuentro entre agentes involucrados propiamente dicho, de forma que en el proceso que se siguió se desarrollaron diferentes dinámicas que permitieron interactuar entre los participantes, debatir las ideas sugeridas y alcanzar, en la medida de lo posible, acuerdos grupales. Los participantes en el grupo focal fueron 15 representantes pertenecientes al sector vitivinícola, al ámbito académico y técnicos y al sector empresarial y certificadoras ambientales.

#### **4. RESULTADOS**

Las tablas 1, 2 y 3 muestran el resumen de las ideas que surgieron en cada una de las mesas para cada eje de la sostenibilidad. La puesta en común de estas contribuciones fueron valoradas por todos los participantes en un panel general.

Respecto a los aspectos económicos del proyecto existe una opinión generalizada del inconveniente que plantea por un lado el coste de una gran inversión inicial y por otro lado, el largo periodo de madurez del producto final. La falta de rentabilidad inmediata e incluso la dificultad de justificar la inversión para una posible rentabilidad a largo plazo desanima tanto al sector vitivinícola como al sector empresarial-certificadoras. La principal solución que se plantea es la financiación pública de este tipo de iniciativas, ya que la creación de industrias más respetuosas con el entorno reporta un beneficio general para la sociedad que debiera ser valorado. Por otra parte, existen opiniones contrarias en cuanto al posible ahorro energético que plantea el proyecto, de forma que los participantes pertenecientes al sector vitivinícola opinan que el proyecto contribuye a mejorar la eficiencia energética, mientras que el sector de técnicos y académicos no ven tan clara esta posibilidad. En cuanto a las aportaciones económicas positivas del proyecto se han resaltado especialmente por parte de los técnicos el ahorro en el coste de la fertilización tradicional; por parte del sector vitivinícola la mejora de la imagen de la D.O. y con ello la posibilidad de incrementar las ventas, así como mejorar la rentabilidad de residuos como el uso de la madera de poda.

En lo que se refiere a la dimensión ambiental, hay que apuntar que según todos los participantes en el grupo focal el proyecto es beneficioso, aunque la idea de los beneficios ambientales a largo plazo no convence a todos. Por ello, los agentes plantean que sería necesario

asegurarse de los resultados positivos en cada zona, antes de transferir resultados y metodología. En cuanto a la mejora en la estructura del suelo que plantea el proyecto existen algunas dudas: los viticultores plantean la gran heterogeneidad de suelos que hay en la zona y la necesidad de adaptar el proyecto a cada lugar. Por su lado, el sector empresarial-consultoras plantea si la mejora del suelo también equivale a una mejora en la producción. En definitiva, la clave común es el deseo de convertir en ahorro económico la mejora ambiental. Consecuentemente, los participantes apuntan que se necesita hacer una evaluación ambiental del proyecto de una forma más exhaustiva, a través del análisis de ciclo de vida o la comparativa con otras prácticas, como la cobertura vegetal, para ver realmente los beneficios de esta iniciativa. Como puntos fuertes positivos de esta dimensión los agentes destacan el uso de algas autóctonas, de energías renovables, la innovación en las tecnologías de captura de CO<sub>2</sub> y la gestión sostenible de residuos.

Finalmente y en lo referido a la dimensión social, los miembros del grupo focal destacan como nota negativa la falta de implicación de la administración local (y regional) en proyectos de esta índole, de modo que todos los participantes coinciden en afirmar que haría falta que las instituciones locales se involucren de un modo u otro en este tipo de iniciativas. Consideran también muy necesaria la formación de los agricultores, pensando en sus necesidades, ya que son ellos quienes realmente van a ejecutarlo. Para ello, adicionalmente se proponen medidas relacionadas con facilitar soluciones a las dificultades que se les presenten en la implantación práctica, tales como el apoyo científico y la difusión de experiencias demostrativas. En este sentido, los planes de desarrollo rural son un gran instrumento para transferir conocimientos desde el sector privado. En esta instancia, se resalta la importancia que en este tipo de acciones tendrán en el futuro los llamados Grupos Operativos.

**Tabla 1: Contribuciones del proyecto Integral Carbon: sector vitivinícola**

CONTRIBUCIONES		IDEAS
ECONÓMICA	-	Coste de la inversión inicial, imposible abordarlo individualmente
	-	No se puede buscar una rentabilidad inmediata o a corto plazo
	+	Facilidad de acometer con ayudas
	+	Mejora de la imagen de la D.O.
	+	Mejora de la eficiencia energética y posible mercado de carbono
	+	Reducir costes de la fertilización tradicional y revalorización residuos poda
AMBIENTAL	-	Los efectos ambientales positivos son a largo plazo
	-	Complicado sustitución total o parcial de la fertilización tradicional por algas. Complemento
	-	La heterogeneidad de los suelos de la zona es muy importante para implementar el proyecto
	+	Uso de subproductos como el raspón
	+	La mejora de la conciencia ambiental para un bien común
	+	Uso de energías renovables y secuestro de carbono como elemento diferenciador
	+	Uso de algas autóctonas y posible utilización de CO2 de fermentación para cultivo de algas
	+	Reducción de contaminantes al usar menos insumos (fertilización tradicional)
SOCIAL	+	Mejora de la estructura de los suelos de Uclés
	-	Falta de formación de los agricultores
	-	Carácter individualista del agricultor
	+	La sostenibilidad de las explotaciones puede traducirse en un aumento de población rural
	+	Cohesión territorial y posibilidad de llevar iniciativas en común
	+	Motor de cambio (profesionalización del agricultor y demografía)
+	Mejora de la imagen de la agricultura y la industria agroalimentaria	

**Tabla 2: Contribuciones del proyecto Integral Carbon: sector técnicos y académicos**

CONTRIBUCIONES		IDEAS
ECONÓMICA	-	Dificultad de evaluar el beneficio económico de las mejoras ambientales
	+	Indudable beneficio económico y social a medio-largo plazo
AMBIENTAL	-	Complejidad técnica
	-	¿Valoración energética? Supuesto ahorro como pantalla
	-	Aun no valora la eficiencia energética
	+	Necesidad de incluir el medio ambiente en la producción
	+	Mejorar el uso de residuos
	+	Tecnología para mejorar el estado de los suelos y técnicamente sencillo
	+	Innovación en las tecnologías de captura de CO2
+	Proyecto ambiental idílico, al redirigir los residuos al suelo, con falta de materia orgánica.	
SOCIAL	-	Involucrar más a la administración local
	+	Los resultados podrán incentivar el abandono del campo
	+	Pensar en los productores que tienen que llevar a cabo las ideas técnicas
	+	Utilizar elementos propios de la sociedad a la que va dirigida la demostración de resultados
	+	Abrir una línea común entre sociedad y ciencia
	+	Demostraciones a los agricultores utilizando cooperativas, industrias y
	+	Pensar en realidades concretas para el desarrollo de tecnologías medioambientales.

**Tabla 3: Contribuciones del proyecto Integral Carbon: sector empresarial**

CONTRIBUCIONES		IDEAS
ECONÓMICA	-	Gran inversión inicial sin retorno claro
	-	Dificultad de justificar la inversión para una posible rentabilidad
	-	Largo periodo de madurez del producto final
	-	Dificultad para financiación de proyectos
	+	Establece relaciones empresariales
	+	Dinamización de sectores por ayudas de programas europeos
AMBIENTAL	+	Eficiencia en procesos productivos
	-	Falta la huella hídrica
	+	Reutilización de aguas residuales para la producción de biogás
	+	Utilizar los residuos como recursos
	+	Ayuda a ser más responsable con el medio ambiente
	+	A lo largo mejora y reforma la agricultura como sector
	+	Reducción de emisiones y mejora del medio ambiente
	+	Nueva opción de mejora de suelos
SOCIAL	+	Ayuda a mejorar la calidad del suelo
	-	Si no da resultados significativos rápido, dificultad para seguir teniendo apoyo económico
	-	No tener en cuenta la demanda del productor
	+	La idea de que hacerlo mejora nuestro entorno. EL mundo en que vivimos
	+	Fomenta contactos sociales: intercomunitarios e internacionales
	+	Fomenta la educación
+	Concienciación ambiental	

## 5. CONCLUSIONES

El propósito central de esta breve comunicación ha sido conocer la percepción general de los actores involucrados en una experiencia de innovación tecnológica y cuidado ambiental (LIFE+ Integral Carbon) y, asimismo, la receptividad de este tipo de proyecto, a través de la técnica de los grupos focales. Los resultados muestran que si bien es cierto que la aplicación de un proyecto con estas características demanda un nivel de inversión inicial muy alto, las mayores ventajas reconocidas por los actores se vinculan con los efectos de rentabilidad, de largo plazo, pero sobre todo, con las fortalezas sociales y ambientales, más visibles en el corto y medio plazo.

En el marco de los nuevos instrumentos de innovación propuestos por la UE, tales como los Grupos Operativos, la información disponible a través de estos encuentros permite y contribuye a discutir e identificar problemáticas y, al mismo tiempo, promover soluciones legítimas. En el caso de este estudio los desafíos son muchos y se vinculan fundamentalmente con la consideración acerca de las demandas de los agricultores, las diferencias territoriales y la necesidad de compromiso público para poder obtener los fondos requeridos. Estas cuestiones, son las pendientes para hacer de la innovación, un hecho.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Domínguez, M., & Dávila, A. (2008). La práctica conversacional del grupo de discusión. Jóvenes, ciudadanía y nuevos derechos. En Gordo, A., & Serrano, A., *Estrategias y prácticas cualitativas de investigación social*. Madrid: Pearson.
- Gómez-Ramos, A., Nogueira, M.E., & Losada, R. (2016). *Procesos participativos y estrategias de desarrollo rural. Un análisis de vinculación de actores en el marco de un proyecto LIFE*. XII Congreso de la Federación Española de Sociología. Gijón: Federación Española de Sociología.
- Marradi, A., Archenti, N., & Piovani, J. (2010). Focus Group y otras formas de entrevistas grupales. En VA, *Metodología de las Ciencias Sociales*. Buenos Aires: Cengage Learning.
- Quintana, J., Cazorla, A., & Merino, J. (1999). *Desarrollo rural en la Unión Europea: modelos de participación social*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.
- OCDE (2001). *Citizens as partners. Information, consultation and public participation in policy-making*. París: OCDE.
- Pyburn, R. & Woodhill, J (Eds.) (2014). *Dynamics of Rural Innovation*. Arnhem: LM Publishers.

## A vida social dos marcos: espaço, sociabilidade e conflito numa aldeia da Beira Baixa (Portugal)

Ema Pires

Universidade de Évora / Universidade de Brasília

epires@uevora.pt

Ricardo Sapia de Campos

Universidade Federal de Goiás

sapiacampos@yahoo.com.br

### RESUMO

Este texto explora relações entre modos de produção e de apropriação social de espaços. Partido, metodologicamente, de observação participante exploratória numa freguesia rural da Beira Baixa (localizada no concelho de Proença-a-Nova), discutem-se significados socioculturais atribuídos aos marcos divisórios das terras, com vista a elicitarem as suas dimensões enquanto marcadores sócio-espaciais de diferenciação. Em zona de minifúndio, demograficamente envelhecida e pouco povoada, estes elementos de cultura material ora são testemunhas de relação sociais pacíficas (quando a fronteira de divisão de terras é socialmente reconhecida por todos), ora conflituais (quando a autoridade para colocar os marcos no referido local é contraditada pelos vizinhos de terreno). Argumentamos que é possível consignar a estes objectos uma certa vida social que os transforma em marcadores de interacção socioespacial. Pontos *na* e *da* paisagem humanizada, unem o território e os residentes num mais amplo processo de (des)continuidade sociocultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paisagem; Património Familiar; Espaço; Sociabilidade

### 1. INTRODUÇÃO

Este texto discute modalidades alternativas de produção e apropriação social de espaços numa freguesia rural do interior de Portugal. A aldeia da Mó, *locus* empírico do presente estudo, é habitada hoje, por 4 residentes e ocasionalmente por outras 12 pessoas que, sendo naturais da localidade, vivem em cidades da região e do país e lá se deslocam, para visitas de final de semana e de férias, ficando alojados nas suas residências familiares. O espaço envolvente é por estes percebido como “paisagem”, uma categoria que trazemos à colação na presente análise. Em perspectiva sócio-antropológica, a paisagem assume-se como uma construção cultural (Schama 1996, Gray 2003), tecida, diacrónica e processualmente, através das malhas do tempo, do espaço e da cultura. De Raymond Williams (1990) a John Gray (2003), vários autores têm anotado diferentes modos de leitura, percepção, e criação de sentido, que subjazem à leitura de um território a que se convencionou chamar paisagem. O acto de ‘ler’ uma paisagem rural a partir de um quotidiano de ruralidade ou, ao invés, de um modo de vida urbano, pressupõe, com frequência, o uso de diferentes vocabulários, valorações e significados (semânticos e afectivos). A análise de John Gray é disso bastante exemplificativa, ao narrar como os agricultores das *Borders* escocesas, e em particular os pastores, apropriam a paisagem

envolvente e através dela constroem, por meio das práticas quotidianas, o «sentido de lugar», conferindo-lhe assim, a valoração de espaço onde se sentem «em casa» (Gray, 2003, p. 237-240). Os mesmos pastores anotam também o modo como os habitantes das cidades próximas divergem dos residentes na leitura daquela paisagem, e a ausência na construção de um «sentido do lugar» (Gray, 2003, p. 225-226).

Ao longo deste *short paper* canalizamos algumas das ideias acima expressas para a construção de uma narrativa pessoal sobre o modo como uma família residente numa cidade média portuguesa, percepção e valora um espaço florestal (património familiar herdado por linha materna), entretanto destruído nos incêndios do verão de 2003.

## 2. MEDIAÇÕES METODOLÓGICAS

Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em etnografia e em entrevistas exploratórias na aldeia de Mó, localizada no distrito de Castelo Branco, num território que as autoridades estatais também designam por Beira Baixa e Pinhal Interior. A localidade é um núcleo residencial pertencente ao concelho de Proença-a-Nova. A recolha etnográfica de dados decorreu em três períodos temporais distintos, separados por mais uma década de intervalo (2004, 2009 e 2016). Em 2004, durante a primeira recolha de trabalho de campo, a Mó tinha 20 habitantes residentes, em contraponto com os actuais quatro residentes. A diacronia de colecta dos dados pretende dar conta dos movimentos de transformação do território tal como são percebidos tanto pelos residentes permanentes quanto pelos visitantes. Foram realizadas entrevistas exploratórias a proprietários de terras e, concomitantemente, realizou-se observação directa de colocação de marcos num dos terrenos contíguos à localidade. Esta recolha de dados foi complementada com pesquisa documental em arquivo(s) privados de família(s).

## 3. RESULTADOS PRELIMINARES: O PINHAL DE RIBEIRO SESMINHO

Analisamos preliminarmente o caso de uma família com origens na aldeia, no modo como reconstrói e reapropria o espaço (real e simbólico) da sua propriedade rural em contexto de mudanças sociais e ambientais. No léxico familiar, “Pinhal do Avô” é a designação émica de uma pequena propriedade (cerca 4,5 hectares), situada na confluência dos concelhos de Castelo Branco e Proença-a-Nova. O nome expressa, afectivamente, o papel da memória familiar na identificação com o primeiro proprietário e principal usuário deste espaço (Virgílio Maria Antunes Paulo, 1914-1994). Virgílio nasceu em Figueiró dos Vinhos (a cerca de 40 kms



de distância) e migrou para a Mó na década de 1930, onde acabaria por casar e constituir família. Virgílio pertenceu a uma primeira geração de trabalhadores agro-florestais que vieram trabalhar como resineiros nas florestas de Proença-a-Nova e Castelo Branco. A poupança que fez nos primeiros anos de actividade profissional deu-lhe a possibilidade de se tornar proprietário de um pequeno pinhal, que adquiriu na década de 1950 a um amigo seu, natural da região, e que também foi o padrinho de baptismo da sua filha. Situada a cerca de 3 kms da aldeia de Mó, a propriedade é localmente designada por Ribeiro Sesminho<sup>68</sup>. Até agosto de 2003, à semelhança de grande parte dos minifúndios desta zona da Beira-Baixa, o pinhal ocupava 2/3 do território desta propriedade. Na restante área, dispostas em socalcos, vinha e oliveira lutavam contra o matagal, que também cobria lentamente as duas hortas e o pomar. Enquanto viveu, Virgílio teimava em não deixar avançar o mato, e todos os anos o pinhal e restante área eram diligentemente limpos. Existe ainda um palheiro e uma pequena habitação, fechada, onde ocasionalmente Virgílio dormia, se as actividades de extracção de resina ou de destilação de aguardente de medronho o exigissem. Espaço de trabalho quotidiano individual, o pinhal convertia-se em espaço de trabalho/lazer da família alargada vinda da cidade (filhos, netos, genro e nora) em certos momentos do calendário agrícola, como as vindimas ou a apanha da azeitona. Os sons da natureza davam então lugar às vozes misturadas de cantigas e histórias, embrulhadas em cheiro a pinhal. Para os visitantes, era o tempo de saborear esta pequena arcádia. Que se convertia em lugar de memória da família na diáspora.

### 3.1. Entre chamas e ruínas (2003-2007)

Foi a partir da cidade, entre telefonemas e notícias televisivas, que a família tomou conhecimento que o *Pinhal do Avô* estava a arder. Nos grandes incêndios do verão de 2003, a Mó ficou cercada durante dias, e os residentes, ajudados pelos bombeiros, lutaram em vão contra o fogo que veio ceifar-lhes parte do futuro e das poupanças de das suas vidas. A primeira visita familiar ao pinhal ardido foi uma deambulação por uma contra-arcádia: troncos fumegantes e retorcidos, calor insuportável e seco, cheiro a queimado, silêncio. A casa e palheiro, espantosamente poupados das chamas, levaram emoção incontida a Lucília, filha de Virgílio: todos os objectos do pai continuavam intactos, como se a natureza os tivesse poupado. Na relação dos descendentes com aquele espaço, um patrimonializado museu do avô nascia mais claramente: preservando, guardando, e expondo, a memória do lugar. Face à destruição envolvente, casa e palheiro são agora os elementos que permitem a continuidade da

---

<sup>68</sup> Toponimicamente, as designações patentes no Registo predial são ainda outras: Barroco Medroso e Barroca da Cegonha.

identificação familiar, relacional e histórica com um património paisagístico que habita agora apenas a sua memória. Os descendentes de Virgílio tentam agora compreender o sentido do espaço, nas suas fronteiras com as outras propriedades vizinhas. A continuidade da memória da família nas ligações ao território joga-se neste xadrez. Mas o desafio de aprender a ler uma paisagem em ruínas é motivado adicionalmente pela necessidade de re-conhecimento dos limites das propriedades. Os vários marcos existentes – uma pedra de xisto ao alto, e duas enterradas, ao lado (designados por ‘testemunhos’), ficaram danificados com o fogo e estavam dispersos por uma manta de solo irreconhecido.

Ao longo dos anos seguintes a natureza trouxe de volta a vegetação ao Ribeiro Sesminho. Em particular, os pinheiros bravos e os medronheiros foram irrompendo por entre a terra outrora queimada. À medida que o espaço passou a ficar outra vez verde (logo, reconhecível) a família decidiu colocar novos marcos nas fronteiras do pinhal. A decisão foi motivada pelo facto de que, em redor do pinhal, outros vizinhos estavam já a (re)plantar outras espécies vegetais, em particular o eucalipto, que agora reina na zona dando uma tonalidade mais cinzenta à paisagem.

### **3.2. Balanço em aberto**

Como (re-aprender a) ler este território? De acordo com os padrões locais de percepção, seria preciso um conhecimento interno destes lugares da floresta para o voltar a percorrer e repôr os marcos. Um conhecimento que, segundo os residentes, já só os mais velhos moradores da Mó ainda tinham. No caso que temos vindo a analisar, o processo de re-colocação dos novos marcos aconteceu em 2008-2009 e foi testemunhado pelo homem mais velho da aldeia, que com a família se deslocou ao terreno para monitorizar e validar a colocação dos novos marcos. Um valor de um dia de trabalho foi pago a este homem e a um outro residente da aldeia para acompanhar os proprietários na actividade de remarcar os limites da sua propriedade. Os novos marcos foram mandados fazer em cimento e têm inscritas no betão as iniciais da proprietária do terreno. Segundo os residentes, a sua matéria e a forma paralelepípeda conferem-lhes maior robustez e perenidade. Quando comparados com os materiais tradicionais com que eram feitos no passado, estes novos marcos são também as marcas da sociedade capitalista a entrar pelo pinhal adentro: mandados fazer em empresas da região, circularam até ao terreno como coisas (consumidas, não produzidas nem colectadas localmente) para demarcação territorial pelos usuários do espaço.

Nos anos mais recentes, a existência de conflitos entre proprietários sobre a remarcação das tuas terras é uma questão latente na sociabilidade aldeã. Vários casos poderia ser aqui apresentados de conflitualidade latente entre vizinhos. A herdeira de Virgílio, Lucília, entrevistada em 2015 e 2016, considera que a remarcação do território do seu pinhal lhe retirou terreno, com vantagem do seu vizinho, que reside numa aldeia próxima e é um conhecido plantador de eucaliptos. Esta mulher questiona hoje a autoridade dos homens que validaram a remarcação das fronteiras da sua propriedade. A sua memória de infância e do conhecimento de percorrer o território com a sua família, mostra-lhe que as fronteiras da sua terra foram no passado outras. Porém, no presente, afastada que está da vivência do espaço da floresta e da sua apropriação quotidiana, encontra no pinhal um lugar de abandono. De igual modo, a filha desta mulher (futura herdeira deste património) reconhece naquele lugar apenas uma paisagem distante, de moldura familiar, mas dificilmente reconhecível no quotidiano de quem vive distanciado do território rural e da floresta. A colocação dos marcos, e o seu significado, é afinal uma expressão metímica dos quadros sociais da memória que não apenas reproduzem um tempo pretérito mas reconfiguram os mundos sociais do presente. É nesse sentido que argumentamos que é possível consignar a estes objectos uma certa vida social (Appadurai, 1986) que os transforma em marcadores de interacção socioespacial. Pontos *na* e *da* paisagem humanizada, unem o território e os residentes num mais amplo processo de (des)continuidade sociocultural.

Compreender a micro-escala deste território rural só é possível se tivermos em linha de conta um quadro mais amplo de análises que nos permitem compreender mais amplamente os contornos da política florestal (Coelho, 2003), da produção de pinheiro bravo (Alegria, 1994), das contra-ordenações florestais (Silveira, 2011) ou da paisagem (Rodrigues, 2011) na região da Beira Interior Sul.

#### 4. APONTAMENTO CONCLUSIVO

Relembra Jean-Claude Duclos que “el patrimonio, en el seno de nuestras viejas sociedades latinas, es el legado del padre que recibimos en herencia y que nosotros transmitimos a su vez en aras de la continuidad del linaje” (Duclos, 1997, p. 7). No contexto em análise, esta acepção original do conceito de património é retomada, de modo a desvendar relações entre processos de construção, destruição e reconstrução do espaço paisagístico. A investigação exploratória que temos vindo a realizar mostra-nos que, sabendo que a Paisagem é cultura (Schama, 1996, p. 70) está por desbravar um campo vasto de terrenos que a Antropologia e a Sociologia têm obliterado do seu olhar. Este texto é um breve contributo para essa análise.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Appadurai, A. (1986) *The Social Life of things: Commodities in Cultural Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Alegria, C. (1994) Crescimento e produção do pinheiro bravo na região de Castelo Branco. In Congresso Nacional Florestal, sobre os Recursos Florestais no Desenvolvimento Rural, 3, Figueira da Foz, 15 a 17 de Dezembro. Livro de Actas. [S.l.] : SPCF. Vol 1, p. 269-292. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.11/394>
- Coelho, I. (2003). Propriedade da Terra e Política Florestal em Portugal. *Silva Lusitana*, 11(2), 185-199. Acesso em 13 de junho de 2016, de [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0870-63522003000200005&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-63522003000200005&lng=pt&tlng=pt).
- Duclos, J-C. (1997) Prologo, In L. Prats, *Antropología y Patrimonio*, Barcelona: Ariel, 7-11.
- Gray, J. (2003) Open Spaces and Dwelling Places: Being at Home on Hill Farms in the Scottish Borders. In S.Low e D.Lawrence-Zúñiga (Edits.) *The Anthropology of Space and Place*, Oxford: Blackwell
- Rodrigues, P. (2011) Paisagem como conceito para a avaliação e gestão integrada dos territórios rurais. O caso da Beira Interior Sul, Dissertação de Mestrado, UNL, 2011 Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território – Especialização em Ambiente e Recursos Naturais. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/7362>
- Schama, S. (1996) *Paisagem e Memória*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Silveira, M. (2011) Análise da aplicação da legislação florestal na área do Pinhal e Beira Interior Sul, entre 2005-2009. Castelo Branco : IPCB. ESA. 60 p. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.11/878>
- Williams, R. (1990) *O Campo e a Cidade*, São Paulo: Companhia das Letras.

## OUTRAS FONTES

- “Barroca da Cegonha”, Caderneta predial Rústica, Repartição de Finanças de Castelo Branco, 1983.
- “Barroco Medroso”, Caderneta predial Rústica, Repartição de Finanças de Castelo Branco, 1983.

## Ação coletiva na intervenção social comunitária: desafios de (re)configuração da governança local

Hermínia Fernandes Gonçalves  
CETRAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
hgoncalves@utad.pt

### RESUMO

As teorias de Mozzicafreddo (1991), Giddens (1997), Gonçalves (2011), Estivill (2008) e Adaikalam (2014), entre outros, sugerem a criação de espaços de governança na intervenção social local. A atuação na vulnerabilidade, em campos fundamentais do bem estar- como a ação social, o emprego, a saúde, a educação, o ambiente, a cultura e as relações sociais- em Portugal, tem sido entregue a dispositivos locais de parceria, como os Conselhos Locais de Ação Social (CLAS<sup>69</sup>), cuja abordagem inclui mediação e advocacia, coordenação estratégica e coprodução intersectorial em torno da elaboração de planos de intervenção focados na resposta aos problemas do território. Esta comunicação procede a uma interpretação do Programa Rede Social enquanto experiência de governança e interpreta impactos desta política na prática dos Assistentes Sociais. Apresenta dados resultantes do estudo de casos de duas unidades amostrais - CLAS Macedo de Cavaleiros, e CLAS Porto, recolhidos a partir de entrevistas e grupos focais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Governança, Ação coletiva, Intervenção social integrada, Desenvolvimento de comunidades, Serviço social comunitário.

### 1. INTRODUÇÃO

Na história contemporânea recente as autarquias têm um vasto conjunto de competências delegadas, que implementam em articulação com instituições do sector público central, nomeadamente no que concerne às funções sociais. O regime de delegação de competências incorpora um modelo de governabilidade em rede, desde a RCM n.º 197/97, aprimorado pelo DN 8/2002 e consubstanciado pela Dec. Lei 115/2006, a partir do qual o planeamento estratégico da ação social local e o poder decisório sobre os processos locais, é atribuído às diferentes organizações do território e a residentes locais.<sup>70</sup>

Do mesmo modo, a teoria, na linha de Mozzicafreddo (1991), Giddens (1997) e Gonçalves (2011), suporta a intervenção dos municípios ao nível das funções sociais em estruturas de poder local, que promovam o interface entre as instituições públicas do poder central e as instituições públicas da administração local, num quadro de partilha de competências e de capacidades operativas, sem o qual, os mecanismos *bottom-up* e *top-down*

<sup>69</sup> Os CLAS são parcerias de gestão partilhada do desenvolvimento social local do nível municipal, que, em Portugal, foram criados ao abrigo do Programa Rede Social.

<sup>70</sup> O modelo de governabilidade local é sublinhado ainda na Lei de Bases da Segurança Social, revista e publicada pela Lei n.º 4/2007 destacando, no n.º 6 do art.º 31 “o desenvolvimento da ação social concretiza-se, no âmbito da intervenção local, pelo estabelecimento de parcerias, designadamente, através da rede social envolvendo a participação e a colaboração dos diferentes organismos da administração central das autarquias locais, de instituições públicas e das Instituições particulares de solidariedade social”

da governabilidade ficariam condicionados.

O Programa Rede Social pressupõe um funcionamento articulado das suas estruturas, com o Conselho Local de Ação Social (CLAS- plenário da parceria), o Núcleo Executivo (NE- extensão técnica do CLAS), os vários grupos de trabalho, as Comissões Sociais de Freguesia (CSF- órgão de proximidade à freguesia) e as Plataforma Supramunicipais (PS- órgão de gestão supramunicipal).

## **2. PERCEPÇÕES DO MODELO DE GOVERNABILIDADE NO PROGRAMA REDE SOCIAL E DAS IMPLICAÇÕES NAS PRÁTICAS**

Os estudos de caso incidem no CLAS de Macedo de Cavaleiros (CLA MC) com 36 instituições e no CLAS do Porto (CLAS Porto) com 220 instituições.

Nas conceções de Rede Social Municipal é comum a interpretação de funções de mediação, advocacia e contrapeso, suportadas numa lógica de governança do assunto público local e de planeamento estratégico, a partir dos CLAS e do NE e de grupos de trabalho, que saem do CLAS, com uma geometria variável e uma composição variável, organizados na base da área temática a que se perspetiva a resposta.

A estratégia de intervenção esboça-se a partir da identificação de um problema local. “O estudo das respostas sociais surge com o propósito de fornecer elementos de diagnóstico e pressionar os parceiros do sector da Segurança Social para a realização de investimentos nas áreas sociais em défice” (respostas sociais) (Entrevista à Assistente Social Animadora CLAS MC, 2010). Revelando uma reflexividade crítica sobre o financiamento das respostas sociais a técnica esclarece, “a taxa de cobertura de lar de terceira idade e de respostas de apoio à deficiência da rede solidária, no concelho, é muito inferior à média do Distrito e incapaz de assegurar uma resposta adequada à procura do concelho”.

No discurso dos técnicos as redes sociais são entidades territoriais constituídas em contrapeso, “são um uma espécie de órgão coadjuvante” e no âmbito do estudo das respostas sociais, desenvolvem uma ação de consciencialização coletiva e reivindicativa.

O Quadro 1 sistematiza as perceções do grupo de trabalho<sup>71</sup> sobre o estudo das respostas sociais.

---

<sup>71</sup> Entidades que integram o grupo de trabalho: Câmara Municipal; Santa Casa da Misericórdia, Equipa Local de Ação Social da Segurança Social; Centro Social e Paroquial de Talhas; Centro de Saúde; Projeto Trampolim através do Centro de Estudos, Investigação e Planeamento; Centro Distrital de Segurança Social de Bragança

**Quadro 1:** Perceções e discursos sobre o Estudo das respostas sociais

Variável	O que se disse?
<b>Coordenação e subsidiariedade</b>	Não temos autonomia para inscrever a nossa prioridade nos orçamentos da Segurança Social, organismo com competência de financiamento. A Plataforma supra concelhia Alto Trás-os-Montes deveria estabelecer critérios de prioridade e proceder à análise supramunicipal dos processos/candidaturas apresentadas.
<b>Inovação</b>	O Estudo compila informação e alerta os parceiros, a comunidade e os líderes locais sobre a falta de respostas sociais; Constitui um instrumento de negociação e de fundamentação da distribuição de respostas sociais que contribuirá para a consciencialização coletiva do problema; Sugere opções estratégicas para a criação e funcionamento de respostas sociais; Privilegia a mudança de atitudes nas práticas de governança.
<b>Processo de Decisão</b>	Com este Estudo contraria-se a decisão centralizada na Segurança Social.

Fonte: Adaptado de Gonçalves (2011, p. 244)

Identificam claramente o resultado em perspetiva: “evidenciar a gravidade do problema e envolver os parceiros do sector da proteção social na coordenação dos recursos... Validar os pareceres do CLAS em termos da periodização dos investimentos em respostas sociais... Negociação supra concelhia com a Plataforma Supramunicipal da Rede Social” (Entrevista à Assistente Social Animadora CLAS MC, 2010).

Também é visível o papel de mediação da Rede Social na criação de atividades económicas. No âmbito da Cooperativa Souto os Cavaleiros “um projeto impulsionado e acompanhado pela Rede... pretendíamos criar condições para elevar o preço da castanha e aumentar o rendimento do agricultor/produzidor... por outro lado, havia a consciência de que as práticas de cultivo da castanha eram desadequadas à preservação ambiental”.<sup>72</sup> Vejam-se as perceções do grupo de trabalho<sup>73</sup> no Quadro 2.

**Quadro 2:** Perceções e discursos sobre a Cooperativa Souto os Cavaleiros

Variável	O que se disse?
<b>Coordenação e Subsidiariedade</b>	Inicialmente mobilizaram-se os recursos do território, nomeadamente os recursos da Câmara Municipal e da Direção Regional de Agricultura e Pescas. Beneficiamos de financiamentos PRODER para aquisição de equipamentos, projeto de arquitetura e matéria de embalagem; e, do Programa Operacional para construção da Unidade Industrial da Cooperativa. A autarquia cedeu terrenos na zona industrial para a construção da unidade industrial.
<b>Inovação</b>	O processo privilegiou a mudança de práticas de produção, comercialização e governança. Ouvir/auscultar todos os intervenientes na fileira, reunir os apoios de cada um dos intervenientes.
<b>Processo de Decisão</b>	A criação da cooperativa foi uma decisão do CLAS. As decisões de apoio técnico, sobre a alçada do CLAS, foram aprovadas no âmbito do 3º PDS 2010-2011. Só no 4º PDS (2013-2015) é que o processo foi autonomizado. A cooperativa promove a continuidade das decisões coletivas, pelos cooperantes.

Fonte: Gonçalves (2011: 249)

<sup>72</sup> O processo da Cooperativa, inicia-se em 2005, é acompanhado pela rede social até ao 3º PDS. Trata-se de uma estratégia de desenvolvimento local, com um registo económico que partiu da interpretação, pelo CLAS, do produto local e das características da produção e comercialização local da castanha.

<sup>73</sup> Composição do grupo de trabalho: Associação FORESTIS, Associação AGRIARBOL, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN), Juntas de Freguesia de Corujas, Lamas e Podence, Câmara Municipal; Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente (DESTQUE); Os agricultores/produzidores de castanha; Cooperativa Souto os Cavaleiros.

Na abordagem aos dois processos locais- Estudo das respostas sociais e Cooperativa Souto os Cavaleiros, a rede social valorizou a ação política, o planeamento social, a coordenação estratégica, a coprodução e decisão conjunta a partir de grupos de trabalho. Veja-se no Quadro 3 a perceção do impacto da política nas práticas dos Assistentes Sociais.

**Quadro 3:** Perceções do impacto das Redes Sociais nas práticas dos Assistentes Sociais

Variável	O que se disse
<b>Componentes do modelo da Rede Social</b>	“Queremos um modelo mais participado e integrado? Queremos um modelo mais dirigido?”. “ (...) Destacamos o trabalho de articulação a partir dos grupos de trabalho operacionais. “
<b>Âmbitos significativos das práticas do Assistente Social</b>	“O Assistente Social não está a alavancar iniciativas desenvolvimento comunitário...” “Participa ativamente no diagnóstico mas suporta-se sobretudo nas estatísticas, ficando em défice a escuta ativa e a relação com os públicos. “ “Participa na criação de políticas territoriais para públicos vulneráveis... Envelhecimento, vítimas de violência doméstica, sem abrigo, crianças em risco, públicos vulneráveis economicamente (...). Agora estamos reconfigurar a rede de respostas sociais para seniores”.
<b>Componentes do método clássico-Serviço Social Comunitário</b>	“ (...) Temos de reforçar mais os valores humanistas... Temos que interpretar teoricamente, com dados do terreno (...) e ter um conhecimento das orientações estratégicas ”. “Alianças com a teoria, com a ciência e com o humanismo”. “Como no método clássico, criamos diagnósticos, mas, articulamos mais os recursos, melhoramos a comunicação (com públicos) e a articulação intersectorial.” “As redes sociais promovem ação coletiva e decisão coletiva, definem sentidos estratégicos (...) mas temos de trabalhar mais a relação individuo- meio.”

Fonte: Discursos retirados da entrevista à técnica animadora da Rede Social do Porto e do grupo focal a Assistentes Sociais da Rede, 2016

É consensual a ideia de que a Rede Social contribuiu para aumentar a capacidade operativa coletiva, de organização de dispositivos de intervenção e governança local. Os técnicos relacionam esta política com um modelo de intervenção social, na vertente do desenvolvimento comunitário. Reconhecem à Rede Social a abordagem de diagnóstico social do território, bem como, de coordenação e coprodução intersectorial, mas sublinham a importância de reforçar enfoques integrados, relacionais e participativos.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: REDE SOCIAL, RENOVAÇÃO DE VALORES DE AÇÃO COLETIVA E INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA NO SERVIÇO SOCIAL**

Os sentidos e as aplicações do processo da Rede Social embora diferenciados (nos dois casos) apresentam pontos de convergência. A rede é entendida como uma estrutura de mediação e advocacia, promovendo pontes com a economia local, percebendo-se aqui e ali, a abordagem progressista do desenvolvimento social que valoriza o meio, de Migdley (1995), e exerce pressão nas estruturas, de Mullally (1993), uma vez que, as reconfigurações de recursos na comunidade estão suportadas numa consciencialização coletiva, reivindicativa com vista a ativar a estrutura. No trabalho das redes há claras ideias de ação política “há determinados



direitos que tem que ser o Estado a assumir. O Estado não se pode demitir das funções sociais” ou ainda “temos o poder de mobilizar serviços sociais da comunidade e reconfigurar respostas de acordo com as nossas complexidades” (Entrevista à técnica animadora CLAS Porto, 2016).

A prática de planeamento estratégico em curso articula os dados do território e os atores institucionais, a partir dos grupos de trabalho<sup>74</sup>. Porém esta articulação intersectorial parece não valorizar os perfis individuais de beneficiários de políticas sociais de cada parceiro, no sentido estratégico que a intervenção comunitária tende a assumir.

Na coprodução intersectorial existem diferenças procedimentais nos dois casos de estudo, o CLAS MC elabora o planeamento estratégico a partir de grupos de trabalho temáticos, envolvendo os *stakeholders*, e especialistas na dinamização de sessões de reflexão mais alargadas. Enquanto o CLAS do Porto dinamiza os NO (designação que atribuem aos grupos de trabalho) em torno de uma reflexão temática sobre o problema e sobre a estratégia mas, a elaboração do PDS é entregue à Universidade do Porto.

A organização da intervenção em grupos de trabalho ocorre nos dois casos de Redes Sociais estudados, associada à interpretação participada, à leitura integrada dos problemas e à procura de maior operacionalidade do dispositivo, por conseguinte, quando se trata de elaborar o planeamento e de implementar as ações.

Em ambas as redes regista-se a perceção da importância de apoiar grupos vulneráveis, numa lógica de ressocialização, consciencialização e apoio à coletivização, na linha do serviço social de comunidades. O empoderamento individual e comunitário aparece transversalmente nos planos de trabalho e incide em grupos sociais com identidade comum- (ex. etnia cigana - RS MC e violência doméstica - RS Porto).

Nos dois casos estudados, o Programa Rede Social, veio permitir a implementação de novos paradigmas de governança e de intervenção nos assuntos sociais com impactos nas práticas dos Assistentes Sociais. O trabalho das redes sociais promove a convivência eclética entre o desenvolvimento de comunidades, a ação política, a coordenação de políticas e programas, o planeamento social e integrado e o empoderamento comunitário. Teve impacto no desenvolvimento de práticas de serviço social comunitário de diagnóstico, planeamento, mediação e advocacia. Com efeito, o modelo impôs um modelo de governabilidade assente na interação entre as esferas da administração central e local, e de intervenção social, suportado na leitura integrada e participada em torno do planeamento estratégico local com vista à mudança de *status-quo*.

---

<sup>74</sup> Na Rede Social de MC está em curso o 4º PDS pluri anual (para implementação entre 2003-2005; 2006-2009; 2010-2012; e 2013-2015, respetivamente); Enquanto na Rede Social do Porto funcionaram com planos de ação anuais de 2011 a 2014.; e, elaboraram o 1º PDS pluri anual , em 2014 (para implementação entre 2014-2017).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adaikalam, F. (2014). The implications of neoliberalism for social work: reflections from a six-country international research collaboration. *International Social Work*, 57 (4), 301-312.
- Estivill, J. (2008). *Desenvolvimento Local e Protecção Social na Europa*. Bureau Internacional do Trabalho, Departamento de Segurança Social. Genebra: ILO.
- Giddens, A. (1997). *Para além da Esquerda e da Direita: O Futuro da Política Radical*. Oeiras: Celta Editora.
- Gonçalves, H. (2011). *Estratégias coletivas de governação local no campo social, alcances e limites: Estudo sociológico comparativo, Portugal e Espanha*. Tese de Doutoramento, USAL, Salamanca.
- Mozzicafreddo, J. (1991). *Gestão e Legitimidade no Sistema Político Local*. Lisboa: Escher.
- Migdlay, J. (1995). *Social Development: The Development Perspective in Social Welfare*. London: Sage.
- Mullally, R. (1993). *Structural Social Work: Ideology, Theory and Practice*. Toronto: McClelland and Stewart.

## **Contribuições da cooperação internacional, redes e organizações da sociedade civil para os avanços paradigmáticos em políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa no Nordeste do Brasil**

Marcelino de Souza Lima

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

marcelinoslima@gmail.com

Timothy Leonard Koehnen

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - CETRAD

tkoehnen@utad.pt

Alexandre Henrique Bezerra Pires

Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá

alexandre@centrosabia.org.br

### **RESUMO**

Este artigo apresenta um trabalho que se desenvolve principalmente no âmbito geográfico do Semiárido brasileiro, região Nordeste, e visa a analisar impactos e mudanças na agricultura familiar e camponesa, influenciadas pelas relações estabelecidas entre Organizações da Sociedade Civil e Agências de Cooperação Internacional a partir de dinâmicas de formação de capital social, entendido aqui como a proliferação horizontal de confiança mútua e construção de novas relações sociais, solidariedade e fortalecimento da sociedade civil e do processo democrático para a incidência em políticas públicas. São fontes de informação a literatura especializada, relatórios de projetos e programas de Organizações e Agências, bem como entrevistas realizadas com atores sociais locais e internacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** cooperação internacional, sociedade civil, desenvolvimento inclusivo, política pública, semiárido brasileiro.

### **1. INTRODUÇÃO**

O Semiárido brasileiro, localizado quase em sua totalidade na região Nordeste tem 980,1 mil km<sup>2</sup>, 22,6 milhões de habitantes (Jalfim, 2015, p. 29). Possui uma história de organização social e luta por direitos humanos básicos e conta com uma relação histórica da cooperação internacional em sinergia com a sociedade civil local e instâncias governamentais.

O conjunto de relações construídas a partir da interação sociopolítica destes atores sociais constitui-se, neste estudo, em objeto de aprofundamento temático tendo como elemento central a análise da incidência em políticas públicas para a agricultura familiar resultantes da atuação conjunta das Agências de Cooperação Internacional e Organizações Não Governamentais (ONGs), podendo esta experiência ser tomada como referência estratégica para outras relações de parceria, em outras regiões do Brasil ou outros países.

Isto posto, o objetivo deste trabalho consiste em entender como a cooperação internacional, redes e organizações da sociedade civil contribuem para os avanços

paradigmáticos nas políticas públicas para a agricultura familiar e camponesa naquela região, bem como os atuais entraves e riscos para a continuidade dessa trajetória.

## 2. MATERIAL E MÉTODO

Este estudo de caso destaca a atuação da Sociedade Civil brasileira, na região semiárida, e foca na atuação pedagógica e política da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) como principal ator social influenciando políticas públicas para a agricultura familiar na região.

A metodologia adotada é a de estudo de caso e campo que visa a aprofundar o conhecimento sobre o estado social, enquanto ambiente, e conhecer a fundo a unidade social, individual de grupo, instituição ou comunidade onde este ocorre (Isaac & Michael, 1982), com amostragem intencional. Segundo Patton (1980) o procedimento metodológico de “*amostragem intencional*” é utilizado para a coleta de “informação sobre casos pouco usuais, que podem ser particularmente iluminadores enquanto programa de grande sucesso ou programa de grande fracasso” (p. 105) como amostras de casos extremos ou atípicos.

A revisão de literatura constitui-se no principal método de coleta de informações, utilizando-se também comunicações pessoais, inquéritos e entrevistas abertas com pessoas-chaves de ONGs e redes, conhecedoras do caso em estudo.

## 3. PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

### 3.1. A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) no contexto das ONGs

As atividades da CID, envolvendo as ONGs, surgem logo após a 2ª Guerra Mundial, mas é apenas nos anos 1990 que elas ganham visibilidade, participando em conferências da Organização das Nações Unidas (ONU), com temas da nova agenda do desenvolvimento (Craychete, 2012, p. 256) no contexto internacional. A CID é caracterizada como um esforço conjunto de dois ou mais países, para alcançar metas de interesse comum ou equivalentes, com o objetivo de alocar recursos financeiros, materiais, técnicos, simbólicos e humanos visando ao desenvolvimento (Guareschi, 2011; Sylva, 2012), e promovendo o progresso econômico e social dos países do Sul, para que este seja mais equilibrado em relação aos países do Norte (Herrera & Parias, 2014).

No caso do Brasil, a CID contou com a parceria de ONGs a partir do início dos anos 1970. Segundo Haddad (2014) as ONGs “constituíram-se em alternativa política para pessoas

e grupos que vinham de partidos políticos, de universidades e de instituições públicas e privadas atingidas pela perseguição dos órgãos de repressão” (p. 125) do Governo Militar.

As agências europeias que atuavam no Brasil influenciaram fortemente a sociedade civil, com destaque para três dimensões mais importantes: i) os conteúdos de programas e projetos; ii) a noção da exigibilidade de direitos; e, iii) o apoio às causas dos pobres na América Latina, por influência de exilados políticos na Europa (Haddad, 2014, p. 132-133). Esta afirmativa é reforçada por Craychete (2012) ao afirmar que “na América Latina, entre os anos 1970 e 1980 foi significativa a participação dessas organizações internacionais nas denúncias sobre a violação de direitos no período das ditaduras” (p. 256).

### **3.2. A influência da sociedade civil na mudança de paradigmas no Semiárido brasileiro**

Enquanto as políticas para a agricultura familiar foram negligenciadas pelo Regime Militar (Grisa & Schneider, 2015, p. 129), intensificavam-se os apoios aos médios e grandes produtores e, portanto, estabelecia-se o paradigma da “Revolução Verde”, opção sustentada pelas elites agrárias, por acadêmicos e economistas que defendiam o processo de modernização da agricultura, como fonte de divisas, e, por militares, sob o forte argumento de que a agricultura precisava se modernizar e contribuir, enquanto setor produtivo, para o desenvolvimento econômico do país (Grisa & Schneider, 2015, p. 169).

Segundo Wanderley (2014) “não resta dúvida que a ideologia conservadora dos governos militares, bem como suas práticas autoritárias e repressivas favoreceram a consolidação do modelo da modernização conservadora no Brasil” (p. 29). Contudo, este cenário começou a mudar ao final dos anos 1970, quando a CONTAG (Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), fundada em 1963, abandonou o tom conciliador e adotou uma postura crítica ao governo, cobrando fortemente a reforma agrária e outras políticas para a agricultura familiar. Esta atitude foi a principal motivação para o surgimento de um novo sindicalismo rural (Grisa & Schneider, 2015, p. 169) apoiado pelo *staff* das ONGs que desenvolviam um movimento criando suas próprias redes de comunicação e articulação, grande parte alinhadas politicamente com a CONTAG e suas organizações de base.

Este movimento de transformações políticas reais consolidou-se no momento histórico da promulgação da Constituição de 1988 (Grisa & Schneider, 2015, p. 126), três anos após o final do período de ditadura militar quando os movimentos sociais ressurgiram e passaram a construir publicamente suas análises da realidade brasileira, formulando demandas políticas e estratégias de luta (Wanderley, 2015, p. 29), tornando-se uma marca dos anos 1990. Hirata

(2006, p.15) refere-se àquela década como um período de consolidação de lutas sociais iniciadas nas décadas anteriores, que levaram à conquista da legitimidade dos movimentos populares no campo e acesso às políticas públicas pela produção familiar rural.

### **3.3. A aglutinação de forças e um novo ator social: a Articulação no Semiárido Brasileiro**

A partir deste quadro de influências é necessário enfatizar que a ocupação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1993, pelos movimentos sociais e sindical rural, constituiu-se num importante marco histórico da luta por políticas públicas para a agricultura familiar. Um dos resultados deste movimento foi o surgimento da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), a partir de de 1999 formada por 61 organizações da sociedade civil brasileira sendo, cinco, Agências de Cooperação Internacional. (ARTICULAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO, 1999, p. 9).

A partir daí teve início o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido Brasileiro: Um Milhão de Cisternas (PIMC), enquanto proposta da sociedade civil organizada, estabelecendo parcerias com agências internacionais e Governo Federal. Todavia, segundo Jalfim (2015, p. 32) o programa só encontrou condições reais de implementação a partir de 2003, após sua primeira fase de existência, quando teve o suporte jurídico e apoio institucional da ONG Diaconia.

Esta iniciativa de organizações da sociedade civil vem se contrapor a um processo histórico de dominação político-oligárquica que influenciou a política governamental para a região semiárida, a qual foi historicamente pautada pelo combate à seca com a construção de grandes obras de acumulação de água, e de poder, criando um dos pilares da conhecida indústria da seca no Nordeste (Jalfim, 2015, p. 32). Este foi, portanto, um dos paradigmas que a sociedade civil, no Semiárido brasileiro, teve que lidar, por décadas, e que foi rompido por influência da ASA, a partir de estratégias que objetivavam: i) efetivar uma política pública de segurança hídrica e alimentar, a cisterna, gerando mudanças imediatas na vida de milhares de famílias agricultoras pobres; e, ii) demonstrar à sociedade brasileira e internacional a viabilidade de um programa de alta resiliência e equidade social, para o alívio da pobreza rural, segurança alimentar e nutricional, justiça econômico-climática e equidade de gênero.

#### 4. CONCLUSÕES FINAIS

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por um ambiente político cujos programas para a agricultura, como Proterra e Polonordeste, não alcançam os resultados esperados (Nunes, Tôrres, Silva, Sá, & Godeiro-Nunes, 2015, p. 533). Nos anos 1990 consolidam-se as lutas populares no campo, por Políticas Agrárias (Hirata, 2006). Entretanto, é somente a partir de 2003 que o Governo Federal e a sociedade civil passam a interagir e cooperar intensiva e consistentemente, melhorando políticas já existentes, formulando e negociando outras políticas, planos e programas, reivindicados pelos movimentos sociais no campo.

Naquele contexto, a sociedade civil desempenhou um importante papel influenciando políticas de crédito rural, de assistência técnica e produção orgânica e agroecológica, mudando a vida de milhares de famílias rurais facilitando o acesso a políticas para a agricultura familiar. A partir desta influência o Estado redefiniu e reeditou algumas políticas, a exemplo do PRONAF, do PLANAPO (Plano Nacional de Produção Orgânica), do PNATER (Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outras.

Em vista disso, uma contribuição extremamente relevante das ONGs, movimentos sociais e sindical, no semiárido brasileiro é, sem dúvida, o avanço paradigmático relacionado ao direito humano à água limpa e potável. Migra-se de uma ação de governo que fomentava a dominação política pela propriedade da água, para uma ação descentralizada e fundamentada em pequenas obras, predominantemente as cisternas para acumulação de água, com forte vertente democrática, resiliência e equidade social, protagonizada pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). Esta mudança importante ganha destaque e é a partir dela que o Governo Federal cria o Programa Cisternas e o assume como uma Política de Governo.

Estes avanços, entretanto, correm riscos de sofrer retrocesso caso: i) o governo não direcione recursos adequados para investir na agricultura familiar agroecológica; ii) as conquistas sociais não sejam mantidas ou melhoradas; e, iii) a Sociedade Civil não se mantenha organizada em torno do projeto de fortalecimento da agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIO BRASILEIRO (1999). Declaração do Semi-árido: propostas da Articulação no Semi-árido brasileiro para a convivência com o semi-árido e combate à desertificação. Recife-PE. Brasil. Disponível em: [http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO\\_DO\\_SEMI-ARIDO.pdf](http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf).
- Craychete, E. S. (2012). O lugar das organizações não governamentais no entrecruzamento entre as noções de desenvolvimento e cooperação internacional. *Caderno CRH*, Salvador-BA. v. 25, n. 65, 251-286.
- Herrera, L. K. & Parias, C. H. (2014). Origen y evolución de la cooperación internacional para el desarrollo. *Panorama*, 8 (15), 117-131.
- FAO (2014). O estado da insegurança alimentar no mundo 2014 – resumo. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4037o.pdf>.
- Grisa, C. & Schneider, S. (2015). Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *RESR, Piracicaba-SP*, v. 52, Supl. 1, S125-S146.
- Guareschi, M. (2011). *Visibilizando buenas prácticas para la construcción de una Cooperación para la Soberanía Alimentaria*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidad de Córdoba: Universidad Internacional de Andalucía.
- Haddad, S. (2014). Paulo freire e o papel das Agências de Cooperação Europeias no apoio à Educação Popular no Brasil. *Pro-Posições*. v. 25, n. 3 (75), 123-141.
- Hirata, M. F. (2006). Proambiente: um programa inovador de desenvolvimento rural. *Agriculturas*, v. 3 - nº 1, 15-17.
- Isaac, S. & Michael, W.B. (1982). *Handbook in Research and Evaluation*. San Diego: Edits Publishers.
- Jalfim, F. T. (2015). Sistemas tradicionales de cría de gallina de corral en la región semiárida brasileña: avances a partir de una investigación participativa. Tesis Doctoral. Universidad de Córdoba.
- Nunes, E. M., Tôrres, F. de L., Silva, M.R.F. da, Sá, V.C. de, & Godeiro-Nunes, K.F. (2015). *RESR, Piracicaba-SP*, v. 53, Nº 03, 529-554.
- Patton, M. (1980). *Qualitative evaluation*. Beverly Hills: Sage.
- Possas, M. de C., Abrahão, R. de S., & Godoi-de-Sousa, E. (2013). Institucionalização das manifestações da sociedade civil: das tipologias aos conceitos. *Dimens. Empres.* v. 11 Nº 2, 17-25.
- Sylva, M. R. (2012). La cooperación internacional al desarrollo como herramienta de protección y promoción de los derechos humanos: el caso latino-americano. *Revista Facultad de Derecho e Ciencias Políticas*. v. 42, n. 116, 271-295.
- Wanderley, M. de N. B. (2015). O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *RESR, Piracicaba-SP*, v. 52, Supl. 1, 25-44.



## Entrepreneurship, innovation and rural development: the case of the Montemuro Region<sup>75</sup>

Lúcia Pato

Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior Agrária - CI&DETS  
mljesus@esav.ipv.pt

### ABSTRACT

This paper analyses the role of rural entrepreneurship in the development of a peripheral region of Portugal – Montemuro. These people have been stimulated to develop entrepreneurial initiatives in the countryside, taking advantage of the local endogenous resources and traditional knowledge. The creation of several craftsman cooperatives, a “green business” and a theatre company, almost 30 years ago, was the result of the effort of the Institute of Cultural Affairs which, based on the diagnosis of the region, was able to organise local people to work together. The “fruits” of such initiatives are visible today, being Campo Benfeito and Mezio two of the most dynamic villages of the municipality of Castro Daire, in the Montemuro Region.

**KEYWORDS:** Entrepreneurship, innovation, rural development, Montemuro Region

### 1. INTRODUCTION

Rural regions face significant challenges in comparison to other regions being even more critical in the so-called mountain regions (Lópes-i-Gelats, Tàbara, & Bartolommé, 2009). The problems stem, in general, from a rapid decline of employment in the agricultural sector, poor socioeconomic environment, low density and ageing population, and also from the distance to public services (EC, 2012). Under this context, entrepreneurship and innovation have emerged as one of the most potential tools for inducing the development of such regions. In fact, entrepreneurship, measured by indicators such as new firm formation rates, has been correlated with economic prosperity and growth of these areas (McElwee & Atherton, 2011). Nowadays, it is considered a key component of the EU’s Europe 2020 strategy for smart, sustainable and inclusive growth in Europe’s rural areas.

The Montemuro region is in Portugal one of the most peripheral regions where entrepreneurial rural initiatives have taken place. In this region, people have been stimulated to develop entrepreneurial and innovative activities, taking advantage of endogenous resources, local and traditional knowledge, and community support.

Through a qualitative approach towards different stakeholders, particularly through interviews toward local rural entrepreneurs and public entities, this study highlights the importance of entrepreneurial initiatives conducted by local people in the peripheral and

---

<sup>75</sup> This work is financed by national funds through FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., under the project UID/Multi/04016/2016. Furthermore we would like to thank the Instituto Politécnico de Viseu and CI&DETS for their support.

mountainous area of Portugal - Montemuro (municipality of Castro Daire) in the leverage of the population settling and preservation of the cultural heritage of the region. They are in the home handicraft sector producing fashion and home textile products, the rural tourism sector and in the “green” business. Apart from this, the region has a local and innovative theatre company, responsible for an internationally known festival that brings to the region thousands of people.

## **2. METHODOLOGY**

### **2.1. Case study presentation**

Castro Daire municipality belongs to the sub-region of Viseu Dão-Lafões in the Centre of the country. It has 16 parishes and 15339 residents (INE, 2012).

In this area, traditionally familiar agriculture has been the main economic activity. As many other interior and rural municipalities, Castro Daire suffers with the declining and ageing of its population.

These characteristics have an impact on the accessibility and quality of public services, on the quality and density of several infrastructures, and so on. Problems are particularly evident in terms of employment opportunities, in sectors that are crucial components of the rural economy, namely agriculture. Furthermore, the unemployment rate is high (near of 11%) and affects mostly the female population, that has an unemployment rate of 14% (INE, 2012).

Despite these constraints, the municipality has diverse resources and people with a strong will to be entrepreneurial and contribute to the development of the region/municipality. The most traditional entrepreneurial initiatives are located in the Gosende parish, specifically in Campo Benfeito village (“Capuchinhas do Montemuro” and “Teatro Regional da Serra do Montemuro”), Mezio village (“Ervital”, “Artesãos do Montemuro” and “Cozinha Tipica do Montemuro”), Relva village in the Monteiras parish (“Combate ao frio”) and Picão village (“Lançadeiras do Picão”).

### **2.2. Procedures**

In addition to the collection of documental analysis and visits on web pages about these entrepreneurial actions, this paper is based on exploratory visits in the study communities of the municipality and in the technique of observation.

Furthermore, some semi-structured interviews were used. Indeed, we carried out three interviews to local entrepreneurs and one to a local public entity. These were tape-recorded,

transcribed and subject to content analysis in order to identify the main issues of people's discourse.

### 3. RESULTS

Thanks to the International Institute for Cultural Affairs (ICA), people of Montemuro have been stimulated to develop entrepreneurial and innovative activities in the rural area, taking advantage of endogenous resources, local and traditional knowledge as well as the support of the community. This international association has called volunteers from all over the world to work in more disadvantaged areas. It was established in the village of Mezio (Castro Daire municipality) in the eighties to launch the "Montemuro Project" (and the villages of the north of the municipality) with the goal to alleviate the needs of rural local communities, characterised by subsistence farming, high male migration, female unemployment and lack of housing, sanitation and health. Particularly, among other actions, ICA was responsible for i) organizing some people, particularly women to work together in the production of fashion and home textile products through weaving training courses, ii) organizing some men to work in theater festivals embedded in local traditions and iii) encouraging the production of more sustainable and organic agricultural products.

The firm called "Capuchinhas de Montemuro" in the Campo Benfeito village (Gosende parish) was one of the first to appear. The protagonists of this initiative, which appeared in 1985, are women. Some years later, they decided to establish a cooperative. In the present, it works with six women of the village who responsible for creating original pieces of elegant and fashionable clothing but, above all, unique pieces with a strong identity of the Montemuro region. The work of these women was indeed, some years ago, one of the 14 winners of the Women's World Summit Foundation prize for Women's Creativity in Rural Life – an international award granted for the first time to a Portuguese initiative. "Capuchinhas de Montemuro" is also the most noticeable craftsman cooperative of Castro Daire. As referred by one interviewee, this is because "capuchinhas' produce more innovative and sellable products...which carry the past but are useful in the present". Its products are sold locally but also in shops outside the municipality: Lisbon, Nazaré and S. Pedro do Sul. Moreover, these products are also used by the man of the popular company of theatre – "Teatro Regional da Serra do Montemuro", also located in the Campo Benfeito village.

This theatre began its activity in 1990 through the contact between Graeme Pulleyn, an English volunteer in ICA with academic training in theatre studies and people of the village. "Wolf" was the first professional festival of the company. Nowadays, this theatre company

works with six people, mainly from the village. They produce several festivals of theatre during the years, being “Altitudes” the international festival which, for eight days in August, gathers several national and international companies, as well as thousands of people to the village.

“Ervital” is another successful and innovative example of rural entrepreneurship in the region of Montemuro, specifically in Mezio village. The firm, which has an international partner, John McAdam, who also came to the region through ICA, began its activity in the nineties. Currently, it employs five people of the village. It produces products (simple or mixed) to use in the form of infusions (teas) and to use as seasonings in various types of packaging. In addition, the firm also sells different types of aromatic and medicinal plants (AMP). The environmental local conditions, as well as the good preservation of the region, make it possible to obtain products of excellent quality, as said by the interviewee: “the context, the place and its altitude help the production quality”.

It must be emphasised that the company was pioneer in th organic production in Portugal and online product delivery of teas and infusions. Apart from product innovation and process innovation, marketing is also a “priority” of the company, at least concerning products’ packaging.

In Mezio there is another example of rural entrepreneurship: “Casa do Arco”. This rural tourism unit began is activity four years ago and nowadays receives tourists from all around the world. The house has seven bedrooms and a kitchen for meals confection. According the interview, the guests are very satisfied with the rural tourism lodging, being its evaluation of 9,2 (on a scale of 0 to 10). In the village, tourists can visit another craftsman’s cooperative (the oldest in the municipality) – “Cooperativa dos artesãos do Montemuro”, which also has traditional products of the region. The founders of the cooperative (officialised in 1981) had the intention to make known the ways of traditional life, the daily life of peasants and herdsmen. There, we can find on display, pottery, basketry, weaving of rags and other products of wool and woollen cloth. Above the cooperative there is the exposure route of flax and wool, and just besides it, the typical restaurant Mezio (“Cozinha Típica do Mezio”) – laudable result of the cooperative of artisans and the ethnographic association of the parish.

But the story of rural entrepreneurship in the region does not finish here. Although with less expression than the mentioned examples, in nearby locations, other successful examples were set up. Indeed, thanks to the energy created by ICA in the eighties and nineties, two groups of local women: “Lançadeiras do Picão” (in Picão village) and “Combate ao Frio” (in Relva

village) try to keep the cultural heritage of their communities, producing nowadays several pieces of wool and flax, also with a strong identity of the region.

The cases presented above explicit several types of innovation:

**Product innovation:** resulting from the association of traditional techniques with innovative designs (e.g. clothes of “Capuchinhas do Montemuro”), but also developing new applications for traditional products (e.g. products of house decoration in the case of “Lançadeiras do Picão”) (Dinis, 2006);

**Process innovation:** resulting from the implementation of a new system of production or delivery method. This includes significant changes in techniques, equipment or software (new forms of techniques and products delivery in the case of “Ervital”);

**Organizational innovation:** as the new arrangements and local links established based on economic but also social and cultural links (in all the initiatives presented), but also the regional, national and international links with other entities (Dinis, 2006) (in the case of “Teatro Regional da Serra do Montemuro”).

**Marketing innovation:** resulting from the application of new marketing methods. Marketing development embraces the approach to urban markets (in all cases) and includes new packaging of products (in Ervital case) and changes in promotion of rural products (Dinis, 2006), price and channels of distribution (in the cases of “Capuchinhas do Montemuro” and “Ervital”).

#### 4. CONCLUSIONS

The reasoning of this paper makes it clear that rural entrepreneurship and innovation are fundamental for the development of the region. In a territory with clear symptoms of interiority and with scarce human, material and financial resources, local people became active members of the local rural communities. From the very beginning, the oldest entrepreneurship projects (e.g. craftsman cooperatives and “Ervital”) had the support of ICA, but now they “stand on their own two feet”, being Campo Benfeito and Mezio two of the most dynamic villages of the municipality of Castro Daire, in the Montemuro Region.

Its impact is visible immediately in the preservation of the cultural heritage of the region. On the other hand, its impact is also visible in the leverage of population settling and welfare of the local society.

Still further, its impact is visible in the creation of local employment and in the support of other recent projects (e.g. Casa do Arco), which works in network with local partners. It is

worth to mention still, that the rural entrepreneurship initiatives mentioned in this paper are all networked.

In terms of practical implications, we argue that for the progress of all these entrepreneurial initiatives, governmental and other institutional entities, mainly the regional ones, should conduct the creation of a culture of entrepreneurship based on local and endogenous resources and support them in several aspects (financial, training, etc).

In terms of future research, it would be interesting to investigate the power of the local community in the development of all these initiatives.

## **BIBLIOGRAPHIC REFERENCES**

- Dinis, A. (2006). Marketing and innovation: Useful tools for competitiveness in rural and peripheral areas. *European Planning Studies*, 14(1), 9-22.
- EC. (2012). Commission Staff working document a view of employment, growth and innovation in rural areas. Brussels: European Commission.
- INE. (2012). *Censos 2011 Resultados Definitivos Centro*. Lisboa: INE.
- López-i-Gelats, F., Tàbara, J.D. & Bartolomé, J. (2009). The rural in dispute: Discourses of rurality in the Pyrenees. *Geoforum*, 40(4), 602-612.
- McElwee, G. & Atherton, A. (2011). Rural Entrepreneurship. In L. P. Dana (Ed.), *World Encyclopedia of Entrepreneurship* (pp. 377-384): Edward Elgar.

## Los cambios en las funciones de las organizaciones: un caso en La Pampa - Argentina

Juan José Torrado

Agencia de Extensión Rural Victorica, Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA)  
torrado.juan@inta.gob.ar

### RESUMEN

El presente trabajo centra su atención en la dinámica de una asociación de productores agropecuarios en el Centro Norte de la Provincia de La Pampa, Argentina, la cual se utilizará como sustento para señalar las transformaciones experimentó la organización en cuanto a sus funciones y su relación con las mutaciones que sufrió el sector rural, desde 1970 hasta la actualidad. Asimismo, se rescatan los cambios producidos en el escenario socio-productivo. Esta asociación fue creada por interés de actores de la producción local y regional, y se trató de una forma de institucionalización de la red de vínculos y de intercambios materiales y simbólicos entre los actores de producción ganadera regional, como forma de fortalecimiento del capital social. Además, puede entenderse como una estrategia para poner en juego una regionalización que atienda más específicamente a la reivindicación de los intereses locales. Durante el período considerado el contexto macroeconómico y el tipo de productor prevaleciente sufrieron cambios relevantes. En las transformaciones que experimenta la asociación a lo largo de su historia implica considerar cuatro períodos: el inicial, el de su consolidación, el de la transformación de sus funciones y el de la profesionalización. Los dos primeros se corresponden con el tipo de organizaciones reivindicativas de tipo gremial, y los dos posteriores, con la modificación paulatina de sus funciones. En todos los casos, las redes de vínculos cuentan con una dinámica específica asociadas a las transformaciones producidas en la producción agropecuaria en las áreas rurales.

**KEYWORDS:** Redes, Capital Social, Rural.

### 1. INTRODUCCION

El trabajo centra su atención en la dinámica de cambio de las funciones de una Asociación de Productores Agropecuarios ubicada en el Centro Norte en la Provincia de La Pampa (Argentina), y el modo en que se relaciona con las transformaciones del entorno productivo regional. A lo largo de los últimos 40 años el sector ganadero regional ha sufrido transformaciones en la composición del tipo de productores agropecuarios, en la forma de acceso a la tenencia de la tierra, en la sucesión de la propiedad de los establecimientos de producción, entre otros aspectos. El área de influencia de esta organización coincide con una región semiárida con predominio de la producción ganadera de cría bovina, cuyo principal recurso forrajero es el estrato herbáceo de un bosque micrófilo caducifolio<sup>76</sup>, en el cual desarrollan su actividad productiva 600 ganaderos.

Por medio del estudio se trata de identificar y caracterizar los principales períodos históricos de la asociación, los cambios que se produjeron en sus principales funciones, y

---

<sup>76</sup> Es un bosque cuya especie dominante es el "caldén" (*Prosopis caldenia*) por lo cual el área se identifica como Caldenal.

establecer relaciones entre dichos cambios y las transformaciones del escenario socio-productivo.

Se trata de un estudio de enfoque prevalecientemente cualitativo. Para analizar la evolución de las principales funciones de la organización se sistematizó información de entrevistas a informantes calificados, y de la documentación disponible en formas de actas de la Asociación. Otras fuentes documentales que permiten el estudio de la dinámica del área rural durante el período estudiado son el Censo Nacional Agropecuario (CNA) de 1988 y el CNA 2002.

## 2. RESULTADOS

La trayectoria de una Asociación de Productores Agropecuarios en el Centro Norte de la Provincia de La Pampa puede dividirse en cuatro períodos que se caracterizan de la siguiente forma: el primero, el fundacional (los primeros años que suceden a su creación a inicios de la década de 1970). Luego se suceden: período de consolidación (desde la fundacional hasta fines de la década de 1980), período de transformación paulatina en sus funciones (década de los '90) y el más cercano en el tiempo, que se extiende desde inicios del siglo XXI hasta la actualidad, identificado como el de la profesionalización de sus funciones.

Del período fundacional se rescata que la asociación se constituye como una entidad gremial agropecuaria, es decir, una organización de tipo reivindicativo. Es el primer esfuerzo en la región de organización de los actores de la producción, y de la institucionalización de las redes de vínculos para la construcción de capital social.

La base de productores que la constituye es de ganaderos dedicados a la cría bovina, de tamaño medio, propietarios de la tierra, con trayectoria productiva familiar en la región. Otras características de estos ganaderos son: es un actor que concentra la toma de decisiones de su establecimiento, sin ingresos extra-agrarios, reside en el campo, y cuenta con mano de obra asalariada y permanente. La organización en sus inicios se erige en el representante de los intereses de la producción agropecuaria en el área de influencia (Martínez-Nogueira, 1988). La composición de la asociación, así como la dinámica del entorno productivo, económico y social se mantiene bastante estable durante los dos primeros períodos.

La visión dominante es que este colectivo de productores procura potenciar la productividad, sin embargo, la asociación prioriza una actividad de tipo reivindicativa. Los cambios tecnológicos y productivos dados entre 1970 y 1990, provocan que se instale un discurso referido a la innovación tecnológica, el cual coexiste con requerimientos frecuentes



respecto de los precios percibidos por los productos (Lattuada, 1992), y en este caso en particular, se fortalece la instalación del argumento que la actividad de cría es dependiente de otros eslabones de la cadena ganadera, lo que le confiere debilidad a la hora de transferir costos o riesgos. (Martínez-Nogueira, 1988). La fundación del primer grupo CREA<sup>77</sup> en la región, instala definitivamente en la región una atención creciente en la mejora de la productividad, y la visión del empresario innovador (Hernández cit. por Gras, 2009). Es el primer antecedente regional, de la visión de profesionalización de la forma de producir y por ende es "una nueva manera de entender y practicar la actividad agropecuaria." (Gras, 2009). Se instala progresivamente "la preocupación por la eficiencia agronómica y económica por sobre otras lógicas" (Gras, 2009).

Derivado de esta visión de mayor eficiencia productiva, durante el período de la consolidación, se instala el discurso "tecnologizante", ya que se considera que la solución se encuentra en la mejora de la eficiencia. Así, la asociación centra sus actividades en dos ejes: uno vinculado a la reivindicación sectorial, y otro, relacionado a la mejora de la eficiencia de producción, contribuyendo a que el productor ganadero mejore su productividad por medio de la socialización e intercambio de información, la comunicación tecnológica y el compartir problemáticas comunes (Martínez-Nogueira, 1988).

El período de la transformación de sus funciones transcurre durante la década de 1990. El contexto macroeconómico nacional condiciona el funcionamiento de la economía, afectando negativamente el precio de los productos primarios exportables. Se instala (ahora desde el gobierno) un discurso vinculado a la productividad y eficiencia, que refiere a que los productores que persistirán en el sistema son aquellos que "asuman una mentalidad 'empresarial' (...) y se relativiza la significación de la dotación de recursos básicos. (Balsa, 2007; Carini, 2014). Esta visión es una señal evidente la instalación de la perspectiva 'profesionalizante'. Se observan paralelismos entre esta situación y la planteada por Carini (2014) en el área de influencia de Río Cuarto, en una región de producción agrícola.

Durante este período se establece un plan nacional de control de la fiebre aftosa, cuya estrategia de implementación transfiere la responsabilidad de la operación del plan a las organizaciones de productores, con un formato de Fundaciones de Sanidad Animal las que se constituyen sobre la base de las organizaciones existentes y reserva para el Estado la

---

<sup>77</sup> Consorcios Regionales de Experimentación Agrícola, grupos de productores que intercambian información para la mejora productiva con el acompañamiento de un profesional. La conformación del primer grupo CREA en la región es contemporáneo al período fundacional de la Asociación, y la base de sus integrantes es de características similares a los de la Asociación.

planificación y el control. La totalidad de los productores ganaderos, quedan relacionados de forma directa con la asociación. Se complejiza su funcionamiento, su estructura, se incorporan recursos humanos profesionales y técnicos (Carini, 2014). Se produce una reorganización de la asociación, una forma diferente de comunicarse y vincularse con la base societaria (Lattuada, 2006).

En el marco del discurso tecnologizante, sobre finales de esta etapa se comienza a producir un fenómeno desconocido en el territorio, que es la provisión de servicios técnicos por parte de los profesionales de la actividad privada, la cual hasta este momento estuvo detentada por productores referentes locales y por organismos técnicos oficiales. La combinación de factores denota “la creciente importancia que se otorga al conocimiento agronómico (...) y la preocupación por controlar profesionalmente el proceso productivo (...) puede ser considerado en términos de un creciente proceso de ‘cientifización’” (Olivera, 2014). La perspectiva tecnologizante se equipara paulatinamente a la gremial en el ámbito de la asociación, y si bien, parecen de raíces ideológicas disímiles, entre ambas no existe antagonismo (Balsa, 2007) y resultan complementarias. El principal cambio que se produce en este período es la aparición de productores con ingresos económicos extra-agrarios<sup>78</sup> y el paulatino traslado de la residencia del campo a la ciudad, lo cual los vincula de una forma diferente.

El último período identificado, se extiende desde inicios del siglo XXI hasta la actualidad, y se caracteriza como el de la profesionalización de las funciones de la asociación. Se produce un cambio relevante en la composición del colectivo de los productores por efecto colateral del proceso de agriculturización en la pampa húmeda. Ingresan a la región ‘nuevos productores’ que para dar lugar a la producción de oleaginosas en sus regiones de origen, adquieren o arriendan establecimientos ganaderos en el área. Similar forma de acceso a la tierra utilizan nuevos propietarios de capital hacienda con recursos provenientes de actividades económicas extra-agrarias.<sup>79</sup> Aparece una nueva configuración del tipo de productores, “cuya rentabilidad está asentada en la escala, la tecnología y la gestión empresarial (...) a los que se agregan inversores extraprediales en busca de negocio y alta rentabilidad. Estos (...) los que cuestionan la representación y profesionalidad de la dirigencia gremial tradicional” (Lattuada, 2006). El proceso de venta–alquiler de establecimientos es observable desde el primer lustro del siglo XXI. En otras regiones este fenómeno se verificó casi una década antes (Carini, 2014).

---

<sup>78</sup> Según datos propios del autor a mediados de la década del 1990 algo más del 30 % de las familias de los productores contaban con ingresos extra prediales provenientes de fuentes no agrarias.

<sup>79</sup> Entre los años 1988 y 2007 debido a ventas o arrendamientos de establecimientos a productores residentes en otras regiones, y por efectos de sucesión, se verificaron cambios en la propiedad en más de un 35 % de las unidades productivas del área de estudio. (Datos propios del autor)

Los efectos inmediatos son un incremento sustancial en el valor de las propiedades y una "expulsión" de los productores locales que, venden o alquilan sus establecimientos, transformándose en rentistas. Además, los productores de tamaño grande, incrementan su escala, contribuyendo a una paulatina concentración de la producción y "una tendencia hacia la eliminación de las explotaciones más pequeñas" (Martínez-Nogueira, 1988). El cambio en la composición de la estructura de productores ganaderos regional, produce como consecuencia, el deterioro de la confluencia en el territorio de los procesos de toma de decisiones, la producción y la disponibilidad local de la renta generada, los cuales ahora se encuentran situados en distintas locaciones (Gras, 2009). Esta conjunción de un colectivo de productores, con una mayor diferenciación principalmente por su origen exógeno al territorio, más los productores locales tradicionales, profundiza la heterogeneidad de su composición. También en este aspecto es factible encontrar paralelismos con lo observado en áreas de agricultura sojera (Carini, 2014). El efecto más directo sobre la asociación es el fenómeno de multiplicación y diversificación de las funciones debido al cambio de las demandas y necesidades sectoriales, lo cual produce un cambio muy importante, que es una ralentización de los reclamos que históricamente se había sostenido, resumidos en la frase "defensa de los derechos de los productores", y el pasaje a la profesionalización de los servicios prestados por la organización por mediación con los profesionales privados, la prestación de servicios técnicos.

### 3. CONCLUSIONES

Las áreas rurales han sufrido grandes transformaciones de índole social y económica, las que han influido sobre las organizaciones representativas del sector agropecuario. En el caso de estudio se puede observar, al principio, un proceso de cambio en las funciones poco dinámico mientras la estructura de los productores ganaderos regional se mantuvo con cierta estabilidad, durante los períodos fundacional y de la consolidación de la organización. Posteriormente, manteniendo su característica reivindicativa, se observa, una paulatina mutación para apoyar los procesos de mejora de la productividad. En los períodos más recientes, que son contemporáneos con los cambios más relevantes del colectivo de productores ganaderos de la región, se verifica una transformación más profunda en las funciones de la asociación hacia la prestación de servicios y la mediación profesional. Estas nuevas funciones resignifican el carácter reivindicativo de la asociación, adaptándola a las particularidades del entorno, y a la dinámica social, económica y productiva actual. Esta comunicación procura contribuir a comprender de qué forma se producen transformaciones productivas y organizacionales en áreas ganaderas. Los cambios en las áreas rurales y sus organizaciones (especialmente en la

región agrícola pampeana) han sido foco de muchos trabajos desde principios del Siglo XXI. Los estudios referidos a cambios en áreas ganaderas semiáridas con productores capitalizados son más escasos, siendo el presente trabajo un aporte a la comprensión de un caso específico.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- Carini, G. (2014). Reivindicaciones, discursos y estrategias en mutación: la Sociedad Rural de Rio Cuarto en el marco de una 'nueva agricultura'. In Olivera et al (2014), *El Agro pampeano cordobés en el Siglo XXI: entramados productivos, políticos y sociales desde una perspectiva histórica*. Córdoba: Ed. Filosofía y Humanidades.
- Gras, C. (2009). El nuevo empresariado agrario: sobre la construcción y los dilemas de sus organizaciones. In Gras, C., & Hernández, V., *La Argentina Rusa. De la agricultura familiar a los agronegocios*. Buenos Aires: Ed. Biblos.
- Gras, C. (2009). La agricultura familiar en el agro pampeano: desplazamientos y mutaciones. In Cerda, J & Gutiérrez, T. (Comps.), *Trabajo agrícola. Experiencias y resignificación de las identidades en el campo argentino*. Buenos Aires: Ed. Ciccus.
- Lattuada, M. (2006). Crisis y renovación en las organizaciones reivindicativas tradicionales. In Lattuada, M., *Acción colectiva y corporaciones agrarias en la Argentina. Transformaciones institucionales a fines del Siglo XX*. Bernal: U. N. Quilmes.
- Lattuada, M. (1992). Notas sobre corporaciones agropecuarias y estados. Tendencias históricas y cursos de acción posibles en la experiencia democrática contemporánea. *Estudios Sociales*, N° 2.
- López-Castro, N. (2012). *Persistencia en los márgenes. La agricultura familiar en el sudoeste bonaerense*. Buenos Aires: Ed. Ciccus.
- Martínez-Nogueira, R. (1988). Las organizaciones corporativas del sector agropecuario. In AAVV, *La Agricultura Pampeana. Transformaciones productivas y sociales*. Buenos Aires: FCE/IICA/ CISEA.
- Olivera, G. (2014). Pasado y presente en el Agro pampeano cordobés: agricultura familiar y nueva ruralidad en el departamento San Justo. In Olivera, G., Carini, G., Dellavale, M., & Ipararraguirre, P., *El agro pampeano cordobés en el Siglo XXI: entramados productivos, políticos y sociales desde una perspectiva histórica*. Córdoba: Ed. Filosofía y Humanidades/UNC.

## Meio ambiente e sadia qualidade de vida em comunidades rurais na perspectiva dos direitos fundamentais

Magda Cristina de Sousa

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

mzdsousa@hotmail.com

Patricia Verônica Pinheiro Sales Lima

Universidade Federal do Ceará

pvpslima@gmail.com

Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

ludimilla@ufersa.edu.br

Francisco Casimiro Filho

Universidade Federal do Ceará

casimiro@ufc.br

### RESUMO

O artigo tem por objetivo estudar o meio ambiente e a sadia qualidade de vida em comunidades rurais, na perspectiva dos direitos sociais fundamentais. Inicialmente o artigo buscou interpretar o artigo 225 supracitado, capítulo VI, intitulado - do meio ambiente - o qual direciona ao direito ao meio ambiente com equilíbrio ecológico, essencial à sadia qualidade de vida. Em seguida foi realizada a análise de dados primários obtidos por meio da aplicação de formulários junto a lideranças de comunidades rurais. Para a análise dos dados, optou-se pela construção de um índice agregado de sadia qualidade de vida, composto por indicadores adaptados à realidade rural. Os resultados mostraram que as comunidades apresentaram condições de sadia qualidade de vida acima da média esperada, com destaque para geração de emprego e renda. Contudo, é necessário investimento nos indicadores de acesso a direitos materiais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meio ambiente, direitos sociais, sadia qualidade de vida.

### 1. INTRODUÇÃO

Diferente da maioria dos trabalhos sobre qualidade de vida, considera-se neste estudo a expressão “sadia qualidade de vida”, a qual encontra-se inserida no texto do artigo 225, da Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF), que determina: "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essenciala **sadia qualidade de vida**, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Para Fiorillo (2005) a sadia qualidade de vida, na perspectiva do do artigo 225 só será plenamente possível, concomitante à presença dos artigos 5º, que estabelece “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, complementado com o artigo 1º, inciso III, que trata da *dignidade da pessoa humana*, fundamentados pelo acesso aos indicadores que compõem os direitos sociais, elencados no artigo 6º, da CF/1988, que determina “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a

proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição" (Redação dada pela Emenda Constitucional, nº 064, 2010).

As reivindicações por uma sadia qualidade de vida se confundem com a luta em defesa do meio ambiente. Ao contrário do que se imagina, meio ambiente não está relacionado unicamente com a natureza:

engloba tanto os recursos naturais quanto os bens de um meio onde vive um número cada vez maior de pessoas: as cidades, o meio ambiente urbano. Meio ambiente, portanto, tem a ver com as condições de vida das pessoas. Tem a ver com lixo, água encanada, fumaça de ônibus, aperto de trem. Também tem a ver com lazer, educação, informação, prazer e bem-estar. E com saúde: ela depende das condições do meio ambiente. (Neves & Tostes, 1998, p.10).

Diante de tais circunstâncias, meio ambiente e sadia qualidade de vida despertam interesse interdisciplinar e transdisciplinar nos mais diversos campos de atuação das ciências e disciplinas das áreas de humanas e sociais, numa dimensão transversal e sistêmica. O que tem levado a reflexões sobre as várias dimensões em que se apresenta o desenvolvimento, seja global, regional ou local. Pase (2007, p. 251) lembra que temas como “pobreza, concentração de riqueza, degradação ambiental, corrupção, entre outros”, tem feito parte do cotidiano das sociedades e mostra que a democracia por si só não tem sido suficiente para alavancar o processo de desenvolvimento com equidade, sobretudo nas sociedades menos favorecidas economicamente, caso de comunidades rurais.

Nessa perspectiva o objetivo do artigo é estudar o meio ambiente e a sadia qualidade de vida em comunidades rurais, na perspectiva dos direitos sociais fundamentais a partir de sua inserção na ordem social. A escolha por realizar o estudo em comunidades rurais deveu-se: i) à carência de estudos sobre o tema; ii) à necessidade de adaptação de indicadores de qualidade de vida para o meio rural; iii) ao desejo de fomentar e chamar a atenção para uma parcela da população relativamente mais negligenciada no que diz respeito à garantia dos direitos fundamentais.

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para a realização estudo foram utilizados dados obtidos por meio de coleta direta, a partir de formulários aplicados junto às pessoas que exercem ou exerceram atividades de representação ou liderança em 31 comunidades rurais localizadas nos municípios de Limoeiro do Norte, Morada Nova e Russas, na Microrregião do Baixo Jaguaribe, no Estado do Ceará, Brasil.

Inicialmente o artigo buscou interpretar o artigo 225 da CF brasileira, capítulo VI, intitulado - do meio ambiente - o qual direciona ao direito ao meio ambiente com equilíbrio ecológico, essencial à sadia qualidade de vida. Para a análise dos dados, optou-se pela construção de um índice agregado de sadia qualidade de vida, composto por indicadores adaptados à realidade rural e com ênfase na garantia de direitos fundamentais. Nesse sentido, foram consideradas dez dimensões que buscaram cobrir os aspectos da qualidade de vida elencados no artigo 6º da CF que baliza os direitos sociais ou fundamentais (Quadro1).

**Quadro 1:** Indicadores e variáveis de sadia qualidade de vida, conforme preceituados no artigo 6º, da constituição federal de 1988

Indicador	Variáveis
Educação	1. Escola creche para crianças.
	2. Escola de ensino fundamental.
	3. Escola de ensino médio.
	4. Ensino superior.
	5. Centro tecnológico na região.
	6. Espaço e atrativos para alunos e comunidade.
Saúde	7. Acesso ao Programa Saúde da Família.
	8. Existência de posto de saúde com serviços básicos (vacinação, primeiros socorros).
	9. Existência de posto de saúde bem equipado.
	10. Existência de hospital ou maternidade próximo à comunidade.
	11. Acesso a medicamentos para doenças crônicas.
	12. Existência de tratamento e acompanhamento a dependências e a profissionais do sexo.
	13. Existência de cuidados e acompanhamento ao idoso.
	14. Existência de cuidados e acompanhamento aos portadores de necessidades especiais.
Alimentação	15. Existência de assistência e orientação a saúde ambiental (verminose, viroses, diarreias, higiene pessoal, limpeza de alimentos e frutas, exposição a agrotóxicos, o uso de equipamentos de proteção individual etc.).
	16. Quantidade diária de refeições.
	17. Qualidade dos alimentos ingeridos.
	18. Escola creche para crianças com acompanhamento alimentar.
	19. Alimentação para os alunos de escolas – merenda escolar.
	20. Acompanhamento nutricional pelo serviço de saúde da família
Trabalho	21. A comunidade produz alimentos para consumo ou mercado (local, estadual, regional)
	22. Opções de trabalho para autônomos.
	23. Os moradores da comunidade apresentam direitos trabalhistas respeitados.
	24. Existe treinamento ou qualificação constante e progressiva da mão-de-obra.
	25. Nível de emprego formal dos moradores da comunidade.
	26. Como você classifica as condições de trabalho na comunidade.
	27. Existência de uma boa infraestrutura de transporte até o trabalho.
28. Uso de equipamentos de proteção individual.	
Moradia	29. Segurança jurídica para a posse, incluindo um conjunto de garantias legais contra despejos forçados.
	30. Qualidade da infraestrutura básica de acesso à energia para o preparo da alimentação.
	31. Qualidade da infraestrutura básica de iluminação.
	32. Qualidade da infraestrutura básica de tratamento de esgoto.

Indicador	Variáveis
	33. Qualidade da infraestrutura básica para coleta de lixo.
	34. Dispõe de infraestrutura básica de acesso a água potável.
	35. As casas da comunidade oferecem segurança física a seus ocupantes.
	36. A localização da casa permite acesso ao emprego, educação e outros serviços sociais essenciais.
	37. O tamanho das residências é compatível com o tamanho das famílias.
Lazer	38. Infraestrutura de lazer para a prática de esportes.
	39. Infraestrutura de lazer para a prática religiosa.
	40. Infraestrutura de lazer para a prática de atividades culturais (teatro, circo, cantorias, ...).
	41. Infraestrutura de lazer para atividades coletivas (aniversários, datas comemorativas, ...).
	42. Infraestrutura de lazer em praças.
Segurança	43. Existência de segurança pública na comunidade.
	44. Empatia da comunidade com os agentes de segurança.
	45. Segurança da comunidade quanto à exposição a roubo, furto e latrocínio.
	46. Segurança da comunidade quanto à exposição a homicídios.
	47. Segurança da comunidade quanto à exposição a drogas lícitas (álcool).
Previdência Social	48. Segurança da comunidade quanto à exposição a drogas ilícitas.
	49. Facilidade de acesso à aposentadoria.
	50. Facilidade de acesso ao seguro desemprego.
	51. Facilidade de acesso à licença maternidade.
	52. Facilidade de acesso ao auxílio doença.
Proteção à maternidade e a infância	53. Facilidade de acesso ao benefício à pessoa especial.
	54. Existência de assistência de gravidez na adolescência (Gravidez de risco).
	55. Existência de Campanha de vacinação local e cobertura das campanhas nacional.
	56. Acompanhamento Pré-natal.
	57. Acompanhamento neonatal (Incentivo a amamentação, vacinação etc.).
	58. Acompanhamento de mulheres vítimas de depressão ou doenças crônicas.
Assistência aos vulneráveis	59. Acompanhamento de crianças vítimas de depressão ou doenças crônicas
	60. Acompanhamento de mulheres vítima de violência doméstica.
	61. Acesso à justiça gratuita.
	62. Assistência creditícia.
	63. Acesso à transferência de renda (bolsa família, etc.).
	64. Medidas para inclusão socioeconômica de pessoas com necessidades especiais.

Fonte: Elaboração própria

Com o objetivo de operacionalizar os conceitos de sadia qualidade de vida foi realizada a agregação dos indicadores dando origem ao índice agregado: ISQV (Índice de Sadia Qualidade de Vida). o cálculo do índice agregado foi realizado em duas etapas. A primeira consistiu na agregação das variáveis componentes de cada indicador. A segunda correspondeu à agregação dos indicadores, o que resultou no índice final ou índice agregado. As variáveis apresentadas no Quadro 1 foram avaliadas considerando um conjunto de escores organizados em ordem crescente, partindo-se da situação onde a variável é pior avaliada até a situação em que atinge sua melhor avaliação, segundo a opinião dos representantes das comunidades visitadas. Os escores variaram de 0 a 5 conforme a escala: Ausente na comunidade = 0, Muito



ruim = 1, Ruim = 2, Regular = 3, Bom = 4 e Muito bom = 5. O procedimento adotado na agregação das variáveis foi adaptado de Sousa (2003) empregou a expressão:

$$Indicador_i = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[ \frac{1}{m} \sum_{p=1}^m \frac{E_{pij}}{E_{max_{pi}}} \right] \quad (1)$$

Indicador<sub>i</sub>= Cada um dos indicadores selecionados para compor o ISQV

E<sub>pij</sub> = Escore atribuído à *p*-ésima variável do *i*-ésimo indicador, pelo *j*-ésimo representante da comunidade e E<sub>max<sub>pi</sub></sub> = Escore máximo da *p*-ésima variável do *i*-ésimo indicador.

*p* = 1,..., *m*. (*m* = Número de variáveis componentes do *i*-ésimo indicador.)

*j* = 1,..., *n*. (*n* = Número de comunidades pesquisadas).

Após a agregação das variáveis foi realizada uma nova agregação, agora dos indicadores, para a obtenção do ISQV. Para tanto foi adotada a equação:

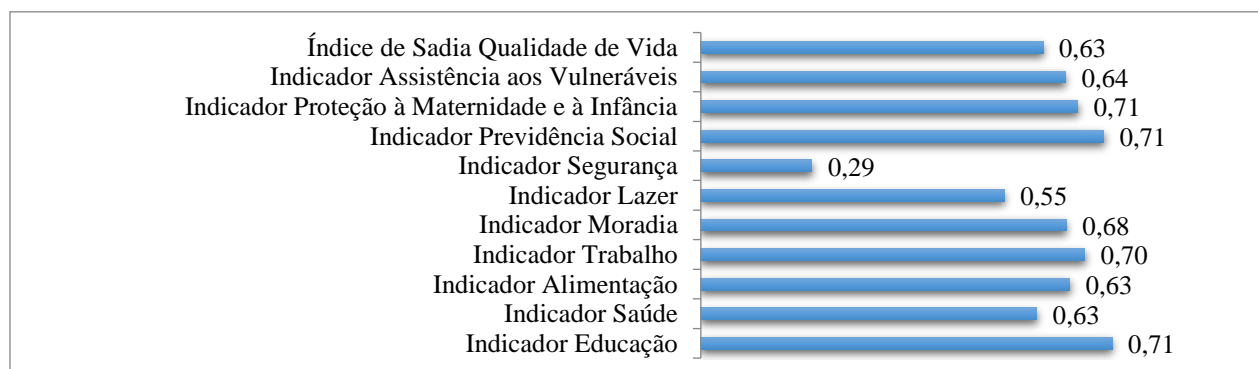
$$ISQV = \frac{1}{w} \sum_{i=1}^w Indicador_i \quad (2)$$

*w* = Número de indicadores componentes do índice agregado.

Os valores dos indicadores e índices podem variar de 0 (zero) a 1 (um), sendo adotado a seguinte parametrização: Muito Ruim:  $0 \leq \text{valor obtido} \leq 0,2$ ; Ruim:  $0,2 < \text{valor obtido} \leq 0,4$ ; Regular:  $0,4 < \text{valor obtido} \leq 0,6$ ; Bom:  $0,6 < \text{valor obtido} \leq 0,8$  e Muito Bom:  $0,8 < \text{valor obtido} \leq 1,0$ .

### 3. RESULTADOS

Para o índice de sadia qualidade de vida, considerando os dados da figura 1, observou-se que os indicadores: educação, previdência social, trabalho e proteção à maternidade e a infância, contribuíram, respetivamente, com as melhores valorações para a sua formação.



**Figura 1:** Indicadores e índice de sadia qualidade de vida das comunidades rurais de Limoeiro do Norte, Morada Nova e Russas, na Microrregião do Baixo Jaguaribe, no Estado do Ceará, Brasil

Fonte: Elaboração própria

#### 4. CONCLUSÕES

A análise empírica mostrou que as comunidades apresentaram condições de sadia qualidade de vida acima da média esperada (índice  $> 0,5$ ), com destaque para geração de emprego e renda. Contudo, precisa de maior atenção no atendimento dos direitos considerados básicos. É necessário investimento tanto nos indicadores de acesso a direitos materiais, quanto na acessibilidade do empoderamento das comunidades para que se convertam em elementos capitalizadores de capital social incidindo na governança ambiental para garantir a justiça social equânime para as presentes e futuras gerações com qualidade e equilíbrio ecológico.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Fiorillo, C. A. P. (2005). *Curso de direito ambiental brasileiro*. 6. ed (ampl.) São Paulo: Saraiva.
- Neves, E. & Tostes, A. (1998). *Meio ambiente: a lei em suas mãos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes.
- Pase, H. L. (2007). Capital social e desenvolvimento: uma abordagem cultural das desigualdades regionais. *Revista Debates /NUPESAL/UFRGS*. Porto Alegre UFRGS/Escritos, n.1, v. 1.
- Sousa, M. C. (2005). Sustentabilidade da agricultura familiar em assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Norte. *Rev. Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 36, n. 1, p. 96 – 120.

## Melhorias contínuas e capital social: uma oportunidade de competitividade na cadeia de valor da cafeicultura brasileira

Luísa Amélia Paseto

Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP

luisa.paseto@feagri.unicamp.br

Milla Reis de Alcântara

Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP

Marco Túlio Ospina Patino

Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP

### RESUMO

Mudanças nas relações entre os stakeholders da cadeia de valor do café brasileiro veem contribuindo para maximizar ganhos em produtividade e qualidade, evidenciando uma reestruturação na organização do espaço agrícola. Este movimento é fundamental para a gestão do capital social e ambiental, na condução da produção para a conformidade em boas práticas agrícolas. Com o objetivo de identificar como as competências essenciais entre os *stakeholders*, influenciam a competitividade. A metodologia aplicada contemplou a análise de dados obtidos em literatura científica, estatísticas oficiais, além de entrevistas semiestruturadas. A introdução de boas práticas agrícolas e o desenvolvimento do capital social para a cafeicultura na cidade de Poços de Caldas, identificou a competitividade em longo prazo como resultado da sinergia de competências essenciais dos *stakeholders*. O IDHM foi incrementado em 34,08%, de 1990 a 2010, sendo a educação a dimensão que mais cresceu em termos absolutos. Houve diminuição na GINI passando de 0,52 para 0,50 respectivamente. Caracteriza-se forte sinergia e aproveitamento das expertises coletivas, como forma de redução das assimetrias informacionais entre stakeholders, resultando na melhoria da qualidade da produção, do entorno, da economia e governança para o desenvolvimento sustentável.

**PALAVRAS-CHAVE:** organização agrícola, inovação, gestão, capital social.

### 1. INTRODUÇÃO

As mudanças profundas nas relações entre os stakeholders da cadeia de valor veem contribuindo para a produtividade e qualidade dos cafezais. Com isso abrem-se necessidades de inovação em infraestrutura, profissionalismo e gestão nas propriedades e qualificação da mão de obra.

A inovação e a tecnologia aplicada à produção do setor cafeeiro vêm sendo fundamentais para evidenciar uma reestruturação na organização do espaço agrícola tanto interno como do entorno (Saes & Silveira, 2014).

Este contexto a organização dos proprietários rurais em cooperativas e ou associações, tem contribuído para uma melhoria contínua. Esta melhoria contínua pode ser observada na inovação tecnológica, assistência técnica e extensão rural aplicados a gestão coletiva de custo quanto à adequação socioambiental da produção.

De maneira geral para ter qualidade diferenciada reconhecida pelas boas práticas agrícolas, as propriedades têm que cumprir regras, que vão desde o controle do uso de

agrotóxicos, conservação do solo, proibição do uso do trabalho infantil, entre outros aspectos socioambientais.

A importância da gestão (conhecimento e capacitação) do capital social (todos os stakeholders) e ambiental (qualidade do produto) para a produção em conformidade com boas práticas agrícolas é uma hipótese para este estudo. Reconhecer o conhecimento nos *stakeholders* da cadeia de valor como elo de diálogo contínuo (seleção adversa e ou assimetria informacional) é o foco deste estudo.

Entre as principais cidades produtoras do sul de Minas encontra-se Poços de Caldas, reconhecida por produzir café especiais e de bebida fina, com predomínio de pequenas e médias propriedades (169 propriedades), com área aproximada menor que 50 hectares (IBGE, 2013).

Poços de Caldas é também o primeiro município certificado FAIRTRADE em todo o Hemisfério Sul, e integra uma rede mundial, formada por 80 países com foco de produção preferencialmente em pequenos e médios produtores familiares desde 2009.

A média de produção do Sul de Minas é de 4 mil pés por hectare, em um sistema de cultivo semi adensado. Apesar de o relevo ser acentuado em declive, a mecanização é fortemente aplicada nas lavouras e propriedades (MARKCAFE, 2015).

A região representa cerca de 30% da produção brasileira de café, sua competitividade e qualidade destacam-se por causa da infraestrutura, profissionalismo, qualificação do cafeicultor e sua mão de obra, expressiva organização em cooperativas e difusão de tecnologia, assistência técnica para a sustentabilidade.

De acordo com dados da *Fair Trade* Brasil (2013) a região apresenta aproximadamente 100 produtores cooperados, em totais condições para trabalhar grãos de qualidade, considerados especiais pela classificação sensorial. O grande alcance social da produção de café no sul de Minas gera cerca de 1,5 milhões de empregos diretos e indiretos.

Assim o objetivo deste estudo foi identificar sinergias de competências essenciais entre os atores da cadeia de valor da cafeicultura brasileira, influenciadores e criadores de competitividade para o mercado. Utilizando-se de uma metodologia que contemplou o levantamento e análise de dados, primários quantitativos e secundários obtidos em literatura científica, estatísticas oficiais de produção, consumo e comércio exterior, além de entrevistas semiestruturadas.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DAS ANÁLISES

As análises partem da identificação dos fatores de gestão e inovação/tecnológica no sistema Fair Trade, que caracterizam a evolução da quantidade produzida de café arábica no agrupamento Poços de Caldas. Dados econômicos avaliam o comportamento do agrupamento em relação ao Brasil e Minas Gerais. Completando uma análise investigativa aplicada aos produtores, permitindo-se entender a importância da melhoria contínua provocada pela produção *Fairtrade*.

Os dados secundários foram obtidos em literatura científica, estatísticas oficiais de produção, consumo e comércio exterior e publicações especializadas no agronegócio. As 90 entrevistas aplicadas aos produtores rurais, foram semi-estruturadas, com perguntas definidas, permitindo respostas abertas, mais apropriadas para tratar questões complexas, evitar erros de interpretação ou direcionamento de respostas e possibilitar aos entrevistados ampliar os conteúdos até então desconhecidos ao pesquisador, ao acrescentar informações importantes, que poderiam permanecer ocultas e não exploradas em questionários fechados e pessoais.

## 3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Desenvolvido na cidade desde 2009, o comitê gestor da ‘Poços Comércio Justo’, responsável pelas atividades FAIRTRADE, é composto por stakeholders multidimensionais para as melhorias contínuas na produção de café.

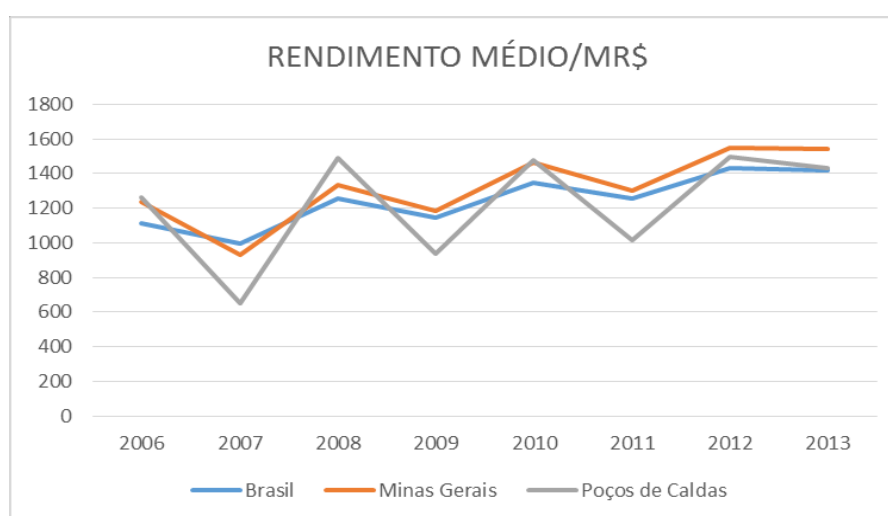
A análise das dimensões social e ambiental na região de Poços de Caldas tem como característica, uma forte presença de sinergia na cadeia com foco nas ações coletivas dos stakeholders. O aproveitamento das expertises individuais reverbera na melhoria coletiva da comunidade, do entorno, da economia, das políticas públicas entre outros fatores de desenvolvimento sustentável. São stakeholders formadores da cadeia CIDADE FAIR TRADE órgãos de pesquisa, de marketing, cooperativas, exportadores, sindicatos de classes, de governança pública, não governamentais entre outros.

Apenas a cidade de Poços de Caldas é responsável pelo embarque de aproximadamente 300 mil sacas de café especial, das 1,5 milhões de sacas exportadas pelo Brasil com características especiais e certificados (BSCA, 2013).

A valorização do café especial é devida, principalmente, ao rigor dos produtores, que vai do plantio à colheita, o produtor que não provar que segue práticas ambientais corretas está fora dessa briga (BOURBON COFFEES).

Em 2013 os exportadores faturaram US\$ 637,5 milhões, em comparação com US\$ 420,9 milhões de 2009. Dados do CeCafé, 2015 mostram que na participação porcentual por qualidade o arábica responde por 88% das exportações. São dois os principais exportadores de café alocados na cidade de Poços de Caldas que atendem o agrupamento como um todo com o compromisso de fornecer cafés de excelente qualidade para mercados globais.

Percebe-se nos dados econômicos de rendimento médio e valor da produção (Figura 1) que o rendimento médio de Minas Gerais se apresenta acima da média nacional desde 2008 e Poços de Caldas descola da média nacional em 2008, 2010, e 2012/2013.



**Figura 1:** Comportamento do Rendimento Médio M/R\$ da produção de Café Arábica no Brasil, Minas Gerais e Poços de Caldas  
 Fonte: IBGE

Observa-se em Poços de Caldas/MG, que a capacitação e conhecimento aplicados aos produtores rurais, seus colaboradores e demais stakeholders da cadeia de valor do agronegócio café, refletem em diferenciais para o atendimento ao mercado consumidor, bem como retorna aos atores envolvidos em forma de lucratividade (rendimento e valor da produção), identificados neste artigo como oportunidade de competitividade.

A produção de café na cidade de Poços de Caldas acompanha o movimento de ligeiro crescimento, descolando do movimento de produção brasileira.

As análises das respostas dos proprietários rurais indicaram impactos positivos em capital social, humano, financeiro, físico e natural, nas propriedades, em seus colaboradores e no entorno.

Os dados de desenvolvimento para a cidade de Poços de Caldas apontam um IDHM incrementado em 34,08%, saindo de 0,581 nos anos 90 e chegando em 2010 no patamar de

0,799. A dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi à educação (0,132), seguidos por longevidade e renda.

Houve também diminuição na desigualdade de concentração de renda (GINI) neste período de 1996 a 2010, a diferença entre os rendimentos dos mais pobres para os mais ricos apontam para 0,52 (1990), 0,56 (2000) e 0,50 (2010) respectivamente (ATLAS BRASIL, 2013).

As propriedades apresentaram melhoria na gestão organizacional identificada pelos proprietários rurais nos 4 aspectos específicos sobre o impacto da certificação Fair Trade, propostos por Utting (2009).

O primeiro aspecto específico de melhoria contínua em gestão organizacional foi o incremento nos meios de subsistência para os interessados primários que apresentaram respostas indicando até que ponto as iniciativas comerciais com ética e preço justo, melhoraram os aspectos da economia da família, com uma média de 63% a 93,3% de satisfação informada pelos proprietários rurais.

Os impactos socioeconômicos nas comunidades foi o segundo aspecto específico investigado para se reconhecer qual a melhoria nas condições de vida dos proprietários rurais pós implantação do comércio ético e justo. De forma mais otimista, apresentou resultados de 96,7% de satisfação e aceite pelo sistema fair trade de produção.

A terceira análise referiu-se ao reconhecimento dos impactos na gestão da empresa agrícola entendendo-se a gestão o planejamento, controle, objetivos, caracterização e, mais que isso, a contribuição do comércio ético e justo no desenvolvimento da gestão empresarial. Como resposta percebida como relevante contribuição por uma média de 93,3% dos entrevistados.

**Tabela 1:** Impactos Ambientais

Impactos Ambientais	SIM (%)	NÃO (%)
4.1. Observam-se melhores condições de limpeza/sanidade na produção.	100%	0%
4.2. Existe descarte adequado do lixo na propriedade.	93,3%	6,7%
4.3. Existe planos de redução, reutilização e reciclagem de resíduos	100%	0%

Adaptado Utting, 2009

Finalizando as análises, os impactos ambientais e a identificação de sustentabilidade ambiental, reconhecendo-se como e quanto os produtores pensam a questão ambiental a longo prazo e se apresentaram positivos conforme a Tabela 1.

Um ponto negativo institucional para a adesão a certificação se apresenta nas respostas à noção dos cafeicultores familiares pós Fair Trade implantado. Principalmente entre os cafeicultores com outras fontes geradoras de renda.

Por fim, em relação à fixação das futuras gerações na terra especificamente na cafeicultura, preços baixos para comercialização da saca, necessidade de produção para subsistência, são implicações que precisam ser melhores ajustadas e podem gerar maior segurança quanto a competitividade do negócio ao longo prazo.

Pode-se concluir que os cafeicultores familiares certificados Fair Trade, localizados em uma região do Sul de Minas Gerais, apresentam impactos positivos em relação ao Comércio Justo, permitindo-se identificar que permear conhecimento e capacitação, na cadeia de valor, envolvendo as partes interessadas e suas expertises de maneira coletiva, confere ao produto final, não somente qualidade, mas também maior possibilidade de competitividade frente à concorrência.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATLAS BRASIL, 2013. Acedido Outubro 05, 2015, em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>.
- BOURBON COFFEES. Acedido Outubro 10, 2015, em [www.bourboncoffees.com.br](http://www.bourboncoffees.com.br).
- BSCA, 2015. Acedido Junho 18, 2015, em <http://bsca.com.br/>.
- CECAFE Conselho dos exportadores de Café do Brasil. Acedido Outubro 20, 2015, em [www.cecafe.com.br](http://www.cecafe.com.br).
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2013. Acedido Novembro 07, 2015, em [www.ibge.gov.br/censos2006](http://www.ibge.gov.br/censos2006).
- MARKCAFÉ, 2015. Acedido Setembro 15, 2015, em <http://www.markcafe.com.br/economia-cafeeira/principais-produtores>.
- Paiva, L. (2012). *IFSULDEMINAS, 6º Concurso de Qualidade de Café em Poços de Caldas, MG acesso 2015*.
- Saes, M. S. M. & Silveira, R. L. F. (2014). Novas formas de organização das cadeias agrícolas brasileiras: tendências recentes. In A. M. Buainain, E. Alves, & J. M. S. Zander-Navarro (OrgS.), *O mundo rural no Brasil do século 21 A formação de um novo padrão agrário e agrícola*. 1ed. Brasília: Embrapa.
- Utting, K., (2009). *Assessing the Impacto of Fair Trade Coffee: Towards and Integrative Framework*. *Journal of Business Ethics*, 127-149.



## Planejamento e a necessidade de governança ambiental em comunidades rurais

Magda Cristina de Sousa  
Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
mzdsousa@hotmail.com  
Patricia Verônica Pinheiro Sales Lima  
Universidade Federal do Ceará  
pvpslima@gmail.com  
Ahmad Saeed Khan  
Universidade Federal do Ceará  
saeed@ufc.br  
Leonardo Andrade Rocha  
Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
leonardoandrocha@yahoo.com.br

### RESUMO

O objetivo do artigo é analisar o planejamento como instrumento de participação da sociedade nos negócios de estado e a necessidade de governança ambiental no desenvolvimento rural. Os dados foram coletados a partir da aplicação de formulários junto a lideranças de comunidades rurais. Foram usadas técnicas de estatística descritiva e construção de um índice de governança ambiental composto por indicadores agrupados nas dimensões: Participação e responsabilidade, Estabilidade Política e Legitimidade, Eficácia da Governança, Estado de Direito e Qualidade Regulatória. Os indicadores eficácia da governança e qualidade regulatória deram uma maior contribuição ao índice de governança ambiental. Contudo, resta melhorar os indicadores: regime de direito e estabilidade política e legitimidade, para promover maior participação da comunidade, essencial para um maior engajamento, por meio de compromisso, confiança e confiabilidade, elementos exigidos na legitimação da governança ambiental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento, governança ambiental, comunidades rurais.

### 1. INTRODUÇÃO

A governança ambiental global se constitui em mecanismo fundamental no atual processo de desenvolvimento. Ela traz em si, os elementos: poder, legitimidade, autoridade e transparência entre instituições, regras e normas que determinam a tomada de decisão com responsabilidade social, econômica e ambiental que se refletem na promoção de bens e serviços públicos que melhoram as condições de vida e de bem-estar das pessoas. Entendendo que a governança é um processo dinâmico por meio do qual a sociedade civil, o estado e o governo organizam e gerem a vida pública é plausível reconhecer uma congruência entre governança e a sociedade civil, organizações não governamentais e outras entidades que formam o chamado terceiro setor, no engajamento de políticas públicas inclusivas, distributivas e redistributivas, priorizando os recursos públicos, com o claro escopo de atender a comunidade local que representam.

Nesse contexto, o planejamento como instrumento de participação da sociedade nos negócios de estado e a necessidade de governança ambiental podem ser considerados mecanismos fundamentais no atual processo de desenvolvimento rural ao influenciar a tomada de decisão com responsabilidade econômica, social e ambiental. Espera-se que a governança ambiental possa a partir da gestão planejada, alcançar um melhor desempenho sob a ótica da eficiência, legalidade e transparência. Sob esta perspectiva, o objetivo do estudo é analisar o planejamento como instrumento de participação da sociedade nos negócios de estado e a necessidade de governança ambiental no desenvolvimento rural.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização estudo foram utilizados dados obtidos por meio de coleta direta, a partir de formulários aplicados junto às pessoas que exercem ou exerceram atividades de representação ou liderança em 31 comunidades rurais localizadas nos municípios de Limoeiro do Norte, Morada Nova e Russas, na Microrregião do Baixo Jaguaribe, no Estado do Ceará, Brasil.

Para a análise dos dados, optou-se pelas técnicas de estatística descritiva e construção de um índice agregado de governança ambiental composto por um conjunto de indicadores adaptados do *Worldwide Governance Indicadores* – WGI (Banco Mundial) e de trabalhos sobre o tema. Os indicadores foram agrupados em cinco dimensões: Participação e responsabilidade, Estabilidade Política e Legitimidade, Eficácias da Governança, Estado de Direito e Qualidade Regulatória.

Para analisar a governança ambiental, buscou-se por referência os indicadores elencados pelo Banco Mundial (*Worldwide Governance Indicadores*) – WGI. *Governança Matters* de Kaufmann et al. (1999), como também Cruz e Marques (2011) e Rodrigues (2014), com as necessárias adaptações feitas para alcançar a realidade das comunidades estudadas. O Quadro 1 apresenta os indicadores selecionados, distribuídos em cinco dimensões: Participação e responsabilidade, Estabilidade Política e Legitimidade, Eficácias da Governança, Estado de Direito e Qualidade Regulatória. Os indicadores foram avaliadas considerando um conjunto de escores organizados em ordem crescente, partindo-se da situação onde a variável é pior avaliada até à situação em que atinge sua melhor avaliação, segundo a opinião dos representantes das comunidades visitadas. Os escores variaram de 0 a 5 conforme a escala: Ausente na comunidade = 0, Muito ruim = 1, Ruim = 2, Regular = 3, Bom = 4 e Muito bom = 5.

**Quadro 1:** Indicadores de governança ambiental investigados nas comunidades

Dimensão	Indicador
Participação e responsabilidade	1. Participação dos eleitores nas últimas eleições para prefeito, Governador e Presidente
	2. Acompanhamento da comunidade em relação ao candidato eleito durante o seu mandato
	3. Frequência de debates, reuniões para discussão e conscientização quanto à definição de um perfil de candidato que atenda os interesses coletivos
	4. Consciência dos membros da comunidade quanto à força do seu voto para os interesses coletivos
	5. Participação da comunidade na representação política local (Prefeitura, câmara etc.)
	6. Transparência por parte da condução dos trabalhos e prestação de contas pelo Prefeito e secretariado, câmara e demais lideranças
	7. Transparência por parte da condução dos trabalhos e prestação de contas na Câmara municipal
	8. Transparência da parte dos representantes e lideranças na disponibilização de informação relevantes para a comunidade
	9. Participação da comunidade nos processos de elaboração e planejamento das políticas (públicas e setoriais)
	10. Participação da comunidade nos ganhos para a sadia qualidade de vida local
Estabilidade Política e Legitimidade	1. Compromisso dos candidatos eleitos quanto aos interesses da comunidade no que diz respeito a promoção da sadia qualidade de vida.
	2. Continuidade política de vereadores eleitos por seguidos pleitos na câmara e apoiado pela comunidade.
	3. Legitimidade dos representantes e líderes da comunidade perante os moradores e instituições por estes representados (empatia junto à comunidade).
	4. Existência de permissão para que representantes e/ou líderes permaneçam por tempo indeterminado em cargo público
	5. A comunidade considera que a quantidade de tempo de um vereador ou líder no exercício da função lhe garante legitimidade.
Eficácias da Governança	1. As lideranças têm correspondido aos anseios da comunidade no que diz respeito a bens e direitos.
	2. A comunidade discute e participa da elaboração e execução do planejamento estratégico da cidade junto a prefeitura e demais entidades.
	3. As políticas públicas têm conseguido chegar efetivamente à comunidade de forma satisfatória.
	4. A comunidade é beneficiada por melhorias obtidas através de políticas setoriais (estradas, iluminação pública, etc.)
	5. A comunidade percebe melhoria na qualidade dos serviços municipais quando ela é chamada a participar com demandas específicas.
	6. A comunidade consegue perceber e compatibilizar política de investimentos com necessidades aliadas a tarifas e taxas cobradas por serviços prestados pelo município de forma justa e adequada.
Estado de Direito	1. Confiança da comunidade em suas instituições públicas.
	2. Eficiência na prestação de serviços básicos por parte do Poder público
	3. Nível de conhecimento da comunidade em relação aos “remédios constitucionais” garantidores do livre exercício de cidadania (habeas corpus, habeas datas, referendun, plebiscito, mandado de segurança e mandado de injunção) em caso de ameaça ou lesão a direito fundamental.
	4. Nível de conhecimento da comunidade em relação ao seu direito de peticionar em caso de negação de um dos direitos elencados nos artigos 225, 5º, 1º III e 6º, enquanto direitos fundamentais e por isso autoaplicáveis. (Ação civil pública ou Ação Popular)
	5. Sentimento da comunidade quanto a ser representada e respeitada na sua dignidade de pessoa humana pelas instituições de direito.

QualidadeRegulatória	1. Existência de necessidade de estatuto, normatização ou regulamentando disciplinando o sistema de participação da comunidade e seus representantes.
	2. Existência de reverência às instituições e pessoas no campo moral, ético, religiosa, jurídico, cultural e natural.
	3. Percepção da comunidade quanto ao fato de a existência de normas constitucionais e infraconstitucionais, como também os decretos, as portarias, notas técnicas, receituários etc. ter conseguido efetivar os direitos sociais, garantidores de piso vital mínimo da dignidade da pessoa humana.
	4. Percepção da comunidade quanto ao fato de a autonomia dos três poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo), independentes e harmônicos entre si, constituírem uma forma negativa na acessibilidade dos direitos sociais ou fundamentais.
	5. Acompanhamento, por parte da comunidade, dos Entes (União, Estado e Município) no que se refere ao cumprimento de práticas e ações regulatórias à eficácia de uma sadia qualidade de vida em um meio ambiente ecologicamente equilibrado.
	6. Planejamento e execução do licenciamento e fiscalização de competência em seus empreendimentos locais (públicos e privados), por parte do poder municipal
	7. Acompanhamento da criação e manutenção de órgãos competentes para licenciar e fiscalizar esses empreendimentos. (Tais como: Secretarias ou Conselhos de Meio Ambiente, discussão de projetos de prevenção ou preservação ambiental, Estudo de impacto Ambiental ou Relatório de impacto ambiental EIA-RIMA, Disciplina de Educação ambiental nas escolas, Comitês de Bacia Hidrográficas, entre outros).
	8. Existência de monitoramento e, quando necessário mediante percepção ou cobrança da comunidade, investimento na adoção de medidas mitigadoras visando cessar ou evitar lesão ou ameaça a lesão do direito ao meio ambiente e a sadia qualidade de vida.

Fonte: Elaboração própria

Com o objetivo de operacionalizar o conceito de governança ambiental foi realizada a agregação dos indicadores dando origem ao índice agregado: IGA (Índice de Governança Ambiental). O cálculo do índice agregado foi realizado em duas etapas. A primeira consistiu na agregação das variáveis componentes de cada indicador. A segunda correspondeu à agregação dos indicadores, o que resultou no índice final ou índice agregado. O procedimento adotado na agregação das variáveis foi adaptado de Sousa (2003) e empregou a expressão:

$$Indicador_i = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[ \frac{1}{m} \sum_{p=1}^m \frac{E_{pij}}{E_{\max_{pi}}} \right] \quad (1)$$

Indicador<sub>i</sub> = Cada um dos indicadores selecionados para compor o IGA

E<sub>pij</sub> = Escore atribuído à *p*-ésima variável do *i*-ésimo indicador, pelo *j*-ésimo representante da comunidade e E<sub>max<sub>pi</sub></sub> = Escore máximo da *p*-ésima variável do *i*-ésimo indicador.

*p* = 1, ..., *m*. (*m* = Número de variáveis componentes do *i*-ésimo indicador.)

*j* = 1, ..., *n*. (*n* = Número de comunidades pesquisadas).

Após a agregação das variáveis foi realizada uma nova agregação, agora dos indicadores, para a obtenção do IGA. Para tanto foi adotada a equação:

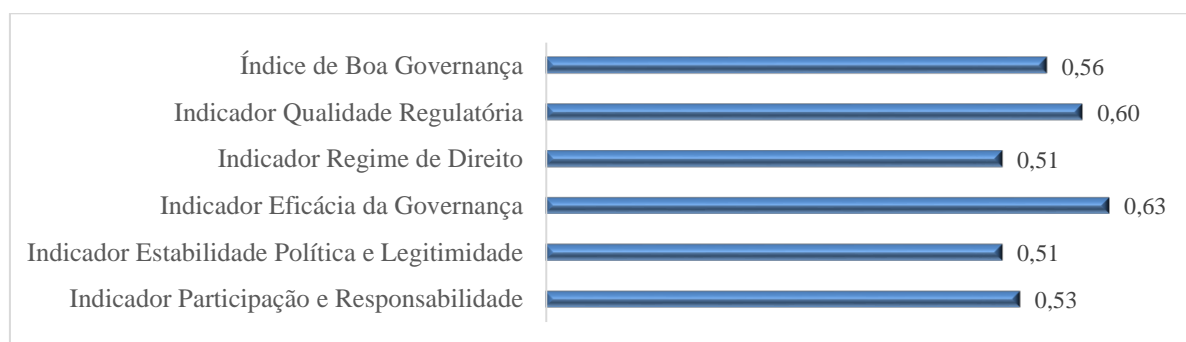
$$IGA = \frac{1}{w} \sum_{i=1}^w \text{Indicador}_i \quad (2)$$

w = Número de indicadores componentes do índice agregado.

Os valores dos indicadores e índices podem variar de 0 (zero) a 1 (um), sendo adotado a seguinte parametrização: Muito Ruim:  $0 \leq \text{valor obtido} \leq 0,2$ ; Ruim:  $0,2 < \text{valor obtido} \leq 0,4$ ; Regular:  $0,4 < \text{valor obtido} \leq 0,6$ ; Bom:  $0,6 < \text{valor obtido} \leq 0,8$  e Muito Bom:  $0,8 < \text{valor obtido} \leq 1,0$ .

### 3. RESULTADOS

Na composição do índice de governança ambiental, observou-se que o indicador, eficácia da governança ambiental, foi o que agregou o maior valor nesse índice (0,63), seguido de participação e responsabilidade (0,53) e qualidade regulatória (0,60), Figura 1. Não obstante, o indicador estabilidade política e legitimidade e regime de direito foram os que menos contribuíram para esse índice (0,51). Numa escala de valores que o índice de boa governança ambiental pode assumir (zero a um), o valor de (0,56) observado na sua composição geral sugere a implementação de mecanismos que aproximem o poder constituído e a sociedade com vistas a uma regulação qualitativa que permita e promova o desenvolvimento com responsabilidade solidária.



**Figura 1:** Indicadores e índice de boa governança das comunidades inseridas no projeto de desenvolvimento integrado Tabuleiro de Russas e comunidades circunvizinhas

Fonte: Elaboração própria

No atual processo de desenvolvimento econômico, a governança ambiental se constitui num dos mais importantes instrumentos de desenvolvimento/envolvimento, nela está contido os elementos *poder*, *legitimidade*, *autoridade* e *transparência* entre as instituições, (pública, privadas entre outras) regras e normas que determinam o planejamento e execução da gestão pública com responsabilidade e transparência, visando o bem comum a todos, indistintamente em nome da dignidade de pessoa humana, fortalecida e legitimada pelo engajamento cívico. E isso, é perceptível em comunidades que alcançaram um certo grau de qualidade de vida,

mediante melhoria das condições do acesso a indicadores que dão possibilidades reais de *poder*, *legitimidade*, *autoridade e transparência*, elementos que caracterizam a Governança. A posse desses indicadores, gera autonomia e autoconfiança, elementos propiciadores de empoderamento e capital social, que por sua vez, propiciam a essas comunidades, engajamento e coesão social, valorando a sua sadia qualidade de vida. .

#### 4. CONCLUSÕES

Os resultados mostraram que, numa escala de zero a um, os indicadores eficácia da governança e qualidade regulatória deram uma maior contribuição ao índice de governança ambiental. Contudo, resta melhorar os indicadores: regime de direito e estabilidade política e legitimidade, para que assim, a qualidade da participação que por sua vez incidem em engajamento comunitário, através do compromisso, confiança e confiabilidade, elementos que geram e fortalecem a ideia de “poder” essencial no exercício do poder-dever da gestão compartilhada, possa melhorar a participação e com isso, legitimar a governança ambiental. Foi possível perceber que o planejamento incide numa reorganização cultural e de cidadania, onde a coletividade aponta para o potencial que as redes sociais detêm para capitalizar atores em diversas categorias e níveis de participação para elaborar, executar e monitorar estruturas adaptáveis de governança ambiental. Destacando-se a necessidade de governança ambiental como uma política de planificação que busca equilibrar toda a atividade econômica no sentido de atender as demandas oriundas das necessidades percebidas e adotadas na própria comunidade, com responsabilidade social e ambiental.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cruz N. F. & Marques, R. C. (2011). Índice de governança municipal: utilidade e exequibilidade. In *CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*, VIII, Instituto Nacional de Administração – INA.
- Kaufmann, D., Kraay, A., & Mastruzzi, M. (2010). *The Worldwide Governance Indicators: methodology and analytical issues*. World Bank Policy Research Working Paper n. 5430.
- Rodrigues, M.I.V. (2014). *Os princípios da governança e as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável*. 213fls. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, Ceará.
- Sousa, M. C (2005). Sustentabilidade da agricultura familiar em assentamentos da reforma agrária no Rio Grande do Norte. *Rev. Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 36, n. 1, 96-120.

## THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA

---

Knowledge, innovation and human capital | Conhecimento,  
inovação e capital humano

## Actors, roles and interactions in agricultural innovation networks: the case of the portuguese cluster of small fruits

Lívia Madureira

CETRAD - University of Trás-os-Montes e Alto

lmadurei@utad.pt

Artur Cristóvão

CETRAD - University of Trás-os-Montes e Alto

Dora Ferreira

CETRAD

Timothy Koehnen

CETRAD - University of Trás-os-Montes e Alto

### ABSTRACT

The idea underpinning EIP-AGRI of linking producers and users of knowledge and promoting their interaction around problem-solving is well grounded on the evidence provided by the ‘innovation systems’ and related literature. Evidence gaps that matter to the implementation of the EIP-AGRI activities comprise the lack of knowledge regarding the best-fitted network configuration for different farming systems and farming styles, and the nature and effectiveness of a facilitator function and role to bridge communication between researchers and farmers. This paper contributes to fill the evidence gap regarding the networks configuration best-fitted for different farming system and farming styles and provide insights on the facilitator relevance and its desirable profile, build on the evidence collected for a concrete network: the Portuguese Cluster of small fruits (CSF). The small fruit sector is a novel sector in Portugal that has attracted in the recent years a large number of new investors, in particular newly-established small-scale inexperienced producers. The insights provided by the CSF analysis emphasises that agglomeration economies based networks, which are very important in some agricultural sectors (e.g. fruit, wine) and in countries or regions where small-scale farm is significant, can in fact be the ground for knowledge and innovation networks in the sense wanted by the EIP-AGRI, since inclusiveness and facilitation functions are accounted for properly.

**KEYWORDS:** agriculture, knowledge and innovation networks, agricultural knowledge and innovation systems, clusters, EIP-AGRI.

### 1. INTRODUCTION

Innovation has been placed at the heart of the Europe 2020 strategy for growth and jobs (CEC, 2013). The European Innovation Partnerships (EIPs) are an innovative tool launched recently by the European Union (EU) to tackle major societal challenges that look for solutions by building on the networking and interaction between actors from the research chain and the innovation players. The EIP on agricultural sustainability and productivity (EIP-AGRI) is one of the five EIP launched by the EU. The EIP-AGRI (EU SCAR, 2013) relies on the innovation systems theoretical approach (Lundval, 1992; Cooke *et al.*, 1997; Audretsch, 1998; Asheim, 1999) that envisages innovation as a part and as well as the result of interactive learning processes involving multiple actors. Within this approach, multi-actors knowledge networks are the ground for innovation processes taking place at the territorial level. EIP-AGRI activities focus on enhancing the network of producers and users of knowledge, which includes farmers,



researchers, advisors, business and other individual and collective actors whose interaction generates ‘new insights and ideas, and mobilise existing tacit knowledge into focused solutions’ (EU SCAR, 2013, p. 25). Hall (2009) endorses the importance of incremental innovation focused on problem solving or the constant minor adjustments and improvements that farmers make to succeed.

The link between networking behaviour of firms from all economic sectors, including the primary sector, and their innovative performance has been established by the literature (e.g., Pittaway *et al.*, 2004; Ritter & Gemünden, 2003; Nieuwenhuis, 2002). In addition, the research on the ‘innovation systems’ highlights the importance of the partner diversity to the innovative capacity of the networks. Research on the agricultural innovation systems emphasizes as well the critical role of actor’s heterogeneity (Wood *et al.*, 2014; Eastwood *et al.*, 2012; Oreszczyń *et al.*, 2010), and defines innovation as an outcome of open-ended interactions among various actors combining knowledge from many different sources (Wood *et al.*, 2014; Klerkx *et al.*, 2010; Conroy, 2008; Klerkx & Leeuwis, 2008).

Therefore, the idea underpinning EIP-AGRI of linking producers and users of knowledge and promoting their interaction around problem-solving is well grounded on the evidence provided by the ‘innovation systems’ and related literature. Evidence gaps that matter to the implementation of the EIP-AGRI activities comprise the lack of knowledge regarding the best-fitted network configuration for different farming systems and farming styles, and the nature and effectiveness of a facilitator function and role to bridge communication between researchers and farmers.

The FP7 EU project PRO AKIS encompassed among their goals exploring and identifying the possibilities, conditions and requirements of agricultural and rural innovation networks that constitute examples for the EIP-AGRI. A set of four case studies for in-depth analysis was selected across different European countries. This paper focus on the Portuguese Cluster of small fruits (CSF), one of the networks selected by the PRO AKIS project, given that it offered useful insights on how to design and to develop knowledge and innovation networks able to cope with inclusiveness challenges.

## 2. THE CASE STUDY

The introduction and expansion of the small fruit sector in Portugal is quite recent. It was launched in the nineties, while its overwhelming expansion occurred in the recent years: the sector grew from a few hectares in 2009 to 1,150 in 2015. Its recent explosion is largely due

to the investment by new farmers, supported by EU funding to help young farmers settle into their production chain. Unemployment and the lack of opportunities in other areas that result from the economic crisis in the Southern European countries attracted hundreds of young (under forty years old) farmers, often searching for a new life-style as well. They are mostly highly educated individuals, but with little or no experience in the farming sector.

The Portuguese Cluster of small fruits (CSF) was launched in 2013, resorting to public funding to agglomeration economies (creation of sectoral clusters). It was led by a sectoral association, which is the main network facilitator along with other three partners. It is a multipurpose network focused on the berry sector organization at national level. Its major concern is to ensure the sector's competitiveness and sustainability. Knowledge and innovation are key factors to achieve these goals, given the huge knowledge and information gaps in the sector caused by its novelty and lack of tradition along with the entry into the sector of hundreds of small and inexperienced producers.

Therefore, the CSF is mainly a knowledge and innovation multi-actor network with a singular configuration: it tries to benefit from the know-how and expertise of experienced pioneer producers, while transferring it to the less or no-experienced producers in the central-northern sub-region. The former producers, which are mostly located in the Southern sub-region of the country, have already well-established informal and transnational knowledge exchange networks. Hence, the study of the CSF offers an opportunity to understand the role of clusters as a tool for clustering knowledge generation and diffusion beyond a localised level (Porter, 2000). In addition, this network presents the opportunity to understand how extra-cluster knowledge exchange and learning can determine the success of intra-cluster flows (Guilianni & Bell, 2005).

The CSF is a horizontal nationwide network; its coordination structure comprises the main facilitators of knowledge sharing and diffusion processes. It is composed of both experienced and inexperienced producers and a diversified set of other actors, such as: private agricultural advice companies, independent consultants, several FBOs (cooperatives, farmers' groups and associations), up and downstream industry firms, among others.

By being an export commodity (its domestic consumption is recent and still residual), berry production need to be concentrated to attain export scale. This situation originated a dynamics for agglomeration economy, although it also entailed in the central-northern sub-region an increasingly large number of small and fragmented organizations, such as producer groups, farm-based small firms and other business models in general that are also offering

technical advice to their members and/or selling advisory services to other producers. Hence, this network offers a good example for EPI-AGRI, given that it has been created to overcome the sector challenges regarding its productivity and sustainability, which underpin its competitiveness within the global markets, and to address simultaneously the risks faced by the sector competitiveness due to the massive entrance of the small-scale and inexperienced producers.

### 3. METHODS AND DATA COLLECTION

The methodological approach adopted for data collection encompassed two phases. In the first phase, aimed at understanding and mapping the actors of the Portuguese small fruit sector, an exploratory study was carried out that included different steps from the collection and systematization of the latest news and events, taking place in the sector of small fruits, to the direct observation and participation of the researching team in some of those events, such as: meetings of producer groups, the Blueberry National Fair and sectoral workshops related to production and harvesting techniques.

During the second phase, the team of researchers participated in meetings involving the facilitators of the CSF. These meetings allowed for the collecting of information on the CSF foundation, previous informal networks and ties, understanding the facilitator's role and to identify and map all the actors involved in the network.

In the third phase, an exploratory-descriptive approach was chosen to gather information about the structure, content and dynamics of the network. For this phase, two different interview guides were constructed, and applied through questionnaires: one for the participants and the other for the facilitators. This script was also applied using a matrix to record relationships and interactions between actors and the flow of knowledge/information, whether in the process of creating, sharing or storing knowledge. These interviews took place on site, lasting on average 60 minutes and were set up by prior contact via email and telephone so that respondents were aware of the objectives of the study and the type of information to be collected. The sample selection distinguished the actors involved, according to the criterion 'role in the network' and contemplated the following groups: 'facilitators', 'suppliers of knowledge' and 'knowledge demanders'. The sample selection was random and ended as follows: three interviews with 'facilitators', nine interviews with 'suppliers of knowledge', and 24 interviews with small farmers ('knowledge demanders').

#### **4. RESULTS, ACTORS, ROLES, INTERACTIONS AND THE NETWORK CONFIGURATION**

The CSF players can be grouped into four major categories. There is a core group with four organizations that coordinates the network and includes their key facilitators.

A second group of members is a larger and more diverse one, encompassing independent producers, producer groups, small and medium firms of producers and others, cooperatives, farmer associations, private advisors, project developers and up and downstream firms, among others, which are direct or indirectly responsible for the knowledge, expertise and information supply. This group also includes regional agencies of the Ministry of Agriculture and, to a lesser extent, researchers and universities. The experienced pioneer producers (independent or members of profit and non-profit producer groups) stand out within this supply-side group. Our rough estimates suggest them to be around 15 people/organizations. The latter are vital to CSF insofar as they are the main knowledge and expertise suppliers, while being simultaneously innovation-led producers, ergo fundamental to encourage innovation processes within the network.

The third category of actors comprises the inexperienced producers. This is the largest group, with hundreds of producers, although not all of them participate in CSF activities. Among this group there are some active knowledge searchers, whereas the majority are apparently passive recipients of information.

The local governments and local development associations of central-northern region constitute the fourth group of actors in the SFC network. They act mainly as enablers and supporters, promoting the settlement of new producers, and acting as lobbyists in favour of the sector.

The network facilitators have a significant role in mobilising experienced producers, regarding whom inter-personal liaisons appear to be essential to ensure their participation. In fact, producers are motivated to participate in the network by their concern with safeguarding the (good) reputation Portuguese berries enjoy in the export market destinations. The inexperienced farmers are mobilised to participate by the intermediate facilitators, whose job is made easier by the former's acute needs for knowledge and skills to plant, cultivate and harvest the berries.

The learning activities promoted by the CSF mainly directed to the inexperienced and new-established producers include thematic workshops, open days, fairs and technical visits to 'best orchards', involving experienced pioneer producers as trainees tend to be very much valued by the former group of producers. This confirms that learning from/with the 'peers'

whom communicate knowledge and information in a common ground, built on empirical experience, facilitates the overcoming of the cognitive distances (Nooteboom, 2000), and enhances innovative behaviour by mimicking the innovation-led producers from the Southern sub-region.

## 5. CONCLUDING REMARKS

The study of the Portuguese CSF offers interesting insights on how to design and develop inclusive knowledge and innovation agricultural networks. It contributes to research gaps respecting the configuration and the facilitation role on this type of networks to enhance the farmer's innovative behaviour. The lessons learned are also relevant at the policy recommendations level, in particular respecting the operationalisation of the EIP-AGRI regional and local actions to be funded by the national RDP in the cases, such as the Portuguese, where the knowledge and advisory infrastructure is poor and fragmented (Knierim *et al.*, 2015; Madureira *et al.*, 2014) and where there might emerge the temptation to use temporary funding of networks to fill structural holes. It appears to be also useful in contexts where the farmers knowledge demand is high, for instance due to the presence of a substantial number of new-entrants in the sector and/or the investment in novel sectors, a situation that will tend to happen across Europe due to the dynamic in the consumers preferences, markets and the climate change.

The lessons learned can be summarised into the following:

- The CSF illustrates that the facilitator function is important and that it might assume different configurations: a) the bridging communication facilitators, brokering analytical and synthetically knowledge delivered by researchers; and, b) the facilitators that enable the bridge between different actors.
- Pioneers, best farmers or innovation-led farmers appear to be good bridging communication facilitators, in particular when networks are uneven respecting the knowledge needs and demands, such as the case of networks addressing the needs and demands of newly-established, novel sectors, small-scale and other farmer's populations or groups with limitations to access and to mobilise directly the scientific and technical knowledge.
- The inclusiveness can be a critical feature of knowledge and innovation networks focused on productivity and sustainability gains, such as the case of the OG designed under the EIP-AGRI framework, because when there is a segregation between

farmers with more access to scientific and technical knowledge and the ones that have less ability to do that, the goals of EIP-AGRI will be attained only in a limited level.

## ACKNOWLEDGMENTS

We acknowledge funding from the European Commission, 7th Framework Programme through the project PRO AKIS (Prospects for Farmers' Support: Advisory Services in European AKIS, <http://www.proakis.eu/>). This work does not necessarily reflect the view of the European Union and in no way anticipates the Commission's future policy in this area. This work is supported by: European Structural and Investment Funds in the FEDER component, through the Operational Competitiveness and Internationalization Programme (COMPETE 2020) [Project No. 006971 (UID/SOC/04011)]; and national funds, through the FCT – Portuguese Foundation for Science and Technology under the project UID/SOC/04011/2013.

## BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Asheim, B. (1999). Interactive learning and localised knowledge in globalising learning economies. *Geo Journal* 49, 345-352.
- Audretsch, D. (1998). Agglomeration and the Location of Innovative Activity. *Oxford Review of Economic Policy* 14, 18-29.
- Commission of the European Communities (CEC) (2013). *State of the Innovation Union 2012 - Accelerating change*. Commission of the European Communities, Brussels, COM (2013), 149 final.
- Conroy, C. (2008). "The nature of agricultural innovation", in Snapp, S. & Pound, B. (Eds.), *Agricultural Systems: Agroecology and Rural Innovation for Development*. Academic Press, San Diego, California.
- Cooke, P., Uranga, M. & Etxebarria, G. (1997). Regional Innovation Systems: Institutional and Organisational Dimension. *Research Policy* 26, 475-491.
- EU SCAR (2013). *Agricultural knowledge and innovation systems towards 2020 – an orientation paper on linking innovation and research*. Brussels.
- Giuliani, E. & Bell, M. (2005). The micro-determinants of meso-level learning and innovation: evidence from a Chilean wine cluster. *Research Policy* 34, 47-68.
- Hall, A. (2009). "Challenges to strengthening agricultural innovation systems: Where do we go from here?", in I. Scoones and J. Thompson (Eds.), *Farmer first revisited: Innovation for agricultural research and development*. Practical Action Publishing, Rugby.
- Hanneman, R. A. & Riddle, M. (2005). *Introduction to social network methods*. University of California, Riverside, CA. (published in digital form at <http://faculty.ucr.edu/~hanneman/>)
- Klerkx, L., Aarts, N. & Leeuwis, C. (2010). Adaptive management in agricultural innovation systems: The interactions between innovation networks and their environment. *Agricultural Systems* 103, 390–400.

- Klerkx, L. & Leeuwis, C. (2008). Matching demand and supply in the agricultural knowledge infrastructure: Experiences with innovation intermediaries. *Food Policy* 33, 260–276.
- Knierim, A., Boenning, K., Caggiano, M., Cristóvão, A., Dirimanova, V., Koehnen, T., Labarthe, P. & Prager, K. (2015). The AKIS concept and its relevance in selected EU member states. *Outlook on Agriculture* 44, 29–36.
- Lundvall, B. (1992). *National Innovation Systems: A Comparative Analysis*. Oxford University Press, Oxford.
- Madureira, L., Ferreira, D. & Pires, M. (2014). *Designing, implementing and maintaining (rural) innovation networks to enhance farmers' ability to innovate in cooperation with other rural actors. The berry networks in Portugal*. Report for AKIS on the ground: focusing knowledge flow systems (WP4) of the PRO AKIS project. December 2014. Online resource: [www.proakis.eu/publicationsandevents/pubs](http://www.proakis.eu/publicationsandevents/pubs).
- Nooteboom, B. (2000). Institutions and forms of coordination in innovation systems. *Organization Studies* 21, 915–939.
- Porter, M. E. (2000). Location, competition, and economic development: Local clusters in a global economy. *Economic Development Quarterly* 14, 15–34.
- Wood, B. A., Blair, H. T., Gray, D. I., Kemp, P. D., Kenyon P. R., Morris, S. T. & Sewell, A. M. (2014). Agricultural Science in the Wild: A Social Network Analysis of Farmer Knowledge. *PLoS ONE* 9(8): e105203. doi:10.1371/journal.pone.0105203.

## Do innovator farmers' capabilities affect the likelihood to be users of R&D services?

Rosmery Ramos Sandova  
Universitat Politècnica de València  
José María García Álvarez-Coque  
Universitat Politècnica de València  
Francisco Mas-Verdú  
Universitat Politècnica de València

### ABSTRACT

Innovation at the farm level is nowadays a core activity to face social challenges for the agricultural sector. The aim of this communication is confirming, through a case study approach, the effects of entrepreneurial attributes, innovativeness and human capital as innovator capabilities of farmers in a Spanish region (Valencian Community). The study was carried out in a regional context dominated by small and medium-sized farms, as conditions to allow us to distinguish farmers with similar patterns that we can identify as conditions to increase the likelihood to be users of R&D Services (RDS) and whose are not. Through logistic equation modeling we confirm that innovator capabilities, education level of farmers and holding size are conditions for RDS adoption. Our case study suggests a low rate of use of RDS, suggesting the need to pay attention to the barriers that limit the connection between farmers and the Agricultural Knowledge and Innovation System.

**KEY WORDS:** Market orientation, learning orientation, innovation attitude, SMEs farms, R&D services.

### 1. INTRODUCTION

Innovation at the farm level is nowadays at the core of policies proposed in order to face social challenges for the agricultural sector. This implies the need for the Agriculture Knowledge and Innovation System (AKIS) to increase its effectiveness in favor of innovating and non-innovating farms (EU SCAR, 2012). The lack of coordination among actors forming the AKIS hinders their capability to interact with farmers. Traditional KIBS<sup>80</sup>, such as research institutes and universities show low rates of use by the most entrepreneur farmers (Caputo *et al.*, 2002; Klerkx & Leeuwis, 2008; Leeuwis & Klerkx, 2008).

### 2. STUDY OBJECTIVE

Because the farming sector is still perceived as a valley-of-death of the innovation processes, this paper follows a case study approach that explores the farmers' innovation capabilities in a Spanish region (Valencian Community). The research question is about the conditions that involve a higher likelihood of become users of R&D services (RDS). A logit model was designed and estimated from primary data obtained from farmers' responses to a

---

<sup>80</sup> KIBS, term used for "knowledge intensive business services".



survey implemented for this research. Variables of the logistic equation included indices built through Likert scales, which describe the farmer's market orientation, learning orientation and innovation attitude. Also structural characteristics including education and age of farmers, and farm size, were controlled.

### 3. METHODOLOGY

Data collection and analysis were in accordance with the regional approach proposed. A survey was designed with the aim of investigating the innovative characteristics of the farming sector in the Valencia region. Data were collected from May to December of 2012 leading to a sample of 247 farmers, which were randomly selected (Table 1).

**Table 1:** Description of the sample

Variables	Frequency	Mean	Standard deviation
<b>Age</b>	247	48.16	11.40
<b>Education Level (*)</b>			
No professional training	115		
Technical / University degree	132		
<b>Gross Margin (*)</b>			
Over 50,000 EUR	16		
20,000 - 50,000 EUR	69		
10,000 - 20,000 EUR	79		
5.000 - 10.000 EUR	47		
Below 5,000 EUR	36		

N=247 farmer respondents.

(\*)Notes: Education Level and Gross Margin are reported in absolute frequencies.

In order to measure the use of RDS, a binomial variable was built to estimate a construct, composed by three variables measured through Likert scales: *“I usually take advice from research centers and universities”*, *“I take part in projects of research and innovation undertaken by public or private organizations”*, and *“I consult agricultural county offices to apply the best techniques”* (Segarra-Blasco & Arauzo-Carod, 2008; Schwartz & Hornych, 2010). A cluster process segmented the sample into two categories: Y=1, RDS user; Y=0, Non RDS user (Table 2). Through this technique we identified a total of 92 farmers as users of RDS and 155 farmers as non-users of RDS.

**Table 2.** Description of cluster segmentation from construct R&D services

Construct	Variables	User N=92			No User RDS N=155		
		Mean	Std. Dev	Std. Error Mean	Mean	Std. Dev	Std. Error Mean
<b>Market Orientation -MO</b> (Narver and Slater, 1990)	I follow the quality guidelines I receive from clients.	6.24	1.093	0.114	5.45	1.555	0.125
	My interest in quality grants me advantages over other holdings.	5.74	1.511	0.158	4.90	1.880	0.151
	Customer satisfaction is the main goal of my holding.	6.18	0.994	0.104	5.44	1.834	0.147
<b>Learning Orientation -LO</b> (Johnson et al., 1997; Hult, 1998; Calantone et al., 2002)	I like reading magazines or watching media about new crops or methods that I could introduce.	6.14	1.210	0.126	5.23	1.720	0.138
	I enjoy attending fairs, courses, or seminars to learn new ideas.	6.14	1.044	0.109	5.35	1.712	0.137
	When a new technique/product does not yield results, I analyze the causes of the failure.	6.09	1.023	0.107	5.39	1.630	0.131
<b>Innovation Attitude - IAT</b> (Venkatesh & Davis, 2000; Sophonthummapharn, 2009)	Adopting innovation is a useful decision.	6.12	1.098	0.114	5.28	1.650	0.133
	I value people that innovate.	6.28	1.083	0.113	5.78	1.378	0.111
	The people who are important to me believe that I should innovate.	5.51	1.456	0.152	4.44	1.809	0.145
	I am motivated to innovate.	5.39	1.791	0.187	4.14	2.167	0.174
	Innovations improve the results of my farm.	5.68	1.526	0.159	4.74	1.948	0.156
	Innovation is worth.	5.55	1.699	0.177	4.82	1.925	0.155

The functional equation of the model is the logistic function (1). A binomial distribution variable ( $Y_i$ ) was expressed as a function of independent variables built for constructs MO, LO, IAT ( $MO_i; LO_i; IAT_i$ ), which were also based on scales represented in Table 2. We also controlled for education level ( $Ed_L$ ) and farmers' age ( $Age$ ), as human capital conditions of our respondent; and total farm's gross margin ( $G_m$ ) to identify the firm size (2). The statistical analysis was performed using IBM SPSS Statistics 20.

$$P [Y = 1 | X_{1j}; \dots; X_{k,j}]; Y_i^* = \frac{1}{1 + \exp(-\sum_{i=1}^k \beta_1^0 X_{ij})} \quad (1)$$

$$Y_i = 1 \text{ if } Y_i^* > 0,50$$

$$i = 1; \dots; k$$

$$\sum_{i=1}^k \beta_1^0 X_{ij} = \beta_0 + \beta_1 MO_i + \beta_2 LO_i + \beta_3 IAT_i + \beta_4 Ed_L + \beta_5 G_m + \beta_6 Age \quad (2)$$

#### 4. RESULTS

The model evaluation just considering the dependent variable indicates a ratio of certainty of 62.8% that respondents were non-RDS users. The general regression model with all the explanatory variables displayed adequate goodness of fit indices for the logistic regression:  $-2 \log likelihood = 272,263$  and  $R^2 Nagelkerke = 0.267$  to explaining the variance of the dependent variable. Hosmer and Lemeshow measures, which explain the model capacity of prediction, indicate  $Chi - square = 6.482; df = 8; p - value = 0.563$ , indicate high level to non-significance which is an index to higher level of reliability for the logistic modelling (Hosmer & Lemeshow, 1980). The ratio of certainty increased around 8%, when the independent variables were added to the model (70.4%). The outcomes obtained indicate that the model fits the data with very high coefficients of determination in order to identify conditions that enable farmers to make use of RDS, except for the coefficient related to the farmer's age ( $p - value = 0.726$ ).

Measures for the odd ratios confirmed the relevance of the independent variables ( $MO_i; LO_i; IAT_i; Ed_L; G_m$ ) except for age ( $odd ratio = 1$ ) to explain an increase in the likelihood from farmers to be users of the RDS. The independent variable with larger effect on the logistic regression are education level ( $odd ratio = 2.435$ ) and the variable to define the farm size (total gross margin); in particular, the category group of holders with a gross margin level over 50,000 Euros showed a strong positive effect ( $odd ratio = 9$ ) on the likelihood of the event as a successful R&D services adoption.

#### 5. DISCUSSION

According Gellynck *et al.* (2015), the positive relationship between innovative entrepreneurial orientation and innovative farmers' capacities is enhanced by knowledge absorption. Ton *et al.* (2015) suggest that agricultural innovation is not only about adopting new technologies, but also about improving the balance between technical practices and alternative ways of organizing. In our study, MO and LO were identified as organizational conditions that increase the likelihood of a farm to be a RDS user.

Regarding structural characteristics, a younger age of farmers did not appear a significant enhancer of RDS use. Nevertheless, higher education degrees appear to increase the probability of using RDS. This is consistent with Läßle *et al.* (2015) that underline, in a small farm context, the relevance of higher education for improving the farmers' ability to process new information and adapting knowledge in a more effective way.

MO and LO are clearly a baseline for innovativeness (IAT), and high level of education on farmers and larger sizes favor RDS use, a significant number of firms in the sample are not RDS users, even for qualified farmers and the larger holdings. This opens the discussion on the way the AKIS is designed to improve the balance between needs and expectations. Dogliotti et al. (2014), in their research about co-innovation on family and small farms, concluded that the role of the extension service agents should depart from mere consultants, and adapt to learning processes where farmers and technical advisers exchange and collaborate. Once evaluated the role of structural and organizational variables as made in this paper, further research is needed to identify barriers that limit farmers participation in the innovation ecosystem.

#### ACKNOWLEDGEMENTS

We wish to thank the Project AGL2015-65897-C3-3-R, for its support for this research.

#### BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Calantone, R. J. Cavusgil, S.T. & Zhao, Y. (2002). Learning orientation, firm innovation capability, and firm performance. *Industrial Marketing Management* 31, 515-524.
- Caputo, A.C., Cucchiella, F., Fratocchi, L., Pelagagge, P.M. & Scacchia, F. (2002). A methodological framework for innovation transfer to SMEs. *Industrial Management & Data Systems* 102 (5), 271-283.
- Dogliotti, S., García, M.C., Peluffo, S., Dieste, J.P., Pedemonte, A.J., Bacigalupe, ... & Rossing, W.A. (2014). Co-innovation of family farm systems: A systems approach to sustainable agriculture. *Agricultural Systems* 126, 76-86.
- EU Standing Committee on Agricultural Research. (2012). Agricultural knowledge and innovation systems in transition – a reflection paper, Brussels. DOI: 10.2777/34991
- Gellynck, X., Cárdenas, J., Pieniak, Z. & Verbeke, W. (2015). Association between Innovative Entrepreneurial Orientation, Absorptive Capacity, and Farm Business Performance. *Agribusiness* 31 (1), 91-106.
- Hosmer, D. & Lemeshow S. (1980). A goodness-of-fit test for the multiple logistic regression model. *Communications in Statistics* A10, 1043-1069.
- Hult, G.T. (1998). Managing the international strategic sourcing process as a market-driven organizational learning system. *Decision Sciences* 29 (1), 193– 216.
- Johnson, J.D., Meyer, M.E., Berkowitz J.M., Ethington, C.T. & Miller, V.D. (1997). Testing two contrasting structural models of innovativeness in a contractual network. *Human Communication Research* 24 (2), 320–348.
- Klerkx, L. & Leeuwis, C. (2008). Establishment and embedding of innovation brokers at different innovation system levels: Insights from the Dutch agricultural sector. *Technological Forecasting & Social Change* 76, 849–860.
- Läpple, D., Renwick, A. & Thorne, F. (2014). Measuring and understanding the drivers of agricultural innovation: Evidence from Ireland. *Food Policy* 51, 1–8.
- Leeuwis, C. & Klerkx, L. (2008). Matching demand and supply in the agricultural knowledge infrastructure: Experiences with innovation intermediaries. *Food Policy* 33, 260-276.

- Narver, J.C. & Slater, S.F. (1990). The effect of a market orientation on business profitability. *Journal of Marketing* 54 (4), 20-35.
- Schwartz, M. & Hornych, C. (2010). Cooperation patterns of incubator firms and the impact of incubator specialization: Empirical evidence from Germany. *Technovation* 30, 485-495.
- Segarra-Blasco, A. & Arauzo-Carod, J. (2008). Sources of innovation and industry-university interaction: evidence from Spanish firms. *Research Policy* 37, 1283-1295.
- Sophonthummapharn, K. (2009). The adoption of techno-relationship innovations. A framework for electronic customer relationship management. *Marketing Intelligence & Planning* 27, 380-412.
- Ton, G., Klerkx, L., de Grip, K. & Rau, M. (2015). Innovation grants to smallholder farmers: Revisiting the key assumptions in the impact pathways. *Food Policy* 51, 9-23.
- Venkatesh, V. & Davis, F. D. (2000). A Theoretical Extension of the Technology Acceptance Model: Four Longitudinal Field Studies. *Management Science* 45 (2), 186-204.

## Educação no campo: a experiência do Semiárido Brasileiro

Marta Maria Aguiar Sisnando Silva

Banco do Nordeste do Brasil  
marta\_aguiar8@hotmail.com

Patricia Verônica Pinheiro Sales Lima

Universidade Federal do Ceará  
pvpslima@gmail.com

Francisco Casimiro Filho

Universidade Federal do Ceará  
casimiro@ufc.br

Cleycianne de Souza Almeida

Universidade Federal do Ceará  
cleyalmeida@gmail.com

### RESUMO

O artigo analisa a experiência do Semiárido Brasileiro com a Educação no Campo como modalidade de ensino na educação formal. Busca-se entender o papel da escola na ruptura de uma estrutura curricular que reproduz informações que não representam a realidade rural. A partir de pesquisa documental e levantamento bibliográfico é feita uma discussão sobre a importância da educação no campo para a população rural, seguida de relatos de experiências da educação contextualizada. Ainda é feita uma análise quantitativa da presença da modalidade de ensino Educação no Campo nos planos municipais de educação nas cidades da região. Os resultados mostram que, apesar da mobilização percebida nas últimas décadas, das mudanças na alfabetização de adultos e da existência de material didático específico, em substituição aos livros importados de outras regiões do país, a educação contextualizada nas escolas do Semiárido rural ainda está longe de ser alcançada, havendo retrocessos em alguns municípios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capital humano, Semiárido Brasileiro, Educação Contextualizada.

### 1. INTRODUÇÃO

O semiárido brasileiro costuma ser descrito como a região mais frágil e vulnerável do Brasil, cuja maioria da população rural, apresenta elevados índices de analfabetismo, retrato de um modelo de educação formal que desvaloriza o espaço rural. As políticas educacionais implementadas na região centraram-se, por muitos anos, de forma equivocada, na importação de experiências nem sempre adaptáveis à realidade local. Consequentemente, as escolas atuantes no semiárido, especialmente as rurais, apresentam qualidade questionável e pouco contribuem para uma mudança do cenário socioeconômico e ambiental.

Neste contexto, experiências de implementação de um ensino contextualizado vêm sendo colocadas como proposta de educação ancorada no saber e na prática dos moradores, levando em conta suas potencialidades socioculturais, econômicas e ambientais. É o caso da Educação no Campo, que não é citada diretamente na Constituição Federal Brasileira, mas é tratada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – a qual orienta as escolas rurais a adaptarem

seus currículos de modo a se adequarem às necessidades e expectativas dos moradores de áreas rurais. Este artigo objetiva analisar a experiência do Semiárido Brasileiro com a Educação no Campo como modalidade de ensino na educação formal.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A importância da educação no campo é analisada a partir de um levantamento das experiências observadas nas áreas rurais do Semiárido Brasileiro, realizado a partir de consultas a documentos públicos, periódicos científicos, bancos de dissertações e teses. Optou-se pelo Semiárido Brasileiro porque a educação contextualizada na região é quase inexistente e não são percebidos avanços no sentido de estimular a disseminação de conhecimentos aplicáveis à realidade da população rural, os quais poderiam ser úteis na construção de um comportamento voltado para o uso racional dos recursos naturais tão vulneráveis às condições socioeconômicas e climáticas locais.

Os dados foram coletados e sistematizados de modo a fomentar uma discussão sobre a importância da educação no campo para a população rural, seguida de relatos de algumas das principais experiências da educação contextualizada no semiárido. Além disso, foi feita uma análise quantitativa da presença da modalidade de ensino Educação no Campo nos planos municipais de educação dos municípios da região.

## 3. RESULTADOS

A Educação no Campo pode ser definida como um processo de ensino-aprendizagem que valorize a identidade e a cultura dos povos do campo, numa perspectiva de formação humana e de desenvolvimento local sustentável. Em outras palavras, uma educação a partir do campo e para o campo na contra mão do senso comum. Esse processo de ensino defendido pelos movimentos sociais, em especial pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), requer a desconstrução de padrões, preconceitos e injustiças no sentido de reverter as desigualdades educacionais que fazem parte da história entre o campo e a cidade. Trata-se de uma educação contextualizada, a qual está ancorada na realidade e nas práticas, cultura e costumes dos povos, como metodologias, conteúdos, currículos, educadores e educadoras, didáticas e estruturas apropriadas à região, considerando suas potencialidades socioculturais, econômicas e ambientais, ou seja, uma transformação político-pedagógica (Andrade & Queiroz, 2009).

A educação contextualizada no semiárido tem-se manifestado em algumas práticas de convivência disseminadas entre a população. Muitas iniciativas dialogam com a temática. É o caso do Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido – Uma Terra e Duas Águas (P1+2), Projeto Dom Hélder Câmara. Destacam-se, ainda, vivências adquiridas em experiências como: práticas agroecológicas, sistemas agrossilvopastoris, produção de mel, quintais produtivos, mandalas, bancos de sementes, as quais agem como processos emancipatórios de expansão da capacidade criadora da população local (Silva, 2007). As iniciativas citadas, e outras tantas, são o resultado do protagonismo de agentes que atuam no semiárido com o propósito comum de promover o desenvolvimento local em bases sustentáveis. O Quadro 1 apresenta atores relevantes nesse processo, cuja ação tem favorecido, direta e indiretamente, a difusão da educação contextualizada na região.

**Quadro 1:** Agentes facilitadores da educação contextualizada no Semiárido Brasileiro

<b>Agente difusor</b>	<b>Atuação</b>
Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB)	Intuito de elaborar propostas de políticas públicas no campo educacional e desenvolver ações que possam contribuir com a melhoria da qualidade do ensino e do sistema educacional PÚBLICO do semi-árido brasileiro
ASA - Articulação Semiárido Brasileiro	Gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. Sua missão é fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciados em valores culturais e de justiça social.
Serta – Serviço de Tecnologia Alternativa	Formar jovens, educadores/as e produtores/as familiares por meio da Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (Peads), metodologia que trabalha com sistemas formais e não-formais de educação na perspectiva de mobilização social e construção de bases tecnológicas e sociais que o desenvolvimento sustentável requer.
Caritas	Mobilização e organização comunitária; formação técnica e política para o desenvolvimento local sustentável; implementação de obras hídricas (cisternas, pequenas barragens, perfuração de poços) e de projetos produtivos (criação de pequenos animais, lavouras coletivas, hortas medicinais, entre outros). A entidade atua também na formação de educadores/as e comunidades para a educação contextualizada à região, valorizando os saberes e as culturas locais.
RECASA – Rede de Educação Contextualizada para o Agreste e Semiárido	Ações são voltadas para implementações de propostas que fortaleça a educação para convivência e sustentabilidade local. Objetivos Fortalecer as ações coletivas de implantação da Proposta de educação para convivência com o semi-árido nos municípios abrangentes; Desenvolver processo de formação continuada em educação contextualizada para os educadores envolvidos; Mobilizar a sociedade em geral para tornar a proposta de educação para convivência com o semi-árido em política pública. Buscar assessoria para elaboração dos PME'S com enfoque na Educação Contextualizada.

Fonte: Elaborado pelos autores.



Ainda no âmbito da educação contextualizada observa-se que a população do Semiárido Brasileiro, principalmente a que vive na zona rural, apresenta os mais elevados índices de analfabetismo do país, retrato do quadro de exclusão social que castiga a região e resultado do modelo de educação desenvolvido, especialmente no âmbito do ensino formal, que desvaloriza o espaço rural e as relações sociais ali estabelecidas, conduzindo a uma baixa autoestima desse povo e construindo culturalmente o êxodo rural e a descrença da viabilidade de se poder desfrutar de uma vida digna no semiárido. Iniciativas de educação popular e educação do campo são alternativas para dar sentido aos processos de ensino-aprendizagem no campo.

A Resolução CNE/CEB nº 1/2002, dispõe sobre educação do campo constituindo-se um marco inicial, admitido pelo Estado, de construção de um novo paradigma para a educação do meio rural, destacando-se (MUNARIM, 2011):

- a) Universalização - garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico.
- b) Diversidade – As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade [...], contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.
- c) Formação dos professores e organização curricular – necessidade de uma nova postura, por parte da escola, diante da diversidade dos educandos e dos demais sujeitos que vivem no campo, que não são bancos depositários nem sujeitos passivos.
- d) Sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável – direcionamento das atividades curriculares e pedagógicas para um projeto de desenvolvimento sustentável.
- e) Gestão democrática e controle social – a participação efetiva da comunidade, na forma de organizações de sujeitos coletivos do campo.

A educação do campo deve se nortear por princípios que considerem as especificidades, vitalidade, cultura e diversidade do meio rural, conforme preceitua o Decreto Presidencial nº 7.352 de 04.11.2010 (BRASIL, 2010), Art. 2º que define que são princípios da educação do campo: I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia; II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho; III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das

escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo; IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e, V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

As 1.133 prefeituras do Semiárido Brasileiro podem contribuir para a implementação da Educação no Campo nas escolas municipais por meio de mecanismos de gestão da educação. Dentre estes, o Plano Municipal de Educação (PME) deve estar integrado à realidade do município e contemplar as necessidades educacionais dos cidadãos, o que transcende a oferta de vagas ou garantia da universalização do ensino. O PME deve definir focos e estabelecer as diretrizes e metas para a educação sendo, portanto, um documento orientador das ações a serem implementadas. No entanto, como pode-se notar por meio da Tabela 1, a sua presença é observada em apenas 61,3% dos municípios do semiárido, apesar de se tratar de uma exigência prevista na Lei Federal nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE). Adicionalmente, nota-se que é ainda menor o percentual de municípios que incluem a modalidade de ensino Educação no Campo no Plano Municipal de Educação.

**Tabela 1:** Mecanismos de gestão municipal da educação nos municípios do Semiárido. Ano base – 2011

Unidade da Federação	Total de municípios da Unidade da Federação	Número de municípios inseridos no Semiárido	Proporção de municípios com Plano Municipal de Educação (%)	Proporção de municípios com Inclusão da Modalidade Educação Ambiental no Plano Municipal de Educação (%)
Alagoas	102	38	28,9	15,8
Bahia	417	265	40,8	22,8
Ceará	184	150	91,3	25,3
Minas Gerais	853	85	88,2	10,0
Paraíba	223	170	44,4	18,9
Pernambuco	185	122	81,8	52,9
Piauí	224	127	58,6	13,3
Rio Grande do Norte	167	147	72,6	26,0
Sergipe	75	29	27,6	6,9
Semiárido Brasileiro	-	1.133	61,3	38,5

Fonte: Elaborada pelos autores

#### 4. CONCLUSÕES

A Educação no Campo apresenta particularidades que a colocam como uma estratégia para o desenvolvimento sustentável rural do semiárido brasileiro. Essa percepção já pode ser

identificada em muitas das práticas de convivência com o semiárido as quais são implementadas por instituições atuantes em nível governamental e não governamental. Essas práticas têm sido exitosas e refletem em sua essência o saber e a riqueza cultural da população local. No entanto, há muito a ser feito no âmbito da educação formal. De um modo geral existe um ambiente desfavorável às mudanças necessárias à implementação da Educação no Campo nas escolas, apesar da legislação pertinente. O governo municipal como ator mais próximo da população e responsável pelo seu bem estar, encontra-se omissivo na implementação de mecanismos de gestão da educação o que agrava a condição de precariedade das escolas locais e tem desdobramentos que afetam a inserção da Educação no Campo nos currículos escolares. Por fim, entendemos que a Educação no Campo institucionalizada como modalidade de ensino, é um meio consistente de construção do saber ambiental e de conscientização das pessoas, bem como de disseminação desta tomada de consciência a partir das gerações presentes e entre as futuras gerações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, F. L. de & Queiroz, P. V. M. (2009). “Articulação no semiárido Brasileiro – ASA e o seu Programa de Formação e Mobilização e para Convivência com o Semiárido: A Influência da ASA na Construção de Políticas Públicas”, in *Políticas públicas para o semiárido: experiências e conquistas no Nordeste do Brasil*. Fundação Konrad Adenauer, Fortaleza, pp. 26-53.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (2010). *Decreto no. 7.352, de 04 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Diário Oficial da República do Brasil. Brasília, DF, sessão 1, 05 nov. 2010.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). (2008). Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. *Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo*. Diário Oficial da União, Brasília, v. 81, Sessão 1, p. 25.
- Munarim, A. (2011). Educação do Campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21. *Em Aberto*, Brasília, v. 24, n. 85, p. 51-63.
- Silva, R. M. A. da. (2007). Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza. v. 38. n. 3. jul./set.

## Experiências camponesas de convivência com a semi-aridez no *Curimataú Paraibano*, Nordeste, Brasil

Arlide Franco Alves

IFPB/João Pessoa

alves@ifpb.edu.br

Elaine Terezinha Dambrosio

IFPB/João Pessoa

elainedambrosio3@gmail.com

### RESUMO

Ao enfatizar as explorações familiares camponesas não apenas como sistemas de produção agrária com função meramente econômica, mas como um sistema sócio-cultural amplo, que reafirma a característica de uma unidade agrícola familiar com uma peculiar realidade sócio-cultural e política, pois, sendo uma organização constituída pelas famílias rurais, que convivem com a biodiversidade tropical, propicia o desenvolvimento de ‘paisagens’ sociais e culturais próprias. Esses elementos do conhecimento dos camponeses adquiridos ao longo da história de ocupação do semiárido brasileiro são fundamentais para a elaboração do que hoje está sendo chamado de *convivência* com a semi-aridez, em contraposição com a ideologia do “combate” as secas, que serviram de base para a política hídrica para a região Nordeste do Brasil. Nesse contexto, a discussão se insere no debate da área temática “*Conhecimento, inovação e capital humano*” do XI CIER 2016, permitindo-nos apresentar a experiência investigada durante a realização da pesquisa de tese sobre a multifuncionalidade da agricultura no território do *Curimataú paraibano*. É, pois, um recorte de um dos elementos debatidos – a *convivência* com o ambiente da semi-aridez – relacionado com o processo de reprodução social dos camponeses desse território, pautado por vez no princípio da solidariedade e da participação coletiva dos agricultores familiares. Isso veio demonstrar a outra face das relações sociais, ou seja, das relações de autonomia, frente às persistentes relações de dominação e de poder, representadas, na maioria das vezes, pelos próprios poderes instituídos (do Estado). Portanto, através de tecnologias rurais adaptadas à gestão dos recursos hídricos (forrageiras adaptadas a semi-aridez, cisternas de placas, tanque de pedra, barragens subterrâneas, etc.), mantém-se a perspectiva da sustentabilidade dos camponeses.

**PALAVRAS-CHAVE:** Famílias Camponesas, Convivência com a semi-aridez, Relações de autonomia.

### 1. INTRODUÇÃO

Com o intuito de contribuir ao debate das soluções destinadas a melhoraria da vida dos camponeses, bem como avançar na compreensão de sustentabilidade no semiárido brasileiro, apresenta-se um recorte de experiência estudada no *Curimataú Paraibano*. Trata-se de exemplos de convivência com a semi-aridez, contrapondo-se a concepção de combate à seca, voltadas a demonstrar que a agricultura pode cumprir outros papéis, além daqueles, nomeadamente concebidos pela lógica capitalista - o econômico e o de segurança alimentar.

Assim, o presente artigo está dividido em cinco segmentos: primeiro um breve destaque dos aspectos ambientais e a construção do processo de adaptação ao ambiente de semi-aridez; na sequência, a demonstração prática de algumas exitosas experiências de convivência nesse distinto e diversificado ambiente rural; depois apontamentos metodológicos sobre o

desenvolvimento empírico da pesquisa; por fim, discussões em torno da estrutura dos estabelecimentos em relação ao meio ambiente, levando-se em conta a diversidade de atividades produtivas e alternativas de autonomia camponesa.

## 2. ASPECTOS AMBIENTAIS: O SEMIÁRIDO E O PROCESSO DE CONVIVÊNCIA

A vida do homem no Nordeste brasileiro, particularmente nas duras condições semiáridas do *Curimataú Paraibano*, pressupõe um conjunto amplo de atividades que compõe um *continuum* de características essenciais à existência humana, relacionadas com o meio físico – a terra – e seus recursos naturais: recursos hídricos, flora e fauna. Para isso, o homem criou na região seus sistemas agropastoris, os quais lhe permitem a reprodução da família e de sua cultura material e imaterial, a produção de parte de seus instrumentos de trabalho e *meios de produção*, assim como a parte cultural: danças, músicas, lendas, etc.

É importante esclarecer que não estamos diante de um processo amorfo, pautado num fluxo de interações *ser humano – natureza*, que envolva, simplesmente, ações de *inserção e acomodação ao meio*, mas diante de um conjunto de afinidades produzidas pelas *relações sociais* de dominação, de um lado, e a busca de uma autonomia, mesmo que social e politicamente precárias, de outro. Assim, o homem dessa região, em busca da autonomia, tem desenvolvido uma cultura material – sua tecnologia – que aponta, não no sentido da transformação da natureza ou na criação de uma “outra natureza”, como costumam dizer alguns economistas rurais, mas na busca de uma adaptação ao ecossistema em que se trabalha e se vive (Alves & Malagodi, 2007).

A importância da convivência com a semi-aridez pode ser evidenciada quando da realização da tese (Alves, 2009) relacionada ao desenvolvimento rural, utilizando o marco teórico da multifuncionalidade da agricultura, comprovando, de fato, que é preciso acostumar-se com os efeitos da seca, através de ações que dimensionem as atividades produtivas em sintonia com as características edafoclimáticas. Ou seja, ênfase às práticas de convivência, e apontamentos sobre a importância da agricultura camponesa no contexto das rupturas e limites técnicos, socioeconômicos, ambientais e políticos concebidos pelo modelo vigente/dominante.

Nos dados oficiais e produções acadêmicas acerca do semiárido e da dinâmica social aí presente, encontramos uma gama de referências sobre a realidade ambiental; algumas relacionadas às questões produtivas, outras tantas à problemática ocupacional do espaço, mas, no geral, a maioria tem como questão-chave “as secas” e todo o debate da problemática hídrica, que se encerra como o ‘fragilizadora’ desse complexo bioma e, logo, empecilho ao processo de

reprodução social. No entanto, o estudo veio revelar diferentes situações, muitas divergindo daquelas já descritas, demonstrando alternativas para “problemática das secas”.

A história tem-nos revelado que muitos projetos públicos, em sua maioria de cunho produtivista, adotados, sobretudo, a partir dos anos de 1960/70 do século passado, foram marcados pela ausência de participação dos beneficiários, impostos na forma pacotes tecnológicos prontos para os ‘atingidos pela secas’, permitindo dessa forma, muita ingerência político-partidária (Trier, 1995). Nesse mesmo sentido, posteriormente, para Sabourin & Trier (2003) as políticas públicas da água no Nordeste, como um todo, demonstraram, pelo menos, no decurso do Século XX, uma atuação pontual, coincidente com os períodos de seca, ao invés de ser uma política permanente de práticas e alternativas duradouras.

Para equacionar o “problema”, Suassuna (2007) defende que os gestores públicos tenham um maior conhecimento da realidade regional, sobretudo no que se refere ao processo de aprendizado com a diversidade da natureza desse ecossistema, concebendo que a semi-aridez tem suas vantagens, desde que explorada corretamente, trazendo bons benefícios econômicos e sociais para os habitantes da região. Esse enfoque é o que constitui, fundamentalmente, o atual programa de trabalho do INSA<sup>81</sup>, sediado em Campina Grande-PB.

De modo semelhante, Alves e Malagodi (2007) concebem essas práticas de convivência como “um conjunto de atividades que compõem uma relação de um ser (o homem) com os demais seres, desse mundo, que podemos chamar de bioma Caatinga...”. É dessa relação que surge uma construção coletiva de bens materiais e imateriais; um conjunto de atividades, cuja base é o estabelecimento da convivência com semiárido. Para tanto, ao lado deste labor, que é, ao mesmo tempo, tradicional e sempre redefinido, cabe registrar o surgimento de novos atores no meio rural (sindicatos, ONGs, articulações de gênero, redes, etc.), que transforma as práticas de convivência em referências coletivas, publicamente reconhecidas.

### **3. CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: IDÉIAS E PRINCÍPIOS CONSTRUINDO OPORTUNIDADES**

Historicamente as relações homem–natureza no âmbito do semiárido sempre estiveram mediadas por um ideário de “dominação” das adversidades ambientais. Diz-se isso, reportando-se a trajetória das políticas de gestão da “problemática” hídrica do semiárido brasileiro,

---

<sup>81</sup> Instituto Nacional do Semiárido. É uma Unidade de Pesquisa integrante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e tem por missão viabilizar soluções interinstitucionais em ações de pesquisa, formação e difusão de C,T&I a partir das potencialidades socioeconômicas e ambientais da região, subsidiando a formulação de políticas públicas para a convivência sustentável com o Semiárido brasileiro.

especialmente para aqueles residentes na área rural, que também dependem da água para a reprodução de suas atividades.

Diante disso e decorrente de pressões locais, por assistência, durante os períodos de estiagem, o marco político de ação face à seca foi em 1909, com a criação do Instituto de Obras Contra as Secas, reestruturado em 1945 como DNOCS<sup>82</sup>, com o intuito de “perenizar” ações de combate às secas. Anos depois, em 1953, surge o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, propondo políticas específicas ao Semiárido. Em 1959, é criada a SUDENE<sup>83</sup>, para coordenar as políticas e programas de Desenvolvimento do Nordeste. Por fim, nas décadas de 1970 e 1980, com a implantação da “modernização” da agricultura brasileira, vieram inúmeros projetos<sup>84</sup> de “combate” as secas (Oliveira, 1977).

Em relação a esse rol institucionalizado de órgãos, criados com o argumento de enfrentamento aos “problemas das secas” e de ações de desenvolvimento é importante ater-se as considerações de Oliveira (1977, p. 24), que trata do assunto como tendo sido “a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital”, que utilizou o falso enfoque dos desequilíbrios regionais para justificar projetos, pautados na lógica de “combate” as secas. Para esse autor, trata-se de um modo de intervenção de um Estado, que de fato não foi “a presença de um Estado mediador, mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado [...] pelas formas mais adiantadas de reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização” imposta pela “modernização” da agricultura.

Posteriormente, inspirada em movimentos sociais de contestação das tradicionais políticas voltadas à região, especialmente, daquelas direcionadas aos “problemas decorrentes das secas” a ASA (2001) lança, a palavra de ordem: “Queremos uma política adequada ao Semiárido”! Essa crítica pautou-se em experiências locais, mostrando a viabilidade do semiárido. A ASA<sup>85</sup> consolidou-se como espaço de articulação política da sociedade civil, a partir da Declaração do Semiárido pautada em seis pontos: conviver com as secas; orientar os investimentos; fortalecer a sociedade civil; incluir mulheres e jovens; preservar, reabilitar e manejar os recursos naturais; e, buscar meios de financiamentos adequados.

<sup>82</sup> Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

<sup>83</sup> Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

<sup>84</sup> PIN Proterra e PROVALE (1971), Pólo Nordeste (1974), Pólo Sertanejo (1976), PROHIDRO (1979), PROVARZEAS (1981), Papp (1983), Projeto São Vicente (1986) e Projeto Padre Cícero (1988).

<sup>85</sup> A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede formada por organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida, voltadas a fortalecer a sociedade na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciados em valores culturais e de justiça social.

Na Paraíba, esses saberes e fazeres oriundos da agricultura familiar tem dado significativa parcela de contribuição à consolidação do processo de convivência com as dadas condições ambientais locais. Prova disso, relativamente recente, apontada na tese de Diniz (2007), ao resgatar esse conjunto de práticas e ações, o qual demonstrou que as mesmas passam a fazer parte de algumas políticas públicas, ao que chamou de “Experimentalismo Institucional”.

#### **4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A observação pautou-se na unidade agrícola, que se reproduz em regime de economia familiar (produção, reprodução e consumo) e desenvolvem processos biológicos diversos sobre a terra, atividades estas com diferentes significados socioculturais. Assim, a ênfase foi a de considerar, plenamente, os “modos de vida” dos camponeses, que incluem a produção da sua cultura e de sua vida comunitária. Por isso, o desafio metodológico foi o de fazer aparecer o ponto de vista dos camponeses e as idéias que os levam à construção social de múltiplas práticas, dentre as quais, nesse recorte, as ambientalistas.

A princípio, informações secundárias propiciaram traçar um perfil sócio-econômico da região e dos municípios da amostra. Para tanto, valeu-se de dados censitários. Utilizaram-se, também, dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural; por fim, com os agricultores das comunidades selecionadas, utilizou-se um questionário, com que se buscaram as informações e os dados que pudessem, de fato, indicar do que o ambiente rural é capaz de desempenhar. Assim, esse questionário pautou-se nos seguintes eixos temáticos: a) Dinâmica econômica e de reprodução da unidade familiar; b) Recursos naturais e meio ambiente; c) Identidade e condições de vida e trabalho; d) Relações como território e a paisagem rural.

#### **5. RESULTADOS E DISCUSSÕES DA ESTRUTURA RURAL EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE**

Os resultados apontam a forte presença de cisternas, especialmente as do tipo “placas”, em mais de 65% dos estabelecimentos pesquisados. Porém, quase 20% dos estabelecimentos, notadamente nos municípios de Algodão de Jandaíra e Olivedos, ainda não possuem esse tipo de reservatório d’água de longa duração. Possuem, porém, outros reservatórios, de menor capacidade de reserva (cisternas calçadão, tanques de cimento). Estes, por sua vez, são abastecidos pelos carros-pipa. Outros se abastecem de água ‘potável’ através de depósitos do tipo “Tanque de Pedra”, construídos aproveitando as formações naturais do terreno.



Em relação ao destino dos dejetos dos animais, as informações deram conta que grande parte dos estabelecimentos dá importância ao destino correto, ou seja, juntam em determinado local e aproveitam como adubo nos “roçados”, especialmente de milho, feijão e palma forrageira. Verificamos, ainda, que, apenas, dois estabelecimentos utilizam esses dejetos na produção de compostagem, igualmente, utilizada na lavoura. Sobre isso, cabe destacar um exemplo diferenciado em termos de sanidade da ambiência. Trata-se de um agricultor, que aproveita os dejetos, também, no funcionamento de um biodigestor do tipo “Chinês”.

Para Alves (2009) uma demonstração que os estabelecimentos familiares, independente do tamanho e objetivos produtivos, podem internalizar alternativas auto-sustentáveis. Nessa compreensão, o estudo apontou que a ideia das “múltiplas funções” da agricultura, podem estar contemplando, além da qualidade de vida, ações de Desenvolvimento Territorial Sustentável, balizadas num conjunto de atitudes de cunho solidário, com base nas tradições e culturas de convivência dos camponeses com o semiárido capaz de garantir a coesão social”.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese os cenários por qual tem passado a realidade espacial do semiárido brasileiro, contrário a tudo isso, como alternativa aos ‘espinhos’ dessa realidade, um conjunto de estudos e ações têm, se não resolvido, minimizado as complexas relações homem-natureza e homem-homem. As referências são as ações e práticas de convivência aqui pautadas. Todas elas, numa concepção de que o homem é parte integrante desse sistema natural – o Semiárido –, e que “as relações sociais estabelecidas entre natureza e sociedade, permitem que a ‘seca’ seja entendida [...] como um fenômeno climático” (Neves, 1994, p. 19).

Sem, contudo, precisar mencionar novamente tais práticas e ações de convivência desses camponeses com o bioma Caatinga, é importante destacar que as mesmas fazem parte de um conjunto de representações, que podem ser construídas dentro dos princípios da solidariedade e da participação coletiva dos agricultores. Elas demonstram a outra face das relações [sociais] de autonomia, frente às persistentes relações de dominação e de poder, representadas, na maioria das vezes, pelos próprios poderes instituídos (do Estado). Portanto, elas historicamente integram a própria história de formação do Nordeste, como importantes alternativas de autonomia e sustentabilidade da Agricultura Familiar Camponesa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, A. F., Malagodi, E. (2007). "Les diverses fonctions de l'agriculture paysanne au Brésil: les cas du Nordeste semi-aride », in XLIII<sup>e</sup> Colloque de l'ASRDLF *Les dynamiques territoriales: débats et enjeux les différentes approches disciplinaires*, Grenoble et Chambéry, France: 11-13 juillet 2007.
- Alves, A. F. (2009). *As múltiplas funções da agricultura familiar camponesa: práticas socioculturais e ambientais de convivência com o semiárido*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). PPGCS/UFCG, Campina Grande.
- ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO (ASA-PB). (2001). *Revista Articulação do Semiárido Paraibano*. v. 1, n. 1, p. 3-26, jun. 2001. Campina Grande: ASA-PB.
- Diniz, P. C. O. (2007). *Da experimentação social ao "experimentalismo institucional" Trajetórias de relações entre Estado e sociedade civil: Experiências no Semiárido*. Tese (Doutorado em Sociologia) PPGS/UFPB-UFCG, Campina Grande.
- Neves, F. C. (1994). *Imagens do Nordeste. A construção da memória regional*. SECULT-CE, Fortaleza.
- Oliveira, F. de. (1977). *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*, 2<sup>a</sup> ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Sabourin, E. & Trier, R. (2003). "Manejo da água em sistema pluvial de sequeiro", in Sabourin, E. & Caron, P. (Eds.), *Camponeses do sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil*. Embrapa/Cirad, Brasília, pp. 123-144.
- Silva, R. M. A. *Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Brasília: PPGDS/UnB, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br>>. Acesso em mar. 2009.
- Trier, R. (1995). *Gestion de l'eau dans la région semi-aride du Nordeste Brésilien*. Cirad, As-PTA, Montpellier.

# La innovación en la industria agroalimentaria y sus determinantes estructurales y territoriales: el caso de la crisis económica en Castilla-La Mancha

Juan Sebastián Castillo Valero

Instituto Desarrollo Regional, Universidad Castilla. La Mancha  
sebastian.castillo@uclm.es

M.Carmen García Cortijo

Instituto Desarrollo Regional, Universidad Castilla. La Mancha

## RESUMEN

La innovación es uno de los principales factores para hacer competitivo, mejorar el desarrollo y aumentar el desempeño del sector agroalimentario, lo que, a su vez, afecta positivamente al conjunto de la economía. En Castilla-La Mancha la industria agroalimentaria representa un papel fundamental en su sistema productivo. Por eso, en este estudio se medirá, para el periodo 2007-2013, la innovación de la región y se analizará su comportamiento para una muestra de empresas del sector en función de la estructura de la firma y de las características del territorio en la que están ubicadas. Los resultados muestran que las variables empresariales son las que tienen una influencia significativa sobre la innovación: mayores empresas, cooperativas y más jóvenes. De las variables territoriales destaca que es en las zonas con mayor densidad demográfica y crecimiento de la población donde más se innova.

**PALABRAS CLAVE:** Innovación, Industria agroalimentaria, territorio, empresa.

## 1. INTRODUCCIÓN

En todos los sectores de la economía, la innovación tiene el objetivo de mejorar los resultados de la organización. Identificar sus causas y efectos, medirla, establecer sus influencias y sus consecuencias es un campo interesante y en expansión porque su utilidad es importante para la gestión de las organizaciones y las políticas rurales (Rugeles *et al.*, 2013). En concreto, nos centraremos en la Industria Agroalimentaria (IAA) en Castilla-La Mancha (CLM) porque como señalan Alarcón y Sánchez (2014), las empresas agrarias y alimentarias desempeñan un papel fundamental en el sistema productivo (Menrad, 2004; FoodDrinkEurope, 2012). Concretamente, en CLM la agricultura supuso el 6,7 % del PIB en 2013 (INE, 2014) y la industria agroalimentaria aportó un 33.43% de las ventas y un 25.78% del empleo de la industria de la región (MAGRAMA, 2014).

Estos datos iniciales muestran el dinamismo de la IAA. Por tanto, es fundamental que las empresas agroalimentarias aumenten su competitividad en aras de seguir contribuyendo y favoreciendo el crecimiento económico. Como se señala en Hashi & Stojcic (2013) una de las estrategias empresariales relevantes para favorecer la mejora de la competitividad se centra en emprender actividades de innovación. Este será el objetivo de este trabajo, medir la innovación y analizar los factores que influyen en su intensidad. A efectos de este trabajo, entendemos la innovación en términos del Manual de Oslo (2010), es decir, el proceso de cambios

significativos en el producto, el proceso, el marketing o la organización de la empresa. Y una de las formas de representarla es a través las ayudas regionales a la innovación (para CLM son las ayudas Focal e Innova) y en las patentes y modelos de utilidad registrados en la Oficina Española de Patentes y Marcas (García Álvarez-Coque *et al.*, 2013).

Así, para medir la innovación, se ha calculado un índice (*Iii*)  $Iii = \left(\frac{fFocal}{4}\right) + \left(\frac{fInnova}{5}\right) + \left(\frac{fPatentes}{7}\right)$ , inspirado en el algoritmo propuesto por Rugeles et al (2013). En *Iii*, *f* representa una frecuencia relativa temporal para: 1) las ayudas Focal (*fFocal*) e Innova (*fInnova*) (destinadas a promocionar la innovación en el periodo 2007-2013) y 2) para las patentes y/o Modelo de Utilidad (*fPatentes*). Los denominadores de *Iii* coinciden con el número de años en los que se conceden las ayudas en el periodo 2007-2013, ya que con la crisis no se produjo en todos (Alarcón y Sánchez, 2014); para las patentes si se han utilizado los 7 años del periodo. Por tanto, *Iii* oscila entre  $0 < Iii \leq 3$ .

El *Iii*, promedio de 2007-2013 fue de 0.39, un resultado bajo considerando que el máximo *Iii* es 3, porque como señala en Alarcón y Sánchez (2014) el sector IAA sigue siendo considerado un sector de baja intensidad en Investigación, Desarrollo e Innovación (I+D+i) (García y Burns, 1999; Capitanio *et al.*, 2009 y 2010; Mamaqui *et al.*, 2009; García-Martínez, 2013) y dirigido por la oferta (Hyman, 2013). De las actividades de la industria agroalimentaria, el sector que más ha innovado es el de procesamiento de bebidas (Nace 11) con un *II* medio de 0.43; la razón señalada por Albisu (2014) es que en el sector del vino hay una constante innovación en los productos, en los procesos productivos, en el marketing y en los aspectos organizativos. Le sigue el sector de productos agrícolas primarios (Nace 01) con un *II* de 0.38 y el de procesamiento de alimentos (Nace 10) con un valor de 0.37.

Por tipología de zonas rurales, las ubicadas en las zonas a revitalizar y las intermedias son las más intensas (0.40 y 0.397) seguidas de las periurbanas (0.39). Este último aspecto es importante para el desarrollo territorial y mantenimiento de la población rural (Alarcón & Sánchez, 2014; Calatrava, 2014) y más teniendo en cuenta que en Castilla-La Mancha el 91.10% de la superficie es rural, el 91.73% de los municipios y el 32.25% de la población (Programa de Desarrollo Sostenible del Medio Rural (2010-2014) y del Padrón municipal de habitantes de 2013)

## 2. OBJETIVOS Y HIPÓTESIS

Definida la innovación se analizarán los factores que han influido en el posicionamiento de cada empresa de la IAA. Como señala Rama (2014) es de crucial importancia conocer mejor las características y problemas de la innovación en el sector, así como los factores de éxito que la facilitan. En una rápida y somera revisión más reciente, Rugeles *et al.* (2013), Alfranca *et al.* (2002), Audretsch & Acs (1991), López *et al.* (2003) señalan a los factores internos de la organización como los más influyentes en la innovación, en cambio otros como Fagerberg *et al.* (2012) señalan a los factores territoriales. En este estudio se combinarán ambas posturas (García Álvarez-Coque *et al.*, 2013; Rugeles *et al.*, 2013) para explicar la intensidad innovadora de la IAA en Castilla-La Mancha en el periodo 2007-2013. Así, se plantea como Hipótesis Principal: el comportamiento innovador de las empresas es una función de:

HP1.-la Estructura de la empresa (antigüedad, tamaño, personalidad jurídica, tipo de actividad económica)

HP2.- las Características del territorio en donde se localiza (tasa de variación de la población, índice de actividad económica, índice de educación superior, tipo de zona rural)

Para ello, se especificará un modelo econométrico general para la IAA según los datos disponibles (Mairesse & Mohnen, 2010), seleccionando la forma funcional adecuada con la técnica de Box-Cox. El modelo se corrió a cada una de las actividades de la IAA: Nace01, Nace10, Nace11 (Rugeles *et al.*, 2013).

## 3. MATERIALES Y MÉTODOS

Se ha utilizado como base de datos a las empresas agroalimentarias que han resultado innovadoras, según el *Ili* (con  $Ili > 0$ ). Es decir, las empresas que al menos:

- a) O bien, se les ha concedido una subvención, Focal y/o Innova, para el desarrollo de un proyecto de innovación (atendiendo a la definición de innovación del Manual de Oslo, 2010) en el periodo 2007-2013.
- b) O bien, han solicitado una patente y/o un modelo de utilidad entre 2007-2013 en la OEPM (Oficina Española de Patentes y Marcas).

En total resultó una muestra compuesta por 252 empresas innovadoras de las 2.689 empresas agroalimentarias registradas en SABI (<https://sabi.bvdinfo.com/>), es decir, un 9%. Este resultado es similar al obtenido por García Álvarez-Coque *et al.* (2013) para la Comunidad de Valencia. Toledo es la provincia con un mayor número de empresas innovadoras (28%), que

junto con Ciudad Real y Cuenca representan un 77%. De otro lado, el 58% de las empresas se ubican en zonas intermedias, el 23% en zonas a revitalizar y el 19% en zonas periurbanas.

Para el desarrollo del estudio se utilizó un modelo de regresión como en el trabajo de Rugeles *et al.* (2013) para la medición de la innovación agropecuaria en Colombia. Las razones fueron, en primer lugar la mejor adecuación a los datos disponibles, al tratarse de una sección cruzada, y segundo por el objetivo de la investigación (estudiar qué factores explican la intensidad de innovación) (Mairesse & Mohnen, 2010). Así, se ha planteado un modelo, pero sin incluir el término independiente, al objeto de evitar la multicolinealidad procedente de las variables *dummy* ( $NACE01+NACE10+NACE11=1$ ).

Sustituyendo  $X_{ki}$  por el conjunto de variables exógenas se obtiene

$$II_i = \sum_{k=1}^K \beta_k X_{ki} + u_i = \beta_1 Antiguiedad_i + \beta_2 Tama\tilde{n}o_i + \beta_3 PJ_i + \beta_4 NACE01_i + \beta_5 NACE10_i + \beta_6 NACE11_{it} + \beta_7 POB_i + \beta_8 IAE_i + \beta_9 IES_i + \beta_{10} ZR_i + \beta_{11} ZI_i + \beta_{12} ZP_{it} + u_{it} \quad (1)$$

Para explicar las diferencias de innovación, en cada actividad económica (Rugeles *et al.*, 2013) se estimaron tres submodelos del modelo (1). Se eliminaron las variables NACE01, NACE10 y NACE11 y se incluyó el término independiente. La ecuación a estimar es:

$$II_i = \sum_{k=0}^K \beta_k X_{ki} + u_i = \beta_0 + \beta_1 Antiguiedad_i + \beta_2 Tama\tilde{n}o_i + \beta_3 PJ_i + \beta_4 POB_i + \beta_5 IAE_i + \beta_6 IES_i + \beta_{10} ZR_i + \beta_{11} ZI_i + \beta_{12} ZP_{it} + u_{it} \quad (2)$$

*Submodelo 1: i empresas que desarrollan una actividad NACE01*

*Submodelo 2: i empresas que desarrollan una actividad NACE10*

*Submodelo 3: i empresas que desarrollan una actividad NACE11*

Las variables utilizadas se presentan en la Tabla 1. La variable endógena ( $II$ ) es el *Índice de Innovación*, calculado a partir de un sumatorio de frecuencias relativas temporales (Rugeles *et al.*, 2013; García Álvarez-Coque *et al.*, 2013).

Las variables exógenas se agrupan en dos categorías. La primera categoría refleja la estructura de la empresa: *antigüedad*, *tamaño*, *personalidad jurídica* (PJ), *tipo de actividad económica* (NACE01, NACE10, NACE11). La segunda categoría engloba las características del territorio en donde se localiza la empresa: *tasa de variación de la población* (POB), *índice de actividad económica* (IAE), *índice de educación superior* (IES), *tipo de zona rural* según el Plan de Desarrollo Rural Sostenible (Zona a revitalizar/ZR; Zona intermedia/ZI y zona periurbana/ZP).

En la Tabla 2, se incluyen los estadísticos descriptivos de las variables del modelo. Como se puede observar, existe un rango amplio de variación del índice de innovación,

fundamentalmente por las diferencias de tamaño de las empresas y el elevado peso de pequeñas empresas (81% de la muestra).

Finalmente, se utilizan los software GRETL, STATA 12, SPSS 15 para la obtención de resultados estadísticos y econométricos.

#### 4. RESULTADOS Y DISCUSIÓN

Una vez descritas las variables, pasamos a la estimación y validación de los modelos. En primer lugar, para determinar si es necesario aplicar alguna transformación sobre la variable dependiente y/o variables independientes continuas, se aplica el procedimiento de Box-Cox. El p-valor asociado al test LR (Tabla 3), para las potencias (-1 y 0) indican, en la mayoría de los casos, que no son las transformaciones más adecuadas, pero es necesario hacer alguna porque el p-valor asociado a la potencia (1) también es cero. Los modelos lhsonly, rhsonly, lambda y theta del procedimiento de Box-Cox muestra diferentes valores de potencia para las variables (Tabla 4). Las potencias que resultan válidas estadísticamente (p-valor de z y de LR inferior a 0.05) no tenían lógica económica. La razón es que eran potencias negativas y, por tanto, dan más grado de innovación a las empresas que menos ayudas habían solicitado y menos patentes habían registrado. Este hecho es muy habitual según Stata (2012). Además, como señala Mendoza et al (2014) obtener el mejor valor de potencia no necesariamente garantiza una ecuación útil en la práctica. Por tanto, siguiendo a Kmenta (1985), que sugiere como mejores especificaciones las lineales y logarítmicas, se optó por la forma funcional lineal ya que la variable independiente (POB) toma valores negativos. En cualquier caso, el contraste Reset de Ramsey (Tabla 5), con p-value superior al 0.05, indicó la especificación correcta de los modelos.

Los modelos estimados han resultado válidos. La F-Snedecor, con p-value, inferior a 0.05 es una medida representativa de la capacidad global de todas las variables explicativas de la variable endógena. Son modelos sin multicolinealidad como se muestra con el número de condición recíproca próximo a cero. Por otro lado, el contraste de White, con p-value superiores al 0.05, muestra la ausencia de heterocedastidad en los modelos y, por tanto, las perturbaciones aleatorias mantienen la misma dispersión para todas las observaciones. Por último, la suma de cuadrados residual es cercana a cero. (Tabla 6). Se calculan también los parámetros estandarizados (Tabla 7) o que permite que los coeficientes sean más comparables (Kikut, 2003).

De las estimaciones de los parámetros (Tabla 6 y Tabla 7) se concluye que el grado de innovación de una empresa depende más de su estructura que de las características del territorio en el que está ubicada. A estas mismas conclusiones llega García-Álvarez Coque *et al.* (2013) para la IIA de la comunidad valenciana. De los factores empresariales los resultados obtenidos señalan que las empresas más innovadoras son las que tienen un mayor tamaño. López *et al.* (2003) también observan que, en la IAA española a mayor tamaño mayor probabilidad de que la empresa decida invertir en I+D, para generar nuevos productos y procesos. Se constata por tanto la teoría de Schumpeter de que la gran empresa era especialmente apta para promover la innovación porque podía amortizar con más facilidad los costes de esta (Rama, 2014). Las sociedades cooperativas también han resultado promotoras de la innovación (Giannakas y Fulton (2005) y García- Álvarez Coque *et al.* (2014 y 2013). Por actividades, las de procesamiento de alimentos (NACE10) y, sobre todo, el procesamiento de bebidas (NACE11) estimulan la actividad innovadora, porque como señala Albisu (2014) es un sector en constante innovación. La antigüedad de la empresa sólo sale significativa en la actividad NACE11, y con signo negativo, lo que indica que son las empresas más jóvenes las más innovadoras (García Álvarez-Coque *et al.*, 2013; Acs & Audretsch, 1990). En contraposición, con los trabajos de Evans (1987), Alfranca *et al.*, (2002), Utterback & Suárez (1993), Alfranca *et al.* (2004) que concluyen que los innovadores no suelen ser empresas jóvenes que aporten nuevos diseños y desplacen a las ya existentes, sino viejos innovadores que ya han innovado previamente. Para la IIA de Colombia esta variable resultó no significativa (Rugeles *et al.*, 2013).

De los factores territoriales las empresas que más han innovado están ubicadas en municipios que han ganado población en el periodo de crisis. Igual ocurre en la comunidad valenciana (García Álvarez-Coque *et al.*, 2013). Las zonas con un mayor nivel de educación ha impulsado la innovación de la actividad NACE11. El mismo resultado se obtiene en Rugeles *et al.* (2013) para la IAA de Colombia y la IAA de Valencia (García Álvarez-Coque *et al.*, 2013). Sobre los tipos de zona rural, no hay ningún territorio que destaque en promover la innovación de las empresas, si bien es cierto que del modelo general se deduce que las empresas que más han innovado entre (2007-2013) se sitúan en las zonas a revitalizar y, en concreto, las empresas dedicadas al procesamiento de bebidas. En las zonas intermedias han innovado más las empresas de productos agrícolas primarios, seguido de las dedicadas al procesamiento de bebidas. En las zonas periurbanas se ha promovido poco /nada la innovación. En el estudio sobre la comunidad valenciana se obtiene igual resultado (García Álvarez-Coque *et al.*, 2013).



## 5. CONCLUSIONES

En Castilla-La Mancha en el periodo 2007-2013, la intensidad del índice de innovación no es muy elevada coincidiendo con la situación de crisis económica existente en el país (Alarcón & Sánchez, 2014). Aun así, el 9% de las empresas del sector son innovadoras, resultados similares a los de la comunidad valenciana para un periodo de crecimiento, 2000-2006, (García Álvarez-Coque et al, 2013). Los esfuerzos de innovación se focalizan en factores internos de las empresas (Spithoven *et al.*, 2010; Alarcón & Sánchez, 2013): en el mayor tamaño de la empresa, en ser cooperativas y ser de más reciente creación. De las variables territoriales el resultado más relevante indica que justamente es en los municipios donde más ha crecido la población en donde más se ha innovado. Como señala Calatrava (2014) la baja densidad de población, con frecuencia envejecida, limita, por una parte, la posibilidad de procesos colectivos de reflexión y adquisición de conocimiento sobre la propia realidad y problemática y por otra, la existencia de emprendedores, que constituyen el elemento clave para la generación y adopción de innovaciones.

En definitiva, la innovación es un factor importante por la relevancia de mejorar las posiciones de las empresas agrarias (Rama, 2008; Capitanio *et al.*, 2009; Bayona *et al.*, 2013, Alarcón & Sánchez, 2014) y ser uno de los motores del desarrollo rural (Calatrava, 2014).

**Tabla 1: Variables del modelo empírico**

Variables	Tipología	DESCRIPCIÓN
<i>Variable dependiente</i>		
Índice de Innovación (II)	continua	<p>Se ha calculado siguiendo a Rugeles et al (2013). Ahora bien, se introduce una frecuencia relativa temporal, en lugar de una frecuencia por actividad.</p> <p>Así, el II para una empresa <i>i</i> es la suma de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) el número de años que las empresas solicitaron las ayudas FOCAL de los 4 años que se concedieron. <math>\left(\frac{f_{Focal}}{4}\right)</math></li> <li>b) el número de años que las empresas solicitaron las ayudas INNOVA de los 5 años que se concedieron. <math>\left(\frac{f_{Innova}}{5}\right)</math></li> <li>c) el número de años que las empresas registraron una patente y/o Modelo de Utilidad en el periodo 2007-2013 <math>\left(\frac{f_{Patentes}}{7}\right)</math></li> </ul> <p>Así, la expresión analítica de II es:</p> $II_i = \left(\frac{f_{Focal}}{4}\right) + \left(\frac{f_{Innova}}{5}\right) + \left(\frac{f_{Patentes}}{7}\right)$ $0 < II_i \leq 3$
<i>Variables independientes</i>		
Antigüedad	continua	<p>Es el número de años en activo de la empresa y se calcula como la diferencia entre la Fecha de constitución y la Fecha actual; siendo la Fecha actual:2014</p> <p>La Fuente de la fecha de constitución es SABI</p>
Tamaño (a)	discreta	<p>Es el tamaño de la empresa. Toma el valor 1 si la empresa es micro o pequeña, 2 si es mediana y 3 si es grande.</p> <p>La agrupación de las empresas por tamaño se ha realizado tomando como referencia la recomendación de la Unión Europea 2003/361/CE, clasificando las empresas en base al activo total en micro (&lt; 2 mill. € Total Assets); small (&lt;10 mill.€, médium (&lt; 43 mil.€) and large (+ 43 mil.€)</p> <p>Fuente del activo total es SABI</p>
PJ Personalidad jurídica	discreta	<p>Personalidad jurídica de la empresa: 1 si es cooperativa y 0 en el resto de casos</p> <p>Fuente: SABI</p>
NACE01 (Actividad económica)	discreta	<p>1:Actividad principal de la empresa NACE01 y 0: resto de casos</p> <p>Fuente: SABI</p>
NACE10 (Actividad económica)	discreta	<p>1:Actividad principal de la empresa NACE10 y 0 en el resto de casos</p> <p>Fuente: SABI</p>
NACE11 (Actividad económica)	discreta	<p>1:Actividad principal de la empresa NACE11 y 0 en el resto de casos</p> <p>Fuente: SABI</p>
POB Tasa de variación de la población	continua	<p>Tasa de variación de la población en el periodo estudiado : 2007-2013</p> $POB = \frac{(Poblacion_{2013} - Poblacion_{2007})}{Poblacion_{2007}}$ <p>Fuente de las series <math>Poblacion_{2013}</math> y <math>Poblacion_{2007}</math>: INE</p>
IAE Índice de actividad económica	continua	<p>Índice de actividad económica,</p> <p>Fuente: CAIXA</p>
IES Índice de educación superior	continua	<p>Índice de educación superior</p> <p>Fuente: CAIXA</p>
ZR (Zona Rural a Revitalizar)	discreta	<p>1: municipio pertenece zona rural a revitalizar</p> <p>0: no pertenece</p> <p>Fuente: Programa de Desarrollo Rural Sostenible</p>
ZI (Zona Rural Intermedia)	discreta	<p>1: municipio pertenece zona rural intermedia</p> <p>0: no pertenece</p> <p>Fuente: Programa de Desarrollo Rural Sostenible</p>
ZP (Zona Rural Periurbana)	discreta	<p>1: municipio pertenece zona rural periurbana</p> <p>0: no pertenece</p> <p>Fuente: Programa de Desarrollo Rural Sostenible</p>

**Tabla 2: Estadísticos descriptivos**

<b>VARIABLES CONTINUAS</b>	Mínimo	Máximo	Media	Desv. típ.
INDICE	0,10	1,20	0,3974	0,23254
Antigüedad	3	90	27,54	16,663
POB	-0,8733371	5,578804	0,09154589	0,45283641
IAE	1	349	23,31	53,963
IES	8,0	53,9	30,520	8,1520
<b>VARIABLES DISCRETAS</b>				
	Frecuencia 0	Frecuencia 1	Frecuencia 2	Frecuencia 3
Tamaño		203	46	3
PJ	193	59		
NACE01	216	36		
NACE10	128	124		
NACE11	160	92		
ZR	206	46		
ZI	138	114		
ZP	214	38		

**Tabla 3: LR statistic**

	LR statistic	Restricted log likelihood	LR statistic chi2	P-value Prob > chi2
<b>Modelo General</b>				
model(lhonly) left-hand-side Box-Cox model;	theta = -1	82.523351	23.66	0.000
	theta = 0	86.324203	16.06	0.000
	theta = 1	25.071343	138.57	0.000
model(rhonly) right-hand-side Box-Cox model	lambda = -1	82.523351	23.66	0.000
	lambda = 0	86.324203	16.06	0.000
	lambda = 1	25.071343	138.57	0.000
model(lambda) both sides Box-Cox model with same parameter	lambda = -1	82.426359	22.76	0.000
	lambda = 0	83.818539	19.98	0.000
	lambda = 1	23.879637	139.86	0.000
model(theta) both sides Box-Cox model with different parameters	theta=lambda=-1	82.426359	22.76	0.000
	theta=lambda=0	83.818539	19.98	0.000
	theta=lambda=1	23.879637	139.86	0.000
<b>NACE01</b>				
model(lhonly) left-hand-side Box-Cox model;	theta = -1	23.141292	2.95	0.086
	theta = 0	17.799753	13.63	0.000
	theta = 1	17.482359	14.26	0.000
model(rhonly) right-hand-side Box-Cox model	lambda = -1	16.863512	1.23	0.267
	lambda = 0	17.313765	0.33	0.564
	lambda = 1	17.478484	0.00	0.959
model(lambda) both sides Box-Cox model with same parameter	lambda = -1	28.025656	0.33	0.566
	lambda = 0	23.573215	9.23	0.002
	lambda = 1	17.478484	21.42	0.000
model(theta) both sides Box-Cox model with different parameters	theta=lambda=-1	28.025656	1.18	0.277
	theta=lambda=0	23.573215	10.08	0.001
	theta=lambda=1	17.478484	22.27	0.000
<b>NACE10</b>				
model(lhonly) left-hand-side Box-Cox model;	theta = -1	41.947409	18.15	0.000
	theta = 0	48.543835	4.96	0.026
	theta = 1	16.458949	69.13	0.000
model(rhonly) right-hand-side Box-Cox model	lambda = -1	16.620041	0.01	0.913
	lambda = 0	16.541062	0.17	0.680
	lambda = 1	16.458949	0.33	0.563
	lambda = -1	41.923646	18.30	0.000

model( $\lambda$ ) both sides Box–Cox model with same parameter	$\lambda = 0$	48.577641	4.99	0.025
	$\lambda = 1$	16.458949	69.23	0.000
model( $\theta$ ) both sides Box–Cox model with different parameters	$\theta = \lambda = -1$	41.923646	19.03	0.000
	$\theta = \lambda = 0$	48.577641	5.72	0.017
	$\theta = \lambda = 1$	16.458949	69.96	0.000
<b>NACE11</b>				
model(lhonly) left-hand-side Box–Cox model;	$\theta = -1$	26.697562	1.31	0.252
	$\theta = 0$	24.125072	6.46	0.011
	$\theta = 1$	58.604112	42.99	0.000
model(rhonly) right-hand-side Box–Cox model	$\lambda = -1$	59.827007	0.65	0.419
	$\lambda = 0$	53.427827	1.93	0.164
	$\lambda = 1$	58.604112	0.90	0.343
model( $\lambda$ ) both sides Box–Cox model with same parameter	$\lambda = -1$	25.352521	1.42	0.233
	$\lambda = 0$	23.045467	6.04	0.014
	$\lambda = 1$	58.604112	40.41	0.000
model( $\theta$ ) both sides Box–Cox model with different parameters	$\theta = \lambda = -1$	25.352521	5.38	0.020
	$\theta = \lambda = 0$	23.045467	9.99	0.002
	$\theta = \lambda = 1$	58.604112	44.36	0.000

**Tabla 4: Potencias del procedimiento de Box-Cox**

	POTENCIA	Coef. Std.	Err.	z	P>z	Log likelihood
<b>Modelo General</b>						
model(lhsonly) left-hand-side Box-Cox model;	/theta	-0.5748981	.1143185	-5.03	0	76.884338
model(rhsonly) right-hand-side Box-Cox model	/lambda	2.142356	1.708701	1.25	0.210	24.122644
model(lambda) both sides Box-Cox model with same parameter	/lambda	-.4744126	.1096429	-4.33	0.000	93.807852
model(theta) both sides Box-Cox model with different parameters	/lambda	-.692624	.5313092	-1.30	0.192	93.939242
	/theta	-.455921	.1174143	-3.88	0.000	
<b>NACE01</b>						
model(lhsonly) left-hand-side Box-Cox model;	/theta	-1.930666	.5639104	-3.42	0.001	24.614028
model(rhsonly) right-hand-side Box-Cox model	/lambda	.8863211	2.113853	0.42	0.675	17.479829
model(lambda) both sides Box-Cox model with same parameter	/lambda	-130.917	.5646915	-2.32	0,02	28.190163
model(theta) both sides Box-Cox model with different parameters	/lambda	-.5374085	.6357301	-0.85	0.398	28.615641
	/theta	-1.519944	.5611074	-2.71	0.007	
<b>NACE10</b>						
model(lhsonly) left-hand-side Box-Cox model;	/theta	-.3500622	.1552207	-2.26	0.024	51.024514 0.037
model(rhsonly) right-hand-side Box-Cox model	/lambda	-.828657	1.516.732	-0.55	0.585	16.626043 0.003
model(lambda) both sides Box-Cox model with same parameter	/lambda	-.3524561	.1543033	-2.28	0.022	51.072729 0.036
model(theta) both sides Box-Cox model with different parameters	/lambda	-4.264.796	4.630.472	-0.92	0.357	51.43724 0.045
	/theta	-.3622685	.1553587	-2.33	0.020	
<b>NACE11</b>						
model(lhsonly) left-hand-side Box-Cox model;	/theta	-.6778405	.2761898	-2.45	0.014	27.354965 0.085
model(rhsonly) right-hand-side Box-Cox model	/lambda	1.790337	.8831776	2.03	0.043	6.3097596 0.099
model(lambda) both sides Box-Cox model with same parameter	/lambda	-.665458	.2768938	-2.40	0.016	26.064401 0.179
model(theta) both sides Box-Cox model with different parameters	/lambda	1.813446	.7740406	2.34	0.019	28.041462 0.084
	/theta	-.6826683	.2751725	-2.48	0.013	

**Tabla 5:** Contraste de especificación RESET

		<b>General</b>	<b>NACE01</b>	<b>NACE10</b>	<b>NACE11</b>
cuadrados y cubos					
	F	1,046142	1,099308	0,24576	0,467731
	valor p	0,353	0,358	0,783	0,628
cuadrados sólo					
	F	1,95682	1,378169	0,496436	0,792339
	valor p	0,163	0,258	0,483	0,376
cubos sólo					
	F	2,048226	1,233162	0,493019	0,848339
	valor p	0,154	0,283	0,484	0,36

**Tabla 6:** Resultados de Estimación

	<b>General</b>	<b>NACE01</b>	<b>NACE10</b>	<b>NACE11</b>
Antigüedad	-0,00100 (-0,84620)	-0,00252 (-0,8019118)	0,00116 (0,60302104)	-0,00236* (-1,16696571)
Tamaño	0,18012*** (5,29136)	0,12998*** (2,05267789)	0,18262*** (3,65237248)	0,18578*** (2,95738703)
Personalidad Jurídica	0,13369** (2,69705)	0,41291** (4,21523268)	0,04119 (0,50337512)	0,15662* (1,83290524)
NACE01	0,15842 (1,50732)			
NACE10	0,24470** (2,54725)			
NACE11	0,28479*** (2,77848)			
POB	0,05081** (1,60266)	0,01888 (0,42440786)	0,07906** (2,01254676)	0,22744 (0,93271287)
IAE	-0,00007 (-0,20396)	0,00008 (0,1329995)	-0,00004 (-0,09350785)	-0,00175 (-0,76000654)
IES	-0,00172 (-0,75304)	0,00240 (0,5625305)	-0,00553* (-1,68941095)	0,00496* (1,0740901)
ZR	0,00433 (0,07830)	-0,06170 (-0,50324333)	-0,01457 (-0,19405479)	0,07383 (0,55428732)
ZI	-0,03546 (-0,79300)	0,04714 (0,47838477)	-0,08691 (-1,44071179)	0,04498 (0,41611661)
ZP	-0,06976 (-1,28901)	0,00368 (0,0257002)	-0,08787 (-1,20635684)	-0,00639 (-0,05684289)
constante		0,07719 (0,34965305)	0,33339** (2,43118616)	0,07526 (0,39400687)
R-cuadrado	0,784801963	0,57951886	0,22484773	0,16480597
R-cuadrado corregido	0,7721	0,35691119	0,15063103	0,06322832
F-Snedecor	61.69	2,603319	3,029611	1,622463
Valor p (de F)	0,0000	0,042714	0,003194	0,12447
Suma de cuad. residuos	0,221610619	0,15902331	0,21726237	0,24042923
Contraste de heterocedasticidad de White				
LM	73,6052	12,7042	53,727	40,8438
valor p	0,270919	0,549937	0,202392	0,724214
Multicolinealidad				
Número de condición recíproca	1,18E-06	1,23E-06	1,69E-06	2,41E-06

Entre paréntesis los t-statistics de los coefficient estimates

\* Denotes significance at the 10-percent level.

\*\* Denotes significance at the 5-percent level.

\*\*\* Denotes significance at the 1-percent level.

**Tabla 7:** Coeficientes estandarizados

	General	NACE01	NACE10	NACE11
Antigüedad	-0,07013826	-0,1377075	0,06088703	-0,20293883
Tamaño	0,51041485	0,37519732	0,34883075	0,34083439
PJ	0,13607821	0,75380763	0,04936544	0,31271142
NACE01	0,12094373			
NACE10	0,36663422			
NACE11	0,38347989			
POB	0,05453573	0,0774098	0,18429668	0,10954072
IAE	-0,00877683	0,02653616	-0,0107898	-0,12296813
IES	-0,11516746	0,12847211	-0,18946445	0,13456861
ZR	0,00354183	-0,12315766	-0,02240726	0,09682467
ZI	-0,05024729	0,11902152	-0,17838589	0,09097191
ZP	-0,06234533	0,00593945	-0,13850761	-0,01039746

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acs, Z. & Audretsch, D. (1990). *Innovation and small firms*. MIT Press.
- Alarcón, S. & Sánchez, M. (2014). Cómo innovan y qué resultado de innovación consiguen las empresas agrarias y alimentarias españolas. *Cuadernos de Estudios Agroalimentarios* 6, 63-82.
- Alarcón, S. & Sánchez, M. (2013). External and Internal R&D, Capital Investment and Business Performance in the Spanish Agri- Food Industry. *Journal of Agricultural Economics* 64(3), 654-675.
- Alfranca, O., Rama, R. & Von Tunzelmann, N. (2004). Innovation spells in the multinational agrifood sector. *Technovation* 24, 599-614.
- Audretsch, D. B. & Acs, Z. J. (1991). Innovation and Size at the Firm Level. *Southern Economic Journal* 57(3), 739-44.
- Bayona, C., Cruz, C., García, T. & Sánchez, M. (2013). “The effects of open innovation practices of Spanish Agri-Food firms on the innovation performance”, in García, M. (Ed.), *Open innovation in the food and beverage industry* (5), pp. 74-96. Woodhead Publishing Ltd.
- Calatrava J (2014). La innovación en el pensamiento económico consideraciones sobre su papel en el desarrollo endógeno de los territorios rurales y en el sector agrolimentario. *Cuadernos de estudios agroalimentarios* 6, 15-42.
- Capitanio, F., Coppola, A. & Pascucci, S. (2009). Indications for drivers of innovation in the food sector. *British Food Journal* 111(8), 820-838.
- Capitanio, F., Coppola, A. & Pascucci, S. (2010). Product and process innovation in the Italian food industry. *Agribusiness* 26(4), 503-518.
- Evans D. S., (1987). The relationship between firm growth, size, and age: estimates for 100 manufacturing industries. *Journal of Industrial Economics* 35, 567-581.
- Fagerberg, J., Fosaas, M. & Sapprasert, K. (2012). Innovation: Exploring the knowledge base. *Research Policy* 41, 1132-1153.
- FoodDrinkEurope (2012). Priorities for the development of an EU industrial policy for food. *Competitiveness Report 2012*. FoodDrinkEurope, Brussels.



- García Álvarez-Coque, J. M., Pérez P. & Santarremigia, E, (2014). Perfiles innovadores en la agricultura valenciana. *Cuadernos de Estudios Agroalimentarios* 6, 153-169.
- García Álvarez-Coque, J. M., López-García T. & Sánchez, M, (2013). Territory and innovation behaviour in agri-food firms: does rurality matter?. *New Medit* 3, 2-10.
- García, M. & Burns, J. (1999). Sources of technological development in the Spanish food and drink industry. A 'supplier dominated' industry?. *Agribusiness* 15(4), 431-448.
- García-Martínez, M. (2013). "Co-creation of value with consumers as an innovation strategy in the food and beverage industry: the case of Molson Coors' 'talking can'", in García Martínez, M. (Ed.), *Open Innovation in the Food and Beverage Industry*. Woodhead Publishing, Cambridge.
- Giannakas K. & Fulton. M. (2005). Process innovation activity in a mixed oligopoly: the role of cooperatives. *American Journal of Agricultural Economics* 87, 406-422.
- Hashi, I. & Stojcic, N. (2013). The impact of innovation activities on firm performance using a multi-stage model: evidence from the Community Innovation Survey 4. *Research Policy* 42, 353-366.
- Hyman, J. (2013). *Open Innovation in the food and beverage industry*. Woodhead Publishing Limited. Cambridge. UK.
- INE, 2014. <http://www.ine.es/>
- Kikut, A. C. (2003). *Estimación de los coeficientes de regresión estandarizados*. [http://www.bccr.fi.cr/investigacioneseconomicas/metodoscuantitativos/Estimacion\\_coeficientes\\_regresion\\_estandarizados.pdf](http://www.bccr.fi.cr/investigacioneseconomicas/metodoscuantitativos/Estimacion_coeficientes_regresion_estandarizados.pdf).
- Kmenta, J., (1985). *Elementos de Econometría*, 2ª Ed.. Vicens-Universidad, Barcelona.
- López, N., Montes-Peón, J. M. & Vázquez-Ordás, C. (2003). Innovation in the Spanish food and beverage industry: an integrated approach. *Int. J. of Biotechnology* 5(3/4), 311-33.
- MAGRAMA (2014). <http://www.magrama.gob.es/es/>
- Mairesse, J. & Mohnen, P. (2010). "Using innovations surveys for econometric analysis", in Hall, B. H. & Rosenberg, N. (Eds.), *Handbook of the Economics of Innovation*. National Bureau of Economic Research, Cambridge, pp. 1-43.
- Mamaqui, X., González, M. A. & Albisu, L. M. (2009). La relación entre ventajas competitivas y resultados empresariales en la industria agroalimentaria aragonesa. *Economía Agraria y Recursos Naturales* 9(2), 79-104.
- Manual de Oslo (2010). [http://portal.uned.es/portal/page?\\_pageid=93,23280929&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL](http://portal.uned.es/portal/page?_pageid=93,23280929&_dad=portal&_schema=PORTAL)
- Mendoza, H. Vargas, J. A., López, L. A, & Bautista, G, (2014). [http://www.virtual.unal.edu.co/cursos/ciencias/2007315/html/un6/cont\\_17\\_78.html](http://www.virtual.unal.edu.co/cursos/ciencias/2007315/html/un6/cont_17_78.html)
- Menrad, K. (2004). Innovations in the food industry in Germany. *Research Policy* 33, 845-878.
- Rama, R. (2014). Innovación en la industria agroalimentaria características y factores de éxito. *Cuadernos de Estudios Agroalimentarios* 6, 83-100.
- Rugeles, L., Guaitero, B., Saavedra, D., Ariza, C., Noreña, H. E., Betancur, I., Castillo, O., Martínez-Humanez, N., Arosa, C. H., Barrera, L. M. & Vargas, M. (2013). *Medición de la innovación agropecuaria en Colombia*, 1ªEd. Editor Universidad de Medellín; Sello Editorial Universidad de Medellín.
- Spithoven, A., Clarysse, B. & Knockaert, M. (2010). Building absorptive capacity to organise inbound open innovation in traditional industries. *Technovation* 30, 130-141.
- Utterback, J. M. & Suárez, F. F. (1993). Innovation, Competition and Industry Structure. *Research Policy* 22, 1-21.

## Os perfis de inovação em empreendimentos rurais familiares no Brasil e Itália

Ana Paula Matei

Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico

ana.matei@ufrgs.br.

Leonardo Xavier da Silva

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul

leonardo.xavier@ufrs.br.

### RESUMO

Transformar a matéria-prima em produtos, associando-os à oferta de serviços, tem sido uma alternativa para a melhoria da renda, da qualidade de vida e de autonomia dos agricultores no âmbito do desenvolvimento rural. No Brasil, esta prática tem sido evidenciada em diferentes políticas públicas para a agricultura familiar, portanto, há um contexto dinâmico para a sua atuação. Neste sentido, há a necessidade de identificar quais são as atividades econômicas, as relações sociais e as dinâmicas destes empreendimentos rurais familiares, para evidenciar as suas práticas inovadoras. O objetivo foi o de identificar os processos de inovação realizados diante das dinâmicas do ambiente institucional em que estes se situam. A pesquisa foi realizada em 19 empreendimentos rurais familiares em três regiões do Brasil, e 08 em duas regiões da Itália, totalizando 27 estudos de casos. Os resultados demonstraram a existência de quatro perfis de empreendimentos rurais familiares, em função dos processos de inovação realizados.

**PALAVRAS-CHAVE** Empreendimentos rurais familiares, ambiente institucional, arranjo organizacional, perfis de Inovação.

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido para uma tese de doutorado que teve o intuito de pesquisar, compreender e analisar os empreendimentos da agricultura familiar, evidenciando a existência de processos de inovação. Uma vez contextualizados, a pesquisa foi realizada em diferentes ambientes institucionais, demonstrando uma série de políticas públicas, atores e instituições que pudessem influencia-los. Assim, o objetivo foi identificar quais os processos de inovação realizados pelos empreendimentos rurais familiares diante das dinâmicas do seu ambiente institucional. Baseando-se que o contexto é caracterizado pelas instituições (North, 1991) e seu arranjo organizacional (Nelson & Winter, 2005), as proposições teóricas para a realização deste estudo compreenderam os princípios da Nova Economia Institucional (NEI) e da Economia Evolucionária (EE), bem como novas abordagens para tratar das inovações no âmbito da agricultura e do desenvolvimento rural.

Com um olhar empírico e fundamentado nas experiências dos agricultores que promovem a transformação de suas matérias primas em produtos, e ainda à oferta de serviços (de gastronomia, eventos, turismo rural), os processos de inovação foram sendo evidenciados de forma qualitativa. Em termos de desenvolvimento rural e face às tantas transformações que

impactam inclusive no comportamento de consumo de alimentos, os empreendimentos rurais precisam inovar e diferenciar-se. Atualmente, o consumo tem se orientado como uma prática de forma mais consciente e saudável, preferindo alimentos e bebidas orgânicos, naturais, produzidos artesanalmente (Guivant, 2003, Gazolla, 2012; Waquil *et al.*, 2012), destacando um “novo” perfil de consumidores, servindo como um fator de estímulo aos agricultores familiares para manterem a diversificação e agregar valor à sua produção primária (Gazolla & Pelegrini, 2011).

Os empreendimentos rurais familiares possuem características distintas das de uma grande empresa do setor alimentar, sobretudo por se tratar de uma atividade baseada no trabalho da família, na diversificação, verticalização e artesanidade dos processos produtivos, e na busca por redução de custos de transação e inserção aos mercados. Dada a exigência de competitividade e de sustentabilidade, os processos de inovação tornam-se condicionantes do sucesso e manutenção no mercado, de maneira a solucionar ou apresentar respostas para a redução destes custos de transação inerentes ao processo de agroindustrialização.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2014), a inovação está associada a sistemas de conhecimentos e tradições locais, adaptadas e combinadas com novas fontes de conhecimento, que se constituem a partir de sistemas formais de pesquisa e, mesmo, a partir de um sistema de inovação agrícola que engloba, dentre tantos fatores, o ambiente econômico e institucional. Há um complexo processo de inovação, que deve liderar para uma redefinição dos limites da firma ou propriedade. A natureza sistêmica da atividade da agricultura exige uma redefinição e reorganização do uso dos fatores de produção, a partir da modificação ou introdução de um novo fator ou matéria-prima. As interações entre a firma, seu contexto interno e externo – ambiente institucional e socioeconômico – contribuem decisivamente para estruturar os processos de inovação (Ventura & Milone, 2004).

Estes processos de inovação e mudanças, liderados pelos próprios agricultores, foram designados e tratados nesta pesquisa como “processos de inovação”, sendo reconhecidos a partir de mudanças estruturais, de gestão, de mercado, de produção, de organização, ou qualquer outra forma de estabelecer a atividade de agroindustrialização corrente. Os processos de inovação são de diversas naturezas, e remetem à visão da EE, principalmente, Nelson (2007), Nelson & Winter (1977; 2005). Além disso, a visão complementar de Ventura & Milone (2005) e Milone (2009) reforça o arcabouço a respeito do que vêm a ser os processos de inovação (ou de geração de novidades). Pretende-se demonstrar que os processos de inovação realizados são

respostas, soluções para melhorar o desempenho do negócio, com o objetivo de reduzir os custos de transação implícitos no processo de agroindustrialização.

## 2. DESCRIÇÃO DAS FONTES DE DADOS, MÉTODOS E TÉCNICAS APLICADAS

A pesquisa foi realizada em empreendimentos rurais familiares em três regiões do Brasil (Rio Grande do Sul – RS: Serra, Vale do Caí e Vale do Rio Pardo), e em duas regiões da Itália (Molise e Emília Romanha). Totalizam 27 estudos de casos (método indicado quando se busca explicar determinada situação), das quais todas são de origem vegetal e bebidas.

A pesquisa se sustentou em métodos qualitativos e quantitativos, por meio da análise de conteúdo, ferramentas de estatística descritiva e de técnicas multivariadas de análise de dados, especificamente a análise de agrupamento. Para a análise de agrupamento, utilizou-se da ferramenta *SPSS: Classify* → *Hierarchical Clusters* → *Cluster Method = Within-Groups linkage + Measure = Binary* → *Jaccard*. Tabelas dinâmicas foram elaboradas para cruzamentos entre as variáveis e resultados dos agrupamentos. Foram realizadas visitas in loco, para observação e entrevistas junto às famílias. A partir da análise de conteúdo, as variáveis de acordo com o tipo de inovação analisadas ponderaram: 05 em produtos, serviços e novos desenvolvimentos, 08 em processo de produção e distribuição, e 14 em mercados e marketing.

## 3. APRESENTAÇÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados demonstram a existência de quatro perfis de empreendimentos rurais familiares em função dos processos de inovação realizados, e um ambiente institucional e um arranjo organizacional favorável em todas as regiões. Entretanto, cada ambiente se apresenta de maneira distintiva e, de fato, verifica-se que, para a definição dos perfis de inovação, o âmbito geográfico não se define como um elemento preponderante. Desta forma, o arranjo organizacional contribui para que as interações aconteçam; mas, sobretudo, é o ambiente institucional formal e informal que comporta os principais elementos que direcionam para a efetivação dos processos de inovação realizados.

Destaca-se que os processos de inovação foram analisados segundo a trajetória, aprendizado, mudanças, “busca” por novas possibilidades, de acordo com as aptidões, conhecimentos e saber fazer dos agricultores. Considerou-se também cultura, valores, interesses, percepções, comportamentos e as oportunidades, recursos, pessoas, infraestrutura, e apoio externo, proveniente do ambiente institucional. Já as inovações foram tratadas como uma novidade para quem faz e/ou para quem recebe, de maneira contextualizada, contemplando

soluções, mudanças em nível organizacional, gerencial, mercadológica, tecnológica e aplicada aos produtos, processos e serviços desenvolvidos pelos empreendimentos rurais familiares.

### **Perfil A: Produtos orgânicos e promoção em mercados específicos da agricultura familiar**

Integram este perfil 15 empreendimentos rurais familiares (56% das entrevistadas), sendo que 12 são familiares, mas também estão incluídas uma associação e as duas cooperativas de agricultores. Dos principais aspectos que caracterizam este perfil, destaca-se que 11 delas adotam o modelo de produção orgânico (biológico). A origem da produção da matéria prima é vegetal, sendo que sete delas processam apenas alimentos, enquanto as outras cinco produzem apenas bebidas, e três atuam em ambos os setores. Estão distribuídas entre quatro das cinco regiões estudadas, sendo a maioria pertencente à Serra (7), Vale do Caí (4), Vale do Rio Pardo (3) e Emília Romanha (1). As principais características que o definiram: a) Certificação da matéria prima (com 67%) e do processamento (com 47%); b) Único inserido em vendas para os mercados institucionais (67%); c) Novos processos (93%), adaptação de área física e novos equipamentos (ambos 80%), mudança nos processos de produção da matéria-prima (73%); d) Selos de identificação da produção, oriundos da agricultura familiar e/ou cooperativas (73%), selos de certificação de qualidade ou produção orgânica (67%); e) Proteção da marca (47%); f) Vendas em Mercados e lojas (93%), venda direta, no estabelecimento (80%) e feiras (73%); g) Boca-a-boca (93%), promoção e divulgação em feiras (73%); h) Comunicação em mídias virtuais e de ampla circulação (67%).

### **Perfil B: Valorização da imagem e inserção mercadológica intensificada**

São 07 os empreendimentos rurais familiares que integram este perfil. As características que se assemelham é a atuação no setor de bebidas (4), uma (1) que produz bebidas e alimentos, e duas (2) apenas alimentos. Estão localizadas nas regiões da Serra (3), Vale do Rio Pardo (1), Molise (1) e Emília Romanha (2). A seguir, as principais características que o definiram: a) Novos processos de produção (100%), mudanças no modelo de produção da matéria-prima (86%), e mudanças estruturais – área física e novos equipamentos (86%); b) Tratamento ou destinação de resíduos, complementados com o uso de energias ou recursos renováveis (71%); c) Vendas em Mercados ou lojas, e comércio eletrônico (100%), estabelecimento (86%) e em feiras (71%); d) Comunicação - feiras e eventos, muitas vezes especializados, e mídias de maior circulação (86%), e Participação em concursos e premiações (71%).

### **Perfil C: Novas tecnologias e diferenciação de produtos para manutenção de mercados locais**

Neste perfil, há apenas dois (2) empreendimentos integrantes, sendo ambas de estrutura organizacional familiar que produzem alimentos. As regiões de localização é Vale do Caí e Molise. As principais características que o definiram são: a) Novos produtos ou linha de produtos finais, novas embalagens e apresentações do produto final (ambos 100%); b) Novos processos de produção, estruturas novas, construção de área física inicial, aquisição de novos equipamentos e novas tecnologias no processamento (100%); c) vendas em Mercados e lojas, e a associação quanto à origem (local da produção) tais como o programa Sabor Gaúcho no RS ou regiões DOP, IG, na Itália; d) Comunicação em meios de grande circulação, inserção em rota turística e o reconhecimento dos clientes e consumidores pela divulgação boca-a-boca.

### **Perfil D: Diversificação em produtos e serviços e promoção em mercados diretos**

Neste perfil são três (3) empreendimentos familiares, cuja produção é de origem vegetal, sendo que duas (2) adotam o modelo de produção orgânico e uma (1) misto ou integrado. Situam-se nas regiões de Molise e Emília Romanha. Este perfil se definiu pelas seguintes características: a) Matéria-prima nova ou diversificada, novos produtos ou linha de produtos finais, prestação de serviços (turismo, gastronomia, etc.) (100%), certificação orgânica da matéria prima (67%); b) Novos equipamentos (100%), novos processos de produção, construção área inicial e tratamento ou destinação de resíduos, associado ao uso de energias renováveis (67%); c) Vendas no local (100%), por meios eletrônicos (100%) e em feiras (67%); d) Comunicação e divulgação boca-a-boca e feiras e eventos (100%), ou meios especializados (67%); e) inserção em rotas turísticas (67%) e a participação em concursos e premiações (33%).

## **4. CONCLUSÕES FINAIS**

Os quatro perfis de empreendimentos rurais familiares demonstram o quanto a agricultura familiar realiza processos de inovação, adotando práticas heterogêneas e inovadoras, representadas por experiências dinâmicas, cuja originalidade e contextualização são importantes. Os quatro perfis “retratam” estas dinâmicas inovativas em contextos distintos, ou seja, os processos podem ocorrer em graus diferenciados independentes do ambiente institucional e seu arranjo organizacional. Contudo, sobressai a análise de que estes processos são oriundos das interações entre os ambientes interno e externo do empreendimento, a partir de interações dinâmicas e positivas que estimulam e aceleram os processos de inovação apresentados.

Em ambientes distintos, ressalta-se apenas que o processo de agroindustrialização (transformação das matérias primas em produtos e serviços) segue um padrão tecnológico e está presente em diferentes níveis de maturidade. Esses níveis serão melhor trabalhados conforme as condições institucionais e organizacionais tenderem a favorecer ou não este padrão tecnológico adotado. Apesar destas diferenças, afirma-se, portanto, que todas as empresas inovam, de maneira multidimensional, sendo heterogêneas nas práticas e dinâmicas de modo geral, mas também podendo apresentar determinados processos mais homogêneos ou lineares. Há uma relação indissociável entre o uso do mercado, os custos de transação e as inovações, bem como há indícios de que as inovações são criadas em situações de causa e efeito, de forma sistêmica e de retroalimentação entre seu ambiente interno e externo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Gazolla, M. & Pelegrini, G. (2011). As experiências familiares de agroindustrialização: uma estratégia de produção de novidades e de valor agregado. *Ensaio FEE* 32 (2), 361-388.
- Guivant, J. (2003). Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip. *Ambiente & Sociedade* [S.l.] 6 (2), 63-81.
- Hair, J. F. Jr., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R.E. & Tatham, R. L. (2009) *Análise Multivariada de dados*. Tradução Adonai Schlup Sant'Anna, 6ª Ed., Bookman, Porto Alegre.
- Milone, P. (2009). *Agriculture in Transitions: A Neo-Institutional Analysis*. Van Gorcun, Assen.
- Nelson, R. (1993). *National Innovation Systems: A Comparative Analysis*. Oxford University Press, New York/Oxford.
- Nelson, R. R. (2007) Economic Development from the Perspective of Evolutionary Economic Theory. The Global Network for Economics of Learning, Innovation, and Competence Building System. GLOBELICS, *Working Paper Series*, [S.l.], n. 02.
- Nelson, R. R. & Winter, S. G. (1977). In search of useful theory of innovation. *Research Policy* 6, 36-76.
- Nelson, R. R. & Winter, S. G. (2005). *Uma teoria evolucionária da mudança econômica*. Tradução de Cláudia Heller, Editora da UNICAMP, Campinas/SP.
- North, D. C. (1991). Institutions. *Journal of Economic Perspectives*, [S.l.] 5(1), 97-112.
- Organización De La Naciones Unidas Para La Alimentación Y La Agricultura - FAO. (2014). *El estado mundial de la agricultura y la alimentación*, 2014: Innovación en la agricultura familiar. [S.l.], 2014. Recuperado de: <<http://www.fao.org/3/a-i4036s.pdf>>.
- Ventura, F. & Milone, P. (2004). "Novelty as Redefinition on Farm Boundaries", in Wiskerke, J. S. C. & Ploeg, J. D. van der, *Seeds of Transition*. Van Gorcun, Assen, pp. 57-92.
- Ventura, F. & Milone, P. (2005). *Traiettorie di sviluppo*. Editora: AMP-Edizion, Perugia.

## Pêssego na região da Beira Interior. Uma abordagem de acordo com o sistema Triple Hélix

Maria Paula Simões

Escola Superior Agrária de Castelo Branco  
mpaulasimoes@ipcb.pt

Dora Ferreira

Escola Superior Agrária de Castelo Branco  
dorairferreira@gmail.com

Carmo Martins

Centro Operativo e Tecnológico Hortofrutícola Nacional  
carmo@cothn.pt

Pedro Dinis

Universidade da Beira Interior  
dinis@ubi.pt

### RESUMO

O modelo Triple Hélix constitui-se como um modelo de desenvolvimento que assenta no envolvimento de três esferas – Academia, Indústria e Organizações do Estado – que cooperam e interagem para a consolidação de desenvolvimento económico baseado no conhecimento e na inovação. A aplicação do modelo ao setor agrícola está ainda pouco enraizado. O projeto +pêssego – Inovação e desenvolvimento na cultura do pessegueiro na região da Beira Interior, tendo como objetivo contribuir para a valorização global da fileira através da atuação a nível de diversas técnicas culturais e valorização do seu produto – o pêssego, desenvolve-se numa estrutura e organização do modelo Triple Hélix, em que a esfera da indústria é ocupada pelos fruticultores e Organizações de Produtores. Como aspetos mais relevantes, resultantes desta iniciativa de base regional, refere-se a contribuição para a constituição de uma rede de conhecimento, a complementaridade de tarefas desenvolvidas pelos intervenientes e o planeamento de atuações futuras numa perspetiva *bottom-up*. Realça-se ainda como aspeto positivo, a formação de um espaço de dinâmica e de atuação na zona de interseção das diferentes esferas cuja sinergia potencia a inovação.

**PALAVRAS-CHAVE:** redes de conhecimento, desenvolvimento rural, fruticultura, prunóideas.

### 1. INTRODUÇÃO

A inovação à escala dos territórios envolve a adaptação ou a criação de novas organizações ou de novos conceitos de funcionamento organizacional capazes de preencher lacunas no ambiente de inovação regional, reconhecendo-se que o I&D não é o único driver de inovação (Kline & Rosenberg, 1986). Em Madureira *et al.* (2014) reconhece-se a importância das abordagens colaborativas para a inovação, o que implica a participação de uma diversidade de atores. Para Etzkowitz & Ranga (2013), a característica comum dos formatos organizacionais que melhor caracteriza os “espaços de inovação” é a valorização de iniciativas colaborativas baseada no conhecimento de base local/regional abrangendo todos os atores Triple Hélix. A criação e consolidação de sistemas regionais de inovação baseados no conhecimento é, assim, apresentado como principal objetivo do THM (Etzkowitz, 2008). O THM é um modelo analítico direcionado para o reconhecimento da importância da interação



entre as esferas Universidade – Indústria – Estado para o processo de inovação (Etzkowitz & Leydesdorf, 2000). Etzkowitz & Ranga (2013) demonstram que o THM, focado na inovação e o desenvolvimento económico, encontra um papel mais proeminente da Universidade, reforçando o papel híbrido das esferas da Indústria e do Estado, como alicerces de novos formatos institucionais e sociais para a produção, transferência e aplicação do conhecimento. Esta visão corrobora o papel de cada uma das esferas institucionais, bem como as suas interações, nas dinâmicas de inovação. Etzkowitz & Leydesdorf (2000) defendem o papel ativo da esfera Universidade e o trabalho colaborativo na resolução de problemas ligados ao setor produtivo. Em territórios de baixa densidade, onde a espessura institucional é reduzida, as redes multi-atores são a chave, quer na identificação de problemas, quer na definição de soluções. A reflexão sobre a perspetiva do THM, observada no quadro produtivo do setor agrícola, está pouco enraizado (Chaisalee *et al.*, 2010). Porém, em territórios de baixa densidade, estes atores fomentam novos modelos de liderança de redes de inovação baseados numa ação colaborativa intensa com outros *players*, desde autarquias, I&D, organismos públicos, associações setoriais e territoriais, investigadores, entre outros (Madureira *et al.*, 2013).

## 2. METODOLOGIA

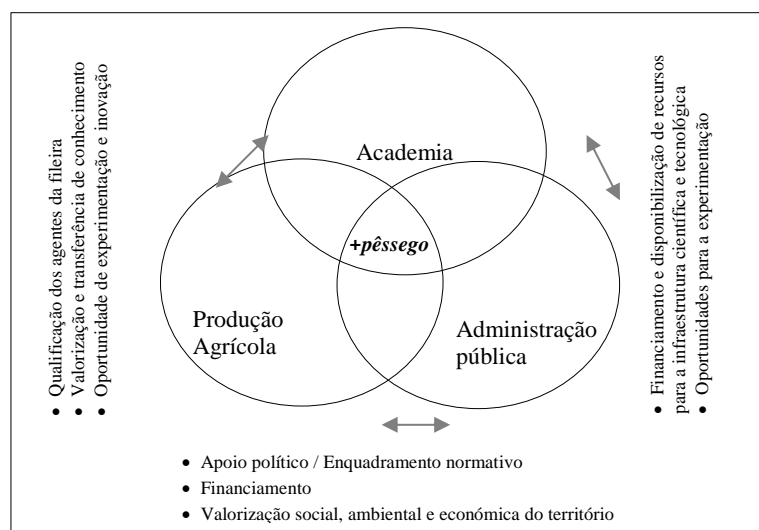
O presente trabalho aplica e discute o THM no contexto da fileira do pêssigo na região da Beira Interior particularmente assente na estratégia de atuação do projeto de investigação +*pêssigo* e, portanto, segue uma abordagem qualitativa que passa pela recolha de informação de caracterização, sistematização de objetivos e descrição dos papéis desempenhados das esferas, designadas por Academia – Setor Produtivo – Organismos do Estado. Apesar dos projetos de investigação, não terem ainda uma abordagem sistematizada (Yin, 2005), segue-se uma abordagem de estudo de caso.

## 3. ESTUDO DE CASO: +PÊSSEGO E A CONTRIBUIÇÃO PARA A DINAMIZAÇÃO DA FILEIRA

As condições edafo-climáticas da região da Beira Interior apresentam-se como favoráveis à produção de pêssigo, sendo atualmente a principal região de produção de Portugal, com 1640 ha e 40% da produção a nível nacional (INE, 2014). Paralelamente existe uma tradição de produção de fruta nesta região desde a década de 60, período durante o qual a atividade frutícola foi muito incrementada como resultado de ações do Estado quer a nível nacional, quer a nível regional (IV Plano de Fomento). Esta tradição capacita a região de conhecimento técnico, quer ao nível dos produtores, quer ao nível das Organizações de Apoio

à Produção, quer ao nível das empresas associadas, e, simultaneamente, existem circuitos de comercialização instalados, fatores muito importantes a considerar, estimar e valorizar.

A atividade de produção de pêsego apresenta-se como uma atividade agrícola de elevado potencial de valorização da região mas com necessidade do envolvimento de parcerias e sinergias dos atores regionais. Foi neste contexto que surgiu o projeto *+pêssego* – Inovação e desenvolvimento na cultura do pessegueiro na região da Beira Interior, que se desenvolve no THM, dado que envolve atores das esferas da Academia, da Produção e do Estado (Figura 1).



**Figura 1:** Configuração do modelo Triple Hélix no âmbito do projeto *+pêssego*

A Academia é representada pela Escola Superior Agrária de Castelo Branco (ESACB), pela Universidade da Beira Interior (UBI) e o Instituto Superior de Agronomia (ISA). Estes têm um papel fundamental na qualificação dos agentes da fileira, oportunidade de experimentação e transferência de conhecimento. A esfera da Produção é representada por fruticultores e organizações de produtores, neste caso as associações a Qta. de Lamaçais, bem como as associações de produtores, nomeadamente, a Associação de Agricultores de Produção Integrada de Montanha (AAPIM) e a Associação de Proteção e Produção Integrada do Zêzere (APPIZÊZERE). O contributo desta esfera é muito importante, quer ao nível da co-criação e transferência de conhecimento, quer na valorização e defesa dos recursos locais. Já na esfera do Estado está o Gabinete de Planeamento e Projetos (GPP) com um papel preponderante no apoio financeiro e enquadramento normativo. Destaca-se ainda a participação de organismos do estado associados à investigação como o INIAV e o CATAA, e o COTHN como organismo nacional de congregação do setor Hortofrutícola.

O projeto *+pêssego* tem como objetivo contribuir para a valorização global da fileira através da atuação a nível de diversas técnicas culturais e valorização do seu produto – o

pêssego. O projeto engloba a avaliação e desenvolvimento de novas metodologias de produção, visando contribuir para resolução de problemas ao nível da produção, preservação ambiental e valorização da fileira, através da realização de ações (manutenção do solo, monda de flores, monda de frutos, rega deficitária controlada, fertilização racional, qualidade dos frutos e caracterização económica da fileira) (Quadro 1).

**Quadro 1:** Ações, objetivos e entidades envolvidas no projeto *+pêssego*

Ações	Objetivo	Entidades envolvidas
Manutenção do solo	Avaliar o efeito da utilização da manta <i>Ecoblanket</i> na cobertura do solo nos dois primeiros anos após instalação do pomar	AAPIM, APPIZÉZERE, ESACB, COTHN, ISA
Monda de flores	Avaliar o efeito do equipamento portátil <i>Saflovers</i> para monda de flores	AAPIM, APPIZÉZERE, ESACB, COTHN,
Monda de frutos	Conceber um equipamento portátil que permita a mecanização da operação de monda de frutos	AAPIM, APPIZÉZERE, ESACB, COTHN, UBI
Rega deficitária controlada,	Otimização da gestão da água de rega	AAPIM, APPIZÉZERE, ESACB, COTHN,
Fertilização racional	Contribuir para a determinação dos valores de referência a utilizar na avaliação do estado nutricional das plantas	AAPIM, APPIZÉZERE, ESACB, COTHN, INIAV
Caracterização da qualidade dos frutos e da oferta ao longo do ciclo	Fundamentar um plano de divulgação e um plano para a valorização da produção	AAPIM, APPIZÉZERE, ESACB, COTHN, CATAA
Caracterização económica da fileira	Avaliar o rendimento da cultura e contribuir para o planeamento e defesa da fileira	AAPIM, APPIZÉZERE, ESACB, COTHN

AGRICULTORES

Com o objetivo de analisar as vantagens associadas ao THM, bem como identificar constrangimentos, procura-se sistematizar a relação e interação entre os diferentes atores das esferas: Academia, Produção agrícola e Organismos do estado.

### 3.1 Academia

A função tradicional da academia é o ensino e a investigação. Contudo, em virtude de ligações laterais com o setor produtivo, a academia assume como terceira função o envolvimento no desenvolvimento socioeconómico, indo ao encontro do que defende Etzkowitz & Ranga (2013). No âmbito do projeto *+pêssego* esta terceira missão é assumida através da capacidade de criar conhecimento e desenvolver tecnologias que respondam aos problemas da produção, ao mesmo tempo que há a capitalização de conhecimento numa fileira em expansão na região (prunóideas).

### 3.2 Produção agrícola

O objetivo da produção é a criação de riqueza que, por sua vez, resulta do trabalho desenvolvido pelos produtores, tendo como base a aproveitamento das condições edafoclimáticas e sociais da região, o seu conhecimento e experiência e as condições económicas de base, nomeadamente o custo dos fatores de produção e o preço de mercado. Sendo escassa a

intervenção da produção ao nível do preço final dos produtos (imposto pelas grandes cadeias de distribuição), a inovação ao nível do processo produtivo é encarada, pelos agricultores, como oportunidade de aumentar a produção e reduzir os custos da atividade. Neste sentido, a participação da esfera associada ao setor produtivo no projeto *+pêssego* vem assumir-se como esfera mobilizadora no processo de criação de conhecimento técnico e científico capaz de resolver problemas práticos (através da experimentação de novas técnicas culturais).

### 3.3 Organismo do estado

Sem perda do objetivo principal que é contribuir para o desenvolvimento das regiões de baixa densidade, a função tradicional do estado é o controlo normativo (Leydesdorff & Martin, 2006) e garantir a eficiência de utilização de recursos (Ranga & Etzkowitz, 2013). O delineamento de agendas para o território focado no desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo, melhorar os processos de inovação e fomentar um maior envolvimento dos atores locais na estratégia de governação, são alguns dos objetivos da Estratégia “Europa 2020”. O Estado, apresentado pelo organismo que gere o PRODER, “Medida 4.1 Inovação”, reforça a importância da liderança de iniciativas de desenvolvimento *bottom-up*, preferencialmente lideradas por agricultores.

### 3.4 Espaços e inter-relações entre as esferas da Triple Hélix da fileira do pêssego

Num modelo de esferas interligadas há zonas de sobreposição. É nestas zonas que se joga a dinâmica da inovação e de cooperação capaz de gerar, gerir e rentabilizar redes de conhecimento. É nestes espaços que se geram estratégias *bottom-up* com maior capacidade de rentabilização de recursos, pois potencia-se a colaboração e assiste-se ao assumir de tarefas em carácter de substituição das funções tradicionais das diferentes esferas. Estes dois aspetos são realçados como pontos focais do espaço de relacionamento no THM. No âmbito deste projeto de investigação, a decorrer numa região de baixa densidade, a colaboração e substituição de funções entre diferentes esferas poderão ser potenciados, tirando o máximo partido da compreensão da dinâmica do THM.

### 3.5 Vantagens e constrangimentos do THM no contexto da fileira do pêssigo

No THM é identificado o “espaço de consensos” que se constitui como um espaço de discussão e planeamento com um sistema misto de circulação de informação (*bottom-up* e *top-down*), favorecendo o aparecimento de liderança num processo colaborativo e não impositivo (Etzkowitz e Ranga (2013)). Como constrangimentos associados à geração e valorização deste espaço de consensos identifica-se, essencialmente, a desvalorização do espaço e tempo para o pensamento e o diálogo e a alteração constante de normas e regras, bem como a escassez de recursos, quer financeiros, quer humanos. Mais detalhadamente, pode dizer-se que o esforço dos atores na adequação à prolífera alteração de normas, requer tempo e esforço que é retirado ao planeamento de ações futuras e criação de conhecimento e sua difusão. Assim, requer-se não só políticas de inovação, mas inovação ao nível da política.

## 4. CONCLUSÕES

Como principal evidência do contributo do THM aplicado à fileira do pêssigo para o desenvolvimento regional destaca-se a mobilização de vontades e capitalização de conhecimento procurando contribuir para “improving brain gain” em detrimento de “brain drain”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Chaisalee, W., Jongkaewwattana, A., Tanticharoen, M. & Bhumiratana, S. (2010). *The Heart of Innovation and Development for Rural Community in Thailand*. Disponível em: <http://www.leydesdorff.net/>, consultado a 2016-05-12
- Etzkowitz, H. & leydesdorff, L. 2000. The dynamics of innovation: from National Systems and "Mode 2" to a Triple Helix of university-industry-government relations. *Research Policy* 29, 109-123.
- Etzkowitz, H. (2008). *The Triple Helix: University-Industry-Government Innovation in Action*. Routledge, Londres.
- Kline, S. & Rosenberg, N. (1986). “An overview of innovation”, in Landau, R., Rosenberg, N. (Eds.), *The positive sum strategy: Harnessing technology for economic growth*, National Academy Press, Washington DC, pp. 275-305.
- Ranga, M., Etzkowitz, H. (2013). Triple Helix systems: analytical framework for innovation policy and practice in the Knowledge Society. *Industry and Higher Education* 27(4), 237-262.
- Madureira, L. Gamito, T. M., Ferreira, D. & Portela, J., (2013b). *Inovação em Portugal Rural. Detetar, Medir e Valorizar*. Príncipeia, Lisboa.
- Madureira, L., Gamito, T. M., & Ferreira, D. (2014). Networking as Multi-Purposed Tool for Innovative Organizations in Rural Areas. *Advanced Engineering Forum* 11, 70-75.
- Yin, R. (2005). *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. Bookman, Porto Alegre

## THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA

---

Identity, heritage, culture and tourism | Identidade, património,  
cultura e turismo

## **Diálogo entre cultura, patrimônio e visitação: o Parque da ESALQ (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”/ USP), Piracicaba, SP**

Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz  
USP - ESALQ  
otmmquei@usp.br

### **RESUMO**

O patrimônio cultural é valorizado, abrindo possibilidades de se projetar o passado no presente, testemunhando uma identidade. É o caso do Parque da ESALQ (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, USP, São Paulo, Brasil), Piracicaba, inaugurado em 1907. A ESALQ é direcionada ao ensino, pesquisa e extensão universitária em Ciências Agrárias, Sociais e Ambientais, tendo iniciado suas atividades em 1901 (Molina, 2011). A principal atuação da ESALQ era voltada à agricultura, com o curso Engenharia Agrônômica. Foi ampliada com a criação de novos cursos com enfoque multidisciplinar. No campus são implementadas atividades de uso público “pela população local e da região devido às características históricas, paisagísticas e ambientais de seu parque que permitem a recreação” (Hirata, Sete & Queiroz, 2013, p. 627). Os patrimônios do Parque são atrativos turísticos, elementos de qualificação que estimulam o seu uso.

**PALAVRAS-CHAVE:** cultura, patrimônio, turismo, esalq.

### **1. INTRODUÇÃO**

O patrimônio cultural vem sendo valorizado, abrindo possibilidades de se projetar o passado no presente, patrimônio este que testemunha uma identidade. É o caso do Parque da ESALQ (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”), da Universidade de São Paulo, Brasil, localizado em Piracicaba, interior paulista.

Patrimônio é uma construção social idealizada pela sociedade através dos tempos em diferentes lugares, com certas finalidades que podem mudar no decorrer do tempo e das necessidades daqueles que se apropriam deste. O patrimônio representa simbolicamente uma identidade, representa uma ideologia. Considerado um artifício idealizado por uma sociedade em processo coletivo, com certas finalidades, indicando, assim, ser variável conforme os novos interesses que podem estabelecer outras funções em novas conjunturas (Prats, 1997).

O patrimônio cultural relaciona-se, diretamente, ao meio ambiente no qual está fixado e o parque da ESALQ é um exemplo de como um espaço é modificado no decorrer do tempo, tornando-se parte da história das pessoas que ali se estabeleceram, história esta que se confunde com a criação da própria então Escola Agrícola, denominação inicial da instituição. Em 1889, Luiz Vicente de Souza Queiroz, seu fundador, comprou a fazenda São João da Montanha, distante três quilômetros do centro da cidade de Piracicaba. A propriedade possui solos de boa qualidade, atravessada por vários corpos de água, sendo os principais, o rio Piracicaba e o ribeirão Piracicamirim (Reichardt, 2001).

Membro da classe dominante de sua época, Luiz de Queiroz foi neto do Brigadeiro Luiz Antonio, maior proprietário de terras da Província, e filho de Vicente de Souza Queiroz, o Barão de Limeira, com Francisca de Paula Souza. No ano de 1857, aos oito anos de idade, foi enviado pelos pais para estudar na Europa [...]. Lá permaneceu por 16 anos, período no qual teria estudado agronomia na França e na Suíça. Em 1873, com 24 anos, retornou ao Brasil, onde herdou de seu pai a fazenda Engenho d'Água, na antiga Vila de Constituição, hoje Piracicaba. Luiz de Queiroz e sua família tinham a base de seu poder no controle dos meios de produção – a fazenda, os escravos, os trabalhadores livres e alguns maquinários (Molina, 2011, p. 86-87).

Em 1892, Luiz de Queiroz fez doação da fazenda São João da Montanha ao governo paulista, para que neste lugar fosse construída uma Escola Agrícola Prática com uma proposta didático-pedagógica bem singular (uma fazenda escola). Os conteúdos programáticos práticos seriam mais enfatizados do que os teóricos, nos padrões de escola pública de nível médio, para rapazes com ensino fundamental e idade de quinze anos. Finalmente, depois de alguns anos, em 1901, a Escola Agrícola Prática entrou em atividade, a primeira a ser instalada no Brasil (nível médio). Em 1905 houve uma reorganização da escola, o edifício principal ficou pronto, e a casa do Diretor foi reformada; e um magnífico parque que circunda a escola, projeto do arquiteto-paisagista belga Arsène Puttmans. Em 1907, o novo edifício e outras construções foram inaugurados. Com essas inaugurações iniciou-se um período áureo para a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. A atual Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” ofereceu o ensino secundário até 1925, quando foi transformada em curso superior com gestão da Secretaria Paulista de Agricultura (ESALQ<sup>86</sup>, s/d.) A Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” foi incorporada à Universidade de São Paulo em 1934.

Entre 1922 e 1959, ocorreu expansão do projeto original do parque, com a criação dos canteiros ao redor dos pavilhões de Química (1930), Horticultura (1946) e Engenharia (1947 - 1948), com a introdução de espécies nativas e exóticas. Em 1986, o Parque passou a ser chamado de “Parque Philippe Westin Cabral de Vasconcellos” em homenagem ao professor responsável pelas ampliações locais. É o “único existente no Brasil que possui o Estilo Inglês de Paisagismo [...] pela beleza, raridade e aspectos histórico-culturais, acabou sendo tombado, em 2006, visando à preservação de suas características” (Mendes *et al.*, 2015, p. 221).

Nos dias atuais, o parque da ESALQ pode ser considerado como um território multifuncional, pois, além de ter valores científico e histórico, é a principal área verde da cidade de Piracicaba, configurando-se como local de lazer, prática de caminhadas em paisagem cultural.

---

<sup>86</sup> ESALQ. Institucional. Disponível em: <http://www4.esalq.usp.br/institucional/historico>. Acesso em: 12 jun. 2016.



## 2. “PARQUE PHILIPPE W. C. DE VASCONCELLOS” – O PARQUE DA ESALQ

O campus da ESALQ tem reservada em sua área 15 hectares para o parque.

Graças a sua expressividade e relevância no panorama municipal e regional, o Edifício Central, o Parque e parte do conjunto que compõem o campus “Luiz de Queiroz” passaram pelo processo de tombamento em 2006, sendo marcados como bens cultural, histórico, arquitetônico e ambiental pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) (Hirata, Sete, Queiroz, 2013, p. 639).

É relevante citar que o parque urbano é considerado uma área verde, com funções ecológicas, estéticas, psicológicas e de lazer, apresentando uma extensão maior que as praças e jardins públicos (Lima *et al.*, 1994).

Os parques urbanos enquanto áreas verdes, certamente, auxiliam a purificação do ar pela fixação de poeiras; contribuem também para o equilíbrio solo/clima/vegetação suavizando a temperatura, conservando a humidade e reduzindo a velocidade do vento; oferecem abrigo à fauna; abrandam os ruídos da cidade; contribuem para uma quebra da monotonia da paisagem urbana cheias de construções, enriquecendo o seu visual (Lombardo, 1990). No Parque da ESALQ podemos observar, nitidamente, todas essas contribuições citadas por aquela autora, além dos aspectos históricos e culturais já mencionados.

Discorrendo de maneira mais geral sobre o tema, pode-se dizer que a expansão dos parques urbanos passou por diversas fases e mudanças em sua concepção, acompanhando os fatores socioambientais, econômicos e culturais de cada período histórico. E com a grande concentração da população em cidades, cada vez mais, há necessidade de áreas de lazer e contato com a natureza em espaços de concreto impermeabilizados. “Tais áreas [...] se configuram também como alguns dos últimos espaços remanescentes para a conservação da biodiversidade em zonas urbanas” (Whately, 2008. p. 11).

Muitos parques urbanos de hoje foram inspirados em ideais de parques europeus do século XIX e início do século XX, criados para acolher as massas das metrópoles que foram surgindo neste período, locais de cultura e encontros sociais. É importante destacar que no Brasil nessa época, os “parques urbanos eram vistos pela sociedade como algo contemplativo [...] uma modernidade importada dos países europeus, alheia às necessidades sociais da população urbana daquela época” (Bovo, 2009, p. 77).

Entretanto, o Parque da ESALQ não foi criado com este objetivo, embora, com o decorrer do tempo, passou também a ter a função de receber a população da cidade que cresceu muito e busca áreas verdes para atividades de recreação, incluindo práticas esportivas. Quando

a Escola Agrícola e o parque foram criados na então fazenda São João da Montanha, no começo dos anos de 1900, a área ficava longe do aglomerado urbano de Piracicaba. Este foi se expandindo, zonas rurais locais foram transformadas em urbanas e a cidade abraçou a ESALQ. Tornou-se um espaço “marcado pela convivência humana. É, portanto, um importante elemento histórico e cultural do espaço urbano [...]” (Bovo, 2009, p. 64).

O autor afirma que

É importante destacar que no século XX os parques urbanos se tornam reconhecidos em várias sociedades e culturas e o lazer passa a ser uma conquista da cidadania nas sociedades democráticas. A ciência passa a considerar a importância dos parques urbanos, o lazer torna-se uma necessidade social do indivíduo e os parques urbanos desempenham importante função nessa nova mentalidade. Desde o seu surgimento nas cidades, o parque tem assumido diferentes configurações e significados e se constituem como um elemento de forte permanência, mantendo-se com suas principais características independentemente das transformações das estruturas urbanas em seu entorno [...] (Bovo, 2009, p. 74).

Piracicaba é um centro regional, possuindo hoje vários atrativos e centros de consumo e lazer como o *shopping center*, recentemente ampliado, que encanta a população local. Porém, mesmo com outras possibilidades de recreação e divertimento, boa parte da comunidade local frequenta o Parque da ESALQ constantemente. Visitantes de outras cidades do entorno também buscam o Parque para passeios e contemplação.

As pesquisadoras Hirata, Sete e Queiroz (2013) dissertam sobre investigação realizada no Parque da ESALQ, em 2009 e 2011, sobre os múltiplos usos da área como equipamento do espaço urbano e sua importância no processo de inclusão social. Os visitantes do Parque foram inqueridos sobre a infraestrutura receptiva, importância como espaço público e motivações para frequentar o local, considerando aspectos ambientais, culturais e históricos. Os resultados da pesquisa indicaram que mais de 80% dos visitantes eram moradores locais de Piracicaba, quase metade com ensino superior.

Sobre a renda familiar em salários mínimos mensais, 6% não responderam; 50% afirmaram ter renda entre 6 e 10; 20% entre 10 e 20; 17% entre 3 e 5; 7% entre 1 e 2. Quanto à motivação citaram: lazer, exercícios físicos, contato com a natureza, paisagem e importância histórica/arquitetônica. Para melhorias da receptividade indicaram, principalmente, bebedouros, banheiros, lanches, lixeiras e coleta seletiva. O Parque da ESALQ é um espaço amplamente usado pelo caráter universitário e público para visitação, expressão da multiplicidade de suas funções que favorecem o turismo e a inclusão social (Hirata, Sete, Queiroz, 2013, p. 642).

As autoras concluem que a relação com o verde da vegetação, a observação de aves e a temperatura agradável são os itens mais apreciados pelos frequentadores do parque da ESALQ. Os aspectos culturais e afetivos também chamam bastante a atenção dos visitantes, principalmente aqueles ligados à história que se confunde com a vida da própria cidade. Perguntados sobre os motivos da visita, os indivíduos demonstraram carinho e admiração ao Parque, destacando a qualidade de vida da cidade em função da existência deste local, ESALQ.

### 3. CONSIDERAÇÕES

O patrimônio cultural, como dissemos inicialmente, é valorizado nos dias atuais, redescobrimo-nos o passado no presente, havendo reais possibilidades de se observar verdadeiras relíquias que representam uma identidade. O Parque da ESALQ, de Piracicaba, interior paulista, com seus gramados, bosques e caminhos encantam os visitantes. Os patrimônios cultural e paisagístico do Parque são jóias raras que devem ser preservadas, constituindo-se como atrativos turísticos da cidade. A sua manutenção é profundamente necessária para continuar a proporcionar boa qualidade de vida aos locais e aos visitantes de outras regiões.

Acreditamos que o desenvolvimento urbano de Piracicaba deve estar sempre associado a conservação ambiental de áreas como a do Parque da ESALQ.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bovo, M. C. (2008). *Áreas verdes urbanas, imagem e uso: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá, PR*. Tese (doutorado) – UNESP, Presidente Prudente, São Paulo. Disponível em: [http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105006/bovo\\_mc\\_dr\\_prud.pdf?sequence=1](http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105006/bovo_mc_dr_prud.pdf?sequence=1).
- Hirata, S. R.; Sete, P. K. & Queiroz, O. T. M. M. (2013). O Parque da ESALQ como espaço público multifuncional e de lazer em Piracicaba, SP. *Turismo em Análise*, v. 24, n. 3, pp. 627-653.
- Lima, A. M. L. P. (1987). Nosso Parque faz 80 anos. *Revista da ADEALQ*, v. 10, n. 6, pp. 20-22.
- Lima, A. M. L. P. *et al.* (1994). Problemas na utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: *Congresso Brasileiro de Arborização Urbana*, 2. São Luís: Imprensa Emater/MA.
- Lombardo, M. A. (1990). Vegetação e clima. In: *Anais do Encontro Nacional Sobre Arborização Urbana*, Curitiba. Anais. FUPEF/PR.
- Mendes, F. H.; Oliva, G. T.; Arantes, B. L.; Abreu, R. N.; Cella, A. C.; Polizeu, J. L. & Silva Filho, D. F. (2015). Diversidade arbórea e análise estrutural em Jardim inglês da Universidade de São Paulo. *Ciência e Natura*, v. 37, n. 42, pp. 220-231. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/17304-100625-1-PB.pdf>.
- Montenegro, H.W.S. (1983). *A arte de projetar jardins*. Piracicaba: FEALQ.
- Molina, R. S. (2011). *Escola Agrícola Prática “Luiz De Queiroz” (ESALQ/USP): sua gênese, projetos e primeiras experiências - 1881 a 1903*. (Dissertação mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/MolinaRodrigoSarruge\\_M.pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/MolinaRodrigoSarruge_M.pdf) (acesso 13 jun 2016).
- Prats, L. (1997). *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Reichardt, K. (Ed.) (2001). *ESALQ 100 anos: um olhar entre o passado e o futuro*. São Paulo: Premio.
- Whately, M. *et al.* (Orgs.) (2008). *Parques urbanos municipais de São Paulo: subsídios para a gestão*. São Paulo: Instituto Socioambiental.

## Artesanato e identidade territorial

Carolina Iuva de Mello  
Universidade Federal de Santa Maria  
carolinaiuva@gmail.com  
José Marcos Froehlich  
Universidade Federal de Santa Maria  
jmarcos.froehlich@gmail.com.

### RESUMO

Tendo por referência as experiências da Costa Doce e da Quarta Colônia, territórios situados no Rio Grande do Sul, extremo meridional do Brasil, este artigo tem por objetivo refletir sobre como o artesanato vem se transformando em interação com os processos globalizantes contemporâneos que oportunizam o seu acionamento enquanto expressão de identidade territorial em nome do desenvolvimento. Os dois territórios estudados, apesar de empreenderem esforços em nome da construção e projeção identitária, representam diferentes relações entre o artesanato e o território. Na Costa Doce, há uma vinculação clara entre as estratégias de reconversão territorial e o artesanato produzido no território. Na Quarta Colônia, apesar de tentativas de inserir o artesanato produzido no território nos processos de construções identitárias, sua visibilidade não é acentuada, embora a prática subsista em todos os municípios do território. Após análise dos casos, pode-se apontar que na contemporaneidade o artesanato possui maiores oportunidades de subsistir quando reconvertido para se tornar expressão identitária.

**PALAVRAS-CHAVE:** artesanato, identidade territorial, globalização, desenvolvimento.

### 1. INTRODUÇÃO

Com a crescente expansão da globalização, e conseqüente preocupação com a homogeneização dos bens culturais, a valorização das especificidades territoriais passou a permear discussões em diversas áreas do conhecimento. Neste cenário, estratégias de reconversão são frequentemente utilizadas com o intuito de mobilizar elementos territoriais e transformá-los em sinais diacríticos. No âmbito destas estratégias, os bens culturais, como o artesanato, destacam-se entre as possíveis singularidades vinculadas ao território que podem ser mobilizadas em nome do desenvolvimento.

A partir de dois estudos de caso, este artigo tem por objetivo tecer reflexões sobre como o artesanato vem se transformando em interação com os processos globalizantes contemporâneos que oportunizam o seu acionamento enquanto expressão de identidade territorial em nome do desenvolvimento. Em favor da interpretação, optou-se pela triangulação de informações coletadas por meio da análise documental, observações e entrevistas a campo. Durante a análise documental foram realizados registros fotográficos das peças produzidas, materiais utilizados e espaços de produção com o intuito de facilitar a compreensão do universo de estudo. A observação realizada foi do tipo não participante e as entrevistas foram do tipo

semiestruturadas, realizadas com os interlocutores qualificados envolvidos no processo de produção, comercialização e divulgação do artesanato. O método de constituição da amostra utilizado foi o *snowball* e o fechamento amostral se deu por saturação teórica.

No caso da Costa Doce, um território turístico reconhecido, há uma vinculação clara entre as estratégias de reconversão territoriais e o artesanato produzido no território, propiciada especialmente por atores institucionais, como o SEBRAE e a Agência de Turismo da Costa Doce. Diferentes signos de identificação com o território foram deliberadamente atribuídos ao artesanato para que ele se tornasse expressão de identidade territorial nos processos de construção e projeção identitária já em andamento na Costa Doce. A partir das entrevistas realizadas com artesãs dos grupos de artesanato identitário e de observações do artesanato produzido e comercializado no território, pode-se afirmar que as estratégias de reconversão, e consequentes processos de hibridação, promovidos pelos atores institucionais sobre o artesanato do território impactaram positivamente a situação socioeconômica das artesãs, contribuindo para dar maior visibilidade e prestígio aos artefatos.

Na Quarta Colônia, o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS) têm promovido, desde o início da década de 1990, ações com objetivo de afirmar uma identidade territorial como suporte ao seu desenvolvimento. Entretanto, as tentativas de reconverter o artesanato com vistas a transformá-lo em expressão de identidade territorial não tem tido êxito. As observações e entrevistas realizadas permitiram afirmar que, apesar das tentativas de territorialização do CONDESUS, no que diz respeito ao artesanato, atualmente não há integração entre os diferentes municípios. As referências simbólicas nos artefatos confeccionados, quando existentes, são predominantemente específicas da localidade do artesão, e não necessariamente fazem alusão ao território.

A presente investigação se faz relevante na perspectiva da abordagem territorial do desenvolvimento, pois dada a importância da dinamização dos bens culturais para a sociedade contemporânea, torna-se necessário compreender como o artesanato vem se transformando em interação com os processos globalizantes em territórios onde estão em andamento processos de construção e projeção identitária, facilitando a geração de conhecimentos favoráveis à formulação de políticas públicas e articulações intersetoriais em nome do desenvolvimento.

## 2. REFLEXÕES SOBRE O ARTESANATO IDENTITÁRIO NA CONTEMPORANEIDADE

A globalização, ao possibilitar novas interações entre o global e o local, oportuniza a mobilização de grupos sociais para se utilizem de suas singularidades culturais na formulação de sinais diacríticos a serem acionados em situações específicas nas quais constroem uma representação simbólica da sua identidade. O artesanato, neste contexto, possui potencial de ser acionado enquanto expressão de identidade territorial, contribuindo para o fortalecimento das narrativas de construção e projeção identitárias.

A par da recomendação de Canclini (1983, p. 53), de que o artesanato deve ser estudado “como um processo e não como um resultado, como produtos inseridos em relações sociais e não como objetos voltados para si mesmos”, cabe indagar se a substituição da palha de trigo ou de milho como matéria-prima para a confecção de bolsas e chapéus, devido à sua escassez, por tranças feitas com jornais, canudos plásticos ou outros materiais industrializados, diminui o valor artesanal dos artefatos ou é simplesmente uma adaptação às novas condições econômicas e culturais do artesão. Se, como destacado por Simmel (2005), o valor não é uma propriedade inerente aos objetos, mas um julgamento que sujeitos fazem sobre eles, a resposta para a indagação anterior vai depender deste julgamento.

As entidades brasileiras que atuam no artesanato possuem seus próprios pareceres de distinção entre o que possui aptidão para ser considerado artesanato e o que pertence à esfera do trabalho manual, composta por artefatos de valoração inferior. Aquelas que atuam com grupos sociais localizados no rural, como a EMATER/RS, consideram artesanato somente os artefatos que utilizam matéria-prima proveniente do meio rural. As que possuem uma orientação empreendedora, como o SEBRAE, ressaltam a criatividade e inovação como critérios de diferenciação. Apesar destas distinções serem pertinentes para definir os grupos sociais nos quais as entidades irão atuar, a matéria-prima com a qual o objeto foi confeccionado diz respeito à sua aparência, e não à sua essência, que é a manualidade.

Muitas práticas consideradas hoje tradicionais foram inventadas (Hobsbawm, 2012) ao longo do tempo por atores do território, indo de encontro à visão tradicionalista que entende o artesanato como uma arte de fazer que foi e deve ser preservada sem qualquer alteração. A inserção de inovações na cadeia produtiva do artesanato pode facilitar sua necessária inserção no mercado para assegurar sua reprodutibilidade, ainda que em um estado alterado da tradição (Leite, 2005). Considerando o artesanato como um processo que se insere reflexivamente no contexto de sua produção e se reflete nos modos de vida de quem os produz (Leite, 2005),

ressalta-se que são os artesãos que devem decidir quais inovações podem ser aceitas e quais se opõem aos seus interesses (Canclini, 1983).

No artesanato, os aspectos simbólicos e econômicos sempre caminharam juntos. Na contemporaneidade, com o avanço da globalização, o artesanato passou a desempenhar um papel de diferenciação simbólica na arena do mercado e narrativas passaram a ser criadas, reconstruídas ou evocadas para revestir os artefatos feitos à mão de certa ‘aura’ (Benjamin, 1987) em oposição aos objetos ‘impessoais’ da produção em massa. Neste contexto, o artesanato “não tem mais função e sim uma virtude: é um signo” (Baudrillard, 2009, p. 90), tendo ocorrido uma crescente aproximação dos artesãos aos profissionais das áreas de comunicação e design, cujos esforços para promover maior inserção do artesanato nos mercados simbólicos acabam implicando em vários tipos de singularizações (Kopytoff, 2008), muitas delas efêmeras.

Durante as entrevistas foi verificado que, previamente à ação do SEBRAE, os artesãos comercializavam os artefatos especialmente pelo seu valor de uso, seja adornar, agasalhar ou presentear. Posteriormente, quando designers passam a ‘assinar’ as coleções, as peças se tornaram signos no mercado de bens simbólicos. De bijuterias, ganharam o status de biojoias. De artesanato, passaram a peças de arte.

A falta de potenciais herdeiros para a continuidade da atividade foi evidenciada durante os estudos de caso realizados. Nenhum dos artesãos entrevistados tinha aprendizes, especialmente devido ao retorno financeiro incerto. Desse modo, a defesa do artesanato deve se concentrar em atividades que tem ou poderão vir a ter capacidade de subsistir por si, pela sua rentabilidade econômica e aceitação social, evitando-se o uso de subsídios crônicos para uma vida artificial (Ferreira, 1983) e tendo o cuidado para não limitar “sua originalidade característica, seu valor artístico, ambos ligados intrinsecamente a um contexto cultural preciso e inconfundível” (Ferreira, 1983, p. 98). Além disso, os produtos podem perder a função antes realizada sem que a técnica tenha de desaparecer, pois poderá orientar-se para outro tipo de produtos, mais adequados à conjuntura sociocultural atual do artesão.

Compreende-se, portanto, que o artesanato depende de especificidades que vão além dos aspectos econômicos, mas não o excluem, pois o artesão necessita da comercialização dos seus produtos para se manter na atividade. Idealmente, o processo criativo voltado aos mercados, inerente à área do design, deveria ser gradualmente incorporado pelos artesãos de maneira democrática e crítica para que eles não se tornem dependentes de atores externos. Ademais, sobre a relação dos artesãos com os mercados, Belas (2012, p. 124) ressalta que a

negociação em termo de “volume e prazo das encomendas, é fundamental para evitar demandas que ultrapassem a capacidade de escala e de ritmo temporal dos produtores e respeitem as condições socioambientais de produção”. Essa negociação pode ser facilitada quando os artesãos possuem apoio institucional que os preparem para essas situações, como nos casos vislumbrados na Costa Doce onde as artesãs relataram que os lojistas seguidamente tentam encomendar quantidades excessivas de peças, incompatível com o tempo demandado para a confecção artesanal que é, por natureza, muito mais morosa que a industrial. Elas ressaltaram que muitas vezes o que os lojistas querem é o ‘industriano’, um misto de indústria e artesanato que resulta em artefatos idênticos produzidos em grande escala, com utilização de moldes e formas em máquinas e equipamentos de reprodução. Porém, elas são firmes nas negociações, pois acreditam que o diferencial de mercado dos seus produtos é exatamente a manualidade inerente ao trabalho artesanal.

No caso da Quarta Colônia, onde a atuação de instituições estatais sobre a produção de artesanato é praticamente inexistente na atualidade, foram observados exemplos de aproximação entre o artesanato e os aspectos identitários do território promovidos pelos próprios artesãos. Um deles é a confecção, em palha de trigo, de chapéus e *sportas* em miniatura para serem comercializados como *souvenir*, pois são artefatos característicos dos imigrantes italianos e confeccionados com o trançado de palha, uma das técnicas artesanais mais tradicionais do território. Esta transferência do domínio do valor de uso para o valor simbólico dos objetos permite a continuidade da técnica, pois suas funções originárias, proteção contra o sol na lida campeira e transporte de itens, por exemplo, vem sendo ao longo do tempo supridas por artefatos industriais, cada vez mais acessíveis e onipresentes.

O artesanato enquanto expressão de identidade territorial faz parte da abordagem que entende a cultura como recurso (Yúdice, 2006), sendo uma alternativa para a polarização entre a concepção “conservadora, que enxerga apenas a questão cultural, ou meramente estética, e se consagra a vigiar as tradições, embalsamando os desenhos e as técnicas” e a oposta, “o tecnocratismo desenvolvimentista”, que propõe a modernização excessiva da produção artesanal, ou simplesmente a sua abolição (Canclini, 1983, p.138). Assim, a inserção de modificações no artesanato visando transformá-lo em expressão de identidade territorial pode ser uma opção para sua manutenção enquanto alternativa econômica não dissociada do aspecto simbólico, desde que assimilada e dominada pelos artesãos.



### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados empíricos coletados nos estudos de caso, algumas análises puderam ser tecidas. Entende-se que a atual conjuntura globalizada possibilita a construção de novas identidades a partir de interações específicas entre o global e o local, favorecendo a instrumentalização de singularidades simbólicas territoriais na criação de sinais diacríticos a serem acionados em nome do desenvolvimento. A identidade cultural é um processo em andamento mediado por discursos, por vezes antagônicos, situados em contextos sociais e históricos específicos. Neste contexto, elaboram-se narrativas que vêm apresentando o artesanato como mercadoria diferenciada em função dos valores simbólicos e históricos que lhes são atribuídos no contexto de produção e circulação.

A aproximação dos artesãos a atores institucionais que visam sua maior inserção nos mercados a partir da evidenciação de aspectos identitários territoriais nos artefatos resulta em hibridações que propiciam novas iniciativas políticas e estruturas de autoridade que podem promover elementos impulsionadores de geração de trabalho e renda. Somado a isso, a pesquisa de campo demonstrou que a aproximação entre artesãos e atores da área da comunicação e design pode promover melhorias técnicas e potencializar a divulgação dos artefatos e que as parcerias com instituições estatais voltadas ao apoio do artesanato podem promover o acesso destes novos produtos a novos mercados, ampliando a geração de renda do artesão e permitindo a subsistência das técnicas artesanais em um mundo globalizado.

Portanto, como conclusão provisória, percebe-se que o artesanato pode servir de expressão identitária e contribuir para a construção e projeção dos territórios quando mobilizado em estratégias de reconversão com este intuito. Mesmo em territórios onde a tradição artesanal é escassa ou está enfraquecida, é possível acionar o artesanato de modo que ele coopere para o reconhecimento das singularidades territoriais que foram selecionadas e visibilizadas nas narrativas identitárias, elaboradas em nome do desenvolvimento.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baudrillard, J. (2009). *O sistema dos objetos*. 5ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Belas, C. A. (2012). *Indicações geográficas e salvaguarda do patrimônio cultural: artesanato de capim dourado Jalapão-Brasil*. 2012. 266f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- Benjamin, W. (1987). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Canclini, N. G. (1983). *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Ferreira, J. M. C. (1983). *Artesanato, cultura e desenvolvimento regional: um estudo de campo e três ensaios breves*. Vila da Maia: Gráfica Maiadouro.
- Hobsbawm, E. (2012). Introdução: A invenção das tradições. In: Hobsbawm, E. & Ranger, T. (orgs.). *A invenção das tradições* (pp. 9-23). 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Kopytoff, I. (2008). A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: Appadurai, A. (Org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural* (pp. 89-121). Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Leite, R. P. (2005). Modos de vida e produção artesanal: entre preservar e consumir. In Sampaio, H. (org.). *Olhares itinerantes: reflexões sobre artesanato e consumo de tradição* (pp. 27-41). São Paulo: Artesanato Solidário.
- Simmel, G. (2005). *The philosophy of money*. 3ª ed. Londres: Taylor & Francis e-Library.
- Yúdice, G. (2006). *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: UFMG.

## Peri-urban agricultural system and diversification of activities. Case study: “Huerta de Valencia”

Estefania Osorio Acosta

Universidad Politécnica de Valencia

esosac@esp.upv.es

Inmaculada Marques-Perez

Universidad Politécnica de Valencia

imarques@upvnet.upv.es

Baldomero Segura García del Río

Universidad Politécnica de Valencia

bsegura@upvnet.upv.es

### ABSTRACT

In recent years, changes in social preferences have induced changes in model of production and consumption in force, towards a model of sustainable development. This new model highlights agricultural production activity around the cities and their immediate surroundings, and it questions the urbanization and occupation of agricultural land in areas around the cities by alternative uses and potentially more profitable. Regardless of the types, many peri-urban agricultural systems are characterized as agricultural ecosystems with high ecological value. Which are intended to play an important role in the sustainable development of the cities. In addition, it is created characteristic landscape that include remarkable examples of historical, cultural and natural heritage. This valorization of peri-urban agriculture is justified in some cases, less important in developed countries, by their contribution to the food security of society disadvantaged groups. In others cases by its multifunctional agricultural production processes, which generate goods and services in the current context highly appreciated by the whole society: activities linked to both leisure and environmental conservation. The multifunctional model, provides an opportunity to restructure farming by the change of some uses of agricultural land. Uses related with museums of traditional agrarian culture, gardens, walking routes, etc. In this paper we analyze social priorities by alternative activities related to leisure and recreation in Huerta de Valencia using AHP methodology. While in this particular space the income from farming activity has the highest priority, activities related to leisure and recreation are highlighted, by its strictly economic dimension as social. For expand alternative uses it is necessary to know: 1) Taxonomy of actividades alternativas vinculadas al ocio, 2) Inventory of factors and resources, and 3) Internal capacities (public-private organization). From these information it is possible to define possible future scenarios for these activities, and define efficient policy leading to this desirable future scenarios.

**KEYWORDS:** Peri-urban agricultural systems, diversification, land use, utility preferences.

### 1. INTRODUCTION

Urbanisation processes in Mediterranean countries, particularly Spain, have taken place basically by occupying farmland in the peri-urban areas surrounding cities, which are under huge pressure from alternative, and potentially more profitable, uses. In our case study, “la Huerta de Valencia” (east Spain), farmland has progressively reduced from almost 50,000 crop-growing ha at the start of the 1960s to just over 20,000 in the present-day (20,123 ha according to the 2009 Farming Census).

Due to changes in social preferences in recent years, progress towards a more sustainable urban development model has been observed, which has emphasised agricultural production in and around cities. In some cases, which are less important in developing countries, given their contribution to the food safety of the disadvantaged society strata, and in others given the multifunctional nature of agricultural production process, and generators of assets and services which, in today's context, are well appreciated by society as a whole (Lohrberg *et al.*, 2015; Renting, 2009; Zasada, 2011; Zazo *et al.* 2013).

In Europe, most peri-urban agricultural systems are characterised as agricultural ecosystems with a high ecological added value. The different types of such agricultural systems make up a characteristic landscape, along with notable signs of historical, cultural and natural heritage, which is an area greatly appreciated by society, and of much interest for tourist, recreational and entertainment activities.

Both the academic and management literature tend to refer to the tourist product as the result of tourist industry production processes to employ a well-defined concept in both industrial economy and business management, and to apply the usual techniques and methods to analyse it. Nonetheless at the end of the 1990s, and based on the work by Joseph Pine and James Gilmore, and by Rolf Jensen (1999), more references were made to “tourist experiences” than to “tourist products”. Many works have been published on this matter, such as Cuenca & Prat (2012), Prentice (2006), Richard (2006), Vogeler & Hernández (2002;), Walls *et al.* (2011) Yuan & Wu (2008), among others. The World Tourism Organisation's document, 2020 Tourism Panorama, includes this approach: “...new market trends that demanded renewed products and services were based particularly on entertainment, emotion and education”; or the 2020 Horizon Plan of SGT in Spain (2007), which stresses that its main themes include “... creating customer value through tourist experiences that distinguish and promote the personality of tourist destinations”. To meet this objective, it is essential that many of the services suppliers that interact in the product-tourist destination group together, but not with static indexing or inventory criteria, and must be structured following a central theme that confers the resulting tourist product sense and coherence; the tourism experience; which must be planned and focus on the culture of the destination being visited by following a comprehensive local route in search of relevant elements and attractions, putting into practice interpretative techniques, etc. (Gândara, 2009; Pine & Gilmore, 1999).

This work aims to investigate the recreational potential of “La Huerta de Valencia” as a revitalising element for the declining situation that this singular area currently finds itself in.

First of all, research has been conducted to see if it is at all relevant; that is, the degree of utility and priority that society gives to the development of alternative activities linked to entertainment and recreation in “La Huerta de Valencia”. A multicriteria analytic hierarchy process (AHP) was used for this purpose, which allowed decision makers to not only indicate their preference, but to also quantify the intensity with which they preferred each task. Many works have included this methodology to establish social preferences for public assets and services (Blaeij *et al.*, 2009; Duke & Aull-Hyde, 2002; Hall, *et al.*, 2004; Parra-López, *et al.*, 2008, 2008b) by including them in planning decisions. We consulted preferences by means of a personal survey with a sample population that included the whole population of the city of Valencia and its metropolitan area. We requested those surveyed to make value judgements, and the various defined tasks that can be carried out in the farming area known as “La Huerta de Valencia” were pair-wise compared.

According to the results, in a second phase the potential to undertake entertainment-type activities in this peri-urban farming area was analysed. Available resources and capacities were studied, as was the state of public debate about “La Huerta de Valencia”. Having combined the results, a theoretical frame was proposed to develop a functional alternative proposal based on its recreational use, especially its tourist activity.

## 2. RESULTS

### 2.1. Manifesting social preferences for recreational activities in “La Huerta de Valencia”

Based on the AHP method, a hierarchy was proposed to define the usefulness of “La Huerta de Valencia” by differentiating the tasks that can be performed, and grouping them according to their economic, social and environmental nature. Among them, we stress tourist, entertainment and recreational activities, which form the economic tasks in the hierarchy. We also highlight the contribution of creating and conserving Heritage of Cultural and Scientific Interest, as well as the Outline of Natural Heritage and the Creation of New Landscape Forms, among those with a social nature, and Conserving Biodiversity among those with an environmental nature.

As a result of the survey and aggregating social preferences, by considering the weight of each of these tasks according to their utility, and weighting them according to their economic, social or environmental nature, we obtained (Table 1):

**Table 1:** The social preferences manifested according to the usefulness of “la Huerta de Valencia”

Tourist, entertainment and recreational activity			6.61%
Conserving Heritage of Cultural and Scientific Interest			4.8%
Outlining Natural Heritage and Creating New Landscape Forms			4.1%
Conserving Biodiversity			9.5%

\*As a whole, a weight of 25% was obtained for usefulness

## 2.2. The tourist potential of “la Huerta de Valencia”

“La Huerta de Valencia” is a singular place located in the metropolitan area of the city of Valencia, which is a green belt area around this city. It makes up an almost unique agricultural system given the landscape it represents. The rareness of its typology in Europe has been acknowledged in the Dobris Assessment by the European Environment Agency,<sup>87</sup> which has only identified five similar landscapes to “la Huerta de Valencia” in all of Europe, of which three are found in Italy.

The origin of “la Huerta de Valencia” goes back to the Muslims who extended and arranged irrigated lands, and introduced new agriculture around the city of Valencia by constructing specific water systems and creating a farming area structured by an extensive and complex network of irrigation channels. Collectively, its whole water engineering heritage (irrigation channels, drains, headwaters, etc.) and its architectural heritage (farmsteads, the typical “barraca” dwellings, water mills, etc.) were all created in line with new farming activities, as was a large network of historic paths, all of which are elements of high heritage value. To these elements we add the important scientific value thanks to the farming activity that has developed in the area over centuries, which has led to specific farming practices, and to the design of tools that adapt to the typology and arrangement of crops, high quality species and phylogenetic resources, and also to specific vocabulary. We must also consider a complete tradition culture in the management of water resources, declared Immaterial World Heritage in 2009, whose origin dates back to Medieval times (Glick, 1970) and which has survived to the present-day through the “Tribunal de las Aguas” (the Water Tribunal).

The potential of the “la Huerta de Valencia” as a tourist resource does not appear to be completely assumed by the collective ideology but, as the social preferences data concluded, the opinion about the possible comprehensive tourist use of this area is favourable, which has also been indicated in another study on the area (García & López-García, 2011). The general conceptualisation as an area of tourism use has not been developed to date. The present work

<sup>87</sup> Europe's Environment: The Dobris Assessment, 1995

proposes a frame to design a comprehensive tourism proposal based on the resources of the “La Huerta de Valencia”. The starting point for this new territorial project, in which conflicting interests will necessarily emerge, is to set a common regulatory framework and an inventory of all the elements of interest for its tourism use. The next point is financing. Maintaining farming activity as an integrative landscape element, as part of society’s physical and mental well-being, through perceiving “what is green” and enjoying nature is not free. Nor is maintaining or reconstructing architectural heritage. Then there is the creation and supply of service infrastructures, roadways and decorative elements needed to shape a landscape of commercial value.

Regarding internal capacities and dynamics, the “La Huerta de Valencia” contains elements that correspond to public competence and management, along with property and private production elements that should be coordinated. The political-social, economic and environmental objectives that various agents determine and manage must be aligned because the overall image of a tourist product expects to share visions, strategies and resources. Accordingly, since its management has to consider the network of towns, as well as different sectors, activities and interests, possibly the creation of a consortium model would facilitate the relation established among the different Public Administrations (PA) involved, and also among the PA, non-profit organisations and linked companies.

With these elements, agents from the tourism sector should suitably create and promote the value chain, and plan and develop the tourist product, by means of a 3-tier process: choice of value, creation of value and commercialisation of value.

### 3. CONCLUSIONS

The present work is the first step towards integrating the tourist activity being debated about the use and tasks of “La Huerta de Valencia”. The approach proposed herein goes beyond the mere interest in conserving a visually appealing place that is potentially recreational to convert it into a dynamic element capable of creating an opportunity to create economic value for society as a whole. The obtained results and our view point derive from evidence that based on marketing planning. Specifically from experiential marketing, the conservation of the cultural and heritage assets in this area, and the environmental diversity and maintenance of traditional production activity, should not be taken as isolated elements, but conveniently coordinated around a driving force than can become an economic opportunity by emphasising the tourist value of this unique place.

## BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Cuenca, M., & Prat, A. (2012). Ocio experiencial: antecedentes y características. *Arbor. Ciencia, Pensamiento y Cultura*, 188(756), 265-281.
- Blaeij, A., Linderhof, V., & Polman, N. (2009). Social preferences for exploiting commercial wetlands. *11th Annual BIOECON Conference on "Economic Instruments to Enhance the Conservation and Sustainable Use of Biodiversity"*. Venice (Italy).
- Duke, J., & Aull-Hyde, R. (2002). Identifying public preferences for land preservation using the analytic hierarchy process. *Ecological Economics*, v. 42, pp. 131-145.
- Gândara, J. (2009). Construindo conceitos: qualidade, destino turístico, experiencia, produto e visitaçãoll. *AAVV.: Qualidade da experiencia no visitaçãoll de productos turísticos. Mestrado em cultura e turismo UESC. Bahía, Ilheus.*
- García Álvarez-Coque, J., & López-García Usach, T. (2011). Viabilidad del espacio agrario urbano de la Huerta de Valencia. *Actes del III Congrés D'Estudis de L'Horta Nord, Volum II* (pp. 653-670). Valencia: Universitat Politècnica de València.
- Glick, T. (1970). *Food and Agriculture Organization of the United Nations*. Retrieved from Irrigation and society in medieval Valencia: <http://libro.uca.edu/irrigation/irrigation.htm>.
- Hall, C., McVittie, A., & Moran, D. (2004). What does the public want from agriculture and the countryside? A review of evidence and methods. *Journal of Rural Studies*, v. 20, pp.211-225.
- Jensen, R. (2001). *The dream society: how the coming shift from information to imagination will transform your business*. New York: McGraw-Hill.
- Lohrberg, F., Licka, L., Scazzosi, L., & (Eds.), T. A. (2015). *COST: European Cooperation in Science and Technology*. Recuperado el Mayo de 2016, de Publications: <https://www.jovis.de/en/books/details/urban-agriculture-europe.html>
- Osorio Acosta, E., Jaime Pastor, V., Osorio acosta, J., Gallego LLorca, J., & Murgui Izquierdo, S. (2009). *Turismo. Planificación y gestión estratégica*. Valencia: Universitat Politècnica de Valencia.
- Parra-López, C., Calatrava-Requena, J., & de Haro-Giménez, T. (2008). A systemic comparative assessment of the multifunctional performance of alternative olive system in Spain within an AHP-extended framework. *Ecological-Economics*, 64, pp. 820-834.
- Parra-López, C., Carmona-Torres, C., Rossing, W., & Grootb, J. (2008b). Integrating public demands into model-based design for multifunctional agriculture: An application to intensive Dutch dairy landscapes. *Ecological Economics*, 67, pp. 538-551.
- Pine, J. y Gilmore, J. (1999). *The experience economy*. Boston, MA. Harvard Business School Press.
- Prentice, R. (2006). Evocation and experiential seduction: Updating choice-sets modelling. *Tourism Management*, pp. 1153-1170.
- Renting, H. et al. (2009). Exploring multifunctional agriculture. A review of conceptual approaches and prospects for an integrative transitional framework. *Journal of Environmental Management*, v. 90, pp. 112-123.
- Richards, G., & Wilson, J. (2006). Developing creativity in tourist experiences: A solution to the serial reproduction of culture? *Tourism Management*, 1209-1223.
- Secretaría General de Turismo. (2007). *TOURSPAIN*. Retrieved from Turismo 2020. Plan del Turismo Español Horizonte 2020: [http://www.tourspain.es/es-es/VDE/Documentos%20Vision%20Destino%20Espaa/Plan\\_Turismo\\_Espa%C3%B1ol\\_Horizonte\\_2020.pdf](http://www.tourspain.es/es-es/VDE/Documentos%20Vision%20Destino%20Espaa/Plan_Turismo_Espa%C3%B1ol_Horizonte_2020.pdf)



- Vogeler, R., & Armand, C.H.E.(2002). *El mercado turístico. Estructura, operaciones y procesos de producción*. Centro de Estudios Ramón Areces.
- Walls, A., Okumus, F., Wang, Y., & Kwun, D. (2011). An epistemological view of consume experiences. *International Journal of Hospitality Management*, 30(1), 10-21.
- WTO. (1999). Organización Mundial del Turismo. Obtenido de *Tourism: 2020 Vision* (executive summary): <http://www.e-unwto.org/doi/abs/10.18111/9789284403417>.
- Yuan, Y., & Wu, C. (2008). Relationships among experiential marketing, experiential value, and customer satisfaction. *Journal of Hospitality & Tourism Research*, 387-410.
- Zasada, I. (2011). Multifunctional peri-urban agriculture—A review of societal demands and the provision of goods and services by farming. *Land Use Policy*, v. 28, n. 4, pp. 639-648.
- Zazo, A.; Hernández Jiménez, V.; López Pastor, A.T. (2013). El papel de los agentes sociales en el enfoque de los servicios de los ecosistemas. Caso de estudio: los espacios agrarios periurbanos en el entorno de Aranjuez. *XI Congreso Español de Sociología*, 10-12 de julio de 2013, Madrid.

## El papel del Camino de Santiago en la dinamización de las áreas rurales: análisis de los municipios del Camino Francés en Galicia

Ximena Morales Urrutia

ximenaalexandra.morales@rai.usc.es

Edelmiro López Iglesias

edelmiro.lopez@usc.es

Maria do Mar Pérez Fra

Universidade de Santiago de Compostela

mariadomar.perez@usc.es

### RESUMEN

El Camino de Santiago se ha consolidado en las décadas recientes como una de las rutas turísticas culturales más conocidas a nivel mundial, siendo presentado como un recurso que puede contribuir de forma notable al desarrollo del turismo y la dinamización de los territorios por los que transcurre. El objetivo de este trabajo es contrastar esos efectos en las áreas rurales de Galicia, centrándonos en los 14 municipios que atraviesa el conocido como “Camino Francés”. La metodología ha consistido en el análisis de la evolución de las principales variables demográficas y socioeconómicas, prestando especial atención a las actividades que pueden tener mayor vinculación con la presencia de los peregrinos; y en un estudio comparativo con municipios similares por los que no pasa el Camino. El trabajo ofrece así una primera aproximación indirecta al impacto del Camino de Santiago en aquellos 14 municipios. Por un lado, contrastando la posible mejora en el comportamiento de diferentes variables durante las dos últimas décadas. Y, por el otro, discerniendo en qué medida se constata una dinámica más favorable que en territorios rurales similares que no cuentan con este recurso.

**PALABRAS CLAVE:** Desarrollo rural; Turismo; Galicia; Camino de Santiago.

### 1. INTRODUCCIÓN

En las últimas décadas el Camino de Santiago se ha convertido en una de las rutas turísticas de carácter cultural con mayor reconocimiento a nivel mundial. En este sentido, hay que destacar que si bien se podrían incluir las peregrinaciones a Santiago como una modalidad de turismo religioso (Andrade, 2011), el Camino constituye un fenómeno mucho más complejo en el que se integran diversas dimensiones (culturales, sociales, medioambientales, ocio, ...) que lo dotan de un atractivo especial. De hecho, aunque inspirado en motivos religiosos, puede considerarse como una de las primeras rutas turísticas de la historia, contando actualmente con todos los elementos para ser considerada como tal (López Palomeque, 1993).

La trascendencia que ha ido alcanzando esta ruta en la época contemporánea se remonta al siglo XIX. Pero no es hasta la celebración del Año Jacobeo de 1965 que se inician las primeras acciones para el desarrollo de actividades turísticas vinculadas al Camino, incluyéndose por primera vez en la planificación turística española (Santos Solla, 2006). En 1993 el Camino Francés, la más conocida y utilizada de las ocho rutas que se engloban habitualmente bajo el rótulo genérico de “Camino de Santiago”, es reconocido como

Patrimonio de la Humanidad. Lo que, unido a una serie de programas públicos puestos en marcha desde los años 1980 que tenían como objetivo su difusión y la creación y mejora de infraestructuras, se tradujeron en que el Camino se convirtiera en uno de los principales (si no el principal) recursos turísticos de Galicia. De este modo, los años santos pasaron a actuar como catalizadores para la atracción de visitantes y el crecimiento del sector turístico gallego (Santos Solla, 2006).

La atención de que es objeto el Camino, y la opinión generalizada de que se trata de un recurso con un elevado potencial para el desarrollo socioeconómico de los territorios por los que transcurre en Galicia, zonas con un carácter esencialmente rural hasta llegar a la ciudad de Santiago de Compostela, contrasta con la escasez de estudios sobre su impacto en esos territorios en las décadas recientes. Entre las pocas aportaciones cabe mencionar las de Santos Solla (2006), Andrade *et al.* (2010) y Andrade (2011). Partiendo de ese panorama, el objetivo del presente trabajo es ofrecer una aproximación inicial al papel jugado en las últimas décadas por el Camino de Santiago en la dinamización de las áreas rurales de Galicia. Para ello nos centramos en los 14 municipios rurales que atraviesa el Camino Francés, tratando de responder, a partir de la información estadística disponible, a dos cuestiones: ¿ en qué medida se constata en la evolución socioeconómica de estos municipios una mejora vinculada a las actividades inducidas por el Camino ?; ¿ qué diferencias presenta la dinámica de esos municipios con aquéllos de características similares que no cuentan con este recurso ?.

## 2. METODOLOGÍA Y FUENTES

Con el fin de aportar una respuesta a esas dos cuestiones, partimos de analizar la evolución en las dos últimas décadas de las principales variables demográficas y socioeconómicas en los 14 municipios rurales que atraviesa el Camino Francés<sup>88</sup>; prestando una atención específica a aquellas actividades económicas que pueden tener mayor vinculación con la presencia de los peregrinos. La totalidad de los datos utilizados proceden del Banco de Datos Municipal del Instituto Galego de Estadística (IGE).

Ello se completó con un análisis comparado de la evolución de esas variables en el conjunto de municipios de la misma provincia que presentan características similares, tomando a estos efectos la tipología según el grado de ruralidad. Utilizamos aquí la clasificación elaborada por el IGE (IGE, 2014) en base a un estándar de Eurostat que agrupa los municipios

---

<sup>88</sup> Tres situados en la provincia de A Coruña (Melide, Arzúa, O Pino) y once en la de Lugo (Pedrafita do Cebreiro, As Nogais, Triacastela, Samos, Sarria, O Páramo, Paradela, Portomarín, Guntín, Monterroso, Palas de Rei).

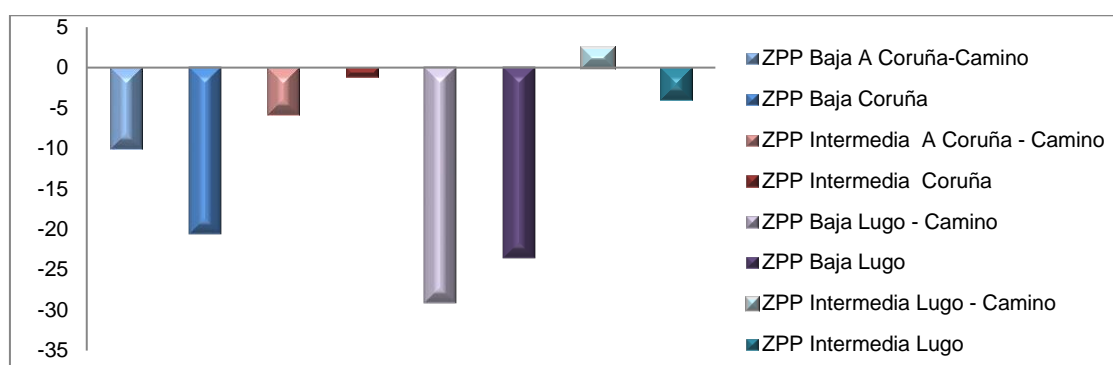
en función de la población, la densidad y la continuidad de las zonas locales. En esta clasificación se establecen tres categorías: Zonas densamente pobladas (ZDP), Zonas intermedias (ZIP) y Zonas poco pobladas (ZPP). A su vez, dentro de las ZPP, que son las que podemos identificar estrictamente como rurales, se diferencian tres subcategorías (subgrado de urbanización): ZPP alta, ZPP intermedia y ZPP baja. Las definiciones detalladas de esas categorías y subcategorías pueden verse en IGE (2014). A nuestros efectos solo es pertinente señalar que, de los 3 municipios de la provincia de A Coruña por los que atraviesa el Camino Francés, 1 pertenece al grupo de ZPP intermedia y los otros 2 a la ZPP baja; y de los 11 de la provincia de Lugo hay 2 en la ZPP intermedia y 9 en la ZPP baja. En conjunto, pues, 3 de los 14 municipios rurales por los que pasa el Camino están clasificados en la ZPP intermedia y 11 en la ZPP baja.

### 3. RESULTADOS

De todas las variables analizadas, resumimos a continuación los resultados más relevantes. Comenzando por la dinámica demográfica, los datos muestran que, con la excepción solo de dos municipios, Sarria y Monterroso (ZPP intermedia de Lugo), los restantes pierden población en el período 2001-2011. El deterioro demográfico del rural gallego constituye un fenómeno conocido, vinculado con el intenso ajuste del empleo agrario desde mediados del siglo XX y la limitada creación de empleo en otras actividades en las zonas rurales (López Iglesias & Pérez Fra, 2004); y la dinámica reciente en los municipios del Camino Francés no escapa a esa tendencia.

No obstante, constatamos que de los municipios ubicados en el itinerario del Camino tan solo dos zonas presentan una evolución menos negativa que las áreas rurales de densidades similares de las provincias de A Coruña y Lugo. Cabe destacar en este sentido que la dinámica relativa más favorable (comparado con las áreas rurales similares) se registra en los 3 ayuntamientos clasificados en la ZPP intermedia, que cuentan con una cabecera local o comarcal de cierta entidad (Melide, Monterroso y Sarria) (gráfico 1).

**Gráfico 1:** Variación porcentual de la población en los municipios del Camino de Santiago Francés y en las Zonas Poco Pobladas de las provincias de A Coruña y Lugo 2001-2011



Fuente: Elaboración propia a partir de INE. Censos de población.

Otro de los indicadores demográficos considerados ha sido el nivel de envejecimiento, siendo los resultados coherentes con los anteriores. Por un lado, se observa que los municipios del Camino participan de la acentuación del envejecimiento de la población que caracteriza al conjunto del medio rural gallego. Su evolución durante la última década ha sido comparativamente mejor en tan solo los municipios del Camino de la provincia de A Coruña, situación que difiere para los correspondientes a la Provincia de Lugo (tabla 1). Sobre estos últimos municipios podemos ver que partían en 2004 de una estructura demográfica especialmente deteriorada en el contexto del medio rural provincial, acorde con la ubicación de varios de ellos en zonas de montaña; y su posición relativa no ha mejorado en el último decenio.

**Tabla 2:** Índice de envejecimiento de la población en las Zonas Poco Pobladas de A Coruña y Lugo y en los municipios del Camino de Santiago Francés 2004-2014

Zonas Poco Pobladas	Índice de envejecimiento	
	2004	2014
Baja A Coruña-Camino	166	219
Baja A Coruña	220	295
Intermedia A Coruña-Camino	156	176
Intermedia A Coruña	130	181
Baja Lugo-Camino	286	482
Baja Lugo	323	467
Intermedia Lugo-Camino	177	221
Intermedia Lugo	202	237

Índice de envejecimiento: (Población  $\geq$  65 años/ Población  $<$  20 años) \*100.

Fuente: Elaboración propia a partir de INE. Padrón municipal de habitantes; IGE. Cifras poboacionais de referencia.

Tanto las variables referidas al empleo como al tejido empresarial muestran la intensa transformación experimentada por la estructura económica de estos municipios en las décadas

recientes. Han pasando de tener al sector agrario como principal fuente de empleo y renta a presentar una estructura del empleo claramente terciarizada, en sintonía con las tendencias globales de la economía gallega (Fernández Leiceaga & López Iglesias, 2013).

Centrándonos en la evolución registrada en el período 1991-2011, se constata en casi todos los municipios del Camino un fuerte incremento del empleo en el sector servicios<sup>89</sup>, particularmente en los pertenecientes a la ZPP baja de A Coruña (192,7%) e intermedia de Lugo (208,6%). No obstante, la generación de empleo en actividades no agrarias ha sido en casi todos ellos muy inferior a su caída en el sector primario; de tal modo que tan solo el municipio de Sarria (ZPP intermedia de Lugo) cuenta en 2011 con una población ocupada superior a la de 1991.

Si ponemos el foco en un aspecto vinculado directamente a nuestro objeto de estudio, la evolución del número de empresas relacionadas con las actividades turísticas, la tabla 2 resume el panorama para los últimos años de expansión económica (1999-2007) y la etapa de crisis (2008-2014). Dos son los hechos a destacar: los municipios del Camino muestran en general un mayor dinamismo en la creación de empresas en estas ramas; además esa dinámica comparada es especialmente favorable en la fase de crisis, con la única excepción nuevamente de los pertenecientes a la ZPP baja de Lugo. Por lo tanto, a expensas de un estudio en mayor profundidad, sí parece detectarse un cierto impacto de esta ruta turística, aunque este es desigual: relevante en los municipios que cuentan con una cabecera local o comarcal de cierta entidad y en los puramente rurales de A Coruña, no se aprecia en cambio con la misma claridad en los de la ZPP baja de Lugo (varios de ellos ubicados en zonas de montaña).

**Tabla 3:** Variación del nº de empresas de comercio al por menor y hostelería en las Zonas Poco Pobladas de A Coruña y Lugo y en los municipios del Camino de Santiago Francés 1999-2007 y 2008-2014 (%)

Zonas Poco Pobladas	Variación del nº de empresas	
	1999-2007	2008-2014
Baja A Coruña-Camino	18,26	8,10
Baja A Coruña	8,56	-5,12
Intermedia A Coruña - Camino	8,33	15,12
Intermedia Coruña	10,12	2,44
Baja Lugo – Camino	11,18	-3,01
Baja Lugo	6,68	-1,85
Intermedia Lugo – Camino	4,47	3,10
Intermedia Lugo	7,51	-1,47

Fuente: Elaboración propia a partir de IGE. Explotación do directorio de empresas e unidades locais.

<sup>89</sup> La única excepción es el municipio de As Nogais, en la montaña lucense (ZPP baja Lugo).

#### 4. CONCLUSIONES

Los datos analizados revelan que el Camino de Santiago no ha conseguido modificar en los municipios por los que transcurre la negativa evolución demográfica que caracteriza a la mayor parte de las áreas rurales gallegas.

En lo que respecta a las actividades económicas, hay que destacar el mayor crecimiento que se observa en estos municipios de las actividades de hostelería y comercio al por menor. Aunque ello no tiene un reflejo significativo en la evolución del volumen total de empleo, que en las áreas más puramente rurales continúa marcada por el ajuste de la mano de obra agraria.

En conjunto, el análisis, que debe tomarse como una primera aproximación, apunta a la existencia de un impacto del Camino de Santiago pero bastante moderado. Esta ruta ha estimulado la aparición de pequeños negocios, como bares, restaurantes o diversos tipos de hospedajes, pero sin que ello fuese suficiente para alterar de modo significativo la dinámica demográfica y socioeconómica de las áreas rurales por las que transcurre. Nuestra investigación parece confirmar así lo apuntado por Andrade *et al.* (2010), en el sentido de que el desarrollo de las actividades turísticas vinculadas al Camino no es suficiente, en general, para revertir el declive demográfico y económico de estas áreas rurales. Al menos no lo ha sido hasta el momento.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade Suárez, M. J. (2011). Consideraciones generales sobre la potencialidad del turismo para el desenvolvimiento rural: El camino de Santiago como estudio de caso. *Turismo y Desarrollo Local*, 4 (9).
- Andrade Suárez, M. J.; Leira Landeira, G. & Caramés Valo, R. (2010). El turismo como factor estratégico de desarrollo rural: el Camino de Santiago francés. *ROTUR/Revista de Ocio y Turismo*, 3, pp. 49-82.
- Fernández Leiceaga, X. y López Iglesias, E. (2013). As transformacións socioeconómicas de Galicia: balance de cinco décadas. *Grial: revista galega de cultura*, n. 200, pp. 40-49.
- IGE (2014). Panorama rural-urbano. Disponible en:  
[http://www.ige.eu/web/mostrar\\_seccion.jsp?idioma=gl&codigo=0701](http://www.ige.eu/web/mostrar_seccion.jsp?idioma=gl&codigo=0701).
- López Iglesias, E. & Pérez Fra, M. (2004). Axuste agrario e despoboamento rural. *Grial: revista galega de cultura*, n. 162, pp. 36-43.
- López Palomeque, F. (1993). Diversidad de tipologías que vertebran el Camino de Santiago. En: Torres Luna, M; Pérez Alberti, A. & Lois González, R. (1993). Los caminos de Santiago y el territorio. *Congreso Internacional de Geografía*. Xunta de Galicia. Santiago de Compostela, pp. 801-823.
- Santos Solla, X. M. (2006). El Camino de Santiago: turistas y peregrinos hacia Compostela. *Cuadernos de Turismo*, n. 18, pp. 135-150.

## **El aporte agrícola y cultural de los pequeños productores vitícolas al Valle Antinaco - Los Colorados, Argentina**

Alejandro R. Carrizo

Universidad Nacional de Chilecito

acarrizo@undec.edu.ar

E. Daniela De La Vega

Agencia Chilecito del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria

delavega.daniela@inta.gob.ar

### **RESUMEN**

La actividad agrícola en el Valle Antinaco – Los Colorados (noroeste argentino), se desarrolla vinculada a factores económicos, tecnológicos, políticos y demográficos. Hay 3 períodos principales: 1° procesos migratorios hasta la primera mitad del siglo XX; 2° políticas desarrollistas de los 70s, y 3° política fiscal neoliberal a fin de siglo. Este artículo describe la situación actual de los pequeños productores, considerando variables socio-demográficas y tecnológicas, que afectan la continuidad de sus lógicas de producción tradicional. Ellos conservan prácticas agrícolas, variedades de uva y vínculos socio-culturales con la tierra, que conforman un acervo cultural, genético vegetal e histórico de gran valor. La presencia de productores medianos y grandes, causa diferencias en el acceso a los factores productivos, esencialmente capital y tecnología, junto al envejecimiento poblacional, han puesto a los primeros al borde de la extinción. La llegada de nuevos actores al sector rural local, provoca un desplazamiento de los pequeños productores del eje de las políticas gubernamentales e introduce nuevas reglas en el sector vitivinícola provincial.

**PALABRAS CLAVE:** vitícola, producción tradicional, acervo cultural.

### **1. INTRODUCCIÓN**

Este trabajo elabora con datos del INTA y la UNdeC, un análisis de corte socio-económico sobre los pequeños productores de principios del siglo XX en el Valle Antinaco-Los Colorados, Argentina. Tiene objetivos descriptivos de la situación actual en la que se encuentran, considerando variables sociales, demográficas y tecnológicas, que afectan fundamentalmente la continuidad de sus lógicas de producción tradicional. La cuestión principal de análisis está centrada en la tensión que se sostiene entre dos lógicas de producción instauradas en el Valle, por un lado, los pequeños productores caracterizados por modelos productivos familiares y artesanales, y en el otro extremo, los medianos y grandes fundos productivos, con capacidades de mercado sostenidas en la eficiencia tecnológica y mercantil. Interesa aquí describir la situación actual de los primeros, desde un enfoque que se centra en la valoración de dos aspectos fundamentales: inicialmente conforman más de tres cuartas partes del total de los productores del valle, aunque su aporte en kilos de producción de uva es muy bajo. Por otro lado, son organizaciones de tipo familiar, cuya vinculación con la tierra y la preservación de variedades de vides y formas de laboreo han sido olvidadas por la agricultura



de precisión actual. Estos productores a quienes catalogaremos como minifundistas están en una crisis económica terminal. Esa crisis tiene sus inicios casi medio siglo atrás, no obstante su presencia en la geografía rural, resiste los avances e impactos negativos de las políticas productivistas, el negocio inmobiliario urbano, las diferencias generacionales y las migraciones internas entre otros.

Estos pequeños productores pueden considerarse ineficientes desde lo productivista, pero sus prácticas agrícolas, las variedades de uva predominante, sus sistemas de cultivo y sus vínculos socio-culturales con la tierra, conforman un acervo cultural, genético vegetal e histórico de gran valor.

La cuestión principal de este trabajo se enfoca entonces, en la descripción de factores socio-económicos que permitan explicar algunas de las posibles causas por las cuales ese sector de pequeños productores, que otrora motorizaron el crecimiento económico provincial, pierde relevancia y es casi inexistente en la actualidad.

## 2. DESCRIPCIÓN

Los pequeños productores son los primeros colonos que inician actividades vitícolas en el Valle Antinaco-Los Colorados. Se radicaron en oasis satelitales alrededor de la ciudad de Chilecito, provincia de La Rioja, al oeste de Argentina. Ellos habían conformado una importante fuerza productiva desde el inicio de las actividades agrícolas en la zona. La expansión de pequeñas fincas de vides y frutales había requerido el uso intensivo de mano de obra, generando una demanda importante de insumos y materiales vinculados al sector agropecuario. Aunque ahora son consideradas pequeñas, esas explotaciones habían sido rentables y habían generado ganancias suficientes para permitirles a los productores llevar un buen nivel de vida con posibilidades de progreso. La floreciente actividad agrícola que habían creado impactó en el sector agroindustrial del Valle Antinaco-Los Colorados, expandiéndose a otros valles de la región como el Valle del Bermejo y los oasis productivos del sur oeste de la provincia de Catamarca. Aquel empuje productivo evidenciado en el sector vitícola había provocado la consiguiente integración hacia adelante, conformando un prominente sector agroindustrial. En la década de 1940 se constituyeron pequeñas bodegas cuya forma principal de organización fueron familiares y cooperativas. De aquella época, una sola cooperativa vitivinícola subsiste con proyección de futuro<sup>90</sup>.

---

<sup>90</sup>Se trata de la Cooperativa La Riojana Ltda., quien originalmente se constituye como Cooperativa La Caroyense, quien inicia sus actividades con 14 productores. Se instala con sede central en la ciudad de Chilecito y luego se proyecta en el Valle del Bermejo y en Tinogasta (provincia de Catamarca). También puede mencionarse a Cooperativa Nacarí, Bodegas Pizetta, Bodega Santa María, entre otras.

Las pequeñas bodegas habían procesado las uvas y vendieron al mercado local un vino común pero de muy buena calidad enológica. La producción vitivinícola de los pequeños productores, para la primera mitad del Siglo XX, había terminado por conformar una identidad productiva de la provincia de La Rioja, la que se ubica desde entonces como el tercer productor en importancia nacional en el sector vitícola argentino.

La fuerte impronta productiva y económica que habían generado los pequeños productores riojanos empieza a declinar desde mediados del siglo pasado. Es factible encontrar una correlación entre éste declinamiento y las políticas nacionales que subsiguieron al Plan de Sustitución de Importaciones, aplicado por el gobierno argentino durante veinte años desde la década de 1950. Algunas variables explicativas provienen de escenarios macroeconómicos de ese tiempo y de la inestabilidad política que sumió al país por medio siglo después. Las políticas neoliberales implementadas por los gobiernos de facto en los 70s<sup>91</sup>, el desfasaje entre la productividad y la rentabilidad (sobre-oferta y caída de precios de la uva) y la falta de generación de estrategias específicas vinculadas al lógico cambio del sector vitivinícola mundial, posiblemente sean grandes descriptores de aquel devenir decadente de los pequeños productores. Estos factores impactaron negativamente y alentaron el abandono de tierras productivas, desincentivó e impidió la inversión por parte de los pequeños productores e imposibilitó el sostenimiento de las actividades operativas. Luego de décadas de deterioro son claras: la falta de inversión en capital de trabajo, maquinarias, así como la desincentivación del cultivo de vides como fuente principal de ingresos de los propietarios y trabajadores del sector.

Actualmente conviven, en aparente armonía, los pequeños productores de principios de siglo XX con los medianos y grandes que arribaron desde 1960 en adelante. Sin embargo, diferencias en el acceso a los factores productivos, esencialmente capital y tecnología, junto al envejecimiento poblacional, han puesto a los primeros al borde de la extinción. Principalmente son organizaciones familiares con escasa participación político-económica del sector, transmiten verbalmente sus saberes, sufren el cambio generacional y las migraciones internas entre otros.

La presencia de productores medianos y grandes, no evidencia competencia por las tierras ni por el agua, pero introdujeron un paradigma hegemónico que aglomera servicios financieros y tecnológicos, prácticas mercantiles, disponibilidad de mano de obra y la definición

---

<sup>91</sup>Estas políticas son propias del Gobierno de Facto que se inicia en 1976 e instauran un sistema de mercado abierto y libre competencia, elevan los tipos de cambio \$/USD, discontinúan programas de apoyo a los sectores productivos periféricos a la pampa húmeda. Principalmente expone a los pequeños productores a la competencia internacionales.

de políticas agrícolas. La llegada de nuevos actores al sector rural local, provoca un desplazamiento de los pequeños productores del eje de las políticas gubernamentales e introduce nuevas reglas en el sector vitivinícola provincial.

### 3. RESULTADOS

Encontramos, a partir del relevamiento de datos del INTA, que el 87 % de los viñedos superan los 25 años de vida y solo el 0.32 % es menor a los 3 años de antigüedad. Menos de un cuarto de los minifundista (13.5 %) posee tractor. Solo el 3% tiene pulverizadora. De la superficie total de varietales, las variedades de uva predominantes son Cereza, Torrontés Riojano y Bonarda. Inicialmente se cultivaron variedades comunes tales como Criolla Chica y Moscatel, pero luego se inician programas de reconversión varietal, insertando uvas Malbec y Syrah. En cuanto al sistema de conducción podemos decir que predomina el parral, ocupando el 78% de la superficie relevada, desapareciendo el característico majuelo riojano. El rendimiento promedio por hectárea es de 8.900 kilos, muy bajo considerando que deberían alcanzar 40.000 kg/ha aproximadamente.

En la actualidad un pequeño productor es minifundista principalmente porque el tamaño de los predios no supera las 5 hectáreas. Según datos de INTA<sup>92</sup>, en el año 2013 se observa que un 44 % corresponde a productores con menos de 5 hectáreas. El 84 % de las propiedades se ubica en los estratos inferiores de 2 hectáreas. En ese relevamiento también, se encontró que del total de fincas vitícolas solo el 48% están plantadas con vid, siendo muy alto el porcentaje correspondiente a superficie inculta (originalmente con vides y actualmente abandonado). La escasa porción de tierras cultivadas se explica por múltiples causas, siendo las más visibles la mínima disponibilidad del recurso hídrico, el deterioro del sistema de riego por canales, el precio de la uva y la imposibilidad de reposición del capital de trabajo de la finca.

Además de los problemas económicos, los pequeños productores debieron afrontar el avance de la ciudad sobre sectores históricamente agrícolas. Las actividades urbanas, adentradas en el espacio rural, constituyen un costo de oportunidad para el uso de la tierra y del agua que se dirime entre la actividad agrícola y la inmobiliaria residencial. El impacto urbano es mayor en tanto altera la subjetividad del propietario rural, el cual va incorporando modos de vida propios de las ciudades.

---

<sup>92</sup> La encuesta estuvo dirigida a productores minifundista y se indagó principalmente sobre aspectos descriptivos de la finca, superficies, variedades cultivadas, rendimientos y pérdidas de producción, formas de manejo de la propiedad, problemas relevantes y posibles acciones de cooperación.

Importa destacar el efecto de las políticas de crecimiento del sector gubernamental en la demanda de mano de obra local, transformándose en la principal fuente de ingresos de las familias del Valle. La comodidad del trabajo del sector servicios, será fundamental para atraer mano de obra en desmedro de la oferta laboral para el campo. Como consecuencia de esto se generó una migración interna desde el campo a la ciudad, principalmente de las nuevas generaciones, resintiendo el vínculo con la tierra y el trabajo vitivinícola. Así, se observa que solo el 54 % de los propietarios de la tierra viven en la finca, la edad promedio de los productores es de 59 años y el 52% manifiestan la no continuidad de los jóvenes en el trabajo rural. La población rural está envejecida, se observa que el estrato más grande (el 43%) es el que va desde los 41 a 60 años. Se destaca que el 7% posee más de 80 años, siendo la edad más alta de 90 años. El envejecimiento de los propietarios de fincas y el muy bajo recambio generacional hace suponer que más de la mitad de productores desaparecerá en el mediano plazo. De un relevamiento llevado a cabo por la UNdeC, se encuentra que en sólo un 4% de personas con edad menor a 14 años viven en los fundos, aun cuando sus progenitores son dueños de los predios. Así mismo en los pequeños poblados rurales son inexistentes las organizaciones no gubernamentales cuya actividad principal sea valorizar o potenciar las actividades propias de la vitivinicultura. Esto se explica por la cercanía de los asentamientos urbanos, que ofrecen clubes, centros culturales y de esparcimiento ciudadano, que por pasiva impactan negativamente en la construcción de vínculos con la tierra y en la transmisión de capital cultural entre generaciones.

De una serie de encuestas realizadas a estos pequeños productores por investigadores de la UNdeC se pudo develar que el vínculo afectivo que estos productores mantienen con la tierra está explicado en las relaciones familiares intergeneracionales<sup>93</sup>. Incluso la reconversión varietal o el cambio de cultivos es resistido. Los dueños de las fincas sostienen que las vides han sido plantadas por sus abuelos o sus padres y eso merece la preservación de las plantas y la conservación de la finca, como parte de un legado familiar.

Finalmente, en la década de 1990 del siglo XX, ante un visible declinamiento del sector vitícola en el Valle, se implementan políticas específicas para el sector que buscan reactivarlo pero favoreciendo la entrada de nuevos productores. El objetivo es facilitar el ingreso de grandes emprendimientos agrícolas para posicionarlos como proveedores de uvas para el sector bodeguero, pero ajustados a las condiciones del mercado internacional de vinos. La

---

<sup>93</sup> En este caso el vínculo intergeneracional es hacia atrás, es decir, el vínculo con padres y abuelos. El vínculo hacia adelante, con los hijos y nietos está resentido por la falta de convivencia en el espacio rural principalmente.

implementación de estas políticas productivista presenta para los pequeños productores un desplazamiento e invisibilización en las políticas públicas para el sector, justificado bajo la consideración de parámetros de calidad y cantidad en la producción de vides y vinos.

#### 4. CONCLUSIÓN

Los pequeños productores vitícolas del Valle Antinaco-Los Colorados han sabido cultivar vides en una zona árida con temperaturas estivales elevadas, pocas precipitaciones y escaso recurso hídrico. Han sido el motor productivo de la provincia de La Rioja y resisten hasta la actualidad con fincas muy atomizadas, con rendimientos muy bajos y sistemas de conducción deteriorados. La desinversión en maquinarias, el envejecimiento generacional y el asecho permanente de la ciudad, van configurando un escenario poco alentador para su subsistencia.

Es posible que por encima de cuestiones históricas, la revalorización de esos pequeños productores se asiente en razones que exceden lo puramente productivista; más bien, debiera focalizar en los capitales culturales y en el entramado social que representan para la actividad vitícola del Valle Antinaco-Los Colorados. Considerarlos como un sector competitivo por recursos financieros y naturales con grandes productores es condenarlos a su extinción y con ella la desaparición de parte principal de la historia local y regional.

Posiblemente las estrategias de recupero hacia los pequeños productores se conformen por una matriz cultural, histórica y productiva, que no esté atada a los lógicas mercantiles ni productivistas, sino más bien a la preservación de un modo de vida propio del Valle. Se trata de preservar la identidad de los pueblos, construida por más de un siglo entre vides y montañas, entre hombres y fincas y entre el presente y las herencias culturales de lo que otrora fueran el orgullo de la vitivinicultura riojana.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carrizo, A.; Robles, E. & Galli, S. (2014). *Aspectos socio-económicos de pequeños productores de Chilecito*. Chilecito: Universidad Nacional de Chilecito.
- De la Vega, D.; G.; Gabriela & Olguin, J. (2013). *Diagnóstico de situación de pequeños productores vitícolas de la provincia de La Rioja*. Chilecito: INTA.

## Arvoredo de interesse público: potencial de desenvolvimento educativo e turístico de uma região

Raquel Pires Lopes

CIDTFF - Universidade de Aveiro

raquelopes@ua.pt

Catarina Schreck Reis

Centro de Ecologia Funcional - Universidade de Coimbra

cschreckreis@uc.pt

Paulo Renato Trincão

Centro de Ecologia Funcional - Universidade de Coimbra,

paulo.trincao@exploratorio.pt

### RESUMO

Com base nos processos de classificação, compreendidos entre 1939 e 2012, do Registo Nacional do AIP, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), verificou-se que dos 278 municípios, correspondentes às cinco Regiões de Turismo de Portugal Continental, 130 municípios não possuem processos de classificação. Por se considerar ser esta uma lacuna ambiental mas também social, sentimos a necessidade de contribuir para a compreensão social do arvoredo monumental, através da realização de atividades de promoção da cultura científica, na área da Botânica, como um importante meio para enfatizar o seu valor como elemento de diferenciação endógena das regiões. Importa que, de uma forma científica, seja evidenciada a sua heterogeneidade e especificidade, assim como o seu potencial de desenvolvimento local, enquanto recurso natural, histórico, cultural, paisagístico, turístico e educativo, para além do seu reconhecido papel na promoção da saúde e bem-estar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Árvores monumentais, Ciência para a cidadania, Desenvolvimento local, Promoção da cultura científica.

### 1. INTRODUÇÃO

Portugal apresenta uma das mais antigas leis de proteção das árvores, na Europa, com a introdução da figura de Arvoredo de Interesse Público (AIP), em 1938. Árvores isoladas ou conjuntos arbóreos podem ser classificados, de acordo com os seguintes critérios: porte, desenho, idade, raridade ou significado natural, histórico, cultural ou paisagístico (Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro, regulamentada pela Portaria n.º 124/2014, de 24 de junho). Contudo, no nosso território existem outras árvores com características monumentais, que podem ou não vir a ser classificadas, mas que, juntamente com o AIP, representam um valor patrimonial que importa conhecer e salvaguardar. Estas árvores apresentam funções ecológicas cruciais ao contribuírem para a mitigação das alterações climáticas (Stephenson *et al.*, 2014), por representarem *hotspot* de biodiversidade (Corney & Butler, 2007) ou por funcionarem como corredores da vida selvagem na paisagem (Lindenmayer *et al.*, 2013). Representam, ainda, um importante valor cultural, estético e espiritual, estando associadas à promoção da saúde e bem-estar (Tsunetsugu *et al.*, 2007). Também criam benefícios sociais ao promoverem o desenvolvimento económico das áreas rurais (Moya, 2015), representando a identidade

histórica e cultural de uma comunidade (Dafni, 2006). No entanto, apesar da importância que assumem, as árvores monumentais encontram-se em declínio. Só na Europa, nos últimos 100 anos, desapareceram 80% das árvores monumentais, bosques maduros e árvores agrícolas seculares (Moya, 2015). Em Portugal, temos assistido à perda deste património em resultado de diferentes fatores: i) da falta de reconhecimento da sua importância pela perda gradual das árvores para lenha, abandono, incêndios e negligência; ii) do desenvolvimento económico e mudanças de práticas de gestão, como é exemplo a redução da área florestal nativa para monoculturas de eucalipto (Paiva *in* Marchante *et al.*, 2008, p. 9-10); iii) do contínuo isolamento e fragmentação do *habitat* (Lindenmayer *et al.*, 2013); iv) e da própria idade avançada (Martins *et al.*, 2012) que as torna mais suscetíveis a pragas, doenças e à ação de agentes atmosféricos. Estas ações têm afetado não só árvores jovens e saudáveis como condenado uma nova geração de árvores monumentais.

Apesar de serem parte integrante do ecossistema, a atitude das pessoas perante as plantas é, em grande parte das vezes, esquecida e minimizada, daí que o desenvolvimento de ações que promovam o conhecimento da botânica pode contribuir para alterar comportamentos e atitudes perante as plantas (Fančovičová & Prokop, 2011). Este património assume-se como um elemento de diferenciação endógena das comunidades, sobretudo das rurais, com tendências de despovoamento e envelhecimento, pela otimização dos seus recursos naturais e patrimoniais, bem como do saber das populações e dos conteúdos de uma vida ancestral, próprios desse território (Reis, 2011). O arvoredos monumental posiciona-se, assim, como um fator de desenvolvimento turístico e educativo, catalisador da economia local, como são disso exemplos alguns projetos que, timidamente, têm surgido no nosso território (*e.g.*, Centro de Interpretação do Carvalho de Calvos, Rota das Árvores Monumentais de Monchique), mas em franco desenvolvimento noutros países. Nesta linha de ação, o presente estudo tem como objetivo proceder ao levantamento de informação existente, relativamente ao AIP de Portugal Continental, bem como promover a cultura científica sobre o arvoredos monumental pelo desenvolvimento de projetos de comunicação de ciência, para o público em geral.

## 2. METODOLOGIA

Com base no Registo Nacional do Arvoredo de Interesse Público (RNAIP) do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), realizado entre 1939 e 2012, procedeu-se à recolha de informações sobre o número, localização, espécie e tipo de proprietário nos 278 municípios, correspondentes às cinco Regiões de Turismo do território continental. Neste registo não existe informação relativo ao AIP classificado nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

## 3. RESULTADOS

### 3.1. Arvoredo de interesse público

A tabela 1 apresenta a informação recolhida pela análise do RNAIP do ICNF, relativa a processos de classificação que ocorreram de 1939 a 2012. Em 2015, o ICNF procedeu à revisão e atualização de todo o AIP, pelo que os dados obtidos neste estudo poderão vir a ser confrontados futuramente com o objetivo de se analisar a evolução das classificações de AIP em Portugal. Assim, verificou-se que, no território de Portugal Continental, se encontram classificados 470 árvores isoladas e 81 conjuntos arbóreos, onde apenas 53% dos municípios apresentam AIP, sendo o Estado o principal detentor da maioria do AIP, com 65% dos casos registados. A análise dos 278 municípios correspondentes às cinco Regiões de Turismo do território continental (Porto e Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve) permitiu verificar que existem: 32 municípios com exemplares isolados e conjuntos arbóreos; 6 municípios com conjuntos arbóreos; 110 municípios com exemplares isolados; e 130 municípios sem exemplares isolados ou arvoredo classificado (Figura 1).

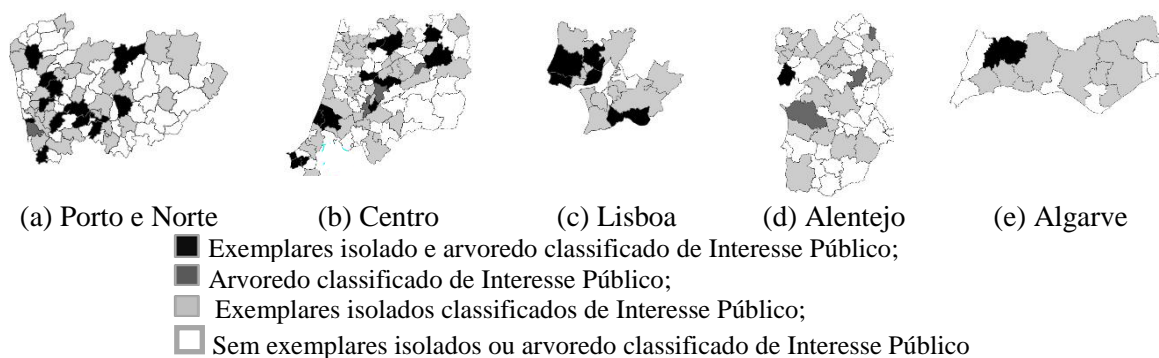
As espécies nativas (51%) classificadas mais abundantes são: *Pinus pinaster* (19%), *Quercus suber* (18%), *Quercus robur* (13%), *Pinus pinea* (7%), *Castanea sativa* (5%). As espécies não nativas (49%) mais classificadas são: *Platanus x hispanica* (12%), *Olea europaea* L. var. *europaea* (10%), *Dracaena draco* (6%), *Eucalyptus globulus* (6%) e *Camellia japonica* (5%).



**Tabela 1:** Distribuição e gestão do arvoredo de interesse público (árvores isoladas e conjuntos arbóreos), nas cinco Regiões de Turismo de Portugal Continental

Região de Turismo	Sub-regiões	Número de Municípios	Municípios com classificações	Municípios sem classificações	Árvores Isoladas *	Conjuntos Arbóreos *	Proprietário Privado *	Proprietário Público *
<b>Porto e Norte</b>	Minho	25	11	14	38	5	16	22
	Trás-os-Montes	15	7	8	17	1	3	14
	Douro	19	9	10	16	5	5	11
	Porto	27	16	11	46	14	22	24
	<b>Sub-total</b>		86	43	43	117	25	46
<b>Centro</b>	Castelo Branco	8	3	5	11	0	0	11
	Coimbra	24	15	9	39	5	16	23
	Leiria/Fátima/ Tomar	16	8	8	54	3	6	48
	Oeste	12	7	5	13	3	9	4
	Ria de Aveiro	11	8	3	10	0	2	8
	Serra da Estrela	15	8	7	17	7	8	9
	Viseu/Dão Lafões	14	8	6	19	3	9	10
	<b>Sub-total</b>		100	57	43	163	21	50
<b>Lisboa</b>	Lisboa	9	9	0	102	29	29	73
	Setúbal	9	7	2	29	1	7	22
	<b>Sub-total</b>		18	16	2	131	30	36
<b>Alentejo</b>	Setúbal	4	2	2	1	1	0	1
	Santarém	10	5	5	8	1	4	4
	Lisboa	1	1	0	3	0	1	2
	Portalegre	15	5	10	9	1	6	3
	Évora	14	4	10	9	1	8	1
	Beja	14	5	9	12	0	3	9
<b>Sub-total</b>		58	22	36	42	4	22	20
<b>Algarve</b>	Algarve	16	10	6	17	1	11	6
<b>Sub-total</b>		16	10	6	17	1	11	6
<b>Total</b>		278	148	130	470	81	165	305

Fonte: Registo Nacional do Arvoredo Interesse Público do ICNF,  
<http://www.icnf.pt/portal/florestas/ArvoresPesquisa?Distrito=&Concelho=6&Freguesia=&Processo.>  
Acesso em 20 maio de 2015.



**Figura 1:** Arvoredo de Interesse Público nas cinco Regiões de Turismo de Portugal Continental (1939-2012): (a) Porto e Norte; (b) Centro; (c) Lisboa; (d) Alentejo; (e) Algarve

### 3.2. Projetos de promoção da cultura científica do Arvoredo de Interesse Público

Apesar da legislação existente para a sua proteção, o AIP e outras árvores monumentais ainda não são suficientemente conhecidos. Este património não é equacionado como visão estratégica de desenvolvimento local, como se depreende do elevado número de municípios sem AIP. Neste sentido, interessa salvaguardar a conservação física e ecológica dos exemplares, nomeadamente realizando campanhas de divulgação e de sensibilização junto das populações, para que compreendam a sua importância no ecossistema, as respeitem, enquanto seres vivos, e as apreciem, enquanto elementos integrantes da paisagem natural, rural e urbana. Estas ações poderão posicionar os municípios como destinos turísticos diferenciados, onde o seu património arbóreo monumental se assume como foco de dinamização da sociedade, cultura e economias locais. Nesta perspetiva, a linha de atuação passou pelo aumento da literacia científica sobre esta temática, através da promoção educativa, mas também turística deste património. Com base no estudo realizado e nos resultados obtidos, foram encetados os seguintes projetos: i) questionário aos 100 municípios, que integram a Região de Turismo do Centro, para se proceder ao conhecimento efetivo do arvoredo monumental e aferição da sua promoção, junto do público em geral; ii) integração do AIP e outras árvores monumentais em circuitos turísticos - roteiros botânicos -, (Alcobaça, Figueiró dos Vinhos e Celorico da Beira); iii) projeto-piloto, com o envolvimento de crianças do ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico e das suas famílias (Alcobaça e Figueiró dos Vinhos), em atividades de promoção da Botânica, no âmbito do conhecimento e valorização do arvoredo monumental local da floresta Mediterrânica; iv) envolvimento de alunos de Universidades Seniores (Figueiró dos Vinhos e Celorico da Beira) na inventariação de árvores monumentais, mediante a criação de um movimento de ciência cidadã; v) desenvolvimento de materiais de divulgação, como brochuras e exposições fotográficas.

### 4. DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

A educação científica, ao ser parte integrante da formação dos cidadãos, deverá valorizar a sua contribuição para a preservação do património cultural e natural de uma comunidade. As atividades em curso, estão a contribuir para aumentar a consciência pública sobre o AIP e outras árvores com características monumentais, enfatizando o seu valor natural, histórico, cultural, paisagístico, impulsionando ainda várias atividades ligadas aos setores económico, educativo e turístico. Por representarem a memória viva e identitária de uma comunidade, o património arbóreo monumental pode assumir-se como catalisador do

desenvolvimento de uma dada região, diferenciando-a, o que se torna especialmente importante nos meios rurais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Dafni, A. (2006). On the typology and the worship status of sacred trees with a special reference to the Middle East. *J. Ethnobiol. Ethnomed.*, v. 2, n. 26, doi:10.1186/1746-4269-2-26.
- Corney, P., & Butler, J. (2007). *Biodiversity Action Plan (BAP) for ancient and veteran trees*. The Caravan Club. Just Ecology. Retirado de <https://guffguelph.files.wordpress.com/2010/04/biodiversity-action-plan-veteran-trees.pdf>.
- Fančovičová, J. & Prokop, P. (2011). Plants have a chance: outdoor educational programmes alter students' knowledge and attitudes towards plants. *Environmental Education Research*, v. 17, n.4, pp. 537-551.
- Lei n.º 53/2012. D.R. n.º 172, Série I de 2012-09-05, aprova o regime jurídico da classificação de arvoredo de interesse público (revoga o Decreto-Lei n.º 28 468, de 15 de fevereiro de 1938).
- Portaria n.º 124/2014. D.R. n.º 119, Série I de 2014-06-24, estabelece os critérios de classificação e desclassificação de arvoredo de interesse público, os procedimentos de instrução e de comunicação e define o modelo de funcionamento do Registo Nacional do Arvoredo de Interesse Público.
- Lindenmayer D., Laurance, W., Franklin J., Likens G., Banks, S., Blanchard, W., ... Stein, J. (2013). New policies for old trees: averting a global crisis in a keystone ecological structure. *Conservation Letters* 00, 1–9. doi: 10.1111/conl.12013.
- Marchante, E., Freitas, H., & Marchante, H. (2008). *Guia Prático para a identificação de plantas invasoras de Portugal Continental*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Martins, L., & Machado, H. (2012). *Fitossanidade e segurança das árvores do Parque Urbano Ribeira do Matadouro, Santo Tirso*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes, Departamento de Ciências Florestais e Arquitetura Paisagista.
- Moya, B. (2015, 24 e 25 de março). *Horizonte 2020*, la estrategia para la conservación de la Biodiversidade en la Unión Europea: Retos y oportunidades para los árboles monumentales y bosques maduros. Oral communication *Congreso Internacional enArbolar: Grandes árboles para la Vida (BIGTREE4LIFE) - El valor de los árboles y bosques maduros en la salvaguardia de la biodiversidad*. Valência.
- Reis, P. (2011). *Desenvolvimento local: o binómio turismo/áreas rurais nas estratégias de desenvolvimento local*. Revista Científica EXEDRA, n. 6, pp. 155-172.
- Stephenson, N., Das, A., Condit, R., Russo, S., Baker, P., Beckman, N., ... Zavala, M. (2014). Rate of tree carbon accumulation increases continuously with tree size. *Nature*, n. 507, pp. 90-93. doi:10.1038/nature12914.
- Tsunetsugu Y., Park B., Ishii H., Hirano H., Kagawa T., & Miyazaki Y. (2007). Physiological effects of Shinrin-yoku (taking in the atmosphere of the forest) in an old-growth broadleaf forest in Yamagata Prefecture, Japan. *J. Physiol Anthropol*, v. 26, n. 2, pp. 1335-142. doi: 10.1007/s12199-009-0086-9.

## O repositório oral do Museu da Ruralidade de Castro Verde (Portugal): uma experiência piloto<sup>94</sup>

Maria Armanda Salgado  
CIDEHUS/UE- FCT

Cátedra da UNESCO em Património Imaterial e Saber-Fazer Tradicional  
salgadoarmanda@gmail.com

Miguel Rego

Museu da Ruralidade - Município de Castro Verde  
mirego@gmail.com

### RESUMO

Esta comunicação tem como objetivo apresentar o trabalho que se encontra a ser realizado no Museu da Ruralidade, museu de território de Castro Verde, na qualidade de laboratório experimental, na constituição de um repositório oral do Baixo Alentejo. A investigação surge enquadrada nas atividades promovidas pela Cátedra da UNESCO em Património Imaterial e Saber-Fazer Tradicional da Universidade de Évora, com a colaboração da Câmara Municipal de Castro Verde. Estima-se que o repositório oral do Museu da Ruralidade disponibilize serviços, eventos, exposições, vídeos, música, fotografias, storytelling, catálogo e registos orais, aliados às ferramentas das humanidades digitais, nomeadamente através da introdução de coordenadas geográficas, permitindo a localização do património Cultural Imaterial (PCI) no território. Apresentar-se-á a base de dados que permitiu organizar e descrever o PCI, assim como as linhas de ação que presidiram à constituição do repositório oral do museu. Em termos metodológicos, a investigação serviu-se da metodologia qualitativa, suportada pela revisão da literatura alusiva ao tema em questão. No panorama nacional português, a criação do repositório oral, espera constituir-se como uma experiência inovadora, sobretudo, quando surge aliada à promoção do projeto nos social media.

**PALAVRAS-CHAVE:** Património Cultural imaterial; Repositório; Museu da Ruralidade; Social media; Baixo Alentejo (Portugal).

### 1. INTRODUÇÃO

Falar sobre património cultural imaterial (PCI), é falar sobre as comunidades e as suas identidades: o que lhes é intrinsecamente único, sendo o município de Castro Verde, no Baixo Alentejo, disso exemplo.

A verdade é que ao passar por um processo evolutivo, com novas dimensões, a habitual definição de património cultural aglutinou outros patrimónios. É na sequência deste processo que surge o PCI, como resultado de um conjunto de expressões, interligadas e complexas, apelando à diversidade cultural, estando, pois, na base da representação da(s) identidade(s) das comunidades. O Baixo Alentejo, em concreto o município de Castro Verde, cuja riqueza cultural, ainda que diversa, converge para quatro dimensões marcadamente reveladoras da memória coletiva desta comunidade - Feira de Castro Verde, viola campaniça, moinhos de

---

<sup>94</sup> Trabalho desenvolvido no âmbito de: UID/HIS/00057/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007702), FCT/Portugal, COMPETE, FEDER, Portugal2020.

vento, despique e baldão. Neste sentido, a comunidade de Castro Verde é, por isso, merecedora de uma abordagem e reflexão em termos de projetos de salvaguarda, no contexto atual museológico em torno do PCI, decorrente do trabalho desenvolvido pela UNESCO, muito particularmente à luz da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003.

O núcleo da Oralidade do Museu da Ruralidade está localizado em Entradas (localidade a 10 km da sede de concelho, Castro Verde) cuja filosofia funciona em torno de duas referências estruturais: identidade e território. A abertura deste núcleo, em 2011, foi um passo determinante num processo de valorização deste território de ruralidade, projeto que tem vindo a ser desenvolvido continuamente pelo município.

O repositório oral apresenta, assim, como objetivo geral: fomentar o contacto com novas experiências de aproximação das comunidades com as coleções. Decorrente deste objetivo, definiram-se os objetivos específicos: a) recriar um laboratório, no qual seja colocada em prática o projeto de comunicação, com todas as ferramentas e recursos que as tecnologias possibilitam (aplicações tecnológicas (*Iframeapps*) destinadas para os *social media*, mapas com geolocalização, elaboração de vídeos, registos sonoros, fotografias, *storytelling*, *podcasts*); b) aproximar os profissionais dos museus, sensibilizando-os para a importância do desenvolvimento de um trabalho em termos de estratégia de comunicação no que respeita à revalorização do PCI; e c) salvaguardar o PCI do município de Castro Verde.

Com efeito, a análise do panorama museológico português, em termos de PCI, aponta para várias questões e que justifica o presente projeto (Carvalho, 2011; Neves, Santos & Lima, 2013): a) apela não só para a necessidade de se privilegiar uma visão integrada do PCI, sob pena de se perder o todo; b) reitera a complexidade do conceito, que exige, por sua vez, abordagens mais inovadoras; e, c) antevê a necessidade de estudos mais sistemáticos sobre as experiências e resultados que alguns museus têm desenvolvido no campo do PCI.

O estudo, a valorização e a projeção do património imaterial do Museu da Ruralidade de Castro Verde, na qualidade de laboratório experimental, espera apresentar-se como uma estratégia, na sociedade contemporânea, para superar a “Crise de identidade institucional e simbólica” do museu em pleno século XXI (Brigola, 2008). Ao atribuir-se maior atenção às relações que se estabelecem entre os objetos e as pessoas, através da valorização da memória, em detrimento de uma abordagem centrada em demasia na cultura material, poder-se-á estar a assistir a uma mudança de paradigma (Carvalho, 2011), que passará por uma definição do papel dos museus na atualidade.

## 2. METODOLOGIA

Em termos metodológicos optou-se pela metodologia qualitativa, tendo sido realizadas entrevistas aos responsáveis dos museus do Baixo Alentejo, com o objetivo de verificar se o património imaterial se encontrava a ser incorporado nas atividades e projetos museológicos. O universo em estudo corresponde às unidades museológicas que integram a Rede de Museus do Baixo Alentejo (RMBA), abarcando os museus dos concelhos de: Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa e Vidigueira.

Assim, a partir de um inventário existente no museu, está a ser construída uma matriz que permita caracterizar o PCI pelos respetivos domínios: 1) tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial; 2) Práticas sociais, rituais e eventos festivos; 3) conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo: e, 4) Competência no âmbito de processos e técnicas tradicionais.

Paralelamente, iniciou-se o trabalho em termos de conceção da estratégia de comunicação nos social media: 1) criação de contas em diferentes perfis nas redes sociais: *facebook*, *twitter*, *Google+*, *Pinterest* e *youtube*; 2) implementação do projeto comunicacional do Museu da Ruralidade, tendo-se procedido à divulgação das coleções das redes, tirando partido das potencialidades de cada uma delas: *Facebook* (catálogo das coleções e registos textuais), *Pinterest* (álbuns de fotografia); *Youtube* (Vídeos e música e realização de *storytelling* e *Postcads*), entre outras; 3) monitorização e avaliação e avaliação do projeto de comunicação; e, 4) organização de um ciclo de formações aos parceiros da RMDB com o objetivo de garantir a correta aplicação, manutenção e desenvolvimento do modelo de comunicação em todas as vertentes (física e *online*).

## 3. RESULTADOS

Após quatro meses de implementação do projeto (Março a Junho de 2016), o Museu da Ruralidade já tem em curso um projeto para a *web social*, na medida em que apresenta contas em diferentes *social media*. A página do *facebook* constitui-se como o *social media* eleito, para comunicar com o público, na medida em que é a rede social com mais utilizadores em Portugal. Na verdade, o *facebook* e o *blog* constituem-se como as ferramentas agregadoras de informação e de divulgação da atividade do museu. Em termos de estratégia comunicacional nos *social media*, persiste, no entanto, trabalho a ser realizado, nomeadamente no que diz respeito à planificação, regularidade de publicações, conceção de um guia de uso dos *social media* e até

mesmo a nível da monitorização do projeto. Assim, urge, numa fase seguinte, definir indicadores chave de rendimento (*Key Performance Indicators - KPIs*) no sentido de proceder a uma avaliação do projeto, com o intuito de aferir a visibilidade e o retorno do investimento no âmbito do projeto da *web* social.

As entrevistas realizadas, até à data aos responsáveis dos museus da RMBA valorizam a importância da integração do PCI nas atividades museológicas, embora muitas vezes tal não seja colocado em prática.

Espera-se disponibilizar no *blog* e na página do *facebook* do Museu da Ruralidade o inventário que permita dar a conhecer o PCI existente nesta unidade museológica, assim, como o fundo documental alusivo a este património no centro de documentação do Museu. Com efeito, a equipa da biblioteca municipal de Castro Verde já catalogou algumas monografias existentes no centro de documentação, tendo procedido à sua disponibilização no catálogo coletivo das bibliotecas do concelho.

#### 4. CONCLUSÕES

Este projeto espera constituir-se como um caso de estudo, no panorama nacional museológico português, sobre a relação dos museus com o PCI. Uma vez que no contexto atual tecnológico, as tecnologias e, em particular, as redes sociais se apresentam como uma ferramenta facilitadora para assegurar a visibilidade do património cultural, nomeadamente do PCI, o repositório oral de Castro Verde foi pensado nessa lógica tecnológica e de marketing relacional. A existência de um projeto na *web* social revelou-se, desde o início fundamental, para renovar a relação que a comunidade tem com as coleções e para garantir a visibilidade desejada. Facto é que à semelhança da maior parte dos museus do Alentejo, também o museu da Ruralidade não tem uma página *web* própria e, por isso, as redes sociais, apresentaram-se como uma oportunidade única de projetar o museu e fomentar as relações a longo prazo com a comunidade. Tal significa, que os museus têm ao seu dispor um conjunto de possibilidades muito alargado para promover e divulgar o PCI. Segundo Desvallées (2003), são inúmeras as aplicações das tecnologias aos museus: a) complemento à gestão das coleções (informatização, digitalização, disseminação da informação da rede); b) complemento à pesquisa (ilustração dos materiais e técnicas, contextualização, etc); c) apoio à exposição (visando a atividade e objetivos educativos); contextualização (reconstituição e simulação); d) na forma de produtos comercializáveis (CD's e DVD's); e) utilização da internet para disponibilizar conteúdos.

A verdade é que as novas tecnologias, nomeadamente na área das humanidades digitais, aplicadas à gestão das coleções relacionadas com o PCI e respetiva promoção apresentam-se como uma vantagem acrescida no contexto atual. Com efeito, não só as coleções serão salvaguardadas (registos áudio, vídeo, fotografia, textos), revalorizadas, representando recursos fundamentais para a revitalização de tradições pelas comunidades, como também permitirão que os visitantes usufruam de experiências mais intuitivas e acessíveis (Roque, 2015).

Além do mais, a disponibilização de uma base de dados, bem como da coleção bibliográfica, em livre acesso, revela uma preocupação, por parte desta unidade museológica, em dar resposta às necessidades informacionais do público na atualidade. Potenciar o estabelecimento de pontes de comunicação entre as diferentes tipologias de informação, criadas e geridas dentro do museu – através de recursos digitais e da utilização de todas as ferramentas, procedimentos e processos normativos inerentes –, permitirão relacionar, de forma consistente, os diferentes recursos, facilitando assim a tarefa de acesso ao utilizador final. É neste fervilhar de informação que os museus estão preocupados em conectar as suas coleções, fazendo uso das potencialidades das novas tecnologias e das ferramentas da *web 2.0*. (Serôdio, 2013).

Tomando em consideração o alargamento de competências dos museus face aos desafios atuais, nos quais se incluem maiores responsabilidades face ao PCI, este parece ser um sinal de que os museus poderão ter que se redefinir na sua relação com a comunidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brigola, J. C. (2008). A crise institucional e simbólica do museu nas sociedades contemporâneas: síntese da lição. *Museologia.pt*, n. 2, pp. 155-161.
- Carvalho, A. (2011). *Os museus e o património cultural imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*. Lisboa: Colibri.
- Carvalho, A. & Barata, F. T. (2008). *Le patrimoine culturel immatériel au Portugal: questions d'aujourd'hui et défis de demain*. (s.l.) Évora: CIDEHUS.
- Desvallées, A. (2003). Que futuro para os museus e para o património cultural na aurora do terceiro milénio. *Lugar em aberto. Revista da APOM*, 1, pp. 46-75.
- Memoriamedia – *e-Museu de Património Imaterial*. Consultado em Maio 9, 2016, em <http://www.memoriamedia.net>.
- Neves, J. S., Santos, J. A., & Lima, M. J. (2013). *O panorama museológico em Portugal: os museus e rede portuguesa de museus na primeira década do século XXI*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural.
- Portugal, Assembleia da República (2009). Decreto-Lei n.º 139/2009 de 15 de Junho, *Diário da República*, Série 1, 113. Consultado em Junho 9, 2016, em <http://www.cultura-alentejo.pt/multimedia/File/PDF/REg.%20Juridico%20-%20FSPC.pdf>
- Roque, M. I. (2015). As humanidades digitais no cruzamento entre museus e turismo. *Revista Internacional de Humanidades* 4(2), 179-194. Consultado em Junho 11, 2016, em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/UTILIZADOR/Ambiente%20de%20trabalh>



- o/(pp.%20179-194)%20Hes14\_48750\_Humanidades%20digitais%20museus%20e%20turismo.pdf
- Serôdio, C. *et al.* (2013). Sistemas de informação em museus. *Informação ICOM.PT*, 22, 2 - 11. Consultado em Maio 16, 2016, em [http://www.icom-portugal.org/multimedia/info%20II-22\\_Set-Nov13%281%29.pdf](http://www.icom-portugal.org/multimedia/info%20II-22_Set-Nov13%281%29.pdf)
- UNESCO (2003). *Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial*. Consultado em Maio 14, 2016, em <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>

## O sucesso dos alojamentos situados no espaço rural da Serra da Estrela

Ana Teodoro

CERNAS/ESAC/IPC - Escola Superior Agrária  
afilteodoro@gmail.com

Orlando Simões

CERNAS/ESAC/IPC - Escola Superior Agrária  
orlando@esac.pt

Isabel Dinis

CERNAS/ESAC/IPC - Escola Superior Agrária  
idinis@esac.pt

Gonçalo Gomes

Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal,  
goncalo.gomes@turismodocentro.pt

### RESUMO

A Serra da Estrela, enquanto região de montanha portadora de inúmeros recursos naturais, é protegida por vários estatutos nacionais e internacionais. Será esta condição suficiente para garantir o sucesso dos empreendimentos turísticos situados no espaço rural da região? Para responder a esta questão definem-se três perspetivas de sucesso de empresas ligadas ao alojamento do Turismo em Espaço Rural (TER) na região da Serra da Estrela: (A) uma abordagem assente nas características operacionais das unidades de alojamento; (B) sob a perspetiva do gestor quanto ao retorno do investimento inicial; (C) quanto ao grau de satisfação do consumidor final, ou seja, do turista. No trabalho é problematizada a denominação “Região da Serra da Estrela”, procurando-se os traços fundamentais da sua identidade e definindo-se a região como o território da Delegação da Serra da Estrela, sob jurisdição da Entidade Regional de Turismo Centro de Portugal. Para o território assim definido toma-se uma amostra de 42 empreendimentos TER e analisa-se o seu sucesso empresarial segundo as três perspetivas enunciadas. Entre as diversas conclusões da análise destaca-se, como condição de sucesso, a utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e as práticas de gestão atentas às necessidades do turista. Quanto à perspetiva do gestor, o sucesso passa pela possibilidade de recuperação do investimento e pelo reconhecimento por parte dos turistas. Por sua vez, o retorno do investimento é influenciado pela dimensão das unidades TER, assim como pela formação e experiência do gestor nas áreas do turismo. O sucesso face à satisfação do turista é medido pelas classificações atribuídas nas centrais de reserva, em particular do “*booking*”, e é influenciado, sobretudo, pela antiguidade do empreendimento. Já no que toca às taxas líquidas de ocupação-cama verificadas na região no período de inverno de 2014-2015 (de Outubro a Março), conclui-se que são fortemente condicionadas pela possibilidade do turista efetuar a reserva através da página *online* do empreendimento e influenciadas pela classificação atribuída pelos turistas que já o frequentaram.

**PALAVRAS-CHAVE:** TER, Serra da Estrela, sucesso empresarial, alojamento turístico.

### 1. INTRODUÇÃO: O TER NA SERRA DA ESTRELA

A Serra da Estrela é uma região apontada como sendo heterogénea em termos paisagísticos e culturais, frágil em termos económicos, sociais e demográficos, dotada de uma grande riqueza de recursos paisagísticos e naturais que lhe conferem potencial turístico e relevância estratégica no contexto turístico nacional (Vieira & Figueiredo, 2011). Este território, em particular os seis concelhos que integram o Parque Natural da Serra da Estrela

(PNSE) representa um património único no contexto nacional. Instituído em 1976 com a finalidade de proteger as singularidades da montanha, o PNSE tem uma das Áreas Protegidas (AP's) mais extensas do país, segundo dados do Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE). A Serra da Estrela, enquanto zona turística, engloba ainda outros concelhos com interesses particulares e que são influenciados, diretamente, pela proximidade à montanha. No presente trabalho e para dar nome à “Região da Serra da Estrela” foi adotada a composição da Delegação da Serra da Estrela, definida pela TCP, a qual inclui, atualmente, 15 concelhos do interior centro de Portugal. Dados da Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal (TCP) registavam, em 2015, 535 unidades de empreendimentos TER na Região Centro, das quais 150 encontram-se na região da Serra da Estrela. É este o universo da nossa análise.

## 2. MEDIDAS DE SUCESSO EMPRESARIAL NO TER

A multiplicidade de fatores que interferem no desempenho das unidades turísticas, nomeadamente Turismo em Espaço Rural (TER), fazem com que seja necessária uma análise multidimensional, para além da dimensão económica (Lumpkin & Dess, 1996; Phillips, 1996, *cit por* Reichel & Haber, 2005). Nesta perspetiva, Polo-Peña *et al* (2012) sugerem a análise ao desempenho do TER a partir de três tipos de resultados (resultados financeiros, resultados “pessoais” para o empresário e resultados para o “destino”, i.é. para o meio rural), conjugando uma análise de fatores tangíveis e intangíveis. Alguns investigadores (Van de Ven, Hudson, & Schroeder, 1984, *cit por* Reichel & Haber, 2005) apontam a sobrevivência dos pequenos empreendimentos como a medida primordial do sucesso. Outros estudos sugerem que é o fator ambiental que influencia (incentivando ou não) a procura de cada empreendimento (Lerner & Haber, 2000), i.é., que ambientes físicos e sociais influenciam a experiência turística e a decisão de onde localizar uma empresa terá, conseqüentemente, um impacto direto sobre as hipóteses de sobrevivência (Haber & Reichel, 2007). Estudos demonstraram que, no TER, o retorno alcançado pelo proprietário é, também, determinado pela satisfação de ver o seu projeto apreciado e valorizado por outros e, sobretudo, pela possibilidade de recuperação do património familiar (Cavaco, 2000, *cit por* Cunha, Kastenholz & Carneiro, 2011). Assim, o retorno do investimento pode ser alcançado não só pelo retorno financeiro, mas também pelo *feedback* positivo do cliente ou turista, ou mesmo pelas pessoas do local que valorizam a preservação e a promoção do seu património. A satisfação do cliente é também apontada como medida de desempenho do TER (Anderson, Fornell, & Lehmann, 1994; Otto & Brent-Ritchie, 1996; Haber & Lerner, 1999; Anderson & Fornell, 2000, *cit por* Reichel & Haber, 2005). A orientação

para o cliente é vista por alguns autores como vantagem competitiva no mercado, nomeadamente no TER (Slater & Narver, 1994, *cit por Polo-Peña et al.* 2013). A gestão do empreendimento, determinada pela formação e experiência do gestor TER, é outro fator influência no desempenho das unidades (Robinson & Sexton 1994; Cooper, Gimeno-Gascon & Woo 1994, *cit por Lerner & Haber, 2000*). As competências ao nível da administração financeira, contabilidade e marketing são apontadas como características de empresários bem-sucedidos (Young, 1993, *cit por Lerner & Haber, 2000*). São ainda identificadas determinadas competências comportamentais, como a hospitalidade e a boa comunicação, no caso dos pequenos empreendimento (Olsen *et al.*, 1992, *cit por Haber & Reichel, 2007*). A utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no TER é também estudada, como o fizeram Polo-Peña *et al.* (2013). Aliás, o uso das TIC é hoje considerado uma estratégia-chave para a concretização dos negócios (Chathoth & Law, 2011; Sigala, 2004, *cit por Polo-Peña et al.*, 2013).

Em conclusão, dependendo dos autores e dos objetivos dos estudos realizados, há várias abordagens para falar em medidas de desempenho empresarial no TER, não sendo possível definir, de forma clara e definitiva, “o que é o sucesso no TER”, em resultado de uma leitura do turismo enquanto sistema (Cunha, 2001), com todas as suas inter-relações.

### 3. SUCESSO DO TER NA SERRA DA ESTRELA

Para determinar o sucesso do TER na região da Serra a Estrela, foi verificada a possibilidade de três linhas de investigação: **(A)** O sucesso determinado pelo mercado; **(B)** O sucesso determinado pela satisfação do gestor; **(C)** O sucesso determinado pela satisfação do cliente. Cada linha de investigação foi associada a um indicador específico de desempenho, os quais são influenciados por variáveis específicas. Para determinar estas variáveis foi realizado um inquérito aos gestores de 42 dos 150 empreendimentos de TER, dispersos por 14 dos 15 concelhos da região da Serra da Estrela. A inquirição foi feita através de um questionário *online*, criado e gerido no “*Google Docs*”, onde foram colocadas questões abertas e fechadas acerca do empreendimento, formas de reservas, meios de promoção, atividades de animação e questões acerca do investimento, financiamento, motivações e expectativas do gestor.

Com base nos dados dos inquéritos foi possível caracterizar os empreendimentos estudados (Tab. 1) e determinar as variáveis que, de acordo com bibliografia consultada, se mostraram mais significativas para o tema. A partir do preenchimento de um formulário mensal (entre

Outubro e Março) foram calculadas as taxas de ocupação líquida (TOL) das unidades TER estudadas, um dos principais indicadores do estudo.

**Tabela 1:** Caracterização dos empreendimentos

Descrição	Nº Obs.	Valor Médio	Min.	Máx.
<b>Características do empreendimento TER</b>				
Ano de entrada em funcionamento	42	2005	1976	2015
Número de trabalhadores	42	2,5	0	12
Nº e % de empreendimentos que oferece outros serviços para além de alojamento	42	36%		
Nº e % de empreendimentos que vende ou disponibiliza produtos regionais	42	74%		
Nº e % de empreendimentos onde é possível efetuar reservas no respetivo <i>site</i>	42	29%		
Nº e % de empreendimentos localizados na área do Parque Natural da Serra da Estrela	42	48%		
Classificação atribuída pelos clientes no <i>booking</i> (1 a 10)	27	8,8	7,7	9,8
<b>Características do gestor</b>				
Nº e % de empreendimentos geridos por indivíduos do sexo masculino	42	64%		
Idade do responsável do empreendimento	42	54	33	73
Nº e % de empreendimentos cujo gestor possui experiência anterior na área do turismo	42	26%		
Nº e % de empreendimentos cujo proprietário reside no empreendimento	42	33%		
Nº e % de empreendimentos cujo responsável é o proprietário	42	90%		

#### 4. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Partindo de cada uma das linhas de investigação, obtiveram-se resultados sobre o sucesso dos empreendimentos de TER na região da Serra da Estrela, nas três vertentes consideradas (linhas A, B e C): do ponto de vista do mercado, da perspetiva do gestor e da ótica do turista. Foram relevados fatores tangíveis e intangíveis, construindo-se modelos multidimensionais para avaliar o desempenho desta tipologia de alojamento. Comparando os resultados obtidos em cada um dos modelos, que não são aqui apresentados por limitações de espaço, conclui-se que existem variáveis cujo comportamento influencia os vários indicadores de sucesso no mesmo sentido, enquanto outras há com comportamentos diferentes, dependendo do modelo de investigação usado ou do indicador que estivermos a ter em conta (Tab. 2).

**Tabela 2:** Conclusões

Variáveis	Antiguidade	Experiencia e Formação	Gestor = Proprietário	PNSE	TIC
A	++	!	-	!	+++
B		+		!	
C	-		+	!	+

Legenda: A, B e C - linhas de investigação; + influência positiva; - influencia negativa; ! resultado contrário à expectativa

Com os resultados obtidos concluiu-se que a possibilidade de utilização das TIC para o cliente efetuar a sua reserva promove o sucesso do TER, dado que provoca o aumento da TOL. A importância da utilização das TIC ficou também demonstrada com a relação positiva entre as taxas líquidas de ocupação-cama e a classificação obtida no “*booking*”. Já a localização dos empreendimentos TER no PNSE não demonstrou, no estudo realizado, que potenciasses, por si

só, o sucesso das unidades aí instaladas. Este resultado poderá indicar uma lacuna na obtenção de vantagem competitiva que esse fator ambiental de sucesso poderia determinar. Face às diferentes perspetivas propostas neste estudo para determinar o sucesso do TER podemos concluir que a antiguidade de um empreendimento é um fator que explica o sucesso, tanto na perspetiva do mercado como atendendo à satisfação do cliente/turista, apesar de se fazer sentir de forma inversa. Por um lado, a antiguidade do TER é um fator de influência positiva para as TOL, revelando, assim, que a presença no mercado por mais anos terá um efeito positivo sobre as TOL. Por outro lado, os resultados mostram, também, que a antiguidade evidencia que a satisfação do turista parece ser afetada negativamente pela antiguidade de um empreendimento. Estes resultados parecem revelar que unidades mais antigas têm maior poder de atração inicial, mas geram menos satisfação no cliente após a visita. A experiência e a formação na área do turismo, apesar de não influenciar positivamente a TOL, na amostra em estudo, permite ao gestor aumentar a probabilidade de retorno do investimento. Se o primeiro resultado não se adequava aos argumentos teóricos de que a formação e as competências de gestão promovem o bom desempenho, o segundo resultado reforça esta ideia.

O facto de o gestor habitar a unidade TER demonstrou ter influência negativa na TOL, evidenciando, no entanto, um impacto positivo na perceção do turista relativamente à qualidade da experiência proporcionada pela unidade de alojamento. Este resultado poderá revelar que, após a experiência de um contacto pessoal mais próximo, proporcionado pelo facto do gestor residir na casa, a satisfação do turista é promovida. Este aspeto vai ao encontro de alguns argumentos que defendem que a reduzida dimensão das unidades de alojamento, como as de TER (descritos muitas vezes como pequenas unidades de carácter familiar, Getz & Carlsen, 2000 *cit* por Reichel & Haber, 2005), potencia um contacto mais próximo entre fornecedor e cliente, levando a um maior envolvimento na “experiência rural” e contribuindo para aumentar a satisfação do cliente (Kastenholz & Sparrer, 2009, *cit* por Cunha *et al.*, 2011). Alguns estudos defendem que, por vezes, os proprietários continuam a operar no mercado do TER, apesar de conseguirem apenas um retorno financeiro mínimo (Polo-Peña *et al.*, 2013), fazendo-o por se identificarem com determinado estilo de vida (Morrison & King, 2002). Por outro lado, como foi referido no ponto 2, a satisfação de ver o seu projeto apreciado e valorizado por outros e, sobretudo, pela possibilidade de recuperação do património familiar são fatores que, segunda a bibliografia citada podem contribuir para um retorno do investimento para além da vertente estritamente financeira. Finalmente, o TER é ainda visto como capaz de gerar mais-valias para o espaço rural, promovendo a manutenção de laços com a propriedade rural e a preservação da

gastronomia tradicional (Cavaco, 2000, *cit por* Cunha, Kastenholtz & Carneiro, 2011). Todos estes argumentos dão força ao nosso modelo de investigação baseado na satisfação do cliente, demonstrando que a satisfação do cliente pode ser entendida como indicador de sucesso do TER ao mesmo tempo que se revela um fator influente na dinamização da TOL.

Como limitações deste trabalho apontamos a incidência localizada da pesquisa, a obtenção de um número reduzido de participantes, assim como um curto intervalo temporal de recolha de informação. Isto faz com que não seja possível fazer generalizações, no entanto é um trabalho capaz de dar indicações de gestão e orientações estratégicas para a melhoria do desempenho das unidades TER. Seriam interessantes estudos similares que testem outras zonas geográficas assim como outros indicadores de desempenho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, E. W.; Fornell, C. & Lehmann, D. R. (1994). Customer satisfaction, market share, and profitability: finding from Sweden. *Journal of Marketing*, v. 58, n. 3, pp. 53-66.
- Cavaco, C. (2000). Turismo, comércio e desenvolvimento rural. In: Almeida, A. & Riedl, M. (Orgs). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru: EDUCS.
- Chathoth, P. K. & Law R. (2011). Managerial perceptions of information technology and their impact from a transaction cost perspective. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, v. 28, n. 8, pp. 787-803.
- Cunha, C., Kastetenholz, E. & Carneiro, M.J. (2011). Análise da relevância do empreendedorismo estilo de vida para o desenvolvimento na oferta de turismo em espaço rural. In: Figueiredo, E. (Coord.). *Rural plural, olhar o presente, imaginar o futuro* (pp. 203-214). Castro Verde: 100Luz..
- Cunha, Licínio. (2001). *Introdução ao turismo*. 2ª ed. Lisboa: Verbo.
- Haber, S. & Lerner, M. (1999). Correlates of tourist satisfaction. *Annals of Tourism research*, 26, pp. 197-201.
- Haber, S. & Reichel, A. (2007). The cumulative nature of the entrepreneurial process: The contribution of human capital, planning and environment resources to small venture performance. *Journal of Business Venturing*, 22, pp. 119-145.
- Lerner, M. & Haber, S. (2000). Performance factors of small tourism ventures: The interface of tourism, entrepreneurship and the environment. *Journal of Business Venturing*, 16, pp. 77-100.
- Lumpkin, G. T. & Dess, G. G. (1996). Clarifying the entrepreneurial orientation construct and linking it to performance. *Academy of Management Review*, 21(1), pp. 135-172.
- Morrison, A. J. & King, B. E. M. (2002). Small tourism businesses and e-commerce: Victorian tourism online. *Tourism and Hospitality Research*, 4, pp. 104-116.
- Otto, J. & Brent-Ritchie, B. (1996). The servic experience in tourism. *Tourism Management*, 17(3), pp. 165-174.
- Polo-Peña, A. I., Frías-Jamila, D.M & Rodríguez-Molina, M. Á. (2013). Impact of Customer Orientation and ICT Use on the Perceived Performance of Rural Tourism Enterprises. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 30 (3), 272-289.
- Polo-Peña, A. I., Frías-Jamilena, D. M. & Rodríguez-Molina, M. Á. (2012). Marketing practices in the Spanish rural tourism sector and their contribution to business outcomes. *Entrepreneurship & Regional Development*, 24 (7-8), pp. 503-521.

- Reichel, A. & Haber, S. (2005). A three-sector comparison of the business performance of small tourism enterprises: an exploratory study. *Tourism Management*, 26, pp. 681-690.
- Robinson P.B. & Sexton, E.A. (1994). The effect of education and experience on self employment success. *Journal of Business Venturing*, 9, pp. 141-156.
- Vieira, C. & Figueiredo, E. (2011). “Juntar a fome à vontade de comer”: ligação entre o turismo rural e os produtos agro-alimentares na Serra da Estrela. In: Figueiredo, E. (Org.). *Rural plural, olhar o presente, imaginar o futuro* (105-120). Castro Verde: 100Luz.



## **Turismo rural em Portugal – uma análise quantitativa da oferta e da procura**

Lúcia Pato

Unidade de Investigação CI&DETS e GOVCOOP - Instituto Politécnico de Viseu  
mljesus@esav.ipv.pt

### **RESUMO**

O turismo rural tem vindo gradualmente a afirmar-se no país, quer pelo lado da oferta quer pelo lado da procura. O produto turístico pode constituir-se como complemento a outros produtos turísticos existentes no país, tendo maior destaque nas regiões do Norte e Alentejo. No entanto, as repercussões que têm induzido nos territórios são ainda muito ténues, o que indicia a necessidade de uma política mais adequada às necessidades e características dos diferentes territórios rurais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo Rural, Portugal, oferta, procura.

### **1. INTRODUÇÃO**

Desde alguns anos a esta parte, têm sido apontados novos instrumentos de desenvolvimento das áreas rurais. Entre essas novas formas de desenvolvimento sublinham-se as atividades de turismo e lazer, por vezes como complemento à atividade agrícola.

Por outro lado, o turismo rural tem sido impulsionado pela nova procura, sobretudo urbana, que tende a procurar experiências novas, singulares e autênticas. Esta nova procura associa frequentemente o rural a espaço de consumo e não de produção (Figueiredo, 2011), aliás como também muitas vezes transmitido pela comunicação social e pelas redes sociais.

À luz desta nova procura e numa tentativa de diversificação do turismo nacional, o governo português decidiu criar na década de oitenta o Turismo no Espaço Rural (TER). Com três modalidades apenas – turismo de habitação (TH), turismo rural (TR) e agroturismo (AG) e pouco mais de uma centena e meia de casas aquando da criação do produto turístico, o turismo rural tem vindo gradualmente a afirmar-se no país, pelo menos por via do número de unidades turísticas, contabilizando-se atualmente cerca de um milhar de unidades. A acompanhar a oferta em termos de unidades, a procura tem também aumentado, sendo que o número de dormidas passou de pouco mais de 50000 dormidas aquando da criação do produto turístico, a perto de um milhão.

Com base nos dados fornecidos pelo Turismo de Portugal e através de análises descritivas, o objetivo deste trabalho é o de analisar as tendências de desenvolvimento quantitativo do TER e TH em Portugal do lado da oferta e da procura e refletir sobre as ténues repercussões da atividade.

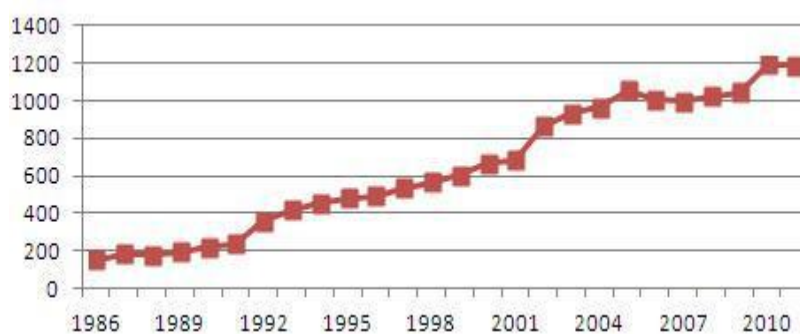
## 2. METODOLOGIA

Com base nas estatísticas fornecidas pelo Turismo de Portugal e num trabalho prévio de doutoramento, recorre-se a análises descritivas simples com o intuito de explorar regiões e modalidades de mais e menos oferta/ procura turística do produto em apreço. Uma vez que a partir de 2012 os dados passaram a ser recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), não é possível fazer comparação com dados anteriores a esse ano, sendo este o motivo pelo qual o último ano em análise é 2011.

## 3. RESULTADOS

### 3.1. A evolução quantitativa da oferta do TER e do TH em Portugal

Os primeiros dados estatísticos acerca do TER remontam a 1984<sup>95</sup>, sendo que nesse ano foram contabilizadas 103 casas de TH e passados dois anos, ou seja, quando se dá o enquadramento legal da atividade, esse número ascendia já a 154 unidades. Desde aí até agora, o número de unidades de TER e TH tem aumentado, contabilizando-se em 2011 cerca de um milhar dessas unidades. Conforme a Figura 1 os maiores aumentos deram-se entre 1991 e 1992 e 2001 e 2002, com um aumento positivo de 181 unidades em cada um dos períodos considerados.



**Figura 1:** Evolução da oferta do TER e TH (1986-2011)

Fonte: Pato, 2012 & TP, 2013

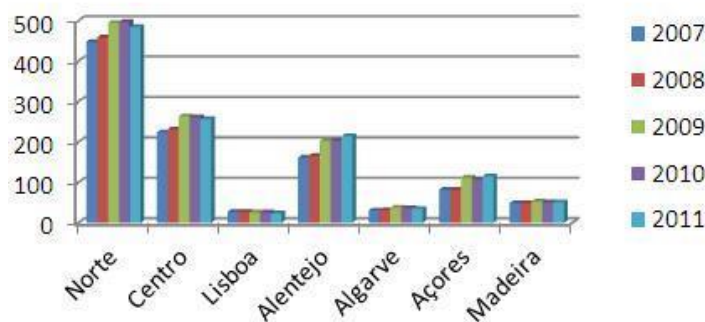
Entre 2004 e 2011 o crescimento da oferta do número de empreendimentos de TER e TH é aliás superior à Hotelaria Tradicional (HT) em 18%. Embora ainda com um peso minoritário no país, este tipo de oferta adapta-se bem a algumas regiões, das quais se salientam

<sup>95</sup> Ano em que surgiram as primeiras estatísticas da Direção Geral de Turismo.

as mais rurais, mas também frequentemente as mais ricas em recursos baseados nas próprias comunidades locais e no respetivo património histórico, cultural e patrimonial.

### 3.2. Distribuição da oferta do TER e do TH (2007-2011)

Centrando a análise na distribuição de empreendimentos por regiões (NUTS), o Norte seguido do Centro são as duas regiões com maior número de empreendimentos (Figura 2). A maior distribuição de empreendimentos nestas regiões não será certamente alheia ao facto das duas associações de turismo rural mais antigas do país (TURIHAB e PRIVETUR) estarem aí sediadas. Por outro lado, ambas as regiões possuem potencialidades únicas para a promoção deste tipo de turismo, o que pode também ter estimulado muitas pessoas a aderirem à atividade.

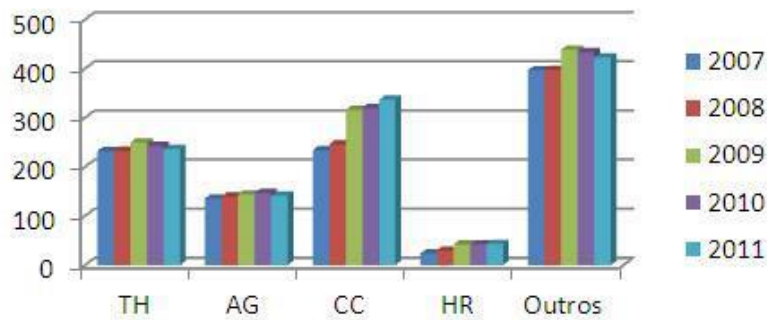


**Figura 2:** Oferta do TER e TH por região (2007-2011)

Fonte: TP, 2013

Na região Norte destaca-se desde logo a presença do rio Douro, a paisagem do Alto Douro Vinhateiro, o parque nacional Peneda Gerês, o património arqueológico de Foz Côa, a riqueza da região em termos gastronómicos e vinhos (exemplo do vinho do Porto). Na região Centro, destaca-se igualmente a paisagem, o Parque Natural da Serra da Estrela e também a riqueza em termos gastronómicos e vinhos (exemplo do vinho do Dão).

Em ordem inversa em termos do número de empreendimentos, afigura-se Lisboa e o Algarve, regiões onde a hotelaria tradicional aliada ao produto *city breaks* (em Lisboa) e “turismo de sol e mar” (no Algarve) tem um peso manifestamente preponderante (TP, 2007). No que diz respeito à distribuição por tipo de empreendimentos no quinquénio em análise, observa-se que a modalidade Casas de Campo (CC) é a mais popular em termos do número de empreendimentos, seguida do TH (Figura 3).



**Figura 3:** Oferta do TER e TH por modalidade (2007-2011)

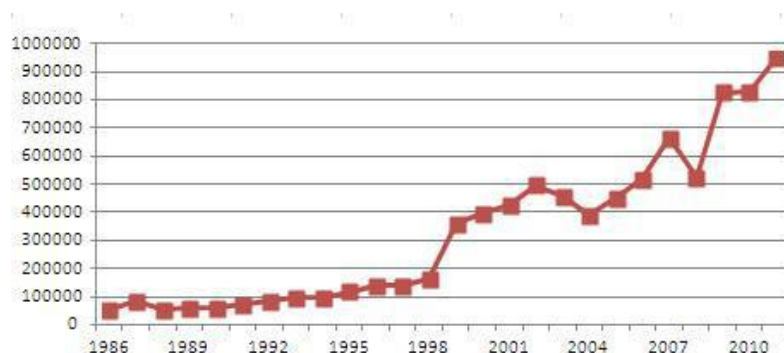
Nota: “Outros” inclui as modalidades TR e turismo de aldeia (TA) que ainda não se reconverteram

Fonte: TP, 2013

Uma vez que as CC são menos exigentes em termos da qualidade dos edifícios e do seu recheio, a maior representatividade da modalidade poderá indiciar o acesso à atividade por parte das famílias rurais portuguesas menos abastadas economicamente. Por outro lado, o peso que o TH continua ainda a possuir enquanto modalidade de alojamento originalmente integrada no TER, indicia que (devido às exigências em termos da qualidade dos edifícios e do seu recheio), muitos dos seus promotores continuam certamente a pertencer a famílias com recursos patrimoniais. Na análise efetuada vale a pena ainda observar que o AG, embora ainda que de forma modesta, tem vindo a perder popularidade. Sendo esta modalidade aquela que mais de perto se relaciona com a atividade agrícola, apraz-nos perguntar qual tem vindo a ser o papel da agricultura e das respetivas atividades agrícolas no desenvolvimento do produto turístico?

### 3.3. A evolução quantitativa da procura do TER e do TH em Portugal

A procura pelo TER e pelo TH ao longo deste quarto de século teve uma evolução igualmente considerável.



**Figura 4:** Evolução das dormidas do TER e TH (1986-2011)

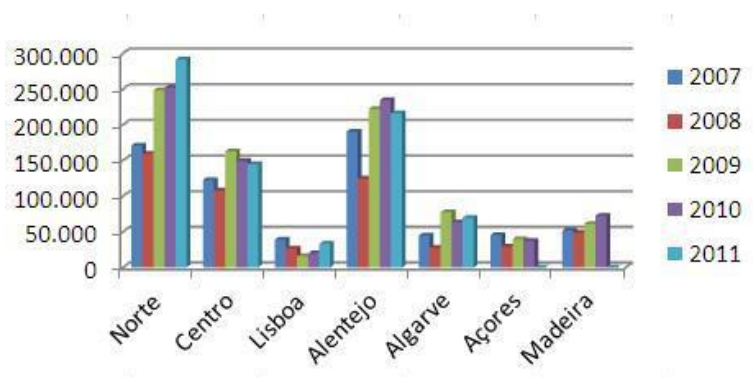
Fonte: Pato, 2012 & TP, 2013

Em 1986 quando se deu o enquadramento legal da atividade o número de dormidas ascendia já a 53126, sendo que daí até agora o número de dormidas neste tipo de empreendimentos não parou de crescer. Em 2011 contabilizaram-se cerca de 948700 dormidas nestes empreendimentos (Figura 4).

Sublinha-se que o grande aumento de dormidas verifica-se a partir de 1998<sup>96</sup> e particularmente nos últimos três anos em análise. Esta grande procura deve-se provavelmente à consciência cada vez maior dos benefícios deste tipo de atividade em relação a outros tipos de turismo. Por outro lado, os recentes atentados terroristas que tem deixado um rasto de morte um pouco por todo o mundo e que podem afastar as pessoas de locais habitualmente mais procurados, poderão ajudar a explicar este interesse crescente pelo TER e TH.

### 3.4. Distribuição da procura do TER e do TH (2007-2011)

Centrando agora a análise de dormidas por região, verifica-se que o Norte e o Alentejo são as duas regiões com maior número de dormidas no TER e TH (Figura 5). Este dado não será certamente alheio ao facto de ambas as regiões possuírem enormes potencialidades para o *touring* cultural e paisagístico e para a gastronomia e vinhos (TP, 2007).



**Figura 5:** Evolução das dormidas do TER e TH por região (2007-2011)

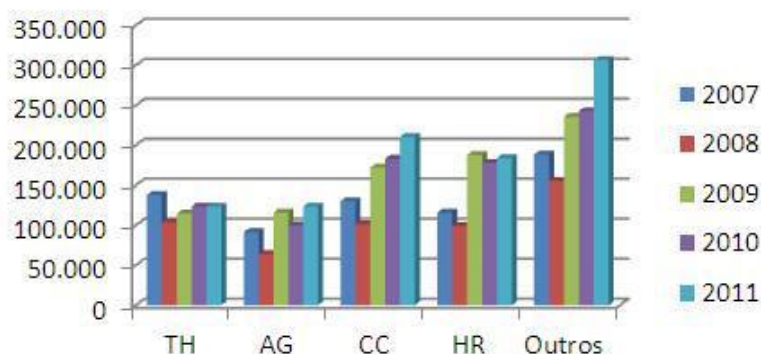
Fonte: TP, 2013

Ao mesmo tempo, o facto de ambas as regiões possuírem estruturas profissionais<sup>97</sup> de apoio à dinamização da oferta turística e bem assim de apoio à promoção e comercialização dessa oferta, poderá explicar a maior procura pelo turismo rural.

<sup>96</sup> Não obstante a quebra verificada em alguns anos, particularmente em 2004 e 2008.

<sup>97</sup> Especificamente, a TURIHAB E A CENTER que estão localizadas no Norte, e a associação Casas Brancas sediada no Alentejo.

Em termos da procura no quinquénio 2007-2011, verifica-se que as dormidas nas CC prevalecem, logo seguidas das dormidas nos hotéis rurais (HR). Observa-se também que a modalidade de AG, no global, é a menos procurada pelos turistas (Figura 6).



**Figura 6:** Evolução das dormidas do TER e TH por modalidade (2007-2011)

Nota: “Outros” inclui as modalidades TR e TA que ainda não se reconverteram

Fonte: TP, 2013

Apesar disto, as taxas de ocupação-cama continuam ainda a ser relativamente baixas no TER e no TH, situando-se em 2011 nos 17,1% (TP, 2013).

#### 4. CONCLUSÃO

A análise quantitativa dos dados evidencia o crescimento quer da oferta quer da procura do TER e TH. Pelas suas potencialidades, há no entanto determinadas regiões onde essa oferta e consequentemente a procura é mais evidente. O Norte e o Centro em termos de oferta de empreendimentos e o Norte e o Alentejo em termos da procura. Se o produto turístico se revela como extremamente importante para determinadas regiões, sobretudo as mais rurais e mais interiores, sob o nosso ponto de vista poderia ser mais enfatizado nas estratégias de desenvolvimento nacional de Turismo. Com efeito o produto turístico só de forma muito ténue foi referido no Plano Nacional de Turismo (TP, 2007). Por outro lado, as repercussões que a oferta e a procura têm gerado nos próprios territórios são ainda muito ténues (Pato, 2012), o que mais uma vez indicia a necessidade de políticas mais adequadas às necessidades e características dos diferentes territórios rurais.

#### AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/Multi/04016/2016. Agradecemos adicionalmente ao Instituto Politécnico de Viseu e ao CI&DETS pelo apoio prestado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Figueiredo, E. (2011). Um rural cheio de futuros? In: E. Figueiredo (Ed.), *Rural plural* (pp. 13-19). Castro Verde: 100Luz.
- Pato, L. (2012). *Dinâmicas do turismo rural - impactos em termos de desenvolvimento rural*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- TP. (2007). *Plano estratégico nacional para o Turismo*. Lisboa: TP.
- TP. (2013). *Anuário das estatísticas de turismo 2012*. Lisboa: TP.

## A experiência turística em unidades de turismo em espaço rural no Alto Alentejo: um estudo exploratório

Eva Milheiro

Instituto Politécnico de Portalegre - GOVCOPP (UA)

eva@esep.pt

Elisabeth Kastenholtz

GOVCOPP (UA)

elisabethk@ua.pt

Maria João Carneiro

GOVCOPP (UA)

mjcarneiro@ua.pt

### RESUMO

O turismo rural tem assumido um papel importante na redinamização de alguns territórios rurais, devido a novas procuras de turismo e lazer que valorizam recursos e ambientes próprios deste espaço e graças a investimentos, públicos e privados, em projectos turísticos propícios a atrair uma diversidade de visitantes. Contudo, compreender a experiência do turista no espaço rural é essencial para atrair, satisfazer e fazer regressar o turista. Esta comunicação visa contribuir para uma melhor compreensão do comportamento e da experiência vivida pelo turista em áreas rurais e resulta de um trabalho em curso, focando-se no território do Alto Alentejo.

**PALAVRAS-CHAVE:** turismo rural, comportamento do consumidor, experiência turística, destinos rurais, unidades TER.

### 1. INTRODUÇÃO

O turismo em espaço rural tem vindo a afirmar-se como um produto alternativo a formas de turismo mais massificadas, refletindo alterações no comportamento dos consumidores e mudanças nos estilos de vida nas sociedades emissoras de turistas, que se traduzem numa procura de novas experiências, num ambiente mais autêntico, calmo, tradicional, com uma forte ligação aos valores ambientais e patrimoniais (Kastenholtz *et al.*, 2014; Lane, 2009; Milheiro *et al.*, 2014). Compreender a experiência turística vivida pelos visitantes em áreas rurais e, mais concretamente, nas unidades de alojamento de turismo rural, é fundamental para que as entidades públicas e os proprietários das unidades de Turismo em Espaço Rural (TER) possam ajustar a sua atuação no sentido de proporcionar melhores experiências aos seus visitantes/hóspedes, contribuindo, assim, para uma maior satisfação e fidelização. Em última instância é esta experiência apelativa, distintiva e memorável, que assegura a competitividade dos destinos e serviços turísticos (Kastenholtz *et al.*, 2014; Mossberg, 2007; Stamboulis & Skayannis, 2003).

No estudo que está a ser desenvolvido, pretende-se contribuir para o enriquecimento da investigação no domínio da experiência em alojamentos de TER. As características destas unidades (associadas a um atendimento personalizado, familiar, de alguma forma revivalista de um passado genuíno e puro, integradas em espaços naturais, onde o estilo de vida é mais



saudável e isento de stress) permitem dar resposta às tendências atuais de evolução da procura e dos mercados, pelo que nos parece relevante proceder a mais investigação que ajude a perceber a forma como o consumidor do TER vive a sua experiência nestes espaços. O estudo está a ser aplicado no Alto Alentejo, destino com 15 concelhos e características marcadamente rurais, que, apesar de ser ainda uma das regiões mais deficitárias do país no que concerne à oferta e procura turísticas, apresenta características singulares e atrativas para o mercado do TER, que tem crescido nos últimos anos na região.

## 2. METODOLOGIA

O estudo empírico está a ser conduzido em 40 das 86 unidades de alojamento de TER existentes neste território, apresentando-se nesta comunicação os resultados obtidos entre junho e dezembro de 2015. O questionário foi auto-administrado a hóspedes portugueses e estrangeiros, após explicados os seus objetivos e forma de administração aos proprietários e gestores das unidades TER.

As respostas obtidas até ao momento permitem-nos avaliar, de uma forma exploratória, a experiência vivida neste destino rural, bem como nas unidades de alojamento em particular, em dimensões relacionadas com o escapismo, aprendizagem, descoberta, estímulos sensoriais, comportamentos e emoções, dimensões identificadas como relevantes para o turismo rural no âmbito do projecto ORTE (Kastenholz, *et al.*, 2014). O questionário incluiu, ainda, questões sobre aspetos que podem influenciar a experiência dos hóspedes nas unidades e no destino envolvente, como o seu perfil sociodemográfico, motivos da visita e características da viagem. A satisfação e a fidelização, enquanto resultados da experiência vivida, também foram avaliadas, permitindo uma análise da relação entre dimensões da experiência turística e as suas consequências ao nível do comportamento turístico futuro.

## 3. RESULTADOS

Entre junho e dezembro de 2015, obtiveram-se 98 respostas válidas ao questionário administrado. A maioria dos hóspedes que responderam ao questionário (81,5%) são de nacionalidade portuguesa, provenientes das regiões de Lisboa e Vale do Tejo (64,4%), Centro (21,9%) e Norte (8,2%). Verifica-se que a maioria vive num ambiente urbano (85,7%), predominam as respostas do sexo feminino (57%) e a média da idade dos inquiridos ronda os 55,8 anos. A maioria dos respondentes possui o bacharelato ou licenciatura (44,9%), seguindo-se o grau de mestre/ doutor (28,6%) e o ensino secundário (20,4%). Muitos estão empregados

(82,7%), importando referir que 11,2% são reformados. O rendimento médio mensal líquido dos agregados familiares de mais de metade dos hóspedes situa-se entre os 1001 a 2000 euros (20,4%) ou entre os 2001 a 4000 euros (31,6%).

Inquiridos sobre os motivos da visita ao destino Alto Alentejo, numa questão aberta, sobressai a procura de relaxamento num ambiente calmo e relaxante, que atrai pela seu ambiente natural. 23 respondentes apontaram as férias como motivo principal. Aspectos relacionados com o que designámos por *stress free* (descansar, sossego, tranquilidade, relaxar, paz) foram apontados por 22 respondentes. Segue-se o lazer (19 respostas), as características relacionadas com o destino (conhecer, gostar), com 10 respostas, e os eventos (festivais, festas) com 9 respostas.

Nos aspectos que se associam à imagem do destino, sobressaem aqueles que são relacionados com o *stress free* (tranquilidade, sossego, descanso, paz, calma, silêncio), com 66 respostas, a paisagem/ natureza (paisagem, vastidão/imensidão/horizonte aberto, natureza, campos, luz, agricultura, beleza, animais/gado, céu, chilrear dos passarinhos), com 64 respostas, as pessoas (povo/gentes/pessoas, hospitalidade, convívio, nostalgia, acolhedor, família, simpatia, afabilidade), com 22 respostas, o clima (calor, sol), com 18 respostas, a gastronomia e vinhos, com 18 respostas e a história/ património (história, conservação, castelos, construções seculares), com 11 respostas.

No que concerne ao comportamento em viagem, a maioria referiu que já conhecia o destino (41,8% já lá tinha estado entre 1 a 3 vezes e 40,8% mais de 3 vezes). Esta “fidelização” também ocorre nas unidades onde ficaram hospedados, com 42,9% a referir que já lá tinham estado entre 1 a 3 vezes e 17,3% mais de 3 vezes. 38,8% responderam que era a primeira vez que ficavam alojados na unidade. A estadia média é de 3,3 noites. Verifica-se, ainda, que os respondentes são clientes habituais de unidades TER, com 36,7% a referir que já ficaram hospedados em outras unidades TER anteriormente entre 1 a 3 vezes e 54,1% mais de 3 vezes.

O conhecimento da unidade onde ficaram alojados, adveio maioritariamente da Internet (71% das respostas), seguindo-se os familiares ou amigos (21%). A maioria viaja em casal (47,9%) e com filhos.

Com o intuito de compreender melhor quais os atributos que os visitantes valorizaram na escolha do destino, solicitou-se que indicassem, numa escala de Likert de 1 “nada importante” a 7 “extremamente importante”, a importância atribuída a diversos atributos. Ressaltam como mais importantes a tranquilidade/ambiente relaxante (média de 6,4), a paisagem e a natureza (6,3), a hospitalidade (6,1) e os recursos culturais e históricos (5,8). O

item menos valorizado foi a proximidade com Espanha (2,7), não obstante ser este um destino de fronteira. Atividades relacionadas com a animação e eventos (3,7) ou atividades desportivas e de aventura (3,7) não parecem ser muito valorizadas pelos visitantes.

Para compreender a vertente comportamental da experiência no destino, solicitou-se aos visitantes que respondessem, numa escala de 1 “discordo totalmente” a 7 “concordo totalmente”, indicando o seu grau de concordância/ discordância em relação a determinados comportamentos ou ações realizadas. A componente “escapismo” parece ser aquela que assume uma maior relevância na experiência dos visitantes no destino, sendo o contraste com a vida na cidade salientado (média de 6,1), o alívio do stress (6,1), a serenidade (6,0) ou a paz (6,0).

Os visitantes também referem determinadas componentes associadas à aprendizagem/ descoberta, como o experimentar a gastronomia local (5,8), apreciar o artesanato e produtos locais (5,0) e tirar fotografias (5,0). No entanto, algumas atividades que poderiam estimular a interação entre os visitantes, ou entre estes e a população local, parecem estar a ser negligenciadas pelos visitantes, seja por falta de oportunidades ou interesse, como a troca de informações com outros turistas (2,8), a partilha de refeições com os residentes (2,3) ou com outros turistas (2,3) e, ainda, a participação em atividades recreativas ou desportivas com outros turistas (1,9).

As emoções surgem frequentemente associadas a sentimentos positivos como a felicidade (5,9), a alegria (5,7) ou o entusiasmo (5,1). As memórias de outros tempos (3,4), das suas raízes (3,1) e a nostalgia (3,4) não parecem, contudo, ser muito valorizadas pelos visitantes.

A experiência nas unidades de alojamento foi francamente avaliada pela positiva em todas as dimensões consideradas (entre 6,3 e 5,5), desde o conforto, à aparência do alojamento, à relação qualidade/preço, simpatia e profissionalismo do staff e interação entre hóspedes. A experiência sensorial, ainda que bastante valorizada, relacionada com os cheiros, sons, imagens ou sensações táteis, foi a que obteve médias mais baixas (entre 5,6 e 4,6).

No que concerne à satisfação dos visitantes, tanto no que respeita ao destino como à sua estadia nas unidades TER, o balanço é muito positivo. Numa escala de Likert de 1 “nada satisfeito” a 7 “extremamente satisfeito”, a experiência na unidade de alojamento foi avaliada com uma média de 6,3, a experiência no destino com 6,1, a decisão de passar férias no destino com 6,2 e a decisão de passar férias na unidade de alojamento com 6,3.

Os indicadores de fidelização também são muito positivos, principalmente no que concerne à repetição da visita, tanto ao destino como às unidades, bem como a recomendação. Numa escala de 1 “discordo totalmente” a 7 “concordo totalmente”, a possibilidade de uma

futura visita ao destino obteve uma média de 6,1, a recomendação do destino a familiares e amigos uma média de 6,5 e o regresso à unidade de alojamento no futuro uma média de 6,4. Curiosamente, o “passa-palavra” nas redes sociais obteve médias inferiores: 4,5 no que se refere a falar sobre a experiência no destino e 4,7 no que respeita à experiência nas unidades.

Por fim, perguntou-se aos inquiridos quais os aspetos a melhorar no destino e nas unidades TER. No que respeita ao destino, muitas foram as sugestões, com grande incidência na acessibilidade e sinalética (16 sugestões), informação e comunicação do destino (11), atividades e eventos (10), infraestruturas turísticas (13) e outras (5).

Nas unidades de alojamento, 14 inquiridos responderam que não mudariam nada, “gosto como é”. O acesso à Internet (11 respostas) e o acesso físico à unidade (frequentemente de terra batida, com 7 respostas) foram os aspetos que mereceram maior relevo. As restantes sugestões são variadas e no sentido de melhorar o conforto físico dos alojamentos.

#### 4. CONCLUSÕES FINAIS

O presente estudo ainda está em curso e os dados apresentados permitem apenas uma análise exploratória, mas há alguns aspetos que podemos desde já salientar. A maior parte dos hóspedes das unidades TER provém de um meio urbano, corroborando outros estudos conduzidos em território nacional (Kastenholz, 2014; Pato, 2012) e parecem valorizar sobretudo as dimensões da experiência relacionadas com o relaxamento, a tranquilidade e o escapismo. Aliás, a própria imagem do destino parece associada a características como a tranquilidade, o sossego, o descanso, aspetos associados à paisagem, à natureza e a um valioso património histórico.

Apesar da experiência, tanto no destino como nas unidades parecer ser bastante positiva, parece que ela é ainda bastante passiva, não estimulando a interação entre visitantes, ou entre estes e a comunidade e seu modo de vida. Esta conclusão já tinha sido apresentada por Kastenholz *et al.* (2014) num estudo aplicado em três aldeias do interior do país. Será importante analisar, junto dos proprietários das unidades de TER os esforços que estão a ser realizados para proporcionar uma boa experiência aos hóspedes procurando, nomeadamente, promover o contacto dos hóspedes com determinados aspetos do destino, com residentes e até com outros hóspedes da unidade de TER. Estes são os objetivos de uma outra fase do estudo em curso que não foi aqui explorada.

Este estudo sugere, também, que é necessário melhorar alguns aspetos, quer no destino, quer nas unidades, que poderão proporcionar uma melhor experiência na visita, tais como as

acessibilidades, informação, melhoria das infraestruturas turísticas e alguns aspetos físicos nas unidades, no sentido de aumentar o conforto dos hóspedes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Jesus, L., Kastenholz, E., & Figueiredo, E. (2008). A oferta do turismo no espaço rural – estudo de caso na região Dão-lafões. *Colóquio Ibérico de Estudos Rurais – Cultura, Inovação e Território*, 23 a 25 de outubro, Coimbra, Portugal.
- Kastenholz, E., Eusébio, C., Figueiredo, E., Carneiro, M.J., & Lima, J. (coord.). (2014). *Reinventar o turismo rural em Portugal: cocriação de experiências turísticas sustentáveis*. Aveiro: UA Editora.
- Lane, B. (2009). Rural tourism: An overview. In: Jamal, T. & Robinson, M. (eds), *The SAGE handbook of tourism studies* (pp. 354-370). London: Sage Publications.
- Milheiro, E., Eusébio, C., & Kastenholz, E. (2014). Turismo e desenvolvimento económico em territórios rurais: Uma revisão da literatura. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 21/22, pp. 133-145.
- Mossberg, L. (2007). A Marketing approach to the tourist experience. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 7(1), pp. 59-74.
- Pato, L. (2012). *Dinâmicas do turismo rural – impactos em termos de desenvolvimento rural*. Phd Thesis, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Stamboulis, Y, & Skayannis, P. (2003). Innovation strategies and technology for experience-based tourism. *Tourism Management*, 24, pp. 35-43.

## Turismo e valorização do espaço rural - uma análise de *clusters* em ambiente SIG com base em fotografias das redes sociais

Hélder Lopes

Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território, Universidade do Minho  
htsliago@gmail.com

Vítor Ribeiro

Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território, Universidade do Minho  
vitor.geografia@gmail.com

Paula Remoaldo

Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território, Universidade do Minho  
premoaldo@geografia.uminho.pt

Sara Silva

Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território, Universidade do Minho  
sara.catarina.g@gmail.com

### RESUMO

A utilização dos novos serviços de partilha de fotografias nas redes sociais tem favorecido uma perceção dos interesses de residentes e visitantes relativamente aos destinos turísticos. As fotografias presentes nestas redes encontram-se geocodificadas pelos utilizadores, residentes ou visitantes, permitindo obter extensas bases de dados. A investigação realizada segue uma abordagem essencialmente quantitativa e insere-se num projeto mais lato de desenvolvimento sustentável do turismo em áreas rurais, mais concretamente, no município de Boticas. Com base em fotografias georreferenciadas nas redes sociais foram analisados os principais padrões de distribuição dos locais com interesse turístico por parte de visitantes e residentes. Recorremos aos SIG para aplicar várias técnicas de análise espacial e estatística. Entre as principais conclusões, verifica-se um elevado número de património natural e cultural com potencial turístico, cujos padrões de acessibilidade, em alguns dos casos, são favoráveis à sua prossecução.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo Rural, Análise Espacial, Acessibilidade, Serviços de Partilha de Fotografias, SIG.

### 1. INTRODUÇÃO

De modo a desenvolverem-se novos métodos de análise da imagem do destino, têm surgido várias pesquisas que utilizam como método de análise as fotografias (Camprubí *et al.*, 2013; Choi *et al.*, 2007; Donaire *et al.*, 2014; García-Palomares *et al.*, 2015; Santos, 1998). Outro facto deve se à utilização massiva da internet introduzindo, cada vez mais, alterações significativas no modo como o indivíduo interage em sociedade. Esta nova dimensão de comunicação tem possibilitado a expressão de múltiplos valores culturais (Castells, 1999). Fruto da evolução da *internet* e do advento da tecnologia *smart*, promoveu-se, nas últimas décadas, a proliferação do número de fotografias registadas por viagem (Donaire & Galí, 2011). Por outro lado, o hábito de partilhá-las com colegas de trabalho, família e amigos ou em meios mais abrangentes, surgem como resultado da partilha *online*, muitas vezes em tempo real e de

forma sincrónica em *websites*, tais como o *Flickr*, o *Picasa*, o *Facebook*, o *Panoramio* ou o *Pinterest* (Lo *et al.*, 2011; García-Palomares *et al.*, 2015; Munar & Jacobsen, 2014).

A imagem tem vindo a assumir um papel fundamental na divulgação dos espaços turísticos, com uma dimensão e amplitude cada vez mais lata e rápida. A partilha de fotografias de um determinado local através das redes sociais tem um poder de promoção turística cada vez mais forte, onde a disseminação da imagem turística assume um papel eficaz e duradouro.

A investigação centrada na análise das imagens dos destinos rurais disponibilizadas *online* tem sido pouco explorada. Com a evolução das Tecnologias de Informação Geográfica é possível analisar os padrões de distribuição (intensidade, concentração e dispersão) dos recursos turísticos em diferentes espaços através de mapas de densidade, medidas de tendência central ou com o recurso a indicadores de padrões de distribuição (*e.g.*, *Gestis-Ord General G* ou do *Moran's Index*).

Tendo por base estes pressupostos os principais objetivos que nortearam esta investigação foram: (i) identificar os padrões de distribuição espacial das fotografias dos visitantes e residentes; (ii) caracterizar os diferentes “olhares” sobre o destino turístico e (iii) contribuir para desenvolver uma imagem turística mais próxima dos interesses dos visitantes e dos residentes.

O presente texto encontra-se estruturado em quatro secções. À primeira secção de carácter introdutório, segue-se uma secção onde são apresentados os principais métodos e fontes dos dados utilizados. Na secção três apresenta-se um resumo dos principais resultados alcançados, onde se salientam as principais potencialidades de análise das imagens e de que forma as mesmas podem contribuir para a segmentação dos visitantes. Por fim, a conclusão reitera os principais resultados, enuncia alguns desafios para investigações futuras e as principais limitações do estudo realizado.

## **2. ÁREA DE ESTUDO, MÉTODOS E FONTES DOS DADOS**

### **2.1. Área geográfica**

O território analisado corresponde ao município de Boticas, que está localizado na NUTS III do Alto Tâmega e no nordeste de Portugal Continental. O município está subdividido em dez freguesias, tem uma área de 322 km<sup>2</sup> e, segundo a Tipologia das Áreas Urbanas (TIPAU) de 2014, 7 das freguesias são consideradas Áreas Mediamente Urbanas (AMU) e 3 como Áreas Predominantemente Rurais (APR). Em 2011, a população residente no município de Boticas totalizava 5.750 efetivos, dos quais 1.510 residentes habitavam na União de

Freguesias (UF) de Boticas e Granja, o que corresponde a 26,3% da população residente no município. De facto, este município, tal como outros territórios localizados no interior do país, tem perdido vitalidade demográfica. Uma das principais potencialidades do município está inerente à vocação de recursos endógenos com elevado potencial turístico para a atração de atividades económicas e de população.

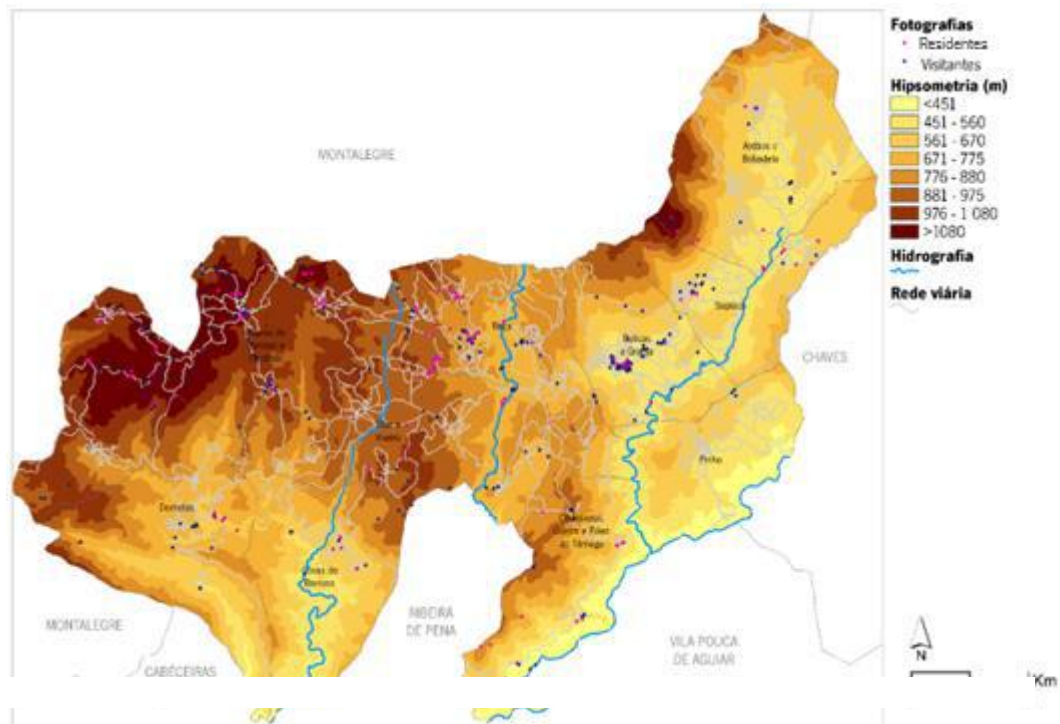
## 2.2. Dados e Métodos

A base de dados utilizada na presente investigação foi construída com os dados provenientes da plataforma de fotografias da *Panoramio*, do *Google Earth*. Utilizou-se o período de janeiro de 2005 a março de 2016 tendo-se usado 728 fotografias. Estas foram sujeitas a dois métodos de análise: (a) a análise quantitativa através do recurso ao pacote estatístico *SPSS 22.0*; (b) a análise geoespacial através do pacote *ArcGIS 10.3*. Os dados foram agrupados em várias tipologias tendo em conta os pressupostos definidos em estudos anteriores (*e.g.*, Donaire *et al.*, 2014; García-Palomares *et al.*, 2015; Santos, 1998): (i) quatro categorias - o património edificado (monumentos, edifícios históricos, igrejas, conjunto de habitações típicas, etc); a natureza (paisagem, a fauna e a flora); a cultura (conjuga as expressões de cultura local, tradições ou festivais) e os serviços turísticos (compreendem todas as formas de equipamentos e infraestruturas turísticas, tais como alojamento, restauração, sinalizações, etc.); as situações em que se verificavam imagens com mais do que um conjunto de elementos optou-se sempre pelo conjunto predominante; (ii) o *zoom* da imagem - este foi analisado através da verificação dos seguintes pressupostos: (1) se a imagem incidia num único elemento (uma janela de uma habitação, uma igreja), (2) se era feita uma focagem sobre o elemento no seu contexto (uma igreja no conjunto habitacional) ou (3) se se tratava de um cenário ou vista panorâmica (montanha, rio, etc); (iii) a presença humana; (iv) a origem - se a proveniência da imagem era de residentes ou de visitantes.

Após a definição dos critérios de catalogação das imagens, devem salientar-se os principais pressupostos que estão inerentes à análise de distribuição espacial das fotografias: os dados foram agregados em hexágonos com 150 m de lado e 300 m de diâmetro; realizaram-se cálculos de distância padrão, por forma a inferir-se qual o grau de concentração ou dispersão de recursos em torno do centro geométrico médio; foram utilizados dois índices para determinar os padrões de localização global - *Getis-Ord General G* e *Global Moran's I*; estes serviram para identificar o grau de aglomeração de valores elevados e reduzidos e a correlação espacial baseada nos recursos locais e nos valores dos atributos; usou-se a estatística *Anselin Local*



*Moran's* (estatística LISA), possibilitando a determinação de tendências locais emergentes para a intensificação do turismo em Boticas.



**Figura 7:** Distribuição geográfica das fotografias tiradas por visitantes e residentes

Fonte: Elaboração própria tendo por base a análise das fotografias do *Panoramio*, entre janeiro de 2005 e março de 2016

Estas tipologias estiveram na base da identificação de *clusters*. Esta técnica possibilita a identificação de grupos com uma elevada homogeneidade dentro do grupo e heterogeneidade intergrupala (Donaire *et al.*, 2014). Utilizou-se o método *k-means* tendo em consideração os seguintes pressupostos: (i) a escolha da amostra foi feita com base numa amostra em cada grupo, de entre um conjunto de grupos (2 a 5) (ii) verificou-se uma perda mínima de informação através da fusão dos elementos e (iii) ao invés de se considerarem as categorias *per se*, usaram-se os *itens* para a segmentação dos grupos. Após a obtenção dos *clusters* efetuou-se um teste ANOVA, a fim de determinar as diferenças entre os grupos.

### 3. APRESENTAÇÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

A Figura 1 sintetiza a distribuição de séries fotográficas segundo a categoria de residentes (locais) ou visitantes. Apesar da maioria das fotografias estar distribuída por todo o município, ao longo dos principais eixos da rede viária, destaca-se uma concentração na área noroeste e central do município de Boticas.

Note-se, ainda assim, que é na UF de Boticas e Granja que se concentra uma maior densidade de fotografias, fruto da quantidade de equipamentos ao dispor dos visitantes. Apesar de tudo, é possível constatar que existem mais fotografias de visitantes sendo que o máximo registado por hexágono para este grupo corresponde a 55 fotografias (Quadro 1).

**Quadro 1:** Estatísticas-síntese das fotografias tiradas por visitantes e residentes

	Nº. de fotografias	D.P.	Máximo de fotografias por hexágono
Total	728	1,56	66
Residentes	238	0,43	17
Visitantes	490	1,22	55

Fonte: Elaboração própria tendo por base as fotografias do *Panoramio*, entre janeiro de 2005 e março de 2016.

Para a identificação dos *clusters*, procedeu-se à análise da estatística  $G$  e o índice de Moran. A estatística  $G$  revelou uma tendência para a concentração de valores (*high clusters*), com níveis de significância elevados ( $p\text{-value} = 0,00000$ ). Do mesmo modo, o índice de Moran indicou também uma correlação espacial muito forte para a formação de aglomerados espaciais ( $p\text{-value} = 0,00000$ ).

A estatística de *Anselin Local Moran's* foi calculada *a posteriori* com o fim de cartografar a presença destes grupos revelando que o número de *clusters* com valores HH (*High-High*) não é muito significativa. A título de exemplo para o total de fotografias, verifica-se uma aglomeração espacial em várias aldeias típicas do município (*e.g.*, Vilarinho Sêco, Coimbró) e no centro do município. Ressalve-se, ainda assim, pequenos *clusters* expressos em valores de Baixo-Alto (*Low-High*), que correspondem a valores atípicos.

A concentração de fotografias está fortemente associada a dois tipos de características: ao património edificado (57%) e aos elementos naturais (35%). Com menos expressão, surgem os serviços turísticos (5,2%) e a cultura local (3,7%).

O resultado do agrupamento de itens em *clusters* permitiu observar que as características de fotografias revelam dois tipos de padrões diferenciados: a dos visitantes e a dos residentes. Note-se ainda que durante a análise se verificou que todos os *itens* apresentavam um  $p\text{-value} < 0,05$ . Os resultados do teste *ANOVA* também demonstraram que as variáveis incluídas no modelo eram suficientemente diferentes para o seu agrupamento. Desta forma, foram criados 3 grupos. O *Cluster A* ( $n=250$ ) apresenta essencialmente fotografias da natureza (100%), está

associado a fotografias que se focalizam em cenários (55,6%) e são os visitantes que mais captam este tipo de fotografias. Por sua vez, o *Cluster B* (n=325) é representado apenas pela classe de visitantes, destacando-se os elementos no contexto (64,9%) e a categoria do património edificado (89,8%). O *Cluster C* (n=153) representa o grupo menos expressivo e incorpora fotografias que enfocam sobre elementos situados no contexto (76,5%) e na categoria do património edificado (78,4%). Os *clusters B e C* contêm essencialmente fotografias que não integram pessoas.

#### 4. CONCLUSÕES FINAIS

Os resultados das fotografias tiradas por residentes e visitantes mostram que existem determinados padrões de distribuição observáveis com semelhanças e algumas diferenças significativas. De facto, os visitantes concretizam fotografias menos concentradas em certos núcleos habitacionais do que os residentes o que evidencia uma certa predisposição para valorizar elementos do património intangível. Note-se que 34,5% das fotografias capturadas estão associadas à componente natural. Em alguns dos casos, verifica-se uma certa desarticulação entre a promoção turística efetuada pelo município e a imagem do destino construída com base nas fotografias. Desta forma, há algumas pistas que podem ser lançadas para futuros trabalhos, designadamente: (i) aferir a sazonalidade das fotografias tiradas por residentes e visitantes e, deste modo, quais os locais potenciais a promover e em que período do ano; (ii) verificar a distribuição das fotografias à escala supramunicipal possibilitando o desenvolvimento de estratégias comuns com outros territórios adjacentes e (iii) anuir quais os objetivos, as metas e as estratégias que podem ser delineadas, a curto e médio prazo, para o desenvolvimento do turismo.

Este tipo de investigação possui algumas limitações. Por um lado, é fundamental ter em linha de consideração que os residentes ou visitantes apenas partilham as fotografias que consideram mais relevantes. Por outro lado, apenas alguns grupos são utilizadores frequentes destas plataformas. Apesar de tudo, estas abordagens devem ser articuladas com outras revelando pistas importantes sobre a utilização dos recursos do território na perspetiva do turismo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Camprubí, R., Guia, J., & Comas, J. (2013). The new role of tourists in destination image formation. *Current Issues in Tourism*, 16(2), pp. 203-209.

- Choi, S., Lehto, X. Y., & Morrison, A. M. (2007). Destination image representation on the web: Content analysis of Macau travel related websites. *Tourism Management*, 28 (1), pp. 118-129.
- Donaire, J. A., Camprubí, R., & Galí, N. (2014). Tourist clusters from Flickr travel photography. *Tourism Management Perspectives*, 11, pp. 26-33.
- García-Palomares, J. C., Gutiérrez, J., and Mínguez, C. (2015). Identification of tourist hot spots based on social networks: A comparative analysis of European metropolises using photo-sharing services and GIS. *Applied Geography*, 63, pp. 408-417.
- Santos, J. (1998). The role of tour operators' promotional material in the formation of destination image and consumer expectations: The case of the People's Republic of China. *Journal of Vacation Marketing*, 4(3), pp. 282-297.
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra.
- Donaire, J. A., Camprubí, R., & Galí, N. (2014). Tourist clusters from Flickr travel photography. *Tourism Management Perspectives*, 11, pp. 26-33.
- Donaire, J. A., & Galí, N. (2011). La imagen turística de Barcelona en la comunidad de flickr. *Cuadernos de Turismo*, (27), pp. 291-303.
- Lo, I. S., McKercher, B., Lo, A., Cheung, C., & Law, R. (2011). Tourism and online photography. *Tourism Management*, 32(4), pp. 725-731.
- Munar, A. M., and Jacobsen, J. K. S. (2014). Motivations for sharing tourism experiences through social media. *Tourism management*, 43, pp. 46-54.

## Medio rural, actividad agraria y turismo: agroturismo. Oportunidades y dificultades

Adrián García Perdigón  
Universidad de La Laguna  
adriangarciaperdigon@gmail.com  
Yurena González González  
Universidad de La Laguna  
yugonzal@ull.es

### RESUMEN

La realidad económica del archipiélago canario ha estado fuertemente ligada desde los años 60 del s.XX al desarrollo del turismo. Esto ha llevado aparejado un crecimiento paulatino de la planta alojativa turística, la generación de una economía dependiente de los flujos de viajeros, y un cambio de modelo productivo, donde el sector agrario tiene un bajo protagonismo. Con la intención de vincular actividad turística y producciones agrarias en el medio rural de Canarias, se indaga en los supuestos que permiten hablar de agroturismo en las islas, encontrándonos con unas prácticas agroturísticas que no tienen un encaje jurídico claro, al margen de aquel centrado en el turismo rural muy vinculado a los alojamientos emblemáticos en el medio rural, sin ofrecer una alternativa a las problemáticas de las economías locales-rurales. La legislación que establece el marco de desarrollo de la actividad turística en general en el archipiélago, es la Ley 7/1995, de Ordenación del Turismo de Canarias y el Decreto 142/2010 de Actividad Turística de Alojamiento. Esta legislación da un marco de oportunidades para el desarrollo del agroturismo como “actividad turística complementaria”, pero por otro lado dificulta lo que tiene que ver con el alojamiento turístico en explotaciones agrarias. Un reciente Decreto 113/2015 por el que se aprueba el Reglamento de las Viviendas vacacionales de la Comunidad Autónoma de Canarias, abre la posibilidad modificando el citado Decreto 142/2010, de alojarse en una vivienda vacacional en el medio rural. Este Decreto posibilita la práctica de un turismo diferente.

**PALABRAS CLAVES:** Medio rural, actividad agraria, turismo, agroturismo.

### 1. INTRODUCCIÓN

En la presente comunicación se realiza una revisión teórica sobre las posibilidades de desarrollo del agroturismo en Canarias. En el medio rural canario, dadas sus características geográficas, resulta difícil delimitar el entorno urbano del entorno rural desde una perspectiva sociológica. Sin embargo, desde el punto de vista legislativo existe una extensa regulación al respecto<sup>98</sup>. Esta situación hace que Canarias se encuentre en una constante encrucijada en lo que a sus leyes de ordenación del territorio se refiere, sirva de ejemplo, el candente debate generado con la reciente presentación del Anteproyecto de la Ley de Suelo de Canarias (2016). Un debate que se haya entre la liberalización de los usos del suelo, la simplificación de la maraña administrativa a la que la ciudadanía se enfrenta o los múltiples obstáculos que el marco vigente pone al desarrollo económico vinculado a usos del suelo, incluyendo las actividades del sector primario.

---

<sup>98</sup> En este sentido el preámbulo del Anteproyecto de la Ley de Suelo de Canarias (2016) realiza un recorrido por el marco legislativo del que se ha dotado el Gobierno de Canarias a lo largo de los años para legislar.

Teniendo en cuenta este marco, desde nuestro punto de vista, las posibilidades de desarrollo del agroturismo están ligadas a las facilidades para fusionar alojamientos en el medio rural con “actividades turísticas complementarias”<sup>99</sup>. Estas posibilidades, antes del año 2015, estaban reguladas por la Ley 7/1995, de Ordenación del Turismo de Canarias y la Ley 14/2009, de 30 de diciembre, por la que se modifica la Ley 7/1995, de 6 de abril, de Ordenación del Turismo de Canarias, y el Decreto 142/2010 de Actividad Turística de Alojamiento, que venía a modificar el Decreto 10/2001, de 22 de enero, por el que se regulan los estándares turísticos.

El desarrollo del agroturismo como actividad económica supone la realización de múltiples actividades dentro de la explotación agraria con el objetivo de asegurar la viabilidad de la misma en el tiempo y la creación o mantenimiento del empleo (García & Gutiérrez, 2013). El conocimiento de las posibilidades que facilita el marco legislativo, permite indagar en los requisitos o condiciones que tiene que cumplir una productora o productor agrario para poder ofrecer en un marco de seguridad jurídica, actividades de agroturismo en Canarias.

La Ley 7/1995, de Ordenación del Turismo de Canarias, en materia de actividades turísticas permite que el promotor o promotora pueda acogerse al epígrafe de Actividades turísticas complementarias y desarrollar, sin obviar el deber de obtención de aquellas autorizaciones y de cumplimiento de las obligaciones y controles exigidos por otras Administraciones Públicas en el ámbito de sus competencias, y especialmente en la obligaciones establecidas en las normas de carácter territorial y medioambiental: visitas a granjas demostrativas, visitas a explotación vitivinícola, participación en labores del sector primario (siembra, mantenimiento, exceptuando las de tratamientos por su legislación propia en manejo de productos fitosanitarios) (García & Gutiérrez, 2013).

Otra de las posibilidades del agroturismo es relacionarlo con el turismo activo y, por ende, con el ordenamiento jurídico que al concepto hace referencia. En el caso de Canarias es la legislación estatal o la de otras comunidades autónomas, ya que no se dispone de ordenamiento propio en esta materia específica (está en desarrollo), la que nos valdría al menos

---

<sup>99</sup> Según la Ley 14/2009, de 30 de diciembre, por la que se modifica la Ley 7/1995, de 6 de abril, de Ordenación del Turismo de Canarias y en referencias a las actividades turísticas: Las actividades turísticas encaminadas a ofrecer al turista la posibilidad de ocupar su tiempo ocio y/o vacacional, forman parte de la oferta turística y comprende toda una serie de productos, servicios y actividades en los que el propio turista es agente activo y pasivo de la propia actividad turística a desarrollar. Hoy en día, en la Comunidad Autónoma Canaria, las actividades turísticas están clasificadas en las actividades de turismo activo, balnearios, piscinas, parques acuáticos, instalaciones deportivo-turísticas, parques zoológicos y botánicos, las excursiones aéreas o marítimas con fines turísticos de pesca deportivo-turística, las actividades turísticas complementarias, tales como las atracciones y espectáculos, salas de fiesta, discotecas y de baile, actividades de animación y demás de esparcimiento y ocio, la organización y asistencia a congresos y traducción simultánea.

de guía. Sin embargo, el portal web institucional del Gobierno de Canarias 100 ya hace referencia explícita a que las actividades turísticas complementarias están clasificadas en actividades de turismo activo, balnearios, piscinas, parques acuáticos, instalaciones deportivo-turísticas, parques zoológicos y botánicos.

En el marco legislativo descrito hasta ahora, como se puede observar, no se contempla la posibilidad de realizar alojamiento extrahotelero en fincas, salvo que éstas albergasen las modalidades de: apartamento, villa, casa emblemática o casa rural.

En Canarias, los entornos rurales no están alejados de los entornos urbanos, ni el medio rural tampoco lo está de lo que podríamos llamar el “medio del turista”, llamado también de “sol y playa”. Con lo cual, se hace manifiesta la necesidad de revertir dinámicas que no posibilitan diversificar rentas y sobre todo relacionar alimentación, tradiciones y cultura con actividad turística, en una experiencia diferente y auténtica y no bajo el formato de shows dramatizados y tematizados.

A la cuestión relacionada con dónde dormir en el medio rural canario, recientemente se le ha incorporado una nueva figura que podría dar cobertura al planteamiento que se defiende desde el agroturismo.

## **2. ALOJAMIENTOS TURÍSTICOS EN EL MEDIO RURAL: VIVIENDAS VACACIONALES**

El Decreto 113/2015 por el que se aprueba el Reglamento de las Viviendas vacacionales de la Comunidad Autónoma de Canarias, abre la posibilidad, al modificar el Decreto 142/2010, de alojarse en una vivienda vacacional ubicada en el medio rural.

Este Decreto posibilita en la práctica un turismo diferente, aquel que quiere disfrutar del medio rural en compañía, o no, de los moradores de una vivienda ubicada en dicho entorno, y/o participar de las actividades agrarias habituales, sin necesidad de alojarse en lo que comúnmente se ha dado en llamar casa rural o en la planta hotelera u extrahotelera que hasta la llegada del Decreto 113/2015 contemplaba la legislación canaria.

En 2016, varias entidades locales han difundido las posibilidades que este Decreto 113/2015 ofrece de cara al alojamiento en el medio rural mediante la fórmula de viviendas vacacionales. Un ejemplo lo encontramos en la isla de El Hierro, donde se promocionan a través de su portal web institucional las viviendas vacacionales<sup>101</sup>.

---

<sup>100</sup>[http://www.gobiernodecanarias.org/turismo/dir\\_gral\\_ordenacion\\_promocion/actividades\\_complementarias/index.html](http://www.gobiernodecanarias.org/turismo/dir_gral_ordenacion_promocion/actividades_complementarias/index.html)

<sup>101</sup> <http://elhierro.travel/tipo/vivienda-vacacional>

Otro ejemplo de interés, es el que se desarrolla en uno de los municipios de los que en Canarias se denominan “alejados”, por estar a 30-40km de la capital de la isla, y catalogado como de alto grado de ruralidad, La Aldea de San Nicolás-Gran Canaria (en adelante La Aldea). El Consistorio de La Aldea, mediante su área de vivienda, promueve la regularización de la actividad de vivienda vacacional del siguiente modo: “La Concejalía de Vivienda del Ayuntamiento de La Aldea de San Nicolás informa y asesora sobre cómo convertir una vivienda convencional en una susceptible de alquilar con fines turísticos (...). La concejal de Vivienda, Naira Navarro, explica que este servicio pretende dar a conocer una actividad de interés para el municipio que puede suponer una fuente de ingresos extra para los propietarios (...). Desde el Ayuntamiento se viene desarrollando una campaña de promoción turística del municipio, como destino alternativo ideal para los amantes del turismo activo, por lo que el incremento de las viviendas vacacionales supone también “una posibilidad de aumentar las plazas alojativas de las que dispone el municipio, destinadas a un nicho de turismo en auge, que tiene otra forma de viajar y que demanda alojarse en entornos rurales, sin perder de vista la calidad de los alojamientos”<sup>102</sup>. Desde la institución municipal se hace referencia a la posibilidad de generar rentas alternativas, en un municipio eminentemente agrícola, de forma que no solo se diversifican los ingresos, sino que se legaliza una actividad económica que se realizaba de manera clandestina por sus promotores.

No obstante aunque existan este tipo de experiencias minoritarias impulsadas desde la Administración Pública, el agroturismo se sigue encontrando con otro obstáculo administrativo de importancia para el objetivo de promocionar un modelo agroturístico en el que se facilite la conexión de actividades complementarias con las de alojamiento. En este punto aparece la figura del intermediador turístico definida en el portal web institucional del Gobierno de Canarias<sup>103</sup> como “la actividad empresarial de quienes se dedican comercialmente al ejercicio de actividades de mediación en la venta u organización de servicios turísticos. Comprende las actividades de organización o comercialización de viajes combinados, y de excursiones de un día, la mediación en la venta de billetes o reserva de plazas en toda clase de medios de transporte, y la reserva o contratación de alojamiento en establecimientos turísticos y de servicios o actividades ofrecidos por las empresas turísticas. La actividad de intermediación

---

<sup>102</sup> <http://laaldeasanicolas.es/el-ayuntamiento-asesora-sobre-como-convertir-una-vivienda-en-alojamiento-vacacional>

<sup>103</sup> [http://www.gobiernodecanarias.org/turismo/dir\\_gral\\_ordenacion\\_promocion/intermediadores\\_turisticos/conceptos\\_de\\_interes/index.html](http://www.gobiernodecanarias.org/turismo/dir_gral_ordenacion_promocion/intermediadores_turisticos/conceptos_de_interes/index.html)



turística, podrá llevarse a cabo de dos formas alternativas como simple intermediador turístico o como agencia de viajes”.

¿Cómo afecta la intermediación turística a un promotor o promotora de agroturismo en Canarias? De no conformarse como agencia de viajes no se podrá comercializar un paquete turístico en el que se incluya alojamiento, desplazamientos dentro de la isla con actividades complementarias de más de 24 horas de duración con pernoctación. El intermediador turístico puede comercializar actividades complementarias, agrarias o no, catalogadas como tales (por ejemplo otras como las deportivas senderismo, hípica, surfing, etc), en ningún caso se podrá hacer un paquete combinado de alojamiento y actividades complementarias si no tiene la categoría de agencia de viajes. No obstante, los entornos colaborativos pueden ser una alternativa que posibilite que cualquier promotor agroturístico llegue a acuerdos de comisión con una Agencia de Viajes, y siendo Intermediador Simple, trabajar en un “paquete turístico” que incluyese alojamiento y actividades complementarias agrarias o no, de manera agrupada. La necesidad de esta alianza entre intermediador simple, o promotor de actividad alojativa y agencia de viajes, se encuentra en que los paquetes de “viajes combinados” que denomina la legislación canaria y que afectan a la pernoctación de más de 24 horas, están sujetos a una póliza de caución de hasta 60.000,00 euros en los términos y condiciones generales establecidos en el Decreto 89/2010.

### 3. CONCLUSIONES

El promotor de una vivienda vacacional podrá comercializar su alojamiento sin necesidad de ser intermediador turístico. Si además se quiere incluir actividades complementarias, por ejemplo, las de su finca, es necesario dar de alta como actividad turística complementaria las mismas y comercializarlas de manera particular. Si a parte de sus actividades complementarias quisiera ofrecer las de otro operador de actividades turísticas complementarias (senderismo, bicicleta de montaña) tendrá que darse de alta como intermediario turístico, para establecer una transacción con ese otro operador turístico. La problemática aparecerá cuando el promotor quiera comercializar su alojamiento junto a varias actividades complementarias a modo de paquete vacacional (pernoctación superior a 24h y actividades complementarias), para lo que habrá de ser intermediador turístico-agencia de viajes, con las dificultades económicas que ello conlleva.

Esta revisión teórica aborda las posibilidades de desarrollo que tiene el agroturismo en Canarias, así como sus limitaciones, teniendo en cuenta los límites que plantea el marco

legislativo en materia turística. En esta comunicación se recoge una síntesis de la aproximación al tema, ya que no se han abordado, por ejemplo, los aspectos formativos necesarios para el desarrollo del agroturismo o las condiciones y viabilidad económica, social, y cultural de realizar actividades o visitas a explotaciones agropecuarias.

El agroturismo sigue sin tener un marco jurídico que contemple su desarrollo, aunque quizás ni si quiera sea necesario por lo minoritario de esta práctica. En la actualidad no se dispone de datos exhaustivos sobre el impacto socioeconómico del turismo activo en las zonas rurales de Canarias, elemento clave para la puesta en valor del mismo. Es necesaria, la profundización sobre el tema, tanto desde la academia como desde la Administración Pública, ello en coordinación con el sector primario y el sector turístico.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anteproyecto de la Ley de Suelo de Canarias (2016).
- Decreto 142/2010, de 4 de octubre, por el que se aprueba el Reglamento de la Actividad Turística de Alojamiento y se modifica el Decreto 10/2001, de 22 de enero, por el que se regulan los estándares turísticos (2010).
- Decreto 113/2015 por el que se aprueba el Reglamento de las Viviendas vacacionales de la Comunidad Autónoma de Canarias (2015).
- Decreto 89/2010, de 22 de julio, por el que se regula la actividad de intermediación turística (2010).
- García, A. & M. Gutiérrez, (2013). Agroturismo, una forma de Turismo Activo. Apuntes para un desarrollo jurídico en Canarias. *Revista Mundo Rural de Tenerife*: Cabildo Insular de Tenerife.
- Ley 7/1995, de 6 de abril, de Ordenación del Turismo de Canarias (1995).
- Ley 14/2009, de 30 de diciembre por la que se modifica la Ley 7/1995, de 6 abril, de Ordenación del Turismo de Canarias (2009)
- Sivini, S. (2008). Intrecciare reti. Agricoltori biologici. *Guppi di Acquisto Solidali, Turisti Responsabili*. Rubbettino: Soveria Mannelli.
- Sivini, S. (2011). *Agriturismi, ovvero la riscoperta del rurale. Altri turismo crescono*.

## Patrimonio cultural y ambiental como eje para el desarrollo turístico del interior: el ejemplo de los Arribes Del Duero

José Fernández Álvarez

Universidad Nacional de Educación a Distancia

josecito@usal.es

Rúben Fernández Álvarez

Universidad de Salamanca

rfa@usal.es

### RESUMEN

El turismo ha generado la oportunidad de cambiar o paliar las condiciones de despoblamiento, envejecimiento, pérdida patrimonial y cultural a las que lleva sometido el mundo rural desde comienzos del siglo XX. Aún así, no todos los territorios cuentan con una base de elementos endógenos capaces de fomentar ese cambio. Por su parte, los Parques Naturales, espacios protegidos por sus características intrínsecas que otorgan singularidad o peculiaridad hacen de estos los principales valedores para el asentamiento y desarrollo del turismo rural.

**PALABRAS CLAVE:** Turismo rural, patrimonio, cultura, calidad ambiental.

### 1. INTRODUCCIÓN

El mundo rural español se encuentra inmerso en una situación de cambio desde comienzos del siglo XX. En la década de los años 50, periodo clave de la variación económico y ocupacional de la sociedad rural española (Collantes, 2007), la progresiva modernización del campo provocó un exceso de mano de obra, que junto a la oferta de la industrialización y la urbanización de los centros regionales o polos de desarrollo movilizó la población. A partir de entonces, y más destacadamente a mediados de los años 60 (Luis Alfonso Camarero Rioja 1991) se produjo el mayor movimiento migratorio interior, provocando un notable despoblamiento del mundo rural, que se mantendría con índices muy elevados hasta principios de la década de los años 80, momento a partir del cual comienzan a obtener protagonismo nuevas actividades productivas (Cánoves, *et al.*, 2005), las cuales son consideradas por muchos como el nuevo motor de la economía rural. Entre estas actividades destaca la aparición de nuevas formas de turismo, como el turismo rural, demandado por la creciente población urbana, con mayor poder adquisitivo, con mayor movilidad, que añora sus raíces rurales o que simplemente busca lo natural y saludable, contrapuestos a los elementos de convivencia diaria de las ciudades (Plaza, 2002).

Son numerosas las definiciones sobre “Turismo Rural” que podemos encontrar en la comunidad científica (Hernández, 2010) como consecuencia de los numerosos cambios evolutivos a los que se han visto sometidos estos territorios. La Comisión de las Comunidades

Europeas (Comisión, 1990), aunque no establece una definición concreta, señala una serie de puntos necesarios a tener en cuenta: “El turismo rural es un amplio concepto que comprende no sólo las vacaciones en granjas, sino cualquier otra actividad turística en el campo”, “Turismo rural como concepto que recoge toda actividad turística en el interior”. “Abarca toda actividad turística endógena soportada por el medio ambiente humano y natural”.

El turismo en un espacio rural se presenta como una nueva forma de entender el desarrollo, incidiendo, por la dinámica que genera, tanto en los aspectos territoriales, socioeconómicos, como medioambientales y culturales (Lopez, 1999). Se considerada como una actividad complementaria de las rentas agrarias (Plaza & Araque, 2000) en estos espacios donde la plurifuncionalidad, opuesto a la tradicional dominancia del sector agrario, surge como factor de desarrollo (Cánoves, *et al.*, 2005) ante una crisis de despoblación, envejecimiento, pérdida patrimonial, cultural y natural.

La población urbana obtiene del turismo rural los espacios poco alterados, los espacios naturales en los que poder desarrollar las actividades de ocio, deporte, turismo, etc., que tanto demandan actualmente. Aquellos territorios protegidos por su alto valor paisajístico, natural y/o cultural suelen presentar por su parte una mayor demanda y oferta de turismo rural, donde sus potencialidades endógenas, aquellas que establecieron las pautas de protección, hoy son el principal factor de atracción turística.

Con todo ello, lo que se pretende con este estudio es analizar aquellos elementos en un espacio protegido, en este caso, el Parque Natural de las Arribes del Duero, que sean primordiales en el desarrollo del turismo rural y a la postre del desarrollo local y territorial.

## 2. METODOLOGÍA

El proceso metodológico que se llevará a cabo para el desarrollo de este trabajo está articulado por el análisis comparativo que se realizará entre las medidas de gestión propuestas para la diversificación económica de este espacio y aquellas que han sido definidas para la protección del mismo. Es decir, se analizarán, por un lado, las iniciativas de índole económica (principalmente turísticas) y por el otro, las acciones encaminadas para salvaguardar los factores naturales y culturales. De este modo se podrá comprobar la posible incidencia de la figura Parque Natural en los aspectos económicos y la relación existente entre ésta y las iniciativas turísticas llevadas a cabo.

### **3. RESULTADOS**

#### **3.1. El Parque Natural de los Arribes del Duero: protección y diversificación**

El espacio Arribes del Duero, localizado en el límite occidental de la Comunidad Autónoma de Castilla y León y compartido entre las provincias de Zamora y Salamanca, forma parte de la frontera denominada tradicionalmente “la raya con Portugal”, donde la concurrencia de una serie de singulares características naturales hacen que este espacio este incluido en el Plan de Espacios Naturales Protegidos de Castilla y León, con la denominación de Arribes del Duero (Ley 5/2002) cuyo fin es “fomentar la conservación y mejora de sus ecosistemas naturales y valores paisajísticos en armonía con los usos, derechos y aprovechamientos tradicionales y con la realización de actividades educativas, científicas, culturales, recreativas, turísticas o socioeconómicas compatibles con la protección del espacio” (Ley 5/2002).

#### **3.2. Potencialidades del patrimonio natural y paisajístico**

El paisaje, considerado uno de los recursos más accesibles para los visitantes (Morán, 2010), es quizás la seña de identidad del Parque natural de Los Arribes del Duero, donde el suave relieve característico de la penillanura Zamorano-Salmantina se ve alterado por las escarpadas y profundas gargantas y cañones originadas por la acción fluvial de los ríos Duero, Huebra y Uces principalmente, los cuales han aprovechado antiguas fracturas en su encajonamiento sobre los materiales paleozoicos de granitos y rocas metamórficas, influyendo de manera directa en factores como el clima, la vegetación y la fauna, lo que ocasiona un paisajes naturales con una alta diversidad ecológica. De forma directa o indirecta, las características naturales juegan el papel principal en la economía tradicional y en la más moderna diversificación de Los Arribes del Duero.

La oferta paisajística, rica y variada, se basa en la visualización y disfrute del entorno a través de numerosos mirados establecidos en puntos estratégicos y de fácil acceso, identificados y representados en señalizaciones por todo el territorio o mediante cruceros fluviales sobre el río Duero en barco turístico entre los majestuosos escarpes o en todo terreno 4x4, donde poder observar los elementos naturales y paisajísticos principales de estos territorios y recibir una pequeña explicación de los mismos.

Las condiciones climáticas peculiares de este espacio, claramente diferenciadas del entorno sobre el que se asienta y favorecidas por el relieve y la exposición al sol que dan lugar las fuertes pendientes, han ocasionado una riqueza faunística y florística de gran demanda científica y turística. No solo el nombramiento de parque natural resalta el valor de la flora y la

fauna de este territorio, establecido con posterioridad como Lugar de Importancia Comunitaria (LIC) y Zona de Especial Protección para Aves (ZEPA).

La gran variedad faunística y florística es aprovechada por el turismo como factor de atracción de un turista más especializado, el cual demanda rutas de observación de plantas y aves principalmente. En los miradores podemos encontrar a nuestra disposición tableros informativos explicativos de la fauna y la flora que se puede apreciar desde los mismos.

### **3.3. De la tradición a la diversificación**

La economía local ha estado basada en la ganadería y la agricultura. La agricultura, reflejo de la trilogía mediterránea de la vid y el olivo, se localizan en bancales como forma de aprovechamiento de las laderas, junto a frutales como los almendros, cerezos, naranjos, etc., donde el clima y la exposición al sol hacen posible su desarrollo. En las zonas más elevadas, correspondientes a la penillanura, los cultivos de cereales, principalmente para forrajes, adquieren algo de protagonismo. Por su parte, la ganadería, extensiva en la mayoría de los casos, aprovecha los pastos de la penillanura y de las laderas, donde destacan razas autóctonas de vacas sayaguesas, moruchas y alistano-sanabresa. Cabe destacar la importancia de la piedra de granito, utilizada en la elaboración de los cercados ganaderos, la fortificación de los bancales y la arquitectura local, destacando en esta última toda antigua edificación.

Se ha sabido adaptar todos estos factores como elementos de atracción turística. Los cultivos tradicionales de la vid y el olivo se han convertido en un recurso turístico de gran valor y fuertemente demandado cada vez más por una clase de turistas especializados en dichos productos, el enoturista y el oleoturista. En el espacio de las Arribes del Duero se establecen rutas para conocer estos territorios y sus formas de cultivos, donde los bancales anteriormente señalados son la marca de identidad. La importancia que han llegado a adquirir estos elementos ha ocasionado la creación de grandes e importantes bodegas vinícolas, pertenecientes a la reciente denominación de origen Arribes del Duero, la cual busca otorgar un valor superior al producto.

De forma similar se oferta el Parque Temático de Construcciones Tradicionales, en el municipio de Trabanca, donde se pueden contemplar fieles reproducciones a escala de numerosas construcciones representativas de las labores agrarias de los Arribes del Duero, junto con el patrimonio arquitectónico repartido por todo el territorio resultado del paso de diferentes culturas (celtas, romanas, etc.), llegado a nuestros días como legado histórico reflejado en el Castro de las Merchanas (Lumbrales), en el Castillo de Barruecopardo, en numerosos puentes,

molinos, fuentes, iglesias, etc., todos ellos bien localizados, señalados y explicados en numerosas páginas webs.

La artesanía o la elaboración de productos también se consideran un recurso turístico cultural de gran importancia, destacando entre ella la elaboración de objetos presentes en toda la geografía del Parque Natural de las Arribes del Duero, destacando los municipios de Fermoselle, Fornillos, Villadepera y Villardiegua en la forja, madera, mimbre, bordado y piel. Del mismo modo, se pone a disposición de los turistas cursos de elaboración de quesos artesanos, embutidos de forma tradicional y catas de vino y aceite, numerosos museos donde poder conocer la cultura tradicional de la elaboración del aceite, como en el museo El Lagar del Mudo, en San Felices de los Gallegos, o conocer los antiguos oficios en el museo Etnográfico de Aldeadávila, o aprender la transformación del grano en harina en el museo del Pasadero en Villarino de los Aires.

### **3.4. La realidad turística del parque natural – Estadística**

Es difícil realizar un análisis íntegro del número de visitantes que acude al Parque Natural de Arribes del Duero. Sus numerosas formas de acceso hacen difícil dicha labor y aunque las casas del parque realizan un conteo de sus visitantes, por su mala localización y por sus largas temporadas de cierre, no resultan del todo fiables.

Según las estimaciones realizadas por la Junta Rectora del Parque Natural de las Arribes se considera que visitan el parque alrededor de 130.000 personas, contabilizadas entre las Casas del Parque y aforamientos en puntos de alta concentración turística.

Las ofertas de alojamiento son uno de los elementos más destacados para explicar el desarrollo del turismo rural en este territorio, donde se cuenta con alrededor de 69 alojamientos distribuidos por todo el Parque Natural con una capacidad de 1063 plazas, lo que se correspondería a una plaza por cada 14 habitantes locales en los municipios pertenecientes a Los Arribes.

## **4. CONCLUSIONES**

La actividad agrícola y la dependencia sobre los recursos naturales, características principales del mundo rural, van dejando paso a otros tipos de sector, principalmente turísticos (Larrubia, 1998). La plurifuncionalidad surge en estos territorios como un elemento de diversificación y desarrollo local, donde el turismo es el eslabón principal en el espacio representado por los Parques Naturales, englobando iniciativas deportivas, educativas,

paisajísticas, culturales, patrimoniales cuyo fin se basa en la conservación y mejora del entorno sobre el que se desarrollan económicamente.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Camarero, L.A. (1991). Tendencias recientes y evolución de la población rural en España. *Política y Sociedad*, 8, pp. 13-24.
- Canoves, G., Herrera & Villarino, M. (2005). Turismo rural en España: paisajes y usuarios, nuevos usos y nuevas visiones. *Cuadernos de Turismo*, 15, pp. 63-76.
- Hernández, R.M. (2010). La normativa española sobre turismo rural. *Estudios Turísticos*, 183, pp. 25-41.
- Larrubia, R. (1998). El espacio rural, concepto y realidad geográfica. *Boética. Estudios de Arte, Geografía e Historia*, 20, pp. 77-95.
- Ley 5/2002, de 11 de abril, de declaración del Parque Natural de Arribes del Duero (Salamanca-Zamora). *BOE 115*.
- López, D. (1999). Las tendencias de la demanda y las políticas turísticas integradas, como instrumento de revitalización de los espacios rurales españoles de interior. *Boletín de la A.G.E.* 28, pp. 61-83.
- Morán, S. (2010). El valor del patrimonio en los espacios protegidos: el caso de algunos espacios protegidos en el NW peninsular. *XII Coloquio Ibérico de Geografía*, Guimarães, UM.
- Plaza, J.I. (2002). El turismo rural en territorios periféricos (el ejemplo de algunas comarcas del oeste castellano leonés). *Investigaciones Geográficas*, 27, pp. 83-106.



## **Redes de cooperação e regionalização da atividade turística na região da Serra Gaúcha, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil**

Ivo Elesbão

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

ivoelesbao@yahoo.com.br

Marcelino de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

marcelino.souza@uol.com.br

### **RESUMO**

O processo de regionalização do turismo estruturado na participação de governanças locais pode criar elos de colaboração entre público-privado na construção e manutenção da atividade turística. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar as redes de cooperação na regionalização da atividade turística na Região da Serra Gaúcha, Rio Grande do Sul, Brasil. Como procedimentos de investigação foram utilizados pesquisa bibliográfica e documental. A análise da rede de cooperação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra Gaúcha (CISGA) e Associação de Turismo da Serra Nordeste (ATUASERRA) na implantação e manutenção da regionalização do turismo mostra que o trabalho dessas governanças permite o fortalecimento da atividade turística na região. A rede criada pela ATUASERRA identifica a governança regional como importante instância de mediação entre o público e o privado e reforça o trabalho em rede e a gestão compartilhada como elementos essenciais no desenvolvimento regional do turismo.

**PALAVRAS CHAVE:** Governanças; Redes; Desenvolvimento turístico.

### **1. INTRODUÇÃO**

A economia mundial, caracterizada por uma produção flexível e regulada pelo mercado global, aumenta a competitividade e a desigualdade entre regiões. Portanto, novas formas de se pensar um ordenamento espacial, distinto ao modelo global, ou seja, pautado nas potencialidades locais e com efetiva participação social, ganham espaço na estrutura das políticas de desenvolvimento.

Esse processo vem ocasionando efeitos que podem ser observados em todos os setores da sociedade seja ele econômico, cultural ou político. Esses efeitos são classificados como positivos por alguns autores, mas negativos por outros, tendo sido alvo de entusiasmados debates, porém sem que se chegue a um consenso sobre o assunto. Para uns a globalização proporciona oportunidades de crescimento e enriquecimento, já para outros é fonte de empobrecimento e de exclusão.

Nesse contexto, o processo de regionalização do turismo deve atender demandas sociais e culturais e se estruturado na participação de governanças locais, pode criar elos de colaboração entre público-privado na construção e manutenção da atividade turística.

Nesse sentido, o objetivo do presente estudo é analisar as redes de cooperação na regionalização da atividade turística na Região da Serra Gaúcha, Rio Grande do Sul, Brasil. A

análise é feita com base em pesquisa bibliográfica e no levantamento e avaliação de documentos.

Parte-se do entendimento de que é necessária uma investigação detalhada de regiões onde já existe uma estrutura de atuação de consórcios e governanças regionais de turismo. Portanto, como escopo de análise foi selecionado o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra Gaúcha – CISGA e Associação de Turismo da Serra Nordeste (ATUASERRA), qualificada como governança regional de turismo. As instâncias referidas trabalham na promoção do desenvolvimento regional, e é justamente a partir da integração e estruturação de suas ações que será analisado o processo de regionalização do turismo.

## **2. REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

A atual fluidez dos espaços econômicos exige uma postura de inovações constantes para manutenção de nichos de mercados. No que diz respeito ao turismo, novos mecanismos de regionalização, estruturados na participação de governanças locais, podem criar elos de colaboração entre público-privado na construção e manutenção da atividade turística.

No Estado do Rio Grande do Sul, a gestão descentralizada e representativa está prevista na Constituição Estadual de 1989 e devido a notável desigualdade entre as regiões que compõem o Estado, na década de 1990 foram criados os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), instâncias regionais de discussão e decisão a respeito das políticas públicas. Os COREDES passam a constituir as principais instâncias de atuação do governo em parceria com a Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS). A regionalização do turismo então estabelece os mesmos critérios de organização dos COREDES, que por sua vez são estruturados com base na delimitação da FAMURS. Klarmann (1999, p. 60-61) aponta um grande problema na delimitação regional dos COREDES: “É fato que a regionalização da FAMURS, por expressar a vontade política dos prefeitos, e não diretamente da sociedade, pode ser vítima de opiniões pessoais ou rivalidades e disputas partidárias”.

O processo de gestão participativa e regionalização turística, ganha impulso em 2000 com a implantação do “Fórum Estadual de Turismo e 24 Fóruns Microrregionais de Turismo em conjunto com entidades do setor, universidades, representantes do Sistema “S” (SEBRAE, SENAC, SENAI, SESC, SESI e SENAR), órgãos públicos, privados e não governamentais, em busca de ações integradoras e de uma linguagem comum” (Rio Grande Do Sul, 2013, s.n).

O entendimento de que é necessário o envolvimento das governanças locais, na gestão e regionalização do turismo, paulatinamente ganha espaço nos Fóruns Regionais de Turismo. No ano de 2011, durante as conferências regionais para elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande Sul (2012-2015), representantes das regiões turísticas concluem que existe notável diferença entre os níveis de desenvolvimento e governança das regiões e que devem ser criados mecanismos de empoderamento dessas instâncias, com adequação das atuais microrregiões. Neste processo, as regiões poderão estabelecer outras formas de organização especialmente para fins de promoção e comercialização.

A constatação de que é necessário criar instâncias de gestão local para o desenvolvimento de atividades turísticas é confrontada com a falta de inovação, de empreendedorismo e articulação entre instituições governamentais e privadas, fator que pode levar a inviabilização da criação ou manutenção de regiões turísticas, implicando no processo de regionalização do turismo.

Em estudo bibliográfico a respeito de experiências europeias, Dinis (2010) ressalta que os empreendedores rurais devem criar redes extra-locais de cooperação entre instâncias governamentais e privadas a fim de criar ou manter a atividade turística. Já Scott, Bagio e Cooper (2008) destacam que entre as alternativas existentes, destacam-se as redes, as quais podem assumir como mais relevantes para o turismo do que em outras áreas da economia, devido ao fato deste ser, por natureza, uma “indústria em rede”.

Tratando da temática da cooperação em rede para atividade turística, Teixeira (2012) coloca que uma das principais características do atual ambiente organizacional tem sido a necessidade das empresas atuarem de forma conjunta para aumentar a eficiência de suas ações. Kastenholz *et al.* (2014, p. 124) destacam em seu estudo a necessidade de “criação e fortalecimento das redes entre agentes turísticos da Aldeia/região, incluindo a própria população, de forma a criar uma experiência mais completa e diversificada ao visitante”.

No Ministério do Turismo a orientação para uma gestão descentralizada, tendo como foco a municipalização das ações, se fez presente no Programa Nacional de Municipalização do Turismo (1994) e que veio orientar diretrizes para o Programa de Regionalização do Turismo.

No processo de regionalização do turismo a governança regional é definida como “uma organização com participação do poder público e dos atores privados dos municípios

componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa em âmbito regional” (Brasil, 2007, p.16).

As governanças regionais no processo de regionalização do turismo são “responsáveis pela definição de prioridades, pela coordenação das decisões a serem tomadas, pelo planejamento e execução do processo de desenvolvimento do turismo na região turística” (Brasil, 2007, p.16). O Ministério do Turismo delega para as governanças o papel de intermediar as ações de turismo nos municípios da região com a esfera estatal.

### **3. REDES ATUASERRA E CISGA**

A Região da Serra Gaúcha até a década de 1950 se destacava como local de veraneio, no entanto, deixa de ser um ponto atrativo com a construção de rodovias que deram acesso ao litoral. As secretarias de turismo preocupadas com o declínio atrativo da região buscaram se reunir para promover o turismo na microrregião Uva e Vinho. Oficialmente a temporalidade da rede da ATUASERRA data do ano de 1985 com a iniciativa de 11 secretarias de turismo (Caxias do Sul, Antônio Prado, Flores da Cunha, Garibaldi, Farroupilha, Bento Gonçalves, Veranópolis, Serafina Corrêa, Nova Prata, Guaporé e São Marcos).

Entre os anos de 1992 e 1993 a ATUASERRA oscilou com participação de 13 até 18 municípios e em 1997 ampliou seu público associado passando a contar com a participação da iniciativa privada através dos Centros de Indústria e Comércio, Sindicato dos Lojistas, Sindicatos de Hotéis Restaurantes Bares e Similares da Região. A ATUASERRA consiste em uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), ou seja, ela possui verbas do poder público, mas a gestão é privada, é sustentada economicamente pelos membros associados, por verbas de projetos municipais, estaduais e federais e contribuição da iniciativa privada.

A rede da ATUASERRA teve sua origem ligada à necessidade de resgatar o turismo na região e ganhou um cunho estratégico, ou seja, planejado a partir do momento que buscou articular público e privado na intervenção de ações turísticas para região. Em 1997 em decorrência das iniciativas de municipalização das ações do turismo iniciadas em 1994 com o Programa de Municipalização do Turismo a ATUASERRA consolidou a governança regional e a partir de 2007 com o Plano Nacional do Turismo as governanças passam a fazer parte da estrutura de gestão do turismo.

A formação da rede do CISGA teve início em 2010 para promover a economicidade de forma coletiva, bem como implantar iniciativas na promoção do desenvolvimento sustentável,

como uma ferramenta de auxílio aos gestores municipais, buscando a cooperação e a gestão associada entre os consorciados.

O CISGA iniciou suas atividades operacionais no ano de 2011 e passou a colaborar na execução das atividades turísticas como meio formal de captação de verbas do Ministério do Turismo, pois o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV) foi vetado para associações até o ano de 2014. Portanto, a principal colaboração do Consórcio foi mediar o acesso a verbas federais para projetos turísticos construídos pela ATUASERRA.

O principal tipo de trabalho hoje desenvolvido na ATUASERRA é a gestão, coordenação e elaboração de projetos, prestando o assessoramento aos municípios associados e descentralizando suas ações através de parcerias possibilitando a construção de espaços de concertação pública e privada na promoção do turismo regional. No que se refere ao CISGA o seu trabalho estaria centrado na compra coletiva dos municípios e registro dos projetos via SICONV.

No caso da ATUASERRA a função da sua rede é estruturante, ou seja, como governança tem o papel de mediar e sancionar as ações de turismo da região, inventariando e analisando quais ações podem ser desenvolvidas. Neste contexto, ocorre a sensibilização, educação e criação de condições sociais e técnicas para execução de projetos sustentáveis.

Tanto os municípios da ATUASERRA quanto do CISGA estão concentrados na microrregião Uva e Vinho e especialmente existe uma sobreposição entre ATUASERRA e CISGA, uma vez que dos 12 municípios consorciados oito são sócios da ATUASERRA, mas isso não implica em sobreposição de ações. A relação entre as governanças na região caminha até o momento para uma colaboração de ações respeitando os papéis de cada instância. As redes criadas pela ATUASERRA e CISGA se formalizam por projetos coletivos e geram um grau de conexão interna muito forte.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise da rede de cooperação especialmente na instância governamental CISGA e Associação ATUASERRA na implantação e manutenção da regionalização do turismo, mostra que embora exista uma particularidade de ações, onde o CISGA se restringe a registrar projetos para captar recursos e a ATUASERRA executa projetos, o trabalho dessas governanças na Serra Gaúcha permite o fortalecimento da atividade turística na região.

A finalidade e a função das redes criadas pelo CISGA e ATUASERRA não são conflitantes, mas ainda são pouco articuladas. A caracterização das dimensões da rede do CISGA em relação a ATUASERRA apresenta uma reduzida atuação na área de turismo, mas que pode ser ampliada com o incentivo da adesão dos secretários de turismo dos municípios consorciados e ações em conjunto com a ATUASERRA.

Considerando que a viabilidade de execução de um projeto integrador esbarra nas peculiaridades locais de municípios da região é necessário um esforço para tentar contemplar os diferentes entendimentos e atores do território através de espaços de participação coletiva, papel que hoje cabe às governanças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil. (2007). *Programa de regionalização do turismo - Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional*. Brasília: Ministério do Turismo.
- Dinis, A. (2011). Para um turismo rural sustentável: empreendedorismo, estratégia de nicho e redes como factores de preservação e inovação no espaço rural. In: Souza, M. & Elesbão, I. (Orgs.). *Turismo rural: Iniciativas e Inovações*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS.
- Kastenholz, E.; Eusébio, C.; Figueiredo, E.; Carneiro, M. J. & Lima, J. (2014). *Reinventar o turismo rural em Portugal – cocriação de experiências turísticas sustentáveis*. Aveiro: UA Editora.
- Klarmann, H. (1999). *Região e identidade regional: um estudo da espacialização e representatividade regional no Vale do Rio Pardo*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: UNISC.
- Rio Grande do Sul (2013). *Fórum estadual de turismo*. Porto Alegre: Secretaria de Turismo.
- Scott, N.; Baggio, R. & Cooper, C. (2008). *Network analysis and tourism: from theory to practice*. Clevedon: Channel View Publications.
- Teixeira, R. M. (2012). Redes de cooperação em turismo: um estudo nas pequenas empresas hoteleiras em Curitiba, Paraná. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v.10, n. 3, pp. 407-416.

## O desenvolvimento do turismo rural de base comunitária: a experiência do Projeto Viva Ciranda, Joinville - SC, Brasil

Marcelino de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
marcelino.souza@uol.com.br

Ivo Elesbão

Universidade Federal de Santa Maria - Campus de Silveira Martins  
ivoelesbao@yahoo.com.br

Angela Luciane Klein

Prefeitura Municipal de Florianópolis, Santa Catarina.  
angelaklain@yahoo.com.br

### RESUMO

O presente artigo analisa o “Projeto Viva Ciranda”, desenvolvido no município de Joinville, Santa Catarina, Sul do Brasil enquanto uma experiência de turismo de base comunitária, destacando suas características e os seus principais benefícios. A abordagem da pesquisa foi qualitativa, de caráter descritivo. Como procedimentos metodológicos utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas junto a oito empreendedores rurais que desenvolviam atividades educativas no mês de março de 2013. Os resultados revelaram uma participação ativa dos proprietários na preparação inicial do projeto, nas capacitações, no estabelecimento de parcerias, na relação dialogal entre os turistas e os proprietários e nas experiências vivenciadas pelos visitantes. Conclui-se que o Projeto pode ser considerado um exemplo bem-sucedido de turismo rural de base comunitária, contribuindo para o desenvolvimento local, favorecendo toda a comunidade não apenas financeiramente, mas também, social e ambientalmente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo rural de base comunitária; Multifuncionalidade; Desenvolvimento local.

### 1. INTRODUÇÃO

No contexto atual, novas alternativas de turismo começam a surgir cuja ênfase é dada à população local e seu envolvimento e participação em todo o processo, desde a estruturação e planejamento dos roteiros até o desenvolvimento das atividades turísticas.

Surgido na América Latina, há cerca de duas décadas em um cenário de grandes transformações de caráter econômico, social e político, o turismo comunitário está voltado para um nicho de mercado formado por pequenos grupos de turistas, que buscam vivenciar experiências pessoais enriquecedoras em cenários naturais diferenciados (Cavaco, 2011).

Araújo (2011) salienta desse modo, que a proposta do turismo de base comunitária emerge a partir de uma série de debates acerca do tipo de turismo mais apropriado, sobretudo, às comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas e quilombolas. A definição proposta por Irving (2009) segue análise semelhante, ao ressaltar que,

o turismo de base comunitária se constitui em uma alternativa real aos padrões “pasteurizados” de mercado, principalmente no contexto atual, quando são evidentes as tendências de expansão de uma nova

forma de se fazer turismo, associada a compromissos de responsabilidade social e ambiental (Irving, 2009, p. 115).

Sob essa perspectiva, Kayat (2014) apresenta os três pilares do turismo de base comunitária. No âmbito social, a possibilidade de capacitação da comunidade local e o fortalecimento do seu tecido social. No aspecto econômico, ao trazer benefícios financeiros aos envolvidos. Já, na perspectiva ambiental, ao promover a sustentabilidade do ambiente, por meio da conservação e preservação dos espaços naturais.

Nesses termos, o turismo de base comunitária emerge como uma modalidade do turismo em que prevalece o caráter protagonista das comunidades em relação à oferta das atividades turísticas, o que vem a favorecer a valorização da participação e da organização comunitária, bem como, do associativismo e da ética, promovendo consequentemente, o desenvolvimento local e a preservação da sua cultura (Costa Novo, 2011).

Portanto, ao discutirmos sobre o desenvolvimento do turismo de base comunitária, estamos nos referindo essencialmente,

a um processo complexo que objetiva promover o desenvolvimento social a partir de um conjunto de riquezas cultural, histórica, econômica, social, política e institucional com as quais nos deparamos ao abordarmos contextos comunitários, nos surpreendendo com sua organicidade e seu potencial para inovar (Lima, 2011, p. 42).

Partindo dessas premissas, o presente artigo visa analisar o Projeto Viva Ciranda, desenvolvido no município de Joinville, SC, enquanto uma experiência de turismo de base comunitária, destacando as suas características e principais benefícios. O artigo é um recorte do projeto de pesquisa intitulado “O turismo rural pedagógico sob o viés da multifuncionalidade da agricultura: análise a partir de três experiências desenvolvidas nos Estados de Santa Catarina, Distrito Federal e São Paulo<sup>104</sup>”, cujo objetivo principal foi analisar a função educativa desempenhada pela agricultura a partir da prática do turismo rural pedagógico e a sua relação com as funções social, ambiental, econômica, cultural e de saúde e segurança alimentar.

## **2. FONTES DE DADOS, MÉTODOS E TÉCNICAS APLICADAS**

A metodologia adotada neste artigo apresenta abordagem qualitativa, de caráter descritivo. Trata-se de um recorte do projeto de pesquisa citado anteriormente concentrando-se no Projeto Viva Ciranda e tendo como foco de análise os resultados dessa experiência enquanto uma proposta de turismo rural de base comunitária.

---

<sup>104</sup> Projeto de pesquisa desenvolvido entre os anos de 2012 e 2013, com o apoio financeiro do CNPQ, a partir de dois Editais: Universal – CNPq N° 14/2011 e Chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES N° 07/2011.



Utilizou-se como procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica; pesquisa documental, por meio da utilização de fontes primárias, relacionadas a documentos de arquivos públicos municipais e entrevistas semiestruturadas.

A coleta de dados contemplou a realização de entrevistas semiestruturadas, em março de 2013, junto a oito proprietários rurais que desenvolvem atividades educativas voltadas para escolares no Projeto Viva Ciranda em Joinville, estado de Santa Catarina, quais sejam: Propriedade do Senhor Ango Kersten; Propriedade da Família Schroeder; Propriedade Agrícola da Ilha; Sítio Vale das Nascentes; Apiário PFAU; Propriedade da Família Jacobi; Propriedade Rancho Alegre; e Propriedade Recanto das Arrozeiras.

### **3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS**

O Projeto “Viva Ciranda”, oficialmente inaugurado em março de 2011, começou a ser idealizado ainda no ano de 2010 por uma equipe de profissionais da Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville (PROMOTUR). A primeira das etapas consistiu na seleção das propriedades, objetivando organizar um roteiro que não provocasse competitividade entre os empreendimentos e no qual cada um tivesse foco específico.

A elaboração do projeto inicial visava o desenvolvimento de uma proposta de turismo rural cujos princípios estivessem alicerçados no turismo de base comunitária. O primeiro dos princípios envolveu a participação dos membros da comunidade no processo de desenvolvimento das atividades turísticas do Projeto Viva Ciranda. Trata-se, pois, do incentivo à participação ativa dos proprietários rurais envolvidos no projeto.

Além da criação e estruturação do projeto, a equipe da PROMOTUR também participou do planejamento do percurso didático de cada propriedade, com o apoio de uma pedagoga, conforme o depoimento da proprietária do Sítio Vale das Nascentes:

Eles indicaram o que nós deveríamos fazer, sentaram com a gente e indicaram o que e como. E eles trazem muitas boas idéias. Também, alguma coisa a gente inventou, outra, eles viram que teria como fazer, muda ali, acrescenta aqui e assim fomos fazendo. Então, é muito importante o apoio deles lá, porque na verdade a gente não teria noção de como começar as coisas.

Essa parceria inicial emerge como um elemento de significativo valor no Projeto Viva Ciranda, na medida em que possibilitou à atividade turística um enfoque mais pedagógico e direcionado às questões ambientais e culturais do meio rural.

Outro aspecto importante acerca do Projeto Viva Ciranda e sua relação com o turismo de base comunitária refere-se às atividades turísticas desenvolvidas. Os oito entrevistados não apenas são proprietários dos empreendimentos turísticos, como também são os responsáveis

pelo desenvolvimento das atividades propostas e recepção dos visitantes, apresentando com satisfação aos visitantes o seu modo de vida, sua rotina diária, seus costumes e tradições. Conforme depoimento do proprietário do empreendimento Rancho Alegre se verificou que:

É muito gratificante poder mostrar nossa rotina, nossa vida, como nós vivemos. Mostramos que é possível sim viver no meio rural, que a agricultura é muito importante. As crianças gostam de ver as coisas, perguntam e querem participar do plantio, ajudar a tratar os animais e para a gente só motiva mais a continuar fazendo isso.

Observa-se assim, a prática de um turismo que valoriza a cultura local, cujos anfitriões são o centro da atividade. Um turismo inclusivo, que conta com o envolvimento de todos os membros familiares. As atividades agrícolas, antes consideradas unicamente um meio de vida e outros espaços dentro de cada propriedade tornaram-se laboratórios de aprendizagem, conforme evidenciamos nos depoimentos dos entrevistados:

A gente trabalha aqui diferentes temas, meio ambiente, resgate histórico, plantações, produção de melado, animais, sistema de tratamento de água por zona de raízes. Então, dependendo da turma, do que a professora está trabalhando com eles na escola, o que estão estudando, aí a gente tenta focar mais isso.

Aqui nós aproveitamos tudo, cada espaço. A horta, o açude, o galpão, tudo dá para mostrar e ensinar alguma coisa. E isso fez com que a gente cuidasse mais da nossa propriedade, porque quem vem visitar quer ver tudo bem cuidado, bonito.

Em relação aos roteiros turísticos desenvolvidos em cada uma das propriedades pesquisadas, praticamente todas as atividades têm um caráter pedagógico, educativo. Tais atividades permitem aos visitantes - as crianças em especial – vivenciar diferentes experiências em contato com a produção agrícola, o meio ambiente e a cultura rural, conforme pode-se evidenciar no depoimento do dono da Propriedade Agrícola da Ilha:

Mostrar às crianças a importância das plantas para a vida delas, para o meio ambiente, mostrar a importância de uma árvore... Ensinar elas a cuidar das flores, mostrar o jardim e aí mostrar que isso não acontece sozinho, que precisa de cuidado, que a planta precisa ser plantada, semeada e ter os seus devidos cuidados para que a plantinha cresça e fique bonita.

Ressaltamos neste processo outro aspecto relevante à prática do turismo de base comunitária. Trata-se da relação dialógica estabelecida entre os proprietários e seus visitantes. De um lado, os estudantes se apropriam de novos conhecimentos e aprendizagens, de outro, os proprietários rurais aprendem um pouco mais sobre a curiosidade infantil e a importância de seu trabalho, conforme depoimento do dono da propriedade da Família Schroeder:

Muitos vêm aqui e acham que o leite sai da geladeira ou da caixinha, então essa experiência de poder ordenhar uma cabra, que são animais dóceis, mostrando de onde vem o leite, o ovo e também mostrar

para elas a parte da produção orgânica, que tem como trabalhar sem agrotóxico e com qualidade, tudo isso é muito importante.

Em termos financeiros, o Projeto Viva Ciranda também se destaca positivamente, na medida em que tem possibilitado às famílias proprietárias ganhos financeiros decorrentes das visitas recebidas. O valor de R\$ 5,00 por criança é o mesmo para todas as propriedades. As visitas ocorrem durante o ano letivo, contudo, com uma média de visitantes que altera muito de uma propriedade para outra.

A partir desse conjunto de elementos identificados, torna-se relevante dizer que a proposta que embasa o turismo de base comunitária encontra-se seguramente presente no Projeto Viva Ciranda, beneficiando social, econômica e ambientalmente as famílias envolvidas. Um modelo de turismo que favorece a melhoria da qualidade de vida das famílias, permitindo um retorno pessoal aos proprietários rurais, motivando-os a continuar na atividade turística e a sentir orgulho do que fazem, de serem agricultores.

Os benefícios gerados não se limitam apenas às famílias proprietárias inseridas no Projeto. Nas comunidades rurais onde o Projeto Viva Ciranda está sendo desenvolvido verificou-se que a mesma passou a receber maior atenção por parte dos moradores que residem nas áreas urbanas da cidade de Joinville. Uma atenção despertada inicialmente nas crianças e professores, mas que tem se expandido de modo gradativo, na medida em que o Projeto se consolida e ganha reconhecimento.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Projeto Viva Ciranda emerge como uma experiência de sucesso do turismo rural de base comunitária. Suas características nos revelam questões importantes e que se configuram como essenciais a qualquer proposta cujo objetivo é promover o desenvolvimento local.

Além das diferentes parcerias estabelecidas, o projeto evidencia a participação ativa das famílias envolvidas que, de modo gradativo, passam a gerenciar suas atividades turísticas, numa perspectiva de autogestão. Questões como cooperação, envolvimento, interação e protagonismo constituem elementos-chaves dessa proposta.

Em relação aos benefícios, verificou-se ganhos tanto em termos financeiros e sociais, quanto culturais, ambientais e pedagógicos. Financeiramente, destaca-se a geração de renda extra aos proprietários rurais envolvidos, decorrentes não apenas das visitas realizadas, mas também, da comercialização dos produtos processados/cultivados em suas propriedades. Os benefícios sociais são visualizados a partir do reconhecimento por parte da comunidade local

acerca do trabalho desempenhado pelos agricultores. No âmbito cultural, destacamos a valorização dos costumes e tradições preservados pelas famílias e resgate da cultura local, despertando o interesse e curiosidade dos cidadãos. Em termos ambientais, observa-se maior preocupação por parte das famílias em preservar a paisagem local e os recursos naturais. Há também os benefícios pedagógicos identificados nas diferentes experiências proporcionadas aos grupos de escolares que visitam as propriedades.

Nesses termos, se reconhece que o projeto Viva Ciranda assume papel importante no processo de desenvolvimento local, possibilitando a melhoria da qualidade de vida dos seus participantes e da comunidade local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cavaco, C. (2011). Turismo rural comunitário (TRC) e desenvolvimento local na América Latina: um olhar europeu. In: Souza, M. & Elesbão, I. (Eds.), *Turismo rural: iniciativas e inovações* (143-213). Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS.
- Costa Novo, C. B. M. (2011). *Turismo de base comunitária na Região Metropolitana de Manaus (AM): caracterização e análise crítica*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana - Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.
- Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: Bartholo, R.; Sansolo, D. G. & Bursztyn, I. (Eds.), *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (108-122). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.
- Kayat, K. (2014). Community-based rural tourism: a proposed sustainability framework [em linha]. *SHS Web of Conferences*, n. 12, p. 1-7. Acedido Janeiro 12, 2016, em <http://repo.uum.edu.my/15257/1/shsconf.pdf>.
- Lima, R. P. (2011). *Turismo de base comunitária como inovação social*. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/COPPE.

## **Empreendedores “Estilo de Vida” em agroturismo: poderá a complementaridade das atividades ajudar a promover o sucesso dos pequenos negócios em regiões rurais?**

Conceição Cunha

DEGEIT, GOVCOPP, Universidade de Aveiro  
ccunha@ua.pt

Elisabeth Kastenholtz

DEGEIT, GOVCOPP, Universidade de Aveiro  
elisabethk@ua.pt

Maria João Carneiro

DEGEIT, GOVCOPP, Universidade de Aveiro  
mjcarneiro@ua.pt

### **RESUMO**

O agroturismo ilustra uma realidade na qual os proprietários enfrentam diversos desafios na gestão e viabilização dos seus negócios (McGehee e Kim, 2004; Park *et al.*, 2014). No entanto, os designados empreendedores “estilo de vida”, para quem o negócio é mais do que apenas uma decisão profissional, poderão adotar práticas de gestão mais empreendedoras e sustentáveis, as quais poderão conduzir a resultados mais positivos. Um estudo de caso conduzido no Alto Alentejo incidiu sobre três unidades de agroturismo geridas por empreendedores com características de “estilo de vida”. Os resultados mostram que a complementaridade das múltiplas atividades desenvolvidas nas quintas, nomeadamente a agricultura biológica, as atividades turísticas e o comércio de produtos alimentares, parece contribuir para uma maior riqueza da oferta, um maior equilíbrio operacional e financeiro do negócio, e uma maior satisfação com o negócio e com a opção de vida tomada. Esta complementaridade assume-se como um modelo de negócio com potencial para estimular o desenvolvimento sustentável e fazer face ao êxodo rural.

**PALAVRAS-CHAVE:** agroturismo, empreendedores “estilo de vida”, sucesso do negócio, turismo rural, desenvolvimento sustentável.

### **1. INTRODUÇÃO**

Os pequenos negócios de turismo rural enfrentam múltiplos constrangimentos, frequentemente agravados pela sua localização em meio rural e pela sua reduzida dimensão, podendo o agroturismo ilustrar uma realidade na qual os empreendedores enfrentam diversas dificuldades na gestão e viabilização dos seus negócios, de que são exemplo a falta de recursos e competências de gestão ou a incapacidade de atrair pessoal qualificado (McGehee & Kim, 2004; Morrison & Teixeira, 2004; Park *et al.*, 2014; Phelan & Sharpley, 2011). Contudo, existe uma orientação empreendedora conhecida como “estilo de vida” que pode ser encontrada em alguns dos proprietários de pequenos negócios de agroturismo, que parece contribuir para práticas de gestão mais proativas, empreendedoras e sustentáveis, originando portanto melhores resultados (Bosworth & Farrell, 2011; Cunha, 2016). Simultaneamente, estes empreendedores aparentam constituir-se como agentes preciosos de dinamização da base económica e, deste modo, de desenvolvimento sustentável dos locais em que operam.

Os empreendedores “estilo de vida” são indivíduos que desenvolvem os seus negócios como parte de uma estratégia de construção de um estilo de vida, que acreditam ser mais interessante, equilibrado ou sustentável (Ateljevic & Doorne, 2000; Bosworth & Farrell, 2011; Marcketti *et. al.*, 2006). A paixão pela natureza, a vivência que o campo ainda permite ou a possibilidade de equilibrar o trabalho com a família ou outros interesses pessoais, são aspetos que os movem e que os mantêm confiantes no futuro. Este estudo pretende explorar as motivações e as opções de gestão dos empreendedores de agroturismo, nomeadamente ao nível da complementaridade de atividades, assim como o impacte desta gestão no próprio negócio, a nível pessoal e no desenvolvimento da região em que o negócio se localiza.

## 2. METODOLOGIA

A investigação, de natureza qualitativa, assente numa estratégia metodológica de estudo de caso, o qual foi conduzido numa região do interior sul do país – o Alto Alentejo. Esta região, ainda que apresente características de ruralidade remota, evidencia um considerável potencial turístico. Três unidades de agroturismo geridas por empreendedores com características de “estilo de vida” foram consideradas nesta investigação, que integra um estudo mais alargado (Cunha, 2016). A recolha de dados foi realizada entre Março e Maio de 2015. Realizaram-se entrevistas de profundidade aos proprietários destes empreendimentos, complementadas com observação no local e análise de informação recolhida em diversas fontes, nomeadamente em sítios da internet (*website* dos empreendimentos e plataformas de reservas), disponível na unidade (ex. folhetos promocionais, livro de hóspedes) e documentação publicada por organismos regionais e nacionais ligados ao turismo (ex. Turismo de Portugal). Foram também realizadas entrevistas (semi-estruturadas e mais curtas que as aplicadas aos empreendedores) a turistas alojados nos empreendimentos. No total, foram realizadas oito entrevistas, três aos empreendedores e cinco a turistas. Após a sistematização da informação foi realizada uma análise de conteúdo com recurso a um *software* de análise qualitativa (WebQDA<sup>105</sup>). A interpretação dos dados beneficiou da análise dos discursos e do cruzamento da informação recolhida nas fontes complementares, suportada por uma revisão da literatura (Cunha, 2016; Kastenholz *et al.*, 2012).

---

<sup>105</sup> Informação adicional sobre o *software* pode ser encontrada em [www.webqda.com](http://www.webqda.com).

### 3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os empreendedores entrevistados são pessoas com idades compreendidas entre os 41 e os 62 anos, com habilitações literárias de nível superior, experiência profissional relevante, ainda que não no setor do turismo (Quadro 1). Dois empreendedores (caso 1 e 2) são de origem urbana e escolheram a localidade para se fixarem e criarem o seu negócio como uma estratégia para mudar o seu modo de vida, movidos também pela paixão pelo campo: “Olhámos para o Monte como um sítio de fim-de-semana (...) entretanto eu fiz um curso de produção integrada em olival e fiquei completamente apaixonada pelo olival e pelo azeite (...) e de repente, pensámos, bom para estas atividades evoluírem e funcionarem, nós temos de ir viver para lá. Eu abdiquei da minha carreira profissional para me dedicar ao azeite, ao turismo e aos cavalos” (caso 1). O caso 3 ilustra uma situação de um empreendedor local, com vivência urbana de vários anos, motivado pela oportunidade de negócio e criação do próprio emprego, e ainda pelo “apelo do regresso às origens”.

Embora em todos estes casos as motivações económicas, ao nível da rentabilização dos negócios, estejam também presentes, todos estes proprietários podem ser considerados empreendedores “estilo de vida” na medida em que uma das principais motivações para investirem no negócio foi a ideia de poderem ter um determinado modo de vida.

**Quadro 1:** Caracterização dos empreendedores

Caracterização	Empreendedores		
	Caso 1	Caso 2	Caso 3
Idade	41	62	42
Género	F	M	M
Habilitações literárias	Licenciatura Eng. Agroalimentar	Doutoramento Gestão	Licenciatura Eng. Agrónoma
Estado civil	Casada	Casado	Casado
Filhos	0	2	1
Natural da localidade	Não	Não	Sim
Formação/experiência em turismo	Não/Não	Sim/Não	Não/Não
Experiência como proprietário	Não	Não	Sim
Familiares a trabalhar no negócio	Não	Sim, esposa	Sim, pai

Fonte: Elaboração própria

Os casos de agroturismo aqui analisados ilustram uma realidade de pequenos negócios familiares, unidades de alojamento em espaço rural, integradas em quintas com agricultura biológica (azeite, licores, ervas aromáticas) e, em dois casos, com criação de animais (entre eles o cavalo lusitano). Os produtos produzidos nas quintas são disponibilizados para venda nos

empreendimentos em conjunto com produtos alimentares de parceiros locais. Os negócios, com poucos anos de atividade, possuem capacidade de alojamento reduzida e, apesar de terem uma taxa de ocupação entre os 25% e os 35%, têm volumes de negócio que ultrapassam os 50 mil euros (quadro 2). Os clientes, maioritariamente nacionais, permanecem entre 1 e 3 noites e mostram-se muito satisfeitos com o alojamento e com a experiência turística no destino, realçando a qualidade dos produtos locais servidos nos empreendimentos.

**Quadro 2:** Caracterização dos negócios

Caracterização	Negócios		
	Caso 1	Caso 2	Caso 3
<b>Tempo de atividade (anos)</b>	5	5	7
<b>Capacidade de alojamento</b>	2 Apartamentos; 2 suites	7 Quartos	5 Quartos
<b>Taxa ocupação - quarto (2014)</b>	28%	35%	25%
<b>Volume negócios (milhares euros, 2014)</b>	50 - 150	50 - 150	< 50
<b>Nº colaboradores</b>	2	2	1
<b>Investimento (milhares euros)</b>	< 250	> 500	< 250
<b>Financiamento</b>	100% Privado	25% PRODER	45% Programa IEFEP
<b>Clientes nacionais (%)</b>	85%	60%	90%
<b>Tempo médio estadia</b>	1-3 Noites	1-3 Noites	1-3 Noites

Fonte: Elaboração própria

A atuação destes empreendedores na gestão dos seus negócios reflete a natureza e a dimensão dos mesmos. Estes empreendedores fazem uma gestão informal, orientada para o curto-prazo; contudo, a preocupação com o crescimento, com a melhoria da eficiência e dos resultados é notória. O futuro é perspectivado com otimismo e ambição, existindo planos e projetos (alguns em curso), o que ilustra a orientação empreendedora destes indivíduos.

Uma das áreas da gestão que mais preocupa estes empreendedores é a gestão dos clientes, a oferta que lhes disponibilizam, a qualidade dos serviços prestados e o impacto que têm na satisfação dos turistas, o que se reflete na elevada satisfação dos hóspedes já referida. Os proprietários entendem que a cooperação com parceiros da região é uma estratégia interessante e que ajuda a melhorar a sua oferta: “Nós estamos a tentar organizar atividades para podermos criar uma rede para que as pessoas permaneçam mais tempo (...)” (caso 2). A gastronomia é uma dimensão do serviço em que a cooperação é também visível, com uma clara preferência pelos produtos locais, produzidos nas quintas e disponibilizados para consumo (pequenos-almoços e provas) e venda aos turistas (no caso 2, a quinta tem uma loja com produtos biológicos de marca própria produzidos na quinta). Complementarmente, são disponibilizados produtos de parceiros locais: “Temos alguma variedade de produtos, nós



produzimos o azeite, temos primos e vizinhos que produzem vinho, tisanas, temos quem produza mel, queijos (...) o turismo gastronómico tem de estar sempre ligado ao turismo rural” (caso 1). A gastronomia ilustra também a preocupação destes empreendedores com a sustentabilidade. É clara a preferência por servir produtos locais nos pequenos-almoços, sendo este domínio do serviço tratado com muito cuidado, eventualmente, devido à perceção de que este é um dos aspetos mais valorizados pelos turistas na avaliação que fazem dos empreendimentos. É de salientar ainda a prática da agricultura biológica, que tem na base, entre outros, o respeito pela natureza e uma produção em pequena escala. Os produtos são certificados e, num dos casos (caso 2), a empresa tem rótulos ecológicos. As práticas de gestão referidas ilustram o contributo dos empreendimentos para a dinamização da economia local e para o desenvolvimento sustentável da localidade.

O sucesso do negócio está estreitamente ligado ao sucesso pessoal dos empreendedores. Estes estão satisfeitos com os seus negócios, sendo os projetos entendidos como opções de vida e não apenas de carreira, pelo que a satisfação com o trabalho, com a atividade empreendedora e com o estilo de vida são centrais na avaliação que fazem do sucesso alcançado. A importância que atribuem ao facto de terem um projeto financeiramente bem-sucedido, reconhecido e de prestígio, reflete-se também na sua motivação para continuar a investir no negócio, melhorando-o e fazendo-o crescer.

#### 4. CONCLUSÕES

O agroturismo promovido por empreendedores motivados por dimensões de estilo de vida, nomeadamente pela paixão pelo campo ou o desejo de construir um projeto sustentável, levou à criação de uma oferta diferenciada e de qualidade dirigida a uma procura turística que valoriza o autêntico e que é motivada também por um estilo de vida saudável, aspetos que assumem particular relevância em contextos de turismo rural (Ateljevic & Doorne, 2000; Cederholm & Hultman, 2010; Kastenholtz, 2014; Sidali *et al.*, 2013).

As múltiplas atividades desenvolvidas nas quintas pelos empreendedores estudados, nomeadamente a agricultura biológica, as diversas atividades turísticas ou o comércio de produtos alimentares, evidenciam uma complementaridade que parece contribuir para um maior equilíbrio operacional e financeiro do negócio, mas também para uma maior riqueza da oferta. O empreendedorismo “estilo de vida” refletiu-se numa forma particular de gestão assente na complementaridade de atividades, na utilização de produtos locais e na sustentabilidade. Esta forma de gestão, traduzida numa oferta complexa e inovadora em meio rural potencia, não

apenas o crescimento de um negócio isolado, mas também de outros negócios com os quais são estabelecidas parcerias, apresentando-se como exemplos a seguir e, assumindo assim, um papel interessante no desenvolvimento sustentável do território onde operam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ateljevic, I. & Doorne, S. (2000). Staying within the fence: Lifestyle entrepreneurship in tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 8(5), pp. 378-392.
- Bosworth, G. & Farrell, H. (2011). Tourism entrepreneurs in Northumberland. *Annals of Tourism Research*, 38(4), pp. 1474-1494.
- Cederholm, E. A. & Hultman, J. (2010). The value of intimacy – Negotiating commercial relationships in lifestyle entrepreneurship. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 10(1), pp. 16-32.
- Cunha, C. (2016). *Empreendedorismo “estilo de vida”: o caso dos pequenos negócios TER*. Tese de Doutorado, Universidade de Aveiro.
- Kastenholz, E. (2014). A experiência integral de turismo em meio rural – concetualização na perspetiva do turista e reflexão sobre a natureza da experiência turística, com base em dados recolhidos em 3 aldeias portuguesas. In: A. Cristóvão, X. Pereiro & M. de Sousa (Eds.), *Turismo em tempos de novas ruralidades* (pp. 49-78). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Kastenholz, K., Lima, J. & Sousa, A.J. (2012). A metodologia qualitativa no estudo da experiência turística em contexto rural: O caso do Projeto ORTE. GOVCOPP, *Tourism working paper* 1/2012.
- Marcketti, S. B., Niehm, L. S. & Fuloria, R. (2006). An exploratory study of lifestyle entrepreneurship and its relationship to life quality. *Family and Consumer Sciences Research Journal*, 34(3), pp. 241-259.
- McGehee, N. G. & Kim, K. (2004). Motivation for agri-tourism entrepreneurship. *Journal of Travel Research*, 43, pp. 161-170.
- Morrison, A. & Teixeira, R. (2004). Small business performance: A tourism sector focus. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 11(2), pp. 166-173.
- Park, D., Doh, K. & Kim, K. (2014). Successful managerial behaviour for farm-based tourism: A functional approach. *Tourism Management*, 45, pp. 201-210.
- Phelan, C. & Sharpley, R. (2011). Exploring Agritourism Entrepreneurship in the UK. *Tourism Planning & Development*, 8(2), pp. 121-136.
- Sidali, K.L., Kastenholz, E. & Bianchi, R. (2013). Food tourism, niche markets and products in rural tourism: combining the intimacy model and the experience economy as a rural development strategy. *Journal of Sustainable Tourism*, pp. 1-19.

## Novos usos turísticos no Concelho da Mêda: encontrar a justa medida urbana e arquitectónica

João Miguel Pinto  
CIAUD - Universidade de Lisboa  
miguelpinto89@gmail.com  
Madalena Cunha Matos  
CIAUD - Universidade de Lisboa  
mcunhamatos@fa.ulisboa.pt

### RESUMO

Trabalhou-se o território da aldeia de Coriscada no concelho da Mêda, Guarda, com o objectivo principal de implantar uma nova oferta turística – numa região despovoada, rural, em perda económica. O trabalho de âmbito académico visou definir um programa de intervenções interligadas, complementares e de escala apropriada, estudando práticas contemporâneas de turismo e conceitos de identidade de lugar, *genius loci* e regionalismo crítico. Realizaram-se análises de morfologia urbana e valores deste povoado que resultaram numa base conceptual para o projecto. O novo produto turístico articula três componentes programáticos: um pequeno equipamento hoteleiro instalado numa antiga casa apalaçada; um conjunto de casas representativas da arquitectura popular da região reabilitadas para um programa de turismo de aldeia; e uma arquitectura de raiz onde se instala um museu, um restaurante e um café - correspondendo às três vertentes base de um produto turístico: alojamento, restauração e actividades. A arquitectura específica da região – seja vernacular, seja erudita – é reabilitada e reinterpretada à luz da modernidade. O projecto respeita a ruralidade do lugar, conferindo-lhe ao mesmo tempo a marca da contemporaneidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** turismo rural, regionalismo crítico, arquitectura vernacular, identidade do lugar, intervenção arquitectónica.

### 1. INTRODUÇÃO

Dada a importância do turismo para a economia portuguesa, é necessário entendê-lo enquanto fenómeno em transformação e potenciá-lo enquanto actividade de sinal positivo. Se no segundo pós-guerra e até aos anos noventa, imperou um tipo de turismo unidireccional que ignorava muitas potencialidades do país, nos últimos anos iniciou-se uma oferta alternativa mais diversificada e com mais qualidade. Essas novas formas, nomeadamente o Turismo em Espaço Rural (TER), têm uma forte relação com os locais e procuram a proximidade com as culturas onde se inserem. Neste sentido a arquitectura vernacular ganha relevância, tornando-se elemento fundamental para o sucesso daqueles novos produtos turísticos. Diz a Carta Internacional sobre o Turismo Cultural (ICOMOS, 1999) que a protecção e conservação a longo prazo dos sítios patrimoniais, da sua integridade física, devem constituir uma componente das políticas públicas de desenvolvimento turístico. Donde o interesse em estudar o potencial turístico da região da Beira Interior, procurando compreender a sua relação com a arquitectura dita popular e as culturas e tradições locais. Uma vez escolhida a aldeia da Coriscada no concelho da Mêda, e para objectivar a proposta arquitectónica, questiona-se: encarando-se o

aglomerado como um conjunto não estático nem perfeito, como intervir para com um mínimo de peças potenciar um efeito máximo de reocupação e de vivificação do ambiente; como combinar as funções e as dimensões das intervenções para abrir o leque à diversidade de situações de visita e permanência; como distribuir as intervenções pelo corpo do aglomerado no sentido de alavancar um processo de reabilitação arquitectónica? Não sendo a arquitectura uma ciência experimental, as ideias corporizadas em projecto são conjecturas que em meio profissional têm uma adesão tipicamente imediata à realidade dos investimentos e modelos; em meio académico, elas podem em maior liberdade explorar caminhos novos na formulação de um programa. Tal presta-se a expandir a consciência espacial e a autonomia na reflexão sobre o território, perseguindo novas linhas de exercício profissional. Assim, de que forma deve ser preservada a riqueza cultural e natural dos locais onde se instalam ofertas turísticas? Como pode ela ser acentuada e expandida?

## 2. FONTES DE DADOS, MÉTODOS E TÉCNICAS

A Coriscada confirma o padrão do despovoamento e envelhecimento do interior ibérico, e de isolamento em relação ao litoral e às grandes vias de circulação. Sobre um aglomerado urbano sem traços óbvios de singularidade, incidiu-se a atenção na geografia, na história, na morfologia urbana e na edificação; coligiu-se a bibliografia disponível; realizaram-se visitas ao local e à envolvente e procedeu-se a uma observação directa e registo das situações encontradas, em particular das dinâmicas referentes ao parque edificado. O propósito foi encontrar os padrões morfológicos, matéricos e texturais e definir um programa de oportunidades que transformasse o tecido urbano de tal forma que a pequena povoação fosse alimentada por uma nova função de estadia turística (Figura 1) sem colidir com os usos habituais. Criaram-se ofertas: um museu, um pequeno hotel em edifício solarengo e um número de casas da aldeia reaproveitadas por unidades de alojamento familiar (Pinto, 2014). Tal proposta resulta da confluência de pesquisas sobre práticas contemporâneas do turismo, relação da arquitectura com o lugar e a região. Foram relevantes as abordagens sobre a materialidade tectónica, com destaque para as obras clássicas de Ribeiro (2011) e dos arquitectos de 1955-60 (S.N.A., 1961). Quanto ao local específico, e num enfoque histórico, contam-se as monografias sobre o concelho de Mêda de Vasco Rodrigues (2002) e a aldeia de Coriscada, de Saraiva (1995). Nas práticas contemporâneas do turismo português, enquanto fenómeno social, na relação com o território e na incidência do TER, a bibliografia é vasta; refira-se Figueiredo (Figueiredo & Raschi, 2013) e Kastenholtz (Kastenholtz, Eusébio, Figueiredo, Carneiro, & Lima, 2014). Na

relação da arquitectura com o lugar, destacam-se na definição da ideia de lugar e *genius loci*, Eliade (2002), Mandolesi (1995) e Norberg-Schulz (1980); no tema do Regionalismo Crítico referam-se Muntañola (1996) e Frampton (1983). Salienta-se Lobo (2013) no estudo do turismo balnear. Matos (2007) tem abordado a relação do turismo com a arquitectura.

Uma fonte de dados para o propósito deste trabalho reside na própria produção arquitectónica contemporânea; casos assimiláveis quanto a programas funcionais e/ou filosofia de intervenção actuam como motor conceptual para novos projectos. Foram seleccionados como casos de estudo equipamentos hoteleiros que apresentam diversas formas de intervenção e relação com a identidade do lugar. A Pousada de S.<sup>ta</sup> Marinha da Costa, antigo convento adaptado a pousada em 1985 por Távora, é um projecto de reabilitação de um edifício com valor histórico, que levou o arquitecto a equilibrar as qualidades patrimoniais do edifício e a necessidade de adaptação a um programa hoteleiro contemporâneo com suas regras e condicionantes. O Hotel Rio do Prado, de 2012, projecto de Sousa Santos, ilustra uma abordagem distinta. Sendo uma construção de raiz, procura estabelecer com a identidade do lugar uma relação de harmonia, demonstrando preocupações de sustentabilidade e respeito pela paisagem. Não se pretendeu uma comparação entre projectos, mas reflectir sobre os diferentes tipos de abordagem à problemática.

### 3. ESPAÇO DE INTERVENÇÃO

Colocadas as referências necessariamente sumárias a campos disciplinares cruzados para convergirem na definição programática e de projecto, enunciam-se as características salientes do espaço da intervenção. O concelho de Mêda localiza-se a norte do distrito da Guarda, região da Beira Interior, numa zona de transição entre o Planalto Beirão e o Alto Douro. Morfologicamente é montanhoso com depressões, vales e planaltos extensos; inúmeros ribeiros e cursos de água, como a ribeira Teja e o rio Massueime, afluente do rio Côa, seguem de Sul para Norte e alimentam a bacia hidrográfica do Douro. Regista-se a presença humana desde o Paleolítico. Os materiais da região, granitos, arenitos e xistos, conforme as localidades, serviram persistentemente como materiais de construção. A agricultura é ainda a predominante, nunca deixando o carácter tradicional de minifúndios. A aldeia de Coriscada situa-se no seu extremo sudeste, no limite com o concelho de Pinhel, a 12km da sede do concelho. Assenta numa zona relativamente plana que lhe dá grande amplitude visual. Com uma área de 2529 ha e uma população residente de 246 habitantes, a freguesia é um retrato do despovoamento sofrido no interior: segundo o INE tinha 776 habitantes em 1950; pela emigração externa e

interna, baixou drasticamente para 297 em 1991. Após 1991 decresceu de forma menos acentuada. Tem porém a baixíssima densidade habitacional de 8,22 hab/km<sup>2</sup>. Existem hoje na aldeia pequenas indústrias e serviços, fulcrais na fixação de habitantes; contribuem para a manutenção de postos de trabalho e ajudam na dinamização social. A região apresenta vasto património construído e importante riqueza cultural, histórica, etnográfica e paisagística. De modo a identificar o património edificado erudito e compor uma oferta de percursos, foram realizadas visitas aos vários povoados, e pesquisas às peças já referenciadas nos sítios do SIPA e DGPC. Na arquitectura vernacular, o inquérito da Arquitectura Popular em Portugal (S.N.A., 1961) caracteriza-a na Zona 3, Beiras, estudada pela equipe Keil do Amaral, Huertas Lobo e Malato, por ser ‘máscula e humilde’: de proporções horizontais, disciplinada, austera, hermética, onde as paredes predominam em relação aos vãos, e, acima de tudo, pragmática e marcada por um funcionalismo extremo.

#### 4. PROPOSTA



**Figura 1:** Coriscada: muros de granito, edifício Interface, Solar Menezes devoluto e hotel rural proposto

Apesar da perda de importância da região como defesa militar da fronteira (a aldeia histórica de Marialva dista 5km), do abandono dos grandes solares barrocos pelos descendentes da aristocracia rural e da partida economicamente motivada dos seus habitantes, descobriu-se ter a Coriscada tido um período da vida passada de relevo e até de algum luxo. Desde 2001 o Vale do Mouro a 3km é escavado por equipas internacionais de arqueologia; o seu responsável afirma virem a *villa*, *vicus* e artefactos a alterar a visão da ocupação romana no Norte do país (Coixão, Silvino & Pereira, 2011). A necessidade de reunir e expor esse material motivou o programa museológico do presente projecto. Destaca-se no povoado a arquitectura de granito. Detectou-se a sua forte presença nos antigos muros que de forma irregular se apresentam como elemento modelador de todo o edificado; foi esse o mote escolhido para o projecto de Interface. O projecto TER de revitalização compõe-se de três componentes: alojamento, restauração e actividades lúdicas. Se a prática do TER tem um alcance económico limitado (Silva, 2014), também é certo que desempenha um papel não despendendo na reabilitação de património

edificado devoluto. Existem na povoação várias casas desabitadas, muitas delas com grande valor patrimonial. É o caso do Solar Menezes, com a sua extraordinária chaminé. Desta forma, não existe a necessidade de construção nova, mas sim a reabilitação de algum edificado. Com a estadia nessas arquitecturas, o produto turístico oferece aos utilizadores uma experiência mais interessante de vivência rural. A oferta de alojamento divide-se entre Turismo de Habitação no Solar Menezes, composto por oito quartos, três deles adaptáveis a famílias com crianças, e Turismo de Aldeia na reabilitação de cinco casas com características e materiais representativos da arquitectura vernacular da região. O novo edifício Interface é um museu destinado à exposição dos achados arqueológicos do complexo Vale do Mouro, um restaurante regional e um café com esplanada. Pelas suas relações espaciais e formais, assumem uma leitura unitária; um longo muro de granito enrola-se e desenrola-se abrindo e fechado o edificado; os três corpos são articulados por pátios semiabertos. Apesar de marginando a estrada principal, o local encontra-se hoje degradado; foi escolhido pela necessidade de alterar essa recepção para quem chega e pela curta distância a que se encontra do Solar Menezes. Com o parque infantil e o pavilhão multiusos, possibilita a criação de novos percursos e ligações entre estes, criando uma nova urbanidade. Por razões de espaço, omitem-se outros tópicos importantes na formulação arquitectónica e contextualização do programa.

## 5. CONCLUSÃO

Circunscreve-se a proposta a uma operação minimalista nas dimensões e investimentos, de acupunctura entre arquitectura e o urbano, intervindo num edifício erudito, criando um espaço cultural novo e abrindo a um número indeterminado de habitantes a rentabilização do seu património segundo o seu desejo. A necessidade de introduzir novas actividades económicas, mesmo de pequena escala mas onde a oferta de trabalho redunde para a freguesia, de captar visitantes e criar um novo estímulo na auto-imagem da povoação, ditaram um programa de acolhimento e regeneração de espaços públicos de recepção. O novo Interface localiza-se no centro e eixo de atravessamento e conta com áreas abertas aos visitantes e habitantes locais. Muitos séculos depois repõe-se a Coriscada no mapa, chamando o invulgar legado romano à atenção.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Coixão, A. S., Silvino, T., & Pereira, P. A. (2011). Vale do Mouro (Coriscada Mêda) Ponto da situação da investigação de 2003 a 2009. In: *Actas do V Congresso de Arqueologia Interior Norte e Centro de Portugal* (pp. 335–338). Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Eliade, M. (2002). *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Figueiredo, E., & Raschi, A. (2013). *Fertile Links? Connections Between Tourism Activities, Socioeconomic Contexts and Local Development*. Firenze University Press.
- Frampton, K. (1983). Towards a critical regionalism: six points for an architecture of resistance. In: *Anti-aesthetic. Essays on postmodern culture*. Seattle: Bay Press.
- ICOMOS. (1999). *Carta internacional do turismo cultural*. México: 12.<sup>a</sup> Assembleia G.
- Kastenholz, E., Eusébio, C., Figueiredo, E., Carneiro, M. J., & Lima, J. (2014). *Reinventar o turismo rural em Portugal: cocriação de experiências turísticas sustentáveis*. Aveiro: UA Editora.
- Lobo, S. (2013). *Arquitetura e turismo: planos e projectos* (Tese de doutoramento). Universidade de Coimbra.
- Mandolesi, D. (1995). *Il luogo e la cultura del luogo nell'architettura contemporanea: il luogo come principio di legittimazione del progetto*. Roma: Gangemi Ed.
- Matos, M. C. (2007). Hotel architecture in Portugal. In: *A Portrait of State-of-the-Art Research at the Technical University of Lisbon* (pp. 595–603). Dordrecht: Springer.
- Muntañola, J. (1996). *La arquitectura como lugar*. Barcelona: Ediciones UPC.
- Norberg-Schultz, C. (1980). *Genius loci. Towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli.
- Pinto, J. (2014). *Afirmção e revitalização do turismo na Beira Interior. Uma proposta de arquitectura* (Mestrado em Arquitectura). Universidade de Lisboa - FA.
- Ribeiro, O. (2011). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (8th ed.). Lisboa: Letra Livre.
- Rodrigues, A. V. (2002). *Terras da Meda : natureza, cultura e património - monografia*. (2nd ed.). Mêda: Câmara Municipal da Mêda.
- Saraiva, A. S. (1995). *Coriscada: memórias da minha terra*. Guarda: Casa Vértas Editora.
- Silva, L. (2014). *Património, ruralidade e turismo: etnografias de Portugal continental e dos Açores*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- S.N.A. (1961). *Arquitetura popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos.



## Tourega e Guadalupe: intervir no território e potenciar o turismo

Rafael Caetano Saldanha Lopes

CIAUD - Universidade de Lisboa  
rafacsaldanhalopes@gmail.com

Madalena Cunha Matos

CIAUD - Universidade de Lisboa  
mcunhamatos@fa.ulisboa.pt

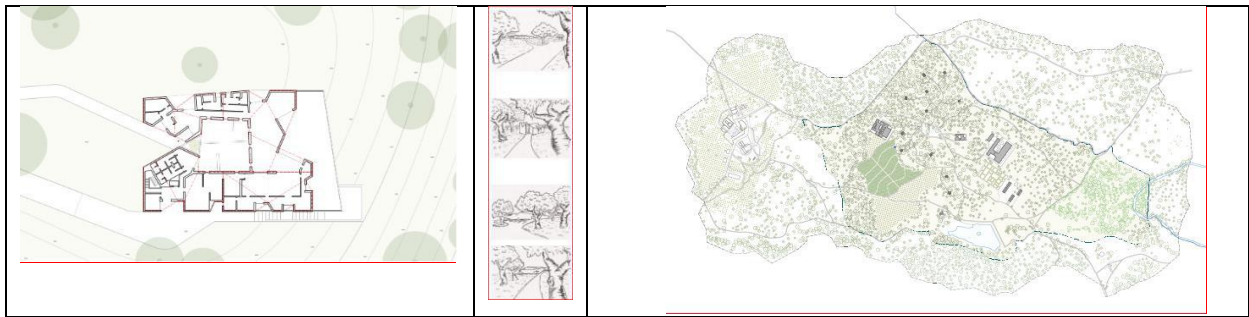
### RESUMO

O estudo aplica-se a uma área localizada no concelho de Évora, a cerca de quinze quilómetros da capital do distrito. Na União das Freguesias de N<sup>a</sup> Sra. da Tourega e N<sup>a</sup> Sra. de Guadalupe seleccionou-se a Herdade dos Almendres, onde se projectou uma nova oferta turística. Além da pesquisa bibliográfica e recolha dos valores arquitectónicos e históricos, analisou-se a morfologia do território, estabelecendo a fundação conceptual da intervenção. A proposta tem duas vertentes: o Touring Cultural e Paisagístico da Tourega, conjunto de circuitos patrimoniais temáticos; e o Núcleo Turístico dos Almendres, complexo que engloba diversos elementos programáticos e atractores turísticos: um edifício multifuncional de serviços, *health center*, espaço expositivo e adega; um restaurante, equipamento que surge da reabilitação de uma ruína pré-existente; e um conjunto de unidades turísticas em cinco tipologias que procuram uma reinterpretação da habitação alentejana. Assente nas três premissas base de um produto turístico (alojamento, serviços e actividades), o projecto visa apreender a essência e os valores da região, procurando honrar a sua ruralidade, ao mesmo tempo que infunde um sentido de contemporaneidade. A selecção da área intervencionada e a implantação de edifícios de raiz ou recuperados cinge-se a uma estrita disciplina de respeito pelos valores naturais e paisagísticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo Pós-Moderno; Identidade do Lugar; Alentejo; Arquitectura vernacular; Projecto contemporâneo.

### 1. INTRODUÇÃO

Da realidade e futuro turístico do distrito de Évora, base de reflexão deste estudo académico, escolheram-se os assentamentos rurais envolventes à cidade: a área da União das Freguesias de N<sup>a</sup> Senhora da Tourega e N<sup>a</sup> Senhora de Guadalupe. Os novos paradigmas turísticos são enquadrados na realidade do território, no seu potencial e expressão espacial. Um raciocínio arquitectónico visa captá-los e desenvolver uma resposta, apreendendo a génese de ocupação desse território e procedendo a uma interpretação cuidada da região; a finalidade é assimilar a realidade turística actual e oferecer o contributo da arquitectura para dinamizar a área.



**Figura 1:** Planta - Restaurante Monte do Escrivão; Sequência serial - percurso; Plano geral

## 2. PROCESSO RESUMIDO DE TRABALHO

As pesquisas sobre a área seleccionada, as formas contemporâneas do turismo e a ideia de lugar na arquitectura convergiram na elaboração de um programa funcional e projecto. O coligir de dados sobre o património natural e cultural permitiu estabelecer percursos diferenciados por interesses específicos em tempos históricos e/ou por desfrute da natureza. A observação das evidências materiais da arquitectura local, a consulta de bibliografia relevante e o contacto com empresas e processos construtivos com aplicações da arquitectura de terra consentiu elaborar um plano construtivo diferenciado pelas tipologias propostas. Na formulação do programa funcional e na inserção de novas realidades turísticas em meio rural, foram estudados projectos em situações análogas, como o Eco-Resort das Pedras Salgadas, o Hotel Rio do Prado, o L'and Vineyards Hotel; e ainda, os projectos Colico Workshop, Stealth Barn, High School Siena e Antinory Winery.

## 3. PARADIGMAS DO TURISMO EM MUDANÇA E LUGAR DA ARQUITECTURA

As novas tendências de lazer e turismo resultam da alteração dos paradigmas sociais e modos de vida. Este turismo *pós-moderno* (Dujmovic & Vitasović, 2015) contrapõe-se à massificação e uniformização da oferta e procura, à hegemonia do turismo balnear, à crise da massificação e à perda de autenticidade dos destinos (Matos, 2012); as motivações do pós-turista são complexas. Coexistem com a continuada internacionalização, crescimento e expansão geográfica da actividade. Manifestam-se duas formas de procura: por destinos mais ou menos exóticos em busca simples de diversão e segurança, e produtos padronizados e referenciais conhecidos; a experiência vivida não é singular. Há por outro lado quem procure práticas originais e dê antes valor à saúde, história, cultura, paisagens ou ruralidade, gerando um turismo cultural, ecológico, rural, de natureza. Para estes dois tipos de procura absolutamente opostos nas expectativas requer-se flexibilidade de oferta. As recentes modalidades ligam-se a uma procura pós-moderna de identidade espelhando as transformações

da sociedade, onde memória colectiva dos lugares e cultura adquirem maior valor; a relação com a natureza é também mais apreciada e defendida. Ganha primazia o turismo individual ao de pacotes, pelo que a concepção de novos produtos tem como princípio a identidade dos lugares. Dos promotores e turistas nota-se uma mais ou menos sincera consciencialização ecológica e respeito pelo território, ‘novas sensibilidades antropológicas, etnográficas e ambientais, novas paixões pela natureza, pelas paisagens, pelas tradições, pelos modos de vida do passado, a consciência de que ‘há só uma terra’...’ (Cavaco, 2006, p. 340). Dos novos paradigmas, o turismo em espaço rural (TER) tem maior expressão no país; apesar das premissas de autenticidade, o espaço rural já é apreendido como bem de consumo.

Ao mesmo tempo o TER pretende melhorar a qualidade de vida dos habitantes de forma sustentável e potenciar os recursos endógenos. O património cultural e natural é central na promoção económica e visibilidade destes espaços. Para a oportunidade de uma experiência cultural e vivência quotidiana num ambiente rural é vital a preservação do património arquitectónico. A arquitectura permite o reencontro com valores genuínos; estabelece-se como interface entre turistas e lugar. No que referiríamos como ‘ideologia do lugar’, postula-se que em qualquer intervenção o lugar é determinante; o conjunto arquitectónico ganha significado no sistema de relações que se cria entre desígnio de projecto e lugar. Assim, as intervenções arquitectónicas devem apreender, reinterpretar e potenciar a essência, a autenticidade e a memória dos lugares. Com raízes na fenomenologia, o *genius loci* ou “espírito do lugar” salientado por Norberg-Schulz é um processo de antropomorfização do espaço: na transformação de espaço ‘desconhecido’ em lugar, Eliade (1992) apresenta o sagrado e o profano como duas maneiras de ser e estar no mundo; a sacralização permite a orientação. Nesse lugar ‘habitado’, detectam-se permanências, factos remotos, por vezes dotados de uma vitalidade contínua, de que resta a “permanência da forma, dos sinais físicos, do locus” (Rossi, 2001, p. 76): a memória do lugar é resultado das sucessivas *layers* de experiências individuais e colectivas. Opondo-se à concepção do espaço do modernismo, movimentos alternativos retomam da relação com o lugar, distinguindo-se o regionalismo crítico. Formulado por Tzonis e Lefaivre, adoptado e aprofundado por Frampton, realça os aspectos da topografia, clima, sistema de vistas ou singularidade lumínica, e, no âmbito da tectónica, de sensações tácteis e visuais; os materiais empregues com intenção de despertar sensações de temperatura, cheiro ou sons são inerentes à especificidade de cada lugar. “O sentido nasce quando se consegue criar no objecto arquitectónico significados específicos de certos materiais que só neste singular objecto se podem sentir desta maneira” (Zumthor, 2009, p. 10). A solução arquitectónica deve

estabelecer uma dialéctica entre os elementos e materiais das construções vernaculares e as referências tecnológicas e formais modernas. “La noción de lugar aparece indisolublemente ligada a la noción de tiempo” (Solà-Morales, 1995, p. 121). A construção do lugar estabelece-se na relação entre o objecto arquitectónico e o espaço envolvente, sendo essencial a continuidade entre a pré-existência e o que se projecta. “A relação entre natureza e construção é decisiva na arquitectura” (Siza Vieira, 2009, p. 17).

#### 4. PROPOSTA

No espaço da União das Freguesias referidas, seleccionou-se a área de intervenção na Serra do Monfurado, junto ao aglomerado rural de Guadalupe: a Herdade dos Almendres. Além de configurar uma paisagem heterogénea, este fragmento territorial é suporte de um excepcional património arqueológico e arquitectónico, como a Anta Grande do Zambujeiro, a Villa Romana de Tourega, o Convento do Bom Jesus de Valverde, o Solar do Barrocal, a Escola de Regentes Agrícolas de M. Tainha (1960-66) e as Novas Instalações do Polo Universitário da Mitra (1992-95) de V. Figueiredo - o que o dota de uma invulgar diversidade e agrega valor, estendendo a riqueza da região para além do óbvio contido na cidade. Na vasta propriedade (872 hectares), de valor patrimonial atípico tanto a nível cultural como natural, identificam-se duas importantes estruturas megalíticas – o Cromleque e o Menir dos Almendres, ao mesmo tempo que se evidencia a arquitectura popular, em taipa, inteligível nas construções existentes pela Herdade, inscrevendo-se na arquitectura vernacular e constituindo um legado arquitectónico e cultural da região.

A componente prática da investigação traduz-se na concepção de um produto turístico para a Herdade (Lopes, 2014). Estabelece-se em duas vertentes: o *Touring Cultural* e Paisagístico e o núcleo turístico dos Almendres. A proposta do *Touring* surge no contexto da grande riqueza patrimonial identificada na região e elencada sob forma de fichas de levantamento. Tem por base a pré-existência dos percursos do Monfurado, rede de percursos ambientais que se traçam sobre caminhos rurais para uso pedonal ou meios de transporte não poluentes. Interliga povoações, possibilita o conhecimento dos elementos patrimoniais da região com incidência nos monumentos megalíticos e o contacto com as diferentes paisagens de Évora, em especial as do Sítio do Monfurado classificadas pela sua diversidade de *habitats*.

Sustentando-se na mesma lógica e reconhecendo o imenso valor das construções existentes na área de N<sup>a</sup> Sra. da Tourega, assim como das estruturas cadastrais que materializam milénios de ocupação e transportam um saber e leitura do território que se manifesta nos

caminhos existentes, a proposta de *Touring Cultural e Paisagístico* da Tourega aborda uma possível expansão da rede de percursos da freguesia para sul; assim, estabelece-se uma nova rede de percursos mais abrangente, tanto a nível paisagístico como patrimonial. Neste sentido, com base no levantamento patrimonial executado, estruturam-se diversos períodos temporais de organização dos elementos patrimoniais, classificados e não-classificados, que permitem desenvolver três circuitos temáticos: o percurso pré-histórico, que aborda um conjunto de elementos patrimoniais do período paleolítico à idade do bronze; o percurso romano-medieval; e o percurso moderno-contemporâneo, que dá a conhecer edificações desde o século XVI a intervenções recentes do século XX. A rede possibilita ainda o desenvolvimento de circuitos livres, mais curtos e de conteúdo genérico, que não obedecem a nenhuma das lógicas temáticas definidas. Devido à extensão dos percursos, a proposta apoia-se nas povoações como pontos de paragem e satisfação de eventuais necessidades e oferece assim a possibilidade de intercâmbio cultural. Portanto, a proposta promove um sentido de valorização, manutenção e preservação do património natural e cultural da região.

Sustentando-se nas premissas identificadas na leitura do lugar, em particular dos barrocais e da paisagem que caracteriza a herdade, a intervenção do núcleo turístico dos Almendres enquadra-se no TER e propõe um aldeamento turístico de cerca de 75 hectares baseado na modalidade de agro-turismo. A proposta procura um diálogo com o lugar e explora as potencialidades da paisagem através de um mimetismo do carácter disperso dos barrocais, pelo que as construções se dissipam pela paisagem e surgem como que de forma espontânea no território. Além disso, adoptam-se critérios para a implantação dos edifícios que visam não ferir o sistema arbóreo existente; recorre-se a uma estratégia rigorosa de selecção – resultante de um trabalho de identificação de manchas arbóreas, clareiras e espaços entre árvores – com o intuito de preservar a paisagem e minorar ao máximo o impacto do projecto, evitando o abate de árvores e projectando os edifícios em função do coberto vegetal.

Numa vertente orientada a nascente da Serra do Monfurado, com um sistema de vistas privilegiado para a paisagem e a cidade de Évora, o *masterplan* do núcleo turístico dos Almendres estrutura-se em oito núcleos programáticos. Próximo do acesso, um núcleo central incorpora o edifício principal do aldeamento (Edifício Turismo dos Almendres), reunindo todos os serviços do complexo - *health center*, espaço expositivo, adega e administração, à excepção da restauração, e uma extensa área de vinha e olival. Articulado com este, no centro da intervenção, um núcleo comporta a restauração (restaurante Monte do Escrivão) e estacionamento. Sustentando-se nas casas pátio e reinterpretando a casa alentejana,

projectaram-se cinco tipologias distintas de habitações (Casas do Monte), num total de onze casas distribuídas por dois núcleos. O núcleo centro hípico comporta centro de treinos e possibilita aulas de equitação e aluguer de cavalos; noutra, uma pequena quinta pedagógica desenvolve horticultura e pecuária biológicas, alargando as actividades agrícolas além da vinicultura e olivicultura. Por fim tira-se partido da pequena barragem existente; além do suporte às actividades agrícolas, propõe-se um espaço de lazer e banear, a que se associa o último núcleo: no pinhal existente um espaço ao ar livre destina-se a actividades lúdicas, como a prática de desporto ou piqueniques.

## 5. CONCLUSÃO

A intervenção é assim delineada segundo uma premissa que pretende conciliar o conforto inerente ao serviço de um complexo turístico a uma experiência rural onde a agricultura biológica, em especial a produção de vinho e azeite, assumem relevância. Esta permite aos hóspedes acompanhar o processo de produção do vinho em todas as suas fases, desde a vindima à selecção das uvas, passando pela prensagem, fermentação, maturação, até ao engarrafamento. A experiência rural estende-se ao domínio cultural através do *Touring Cultural* e Paisagístico, que pode ser desfrutado a pé, de bicicleta ou a cavalo; e também à via gastronómica - o restaurante do núcleo assume um papel importante ao servir refeições típicas do Alentejo com recurso à produção local. A grande proximidade a Évora permite aos turistas acesso rápido aos múltiplos recursos urbanos. A proposta de intervenção estabelece uma ponte entre a tradição e a contemporaneidade, um diálogo entre natureza e arquitectura, propondo um conjunto de actividades vasto, acessível aos não-hóspedes, agregável em três grupos: agroturismo, cultura e desporto, sendo que a vivência rural e o contacto com a natureza constituem o grande atractivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cavaco, C. (2006). Práticas e lugares do turismo. In: M. L. Fonseca (Ed.), *Desenvolvimento e território* (pp. 299–362). Lisboa: CEG - UL.
- Dujmovic, M., & Vitasović, A. (2015). Postmodern society and tourism. *3rd International Scientific Conference Tourism in Southern and Eastern Europe*.
- Eliade, M. (1992). *O Sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lopes, R. (2014). *Arquitectura e turismo – uma proposta de intervenção no distrito de Évora* (Dissertação de mestrado). Universidade de Lisboa. Faculdade de Arquitectura.
- Matos, M. C. (2012). Portugal turístico: perspectivas críticas - Entrevista por L. Baptista e P. Melâneo. *Arq'a*, 102(Maio-Junho 2012), pp. 22-25.
- Rossi, A. (2001). *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Siza Vieira, Á. (2009). *Imaginar a evidência*. Lisboa: Edições 70.



- Solà-Morales, I. (1995). *Diferencias: topografía de la arquitectura contemporánea*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Zumthor, P. (2009). *Pensar a Arquitectura*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

## A segunda vida da Praia dos Espanhóis: dançarinos, pescadores e turistas no Sul de Portugal

Ema Pires

Universidade de Évora - IHC-CEHFCi-UÉ / Universidade de Brasília

epires@uevora.pt

Ana Teresa Real

ISCTE-IUL

anateresareal@gmail.com

Maria Elisa Rodrigues

Investigadora Independente

m.elisa.g.rodrigues@gmail.com

### ABSTRACT

This text deals with processes of appropriation of space in the Dam of Póvoa (Portugal) using a dwelling perspective (Ingold, 2009). The reconversion of inactive spaces in rural areas into leisure-related ones is a quite common practice in contemporary times. The *Spaniards beach* is one of the local names given by locals to the Dam of Póvoa (Castelo de Vide). In the collective memory of the residents, the Dam (built in the 1920's) is remembered for the many flowers surrounding the area. This Garden-style aesthetics has outlived the initial function of the Dam (to produce electric power). The place has been appropriated by leisured people for sight-seeing, pic-nics, fishing competitions, caravan sojourns, and, since 2013, by a music and dance festival. The research that underlies this paper was carried out between 2013 and 2016 by a team of anthropologists. An ethnography of the Dam and its uses, and of the festival and its participants was carried out.

**KEY-WORDS:** Leisure; Landscape; Tourism; Music; Space.

### 1. INTRODUÇÃO

Este texto apresenta resultados preliminares de um projecto de investigação-acção intitulado *Lazer, Turismo e Apropriações do Espaço no Alto Alentejo* (Portugal), com o objectivo de etnografar espaços e práticas de lazer na Barragem de Póvoa e Meadas (Castelo de Vide) no distrito de Portalegre. A recolha de dados decorreu entre 2013 e 2015 e a investigação foi alicerçada metodologicamente em etnografia, pesquisa documental e entrevistas exploratórias. Esta pesquisa é teoricamente informada pela “dwelling perspective” proposta por Ingold (2011), seguindo o conceito de Heidegger de *dwelling* como um construir-habitar-pensar. Na “dwelling perspective” o foco incide sobre a maneira como as pessoas habitam o mundo (os espaços), sendo as relações que se tecem nesse processo de habitar que interessa estudar. Ou seja, o foco não se coloca no sujeito/objeto, mas nas relações, nos caminhos, nas teias de ligações entre eles. Nesta abordagem as relações têm pois precedência epistemológica. Situada no Alto Alentejo, nas bordas da Serra de São Mamede perto da aldeia de Póvoa e Meadas, concelho de Castelo de Vide, a Barragem de Póvoa, inaugurada em 1927, foi construída com o objectivo de produzir energia através da força das águas — a hulha branca



— e, desta forma, trazer progresso e desenvolvimento para a região. Apesar do principal objectivo da construção da barragem ter sido a produção de electricidade, a maneira como o espaço envolvente foi concebido revela já a ideia, uma ideia pioneira, da barragem como um potencial espaço de fruição e de lazer, apto a receber visitantes e turistas. No espaço foram plantadas árvores e flores de diversas espécies como o carvalho francês, o carvalho americano, as rubíneas, as amieiras, as oliveiras e as tílias. Um pouco acima da Central foi construído um lago em cascata, cheio de peixes vermelhos, rodeado por zonas ajardinadas onde se destacavam as hortênsias e as camélias. Foram construídas ainda algumas estruturas de apoio aos visitantes, como mesas para refeições e piqueniques e, mais tarde, casas de banho públicas e uma cozinha comunitária. A existência de jardineiros no quadro de pessoal permanente da Hidroeléctrica Alto Alentejo até aos anos setenta, confirma a importância da dimensão estética e paisagística, o devir turístico do lugar, um lugar que se tem vindo a confirmar como um pólo de atracção de vida social local. A vocação turística da Barragem é também expressa em postais ilustrados antigos como o que apresentamos infra (Figura 1):



**Figura 1:** Central da Póvoa

Fonte: Postais CMCV / Coleção Municipal de Postais (em fase de registo e inventariação)

## 2. A BARRAGEM COMO ESPAÇO SOCIAL DE ENCONTROS E DE LAZER

Os resultados da investigação já realizada (Urbano, 2016) mostram-nos que o lugar da Barragem da Póvoa começou a ser foco das atenções a partir do momento em que as obras começaram no terreno em 1924, materializados em passeios das pessoas da região para satisfazer a curiosidade e transformando a barragem num lugar de romaria. Nos anos trinta, Custódio Nunes (o engenheiro e ideólogo da barragem) já proclamava o papel que aquela estrutura poderia ter na dinamização do turismo da região, num artigo em que firmava que era necessário «criar motivos de beleza que proporcionassem ao turista, ávido de impressões novas, inesquecíveis horas de prazer espiritual» (Nunes, s.a, p. 38). Em 1936, Américo Pavia, redige um série de artigos publicados no jornal alentejano *A Rabeca*, a que deu o título “A Barragem – Ponto de Turismo” (Ralo, 1995, p. 76). Neles exalta a grandiosa obra da Hidroeléctrica e o seu valor turístico para a região. Pavia classifica a barragem como um “monumento grandioso” que devia passar a fazer parte do roteiro turístico do Alto Alentejo. Já nessa altura se nota o “constante corrupio turístico (...) em que a barragem se transforma durante os meses de julho, agosto e setembro, «onde, de norte a sul do país, ali ocorria gente demorada de justificada curiosidade” (Ralo, 1995, p.76).

Com o decorrer dos anos, o movimento de visitantes não esmoreceu, pelo contrário, até cresceu, a ponto de nas décadas de setenta e oitenta “a grande afluência de portugueses e espanhóis ao fim de semana dar a impressão de que a barragem se tratava, afinal de uma praia, [onde] a água na sequiosa zona, a luxúria da vegetação e os jardins cuidadosamente tratados proporcionavam aos visitantes o bem-estar ideal para os momentos de lazer” (Ralo, 1994, p.48). A partir da década de cinquenta, com o início da construção das grandes hidroeléctricas, a Barragem da Póvoa começa a perder relevância como produtora de energia eléctrica. Inversamente, é a partir desta altura que as actividades turísticas de convívio e de lazer começam a ser preponderantes. Contudo, só na década de setenta é que a barragem adquire verdadeiramente a dimensão de lugar de veraneio a ponto de a “grande afluência de portugueses e espanhóis ao fim de semana dar a impressão de que de uma praia se tratava” (Ralo, 1994, p.48). Começaram a surgir diversas actividades comerciais na zona da barragem como, por exemplo, a venda ambulante de bebidas. Começaram também a chegar turistas de mais longe, normalmente campistas, tanto portugueses como franceses e alemães, que acampavam à volta da albufeira.

### **3. A BARRAGEM COMO ESPAÇO SOCIAL DE ENCONTROS E DE LAZER PARA AS PESSOAS DA REGIÃO**

O processo de apropriação do espaço da barragem pelas pessoas da região, especialmente da aldeia da Póvoa e Meadas, como espaço social de encontros e de lazer, vai trazendo para a barragem diversas actividades. Logo no início da sua construção, a barragem atraiu os miúdos da aldeia tornando o lugar num espaço para brincadeiras, muitas vezes à revelia do controle dos pais. Também a segunda-feira de Páscoa, feriado municipal do concelho de Castelo de Vide, passou a ser festejado na barragem passando mesmo a ser conhecido na Póvoa e Meadas como o dia da barragem. Nesse dia as pessoas iam fazer piqueniques à barragem tendo o borrego como prato principal, muitas vezes os restos de borrego da véspera. Havia sempre grandes bailaricos e era comum arranjar-se namoro. Especialmente os mais jovens ainda hoje referem com grande entusiasmo os passeios à barragem, a pé ou de bicicleta. A barragem era também um lugar obrigatório sempre que os emigrantes locais regressava em férias no verão, especialmente os mais jovens.

Também para os rapazes da Póvoa, a barragem se tornou um lugar especial onde se ia antes de “tirar sortes” tomar um banho e fazer a festa. Tal como na segunda-feira de Páscoa, o espaço da barragem foi integrado numa prática ritual da comunidade. A presença da água (que permitia o banho) e o facto de o lugar ser fora da aldeia (um lugar nas margens) tornavam a barragem particularmente propícia para o efeito.

No princípio do século XXI a barragem sofreu um período de abandono visível na degradação do espaço envolvente. Em 2013 deu-se pela primeira vez a realização do Festival Andanças no espaço da barragem dando um novo alento ao lugar, mostrando que o espaço continua vivo e dialogante, como em seguida se anota.

### **4. ANDANÇAS NA BARRAGEM: APROPRIAÇÕES RECENTES**

O Andanças ([www.andancas.net](http://www.andancas.net)) é um festival de música e dança organizado há 20 anos em Portugal. Sob tutela da Associação PédeXumbo (com sede em Évora), o festival tem geralmente lugar em Agosto durante uma semana e atrai milhares de pessoas interessadas em músicas e danças do mundo. Em 2013, o festival passou a ter lugar no espaço da Barragem de Póvoa e Meadas. De acordo com a investigação realizada (Rodrigues, 2014) consideramos que o Andanças serviu como uma forma de regenerar o carácter social e coletivo que esta barragem tem de agregar a comunidade local em seu torno, como já havia acontecido no singular processo de financiamento da sua construção. E agora é também um recurso festivo através do qual a população de Póvoa e Meadas se auxilia para garantir a sua experiência de memória coletiva

do espaço da barragem, ao mesmo tempo que o festival tem um efeito positivo ao gerar rendimentos adicionais na economia na aldeia e do concelho. Entrevistas realizadas em 2014 aos organizadores do festival Andanças corroboram a apreciação positiva do impacto do festival no território, e da relação com a comunidade local de Póvoa e Castelo de Vide (Rodrigues, 2014). Sendo assim, a apropriação social do espaço da barragem tanto pelo festival Andanças como pela população de Póvoa e Meadas conferiu, por isso, a este mesmo espaço a categoria de lugar com uma identidade própria, conferindo-lhe relevância, pois todo o comportamento é localizado e construído a partir dos e com os espaços, o que justifica porque muitos estudos têm como referência o conceito de lugar. Caminhar através do espaço do festival Andanças é percorrer caminhos que no passado foram os dos trabalhadores da Central da Póvoa, ou os dos visitantes vindos da região ou de Espanha. Mas, nos dias de realização do festival, novos usuários apropriam o espaço: os participantes do festival. Motivados por uma experiência de festival de música e de dança do mundo, têm origens residenciais maioritariamente urbanas, e contactam com o território através da música e da dança, em actividades intermediadas por outros participantes e por voluntários da organização. Nestes dias de festival, os espaços habitualmente silenciosos do território, transfiguram-se de sons múltiplos e de cores várias, numa rotina que ocupa quase as 24 horas do dia em sessões formais e informais de concertos e bailes. A equipa de organização do festival prepara anualmente uma programação com músicas e danças locais, no âmbito do qual são convidados os grupos de folclore e as bandas filarmónicas existentes no concelho. Estes momentos de interação (ainda que fugazes) entre participantes e residentes, parecem construir uma zona de contacto que estreita os mundos sociais a que ambos os grupos pertencem quotidianamente.

## 5. BALANÇO EM ABERTO

Nesta zona de contacto de um tempo extra-ordinário que é o festival, o local da Barragem, outrora emudecido, ganha agora novos usos sociais e, argumentamos nós, uma segunda vida, pelo seu uso renovado, não já enquanto espaço de produção de energia mas de produção e manifestação artística.

Ao longo desta investigação etnografámos, de um modo exploratório e processual, os usos que diacronicamente a Barragem da Póvoa tem tido, enquanto espaço de lazer e de turismo. Inspiradas por Ingold (2011), a nossa própria experiência participante de caminhar através destes territórios ensina-nos que um espaço, seja ele qual for, habitado por seres vivos (humanos e/ou não humanos), como é o caso da Barragem da Póvoa, ainda que possa não ter significado

para a maior parte dos seres humanos, para outros – que podem ser pescadores, dançarinos, turistas espanhóis ou residentes – é um ponto estruturante e organizador das suas vidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ingold, T. (2011). *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge.
- Nunes, C. (s.a.). A hidro-eléctrica Alto Alentejo. *Terra-Mãe*, (5), pp. 38-9.
- Ralo, J. (1995). *Recordações da aldeia*. Castelo de Vide: Câmara Municipal.
- Ralo, J. (1994). *Memórias de um veterinário*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Médicos Veterinários.
- Rodrigues, M. E. (2014). *O Andanças e 'As Andanças': um olhar antropológico sobre o espaço do festival pela perspectiva da organização e da população de Póvoa e Meadas*. ISCTE-IUL, Lisboa. Dissertação de mestrado. [Consult. 15/06/2016] Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/9160>.
- Urbano, A. T. R. (2016). *Sobre as árvores que nascem das pedras: etnografia da Barragem da Póvoa no Alto Alentejo [1923-2013]*. ISCTE, Lisboa. Dissertação de mestrado. [Consult. 15/06/2016] Disponível em <http://hdl.handle.net/10071/11349>.

## Como surgem e se desenvolvem unidades de turismo em espaço rural (TER) e percepção da comunidade local sobre o seu impacto: estudos de caso em duas freguesias do interior de Portugal

Sílvia Pina,

Universidade da Beira Interior  
silviapina23@gmail.com

Anabela Dinis

Universidade da Beira Interior - Núcleo de Estudos em Ciências Empresariais (NECE)  
adinis@ubi.pt

### RESUMO

Dado que para ser verdadeiramente sustentável e competitivo, o TER implica uma relação com a comunidade onde se insere, o presente trabalho pretende compreender como surgem e se desenvolvem as unidades de TER, qual o papel que essa relação desempenha nesse processo e se traduz na percepção da comunidade local sobre o impacto do turismo. Após um breve enquadramento que relaciona os conceitos de turismo sustentável, turismo rural e TER e depois de explicitada a metodologia utilizada, apresentam-se os resultados da análise empírica realizada em duas freguesias rurais do interior de Portugal: Janeiro de Cima (Fundão) e Escalos de Baixo (Castelo Branco). Em cada território analisaram-se as perspetivas dos empreendedores sobre o processo empreendedor e as atitudes e percepções dos residentes em relação aos efeitos da unidade TER na comunidade. Os resultados evidenciam que a TER com maior taxa de ocupação é também a que mantém maior relação com a comunidade. Constatou-se, também que, em geral, os residentes consideram que a atividade da unidade TER traz mais benefícios que prejuízos, mas que o seu grau de satisfação se relaciona com o grau de envolvimento da TER com a comunidade. Linhas para novas investigações são sugeridas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo sustentável, Turismo em Espaço Rural (TER); Empreendedor, Comunidade.

### 1. INTRODUÇÃO

O turismo em espaço rural tem vindo a crescer ao longo dos tempos, em parte por causa das forças de mercado, procurando diferentes tipos de férias, e em parte como resultado das iniciativas governamentais (Hyytia & Kola, 2013; Lane, 1991). O ambiente rural é, no entanto, muito frágil. Esta é uma questão importante devido ao papel que as áreas rurais desempenham em muitos países como depósitos de recursos naturais e património histórico. Nos últimos anos o conceito de desenvolvimento sustentável do turismo foi desenvolvido para combater as ameaças que o podem afetar turismo (Bramwell & Lane, 1993; Butler, 1999; Lane, 1994). O turismo sustentável pretende conseguir um equilíbrio entre o desenvolvimento do turismo e as necessidades de conservação da ambiente e das comunidades (Bramwell & Lane, 1993; Hawkes & Williams, 1993; Lane, 1994), por outras palavras, visa minimizar o impacto dos danos ambientais e culturais, otimizar a satisfação do turista e maximizar a longo prazo o crescimento económico da região onde se insere. Desta forma, pode afirmar-se que turismo rural, pela sua pequena escala e pela necessidade de preservação do património rural (humano, histórico e

natural) que constituiu o seu diferencial competitivo tem sido encarado como um fator de desenvolvimento sustentável (Nicely & Sydnor, 2015; Sanagustin Fons *et al.*, 2011).

No turismo rural em Portugal, as unidades de Turismo em Espaço Rural (TER) representam um importante elemento de estruturação da oferta, representando um tipo de oferta de pequena escala, como tal, de baixo impacto ambiental, constituindo muitas vezes elas próprias um elemento de atração e animação do espaço rural (Pato, 2012; Silva, 2006).

A literatura evidencia também a importância do capital rural para o sucesso do TER, na medida em que pode ser convertido em ativos da empresa (Eimerman, 2016). O capital rural relaciona-se não só com as potencialidades do contexto rural onde a empresa está implementada, mas também com a capacidade da empresa em transformar esse potencial em atrativos para o turista/potencial cliente. A importância da comunidade local como parte desse capital rural foi também evidenciada na revisão da literatura (Chuang, Shu-Tzu, 2013; Kastenholz *et al.*, 2013; Nicely & Sydnor, 2015). Assume-se, pois, que a sustentabilidade desse capital depende de como a comunidade interage com os turistas, o que, por sua vez, se relaciona com a perceção do impacto do turismo desenvolvido. Todavia os estudos sobre o impacto do TER na comunidade onde se insere mostram resultados contraditórios (*e.g.* Pato, 2012; Silva, 2006). Por outro lado, pouco se sabe sobre o impacto da comunidade na criação e desenvolvimento do TER. Pretende-se, pois, com o presente estudo compreender i) qual a importância da comunidade na motivação do empresário(a) para a criação da unidade TER e para o seu desenvolvimento e ii) quais as perceções e atitudes da comunidade local face a essa unidade TER

## 2. METODOLOGIA

A investigação empírica realizada tem uma natureza exploratória e está assente numa estratégia de estudo de caso múltiplos (Yin, 1994), incluindo metodologia qualitativa e quantitativa e diferentes fontes de informação. A metodologia qualitativa foi utilizada para responder à primeira questão “Quem e Como”, tendo como informantes-chave os empreendedores; a metodologia quantitativa foi utilizada para forma a investigar as atitudes e perceções da comunidade.

Foram vários os critérios subjacentes a escolha dos casos, nomeadamente (1) Localização: as unidades TER deveriam localizar-se numa pequena comunidade com baixa densidade; (2) Programas Públicos: os casos escolhidos deveriam permitir aferir sobre os efeitos das políticas públicas pelo que se deveriam incluir pelo menos um caso em território rural intervencionado através de programas públicos e um caso em território rural não

intervencionado; (3) Conveniência: cumpridos os critérios anteriores, os casos seriam selecionados com base na disponibilidade dos responsáveis TER e na maior facilidade de acesso aos respondentes.

Relativamente a localização, o território da Beira Interior apresentou-se como um primeiro nível de seleção, dada a sua natureza maioritariamente rural e de baixa densidade. Considerando os restantes critérios enunciados, selecionaram-se duas unidades TER localizadas neste território de baixa densidade, uma na aldeia de Janeiro de Cima (Concelho do Fundão, 25,7 hab/km<sup>2</sup>) e outra cerca de da aldeia Escalos de baixo (Concelho de Castelo Branco, 16,2 hab/km<sup>2</sup>). Como fontes de informação recorreu-se a análise documental, pesquisa em páginas WEB, a realização de entrevistas para caracterização da TER e dos empresários e a inquéritos por questionário, desenvolvidos com base em Pato (2012), para investigar as atitudes e perceções da comunidade. A informação qualitativa foi sistematizada em tabelas de forma proceder a uma análise descritiva e comparativa de conteúdos. O questionário foi aplicado pessoalmente e os dados tabelados e analisados com a ajuda do programa Excel. A análise foi essencialmente descritiva, incluindo análise de distribuição de frequências, de médias e desvios padrões.

### **3. RESULTADOS**

#### **3.1. Características dos empresários e das Unidades TER**

Relativamente à motivação para a criação da empresa, no Caso A, a TER surgiu inicialmente por ser localizada na terra natal da empresária mas com um objetivo principal de recuperação do património da Aldeia e foi desenvolvida através de vários financiamentos públicos (Câmara Municipal do Fundão e Programa das Aldeias de Xisto), tendo à data do estudo uma taxa de ocupação média de 45%. A empresária sentiu o peso da interioridade (sobretudo com a imposição das portagens), todavia afirma que voltaria a escolher a mesma localização, por várias razões: i) porque a comunidade apoia bastante a TER e o turismo na aldeia, ii) porque a aldeia é a porta de entrada para as Aldeias do Programa das Aldeias de Xisto e iii) porque tem boas acessibilidades. A sua relação com a comunidade local “é excelente” proporcionando um impacto positivo na mesma.

Em contrapartida, no Caso B a TER surgiu como uma forma de recuperação de um património familiar recebido por herança e foi financiada exclusivamente com capitais próprios. À data do estudo a TER possuía uma taxa de ocupação média de 10%. Neste caso o peso da interioridade é sentido de tal forma que o empresário refere que “não voltaria a escolher esta localização”



para o desenvolvimento da sua atividade. O empresário considera ainda que “a relação existente com a comunidade é pouca ou nenhuma.”

**Tabela 1:** Resumo dos dados das entrevistas

Fatores	TER Janeiro de Cima (Caso A)	TER Escalos de Baixo (Caso B)
<b>Pessoais</b>	- Licenciatura em Planeamento Regional - Experiencia na área do turismo	- Formação em Gestão imobiliária - Experiencia na área financeira, imobiliária e hoteleira
<b>Caracterização do Negócio</b>	- Casa de Campo - Obteve Financiamento Publico - 19 Dormidas - Taxa de Ocupação Média 45% - Promoção é realizada, essencialmente, através do Programa das Aldeias de Xisto	- Turismo de Habitação - Investimento próprio - 24 Dormidas - Taxa de Ocupação Média 10% - Não é realizada qualquer tipo de divulgação/promoção
<b>Utilização do Capital Rural</b>	- Existe interesse por parte dos turistas - Realiza atividades no âmbito da cultura rural	- Existe interesse por parte dos turistas - Referem pontos de interesse a visitar na região
<b>Políticas Públicas</b>	- Programa das Aldeias de Xisto - Ajudou a desenvolver e promover o negócio	Não está inserido em nenhum programa de apoio ao desenvolvimento do território

Fonte: Elaboração própria com base nas entrevistas

### 3.2. Perceção e atitudes da comunidade em relação as TER

Foram realizados vinte inquéritos à comunidade de Janeiro de Cima e treze à comunidade de Escalos de Baixo. Os principais resultados apresentam-se nas tabelas que se seguem (Tabelas 2,3,4 e 5).

**Tabela 2:** Perceção dos residentes acerca dos efeitos positivos desencadeados pelos empreendimentos TER

	Caso A	Caso B
<b>Contacto com os turistas</b>	Frequentemente (40%) e às vezes (50%) <u>Contacto positivo (90%):</u> conhecer novas culturas e dar a conhecer a sua	Raramente (53,8%) <u>Contacto positivo (54%):</u> os turistas são “boas pessoas”
<b>Qualidade do TER</b>	Bom (45%) e Excelente (55%)	Satisfatório (7,7%) e Bom (92,3%)
<b>Contributo do TER para o desenvolvimento da Comunidade</b>	Positivo (95%) <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criou dinamismo na aldeia</li> <li>• Ajudou no desenvolvimento do comércio local</li> <li>• Criou postos de trabalho</li> </ul>	Indiferente (23,1%) ou Não sabe (46,1%)
<b>Contributo do TER para um benefício pessoal</b>	Sim (60%):	Não (85%)

Fonte: Elaboração própria com base nos inquéritos

**Tabela 3:** Perceção dos residentes acerca dos efeitos positivos desencadeados pelos empreendimentos TER

Na comunidade os empreendimentos TER contribuem para:	Caso A		Caso B	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
O desenvolvimento de novos serviços: transporte, comunicações, animação que servem os residentes.	4,2	0,43	2,23	0,44
A criação de emprego a nível local	3,6	0,96	3,46	0,78
A melhoria das condições económicas dos residentes	3,95	0,76	2,92	0,86
O investimento em atividades económicas locais	4,2	0,43	2,69	0,85
O desenvolvimento do turismo de forma ordenada	4,2	0,65	3,38	0,65
A dinamização de iniciativas culturais	4,45	0,51	3,08	0,76
O mantimento dos costumes e tradições locais	4,5	0,51	3,23	0,44
O apoio a artesanato e aos ofícios tradicionais	4,25	0,57	3,08	0,49
A recuperação do património histórico	4,4	0,51	3,23	0,44
A conservação e melhoria das zonas ambientais/verdes	4,35	0,49	3,46	0,52
A melhoria da imagem/aparência da comunidade	4,45	0,51	3,85	0,38
Considero que o turismo traz mais benefícios que custos à região	4,45	0,51	3,93	0,27

Legenda: 1 – Discordo Totalmente; 2 – Discordo; 3 – Não concordo nem discordo; 4 – Concordo; 5 – Concordo Totalmente

Fonte: Elaboração Própria com base nos inquéritos

**Tabela 4:** Perceção dos residentes acerca dos efeitos negativos desencadeados pelos empreendimentos TER

Na comunidade os empreendimentos TER contribuem para:	Caso A		Caso B	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
O aumento do custo de vida local	2,5	0,78	2,27	0,47
Beneficiar economicamente um pequeno número de pessoas	2,35	0,77	2,18	0,4
Aumentar as despesas públicas a nível local	2,5	0,69	2,27	0,47
Um pior funcionamento dos serviços locais	1,9	0,42	2,27	0,47
A exploração e alteração dos costumes e tradições locais	1,75	0,43	2,27	0,47
Acentuar as diferenças entre ricos e pobres	2,05	0,34	2,27	0,47
Aumentar a poluição	1,9	0,32	2,18	0,4
Aumentar da criminalidade	1,9	0,32	2,18	0,4
Danificar a vida animal e vegetal	1,9	0,32	2,18	0,4

Legenda: 1 – Discordo Totalmente; 2 – Discordo; 3 – Não concordo nem discordo; 4 – Concordo; 5 – Concordo Totalmente  
Fonte: Elaboração Própria com base nos inquéritos

**Tabela 5:** Perceção geral acerca dos empreendimentos TER e a sua concordância/apoio ao desenvolvimento de mais empreendimentos TER

	Caso A	Caso B
	Média	Media
O impacto geral dos empreendimentos de TER na minha comunidade é positivo	4,45	3,77
Sinto-me satisfeito por ter na minha comunidade empreendimentos TER	4,55	3,92
Mais empreendimentos de TER poderão ajudar a comunidade a desenvolver-se	4,7	3,92
Gostaria de colaborar com os empreendimentos de TER com vista ao desenvolvimento da atividade turística da comunidade	4,35	3,62

Legenda: 1 – Discordo Totalmente; 2 – Discordo; 3 – Não concordo nem discordo; 4 – Concordo; 5 – Concordo Totalmente

Fonte: Elaboração Própria com base nos inquéritos

Os resultados mostram que, em geral, os residentes consideram que a atividade turística tem mais impactos positivos que negativos na sua comunidade. Em termos comparativos, constata-se que o envolvimento e a satisfação da comunidade com o TER é substancialmente

maior no caso A. No Caso B verifica-se uma maior indiferença relativamente ao turismo realizado na sua Aldeia, que é também o caso onde se encontra a TER com menor taxa de ocupação.

#### 4. CONCLUSÕES

O presente estudo mostra que o impacto das unidades TER nas comunidades onde se inserem pode ser diferenciado, sugerindo que a ligação com a comunidade contribui para um (a) (percepção de) maior impacto. Os resultados evidenciam também uma relação entre esta ligação e o sucesso da TER. Nas diferenças de envolvimento da comunidade, três fatores parecem ter sido particularmente relevantes: i) as características e motivações do empreendedor, ii) a sua relação com a comunidade e a integração desta na oferta da unidade TER e ii) o efeito das políticas públicas. Assim, futuras investigações deverão verificar as seguintes proposições decorrentes deste estudo: Proposição 1- Quanto maior a ligação empresários e das unidades TER à comunidade mais aqueles potenciam o capital rural do território. Proposição 2- As políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento das comunidades locais e que contam com o seu envolvimento, afetam positivamente o desenvolvimento dos negócios TER. Mas, mais que dar respostas definitivas os resultados levantam novas questões: Será que o envolvimento da Comunidade é um fator fulcral para o desenvolvimento das TER ou, pelo contrário será uma maior dinâmica do TER que proporciona um maior envolvimento da comunidade? Para além disso, este estudo não inclui a perspetiva dos turistas. A percepção e a relação dos turistas com as comunidades onde se localizam as unidades TER será fundamental para compreender qual a importância desta relação para a satisfação do visitante com a experiência turística e, como tal, constituiu também uma linha para futuras investigações.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bramwell, B. & Lane, B. (1993). Sustainable tourism: an evolving global approach. *Journal of Sustainable Tourism* 1 (1), pp. 1-5.
- Butler, R. (1999b). Sustainable tourism: a state-of-the-art review. *Tourism Geographies*, 1(1), pp. 7-25.
- Chuang, Shu-Tzu (2013). Residents' attitudes toward rural tourism in Taiwan: a comparative viewpoint. *International Journal of Tourism Research*. 15 (2). 152-170. DOI: 10.1002/jtr.1861

- Eimermann, M. (2016). Two sides of the same coin: Dutch rural tourism entrepreneurs and countryside capital in Sweden. *Rural Society*, 11 May, 1-19. DOI: 10.1080/10371656.2016.1152033
- Hawkes, S. & Williams, P. (1993) *The greening of tourism: from principles to practice*. Burnaby, British Columbia: Simon Fraser University Press.
- Hyttia, N.; Kola, J. (2013). Tourism policy as a tool for rural development. *Applied Economic Perspectives and Policy*, 35(4), pp. 708-730.
- Kastenholz, E., Carneiro, M. J., Eusébio, C., & Figueiredo, E. (2013). Host-guest relationships in rural tourism: evidence from two Portuguese villages. *Anatolia*, 24(3), pp. 367-380.
- Lane B., (1991) "Will rural tourism succeed? In S. Hardy, T. Hart and T. Shaw (eds) *The Role of Tourism in the Urban and Regional Economy* London: Regional Studies Association, pp.34-39).
- Lane, B. (1994b). Sustainable rural tourism strategies: A tool for development and conservation. *Journal of Sustainable Tourism*, 2(1), pp. 102-111.
- Nicely, A., Sydnor, S.(2015). Rural tourism development, *Journal of Travel Research*; 54(6), pp. 717-729.
- Pato, M. L. J. (2012). *As dinâmicas do turismo no espaço rural (TER) – Implicações em termos de desenvolvimento rural*, Unpublished PhD thesis, Aveiro, University of Aveiro.
- Sanagustin Fons, M.V., Mosene Fierro, J. A., Gomez y Patino, M. (2011). Rural tourism: a sustainable alternative. *Applied Energy* 88(2), pp. 551-557. DOI: 10.1016/j.apenergy.2010.08.031.
- Silva, L. (2006). Os impactos do turismo em espaço rural. *Antropologia Portuguesa*, 22/23. Pp-295-317, disponível em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/node/106201?hdl=29332>
- Yin, R. (1994). *Case study research: design and methods*. 2ª Ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

## A quinta de recreio enquanto polo de desenvolvimento rural – casos dos arredores Lisboa (séculos XVI a XIX)

Inês Pires Fernandes

Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design – FA.ULisboa  
inespfernandes@gmail.com

Amílcar Pires

Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design – FA.ULisboa  
ampires@sapo.pt

### RESUMO

Em território rural, a fixação de populações está inerente à existência de áreas de interesse para exploração agrícola, pecuária e outros recursos naturais. Em Portugal verifica-se o desenvolvimento de lugares/aldeias em torno de estruturas arquitetónicas complexas – Quintas de Recreio. Estas serão tomadas como objeto de estudo, pretendendo-se a compreensão do seu papel formal, económico e social no desenvolvimento de aglomerados no seu entorno. Metodologicamente, a Quinta de Recreio é contextualizada a nível arquitetónico, tipológico e histórico. A análise arquitetónica, formal e cronológica de três objetos em particular, na área rural envolvente à capital, demonstra o seu papel fulcral no desenvolvimento de aglomerados urbanos. A sua implantação e atividade agrícola garantem a empregabilidade de populações que nela ou na sua proximidade se fixam. Esta tipologia afirma-se, deste modo, em territórios rurais e inexplorados, como polo propulsor de economia e de vida local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Quinta de Recreio, Desenvolvimento Rural, Património Arquitetónico Rural.

### 1. INTRODUÇÃO - A QUINTA DE RECREIO EM PORTUGAL

A Quinta de Recreio é uma tipologia residencial de carácter nobre e erudito, implantada em território suburbano ou rural. Despoleta em Portugal a partir do século XV, sob influência direta das *villas suburbanas* do Renascimento Italiano. Com a crescente cultura Humanista, ocorre o desenvolvimento do poder, da extensão e da densidade das cidades que, tanto em Itália como em Portugal, faz nascer o conceito de *villegiatura* - aproveitamento das qualidades regeneradoras do campo e suas atividades relacionadas como modo de fuga temporária ao ritmo citadino. Começam então a surgir, nas cinturas rurais das grandes cidades, *villas* (Itália) e Quintas de Recreio (Portugal), refletoras do gosto e da cultura contemporâneos, bem como dos estatutos económico e político-social dos seus proprietários.

Associada à sua função principal, a Quinta de Recreio é composta por um núcleo residencial, pautado por um desenho e elementos arquitetónicos eruditos, bem como por estruturas de recreio que permitem o usufruto do espaço envolvente. A sua localização em território rural permite, por outro lado, a exploração agrícola do mesmo, de forma à rentabilização económica da propriedade. Esta vertente origina estruturas arquitetónicas de apoio associadas a campos de cultivo, pomares, vinhas ou olivais.

**Tabela 1:** Estruturas que compõem a Quinta de Recreio

Estruturas	Carácter		
	Residencial	Recreio	Agrícola
<b>Arquitetónicas</b>	Casa do proprietário	Capelas, mirantes, passeios, pégulas	Celeiros, armazéns, adegas, lagares, moinhos
<b>Paisagísticas</b>		Jardim de buxo, labirintos, mata, pomares, latadas	Campos agrícolas, vinhas, pomares, olivais, cearas
<b>Hidráulicas</b>		Espelhos de água, casas de fresco, grutas, cascatas	Aquedutos, sistema de rega por gravidade, tanques, reservatórios

Fonte: Dados dos autores.

Apesar da dispersão da tipologia no sul do território nacional, nas zonas periféricas às cidades mais frequentadas pela corte portuguesa durante os séculos XVI e XVII – Lisboa, Coimbra e Évora -, será, para este artigo, considerada como área de estudo, a região periférica à capital.

É, compreensivelmente, no entorno de Lisboa que surgem mais exemplares desta tipologia. Esta distribui-se, num primeiro período, na cintura rural próxima do centro cosmopolita – Benfica, Lumiar, Belém – estendendo-se, entre os séculos XVI e XVIII, para zonas rurais mais afastadas – Loures, Sintra, Vila Franca de Xira. Dissemina-se, igualmente, para a margem sul do Tejo, nomeadamente para Azeitão e região associada à paisagem da Arrábida.

Os edifícios de Quinta de Recreio atualmente incorporados na malha urbana da capital sofreram, com o crescimento urbano, uma amputação dos seus terrenos, restando deles apenas o edifício principal e as estruturas envolventes próximas. Esta situação dificulta a compreensão da sua estrutura original, bem como o seu papel na evolução urbana nas suas redondezas.

Deste modo, serão considerados, para este artigo, objetos arquitectónicos que mantenham a sua estrutura e extensão próximas das originais, ou seja, consequentemente fora da malha urbana da capital.

## 2. METODOLOGIA E OBJETIVOS

Pretende-se com este artigo, compreender o papel da implantação da Quinta de Recreio no desenvolvimento do aglomerado urbano no seu entorno. Para tal, para além da definição da

tipologia e referências à sua origem e desenvolvimento em território nacional, serão considerados três objetos de estudo. Estes são casos em que não só ocorreu desenvolvimento de um aglomerado urbano em seu redor, como este adotou a nomenclatura da própria quinta. Serão elaboradas, para cada caso, uma análise formal e arquitetónica do edifício principal, bem como do aglomerado urbano posterior, assente em plantas; permitindo a compreensão do papel da casa principal e de elementos secundários – capela, pátio de entrada, etc. – na dinamização e formalização da povoação. Para esta análise serão consideradas fontes de informação bibliográfica de referência, tanto a nível histórico, que permitam a compreensão do edificado da quinta e do aglomerado ao longo dos séculos; bem como fontes bibliográficas de referência relativamente à temática em estudo: a Quinta de Recreio (Caldas, 1998; Carita, 1998; Pires, 2013).

Para a análise formal e arquitetónica do edificado e do aglomerado serão tomadas como base elementos cartográficos existentes nos inventários do património - DGPC, SIPA -, bem como fotografias aéreas atuais (*Bing Maps, Google Earth*).

### **3. RESULTADOS – A QUINTA DE RECREIO ENQUANTO POLO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

Implantadas em zonas rurais e completamente alheias de qualquer influência urbana direta na sua formalização, as Quintas de Recreio revelam-se, à data da sua origem, como “ilhas” relativamente a toda a sua envolvente inexplorada. Nestas propriedades estaria concentrado o poder económico de toda a região envolvente. Dada a ruralidade e despovoamento destas regiões, a Quinta de Recreio e a sua intensa atividade agrícola, pecuária ou de exploração de recursos naturais concentram em si uma forte taxa de empregabilidade. Esta situação reflete-se na fixação temporária ou definitiva de populações. Enquanto algumas Quintas de Recreio possuem no seu interior habitações para o pessoal de serviço, em outros casos a população trabalhadora fixa-se em modestas habitações fora do seu perímetro, dando assim origem a aglomerados de habitantes locais ou provenientes das mais diversas regiões do país especialmente para trabalhar na propriedade.

Reside no palácio [de Pintéus] José Vaz de Carvalho [...], que se empenhou na valorização agrícola da quinta, promovendo a fixação de casais de camponeses provenientes das suas propriedades no Fundão, dando conseqüentemente origem à aldeia de Pintéus (DGEMN, 2011, Quinta de Pintéus / Palácio de Pintéus)

Estes aglomerados que se geram no entorno das Quintas de Recreio refletem, muitas vezes, na sua toponímia, o nome da propriedade que lhe deu origem. É o caso das povoações

de Manique de Baixo, Cascais (Qta. de Manique); Pintéus, Loures (Qta. de Pintéus) e À-da-Rainha, Torres Vedras (Qta. da Rainha). Outros casos existem, no entanto, em que o aglomerado de trabalhadores deu origem a uma povoação com nome distinto - a Quinta da Abelheira, cuja exploração deu origem à povoação do Zambujal; ou a Quinta dos Condes de Valadares, origem da povoação de À-dos-Calvos, ambas no concelho de Loures.



**Figura 1:** Planta esquemática da Quinta de Manique, Cascais. Planta da autora.

**Figura 2:** Planta esquemática da Quinta de Pintéus, Loures. Planta da autora.

**Figura 3:** Planta esquemática da Quinta da Rainha, Torres Vedras. Planta da autora.

Considerando a extensão da quinta, as novas habitações concentram-se, habitualmente, nas proximidades da casa do proprietário, de modo excêntrico aos campos agrícolas. A casa principal passa a ocupar uma posição extrema relativamente à população que se gera (Qta. da Rainha, Qta. dos Condes de Valadares); nuclear, nos casos em que o aglomerado se desenvolve em torno do Palácio (Qta. de Pintéus); ou ainda ligeiramente afastada, quando as condições geográficas do terreno assim o exigem (Qta. de Manique, Qta. da Abelheira).

A casa principal da Quinta de Recreio torna-se, assim, um marco de poder sobre a terra e um polo fixador de populações. Este edifício, ao contrário dos mais modestos que se lhe seguem, não tem, por norma, acesso direto pela via de acesso. A entrada na propriedade faz-se por um pátio que antecede a casa principal e lhe confere intimidade perante a rua.

Além da garantia de trabalho e de morada, a Quinta de Recreio mostra-se uma entidade dinâmica e adaptada às populações que gera. A capela é uma estrutura que se evidencia no papel de serviço às populações. A sua posição é, nestes casos, lateral à casa (Quinta de Manique) ou mesmo individualizada desta (Qta. de Pintéus). O seu acesso é independente do acesso à



habitação e faz-se através do pátio de entrada (Qta. da Abelheira) ou mesmo pelo exterior da propriedade, através de um largo ou via de acesso (Qta. da Rainha, Qta. de Manique). Esta situação permite o usufruto do espaço pela população sem que, no entanto, interfira com o funcionamento e privacidade da casa.

Em qualquer dos casos analisados, a capela é independente do edifício residencial da Quinta, mesmo que, no caso da Quinta de Manique, se encontre adjacente a ele. Torna-se num elemento marcante perante a via de acesso. É através desta via, que culmina na capela da quinta, que inicialmente se estrutura, de modo longitudinal, o novo aglomerado urbano. Com o decorrer do tempo, este estende-se para o interior, afastando-se da via de acesso principal.



**Figura 4:** Eixo de acesso e capela – Qta. de Manique, Cascais. (DGEMN, 2011, Casa da Quinta de Manique)



**Figura 5:** Eixo de acesso e capela - Qta. de Pintéus, Loures. (DGEMN, 2006, Quinta de Pintéus)



**Figura 6:** Eixo de acesso e capela - Qta da Rainha, Torres Vedras. Fotografia da autora

O edifício principal da Quinta e respetiva capela, elementos verticais estruturantes do espaço urbano, apesar da densificação de edificado no seu entorno, nunca perdem a sua posição dominante, mantendo, em qualquer dos casos, um espaço vazio que os antecede e lhes garante o estatuto adquirido e monumentalidade perante a envolvente.

#### 4. CONCLUSÕES

O papel da Quinta de Recreio enquanto polo gerador de aglomerados urbanos é, atualmente, mais perceptível em zonas rurais, uma vez que, nessas situações, a quinta pode manter ainda alguma atividade agrícola (nomeadamente vinícola) e os seus terrenos mantêm a sua extensão, acentuando o papel do edifício principal e capela na estruturação da povoação. Além dos casos analisados, em que a influência da Quinta na fixação e formalização do edificado urbano é levado ao extremo - a nova povoação adquire a toponímia da propriedade – existem outros casos em que é identificável a influência do edifício residencial no desenvolvimento de um aglomerado mas que este adquire uma outra toponímia.

Em concelhos mais rurais – Alenquer, Torres Vedras – é comum, dada a densidade de quintas agrícolas e de recreio em associação, o desenvolvimento de aglomerados urbanos na área de influência de mais do que uma propriedade, geralmente, ao longo de uma via de acesso

comum. É o caso das aldeias de Dois Portos e Turcifal, ambas no concelho de Torres Vedras.

Em contextos urbanos, é comum, subsistir apenas o edifício principal do que outrora fora uma Quinta de Recreio. Os seus terrenos foram amputados pelos loteamentos urbanos e todo o conjunto descaracterizado. A memória da Quinta de Recreio mantém-se, no entanto, na toponímia de alguns bairros da capital e sua envolvente como por exemplo no caso da Quinta das Laranjeiras (Lisboa) ou da Quinta da Piedade (Vila Franca de Xira).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Caldas, J. (1998). *A casa rural nos arredores de Lisboa no século XVIII*. Porto: FAUP.
- Carita, H. (1998). *Tratado da grandeza dos jardins em Portugal*. Lisboa: Bertrand.
- DGEMN. (2011, 1996). *Casa da Qta. de Manique*. Retrieved 13 junho 2016, from [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=4027](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4027).
- DGEMN. (2011). *Quinta de Pintéus/Palácio de Pintéus*. Retrieved 13 junho 2016, from [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3167](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3167)
- Pires, A. (2013). *A Quinta de Recreio em Portugal – vilegiatura, lugar e arquitectura*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Varanda, F. (2009). *Terra e casas do Oeste*. Lisboa: Argumentum

## THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA

---

Demographic changes, employment and migration | Mudanças  
demográficas, emprego e migrações

## Os territórios rurais dos trabalhadores migrantes e o impacto da mecanização do processo de trabalho

Marilda Aparecida de Menezes  
Universidade Federal do ABC  
menezesmarilda@gmail.com  
Maciel Cover  
Universidade Federal do Tocantins  
macielcover@gmail.com

### RESUMO

A mecanização do corte de cana em usinas do Estado de São Paulo se intensificou a partir de 2010, resultando em queda significativa do emprego. Uma colheitadeira substitui em média 80 cortadores de cana. Este paper tem como objetivo analisar os impactos da redução do emprego sobre os territórios dos trabalhadores migrantes que são, na sua maioria, de áreas rurais da região Nordeste do Brasil. Considerando que os municípios onde residem têm poucas oportunidades de emprego, eles precisam se empregar em outros setores econômicos como construção civil, venda de roupas e outras. A pesquisa foi realizada na micro-região do Sertão da Paraíba com famílias em que os homens migraram para trabalhos temporários no período de 2011 a 2015. Neste texto está fundamentado em entrevistas semi-estruturadas, observação direta e dados quantitativos coletados por outras fontes.

**KEYWORDS:** Migração, trabalhadores Rurais, relações de trabalho, usinas.

### 1. INTRODUÇÃO

Nossa proposta é analisar os impactos da mecanização do corte de cana nas usinas do Estado de São Paulo sobre as relações de trabalho. O corte de cana manual nas usinas de São Paulo tem sido realizado, principalmente, por trabalhadores migrantes provenientes de áreas rurais da região nordeste do Brasil e do norte do Estado de Minas Gerais. São homens jovens, com idade entre 18 e 30 anos, solteiros ou casados, com baixa escolaridade (Novaes, 2009). Partem de suas localidades todos os anos no período da safra entre abril-maio e novembro-dezembro, deixando esposas, filhos, mães, pais e irmãos. Embora seja uma migração temporária, ela tende a ser permanentemente temporária (Silva, 1999; Menezes, Silva & Cover, 2012), pois eles migram todos os anos. A renda ganha no corte de cana é para suprir tanto as necessidades dos trabalhadores durante o período em que residem em alojamentos da própria usina ou em casas alugadas quanto enviar dinheiro para a família que fica nas áreas rurais da região Nordeste do Brasil. O sistema de pagamento é por produção, os trabalhadores migrantes se empenham até ao máximo de sua energia para conseguir cortar em média de 10 a 12 toneladas por dia, alcançando, assim, salários maiores. Embora seja um trabalho de intenso desgaste do corpo e saúde dos trabalhadores, tem sido uma atividade que lhes permite ganhar uma renda e manter a família morando nas localidades rurais (Cover, 2015; Silva, 2011, Menezes, 2002).

Esse cenário está se transformando de modo acelerado, com o processo de mecanização da colheita da cana. A colheita mecanizada da cana-de-açúcar atravessou diferentes fases no estado de São Paulo. Na década de 1980, a mecanização, especialmente no preparo do solo e plantio, foi acelerada como uma forma de responder às greves no setor (ALVES, 2009). Na década de 2000, outros fatores favoreceram a compra de colheitadeiras, como câmbio favorável para a compra de máquinas, o apelo social e governamental para a redução do número de queimadas e, também, a pressão de sindicatos de trabalhadores rurais e do Ministério Público do Trabalho para o fim das condições degradantes do trabalho nos canaviais. Este texto está fundamentado em entrevistas realizadas no período de 2008 a 2014, com trabalhadores migrantes da região do Sertão do Estado da Paraíba, Nordeste do Brasil, que migram todos os anos para o corte de cana em usinas do Estado de São Paulo. Também, utilizamos dados quantitativos coletados por outros pesquisadores e por organizações representativas do setor canavieiro.

## 2. RESULTADOS DA PESQUISA

No Estado de São Paulo, em 2007 o protocolo firmado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento e a União da Indústria de Cana de açúcar – UNICA, denominado de *Protocolo Agroindustrial*, já previa a antecipação do fim das queimadas para 2014 (áreas mecanizáveis) e para 2017 em áreas não mecanizáveis. Dessa forma, após o ano de 2014, as usinas podem queimar apenas 20% de suas áreas. Conforme dados do projeto CANASAT (INPE, 2012), podemos observar que a área de colheita de cana crua cresceu, de 2006 a 2011, em uma taxa de 183,84%, ao passo que a área de colheita de cana queimada decresceu em 21,65%.

Uma colheitadeira substitui em média 80 homens. Segundo a UNICA (União das Indústrias da Cana de açúcar) e o IEA (Instituto de Economia Agrícola), em 2013, 85% da colheita de cana já é realizada por meio de máquinas. Com a mecanização da cana, há uma diminuição na contratação de trabalhadores, conforme mostra os dados a seguir:

**Quadro 1:** Número médio mensal de pessoas ocupadas nas categorias profissionais sucroalcooleiras, 2011 a 2013, Estado de São Paulo

Atividade/Ano	2011	2012	2013	2014
Trabalhadores Canavieiros	126.538	112.268	94.425	73.271
Total Ocupação Sucroalcooleira	298.785	299.148	289.488	264.157

Fonte: MTE (2015).

Nota-se que, no período de 2011 a 2014, há um decréscimo anual da média mensal de pessoas ocupadas no setor sucroalcooleiro. A atividade que mais tem fechado postos de trabalho é a colheita manual, como também podemos observar no quadro a seguir.

**Quadro 2:** Número médio de pessoas ocupadas em diferentes agrupamentos profissionais sucroalcooleiros, Estado de São Paulo (Brasil), 2013 e 2014

Categorias Profissionais	Pessoas Ocupadas		Variação	
	2013	2014	Absoluta	Porcentual
1 - Pessoas na Agricultura	145.347	124.256	-21.091	-14,5
1.1 - Trabalhadores Canavieiros				
idem	94.425	73.271	-21.154	-22,4
1.2 - Pessoas na Mecanização	42.547	42.312	-235	-0,6
1.3 - Outras Agrícolas	8.375	8.673	298	3,6
2 - Pessoas na Indústria	47.407	45.921	-1.486	-3,1
3 - Pessoas no Administrativo	91.110	91.056	-54	-0,1
4 - Pessoas não Sucroalcooleiras	5.620	2.923	-2.697	-48,0
Total	289.484	264.157	-25.327	-8,7

Fonte: MTE, 2015 in: Baccarin et.al. (2015).

Em relação ao ano de 2014, podemos observar que houve redução de postos de trabalho em praticamente todas as atividades do setor sucroalcooleiro. O destaque está entre os trabalhadores canavieiros, que são os contratados para o corte manual de cana de açúcar. Houve diminuição de 22,4%. Os “não sucroalcooleiros” que são trabalhados em atividades diversas da usina como cozinha, vigilância, gestão dos alojamentos, diminuiu 48%.

Além da redução do número de trabalhadores contratados, a introdução das colheitadeiras altera as condições de trabalho. A mecanização da colheita é viável para os terrenos planos. Nos terrenos irregulares, com declive, em que a produtividade do trabalho é menor, torna-se necessário o corte manual. Além disso, os trabalhadores manuais ficam com as piores variedades de cana. Ambos os fatores resultam em menores salários ao final do mês.

Temos que reconhecer que a mecanização da colheita de cana é um processo irreversível e é bom que as máquinas “libertem” o trabalho de uma condição tão degradante como é o corte de cana. Mas, é necessário colocar a questão sobre os rumos dos trabalhadores que tinham na colheita de cana uma estratégia de reprodução de seu grupo familiar em áreas rurais e pequenos municípios.

A mecanização reduz significativamente o número de trabalhadores manuais no corte de cana, no entanto, gera emprego para outras atividades como maquinista das colheitadeiras, mecânicos e outras. Os que operam a máquina estão livres das condições insalubres do corte manual, como trabalhar no campo, a céu aberto, e em contato direto com o sol forte, cana queimada e fuligem. Ao livrar-se do facão, o trabalhador se livraria, igualmente, dos movimentos contínuos e acelerados que o corte manual demanda, evitando, assim, a exaustão e o desgaste físico, o qual é transferido para o desgaste do maquinário. Do mesmo modo, haveria também uma diminuição do envelhecimento precoce e das várias formas de doenças, como dores de coluna, acidentes de trabalho causado pelo uso do facão.

A pesquisa realizada pela enfermeira Fernanda Ludmilla Rossi Rocha (2007) na região de Ribeirão Preto, revela que os trabalhadores que operam as máquinas também vivenciam situação de vulnerabilidade. A maior incidência de adoecimentos está relacionada, “as cargas psíquicas decorrentes do trabalho, já que sua atividade exige demasiado esforço mental” (Rocha, 2007: p. 111), sobretudo, devido ao alto grau de atenção e concentração constante que o trabalho exige e que predispõe os operadores à distúrbios psicológicos, além de contribuir para acidentes de trabalho, a exemplo de tombamentos, ocasionados em razão da diminuição da atenção e concentração do trabalhador (Rocha, 2007).

Além disso, dificilmente o número dos novos postos de trabalho será suficiente para alocação dos que foram desempregados, como nos explica Pedro Ramos:

Os empregos diretos, mantidos e/ou gerados por essa ocupação qualificada na lavoura, mais os que estão sendo criados pela constituição de novas usinas e destilarias, dificilmente serão suficientes para compensar a menor utilização de trabalho na lavoura canavieira em decorrência daquela mecanização, mesmo em face dos ritmos estimados de crescimentos das produções envolvidas (cana, açúcar e álcool). (Ramos, 2008: p. 323)

Assim, o maior impacto do processo de mecanização é a redução do emprego dos trabalhadores migrantes que são cortadores de cana,

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A queda do emprego no corte de cana afeta a migração temporária de jovens trabalhadores. Os impactos da mecanização do corte de cana não afetam apenas os trabalhadores migrantes, mas atingem, também, as condições de reprodução social das famílias e a dinâmica econômica dos pequenos municípios de onde partem os migrantes. As possibilidades de sobrevivência nas localidades rurais são restritas. As opções são o cultivo de culturas alimentares nos pequenos pedaços de terra combinadas com trabalhos informais como

ajudante de pedreiro, pequeno comércio local, inserção em rotas de economia informal de venda de roupas e panelas na região Norte do país e o apoio de algumas políticas públicas como o Bolsa Família (Menezes, 1985; Cover, 2015).

Os jovens enfrentam a ausência de oportunidade de trabalho nas proximidades de seus locais de moradia e continuam utilizando como a migração como estratégia de trabalho e vida, assim como seus pais e avós. Considerando a baixa escolaridade, em média têm o ensino fundamental, eles apenas conseguem inserção em atividades laborais que não exigem qualificação profissional ou formação escolar.

Aqui emerge uma questão que é constituinte das condições históricas de reprodução do campesinato na região, o acesso à terra e necessidade de políticas públicas para a agricultura familiar. A grande maioria não tem terra, trabalhavam na condição de morador ou tem uma pequena propriedade em geral insuficiente para toda a família trabalhar e viver. Alguns autores como Alves (2009) defendem propostas de políticas que compensem a eliminação de postos de trabalho ocasionados pela mecanização no estado de São Paulo, como a política de reforma agrária tanto nas regiões de origem dos trabalhadores migrantes quanto na região canavieira de São Paulo. Essa seria uma possibilidade de alterar estruturalmente as condições de reprodução das famílias camponesas da região Nordeste do Brasil, no entanto, as possibilidades são raras no atual cenário político no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, F. (2009). Políticas Públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua: indo direto ao ponto. *RURIS I* Volume 3, nº1. Campinas/SP.
- Baccarin, J. G. et al. (2015). Formulação e repercussão social do Boletim Mensal de Ocupação Sucroalcooleira do Centro-Sul do Brasil. *Rev. Ciênc. Ext.* v.11, n.3, p. 73-93.
- Cover, M. (2015) "'Andar pelo Mundo: e'Morar no Sítio': Migração, trabalho e territorialidade de famílias de agricultores do sertão paraibano". Campina Grande. UFCG (Tese de Doutorado).
- Menezes, M.A., Silva, M. & Cover, M. (2012). Migrant Workers in Sugarcane Mills: A Study of Social Networks and Recruitment Intermediaries in Brazil. In *Agrarian South*. 2012
- Menezes, M. A. de (2002). Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dará/ João Pessoa: UFPB.
- Menezes, M. (1985). Da Paraíba para São Paulo, de São Paulo para a Paraíba: Migração, família e reprodução da força de trabalho. Dissertação de Mestrado. UFCG.
- Novaes, J. R. P. (2009). Trabalho nos canaviais: os jovens entre a enxada e o facão. *RURIS*, Volume 3, nº1.
- Ramos, P. (2008). O trabalho na lavoura canavieira paulista: evolução recente, situação atual e perspectivas. In Buainain, A. M. & Dedecca, C. S. (Coords.), *Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira*. Brasília: IICA.



- Rocha, F. L. (2007). A análise dos fatores de risco do corte manual e mecanizado da cana de açúcar no Brasil segundo referencial da promoção da saúde. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado).
- Silva, M. A. de M. (1999). *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Silva, M. S. (2011). Trabalhadores-migrantes nos canaviais paulistas: sociabilidade, trabalho e formas de resistência. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

## Filhos sim, filhos não: o declínio da fecundidade no Noroeste

Joana Nogueira  
ESA-IPVC / CETRAD - UTAD  
joananogueira@esa.ipvc.pt

### RESUMO

O noroeste de Portugal passou da alta fecundidade, até bem entrada a segunda metade do século XX, para valores atuais de muito baixa fecundidade. Esta mudança integra tendências demográficas conhecidas, associadas ao desenvolvimento económico e social, mas com variações de calendário, ritmo e intensidade entre países e regiões. Através do método comparativo, complementado com dados de inquérito por questionário, observa-se que a muito baixa fecundidade no noroeste é um fenómeno recente, que deverá prolongar-se no tempo, com efeitos adversos de envelhecimento demográfico e de intensificação do despovoamento rural. Os jovens desta região gostariam de ter mais filhos, mas não o fazem, o que nos alerta para a necessidade de mudanças, na economia e na sociedade, que vão para além da recuperação económica e potenciem a recuperação da fecundidade., nomeadamente uma maior igualdade de género e novas formas de conciliação trabalho-família.

**PALAVRAS-CHAVE:** fecundidade, estratégias familiares, demografia regional

### 1. INTRODUÇÃO

As mudanças que as regiões portuguesas foram evidenciando a nível demográfico dão conta de uma substancial diversidade inter-regional no território nacional. O estudo de Bandeira (1996) deixa-o bem patente, centrando a atenção nos processos típicos da primeira transição demográfica (redução da mortalidade, redução da natalidade/fecundidade e alteração do regime de nupcialidade para um modelo mais precoce, mais homogéneo e mais universal). O noroeste de Portugal é uma das regiões onde mais tardiamente se evidenciaram estas mudanças demográficas. A relativa juventude da região na atualidade, tantas vezes mencionada como vantagem comparativa para o desenvolvimento, deve-se em grande medida ao calendário tardio de adoção generalizada e eficaz do controlo voluntário da fecundidade. Em contraste com este padrão histórico, o noroeste evidencia nos últimos anos um nível de fecundidade inferior à média nacional. O declínio da fecundidade posiciona a região dentro do que se chamam internacionalmente as *lowest-low fertility rates* ( $ISF < 1,3$  filhos por mulher).

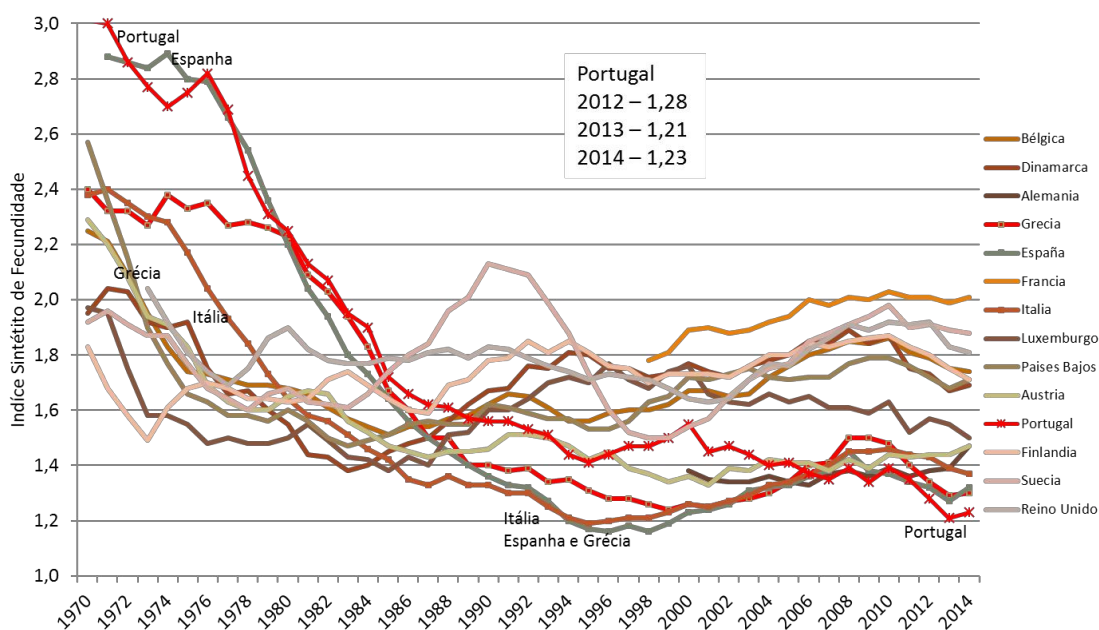
O objetivo desta comunicação é demonstrar que a muito baixa fecundidade no noroeste do país é um fenómeno estrutural, vinculado à alteração de comportamentos no processo de transição para a vida adulta. Aplicamos o método comparativo em distintas escalas – nacional, regional e intrarregional (rural-urbano) para mostrar o padrão de difusão espacial subjacente à mudança. Estes dados são complementados por informação obtida através de questionário, aplicado a indivíduos de

25-35 anos, no âmbito de uma pesquisa centrada na transição para a vida adulta nas NUTIII do Minho-Lima e do Cávado. Pretende-se alertar para a muito baixa fecundidade no noroeste enquanto fenómeno inesperado, mas real e estrutural, e com graves implicações, em particular para os territórios rurais, cuja dinâmica demográfica dependia de elevadas taxas de fecundidade, e que enfrentam elevadíssimos índices de envelhecimento e rápidos processos de despovoamento.

## **2. A MUITO BAIXA FECUNDIDADE NO SUL DA EUROPA: UM FENÓMENO INESPERADO**

A descida persistente do número de filhos por mulher, baseada num controlo voluntário dos nascimentos dentro do casamento, é uma manifestação da modernização das condutas, com um alcance a nível socioeconómico e cultural que se estende do século XIX aos nossos dias (Reher, 2013). Tal queda inscreve-se, numa primeira fase, numa adaptação dos comportamentos reprodutiva diminuição constante da mortalidade infantil. Numa etapa avançada, as mudanças desencadeadas pela primeira transição demográfica traduzem-se em mudanças na organização da vida e das famílias: mais investimento na educação dos filhos, menor tempo requerido às mulheres para a reprodução e uma vida mais longa para todos (Reher, 2013). É na sequência destas alterações que um modelo que se chegou a pensar como estável, entra novamente em transformação. As três últimas décadas do século XX correspondem a uma subsequente fase de mudança, com nova redução da fecundidade. As jovens adiam substancialmente o momento do nascimento do primeiro filho, num processo de prolongamento e transformação da transição para a vida adulta, a que convencionou chamar de segunda transição demográfica (Lesthaegue, 2010). As expectativas crescentes das mulheres quanto à sua própria realização, no plano profissional quer no plano pessoal, aliadas à capacidade acrescida de evitar nascimentos não planeados, são parte da explicação para, nos países mais desenvolvidos, se terem generalizado valores do ISF inferiores a 2,1.

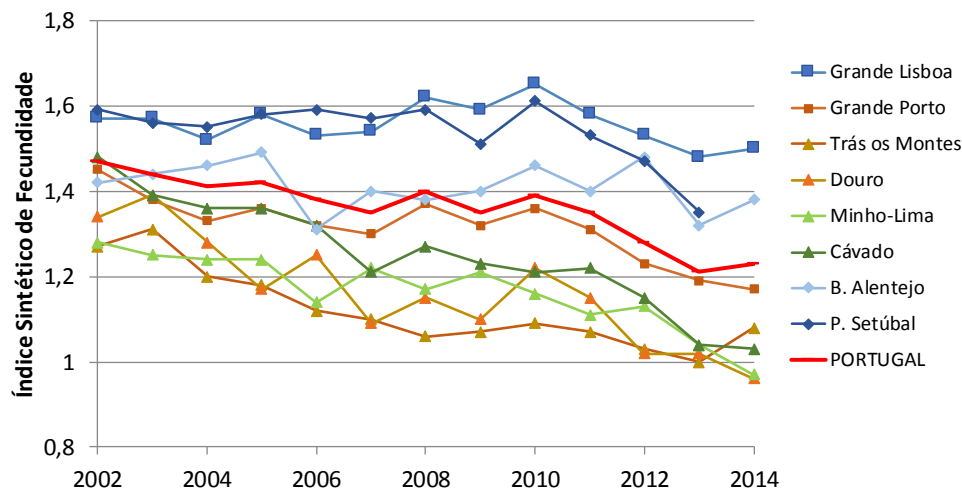
Embora tardiamente, a baixa fecundidade chegou aos países do sul da Europa onde, de forma imprevista, atingiu limiares ainda mais baixos do que os anteriormente registados no norte (Chesnay, 1996). A taxa de fecundidade caiu para valores inferiores a 1,3 filhos por mulher, primeiro em Espanha e Itália, e depois na Grécia (Billari, 2008). Portugal, que nos anos 1970 ainda apresentava um valor superior a 3 filhos por mulher (Figura 1), registou uma queda rápida nos anos 1970 e 1980, que se interrompeu nos anos 1990 (ao contrário do que aconteceu em Espanha). Mas no início da década de 2010, Portugal passa a ser mais um país de *lowest-low fecundity*, sendo mesmo na Europa dos 15 a nação com a mais baixa taxa de fecundidade nos últimos anos.



**Figura 1:** Índice Sintético de Fecundidade num conjunto de países europeus, 1970-2014 (Fonte: Eurostat)

Relativamente às regiões portuguesas observa-se uma inversão da posição relativa similar. O noroeste português, e particularmente a NUTIII do Cávado, partindo de um lugar cimeiro no que se refere à fecundidade, vê-a cair tardia, mas abruptamente, para os mais valores mais baixos jamais vistos à escala regional (Figura 2). Esta troca de posições é, também, algo inesperada, sendo histórico o excesso demográfico do Entre Douro e Minho, reconhecido como uma variável causal da forte emigração que sempre caracterizou esta região.

Interessa salientar que entre a primeira e a segunda transição demográfica há linhas de continuidade nas manifestações da heterogeneidade regional. Estudos mostram que as regiões mantêm atributos ao longo da história, relevantes para o calendário e ritmo da inovação social e económica contemporâneos (v.g. Bongaarts e Watkins, 1996; Duranton *et al*, 2009). Há indícios que nos levam a crer que a explicação para uma recorrente *ocorrência tardia* das mudanças está na maior intensidade regional dos sistemas familiares, por um lado, e numa organização social e espacial mais localista, por outro. Em ambos os casos, a difusão das mudanças parece ser refreada pela debilidade dos canais de interação social e comunicação mais amplos, e por um maior controlo social (Bongaarts e Watkins, 1996).



**Figura 2:** Evolução do Índice Sintético de Fecundidade nalgumas regiões do país, 1992-2014

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1990-2013, NUTIII de 2002; 2014 NUTIII de 2013

A perspetiva comparada e histórica pode-nos ajudar a entender diferenças na intensidade regional dos fenómenos. Uma vez desencadeada a difusão de um novo comportamento podemos, numa segunda fase, entender a *intensificação do efeito* por via do mesmo fator de inércia, agora dificultando a mobilização da *sociedade* no sentido de se adaptar e responder às novas necessidades. De forma inesperada, mas recorrente, os valores mais baixos de fecundidade têm sido registados em regiões onde mais se valoriza a família, os laços familiares e os sistemas de reciprocidade baseados no parentesco (Micheli, 2000). Sistemas familiares fortes e resilientes, em que *a família tende a assumir mais funções* (depositando menos confiança e/ou pressão em respostas sociais para as necessidades dos seus membros) e que tendem a ser mais *assimétricos entre gerações e entre géneros*. Nestes contextos regionais o investimento implicado em cada novo filho parece constituir principalmente para as mulheres, um esforço mais elevado e uma opção ainda mais dificilmente conciliável com objetivos mais individualistas e expressivos. Os mecanismos subjacentes a este novo modelo de planeamento familiar respondem à má conjuntura económica, mas vão para além disso. É de esperar, como já aconteceu noutras regiões, que os muito baixos níveis de fecundidade se mantenham para além de uma eventual recuperação económica.

### 3. NOVAS EXPECTATIVAS E NOVOS COMPORTAMENTOS FAMILIARES NO NOROESTE

Com base numa amostra de 211 indivíduos com idades entre os 25 e os 35 anos, provenientes de localidades diferenciadas na dimensão rural-urbano, foi possível caracterizar perfis (por análise de correspondências múltiplas) em função de variáveis do trajeto biográfico: transições de saída da escola, entrada no mercado de trabalho, saída de casa paterna, formação de casal e nascimento do primeiro filho. Verificou-se que esses perfis contrastantes se diferenciam essencialmente pela idade a que se verificam as transições, mas também na natureza das experiências vivenciadas. Há relação entre uma rápida transição para a vida adulta e a persistência de trajetos já anacrónicos (adolescentes que saem da casa paterna para viver em casa dos patrões, famílias múltiplas com os jovens casais a viver na casa paterna). Por oposição, o modelo de transição tardia revela já trajetos da segunda transição demográfica, nomeadamente: sair de casa por motivos de estudos, para viver só ou com colegas, formar de casal através de união de facto antes ou em substituição do casamento. Os distintos modelos de transição tendem a distribuir-se desigualmente entre as áreas de habitat rural, intermédio e urbano: a transição rápida para a vida adulta caracteriza o rural e os processos tardios são claramente urbanos. A forma como se constituem os casais é elucidativa deste processo de difusão desfasada dos novos comportamentos (Quadro 1).

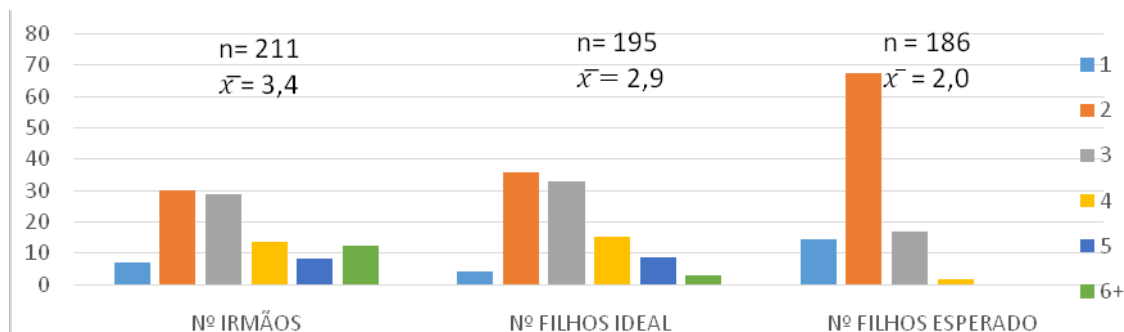
**Quadro 1:** Indivíduos de 25-35 anos de idade, que em 2008 já tinham formado casal, em função da forma como constituíram casal

TIPO DE CASAL	Total		Por tipo de hábitat		
	Nº	%	Urbano	Intermédio	Rural
UNIÃO DE FACTO	18	16,8	31,6	10,0	8,2
UNIÃO DE FACTO + CASAMENTO	10	9,3	18,4	5,0	4,1
CASAMENTO	79	73,8	50,0	85,0	87,8
TOTAL	107	100	100	100	100,0

Fonte: Inquérito por questionário, 2008. Dos 211 inquiridos apenas 107 já tinham formado casal.

No que se refere aos comportamentos reprodutivos e à fecundidade a informação do inquérito é mais limitada, porque muitos dos respondentes ainda não tiveram filhos. No entanto, é possível apresentar alguns dados que ilustram a intensidade da mudança entre gerações, e lançam alguma luz sobre os fatores causais (Figura 3). Um primeiro aspeto a salientar é a natureza estratégica, planeada e sopesada da decisão quanto ao número de filhos a ter, por oposição à geração anterior em que o planeamento familiar era débil e/ou ineficaz, como o comprova o número elevado de famílias numerosas. Por outro lado, a distribuição do número

de filhos esperado é manifestamente contrastante com a do número de filhos idealizado. A norma dos dois filhos passa a ser dominante nos planos dos adultos jovens.



**Figura 3:** Fecundidades: a da geração anterior, a idealizada e a esperada (Fonte: Inquérito por questionário, 2008)

A mudança no sentido da muito baixa fecundidade segue claramente um sentido urbano-rural. No espaço urbano 38% dos inquiridos pensa ficar por 0-1 filhos, valor que desce para 17% e 13% em habitat intermédio e rural. Consistentemente com o já exposto, é em habitat urbano que menos indivíduos planeiam ter mais de 2 filhos (14%), para 17% e 18% em áreas intermédias e rurais. Esta diferenciação mostra que a alteração dos comportamentos está ainda em curso, sendo provável que num futuro próximo os jovens adultos de proveniência rural tendam a adiar a formação de família e a ter menos filhos.

#### 4. CONCLUSÃO

A fecundidade é uma expressão dos comportamentos das famílias, e a sua mudança acontece de forma indissociável de alterações profundas na economia e na sociedade, designadamente na capacidade das sociedades protegerem e prolongarem a vida. A alteração dos comportamentos reprodutivos apresenta padrões de difusão geográfica e social em que recorrentemente algumas regiões são mais tardias e, no caso da queda da fecundidade, atingem valores mais extremos. O investimento pessoal e familiar na reprodução tem custos diretos e custos de oportunidade desproporcionadamente altos para as mulheres. Numa sociedade em que o trabalho é simultaneamente precário e deveras exigente (reclamando horários prolongados), e em reprodutivos, e o cuidar das crianças continua a ser essencialmente uma função feminina, com *ajuda* dos pais, é de esperar que muitas mulheres adiem a maternidade e que sacrifiquem esta parte tão valiosa da vida a outros objetivos, relevantes para o seu bem-estar individual e conjugal, mas também para o bem-estar do(s) filho(s) já nascido(s). Por paradoxal que pareça, nas regiões com sistemas familiares fortes, a continuidade futura das

famílias parece depender mais ainda da sua capacidade para promoverem rápidas alterações na equidade de género (no trabalho e na família), e novas formas de conciliação entre trabalho e família e entre família e respostas sociais.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado por: Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, na sua componente FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) [Projeto nº 006971 (UID/SOC/04011)]; e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UID/SOC/04011/2013.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bandeira, M.L.(1996), *Demografia e Modernidade – Família e Tradição Demográfica em Portugal*. INCM.
- Billari, F. (2008). Lowest-low fertility in Europe: Exploring the causes and finding some surprises, *The Japanese Journal of Population*, 6(1), 2-18.
- Bongaarts, J., Watkins, S. (1996). Social Interactions and Contemporary Fertility Transitions, *Population and Development Review*, 22(4), 639-682.
- Chesnay, J-C. (1996). Fertility, Family and Social Policy in Contemporary Western Europe – Notes and Commentary, *Population and Development Review*, 22(4), 729-739.
- Micheli, G. A. (2000). Kinship, Family and Social Network: the anthropological embedment of fertility change in Southern Europe, *Demographic Research*, 3(13), Rostock. [www.demographic-research.org/Volumes/Vol3/13](http://www.demographic-research.org/Volumes/Vol3/13)
- Duranton, G., Rodríguez-Pose, A., & Sandall, R., (2009), Family Types and the Persistence of Regional Disparities in Europe, *Economic Geography*, 85(1), 23-47.
- Lesthaegue, R. (2010). The unfolding story of the demographic transition, *Population and Development Review*, 36(2), 211-251.
- Reher, D. S. (2013) "Demographic Transitions and Familial Change: Comparative International Perspectives" in Buchanan, A., Rotkirch, A. (eds.). *Fertility rates and population decline. No time for babies?*, Palgrave Macmillan, 22-42.



## **Opções empresariais, agricultura e contingências laborais no Sul de Portugal: o caso de Odemira no contexto da mundialização**

Luís Moreno

Universidade de Lisboa – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território / Centro de Estudos Geográficos  
luis.moreno@campus.ul.pt

Alina Esteves

Universidade de Lisboa – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território / Centro de Estudos Geográficos  
alinaesteves@campus.ul.pt

Maria Lucinda Fonseca

Universidade de Lisboa – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território / Centro de Estudos Geográficos  
fonseca-maria@campus.ul.pt

### **RESUMO**

Apresenta-se um estudo que analisa a problemática do recrutamento e gestão dos trabalhadores das empresas agrícolas que praticam uma agricultura intensiva, em grande parte resultado de investimento direto estrangeiro e com vocação exportadora, na parte litoral do concelho de Odemira, desde os anos oitenta do séc. XX. Com recurso à recolha de informação documental de contexto e à realização de entrevistas a empresas e outros atores locais, e ainda de inquéritos a trabalhadores, observam-se os desafios que se colocam em termos de desenvolvimento e governança local, como resultado de opções empresariais e de políticas públicas facilitadoras do recrutamento e incorporação de trabalhadores estrangeiros, temporários e permanentes, originários de um vasto leque de países, especialmente da Europa Oriental e da Ásia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Empresas agrícolas, imigrantes, emprego, governança local.

### **1.INTRODUÇÃO, ABRANGÊNCIA DO ESTUDO E METODOLOGIA SEGUIDA**

No concelho de Odemira, desde os anos 80 do século XX que se assiste ao desenvolvimento de uma orientação empresarial capitalista na agricultura, primeiramente estimulada com o regadio (obras essenciais de barragem terminadas em 1973), e depois por investimentos de origem estrangeira que acentuaram uma relativa especialização na hortofruticultura de culturas temporárias e floricultura, em detrimento de culturas permanentes (Pimenta, 2014). Referimo-nos a uma intensificação – em capital, mas também em trabalho – que contribuiu para um crescimento económico no Alentejo Litoral superior à média do país e à do conjunto do Alentejo.

Esta realidade é apresentada como o contexto deste estudo, mostrando alguma marca do investimento direto de multinacionais, que seguem a racionalidade própria da divisão internacional das competências e do aproveitamento de vantagens comparativas e absolutas dos territórios, tanto mais nesta área em que a exploração de sazonalidades agrícolas é base da estratégia competitiva (Huang, 2004; Dicken, 2011).

Assim, o estudo efetuado visa evidenciar, numa perspetiva de geografia económica e social e de abordagem socioterritorial, o sentido das opções empresariais, em particular das multinacionais, traduzidas no investimento na produção, I&D e comercialização de frutos / frutas e produções hortícolas / olerícolas e de floricultura, de grande valor comercial, em regra para exportação. Por outro lado, ilustram-se as consequências destas opções, favorecidas, nomeadamente, pelo acesso a apoios disponíveis no âmbito da Política Agrícola Comum (PAC), bem como de políticas de imigração e integração facilitadoras do recrutamento e incorporação de mão-de-obra estrangeira, de diferentes proveniências, em acréscimo ao insuficiente trabalho assalariado de portugueses (segundo as firmas), e em termos das implicações nos processos de desenvolvimento local.

Para o cumprimento destes objetivos, o estudo apoiou-se na investigação realizada no âmbito do projeto CRISIMI<sup>106</sup>, que contou com entrevistas e inquéritos realizados entre Março e Junho de 2015, na região de Lisboa, no Algarve e em Odemira, seguindo-se um processo de acompanhamento e atualização, com informação quantitativa e qualitativa obtida posteriormente para propiciar as vantagens da triangulação, em particular quanto a Odemira. Para tal, além das fontes primárias (entrevistas a responsáveis de três multinacionais, de uma associação de produtores e de outra de desenvolvimento local, bem como questionários aplicados a 65 trabalhadores “nacionais de países terceiros”), as fontes secundárias dizem respeito a documentação diversa (bibliografia, estatísticas e elementos de sítios da Internet), adiante referenciada. Esta orientação metodológica visou uma perspetiva compreensiva da realidade, articulando a contextualização diacrónica e de explicação generativa dos processos atuais com a própria análise das dinâmicas presentes, de modo a obter um sentido sobre as condições que alicerçam as opções dos atores locais – públicos e privados – face aos desafios da governança local para a sustentabilidade.

---

<sup>106</sup> CRISIMI – O impacto da crise económica sobre as condições de vida e dinâmicas de inserção laboral dos imigrantes em Portugal – IGOT/CEG-MIGRARE (ACM / FEINPT, coord. de Alina Esteves).

## 2. INVESTIMENTO ESTRANGEIRO, EMPREGO DE IMIGRANTES E DESAFIOS EM ODEMIRA: OS RESULTADOS DE UMA INVESTIGAÇÃO DE INCIDÊNCIA SOCIOTERRITORIAL

Em 1986, no mesmo ano da adesão à CEE dos países ibéricos, regista-se o primeiro investimento estrangeiro de vulto na hortofruticultura intensiva na ‘zona do Brejão’, a sul da Zambujeira do Mar, quando a empresa inglesa Vitacress (antes designada por *Iberian Salads Agricultura Lda*) se instala em Odemira, iniciando uma exploração de 90 hectares para a produção de vegetais usados em saladas frescas. Um ano depois, a iniciativa de um empresário norueguês dá origem à Frupor (exploração de aprox. 150 ha, cultivando sobretudo couve chinesa destinada aos países nórdicos, além de plantas ornamentais). De algum modo, outros “grandes empresários da bacia hidrográfica do Mira, de nacionalidades inglesa, dinamarquesa e holandesa” são referidos como parte da primeira de “quatro grandes vagas de comunidades imigrantes” no concelho, nos anos 1980s (CMI-MO, 2015:52).

Outro caso relevante, e mediático, foi o do projeto agrícola do empresário francês Thierry Roussel, que em 1988<sup>107</sup> criou a Odefruta, envolvendo em mais de 500 há, a utilização de modernos sistemas de regadio, ‘estufas’ (abrigos elevados e outros), fertilizantes químicos, fitofármacos e pesticidas, para a produção de frutas e legumes, com destaque para os morangos, em área próxima das empresas pioneiras (Brejão). Contou com apoios comunitários no âmbito do Programa Operacional para o Desenvolvimento da Zona entre Mira e Gadiana (1990-93) e isso envolveu – em sintonia com as apostas, dessa e de outras empresas – iniciativas públicas de investigação / experimentação e formação, desde 1990<sup>108</sup>.

Embora a Odefruta tenha falido em 1994, num período em que a mão-de-obra era ainda sobretudo portuguesa e proveniente de áreas próximas, o insucesso deveu-se a reconhecida gestão desadequada, pois outras empresas têm tirado especial proveito do potencial do território, produzindo cada vez mais para exportação pequenos frutos vermelhos e de baga e diversas outras variedades hortofrutícolas, florícolas / plantas ornamentais, em períodos que os concorrentes de Espanha e Marrocos (mormente) já não são tão competitivos, por razões edafoclimáticas, com o avanço da primavera e do verão, mas também no outono, de menor produção geral e acentuada procura.

---

<sup>107</sup> O mesmo ano em que se criou a Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, abrangendo a área de implantação da Odefruta e de outras empresas hortofrutícolas.

<sup>108</sup> Sem prejuízo da I&D e da formação própria das multinacionais que, cada vez mais, vieram a afirmar na área dinâmicas de produção e exportação.

A utilização de diferentes tipos de cultivares e técnicas (agrónomicas e de gestão) favoreceu em Odemira a obtenção de produções em todo o ano, na generalidade dos domínios da intensificação, traduzindo-se em atração e retenção de alguma mão-de-obra, de origem nacional e estrangeira, sendo um caminho de crescente profissionalização do trabalho assalariado com correspondentes processos de maior integração na comunidade<sup>109</sup> e de efeitos induzidos no desenvolvimento organizacional e socioterritorial.

Não obstante, já anteriormente, e em situações em que persistem efeitos da sazonalidade, alguma permanência na região, favorecendo posterior integração de famílias imigrantes, tem sido propiciada, com a “rotação entre empresas”: os trabalhadores com apetência pelo emprego na agricultura foram acumulando experiência e mudaram-se de umas empresas para outras. Como referia um dos entrevistados, alguns “iniciam a campanha no Algarve (...) de Janeiro até Maio, depois sobem para a Zambujeira do Mar e fazem esta zona aqui” [no verão].

Em qualquer caso, mantiveram-se algumas limitações à contratação de pessoal permanente, em função de um jogo de ponderação de fatores (escala de produção e mercados; espécies e variedades cultivadas, estas conforme as épocas do ano pretendidas, dada a concorrência de outras regiões, de Portugal e do estrangeiro; condicionamentos legais e técnicos, uns político-económicos, relacionados com a força de trabalho (ex.: peso dos impostos...), outros com aspetos regulamentares de processos agro-industriais/alimentares, como normas de qualidade, face a riscos de sanidade, de saúde pública, de ambiente, etc.). Algumas empresas adotam soluções que passam, em parte, por subcontratação e segmentação do processo produtivo, repartindo os custos com outras empresas (relações verticais e/ou horizontais). Mas todas as da agricultura intensiva que temos considerado têm em comum as contratações de campanha.

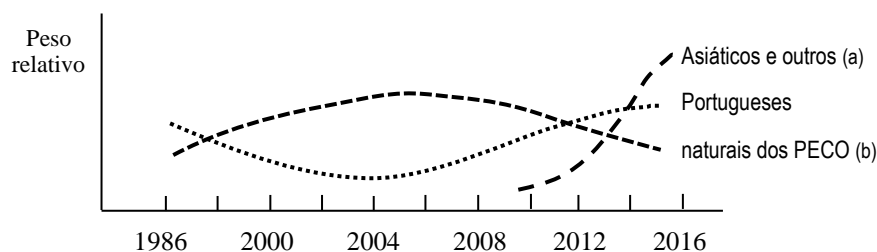
Tomando como situações ilustrativas as das três empresas que nos concederam entrevistas (Grupo Vitacress, Sudoberry e Driscoll's), o recrutamento de campanha assume formas diferentes, de acordo com necessidades específicas, sem prejuízo de um procedimento comum, que é o recurso ao IEFP antes de procurar vias de obtenção de contingentes apreciáveis impossíveis de satisfazer com o apoio público e sempre que soluções da própria empresa são menos viáveis. Não obstante, enquanto a horticultura (ex.: da Vitacress) apresenta fraca

---

<sup>109</sup> Favorecendo alguma concentração espacial, pois “a grande maioria dos imigrantes está localizada na faixa litoral, predominantemente na freguesia de São Teotónio, mas com presenças também expressivas nas freguesias de Longueira/ Almogrove, Vila Nova de Milfontes e Boavista dos Pinheiros” (Deolinda Luís, vereadora da C. M. de Odemira, em [www.jornalsudoeste.com](http://www.jornalsudoeste.com), acedido em 8-06-2015).

sazonalidade e mantém uma certa prevalência de mão-de-obra portuguesa, traduzindo-se em soluções locais / regionais de recrutamento, a fruticultura local (como a da Sudoberry ou da Driscoll's) – com diferentes padrões de sazonalidade, mas sempre mais acentuada que na horticultura – já tem de recorrer a contingentes de campanha, recrutados de modos diversos, por vezes articulados, complementares e até imbricados.

No seguimento das condições favoráveis de aproveitamento da crescente imigração em Portugal após a adesão à CEE, tendo o Alentejo podido captar o interesse de alguns segmentos no último decénio do século XX (Baganha & Fonseca, 2004; Fonseca, Nunes & Alegria, 2004), as entrevistas realizadas comprovam que se salientaram os ucranianos, seguidos de outros como moldavos, romenos, russos e, mais recentemente, búlgaros e asiáticos, podendo representar-se a realidade evolutiva das proveniências dos trabalhadores segundo um modelo de vagas (Fig. 1). O salário da agricultura mostrou-se muitas vezes um complemento sazonal para considerável número dos imigrantes iniciais, atraídos pelo trabalho nas obras públicas, sobretudo os associados aos grandes eventos de 1998, 2001 e 2004, em algumas das principais cidades do país. Noutros casos, eram jovens de vários países – mesmo de alguns relativamente favorecidos como Inglaterra, Holanda e Alemanha, ou da Polónia e República Checa – vindos apenas para campanhas (ex.: do morango)



**Figura 1:** Naturalidade dos trabalhadores da hortofruticultura intensiva de Odemira: grandes padrões evolutivos após a integração de Portugal na CEE/ UE  
 Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas e informação solta diversa

Após a instalação das primeiras firmas, foi-se reduzindo a proporção dos assalariados portugueses, à medida que russos e ucranianos (além de alguns brasileiros), primeiro, e depois búlgaros, moldavos e romenos<sup>110</sup> os substituíram em múltiplas tarefas e funções. Após 2007, e com a crise acentuada em 2009-2012, deu-se um recuo dos imigrantes ‘do Leste’ e crescente disponibilidade de portugueses para aceitação de contratos antes preteridos, não sendo contudo suficientes para suprir em quantidade e ‘qualidade’ certas carências empresariais. Daí a mais

<sup>110</sup> Dos PECO – (b), no gráfico – como “Países da Europa Central e Oriental”.

recente importância dos asiáticos, que ganharam peso sobretudo em trabalho temporário, mas marcando cada vez mais uma certa permanência<sup>111</sup>. Destes, primeiro vieram os tailandeses e só depois os indianos, nepaleses, bangladeshianos e paquistaneses.

A maior presença de continuado emprego na agricultura, de pessoas de múltiplas proveniências, línguas e padrões de cultura – além de variáveis implicações familiares – tem levado à necessidade de as empresas darem atenção a diferentes aspetos extra-produtivos, sem a qual se comprometeria a própria gestão empresarial, cada vez mais complexa e dependente de subtilezas antes menos consideradas (rotação dos trabalhadores entre empresas, questões legais, dificuldades de transporte e de alojamento, limitações na eficácia / qualidade da intermediação das empresas subcontratadas para o recrutamento, a língua, as relações sociais<sup>112</sup>, novos desafios à formação do pessoal contratado, etc.).

### 3. CONCLUSÕES FINAIS

A hortofruticultura intensiva de Odemira mostrou-se um fator de importante criação de emprego e de atração de trabalhadores imigrantes. A equiparação dos direitos sociais dos trabalhadores estrangeiros, em situação regular, aos dos cidadãos nacionais, facilitou a participação das maiores empresas hortofrutícolas com sede em Odemira em processos de governança, procurando ultrapassar problemas (ex.: saúde, legalização laboral, transportes, língua e ligações familiares, etc.), que afinal vêm a influenciar a resiliência e a sustentabilidade da economia empresarial.

Podemos discutir, assim, se não estaremos perante um aprofundamento da territorialização do desenvolvimento agrícola, uma das dimensões do desenvolvimento rural / local (contrariando o que é vulgata sobre o ‘efeito de enclave’ e outras repercussões clássicas das multinacionais nos territórios), ou se também, pelo menos em parte, a agricultura é uma via que viabiliza uma integração ‘instrumental e transitória’ de pessoas, permitindo a legalização e

---

<sup>111</sup> Por isso “Odemira representa [no todo nacional] o território onde se verifica o maior aumento de cidadãos asiáticos entre os anos de 2008 e 2013 (6,8%)” (CMI-MO, 2015:55), embora uma parte importante destes (da Índia, do Nepal, do Paquistão ou do Bangladesh) pretenda “ir para o Reino Unido e utiliza Portugal como veículo de entrada [para lá], porque passados seis anos eles podem pedir (...) reagrupamento familiar e podem migrar à vontade (...)” (entrevistado de uma multinacional). Há outras nacionalidades – (a), no gráfico – cada vez mais diversas, incluindo de África (ex.: Senegal, Etiópia, Moçambique...), que têm vindo a ganhar algum peso, sendo o segundo maior aumento relativo entre 2010 e 2014, após o dos asiáticos (CMI-MO, 2015:79-80).

<sup>112</sup> Tanto as relações de âmbito institucional e organizacional como a inerente à masculinização dominante, o que faz com que algumas empresas favoreçam alguma feminização do meio: não só “as mulheres trabalham muito e trabalham muito bem na agricultura” como também “por causa das questões da limpeza da casa e pelas tensões que existem (...)” (palavras de um entrevistado).

o ganho de liberdade destas para outras opções extra-agrícolas e extra-locais / regionais / nacionais...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baganha, M. I.; Fonseca, M. L. (eds.) (2004). *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*. Lisbon: Luso-American Foundation, 118 p.
- CMI-MO (2015). *Odemira Integra, Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes*. Odemira: Comissão Municipal do Imigrante - Município de Odemira, 261 p.
- Dicken, P. (2011). *Global shift: mapping the changing contours of the world economy*. New York: The Guilford Press, 6th ed., 606 p.
- Ferreira, I. I. G. (2014). *Avaliação de desempenho para operacionais no grupo Vitacress*. Lisboa: ISEG / LSE&M, relatório de estágio de mestrado em Gestão de Recursos Humanos, 51 p. + anexos.
- Fonseca, M. L.; Nunes, A.; Alegria, J. (2004). *Imigrantes no Concelho de Reguengos de Monsaraz: Origens, Processos Migratórios e Integração Social*. Lisboa: CEG / Projecto para a Inclusão e Cidadania do Concelho de Reguengos de Monsaraz, CD-ROM.
- Huang, S.W. (2004) Global trade patterns in fruits and vegetables. *US Department of Agriculture, Agriculture and Trade Report WRS-04-06*.
- Pimenta, S. P. (2014). *A agricultura da região Alentejo nos últimos 25 anos e perspectivas no quadro da PAC pós 2013*. Universidade de Évora, dissertação de mestrado em Zootecnia, 122 p. + anexos.

## Migração e produção de *commodities*: o Brasil e seus rurais

Natália Belmonte Demétrio  
Universidade Estadual de Campinas  
natalia@nepo.unicamp.br

### Resumo

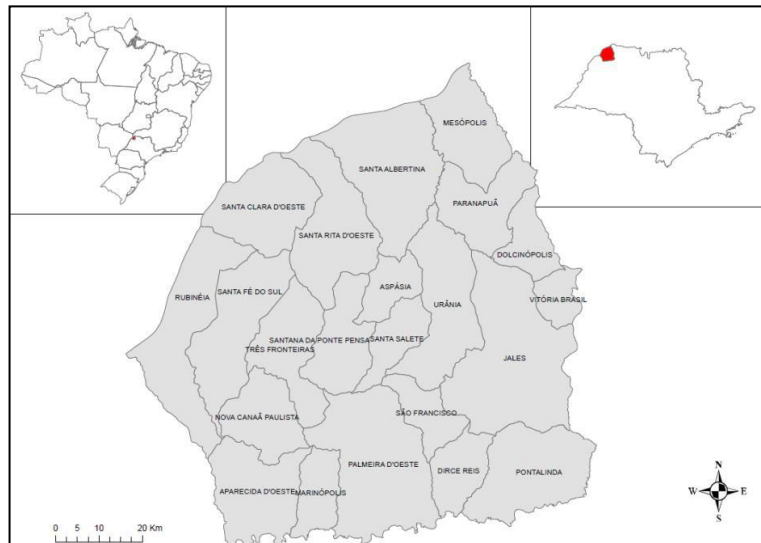
Como parte da pesquisa de doutorado em andamento no âmbito do projeto Observatório das Migrações em São Paulo (FAPESP-CNPq/NEPO-UNICAMP), esse trabalho resgata dois aportes teóricos voltados à análise dos processos migratórios: um com maior destaque ao processo de industrialização e proletarianização da população (Singer, 1980); e outro no qual a ênfase está nas constantes idas e vindas da população rural (Silva; Menezes, 2006). Ao comparar ambas perspectivas analíticas, o objetivo é discutir como as novas formas de produção agrícola (Elias, 2003) intensificam a mobilidade espacial da população. Como estudo de caso das tensões e contradições que envolvem esse processo, a pesquisa explora os processos migratórios estruturantes da região noroeste do Estado de São Paulo (Mapa 1), área de recente expansão da agricultura de *commodities*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Migração Interna, população rural, urbanização.

### 1. INTRODUÇÃO

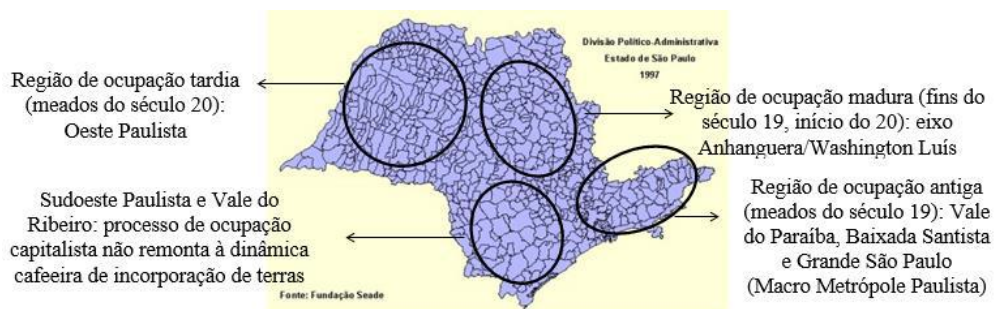
O processo de regionalização de São Paulo deita raízes na dinâmica de incorporação de terras da economia cafeeira (Negri, Gonçalves & Cano, 1988) (Figura 1). Nas regiões de ocupação capitalista mais antiga (Vale do Paraíba, Baixada Santista e Grande São Paulo), o histórico de divisas geradas principalmente pela cafeicultura fomentou a articulação de um parque industrial altamente integrado que, desde o final do século 20, vem se reconfigurando com a abertura econômica, difusão de novas tecnologias e lógicas na organização da produção (Cano, 2011). Já nas zonas de ocupação madura (eixo Campinas/Ribeirão Preto), também o processo de urbanização atingiu níveis significativos de diversificação das forças produtivas, com importante desenvolvimento da indústria (principalmente via complexo agroindustrial) (Tartaglia & Oliveira, 1988).





**Figura 1:** Regionalização do Estado de São Paulo com base na dinâmica de incorporação de terras do complexo cafeeiro

Fonte: Fundação Seade. Regionalização do Estado de São Paulo



**Mapa 1:** Localização da Região de Governo (RG) de Jales no Brasil e no Estado de São Paulo - 2010

Fonte: Construído a partir das informações contidas em Negri, Gonçalves e Cano (1988)

Nas últimas porções de terra ocupadas pelo complexo cafeeiro (o Oeste Paulista), por sua vez, o processo de estruturação da rede urbana pautou-se na pequena propriedade voltada à produção de alimentos em bases familiares (Negri, Gonçalves & Cano, 1988). O baixo nível de capitalização dessa fronteira agrícola, associado ao momento histórico que isso ocorreu (posterior a 1940), repercutiu na criação de inúmeros pequenos municípios, necessários diante da vinda maciça de imigrantes e das dificuldades de deslocamentos, praticamente restritas ao transporte animal e às ferrovias. Essa foi a uma das regiões mais afetadas pelos fatores de estagnação da modernização agrícola conservadora brasileira (Singer, 1980). Sem “tempo e história” para a articulação de um mercado de trabalho diversificado capaz de reter toda a população que já em 1950 começa a ser expulsa do campo, o Oeste Paulista passa a registrar altas taxas negativas de crescimento populacional (Negri, Gonçalves & Cano, 1988, p.93).

Amplamente escamoteada pela modernização agrícola de caráter fordista, essa região assiste à expansão da agricultura de commodities apenas em anos recentes (desde a década de 1980, em especial), fenômeno marcado por contradições e conflitos (Melo, 2013). Se comparado à integração agroindustrial de caráter nacional-desenvolvimentista, esse processo guarda diferenças importante. Com o fim dos planos nacionais de desenvolvimento, a dinâmica de diversificação das forças produtivas e adensamento da rede de cidades torna-se muito mais pontual e fragmentada, não sendo suficientes à formação de aglomerações urbanas, como foram outrora (Negri, Gonçalves & Cano, 1988). A inserção do noroeste paulista na rota do capital globalizado dinamiza seus espaços urbanos, contudo, por conta do “desencaixe” (Giddens, 1991), seus efeitos são desconexos.

A maior fluidez do capital e do trabalho (Harvey, 1992), marca da integração agroindustrial em tempos de reestruturação produtiva, limitam as capacidades explicativas de referenciais teóricos clássicos no estudo das migrações, como o oferecido por Singer (1980). Apesar dos avanços que esse paradigma representou no momento histórico da industrialização fordista, a expansão da agricultura científica e globalizada (Elias, 2003) tem reconfigurado a relação modernização agrícola/urbanização/industrialização, conformando uma nova tendência aos processos de mobilidade espacial da população (Baeninger, 2012).

## **2. REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICO-POPULACIONAL NO OESTE PAULISTA: ENTRE O LOCAL E O GLOBAL**

O Censo Demográfico de 2000 e 2010 e os dados da Fundação Seade compõem as principais fontes de informação estatística utilizadas pelo trabalho. Para complementar a apreensão da mobilidade espacial da população, também foram realizados trabalhos exploratórios de campo no município de Santa Fé do Sul, tanto com agentes institucionais, tanto com famílias rurais<sup>113</sup>. A partir da série histórica da produção agrícola divulgada pela Fundação Seade, é possível reforçar a mudança da base agrícola da região de Jales: de produtora de alimentos (como arroz, feijão e mandioca) para produtora de commodities, em especial de cana-de-açúcar (Tabela 1).

---

<sup>113</sup> Foram aplicados 30 questionários: 10 em domicílios cujo responsável tenha sempre morado no rural e nunca mudado de cidade; 10 em que ele(a) tenha mudado do rural para o urbano dentro do próprio município; e 10 entre domicílios que protagonizaram migração rural-urbana.

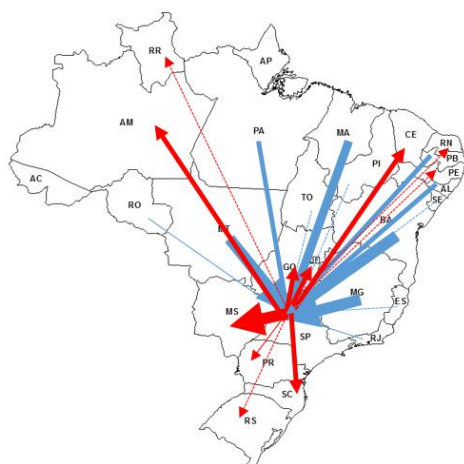
Tabela 1  
 Produção (em toneladas) de alguns dos principais produtos agrícolas  
 Região de Governo de Jales - Estado de São Paulo  
 1995, 2000, 2005 e 2010

Produtos agrícolas	1995	2000	2005	2010	Produtos agrícolas	1995	2000	2005	2010
Arroz	3.529	1.866	193	109	Milhão	59.391	35.790	25.706	25.177
Feijão	2.281	3.214	964	12	Banana	1.387	14.828	11.363	30.728
Mandioca	8.368	8.119	3.756	1.604	Borracha (Látex)	283	1.087	1.834	4.626
Café	2.048	1.576	3.038	690	Cana-de-Açúcar	62.440	43.200	98.037	2.536.935
Algodão	16.768	5.596	14.120	-	Laranja	300.116	317.257	304.939	433.932

Fonte: Fundação SEADE. Informações dos Municípios Paulistas. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/imp>. Acesso 18/01/13.

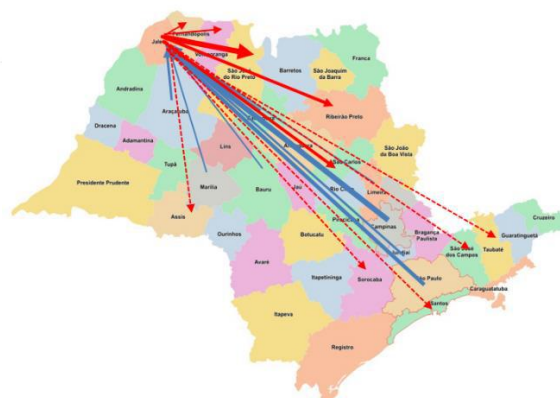
As mudanças na estrutura produtiva do noroeste paulista associam-se, ainda, à reconfiguração da dinâmica migratória, em diferentes escalas (Baeninger, 2012). Nesse contexto, um mesmo espaço migratório passa a conviver com fluxos históricos – que expressam o encaixe entre migração e desenvolvimento – e com outras formas de deslocamentos cujo entendimento demanda modelos teóricos que, menos centrados na questão da urbanização, ressaltam as idas e vindas da migração (Silva & Menezes 2006). A nível interestadual, acredita-se que as trocas com os estados do Centro-Oeste e Norte refletem os desdobramentos do processo de expansão da fronteira agrícola nessas regiões, enquanto o grande volume imigratório da Bahia e Maranhão esteja associado ao trabalho na colheita da cana-de-açúcar e da laranja (Silva, 1998), dois dos principais produtos agrícolas do noroeste paulista (Figura 2).

**Figura 2:** Trocas migratórias (I-E) da região de Jales com demais Estados - 2005/2010



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2010.  
 Nota: Foi considerado apenas o quesito data-fixa

**Figura 3:** Trocas migratórias (I-E) da região de Jales com demais regiões paulistas - 2005/2010



Fonte: FIBGE, Censo Demográfico 2010.  
 Nota: Foi considerado apenas o quesito data-fixa

Em âmbito intraestadual, as perdas de população para regiões próximas, como Fernandópolis, Votuporanga e São José do Rio Preto refletem a importância histórica dessas cidades na estrutura econômica e populacional do noroeste paulista. De modo contrário, a

imigração com origem nas cidades integradas pelos eixos de desenvolvimento estadual – que vai desde a metrópole de São Paulo, passa por Jundiaí, Campinas, Limeira, Rio Claro, Araraquara, estendendo-se até Catanduva – expressa a maneira como tais espaços são inseridos na dinâmica da reestruturação produtiva. Ao conformar um mercado de trabalho mais competitivo e complexo, esse eixo passa a expulsar população. Além disso, acredita-se que parte desse fluxo seja composto por técnicos e trabalhadores qualificados trazidos pelo processo de desconcentração industrial que vem atingindo o Oeste Paulista, envolvendo principalmente atividades agroindustriais como as usinas de etanol e açúcar (Kalemkarian & Aparicio, 2012; Figura 3).

Por fim, a nível intrarregional, a evasão de população rural reitera a permanência dos fatores de expulsão (Singer, 1980). Por outro lado, o fato do município de Jales, ‘cabeça’ da rede urbana regional, apresentar crescimento quase nulo expressa a reconfiguração de sua capacidade de atração e retenção de população. Também o expressivo incremento populacional de micromunicípios, como Pontalinda, coloca novas questões à interpretação dos movimentos migratórios, não explicadas pelo aporte clássico, para os quais as cidades industriais se despontam como importantes polos da imigração (Tabela 2). Vale mencionar que, segundo dados do censo demográfico de 2010, grande parte do crescimento populacional via migração de Pontalinda deve-se às trocas estabelecidas com o Nordeste. Também é necessário destacar que este município é o maior produtor de cana-de-açúcar da região de Jales.

Tabela 2  
População total, urbana, rural e grau de urbanização  
Municípios da Região de Governo de Jales/SP  
2000 e 2010

Municípios	População Total		População Urbana		População Rural		Grau de Urbanização (%)		Taxa geométrica de crescimento da população (em % a.a.) entre 2000/2010		
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	Total	Urbana	Rural
Aparecida d'Oeste	4.935	4.450	3.665	3.645	1.270	805	74,27	81,91	-1,03	-0,05	-4,46
Aspásia	1.861	1.809	1.175	1.257	686	552	63,14	69,49	-0,28	0,68	-2,15
Dirce Reis	1.623	1.689	1.075	1.279	548	410	66,24	75,73	0,40	1,75	-2,86
Dolcinópolis	2.152	2.096	1.810	1.949	342	147	84,11	92,99	-0,26	0,74	-8,10
Jales	46.186	47.012	42.339	44.239	3.847	2.773	91,67	94,10	0,18	0,44	-3,22
Marinópolis	2.195	2.113	1.647	1.671	548	442	75,03	79,08	-0,38	0,14	-2,13
Mesópolis	1.930	1.886	1.217	1.468	713	418	63,06	77,84	-0,23	1,89	-5,20
Nova Canaã Paulista	2.483	2.114	822	880	1.661	1.234	33,11	41,63	-1,60	0,68	-2,93
Palmeira d'Oeste	10.322	9.584	7.085	7.268	3.237	2.316	68,64	75,83	-0,74	0,26	-3,29
Paranapuã	3.632	3.815	3.029	3.394	603	421	83,40	88,96	0,49	1,14	-3,53
Pontalinda	3.539	4.074	2.682	3.381	857	693	75,78	82,99	1,42	2,34	-2,10
Rubinéia	2.615	2.862	1.916	2.355	699	507	73,27	82,29	0,91	2,08	-3,16
Santa Albertina	5.586	5.723	4.433	4.891	1.153	832	79,36	85,46	0,24	0,99	-3,21
Santa Clara d'Oeste	2.123	2.084	1.464	1.571	659	513	68,96	75,38	-0,19	0,71	-2,47
Santa Fé do Sul	26.512	29.239	24.911	28.088	1.601	1.151	93,96	96,06	0,98	1,21	-3,25
Santana da Ponte Pensa	1.894	1.641	1.106	1.097	788	544	58,39	66,85	-1,42	-0,08	-3,64
Santa Rita d'Oeste	2.695	2.543	1.554	1.773	1.141	770	57,66	69,72	-0,58	1,33	-3,86
Santa Salete	1.379	1.447	541	819	838	628	39,23	56,60	0,48	4,23	-2,84
São Francisco	2.863	2.793	2.055	2.167	808	626	71,78	77,59	-0,25	0,53	-2,52
Três Fronteiras	5.159	5.427	4.067	4.598	1.092	829	78,83	84,72	0,51	1,23	-2,72
Urânia	8.825	8.836	7.065	7.436	1.760	1.400	80,06	84,16	0,01	0,51	-2,26
Vitória Brasil	1.675	1.737	1.189	1.435	486	302	70,99	82,61	0,36	1,90	-4,65
<b>RG Jales</b>	<b>142.184</b>	<b>144.974</b>	<b>116.847</b>	<b>126.661</b>	<b>25.337</b>	<b>18.313</b>	<b>82,18</b>	<b>87,37</b>	<b>0,19</b>	<b>0,81</b>	<b>-3,19</b>
<b>RA São José do Rio Preto</b>	<b>1.299.589</b>	<b>1.437.549</b>	<b>1.157.557</b>	<b>1.319.401</b>	<b>142.032</b>	<b>118.148</b>	<b>89,07</b>	<b>91,78</b>	<b>1,01</b>	<b>1,32</b>	<b>-1,82</b>
<b>Estado de São Paulo</b>	<b>37.032.403</b>	<b>41.262.199</b>	<b>34.592.851</b>	<b>39.585.251</b>	<b>2.439.552</b>	<b>1.676.948</b>	<b>93,41</b>	<b>95,94</b>	<b>1,09</b>	<b>1,36</b>	<b>-3,68</b>

Fonte: Fundação IBGE. Censos demográficos 2000 e 2010.

Desde a perspectiva teórica do trabalho, o grande contingente imigratório recebido por Pontalinda não reflete os clássicos fatores de atração expostos por Singer (1980). Essa análise aproxima-se mais do aporte teórico oferecido por Baeninger (2012), para quem o modo como cada região é conectada ao mercado global empresta novas e diferentes características aos movimentos migratórios, sendo o aumento da fluidez dos processos de redistribuição da população e a oscilação entre as condições de migração (retenção, perda ou rotatividade) os aspectos principais (Baeninger, 2012). A expansão da produção das commodities, ao desencadear concentração fundiária e marginalização da pequena produção, leva à formação de uma população excedente de origem rural que, diante do esgotamento das fronteiras agrícolas e do aprofundamento dos processos de reestruturação urbana (Cano, 2011), encontra suas formas de reprodução social ora em empregos urbanos ora em empregos rurais, reforçando a mobilidade espacial da população enquanto estratégia de sobrevivência que aciona diferentes técnicas e espaços, bem como um constante ir e vir (Silva & Menezes, 2006). A questão migratória, “ao ser analisada sob a ótica da dialética das contradições da reprodução camponesa”, e não pelo viés da industrialização, reforça a interpretação dos migrantes como híbridos, “uma mistura de camponês e assalariados” (Silva & Menezes, 2006, p.9).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos processos migratórios à luz das duas perspectivas teóricas apresentadas reforça a dinâmica da população como processo histórico. Nessa perspectiva, a migração – mais que uma mudança de residência – é entendida como uma mudança social, um deslocamento entre modos de produção (Renner & Patarra, 1980). Desde essa abordagem, é possível problematizar como a mudança no regime de acumulação (Harvey, 1992) está na base da emergência de novas relações trabalhistas que redefinem os processos de mobilidade espacial da população. Desse modo, o trabalho chama atenção para a historicidade dos conceitos e a centralidade da construção de periodizações como exercício de recomposição do processo migratório e do amadurecimento das relações capitalistas de produção, e não apenas como simples recorte temporal.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baeninger, R. (2012). Fases e faces da migração em São Paulo. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP.
- Cano, W. (2011). Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. Texto para Discussão. Campinas: IE/UNICAMP, n.193, p.1-36.

- Elias, D. (2003). Agricultura científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, M. A. A. de (org.) Território brasileiro: usos e abusos. Campinas: Territorial.
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2000 e 2010.
- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Informações dos Municípios Paulistas. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/imp>.
- Giddens, A. (1991). As consequências da modernidade. São Paulo: Editora UNESP.
- Harvey, D. (1992). Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola.
- Kalemkarian, M. & Aparicio, C. A. P. (2013). Onde a indústria se fortalece no Estado de São Paulo. Primeira Análise Seade, nº 1.
- Melo, B. M. (2013). História e memória na contramão da expansão canavieira: um estudo das formas de resistência dos sitiantes do extremo noroeste paulista. Tese de Doutorado. São Carlos: UFSCAR.
- Negri, B., Gonçalves, M. F., & Cano, W. (1988). O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). In: CANO, W. (Org.). A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo: SEADE, 1988.
- Renner, C. R. & Patarra, N. L. (1980). Migrações. In: Santos, F. S.; Levy, M. S. F., & Szmrecsányi, T. (Org). Dinâmica da População. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Silva, M. A. M. (1998). Errantes do fim do século. São Paulo: Editora UNESP.
- Silva, M. A. M. & Menezes, M. A. (2006). Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões: Revista Eletrônica do Nead, Brasília/DF.
- Singer, P. (1982). Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- Tartaglia, J. C. & OLIVEIRA, O. L. (1988). Agricultura Paulista e sua Dinâmica Regional (1920-1980). In: CANO, W. (Org.). A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo: SEA.

## Quem cresce no campo estuda, ou não? Uma abordagem empírica às desigualdades socioeducativas no Noroeste<sup>114</sup>

Joana Nogueira  
ESA-IPVC / CETRAD - UTAD  
joananogueira@esa.ipv.pt

### RESUMO

A persistência de baixos níveis de escolaridade é um problema crónico em Portugal, e o noroeste continua a ficar aquém da já de si baixa média nacional. Pretende-se com este estudo analisar os fatores que contribuem para explicar este facto, com especial destaque para a dimensão rural-urbano. Os resultados, obtidos com base em dados biográficos de indivíduos de 25-35 anos, inquiridos em 2008, permitem confirmar que os jovens que vivem em contexto rural tiveram, nesse contexto, um dos fatores de redução das probabilidades de alcançar os níveis mais altos de escolaridade. A capacidade de agência das famílias manifesta-se no investimento em apoio escolar adicional (explicações), bem como no suporte a trajetos de mobilidade e de saída da casa paterna para continuar estudos.

**Palavras-chave:** Educação, Juventude Rural, Rural-Urbano

### 1. INTRODUÇÃO

Os países do sul da Europa caracterizam-se por uma escolarização básica universal muito tardia, e Portugal destaca-se ainda mais pela negativa. No ano 2000, pouco mais de 40% dos jovens portugueses com idades entre os 20 e os 24 anos tinham concluído pelo menos o ensino secundário, valor que subiu para 59% em 2010 (EURYDICE, 2012). Tanto na viragem do século, como uma década depois, Portugal encontrava-se na pior posição dos quinze países da EU15. Entre os fatores explicativos deste atraso está a lentidão da implantação da rede escolar pública, numa primeira fase, mas também a resistência de determinados setores da sociedade a escolarizar os filhos, particularmente na população rural (Justino, 2010; Sebastião, 1998). Apesar de a educação constituir, nas sociedades avançadas e para a generalidade das classes sociais, o principal e mais legítimo fator de posicionamento profissional e social, subsistem muitas diferenças nos trajetos escolares dos jovens. Os sistemas educativos modernos, que assentam em princípios meritocráticos, têm-se revelado incapazes de anular os efeitos de um nascimento menos favorecido (Goldthorpe, 1996; Guerreiro e Abrantes, 2007).

A dimensão rural-urbano, enquanto fator de diferenciação sociocultural e socioeconómica, tem vindo a perder valor explicativo. Vários estudos concluem que há significativas convergências rural-urbano na estrutura socioeconómica, nos modos de vida e nos indicadores de qualidade de

---

<sup>114</sup> CETRAD-UTAD. Este trabalho é financiado por: Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, na sua componente FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) [Projeto nº 006971 (UID/SOC/04011)]; e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UID/SOC/04011/2013.

vida (v.g. Shucksmith *et al*, 2006; Easterlin *et al*, 2011). No entanto, essa aproximação está positivamente correlacionada com o nível de desenvolvimento económico à escala nacional. Num país com um défice educativo tão elevado, interessa averiguar se os contextos rurais continuam, ou não, a ser um fator de desvantagem educativa.

Há evidências de que em Portugal persistem fatores de desvantagem socioeducativa ligados ao contexto rural de vida. São de salientar a pertença a comunidades socialmente pouco heterogéneas e fortemente marcadas pelas profissões manuais, a cultura pouco exigente dos professores colocados em escolas inseridas em meios rurais e perspectivas de emprego pouco qualificadas, no território ou através da emigração (Stoer & Araújo, 1997; Portela & Gerry 2002). O desejo de uma inserção profissional precoce, para obtenção de autonomia, pode também motivar os jovens a sair cedo do sistema educativo. Esta *fuga para a frente* dos jovens rurais, como lhe chamou Luisa Schmidt (1990), não é algo de novo, embora se torne mais grave à medida que a sociedade investe mais na escolarização. Por outro lado, muitos jovens rurais, para continuar estudos para além do ensino básico, têm necessidade de migrar para um centro urbano. Entre ficar e partir, o jovem (e a família) depara-se com uma escolha com implicações económicas e pessoais relevantes. Os riscos antevistos na mudança de contexto escolar, social e residencial podem conduzir à decisão de abandonar a escola nesse momento, com baixas qualificações (Portela & Gerry 2002; Corbett, 2005).

Quanto mais a sociedade valoriza o conhecimento, seja pelo seu valor instrumental, seja enquanto capital cultural convertível em capital social, mais os trajetos de abandono escolar precoce, ou com baixas credenciais educativas, tendem a (re)produzir situações de precariedade económica e social. Este artigo baseia-se numa investigação empírica que nos permitiu comparar trajetos educativos de jovens provenientes de localidades em diferentes pontos do *continuum* rural-urbano do noroeste português. O enquadramento regional da investigação e os objetivos são brevemente apresentados, passando-se de seguida à metodologia e aos resultados empíricos obtidos na pesquisa.

## 2. EDUCAÇÃO E RURALIDADE NO NOROESTE PORTUGUÊS

O noroeste português, para efeitos do presente estudo, compreende as NUTIII do Minho-Lima e do Cávado. Assim delimitado, o espaço de estudo insere-se na área de influência do Grande Porto, mas está claramente fora da sua mancha de expansão urbana. Braga destaca-se enquanto centro urbano, com mais de 100 mil habitantes em 2001, crescendo para 125 mil habitantes em 2011. Pese à intensa urbanização em curso, as áreas rurais continuam a apresentar densidades populacionais bem acima da média nacional. Tomando por referência as freguesias e o limiar de densidade de 200 habitantes/km<sup>2</sup>, consistente com densidades demográficas históricas



nesta área de minifúndio, o peso da população rural no noroeste caiu de 36% em 2001 para 27% em 2011. A persistente saída dos campos, protagonizada pelos mais jovens, pode ler-se como um sinal das dificuldades de convergência destas áreas rurais para os padrões urbanos ao nível de oportunidades, recursos e dimensões da qualidade de vida.

**Quadro 1:** Proporção de indivíduos de 25-29 anos de idade por nível de ensino mais alto completo em Portugal em regiões NUTIII selecionadas (%)

Área Geográfica NUTIII	Nível de Escolaridade		
	Ensino básico	Ensino Secundário	Ensino Superior
Cávado	41,8	28,3	28,5
Minho-Lima	41,4	31,6	25,5
Douro	38,8	31,2	27,8
Alto Trás-os-Montes	36,0	31,0	30,8
Grande Porto	36,5	29,0	33,2
Grande Lisboa	30,0	31,3	36,8
Portugal	38,5	30,5	29,1

Fonte: INE, Censos 2011.

Esta região é historicamente tida como pouco permeável à mudança e à modernização dos comportamentos sociais e económicos (v.g. Medeiros, 1994; Bandeira, 1996). No âmbito educativo, as NUTIII do noroeste continuam a apresentar as maiores proporções de jovens que não ultrapassaram o ensino básico, ficando inclusivamente acima dos valores correspondentes às NUTIII do interior norte (Quadro 1). Justifica-se plenamente, portanto, analisar os fatores que têm contribuído, neste espaço, para limitar o processo de formação dos stocks deste capital cultural, hoje imprescindíveis, tanto para os indivíduos, como para o desenvolvimento social e económico regional. Partimos da hipótese de que o povoamento disperso, associado à matriz socioeconómica da pequena propriedade familiar, tem um efeito retardador dos processos de mudança social, incluindo as alterações no sentido de uma maior escolarização dos jovens. Com a presente comunicação damos a conhecer os resultados de uma investigação empírica que nos permitiu testar se o tipo de habitat – rural, intermédio, urbano – é um dos fatores explicativos do nível de escolaridade alcançado, tendo em conta outras variáveis influentes, como sejam os recursos familiares e o sexo do indivíduo.

### 3. METODOLOGIA

Em 2008 aplicámos um inquérito por questionário a 211 indivíduos com idade entre os 25 e os 35 anos. As perguntas foram formuladas para obter uma descrição detalhada do processo de transição para a vida adulta do respondente, incluindo as principais transições (saída da escola, saída da casa paterna, primeiro emprego, primeiro casamento, primeiro filho) e dados dos contextos geográficos e familiares. A amostragem incidu em oito freguesias

representativas do *continuum* rural-urbano do noroeste, com base num estudo exploratório das dinâmicas demográficas entre 1950 e 2011 e na classificação na tipologia rural-urbano do INE. Em cada freguesia recorreu-se a informadores privilegiados para localizar o maior número possível de indivíduos na faixa etária pretendida, seguido do método da bola de neve.

O objetivo da análise é explicar o nível educativo alcançado pelos indivíduos, expresso na forma de uma variável ordinal com três níveis: baixo (até ao 9º ano de escolaridade), médio (12º ano de escolaridade, cursos pós-secundários não superiores) e alto (ensino superior). Atendendo à natureza da variável dependente optámos pelo método estatístico da regressão logística ordinal, usando a função *logit* (Maroco, 2007). Nas variáveis explicativas definimos o habitat de origem, considerando as categorias **rural** (montanha e acessível, densidade inferior a 100 e a 200 hab./km<sup>2</sup> respetivamente), **intermédio** (pequenos núcleos e áreas periurbanas com densidade entre 200-500 hab./km<sup>2</sup>) e **urbano** (vilas e cidade média, densidade superior a 500 hab./km<sup>2</sup>). A **escolaridade da mãe** destacou-se no conjunto das variáveis que dão conta do nível de recursos económicos e culturais da família de origem (v.g. classe social, nível de escolaridade do pai). O **número de irmãos** dá-nos uma medida do grau de repartição dos recursos no seio da família, e o **sexo** permite captar as diferenciações de género nas estratégias educativas e de emancipação juvenil. Numa segunda fase introduziram-se duas variáveis adicionais (**ter ou não explicações** ao longo do trajeto escolar e o **motivo principal associado à saída da casa paterna**) por traduzirem uma estratégia proactiva de investimento familiar no trajeto escolar dos jovens.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os modelos estimados baseiam-se em 206 casos válidos, 86 homens e 120 mulheres, de 25 a 35 anos, que viveram a sua infância e juventude predominantemente em áreas rurais (82 indivíduos; 39,8%), intermédias (36 indivíduos, 17,5%) e urbanas (88 indivíduos; 42,7%). Os modelos contribuem para explicar, de forma significativa, o nível educativo alcançado pelos jovens que se distribuem pelo 9º ano de escolaridade ou menos (77 indivíduos, 37,4%); o 12º ano de escolaridade (55 indivíduos; 26,7%) ou o ensino superior (74 indivíduos; 35,9%).

O primeiro modelo (Quadro 2) tem um ajuste já considerável: Pseudo-R<sup>2</sup> Cox e Snell = 0,40 e Nagelkerke = 0,451. Mostra que um maior número de irmãos, o sexo masculino, o habitat rural e um baixo nível de escolaridade da mãe tornam menos provável que o jovem alcance os níveis de escolaridade mais altos. Apenas a idade do indivíduo se revela não significativa. O segundo modelo (Quadro 2), em que introduzimos as variáveis que refletem estratégias familiares de investimento no trajeto escolar dos jovens, o que permitiu melhorar a qualidade do ajuste (Pseudo-R<sup>2</sup> Cox e Snell = 0,514 e Nagelkerke = 0,580). O efeito negativo da baixa escolaridade

da mãe passou a ser significativo apenas para as mães *sem estudos*, mantendo-se significativo e negativo o efeito do tipo de habitat *rural e intermédio*, assim como o sexo *masculino*. Ter explicações e sair de casa para continuar estudos aumenta substancialmente a probabilidade de atingir os níveis mais altos de educação, mas não é suficiente para anular os efeitos de uma origem familiar desfavorecida e de um contexto de vida não urbano.

**Quadro 2:** Modelo de Regressão Ordinal para explicar o nível de escolaridade alcançado (baixo, médio ou alto) com base em variáveis adscritas

Parâmetro	MODELO 1			MODELO 2		
	Estimativa ( $\beta$ )	p value	Odds Ratio EXP( $\beta$ )	Estimativa ( $\beta$ )	p value	Odds Ratio EXP( $\beta$ )
<b>Idade</b>	-0,05	0,272	0,951	-0,018	0,74	0,982
<b>Número de irmãos</b>	-0,313	0,00	0,731	-0,17	0,061	0,844
<b>SEXO (Ref. 'Feminino')</b>						
<b>Masculino</b>	-1,499	0,000	0,223	-1,379	0,000	0,252
<b>HÁBITAT DE ORIGEM (Ref. 'Habitat Urbano' ]</b>						
<b>Rural</b>	-1,55	0,001	0,212	-1,268	0,002	0,281
<b>Intermedio</b>	-0,847	0,055	0,429	-0,967	0,046	0,380
<b>NIVEL EDUCATIVO DA MÃE (Ref. Nível Educativo Superior, 'CINE<math>\geq</math>4')</b>						
<b>Sem estudos</b>	-4,121	0,000	0,016	-2,735	0,009	0,065
<b>CINE 1</b>	-2,233	0,002	0,107	-0,592	0,456	0,553
<b>CINE 2-3</b>	-1,378	0,080	0,252	0,358	0,676	1,430
<b>MOTIVO DA EMANCIPAÇÃO RESIDENCIAL (ref. = não emancipado)</b>						
<b>Trabalho/Independência</b>				-1,109	0,079	0,330
<b>Casamento</b>				-0,365	0,374	0,694
<b>Continuar estudos</b>				2,042	0,000	7,706
<b>EXPLICAÇÕES DURANTE O PERCURSO ESCOLAR (Ref: Não)</b>						
<b>Sim</b>				0,84	0,031	2,316

## 5. CONCLUSÕES

No noroeste português, para gerações pós 25 de abril, crescer num espaço rural constituiu um fator de desvantagem no que se refere ao sucesso do trajeto educativo, definido pelo nível de ensino completo mais alto alcançado. Este fator contextual, associado a uma proveniência familiar com baixos recursos económicos e culturais, reduz substancialmente a probabilidade de um jovem alcançar formação para além dos níveis básicos. Algo que algumas famílias conseguem evitar, enviando os jovens para os centros urbanos para estudar e intensificando o apoio aos estudos recorrendo a explicações. Do ponto de vista da região interessa reconhecer este efeito. As cidades desempenham um importante papel de qualificação, mas atualmente esse efeito restringe-se ao espaço urbano propriamente dito. Para que os

espaços rurais possam convergir com a cidade no âmbito educativo é importante que este efeito seja extensível às áreas rurais em todo o *continuum* urbano-rural. As medidas políticas a adotar, no sistema educativo, nos sistemas de mobilidade e nos apoios sociais aos estudantes, deverão contribuir para apoiar e robustecer as estratégias que as famílias já desenvolvem no sentido de potenciar o futuro dos seus filhos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bandeira, M.L. (1996). *Demografia e Modernidade – Família e Tradição Demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Corbett, M. (2005). Rural Education and Out-Migration: The Case of a Coastal Community, *Canadian Journal of Education*, 28 (1-2), 52-72.
- Easterlin, R., Angelescu, L. & Zweig, J. (2011). The Impact of Modern Economic Growth on Urban–Rural Differences in Subjective Well-Being, *World Development*, 39 (12), 2187-2198.
- EURYDICE (2012). *Las cifras clave de la educación en Europa 2012*. Bruxelas: Agencia Ejecutiva en el ámbito educativo, audiovisual y cultural.
- Goldthorpe, J.H. (1996). Class Analysis and the Reorientation of Class Theory: the case of persisting differentials in Educational Attainment, *The British Journal of Sociology*, 47 (3), 481-505.
- Guerreiro, M.D. & Abrantes, P. (2007). *Transições Incertas. Os jovens perante o trabalho e a família*, Estudos 2. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Justino, D. (2010). *Difícil é educá-los*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Maroco, J. (2007). *Análise Estatística com Utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Medeiros, F. (1994). A teoria do dualismo revisitada nos países de industrialização sem modernização, *Análise Social*, 29 (125-126), 81-119.
- Portela, J. & Gerry, C. (2002). Dreams, Pragmatism and employment outcomes among Portuguese rural youth: 6 paradoxes. In Dax, T., Machold, I. (Eds.), *Voices of rural youth - a Break with Traditional Patterns? - Bundesanstalt für Bergbauernfragen*, Austria, 122-157.
- Schmidt, L. (1990). Jovens: família, dinheiro, autonomia, *Análise Social*, XXV (108-109), 645-673.
- Sebastião, J. (1998). Os dilemas da escolaridade. In Viegas, J. M. L. y Costa, A.F. (orgs.), *Portugal – que modernidade?* (311-327). Oeiras: Celta Editora.
- Shucksmith, M., Cameron, S. & Merridew, T. (2006). *First European Quality of Life Survey: Urban-rural differences*. Dublin: European Foundation Improvement of Living/Working Conditions.
- Stoer, S. R. & Araújo, H. (1997). Quatro espaços estruturais e a construção de ‘mapas de sentido’ na semiperiferia. In Machado-Pais, J., Chisholm, L. (Eds.), *Actas do Congresso Internacional «Growing up between centre and periphery»*, 2-4 de Maio de 1996, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 89-109.

## **THEMATIC AREA | ÁREA TEMÁTICA**

---

**Public policies, local development and territorial cohesion |  
Políticas públicas, desenvolvimento local e coesão territorial**

# **Agricultural output for the twenty seven former European Union countries: the main factors that can influence at farm level**

Vítor João Pereira Domingues Martinho  
Polytechnic Institute of Viseu  
vdmartinho@esav.ipv.pt

## **ABSTRACT**

In European Union countries the contribution from agriculture is crucial, considering the relevance given to the Common Agricultural Policy that was created at the beginning of the European Economic Community which was, and still is in certain measure, the most commonly known European policy. In this way, the aim of this research is to identify the principal factors that can influence agricultural output, at farm level, within European Union countries and estimate the respective relationships. For this purpose estimations were made through panel data econometric techniques, using the Stata (2015) software, over the period 1989-2009, and considering the FADN (2014) database. The identification and quantification of agricultural output determinant across the several European countries will support public institutions in the definition of general strategies and farmers in their daily decisions.

**KEYWORDS:** Determinants; Agricultural output; Econometric techniques; Panel data.

## **1. INTRODUCTION**

Micro-economic analysis for agriculture is not so commonplace, specifically due to the lack of data at farm level available in public platforms. Micro-economic studies in agriculture have their importance, in order to capture the dynamics at farm level, namely those related with individual demand and supply, the interactions in the markets and structural specificities.

Taking the aforementioned into account, the principal objective of the study presented here is to identify the main determinants of the agricultural output, at farm level, as well as the respective relationships, between the former twenty seven European countries, through panel data estimations and with data for the period 1989-2009 available in the public database Farm Accountancy Data Network (FADN, 2014). For this, a linear econometric model based on the developments of Cobb and Douglas (1928) was considered relating to the production function.

## **2. LITERATURE REVIEW**

Export trade is considered by some economic literature to be the engine of economic growth namely in international trade with tradable goods, such as those obtained in the agricultural sector. International trade plays an important role in the dynamics of economic growth processes and the flow of this trade depends on several factors and elements (Lee & Lim, 2014).

The cooperatives and associations make a crucial contribution towards economic growth and development, considering the frequent atomization of the sector where farms have small dimensions and are in vast numbers. This brings some complications within the agricultural markets for farmers. However, the daily functioning of these organizations have their particularities (Costa *et al.*, 2013).

Land availability is the principal determinant for farming dynamics and growth and the dimension of the land farmed depends upon several variables, namely from local (soil and climate) and structural characteristics (employment) and from the Common Agricultural Policy (Bartolini & Viaggi, 2013). Usually the soil, climate, topography and economic contexts are considered as geographic determinants for agricultural development (Stoebner & Lant, 2014). The socio-economic and institutional factors are, also, important determinants of the farming performance, namely those related to the average income of farms and with public financial support (Prishchepov *et al.*, 2013). The socio-economic and biophysical factors were the main determinants of the agricultural changes in Southern Portugal across the period 1985-2000 (Doorn & Bakker, 2007).

Productivity and efficiency are important factors for farming development. Cuerva (2012) found that in the European Union countries migration and investment are the main determinants for agricultural productivity growth, more so than the Common Agricultural Policy. Investment is a crucial factor for improvements in farms with technology and innovation. The main determinants for investment within the European Union countries, after the Common Agricultural Policy reforms of the 2000s, are the level of specialization, the age of the producers, the subsidies, the management and the geographic location (Viaggi *et al.*, 2011). However, in the Brazilian Amazon Technological adoption was determined by the level of labor and capital available (Perz, 2003). The age of the producers was, also, a determinant of the farming dynamics considered by Donoso *et al.* (2010) and by Zawojcka (2010). This author analyzed the farmers' trust in Polish public institutions and found that the image of the organizations and the level of satisfaction obtained are fundamental for the relationships between the farmers and those institutions.

Development projects, also, play a determining role in the performance of agriculture, but there are some local questions that must be taken into account. For example, Ahmadvand *et al.* (2011) identified the level of participation as a determinant for the acceptance of these projects by the farmers. Indeed, the success of any intervention in farms depends on the level of engagement from the farmers.

The questions related with the sustainability and with the concerns relating to the environment are in certain contexts important determinants of the land farmed and the farming performance. Indeed, the aspects associated with the biodiversity are a concern for the agricultural development framework (Grashof-Bokdam & van Langevelde, 2004). The legislation and the public regulations related with, for example, some new biotechnological products, also, influences the agricultural development in several European countries (Tosun, 2014).

Juvancic *et al.* (2004) found the physical production factors available, the existent labor force and its skills and the farmers' preferences as main determinants of agriculture dynamics in Slovenia.

### 3. THE MODEL

Considering the previous literature review, a model based on the Cobb & Douglas (1928) linearized production function was considered, where the logarithm for agricultural output (euro) is regressed by the logarithm for total labor (hours), the logarithm of total utilized agricultural area (ha), the logarithm of assets (euro), the logarithm of gross investments (euro), the logarithm of total subsidies (excluding on investments - euro) and the logarithm of subsidies in investments (euro).

The linear model can be summarized as follows:

$$q_{it} = l_{it} + uaa_{it} + a_{it} + gi_{it} + sc_{it} + si_{it} + \varepsilon$$

Where each letter represents each variable as referred to next:

$q$  –the logarithm of agricultural output;  $l$  – the logarithm of labor input;  $uaa$  – the logarithm of total utilized agricultural area;  $a$  – the logarithm of assets;  $gi$  – the logarithm of gross investments;  $sc$  – the logarithm of total subsidies (excluding on investments);  $si$  – the logarithm of subsidies in investments.

The index  $i$  and  $t$  represent the countries and the years, respectively and  $\varepsilon$  the error term in the model.

The choice of each independent variable was based, among others, on the following literature:

- Labor input and gross investment – Cobb & Douglas (1928);
- Utilized agricultural area - Bartolini & Viaggi (2013);
- Assets - Juvancic *et al.* (2004);
- Total subsidies (excluding on investments) and subsidies in investments - Viaggi *et al.*, 2011.



## 4. RESULTS

The model presented before was estimated with the all independent variables, through the dynamic panel-data estimation, one-step difference GMM, to deal with inherent statistical problems, such as endogeneity. The econometric techniques used were based on the works of authors such as Arellano and Bond (1991), Arellano and Bover (1995), Blundell and Bond (1998), Correia (2012) & Baltagi (2013). The results are shown in the following table 1.

Table 1 presents the results obtained with panel data econometric methodologies for a linear model based on a Cobb-Douglas production function, where the logarithm of total agricultural output was regressed by the logarithm of gross investment, total utilized agricultural area, total assets, logarithm of labor input, total subsidies excluding on investments and subsidies on investments, at farm level

**Table 1:** Results obtained with panel data econometric methodologies for a linear model based on a Cobb-Douglas production function

Model	Period 1989-2009
	Dynamic panel-data estimation, one-step difference GMM
Logarithm of gross investment	0.051* (3.080) [0.002]
Logarithm of total utilized agricultural area	0.466* (3.800) [0.000]
Logarithm of total assets	0.266* (2.300) [0.021]
Logarithm of labour input	0.346** (1.840) [0.065]
Logarithm of total subsidies excluding on investments	-0.006 (-0.830) [0.404]
Logarithm of subsidies on investments	-0.012** (-1.900) [0.057]
Arellano-Bond test for AR(1) in first differences	0.890 [0.374]
Arellano-Bond test for AR(2) in first differences	0.250 [0.800]
Hansen test of overid. restrictions	1.980 [0.159]

Note: \*, statistical significant at 5%; \*\*, statistical significant at 10%.

The results in table 1 show the positive influence of gross investment, utilized agricultural area, total assets and labor input on the agricultural output, at farm level in the European Union countries (0,051; 0,466; 0,266; and 0,346, respectively). These results present some problems with the effects of subsidies upon agricultural output (the coefficient of the current subsidies has no statistical significance and that the association with the subsidies on investment is negative).

## 5. CONCLUSIONS

The literature which was studied shows that there are many factors that can influence the agricultural dynamics and performance and, as a consequence, the farming development and growth. The main factors are those related with socio-economic (farm income, farmers' age, assets, employment, investments and subsidies), environmental (sustainability), physical (soil), legal (legislation) and geographical (local characteristics) conditions.

Description data showed that countries such as the Netherlands, Bulgaria, Sweden, Czech Republic and Slovakia are countries that play an important role in the agricultural sector of the European Union. They are countries with relevant performance in terms of agricultural output, utilized agricultural area, gross investments and total and fixed assets.

The econometric estimations with the three models considered present that the agricultural output is mainly dependent on the labor input, utilized agricultural area, total assets and gross investment. The total subsidies excluding on investments and the subsidies on the investments have a dubious impact upon the agricultural output over the period considered, which requires the attention of policy makers. However, the most important factors that can influence the agricultural output seem to be the utilized agricultural area, the total assets and the labor input. This shows the dependency of European farms on their area, their human workforce and on their financial health. Curiously, gross investment influences the farming output very little (confirmed by the dubious significance of the subsidies on investment), as well the total subsidies excluding on investments. In fact, it seems that the subsidies influence the farmers' decisions, but few influence the global output of the farms.

In future research it will be important to complement this study with other methodologies and to make the estimations presented here for each country and try to understand the differences between each European Union country. It will be important to find the main aspects which prevent the subsidies on investments to contribute towards agricultural output development in Europe, considering the vast amount of financial support sent every year to the countries with greater weaknesses in their structural and organizational contexts, in order to increase their performance and competitiveness in the global market.

## BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Ahmadvand, M., Karami, E. & Iman, M.T. (2011). Modeling the determinants of the social impacts of agricultural development projects. *Environmental Impact Assessment Review* 31, 8–16.
- Arellano, M. & Bond, S. (1991). Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and an application to employment equations. *Review of Economic Studies* 58(2), 277- 297.
- Arellano, M. & Bover, O. (1995). Another look at the instrumental variables estimation of error-component models. *Journal of Econometrics* 68(1), 29-51.
- Baltagi, B. (2013). *Econometric Analysis of Panel Data, 5<sup>th</sup> edition*. John Wiley & Sons, Chichester.
- Bartolini, F. & Viaggi, D. (2013). The common agricultural policy and the determinants of changes in EU farm size. *Land Use Policy* 31, 126– 135.
- Blundell, R. & Bond, S. (1998). Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. *Journal of Econometrics* 87, 115-143.
- Cobb, C. W. & Douglas, P. H. (1928). A Theory of Production. *American Economic Review* 18, (Supplement), 139-165.
- Correia, T.A.J. (2012). *Política fiscal, composição da despesa e o crescimento económico da Guiné-Bissau, no contexto da CEDEAO*. Dissertação de Mestrado em Economia, Mercados e Políticas Públicas. EEG, Univeridade do Minho.
- Costa, D. R.M., Chaddad, F. & Azevedo, P.F. (2013). The Determinants of Ownership Structure: Evidence from Brazilian Agricultural Cooperatives. *Agribusiness* 29(1), 62– 79.
- Cuerva, M.C. (2012). Determinants of labour productivity convergence in the European agricultural sector. *Agrociencia* 46, 621-635.
- Donoso, G., Melo, O. & Negrete, E. (2010). Participation determinants and impact assessment of the Institute of Agricultural Development (INDAP) credit program. *Cien. Inv. Agr.* 37(2), 87-99.
- Doorn, A.M.V. and Bakker, M.M. (2007). The destination of arable land in a marginal agricultural landscape in South Portugal: an exploration of land use change determinants. *Landscape Ecol.* 22, 1073–1087.
- FADN (2014). *Several statistics*. European Commission.
- Grashof-Bokdam, C.J. & van Langevelde, F. (2004). Green veining: landscape determinants of biodiversity in European agricultural landscapes. *Landscape Ecology* 20, 417–439.
- Juvancic, L., Kozar, M. & Erjavec, E. (2004). Survey-based Analysis of Determinants of Income Diversification in Agricultural Households of Slovenia. *Die Bodenkultur* 55(2), 63-71.
- Lee, S.Y. & Lim, S.S. (2014). Determinants of the Korean agricultural trade with the LDCs and the OECD countries. *Agric. Econ. – Czech* 60(3), 110–122.
- Perz, S.G. (2003). Social Determinants and Land Use Correlates of Agricultural Technology Adoption in a Forest Frontier: A Case Study in the Brazilian Amazon. *Human Ecology* 31(1), 133-165.
- Prishchepov, A.V., Müller, D., Dubinin, M., Baumann, M. & Radeloff, V.C. (2013). Determinants of agricultural land abandonment in post-Soviet European Russia. *Land Use Policy* 30, 873-884.

- Stata (2015). *Data Analysis and Statistical Software*. StataCorp LP.
- Stoebner, T.J. & Lant, C.L. (2014). Geographic determinants of rural land covers and the agricultural margin in the Central United States. *Applied Geography* 55, 138-154.
- Tosun, J. (2014). Agricultural Biotechnology in Central and Eastern Europe: Determinants of Cultivation Bans. *Sociologia Ruralis* 54(3), 362-381.
- Viaggi, D., Raggi, M. & Paloma, S.G. (2011). Understanding the determinants of investment reactions to decoupling of the Common Agricultural Policy. *Land Use Policy* 28, 495–505.
- Zawojaska, A. (2010). Determinants of farmers' trust in government agricultural agencies in Poland. *Agric. Econ. – Czech* 56(6), 266–283.

## **Inserção de agricultores familiares na agenda dos biocombustíveis – Bahia / Brasil na contramão do crescimento inteligente e sustentável**

Cristina Maria Macêdo de Alencar  
Universidade Católica do Salvador

### **RESUMO**

A inserção da agricultura familiar, através de organização produtiva e tecnológica em política pública de biocombustível, foi examinada no Território de Identidade Nordeste de Alagoinhas / Litoral Norte (unidade de planejamento). Adotou-se análise de conteúdo para discussão dos resultados constatados em pesquisa bibliográfica e documental, participação em reuniões governamentais, entrevistas individuais e em grupo focal, fontes de conteúdos dinâmicos ao longo do processo de planejamento do governo obtidos em entrevistas gravadas, transcritas e analisadas a partir de categorias específicas do processo de participação dos produtores familiares, sistematizando-se os conteúdos. Enfatiza-se a relação entre tecnologia e sociedade e a correlação de forças. Conclui-se que condições estruturais de inserção dos Agricultores Familiares nessa agenda de desenvolvimento reproduzem relações entre tecnologia e sociedade em desigualdades nas relações de forças, numa política que vislumbra produção de biomassa para biodiesel, atendendo à demanda dinâmica de desenvolvimento metropolitano por energia para crescimento econômico.

**PALAVRAS-CHAVE:** tecnologia e sociedade; relações desiguais, agricultores familiares, política pública.

### **1. INTRODUÇÃO**

O processo de inserção da agricultura familiar em políticas públicas foi examinado em medidas de política do Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB), do governo brasileiro, e do Programa de Bioenergia (Bahiabio) do governo do estado da Bahia (2005-2011). A idéia força é que as relações entre tecnologia e sociedade expressam complexidade política, social e econômica de participação dos Agricultores Familiares (AF). O governo Federal do Brasil nessa política pública pretendeu incluir esses agricultores em níveis de organização produtiva e tecnológica que garantissem melhores condições de vida. Teoricamente, compreende-se a produção de biodiesel como uma evidência da dinâmica de desenvolvimento metropolitano, que demanda energia para garantir crescimento econômico, contexto em que se discute a relação entre tecnologia e sociedade para inserção de AF.

### **2. DADOS, MÉTODOS E TÉCNICAS**

Os dados da pesquisa se referem ao Território de Identidade (TI) Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte (AA/LN), unidade de planejamento vigente a partir de 2007, para o governo da Bahia/Brasil. Examinamos neste artigo a dimensão social das condições estruturais com que se estabelecem as relações entre tecnologia e sociedade nas quais os Agricultores Familiares aí localizados (2007-2011) forneceram biomassa. Para cumprimento do Selo Combustível Social

o PNPB zoneou para esse TI a produção de girassol, apesar de ser esta uma oleaginosa até então exótica<sup>115</sup>. Nesta pesquisa, o município Olindina representa o Território. O Bahiabio, em 2007, havia estimado investimentos da ordem de 12,3 bilhões de reais e o Governo Federal (Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA) já havia alocado recursos desde 2005 em diferentes rubricas do PNPB. No nível tático de execução dos Programas a articulação entre o governamental e o não governamental tem nas cooperativas o braço executivo. A principal cooperativa parceira do governo no AA/LN é a Cooperativa dos Produtores Rurais de Olindina (COOPERO) situada no município de Olindina, no Território de Identidade AA/LN cujo quadro diretivo com representação dos municípios onde têm cooperado garante sua abrangência territorial: Olindina, Sátiro Dias, e Itapicuru.

Olindina, a 128 km da capital baiana, demograficamente rural (24.557 habitantes – IBGE, 2009), tem densidade demográfica 42,68 hab/km e IDH de 0,593, um dos menores no Território. Além de sediar a COOPERO, Olindina é importante por estar zoneado para o plantio de girassol pelo PNPB e pelo Bahiabio, embora seu perfil produtivo seja de AF que trabalham na própria terra (sem título de propriedade), em sistema de arrendamento e de meação, com plantio de mandioca, feijão, milho, batata, amendoim e mamona, criação de ovelha, aves e algum gado bovino; o registro da produção de girassol aparece a partir de 2007 (IBGE-SIDRA). Os dados do IBGE-SIDRA relativos à produção, área colhida e rendimento médio das principais oleaginosas período de 2005 a 2009 registram produção decrescente para todas as oleaginosas (amendoim, girassol e mamona); deixa de ser notificada produção de mamona em 2008, cai drasticamente o rendimento do girassol em grão de 2.897kg/ha em 2007 para 300kg/ha em 2009 e fica inalterado o rendimento de amendoim em 500kg/ha. Por área colhida é clara a indução ao plantio de girassol em 2007 com 145ha, cai para 30ha em 2008 e sobe para 160ha em 2009, enquanto a mamona deixa de ser colhida em 2008 e o amendoim oscila com áreas de 10, 100 e 20ha nos três últimos anos da série.

Utilizou-se método de análise e síntese relacional e análise de conteúdo para discussão dos resultados constatados em bibliografias, documentos, entrevistas individuais, participação em reuniões governamentais e em grupo focal. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas e sistematizadas a partir de categorias construídas sobre o processo de participação dos produtores familiares. Foram entrevistados AF das comunidades do Funil, de Umburandinha, D. Maria, e a do Rio das Pedras, a maioria sem o título da terra, o que foi reiteradamente afirmado por gestores públicos e agricultores sindicalizados e não

---

<sup>115</sup> O Programa trabalha várias oleaginosas para outros Territórios de Identidade.

sindicalizados, expressão da questão agrária que se configura no Território. Na perspectiva teórica o rural é lugar de trabalho e vida em relação subalternizada com o urbano e tensionado pela hegemonia do projeto metropolitano de desenvolvimento na sociedade capitalista.

### **3. TECNOLOGIA E SOCIEDADE, AGRICULTOR FAMILIAR E POLÍTICA PÚBLICA**

Três “normativas” no âmbito do MDA institucionalizam o Agricultor Familiar: a lei que profissionaliza a atividade de Agricultor Familiar (Lei 11.326 de 24 de julho de 2006), a Portaria MDA nº 17 de 23 de março de 2010 que estabelece as condições e procedimentos para emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP<sup>116</sup>, e a Instrução Normativa nº 1 de 20 de junho de 2011 que postula “aquisição de matéria-prima oriunda das cooperativas agropecuárias do agricultor familiar pelos produtores de biodiesel será considerada para os fins de concessão e manutenção do Selo Combustível Social - SCS, desde que observados ditames do presente normativo”. Entre estes ditames está na alínea IX a definição de assistência técnica e capacitação como prestação de serviços técnicos qualificados e: “capacitação de agricultores familiares para a produção de oleaginosa(s) em compatibilidade com a segurança alimentar da família e geração de renda, contribuindo para a melhor inserção na cadeia produtiva do biodiesel e o alcance da sustentabilidade da propriedade”. Há lacuna temporal grave, de 6 anos, entre a Instrução Normativa Nº1, que é a primeira, relativa a parâmetro estrutural para o envolvimento do AF, datada de 20 de junho de 2011, e a implantação do Programa, apesar de se referir a questões vitais da reprodução social das populações rurais como a segurança alimentar e a sustentabilidade da propriedade; outra lacuna, 4 anos, ocorreu entre a Lei que profissionaliza e a Portaria DAP que regulamenta a carteira de identidade da profissão. Contudo, o AF inserido continuou precisando sobreviver como espécie e como agente econômico, público alvo do PNPB.

O Programa responde a transformações planetárias em termos climáticos, dinâmica socioeconômica em termos do padrão de desenvolvimento urbano-industrial intenso, acelerado, concentrado e aglomerado, próprio da condição metropolitana; demanda ciência e tecnologia para mitigar impactos e catalisar crescimento inteligente. A inovação tecnológica é o principal foco dos trabalhos científicos relativos à produção de biodiesel, quer em termos do

---

<sup>116</sup> DAP – “Criada pela SAF/ MDA, a DAP é utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas, como o PRONAF. Para obtê-la, o agricultor familiar deve dirigir-se a um órgão ou entidade credenciado pelo MDA, munido de CPF e de dados acerca de seu estabelecimento de produção (área, número de pessoas residentes, composição da força de trabalho e renda, endereço completo).

processamento industrial, quer em termos da produtividade agrônômica da oleaginosa, legitimados pelas questões climáticas (Stecher, 2009; Gazzoni, 2009; Oliveira & Santa'ana, 2009). Seguem-se pesquisas com foco na sustentabilidade socioambiental incluindo formação profissional tecnológica; poucas pesquisas focalizam os AF (Oliveira, 2009; Santos, 2010), público alvo na agenda desenvolvimentista governamental.

Examinou-se a inserção dos AF em relação ao subprojeto girassol, apresentado com largas vantagens em termo de cadeia produtiva e adaptação a sistemas de cultivo e fácil manejo para agricultura familiar, benefícios no processamento do produto e altos índices de produtividade (Bahia, 2007, p. 29-30), mas não é explicitada a origem das pesquisas que fundamentam as afirmações atribuídas à então Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA. Conforme reunião da Câmara Setorial de Oleaginosa (em 23/02/2011), na sede da Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos do Estado da Bahia, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), só em 2011 começou a integrar esse processo.

Contradições continuam entre vantagens e intenções de inclusão social da agricultura (Bahia, 2007, p.30) e a meta para alcançar esse objetivo “intensificando esforços para a promoção do agronegócio baiano”(Bahia, 2007, p. 8), dadas as correlações de força no agronegócio baiano de extrema assimetria entre as agriculturas familiar e capitalista. Os empresários capitalistas ajustariam suas linhas de produção à oferta de um produto nunca dantes produzido pelos fornecedores eleitos; a assistência técnica não detinha pacote tecnológico e os cientistas que constroem esses pacotes não ficaram convencidos de tratar-se de um problema de P&D. Isto evidencia que a classificação técnica da definição de agronegócio para falar de agricultores familiares e empresários capitalistas não resolve os limites estruturais assimétricos diante do imperativo da lucratividade, daí ser a política, facultativa. Há a alternativa de não ter o SCS e processar oleaginosas que não sejam produzidas por AF, embora com SCS haja vantagem ao delegar riscos, ter custos mais reduzidos, controle da qualidade da matéria prima pela assistência técnica, produção flexível – desde que se cumpram as condições e se enquadrem num regime de submissão formal do trabalho camponês ao capital.<sup>117</sup>

Aos AF que tenham o título da terra cabem todos os riscos da inovação, num tecido social historicamente marcado pela restrição de oferta de serviços, desconhecimento do agente da tecnologia agrícola e ausência de garantia de direitos elementares como educação e saúde. Os AF é que, paradoxalmente, demandam pesquisa e assessoria governamental para melhorar

---

<sup>117</sup> Agradeço a inserção desse adendo a Pedro Hespanha, pesquisador do Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra que alertou que desde os anos 1970 esse processo é apontado nos estudos de economia agrária e pequena agricultura.



a participação no Programa concebido e implantado mediante planejamento que deveria ser estratégico como anunciado, e não formal, para o desenvolvimento territorial. Assim, a inovação tecnológica do cultivo de girassol induzida por três safras consecutivas, desconhecida para todos os agentes envolvidos, “de certa forma usou o AF como cobaia. [...] em nenhum momento houve uma avaliação mais criteriosa do processo; nem perguntou se o cara queria plantar girassol. [...] era a solução sem fazer conta [...].” (GP 1, p.10).

#### 4. CONCLUSÕES

Compreende-se como crescimento inteligente no desenvolver de uma economia, o uso de conhecimento e inovação em processos tecnológicos transformadores virtuosamente das condições de vida da população a que se destinam as ações inovadoras. Essa virtuosidade não foi constatada entre tecnologia e sociedade. Por um lado, a tecnologia fundamentada no aumento da produtividade em lógica própria da acumulação de capital, e por outro lado, a (fração) sociedade enunciada no programa de governo, como termos da relação, inviabilizou crescimento inteligente e sustentável. Para os agricultores familiares em estudo, a convocação foi para produzir algo desconhecido como saber prático, assistência técnica e capacitação, patamar muito aquém do necessário a intensificar a produtividade de um cultivo tecnologicamente controlado pelos sistemas de pesquisa e extensão disponibilizados.

A inovação social para institucionalizar o SCS ancorado em cultivo desconhecido, biomassa a ser processada por uma planta industrial previamente instalada e colocada em funcionamento efetivou experimento de risco para os AF. Os técnicos desconheciam experimentalmente o comportamento da cultura do girassol e a EMBRAPA, até então, não havia sido envolvida no processo, evidenciando desarticulação entre as instituições que executam políticas para agricultura familiar. As metas dos projetos institucionais se sobrepõem à diretriz política de inclusão socioeconômica o que põe em xeque, em termos de crescimento inteligente e sustentável, o discurso programático diante da hegemonia dos interesses internacionais para o desenvolvimento urbano-industrial. Assim, a inserção do AF depende de forte coesão enquanto categoria social frente a uma política que não vislumbra o território rural e sim produção de biomassa para biodiesel, não se efetivando devido à extrema desigualdade social, de poder econômico e político da participação desses agricultores.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alencar, C.M.M (2012). *Desenvolvimento socioambiental na coexistência rural-urbana sob influência metropolitana*. Edital Universal CNPQ. Relatório de Pesquisa.

- Araújo, T.B. (2013). “Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula”, in Sader, Emir (Org.), *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. Boitempo Editorial / FLACSO Brasil, Rio de Janeiro, pp. 157-172.
- Gazzoni, D.L. (2009). “As razões da escalada de preços das commodities agrícolas”, in *A rapadura e o fusca*. Goethe-Institut, Salvador/Ba. Disponível em <http://www.goethe.de/ins/br/sab/prj/rap/sim/bio/raz/ptindex.htm>
- Ivo, A.B.L. (2012) “Um paradigma para além do contrato: a inovação do Brasil nas políticas de transferência de renda”, in Gennari, A.M & Albuquerque, C.M.P (Org.), *Políticas públicas e desigualdades sociais: debates e práticas no Brasil e em Portugal*. Cultura Acadêmica, São Paulo, pp: 57-77.
- Matus, C. (1991). O Plano como Aposta. *São Paulo em perspectiva* 5 (4), 28-42.
- Oliveira, G.G. & Santa’ana, M.I. (2009). *Levantamento de informações disponíveis sobre a cadeia produtiva de biodiesel no estado da Bahia*. Relatório Técnico. Salvador/BA.
- Oliveira, J.T.C.R (2009). *Entre cravos e girassóis*. FAdm, UFBA.
- Stecher, K.H. (2009). “A definição de uma política de biocombustíveis”, in *A rapadura e o fusca*. Ba, Goethe-Institut.
- Santos, R. (2010). *Políticas públicas e estratégias de fomento do biodiesel na Bahia: posicionamento do governo Versus percepção do agricultor familiar*. Dissertação, Salvador/BA,FTC.

## REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

- BAHIA, SEAGRI. Bahiabio – Programa de Bioenergia. SALVADOR, Gov.Bahia, 2007.
- BAHIA. PPA 2007-2011. , LEI Nº 6.302 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007.
- BRASIL. Relatório de Vistoria e Avaliação. MDA/ INCRA-BA, 1998.
- BRASIL. MDA. Instrução Normativa nº 1 de 20 de junho de 2011.
- BRASIL. MDA. Lei 11.326 de 24 de julho de 2006.
- IBGE/SIDRA - <http://www.sidra.ibge.gov.br/>

## REFERÊNCIAS ORAIS

- Agricultores Familiares do Território AA/ LN. Entrevistas 2011.
- BAHIA. SEAGRI. Câmara Setorial de Oleaginosas. Reunião técnica. Fevereiro de 2011.
- BAHIA. SEAGRI. Câmara Setorial de Oleaginosas. Reunião técnica. Dezembro de 2011.
- Gestores Públicos. Pólo de Biodiesel/ MDA, 2011
- Gestores. Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação. SECTI/BA.2011
- Gestores Públicos. SEAGRI Salvador, Bahia, 2011.
- Gestores Públicos.(GP1)Secretaria de Agricultura. Entre Rios/ Bahia, 2011a
- Gestores Públicos.Secretaria de Agricultura. Olindina/ Bahia, 2011b

## Plan de uso de suelos en Uruguay y los cambios generados en la agricultura

Daiana Pelоче

Universidad de la República  
dpelоче@fagro.edu.uy

Pedro Arbeleche

Universidad de la República  
arbe19@fagro.edu.uy

### RESUMEN

La agricultura en Uruguay ha sufrido cambios importantes a partir del año 2002, que incluyen: introducción de nuevos actores, extranjerización y expansión del área, explicada por el incremento de 120 veces el área de soja. Ello incrementa los problemas de erosión de suelos, por lo que el Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca actualiza una normativa obligando a la presentación de un Plan de Uso de Suelos. En base a una tipología se realiza un estudio de casos, con entrevistas a productores de los diferentes tipos. Los cambios más importantes fueron un incremento en el uso de coberturas en invierno y en el área de gramíneas de verano y la incorporación de pasturas. En cuanto a la percepción sobre la normativa, en general es positiva como medida para frenar la erosión, a pesar de que muchos piensan que va a afectar su rentabilidad por la baja flexibilidad del negocio y por el alto precio de las rentas medidas actualmente en kg de soja.

**PALABRAS CLAVE:** agricultura, sustentabilidad, sojización

### 1. INTRODUCCIÓN

En América Latina se desarrolla una economía basada en el sector primario, lo que genera una fuerte presión sobre los recursos naturales, sobre todo el suelo y el agua. Esta tendencia se fortalece en la última década debido al crecimiento de las economías emergentes, especialmente China que incrementó la demanda de commodities (PNUMA/Red MERCOSUR, 2011 pagina 4).

En Uruguay, los cambios en los últimos 10 o 15 años no tienen precedentes. En el año 2002 en un contexto de crisis económica y social, la llegada de nuevos actores al agro se ha extendido de manera importante. La agricultura desarrolla un proceso de expansión, impulsado principalmente por el crecimiento exponencial del área sembrada de soja, y la presencia de empresas extranjeras (DIEA-MGAP, 2011). Uno de los cambios que genera el nuevo sistema de producción agrícola, consiste en la sustitución del sistema de rotaciones de cultivos-pasturas, por un sistema de agricultura continua (Pérez *et al.*, 2011; Rodríguez, 2011). Dichos cambios se encuentran asociados principalmente a un proceso de concentración productiva y de marginación de productores de menor tamaño que se ven obligados a abandonar la producción (Arbeleche & Gutiérrez, 2010). En este sentido, las sociedades anónimas pasaron de un 27 % de la superficie agropecuaria en el año 2000 a casi un 40 % en 2011. Y se pudo constatar un

descenso del área en propiedad y un aumento en la superficie bajo arrendamientos y en combinación con aparcería (Tomassino *et al.*, 2014).

Se generan importantes cambios sociales y económicos en el agro, pero también se generan consecuencias ambientales. En dicho sentido, la erosión de los suelos es uno de los problemas de importancia a nivel país causado por un sistema de varios años de agricultura continua. Por ello se ha validado a nivel nacional, un modelo de erosión de suelos a partir del programa EROSION 6.0 (García & Durán, 1998). En el año 2013 el Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca (MGAP) obliga a los productores de más de 100 ha de cultivos de invierno a implementar el Artículo 5° del Decreto reglamentario N° 405/2008 que establece que se exigirá la presentación de un Plan de Uso y Manejo Responsable del Suelo, en el cual deberá exponerse una rotación de cultivos que combinada con el tipo de suelo, no debe exceder la erosión tolerable (DIEA-MGAP, 2011).

El objetivo del siguiente trabajo es analizar las consecuencias de las decisiones empresariales –de distintos modelos organizacionales- en la conservación de los recursos naturales específicamente del recurso suelo así como tener la opinión de los productores en la presentación del Plan de Uso de Suelos.

## 2. METODOLOGÍA

En una primera etapa se realiza la actualización de una tipología que se viene trabajando en el grupo de trabajo y que se toma como referencia para la realización de la etapa de campo.

Para ello se realizó un cluster analysis con datos primarios del Censo General Agropecuario (CGA) 2011 donde el universo objetivo incluye dentro del análisis a aquellos productores que cumplan simultáneamente con las condiciones, en línea con Arbeletche & Carballo (2006), de pertenecer a departamentos de zona agrícola “tradicional” (Colonia, Flores, Paysandú, Río Negro, Salto, Soriano), tener una superficie total mayor a 20 ha y una superficie agrícola mayor a 10 ha (Mondelli *et al.*, 2015).

Las variables utilizadas para el análisis fueron: superficie de la explotación; aprovechamiento de la tierra (cultivos y praderas), stock animal (ganadería de carne, lechería, ovinos); trabajadores totales, contratados, familiares, permanentes y zafrales; nivel educativo del productor, contratación de profesionales y técnicos en tareas de gestión; superficie en propiedad, en arrendamiento, en medianería, forma jurídica (persona física o tipo societario); tipo y cantidad de servicios agrícolas ofrecidos y/o contratados (Mondelli *et al.*, 2015).

A partir de ello se hizo un estudio de casos múltiples donde se realizaron 25 entrevistas, abarcando productores tradicionales y empresas en red, arrendatarios y propietarios de tierra cubriendo un área del orden de las 190 mil hectáreas agrícolas, ello permite focalizar en las situaciones particulares y poder recoger experiencias y reflexiones que no necesariamente se obtienen de estudios estadísticos.

Las entrevistas se encuentran orientadas a las formas de producción de los diferentes y los criterios involucrados. Por otra parte se realiza una serie de preguntas de opinión sobre el plan de uso.

### 3. RESULTADOS Y DISCUSIÓN

#### 3.1. Tipología de productores

Del análisis de cluster se obtuvieron 10 tipologías agrupadas en tres grandes grupos:

- Modelos tradicionales: mayor porcentaje de capital y tierra propios, la mano de obra es básicamente familiar, presentan baja profesionalización de la gestión y baja tendencia a la contratación/prestación de servicios. Dicha categoría se compone de 4 grupos: *familiares chicos lecheros*, *Familiares chicos agrícolas con lechería*, *Familiares chicos agrícolas con ovinos*, *Familiares chicos agrícolas con oferta de servicios*. En total la categoría agrupa 1.910 explotaciones que explican 28% del área agrícola (Mondelli *et al.*, 2015).
- Modelos híbridos: combinan características de los modelos tradicionales y de los modelos en base a contratos. Los grupos son 5: Antiguos medianeros volcados a servicios, Medianeros muy agrícolas, Antiguos empresarios medios “reconvertidos”, Antiguos empresarios grandes reconvertidos. La categoría consta de 715 explotaciones y explican 58% del área agrícola (Mondelli *et al.*, 2015).
- Sociedades por contrato: presentan mayor proporción de tierras en arrendamiento, bajo nivel de activos fijos o capital propio, mayor contratación de profesionales en las áreas de gestión y producción y de servicios agrícolas. Los dos grupos que componen esta categoría son: Sociedades agrícolas – propietarios (S.a) y Sociedades Agrícolas – Arrendatarios (S.b) los mismos agrupan 154 explotaciones que explican 14% del área agrícola (Mondelli *et al.*, 2015).

### 3.2. Resultados del estudio de casos

#### 3.2.1. Otros actores con poder de decisión

A partir del relevamiento de campo, se constata la aparición de un conjunto de actores que no aparecen en el procesamiento estadístico con base en datos de explotaciones agropecuarias (Censo y Encuestas), ya que no siempre toman el control del proceso productivo -y por tanto no se definen como productores directos. Se distingue el caso de las **Cooperativas y otras organizaciones de productores**. Este esquema también es aplicado en los últimos años por empresas en red que presentan agricultura propia y, por otra parte asesoran a productores, con algún grado de decisión técnica, además del control de datos de chacra.

#### 3.2.2 Algunos aspectos generales de manejo

En cuanto a los aspectos técnicos, si bien los productores en general señalan no haber cambiado sus rotaciones, se pudieron percibir cambios sobre todo por la inclusión de cultivos de cobertura y la incorporación en algunos casos, de gramíneas de verano en la misma. Se pasa por lo tanto de rotaciones de agricultura continua donde predominaba la combinación trigo-soja o soja-soja a rotaciones que son más sustentables por presentar una gramínea de verano o una fase de pasturas cuando fuera necesario. La soja sigue siendo el principal cultivo dentro de la rotación y está presente en todas las rotaciones agrícolas estudiadas.

Fuentes del MGAP señalan que el área presentada con pasturas asociadas pasa de 60 mil ha antes del Plan a 200 mil ha en 2014, dato que coincide con los datos de las entrevistas donde muchos declaran, sobre todo los propietarios de los campos, planificar una rotación donde se incluyen pasturas, esto depende también de la zona, ya que los que se ubican sobre la zona agrícola con mayor potencial de suelos, adoptan en menor medida las rotaciones agricultura-pastura ya que el sistema tolera una rotación de agricultura continua.

#### 3.2.3. Opinión sobre el plan de uso de suelos

En cuanto a la percepción de los productores en cuanto a la normativa, los mismos consideran en general que es buena para el país coincidiendo todos en este punto. Los productores más pequeños y tradicionales piensan que la ley sirvió para frenar un poco a las grandes empresas agrícolas que “*arrendaban campo, sembraban monocultivo de soja y no cuidaban*” la pérdida de suelos por erosión.

Los productores llamados híbridos que incluyen desde empresas contratistas de servicios que arriendan la tierra a propietarios capitalizados con mayores extensiones que los tradicionales consideran al igual que los productores tradicionales que es una forma de frenar a

las multinacionales pero también mencionan que puede ayudar a equilibrar los precios de las rentas y generar un sistema de rentas por porcentaje variable ya que se venía realizando como porcentaje fijo en kilos de soja. También, estos opinan que el plan de uso de suelos es beneficioso para el ambiente pero algunos arrendatarios mencionan el problema que puede generar la planificación temprana de una rotación agrícola por la variabilidad de los precios de los granos.

Para las grandes empresas, para las cuales se entrevistó básicamente a los gerentes de producción, la ley de suelos es buena para “ordenar” la agricultura, concientizar a los actores, y que podría en un futuro bajar las rentas agrícolas y con ello generar menos presión sobre el suelo. Cuando se pregunta sobre cómo podría afectarlos individualmente la normativa, ahí hay mayores diferencias en las opiniones, los arrendatarios de tierra y empresas de gran escala consideran que al tener que planificar una rotación a largo plazo se genera menor flexibilidad a la hora de la siembra de un cultivo ya que los precios varían y el negocio al momento de hacer el cultivo puede no ser rentable al igual que los híbridos. Los propietarios y algunos arrendatarios que consiguen arrendamientos a más largo plazo piensan que está bien y que no les va a afectar.

#### **4. COMENTARIOS FINALES**

La actual normativa en el uso del suelo así como las caídas en los precios de los granos, entre otras situaciones han generado cambios en los últimos 3 o 4 años que pueden verse reflejados en cambios productivos y que podrían estar actuando de manera de acortar las diferencias en algunas variables de manejo encontradas en el universo de agricultores del Censo que no se pudieron apreciar en las entrevistas de casos. Si bien se puede ver cierta correspondencia con lo que ocurre durante 2011, Merlo & Muro de Nadal (2014), toman este año como un año de inflexión hacia una nueva etapa donde se comienzan a retirar los pools de siembra y otros actores que llegaban a Uruguay con la mayoría de los recursos terciarizados y la totalidad del área arrendada.

En el uso del suelo no se encontraron diferencias significativas entre los grupos, si bien se puede apreciar que los modelos tradicionales e híbridos utilizan mayor proporción de gramíneas de verano y por lo tanto mayor diversificación. La misma se encuentra muy asociada a la zona donde se encuentre el sistema.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arbeletche, P., Carballo, C. (2006). Sojización y concentración de la agricultura uruguaya, *in XXXVII Reunión Anual de la AAEA*, Córdoba, 2006 (CD-ROM).
- Arbeletche, P. & Gutiérrez, G. (2010). Crecimiento de la agricultura en Uruguay: exclusión social o integración económica. *Revista Pampa* 6 (6), 113-138.
- García, F & Durán, A. (1998). Propuesta para la estimación del impacto de la erosión sobre la productividad del suelo en Uruguay. *Agrociencia*, Vol II (1), 26-36.
- Hill, M. & Cléríci, C. (2011). “Avances en la aplicación de planes de uso y manejo de suelos”, *in Anuario 2011 OPYPA*. Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca. Uruguay, pp. 239-244.
- Mondelli, M., Silva, M., Arbeletche, P. & Pelocche, D. (2015). Differences in conservation practices among farming organizational models: evidence from grain crops production in Uruguay. *Simposio llevado a cabo en 10th Research Workshop on Institutions and Organizations*. RWIO Center for Organization Studies. CORS. Río de Janeiro, Brazil.
- Murlo, S. & Muro de Nadal, M. (2014). “Análisis de costos comparados de La producción agrícola en Uruguay y Argentina”, *in Pierri, J. (Ed.), Producción y comercio de granos 1980-2012, políticas públicas, grandes empresas y dependencia*. Editorial Biblos, Buenos Aires, Argentina, pp. 77-98.
- Pérez, C., Hoffman, E. & Arbeletche, P. (2011). “Uruguay”, *in Muñoz, R. & Sillon, M. (Eds.), Las enfermedades de la soja y su importancia en los países del Mercosur*. Editorial Hemisferio Sur S.A, Buenos Aires, Argentina, pp. 291-305.
- PNUMA/Red MERCOSUR (2011). *Eficiencia en el uso de los recursos en América Latina: Perspectivas e implicancias económicas. Estudio de caso MERCOSUR, Chile y México*. Resumen ejecutivo Disponible en <[http://www.pnuma.org/reco/Documentos/Web\\_Resumen%20ejecutivo\\_16-05-11\\_.pdf](http://www.pnuma.org/reco/Documentos/Web_Resumen%20ejecutivo_16-05-11_.pdf)>.
- Rodríguez, N. (2011). “Agricultura de Secano”, *in Vasallo, M. (Ed.), Dinámica y competencia intrasectorial en el Agro. Uruguay 2000-2010* Universidad de la República, Facultad de Agronomía, Montevideo, Uruguay, pp. 57-74.
- Tommasino, H., Cortelezzi, A., Mondelli, M., Bervejillo, J. & Silva, M. (2014). “Tipología de productores agropecuarios: caracterización a partir del Censo Agropecuario 2011”, *in Ministerio de Ganadería y Pesca, Anuario 2014, OPYPA.*, Montevideo, Uruguay, pp. 491-508.
- DIEA-MGAP (2011). *Censo General Agropecuario 2011*. Recuentos preliminares. Montevideo.
- DIEA-MGAP (2011). *Anuario OPYPA 2006*. Avances en la aplicación de Planes de Uso y Manejo de suelos. Montevideo, pp. 239-244.



## Práticas organizacionais da atividade suinícola na região Oeste de Santa Catarina- Brasil

Débora Cristina dos S. Bandeira

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó.  
deboraaa@unochapeco.edu.br

Silvana Dalmutt Kruger

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó.  
silvanak@unochapeco.edu.br

Antonio Zanin

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó.  
zanin@unochapeco.edu.br

Geovanne Dias De Moura

Universidade Comunitária da Região de Chapecó  
geomoura@terra.com.br

### RESUMO

O estudo objetivou identificar o contexto das práticas organizacionais relacionadas ao desenvolvimento da atividade suinícola da região Oeste de Santa Catarina- Brasil. A pesquisa foi realizada por meio de questionários aplicados para 163 gestores rurais que desenvolvem a atividade suinícola. Constatou-se que mais de 90% possuem contratos de parceria ou integração com empresas agroindustriais e possuem licença ambiental. Em 70% dos estabelecimentos rurais há proximidade de até 200 metros das instalações de pocilgas as nascentes ou rios, 86% usam água de fontes naturais e de poços artesianos para o consumo animal, 83% das entidades rurais utilizam os dejetos para adubação do solo, apenas 5% da amostra possuem biodigestores para o tratamento dos resíduos gerados pela produção suinícola. Em relação ao processo de gestão, 46,01% dos produtores rurais não realizam a separação dos gastos das atividades com gastos da família. De modo geral, destaca-se no conjunto das práticas organizacionais, a necessidade de melhorias nas relações estabelecidas entre agroindústrias e suinocultores, especialmente quanto ao destino dos dejetos e seus impactos no meio ambiente.

**PALAVRAS CHAVE:** práticas organizacionais, atividade suinícola, meio rural.

### 1. INTRODUÇÃO

A carne suína é a fonte de proteína animal mais consumida no mundo e o Brasil ocupa o quarto lugar no ranking dos maiores exportadores de carne suína, atrás da China, União Européia e dos Estados Unidos, que lideram o ranking. Fatores como a evolução do manejo e o melhoramento genético contribuíram para o avanço na qualidade e no aumento da produção brasileira, bem como no volume de exportações (MAPA, 2014). Em contraponto, o contexto ambiental relacionado às consequências do desenvolvimento da suinocultura, em relação à poluição da água, do ar e as questões de saúde humana, principalmente das populações que vivem próximas às áreas de produção suinícola, tornam-se desafios governamentais e políticos, no intuito de equilibrar a eficiência econômica às necessidades ambientais e sociais (Palhares, 2008; ACCS, 2013).

O Estado de Santa Catarina, se configura como o maior complexo de produção de carne suína do Brasil e da América Latina, concentrando na região Oeste o maior rebanho de suínos do Brasil, representa o maior produtor e exportador da carne de suína do Brasil, com um plantel de 7,4 milhões de suínos e cerca de oito mil suinocultores. Ainda, destaca-se o desenvolvimento da atividade suinícola no sistema de integração comercial com agroindústrias (Mior, 2005; EMBRAPA, 2009; ACCS, 2013).

Relacionado ao contexto da relevância social (geração de empregos diretos e indiretos), econômica (geração de renda e subsídio para a permanência no meio rural), e ambiental (efeitos causados no meio ambiente) do desenvolvimento da suinocultura, questiona-se também o contexto organizacional das entidades rurais, quanto à utilização de instrumentos de apoio ao processo decisório, e de informações acerca da rentabilidade ou viabilidade das atividades desenvolvidas no meio rural (Kruger *et al.*, 2014).

Estudos anteriores como, Miele & Waquil (2007), Daga *et al.* (2008), Süptitz *et al.* (2009), Gollo *et al.* (2014) e Kruger *et al.* (2012), evidenciam a importância da análise dos resultados da atividade suinícola, bem como da utilização da contabilidade como suporte ao processo de gestão das entidades rurais.

Neste contexto, a pesquisa tem por problemática norteadora: Quais são as práticas organizacionais relacionadas ao desenvolvimento da atividade suinícola na região Oeste de Santa Catarina? O objetivo do estudo é identificar o contexto das práticas organizacionais relacionadas ao desenvolvimento da atividade suinícola na região Oeste de Santa Catarina.

Justifica-se a relevância da pesquisa ponderando os aspectos econômicos, sociais e ambientais relacionados ao desenvolvimento da suinocultura, no intuito de contribuir com a evidência das práticas organizacionais vinculadas às entidades rurais, no debate das necessidades de melhorias nas relações estabelecidas entre agroindústrias e suinocultores, bem como, promover a discussão acerca de condições que garantam o equilíbrio entre as variáveis econômica, ambiental e social.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se quanto ao seu objetivo como descritiva, realizada por meio de levantamento junto à população de suinocultores da região Oeste de Santa Catarina. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário direcionado aos suinocultores da região Oeste de Santa Catarina.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é considerada quantitativa, considerando a forma de análise das respostas obtidas a partir dos questionários. A amostra final é composta por 163 suinocultores que se dispuseram a responder ao questionário, aplicado por meio de visitas e com o apoio de técnicos agrícolas, no período temporal de agosto a outubro de 2014.

Os dados coletados a partir dos questionários foram organizados em Tabelas, visando identificar a partir das respostas descritivas as principais práticas organizacionais dos suinocultores da região Oeste de Santa Catarina, relacionadas ao desenvolvimento e manejo da atividade suinícola, ponderando aspectos do contexto econômico, social e ambiental.

### 3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico são apresentados os resultados da coleta de dados quanto às características gerais das propriedades rurais e as práticas organizacionais pesquisadas.

**Tabela 1:** Tamanho da propriedade rural

<b>Tamanho</b>	<b>Frequência absoluta</b>	<b>Frequência relativa %</b>
Até 20 hectares	105	65
Entre 21 e 40 hectares	37	23
Entre 41 e 60 hectares	10	6
Entre 61 e 80 hectares	4	2
Acima de 80 hectares	7	4
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 2 apresenta as pessoas que atuam no desenvolvimento da atividade suinícola, se há terceiros ou exclusivamente mão de obra familiar.

**Tabela 2:** Pessoas que trabalham na propriedade rural

<b>Membros da Família</b>	<b>Frequência absoluta</b>	<b>Frequência relativa %</b>
Até 3 pessoas	122	75
de 3 a 5 pessoas	34	21
acima de 5 pessoas	7	4
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>100</b>
<b>Funcionários/terceiros</b>	<b>Frequência absoluta</b>	<b>Frequência relativa %</b>
Não possui	91	56
Até 2 pessoas	32	20
Acima de 2 pessoas	11	6
Não responderam	29	18
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>100</b>
<b>Tempo na atividade suinícola</b>	<b>Frequência absoluta</b>	<b>Frequência relativa %</b>
Até 10 anos	56	34
De 11 a 20 anos	54	33
De 21 a 30 anos	18	11
De 31 a 40 anos	17	10
De 41 a 50 anos	9	6
Não responderam	9	6
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse contexto, destaca-se a preocupação com o destino dos dejetos nas localidades onde ocorre a exploração suinícola há mais de uma década e se concentram diversos suinocultores, pela quantidade de dejetos produzidos e as consequências ao meio ambiente.

**Tabela 4:** Sistema de produção desenvolvido

Sistema de produção	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Reprodução de suínos (UPL)	32	20
Ciclo completo	14	9
Crescimento/ terminação	111	68
Outros	6	3
Total	163	100
Separação das despesas da família com as da atividade suinícola	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Sim	85	52,15
Não	75	46,01
Não respondeu	03	1,84
Total	163	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Ressalta-se que apenas 5% dos respondentes atuam de forma independente para a comercialização e desenvolvimento da atividade suinícola, os demais 95% possuem parceria.

**Tabela 5:** Exigências para o desenvolvimento da atividade suinícola

Exigências contratuais	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Construir ou adequar o destino dos dejetos	122	78,20
Licença ambiental	116	74,36
Construir ou adequar reservatórios para insumos	82	52,56
Construir ou adequar às instalações	54	34,62
Capacitação/ treinamentos	40	25,64
Contratar mão de obra	20	12,82
Biodigestor	12	7,69
Não respondeu	03	1,92
Total	449	
Sistema de tratamento	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Sim	123	75
Não	40	25
Total	163	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Considera-se preocupante a existência de entidades rurais que ainda não se adequaram as normativas ambientais; especialmente pelas consequências para o meio ambiente.

**Tabela 6:** Destino para os dejetos da suinocultura

<b>Destino dos dejetos</b>	<b>Frequência absoluta</b>	<b>Frequência relativa %</b>
Adubo	27	17
Esterqueira	93	57
Biodigestores	5	3
Esterqueira e biodigestores	3	2
Biodigestores/ esterqueira e adubo	3	2
Esterqueiras e adubo	32	20
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>100</b>
<b>Destino dos resíduos</b>	<b>Frequência absoluta</b>	<b>Frequência relativa %</b>
Adubar o solo	135	83
Doado	4	2
Comercializado	21	13
Não responderam	3	2
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Evidencia-se certa fragilidade quanto à regularidade efetiva da atividade exercida, bem como da responsabilidade das partes na destinação adequada dos dejetos da suinocultura, tendo em vista os impactos ambientais da atividade.

**Tabela 7:** Se há rios ou nascentes nas proximidades da entidade rural

<b>Presença de rios ou nascentes</b>	<b>Frequência absoluta</b>	<b>Frequência</b>
Sim	111	68
Não	52	32
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>100</b>
<b>Distância</b>	<b>Frequência absoluta</b>	<b>Frequência</b>
Até 100 metros	58	52
De 101 a 200 metros	20	18
De 201 a 400 metros	12	11
Acima de 400 metros	11	10
Não responderam	10	9
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>100</b>
<b>Fonte de água consumida pelos animais</b>	<b>Freq. absoluta</b>	<b>Freq. relativa %</b>
Poço artesiano	63	39
Rio/ Córrego/ Fonte natural + Poço artesiano	39	24
Rio/ Córrego/ Fonte natural	38	23
Poço artesiano + Cisterna	6	4
Rio/ Córrego/ Fonte natural + Poço + Cisterna + CASAN	9	6
Cisterna	2	1
Poço artesiano + CASAN	2	1
CASAN	2	1
Não responderam	2	1
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

De modo geral, os resultados da pesquisa contribuem na contextualização das diversas práticas organizacionais relacionadas ao desenvolvimento da suinocultura da região Oeste de Santa Catarina, especialmente quanto aos aspectos ambientais e a preocupação com a destinação adequada dos dejetos gerados, no intuito de minimizar os impactos ambientais de curto e longo prazo provocados pelas práticas do desenvolvimento econômico da produção suinícola.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As condições observadas pela pesquisa geram preocupações, especialmente no sentido da contaminação da água e da utilização por seres humanos, direta ou indiretamente, além da contaminação do solo, tendo em vista inclusive a representatividade de entidades rurais (68% delas) que possuem nascentes ou rios nas proximidades das instalações da atividade suinícola.

Dessa forma, ponderando os aspectos econômicos, sociais e ambientais relacionados ao desenvolvimento da suinocultura, especialmente para a região Oeste do Estado de Santa Catarina, destaca-se no conjunto das práticas organizacionais observadas junto às entidades rurais que desenvolvem a atividade suinícola, a necessidade de melhorias nas relações estabelecidas entre agroindústrias e suinocultores, especialmente quanto ao destino dos dejetos e seus impactos no meio ambiente, visando promover a discussão acerca de possibilidades para garantir no longo prazo, o equilíbrio entre as variáveis econômica, ambiental e social e a minimização de impactos ambientais gerados pela suinocultura.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Associação Catarinense de Criadores de Suínos - ACCS. (2013). *Histórico da Suinocultura*. Concórdia - SC, 2013. Disponível em: [http://www.accs.org.br/arquivos\\_internos/index.php](http://www.accs.org.br/arquivos_internos/index.php); Acesso: 06 jan. 2015.
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. (2009). *Suinocultura e meio ambiente em Santa Catarina: indicadores de desempenho e avaliação sócio-econômica*. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves.
- Gollo, V., Cordazzo, E. G. & Klann, R. C. (2014). Análise dos custos e resultados em Unidades Produtoras de Leitões (UPL): um comparativo entre diferentes modelos de contrato. *Custos e @gronegocio online* 10(2), 119-250.
- Kruger, S. D., Glustak, E., Mazzioni, S. & Zanin, A. (2014). A contabilidade como instrumento de gestão dos estabelecimentos rurais. *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade* 4(2), 134-153.
- Kruger, S. D., Pissaia, J. E., Zanin, A., Bagatini, F. M. & Mazzioni, S. (2012). Análise comparativa de custos entre o sistema de desmame precoce segregado (DPS) e de unidade de produção de leitões (UPL) na atividade suinícola. *Custos e @gronegocio online* 8(1), 71-95.
- Miele, M. & Waquil, P. D. (2007). Estrutura e dinâmica dos contratos na suinocultura de Santa Catarina: um estudo de casos múltiplos. *Estudos Econômicos* 37(4), 817-847.
- Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA (2014). *Suínos*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/animal/especies/suinos>>. Acesso em: 05 set. 2014.
- Mior, L. C. (2005). *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos.
- Palhares, J. C. P. (2008). *Licenciamento ambiental na suinocultura: os casos brasileiro e mundial*. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves.
- Süptitz, L. A. S. Wobeto, M. C. R. & Hofer, E. (2009). Gestão de custos na suinocultura: um estudo de caso. *Custos e @gronegocio on line* 5(1), 2-21.

## **Del rural agrario al rural periurbano: instrumentos de desarrollo rural en la Comarca de Torrijos (Toledo)**

Aránzazu Martín Pérez

Universidad Politécnica de Madrid – ETSI Agrónomos  
aranzazumartinp@gmail.com

Ana Velasco Arranz

Universidad Politécnica de Madrid - ETSI Agrónomos  
ana.velasco@upm.es

### **RESUMEN**

En los últimos años, una de las líneas de investigación que ha suscitado interés en el campo de las ciencias sociales es el estudio de la transformación y cohesión de los territorios. Nuestro trabajo se enmarca dentro de esta temática. El objeto de esta propuesta es analizar la transformación que ha tenido lugar en la ruralidad de la comarca de Torrijos, provincia de Toledo (España) y de qué manera las políticas de desarrollo rural han acompañado dicho proceso. Se ha formulado como hipótesis que este cambio se enfrenta a una paradoja: desde los años noventa del pasado siglo hasta ahora la proximidad y el impacto del gran núcleo urbano de Madrid ha trasfigurado una ruralidad tradicionalmente agraria en una periurbana, mientras que las iniciativas de desarrollo local responden a una realidad basada en una concepción tradicional de políticas públicas. El análisis de las herramientas de desarrollo rural (Programa de Desarrollo Rural – PDR- de Castilla La Mancha 2007-2013 y las acciones del Grupo de Desarrollo Rural – GDR- de la comarca de Torrijos) nos han permitido observar de qué manera las medidas implementadas han acompañado este proceso. Entre los resultados obtenidos cabe destacar, que los PDR son demasiado genéricos para responder a las especificidades y realidades locales existentes y diversas de la Comunidad Autónoma de Castilla La Mancha; que las medidas a aplicar, si bien obedecen a una programación dentro de un período determinado, sus efectos en la economía local adquieren visibilidad (positiva o negativa) en una etapa posterior, es decir son atemporales. En cuanto a las iniciativas Leader, se observa que su actividad está más relacionada con prioridades de los propios Ayuntamientos, y que mantienen una mirada más sobre el rural agrario que fue que en el rural periurbano que acontece.

**PALABRAS CLAVE:** desarrollo rural, territorio, periurbano, Torrijos, Castilla La Mancha.

### **1. INTRODUCCION**

Durante la segunda mitad del siglo XX, la comarca de Torrijos había apostado por la actividad agraria como factor de desarrollo endógeno, sin embargo con la llegada del nuevo siglo, y en particular a partir de la aplicación de la Agenda 2000, el sector agrario ha ido perdiendo peso a favor de actividades relacionadas con los sectores de la construcción y servicios. Por otro lado, la proximidad de esta comarca a un gran núcleo urbano como es Madrid, ha cambiado la realidad territorial, pudiendo observar una pérdida de su ruralidad a favor de un proceso de expansión procedente del medio urbano. Fenómenos que hacen reflexionar sobre la transformación de la ruralidad, y que exigen un acercamiento a dichos procesos para conocer mejor el impacto periurbano sobre esta comarca, que en apenas dos décadas ha pasado de ser un “rural agrario”, a un “rural periurbano”.

Desde la Comunidad Autónoma de Castilla la Mancha estas transformaciones han ido acompañadas de una política de desarrollo rural definida por el conjunto de medidas que conforman el Programa de Desarrollo Rural (PDR), y a nivel más local de las iniciativas LEADER procedentes del Grupo de Desarrollo Local, Castillos del Medio Tajo, árbitros entre un rural agrario y un rural urbano.

En esta comunicación se presentarán de manera escueta algunos de los resultados obtenidos en la investigación realizada en la comarca de Torrijos (Martin, 2016) a partir del análisis de los PDR de Castilla la Mancha, que revelan cómo las diversas medidas aplicadas han intervenido en una desagrarización de este territorio a favor de otras actividades, acercando la ciudad al campo. Al tiempo que la expansión de la urbanización ha ido generando la adaptación de los PDR a una nueva realidad.

## **2. FUENTES UTILIZADAS Y METODOLOGIA**

En esta investigación ha sido relevante el análisis documental, en particular en lo que se refiere a los Programas de Desarrollo Rural y de manera más concreta, el análisis sobre el PDR 2007-2013 de Castilla la Mancha, habiendo profundizado en cada uno de los ejes y sus correspondientes medidas, a fin de observar aquellas que han sido priorizadas en la ejecución de esta política, tanto a nivel regional como en la comarca de Torrijos.

En este sentido, no queremos dejar de mencionar las dificultades surgidas: por un lado, a la hora de comparar las diferentes medidas y sus presupuestos en el PDR 2007-2013 ya que al existir 7 versiones del mismo, éstos se iban modificando según avanzaba el análisis, de modo que medidas que aparecían con un importe en el primer PDR, iban variando en los siguientes, con nuevos cuadros financieros; por otro lado, la desagregación de los datos del PDR a nivel comarcal, ha sido un puzzle de calado, ya que los importes de las medidas se procesan estadísticamente a nivel provincial.

Dentro del análisis documental, también se han analizado las Memorias del Grupo de Desarrollo Rural, “Castillos de Medio Tajo”, sus programas y la aplicación de la financiación, ahondando en las acciones realizadas por este grupo.

Los Censos Agrarios de los años 1989 y 2009 nos han permitido constatar la evolución de la población agraria hacia una sociedad periurbana y los cambios a nivel de municipios, en relación con la transformación de la ruralidad, en función de su posicionamiento en el espacio periurbano.



En esta técnica de recogida de datos, hay otras fuentes consultadas, procedentes de artículos científicos, informes administrativos etc.

Otra técnica utilizada ha sido la encuesta: se han realizado una docena de entrevistas directas y no estructuradas a diversos “agentes” de la comarca, que han intervenido en el proceso (presidentes de cooperativas, promotores, agricultores, alcaldes de varios municipios, etc.)

### 3. RESULTADOS

Castilla la Mancha se caracteriza por ser una región desigual en cuanto a distribución poblacional, 77% de su población se concentra en tres de sus cinco provincias: Toledo (34%), Ciudad Real (25%) y Albacete (19%). Con dos millones de habitantes, su densidad de población es de 26 hab/km<sup>2</sup> muy por debajo de los 92 hab/km<sup>2</sup> de la media española, 18% de sus municipios tienen menos de 2.000 hab. Por otro lado, en los últimos años se ha producido un desdoblamiento de las zonas rurales (Camarero et al, 2009) y un envejecimiento considerable de población agrícola que ha llevado a la concentración de población en otras zonas de la región, entre las que se encuentra la Comarca de Torrijos. Así, esta comarca se ha convertido en una de las demarcaciones más activas y de mayor crecimiento. En la última década, en algunos municipios el aumento de la población se ha triplicado, es el caso de Camarena (76%) o Novés (78%), pasando a considerarse, dentro de la tipología de Zonificación Rural de CLM (PDR, 2007), zona rural periurbana. De esta manera se cumple uno de los objetivos del Programa de Desarrollo Rural 2007-2013 para la Comarca de Torrijos, que anhelaba fijar población y crear un entorno más sostenible.

Además, el desarrollo de unas vías de comunicación e infraestructuras cada vez más articuladas con la Comunidad de Madrid, han facilitado las interrelaciones con otros municipios y regiones colindantes. Por otro lado, su situación estratégica y proximidad al gran perímetro urbano de Madrid ha contribuido al desarrollo de actividades fuera de lo agrario, originadas por el boom inmobiliario (fábricas de muebles de cocina, azulejos,...), y a la llegada de nuevos residentes procedentes de la periferia madrileña (Móstoles, Alcorcón, Leganés...).

Los agentes que mejor se están percatando de esta dinámica de cambio en la ruralidad son los ayuntamientos, que ofertan suelo a muy bajo precio, cedido a veces por 50 años, para que se instalen industrias en sus municipios a fin de favorecer el empleo, cumpliendo así el objetivo de fijar población.

Asimismo existe una industria agroalimentaria en emergencia, relacionada con las explotaciones de porcino en intensivo que está en crecimiento constante. En cuanto a los activos del campo, se observa una reducción de los agricultores a título principal, y un aumento de

agricultores pluriactivos, que no tienen la agricultura como actividad principal, sino la construcción y los servicios derivados de ella; un tercer grupo son los “agricultores pensionistas”, que no se resignan a ceder sus tierras, complicando la instalación de jóvenes agricultores, quienes en su discurso dejan ver un problema generacional al decir “que los mayores siguen mandando en la propiedad de la tierra”.

En la ejecución financiera del último PDR comarcal por ejes, destaca la ejecución del eje 2, relativo a la conservación y mejora del medio ambiente, con un 55,2% del gasto; seguido del eje 1, relativo al fomento de la competitividad del sector agrícola y forestal, con un 36,6%; a gran distancia se encuentra el eje 4 del enfoque Leader que representa 7,7%. Finalmente, el gasto realizado en el eje 3, calidad de vida y diversificación de la economía rural, apenas supone el 0,4%. Estas cifras contrastan con los retos que en un principio había enarbolado el PDR de Castilla la Mancha: priorizar la mejora de la calidad de vida y la diversificación económica de las zonas rurales. Contradicción explicada desde la administración por la dificultad de asumir estas medidas ante una situación económica complicada a nivel nacional al tener que cumplir con los objetivos de déficit marcados.

El Grupo de Desarrollo Rural (GDR) Castillos de Medio Tajo ha priorizado la medida de servicios básicos para la economía y la población rural (medida 321), la renovación y desarrollo de la población rural (medida 322), ambas han sido absorbidas por los Ayuntamientos para la realización de parques “biosaludables”, parques infantiles, rehabilitación de edificios históricos e instalaciones deportivas. En menor proporción el GDR ha fomentado la creación de microempresas (medida 312) y las actividades turísticas (medida 313), por falta de financiación de los promotores. Sin embargo, algunos estarían dispuestos a emprender actividades a través del eje LEADER, siempre que contasen con financiación y crédito.

#### **4. CONCLUSIONES**

El análisis de las políticas locales pone en evidencia la siguiente contradicción: las acciones priorizadas insisten en fijar empleo en el sector agrario cuando los agricultores quieren salir de esta actividad primaria y acercarse a una actividad de servicios; en este sentido, las actuaciones del grupo de acción local desaprovechan la potencialidad de las nuevas actividades surgidas de la cercanía a la gran ciudad para crear mayor innovación y fijar población. Es decir, de algún modo las iniciativas de acción local han mantenido una mirada estanca en el desarrollo de actividades y servicios tradicionales, perdiendo oportunidades ofrecidas por el posicionamiento del territorio.

En una región tan extensa como Castilla la Mancha, con realidades tan diversas, la aplicación de las medidas de los diferentes ejes de los programas queda demasiado encorsetada y con dificultades para llegar al nivel más local, ver comarcal, donde entran en juego componentes y actividades que no están contemplados en la estructura de los programas tal y como están diseñados.

El PDR persigue con la zonificación de la región de Castilla la Mancha, detectar características homogéneas que articulen las comarcas en aras a una actuación diferenciada en materia de desarrollo rural, sin embargo no se ha planteado definir diferentes medidas en función de esa zonificación. En este sentido el PDR es poco flexible para avanzar sobre un rural periurbano, la realidad social va por delante de las medidas administrativas.

Señalar también que para la población, todo lo proveniente de Europa sigue resultando lejano y difícil de comprender de cara a la vida cotidiana, salvo contadas excepciones. Las acciones llevadas a cabo hasta la fecha han obedecido a la capacidad de gestión de los diferentes equipos municipales, más que a una estrategia consolidada.

El impulso que reciben los territorios para su desarrollo depende sin lugar a duda de los factores endógenos al mismo y de la existencia de una capital social e institucional proactivo (Esparcia, Escribano, 2012). Los resultados de esta investigación vienen a confirmar la complejidad en la intervención de las políticas en la caracterización de un espacio, dónde en función del territorio y de su sociedad se producen diferentes realidades, manifestando la heterogeneidad que supone “departir” de la ruralidad en sus diversas modalidades.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Camarero, L., Cruz, F., González, M., Pino, J., Oliva, J. & Sampedro, R., (2009). *La población rural de España: de los desequilibrios a la sostenibilidad social*. Barcelona: Fundación la Caixa.
- Consejería de Agricultura y Desarrollo Rural de la Junta de Comunidades de Castilla La Mancha. (2007). *Programa de Desarrollo Rural de Castilla-La Mancha 2007-2013*. Madrid: MAGRAMA.
- Esparcia, J. & Escribano, J. (2012). La dimensión territorial en la programación comunitaria y el nuevo marco de políticas públicas: desarrollo rural territorial, reforma de la PAC y nuevo LEADER. *Anales de Geografía* 32(2), 227-252.
- Martin, A. (2016). *Del rural agrario al rural periurbano: Instrumentos de desarrollo rural en la comarca de Torrijos (Toledo)*. Tesis Doctoral. Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrónomos de Madrid, Madrid.

## 30 años de PAC en España. Análisis comparativo para la agricultura y el sector agroalimentario

Raúl Compés López

Universidad Politécnica de Valencia

rcompes@esp.upv.es

Tomás García Azcárate

Instituto de Economía, Geografía y Demografía, CSIC

tomas.gazcarate@cchs.csic.es

Narvy O. Huamaní Huaranc

Universidad Politécnica de Valencia

narhuah1@posgrado.upv.es

### ABSTRACT

Con motivo de los 30 años de pertenencia de España a la actual UE, en esta comunicación se analiza el comportamiento de una serie de indicadores estructurales de su sector agrícola en el período 1986-2013, dejando al margen los flujos presupuestarios. Para poder evaluar su comportamiento se comparan con los indicadores equivalentes de los otros grandes países agrícolas de la UE -Francia, Italia, Alemania y Reino Unido-. Los resultados muestran que el comportamiento español ha sido similar –e incluso mejor, en algunos casos- al de los países de referencia, lo que no excluye un desempeño negativo en indicadores como la superficie agrícola o el empleo. La buena posición de partida de los sectores mediterráneos, más la capacidad de adaptación de casi todos los sectores y el efecto globalmente positivo de las principales reformas de la PAC a lo largo de todos estos años pueden contribuir a explicar estos resultados.

**KEYWORDS:** Adhesión a la CEE, balance 30 años, indicadores agrarios, Política Agrícola Común (PAC).

### 1. INTRODUCCIÓN

La entrada en la actual Unión Europea es, sin discusión, uno de los acontecimientos más importantes en la historia de España. Cuando, el 12 de junio de 1985, se firmó el Acta de Adhesión a las Comunidades Europeas en el Palacio de Oriente de Madrid se cumplía un profundo deseo del “europeísmo” español (Petschen, 2007) y, al mismo tiempo, culminaba un largo proceso de negociación plagado de dificultades (Calvo-Sotelo, 2010).

Las negociaciones para la adhesión contaron desde el principio con el respaldo entusiasta de la mayoría de la sociedad española (Powell, 2014). Desde el primer momento se identificó la agricultura como uno de los sectores donde las ganancias de la adhesión podían ser mayores y donde las perspectivas de futuro eran más favorables. Esto no fue óbice para que se reconociera que la coyuntura para la entonces Comunidad Económica Europea (CEE) era compleja, y que existían sectores sensibles a ambos lados de la mesa de negociaciones donde podían producirse daños (Sumpsi y Tió, 1987). Del lado español se abría una dicotomía entre productos mediterráneos – que aparecían como ganadores – y productos continentales, que aparecían como perdedores en los estudios de impacto (Sanders *et al.*, 1987).

Todo ello hacía prever unas negociaciones complejas, cosa que efectivamente ocurrió, siendo Francia el país causante de la mayor parte de las dificultades. Los temores franceses se centraban en el potencial español en los sectores de frutas y hortalizas (Barceló, 1987), vino y aceite de oliva –dados sus bajos costes y el potencial de crecimiento de los rendimientos- y en el gasto agrícola adicional que estos sectores podrían generar. Calvo Sotelo resumió el problema diciendo que “*El camino de Madrid a Bruselas pasa por París*” (cit. por Trouvé, 2008).

No es por tanto extraño que el capítulo sobre industria se cerrara en diciembre de 1984 y que el capítulo agrícola, además del más retrasado, fuera (junto con otros como pesca en Islas Canarias) uno de los últimos en firmarse. Para alcanzar el acuerdo hubo que diseñar un complejo mecanismo de adhesión, con cláusulas especiales y períodos transitorios para sectores como materias grasas o frutas y hortalizas.

Ya han pasado treinta años desde entonces, y a lo largo de este período se han realizado un gran número de valoraciones y balances. En general, las opiniones mayoritarias han venido siendo favorables durante todo este tiempo. Así, Powell (2015) estima que, a pesar de las múltiples dificultades económicas y políticas de la época, el resultado de las negociaciones fue razonablemente satisfactorio. En términos globales políticos y económicos la integración ha sido considerada un éxito (Molina, 2010). En lo que se refiere a los impactos económicos, la mayor parte de los estudios se han centrado en la dimensión financiera, en la que España ha sido uno de los mayores beneficiarios (Jordán, 2003). Sin embargo, esta celebración de los treinta años es diferente, en concreto porque coincide con una crisis generalizada –tanto en España como en la UE- como no ha habido otra desde 1986. Seguramente esto explica que a pesar de que las instituciones mantienen su lectura positiva –así, la Oficina del Parlamento Europeo en España ha subrayado la importancia de los 151.400 millones de euros recibidos por España y los 45.000 millones consignados para el período 2014 y 2020; y el MAGRAMA ha puesto el énfasis en la capacidad exportadora del sector agroalimentario español- han surgido algunas voces críticas con el modelo de integración en la UE.

Como en lo que se refiere al ámbito agroalimentario no se han realizado muchos estudios, el objetivo de esta comunicación es hacer una aportación al balance de los 30 años transcurridos desde la adhesión de España a la entonces CEE realizando un análisis comparativo sobre la evolución de algunos indicadores relativos a la estructura económica del sector. Las variables elegidas son la capacidad productiva -medida como superficie agrícola útil-, la producción agrícola, la cabaña ganadera, el sector exterior y el empleo. El período analizado se

extiende desde 1986 hasta 2013, por lo que cubre casi todo el período de pertenencia de España a la actual UE.

Comparando el comportamiento de los datos españoles con el los países más importantes de la UE –y que además ya eran miembros en 1986 de la entonces CEE–, es posible determinar si la evolución del sector en España presenta diferencias significativas<sup>118</sup>. Si estas fueran negativas se podría inferir que la adhesión ha sido contraproducente, y las causas podrían ser que se negoció mal, que el sector español no se ha adaptado adecuadamente, o que las reformas de la PAC aprobadas a lo largo de todo este tiempo han resultado lesivas para España.

## **2. RESULTADOS: EVOLUCIÓN COMPARATIVA DE LAS PRINCIPALES MACRO-MAGNITUDES ESTRUCTURALES DE LA AGRICULTURA ESPAÑOLA<sup>119</sup>**

La Superficie Agrícola Útil (SAU) de España – que antes de la incorporación a la actual UE se había reducido en 2,9 millones de hectáreas entre 1961 y 1985, lo que supone una caída del 10% en 24 años – ha disminuido en 2,7 millones de hectáreas entre 1986 y 2013, siendo especialmente intensa la reducción a partir de 1992. Comparada con los países de referencia, la evolución del indicador es similar, ya que en todos ellos se ha producido una caída constante y casi ininterrumpida de la superficie cultivada, siendo incluso mayor en Italia en España. En lo que se refiere a esta variable, no existe por tanto una anomalía española.

Con respecto a la producción agrícola española, y tras analizar el comportamiento de ocho grupos de productos o subsectores – cítricos, frutas no cítricas, oleaginosas, aceitunas, uvas, hortalizas, nueces y cereales –, se constata una evolución favorable para siete – todos excepto nueces –, siendo el mejor comportamiento el correspondiente a los cereales, a pesar de su irregularidad -creció en 8,7 millones de toneladas, lo que supone un importante incremento promedio anual del 5,2% en un sector no considerado a priori “ganador” –, seguido de los grupos de uva y aceitunas (7,5 y 5,3 millones de toneladas respectivamente), lo que significa en términos relativos un incremento promedio anual del 4,8% y 12,7% respectivamente. En relación con el resto de países de referencia, y para cuatro subsectores – cereales, oleaginosas, hortalizas y uva –, España es el único que presenta una evolución favorable para los cuatro.

---

<sup>118</sup> Los países elegidos son los mayores productores agrícolas de la UE: Francia – tanto por ser el país que más dificultades puso a la adhesión de España, como por ser la potencia agrícola europea por antonomasia y la inspiradora tradicional de la PAC –, Italia – por ser el país cuya agricultura se parece más a la española –, Alemania – también potencia agrícola y primer contribuyente al presupuesto comunitario – y el Reino Unido – que además de tener una elevada producción agrícola, ha sido el país más reivindicativo a la hora de defender sus intereses presupuestarios, habiendo logrado su famoso “cheque”.

<sup>119</sup> Los datos proceden de fuentes como la Comisión Europea, EUROSTAT, FAOSTAT, DATACOMEX, MAGRAMA e INE.

En lo que se refiere a la cabaña ganadera, España ha crecido en tres de los cinco grupos analizados – porcino (61,56%), aves de corral (34,81%) y bovino (15,02%) – y ha perdido en dos: ovino (9,92%) y caprino (10,77%). Comparando estos datos con los de las otras grandes potencias agrícolas europeas, España presenta el mejor comportamiento en ganadería porcina y el peor en ovino.

En materia de comercio exterior, y a pesar del saldo globalmente negativo en el período analizado – solo a finales del 2012, y en plena crisis, comienzan a aparecer superávits –, el capítulo agroalimentario español muestra un comportamiento más favorable, ya que ha venido teniendo superávits desde 1996, por lo que ha contribuido positivamente al PIB de la economía española. Los productos que han tenido un crecimiento mayor son la carne de porcino, el aceite de oliva y el vino. En términos comparativos con el resto de países de referencia, las exportaciones agroalimentarias españolas se sitúan en valores absolutos tras las de Alemania y Francia, aunque el desempeño de España es el mejor.

Para concluir, los resultados en materia de empleo agrícola son los peores de toda la serie de indicadores, con una caída del 56,5%. Sin embargo, se trata de un comportamiento similar al experimentado por los países de referencia, con caídas en Italia (-63%), Alemania (-57,6%), Francia (-54,2%) y el Reino Unido (-37,04%), entre 1986 y 2013. Estos datos demuestran que, quitando el Reino Unido, el ajuste relativo de la mano de obra agrícola ha sido similar, aunque Italia y Alemania superan a España.

### **3. ANÁLISIS Y CONCLUSIONES**

2016 es un buen año para hacer un balance de los resultados de la pertenencia de España a la UE, ya que se cumple el trigésimo aniversario de la adhesión. A este respecto, los resultados de este trabajo demuestran que el sector agroalimentario español ha tenido un comportamiento similar – en materia de superficie y empleo agrícola- o incluso mejor – en producción y comercio exterior- que los países agrícolas más poderosos de la UE, en particular para algunos productos, por lo que las valoraciones negativas en este ámbito son poco consistentes. De hecho, la evolución negativa de variables estructurales clave como son el empleo o la superficie cabe ser atribuida no tanto a fallos de la adhesión o a una mala negociación de las reformas de la PAC como a tendencias de fondo del sistema agroalimentario de los países desarrollados. La conclusión más razonable a lo ocurrido en todo este período es que, globalmente, los actores del sistema agroalimentario español se han adaptado adecuadamente a la situación determinada por la pertenencia de España a la UE y que las grandes reformas a la PAC desde 1986 – en

particular las de 1992 y 2003, ya que la de 2013 es demasiado reciente – no han sido contrarias a los intereses estratégicos de España.

Para empezar, es cierto que España tuvo que aceptar el acervo comunitario desde el primer día de su adhesión como nuevo miembro del club. Sin embargo, también es cierto que desde ese día trabajó para corregir algunos de los aspectos menos favorables del Tratado de adhesión, aprovechando cada nueva iniciativa legislativa para mejorar su posición.

En lo que respecta a las reformas de la PAC, hay tres que resultan especialmente significativas, ya que han determinado tanto el modelo de apoyo como las estrategias de adaptación de los agricultores y ganaderos españoles: se trata, por un lado, de la reforma de cultivos extensivos de 1992 – y sus continuaciones de 2003 y 2013 – y, por otro, de las reformas de frutas y hortalizas y vino de 2007 y 2008 respectivamente, sectores ambos muy importantes para España. En lo que se refiere a las ayudas directas creadas en 1992 – después convertidas en pago único y, en 2013, en los distintos pagos ahora vigentes –, han sido beneficiosos para aquellas agriculturas -como las españolas- que sufren grandes variaciones de rendimientos de una campaña a otra, al contribuir a estabilizar rentas. En cuanto a la reforma de frutas y hortalizas, ha favorecido a aquellos países como España con sectores dinámicos al ayudarles a mejorar la calidad, la comercialización y las prácticas culturales más favorables al medio ambiente. Finalmente, la reforma del vino ha obligado a una parte del sector español a salir del modelo de las destilaciones financiadas por los fondos europeos para ir hacia un modelo basado en el mercado, la calidad y la exportación.

## BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Barceló Vila, L. M. (1987). La posición competitiva de los productos mediterráneos españoles. *Revista de Estudios Agro Sociales* 40, 203-227.
- Calvo-Sotelo, P. (2010). *Leopoldo Calvo-Sotelo un retrato intelectual*. Fundación Ortega – Marañón, Madrid.
- Jordán, J.M. (2003). Balance de la integración de España en la Unión Europea. *Información Comercial Española ICE, N° 811*, 113-132.
- Molina, I. (2010). *25 años después del Tratado de Adhesión: España ya no es un problema pero Europa sí sigue siendo la solución* (ARI). Real Instituto Elcano.
- Petschen, S. (Jul. 2007). El pensamiento de los europeístas españoles. *Política exterior* 21 (118), 167-176. Estudios de Política Exterior S.A.
- Powell, C. (2014). *La larga marcha hacia Europa: España y la Comunidad Europea, 1957-1986*. Real Instituto Elcano.
- Sanders, J., Binkley, J. & Martín, M. (1987). La entrada de España y Portugal a la Comunidad Económica Europea. Impactos en su agricultura, en la PAC y en el comercio con países terceros. *Revista de Estudios Agro Sociales* 36 (141), 9-34.





Tió, C., y Sumpsi, J.M. (1987). *La política agrícola común y su aplicación en España*.

Trouvé, M. (2008). *L'Espagne et l'Europe: de la dictature de Franco à l'Union européenne*.  
Vol. 43, Peter Lang.

## Políticas para mudanças climáticas e seus desdobramentos territoriais: uma análise sobre assentamentos rurais na Transamazônica, Pará (Brasil)

Andrei Cornetta  
Universidade de São Paulo  
andreicornetta@usp.br

### RESUMO

Este artigo aborda questões sobre a política para mudanças climáticas adotadas pelo Brasil e seus desdobramentos territoriais, particularmente sobre os novos usos (e significados) atribuídos à floresta amazônica. Em detalhe, discute-se os projetos de compensação de gases de efeito estufa (GEE) desenvolvidos em assentamentos rurais ao longo da Rodovia Transamazônica, no estado do Pará. Construída no início dos anos 1970, a Transamazônica é um marco das políticas desenvolvimentistas dos governos militares, o que levou a uma série de consequências adversas para a Amazônia, com destaque para o desmatamento e a apropriação irregular de terras. Ações recentes de regularização fundiária, buscam reverter determinados pontos deste cenário, ao lado do desenvolvimento de projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), articulados como iniciativas para frear o desmatamento e a redução das emissões de GEE. Busca-se, assim, discutir as coexistências e contradições nas relações que se estabelecem entre as atividades regulares daquelas comunidades rurais – seus usos econômicos e formas de convivência com a terra e a floresta –, e a introdução dos atuais projetos de PSA.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amazônia, Transamazônica, assentamentos rurais, Pagamento por Serviços Ambientais, políticas para mudanças climáticas.

### 1. INTRODUÇÃO

As políticas internacionais para mudanças climáticas têm impulsionado, nas últimas décadas, uma série de arranjos econômicos que vêm ganhando destaque em políticas públicas e programas governamentais, assim como em estratégias empresariais que apontam para uma “economia de baixa emissão de carbono”. Argumenta-se que tal perspectiva é parte importante das soluções para os efeitos adversos das emissões de GEE em relação ao aumento da temperatura terrestre<sup>120</sup>. *Grosso modo*, trata-se de um modelo econômico baseado no baixo consumo de energia, redução de emissões, e em mecanismos de mercado compensatórios.

Em relação ao papel das florestas, fala-se na importância destas na absorção e no armazenamento do carbono, com a função de produzir biomassa e consequentemente estocar, ou fixar, carbono nas folhas, caules, raízes e principalmente no tecido lenhoso das árvores. Após a quantificação do carbono estocado e o cumprimento de uma série de exigências técnico-burocráticas, os participantes do projeto podem pleitear créditos compensatórios de carbono e

---

<sup>120</sup> Segundo o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) a temperatura média do planeta aumentou 0,76°C entre 1850 e 2005. De acordo com o quinto e último relatório do IPCC, divulgado em setembro de 2013, a perspectiva é que a temperatura poderá aumentar até 4,8°C no século XXI, caso as emissões de GEE continuem seguindo as taxas atuais ao longo dos próximos anos. “A temperatura global combinada (terra e oceano) mostraram um aumento de 0,89°C durante o período de 1901-2012 e de 0,72°C entre 1951-2012” (IPCC, 2013, p. 8).

negociá-los nos mercados *ad-hoc* ou diretamente com empresas que necessitam (ou querem voluntariamente) compensar suas emissões de GEE.

Assim, este artigo tem por objetivo analisar os desdobramentos territoriais de atividades compensatórias de emissões de GEE, particularmente sobre os novos usos (e significados) atribuídos à floresta amazônica no contexto das mudanças climáticas globais. Em detalhe, discute-se iniciativas de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) desenvolvidas em assentamentos rurais ao longo da Transamazônica, no estado do Pará, com especial atenção para as relações entre os colonos assentados, Organizações Não-Governamentais e o Estado.

Nesse sentido, levantam-se algumas questões norteadoras para essa discussão: de que maneira o Estado vem institucionalizando regras para a implementação de atividades mitigadoras de emissões de GEE em florestas? Quais as principais mudanças ou ajustes na produção das famílias assentadas envolvidas com os referidos projetos? Até que ponto estas medidas podem assegurar a soberania de territórios de famílias camponesas, frente a expansão do desmatamento na Amazônia e os distintos interesses sobre os recursos florestais?

Para responder estas questões, o presente texto é constituído a partir de uma combinação de levantamento e análise bibliográfica, documental, além de entrevistas realizadas junto aos diferentes atores envolvidos com a temática investigada. Contudo, antes de nos atermos a estas questões, faz-se necessário traçar algumas considerações sobre as políticas de colonização oficial desenvolvidas durante a década de 1970 e a decorrente luta pela terra desencadeada nas décadas posteriores naquela porção da Amazônia brasileira.

## **2. A COLONIZAÇÃO OFICIAL E A LUTA PELA TERRA NA TRANSAMAZÔNICA**

Construída no início dos anos 1970, a Transamazônica (BR-230) é um marco dos governos militares, tendo como base o trinômio energia-mineração-integração, o que levou a uma série de consequências para a Amazônia, com destaque para o desmatamento, a expropriação de bens comuns e a supressão dos direitos territoriais. A partir desse momento, a dinâmica territorial amazônica se torna mais complexa, sobretudo com o fluxo migratório impulsionado pela construção da BR-230, ao lado dos projetos de colonização oficial.

Segundo o discurso de época, um dos principais fatores que impulsionaram a construção da Transamazônica foi o advento do ciclo de estiagem no semiárido nordestino, tendo a seca de 1970, como emblemática. A colonização oficial na Transamazônica, assim como toda colonização governamental, sempre veio acompanhada das estratégias militares de ocupação das áreas de fronteira, conforme enfatizam diversos autores (Velho, 1976; Oliveira, 1993;

Martins, 1996; Hébette, 2004). Importante entender sobre esse movimento, que a presença dos projetos de colonização na Amazônia, como ressalta Oliveira (1993), estão todos “com raízes fincadas na questão da estrutura fundiária concentrada no país”.

Uma das estratégias, se não a principal, para a ocupação dessa faixa da Amazônia foi o discurso do “vazio demográfico” legitimando a ousada manobra demográfica no território brasileiro. Nos últimos quarenta anos os programas governamentais destinados para a Amazônia, conforme aponta Hurtiene (2005), “apesar de serem insuficientes, têm mudado profundamente a estrutura econômica, demográfica e ecológica da região”. A abertura de novas vias de circulação, os programas de colonização agrária e a decorrente migração, incentivos fiscais de toda ordem, resultaram em um desmatamento estimado de 17% da Amazônia Legal “e à criação de paisagens agrárias variadas perto dos eixos viários, onde se concentra a maioria da população rural” (Hurtiene, 2005, p. 20).

Ações mais recentes de regularização fundiária e ambiental implementadas no Pará buscam mudar determinados pontos deste cenário, ao lado dos referidos projetos de PSA, articulados enquanto estratégias para frear o desmatamento e promover uma transição produtiva de baixa emissão. Conforme enfatizam as entidades promotoras do “Projeto Assentamentos Sustentáveis (PAS)” aqui discutido, a produção agrícola de baixo carbono significa,

Uma estratégia de desenvolvimento econômico e social em numa (sic) região de fronteira de expansão agrícola [...] e que contribua para o alcance das metas de redução de emissões por desmatamento e queimadas assumidas na esfera estadual e nacional, [com] capacidade de atrair investimentos para compensar tais esforços” (IPAM; FVPP, 2011, p. 12).

Assim, discute-se a seguir as maneiras pelas quais estas ações se desdobram territorialmente, com atenção especial para as relações entre as famílias camponesas assentadas, ONGs e o Estado.

### **3. CONSIDERAÇÕES SOBRE “ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS” NA TRANSAMAZÔNICA PARAENSE**

Como mencionado anteriormente, uma das heranças deixadas pelo projeto de colonização oficial ao longo da faixa da Transamazônica, foi caos fundiário e o decorrente desmatamento, provocado, em grande medida, pela ausência do poder público nos interiores da Amazônia. Além desse aspecto central, a queda dos preços dos cultivos permanentes entre as décadas de 1980 e 1990, somado a retirada do crédito rural, as doenças que se espalharam pelas diferentes culturas (como a do cacau e da pimenta-do-reino), assim como a ausência da extensão

rural, fez com que o período entre as décadas de 1980 e 90 ficasse conhecida como a “década do abandono” na região criada pelo projeto de colonização oficial.

Diante deste cenário, a única força capaz de dar uma resposta às dificuldades impostas pela condição da fronteira foram os próprios colonos, quando, entre os anos de 1987 e 1990, o Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST) foi gestado. Assim, surge uma proposta de organização regional, liderada pelos colonos com o objetivo de buscar novos rumos para o Projeto de Colonização da Transamazônica. Ao longo de sua trajetória, o movimento lançou-se na luta por espaço em distintas instâncias do poder, promovendo representantes nas Câmaras Municipais, na Assembleia Legislativa e até na Câmara dos Deputados, elegendo seus candidatos pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Após algumas conquistas e com a maior inserção de suas lideranças no âmbito governamental, o movimento se reinventa dentro das políticas públicas, quando passa atuar sob o nome jurídico de Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP). Segundo o texto biográfico de uma de suas maiores lideranças, esta entidade, já como consequência do período em que o movimento passa a ser chamado de “Movimento pelo Desenvolvimento na Transamazônica e Xingu”, “de função aglutinadora de formulação de políticas públicas para região, tem a FVPP como grande protagonista de um modelo de desenvolvimento com sustentabilidade econômica, social e ambiental”<sup>121</sup>. Dentre as diversas pautas de atuação do movimento, especialmente no âmbito das políticas ambientais, destaca-se seu envolvimento com a criação do Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural (Proambiente), que surge como proposta durante o Grito da Amazônia<sup>122</sup> no ano de 2000.

Trata-se de um projeto que emerge a partir de iniciativas da sociedade civil organizada, que reivindicam formas alternativas de produção agrícola com bases sustentáveis, buscando apoio do governo federal, para que a realização de projetos agrícolas pudesse ajudar a produção familiar na Amazônia a redirecionar suas práticas convencionais, além de uma proposta pioneira de recompensa por serviços ambientais (Cromber, 2012; Mattos, 2010; 2014). Assim, a proposta do Proambiente, além de ter como foco a assessoria técnica e extensão rural e a estruturação do crédito rural – reivindicações históricas na constituição do MPST – também incorpora em suas estratégias de atuação um planejamento econômico e ecológico nas unidades

---

<sup>121</sup> Trecho extraído da biografia do Deputado Federal Zé Geraldo. Recuperado em 13 de maio, 2016, de [https://www.facebook.com/zegeraldofederal/info/?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/zegeraldofederal/info/?tab=page_info).

<sup>122</sup> Trata-se de uma iniciativa de articulação camponesa, reunindo agricultores familiares, seringueiros, ribeirinhos, quebradeiras de coco e outros grupos que representam o setor rural da Amazônia. Criado em 1991 no Pará, o Grito da Amazônia espalhou-se pelos demais estados da região, buscando, inicialmente, a democratização do crédito rural. Em 1994, o movimento ganhou dimensão nacional, passando a se chamar “Grito da Terra Brasil”.

de produção, o que inclui, também, a ideia de remuneração por serviços ambientais. Sobre este último, o entendimento dado na proposta de criação do Proambiente é de que são todas aquelas atividades envolvidas no processo produtivo que contribuam para a recuperação de áreas degradadas, assim como a manutenção da reserva legal e a área de preservação permanente.

#### **4. PRINCIPAIS RESULTADOS: ELEMENTOS PARA SE PENSAR SOBRE PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS EM ASSENTAMENTOS RURAIS**

Conforme o entendimento mencionado acima, as ações de PSA proporcionariam a redução do desmatamento (o chamado “desmatamento evitado”), junto com a redução do carbono atmosférico (denominado “sequestro de carbono”), além da recuperação das funções hidrológicas dos ecossistemas; preservação da biodiversidade; redução das perdas potenciais de solos e nutrientes; redução da inflamabilidade da paisagem (Mattos *et al.*, 2003).

Vale mencionar que, no momento em que o Proambiente foi criado, diante da ausência de mecanismos legais que regulassem o pagamento por serviços ambientais no país, o repasse dos recursos financeiros às famílias foi realizado como apoio à implantação dos planos de utilização das propriedades. O aspecto legal sobre o pagamento por serviços ambientais, ou melhor, a ausência de uma legislação específica sobre o tema, sobretudo os critérios estabelecidos para a remuneração dos provedores – no caso os colonos da Transamazônica – foi um dos principais entraves para o desenvolvimento do programa.

Em 2008, o extinto Proambiente é resgatado por uma parceria entre as ONGs IPAM e FVPP, com objetivos semelhantes aos da primeira experiência, isto é, “promover incentivos para a adoção de um novo modelo de desenvolvimento na região”. Além das atividades já realizadas pelo antigo projeto, especialmente a readequação produtiva do lote, o novo projeto passa a incorporar ações de contabilização de redução das emissões por desmatamento e queimadas nos lotes que participam da iniciativa. Essa retomada do Proambiente, especialmente a parte referente ao PSA, foi viabilizada pela proposta de um projeto de contabilidade do carbono estocado, em acordo com o entendimento hegemônico sobre mudanças globais do clima. Pode-se dizer que esta argumentação foi decisiva para o financiamento do projeto pelo Fundo Amazônia<sup>123</sup>, criado em 2008, com a finalidade de captar recursos para investimentos em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento na Amazônia.

---

<sup>123</sup> O Fundo Amazônia é gerido pelo BNDES e foi instituído nos termos do Decreto no 6.527, de 1º de agosto de 2008. Recuperado em 20 de maio, 2016, de <http://www.fundoamazonia.gov.br/>.

## 5. CONCLUSÕES

O período de desenvolvimento do projeto, foi marcado por uma série de ações que podem ser vistas em relação a certa influência positiva ao uso da terra e ao manejo agrícola. A perspectiva de um uso do solo diversificado e das possibilidades de plantar sem desmatar, foi em parte frustrado por deficiências administrativas do projeto, sobretudo em relação a logística do que, na concepção do projeto e dos colonos, viabilizaria o não desmatamento, ou seja, a mecanização agrícola dos lotes. Por outro lado, o pagamento por serviços ambientais, tanto em sua primeira versão no Proambiente, como agora com o projeto “Assentamentos Sustentáveis”, apresentou importância relativa em relação a diminuição do desmatamento. Seu efeito é semelhante ao de uma política compensatória, nos moldes do que acontece no âmbito público federal, mas em menor escala, portanto, com menor potência sobre seus propósitos.

Portanto, aquilo que se entende por uma “agricultura sustentável”, ou da maneira como aparece nos documentos do projeto, uma “agricultura familiar de baixo carbono em bases ecológicas”, como expressão para a almejada “transição produtiva”, corresponde de maneira parcial as demandas históricas dos colonos da Transamazônica. Isto é, na garantia de direitos territoriais e incentivos permanentes de desenvolvimento da agricultura camponesa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cromber, M. (2012). *Meios de vida no polo Proambiente da Transamazônica-PA*. (dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina - UESC. Florianópolis, SC, UESC.
- Hébette, J. (2004). *Cruzando a fronteira*. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Universidade Federal do Pará, Belém.
- Hurtiene, T. (2005). Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. *Novos cadernos NAEA*. 8(1), 19-71.
- Mattos, L., Oliveira, L. R., Hirata, M. F., Gasparim, I. R. & Tura, L. R. (2003). *PROAMBIENTE: Proposta Inicial*. FETAGRIS/Amazônia Legal, Brasília.
- Mattos, L. M. (2014). “Proambiente: do dinamismo popular à inoperância governamental”, in Sambuichi, R. H. R., Silva, A. P. M., Oliveira, M. C. A. de & Savian, M. (Org.), *Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas*. IPEA, Brasília, pp. 49-74.
- Oliveira, A. U. de (1993). *Amazônia. Monopólio, expropriação e conflitos*. Papyrus, São Paulo.
- Velho, O. G. (1976). *Capitalismo autoritário e campesinato*. Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Difel, São Paulo.

## **Políticas públicas, desenvolvimento territorial e suporte à governança participativa: o apoio do governo brasileiro para a assessoria dos colegiados de desenvolvimento territorial**

Olívio Alberto Teixeira

Universidade de Santa Maria (UFSM) – Campus de Palmeira das Missões  
olivioteixeira@yahoo.com.br

Márcio de Matos Caniello

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)  
marciocaniello@gmail.com

### **RESUMO**

Em 2003 o governo brasileiro resolveu reconfigurar o processo de planejamento, implementação, gestão e monitoramento das políticas públicas para o desenvolvimento rural no país ao adotar o “enfoque territorial de desenvolvimento rural”, que tinha por objetivos superar o caráter setorial dessas políticas, descentralizar as ações do Estado e fomentar o protagonismo dos sujeitos sociais e de suas organizações nesse processo. Tal estratégia, ainda vigente, articula a instituição de “territórios rurais” formados por conjuntos de municípios com características geográfico-identitárias comuns e a implantação de fóruns deliberativos voltados à sua gestão, denominados Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER), os quais são compostos pela sociedade civil organizada, pelos segmentos produtivos existentes no território e por representantes dos governos federal, estaduais e municipais. Para a implementação de tal perspectiva foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), que atualmente abrange 241 territórios nas cinco macrorregiões brasileiras. Para viabilizar o funcionamento dos CODETER em cada território, a SDT instituiu a chamada “assessoria territorial”, baseada numa rede de articuladores e colaboradores contratados, oriundos de ONGs ou de serviços de assessoria, modelo que apresentou muitos problemas associados ao financiamento da atividade, o que redundou numa grande instabilidade, rotatividade e até mesmo ausência de assessores nos territórios. Por esta razão, em 2013 a SDT resolveu mudar a estrutura da assessoria territorial, que passou a ser executada por meio de parcerias com Universidades e Institutos Tecnológicos públicos. Este trabalho visa descrever e avaliar este novo modelo de assessoria territorial.

**PALAVRAS CHAVES:** Políticas Públicas, Desenvolvimento Territorial, Governança Participativa, Assessoria Territorial, Brasil.

### **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho visa descrever e analisar a evolução recente do modelo de assessoria e apoio aos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER), que são as institucionalidades participativas que passaram a protagonizar o processo de planejamento, implementação, gestão e monitoramento das políticas públicas para o desenvolvimento rural no Brasil a partir de 2003, com a adoção pelo governo brasileiro do “enfoque territorial de desenvolvimento rural” (Adib, 2005). Neste sentido, nos perguntamos: (1) Que lugar a extensão universitária desempenha – ou pode desempenhar – no processo participativo de gestão social dos territórios rurais? (2) Quais são as questões que emergem a partir dessa intervenção no processo de apoio governamental aos atores e organizações da agricultura familiar brasileira no



âmbito do desenvolvimento territorial, depois de uma mais de uma década dessa trajetória inovadora? (3) De que maneira a atuação de Universidades e Institutos Tecnológicos pode colaborar com a construção do desenvolvimento territorial brasileiro e da autonomia das instâncias de governança participativas, de forma que os atores sociais e suas organizações realmente se consolidem como os verdadeiros protagonistas dos planos estratégicos, dos projetos produtivos financiados pelo PRONAT e das perspectivas de futuro de seus territórios?

## 2. TERRITÓRIOS RURAIS E GOVERNANÇA PARTICIPATIVA

Em 2003 o governo brasileiro resolveu reconfigurar o processo de planejamento, implementação, gestão e monitoramento das políticas públicas para o desenvolvimento rural no país ao adotar o “enfoque territorial de desenvolvimento rural” (Adib, 2005), que tinha por objetivos superar o caráter setorial dessas políticas, descentralizar as ações do Estado e fomentar o protagonismo dos sujeitos sociais e de suas organizações nesse processo. Tal estratégia, ainda vigente, articula a instituição de “territórios rurais” formados por conjuntos de municípios com características geográfico-identitárias comuns e a implantação de fóruns deliberativos voltados à sua gestão, denominados Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER), os quais são compostos pela sociedade civil organizada, por segmentos produtivos e por representantes dos governos federal, estaduais e municipais. É nos CODETER onde se efetiva o chamado “ciclo de gestão social” (Brasil, 2009), que envolve a negociação e deliberação acerca da constituição e dinâmica das suas instâncias deliberativas, bem como da representação, participação, planejamento, operação e desenvolvimento de projetos e políticas públicas voltados ao desenvolvimento rural no Brasil (Oliveira & Perafán, 2012).

Para a implementação dessa estratégia foi criada, ainda em 2003, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) – desde então recorrente nos Planos Plurianuais da União – iniciando com cerca de 50 territórios rurais apoiados nas cinco macrorregiões brasileiras até chegar aos atuais 241 territórios.

De maneira a viabilizar o funcionamento dos CODETER e encaminhar os processos e produtos demandados pelo PRONAT, a SDT instituiu a chamada “assessoria territorial”, baseada numa rede de articuladores e colaboradores contratados, oriundos de ONGs ou de serviços de assessoria, os quais interagem ativamente com os CODETER e com os atores e entidades que faziam a mobilização nos diferentes territórios (Echeverri, 2010). Embora tenha produzido avanços importantes para a consolidação da estratégia de desenvolvimento

territorial, esse modelo apresentou muitos problemas associados a dificuldades legais quanto ao financiamento da atividade, o que redundou numa grande instabilidade, rotatividade e até mesmo ausência de assessores nos territórios (Caniello & Piraux, 2015). Por esta razão, em 2013 a SDT resolveu mudar a estrutura da assessoria territorial, que passou a ser executada por meio de parcerias com Universidades e Institutos Tecnológicos públicos.

### **3. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GESTÃO SOCIAL: A PARTICIPAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR**

Em virtude de seu ineditismo e de sua perspectiva inovadora, na medida em que o processo de territorialização das políticas públicas vai se desenvolvendo, o ciclo de gestão social e seus resultados vão se tornando mais complexos e amplos, o que torna muito mais intrincados seu monitoramento, avaliação e a própria percepção da positividade de seus resultados ou perspectivas de sustentabilidade (Echeverri, 2010). Neste sentido, a SDT criou o Sistema de Gestão Estratégica (SGE), que é uma plataforma interativa na web estruturada a partir dos fluxos de informações que partem e chegam aos territórios, vindos de entidades parceiras, organizações sociais, instituições regionais, estaduais e federais, informações estas que são processadas e recebem valor agregado por meio das ferramentas computacionais e de comunicação, regressando aos atores territoriais (Brasil, 2010, p. 6). Desta forma, o SGE viria a concretizar funções de apoio à gestão, acompanhamento e controle social dos processos da política territorial.

Para a implementação desse sistema, a SDT concebeu uma estratégia baseada na convocação das instituições universitárias brasileiras para que as mesmas pudessem se articular com os territórios, colegiados e assessores para a produção, circulação e intercâmbio de conhecimentos, informações, dados e documentos sobre a implementação da política territorial e do próprio “ciclo de gestão social”. Foram assim desenvolvidos 27 projetos com universidades públicas, para a constituição, em 37 territórios rurais, de “Células de Acompanhamento e Informação” (Brasil, 2009b), as quais desenvolveram uma pesquisa nacional que produziu de uma série de indicadores territoriais sobre o desenvolvimento sustentável, a identidade territorial (Cf. Caniello, Piraux & Bastos, 2013), as condições de vida (Caniello, 2014), as capacidades institucionais, a gestão dos colegiados (Caniello & Piraux, 2015) e os projetos de investimento realizados. Na prática, as “Células” assumiram tarefas organizativas e de mobilização nos territórios em face da ausência ou inconstância das assessorias oferecidas pelas ONGs (até então assessoras territoriais oficiais), o que redundou num estreitamento das relações entre as universidades e os colegiados, abrindo caminho para um novo modelo de assessoria

territorial.

Assim, em 2013, a SDT e o CNPq selecionaram, por meio de uma “encomenda” direcionada a diferentes equipes de professores de universidades federais e estaduais, 11 projetos para a implantação de 51 “Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET)”, que tinham por objetivo desenvolver ações de extensão e pesquisa visando produzir dados, informações e conhecimentos, difundir métodos e tecnologias sociais, assessorar os CODETER, bem como acompanhar, monitorar e avaliar as iniciativas de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário nos territórios (Brasil, 2014, p. 32).

Em virtude dos resultados promissores da experiência, em 2014, o CNPq, o MDA e a Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) lançaram a Chamada Pública N.º 11/2014, com valor global estimado em cerca de R\$ 86,5 milhões (Brasil, 2014), para a seleção de projetos para implantação de NEDETs em 183 Territórios Rurais, contemplando com o novo modelo de assessoria todos os territórios até então homologados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CONDRAF). Neste processo, foram aprovados 89 projetos vinculados a 51 universidades e institutos federais, abrangendo 137 Territórios Rurais em 23 estados da federação. Portanto, somando-se os 56 NEDET da “encomenda”, atualmente existem 186 Territórios Rurais apoiados pelos NEDET, o que representa quase 80% do total de territórios rurais homologados pelo CONDRAF, beneficiando 2.778 municípios brasileiros e uma população rural de 17,6 milhões de pessoas (Brasil, 2016, p. 22).

As equipes técnicas dos NEDET são constituídas por um professor coordenador; um assessor territorial para gestão social (responsável pelas atividades organizativas, de mobilização e participação nos CODETER), um assessor territorial de inclusão produtiva (que tem por principais atribuições assessorar os colegiados no planejamento, concepção e elaboração de projetos produtivos, bem como estabelecer e implementar mecanismos e metodologias de acompanhamento e avaliação da implementação de projetos de inclusão produtiva, com ênfase nos apoiados diretamente pelo MDA, tais como, PROINF, Pronaf, ATER, bem como no PAA e PNAE) e um estudante bolsista. No caso dos Territórios da Cidadania, há também um assessor territorial de gênero, responsável pela mobilização das mulheres e sua inclusão produtiva nos territórios. Os assessores territoriais são profissionais de nível superior nas áreas de ciências humanas, sociais ou agrárias, com experiência de, pelos menos dois anos, em extensão universitária e trabalho em comunidades rurais e de agricultores familiares. Considerando-se o conjunto de Núcleos Extensão em Desenvolvimento Territorial

constituídos, são mais de 800 extensionistas diretamente envolvidos no processo, sendo 224 professores universitários, 465 técnicos com formação superior, 116 estudantes e inúmeros voluntários (Brasil, 2016, p. 22).

Ao que tudo indica, a partir da constituição dos NEDET, a assessoria ao desenvolvimento territorial e o apoio à construção de uma governança participativa nestes espaços sociais pôde ser mais presente e constante com relação ao período anterior e ao modelo de assessoria territorial feita por membros de ONGs. Com efeito, a atuação dos NEDET no fortalecimento e qualificação da atuação de muitos CODETER aos quais eles estão vinculados foi significativa, destacando-se as inúmeras atividades desempenhadas pelos Núcleos que fortaleceram a política pública de desenvolvimento territorial, notadamente, no sentido de: 1) oferecer suporte técnico e metodológico, assim como material, para o funcionamento regular e constante dos CODETER e seus comitês e instâncias; 2) intensificar a mobilização para a preparação e realização de Conferências Territoriais voltadas para públicos ou temas específicos (mulheres, jovens, assistência técnica e extensão rural, etc); 3) apoiar a estruturação ou reestruturação, do ponto de vista técnico e metodológico, para a organização de câmaras temáticas e de comitês de juventude, mulheres e povos e comunidades tradicionais; 4) realizar oficinas e seminários técnicos voltados a públicos prioritários da política de desenvolvimento territorial e de fortalecimento da agricultura familiar; 5) fornecer suporte técnico e metodológico para a realização de ações de monitoramento de implementação de políticas públicas de inclusão produtiva e, em especial, na elaboração dos projetos de infraestrutura e de gestão dos empreendimentos; 6) realizar eventos de capacitação e formação dos agricultores familiares, através das parcerias com as instituições de ensino implicadas, para efetivação das diversas ações de extensão universitária; 7) realizar atividades de pesquisa sobre as diversas dimensões da realidade social, econômica, ambiental, produtiva, entre outras, nos territórios; e 8) realizar “Mesas de Diálogo” visando o destravamento ou otimização de projetos com problemas de funcionamento.

#### 4. COMENTÁRIOS FINAIS

No caso brasileiro, e no momento político e acadêmico em que se encontram os NEDET neste ano de 2016, pode-se francamente assumir de que não é fácil e simples realizar o trabalho nos moldes preconizados por esta perspectiva e incitados pela Chamada 11/2014 (Brasil, 2014). De imediato percebe-se que a perspectiva teórica - do ponto de vista de seu escopo - e metodológica - do ponto de vista dos resultados de intervenção que são esperados - é extremamente ambiciosa.

Em primeiro lugar deve-se destacar que, do ponto de vista das instituições científicas, os projetos que mesclam pesquisa e intervenção, como é o caso dos NEDET, não são incentivados pelas instituições de fomento à pesquisa e extensão no país, como CNPq, a não ser em raros casos. Nestas instituições, pesquisa e extensão têm um tratamento absolutamente diferenciado, o que redundando em sérios problemas de continuidade a operações e projetos desta natureza.

Por fim, deve-se registrar que os autores têm certeza de que - juntamente com outros mais de cento e oitenta profissionais das instituições de ensino superior do Brasil que são os coordenadores de NEDET nas cinco macrorregiões - o desafio não é simples, mas nem por isso menos instigante e importante para todos. Mas, continua-se acreditando que é preciso o Brasil perceber, e nesse sentido se equiparar a diversos organismos internacionais de fomento da pesquisa tecnológica, a importância da intervenção e do diálogo entre a pesquisa e a sociedade como forma de desenvolver as sociedades e alavancar o poder transformador e inovativo da pesquisa científica.

#### AGRADECIMENTOS

Trabalho realizado nos quadros da Chamada Pública nº 011/2014 - CNPq/MDA/SPM-PR (BRASIL, 2014).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adib, A. R. (2005). Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: guia para planejamento. Brasília: IICA Brasil.
- Brasil. (2009). *Orientação para constituição e funcionamento dos colegiados territoriais*. Brasília: MDA.
- \_\_\_\_\_. (2009b). *Chamada Pública MDA/SDT/CNPq - Gestão de Territórios Rurais N° 05/2009*. Brasília, CNPq; MDA/SDT.
- \_\_\_\_\_. (2010). *Sistema de Gestão Estratégica: documento de referência*. Brasília, MDA/SDT. In: [http://sge.mda.gov.br/sge/doc/SGE\\_documento\\_referencia.pdf](http://sge.mda.gov.br/sge/doc/SGE_documento_referencia.pdf), acesso em 04/06/2016.

- \_\_\_\_\_. (2014). *Chamada Pública CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014: Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial*. Brasília, CNPq.
- \_\_\_\_\_. (2016). *Balço de Gestão: Resultados das Ações da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT (2015-2016)*. Brasília, MDA, 2016.
- Caniello, M., Piraux, M. & Bastos, V. (2013). Identidade e Participação Social na gestão do Programa Territórios da Cidadania: um estudo comparativo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 21(1), 84-107.
- Caniello, M. (2014). Identidade e Qualidade de Vida nos Territórios da Cidadania na “Década Inclusiva” Brasileira, in *Anais do IX Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia Rural (ALASRU)*. Cidade do México.
- Caniello, M. & Piraux, M. (2015). Avanços, dilemas e perspectivas da governança territorial no Brasil: reflexões sobre o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), in *Anais do II Congreso Internacional Gestión Territorial para el Desarrollo Rural*. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia e Pontificia Universidad Javeriana.
- Echeverri, R. (2010). “Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania”, in Favaretto, A., Oliveira, F. P., Neto, L. G., Galindo, O., Echeverri, R., Araujo, T. B. & Santos, V. M. (Eds.), *Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios*. IICA, Brasília, pp. 81-113.
- Oliveira, C. D. S. & Perafán, M. E. V. (2012) Gestão social no âmbito do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, in *Anais do 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais*. CD ROM. Belém, junho.

## **Políticas públicas e dinâmicas sociais: a operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil e seus efeitos nas chances de vida dos agricultores familiares**

Danielle Wagner Silva

Universidade Federal do Oeste do Pará

danielle.wagner@ufopa.edu.br

Ivaldo Gehlen

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ivaldo@ufrgs.br

Marcelo Moraes de Andrade

Universidade Federal do Oeste do Pará

mllblues@yahoo.com.br

Glauco Schultz

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

schultz@ufrgs.br

### **RESUMO**

Este trabalho analisa os fatores que constroem ou favorecem o acesso de agricultores familiares à política pública Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no Brasil, e seus efeitos para as chances de vida dos mesmos. As análises se sustentam em pesquisa de campo sobre duas experiências distintas de associações de agricultores nos municípios de Brasil Novo (PA) e Cachoeira do Sul (RS). À luz do referencial teórico-metodológico sobre chances de vida, o estudo mostra que as oportunidades sociais para os agricultores familiares, criadas a partir do PNAE, são constrangidas ou asseguradas pela (in) disponibilidade de um conjunto de prerrogativas e de provimentos. As formas diferentes de adesão a essa política ampliou as chances de vida dos agricultores fornecedores por expandir as possibilidades de escolha em relação aos canais de venda, aos produtos que cultivam, aos espaços de participação política e à sociabilidade, conforme as dinâmicas sociais às quais estão inseridos.

**PALAVRAS-CHAVE:** mercados institucionais, desenvolvimento rural, alimentação escolar, agricultura familiar.

### **1. INTRODUÇÃO**

Na última década, no Brasil, os programas estatais de aquisição de alimentos além de ocasionarem mudanças nas estruturas de prerrogativas que orientavam o processo de compras públicas, geraram transformações nas formas de produção e consumo de produtos agrícolas, favorecendo a democratização da distribuição de recursos públicos e a inclusão de produtos da Agricultura Familiar em mercados. Neste contexto, a política de fornecimento de produtos da Agricultura Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE<sup>124</sup> tem gerado diversos efeitos na dinâmica social onde a política está sendo operacionalizada. Os trabalhos que abordam tal tema, tais como os de Turpin (2008), Triches (2010), Triches & Schneider

---

<sup>124</sup> Em 2009 foi aprovada no Brasil a Lei nº 11.947 que implementa a obrigatoriedade dos gestores públicos investirem no mínimo 30% do valor repassado pelo governo federal para aquisição de alimentação escolar na compra de produtos da Agricultura Familiar.

(2012), Fornazier (2014) e Agne (2014), destacam como aspectos positivos da operacionalização do PNAE: a inserção dos agricultores em novos mercados; a valorização da produção de alimentos; a reconstrução de cadeias alimentares curtas; além das contribuições com a segurança alimentar dos agricultores fornecedores e do alunado atendido. Por outro lado, esses estudos também apontam que as principais dificuldades na execução dessa política são: a falta de compreensão da legislação pelos compradores e pelos fornecedores e dos aspectos burocráticos de sua operacionalização; falta de organização dos agricultores para cumprirem as exigências legais do PNAE e também de outras legislações, como a sanitária, e a falta de vontade política dos gestores, principalmente em nível local.

Frente a esse contexto, neste trabalho objetiva-se analisar os fatores que constroem ou favorecem o acesso de agricultores familiares à política de fornecimento de produtos para a alimentação escolar, no Brasil, e seus efeitos para as chances de vida dos mesmos. À luz dos conceitos de prerrogativas, provimentos e chances de vida (Dahrendorf, 1992), as análises são sustentadas em pesquisa de campo realizada entre os meses de setembro de 2013 e maio de 2014 sobre duas experiências de grupos de agricultores familiares fornecedores de produtos para o PNAE nos municípios de Brasil Novo, estado do Pará e Cachoeira do Sul, situado no Rio Grande do Sul, Brasil. As experiências foram sistematizadas a partir de observação direta ocorrida em reuniões promovidas pelas associações e em entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares membros da Associação dos Produtores Rurais e Urbanos Carlos Pena Filho – APRUCAPEFI, situada em Brasil Novo e à Associação dos Produtores Rurais de Cachoeira do Sul- APRCS em Cachoeira do Sul, gestores públicos e parceiros envolvidos na compra e venda de produtos através do PNAE.

## **2. EXPERIÊNCIAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO FORNECIMENTO DE PRODUTOS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS DE BRASIL NOVO E CACHOEIRA DO SUL**

À luz de Dahrendorf (1992), as políticas públicas podem ser consideradas prerrogativas por corresponderem a uma “mercadoria” ao qual se pode ter acesso através de canais legais. Para este autor, as prerrogativas representam o privilégio colocado legalmente à disposição de um segmento social. O usufruto dos privilégios obtidos através de prerrogativas está associado aos meios de acesso a elas, denominados como provimentos (Dahrendorf, 1992).

Nas experiências analisadas, o acesso dos agricultores familiares à política de fornecimento de produtos para a alimentação escolar é constrangido ou favorecido pela (in)disponibilidade de provimentos, meios de acesso às prerrogativas. Tais provimentos são de



diversas naturezas e estão associados, em grande medida, à disponibilidade e qualificação de recursos humanos, ações do Estado, com destaque para políticas focadas nas estruturas físicas e normativas e às relações sociais.

Os recursos humanos são condicionantes do acesso e da operacionalização da política, uma vez que este demanda competências na gestão e realização das atividades agrícolas, articulação dos atores, negociação da venda, elaboração de documentos, dentre outras. Os agricultores demandam outros agentes para assessorar e tomar a frente, negociar, fazer contatos, organizar a logística, elaborar os documentos, dentre outras funções, o que suscita inferir que recursos humanos com determinadas qualificações, interna ou externa ao grupo, são fundamentais no desenho do processo de compra e venda.

Em relação à infraestrutura, destacam-se os serviços que estão diretamente ligados às ações estatais, tais como: disponibilidade de energia elétrica; estrada trafegável; rede de acesso à internet. Além destas, destacam-se outras relacionadas a bens materiais alcançados através de programas governamentais ou com recursos próprios, como: meio de transporte (veículos); computador; maquinários; e equipamentos. Somam-se à questão da infraestrutura, as políticas agrícolas que abarcam o público da Agricultura Familiar, dentre os quais se destacam a emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, à assistência técnica no âmbito da extensão rural e outros programas governamentais e projetos de fomento.

Relacionada à estrutura normativa, a burocracia é outro fator que influencia o fornecimento de produtos para a alimentação escolar. Tal como observaram Triches (2010) e Agne (2014), ao mesmo tempo em que os procedimentos burocráticos possibilitam maior lisura no processo de aquisição dos produtos por impor regras iguais a todos, torna-se uma barreira quando os meios para cumprir os aspectos burocráticos não podem ser acessados de modo igualitário. Em algumas situações, a desigualdade na constituição dos meios de acesso é definida pelas condições de infraestrutura e de recursos humanos disponíveis nos órgãos públicos e nas entidades representativas dos agricultores familiares. Em outras, o empecilho está nas condições estruturais e socioeconômicas das unidades de produção familiar.

Concernente às relações sociais, é destacada a influência que as relações interpessoais e as relações políticas têm no usufruto das prerrogativas. As relações sociais estabelecidas são pautadas principalmente em clientelismo, reciprocidade, parentesco e amizade, configurando ao longo do processo de compra e venda uma rede da qual fazem parte diversos atores que se correlacionam ora de modo pontual, ora mais frequente, conforme o papel que cada um assume

no processo. Os grupos que se fortaleceram como fornecedores são os que mantêm relação com o maior número de instituições, sendo importante destacar que ambos, APRUCAPEFI e APRCS, estabeleciam relações frequentes com os gestores públicos e extensionistas. Todavia, os conflitos entre os grupos mostraram que disputas políticas são reproduzidas em diversas esferas da vida social dos agricultores, repercutindo no modo tal como os agricultores usufruem dos recursos das políticas públicas. A disputa em torno do governo municipal e as disputas político-partidárias refletiram diretamente na organização dos grupos, uma vez que o direcionamento de ações para os afiliados políticos promoveram a alternância de grupo beneficiário tanto das prerrogativas quanto dos provimentos.

Paulatinamente, a interferência das relações políticas e pessoais no processo de acesso ao recurso de políticas e programas governamentais, tem sido questionada e combatida pelas lideranças vinculadas aos sindicatos representativos da Agricultura Familiar nos municípios. No caso da APRCS, as relações de dominação têm sido abrandadas à medida que o grupo tem dado abertura para novos participantes acessarem a demanda disponibilizada pelas escolas. Em ambos os casos, o comando-controle ainda é centralizado nos membros pioneiros da formação da associação, mas a prerrogativa não é sonogada a interessados externos.

### **3. EFEITOS DO FORNECIMENTO DE PRODUTOS AO PNAE NAS CHANCES DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES: ALÉM DA GERAÇÃO DE RENDA**

Dahrendorf (1992) conceitua chances de vida como as opções de escolhas dos indivíduos que resultam da subtração entre oportunidades e privações e, portanto, são constituídas a partir da conexão entre prerrogativas e provimentos. Logo, as chances de vida estão associadas à conquista de direitos (prerrogativas) e ao acesso aos direitos conquistados (através dos provimentos disponíveis). No caso do PNAE, o fornecimento de produtos tem ampliado as chances de vida dos agricultores fornecedores por ampliar as possibilidades de escolha dos mesmos em relação aos canais de venda, aos produtos que cultivam, aos espaços de participação política e às formas de sociabilidade. No entanto, com a ponderação de que a ampliação das oportunidades e opções dos agricultores ocorre de modo diferente, conforme a dinâmica social ao qual estão inseridos. Logo, associadas à ampliação das chances de vida, as possibilidades de escolha são institucionalizadas a partir da ampliação de canais de venda (e da geração de renda), de participação política, de participação em espaços que oportunizem troca de saberes e experiências, da qualificação (através de participação em cursos e eventos) e da ampliação da rede de contatos.

Em relação aos fornecedores, a venda para o Estado através do PNAE fortalecera economicamente as famílias, expandindo as chances de inclusão econômica destes através da venda de produtos e do consumo de bens e serviços. A estruturação das unidades de produção a partir da aplicação de recursos advindos do PNAE possibilitou aos fornecedores a inserção em novos mercados devido: à produção de novos produtos; à ampliação e/ou criação de canais de venda (feiras, restaurantes, lanchonetes, supermercados); e ao aumento da receita monetária. Em acordo com o discutido por Diniz (2014), os investimentos feitos e a busca por novas perspectivas de mercado derivam do aporte financeiro assegurado pela comercialização efetivada através do programa estatal.

O acesso ao recurso dessa política pública de diversas maneiras tem promovido o reconhecimento social dos agricultores e dos grupos fornecedores. O reconhecimento social dos agricultores incide na visibilidade política, econômica e, ainda que incipiente, cultural, daqueles que estão diretamente envolvidos no processo de compra e venda de produtos da Agricultura Familiar para os programas estaduais de aquisição de alimentos. O reconhecimento político dos grupos por parte de seus concorrentes, dos gestores públicos e dos parceiros tem possibilitado a ampliação da participação destes nas arenas de negociações acerca do acesso a prerrogativas e provimentos, oportunizando aos agricultores o acesso ao recurso de políticas públicas diversas. Na avaliação dos entrevistados, a inserção do grupo no processo de compra e venda de produtos para o Estado acendeu a visibilidade do coletivo e da condição de seus membros como agricultores, ampliando o poder de barganha política.

Dessa forma, o reconhecimento político não está desconectado do reconhecimento econômico, sendo apontado como importante mudança na forma tal como os membros participavam da sociedade local. Em Brasil Novo, a APRUCAPEFI tornou-se referência na região, sendo considerada como associação modelo pelos técnicos extensionistas que objetivavam fomentar os mercados institucionais nos municípios. A visibilidade positiva frente aos gestores públicos foi construída a partir da capacidade de articulação e mobilização de agricultores para o fornecimento dos produtos para os programas governamentais, demonstrando, para eles, a importância da organização associativa - e cooperativa - para o fortalecimento da Agricultura Familiar. Ressalta-se que, embora os efeitos do fornecimento de produtos para o PNAE sejam diversos, a ampliação de opções e de oportunidades gera formas diferentes de adesão à política, correspondentes às dinâmicas sociais às quais estão inseridos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho buscou-se problematizar a operacionalização da política de fornecimento de produtos da Agricultura Familiar para a alimentação escolar no Brasil. O estudo aponta que as oportunidades sociais criadas para os agricultores familiares a partir do PNAE são constrangidas ou asseguradas pela disponibilidade de recursos humanos, pelas ações do Estado e pelas relações sociais. A possibilidade de venda de produtos através dessa política de Estado gera mudanças nas práticas políticas e produtivas dos atores locais, influenciando na sociabilidade e nas atividades econômicas. Todavia, a efetivação real de chances de vida é estabelecida na relação que os diversos atores estabelecem entre si, demonstrando que a operacionalização da política pública é diversa, dinâmica e construída conforme os contextos locais. Embora haja diferentes formas de constrangimentos no usufruto do recurso da política pública, o PNAE amplia as chances de vida dos beneficiários e atribui novas prerrogativas para os agricultores familiares, contribuindo para a construção da cidadania.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agne, C. L. (2014). *Mudanças institucionais na agricultura familiar: as políticas locais e as políticas públicas nas trajetórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos no Rio Grande Do Sul*. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre. Recuperado de <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/103961>
- Dahrendorf, R. (1992). *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*. Zahar, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Diniz, P. (2014). *Conexões agroecológicas em rede: o diálogo entre alimentação escolar e agricultura familiar na Lapa-PR*. (Dissertação de Mestrado em Segurança Alimentar e Nutricional, Universidade Federal do Paraná). Curitiba. Recuperado de <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36851/R%20-%20D%20-%20PRISCILA%20REIS%20DINIZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Fornazier, A. (2014). *Inserção de produtores rurais familiares de regiões com baixa dinâmica econômica para o mercado da alimentação escolar*. (Tese de Doutorado em Economia, Universidade Estadual de Campinas). Campinas. Recuperado de <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000928203>
- Triches, R. M. (2010). *Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar*. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Porto Alegre. Recuperado de <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/61938>
- Triches, R. M. & Schneider, S. (2012). Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o programa de alimentação escolar. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro 20, 66-105.
- Turpin, M. E. (2009). A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 16 (Supl. 2), 20-42.

## **Análisis de los factores de éxito y fracaso de las iniciativas promotoras de canales cortos de comercialización y su aplicación en Panamá**

Vielka Rodríguez

Escuela Superior de Ingenieros Agrónomos de la UPM

vielka.rodriguez2689@gmail.com;

Tomás García Azcarate

Instituto de Economía, Geografía y Demografía (IEGD-CCHS-CSIC)

tomasgarciaazcarate@gmail.com;

Javier Sanz Cañada

Instituto de Economía, Geografía y Demografía (IEGD-CCHS-CSIC)

javier.sanz@cchs.csic.es

### **RESUMO**

La presente investigación realiza un estudio de casos de canales cortos de comercialización en Panamá, para identificar las dificultades existentes para el desarrollo de canales cortos de comercialización en este país. Las etapas de este trabajo han sido (1) identificar las dificultades existentes para el establecimiento exitoso de canales cortos de comercialización en Panamá y (2) subrayar los factores de éxito o fracaso de diferentes casos de estudio externos a Panamá. El objetivo final es contribuir a identificar formas en la que productores, consumidores y el sector público de Panamá pueden actuar (e interactuar) para promover estas cadenas de comercialización.

Finalmente, se exponen las lecciones aprendidas de cada una de las experiencias estudiadas y se plantean recomendaciones sobre posibles ámbitos de acción.

**PALABRAS CLAVES:** canales cortos, comercialización agraria, desarrollo rural, Panamá.

### **1. INTRODUCCIÓN**

A nivel mundial, los circuitos cortos de comercialización son una realidad cada vez más estudiada y más potenciada, en particular desde las organizaciones que promueven la soberanía alimentaria (Mundubat, 2012, p. 6). Aunque los casos más citados corresponden a experiencias en Europa y Estados Unidos, en América Latina y el Caribe los circuitos cortos constituyen también una tendencia emergente (CEPAL, 2013, p. 7).

En este trabajo, la definición de canales cortos de comercialización se circunscribe a aquéllos en los que el número de intermediarios es igual o inferior a uno, es decir, a una cadena comercialmente corta (TRAGSATEC, 2013, p. 4).

En Panamá se pueden citar algunos ejemplos de iniciativas impulsadas por el sector público. Sin embargo, estas iniciativas se pueden encontrar a menudo afectadas por el lento crecimiento del sector agrícola del país y por los conflictos sociales y políticos.

El sector agropecuario de Panamá ha mostrado durante la última década una mayor desaceleración que el resto de sectores de la economía nacional (IICA, 2014, p. 7). Esta situación es preocupante si se toma en cuenta que más de un cuarto de la población del país habita en el área rural. Las principales actividades económicas están, en la mayoría de los casos, relacionadas con algún subsector agrícola o agroindustrial.

El interés por el desarrollo de canales cortos de comercialización y su implementación se debe a la dificultad de obtener márgenes comerciales para los productos destinados a las cadenas globales de commodities y de la gran distribución, así como a los potenciales beneficios ambientales y sociales que ofrecen (Kneafsey et al., 2013, p. 27). Su desarrollo representa un interesante ámbito de acción para las instituciones encargadas del desarrollo económico y social de las zonas rurales (Marsden, Banks & Bristow, 2000, p. 436).

En paralelo al proceso de globalización que estamos viviendo, cada día existen más segmentos y nichos de mercado relativos al consumo de productos con calidad específica (Murdoch & Miele, 1999, p. 480). En este sentido, el desarrollo de canales cortos de comercialización es una forma aprovechar la dualidad de los mercados alimentarios. El desarrollo de estas iniciativas presenta desafíos a las instituciones y organismos encargados de apoyar la regeneración económica y social en las zonas rurales (Marsden et al., 2000, p. 436).

Las etapas de este trabajo fueron: i) identificar las dificultades existentes para el establecimiento exitoso de canales cortos de comercialización en Panamá; ii) identificar los factores de éxito o fracaso de diferentes casos de estudio externos a Panamá. El objetivo final es contribuir a identificar formas en la que productores, consumidores y el sector público de Panamá pueden actuar (e interactuar) para promover canales cortos de comercialización.

## 2. METODOLOGÍA

En primer lugar se realizó una revisión bibliográfica de experiencias de cadenas cortas de comercialización en Panamá, con el objetivo de conocer sus alcances y limitaciones. Para la documentación de estos casos, y debido a la carencia de literatura científica, se realizó una búsqueda de información proveniente de la prensa general y especializada en agricultura.

Para la obtención de información primaria se preparó un formulario de entrevista que se realizó de forma online. Se realizaron en total 25 a diferentes actores de la cadena elegidos por un muestro de bola de nieve, debido a la inexistencia de censos y registros estadísticos. El 84% son consumidores, 52% funcionarios públicos, 40% productores, 28% investigadores agrícolas y 12% intermediarios comerciales<sup>125</sup>.

La encuesta consta de los siguientes apartados: reconocimiento de los entrevistados; percepción de distintos aspectos de las iniciativas; identificación de otras iniciativas; recomendaciones a los distintos actores de la cadena; e identificación de referencias bibliográficas. Los aspectos indagados de cada una de las iniciativas incluye beneficios percibidos por los consumidores y los productores; puntos fuertes y débiles; eficacia y eficiencia; viabilidad de continuidad; y propuestas de mejoras.

---

<sup>125</sup> La suma de estos porcentajes supera el 100%, ya que el mismo entrevistado podía formular opiniones sobre varias categorías a la vez.

Por otra parte, se hizo una revisión bibliográfica de 31 casos de tipologías de circuitos cortos a nivel internacional, de los que se seleccionaron finalmente cinco para su estudio en profundidad, con el objetivo de conocer sus factores condicionantes. La selección de estos casos se realizó por su potencial de influir de algún modo en Panamá.

### 3. RESULTADOS

Los cinco casos internacionales seleccionados fueron: Asociación para el Mantenimiento de la Agricultura Campesina (Associations pour le maintien d'une agriculture paysanne, AMAP), Grupo de compra solidaria (Gruppi di Acquisto Solidale, GAS), Agricultura apoyada por la comunidad (Community Supported Agriculture, CSA), La Colmena dice que Sí (La Ruche Qui Dit Oui!) y Bajo el Asfalto esta la Huerta (BAH!).

A partir de la revisión de los casos internacionales de canales cortos de comercialización, se ha obtenido la tabla 1. Esta contiene una valoración del nivel de requerimiento de diferentes factores en el desarrollo de estas iniciativas.

**Tabla 4:** Análisis de los algunos factores en común de las iniciativas internacionales estudiadas de canales cortos de comercialización

Factores Condicionantes		AMAP	GAS	CSA	¡La Colmena dice que Sí!	BAH!
	-Participación del sector público	-	-	-	-	-
	-Compromiso de los responsables	5	5	5	5	5
	-Organización de los responsables	5	5	5	5	5
Organización	-Entronque con el entorno rural	3-4	3-4	3-4	3-4	3-4
	-Capacitación adecuada	4	4	4	5	4
	-Acción cooperativa	5	5	5	3	5
	-Riesgos compartidos entre actores	5	5	5	1	5
	-Trabajo voluntario	5	4	5	0	5
	-Incidencia en el sector agrario local	5	5	5	3	4
Motivaciones	-Consumo de alimentos sanos	5	5	5	4	5
	-Consumo de alimentos locales	5	5	5	4	5
	-Sostenibilidad ambiental	5	5	5	4	5
	-Mejora de la vida en comunidad	5	5	5	1	4
Tecnología	-Difusión de la iniciativa vía internet	2	2	2	5	2
	-Facilidad de negociaciones por internet	-	-	-	5	-

La puntuación está dada en una escala del 0 al 5. Siendo 0 la más baja y 5 la más alta. El guion (-) denota que este factor no es atribuible a la iniciativa.

Fuente. Elaboración propia.

Los casos de canales cortos estudiados en Panamá fueron: las ferias de productores, el proyecto “Cadena de Frío” (iniciativa del sector público: es un sistema logístico integral especializado para el manejo post cosecha y una red de mercados a nivel nacional ubicados en áreas estratégicas); venta a domicilio en localidades identificadas de interés; y ventas de bolsas de mixtas en zonas urbanas y carreteras con mucho tráfico.

La tabla 2 sintetiza las opiniones de los entrevistados sobre estas iniciativas. Conviene destacar que una misma actuación, como por ejemplo el compromiso de los responsables, aparece a la vez como una fuerza y una debilidad, lo que demuestra la complejidad del tema.

Los entrevistados constataron que la participación de la comunidad es una fortaleza común a la mayoría de estas iniciativas, mientras que la capacitación adecuada fue considerada como la principal debilidad.

**Tabla 5:** Factores fuertes y débiles de las iniciativas de canales cortos en Panamá

Caso	Factores	Como Fortaleza	Como Debilidad
Ferias de productores	-Participación del sector público	3	2
	-Compromiso de los responsables	1	2
	-Organización de los responsables	1	2
	-Participación de la comunidad	4	1
	-Capacitación adecuada	0	3
	-Acción cooperativa	1	2
Proyecto "Cadena de Frío"	-Participación del sector público	3	2
	-Compromiso de los responsables	2	2
	-Organización de los responsables	1	3
	-Participación de la comunidad	1	2
	-Capacitación adecuada	2	3
	-Acción cooperativa	0	2
Venta de hortalizas, frutas y vegetales a domicilio	-Participación del sector público	0	2
	-Compromiso de los responsables	2	2
	-Organización de los responsables	2	2
	-Participación de la comunidad	4	1
	-Capacitación adecuada	0	3
	-Acción cooperativa	1	2
Venta de bolsas mixtas	-Participación del sector público	0	2
	-Compromiso de los responsables	2	1
	-Organización de los responsables	2	1
	-Participación de la comunidad	4	1
	-Capacitación adecuada	0	3
	-Acción cooperativa	1	1

La puntuación está dada en una escala del 0 al 5. Siendo 0 la más baja y 5 la más alta.

Fuente. Elaboración propia con información obtenida en entrevistas.



#### 4. DISCUSIÓN

A partir del análisis de la información primaria y secundaria, resaltamos las siguientes líneas potenciales áreas de mejoras en cada una de las iniciativas estudiadas en Panamá. Las propuestas son las siguientes:

1. Ferias de productores. Empoderar a las asociaciones de productores y que sean ellas las que tengan el mayor papel en la administración de estas ferias; mantener, en lo posible, la exclusividad por productos nacionales y locales; establecer un calendario interinstitucional de apoyo por temporada y por rubro e incentivar a la comunidad y al tejido asociativo a participar en las ferias como voluntarios.
2. Proyecto “Cadena de Frío”. Instalar una mesa de consulta a nivel nacional con una presencia representativa de todos los actores, ajena a intereses políticos partidistas; empoderar a las asociaciones de productores y que sean ellas quienes administren dicha iniciativa; desarrollar una certificación para los productos que pasen por cadena de frío; incentivar la creación de cooperativas de pequeños productores que vendan en conjunto su producción; destinar personal técnico para apoyar a los productores en temas de campo y manejo post-cosecha; monitorear constantemente el mercado; y proteger los intereses de la producción nacional.
3. Venta a domicilio en localidades identificadas de interés. Establecer rutas y frecuencia de reparto y comunicarlas; capacitar a los vendedores en temas de calidad y manejo post-cosecha; mantener información sobre la trazabilidad de los productos a disposición de los compradores; y capacitar a los vendedores en temas administrativos y atención al cliente.
4. Venta de bolsas de mixtas. Mantener la información de la trazabilidad de los productos a disposición de los compradores; capacitar a los encargados en temas de inocuidad y manejo post-cosecha; ampliar la gama de productos; y adecuar los sitios donde se venden los productos.

#### 5. CONCLUSIONES

La participación del sector público no es un factor decisivo en los casos internacionales de canales cortos estudiados. El compromiso y la organización de los responsables se presentan como condiciones necesarias, y a veces suficientes, para el éxito de estas iniciativas.

Se evidencia la existencia de similitudes entre los casos internacionales estudiados, lo que podría ser explicado por su evolución histórica y por su influencia mutua.

El desarrollo de estas iniciativas debe ser impulsado por un grupo de personas empoderadas e ir acompañado de fuertes motivaciones en común.

El análisis de los factores fuertes y débiles de las iniciativas emergentes de canales cortos en Panamá es un tema complejo, como lo demuestra el hecho de que un factor es percibido por una parte de los entrevistados como fortaleza y como debilidad por otra parte de los entrevistados. Para profundizar en el tema se requiere continuar con un mayor esfuerzo de investigación empírica.

En el caso de los factores de éxito de los casos internacionales de canales cortos estudiados, el compromiso y la organización de los responsables, acompañado de fuertes motivaciones que abordan problemáticas sociales, son algunos de los aspectos comunes a las diferentes iniciativas.

Los diferentes actores de la cadena agroalimentaria en Panamá pueden impulsar el desarrollo de estos canales mediante el desarrollo de mecanismos de cooperación mutua entre productores y consumidores, que permitan compartir el riesgo de la producción agropecuaria y los beneficios de los canales cortos de comercialización.

El apoyo del sector público puede ser útil, en el caso de un país con una sociedad civil menos organizada que en los casos internacionales estudiados, siempre que sirva para potenciar el empoderamiento de las iniciativas por los actores y no para sustituirla.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CEPAL (2013). Agricultura familiar y circuitos cortos: nuevos esquemas de producción, comercialización y nutrición. Santiago de Chile: Naciones Unidas. Retrieved from <http://www.cepal.org>
- IICA (2014). Estrategia del IICA en Panamá 2014-2018. Retrieved from <http://repiica.iica.int/docs/b3684e/b3684e.pdf>
- Kneafsey, M., Venn, L., Schmutz, U., Balázs, B., Trenchard, L., Eyden-wood, T. & Blackett, M. (2013). Short Food Supply Chains and Local Food Systems in the EU . A State of Play of their Socio-Economic Characteristics. Retrieved from <http://ipts.jrc.ec.europa.eu/publications/pub.cfm?id=6279>
- Marsden, T., Banks, J. & Bristow, G. (2000). Food Supply Chain Approaches: Exploring their Role in Rural Development. *Sociologia Ruralis*, 40(4), 424–438.
- Mundubat (2012). Circuitos cortos de comercialización en Euskal Herria. *EHNE Bizkaia*, 1–62.
- Murdoch, J. & Miele, M. (1999). `Back to Nature´: Chaning `Worlds of Production´ in the Food Sector. *Sociologia Ruralis*, 39(4), 465-483.
- TRAGSATEC (2013). Canales cortos de comercialización en el sector agroalimentario. España. Retrieved from <http://www.magrama.gob.es>

## El enfoque territorial en los programas de desarrollo rural de Argentina

Elsa Mora

Universidad Nacional de San Luis  
morae2004@yahoo.es

Raúl Compés López

Universidad Politécnica de Valencia  
rcompes@esp.upv.es

### ABSTRACT

El propósito de este trabajo es hacer una revisión de la evolución de los programas e instrumentos que operan en el medio rural de Argentina desde los años noventa con el fin de determinar si se han ido alineando con el paradigma de desarrollo territorial y, adicionalmente, si han desarrollado instituciones participativas del tipo de las del programa LEADER en la Unión Europea. El interés de este objetivo radica en que en los últimos años se ha producido una evolución del concepto de desarrollo rural, pasando de una visión sectorial a un enfoque territorial, lo que supone una visión más integral que reconoce la complejidad y heterogeneidad de los territorios rurales, considera las múltiples dimensiones que interactúan en el territorio e incorpora el papel de los actores sociales. En el plano operativo, esto supone un desafío en el diseño de programas e instrumentos, ya que no sólo son necesarias nuevas formas de intervención sino también se precisa la creación de nuevos espacios de articulación entre los actores sociales que permitan potenciar las capacidades y oportunidades que existen en dichos territorios. En el caso de Argentina, en el que el paradigma territorial ha tenido buena acogida, los programas destinados al mundo rural desde los noventa han conocido una evolución, en particular a partir de la crisis de 2001. En una primera etapa estaban financiados por el FIDA y orientados a pequeños productores agropecuarios y se centraban en cuestiones de pobreza rural desde una perspectiva sectorial. A partir de 2005 aparece una nueva generación de programas liderada por el INTA que apunta hacia un enfoque territorial del desarrollo con la implementación de programas donde los destinatarios no son solo los pequeños productores rurales sino toda la población del espacio rural, y donde se incorporan otras problemáticas como el ambiente y los recursos naturales, los instrumentos de financiamiento y otras formas de intervención. Sin embargo, no se institucionalizan estructuras características del desarrollo territorial.

**KEYWORDS:** Desarrollo rural, Desarrollo territorial rural, Argentina, LEADER, Unión Europea.

### 1. INTRODUCCIÓN

En el plano teórico, en los últimos años se ha producido una evolución del concepto de desarrollo rural, pasando de una visión sectorial a un enfoque territorial, lo que supone una visión más integral que reconoce las limitaciones del enfoque agrarista, destaca la complejidad y heterogeneidad de los territorios rurales, considera las múltiples dimensiones que interactúan en el territorio e incorpora el papel de los actores sociales.

El desarrollo territorial que nace de este enfoque puede considerarse un paradigma en el sentido de que no define el territorio como un espacio físico objetivo y predeterminado sino como una construcción social. Esto significa que el foco se desplaza de la geografía física al conjunto de relaciones sociales y económicas entre un amplio abanico actores públicos y privados. Su interacción expresa y crea, a un tiempo, una identidad dinámica y un sentido de

pertenencia y propósitos compartidos. El centro de acción deja de ser lo que los poderes públicos quieren hacer para promover el desarrollo en un espacio administrativo determinado para pasar a ser lo que los actores locales pueden hacer con sus recursos y potencialidades, aunque esto no excluye la participación y el apoyo de los agentes y las políticas públicas.

La confluencia entre las políticas de desarrollo rural y este nuevo paradigma ha conducido al surgimiento del denominado “Desarrollo Territorial Rural”, como una categoría que expresa un proceso de transformación productiva e institucional en un espacio rural determinado. En este marco no está predeterminado el tipo de programas que van a surgir, ya que van a depender de las necesidades y las capacidades del territorio. Así, en algunos casos el énfasis puede centrarse en reducir la pobreza rural (Schejtman & Berdegué, 2004) y, en otros, en alcanzar un alto grado de innovación y diversificación económica productiva con actividades agrícolas y no agrícolas que permita construir sistemas productivos locales competitivos, reducir el riesgo y la vulnerabilidad frente a los cambios en los mercados, aumentar el capital social y cultural rural a fin de fomentar la inclusión social, el arraigo de la gente a su tierra y una infraestructura de equipamientos y servicios eficientes para el desarrollo económico y el mejoramiento de la calidad de vida (Sili, 2005).

En cualquier de los casos, el nuevo enfoque supone un desafío adicional al de diseño de programas e instrumentos, ya que no sólo exige nuevas formas de intervención sino también la creación de nuevos espacios de articulación entre los actores sociales que permitan potenciar las capacidades y oportunidades que surgen en dichos territorios.

Esta transformación, no como ruptura sino como evolución, se viene produciendo paulatinamente en la política de desarrollo rural de la UE de la mano de la extensión del enfoque LEADER, que no sólo ha creado una nueva metodología sino también un ejemplo real de desarrollo territorial basado en redes participativas de actores locales –Grupos de Desarrollo Rural y Grupos de Acción Local- a partir de recursos endógenos. En la última reforma de la PAC aprobada en 2013 para el período 2014-2020 este modelo ha dado un salto tanto cualitativo como cuantitativo al haberse institucionalizado como Desarrollo Local a cargo de las Comunidades Locales (DLCL) para los programas financiados con fondos estructurales (Compés *et al.*, 2014).

Argentina es uno de los países más importantes en materia de políticas de desarrollo rural (Manzanal, 2014; Lattuada, 2014) y uno donde con más fuerza han calado las teorías y los proyectos el desarrollo local, endógeno y territorial (Madoery, 2005). Por lo que se refiere al desarrollo rural, hay numerosos programas implementados desde la Secretaría de Agricultura,

Ganadería, Pesca y alimentación (SAGPyA), algunos con financiamiento internacional del Fondo Internacional de Desarrollo Agrícola (FIDA) y otros apoyados desde el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA).

El propósito de este trabajo es hacer un análisis de los programas que vienen operando en el medio rural de Argentina desde los años noventa con el fin de determinar si han evolucionado en el sentido indicado por el paradigma del desarrollo territorial-rural y si tienen alguna similitud con la parte de la política de desarrollo rural de la UE basada en el enfoque LEADER.

## **2. EL CAMINO DEL DESARROLLO RURAL EN ARGENTINA**

Los primeros Programas de Desarrollo Rural (PDR) de la historia reciente se implementaron en Argentina a partir de los años 90 con financiamiento internacional a través de la participación del FIDA. Este Fondo fue invitado en 1983, con el advenimiento de la democracia, para desarrollar un proyecto en el noreste del país, llamado Programa de Crédito y Apoyo Técnico a Pequeños Productores Agropecuarios del Noreste Argentino (PNEA). Inició sus operaciones en 1991 para atender preferentemente a pequeños productores rurales en situación de pobreza con el objetivo de contribuir al desarrollo de sus explotaciones agropecuarias. El instrumento elegido eran créditos y asistencia técnica para lograr mejorar los ingresos y las condiciones de vida.

En 1999, y como continuación del PNEA, comenzó el Proyecto de Desarrollo Rural de las Provincias del Noreste Argentino (PRODERNEA), que se reformuló en 2004 para ampliarlo, por un lado, a pobladores rurales con una cierta dotación de recursos productivos y con posibilidades de insertarse en los mercados agropecuarios y, por otro, a pobladores rurales pobres con capacidad de iniciar emprendimientos productivos distintos a los agropecuarios; todo ello incorporando mecanismos diferenciados para grupos vulnerables (aborígenes, mujeres y jóvenes).

Por su parte, el PRODERNOA, Proyecto de Desarrollo Rural de las Provincias del Noroeste Argentina, se firmó en 2000 y se vio afectado por los vaivenes de la dura crisis política y socioeconómica que implosionó en 2001. Esto provocó cambios en el proyecto que se sustanciaron en varias reformulaciones, una de ellas en 2006. El proyecto mantuvo a lo largo del tiempo el objetivo de atender de forma preferente a los grupos más vulnerables caracterizados por ingresos por debajo de la línea de indigencia.

En 1998 se inició el Proyecto de Desarrollo de Pequeños Productores Agropecuarios (PROINDER), con extensión hasta 2011, dirigido a familias rurales pobres de pequeños productores y trabajadores agropecuarios. Su objetivo era mejorar sus condiciones de vida a través de asistencia técnica, apoyo económico no reembolsable para inversiones en bienes u obras de infraestructura predial y comercialización de productos, y también con mecanismos diferenciados para grupos vulnerables. Sus dos componentes principales eran el Apoyo a las Iniciativas Rurales (AIR) y el Fortalecimiento Institucional.

A continuación hay que citar dos programas ejecutados a partir de 2009 que son: a) el PRODEAR, Programa de Desarrollo de Áreas Rurales, que finalizó en 2015, y cuyo objetivo ha sido contribuir a la cohesión e inclusión social y productiva de los habitantes del sector rural; y b) el Programa para el Desarrollo Rural Incluyente, PRODERI, que se inició en diciembre de 2011 para mejorar la calidad de vida, promover la inclusión social de familias rurales pobres, tecnificar, diversificar e incrementar la producción de la agricultura familiar (AF) y apoyar una inserción sostenible en los mercados y en las cadenas de valor.

Dado que son programas parecidos, pero tienen componentes diferentes –por su duración, ámbito territorial, financiación y beneficiarios, aunque todos fueron ejecutados por el SAGPyA- es útil sintetizarlos en una tabla comparativa (Tabla 1).

**Tabla 1:** Principales programas de desarrollo rural en Argentina

Programas	Año inicio - finalización	Cobertura geográfica	Financiamiento	Ejecución
PNEA	1991-1996	Provincias: Corrientes, Misiones y Formosa.	FIDA	SAGPyA
PRODERNEA	1999-2007 (reformulado 2004)	Provincias: Misiones, Chaco, Formosa y Corrientes.	FIDA, aportes Provincias y Nación	SAGPyA
PRODERNOA	2003-2011 (firmado en 2000)	Provincias: Catamarca, Tucumán, La Rioja y Jujuy.	FIDA, aportes Provincias y Nación	SAGPyA
PROINDER	1998-2011	Alcance nacional	Banco Mundial (BIRF) aporte Nación	SAGPyA
PRODEAR	2009-2015	Alcance nacional	FIDA, aportes Provincias y Nación	SAGPyA
PRODERI	2011-continúa	Alcance nacional	FIDA, aportes Nación	SAGPyA

Fuente: Elaboración propia en base a PROINDER (2003)

Por otra parte, en la política de desarrollo rural de Argentina hay una serie de programas del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA), institución que depende de la SAGPyA, y que en su modelo de intervención adopta el enfoque territorial. Así, en 2003 estableció el PROFEDER (Programa Federal de Apoyo al Desarrollo Rural Sustentable) para fortalecer el desarrollo con inclusión social, integrar las economías regionales y locales en los mercados internos e internacionales y generar empleo e ingresos. Sus acciones se realizan a través de programas de alcance nacional como: a) Pro-Huerta, dirigido a población con carencias en los ámbitos rural y urbano; b) Minifundio, para productores minifundistas (excepto en las provincias de Santa Fe, Neuquén y Tierra del Fuego); c) Profam, para pequeños productores familiares (excepto en Neuquén, La Pampa, Córdoba y Catamarca) y d) Cambio Rural, para pequeños y medianos empresarios agropecuarios.

### 3. ANÁLISIS Y CONCLUSIONES

En Argentina, y durante los años del período analizado, que arranca en la década de los 90, han existido dos modelos de estrategias y políticas de desarrollo rural, que corresponden a contextos históricos y económicos distintos, con diferentes problemáticas y formas de abordar las cuestiones del desarrollo rural.

Las primeras experiencias iniciadas en la década de los noventa estuvieron enmarcadas en un modelo de apertura y desregulación de la economía, privatizaciones, reducción del aparato estatal y sus mecanismos de intervención. En ese contexto se implementaron programas de desarrollo rural para resolver situaciones de pobreza rural a través de la asistencia financiera y técnica para mejorar la calidad de vida y producción de pequeños productores rurales pobres. Sus resultados se han visto afectados por limitaciones en relación a la aplicación de los instrumentos (asistencia técnica y capacitación), al número de beneficiarios, a la falta de coordinación entre los distintos programas y la escasa cooperación entre los organismos responsables de llevar a cabo los programas. Podría decirse que más allá de su carácter asistencialista, han sido importantes a la hora de incorporar esta problemática en las políticas de desarrollo rural.

A partir de 2003, con un nuevo Gobierno, un rol más activo del Estado, más énfasis en políticas públicas incluyentes y una visión más integral desde la Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación (SAGPyA) a través del INTA, se abrió el camino para un abordaje territorial del desarrollo rural. Es a partir de 2006 cuando se producen avances en ese nuevo paradigma mediante la incorporación de instrumentos para lograr una mayor

coordinación entre los organismos públicos para realizar un trabajo conjunto en materia técnica y financiera, y compartiendo acciones que posibiliten la implementación de nuevos proyectos en el ámbito rural. En cualquier caso, el prototipo de programas de esta etapa está lejos de lo que ha significado LEADER en el desarrollo de los territorios rurales europeos.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Compés, R. & García J.M. (2014). Redes de innovación y desarrollo local para el medio rural, **MAGRAMA**.
- Lattuada, M. (2014). Políticas de desarrollo rural en la Argentina. Conceptos, contexto y transformaciones. *Temas y debates*, (27), 13-47.
- Madoery, O. (2005). La primera generación de políticas locales de desarrollo en Argentina: Contexto, características y desafíos. *Argentina: Centro de Estudios Desarrollo y Territorio (CEDeT)*.
- Manzanal, M. (2014). Instituciones y gestión del desarrollo rural en Argentina. *Economía Sociedad y Territorio*.
- Schejtman, A. & Berdegué, J. (2004). Desarrollo territorial rural. *Debates y temas rurales*, 1, 7-46.
- Sili, M. S. (2005). *La Argentina rural: de la crisis de la modernización agraria a la construcción de un nuevo paradigma de desarrollo de los territorios rurales*. INTA.



## **Gestão social e desenvolvimento territorial: os desdobramentos da articulação social de atores frente às conjunturas políticas no Brasil**

Raiza Madje Tavares da Silva

NEDET Cariri Oriental - Universidade Federal de Campina Grande  
raizamadje@gmail.com

Mônica Tejo Cavalcanti

NEDET Cariri Oriental - Universidade Federal de Campina Grande  
monicatejoc@yahoo.com.br

Mônica Correia Gonçalves

NEDET Cariri Oriental - Universidade Federal de Campina Grande  
mnygoncalves@gmail.com

Rosa Maria dos Santos Pessoa

NEDET Cariri Oriental - Universidade Federal de Campina Grande  
rosapessoa@gmail.com

### **RESUMO**

O presente estudo é o resultado do trabalho de pesquisa e extensão universitária do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Territorial do Cariri Oriental (NEDET). Implantado por meio da Universidade Federal de Campina Grande com apoio do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), o referido projeto atua por meio de ações de assessoria e levantamento de informações, no referido território paraibano. A problematização desenvolvida a seguir busca analisar a evolução da gestão social no Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Cariri Oriental Paraibano, instância deliberativa das entidades do poder público e sociedade civil, do território ora analisado, objetivando desvendar os desdobramentos das relações de concertação social entre diversas entidades e atores que compõem a dinâmica territorial no colegiado observado, levando em consideração ainda, diferentes momentos políticos no Brasil, desde a implantação da política até os dias atuais. de Gestão Social do NEDET Cariri Oriental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento territorial, gestão social, Cariri Oriental.

### **1. INTRODUÇÃO**

A ideia de desenvolvimento territorial, tem se incorporado gradativamente às discussões dos formuladores de políticas públicas e dos estudiosos e pesquisadores, desde o final dos anos 90. Mas é a partir de 2003 mais especificamente, que esse enfoque passa a influenciar de forma direta a políticas de desenvolvimento voltadas aos espaços rurais, a partir do momento em que é criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O enfoque adotado a partir de então, teve como um de seus pilares de ação, a chamada ‘Gestão Social’, entendida como instrumento de construção coletiva de pactos de concertação social, por meio da articulação de diversos agentes locais, públicos e privados. “Na ideia de Gestão Social pretende-se que os agentes sociais, a sociedade civil e o poder público, estejam presentes em todos os momentos, que vão desde a mobilização e a sensibilização daqueles que precisam ser envolvidos, até o posterior acompanhamento e controle social sobre as ações pactuadas” (SDT/MDA, 2005 p. 11).

Com base no Ciclo da Gestão Social, composto dos seguintes elementos: Planejamento (Participativo), Controle Social (Transparente), Organização (Descentralizada) e Direção/Coordenação (Democrática), o MDA buscou a cada novo ciclo mobilizar novos atores, obter diagnósticos mais acurados, reunir condições de apontar soluções mais adequadas no enfrentamento de problemas, fortalecer os arranjos institucionais, aprimorar o controle social do processo de desenvolvimento sustentável.

As assessorias, contratadas pelo MDA à serviço dos Territórios, buscaram contribuir nesse processo. A necessidade desse profissional facilitador da dinâmica, leva em conta o quão desafiador é para os atores transformar suas práticas mais formalistas de participação social, historicamente construídas em cima de uma cultura política clientelista.

É possível porém perceber inúmeros entraves na evolução da gestão social do território aqui estudado. As dificuldades partem de questões locais e regionais, chegando até a influência da conjuntura política nacional. Observaremos desta forma, a trajetória da participação social dos atores levando em consideração aspectos importantes da dinâmica territorial no Cariri Oriental Paraibano.

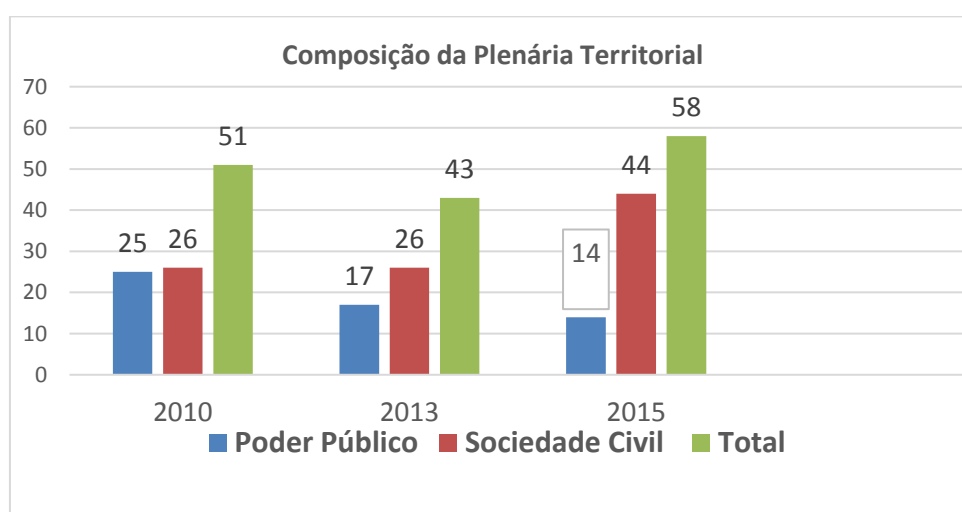
## **2. ANÁLISE DA GESTÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CARIRI ORIENTAL PARAIBANO**

A participação de atores sociais no Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Cariri Oriental Paraibano historicamente enfrenta oscilações. Observamos por meio de análise documental, de entrevistas com membros mais antigos e observação participante, as motivações pelas quais estas transformações pode ter sido causadas. Foram observados os seguintes pontos: dificuldade de locomoção, falhas de comunicação e repasses de informações importantes, ausência de custeio, disputas de poder e conflitos de gênero e ideologias.

Além disso, e principalmente, o investimento e priorização dos Governos Federais, Estaduais e Municipais em políticas públicas que considerem os territórios rurais e a agricultura como prioridades, são em maior ou menor grau a motivação que impulsiona a participação dos atores nas discussões do Fórum, embora observemos um crescimento participação da sociedade civil nas discussões, ao mesmo tempo em que foi detectada queda nos membros oriundos do Poder Público, conforme veremos nos dados analisados a seguir. Desde o ano de 2003, quando a Secretaria de Desenvolvimento foi implantada e os territórios brasileiros passaram a se formar e serem homologados enquanto delimitação de priorização de políticas de desenvolvimento agrário, os territórios receberam diferentes investimentos e distintos modelos de assessoria.

Durante todo o período dos dois Governos do Presidente Lula (2002 – 2009), as assessorias se davam por meio de contratação via organizações não governamentais, que recebiam investimentos federais, lançavam editais e contrataram temporariamente um profissional de suporte ao território, denominado ‘articulador’. O referente modelo de contratação persistiu no primeiro Governo da Presidente Dilma Rousseff (2010 – 2014), mas uma transformação no processo de monitoramento e assessoramento ocorreu no final do primeiro e início de seu segundo governo, no ano de 2015. As assessorias passaram a ocorrer por meio de instituições públicas federais, que implantaram Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDETs com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Ao analisar os números em termos de participação do poder público e sociedade civil a partir desse processo de trabalho em parceria entre coordenação e assessoria territorial do NEDET no Cariri Oriental Paraibano, chegamos aos dados apresentados abaixo:



**Figura 1:** Gráfico evolutivo da participação de entidades no fórum do Cariri Oriental

Fonte: Arquivos do Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Cariri Oriental

O Gráfico em questão analisa o aspecto quantitativo e a classificação das entidades que solicitam participação no Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Cariri Oriental Paraibano, tomando como base as recomposições realizadas a cada dois anos, de acordo com o que preconiza o Regimento Interno da referida instância.

Detectou-se que ao longo de todo o espaço de tempo analisado, o interesse em fazer parte do Fórum por parte das entidades da sociedade civil predominou sobre o das entidades do Poder Público. Observou-se ainda, que embora o conceito de Gestão Social preconize a diversidade de entidades e a necessidade da presença do poder público entre estas, a

participação destas instituições decresceu consideravelmente ao longo dos seis anos observados no gráfico. Já o interesse da sociedade civil em compor a plenária permaneceu estável entre 2010 e 2013, mas quase dobrou no ano de 2015. Quanto ao total, a participação das entidades sofreu oscilação negativa em 2013, mas atingiu seu ápice também no ano de 2015, ano de início da atuação do NEDET Cariri Oriental no Território, o que demonstra bom êxito da Assessoria Territorial de Gestão Social em termos de mobilização.

Quando analisamos desde o início da homologação o território recebeu altos investimentos e priorização do Governo Federal no Governo Lula, no Governo Dilma conforme observamos nas discussões das quais participamos, ocorreu uma queda nos investimentos, o que soou para os atores como não priorização da Política Pública de Desenvolvimento Territorial. A ausência do articulador, de recursos de custeio e investimento na produção da agricultura familiar do território impulsionou o esvaziamento enfrentado em 2013, ano que antecede o lançamento do edital dos NEDETs e sua posterior implantação em maioria dos territórios brasileiros. Foram observados porém, os avanços obtidos com a chegada das Universidades e dos Núcleos de Extensão aos territórios, como é o caso do Cariri Oriental Paraibano.

O quadro entretanto sofre bruscas transformações no ano de 2016. Após polêmica decisão de afastamento da Presidente eleita Dilma Rousseff, após processo de Impeachment aberto pelo Congresso Nacional, o seu vice-presidente, Michel Temer, lançou medidas que causaram furor na população de agricultores familiares brasileiros. Entre as bruscas alterações realizadas no governo, está a Medida Provisória Nº 726 de 12 de maio de 2016, que extingue o Ministério do Desenvolvimento Agrário, e transforma o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. A Secretaria de Desenvolvimento Territorial muda portanto de pasta e os responsáveis pela orientação dos NEDETs em todo o Brasil, bem como pela priorização da Política Pública de Desenvolvimento Territorial no país recebem portarias de exoneração. Este quadro de incertezas atinge diretamente nas bases. Detectamos uma queda brusca na participação dos atores nas plenárias territoriais do Fórum do Cariri Oriental, e um tom de desestímulo no discurso dos atores participantes quanto a manutenção dos investimentos nos territórios brasileiros. O novo momento é de articulação para protestos e atos pontuais de combate ao processo denominado de ‘golpe’, e de pedido pelo retorno da Presidente eleita e dos ministérios por ela deixados. Um quadro de incertezas, desânimo e revolta, retrata o novo momento da Política Pública de Desenvolvimento Territorial no Brasil, em virtude de mudanças e cortes repentinos nos recursos

investidos na agricultura familiar do país e do ‘golpe político em curso’, que tem sido enfatizado e combatido, mudando o foco das discussões.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises aqui colocadas nos levaram a identificar os seguintes pontos chave:

- a) Em termos de gestão social, a dinâmica territorial no Cariri Oriental ao longo do tempo atrai cada vez para as discussões a sociedade civil, ao mesmo tempo em que repele cada vez mais o poder público.
- b) Oscilações ocorrem ao longo dos anos na dinâmica territorial, diretamente relacionadas às transições governamentais bem como a transformações em termos de modelo de assessoria territorial.
- c) A chegada da Universidade e do Núcleo de Extensão ao território contribuiu com a articulação de atores sociais.

O desafio agora enfrentado pela Política Pública de Desenvolvimento Territorial no Brasil, é o de superar as bruscas transformações realizadas pelo atual governo, e de driblar os conflitos que podem surgir a partir dessas mudanças. Observar tais aspectos e quais mudanças ainda podem ocorrer, é papel das Instituições Públicas Federais, por meio dos seus Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial. A sua manutenção, porém, também é imprevisível no quadro atual.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005). *Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais*. (Série Documentos Institucionais N.º 03). Brasília, DF.
- SDT/MDA (2006) *Referências para a Gestão Social dos Territórios Rurais: guia para o controle social*. (Série Documentos de Apoio N.º 04). Brasília, DF.
- Silva, R. M. T. (2013). *Território e Desenvolvimento Rural: Uma análise da Política Territorial do MDA em um Estudo de Caso do Cariri Oriental*. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Paraíba, Brasil.
- Tonneau, J. P.; Cunha, L. H (2005). Pesquisas em Desenvolvimento Territorial. *Revista Raízes*, 24, 1 e 2), 45-53.

## **An approach based on entropy to disaggregate agricultural data at a local level: the case of the Alentejo region**

António Xavier

CEFAGE-UE / MeditBio

amxav@sapo.pt

Maria de Belém Costa Freitas

Universidade do Algarve / MeditBio

mbfreitas@ualg.pt

Rui Fragoso

Universidade de Évora / CEFAGE-UE

rfragoso@uevora.pt

Maria do Socorro Rosário

Direção de Serviços de Estatística - Gabinete de Planeamento e Políticas

socorro.rosario@gpp.pt

### **ABSTRACT**

The European's Union agriculture faces complex challenges in the beginning of a new programming period and disaggregated information is crucial for policy analysis and evaluation. In the last years, there was an increase in the demand for tools to analyse the impact of agricultural policies on the territories at a more local level. Previous studies carried by the authors allowed obtaining disaggregated information of agricultural land uses at pixel level for the Algarve using a kilometric grid. However, no approach was developed for the Alentejo, since its dimension represents a challenge, namely at computational level: it implies estimating data for more than 30.000 disaggregated units, using the same kilometric grid. Therefore, the objective of this paper is to present an entropy approach to disaggregate agricultural data at a local level for the Alentejo Region. The approach provided satisfactory results since the estimated values revealed a good approximation to the true values.

**KEYWORDS:** data disaggregation, minimum cross entropy, land uses, Alentejo.

### **1. INTRODUCTION**

Nowadays, the European's Union and Portuguese agriculture faces very complex challenges – territorial policies, at local scales imply disaggregated analysis with detailed spatial references (Xavier et al., 2016). However, data is limited in the several available statistical sources. The agricultural census is conducted every 10 years and it has information for the agrarian region, municipalities and parishes (INE, 2011). All the other publications, with a shorter time frame have a lower resolution.

Several studies at international level were carried out by Kempen et al. (2005), You and Wood (2006), You et al. (2009) and Chakir (2009) using the combination of spatial datasets and econometric models to obtain disaggregated data. In Portugal, Xavier et al. (2016) presented a data disaggregation approach at pixel level for the Algarve Region. This methodology seemed promising, but also had obstacles when considering bigger regions due to the very high computational burden. One particular region with these problems and where

agricultural and livestock activities have still a great importance in the Alentejo (INE, 2011; Xavier et al., 2014).

Thus, the objective of this work is to present a combined entropy approach to disaggregate agricultural data - temporary and permanent crop's areas - at a local level for the Alentejo adapting the approach proposed by Xavier et al. (2016).

The remainder of the paper is organised as follows: section two describes the selected approach; section three presents the empirical implementation; in section four, results are presented and the discussion is made. Finally, section five presents the main conclusions of this work.

## 2. THE METHODOLOGICAL APPROACH

The methodological approach combines cluster analysis, iterative methods and entropy to disaggregate agricultural data at a local level. It has a sequential implementation, according to Xavier et al. (2016). The several steps are presented as follows:

- 1) Previous estimate, which implies:
  - i. Application of a HJ-Biplot (Galindo, 2006) and cluster analysis to the main available land uses provided by the land use cartography for defining several homogenous groups for data disaggregation.
  - ii. Implementation of the process regarding dasymetric mapping proposed by Gallego and Peedell (2001) which allows redistributing farm data by land use classes.
  - iii. Improvement of the previous estimate using experts' analysis depending on the available information.
- 2) Implementation of a cross entropy minimization process, which allows the disaggregation of the data with respect to the previous estimate, the consistency with the aggregate and assuring that the biophysical and historical restrictions are respected.

## 3. EMPIRICAL IMPLEMENTATION

The study area to implement the proposed model was the Alentejo Region. The Alentejo region has about 27160 km<sup>2</sup>. It is a region where agriculture and livestock breeding have still a great importance (INE, 2011; Xavier et al., 2014; Xavier & Freitas, 2014) and reveal several specific dynamics due to the recent agricultural policies. Several areas of this region are also in demographic decline.

The main land use classes for implementing the HJ-Biplot method and the iterative process proposed by Gallego and Peedell (2001) result from the simplification of the COS 2007 in a reduced number of classes, attending the detail of the available information and the objectives of the study.

For the transformation process in the HJ-Biplot method, we selected double centring for the analysis of the main land cover classes. The different homogenous groups of municipalities were defined using the Biplot coordinates to apply a hierarchical cluster analysis method. The Euclidean distances were used as a dissimilarity index and the Ward's method was used as a linkage method.

The groups of temporary crops considered were the following: Cereals (CER), Dried pulses (LEG), Temporary pastures and forages (PCF), Horticulture crops (Fresh vegetables, melons and strawberries in open field and a market gardening and under glass or protective cover) and potatoes (HORTEBAT). The groups of permanent crops are: fresh fruits (FRTFRES), citrus (CITR), nuts fruits (FTRCRIJ), olive trees (OLIV), vineyards (VIN) and other permanent crops (OCP).

The entropy process guarantees that the data is disaggregated respecting the existent biophysical conditions and the general aggregate, which is known, providing the data compatibility between the several layers of information. For the error definition, as in previous studies (Xavier et al., 2016), the three-sigma rule and the error limits that provided better results were used.

These variables were disaggregated to the pixel level, totalizing more than 30000 disaggregated units, which were then aggregated by pixel in the required situations. Validation was done using the measures proposed by Xavier et al. (2016), using Weighted Prescription Absolute Deviation (WPAD), Pearson correlation coefficient (R),  $R^2$  and focus was put in the Efficiency Indicator (You et al., 2009).

The technical implementation is done using the General Algebraic Modelling System (GAMS).

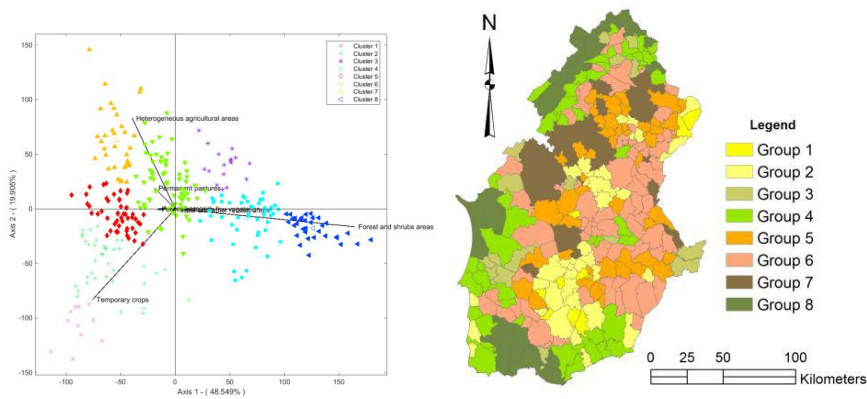
## 4. RESULTS AND DISCUSSION

### 4.1. HJ-Biplot and cluster analysis

For the HJ-Biplot approach two axis were retained with 68.45% of the accumulated inertia. The HJ-Biplot representation and the spatial distributing of the groups of parishes are presented in the following figure. These are described as follows: **Group 1**- Parishes highly oriented to temporary crops; **Group 2** – Parishes oriented to temporary crops, where there is also a tendency for gaining relevance other uses; **Group 3** - Parishes with mixed agricultural



and forest uses; **Group 4** - Parishes oriented to forest and shrubs areas; **Group 5** - Parishes with mixed agricultural uses; **Group 6** - Parishes with mixed uses oriented to heterogeneous agricultural areas; **Group 7**- Parishes oriented to permanent pastures and to heterogeneous agricultural areas; **Group 8**- Parishes highly oriented to forest and shrubs uses.

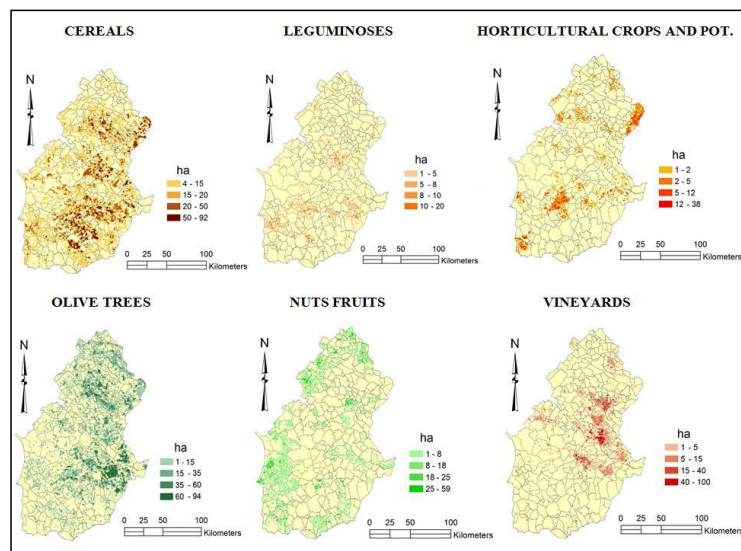


**Figure 1:** The HJ-Biplot representation and the spatial distribution of the clusters/groups

Source: model results.

#### 4.2. Final results-entropy approach

The model allowed obtaining results at “pixel” level. The following maps (figure 2) present examples of the area results per disaggregated unit for better understating the spatial patterns. These results allow the identification of some of the major contrasts regarding the distribution of temporary and permanent crops. For instance, the major areas of vineyards’ concentration or olive trees’ concentration are clearly identified.



**Figure 2:** The final results at a disaggregated unit level

Source: model results.

A WPAD of 54.31% for the temporary crops and 54.32% for the permanent crops was obtained (excluding the outliers with extreme results), which it is satisfactory when compared to Xavier et al. (2016), which obtained values in the several parishes of 86% for the temporary crops and of 38% for the permanent crops.

The Pearson correlation coefficients and  $R^2$  were calculated following the validation process of You and Wood (2006) and You et al. (2009). You and Wood (2006) obtained correlation coefficients between 0.4 and 0.65. You et al. (2009) validated their model using 4 crops and obtained  $R^2$  values of 0.8 for one crop while the other presented values between 0.40 and 0.45. In our study (table 1), and in what concerns temporary crops, the best results are presented by cereals with a correlation coefficient of 0.816 and the  $R^2$  of 0.666 while the lowest value is observed in the dried pulses. All the other crops, present values in the thresholds obtained by You et al. (2009). For permanent crops the results are quite satisfactory when comparing with previous studies, the best results being presented by vineyards, followed by olive trees, both with a relevant correlation coefficient. The coefficient of determination  $R^2$  presents its worst values in nuts fruits and citrus, which have residual expression in this group.

**Table 1:** Pearson correlation coefficient,  $R^2$  and the modelling Efficiency (EF) indicator

Crops	Pearson	$R^2$	EF
<i>Temporary crops:</i>			
CER	0.816	0.666	0.657
HORTEBAT	0.726	0.527	0.51
OUT	0.636	0.404	0.364
PCF	0.768	0.59	0.527
LEG	0.436	0.19	-0.323
<i>Permanent crops:</i>			
FTRCRIJ	0.414	0.171	0.171
VIN	0.942	0.887	0.831
OLIV	0.828	0.686	0.66
CITR	0.447	0.2	0.087
FRTFRES	0.746	0.557	0.543
OCP	0.83	0.688	0.688

CER-Cereals, LEG-Dried Pulses, PCF-Temporary pastures and forages, HORTEBAT-horticultural crops and potatoes, OUT-other temporary crops, FRTFRES-Fresh fruits, CITR-citrus, FTRCRIJ-nuts fruits, OLIV-olive trees, VIN-vineyards, OCP-other permanent crops.

Source: model results.

Finally, the results were validated with the Efficiency Indicator (EF) proposed by You et al. (2009), which obtained values between 0.23 and 0.71, with 3 crops presenting values between 0.23 and 0.44. The study presented in this paper overcomes most of these thresholds (table 1) being greater than 0.4 in most cases (exceptions in Other temporary Crops (OUT), Dried Pulses (LEG), Nuts Fruits (FTRCRIJ) and Citrus (CITR)).

## 5. CONCLUDING REMARKS

The proposed methodology allowed obtaining disaggregated data for the Alentejo Agrarian Region at pixel level being robust and giving relevant information for policy analysis and evaluation. Information at local level allows official entities to define a more equitable policy that also considers the biophysical aspects of the territory.

Also, it was proved that the approach proposed by Xavier et al. (2016) may be applied to areas which imply a greater complexity due to its size, and it's our conviction that it may be easily applied to the other Portuguese agrarian regions overcoming statistical periodicity problems.

## BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Chakir, R. (2009). Spatial downscaling of agricultural land use data: an econometric approach using cross-entropy. *Land Economics*, 85(2), 238-251.
- Fragoso, R., Martins, M.B. & Lucas, M.R. (2008). Generate disaggregated soil allocation data using a Minimum Cross Entropy Model. *WSEAS Transaction on Environment and Development*, 9(4), 756-766.
- Galindo, M. (1986). Una alternativa de representacionsimultanea: HJ-Biplot. *Questio.*, 10(1), 13-23.
- Gallego, F.J. & Peedell S. (2001). "Using CORINE Land Cover to map population density. Towards Agri-environmental indicators". Topic report 6/2001 European Environment Agency, Copenhagen, pp. 92-103.
- Golan, A., Judge, G. & Miller, D. (1996). *Maximum Entropy Econometrics: Robust Estimation with Limited Data*. New York, USA: John Wiley & Sons.
- INE-Instituto Nacional de Estatística (2011). *Recenseamento geral da agricultura de 2009*. Lisbon, Portugal, INE.
- Kempen, M., Heckeley, T., Britz, W., Leip, A., Koeble, R. & Marchi, G. (2005). *Computation of a European Agricultural Land Use Map-Statistical Approach and Validation*. Discussion Paper. Bonn: Institute for Food and Resource Economics.
- Martins, M. B., Fragoso, R. & Xavier, A. (2011). Spatial disaggregation of agricultural data in Castelo de Vide, Alentejo, Portugal: an approach based on maximum entropy. *J.P. Journal of Biostatistics*, 5(1), 1-16.
- Martins, M.B., Xavier, A.M. & Fragoso, R. (2012). Redistributing agricultural data by a dasymetric mapping methodology. *Agricultural and Resource Economics Review*, 41/3, 351-366.
- You, L. & Wood, S. (2006). An entropy approach to spatial disaggregation of agricultural production. *Agricultural Systems*, 90, 29-347.

- You, L., Wood, S. & Wood-Sichra, U. (2009). Generating plausible crop distribution maps for Sub-Saharan Africa using a spatially disaggregated data fusion and optimization approach. *Agricultural Systems*, 99 (2-3), 126-140.
- Xavier, A., Costa Freitas, M. B. & Fragoso, R. (2014) Disaggregation of Statistical Livestock Data Using the Entropy Approach. *Advances in Operations Research*, Vol. 2014, Article ID 397675, 9 pages.
- Xavier, A. & Costa Freitas, M. B. (2014). Recent dynamics and trends of Portuguese agriculture – a Biplot analysis. *New Medit*, 13 (4), 67-74.
- Xavier, A., Martins, M. B. & Fragoso, R. (2011). A minimum cross entropy model to generate disaggregated data at the local level. 122nd EAAE Seminar "Evidence-based agricultural and rural policy making: Methodological and empirical challenges of policy evaluation", Ancona, 17-18 February, 2011.
- Xavier, A., Freitas, M.B., Socorro Rosário, M. & Fragoso, R. (2016). Disaggregating statistical data at field level: an entropy approach, CEFAGE Working Paper 2016/06.

## El cultivo de olivar en áreas protegidas de Andalucía: localización, ordenación territorial, conflictos y oportunidades

J. D. Sánchez Martínez

Universidad de Jaén

jdsanche@ujaen.es

V. J. Gallego Simón

Universidad Internacional de Andalucía

vgallego@unia.es

### RESUMEN

El olivar tiene una presencia muy destacada en el interior y el área de influencia socioeconómica de las áreas protegidas en la Comunidad Autónoma de Andalucía, especialmente en el caso de los Parques Naturales. El propósito de este trabajo es cartografiar su localización y caracterizarlo de acuerdo a atributos temporales y agronómicos. Igualmente, se repasa la capacidad de estas prácticas agrarias para generar conflictos y armonías territoriales considerando la influencia de la Política Agrícola Común.

**PALABRAS CLAVE:** Aceite de oliva, Denominación de Origen Protegida, Marca Parque Natural, Olivar de montaña, Ordenación territorial.

### 1. INTRODUCCIÓN

La existencia de prácticas agrícolas en el interior de áreas protegidas es habitual en el ámbito mediterráneo. Es cierto que en ocasiones se trata de agrosistemas de elevada consideración ambiental (caso de las dehesas o las huertas tradicionales). Otras veces la relación entre agricultura y calidad paisajística o ambiental resulta conflictiva, sobre todo cuando compiten por recursos esenciales como el agua (Silva Pérez, 2010). Como cultivo dominante en Andalucía, no extraña que el olivar tenga una presencia destacada en la Red Natura 2000. De acuerdo con las estimaciones del gobierno regional, 214.209 *ha* de esta planta se encuentran dentro de la misma, lo que equivaldría al 8,25% del área protegida y el 13,88% de la superficie olivarera (Junta de Andalucía, 2014). En parte, esta presencia se explica por la rusticidad de la planta y el interés económico que sus diversas utilidades prestaban en el modelo agrario tradicional. En la actualidad, el carácter montañoso de buena parte de estos territorios conlleva incapacidad para competir en términos productivos con las explotaciones más intensivas que ocupan topografías llanas y cuentan con una estructura de la propiedad mejor dimensionada. A pesar de todo, la favorable coyuntura que el sector del aceite ha conocido desde la entrada de España en el Mercado Común Europeo le otorga un papel destacado en el mantenimiento de la actividad económica y la población rural, siendo a menudo la única opción agrícola viable frente al abandono.

## 2. OBJETIVOS

El propósito general es analizar el origen, la situación actual y perspectivas de los olivares existentes en el interior de las áreas protegidas andaluzas. El primer objetivo es, precisamente, localizar, datar el origen, cuantificar y caracterizar dicha realidad. Un segundo objetivo es analizar el contexto de gestión de estas explotaciones en relación tanto a los principios inspiradores de la Política Agrícola Común para este cultivo y su producto principal (el aceite de oliva), como a las prescripciones y orientaciones derivadas de la planificación de las áreas protegidas. Por último, se repasan las oportunidades de continuidad por medio de la cualificación y diferenciación del producto y los territorios y paisajes donde se obtiene, con iniciativas como la conversión hacia métodos compatibles con el medio ambiente, la declaración de Denominaciones de Origen Protegido o la creación de la Marca Parque Natural.

## 3. METODOLOGÍA

Se ha creado una base de datos georreferenciada a partir de la información suministrada por la Red de Información Ambiental de Andalucía<sup>126</sup>. Con ella se ha generado cartografía temática precisa y fiable sobre la edad y características del olivar existente en el interior de las áreas protegidas.

El resto del trabajo se ha basado en el análisis de normativa y documentación de diferente procedencia. En particular, se ha prestado especial atención a la nueva generación de presupuestos contemplados, por una parte, en el período de programación 2014-2020 para el caso de las políticas agrarias; y de los trabajos que se han iniciado para aprobar una segunda versión de los Planes de Desarrollo Sostenible de diferentes parques naturales, por razones que tienen que ver con su significación territorial de esta figura. De ellos hemos consultado, igualmente, sus correspondientes Plan de Ordenación de los Recursos Naturales, Plan Rector de Uso y Gestión y Plan de Desarrollo Sostenible.

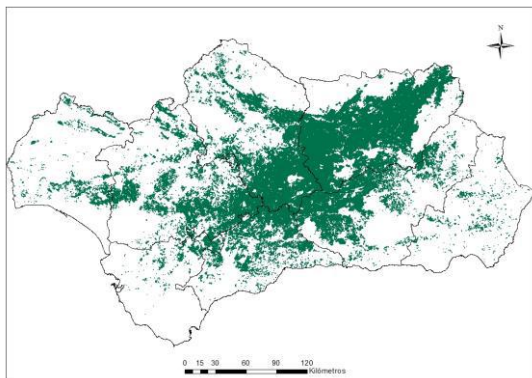
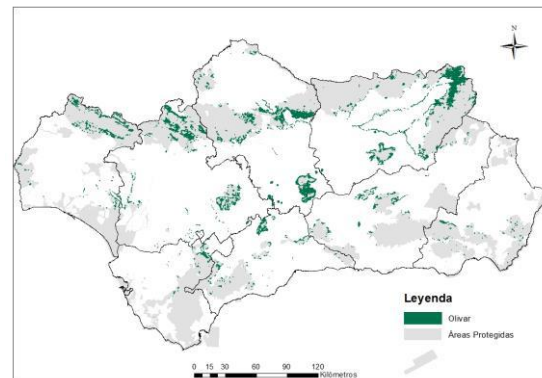
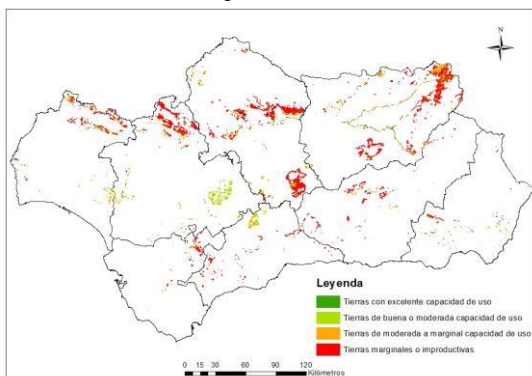
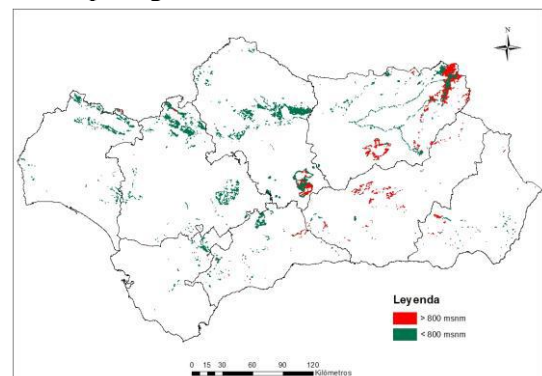
## 4. RESULTADOS

La superposición de información espacial digitalizada nos ha permitido elaborar los mapas 1 a 4. En ellos se recogen exclusivamente los usos del suelo donde el olivar aparece puro, descartando otros olivares mezclados que se encuentran en el interior de áreas protegidas. Con todo, está claro que buena parte de las áreas protegidas tiene en su interior olivar y, lo que es más frecuente y abundante, están rodeados por este cultivo. De acuerdo a los resultados

---

<sup>126</sup> <http://www.juntadeandalucia.es/medioambiente/site/rediam> (acceso de 10/05/2016).

cuantitativos manejados resulta, por otra parte, que casi el 60% del olivar en áreas protegidas ocupa suelos marginales y un 20% supera una altitud de 800 m.s.n.m., por lo que puede calificarse como olivar de montaña. En otro orden de cosas, aunque mayoritariamente se trata de un cultivo presente con anterioridad a la constitución de la red de áreas protegidas, ha crecido desde que se iniciara la política proteccionista casi un 15%, lo que se explica en el contexto de la política agrícola común de orientación más productivista y regulada (1986-1999).

**Mapa 1:** Superficie olivarera en Andalucía

**Mapa 2:** Olivar en el interior de áreas protegidas

**Mapa 3:** Olivar en áreas protegidas de acuerdo a la capacidad de uso del suelo

**Mapa 4:** Distribución del olivar en áreas protegidas de acuerdo a la altitud


Por tipo de áreas protegidas, la presencia es más destacada en los Parques Naturales de Sierra Morena (Aracena y Picos de Aroche, Sierra Norte de Sevilla, Montoro-Cardena) y el Frente Externo de las Cordilleras Béticas (Sierras Subbéticas, Sierra Mágina y Sierras de Cazorla-Segura-Las Villas). En muchos de estos casos se superponen también sobre el área de actuación de diferentes Denominaciones de Origen Protegido, surgidas para promover la competitividad a través de la calidad y la diferenciación del producto. Cuando se repasan los documentos de ordenación territorial, el olivar se utiliza como indicador para la delimitación de las zonas de regulación común, esto es, aquellas que tienen menor interés ambiental al estar

formadas por cultivos y otros ejemplos de alteraciones de origen antrópico, como son infraestructuras, asentamientos humanos o equipamientos recreativos. Dada la inspiración ambiental de estos documentos no dejan de señalarse algunos de los efectos más negativos desde esta perspectiva, como la aceleración de las tasas de erosión del suelo. Pero, al mismo tiempo, asumida la necesidad de integrar conservación, desarrollo socioeconómico y uso público, se contempla su mantenimiento como una oportunidad para la consecución de esos objetivos generales (aunque no falten en algunos casos alusiones a la conveniencia del cambio de uso agrícola hacia forestal). En ese sentido, resulta crucial la delimitación del área de influencia socioeconómica de cada Parque Natural. Hasta ahora lo habitual ha sido hacerla coincidir con la de los municipios que aportan superficie al mismo, pero la tendencia parece ser la de ampliar esta zona. Este es el caso de Sierra Mágina, cuyo segundo Plan de Desarrollo Sostenible se encuentra a punto para ser aprobado, en el que se han incorporado siete municipios colindantes (todos ellos, salvo Noalejo, están en el ámbito de actuación de la DOP) hasta sumar una superficie total de 152.586 *ha* (Junta de Andalucía, 2016). Esto implica un aumento notable que la gestión del olivar tiene en la consecución de los objetivos de desarrollo sostenible del área de influencia del Parque.

Tras el desacoplamiento de las ayudas a la producción de aceite de oliva, y habiéndose despejado el panorama respecto al cobro de las mismas en el período de programación 2014-2020 (será la suma de un régimen de pago básico y un pago verde que tiene exigencias elementales, y ha tratado de aplicarse para perturbar lo menos posible el reparto por beneficiarios y territorios), el nuevo programa de desarrollo rural de Andalucía, que contempla un subprograma temático para el sector del olivar, se presenta como una gran oportunidad para propiciar cambios que sintonicen los objetivos de las políticas ambientales y las agrarias. Porque, en esencia, el diagnóstico y los remedios para las zonas de montaña con dificultades estructurales vienen a coincidir en ambos tipos de documentos. Muy sintéticamente se podrían resumir en nuevas apuestas por la cualificación-diferenciación del producto, asunción de roles más protagonistas en la cadena de valor, incorporación de nuevos valores y funciones (culturales, ambientales, paisajísticas, patrimoniales, turísticas) y, para todo ello, el apoyo a la profesionalización y a la profundización de las fórmulas de cooperación. En particular, resulta estratégica la vía de restauración ecológica, el fomento de la biodiversidad y la mejora del paisaje en las zonas olivícolas incluidas en la Red Natura 2000, sistemas agrarios de alto valor natural y territorios con limitaciones naturales (olivar de montaña). Las acciones pensadas para ello pasan por la lucha contra la erosión, la optimización de los recursos hídricos y el fomento



de agricultura ecológica. En definitiva, se mantiene la idea de compensar la asunción de compromisos medioambientales que sobrepasen las obligaciones establecidas para el cobro de las ayudas del primer pilar (ecocondicionalidad).

## 5. CONCLUSIONES

Hasta ahora la expansión de la olivicultura ecológica en el ámbito de los Parques Naturales andaluces ha sido dispar y globalmente escasa, con las excepciones de las Sierras de Segura (Araque, 2015) y Cardaña-Montoro. En Sierra Mágina, por ejemplo, apenas son 770 *ha* las gestionadas bajo tal método en toda el área de influencia socioeconómica. Aún menos exitosa ha resultado la adhesión a la Marca Parque Natural. Concebida como distintivo de calidad (otorgado la Consejería de Medio Ambiente y Ordenación del Territorio de la Junta de Andalucía) a productos artesanales y naturales, o servicios turísticos que se elaboran o prestan en el interior de parques naturales y sus áreas de influencia socioeconómica, en estos momentos son tan solo siete los productores que se acogen en estos momentos a tal iniciativa<sup>127</sup>. Y todo ello a pesar, como decimos, de una potente red, al menos sobre el papel, de DOP. Es evidente, por tanto, que queda mucho que hacer en relación a los objetivos que se persiguen. Lo más destacado, en este sentido, es la progresiva confluencia de políticas sectoriales que hasta no hace tanto tiempo enviaban mensajes contradictorios, que parecen superados en esta nueva fase postproductivista. La exigencia, no obstante, de principios de sostenibilidad más fuertes que los actuales, para conseguir al menos que todas las explotaciones entraran en producción integrada, sería acorde con esta tendencia.

En este sentido, cabe citar la aparición de nuevas oportunidades que tratan de aprovechar las sinergias que sin duda se generan entre agrosistemas bien gestionados, calidad del paisaje y del producto alimentario. Nos referimos a proyectos como el denominado “Olivares vivos”, que impulsa el programa LIFE y coordina la Sociedad Española de Ornitología, cuyo propósito último es incrementar la rentabilidad del aceite a partir de la recuperación de su biodiversidad, a través de la creación de una marca que identifique estas buenas prácticas.

Este potencial y los ejemplos concretos de relaciones armónicas no ocultan la existencia de conflictos. En ocasiones los límites ecológicos y económicos se han sobrepasado claramente y los olivares se encuentran o están en vías de entrar en una dinámica de abandono espontáneo. En tales casos resultaría conveniente apoyar la conversión hacia uso forestal (Guzmán y Navarro, 2008). La delimitación precisa de tales propósitos de ordenación territorial contempla

---

<sup>127</sup> <http://www.marcaparquenatural.com> (acceso de 10/05/2016).

por supuesto aspectos ambientales, pero no hay que olvidar la importancia que tienen aspectos sociodemográficos así como la peculiar estructura de la propiedad en este tipo de explotaciones, donde es norma el minifundismo, la atomización y dispersión de la parcelas. Precisamente, nuestra agenda de investigación se centra ahora en la combinación de diferentes atributos a escala de parcela agrícola (como la pendiente o la densidad de plantación) con la cartografía general que hemos presentado, permitiendo de esta manera el avance hacia la discriminación de usos recomendables e, igualmente, la detección de olivares de interés paisajístico y patrimonial (Sánchez y Garrido, en evaluación).

### AGRADECIMIENTOS

Este trabajo se inscribe en el Proyecto “Caracterización y perspectivas del monocultivo olivarero jiennense: conformación espacio-temporal, diversidad paisajístico-agronómica y dinámicas territoriales inmediatas”, financiado por la Consejería de Economía, Innovación y Ciencia de la Junta de Andalucía (SEJ – 1153, convocatoria 2012).

### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araque Jiménez, E. (2015). *Análisis del impacto socioeconómico de las declaraciones de los Parques Naturales en la provincia de Jaén*. Jaén, Consejo Económico y Social de la provincia.
- Silva Pérez, R. (2010). Tratamiento normativo de los paisajes agrarios españoles. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 30 (1), 119-138.
- Guzmán Álvarez, J. R. & Navarro Cerrillo, R. (2008). Modelling potential abandonment and natural restoration of marginal olive groves in Andalusia (south of Spain). *Journal of Land Use Science*, 3 (2-3): 113-129.
- Junta de Andalucía (2014). *Programa de desarrollo rural de Andalucía 2014-2020. Subprograma temático del sector del olivar*. <http://www.juntadeandalucia.es> (acceso de 10/05/2016).
- Junta de Andalucía (2016). *II Plan de Desarrollo Sostenible. Parque Natural de Sierra Mágina y su Área de Influencia Socioeconómica*. <http://www.juntadeandalucia.es/medioambiente> (acceso de 10/05/2016).
- Sánchez Martínez, J. D. y Garrido Almonacid, A. (artículo en evaluación): “Sobre la diversidad del olivar andaluz: del territorio al paisaje”.

## Endogenous development capital and landscape preservation in Galicia, Spain

Paul Swagemakers  
University of Vigo  
paul.swagemakers@gmail.com

Amanda Onofa Torres  
Wageningen University  
amanda.onofatorres@wur.nl

Lola Domínguez García  
University of Vigo  
md.dominguezgarcia@gmail.com

Henk Oostindie  
Wageningen University  
henk.oostindie@wur.nl

Jeroen C.J. Groot  
Wageningen University  
jeroen.groot@wur.nl

### ABSTRACT

This paper explores endogenous development capital that holds the potential to both contribute to landscape conservation and the economic viability of dairy and cattle farming in remote rural areas. We distinguish patterns of coherence on how farmers valorise the natural environment and/or are locked-in in certain development pathways. We classified: (A) farmers who build their farm strategy upon the locally available resource base; (B) farmers who improve the productivity of their land through the input of artificial fertilizers; (C) farmers who use productive cow breeds but have limited access to land; (D) farmers who valorise living in the countryside and look for making a living from farming. This differentiation provides starting points for sustainable development, which includes the viability and continuity of farming in combination with environmental protection and the provision of public goods.

**KEYWORDS:** Farming styles, landscape preservation, sustainability

### 1. INTRODUCTION

Although globalisation of food provisioning chains brought benefits for consumers so as year-round availability of food at relatively low prices (Brouwer & Lowe 1998; Murdoch, 2000) this came at costs; among its negative effects are its contribution to climate change, public health and the scarcity and depletion of resources (Lang, 2010). The negative effects of the globalisation of food-provisioning chains call for the co-production of a wide range of environmentally sound as well as social inclusive and economic durable approaches to land-use. In a transitional process from solely production oriented land-use patterns to provision of multiple services and functions successful adaptations to environmental and resource vulnerabilities need to be inherently territorially rooted (Wiskerke, 2009). Endogenous development capital evolves when the active engagement in place-related interests and formal levels of organisation is balanced (Mahon et al., 2012) and farmers unfold their practices in such a way that this benefits to the sustainable exploitation of nature. This paper explores

endogenous development capital that holds the potential to both contribute to landscape preservation and the economic viability of farming in remote rural areas. With the aim to exhibit how seeds for a sustainability transition anchor in endogenous development capital it explores farmers' perceptions on how to utilize and shape nature among Galician dairy farmers and beef cattle breeders.

## 2. METHODS

In order to identify the perceptions and attitudes among dairy farmers and beef cattle breeders in Galicia we applied methodology in the tradition of farming style research. Farming styles entail mutually interdependent levels: the level of notions or ideas about how to farm, the farming practices itself, and the network (the market, technology, and administrative and policy frameworks) in which the farm is embedded (Van der Ploeg, 2003, p. 111). This implies that a farm practice is an expression of the strategic actions of an actor, and influenced by his or her cultural beliefs, the farm develops in a certain direction (Domínguez, 2007; Swagemakers et al., 2012). From this point of view we explore how dairy farmers and beef cattle breeders perceive and interact with nature, which we have limited to farmers already involved in some form of farm diversification. Our objective was to distinguish farm development strategies / trajectories in which farmers differently valorise the natural environment and/or are locked-in in certain development pathways.

A first stage of the field research consisted of interviews with key-informants, the participation in a regional event on the future of the rural areas in Galicia, and additional desk study. This provided us as researchers with knowledge for developing statements that we tested, and in a second stage of the field research have used in the application of Q-methodology (Brodt et al., 2006; Onofa Torres, 2016). This resulted in a classification of farmers accordingly to the differentiation in the scores they provided to the statements. In this second stage 24 farmers participated of which 21 full-time farmers. Among the diversification activities at the farms were horticulture production (onions, tomatoes), and beef or cheese production in combination with short food chains. In some cases farmers sold their on-farm produce directly to consumers, in other cases they sold specialty products through a cooperative.

### 3. RESULTS

The application of Q-methodology resulted in the distinction of four patterns of coherence on how dairy farmers and beef cattle breeders valorise the natural environment, and perceive and exploit the natural resource base in different ways.

Farmers belonging to group A express most clearly interrelations with the natural environment, and build their farm strategy upon the locally available resource base. They combine productive farm activities (milk and beef production) with values (which can be turned into revenues) provided by the natural environment both in terms of marketing food products and agro-tourism activities. Farmers belonging to group B represent relatively intensive farmers who express a limitation in terms of the productivity of the land, and the need for the input of artificial fertilizers to improve the productivity of their grassland. Farmers belonging to group C represent producers that use productive cow breeds but face a limited access to land, and do not focus on cost reduction (fertilizers, fodder input, medication) and rent land either at distance or from neighbours. Farmers belonging to group D include farmers who valorise living in the countryside and look for making a living from farming. They often apply a cost reduction strategy in combination with a less intensive farm practice: make use of a less productive but more robust animal breeds. Whilst in other groups the farmers often ran individual households farmers belonging to group D mostly lived in a highly valorised family setting.

When it comes to landscape preservation farmers in all groups recognise the aesthetic and biodiversity values in the Galician landscape. All farmers in the sample recognise the elements in the traditional landscape but of the 24 farmers those that belong to group A provided the most detailed description of the values. Next to issues so as soil fertility and animal biodiversity farmers frequently mentioned the maintenance of traditional houses and buildings, stone wall structures, and hedgerow landscapes in relation to food production. Table 1 provides some illustrations to how farm practices in the sample relate to landscape preservation.

**Table 1:** Interrelations between farming styles and landscape preservation

Quote 1.1

'[The Vianesa breed, an autochthonous cow breed PS] *survives better in our conditions: they do not get sick and do not need much attention nor involve extra work.*' (BC22)

Quote 1.2:

'*Hedges and trees delimit the plots and restrict the access of the cattle to other areas. They function as natural fences while they create a microclimate, and protect the cattle from the wind.*' (DC9)

Quote 1.3

'*I used to take the cattle to Las Brañas [distanced located pastures at an altitude between 1,000 to 1,300 metres where cattle stays from May to September AOT] but I consider it too far and too much time consuming so I now rent land nearby my farm.*

In the interviews farmers expressed the balance between land and animals to be a major factor in the viability of their farm business. Cattle breeders expressed to benefit from such a change in land-use whilst dairy farmers spoke about the reduction of the farm size in combination with the creation of value added to primary production through adapting a diversification strategy (cheese production, agro-tourism), in attempt to turn nature's functions into societal value.

The differentiation in terms of farming styles provides starting points for sustainable development, which includes environmental protection and the provision of public goods.

#### 4. CONCLUSIONS

The analysis in this paper exhibits how farm types can be clearly distinguished by looking at various production and nature management dimensions. The results of the research can be of use to representatives of public institutions and administrations on how to organise institutional support to farmers. The potential of such endogenous development capital can be further untapped through European supportive policy frameworks and funding schemes, which increasingly emphasise and enhance the preservation of natural and cultural resources in marginalised rural areas. Farmers can respond actively to the research through discussing the results, exchange knowledge on different ways of farm innovation, and adopt an approach to land-use in which they regenerate a cultural sense of community and place that is grounded in their active involvement in landscape preservation and nature conservation.

## BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Brodt, S., Klonsky, K. & Tourte, L. (2006). Farmer goals and management styles: Implications for advancing biologically based agriculture. *Agricultural Systems*, 89(1), 90-105.
- Brouwer, F.M. & Lowe, P. (1998). *CAP and the rural environment in transition: a panorama of national perspectives*. Wageningen Pers, Wageningen, The Netherlands.
- Domínguez García, M. D. (2007). *The way you do, it matters: A case study: Farming economically in Galician dairy agro ecosystems in the context of a co-operative* (Doctoral dissertation). Wageningen University, Wageningen, The Netherlands.
- Lang, T. (2010). Crisis? What crisis? The normality of the current food crisis. *Journal of Agrarian Change*, 10(1), 87-97.
- Mahon, M., Fahy, F. & Cinneide, M.O. (2012). The significance of quality of life and sustainability at the urban-rural fringe in the making of place-based community. *GeoJournal*, 77, 265-278.
- Murdoch, J. (2000). Networks – a new paradigm of rural development? *Journal of Rural Studies*, 16, 407-419.
- Onofa Torres, A. (2016). *Farming styles and landscape conservation: Case study research on beef cattle and dairy production in Galicia, Spain*. MSc thesis. Wageningen University, Wageningen.
- Swagemakers, P., Domínguez García, M.D., Símon Fernández, X. & Wiskerke, J.S.C. (2012). Unfolding farm practices: Working towards sustainable food production in the Netherlands and Spain. *Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development*, 2(2), 1-17.
- Van der Ploeg, J.D. (2003). *The virtual farmer: past, present, and future of the Dutch peasantry*. Van Gorcum, Assen.
- Wiskerke, J.S.C. (2009). On places lost and places regained: reflections on the alternative food geography and sustainable regional development. *International Planning Studies*, 14(4), 369-387.

## Mudanças sociais e relações de gênero: trajetórias de mulheres rurais em Bofete, São Paulo – Brasil

Ariane Favareto

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

a.favareto@uol.com.br

### RESUMO

O século XXI tem sido palco de alterações nas práticas sociais femininas e nas relações de gênero, expressos na preocupação de organismos internacionais com o tema da igualdade entre homens e mulheres e na confirmação, por meio de dados secundários, de que as mulheres têm tido mais acesso a políticas públicas, à educação e ao mercado de trabalho. Para Norbert Elias, as mudanças sociais são processos que ocorrem na organização estrutural das formações sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos que estão ligados em redes de interdependência. Estas mudanças não são livres de conflitos, pois podem alterar os níveis de poder expressos nas relações. Esta pesquisa tem por objetivo analisar como estas novas dinâmicas têm influenciado as práticas sociais de mulheres rurais na região de Bofete (SP), especificamente, no que concerne às oportunidades e possibilidades de escolha a partir de um cenário tido como *locus* de permanência de costumes paternalistas, personalistas e patriarcalistas.

**PALAVRAS-CHAVE:** relações sociais de gênero, mudanças sociais, trajetórias, Bofete (SP).

### 1. INTRODUÇÃO

A igualdade de gênero tem sido tema mundial nos últimos anos, organismos internacionais apontam que a desigualdade entre homens e mulheres trazem riscos ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar. Avanços significativos foram gerados a partir do aumento da escolaridade das mulheres, queda na taxa de fertilidade e aumento da expectativa de vida ao nascer, acesso a um mercado de trabalho mais diversificado e maior visibilidade em movimentos sociais e políticos. Além destas melhorias observadas no cenário externo, no Brasil há uma particularidade expressa no acesso às políticas públicas com caráter redistributivo – como o programa Bolsa Família – que têm nas mulheres um papel central no direcionamento dos recursos. Apesar destas transformações que sinalizam para uma mudança social em direção a uma paridade nas relações de gênero, alguns fatores como diferença salarial, sobreposição de tarefas domésticas e exclusividade na educação dos filhos demonstram que ainda há traços de desequilíbrio nas práticas sociais entre homens e mulheres, sobretudo em áreas pobres e, especialmente, em áreas rurais que são consideradas como lugares onde costumes arraigados e práticas de cunho patriarcalistas, patrimonialistas e personalistas ainda persistem.

Para o sociólogo Norbert Elias (2011), as mudanças sociais são processos que ocorrem na organização estrutural das formações sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos que ligados em redes de interdependência formam determinadas configurações sociais. Em suas análises, o autor demonstra como as transformações históricas são traduzidas em padrões e



comportamentos expressos em novos hábitos que vão sendo constituídos por meio do controle dos instintos. Contudo, estas mudanças não são livres de conflitos, uma vez que causam alterações nos níveis de poder expressos nas relações sociais. O autor utiliza como exemplo a conquista do voto feminino como um fator responsável por alterar o equilíbrio de tensões entre homens e mulheres, pontuando um aspecto relacional do poder. Elias demonstra, portanto, a necessidade de realizar uma análise sociogênica (as estruturas sociais em mudança) e psicogênica (controle das emoções) como explicativa das mudanças sociais.

Este estudo compartilha a abordagem teórica de Joan Scott (1990) cujas análises circunscrevem a definição de gênero como um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças entre os sexos como uma primeira forma de significar as relações de poder que incluem, ainda, as representações sociais, os símbolos e os papéis desempenhados por organizações e instituições na produção da identidade subjetiva. Tais representações teriam no espaço rural algumas especificidades dadas, sobretudo, por um modo de vida particular. Neste sentido, conforme preconiza Wanderley (2006), o rural seria uma categoria de pensamento do mundo social, singular por representar um segmento da sociedade, mas coletivo porque está inserido num campo ampliado de trocas sociais. Em outros termos, o espaço rural representaria uma configuração social específica.

À luz da teoria eliasiana, este estudo tem por objetivo identificar como as transformações sociais em curso são traduzidas nas relações de gênero e refletem, particularmente, nas possibilidades de escolha de mulheres rurais residentes no município de Bofete, interior do estado de São Paulo, Brasil. Esta área está situada entre duas regiões metropolitanas proporcionando certa mobilidade espacial aos grandes centros que pode contribuir para a inserção dos agentes em outras configurações, redes de sociabilidade e mercado de trabalho diversificados. Além disso, o sociólogo Antonio Candido (2001) realizou, em meados do século XX, uma extensa pesquisa etnográfica junto a moradores deste município em que trata do processo de ajuste social dos caipiras ao modo de vida mais urbanizado advindo do processo de industrialização pelo qual o país passava, constituindo uma base empírica que revela o comportamento dos agentes de uma geração atrás.

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para alcançar o objetivo proposto iniciou-se a pesquisa com um levantamento do tema igualdade de gênero nos relatórios e ações efetivados por organismos internacionais, especificamente, a Organização das Nações Unidas (ONU) e sua vertente voltada às questões

de gênero, a ONU Mulheres, o Banco Mundial, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural (Rimisp). Paralelamente, buscou-se junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dados secundários que demonstram que as mudanças anteriormente observadas ocorreram efetivamente no Brasil, para um efeito comparativo foram utilizados os censos demográficos realizados em 2000 e 2010. Os temas levantados foram: analfabetismo feminino, escolaridade das mulheres, maternidade na adolescência, domicílios chefiados por mulheres, trabalho formal e por conta própria, além do acesso às políticas públicas.

De forma a compreender a área de estudo foi realizado um levantamento bibliográfico em livros e artigos que caracterizassem historicamente o município de Bofete, localizado na região Centro-Sul do estado de São Paulo. Conjuntamente, constituiu-se um banco de dados com números relativos à demografia, saúde, educação e pobreza sobre o município.

A pesquisa de campo foi efetivada em julho de 2015. Foram realizadas inicialmente duas entrevistas abertas. Uma primeira com o prefeito municipal, momento em que foi possível atualizar os dados econômicos e compreender as percepções de desenvolvimento que orientam as práticas políticas; e, a segunda com o presidente do sindicato de trabalhadores rurais que, enquanto representante dos agricultores familiares, forneceu dados sobre a produção local, a realidade agrária municipal e indicou as mulheres a serem entrevistadas. Tal indicação seguiu alguns parâmetros importantes para a pesquisa, como a diversidade em relação à posse e uso da terra, diferenças etárias e acesso às políticas públicas nacionais.

Especificamente quanto ao tema das relações sociais de gênero foram realizadas oito entrevistas semiestruturadas com agricultoras familiares, buscou-se compreender aspectos centrais da constituição de suas trajetórias circunscritas na descrição de sua origem familiar, suas experiências educacionais, suas experiências profissionais, seu cotidiano, sua formação política e suas percepções de mundo construídas desde a infância até a vida adulta. As trajetórias destas mulheres dão uma dimensão de como os processos sociais experimentados ao longo dos anos influenciaram e ainda influenciam suas vidas cotidianas. Tais entrevistas foram realizadas nas casas das mulheres, sendo assim possível observar as relações com a família, bem como a disposição de bens de consumo.

### 3. RESULTADOS ALCANÇADOS

No ano de 2000 a ONU lançou os objetivos do milênio, uma parceria global para atingir a redução da pobreza extrema, e um dos objetivos é nominalmente voltado a igualdade entre os sexos e à autonomia das mulheres<sup>128</sup>. A noção de que a igualdade entre os sexos é prioritária para uma melhor eficiência econômica mundial que gerem resultados essenciais ao desenvolvimento, diminuindo a pobreza e melhorando o acesso à justiça é a tônica encontrada no relatório do Banco Mundial (2012) que descreve, ainda, indicadores baseados em dados mundiais, apontando que as mulheres têm tido nos últimos 25 anos mais acesso à educação, ao mercado de trabalho e maior expectativa de vida, porém, restam disparidades sobretudo em áreas pobres e rurais. O mesmo cenário pode ser observado na América Latina, cujas análises sobre pobreza do Rimisp (2015) sugerem que a desigualdade de gênero afeta a qualidade de vida das mulheres e também os processos de desenvolvimento dos países latino-americanos.

Especificamente para o Brasil dados do decênio 2000-2010 indicam que o número de mulheres analfabetas diminuiu de 12,9 para 9,10%, também houve aumento de escolaridade em todos os níveis, sendo mais expressivos no ensino médio e superior completos, nos quais os números representam o dobro do observado no período anterior<sup>129</sup>. O número de jovens entre 15 e 19 anos com filhos diminuiu cerca de 25%. A proporção dos domicílios brasileiros sob responsabilidade das mulheres aumentou de 22,2 para 37,3% no decênio citado. Quanto ao acesso ao mercado de trabalho, o número de mulheres com carteira assinada também aumentou, bem como a categoria de trabalho por conta própria, diminuindo os percentuais entre 2000-2010 para empregados domésticos. Além disso, políticas públicas de caráter redistributivo, como o programa Bolsa Família, têm seus recursos direcionados exclusivamente para as mulheres que não só opinam, mas definem como e onde serão aplicados tais recursos, significando uma relativa autonomia no ambiente doméstico.

Esses dados nacionais foram também encontrados no município em estudo. Já com a análise das trajetórias das mulheres de Bofete foi possível obter um quadro empírico de como os processos sociais influenciaram – e ainda influenciam – a vida cotidiana. O acesso às políticas públicas voltadas à população pobre levadas à cabo a partir dos anos 2000 no Brasil possibilitou às famílias rurais o acesso a bens e serviços como computador com internet,

---

<sup>128</sup> Após dez anos é fundada a ONU mulheres, constituída no intuito de promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, no sentido de remover barreiras sociais e culturais para que haja maior equilíbrio nas relações de gênero, gerando maiores benefícios para toda a humanidade.

<sup>129</sup> Apesar dessas informações, o relatório da OCDE (2012) observa que os cursos escolhidos pelas mulheres são aqueles ligados às ciências humanas, saúde e assistência social, que geram profissões consideradas tipicamente femininas ao estabelecer uma ligação simbólica com o cuidado e a maternidade.

lavadora de roupas, carro, transporte público, médicos e educação. A posse da terra é fundamental para que as possibilidades de estratégias familiares sejam ampliadas, como investimento, modificação na estrutura física da propriedade e até mesmo arrendamento em caso de necessidade. As famílias que não têm a titularidade ficam à mercê de decisões do patrão ou do governo e lhes é tirada a capacidade de planejamento a longo prazo.

No que concerne especificamente às mulheres, foi possível verificar algumas mudanças introduzidas ao longo dos anos, especialmente tendo por parâmetro o estudo de Antonio Candido. A primeira delas diz respeito ao número de filhos que diminuiu consideravelmente. Uma segunda constatação diz respeito aos processos matrimoniais. Se antes os casamentos eram arranjados ou tinham que ter aprovação dos pais, as entrevistadas afirmam terem tido livre escolha de seus companheiros, porém, no caso delas, o matrimônio foi realizado no final da adolescência e início da idade adulta, o que pode indicar que este processo representava, ainda, certa ascensão social ou maior liberdade frente ao modo de vida mais privativo da casa dos pais. Quanto ao trabalho é possível perceber nas trajetórias, especialmente na descrição do cotidiano destas mulheres, que pouco mudou ao longo dos anos. Elas se dedicam a ajudar o marido na produção – que é a principal fonte de renda da propriedade –, cuidam sozinhas dos afazeres domésticos e, ainda, se sobressaem no cuidado da horta e na educação dos filhos. A escolaridade das entrevistadas também pouco se alterou ao longo dos anos. Com baixa ou nenhuma escolaridade, estas mulheres consideram que mais anos de estudo é importante, mas que no caso delas não fez falta, porém, projetam nos filhos esta necessidade ao apontar como desejo que eles estudem e trabalhem.

Por fim, a sociabilidade das entrevistadas é restrita aos grupos sociais mais próximos: família, vizinhos e igreja – católica e evangélica. Esses núcleos são importantes para elas no cotidiano e nos momentos de dificuldade emocional. Quando o problema é financeiro o único recurso é a família.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na conjunção entre as trajetórias descritas acima e a teoria do sociólogo alemão Norbert Elias quanto às mudanças sociais, pode-se afirmar que as mulheres rurais de Bofete apresentam uma lenta modificação em suas estruturas de personalidade e, conseqüentemente, no comportamento e em suas práticas sociais. Se elas ainda guardam similaridades com as mulheres de gerações anteriores, as mudanças podem ser observadas nas gerações posteriores, ou seja, são as filhas das entrevistadas que de forma projetada ou efetivada estudaram durante

maior tempo, casaram mais tardiamente, tiveram número menor de filhos e tiveram acesso a outras profissões, o que proporcionou a elas se inserirem em outras configurações e redes sociais, ampliando suas possibilidades de escolha e suas oportunidades. Diante do exposto é possível afirmar que há uma mudança lenta e gradual no comportamento das mulheres que foram o universo desta pesquisa, sendo que, há maior visibilidade de alterações comportamentais nas práticas sociais femininas de suas filhas, mais perceptível, portanto, de forma intergeracional.

Finalmente, o acesso às políticas públicas, especialmente de caráter redistributivo e de comercialização dos produtos a que elas se dedicam, têm contribuindo para uma maior autonomia financeira destas mulheres. Os recursos adquiridos, em sua grande maioria, são destinados aos próprios filhos, seja na forma de alimentação mais diversificada, ou na compra de insumos escolares.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Banco Mundial (2012). *Igualdade de gênero e desenvolvimento*. Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>
- Candido, A. (2001). *Os parceiros do rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34.
- Elias, N. (1999). *A sociedade de corte: Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Elias, N. (2011). *O processo civilizador: Uma história dos costumes* (vol. 1, 2ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- OECD (2015). *Education at a glance 2015: OECD indicators*. Disponível em <http://www.oecdilibrary.org/docserver/download/9615031e.pdf?expires=1457547270&id=id&accname=guest&checksum=7629175E1E03CEE8CA243E2BE51DC714>
- RIMISP (2015). *Poverty and inequality: latin american report*. Disponível em <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Sintesis-Rimisp-Ing-2015-V4-Completo.pdf>
- Scott, J. W. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20 (2), 71-99.
- Wanderley, M. N. B. (2006). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: O rural como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, 87-145.

## Capital social brasileiro: uma abordagem sindical

Edith Lemos Ornellas dos Santos

Universidade Católica do Salvador / Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia  
bahiae.ornellas@atarde.com.br

### RESUMO

O conceito de capital social, apesar de habitualmente debruçado sobre a fonte do cientista Robert David Putnam e do seu contexto histórico milenar da Itália, precisa ser trabalhado com maior proximidade da realidade brasileira. Neste trabalho busca-se aproximar sucintamente o conceito de capital social, através de autores brasileiros e estrangeiros, à dinâmica territorial brasileira, tendo como ponto de partida a formação do povo brasileiro e a influência da ocupação ibérica no processo colonizador. Aborda-se o perfil da ruralidade, de acordo com o perfil do povo colonizador, passando a algumas variáveis coloniais e imperiais dentro da trajetória do Brasil até a República Nova, numa realidade social de construção do perfil de cooperação e de favoritismo da Administração Pública. Confronta-se o crescimento da população brasileira com o crescimento de sindicatos ligados às áreas rurais e urbanas no período de 1966 a 2001, bem como dialoga-se com características da administração pública entre a década de 1960 até meados de 1990, no neoliberalismo. Pontua-se, então, repensar a mensuração do nível de capital social, especificamente para o Brasil.

**PALAVRAS-CHAVES:** Capital social brasileiro, Influência ibérica no Brasil, Ibéria e a cooperação no Brasil, Ibéria e o capital social no Brasil.

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado para analisar a configuração do capital social brasileiro, através da influência de algumas características ibéricas sobre o planejamento territorial do Brasil Colônia até a sua condição de Estado Nacional, quando este se torna protagonista das suas próprias diretrizes de formações e mudanças.

A base teórica do capital social é analisado sucintamente à luz de (Hanifan, 1914), (Abramovay, 2002), (Fine & Lapavitsas, 2004) e (Higgins, 2005), que dialogam sobre a influência do Estado. A base teórica da influência ibérica foi construída a partir da visão de três autores: (Holanda, 1995); (Fragoso, Gouveia & Bicalho, 2000); (Costa, 2008), os quais desenharam a passagem do momento do Estado sob os moldes colonizadores para um modelo próprio e multicultural, que necessitava de formar seu próprio capital social. Se compara através de gráficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2001), a evolução do número de sindicatos ao longo dos anos da Nova República, uma vez que os sindicatos se inserem na dimensão de “Grupos e Redes”, primeira dimensão e a mais fortemente associada ao capital social, conforme o Banco Mundial (2003, p. 8).

## 2. GÊNESE DO CAPITAL SOCIAL

Hanifan, professor e supervisor de escolas estaduais no Oeste da Virgínia, Estado Unidos, foi o primeiro conceituador do capital social, ainda em 1912, a partir das suas observações em comunidades rurais, nas questões de participação cívica dos indivíduos, de relações de confiança, frequência em reuniões de pais e professores, frequência escolar, entre outros. Percebendo a ausência dos indivíduos das comunidades em reuniões como essas, Hanifan liderou outros professores, criando eventos festivos, reuniões escolares, a fim de levar essas pessoas ao convívio comum e oportunizarem as discussões ao redor de melhorias estruturais para as áreas rurais (Hanifan, 1914).

Conforme Putnam relata, (como citado em Abramovay, 2002), há um favorecimento do capital social pela cultura milenar, como na Itália, mas pode acontecer através do fortalecimento de instituições de apoio mútuo, do apoio do Estado, juntos, atuando em comunidades rurais, para fortalecimento de trâmites que rumem ao desenvolvimento (Abramovay, 2002, p. 7). Este autor afirma que: “Da mesma forma que o capital social, o desenvolvimento tampouco resulta da operação espontânea dos contatos sociais, mas exige uma intervenção consciente e deliberada de organizações públicas, estatais e não estatais” (Abramovay, 2002, p 8). Porém, para Fine e Lapavitsas (2004):

Confiança, honestidade, integridade, confiabilidade, e similares, não são capital, e eles podem ser gerados em contextos que não têm nada a ver com a economia. No entanto, eles também são capazes de adquirir um caráter específico que deriva de capital, que gira em torno de fazer dinheiro e que podem influenciar o desempenho econômico<sup>130</sup> (Fine & Lapavitsas, 2004, p. 32). *Tradução da autora.*

Para Higgins (2005), quando se trata de capital social apropriado pelo poder dominante, tanto desequilibra, quanto inibe a possibilidade de colaboração espontânea: “têm por função controlar pela inibição ou pelas sanções positivas ou negativas, os comportamentos oportunistas que geram efeitos negativos sobre os demais atores” (Higgins, 2005, p. 249).

## 3. PRIMEIROS PASSOS DO CAPITAL SOCIAL BRASILEIRO

A América Latina, colonizada pelos países da Península Ibérica, recebeu suas características multiculturais já diferenciadas dentro da configuração que os países

---

<sup>130</sup> Trust, honesty, confidence, integrity, reliability, and the like, are not capital, and they might be generated in contexts that have nothing to do with the economy. Yet, they are also capable of acquiring a specific character that derives from capital, which pivots on money making and could influence economic performance (Fine & Lapavitsas, 2004, p. 32).

colonizadores já se encontravam, Portugal e Espanha, sendo essas características desenhadas a partir do estilo de territórios colonizados, até formarem uma América Latina de Estados soberanos (Holanda, 1995, p. 30). Essa formação sugere uma abrangência do perfil colonizador, também na configuração do capital social desses países.

Menos cooperativos, avessos à associação de indivíduos para a racionalização da vida em sociedade e sem inclinação para as atividades agrícolas, sendo este o principal motivo para escravizar pessoas na operacionalização das lavouras, e terceirizar a execução de outros trabalhos, quando em condições financeiras para fazê-los, os portugueses também trouxeram as características positivas de ser aventureiro e desbravador para a formação do povo brasileiro (Holanda, 1995, pp. 30-39). Porém, sua influência, parece ter recaído com intensidade diferenciada no território brasileiro, pois as discrepâncias entre as regiões Sul e Nordeste que se percebe atualmente, já eram nítidas, principalmente do final do século XIX até o início do século XX, quando o Sul recebeu muitos imigrantes italianos, e absorveu com facilidade forte influência do estilo das relações sociais que ali se configuraram, com base na cooperação (Gomes, 2000).

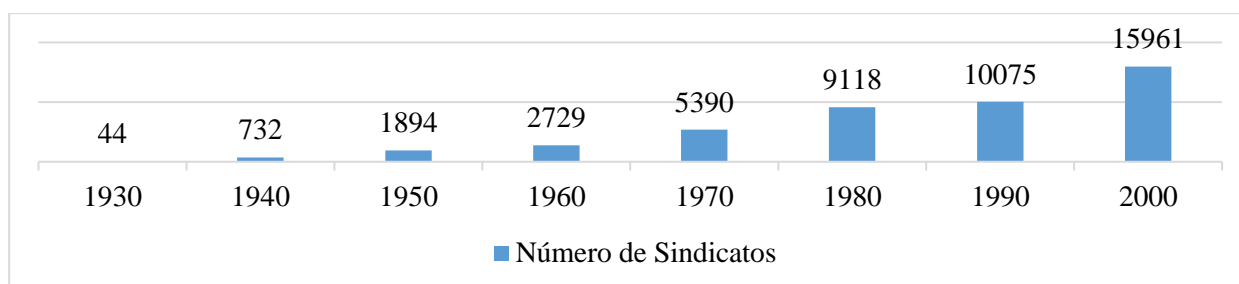
Quando da passagem do Brasil para novas configurações políticas e socioeconômicas, tanto para o império, quanto para a República Velha, não se identificou registros de atuação com abrangência comunitária, por exemplo, caso surgissem necessidades que impactassem num ambiente de maior escala territorial (Holanda, 1995). Os reflexos dessas e de quaisquer outras mudanças, quando atingiam negativamente a economia colonial, se configuravam em políticas tendenciosas de privilégios e de alianças entre a coroa e os vassallos, através da concessão de terras, ofícios e cargos na administração pública, montando paulatinamente uma hierarquia econômica e administrativa, controlada pelo rei (Fragoso et al., 2000, p. 75).

As alianças entre classes afins, foram acontecendo à medida que as necessidades de defesa de interesses comuns foram surgindo. Os sindicatos, que são uma das maiores representações dessas alianças, se configuraram a partir do capital social entre trabalhadores, que em alguns momentos ditatoriais brasileiros atendiam aos mandos do Estado, mas em muitos outros momentos de junção de interesses, atendiam aos anseios dos próprios trabalhadores. E, segundo Portes (1998, p. 7), só é possível possuir o capital social se relacionando com outras pessoas, as quais emanam vantagens que não estão contidas num indivíduo por si só.



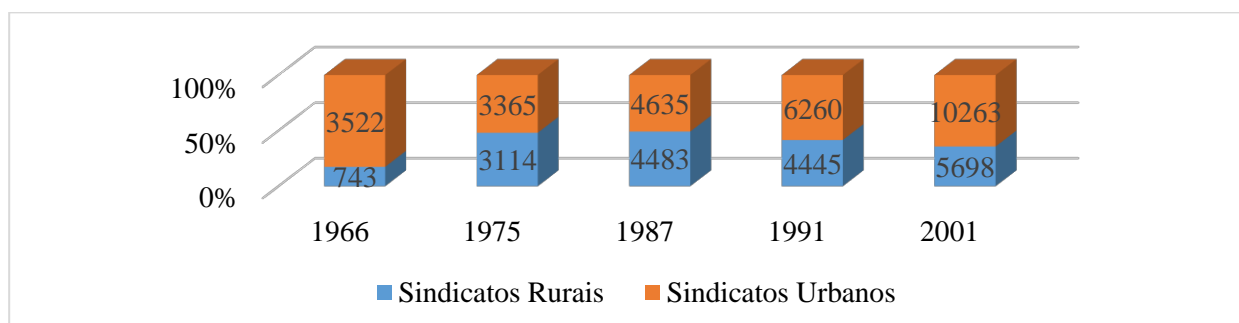
#### 4. CAPITAL SOCIAL ATRAVÉS DOS TRABALHADORES BRASILEIROS

Na configuração do Brasil do final da República Velha, em 1930, conforme Gráfico 1, os registros da formação de sindicatos, ratificando que essas organizações se encaixam na primeira das dimensões<sup>131</sup> do capital social, se multiplicaram através do século XX. Enquanto os registros sindicais cresceram em mais de 1500% e mais de 250%, entre as décadas de 1930 e 1940 e as décadas de 1950 e 1960, respectivamente, o aumento da população brasileira, nestes mesmos períodos, foram de 1,5% e de 3%.



**Gráfico 1:** Quantidade de Sindicatos por Década no Século XX no Brasil  
 Fonte: IBGE (2001).

A partir da década de 1960, os registros sindicais se separaram em urbanos e rurais, e pôde-se, conforme Gráfico 2, constatar um maior crescimento de sindicatos nas áreas urbanas brasileiras, fruto da rápida expansão dessa área, corroborada pela explosão do êxodo rural, “33% da população rural no início da década de 1960”, e pela modernização das técnicas agrícolas (Faria, 2015, Êxodo Rural, para. 7).



**Gráfico 2:** Quantidade de sindicatos em áreas rurais e urbanas no Brasil de 1966 a 2001  
 Fonte: IBGE (2001).

<sup>131</sup> Seis dimensões de construção do Questionário Integrado Para Medir Capital Social – QI-MCS: 1) Grupos e Redes; 2) Confiança e Solidariedade; 3) Ação Coletiva e Cooperação; 4) Informação e Comunicação; 5) Coesão e Inclusão Social; e 6) Autoridade e Ação Pública (Banco Mundial, 2003, p. 8).

A partir de 1990, com o início do governo do presidente Fernando Collor, se configurou uma nova gestão pública, marcando o início do neoliberalismo no Brasil. Essa nova administração pública privatizou instituições e se aparelhou tecnologicamente para ganhar eficiência, transparência e reconhecimento público. (Costa, 2008, p. 860). Pode-se perceber no Gráfico 2, que na década de 1990 houve um crescimento substancial de sindicatos urbanos, sugerindo uma reação às medidas pertinentes ao governo neoliberal, que desfavoreciam as classes trabalhadoras. As consequências da maior concentração de recursos estatais para as áreas urbanas, se configurou no abandono e na desqualificação das áreas rurais. Conforme Abravonay (2002):

o meio rural brasileiro conserva a tradição escravista que dissociou em nossa formação histórica o conhecimento do trabalho, de maneira que quem trabalha não conhece e quem conhece não trabalha. Tanto é que tendem a ficar na atividade agrícola aqueles jovens que alcançam o pior desempenho escolar (Abravonay, 2002, p. 12).

Se configurou uma ideologia restritiva sobre as áreas rurais que ainda permanece forte, levando a uma percepção dessas áreas apenas como lugar de produção agropecuária, de suporte ao “desenvolvimento” das áreas urbanas.

## 5. CONCLUSÃO

A trajetória do Brasil Colônia até o Estado Nacional, a princípio, com uma maior influência de Portugal, e posteriormente, com a configuração da sua própria identidade política e socioeconômica abalizada também por outras influências supranacionais, constituiu um Capital Social que pôde se mostrar, também, através da união de classes trabalhadoras, através das suas organizações sindicais.

O aumento da depreciação das áreas rurais, e o crescimento desordenado das áreas urbanas, em reação às novas conformações das populações dessas áreas no Brasil da década de 1960, sofreram uma substancial contribuição do governo neoliberal implantado no Brasil na década de 1990, atingindo as relações de trabalho, e, conseqüentemente, elevando o número de organizações sindicais, em ambas as áreas.

É uma trajetória que demonstra a necessidade de se perceber o Capital Social no Brasil, não apenas analisado a partir de fundamentação teórica construída em territórios com formação histórica distante da formação brasileira, mas sim, a partir de uma abordagem mais essencialista, da gênese da conceituação do Capital Social, construindo-se, a partir daí, um

modelo conceitual próprio, que se adeque à diversidade territorial brasileira e que se permita fomentar o Capital Social em diversos âmbitos da sociedade, como instrumento desenvolvimentista, extensivo às áreas rurais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abravonay, R. (2002). Desenvolvimento rural territorial e capital social. In: Sabourin, E.; Teixeira, O. (Eds.), *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: Conceitos, controvérsias e experiências* (pp. 113-128). Retirado de <http://ricardoabramovay.com/tag/capital-social/>.
- Costa, F. L. (2008). Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. In: *Revista de Administração Pública*, 42(5), 829-874. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n5/a03v42n5.pdf>.
- Faria, C. (2015). *Êxodo rural*. Retirado de <http://www.infoescola.com/geografia/exodo-rural/>.
- Fine, Ben & Lapavitsas, C. (2004). Social Capital And Capitalist Economies. [Capital social e economias capitalistas]. *South eastern Europe journal of economics*, 1, 17-34. Retirado de <http://www.asecu.gr/Seeje/issue02/ben%20fine.pdf>.
- Fragoso, J., Gouvêa, M. F. & Bicalho, M. F. B. (2000). *Uma leitura do Brasil colonial, bases da materialidade e da governabilidade no Império*. (v. 23, p.p. 67-88). Retirado de [https://www.researchgate.net/publication/28223584\\_Uma\\_leitura\\_do\\_Brasil\\_colonial\\_bases\\_da\\_materialidade\\_e\\_da\\_governabilidade\\_no\\_Imperio](https://www.researchgate.net/publication/28223584_Uma_leitura_do_Brasil_colonial_bases_da_materialidade_e_da_governabilidade_no_Imperio).
- Gomes, A. C. (2000). Imigrantes italianos: entre a italianità e a brasilidade. In: *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil: 500 anos de povoamento*. Retirado de <http://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/italianos.html>.
- Hanifan, L. J. (1914). *A hand book: containing suggestions and programs for community social Gatherings at rural school houses*. Retirado de <https://archive.org/details/handbookcontaini01west>.
- Higgins, S. S. (2005). *Os Fundamentos Teóricos do Capital Social*. Chapecó, Brasil: Argos Universitária.
- Holanda, S. B. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo, Brasil. Companhia das Letras.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2001) *Tendência demográfica*. Retirado de [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia\\_demografica/analise\\_resultados/sinopse\\_censo2000.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_resultados/sinopse_censo2000.pdf).
- IBGE (2010). *Séries históricas*. Retirado de [http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=0&no=7&de=24](http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=7&de=24).
- Portes, A. (1998). Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. Princeton, Estados Unidos da América. *Annual Review of Sociology*, 24, 1-24. Retirado de <http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.soc.24.1.1>.

## **Educação não formal e desenvolvimento local: o caso da Escola Comunitária de São Miguel de Machede**

Bravo Nico

Universidade de Évora / Escola Comunitária de São Miguel de Machede / SUÃO-Associação de Desenvolvimento Comunitário  
jbn@uevora.pt

Lurdes Pratas Nico

Universidade de Évora / Escola Comunitária de São Miguel de Machede / SUÃO-Associação de Desenvolvimento Comunitário  
ipnico@uevora.pt

### **RESUMO**

Fundada em 1998, na freguesia que lhe dá o nome, a Escola Comunitária de São Miguel de Machede (projeto da SUÃO/Associação de Desenvolvimento Comunitário) tem vindo a promover um modelo de desenvolvimento humano e social baseado no recurso à educação das pessoas – privilegiando os contextos não formais de aprendizagem, a cooperação intergeracional e a valorização dos recursos endógenos – na construção de respostas para os seus problemas individuais e coletivos, envolvendo o contributo e a participação de todos os membros da comunidade, independentemente das suas circunstâncias pessoais, profissionais, culturais ou escolares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação não formal, Educação e Território, Educação e Desenvolvimento, Desenvolvimento Local.

### **1. INTRODUÇÃO**

Desde 1998, na freguesia de São Miguel de Machede (município de Évora/Portugal), a Escola Comunitária local – um dos projetos da SUÃO-Associação de Desenvolvimento Comunitário – tem vindo a construir e a concretizar um modelo endógeno de desenvolvimento local, no qual se valorizam, em simultâneo, os conhecimentos académicos dos mais jovens e os conhecimentos experienciais dos adultos da comunidade.

O projeto da Escola Comunitária de São Miguel de Machede abrange áreas como a saúde, o trabalho (nomeadamente, o trabalho jovem e qualificado), a solidariedade, o empreendedorismo social e económico, a informação, a cultura e a educação.

O modelo pedagógico assume a educação não formal, a cooperação intergeracional e a participação e a valorização dos recursos humanos locais como elementos estruturantes, no pressuposto de que a construção local de repostas inovadoras para os desafios e os problemas da comunidade contribuem para a edificação de competências territorializadas que, pela sua natureza endógena, contribuirão para fortalecer as capacidades individual e coletiva e para a respetiva sustentabilidade.

Ao longo dos 18 anos da sua existência, a Escola Comunitária de São Miguel de Machede tornou a educação não formal uma das principais fileiras do desenvolvimento local da comunidade micaelense e uma das principais atividades económicas da freguesia.

## 2. O QUADRO TERRITORIAL E SOCIAL

São Miguel de Machede contava, em 2011, com 794 residentes. Este número traduz uma significativa diminuição da população, uma vez que, nos últimos quatro recenseamentos da população, a evolução demográfica é a seguinte:

**Tabela 1:** Evolução demográfica da freguesia de São Miguel de Machede

Ano	Habitantes
1981	1169
1991	1058
2001	983
2011	794

Fonte: [www.ine.pt](http://www.ine.pt)

De acordo com diagnóstico social do concelho de Évora (CLASE/CME, 2012), verifica-se que São Miguel de Machede foi a freguesia rural que registou a maior quebra demográfica do concelho, no período 2001/2011, com uma variação negativa de 23,8%. O envelhecimento da população é uma outra evidência demográfica.

A freguesia perdeu, entretanto, a Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, o posto da Guarda Nacional Republicana e a sua Extensão de Saúde funciona pontualmente, sem a regularidade e a frequência razoáveis para satisfazer as necessidades da população residente.

A economia local baseia-se, em grande escala, nos rendimentos proporcionados pelas prestações sociais percebidas por um número significativo de aposentados, reformados e desempregados e nos apoios sociais que algumas famílias recebem, no âmbito do Rendimento Social de Inserção. Por outro lado, as Instituições Particulares de Solidariedade Social existentes (três) asseguram um significativo número de empregos. Salienta-se, por fim, a recente instalação de uma empresa da fileira vitivinícola (Casa Agrícola Alexandre Relvas) que criou um significativo número de empregos qualificados e veio dinamizar um setor que se encontrava moribundo desde o desmantelamento da Unidade Coletiva de Produção Agrícola «Flor do Alentejo», fundada no período pós-revolucionário e que integrou um período económico, político

e social conhecido por «Reforma Agrária», que marcou, de forma indelével, a história contemporânea da freguesia e da região.

A vila sede da freguesia possui, ainda, um supermercado, quatro pequenos estabelecimentos de restauração, uma associação filarmónica, uma paróquia, uma associação desportiva e alguns grupos informais de natureza cultural e recreativa.

### 3. O QUADRO INSTITUCIONAL

Foi no quadro territorial e social caracterizado que, em 1998, um grupo de jovens micaelenses decidiu intervir na realidade das suas vidas individual e coletiva, no sentido de contrariar uma evolução que não era a desejada. Nesse sentido, foi fundada uma instituição: a SUÃO-Associação de Desenvolvimento Comunitário. Esta nova instituição assumiu, desde o início, uma tripla dimensão formal: juvenil, de solidariedade social e de desenvolvimento local.

Desde o seu momento fundador, a SUÃO assumiu a educação e a formação como pedras angulares da sua ação comunitária e como instrumentos privilegiados para a promoção do desenvolvimento humano, social e económico de São Miguel de Machede. Para a consecução das suas finalidades, foi criada a **Escola Comunitária de São Miguel de Machede**, em 1998. Paralela e complementarmente, foi aberta uma Biblioteca Comunitária (atualmente com mais de 6000 títulos no seu acervo bibliográfico) e o Gabinete da Papelada (um projeto local que antecipou o modelo das conhecidas Lojas do Cidadão). Mais tarde (em 2004), foi criado o Centro Comunitário de São Miguel de Machede, no sentido de consolidar o papel social da instituição. Ao longo dos 18 anos de vida instituição, outros projetos foram desenvolvidos (cf. [www.suao.pt](http://www.suao.pt)).

O projeto institucional e comunitário que tem vindo a ser concretizado parte do pressuposto de que é possível a resolução de muitos dos problemas de desenvolvimento da comunidade, a partir da mobilização, valorização e gestão solidária dos recursos comunitários. Este processo endógeno de mobilização e gestão dos recursos locais assenta num processo educativo que proporciona, aos membros da comunidade local, as oportunidades de construir, desenvolverem e consolidarem, de forma estrutural e sustentável, saberes e competências que, garantindo um exercício dos direitos de cidadania em maior quantidade e melhor qualidade, proporcionam mais qualidade nas suas vidas e uma maior capacidade de participação crítica nas decisões que dizem respeito aos seus destinos individual e coletivo.

#### 4. O QUADRO EDUCATIVO E O DESENVOLVIMENTO

A Escola Comunitária de São Miguel de Machede tem vindo a promover um modelo pedagógico que privilegia o desenho, construção e concretização de projetos e atividades educativos, em contextos não formais de aprendizagem, nos quais se promove a cooperação intergeracional, ativa e solidária, numa interpretação muito própria e local do modelo PADÉCA/Programa de Auxílio ao Desenvolvimento da Capacidade de Aprendizagem (Berbaum, 1992), dos princípios e práticas da aprendizagem social propostos por Vygotsky (Fontes & Freixo, 2004) e dos valores defendidos e praticados por Paulo Freire (2001).

Os projetos partem sempre da identificação simultânea dos problemas a resolver e das capacidades endógenas existentes e mobilizáveis para a construção das respostas necessárias (Pacheco et al, 2011). Neste contexto, todos os *saberes* (académicos e experienciais), todas as *experiências vitais* (dos mais novos ou dos mais velhos), todas as *didáticas* (das escolas formais ou a das «escolas da vida»), todas as *motivações* (as decorrentes das necessidades que se sentem ou as que nascem da disponibilidade para ajudar), todos os *recursos* (os disponíveis no território ou os mobilizáveis nas redes territoriais ou institucionais, nacionais ou internacionais) e todos os *contributos* (de quem quer que seja) são recenseados, mobilizados, valorizados e incluídos nas equações de resolução dos problemas que são, simultaneamente, equações de desenvolvimento local, nas suas diferentes dimensões.

Neste quadro educativo, foram desenvolvidos, entre outros, dois projetos que traduzem, fielmente, o modelo pedagógico e axiológico que é seguido:

**1. Gabinete do Desenrascanço Estudantil:** projeto de promoção do sucesso escolar dos jovens de São Miguel de Machede e que se baseia na concretização do mentorado e da tutoria juvenis. Nesta solução local, os jovens organizaram-se no sentido de resolverem um problema que os afetava diretamente e optaram por construir, local e estruturalmente, a resposta para o seu problema: os jovens mais experientes e que frequentam níveis de escolaridade mais avançados (ensinos superior e secundário) apoiam os seus colegas mais novos e inexperientes e que frequentam os níveis de escolaridade menos avançados (ensino básico). Alguns dos que terminaram os seus cursos superiores asseguram a tutoria de todo o processo. Em alguns casos, esta tutoria faz parte do conteúdo profissional de um estágio profissional que a instituição promoveu e que garantiu o primeiro emprego a um jovem que conseguiu um percurso longo de qualificação;

**2. Circuito da Aldeia:** projeto de empreendedorismo social e económico, através do qual a comunidade, através da SUÃO-Associação de Desenvolvimento Comunitário,

disponibiliza um produto diferenciado, no competitivo mercado do turismo pedagógico. O Circuito da Aldeia consiste num contexto não formal de aprendizagem, organizado em torno de um roteiro pela localidade que inclui várias estações que retratam o quotidiano da vida da comunidade (horta, padaria, lavadouro público, capoeiras dos animais de criação doméstica, jogos tradicionais, gastronomia local, etc.). Cada estação foi desenhada e construída, a partir da valorização e da cooperação, solidária e mutual, dos saberes experienciais dos adultos e dos saberes académicos dos jovens. O resultado final traduz-se numa oportunidade de aprendizagem adaptada a qualquer público que realize o roteiro. Neste projeto, ocorre uma verdadeira simbiose de todos os saberes, todos os contributos e todos os protagonistas e isso proporcionou uma diferenciação, só possível, pela presença simultânea de toda esta diversidade.

A atividade da Escola Comunitária de São Miguel de Machede contempla, ainda, a realização de um Curso de Educação Comunitária (há 18 anos consecutivos), a realização de visitas de estudo (para os micaelenses e para muitos visitantes que procuram conhecer o projeto local), a organização, regular, de palestras sobre assuntos de interesse comunitário (saúde, história local, profissões, cultura), a recolha, organização e divulgação do património local (material e imaterial) e uma intensa atividade de divulgação e promoção da comunidade nos órgãos de comunicação social e nas redes digitais.

Toda a atividade se encontra estruturada em torno de vetores considerados fundamentais nos processos de desenvolvimento humano e social e no sentido de garantir um adequado exercício da cidadania, no território, através da promoção, estruturada e sistematizada de atividades de educação para a saúde, o trabalho, a cultura, a solidariedade, a identidade local, a economia local, o ambiente e a sustentabilidade, a política, entre outras áreas.

## **5. ALGUNS RESULTADOS DA ATIVIDADE DA ESCOLA COMUNITÁRIA**

Como foi anteriormente referido, nas últimas duas décadas, apesar do trabalho focado e articulado da Escola Comunitária de São Miguel de Machede/SUÃO-Associação de Desenvolvimento Comunitário e das restantes instituições existentes na freguesia, o despovoamento continuou a verificar-se, de forma muito acentuada, e essa é a variável crítica que condiciona o futuro comunitário.

No entanto, a atividade da Escola Comunitária determinou o aparecimento de uma nova fileira na economia e na vida social da freguesia: a educação não formal. Esta nova área, no quotidiano comunitário, tem vindo a influenciar algumas dimensões da realidade:



- i) A educação não formal (e os projetos nela ancorados) é, na atualidade, o quarto setor com mais peso na atividade económica da freguesia, seguindo-se à área social, à fileira agroalimentar (já referidos) e à indústria de componentes eletrónicos existente em Évora e onde um número significativo de micalenses trabalha. Esta importância relativa da educação não formal decorre do facto de o Circuito da Aldeia ter registado sucesso e gerado receitas crescentes e, também, do facto de, desde a sua fundação, a instituição assegurar sempre, no mínimo, dois empregos qualificados, quase sempre preenchidos por jovens da terra;
- ii) A existência, no território, de uma relação positiva entre percursos longos de qualificação e o trabalho qualificado. Esta evidência decorre do facto de a SUÃO- Associação de Desenvolvimento Comunitário ter assegurado as condições para a concretização de longos percursos de qualificação (através do Gabinete do Desenrascanço Estudantil) e garantir, a muitos dos jovens (até ao presente, verificaram-se 12 casos), a realização de um Estágio Profissional, que lhes garante trabalho compatível com as suas qualificações e lhes proporciona um início de carreira profissional na sua própria terra. Esta, tranquila e territorializada, transição qualificação/trabalho diminui a probabilidade de saída dos jovens, durante ou após as suas formações, facto que é, na atualidade, o maior impulso de despovoamento, jovem e qualificado, do interior de Portugal;
- iii) A existência, no território, de uma instituição que assegura, a todos, um acesso, mais fácil e eficaz, ao exercício dos deveres e direitos de cidadania. Esta perceção de apoio próximo e disponível, com recursos endógenos e soluções locais, transmite um sentimento de maior autonomia à comunidade;
- iv) A comprovação das vantagens de uma valorização do trabalho cooperativo entre indivíduos de diferentes gerações, com diferentes saberes e experiências vitais e com diversos percursos profissionais e culturais, numa época em que as fraturas geracionais, culturais e institucionais se sobrepõem ao espírito comunitário e do bem comum.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Berbaum, J. (1992). *Desenvolver a Capacidade de Aprendizagem*. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus.
- CME/CLASE (2012). *Diagnóstico Social de Évora (2013/2015)*. Évora: Câmara Municipal de Évora/Conselho Local de Ação Social de Évora.
- Fontes, A. & Freixo, O. (2004). *Vygotsky e a Aprendizagem Cooperativa: uma forma de aprender melhor*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Freire, P. (2001). *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP(FEU).
- Nico, B. & Nico, L. (2011). Educação e território: o (des)encontro geracional das aprendizagens e a fratura cultural no Alentejo. in Marcia Alvarenga (Org.). *Educação de Jovens e Adultos em tempos e contextos de aprendizagem*. Rio de Janeiro: Editora Rovel, pp.33-44.
- Pacheco, D.; Ramalho, P.; Nico, B. & Nico, L. (2011). Aprendizagens Comunitárias. in Bravo Nico & Lurdes Nico (Orgs.) *Escola(s) do Alentejo: um mapa do que se aprende no Sul de Portugal*. Mangualde: Edições Pedagogo, pp. 45-48.

### SÍTIOS ELETRÓNICOS CONSULTADOS

[www.ine.pt](http://www.ine.pt)

[www.suao.pt](http://www.suao.pt)

## Programas políticos do poder autárquico para o desenvolvimento do território em Portugal

Maria Antónia Pires de Almeida  
CIES - ISCTE-IUL  
mafpa@iscte.pt

### RESUMO

O despovoamento atinge a maior parte do país. Em nome da racionalização dos serviços públicos muitos territórios ficaram desprotegidos e aumentaram as desigualdades de acesso a serviços e a condições mínimas de sobrevivência, o que só pode ser combatido com políticas públicas centralizadas em conjugação com as estratégias locais, escolhidas de acordo com os interesses de cada concelho. Partindo da hipótese de que as elites locais são essenciais para promover o desenvolvimento, aumentar as capacidades produtivas e estimular as atividades económicas e a criação de emprego, coloco as seguintes questões: qual o papel o poder local no desenvolvimento sustentável do território e na sua dinâmica? Quais as estratégias dos representantes eleitos e da sociedade civil para atrair investimento, força de trabalho e financiar a economia local? Quais as diferenças entre os projetos para os municípios rurais e urbanos? Analisam-se os programas políticos dos presidentes das câmaras e os projetos postos em prática pelas autarquias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território, programas, autarquias, despovoamento, desenvolvimento.

### 1. INTRODUÇÃO

O despovoamento tornou-se uma realidade na maior parte do território nacional, o que, em nome da racionalização dos serviços públicos, deixou muitos territórios desprotegidos e aumentou as desigualdades de acesso a serviços e a condições mínimas de sobrevivência. Estas situações só podem ser combatidas com políticas públicas ativas e centralizadas que estimulem, se não a reversão da tendência, pelo menos alguma vitalidade e que não seja apenas sazonal. E com a aplicação de estratégias concertadas, não para reviver a Questão Agrária e as seculares tentativas para fixar as populações em meio rural e tornar o país autossuficiente em termos alimentares (Almeida, 2006, 2012), o que já não faz sentido num mundo globalizado, mas para fornecer às populações que ainda residem fora das cidades a qualidade de vida necessária para haver pelo menos uma situação de igualdade entre os cidadãos de todo o território.

A definição destas políticas parte necessariamente das estratégias locais, escolhidas de acordo com os interesses de cada território e das populações residentes. Para tal, é fundamental a ação dos cidadãos locais, cuja participação nos processos de decisão tem de ser estimulada, não só a nível da administração autárquica, como no desenvolvimento de novas estratégias económicas e sociais para o bem do desenvolvimento do próprio território e das condições de vida das populações.

No período de crise económica que Portugal atravessa, foram identificados cinco níveis de intervenção: 1. Políticas e fundos comunitários; 2. Políticas públicas nacionais, legislação e

programas partidários; 3. Propostas e iniciativas a nível municipal e intermunicipal; 4. Associações privadas locais e regionais; 5. Empresários privados. Analisa-se aqui o nível três.

O regime democrático em Portugal instituiu a descentralização administrativa e reforçou o poder local. Partindo da hipótese de que as elites locais, no contexto alargado de detentores de capital social simbólico (Bourdieu, 1989), com capacidade de liderança, qualificados e bem integrados na comunidade (Cepiku, Mussari & Giordano, 2016) são essenciais para promover o desenvolvimento do território, aumentar as capacidades produtivas e estimular as atividades económicas e a criação de emprego, coloco as seguintes questões de investigação: qual o papel o poder local e dos seus representantes eleitos no desenvolvimento sustentável do território e na sua dinâmica? Considerando os problemas do despovoamento e do desemprego, quais as principais estratégias dos políticos eleitos e da sociedade civil para atrair investimento, força de trabalho e financiar a economia local? Quais as diferenças entre os projetos para os municípios rurais e urbanos?

Após o estudo dos Presidentes de Câmara e Governadores Cívicos em Portugal entre 1936 e 2013 (Almeida, 2013, 2014), analisam-se os presidentes de câmara eleitos em 2013, as suas características sociológicas e os seus comportamentos em tempos de crise, comparando com os anteriores e analisando as suas estratégias. Mais especificamente, apresentam-se e discutem-se as suas mensagens e programas políticos com o objetivo de contribuir, nas eleições seguintes, para uma escolha informada que irá validar, ou punir, as ações concretas realizadas.

## **2. ALGUNS DADOS DEMOGRÁFICOS**

O território português tem enormes diferenças regionais, especificamente entre os espaços rurais e urbanos, o litoral e o interior. Lisboa tem mais de meio milhão de habitantes, enquanto o Corvo, nos Açores, tinha 430 em 2011. Mais de 37% dos concelhos (115) têm menos de 10,000 habitantes e apenas 24 (7,8%) têm mais de 100,000. A perda de população tem sido uma constante especialmente desde a década de sessenta do século XX. Comparando o censo de 2011 com o de 1960, 53 concelhos (entre eles quarto nos Açores e dois na Madeira) perderam mais de 50% dos seus habitantes. Todos estão localizados nas regiões do interior, longe do litoral e com densidades demográficas tradicionalmente muito baixas. Em 1960 estes 53 concelhos tinham uma média de 15,308 pessoas, enquanto em 2011 esta média desceu para 6.400. Por exemplo, o Alentejo ocupa 41% do território português e em 2011 tinha apenas 7%

da população. Com o despovoamento vem o envelhecimento. Por cada 100 jovens, o Alentejo tem uma média de 186,5 idosos, o que contribui para a enorme fragilidade da região<sup>132</sup>.

### 3. PROGRAMAS POLÍTICOS

Até 1995 as áreas rurais foram apresentadas nos programas de governo como zonas produtivas. Desde então emergiram novos conceitos para o rural, como território, multifunção, lazer (Almeida, Melo, 2007, Carneiro *et al*, 2015) ou locais de conservação da natureza (Figueiredo, 2008). A maior parte dos programas políticos para as eleições autárquicas de 2013 retratou e reproduziu esta realidade. Após décadas de investimentos em infraestruturas e zonas industriais, com uso intensivo de fundos comunitários, os atuais presidentes das câmaras viraram-se para outros temas para atrair investimento e assegurar a eleição ou reeleição. Considerando as alterações descritas nos municípios mais rurais e o desinvestimento industrial ligado à crise económica mundial e à globalização, que geraram desemprego e despovoamento, por todo o país o investimento ideológico e prático passou a ser dirigido para os serviços, especialmente para o turismo. Tradição e património passaram a ser bens publicitados e vendidos, junto com a paisagem, o artesanato, a gastronomia e até o ambiente saudável e despoluído. Esta é uma estratégia posta em prática pelas poucas elites que ainda insistem em viver nas zonas rurais, em fazer parte do tecido económico e social local e contribuir para o desenvolvimento local.

Foram analisados os programas políticos e as mensagens dos 308 presidentes de câmara eleitos em 2013 a partir das informações disponibilizadas nos sites institucionais das câmaras municipais e nos sites pessoais dos candidatos e dos partidos políticos. Os temas recorrentes são a descentralização e a autonomia, a coesão social, o desenvolvimento sustentado, os recursos, o património e as oportunidades. Para os presidentes de câmaras mais urbanas, junto ao litoral, os termos mais usados são: redes, internacionalização, emprego, reconstrução urbana, coesão social, economia e cultura. Quanto aos municípios mais rurais e do interior, as estratégias de atração para pessoas e empresas dominam o discurso. Os emigrantes nunca são esquecidos como fontes potenciais de rendimento. Os festivais de verão e os produtos locais estão sempre presentes, assim como a formação dos jovens e as estratégias para a sua fixação nos respetivos concelhos. As tradições, os produtos e os recursos locais, tudo foi transformado em património material e imaterial, e as certificações internacionais tornam-se objetivos

---

<sup>132</sup> Manuel Carvalho, “O Alentejo entre os aviões, a água e os chaparros”, *Público*, 24-04-2016, <https://www.publico.pt/economia/noticia/o-alentejo-entre-os-avioes-a-agua-e-os-chaparros-1729777>.

importantes a atingir. Vender a paisagem tornou-se uma forma de arte. Enfim, a realidade rural foi completamente reinventada e construída e as mensagens e os programas políticos retratam as novas definições e representações do rural.

#### 4. CONCLUSÕES

Os resultados oficiais das políticas públicas descritas, pelo menos no que diz respeito ao combate ao despovoamento e ao aumento demográfico nas zonas rurais, só podem ser verificados no próximo censo de 2021. Até lá é necessária uma enorme recuperação económica que só será viável com investimentos na indústria e nos serviços que permitam a criação de emprego. Sem a conjugação de políticas públicas centralizadas e locais que invertam a tendência para o despovoamento e a desertificação não será possível diminuir as assimetrias regionais, especialmente entre o litoral e a proximidade dos grandes centros de Lisboa e Porto e todo o resto do interior do país. Para tal são necessárias elites locais dinâmicas que consigam transformar concelhos moribundos em espaços e territórios criadores de vitalidade e novas oportunidades. Estes líderes locais e empreendedores sociais têm de viver nos espaços rurais, estar envolvidos na comunidade e fazer parte da vida diária do mundo rural, para terem as condições e os conhecimentos adequados para criarem as condições de atração de novas famílias, promover emprego e ajudar de forma concreta na alteração do padrão demográfico.

Apesar dos esforços das câmaras, das associações e de alguns líderes locais, o mundo rural português ainda está muito longe de encontrar um caminho que lhe permita a sobrevivência. Apesar da existência de algumas explorações agrícolas e industriais de ponta, com as tecnologias mais avançadas, o seu impacto real sobre as populações é habitualmente muito reduzido. Como diz o jornalista Manuel Carvalho, “o Alentejo está em trânsito. Já não é o país do homem à sombra do chaparro, mas não é ainda uma região moderna e virada para o futuro”<sup>133</sup>. O que se aplica a grande parte do território rural português.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, M. A. (2006). *A Revolução no Alentejo. Memória e Trauma da Reforma Agrária em Avis*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Almeida, M. A. (2012). A Questão Agrária na literatura neorrealista portuguesa. *Revista Estudos Históricos*, 25(50), 389-407.
- Almeida, M. A. (2013). *O Poder Local do Estado Novo à Democracia: Presidentes de Câmara e Governadores Civis, 1936-2012*, Lisboa.
- Almeida, M. A. (2014). *Dicionário biográfico do poder local em Portugal, 1936-2013*, Lisboa.

---

<sup>133</sup> Manuel Carvalho, *idem*.

- Almeida, M. A. & Melo, C. (2007). As Novas Ruralidades: Do Lavrador ao Empresário Agrícola, Do Espaço Agrário ao Espaço Lazer. In M. Motta (org.), *Terras Lusas: A Questão Agrária em Portugal*, (105-142), Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Alves, J. et al (2015). The impact of polytechnic institutes on the local economy. *Tertiary Education and Management*, 21 (2), 1-18.
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*, Lisboa: Difel.
- Carneiro, M., Silva, D., Brandão, V. & Figueiredo, E. (2015). Da Regulamentação à Promoção – o rural nos planos nacionais de turismo (1985-2011). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53, supl.1, 9-22.
- Cepiku, D., Mussari, R. & Giordano, F. (2016). Local governments managing austerity: Approaches, determinants and impact. *Public Administration*, 94 (1), 223-243.
- Fernandes, J. (2009). *O impacto económico das instituições do ensino superior no desenvolvimento regional: o caso do Instituto Politécnico de Bragança*, Tese de Doutoramento, Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho.
- Figueiredo, E. (2008). Imagine there's no rural – the transformation of rural spaces into places of nature conservation in Portugal. *European Urban and Regional Studies*, 15 (2), 159-171.
- Mafrolla, E. & D'Amico, E. (2016). Does Public Spending Improve Citizens' Quality of Life? An Analysis of Municipalities' Leisure Supply. *Local Government Studies*, 42 (2), 332-350.

## Mato Grosso sustentável? A trajetória do Programa Mato-Grossense de Municípios Sustentáveis, Brasil

Wagner Gervazio

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)  
wagnergervazioengagro@gmail.com

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Universidade Estadual de Campinas  
sonia@feagri.unicamp.br

Delmonte Roboredo

Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat  
roboredo@gmail.com

### RESUMO

Nosso estudo, fruto de uma revisão bibliográfica, fornece uma abordagem sobre a trajetória do Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis (PMS) que tem por objetivo fortalecer a economia local, melhorar a governança pública municipal, promover a segurança jurídica, a conservação dos recursos naturais e a recuperação ambiental e a reduzir as desigualdades sociais. De modo geral, discutiremos como vem sendo construído o PMS, quais seus resultados e limitantes, embasados na literatura que balizou este trabalho. Verificamos que a preocupação com a sustentabilidade e com o meio ambiente está presente no discurso da política de desenvolvimento da região, e algumas ações e práticas nesse sentido são verificadas. Entretanto, os instrumentos de política econômica e de desenvolvimento regional, de maneira geral, ainda não levam em conta em suas ações a dimensão social. Assim, o entendimento sobre o que é sustentabilidade é ambíguo e não consensual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento regional, Política Pública, Sustentabilidade.

### 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos 50 anos, a Amazônia brasileira sofreu intensas transformações ocorridas em função de um modelo de desenvolvimento exógeno imposto pelo Estado brasileiro e pelo capital internacional, resultando em drásticos impactos socioambientais ligados à questão fundiária, ao desmatamento e queimadas, à implantação de projetos hidrelétricos e à expansão da fronteira agrícola (Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Pará [IDESP], 2011). A soja é o “carro chefe” da expansão da fronteira agrícola. Assim, é assertivo dizer que a soja chegou definitivamente à região Amazônica.

Para Oliveira (2006) a pressão sobre a floresta amazônica no Mato Grosso, para o aumento da área cultivada com soja, tem a ver com a elevação dos índices de desmatamento no estado neste início do Século XXI, além da expansão da pecuária e da grilagem de terras. O desmatamento atingiu pico recorde na Amazônia em 2004 e o governo federal foi obrigado a agir para contê-lo (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia [IMAZON], 2009).

A atuação do governo foi consolidada em 2009 para coibir os desmatadores, com as operações “Arco de Fogo” e “Arco Verde”, e o “Pacto Nacional Pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia Brasileira” (Greenpeace, 2007). Diante disso, vários



municípios foram incluídos na “lista do desmatamento”, os quais sofreram sanções econômicas e financeiras, como embargo agropecuário, além de serem proibidos de comercializar seus produtos e de receber crédito de instituições oficiais (Municípios Verdes, 2012).

O Mato Grosso apresentou picos de aumento do desmatamento em 2011 e, em 2013, aumentou em 50% em relação a 2012 (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais [Inpe], 2014). Além do desmatamento, o monocultivo retrata a alta concentração de terra e renda, a desertificação do solo, em alguns casos o trabalho escravo e o uso irracional de agrotóxicos. O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, sendo que a exposição da população brasileira aos agrotóxicos é de 3,66 litros per capita, enquanto que no estado do Mato Grosso esta exposição é de 29,8 litros, ou seja, oito vezes maior que a média nacional (Palma, 2011 apud Schlesinger, 2013, p.50).

Diante desse contexto, o Estado do Mato Grosso poderá ser sustentável? Para tanto, diversas políticas públicas foram criadas como diretrizes para a ação e aplicação de instrumentos de monitoramento e controle a fim de deter o desmatamento e tirar o Estado da lista dos desmatadores. Dentre as ações o Estado do Mato Grosso, Brasil, criou o Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis – PMS.

Para a elaboração deste trabalho, nos embasamos na literatura disponível na web. Analisamos relatórios sobre a construção do PMS divulgados pelo Instituto Centro de Vida (ICV). Também realizamos entrevistas semiestruturadas com os percussores do PMS.

Assim, este estudo visa fornecer uma abordagem sobre a trajetória do Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis (PMS) no Estado do Mato Grosso, Brasil. De modo geral, será discutido como vem sendo construído o PMS, quais os resultados obtidos e seus limites.

## **2. PROGRAMA MATO-GROSSENSE DE MUNICÍPIOS SUSTENTÁVEIS (PMS)**

Em 2008, diversos municípios do norte do Estado do Mato Grosso foram incluídos na lista dos maiores desmatadores da Amazônia Legal. Isso motivou os responsáveis a buscarem um programa que os tirassem da “lista do desmatamento”, uma vez que diversas condições desfavoráveis foram atribuídas.

Neste contexto foi criado o PMS, elaborado a partir de um processo de mobilização dos municípios, dos consórcios intermunicipais e das organizações da sociedade civil privadas, em 2013. O Instituto Centro de Vida (ICV), uma organização não-governamental, em parceria com o The Nature Conservancy (TNC) e o Instituto Socioambiental (ISA), realizaram o “1 Seminário Mato-grossense de Municípios Sustentáveis”, na capital do estado do Mato Grosso,

Cuiabá, Brasil, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Objetivou construir uma proposta de programa de municípios sustentáveis para o estado do Mato Grosso, Brasil.

A partir desse Seminário, foi elaborada uma pré-proposta do programa que foi apresentada para um Comitê Articulador. Este Comitê foi organizado para a elaboração da proposta do PMS que foi constituído por oito consórcios intermunicipais, representantes de órgãos estadual e federal e organizações da sociedade civil privada. O estado do MT possui 15 consórcios, no entanto apenas os consórcios pertencentes ao bioma Amazônia, participam do PMS.

O 2º Seminário, realizado em 2015, teve por objetivo principal consolidar o Programa e o engajamento dos municípios, do governo estadual e federal. Para a implementação do PMS foi utilizado diversos passos: a) assinatura da Carta de Constituição do Programa; b) criação de uma agenda de compromissos com as dimensões social, ambiental e econômico; c) engajamento dos gestores no compromisso com a construção do desenvolvimento sustentável do estado do Mato Grosso; e d) pactuação dos acordos, agendas locais pela sustentabilidade, captação de recursos, e a criação de um Comitê de Governança e da Gestão do Programa.

O Programa de Municípios Sustentáveis possui como objetivo geral promover o desenvolvimento sustentável dos municípios da Amazônia Mato-grossense, através do fortalecimento da economia local, da melhoria da governança pública municipal, da promoção da segurança jurídica e da redução do desmatamento e degradação ambiental (Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis [PMS], 2014).

Os objetivos específicos são: fomentar as cadeias produtivas sustentáveis da agricultura familiar; promover práticas sustentáveis e de baixas emissões de carbono nas atividades agropecuárias e florestais; combater à pobreza no meio rural; reduzir o desmatamento e a degradação florestal; regularizar ambientalmente as propriedades rurais, por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR); recuperar as Áreas de Preservação Permanente e das Reservas Legais degradadas; regular a situação fundiária das propriedades e as posses rurais; fortalecer a gestão ambiental municipal, incluindo a descentralização do licenciamento ambiental; gerenciar, de forma adequada, os resíduos sólidos (PMS, 2014).

A principal instância de governança do PMS é o Comitê Gestor, além de 5 grupos de trabalhos. A formação do Comitê se dá através de membros efetivos e convidados. Este é constituído pela Secretaria Executiva, pela Presidência (indicada pela Casa Civil do governo do estado do Mato Grosso) e por um representante de oito órgãos e entidades do governo estadual;

por um representante de cada uma de quinze organizações da sociedade civil; e pelos oito Consórcios Intermunicipais de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do estado de Mato Grosso. Através do Decreto nº 323, o governo do Estado transferiu a operacionalização do PMS da Casa Civil para o Gabinete de Desenvolvimento Regional, tornando o PMS de abrangência estadual, não sendo mais limitado aos municípios do Bioma Amazônia, e oficializa o ingresso de mais quatro instituições para compor o Comitê Gestor do Programa. Além dos membros efetivos, é facultada à diversas instituições a participação no Comitê Gestor. Há também uma rede de parceiros que apoia o Programa alocando recursos entre diversas formas de contribuição.

### **3. O QUE É UM MUNICÍPIO SUSTENTÁVEL?**

Durante o 1º Seminário de construção do PMS, foi perguntado aos gestores o que é um município sustentável. Para eles, um município sustentável é aquele que envolve uma agenda mínima permeada pelas dimensões: social, com combate à pobreza e promoção da qualidade de vida; ambiental, pautada pela governança ambiental local, proteção de ativos ambientais e restauração de passivos ambientais; e, econômica, com promoção de atividades sustentáveis e reorientação de processos produtivos tradicionais.

Além dos gestores, a sociedade civil também se manifestou sobre o entendimento de município sustentável. As respostas foram diversas, muitos mencionaram que um município sustentável é aquele que promove a integração entre a dimensão social, ambiental e econômica, promova qualidade de vida a seus munícipes sem prejudicar o meio ambiente, que gera benefícios com a manutenção da floresta e, ainda, aquele que promove uma gestão integrada e as boas práticas, cumpre as suas atribuições relacionadas ao meio ambiente e estabelece programas de educação ambiental. Foi citado também que um município sustentável é aquele que cria parcerias e que tem interesse político voltado para à sustentabilidade.

#### 4. RESULTADOS PARCIAIS DO PMS

Em 2015, o grupo mapeou possíveis fontes de captação de recursos e pretende, a longo prazo, criar um Fundo do PMS. Em 2016, o GT Plano de Metas tabelou os compromissos assumidos pelos municípios para então elaborar uma metodologia de devolutiva desses Planos de Metas. O grupo de trabalho fez um levantamento das demandas por capacitação dos municípios que aderiram ao PMS e identificaram alguns dos possíveis parceiros.

O PMS conta com um Sistema de Apoio a Gestão Ambiental Municipal, que é uma plataforma online que reúne informações sobre os Planos de Metas e sobre os municípios que aderiram ao PMS, com o objetivo de ajudar no planejamento da gestão municipal.

#### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a estratégia do discurso sobre o que é sustentável é a mercantilização da natureza. O capital internacional se apropriou do discurso sustentável para explorar os recursos naturais da Amazônia e conquistar novos mercados. Pensamos que a questão fundamental do PMS seja a criação de uma agenda de compromissos voltados ao desenvolvimento sustentável. O intuito é criar nova imagem para o estado do Mato Grosso, que atualmente é visto como vilão do meio ambiente. Dessa forma, atender as novas demandas de um mercado cada vez mais exigente e “ambientalmente correto”.

O PMS é um esforço coletivo da sociedade civil privada e do poder público para aglutinar as ações e experiências ditas sustentáveis desenvolvidas na região norte do Estado Mato Grosso, visando fortalecer e desenvolver novas ações no âmbito do desenvolvimento sustentável. Ele está em fase de consolidação e expansão para outros biomas no estado.

A participação de diferentes instituições públicas e privadas fortaleceu as ações sustentáveis, apesar de o entendimento sobre o que é sustentabilidade, ser ambíguo e não consensual. Pensamos que ainda é necessário o envolvimento dos movimentos sociais da agricultura familiar e camponesa. Também é importante incluir entidades que trabalhem com as populações urbanas, uma vez que o PMS é voltado apenas para as populações do campo.

O conceito do que é sustentável está pautado em ações de caráter institucional voltadas à governância ambiental local. No entanto, é preciso avançar nas políticas voltadas à dimensão sociocultural e econômica. É evidente que diante da situação em que se encontra o estado do Mato Grosso, pensar e implantar projetos e programas/projetos que contribuam para o controle do desmatamento é de grande importância, sobretudo com a participação efetiva dos agricultores. Percebemos que o PMS pode contribuir para desenvolver ações voltadas para o

controle do desmatamento e de ações que visem o uso racional dos recursos naturais da Amazônia mato-grossense. Verificamos que o trabalho das ONGs, como o ICV e o Instituto Ouro Verde (IOV), tem sido fundamental na construção de uma agenda pautada na conservação dos recursos naturais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Greenpeace Brasil (2007). *Sete anos para zerar desmatamento na Amazônia: ONGs brasileiras mostram como*. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/pactonacional-prop-e-metas-an/>. Acesso em: 01/04/2016.
- IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Pará). (2011). Perfil da gestão ambiental dos municípios paraenses: *programa "municípios verdes"*. Belém: IDESP.
- IMAZON (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia). (2009). *Criando Bases para Gestão Socioambiental de Municípios Críticos do Desmatamento no Pará – Roteiro Básico de Informações para o Fundo Amazônia do BNDES*. Disponível em <http://www.IMAZON.org.br/banco-deimagens/projeto-fundo-amazonia/view> Acesso em: 01/04/2016.
- INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Projeto Prodes - *Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite*. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>. Acesso em: 04/04/2016.
- MUNICÍPIOS VERDES. (2012). Série: Integração – Transformação – Desenvolvimento / *Fundo Vale*. – Rio de Janeiro: Report Comunicação.
- Oliveira, A. U. (2006). A Amazônia e a nova geografia da produção da soja. *Terra Livre*. Goiânia, GO. 1(26), 13-43.
- Palma, D. (2011). *Agrotóxicos em leite de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT*. UFMT: Cuiabá. Disponível em: [http://www.mcpbrasil.org.br/biblioteca/agrotoxico/doc\\_view/41-agrotoxicos-em-leite-humano-de-maes-residentes-em-lucas-do-rio-verde-mt](http://www.mcpbrasil.org.br/biblioteca/agrotoxico/doc_view/41-agrotoxicos-em-leite-humano-de-maes-residentes-em-lucas-do-rio-verde-mt). Acesso em 04/04/2016.
- PMS (Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis). (2014). Programa Mato-grossense de Municípios Sustentáveis: *Caminhos e Experiências*. Comitê Gestor. Cuiabá-MT: ICV.
- Schlesinger, S. (2013). *Dois casos sérios em Mato Grosso: a soja em Lucas do Rio Verde e a cana-de-açúcar em Barra do Bugres*. Mato Grosso: FORMAD.

## Nuevas ruralidades e inclusión digital en Galicia: mitos y realidades

Francisco Xosé Armas Quintá  
Universidad de Santiago de Compostela  
francisco.armas@usc.es

Xosé Carlos Macía Arce  
Universidad de Santiago de Compostela  
carlos.macia@usc.es

### RESUMEN

La necesidad de difundir la Sociedad de la Información en los espacios rurales, con el fin de incentivar su desarrollo, es una idea recurrente en la literatura científica, si bien, el método para la consecución de este objetivo es realmente complejo. Y dicha complejidad radica, desde nuestro punto de vista, en la propia noción de ruralidad. Las dificultades que implica la delimitación de estos espacios, debido a su gran diversidad, se traslada a la hora de diseñar estrategias que impulsen el uso de las nuevas tecnologías. En el presente artículo se analiza la difusión de la Sociedad de la Información en las áreas rurales de Galicia. Se parte de la delimitación y diferenciación de los distintos grados de ruralidad en este espacio y se estudian, para cada uno de ellos, el grado de implantación de las nuevas tecnologías. Dada la importancia que pueden llegar a tener estas herramientas para impulsar procesos de desarrollo, se prestó especial atención a los diferentes usos de la Red y a la evolución y presencia de la brecha digital en estos espacios.

**PALABRAS CLAVE:** Áreas rurales, Desarrollo, Sociedad de la Información, Brecha Digital, Galicia

### 1. INTRODUCCIÓN

Las posturas existentes sobre la definición y delimitación de las áreas rurales son muy diversas puesto que a la complejidad que implica esta tarea, en ocasiones, se le añade un cierto matiz de subjetividad. A este respecto, en la literatura científica se pueden encontrar posturas que relativizan la vigencia de la distinción rural-urbano (Camarero, 1993), otras que defienden la ruptura de lo rural con lo agrario (García Sanz, 1998), e incluso las que consideran inútil cualquier intento de delimitación (Sancho, 1997, Bericat, 1993). La delimitación urbano-rural ha provocado muchas discusiones a lo largo de los años (Clope, 1977) incluso llegando a ser un concepto un tanto caótico (Urry, 1984).

Los cambios socioeconómicos y culturales que se vienen dando desde la década de los años noventa del pasado siglo, dio lugar a una ruralidad diferente de la tradicional (Rubio, 2010). Estos cambios, motivados por el auge de la sociedad postindustrial y la difusión de las tecnologías de la información y de la comunicación, son un hecho incuestionable, tanto a nivel espacial, funcional y socioeconómico (Sancho & Reinoso, 2012). Durante la segunda mitad del siglo XX el mundo rural se ha rediseñado y ha pasado de tener un papel fundamentalmente agrario, de provisión de alimentos, materias primas y recursos humanos a las ciudades, hacia un perfil donde está más presente la pluriactividad y la diversificación económica (Rubio, 2010). Las nuevas relaciones entre el campo y la ciudad, que ponen en valor lo rural entre los

ciudadanos urbanos al considerarlo como bien público (Rubio, 2010), han cambiado la imagen de estas áreas al pasar de vincularlas a algo tosco y atrasado a tener connotaciones positivas y asociarlas a la calidad (Sancho & Reinoso, 2012).

La progresiva difusión de la Sociedad de la Información hace, si cabe más compleja, la ya de por sí difícil tarea de definir y delimitar el medio rural. Las áreas rurales tienen ante sí nuevas oportunidades de desarrollo de la mano de las nuevas tecnologías, y en especial de Internet. El comercio electrónico, el trabajo a distancia y otros servicios avanzados de la Red, pueden hacer posible el cambio de tendencia regresivo que padece buena parte del medio rural, siempre que esté acompañado de un capital humano que sea capaz de sacar el máximo provecho a estas tecnologías. La difusión de la Sociedad de la Información ha regenerado la interconexión entre lo rural y lo urbano facilitando la instalación de nuevas actividades industriales y de servicios (Moyano, 2000), siendo la terciarización de lo rural la clave que define a este nuevo período (Rubio, 2010).

## 2. EL MEDIO RURAL DEL SIGLO XXI

Uno de los principales problemas que sufren buena parte de las áreas rurales en Europa es la despoblación, causada por la huida de la población más joven a las áreas urbanas donde se concentra la mayor parte de las actividades económicas y posibilidades de negocio. Esta situación de desventaja de las áreas rurales con respecto a las ciudades se remonta a principios del siglo XIX, cuando la Revolución Industrial y el desarrollo del capitalismo comenzaban a revelar transformaciones tecnológicas, económicas, sociales y culturales considerables. La ausencia de nuevos modelos de producción que permitiesen a las áreas rurales competir con las urbanas, fue la responsable de la emigración de la población más joven hacia los núcleos urbanos.

Pero en las últimas décadas del siglo XX tuvieron lugar una serie de cambios, tanto en la sociedad como en la economía, que dieron origen a un nuevo tipo de sociedad, que en función de los autores, recibe en nombre de Sociedad Postindustrial (Bell, 1974), Sociedad Red o Sociedad de la Información (Castells, 2000). En esta nueva sociedad el sector económico dominante son los servicios y los trabajadores requieren de un elevado nivel de cualificación. La revolución de las tecnologías de la información y de la comunicación, que hicieron posible el surgimiento de la Sociedad de la Información, favorecen que tanto las comunicaciones como los flujos de información tengan lugar en un espacio de tiempo muy corto donde las distancias

se vuelven irrelevantes. Este hecho llevó a que surgiesen conceptos tales como la “muerte de la distancia” o “el fin de la geografía” (Cairncross, 2001).

En este nuevo contexto, las áreas rurales tienen nuevas posibilidades de desarrollo al desaparecer uno de los principales escollos que dificultaban su crecimiento, la distancia a los centros urbanos. En la Sociedad de la Información se abren nuevas posibilidades de negocio y empleo de la mano del comercio electrónico y del trabajo a distancia. El verdadero impacto de la revolución de las tecnologías de la información y de la comunicación no lo protagonizará el poder acceder a una cantidad ingente de información o comunicarse con cualquier persona de forma instantánea independientemente donde se encuentre, sino que lo liderará el comercio electrónico (Drucker, 2001). Y este impacto será, si cabe, más notable en el medio rural puesto que, a diferencia de lo que ocurría en la Sociedad Industrial, su condición de regiones periféricas no supondrá escollo alguno para poder competir en el mercado global.

Los cambios que han tenido lugar desde la década de los años noventa del pasado siglo, tanto desde el punto de vista social, económico y cultural, impulsaron una realidad diferente a la tradicional (Rubio, 2010) dando origen a diferentes grados de ruralidad en función de factores como la importancia de la agricultura y su tipología, la relevancia de la diversificación económica, y el crecimiento urbano (Sancho & Reinoso, 2012). Autores como Rubio (2010) destacan la necesidad de una terciarización del medio rural, así como la transición hacia el modelo postproductivista donde deben encuadrarse las nuevas estrategias de desarrollo del medio rural del siglo XXI.

### **3. LA SOCIEDAD DE LA INFORMACIÓN EN GALICIA ¿BRECHA O INCLUSIÓN DIGITAL?**

El concepto de la brecha digital surgió con el fin de evidenciar las disparidades que originaba la desigual difusión de las tecnologías de la información y de la comunicación, tanto entre la población como en el territorio (Lois et al., 2010). A lo largo de las dos últimas décadas fueron muchos los programas de los gobiernos que se diseñaron para mitigar estas desigualdades. Galicia era una región marginal en el proceso de difusión de la Sociedad de la Información, ya que se situaba en las últimas posiciones al respecto a nivel nacional. En el año 2004 solamente nueve de cada cien hogares podía acceder a la Red mediante banda ancha y únicamente eran usuarios de Internet tres de cada diez gallegos (IGE, 2004).

Esta situación cambió de forma substancial en lo que a número de usuarios de Internet y conectividad se refiere. Para el año 2012, según el Instituto Gallego de Estadística (IGE) seis



de cada diez hogares tenían banda ancha y más del 60% de los ciudadanos eran usuarios de la Red. Pero la utilización de las nuevas tecnologías en Galicia no ha tenido lugar de forma homogénea, siendo en las áreas urbanas las que más han progresado. En el caso del medio rural, después de analizar los microdatos que publica en IGE en la Encuesta de Condiciones de Vida de las Familias (2013), se pudieron diferenciar tres situaciones bien distintas. En el primer caso estarían los espacios rurales que se sitúan cerca de las principales ciudades y a lo largo del Eje Atlántico, donde la difusión de las nuevas tecnologías es más intensa. En ciertos municipios se registran valores al respecto más positivos que en los propios núcleos urbanos.

El segundo grupo está formado por los municipios rurales que albergan las cabeceras de comarca y las principales villas de la región. En este caso, los valores que hacen referencia al uso de Internet y banda ancha son también positivos, pero algo inferiores al grupo anterior. Por último, están los espacios que forman el medio rural más profundo y periférico donde el uso de las nuevas tecnologías es muy bajo debido al fuerte envejecimiento de la población y al importante declive económico (Armas & Macía, 2014).

Ante esta situación, y desde nuestro punto de vista, se puede considerar que la brecha digital “tradicional” o en el acceso está, a grandes trazos, superada en esta región, pese a que en los espacios más periféricos y en algunos sectores sociales el uso de la Red sea aún muy bajo. Pero superar esta brecha digital no implica que haya tenido lugar una verdadera inserción en la Sociedad de la Información. Se podría decir que se ha superado la primera fase de este proceso, que es dotar de conectividad a la población y que esta use la Red. Pero queda aún una nueva brecha que es la que separa a los internautas que hacen un uso muy básico de Internet (comunicarse y consultar información), de los que consumen sus servicios avanzados, tales como el comercio electrónico, el trabajo a distancia, la formación en línea, etc. (Armas & Macía, 2015). Esta brecha está aún muy presente en Galicia y también en España y Europa, y así lo reflejan los datos de los distintos institutos de estadística oficiales europeos y nacionales. Superar esta nueva brecha digital de segunda generación podría ayudar a impulsar procesos de innovación y desarrollo en el medio rural, frenar su despoblación y reactivar su economía.

#### **4. CONSIDERACIONES FINALES**

Los cambios que han tenido lugar en el medio rural gallego desde la década de los años noventa del pasado siglo, están llevando a cabo, tal y como señalaron algunos autores, a un rediseño de estos espacios. En las áreas rurales ya no dominan las actividades relacionadas con la agricultura ya que, en la actualidad, comparten su espacio con otras actividades económicas.

De otro lado, el mundo rural que años atrás era asociado a algo tosco y atrasado, toma ahora valores asociados a la calidad y como algo que debe ser preservado y conservado.

La progresiva difusión de la Sociedad de la Información ha contribuido de forma notable a la nueva configuración que está adquiriendo el medio rural. Vencer la barrera de la distancia le posibilita acceder al mercado global, llevar a cabo trabajos antes propios de las oficinas en las ciudades, etc. Las nuevas tecnologías han llegado a la sociedad gallega, y en particular el uso de la Red, pero las posibilidades que esta ofrece aún no están siendo bien aprovechadas. Es necesario superar esa nueva brecha digital de segunda generación e impulsar el consumo de servicios avanzados ya que son estos, junto con un capital humano cualificado, los que pueden impulsar procesos de innovación y desarrollo y cambiar así la tendencia regresiva que sufren buena parte de estos espacios.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Armas Quintá, F.X & Macía Arce, X.C. (2015). Da cidade dixital á cidade do coñecemento. Un proceso inacabado. In R.C. Lois & D. Pino, *A Galicia Urbana*, (449-462). Vigo: Edicións Xerais de Galicia.
- Armas Quintá, F.X. & Macía Arce, X.C. (2014). *Atlas. A Sociedade da Información en Galicia. Manual de cartografía para a aprendizaxe, ensinanza e xestión do territorio*. Santiago de Compostela: Andavira Editora.
- Bell, D. (1974). *The coming of Post-Industrial Society*. Londres: Heinemann.
- Bericat Alastuey, E. (1993). La teoría del vacío rural. En Consejería de Agricultura y Pesca, Junta de Andalucía, *El desarrollo rural a las puertas del siglo XXI*, (45-54), Sevilla: Junta de Andalucía.
- Cairncross, F. (2001). *The death of distance 2.0. How the communications revolution will change our lives*. Londres: Texere.
- Camarero, L. (1993). *Del éxodo rural y del éxodo urbano*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.

## Reflexiones entorno al problema de la incorporación de jóvenes a la agricultura

Alicia Langreo Navarro  
Sociedad de estudios SABORA, SL  
alicia\_langreo@sabora.es

García Azcárate Tomás  
Instituto de Economía, Geografía y Demografía (IEGD-CCHS-CSIC)  
tomasgarciaazcarate@gmail.com

### RESUMEN

En esta Comunicación, vamos primero a exponer diversas razones, algunas generales y otras relacionadas con el sector agrario, relevantes para el tema que nos ocupa. Luego, visitaremos rápidamente las políticas públicas existentes para abordar esta problemática y terminaremos con unas propuestas para una política del siglo XXI.

**PALABRAS CLAVES:** Política agraria, incorporación de jóvenes

### 1. INTRODUCCIÓN

Uno de los grandes problemas de la agricultura española, que afecta también al conjunto de la Unión Europea, es el alto nivel de envejecimiento tanto de la población activa agraria en su conjunto como de los responsables de las explotaciones (titulares de explotación persona física).

El problema no afecta por igual a todas las orientaciones productivas. Las que cuenta con una población menos envejecida son las que se muestran más dinámicas: hortalizas, frutales, vino, olivar, setas, flores, algunas ganaderías intensivas, productos ecológicos.

### 2. METODOLOGIA

En esta Comunicación, vamos primero a exponer diversas razones, algunas generales y otras relacionadas con el sector agrario, relevantes para el tema que nos ocupa. Luego, visitaremos rápidamente las políticas públicas existentes para abordar esta problemática y terminaremos con unas propuestas para una política del siglo XXI.

### 3. LA PROBLEMÁTICA

Esta problemática responde a diversas cuestiones que no son exclusivas del sector agrario. Entre las que destacan:

- Una gran parte de las pequeñas empresas, especialmente las microempresas, tienen graves problemas de continuidad debido, entre otros, a las difíciles perspectivas económicas de muchas de ellas; la generalización de la preferencia del trabajo

asalariado (y más funcionarial); las grandes exigencias de trabajo de la mayor parte de los autónomos y Pequeñas y Medianas Empresas (PYME); las menores prestaciones sociales, a lo que hay que sumar la existencia de estrategias vitales de los hijos que una vez culminados los estudios, especialmente universitarios, de libre elección, se establecen al margen de la actividad familiar. Además, vincularse al negocio familiar lleva a una mezcla de las relaciones profesionales y laborales complicada de gestionar en el mundo actual.

- En términos generales, el medio rural sufre un proceso de envejecimiento y desequilibrio demográfico, en especial en las extensas áreas del interior peninsular con menos actividad económica. Esto afecta a todos los sectores productivos y provoca un deterioro del hábitat que condiciona las condiciones de vida y trabajo.

En el caso del sector agrario se suman algunos problemas específicos que favorecen la huida a otros sectores por parte de los más jóvenes:

- La mayor parte de las explotaciones tienen una dimensión económica demasiado pequeña como para permitir desarrollar adecuadamente la actividad y tener perspectivas de una remuneración adecuada.
- Esta pequeña dimensión económica no permite seguir el ritmo adecuado de innovación.
- La pequeña dimensión laboral: inmensa mayoría tienen menos de 1 Unidad de Trabajo Agrario (UTA) y muchas menos de 0,5 UTA, lo no permite una organización adecuada del factor trabajo.
- La perspectiva más probable es la necesidad de compaginar la agricultura con otra actividad económica, vinculada o no a la explotación agraria, y no siempre desarrollada en el mismo entorno geográfico. Las posibilidades de que estas explotaciones acaben siendo poco productivas son muy altas.
- Además, en buena medida, la actividad agraria, exceptuando sectores o situaciones puntuales, sigue sufriendo un déficit de imagen pública.

#### **4. LAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Desde la política agraria existe una línea ya histórica de apoyo a la incorporación de jóvenes al sector agrario, anterior incluso a nuestra adhesión a las Comunidades Europeas.

Consiste en la existencia de subvenciones y créditos subvencionados a la instalación<sup>134</sup> que requieren tener una edad igual o superior a 18 años e inferior a 40; presentar un plan empresarial con vistas al desarrollo de sus actividades agrarias; comprometerse a ejercer la actividad agraria en la explotación y mantener las inversiones objeto de ayuda durante un determinado período de tiempo; tener el nivel de formación y/o capacitación suficiente, o bien comprometerse a adquirirlo en un determinado plazo de tiempo (cursos de joven agricultor, etc.); además la explotación debe cumplir las normas mínimas en materia de medio ambiente, higiene y bienestar animal.

Según los datos de los que disponemos, como media se vendría acogiendo a esta línea entre 4.000 y 6.000 personas al año, cifra que en nuestra opinión debe considerarse un fracaso. Cabe mencionar que estas incorporaciones tienen lugar en los sectores más dinámicos (hortalizas, frutales, olivar, viña, flores, setas y ganadería intensiva); en buena medida en actividades que requieren poca tierra (ganadería intensiva, invernaderos) y, en su caso, en explotaciones de una dimensión por encima del umbral de rentabilidad.

La ayuda a la retirada de la actividad es otra línea encaminada a mitigar el problema del envejecimiento de los titulares de explotación: Su objetivo es que las personas mayores liberen tierras e instalaciones para facilitar la entrada de jóvenes, tiene también poco recorrido. Cabe mencionar que la única experiencia con un cierto éxito en su aplicación tuvo lugar en Asturias, en el marco del Banco de Tierras: Se vinculó la retirada de la actividad agraria de personas mayores con la búsqueda de personas, no necesariamente de la misma familia, jóvenes que podían hacerse cargo de esa explotación con las convenientes seguridades jurídicas con respecto a la propiedad. Esta experiencia conllevaba una intensa actividad de explicación, docencia y seguimiento sobre el terreno que resultó fundamental.

Estas dos políticas básicas, reforzadas por la reciente reforma de la PAC, están pensadas en el marco de que las personas que se vinculen a la actividad agraria están de una u otra forma ya vinculadas a la explotación. Más del 90 por ciento de los jóvenes que se incorporan beneficiándose de estas ayudas lo harían en la explotación de sus padres<sup>135</sup>: Esto encaja con la existencia de fuertes umbrales de entrada debido principalmente a las inversiones necesarias en maquinaria y, especialmente, en tierra cuyo precio está lejos de su rentabilidad económica, inversiones que no pueden fácilmente ser substituidas por alquiler, que en España sigue teniendo poco peso a pesar de las sucesivas leyes en su apoyo.

---

<sup>134</sup> <https://www.agroptima.com/blog/ayudas-para-jovenes-agricultores-cuales-son-y-como-solicitarlas/>

<sup>135</sup> <http://www.asajacyl.com/modulo/?idboletin=2156&idseccion=12163&idarticulo=89908>

Hasta aquí sólo se ha considerado la incorporación tradicional a la agricultura, es decir, como titular o ayuda en la explotación familiar. Sin embargo, la realidad en el campo hoy es muy diferente y se constata la existencia de múltiples formas de cultivar, con frecuencia y, por lo tanto, mal recogidas por las estadísticas, encaminadas a superar los problemas del enorme fraccionamiento empresarial, entre las que destacan:

- El auge de las explotaciones agrarias bajo formas como las comunidades de bienes, las cooperativas o Sociedad Agraria de Transformación (SAT) de explotación de la tierra e incluso sociedades mercantiles. Suelen ser explotaciones de carácter familiar, resultado de la opción de no dividir las tierras, de mayor dimensión que la media y con mejores perspectivas de futuro y general son. En ellas se encuentran más personas jóvenes. En el Censo Agrario se recogen como explotaciones con titular persona jurídica y no se recoge información sobre las características de las personas que trabajan en ellas.
- En torno a la agricultura se han creado una serie de “sociedades de servicios” que se ocupan del cultivo de la tierra allá donde los titulares no lo hacen. Tienen origen muy diverso y abarcan desde secciones de cultivo en cooperativas, Cooperativas de Uso de Maquinaria Agrícola (CUMA), agricultores con buena maquinaria que se organizan para hacer las labores de otros agricultores con escasa dimensión o poca dedicación, etc. Esta realidad no se recoge en las estadísticas y, en buena medida, los activos que se incorporan por esta vía no son considerados agricultores ni pueden acogerse a las medidas de apoyo a la incorporación entre otras.
- La diversificación de la explotación mediante su apertura a nuevas actividades que permiten la utilización de recursos (turismo rural) y/o la elaboración de productos alimentarios artesanales y la venta más o menos en el radio corto (quesos, algunas conservas, vino,..) lo que permite aumentar el valor añadido y, por tanto, hacer viables explotaciones de menor dimensión económica.
- En parte coincidiendo con el punto anterior, la crisis económica y la mejora de las (tele) comunicaciones, ha favorecido la vuelta al pueblo de hijos y nietos de emigrantes, algunos mayores de 40 años, portadores de proyectos empresariales “atípicos”, algunos de los cuales pueden encajar en los proyectos de desarrollo rural. Por ejemplo, se incorporan en las fincas familiares, que están más o menos abandonadas, compatibilizando esta actividad con otras (dar clases, turismo rural, elaboraciones artesanales...).

- Aunque en España el fenómeno sea de menor extensión que en otros países como Francia o los Estados Unidos, la aparición de neo-rurales con escasa relación histórica con el medio rural o al menos este medio rural donde se instalan. No siempre son bienvenidos, y tampoco siempre consiguen adaptarse al medio o sacar adelante un negocio...
- También hay que incluir por ejemplo los intentos de ubicar inmigrantes en áreas despobladas, generalmente como asalariados en diversos negocios, entre otros la actividad agraria.

## 5. CONCLUSIONES: POR UNA POLÍTICA DEL SIGLO XXI

Como todas las políticas públicas, y mucho más las políticas de gasto público, las ayudas a la incorporación de jóvenes deberían ser objeto de evaluación periódica en busca de mayor eficacia y eficiencia. La Comisión Europea se ha incorporado desde hace años a esta dinámica pero el amplio margen de discrecionalidad dejado a los Estados Miembros (y en el caso español a las Comunidades Autónomas) para su implementación obliga a un análisis específico y profundo.

En este contexto, nos atreveríamos a proponer las siguientes pistas de reflexión para una política del siglo XXI:

- El modelo “banco de tierras” en Asturias es interesante. Permitiría también incorporar tierras comunales poco explotadas y facilitar por ejemplo los alquileres de otros “predios”. Exige una labor de extensión y apoyo continuada.
- Favorecer la emergencia de formas variadas de sociedades que faciliten que haya explotaciones más viables que inviten a quedarse. Por ejemplo, no deberían estar sistemáticamente penalizadas en los módulos fiscales (mientras existan) o el acceso a las ayudas.
- Considerar como actividad agraria a las “sociedades de servicios” y la actividad de tener maquinaria para trabajar para otros o en la cooperativa etc., lo que requeriría una revisión de los criterios recogidos en la reglamentación europea.
- Favorecer las instalaciones “coordinadas” o en grupo, en particular en los sectores ganaderos como el lácteo, para mejorar la calidad de vida y hacer más atractivo el oficio.
- Poner en coherencia y sinergia la política de instalación de jóvenes con la de fomento de los circuitos cortos, las ventas directas, los productos de calidad en los subsectores

en los que esto resulte pertinente. Partimos del supuesto que, en lo que se refiere al turismo rural, esta convergencia ya se debería haber producido.

- La formación profesional a las profesiones agrarias debe reforzarse y promocionarse como una salida laboral no solo en zonas rurales sino también urbanas. Hemos escrito “profesiones agrarias” en plural en el siglo XXI son múltiples los conocimientos necesarios y muy variadas las posibilidades laborales y profesionales. La poca atención en esta cuestión se refleja en la falta de análisis específico sobre la formación agraria y del fracaso escolar en ella.
- Se está produciendo en Francia, donde disponen de liceos agrarios y de una escuela de formación específica del profesorado (el ENFA), sobre el papel que pueden desempeñar una formación agraria de calidad en dar una segunda oportunidad a alumnos en dificultad en la enseñanza más tradicional y en la lucha contra la exclusión social en los guetos (las “cités”) urbanos.
- La escasa presencia de mujeres sugiere que sería interesante intensificar las políticas de apoyo, más allá de la posibilidad de un pequeño aumento en la subvención, se trata de hacer campañas y trabajo de extensión y animación para que de que la mujer se atreva a manejar maquinaria agrícola o a que asuma la dirección de la explotación, la participación en cooperativas, etc., viendo esta actividad como de máxima importancia, más allá de una ayuda a la estrategia familiar.



## Uma análise do Programa de Território Rural Vale do Rio Pardo/Rio Grande do Sul/Brasil: coesão e desafios

Taciane Lais da Silva

Universidade Federal de Santa Maria / Núcleo de Extensão em Des. Territorial do Vale do Rio Pardo  
tacianelaisdasilva@gmail.com

Marcos Botton Piccin

Universidade Federal de Santa Maria  
marcospiccin@gmail.com

### RESUMO

Desde 2003, o Governo brasileiro tem adotado o recorte territorial para a articulação de políticas públicas no meio rural. No Rio Grande do Sul o programa atinge o total de 18 territórios rurais. Em 2011, setores sociais e poder público se reuniram para formalizar a solicitação de criação do Pré-Território Vale do Rio Pardo ao Governo Federal. Realizada a demanda, a homologação pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário foi em janeiro de 2013. Porém, o território passou a ter uma delimitação geográfica que não era aquela pretendida pelas organizações que fizeram a demanda inicial, ocasionando desinteresse entre os representantes das entidades que haviam se articulado. Hoje, o Território em questão possui 28 municípios e duas subdivisões com realidades distintas com relação à produção, economia, cultura e por isso demonstram não ter coesão territorial. O artigo reflete os principais desafios enfrentados à mobilização dos atores sociais construírem demandas e planejamentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** território rural, coesão, mobilização, planejamento.

### 1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo trazer à tona a reflexão sobre os distintos processos de organização e coesão territorial no Território Vale do Rio Pardo. Pretende-se abordar os principais desafios enfrentados no que se refere à mobilização dos atores sociais em construírem demandas e planejamentos coletivos.

O território em questão foi criado por uma demanda de várias organizações sociais. Em 2011, diversos setores sociais e representações do poder público se reuniram para formalizar a solicitação de criação do Pré-território Vale do Rio Pardo ao Governo Federal. Realizada a demanda, a homologação pelo Governo Federal foi somente em janeiro de 2013. Porém o território passou a ter uma delimitação geográfica definida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que não era aquela pretendida pelas organizações que fizeram a demanda inicial. O recorte espacial do então criado território passou a incorporar outra região não pretendida inicialmente pelos demandantes: ao invés de somente a região conhecida como o Vale do Rio Pardo, o MDA incluiu também a região denominada de Alto da Serra do Botucaraí. Esse redesenho ocasionou um forte desinteresse entre os representantes das diversas entidades que haviam se articulado para demandar a criação de um Território, pois entendiam que não

possuíam características que refletissem a identidade e coesão social, cultural e territorial necessária.

Hoje, o Território em questão possui 28 municípios<sup>136</sup>, soma uma população de 429.236 habitantes e apresenta área total de 12.790,21 km<sup>2</sup> e possui duas subdivisões com realidades bem distintas com relação à produção, economia, cultura e por isso demonstram não ter coesão territorial. No entanto, se organizam dentro de um mesmo Território que possui as mesmas instâncias de governança, como núcleo diretivo, câmara técnica e comitês setoriais.

No intuito de fortalecer e dar suporte à organização e articulação das políticas públicas para agricultura familiar, o MDA lançou em 2014 uma chamada pública para criação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs). O objetivo foi o de contratar por 02 anos uma assessoria para área de inclusão produtiva e gestão social, em parceria com as universidades públicas. O principal desafio do NEDET é trabalhar as temáticas do desenvolvimento sustentável em meio a essa dificuldade de coesão territorial entre os atores que compõem o Território em questão. Os dados a serem analisados neste artigo foram coletados a partir da observação direta no trabalho de assessoria prestada ao Território Vale do Rio Pardo, uma vez que a primeira autora compõe a referida assessoria. A ferramenta metodológica para colher os dados empíricos foi a denominada matriz Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA), balizada sobre as quatro Dimensões da Sustentabilidade – 1. Socioeconômica, 2. Sociocultural e Educacional, 3. Político Institucional e 4. Ambiental. Além disso, outros dados primários foram coletados na realização de reuniões com os atores sociais para discutir a proposta e articular a mobilização das entidades, sociedade civil e poder público. Os encontros microrregionais têm por principal intuito diagnosticar, organizar e sistematizar dados para construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Na sequência iremos discutir alguns resultados deste trabalho de mobilização, bem como, os principais entraves e desafios a serem abordados.

## **2. A PROBLEMÁTICA DA COESÃO NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO**

Ao longo da década de 1990, os movimentos sociais do campo brasileiro difundiram a pauta de melhores condições de qualidade de vida. Esta reivindicação histórica tinha como objetivo principal aumentar as chances de permanência dos agricultores no meio rural. Por outro

---

<sup>136</sup> São eles: Alto Alegre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Campos Borges, Candelária, Ernestina, Espumoso, Fontoura Xavier, Gramado Xavier, Herveiras, Ibirapuitã, Itapuca, Mato Leitão, Mormaço, Nicolau Vergueiro, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, São José do Herval, Sinimbu, Soledade, Tio Hugo, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires, Vera Cruz e Victor Graeff.

lado, estudiosos acompanhavam este processo da conquista de direitos em outras experiências internacionais que se encontravam na fase de implementação com um enfoque distinto daquele estritamente setorial. Tal contexto, em convergência com a alteração do governo em nível nacional em 2003, com o mandato do Presidente Lula, foram promovidas mudanças na agenda de governo em torno dos desafios ao desenvolvimento dos territórios, com políticas públicas de forte caráter social (Silva, 2015).

Desde então o governo brasileiro tem adotado o recorte territorial, relacionado a concepção de desenvolvimento com a inclusão produtiva para a articulação de políticas públicas destinadas ao meio rural. A política agrícola para a agricultura familiar foi fortalecida com a criação da Secretária de Desenvolvimento Territorial (SDT) junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que passou a trabalhar especificamente com a promoção da política de Territórios Rurais no Brasil. Nesse sentido, um dos principais programas criados foi o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) implementado por meio da criação de Territórios Rurais de Identidade em todas as regiões do país. O objetivo era promover o protagonismo dos atores sociais para a governança do desenvolvimento de seus territórios e para potencializar os impactos e os resultados (Delgado & Leite, 2015). Hoje, no Rio Grande do Sul são 18 territórios rurais, o programa atinge mais de 80% do território do estado (MDA, 2014).

O programa de Territórios visa ser um espaço que vai além da delimitação geográfica, devendo colocar em evidência a participação social e a intersetorialidade na estruturação, no desempenho e na proposição de políticas públicas (MDA, 2015). No caso do Território Vale do Rio Pardo, com realidades divergentes, não estão conseguindo unificar pautas e planos aglutinadores no que se refere a realidade produtiva, cultural e social.

Isso está muito relacionado com questões de identidade, pois Saquet (2007, p.147) explica que esta “tem sido tratada de diferentes maneiras em estudos do território, especialmente, como continuidades históricos-culturais, simbólicas, inerentes à vida de um certo grupo social em determinado lugar”. Este fato é comum de ser observado nas Assembleias do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), por exemplo, em falas como: “*Somos regiões muito diferentes por isso não avança a conversa*”. Além disso, os atores que compõem o território ainda reclamam do pouco compromisso dos poderes Executivos, como no seguinte trecho da fala de um dos participantes: “*exigimos o comprometimento das esferas estaduais e nacionais nas decisões discutidas na base, no território*” (ATA, 2015, p.1). O que nos leva a identificar o forte descontentamento dos atores com relação às decisões deliberadas

por instâncias federais, que parecem desconhecer a realidade local. A consequência destes atos governamentais acaba se refletindo de forma negativa, no sentido de algumas entidades sentirem-se deslegitimadas, como afirma um dos integrantes do CODETER, “*este espaço de discussões e decisões precisa ser respeitado por instâncias superiores*”.

Estes fatos levaram a equipe do NEDET a utilizar a estratégia de divisão dos agentes em plenárias microrregionais. Para contemplar a demanda das entidades, utilizou-se da divisão em duas macrorregionais: uma do Norte e outra do Sul do Território, subdivididas 07 microrregiões que mais dialogam em suas semelhanças e proximidades, isto para proporcionar maior integração entre essas duas regiões. Percebe-se a divergência de interesses sobre o que se entende como desenvolvimento rural. É importante considerar que a região Sul do atual Território é fortemente baseada na Agricultura Familiar e Camponesa e tem sua base produtiva principalmente voltada para a cultura do tabaco e seu sistema integrado às empresas fumageiras. Já na região Norte, a cultura agrícola predominante é a soja, mesmo entre os agricultores familiares.

Além disso, a distância física tem sido considerada outro fator que dificulta a articulação das instâncias de governança e participação nos espaços de discussão. Como exalta um dos atores, na reunião do Território: “*nós não vamos nos deslocar lá de cima... isso dá três horas de viagem*”. Devido a este limitante, em uma assembleia em outubro de 2015 o CODETER deliberou que teriam núcleos diretivos separados, para respeitar as especificidades e facilitar os encontros do grupo para pensar as diretrizes do desenvolvimento territorial. Aprovou-se também a criação de duas instâncias de governança, dois Núcleos Diretivo, um para coordenar à região Norte e outro a região Sul dentro de um mesmo Território. Além disso, definiu-se que seria submetido ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) e posteriormente ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) um documento formal solicitando a homologação da divisão do Território Vale do Rio Pardo. Desde então, na prática, o NEDET está assessorando “dois” Territórios independentes, mesmo que seja considerado formalmente pela política pública como apenas um Território.

Contudo, a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Território Vale do Rio Pardo tem oportunizado a todos os atores sociais a se desafiarem a pensar coletivamente. Ainda existe resistência por parte de alguns atores em fazer esta discussão. Como expressa o representante de uma Cooperativa durante a plenária microrregional onde se aplicava a ferramenta matriz FOFA: “*nós já construímos esse plano e passamos por todo esse processo, agora temos que fazer de novo, por causa dessas decisões*

*de cima para baixo*”. O que esse representante se refere é com relação à criação do Território desconsiderando as características da região e discussão existente na base.

Neste sentido, caracteriza certo descrédito na construção coletiva de planejamentos, pois nos resultados analisados da matriz FOFA observa-se com clareza a diferença de compressão sobre o modelo de produção e os planos para o desenvolvimento do meio rural. Na região Norte, por exemplo, nas plenárias os atores sociais desta região colocaram em prioridade questões como segurança no meio rural, melhor qualidade da energia elétrica e turismo rural. O planejamento na região Sul, por ter mais organizações da sociedade civil, bem como, um histórico de mobilização social mais avançado, apontou como prioridade questões como educação do campo, agroindústrias familiares e comercialização de produtos proveniente dos agricultores familiares. Em consequência desta falta de coesão acontecem embates inconciliáveis, o que nos remete à importância e impacto da ação governamental neste processo. Como consequência, ao invés de articular, pode desarticular a perspectiva de construção das políticas públicas no Território.

### **3. QUAL SERÁ O FUTURO DO TERRITÓRIO VALE DO RIO PARTO?**

A estratégia de adoção do recorte territorial para articulação de políticas públicas no Brasil com intuito de chegar até a população menos favorecida e empobrecida vem se mostrando uma boa opção para as entidades e atores sociais dialogarem. Mas a ação governamental neste caso do Território Vale do Rio Pardo, em que pese a importância do estímulo ao debate e empoderamento dos agentes sociais, parece que contribuiu para expor as gritantes diferenças regionais e menos para criar consensos e acordos sobre determinadas políticas de desenvolvimento rural. Conclui-se que a observação da identidade e coesão dos atores envolvidos é fundamental para criar um Território, assim como uma longa bibliografia especializada já tem apontado.

A estratégia proposta pelo NEDET de separar as duas regiões como se na prática fossem dois territórios tem sido bem aceita pelos atores sociais. As microrregiões conseguem se desafiar e pensar para além das suas delimitações geográficas dos municípios envolvidos. A oportunidade, criada pelo trabalho do NEDET, de reunião destes atores sociais, para que possam discutir e analisar a realidade da Agricultura Familiar em suas microrregiões e, ao mesmo tempo, visualizar alternativas comuns e compartilhadas, tem se mostrado um espaço novo e singular, capaz de gerar novas perspectivas e novas formas de articulação, tanto de

políticas públicas, quanto de iniciativas de entidades e organizações ligadas a este setor, as quais serão, certamente, mais identificadas e adequadas a suas respectivas realidades.

O principal desafio do NEDET neste contexto será o de possibilitar a visualização dos sonhos e, ao mesmo tempo, de desafiar e unir diferentes segmentos para estimular a construção de um desenvolvimento territorial rural sustentável.

Nos preocupa também o fato da instabilidade institucional que vive o Brasil hoje. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável por toda a política de Territórios rurais, foi extinto pelo atual Governo Interino de Michel Temer, que assumiu a Presidência da República devido a um Golpe parlamentar que afastou a Presidente Dilma. O fim do MDA representará o fim da política ou a diminuição da importância dos Territórios rurais como política pública?

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) (2015). Perfil Territorial. Elaboração: CGMA.
- Delgado, N. & Leite, S. (2015). O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. In C. Grisa & S. Schneider, *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- MDA [2016, 30 de junho]. Rio Grande do Sul homologa 11 novos territórios rurais. Disponível em <http://www.mda.gov.br/portalmda/noticias/riograndedosulhomologa11novosterrit%C3%B3rios-rurais#sthash.xqcuWwhy.dpuf>.
- Saquet, M. (2007). A identidade como Unidade Processual Relacional e Mediação no Desenvolvimento do e no Território. In M. Saquet, *Abordagens e Concepções de Território*. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Silva Junior, J. (2015). Desafios e Perspectivas do Programa Territórios da Cidadania: o caso do Território da Cidadania Vale do Ribeira. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental) Universidade de São Paulo.
- Território Vale do Rio Pardo [2016, 30 de maio]. Abrangência. Disponível em <http://territoriovrp.com.br/sobre-o-territoriovrp/abrangencia>.
- Território Vale do Rio Pardo [2016, 05 de junho]. ATA 03/2015. Disponível em [http://territoriovrp.com.br/wp-content/uploads/2016/04/Ata\\_assembleiaTVRP\\_15\\_10\\_2015.pdf](http://territoriovrp.com.br/wp-content/uploads/2016/04/Ata_assembleiaTVRP_15_10_2015.pdf).

## Políticas públicas e pagamento por serviços ambientais: uma análise do Projeto Conservador das Águas em Extrema/MG – Brasil

Luísa Amélia Paseto

Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP

luisa.paseto@feagri.unicamp.br

Milla Reis de Alcântara

Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP

Marco Túlio Ospina Patino

Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP

### RESUMO

Este estudo analisa a pós-implantação do mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), na cidade de Extrema/MG (Brasil), considerando-se como as dimensões produtivas e sociais afetaram o desenvolvimento local e a sinergia dos *stakeholders*. Nas Políticas Públicas ações de comando e controle, perdem sentido e novas formas se tornam relevantes, como é o caso das ações de prevenção e preservação do PSA. Objetivou-se desta forma, entender e definir as situações de interdependência dos *stakeholders* ao sucesso da ação coletiva implantada. A hipótese direcionadora foi responder se um conjunto de regras e normas, aplicadas por um grupo de indivíduos, pode reorganizar atividades. Em 2013, o projeto alcançou 144 contratos assinados, 5.204 hectares com algum tipo de ação de conservação, indicando mudanças culturais no viver e conviver dos proprietários rurais, que agora são produtores e conservadores da água, além de um novo modelo para produção de leite (áreas menores e gado confinado). São maiores os impactos sobre o agricultor familiar, causando alterações na constituição da renda total e mudança no uso do solo, porém a preocupação ambiental é preponderante para a adesão, bem mais do que o valor recebido do PSA.

**PALAVRAS-CHAVE:** empreendedorismo, governança, desenvolvimento sustentável.

### 1. INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade observa-se a importância de uma mudança cultural, nas políticas públicas agrícolas brasileiras. A introdução de mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), aos proprietários rurais, é um incentivo financeiro para o estímulo ao desenvolvimento de uma nova atividade econômica (diversidade de fontes de renda).

A estratégia de valoração e pagamento pelo serviço de prevenção e conservação ambiental, aos proprietários rurais, tem contribuído potencialmente para o fortalecimento da preservação dos recursos naturais nas atividades relativas a agricultura, além da criação de outras rendas.

O projeto Conservador das Águas, referência brasileira em PSA implantado em Extrema, Minas Gerais, significa uma mudança de conceitos em políticas públicas, na medida em que o projeto permite a evolução do produtor rural, do conceito poluidor pagador/usuário pagador, para o conceito do provedor recebedor/conservador das águas.

Apesar do objetivo central do mecanismo de PSA ser a manutenção ou provisão dos serviços ambientais (Pagiola *et al.*, 2005; Wunder, 2013), a implementação deste mecanismo

por meio de políticas públicas afeta diferentes dimensões do mundo rural, pois estabelece novas inter-relações entre atores quando se operacionaliza em um instrumento econômico.

De maneira geral o objetivo deste estudo foi entender as situações de interdependência de atores participantes, ao sucesso da ação coletiva implantada e definir como um conjunto de regras e normas de políticas públicas, efetivamente aplicadas por um grupo de indivíduos pode reorganizar suas atividades. Uma hipótese para este artigo é de que o PSA, tem maiores impactos sobre o agricultor familiar e vem causando alterações na consecução de sua atividade e conseqüentemente sua renda.

Existem ainda poucas abordagens sobre política pública ambiental no Brasil, principalmente que apresente uma descrição geral dos instrumentos econômicos utilizados em termos de sua efetividade.

Na economia Sachs (2007) alerta que o Estado é incapaz de enfrentar a diversidade do potencial das necessidades das cidades sem que haja uma mudança nos conceitos de política pública, deixando para trás o cunho assistencialista e privilegiando a capacitação e a delegação no sentido de se criar estratégias de desenvolvimento sustentável para cidades/comunidades autossuficientes.

Diz Sachs (2007): “As estratégias de transição devem, simultaneamente, modular a demanda por meio de mudanças nos estilos de vida, nos padrões de consumo e nas funções produtivas, mediante a incorporação de técnicas ambientalmente adequadas e fazendo as escolhas locais corretas”.

## **2. O DIREITO E O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NO BRASIL**

Segundo o Projeto de Lei sobre Política Nacional dos Serviços Ambientais e o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (ANA), no Brasil, pagamento por serviços ambientais “é a retribuição, monetária ou não, às atividades humanas de restabelecimento, recuperação, manutenção e melhoria dos ecossistemas que geram serviços ambientais e que estejam amparadas por planos e programas específicos”.

Em Extrema, a decisão foi incentivar economicamente os proprietários que ainda tinham áreas de floresta nativas para que as mantivessem ou recuperassem áreas degradadas, inclusive as matas ciliares por meio de reflorestamentos e atividades de preservação de vegetação protetora de nascentes córregos, riachos e rios, ou, ainda, trocassem a atividade produtora de gado leiteiro pela atividade de preservação do meio ambiente, permitindo de forma transversal



o cumprimento da Lei Federal nº 4771 de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal) com a redação dada pela Medida Provisória nº 2661-67./2001.

### **3. IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA NA CONSERVAÇÃO DAS ÁGUAS EM MINAS GERAIS**

Vale lembrar que o projeto “Conservador das Águas”, em MG, reúne as principais nascentes e mananciais de água que formam o Sistema Cantareira, que abastece a bacia do PCJ – Piracicaba, Capivari e Jundiá, localizado no Estado de São Paulo. O Rio Jaguari é o principal abastecedor deste sistema e responsável atualmente por 50% do abastecimento de água produzida para a cidade de São Paulo e cerca de 90% do abastecimento de água para a cidade de Campinas.

Todas as nascentes formadoras do Rio Jaguari, no entanto, estão localizadas no Estado de Minas Gerais, sendo ele o principal manancial do Sistema Cantareira; um colapso neste sistema representa o desabastecimento e a importação de água para a cidade de São Paulo, gerando altos custos na captação e distribuição, conforme os observados na estiagem de 2014/2015.

O projeto “Conservador das Águas” de Extrema é pioneiro no Brasil e faz parte do Programa “Produtor de Água” concebido em âmbito federal pela Agência Nacional de Águas (ANA); baseando-se no princípio do “Pagamento por Serviços Ambientais” (PSA), pelo qual os proprietários de terras na qual se localizam mananciais de abastecimento de água recebem um pagamento pela preservação do local, espécie de incentivo econômico que permite que estes proprietários rurais adotarem práticas sustentáveis de produção alterando o tipo de produção econômica adotada anteriormente para a de “produtores e conservadores de água”.

A Lei Municipal 2.100, de 21 de dezembro de 2005, criou o Projeto Conservador das Águas, tornando-se a primeira legislação municipal no país a regulamentar o PSA para a conservação da água. A Lei objetiva: aumentar a cobertura vegetal em sub-bacias hidrográficas; implantar corredores ecológicos; reduzir os níveis de poluição difusa rural; difundir o conceito de manejo integrado de vegetação, solo e água; e, garantir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental das práticas implantadas.

A Lei permite o apoio financeiro aos proprietários rurais que cumpram metas de adequação ambiental, que significa o cumprimento de todas as regulamentações estabelecidas pelo código florestal brasileiro, Lei federal nº 12.651/2012 que estabelece as áreas de preservação permanente (APP) e a proporção do imóvel a ser destinada a reserva legal (RL).

O valor pago aos proprietários por hectare é recebido relativamente ao tamanho da propriedade de forma direta e mensal, definidos em 100 Unidades Fiscais de Extrema, equivalente em 2010 a aproximadamente US\$ 90,00/ha (Pereira, 2013). A operacionalização é de responsabilidade da prefeitura municipal e as parcerias com diferentes setores da sociedade são firmadas para a execução das ações, sempre com adesão voluntária pelos proprietários.

#### **4. DESENVOLVIMENTO CONTEMPORÂNEO SUSTENTÁVEL**

Buscando responder à demanda de desenvolvimento contemporâneo para a sustentabilidade, o estudo de caso Projeto Conservador das Águas, conta com o monitoramento da paisagem para abranger a dimensão social e o monitoramento da biodiversidade, refletindo a percepção e expectativas de todos os atores sociais em relação aos bens, serviços e externalidades da paisagem.

Entende-se externalidades da paisagem como água, moderação climática, proteção do solo e nutrientes, biodiversidade e por fim não menos importantes os valores estéticos, culturais e espirituais de um povo e de uma região.

Ao incluir a opinião dos diferentes atores e agentes sociais na avaliação e desenvolvimento das atividades de conservação, estimula-se e incentiva-se o senso crítico, contribuindo mais facilmente para a fiscalização e controle do modelo de desenvolvimento local, bem como a sensibilização para o papel de replicador e multiplicador das práticas de mudança e controle conservacionista entre agentes.

Ao buscar compreender melhor a arena dos agentes sociais e stakeholders à ação coletiva, encontra-se base nos estudos de Emily Ostron (1997) segundo a qual, para atender situações de interdependência de atores heterogêneos, a ação coletiva é implantada com o uso de instituições definidas, como um conjunto de regras e normas efetivamente aplicadas por um grupo de indivíduos para organizar suas atividades.

A ação coletiva no caso Conservador das Águas, dependeu da capacidade de elaboração e adaptação das regras comuns, cuja institucionalização dentro do grupo constituiu-se em uma incitação a cooperação e ou compartilhamento entre os atores envolvidos.

Deve-se observar que neste modelo considera-se ainda sanções para aqueles atores que desconsideram o princípio da cooperação e da confiança. No caso de análise de políticas ambientais é muito importante a correta identificação das fronteiras do ecossistema em que se envolve o projeto.

## 5. RESULTADOS

Carneiro, 2012 descreve a cidade de Extrema/MG, como um espaço propício a “ruralidades contemporâneas”, ou seja, local que permite a reestruturação dos elementos da cultura local mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas, que se verificam nas ações de apropriação dos bens materiais e simbólicos. Até 2007, 62% do solo era ocupado por pasto e criação extensiva de gado leiteiro.

Os resultados do PSA são bastante significativos: 50 nascentes protegidas; 150 hectares de matas ciliares protegidas; 280 hectares de matas de topo protegidas; 300 hectares de Reserva Legal averbados; 5204 hectares de solos conservados; 144 propriedades com práticas adequadas de saneamento ambiental, e em 2009 Joanópolis/SP e Nazaré Paulista/SP, duas cidades de entorno, aderiram ao PSA (EXTREMA, 2013).

O projeto parcialmente vem provocando alteração na ocupação e no uso do solo das propriedades rurais levando a uma recomposição de influências na renda familiar. O recebimento por serviço ambiental prestado, no valor de aproximadamente US\$ 90,00/ha ao mês, em 2010/2013, ainda não reflete como fator de impacto positivo, mas tem forte influência na formação de renda não agrícola para os proprietários. O arrendamento do pasto, área alterada após a adesão ao projeto, equivale a aproximadamente US\$ 10,00 por cabeça ao mês (EXTREMA, 2013).

Assim produtor rural cria renda com o ganho como preservador e conservador de água, pela proteção dos mananciais em sua propriedade e também pela alteração para a criação confinada de gado leiteiro, além de agregar valor ao produto (leite), pago pelas industriais alimentícias instaladas no entorno de Extrema.

De modo geral, os proprietários rurais aderiram ao PSA muito mais para contribuir com a conservação ambiental, o que representa o interesse em proteger os cursos d'água, como córregos e nascentes e fragmentos florestais chamados de “matas”, do que pelo valor financeiro.

Zanella (2011), estudando o projeto Conservador das Águas, identificou o acesso à informação e a preocupação ambiental dos participantes como os principais fatores que influenciaram a adesão dos proprietários, mais do que o valor do pagamento.

Pelas respostas apresentadas pelos proprietários rurais, o projeto Conservador das Águas goza de certa credibilidade junto aos participantes, se por um lado isto demonstra certo sucesso do mecanismo no sentido de adesão e de aumento de fragmentos florestais, ainda não foi uma proposta bem aceita pelos agricultores familiares, limitando a multiplicação do comportamento

favorável a uma perspectiva de desenvolvimento rural fundada na valorização da multifuncionalidade da agricultura.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- Carneiro, M. J. (2012). Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In M.J. Carneiro, *Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*, (23-50), Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ.
- Constituição Federal (2011). Cap. VI do Meio Ambiente, n.º 225. (acesso em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm), 21 junho 2011).
- Extrema (Cidade) (2013). Prefeitura Municipal. Conservador das Águas: 8 anos.
- Ostrom, E. (1997 e 1998). A behavioral approach to the rational choice of collective action. *American Political Science Review*, 92 (1).
- Pagiola, S.; Carrascosa, H. V.; Tafarello, D. (2013). Introdução. In S. Pagiola, H.V. Carrascosa & D. Tafarello, *Experiências de pagamento por serviços ambientais no Brasil*, (17-27), São Paulo: SMA - SP/CBRN.
- Pereira, P.H. (2013). Projeto Conservador das Águas - Extrema. In S. Pagiola, H.V. Carrascosa & D. Tafarello, *Experiências de pagamento por serviços ambientais no Brasil*, (29-40), São Paulo: SMA - SP/CBRN.
- Sachs, I. (2007). *Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e pratica do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez.
- Wunder, S. (2013). When payments for environmental services will work for conservation. *Conservation Letters*, 6 (4), July/August, 230-237.
- Zanella, M.A. (2011). *Why do farmers Join Payment for Environmental Services (PES) schemes? An assessment of PES-Water Project Participation in Brazil*. Thesis (Erasmus Mundus International Master of Science in Rural Development) - Faculty of Agriculture and Horticulture, Humboldt University of Berlin, Berlin.

## Políticas públicas para a redução da pobreza nas áreas rurais do Semiárido Brasileiro

Marta Maria Aguiar Sisnando Silva

Banco do Nordeste do Brasil

marta\_aguiar8@hotmail.com

Patricia Verônica Pinheiro Sales Lima

Universidade Federal do Ceará

pvpslima@gmail.com

Eliane Pinheiro de Sousa

Universidade Regional do Cariri

pinheiroeliane@hotmail.com

Leonardo Andrade Rocha

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

leonardoandrocha@yahoo.com.br

### RESUMO

O Semiárido Brasileiro (SAB) é a região mais pobre do país e a mais vulnerável às secas. Este artigo objetiva analisar as políticas públicas do governo federal e a sua contribuição para reduzir a pobreza nas áreas rurais do SAB na última década. Assim, foram realizadas pesquisas documental e bibliográfica. Buscou-se caracterizar as principais políticas implementadas quanto ao objetivo, público alvo e resultados obtidos. Observou-se que as políticas de geração de oportunidades de emprego e renda e as transferências de renda encontram-se associadas a outras com impactos indiretos na redução da pobreza, o que não permite atribuir a uma política “A” ou “B”, o mérito de conter o avanço no número de pobres. A superação da pobreza na região transcende as transferências governamentais de renda condicionada (Bolsa Família) e requer políticas estruturantes. Dada a vulnerabilidade às secas, é preocupante a escassez de políticas voltadas para a criação de capacidade adaptativa nas áreas rurais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Semiárido, Políticas Públicas, Pobreza.

### 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos houve um grande aporte de recursos em políticas e programas voltados para a redução da pobreza no Brasil. De um modo geral, o Semiárido Brasileiro (SAB), região mais pobre e mais vulnerável às secas do país, foi positivamente afetado por tais intervenções. No entanto, segundo Bacelar (2012) ainda se enfrenta seis problemas muito sérios na região, os quais impedem maiores avanços na redução da pobreza: 1) acesso à educação básica de qualidade; 2) fragilidade da infraestrutura econômica; 3) desigualdades na estrutura fundiária; 4) sistema tributário pesado (composição da carga tributária); 5) sistema de inovação deficitário e 6) consciência ambiental insuficiente.

Nota-se a persistência de uma histórica desarticulação entre demandas sociais e políticas públicas a qual conduziu a região a disparidades graves (Silva & Lima, 2015). Neste contexto é importante identificar quais políticas foram efetivas, se as ações implementadas contemplam de fato as necessidades locais ou se há sobreposição de ações. Assim, o objetivo deste artigo é

analisar as políticas públicas do governo federal e a sua contribuição para reduzir a pobreza nas áreas rurais do Semiárido Brasileiro.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O levantamento das principais políticas para redução da pobreza no semiárido foi realizado a partir de consultas a documentos públicos, sites dos ministérios vinculados ao governo federal, periódicos científicos, bancos de dissertações e teses. Optou-se por um recorte de políticas federais, haja vista que o SAB abrange 9 estados brasileiros e 1.133 municípios, o que tornaria inviável a inclusão de intervenções estaduais e municipais.

As informações coletadas foram sistematizadas e analisadas de modo a caracterizar cada política quanto ao objetivo, público alvo e resultados obtidos. Considerando-se que algumas das intervenções apresentam avaliações de impactos, em alguns casos o artigo traz, também, o resultado da avaliação.

## 3. RESULTADOS

Rocha e Albuquerque (2004) defendem que tão importante quanto a implementação de políticas públicas de combate à pobreza, é a necessidade de compatibilizá-las, articulá-las e integrá-las, de maneira a evitar sobreposição de ações, inconsistências, desencontros, falta de objetivos claros e desperdício de recursos. Percebe-se que as políticas de redução de pobreza via geração de oportunidades de emprego e renda (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa de Aquisição de Alimentos, Microcrédito Orientado - CREDIAMGO e AGROAMIGO), e ainda, as transferências de renda (Programa Bolsa Família) encontram-se associadas a outras, cujo impacto é indireto. Caso do Programa um Milhão de Cisternas, Mais Educação, Luz para todos, Água para todos, Garantia Safra. O Quadro 1 apresenta uma síntese de três das principais políticas com impactos na redução da pobreza no SAB e a sua integração com outras políticas.

**Quadro 1. Programas e políticas públicas de superação da pobreza no Semiárido Brasileiro**

<b>Políticas Públicas</b> (Ano Implementação/ Órgão Gestor)	<b>Objetivo</b>	<b>Público Alvo</b>	<b>Ações</b>	<b>Resultados Alcançados</b>	<b>Integração com Outras Políticas</b>
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA(2004/ MDS) Conforme: MDS (2014) e PNUD (2013)	Reduzir a pobreza por meio da transferência direta de renda com condicionalidades na área de saúde e educação.	Brasileiros de famílias pobres (renda mensal por pessoa entre R\$ 77,01 e R\$ 154) e extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 77).	Ações principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.	- Redução da desigualdade social de 15 a 20%. - Aquecimento da economia, pois o dinheiro pago aos beneficiários volta aos cofres públicos via impostos. A cada real adicional gasto no Bolsa Família estima-se um crescimento de 1,78 reais no PIB. - A pobreza e a extrema pobreza somadas caíram de 23,9% para 9,6% da população. - 145 mil agricultores familiares que recebem Bolsa Família fornecem produtos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).	- Plano Brasil Sem Miséria. - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). - Alfabetização de Adultos e Educação Integral. - Mais Educação - Saúde na Escola - Programa Segurança Alimentar e Nutricional - Atenção Básica a Saúde. - Luz para Todos.

**Quadro 1. Programas e políticas públicas de superação da pobreza no Semiárido Brasileiro (continuação)**

<b>Políticas Públicas</b> (Ano Implementação/ Órgão Gestor)	<b>Objetivo</b>	<b>Público Alvo</b>	<b>Ações</b>	<b>Resultados Alcançados</b>	<b>Integração com Outras Políticas</b>
<b>PROGRAMA CREDIAMIIGO (2003/BNB)</b> Conforme: BNB (2014)	Contribuir para o desenvolvimento do setor microempresarial mediante a oferta de serviços financeiros e de orientação empresarial, de forma sustentável, oportuna e de fácil acesso, assegurando novas oportunidades de ocupação e renda no Brasil.	Os clientes do Crediamiigo são pessoas que trabalham por conta própria, empreendedores individuais ou reunidos em grupos solidários que atuam nos setores informal ou formal da economia.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ações rápidas e sem burocracia na concessão de créditos em grupo solidário ou individual.</li> <li>- Oferece aos empreendedores acompanhamento e orientação para melhor aplicação do recurso, a fim de integrá-los de maneira competitiva ao mercado.</li> <li>- Abertura de conta corrente para seus clientes, sem cobrar taxa de abertura e manutenção de conta, com o objetivo de facilitar o recebimento e movimentação do crédito.</li> <li>- E ferramenta no combate à pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 2013, realizou 2,8 milhões de operações e emprestou R\$ 3,4 bilhões no Programa Crescer. Isso mostra a força do Crediamiigo como parceiro do Governo Federal na nessa importante política para o nosso país.</li> <li>- No 1º semestre de 2014, foram concedidos R\$ 3,3 bilhões, que correspondem a 69,4% do volume total de operações de curto prazo e representam expansão de 24,5% em comparação ao primeiro semestre de 2013.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Crediamiigo faz parte do Crescer - Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal - uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre.</li> <li>- Bolsa Família.</li> </ul>



**Quadro 1. Programas e políticas públicas de superação da pobreza no Semiárido Brasileiro (continuação)**

Políticas Públicas (Ano Implementação/ Órgão Gestor)	Objetivo	Público Alvo	Ações	Resultados Alcançados	Integração com Outras Políticas
PROGRAMA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR Conforme: BNB (2013) Institucionalizado em 28/07/1996, mas só a partir de 1997, passou a operar de forma integrada em todo território nacional.  Gestores: Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), agrupados em básicos (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) e vinculados (BNDES, Bancoob, Bansicredi e associados à Febraban).	Fortalecer as atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares.	Agricultores e produtores rurais familiares que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP); Agricultores e produtores rurais familiares que atendam às exigências previstas no item anterior e que sejam: - Pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais; - Agricultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e explorem área não superior a 2 hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m <sup>3</sup> de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede; ou Silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes. - Agricultores e produtores rurais familiares que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da DAP.	- Viabilizar o crédito aos agricultores familiares; - Fornecer orientação técnica a quem capta o crédito.	- O Relatório de Gestão 2013 do Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Fundos regionais e Incentivos Fiscais e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SFRI- SUDENE/MI) reporta que através do BNB, os recursos emprestados aos colonos e assentados da reforma agrária, enquadrados no Grupo A do PRONAF foram R\$ 45,2 milhões representando 1,8% do total contratado e 0,3% do número de beneficiários do programa como um todo. Aos demais grupos destinaram-se recursos de 19,4% do total de aplicações do FNE no ano de 2013.	- Brasil Sem Miséria - Bolsa Família.

#### 4. CONCLUSÕES

É incontestável a redução da pobreza no SAB na última década. No entanto, superação da pobreza transcende as transferências governamentais de renda condicionada (Bolsa Família) e requer políticas estruturantes de longo prazo. No contexto estudado, é importante a integração das políticas e das instituições governamentais, não-governamentais e sociedade. Por fim, considerando-se a vulnerabilidade às secas no SAB, é preocupante a escassez de políticas públicas voltadas para a criação de capacidade adaptativa entre a população rural. Tais políticas estão sendo implementadas de forma lenta na região, sendo o principal exemplo o Programa 1 Milhão de Cisternas, cujo objetivo é atender uma necessidade básica da população rural: água para beber.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bacelar, T. (2012). Desenvolvimento nacional e inclusão socioprodutiva. In C. Miranda & B. Tibúrcio (Orgs.), *Estratégias de inclusão socioprodutiva: VI Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial*. Brasília, (15-31), IICA.
- BNB - Banco do Nordeste do Brasil (2013). *Relatório 2013. Programas de microfinanças do Banco do Nordeste*. (Acesso em [http://www.bnb.gov.br/documents/22492/23742/RELA\\_TORIO\\_Anuar\\_2013.pdf/785bc73c-7760-4ded-a924-8801e6d8e2ce](http://www.bnb.gov.br/documents/22492/23742/RELA_TORIO_Anuar_2013.pdf/785bc73c-7760-4ded-a924-8801e6d8e2ce), 30 dezembro 2014).
- BNB - Banco do Nordeste do Brasil (2014). *Crediamigo – Apresentação*. (Acesso em <http://bnb.gov.br/conheca-o-crediamigo>, 30 dezembro 2014).
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2014). *Plano Brasil sem miséria: junho de 2011 a junho de 2014*. (Acesso em [http://www.mds.gov.br/documentos/Caderno%20de%20Graficos%20BSM%20-%203%20anos%20-%2020102014%20-%20SEMMARCAS%20e%20sem%20textos\\_grafica.pdf](http://www.mds.gov.br/documentos/Caderno%20de%20Graficos%20BSM%20-%203%20anos%20-%2020102014%20-%20SEMMARCAS%20e%20sem%20textos_grafica.pdf), 29 dezembro 2014).
- Silva, M.M.A.S. & Lima, P.V.P.S. (2015). Indicadores Educacionais e de Renda e sua Relação com Pobreza e indigência no Semiárido Brasileiro. *Revista Econômica do Nordeste*, 46, 117-132.
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). *Reduzir a mortalidade na infância*. (Acesso em <http://www.pnud.org.br/ODM4.aspx>, 21 novembro 2015).
- Rocha, S. & Albuquerque, R.C. (2004). Geografia da pobreza extrema e vulnerabilidade à fome. In J.P.R.Velloso & R.C. Albuquerque (Orgs.), *A nova geografia da fome e da pobreza*, (27-77), Rio de Janeiro: José Olympio.

## **Extensão rural brasileira: uma análise de sua política a partir de um assentamento rural**

Marina de Sá Costa Lima

Feagri / Unicamp

marina.scl@gmail.com

Maria Angela Fagnani

Feagri / Unicamp

angela@feagri.unicamp.br

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Feagri/Unicamp

sonia@feagri.unicamp.br

### **RESUMO**

A implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER tem propiciado indagações teóricas e práticas que se revelam ao tratar das mudanças socioeconômicas e ambientais e que vem concorrendo para a compreensão da relação entre os atores sociais nos assentamentos rurais. O propósito deste artigo é registrar partes deste processo e identificar alguns desafios que ainda precisam ser enfrentados. O estudo foi realizado no assentamento Pitanga, na Zona da Mata-Norte de Pernambuco. A região é de longa história de resistência coletiva concentrando fortes conflitos pela terra, com o maior número de ocupações, dentre elas Pitanga, em 1988. Os dados foram coletados através da história oral e observação direta, incluindo entrevistas semiestruturadas aplicadas a um grupo de mulheres, com forte experiência no manejo da terra. Esta análise contribui para a compreensão das diferentes perspectivas das agricultoras frente à PNATER, enfatizando o grau de participação e a atuação como sujeito político neste processo. Admite-se a Extensão Rural como um meio para se obter direitos fundamentais, o que reivindica não um “fazer servir”, mas a participação dos agricultores no desenvolvimento do meio rural no assentamento, constituindo uma premissa necessária na agregação do potencial endógeno e a construção de saberes das populações rurais assentadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas, Assistência Técnica e Extensão Rural, Mulheres, Assentamentos de Reforma Agrária.

### **1. INTRODUÇÃO**

Diante de um cenário único na história brasileira, a consolidação de um governo democrático vem proporcionando a participação e a inclusão social das Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural que atuam rompendo com uma via conservadora de desenvolvimento. Neste sentido, o “desenvolvimento” não é considerado um termo neutro que possa direcionar um caminho de “progresso” a ser percorrido por uma sociedade. Este termo reflete as fortes disputas de compreensão desta sociedade revelando conflitos de interesses de diferentes grupos sociais.

No Brasil, Wanderley (2014) demonstra a permanência de dois processos de desenvolvimento rural: um que se constituiu no decorrer da história, com a apropriação dos recursos produtivos pelas camadas dominantes e, que após a segunda metade do séc. XX, foi percussor da chamada modernização conservadora da agricultura, e outro, que se refere ao reconhecimento e valorização das particularidades de populações que praticam outras formas

de produção e de trabalho, mais dependentes dos recursos naturais, adaptando-se aos processos de integração campo-cidade, em busca de qualidade de vida e direito à cidadania.

Nos programas de Assistência Técnica e Extensão Rural do Brasil, se têm adotado recentemente mudanças que refletem uma atuação mais democrática, de conquista de cidadania nas ações de desenvolvimento (Bergamasco, 1996; Caporal 2006). Desde a crescente abertura de espaços com a redemocratização do governo, na década de 1980, registra-se a presença de uma perspectiva agroecológica nos serviços de extensão rural, tendo em vista os impactos negativos da modernização agrícola (Peixoto, 2008).

Entende-se a perspectiva agroecológica, de acordo com Guzmán Casado *et al.* (2000), em três dimensões: 1. ecológica e técnico-agronômica; 2. socioeconômica e cultural; e 3. sócio-política, as quais se interrelacionam, de modo que sua abordagem requer um aparato multi e transdisciplinar, ou seja, uma ciência integradora que reconhece e se fundamenta nos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores(as) de base familiar, dentre eles os assentados de reforma agrária, as populações indígenas, os remanescente de quilombo, os pescadores(as) artesanais, os ribeirinhos(as), bem como os demais atores sociais envolvidos nos processos de desenvolvimento rural, assumindo o potencial endógeno, no “local”.

No enfoque agroecológico, o potencial endógeno é um elemento essencial e ponto de partida de qualquer projeto que vise uma transição agroecológica. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a Agroecologia se constitui num paradigma capaz de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental da nossa época.

As principais mudanças na extensão rural vêm ocorrendo, ao mesmo tempo, em que atuam grandes projetos de desenvolvimento advindos da modernização conservadora e suas sequelas, ameaçando os biomas e as diferentes formas de vida de agricultores familiares, inclusive sua capacidade de adaptação ao meio e, muitas vezes, obrigando-os ao abandono de suas localidades. Deste modo, diversos setores da sociedade civil, formais ou informais, principalmente os movimentos sociais, sindicatos, associações, profissionais e ONGs clamam e apoiam a necessidade de uma extensão rural baseada numa práxis científica, de construção conjunta de conhecimentos, capaz de atuar e superar as consequências socioambientais degradantes decorrentes da Revolução Verde (Petersen et al., 2009).

Na agricultura brasileira, as transformações mais recentes se revelam numa conjuntura muitas vezes ambígua. Por um lado, o Brasil é reconhecido como uma grande potência agrícola devido às *commodities* que requer formas de apropriação da produção baseadas, principalmente, em monocultivos, com aportes científicos e tecnológicos modernos, proporcionando uma

agricultura intensiva de acumulação de capital (Ramos et al., 2007). Contudo, o país também apresenta um forte setor de agricultores familiares que são protagonistas da atuação das políticas de desenvolvimento rural, baseadas nos princípios da agroecologia (Sevilla-Guzman & Woodgate, 2013).

Este processo de mudança, que envolve a perspectiva agroecológica inserida nas políticas e nos programas públicos de extensão rural, está presente nas novas abordagens, conceitos, metodologias e práxis institucionais nos diversos órgãos governamentais e não governamentais.

Ao clamar por uma política que considere estratégias mais sustentáveis para o desenvolvimento rural, em 2003 foi constituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2004, como a primeira política pública do governo federal a se referir a uma agricultura familiar de base ecológica e a processos participativos de decisão (Caporal, 2006).

Neste sentido, o objetivo deste artigo é analisar a percepção e compreensão de um grupo de mulheres do Assentamento Pitanga, na zona da Mata-Norte de Pernambuco, frente aos diferentes desafios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) enfatizando seu grau de participação e sua atuação como sujeito político neste processo.

Este grupo de mulheres vem sendo assessorado em ações de ATER pelo Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, uma ONG criada em 1993, com sede em Recife-Pernambuco. O Centro Sabiá trabalha com famílias inseridas em processos de transição agroecológica, em 31 municípios do Estado. No total, são cerca de 2.200 famílias que ao longo destes 20 anos, se articularam em 96 associações e grupos organizados. Dentre estes, está a Associação de Agricultores e Agricultoras Agroflorestais Terra e Vida, no município de Abreu e Lima, no nordeste do Estado de Pernambuco. Foi nesta associação que centramos a nossa pesquisa, com um grupo de 15 mulheres agricultoras. Para tanto, utilizamos da história oral, além das entrevistas e de observações diretas em campo.

## **2. MULHERES, ATER E SISTEMAS AGROFLORESTAIS – SAFS**

As mulheres desta pesquisa desenvolvem em suas atividades agrícolas Sistemas Agroflorestais (SAFs). Além disto, fazem parte de organizações sociais que se articulam com uma rede social, a Rede ATER Nordeste, promovendo a agroecologia, por meio de seus saberes e experiências locais, levando seus conhecimentos no âmbito comunitário, regional e nacional.

A participação destas mulheres propicia uma forma de gestão diferenciada de produção, na medida em que se manifesta uma perspectiva feminina sobre as propostas de gestão das políticas públicas para os agricultores familiares do campo (Siliprandi, 2013). Dentre estas políticas destaca-se a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

As mulheres da Zona da Mata-Norte de Pernambuco em suas mobilizações trazem à tona discussões acerca do acesso de políticas públicas para a Agricultura Familiar, bem como temas ligados às sérias consequências socioambientais das monoculturas, ampliando este debate para a expropriação e reivindicação de terras por camponeses da região.

Ao implantar os Sistemas Agroflorestais, estas mulheres trazem para as discussões problemas como a perda da diversidade biológica, a degradação e poluição dos solos e de mananciais aquíferos, incluindo a poluição decorrente dos agrotóxicos e dos processos de produção dos grandes agricultores que despejam dejetos poluentes no ambiente.

Assim, estas mulheres atuam politicamente na defesa de estratégias alternativas de desenvolvimento rural, como parte da luta histórica das mulheres do campo. O papel de uma ação política de mulheres pode revelar o quão se torna impactante o debate social interligado às questões ambientais, trazendo reflexões que levam a uma maior percepção da importância da mediação destas agricultoras como sujeitos políticos.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No Brasil, a reconstrução democrática impulsionou a organização dos agricultores trazendo a implantação de políticas públicas que reconhecem o protagonismo dos agricultores familiares, com destaque para a PNATER. Esta tem como premissa: - trazer a crítica ao modelo de produção da agricultura moderna e suas consequências degradantes; - proporcionar o avanço científico de novas ações e técnicas de produção alternativa ao modelo da Revolução Verde; - ampliar os horizontes dos agricultores e de seus espaços de atuação.

Um dos grandes êxitos do trabalho com os sistemas agroflorestais, o beneficiamento e a comercialização nos espaços agroecológicos se refere à soberania e segurança alimentar, o que acarreta fortes mudanças na alimentação nutricional no cotidiano dos agricultores(as). Esta melhoria transparece na diversificação da produção de ampla variedades e espécies de frutíferas, hortaliças, raízes e condimentícias, para o autoconsumo e comercialização do excedente, inclusive pelas relações consolidadas, capacitações e intercâmbios entre agricultores.

O processo de planejamento das unidades agrícolas familiares tem proporcionado uma oferta mais frequente de produtos para fins de comercialização, o que potencializa a garantia de uma melhoria na qualidade de vida, adquirindo até mesmo um aumento financeiro. A constância nos ganhos econômicos favorece os momentos de lazer familiar, o que contribui para a segurança e o equilíbrio das relações familiares. Estes fatos se apresentam como resultados da atuação do grupo de mulheres, protagonista desta pesquisa.

A Pnater se estabelece como uma política pública inovadora especialmente porque propõe mudanças em princípios, conceitos e instituições historicamente construídos. O apoio e articulações do Centro Sabiá, como garantia de uma extensão rural qualificada que atenda às necessidades dos agricultores familiares, é fundamental para as iniciativas e protagonismo do grupo de mulheres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bergamasco, S.M.P.P. (1993). Extensão Rural: passado e presente no discurso e na prática. In L.A.B. Cortez & P.S.G. Magalhães (Coord.), *Introdução à engenharia agrícola*, (353-364), Campinas: Editora da UNICAMP, 2.ed.
- Caporal, F.R. (2006). Política Nacional de ATER: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In *Assistência técnica e extensão rural: Construindo o conhecimento Agroecológico*, (09-52), Manaus: Edições Bagaso.
- Guzmán Casado, G.; González de Molina, M. & Sevilla Guzmán, E. (Coords.) (2000). *Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa.
- Peixoto, M. (2008). Extensão rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação. Consultoria Legislativa do Senado Federal - Coordenação de Estudos, Brasília.
- Petersen, P.; Dal Soglio, F.K. & Caporal, F.R. (2009). A construção de uma Ciência a serviço do campesinato Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. In P. Petersen (Org.), (85-103), Rio de Janeiro: AS-PTA.
- Ramos, P. et al. (2007). Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas. Brasília: MDA.
- Sevilla Guzmán, E. & Woodgate, G. (2013). Agroecología: fundamentos del pensamiento social agrario y teoría sociológica. *Agroecología*, 8 (2), 27-34.
- Siliprandi, E. (2013). Mulheres Agricultoras: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. (Acesso em [http://Www.lica.Int/Esp/Regiones/Sur/Brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/409/Emma\\_Cademartori\\_Siliprandi\\_-\\_NEAD\\_artigo.pdf](http://Www.lica.Int/Esp/Regiones/Sur/Brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/409/Emma_Cademartori_Siliprandi_-_NEAD_artigo.pdf)).
- Wanderley, M.N.B.; Cavalcanti, J.S.B. & Niederle, P.A. (2014). Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil. Recife: Editora UFPE.

## Agricultura no Distrito Federal e a contribuição das políticas públicas

Maria Neuza da Silva Oliveira

Universidade de Brasília, Faculdade UnB/Planaltina  
mneuaoliveira@hotmail.com

Magda Eva. S. de Faria Wehrmann

Universidade de Brasília - Centro de Desenvolvimento Sustentável

Sergio Sauer

Universidade de Brasília, Faculdade UnB/Planaltina

### RESUMO

Este estudo apresenta algumas políticas públicas que contribuíram para o desenvolvimento do setor agrícola do Distrito Federal - DF/Brasil. O DF é a menor Unidade Federativa, mesmo assim, possui uma produção agrícola significativa se comparada a outras Unidades do país. A forte atuação do Estado com políticas públicas, tais como: a criação do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal - PAD/DF em 1977 e a criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/DF na década de 1980 foram ações fundamentais para consolidar o setor agrícola do DF e colocá-lo como setor produtivo de suma importância na dinamização da economia local e seu entorno. Atualmente o DF é autossuficiente na produção de diversos gêneros alimentícios, principalmente as hortaliças, contribuindo assim para que os consumidores tenham acesso a alimentos com mais qualidade e preços mais acessíveis, além de contribuir com a geração de vários postos de trabalho no campo.

**PALAVRAS CHAVES:** Agricultura; Distrito Federal; Políticas Públicas; Desenvolvimento Local.

### 1. INTRODUÇÃO

O artigo apresenta algumas políticas públicas que contribuíram para o desenvolvimento agrícola do Distrito Federal/Brasil. É no DF que está localizada Brasília a Capital Federal, com uma população de 2.914.830 habitantes em uma área de 5.801,9 km<sup>2</sup>, o que corresponde a 580,1 mil hectares, dos quais 420 mil compõe área rural, conforme dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN, 2015). O DF está localizado na região Centro-Oeste do país, conforme mostra a Figura 1. O bioma predominante nesta região é o Cerrado, um dos mais ameaçados do País, sobretudo pela expansão agrícola ocorrida na região com base nos preceitos da Revolução Verde, este modelo agropecuário é hegemônico no país nos últimos 50 anos, conforme estudos de Costa, Sauer e Balestro (2013). No Brasil essa revolução tecnológica e de transformação na produção agrícola teve início nos anos de 1950, com especial expansão a partir de 1960 e foi causada pela incorporação de tecnologias, por meio de um conjunto de práticas e insumos agrícolas que asseguraram condições para que novos cultivares alcançassem altos níveis de rendimento, resultado de melhoramento genético e uso de fertilizantes químicos. Nas últimas décadas têm ocorrido diversas críticas a esse modelo produtivo, principalmente pelos problemas de natureza socioambiental dele advindos, como por exemplo, a destruição do bioma Cerrado e outros de natureza socioambiental, conforme apontado por Theodoro *et al.* (2002), Costa, Sauer e Balestro (2013).



## 2. OBJETIVO

O objetivo do *paper* é apresentar algumas políticas públicas que contribuíram para o desenvolvimento agrícola do Distrito Federal/Brasil.

## 3. FONTES DE DADOS, MÉTODOS E TÉCNICAS

A fonte de dados e os métodos e técnicas de pesquisa utilizados foram a revisão bibliográfica referente aos temas discutidos e, dados secundários obtidos junto aos órgãos do governo, tais como: Secretaria de Agricultura do DF, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal - EMATER/DF, Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

De acordo com o Governo do Distrito Federal (GDF, 1992), até a década de 1960 as atividades agrícolas na região do DF davam-se na forma de subsistência ou criação extensiva de gado. Após a inauguração da nova Capital Federal houve a chegada de muitas famílias vindas das diferentes regiões do Brasil, e conseqüentemente houve o aumento da população, o que pressionou a demanda por alimentos e fez com que o Estado estabeleça ações para o desenvolvimento da agricultura, um exemplo foi a criação do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal - PAD/DF em 1977.

No DF o desenvolvimento do setor agrícola possui características bem diferentes do restante do País, uma vez que o Estado foi o protagonista na distribuição (via concessão) da maior parte das terras rurais da região. Até a década de 1970 a produção não era considerada significativa no território demarcado para instalação da nova Capital da República, porém, com a modernização da agricultura e a criação de políticas públicas para o setor, a exemplo do PAD/DF e da criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/DF, na década de 1980, houve um novo direcionamento para o setor agrícola da região e atualmente o DF é autossuficiente na produção de vários alimentos, principalmente, as hortaliças. O excedente é vendido a outras Unidades da Federação e até mesmo exportado a outros países.

A Tabela 1 apresenta o percentual da participação de algumas Unidades Federativas do Brasil na comercialização de produtos vendidos na Central Estadual de Abastecimento do DF - CEASA/DF, e como se pode observar o DF tem uma participação relevante se comparado a outras Unidades. As propriedades rurais no DF são relativamente pequenas, cerca de 80% possui área de até cinco hectares e são de agricultores familiares.

Segundo Paiva (1990), a agricultura nesta região teve três momentos importantes: de 1961 até 1964 houve a divisão da terra em lotes, de 1964 até 1977 foi implantado o PAD/DF, este foi o momento de criação das condições para a entrada de capital financeiro e exploração rural de cunho capitalista e, um terceiro momento, foi no final da década de 1970 quando houve a intensificação da agroempresa, após a criação do PAD-DF. O Estado passou a definir atividades prioritárias e selecionou ocupantes contemplados com as terras rurais, o que não impediu a concentração da propriedade da terra. O objetivo era criar um cinturão verde capaz de abastecer a Nova Capital. A grande distância entre os centros produtores e Brasília fazia com que os preços dos gêneros alimentícios fossem bastante elevados, principalmente os perecíveis.

Além de uma forte presença do Estado na distribuição dos lotes e no financiamento da expansão agropecuária, outra característica da agricultura do DF são as diversas influências culturais de cada tipo específico de agricultura familiar, o que contribui para a multifuncionalidade do espaço rural e a pluriatividade da unidade familiar Oliveira *et all* (2011). Para Matsuura (2008, p. 45), “o DF se consolidou como pólo dinâmico da agricultura brasileira, senão pela escala de produção, pela diversidade de produtos, ganhos de produtividade, e a qualidade do abastecimento proporcionado ao mercado consumidor da capital”.

Os avanços tecnológicos contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento da agricultura da região, tornando-a autossuficiente em diversos produtos. Conforme dados da Emater (2005), houve crescimento de 50% do setor agropecuário no período de 1970 a 1990. Isso aconteceu, principalmente, pela forte presença do Estado, por intermédio dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural e pela divulgação e adoção das tecnologias e modelos de produção da Revolução Verde. Na década de 1980, dados apontavam que a tecnologia de produção adotada era considerada uma das mais avançadas e refletia nos altos índices de produtividade, destaque para a produção de hortaliças, conforme dados do Governo do Distrito Federal - GDF (1982).

O resultado das políticas públicas de apoio ao setor agrícola do DF mostra que atualmente a área plantada com hortaliças é de 6.545 hectares por ano, totalizando uma produção de 171 mil toneladas de hortaliças/ano, com mais de setenta espécies cultivadas. Os agricultores, incluindo o segmento familiar, utilizam sistemas de produção com alto padrão tecnológico, tais como sistemas de cultivo protegido (mulching, estufa e telado), cultivares híbridos (com resistência a pragas e doenças) e utilização de tecnologias avançadas de nutrição de planta, sistemas de irrigação por aspersão, gotejamento e fertirrigação, (EMATER/DF, 2009).

Dados da EMATER/DF(2009) mostram que, embora, o tamanho das propriedades seja relativamente pequeno, se comparado com outras regiões do país, muitos dos agricultores, inclusive os familiares, são capitalizados e utilizam sistemas tecnológicos que permitem altos índices de produção. No segmento da olericultura o Distrito Federal além de se mostrar como um mercado competitivo e atrativo, possui um consumo de 150 mil toneladas de hortaliças/ano, ainda é um centro de produção e exportação de hortaliças, com predominância do pimentão, tomate e morango (no sistema de cultivo protegido - plasticultura) e (cenoura e beterraba) no sistema campo a céu aberto. Os principais mercados importadores são as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil.

#### 4. RESULTADOS

O setor de hortaliças do Distrito Federal movimentava cerca de R\$ 185 milhões/ano. Aliado a esse desenvolvimento econômico, pode-se citar o ganho social em decorrência da existência de 4.500 produtores rurais, sendo que em torno de 46% são familiares, resultando na geração de trinta mil empregos diretos e dez mil empregos indiretos, (EMATER/DF, 2009).

É importante ressaltar que a agricultura de base familiar tem um papel relevante no que concerne ao abastecimento alimentar do país. O Censo Agropecuário de 2006 mostra que, no Brasil, a agricultura familiar é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 55% do café tipo robusta ou conilon e 34% do arábica, 34% do arroz, 58% do leite de vaca e 67% do leite de cabra, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo, IBGE (2006). Também no DF, apesar de índices mais baixos que a média nacional, a agricultura familiar é responsável por uma parte significativa da produção agrícola. Nos últimos anos há uma atuação da Emater/DF no sentido de incentivar e apoiar uma produção mais sustentável, baseada nos princípios da agroecologia.

Embora exista um déficit considerável de produtos como a fruticultura, o DF é autossuficiente em vários produtos, como hortaliças, abobrinha, alface, berinjela, cenoura, chuchu e mandioca, tendo uma importante participação dos agricultores familiares. O excedente é vendido para outros estados, o que coloca a agricultura do DF como sendo uma atividade importante no contexto socioeconômico da região. Segundo a Emater/DF (2009) existe um potencial de crescimento ainda a ser explorado, sendo esse um dos esforços da assistência técnica, inclusive buscando capacitar seus agentes e agricultores para incorporar em suas ações

os princípios da agroecologia<sup>137</sup>, uma vez que, nas últimas décadas tem havido uma forte discussão sobre o modelo agrícola baseado nos princípios da Revolução Verde, por ser um modelo altamente impactante, tanto do ponto de vista ambiental como do ponto de vista social e da saúde humana.

## 5. CONCLUSÕES FINAIS

As conclusões finais deste estudo mostram que o desenvolvimento agrícola do DF teve como alicerce as políticas públicas de distribuição de terras (via concessão), o acesso a novas tecnologias e os Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural que são de suma relevância para o setor agrícola daquela localidade. No Distrito Federal são notórias as contribuições das políticas públicas acima mencionadas ao longo das últimas décadas. Não apenas os agricultores tem se beneficiado, mas, a população como um todo, uma vez que o desenvolvimento da agricultura nessa região permitiu que a produção dos alimentos se tornasse mais próxima do consumidor, o que reflete em menores preços e alimentos mais frescos na mesa dos consumidores, além de permitir maior dinâmica da economia local e regional.

**Tabela 1:** Participação de algumas Unidades Federativas e do DF no volume e comercialização de hortaliças na Ceasa/ DF em 2008

<b>Unidades Federativas</b>	<b>Participação em %</b>
Goiás	25,91
Bahia	19,62
<b>Distrito Federal</b>	<b>19,26</b>
São Paulo	9,62
Minas Gerais	9,52
Santa Catarina	6,63
Outros	12,44

Fonte: EMATER/DF (2009).

<sup>137</sup> A agroecologia é uma ciência que requer outro modo de pensar e fazer agricultura, onde o agroecossistema é considerado em sua totalidade (Caporal & Costabeber, 2004).



**Figura 1:** Mapa do Distrito Federal no Território Brasileiro

Fonte: Wikipédia (2015).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CODEPLAN (2015). *Agricultura Familiar no Distrito Federal: Dimensões e Desafios*. Brasília/DF.
- Caporal, F.R. & Costabeber, J.A. (2004). *Agroecologia: Alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDS/SAF/DATER/IICA.
- Costa, F.M.P; Sauer, S. & Balestro, M.V. (2013). Notas esparsas para o debate: conclusão. In S. Sauer & M.V. Balestro (Orgs.), *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*, (305-313), 2ª ed., São Paulo, Expressão Popular.
- EMATER/DF (2005). Relatório sobre as principais atividades agropecuárias 2004 da RA Planaltina. Brasília.
- EMATER/DF (2009). Relatório Anual da Atividades da Emater/DF. (Acesso em <http://www.emater.df.gov.br/>, 12 dezembro 2010).
- GDF - Governo do Distrito Federal. Secretaria de Agricultura e produção (1982). Revista Cerrado, Brasília, XIII (38). Edições especiais.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009). Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE. (Acesso em [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1464&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1464&id_pagina=1), agosto 2011).
- Matsuura, S. (2008). Emater 30 anos – ensinando e aprendendo. Brasília: Emater-DF.
- Oliveira, M.N.S.; Diniz, J.D.A; Dias, R.L. & Orsi, S.D. (2011). Operacionalização do programa de aquisição de alimentos junto aos agricultores familiares do Distrito Federal: desafios e potencialidades para inserção no mercado institucional. In F.V. Olivier (Org.), *Sustentabilidade e agricultura familiar*, Curitiba, CRV, 289 p.
- Paiva, D.W. (1990). Transferência de informações em tecnologias apropriadas ao *pequeno produtor rural: um estudo do núcleo rural de Planaltina*. Universidade de Brasília, Departamento de Biblioteconomia, (Dissertação de Mestrado).
- Sauer, S. & Balestro, M.V. (Orgs.) (2013). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular.
- Theodoro, S.H., Leonardos, O.H. & Duarte, L.M.G. (2002). Cerrado: o celeiro saqueado. In S.H. Theodoro & L.M.G. Duarte (Orgs.), *Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in) correto e socialmente (in) justo*. Rio de Janeiro, Garamond, 241 p.
- WIKIPÉDIA. *Mapa do Distrito Federal*. (Acesso em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Gama\\_\(Distrito\\_Federal\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Gama_(Distrito_Federal)), maio 2016).

## Percepção popular de riscos associados a deslizamentos no Município de Alagoa Grande (Paraíba – Brasil)

Jadely Clementino dos Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
jadelyc.santos@gmail.com\*

Maria Deise das Dores Costa Duarte

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
maria.costa@ifpb.edu.br\*

Adriano Lucena da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
adriano.silva@ifpb.edu.br\*

### RESUMO

As ocupações de áreas ambientalmente frágeis, associada às precárias condições socioeconômicas da população e a centralização do poder na gestão das áreas de risco, têm contribuído para a ocorrência de desastres ambientais. Com o objetivo de investigar a percepção dos moradores do Morro do Cruzeiro, município de Alagoa Grande (Paraíba – Brasil), em relação ao gerenciamento de riscos de deslizamentos, e compreender a interação entre poder público e sociedade, o estudo, valeu-se de pesquisa descritiva, utilizando-se de levantamentos bibliográfico, documental e de campo. Aplicou-se ainda, formulário a uma parcela dos moradores, tendo em vista, identificar a percepção dos mesmos frente às ocorrências de desastres de deslizamentos. Constatou-se que os moradores são conscientes dos riscos existentes no local e dos possíveis fatores deflagradores de deslizamentos. No entanto, essa percepção é restrita à área em que residem no município. A defesa Civil não se encontra organizada, o que demonstra a necessidade da sua implantação, com a devida observância a descentralização do poder e a efetiva participação dos diferentes atores na gestão das áreas de risco.

**PALAVRAS-CHAVE:** Área de risco, Deslizamento, Morro do Cruzeiro, Percepção de riscos ambientais, Defesa Civil.

### 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, os principais fenômenos relacionados a desastres naturais são derivados da dinâmica externa terrestre, tais como, inundações e enchentes, escorregamentos de solos e/ou rochas e tempestades, os quais ocorrem, geralmente, associados a eventos pluviométricos intensos e prolongados, bem como às secas e estiagens, caracterizadas por longos períodos de baixa precipitação pluviométrica.

A recorrência de desastres e impactos cada vez mais intensos já é vista, pela comunidade científica, como resultado das mudanças climáticas globais. No entanto, tal fato também é considerado por diversos autores como consequência do intenso processo de urbanização verificado no país nas últimas décadas, que levou ao crescimento desordenado das cidades em áreas impróprias à ocupação, devido às suas características geológicas e geomorfológicas desfavoráveis (Tominaga *et al.*, 2009, p. 20).

Esse processo indisciplinado de urbanização tem influenciado no planejamento, desenvolvimento e gestão das sociedades urbanas, e essa situação, juntamente à realidade

econômica das diversas cidades brasileiras, tem reduzido as alternativas de habitação das populações de mais baixa renda, as quais passaram a ocupar espaços geologicamente desfavoráveis. Além disso, o crescimento desordenado também faz com que haja uma demanda ainda maior por recursos naturais, acelerando, assim, a degradação ambiental e tornando as áreas ocupadas de maneira irregular, vulneráveis a diversos riscos ambientais. Tal fato tem colaborado, cada vez mais, para o aparecimento de áreas de risco, onde é frequente a ocorrência de desastres relacionados à geodinâmica terrestre, em especial os associados a deslizamentos em morros e encostas.

De acordo com o Ministério das cidades, uma área de risco pode ser definida como uma área passível de ser atingida por fenômenos ou processos naturais e/ou induzidos que causem efeito adverso (Carvalho *et al.*, 2007, p. 26).

Esses fenômenos naturais são acontecimentos que ocorrem sem a intervenção humana, ou seja, eventos/processos próprios da natureza, tais como: chuva, terremoto, vento, deslizamentos, erosão, inundações, dentre outros. Porém, quando tais fenômenos ocorrem sobre um sistema social ou comunidade, gerando impactos e uma situação potencial de perigo, serão considerados desastres, causando danos e prejuízos de difícil superação por parte da população.

No estado da Paraíba, localizado na região Nordeste do Brasil, por exemplo, de acordo com o divulgado no Plano Diretor de Proteção Civil, todos os anos são enfrentados desastres relacionados à geodinâmica terrestre externa (GEEDEC, 2012). Os vários municípios paraibanos enfrentam essas situações de riscos e desastres, que muitas vezes estão associadas à ocupação da sua malha urbana de forma irregular, em áreas ambientalmente vulneráveis como margens de rios, manguezais, topos e bases de morros e encostas. Na maioria dos casos, as ocupações de tais áreas vão se consolidando sem que os riscos existentes sejam percebidos por parte da população residente e pelo poder público local, até que uma situação de risco ganhe visualização com a ocorrência de um desastre.

Nesse contexto, é notória a importância da percepção de riscos por parte da comunidade residente em tais locais, bem como da participação social no processo de gestão das áreas de risco, uma vez que, é nas comunidades que os riscos e desastres prevalecem. E nas condições das pequenas cidades, onde, muitas vezes, não existe a representação de uma Defesa Civil organizada, a ação da sociedade em ocasiões de sinistros se torna imperiosa e decisiva. Portanto, a eficácia da gestão das áreas de risco depende do envolvimento de todos os atores sociais, desde os órgãos públicos à comunidade local.

Entretanto, apesar da relevância do tema, ainda há uma carência de estudos que abordem a importância do envolvimento entre a população residente em áreas de risco e os órgãos governamentais responsáveis pela gestão dessas áreas. Assim, faz-se necessário o desenvolvimento de estudos que tratem e aprofundem a discussão sobre essa temática.

Assim, essa pesquisa surge com a intenção de investigar a percepção dos moradores do Morro do Cruzeiro, localizado no município de Alagoa Grande (Paraíba – Brasil), no que diz respeito ao gerenciamento de riscos associados a deslizamentos, visando compreender a interação entre poder público e sociedade.

## **2. FONTES DE DADOS, MÉTODOS E TÉCNICAS**

### **2.1. Área em estudo**

A área utilizada como objeto de estudo foi o Morro do Cruzeiro, um aglomerado subnormal, localizado no núcleo urbano do município de Alagoa Grande, situado na microrregião do Brejo, no estado da Paraíba, região Nordeste do Brasil.

Conforme dados do estudo realizado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM, 2013), o Morro do Cruzeiro é uma área sujeita a riscos de deslizamentos planares e caracteriza-se por apresentar alto grau de risco.

### **2.2. Delineamentos da pesquisa**

O presente estudo fundamentou-se em uma pesquisa descritiva, utilizando-se dos delineamentos bibliográfico, documental e levantamento de campo, conforme as definições de Gil (2010), visando afrontar os dados obtidos na pesquisa com o referencial teórico disponível, a fim de atingir o objetivo proposto.

No levantamento de campo, se utilizou um roteiro metodológico de análise de campo em áreas de risco, adaptado do Ministério das Cidades (Carvalho *et al.*, 2007), bem como registros fotográficos, para análise da área e uma melhor caracterização/avaliação do risco ambiental predominante no local. Posteriormente, foram realizadas visitas à comunidade para aplicação de um formulário, a fim de melhor compreender a percepção da população local, no tocante aos riscos de deslizamentos. O formulário foi aplicado a 87 moradores da área, escolhidos aleatoriamente.



### 3. RESULTADOS

A análise da percepção dos moradores do Morro do Cruzeiro no tocante aos riscos ambientais associados a deslizamentos mostrou que a maioria dos entrevistados (67%) mostrou ter consciência de habitarem uma área de risco. Tal fato reforça a idéia de que nem todas as pessoas que vivem em áreas de risco desconhecem a vulnerabilidade do local. Entretanto, muitas vezes, mesmo conscientes do risco, permanecem no local por considerarem não ter alternativa de moradia.

Em relação ao conhecimento sobre o que é uma área de risco, a maioria (81 sujeitos) respondeu ser uma “área próxima a barreiras”. Tal escolha reflete a associação que os moradores fazem do risco com as características do local. Ainda, em relação a essa questão, outras respostas também surgiram, associando as áreas de risco à “área próxima a margens de rios” ou a um “lugar perigoso, não habitável”. Embora a grande maioria das respostas obtidas reflitam aspectos negativos sobre uma área de risco e, conforme mostrado anteriormente, os moradores tenham afirmado saber que moram em área de risco, questiona-se o real motivo dessas pessoas permanecerem em tais áreas.

Quando questionados sobre o conhecimento de alguma ocorrência de eventos de deslizamento no Morro do Cruzeiro ou nas proximidades, dentre as quatro alternativas apresentadas, a que teve o maior número de escolhas (54 respostas) foi “sim, próximo a minha casa”, ou seja, os moradores já presenciaram ocorrências de deslizamento na área. Embora poucas pessoas tenham afirmado ter a casa afetada (18 entrevistados), quando questionadas da possibilidade de sua casa ser atingida por um deslizamento, 62% responderam positivamente, o que possibilitou conhecer a avaliação dos sujeitos acerca dos riscos de deslizamentos na própria moradia.

Visando verificar a reação dos moradores diante da ocorrência de um deslizamento, questionou-se a quem eles recorreriam caso sua residência ou a de seu vizinho fosse atingida por um desastre e a grande maioria respondeu ao “poder público” (57 entrevistados), embora outras respostas tenham surgido em menor quantidade, a exemplo de: defesa civil, polícia, corpo de bombeiros, igreja, vizinhos e associação de moradores.

Quando questionados se sabiam o que é “desastre natural”, 68% declararam que “sim”, porém, para a maioria o conceito de desastre está associado, apenas, à ocorrência de deslizamentos. Todos afirmaram saber o que é um deslizamento e o reconhece, popularmente, como “queda de barreiras”. Eles não associaram a existência de eventos como seca e enchentes, por exemplo, ao termo desastre natural. Provavelmente, esta forma de percepção está

relacionada às condições locais, que indicam uma maior probabilidade de ocorrência de deslizamentos, e às experiências mais vivenciadas pelos indivíduos.

Para os moradores do Morro do Cruzeiro a principal causa dos deslizamentos está relacionada aos fenômenos da natureza e a ocorrência de chuvas intensas foi o fator mais destacado pelos entrevistados, com 81 respostas. Também, além do causa natural destacada, uma parcela significativa da população expôs condicionantes de natureza antrópica (construções e disposição de resíduos em locais inapropriados, lançamentos de efluentes à céu aberto, dentre outros) como deflagradores de deslizamentos. Isso demonstra que há um conhecimento por parte dos moradores no que tange à potencialização de situações de risco decorrentes de ações antrópicas.

A respeito de quem seria a responsabilidade pelas ocorrências de deslizamentos na comunidade, 40 respostas fizeram referência à “comunidade local”, o que evidencia uma responsabilidade coletiva pelos riscos associados a deslizamentos. Porém, também reconheceram a responsabilidade individual, diante de eventos extremos, onde cada um pode tomar precauções visando se prevenir contra acidentes e adotar uma conduta defensiva frente às ameaças. Outro grupo de 30 sujeitos atribuiu a responsabilidade pelos riscos ao Governo, o que deixa claro que, apesar dos moradores reconhecerem seu papel na prevenção de acidentes, também, evidenciam a conduta negligente do poder público em não oferecer suporte suficiente para que a comunidade enfrente seus problemas sem necessitar da intervenção governamental a todo momento.

Em relação ao conhecimento da população do Morro do Cruzeiro acerca de órgãos destinados à atuação em áreas de risco, buscou-se compreender o que os moradores entendiam por Defesa Civil, como também, se sabiam da existência de um grupo/núcleo comunitário que promovesse ações relativas à prevenção e mitigação de riscos.

Quando indagados a respeito do que entendiam por Defesa Civil, 32 pessoas afirmaram não a conhecer e nem sua função. Outros 31 moradores demonstraram compreender, de certa forma, a função do referido Órgão, enquanto os demais entrevistados afirmaram que apesar de já ter ouvido falar na defesa civil, não sabiam sua função. Tal resultado indica que as pessoas ainda não compreendem a real função e importância da defesa civil, o que é preocupante, uma vez que se trata do órgão responsável pela gestão dos riscos ambientais nos estados e municípios.

Pressupõe-se que a ausência de conhecimento a respeito de um órgão público, a exemplo da Defesa Civil, tanto quanto um grupo comunitário que atue em áreas de risco deve-se à falta de comunicação entre os próprios moradores, como também, a comunidade e o poder público.

#### 4. CONCLUSÕES FINAIS

A partir das informações levantadas na comunidade do Morro do Cruzeiro foi possível constatar que a percepção e participação da população local atuam como ferramentas fundamentais para o gerenciamento de riscos ambientais, e a eficácia das ações de defesa civil dar-se-á por meio da integração das percepções da população local, dos técnicos, bem como da comunidade acadêmica. Nessa perspectiva, o conhecimento permanente dos riscos por parte de todos os agentes envolvidos é algo essencial para a efetivação das ações voltadas à prevenção e preparação diante de eventos extremos, pois não há como se prevenir ou preparar para algo que não se conhece.

Vários outros instrumentos podem contribuir para o planejamento e gestão urbana em áreas de risco, como: criar e executar políticas públicas; fomentar estratégias de comunicação, participação popular nos processos decisórios e educação. Todos esses instrumentos de gestão ambiental são de fundamental importância no desenvolvimento de práticas que proporcionem mudanças comportamentais nos moradores, pertencentes às comunidades de risco.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Carvalho, C.S., Macedo, E.S. & Ogura, A.T. (Org.) (2007). *Mapeamento de riscos em encostas e margem de rios*. Brasília: Ministério das Cidades / Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT.
- Gerencia Executiva de Defesa Civil da Paraíba – GEEDEC (2012). *Plano diretor de proteção civil: redução de riscos e desastres*. Governo da Paraíba. (Acesso em [http://www.defesacivil.pb.gov.br/documentos/doc\\_download/1022-plano-diretor-estadual-de-defesa-civil](http://www.defesacivil.pb.gov.br/documentos/doc_download/1022-plano-diretor-estadual-de-defesa-civil), 4 maio 2016).
- Gil, A.C. (2010). *Métodos e técnicas da pesquisa social* (6ª Ed.). São Paulo: Atlas.
- Serviço Geológico do Brasil - CPRM (2013). *Ação emergencial para delimitação de áreas em alto e muito alto risco a enchentes e movimentos de massa*. Alagoa Grande, Paraíba: Ministério de Minas e Energia (Acesso em <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Geologia-de-Engenharia-e-Riscos-Geologicos/Setorizacao-de-Riscos-Geologicos-4138.html>, 3 maio 2016).
- Tominaga, L.K., Santoro, J. & Amaral, R. (Org.) (2009). *Desastres naturais: conhecer para prevenir*. São Paulo: Instituto Geológico.

## Dynamics and contradictions of the agricultural frontier expansion in Piauí, Brazil

Antonio Joaquim da Silva

UFPI - Teresina Central Campus

antoniojoaquim@ifpi.edu.br

Maria do Socorro Lira Monteiro

UFPI - Ministro Petrônio Portella Campus

socorrolira@uol.com.br

Eriosvaldo Lima Barbosa

UFPI - Ministro Petrônio Portella Campus

eriosvaldobarbosa@hotmail.com

### ABSTRACT

Recently, the performance of Brazilian agriculture has arisen the Government's spokespeople's euphoria, and also the media's euphoria, and has also arisen the euphoria of the market and the partisans of agribusiness, as a possible anchor of a successful national development project in Brazil. In this perspective, based on a literature review, this article aims to analyze, critically, the state participation in the process of agribusiness origin and consolidation in the Piauí Cerrado and the consequences of occupation for family farming. After this review, it was concluded that the installation and the spread of agribusiness in Piauí contributed to the materialization of a technical sophistication framework and its intensification, which came to dominate the rural landscape and which required production growth, but that did not include the small property, so that, on the opposite side to the public policies of agrarian/agricultural development, the family farming did not follow the new "*modus operandi*" and the new productive logic, due to the agribusiness shows itself as protagonist of the neoliberal project made by the Government which has acted in favor of a small group of capitalists.

**KEYWORDS:** Agribusiness, Family Farming, Piauí Cerrado, FINOR-Agriculture, Fiset.

### 1. INTRODUCTION

It is registered, according to Silva, Monteiro and Barbosa (2015a), that the historical roots of agribusiness in Brazil, are related to changes in the technical base of the primary sector of the economy, the modernization of agriculture and the institutionalization of mechanisms that would enable the creation of Agro-industrial Complexes (ACs), incremented from the 1970s on, through guidelines and strategies present in the II National Development Plan (NDP II), proposed by the Federal Government, whose purpose was to maintain the performance of the "Brazilian miracle" (quick economic growth phase).

Among the governmental mechanisms, Monteiro and Aguiar (2006) show agricultural credit policies (recommended by the National Rural Credit System, NRCS, which gave bank loan by working capital, to be paid in relatively long periods), the Warranty Policy of Minimum Prices (or WPMP, which is characterized by the state intervention in price control in the market to ensure the profitability of farmers in times of agricultural production surplus), the trade

opening, the changes in land-ownership structure, the tax incentives and the scientific researches.

In this scenario, it is clear that the national integration policy encouraged by the military governments (1964/1985), led to the occupation of territories with productive potential in the country, among these stands out the Cerrado biome, tropical savanna with presence of greatest biodiversity in the world and the second largest vegetable formation of Brazil (Faleiro, Gama, Farias Neto, & Sousa, 2008).

However, it is emphasized that the occupation of Cerrado, especially in the Northeast, it did not contribute anyway to boost the productive chains of small scale, since it lingers in the region, an agrarian structure historically constituted and responsible for the *sine qua non* condition of land concentration.

Because of this, Marques (1994) states that the replacement context of productive technical standard occurred in Brazil, it is characterized as a complex and multifaceted process, since it includes economic aspects, social aspects and political criteria, and besides that, it establishes new functions to nature, in other words, it shapes it according to the interests of the classes and dominant institutions.

Because of this, Silva, Monteiro and Silva (2015) see the agribusiness as a socio-political project architected around a small group of agricultural capitalists who support the participation of the state in granting special benefits of a social segment that produces for the commodity market, in turn, linked to the imperatives of the global financial market.

In this perspective, Silva, Monteiro and Barbosa (2015b) highlight the systematic advance of agribusiness towards the Piauí Cerrado, subsidized the increase and intensification of technological innovations, which gave the frontier a high agricultural productivity, the upward trend in the increase of profits and the expansion of the social and environmental conflicts.

Therefore, it questions the state participation in subsidizing agribusiness companies for the occupation of Piauí Cerrado, particularly, in the Southwest Mesorregions. But it is also questioned about the possibilities of reproduction of family farming (agricultural production system prior to the agribusiness in the various regions of the country) facing the territorialization created by the capital in the new agricultural frontier.

Based on this environment, it is emphasized that this study aims to analyze government strategies that enabled the incorporation of Piauí Cerrado for the grain production agribusiness and the consequences of occupation for the continuity of family farming.

## 2. METHODOLOGY

This work has a descriptive character, since it is based on bibliographic review, through research in books and scientific journals that deal with the subject in question, including Santos (2012), the literature review is a relevant technique of analysis, for providing the researcher, theoretical knowledge about the research problem, since the contact with the original and relevant academic production.

## 3. RESULTS

It is noted that, according to the bibliographic review, the agribusiness started out in Piauí from the 1970s on, encouraged by specific public policies that, in turn, were decisive for the occupation of the Cerrado biome.

According to Alves (2014), the funds allocated by the Land Program and Stimulus to North Agribusiness and Northeast (POLONORDESTE) for the modernization of agricultural production, greatly benefited the middle and large rural landowners, supposedly able to make them self-sufficient to accomplish federal goals of economic growth prevailing at the time.

Peixinho and Scopel (2009) add, in this period, the tax incentives of the Northeast Investment Fund (FINOR-Agricultural) and Sector Investment Fund (FISSET) for the occupation process of Piauí Cerrado, since, as such programs encouraged agricultural projects, turning large tracts of land, considered latifundio farm (unproductive), in modern rural enterprises, attracted producers from other regions of the country, such as Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso and São Paulo, to produce soybeans in the new agricultural frontier of the country.

On the other hand, it is understood that such public policies were not satisfactory to solve old territorial problems, such as land ownership, since for Monteiro and Aguiar (2006), FINOR-Agriculture and FISSET exacerbated the land concentration in the state because the lands were traded via Piauí Development Company (Comdepi), in insignificant or considered "symbolic" prices, which enabled the configuration and promotion of the land market.

Moreover, Peixinho and Scopel (2009) claim that the fact that these policies lead to the capital territorialization of Piauí, does not mean that such front of capitalist expansion abandon the practice of spatial selectivity, since the 11.5 million hectares of Piauí Cerrado, the areas that actually are being incorporated for the production of grain are those whose productive technical model requires particular characteristics, such as areas of relief mostly flat or wavy relief; soil medium/clayey; climate with milder temperatures and regular rainfall distribution. Also, it

highlighted the creation of specific legislation which guaranteed tax incentives, such as Law n. 4859 of August, 27th 1996, whose purpose was aimed to attract agribusiness companies, in which the Piauí has pledged to establish "tax exemption between 60 and 100% within 15 years to the tax Circulation of Goods and Transportation Services Delivery Interstate and Intermunicipal and Communication (ICMS)" (p. 104) to be granted to grain and agribusiness enterprises, considered priority for the development of the state.

Despite the set of mechanisms provided by governments to agribusiness, adds up too, according to Monteiro and Aguiar (2006), the advent of the Integrated Development Polo Uruçuí/Gurguéia, established in 1998, taxed at the federal government strategy, which through Brazil's Banco do Nordeste stipulated targets (up to 2003) for the construction of a territorial development policy in Piauí cerrado.

Based on this scenario, it is understandable why for Monteiro and Aguiar (2006) such institutional arrangements resulted, on the one hand, in the agricultural modernization, in the installation of industries and in the agribusinesses in productivity growth and in the expansion of the agricultural frontier (via speculative appreciation of land), and the other hand, in the maintenance of large rural property, changing the meaning of reproduction of primary activity, when the extensive culture is replaced by the intensive culture.

In fact, such factors have boosted the production, giving the soybean status of flagship product of agribusiness, whose representation in the international financial market shaped this commodity as the synthesis element of frontier expansion in Piauí, considering that between 1990 and 2014, the area planted with soybeans in the Southwest mesoregion increased from 1,560 hectares to 620,895 hectares, which corresponds to an increase of 398 times of the planted area (IBGE, 2016).

Therefore, it is emphasized that the agribusiness implementation in the Cerrado of Piauí resulted in profound socio-spatial changes, since according to Silva (2011), agribusiness profoundly changed the labor relations, installed new realities in the landscapes, in habits, in consumption and in sociability. In addition, further notes that according to the asymmetrical exchanges that trigger, the agribusiness modified the local living conditions and especially, triggered processes that made impossible the reproduction of family farming and traditional cultures that preceded it in Piauí Cerrado.

Because of this, it is understood that the agribusiness presence in Piauí Cerrado, forced the family farmers to resize their economic and social practices of survival, simply based on family work or as a product integrated into agribusiness, which raised the need to redefine their

social and cultural identities in family farm system. Thus, they recognize the participation of the state and the public policies for agricultural modernization in Piauí Cerrado, but also conclude that such state action did not solve old socio-spatial inequalities, as the concentration of land ownership, since until the year 2013, medium and large properties, which represented 37, 1% (1,449 units) of the total rural properties of Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Ribeiro Gonçalves and Uruçuí, set at 3,905 units, occupying 63.3% (509,443.986 ha) of a universe of 804,951.778. And that rural properties whose size did not exceed four "fiscal modules" (Smallholdings and small property), corresponded to 62.7% (2,447 units) of the total, covering 34.3% of the occupied area, defined in 275,815.807 hectares (Inkra, 2013). Another issue concerning the use of land in the area in question, concerns the burning practices, because according to Ibama (2014), between 2003 and 2012 the hotspots were intensified, and the city of Uruçuí, for example, having 8,223 hotspots, placing it in tenth position among the Brazilian cities with high frequency of fires in the Cerrado biome. This scenario justifies the thought of Silva, Monteiro and Barbosa (2015b) that the agribusiness has advanced towards the common use lands, causing uncertainties about the continuity of family farming, sustainability of natural resources and the trajectory of living of the local population.

#### 4. CONCLUSIONS

The occupation in the Piauí Cerrado, by agribusiness companies was financed by specific policies of the federal and state governments, which acted strategically to expand the broad reproduction of capital. Therefore, the State has provided, above all, land, tax incentives and infrastructures and, at the same time, it promoted the internalization and the intensification of use of technological innovations, which resulted in growth of land productivity.

However, the state also allowed the remain of a socio-spatial contradiction frame that directly affected the persistence of family farming and the sustainability of natural resources, as the government actions kept the maintenance of the large rural properties and granted to the agribusiness the ownership and the domain of the territory, which includes the environmental goods and subjects. Therefore, it is concluded that the dynamics and dilemmas in Piauí agricultural frontier reveal the contradictory character of the introduction and development of the capital in the primary sector of the economy.



## BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

- Alves, V. E. L. (2014). Região centro-norte de Brasil: dinâmicas territoriais recentes em el campo y en la ciudad. *Cuadernos de Geografía*, 23(1), p. 47-60. Retrieved from <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281829103009>.
- Faleiro, F. G.; Gama, L. C.; Farias Neto, A. L. de; Sousa, E. dos S. de (2008). O simpósio nacional sobre o cerrado e o simpósio internacional sobre savana tropical. Faleiro, F. G., & Farias Neto, A. L. de (Orgs.). *Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais* (pp. 33-46). Planaltina: Embrapa Cerrados; Brasília: Embrapa Informação Tecnológica.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016). SIDRA. Bancos de dados sobre a área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária no sudoeste piauiense entre 1990 e 2014. Rio de Janeiro. IBGE.
- Ibama. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. (2014). PPCerrado. Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no cerrado. 2. Fase (2014/2015). Brasília: MMA.
- Incra. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2013). *Estrutura fundiária do Piauí por município*. Teresina: INCRA.
- Marques, P. (1994). Modernização do Brasil: dilemas e perspectivas. *Estudos Avançados*, São Paulo, pp. 1-54. Retrieved from <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/modernizacao-do-brasil-dilemas-e-perspectivas>.
- Monteiro, M. do S. L., & Aguiar, T. de J. A. (2006). Ocupação do cerrado piauiense: valorização fundiária e consequências ambientais. Elias, D., & Pequeno, R. (Orgs.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais* (pp. 211-233). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.
- Peixinho, D. M., & Scopel, I. (2009). A territorialização da agricultura moderna no Piauí. Bernardes, J. A., & Brandão Filho, J. B. (Orgs.). *A territorialidade do capital: geografias da soja II* (pp. 89-113). Rio de Janeiro: Arquimedes Edições.
- Santos, I. E. dos (2012). *Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica*. 9. ed. Niterói: Impetus.
- Silva, A. J. da, Monteiro, M. do S. L., & Barbosa, E. L. (2015a). Difusão do agronegócio no Brasil: estratégias governamentais. *Informe Econômico*, 17(34), 47-54.
- Silva, A. J. da, Monteiro, M. do S. L., & Barbosa, E. L. (2015b). Nova dinâmica produtiva e velhas questões territoriais nos cerrados setentrionais do Brasil. *Revista Espacios*, 17(34), 14.
- Silva, A. J. da, Monteiro, M. do S. L., & Silva, M. V. da (2015). Contrapontos da consolidação do agronegócio no cerrado brasileiro. *Sociedade e Território*, 27(3), 95-114.
- Silva, M. V. da (2011). *Pisando em terra firme (?)*: identidades juvenis e reprodução social na localidade rural Roça Nova, Sebastião Leal – PI. Relatório de pós-doutoramento (175 fls). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

## Desarrollo territorial y pobreza. ¿Son importantes las instituciones?

Paula Andrea Nieto-Alemán  
Universidad Politécnica de Valencia

Norat Roig-Tierno

ESIC Business & Marketing School

José María García Álvarez-Coque

Universidad Politécnica de Valencia

Francisco Mas-Verdú

Universidad Politécnica de Valencia

### RESUMEN

Las investigaciones existentes sobre la pobreza se caracterizan por una notable heterogeneidad con la aplicación de diferentes métodos y enfoques. Por lo general, tales investigaciones se centran en los atributos o carencias que los individuos comparten en una determinada unidad física (país, región, localidad). La adopción de un paradigma sobre la pobreza implica asumir determinados valores y visiones del mundo. Colombia es un país con una historia particular, condicionada por la existencia de un conflicto armado de más de cincuenta años. Esta condición ha podido afectar el desarrollo y crecimiento de los territorios. Sin embargo, este factor sería una parte de la posible explicación, aunque no la única, de la presencia de pobreza en el territorio nacional. Este estudio pretende aportar un enfoque de pobreza sobre la base de diferentes dimensiones: económica, institucional y social. Se hará uso de la técnica de Análisis Cualitativo Comparativo (QCA en sus siglas en inglés) para explicar cuáles son las condiciones que cumplen las regiones en las que se reduce más la pobreza en Colombia. Se formula un QCA con el fin observar la evolución de la pobreza a partir de las configuraciones causales en cada una de las dimensiones propuestas en este estudio. Se concluye que las configuraciones son multidimensionales y, en muchas de ellas, factores institucionales como la transparencia y la ausencia de violencia en zonas rurales, cumplen un papel fundamental en la explicación de la pobreza.

PALABRAS CLAVE: Pobreza, desarrollo territorial, conflicto armado, QCA.

### 1. INTRODUCCIÓN

La pobreza es un fenómeno que impide el desarrollo y crecimiento de una localidad, región y/o territorio de forma equitativa y sostenible en el tiempo. Existen multiplicidad de enfoques y mediciones sobre la pobreza (Bastiaensen, De Herdt & D'Exelle, 2005). En la actualidad muchos autores reconocen que la pobreza debe calificarse en un nivel más amplio que el de un “atributo” o por el mero hecho de que simplemente esté presente o ausente entre la población (Betti et al., 2006, tomado de Belhadj & Limam, 2012, p. 995). En este sentido, se considera que la pobreza, sin más matices, puede ser un concepto vago y su medida una tarea compleja (Neff, 2013, p. 319). Investigaciones sobre la pobreza a nivel micro, proporcionan diversas alternativas para entender las causas que la determinan. Con carácter general, la pobreza puede ser conceptualizada desde un enfoque unidimensional o multidimensional y, mediante la definición de al menos una línea de pobreza (Neff, 2013, p. 320). El enfoque unidimensional suele utilizar el ingreso o el consumo como indicador de

pobreza. Por su parte, el enfoque multidimensional toma como alternativa varios tipos de indicadores cuantitativos y/o cualitativos para su análisis.

La inclusión de más de una dimensión permite establecer una relación más próxima al contexto social que precede la pobreza en un país/región/territorio. Colombia es un país que cuenta con unas características particulares, tanto a nivel nacional como regional, que deben ser tenidas en cuenta para analizar el fenómeno de la pobreza. Las dimensiones que se incorporan en este estudio, tratan de explicar por qué la pobreza en un país como Colombia tiene diferentes grados de implicación según la región o grupo de regiones analizadas a lo largo del tiempo. Esto sugiere que los individuos de un determinado territorio pueden ser sujetos de pobreza en diferentes grados. Es decir, de acuerdo con esta explicación, cada región tiene una propensión diferente a ser pobre (Belhadj & Limam, 2012, p. 995).

Así pues, el objetivo de este estudio es contribuir a explicar, a partir de un enfoque alternativo a los comúnmente usados, las condiciones causales que señalan por qué las diferentes regiones colombianas tienen mayores o menores niveles de pobreza. La formulación de un QCA dinámico, de carácter temporal, permitirá observar la evolución de la pobreza a partir de configuraciones causales en cada una de las dimensiones propuestas en esta investigación.

Por último, es importante destacar que la pobreza no sólo depende de factores económicos. En el caso de Colombia, los factores sociales y sobre todo institucionales son condiciones relevantes. La naturaleza desigual del desarrollo territorial, tiene una carga explicativa en las instituciones (Krugman, 1997; Massey, 1985). Cobra sentido, entonces, que la dimensión institucional se configure como una columna vertebral de las regiones, puesto que su objetivo principal es generar espacios que permitan el desarrollo y crecimiento de las mismas. Igualmente, la centralidad de las instituciones determina el crecimiento económico y dirige los resultados distributivos –es decir, los que recaen sobre el bienestar de la población– (Acemoglu & Robinson, 2012; North, 1991).

## 2. METODOLOGÍA

### 2.1. Información

Para este estudio se han identificado tres dimensiones: institucional, económica y social. En cada dimensión se han seleccionado una serie de variables<sup>138</sup> que inciden sobre el fenómeno de la pobreza a nivel regional<sup>139</sup> y en su evolución en el tiempo. En la dimensión institucional se ha tomado como referencia el índice de transparencia y el desplazamiento forzado. Para valorar la dimensión económica se han seleccionado el PIB per cápita y el índice de apertura económica<sup>140</sup>. Por último la dimensión social tiene como referencia la educación básica y media.

Para la primera fase de este estudio se ha seleccionado el 2010, ya que es el año con el que se cuenta con información suficiente para 23 departamentos y la capital, Bogotá. La segunda etapa tendrá carácter longitudinal y está en proceso de estudio. Para esta fase se tomarán como referencia tres períodos (2003, 2009, 2014), que coinciden, a su vez, con hitos importantes en la historia del país y tienen relación directa e indirecta con las dimensiones seleccionadas.

### 2.2. Metodología

Se han establecido tres tipos de factores (institucionales, económicos y sociales) para el estudio de la pobreza regional en Colombia. Se propone una metodología sencilla para ver como actúan conjuntamente estos elementos, como condiciones suficientes o necesarias, sobre el fenómeno de la pobreza regional.

El QCA es una metodología que utiliza la teoría de conjuntos y permite entender como la influencia de determinados factores en un determinado resultado, depende de la forma en que dichos elementos se combinan entre sí<sup>141</sup> (Ragin, 2008; Fiss, 2009). Se pueden distinguir tres tipos de análisis dentro del QCA: crisp-set QCA (csQCA); multivalued QCA (mcQCA); fuzzy set QCA (fsQCA). El que mejor se ajusta a las características de este estudio es el fsQCA (Ragin, 2008). Esta metodología tiene limitaciones porque puede haber factores no

---

<sup>138</sup> La información estadística fue consultada en el Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE), el Ministerio de Educación, el Ministerio de Hacienda y Crédito Público, Transparencia por Colombia, la Unidad para la Atención y Reparación de las Víctimas, la Contraloría de Bogotá y la Superintendencia Financiera de Colombia.

<sup>139</sup> El nivel regional, para efectos de este estudio, está determinado por los 32 departamentos más Bogotá, la capital.

<sup>140</sup> El índice de apertura económica es el resultado de la suma de las exportaciones e importaciones sobre el PIB.

<sup>141</sup> Es decir, analiza las relaciones causales en términos de necesidad y suficiencia para explicar el resultado – outcome en términos de QCA–. Se entiende que una condición es necesaria si está presente cuando el outcome ocurre. Por otro lado, una condición es suficiente si el resultado se produce cuando la condición está presente. Lo anterior no significa que el resultado no pueda estar influenciado también por otras condiciones (Ragin, 2008).

identificados, sin embargo, ofrece ventajas porque es poco exigente en cuanto al volumen de datos requeridos frente a otros análisis de regresión.

### 3. RESULTADOS

Los resultados que aquí se presentan son parte de una investigación desarrollada en el Grupo de Economía Internacional y Desarrollo (GEID), cuyos resultados preliminares se recogen en Nieto et al, (2015).

#### 3.1. Análisis de Necesidad<sup>142</sup>

Del análisis de la tabla 1 se puede inferir que no hay ninguna condición que por sí sola conduzca a explicar por qué las regiones tienen índices de pobreza elevados. No obstante, la ausencia de un PIB per cápita elevado presenta una consistencia superior a 0.85, lo que parece reflejar la importancia de esta condición para la falta de desarrollo de las regiones analizadas.

**Tabla 1:** Análisis de condiciones necesarias

Conditions tested	Outcome variable (Pobreza)
	Consistency > 0.60
Desplazamiento	
~Desplazamiento	-
Transparencia	-
~Transparencia	
PIB per cápita	-
~PIB per cápita	
Apertura índice	-
~Apertura índice	
Educación	
~Educación	

Nota: (~) ausencia de la condición. Calculado con fsQCA 2.5 (Ragin y Davey, 2014)

#### 3.2. Análisis de Suficiencia

El análisis de suficiencia en este trabajo tiene dos alcances: el primero explica las relaciones causales que conducen a que determinadas regiones colombianas tengan altos índices de pobreza (presencia); el segundo explica las relaciones causales que permiten a ciertas

<sup>142</sup> Para que una condición sea considerada necesaria, el umbral de consistencia debe exceder el valor de 0.90 (Schneider, et al., 2010; Ragin, 2008).

regiones colombianas alcanzar bajos índices de pobreza (ausencia). En esta sección presentamos los resultados del análisis de suficiencia para las regiones que muestran altos índices de pobreza.

**Tabla 2:** Análisis de Suficiencia: Regiones “Pobres” (Presencia del Outcome)

Configuraciones causales	
1	~pib*~transparencia* ~apertura +
2	~pib*~transparencia *desplazamiento +
3	~pib* desplazamiento*~apertura +
4	~pib* desplazamiento* ~educación +
solution coverage: 0.67	
solution consistency: 0.90	

**Configuración 1:** Chocó, Cauca, Sucre, Caquetá, Tolima

**Configuración 2:** Chocó, Cauca, Caquetá, Tolima, La Guajira, Huila, Magdalena

**Configuración 3:** Chocó, Caquetá, Cauca, Nariño, Tolima, Norte Santander

**Configuración 4:** Chocó, Córdoba, La Guajira, Norte Santander, Magdalena

Nota: (~) ausencia de la condición. (\*) operador lógico Y (+) operador lógico O. Calculado con fsQCA 2.5 (Ragin y Davey, 2014)

De los 23 departamentos más Bogotá, que hicieron parte de este estudio, un total de 11 están dentro del grupo de regiones que presentan altos índices de pobreza. Estas regiones tienen en común el desplazamiento forzado y los bajos niveles de PIB per cápita. Asimismo, el índice de transparencia parece tener una influencia relevante en la mayoría de los departamentos, (está presente en 8 de las 11 regiones). Lo anterior, pone de manifiesto que la presencia simultánea de desplazamiento forzado, un bajo PIB per cápita y falta de transparencia en las instituciones contribuye a explicar la existencia de altos niveles de pobreza en las regiones colombianas.

#### 4. CONCLUSIONES

Las causas de la pobreza son complejas, pero el objetivo de este trabajo es ofrecer un enfoque básico que contribuya a explicar en qué medida el PIB per cápita es una condición suficiente, o más bien es la sinergia entre factores económicos y factores relacionados con la ausencia de violencia en el país los que son explicativos. Los resultados alcanzados y el enfoque multidimensional adoptado pueden resultar relevantes en un momento de cambio para Colombia y con acuerdos de paz recién firmados.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acemoglu, D., & Robinson, J. (2012). *Why nations fail. The origins of power, prosperity and poverty*. New York: Crown Publishers.
- Bastiaensen, J., De Herdt, T., & D'Exelle, B. (2005). Poverty reduction as a local institutional process. *World Development*, 33(6), 979–993. <http://doi.org/10.1016/j.worlddev.2004.09.019>
- Belhadj, B., & Limam, M. (2012). Unidimensional and multidimensional fuzzy poverty measures: New approach. *Economic Modelling*, 29(4), 995–1002. <http://doi.org/10.1016/j.econmod.2012.03.009>
- Betti, G., Cheli, B., Lemmi, A. & Verma, V., 2006. Multidimensional and longitudinal poverty: an integrated fuzzy approach, fuzzy set approach to multidimensional poverty measurement: *Economic Studies in Inequality, Social Exclusion and Well-Being*, vol.
- Contraloría de Bogotá. (2006). *Niveles de Transparencia Distrital*. Recuperado el 22 de 06 de 2015, de <http://www.contraloriabogota.gov.co>
- Corporación Transparencia por Colombia. (2012). *Índice de Transparencia*. Recuperado el 12 de 10 de 2012, de <http://www.transparenciacolombia.org.co/>
- DANE. (2015). *Cuentas Nacionales Departamentales*. Recuperado el 30 de 03 de 2015, de <http://www.dane.gov.co/index.php/cuentas-economicas/cuentas-departamentales>
- DANE. (2015). *Demografía*. Recuperado el 02 de 04 de 2015, de <http://www.dane.gov.co/index.php/poblacion-y-demografia/series-de-poblacion>
- DANE. (2015). *Pobreza*. Recuperado el 02 de 04 de 2015, de [http://www.dane.gov.co/files/noticias/Pobreza\\_nuevametodologia.pdf](http://www.dane.gov.co/files/noticias/Pobreza_nuevametodologia.pdf)
- Fiss, P. 2009. Case Studies and the Configurational Analysis of Organizational Phenomena. En Charles Ragin, and D. Byrne, *Handbook of case study methods* (424–440). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Krugman, P. (1997). *Development, geography and economic theory*. Cambridge: MIT Press.
- Massey, D. (1985). *Spatial divisions of labour: Social structures and the geography of production*. London: Methuen.
- Neff, D. (2013). Fuzzy set theoretic applications in poverty research. *Policy and Society*, 32(4), 319–331. <http://doi.org/10.1016/j.polsoc.2013.10.004>
- Nieto, P., Roig-Tierno, N., Mas-Verdú, F. & García, J.M. (2015, noviembre). *Regional Interdependence: Toward a Territorial Approach to Poverty*. Comunicación presentada en la XLI Reunión de Estudios Regionales (AEER) - International Conference on Regional Science: Innovation and Geographical Spillovers: New Approaches and Evidence, Reus, España.
- North, D. (1991). Institutions. *Journal of Economic Institutions*, 5 (1), 97-117.
- Ragin, C. (2008). Redesigning social inquiry: Fuzzy sets and beyond. *University of Chicago Press*.
- Schneider, C., & Wagemann, C. (2010). Standards of good practice in qualitative comparative analysis (QCA) and fuzzy-sets. *Comparative Sociology*, 9 (3), 397-418.

## A expansão dos mercados para os alimentos regionais no Brasil

Armando Fornazier  
Universidade de Brasília  
armandouenf@yahoo.com.br  
Solange da Costa Nogueira  
Universidade de Brasília  
nogueirasc@unb.br

### RESUMO

O Brasil possui uma diversidade de biomas, culturas, ecossistemas e alimentos. Porém, muito desses alimentos são regionais, mas, algumas estratégias vêm sendo adotadas para alcançarem os mercados mais distantes inclusive com produtos da sociobiodiversidade ou ecossociais. O objetivo desse estudo é verificar as experiências de acesso aos mercados para produtos regionais no Brasil. Para isso se utiliza de pesquisas documentais, bibliográficas e pesquisa de campo. As experiências verificadas são da Região Centro-Oeste, bioma Cerrado, região próxima à capital federal do país. Verificam-se casos bem sucedidos, alcançando mercados de grandes cidades, enquanto algumas comunidades e grupos sociais não conseguem chegar aos mercados mais distantes por dificuldades de organização social, acesso aos recursos produtivos e estratégias de *marketing* que permitam os consumidores conhecer o histórico de produção e identidade dos produtos.

**PALAVRAS-CHAVE:** comercialização; mercados regionais; inclusão social; biodiversidade; alimentos.

### 1. INTRODUÇÃO

O Brasil se configura como um grande produtor de alimentos para exportação e para o mercado interno. De entre os produtos para o mercado interno o grupo chamado de frutas, legumes e verduras (FLVs) tem uma diversidade de produtos que são ofertados aos consumidores. Porém, com os investimentos em pesquisa focados em alguns produtos, por exemplo, no melhoramento das espécies e técnicas de cultivo, as opções de alimentos que chegam em muitos mercados ficam restritos à determinados produtos.

Esse processo de homogeneização ou hegemonia de certos produtos ou grupos de alimentos tem sido criticado por alguns movimentos de forma a buscar inserir novos produtos que eram “invisíveis” sendo comercializados apenas em alguns circuitos locais como feiras, margens de rodovias, etc. Nesse sentido, algumas plantas nativas ou produtos da sociobiodiversidade e alimentos tradicionais passam a fazer parte de alguns mercados, muitas vezes não os mercados preponderantes como os grandes supermercados.

O resgate ou incentivo a determinados alimentos vem ocorrendo principalmente no contexto internacional por movimentos como o *slow food* que passa a atuar também em algumas regiões buscando essa aproximação dos produtores ou coletores com os grupos de consumidores finais ou intermediários. Como grupo de consumidores intermediários pode-se



relatar os *chefs* de cozinha que procuram resgatar produtos em busca de uma gastronomia brasileira ou regional. Outro grupo intermediário são agroindústrias (privadas ou associações e cooperativas) que processam as matérias-primas com o objetivo de agregar valor e ofertar produtos diferenciados como doces, geléias, bebidas, etc.

Sendo esses produtos mais regionais e com menor escala de comercialização, uma alternativa para chegar aos consumidores é “inovar” em relação aos mercados tradicionais como na venda direta em feiras locais, eventos, etc. Outra opção é a construção de redes de comercialização onde organizações de vários locais têm criado mecanismos com o objetivo de ofertar uma maior diversidade de produtos com pontos de venda locais ou pela *internet*.

O objetivo desse trabalho é analisar novas configurações de mercados para alguns produtos regionais como a criação de redes de comercialização. A proposição é principalmente verificar através de pesquisas documentais, bibliográficas e pesquisa de campo algumas estratégias adotadas na inserção dos mercados desses produtos. Como os circuitos de comercialização se diferenciam no aspecto de abrangência dos mercados, procurou-se relatar alguns exemplos de organizações e produtos do bioma Cerrado do Brasil.

## **2. MERCADOS DOS PRODUTOS REGIONAIS DO BIOMA CERRADO DO BRASIL**

Os mercados são discutidos em áreas da gestão, sociologia e economia. Sandroni (2006, p. 528) relata mercados como “um grupo de compradores e vendedores que estão em contato suficientemente próximo para que as trocas entre eles afetem as condições de compra e venda dos demais”. Ainda segundo o autor “o mercado pode ser entendido como o local, teórico ou não, do encontro regular entre compradores e vendedores de uma determinada economia”. Ou seja, as transações podem ocorrer em um local físico como uma feira, supermercados, assim como em locais distantes como nas Bolsas de Mercadorias e principalmente nos últimos anos através de operações via *internet* ou telefone.

No Brasil, a compra de muitos alimentos pelo consumidor final ocorre por meio de intermediários como os supermercados. Segundo a ABRAS (2013), os supermercados respondem por 83,7% do abastecimento de alimentos e bebidas no Brasil. No entanto, muitos produtores não conseguem ofertar seus produtos nos supermercados por não terem condições de competir em preço, escala, padrões de qualidade, etc.

Outra forma de comercialização são as Centrais de Comercialização, porém, embora algumas dessas centrais permitam a comercialização no varejo é comum se ofertar os produtos

em quantidades maiores. Além disso, as Centrais são mais regionalizadas concentrando-se mais em áreas metropolitanas ou em polos regionais.

Uma maneira de acessar os mercados que vem sendo retomada em muitas localidades são as feiras livres que possuem uma vantagem de diminuir os intermediários na comercialização, porém, essas são restritas à determinado local e horário de funcionamento e os agricultores necessitam deslocar seus produtos e gastar um tempo na feira para o processo de comercialização. No caso de produtos locais ou regionais para um público mais distante, as feiras não atingem esse público, com exceção de regiões turísticas onde os consumidores visitam esses locais e adquirem os produtos.

Assim, outros mecanismos de comercialização são necessários. Algumas regiões têm buscado principalmente por meio de empreendimentos solidários criarem redes de comercialização com venda via *internet*, assim como em lojas físicas, inclusive muitas apoiadas pelo poder público, fundações, Organizações Não Governamentais (ONGs), etc.

No bioma cerrado do Brasil verificam-se experiências de organizações buscando esses mercados mais distantes enquanto alguns agricultores utilizam apenas a comercialização nos mercados locais. Uma das organizações que tem se destacado em alcançar mercados mais distantes com os produtos locais tem sido a Cooperativa Central do Cerrado.

A Central do Cerrado trabalha com os chamados produtos ecossociais que procuram utilizar um manejo sustentável da biodiversidade com a participação das comunidades locais. Segundo a Central do Cerrado (2016), a organização é uma central de cooperativas sem fins lucrativos que opera dentro dos princípios e conceitos do Comércio Justo e Solidário com objetivo promover a inclusão social através do fortalecimento das iniciativas produtivas comunitárias que conciliam conservação do Cerrado com geração de renda e protagonismo social. A Central do Cerrado é estabelecida por 35 organizações comunitárias de sete estados brasileiros do bioma Cerrado. A organização “funciona como uma ponte entre produtores comunitários e consumidores, oferecendo produtos de qualidade como: pequi, baru, farinha de jatobá, farinha de babaçu, buriti, mel, polpas de frutas, artesanatos, dentre outros, que são coletados e processados por agricultores familiares e comunidades tradicionais no Cerrado” (Central do Cerrado, 2016, s/n).

Os produtos descritos anteriormente não são comuns nos tradicionais mercados brasileiros como nos supermercados e nem cultivados em larga escala. Mesmo o mel sendo mais comum a sua produção por apicultores mais tecnificados, o mel comercializado pela Central do Cerrado é produzido nas regiões do bioma com flores de espécies nativas. Alguns

dos produtos comercializados pela Central do Cerrado sequer havia mercados anteriormente sendo muitas vezes desprezado o seu valor comercial. Sendo assim esse um processo importante para a construção e expansão dos mercados para esses produtos regionais ou locais.

Uma das propostas da organização foi fazer essa ponte ou ligação entre os produtores e os consumidores. Como relatado em seu sítio de *internet* “A Central do Cerrado fornece produtos para restaurantes, empórios e pequenos mercados, oferece coquetéis e lanches para eventos, atende encomenda individuais, cestas personalizadas e para grupos organizados de consumo” (Central do Cerrado, 2016, s/n).

A figura 1 mostra a localização do bioma Cerrado onde a organização atua que abrange a região central do Brasil. Uma das formas de comercialização pela Central do Cerrado é pela *internet* com facilidades de pagamento semelhante às grandes empresas com pagamento via cartão de crédito/débito, boleto e depósito bancário e envio do produto por serviço postal/transportadora. A figura 2 mostra o logotipo do sítio de *internet* da organização. Verifica-se no logotipo um apelo pelos chamados produtos ecossociais.



**Figura 1:** Biomas do Brasil

Fonte: IBGE (2004)



**Figura 2:** Logotipo da Central do Cerrado

Fonte: Central do Cerrado (2016).

Além da comercialização pela *internet* para clientes pessoa física que permite expandir mercados, ou seja, enviar os produtos locais para mercados mais distantes, outras formas de comercialização são o envio desses produtos para restaurantes e empórios de outras regiões. Porém, uma nova forma de comercialização desenvolvida recentemente foi a criação de um espaço (*box* de vendas) no Mercado Municipal de Pinheiros, cidade de São Paulo, região sudeste do Brasil (Bioma Mata Atlântica na Figura 1). A inauguração desse espaço ocorreu em abril de 2016 e é destinado à divulgação e comercialização de produtos focados em ingredientes de diferentes biomas do Brasil. A curadoria do espaço fica por conta do Instituto ATÁ (do renomado *chef* brasileiro Alex Atala) em parceria com outras organizações de apoio. A Central do Cerrado recebe apoio do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) através do Projeto Florelas (Comissão Européia); do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (GEF/PNUD/ISPN); da Fundação Banco do Brasil; e da Fundação Luterana de Diaconia (Central do Cerrado, 2016). Algumas dessas organizações contribuíram com recursos financeiros para a criação do espaço no Mercado Municipal de Pinheiros.

Essa comercialização na cidade mais populosa do Brasil em um mercado *gourmet* permite agregar valor aos seus produtos e ofertá-los para um público com alto poder aquisitivo que permite melhorar a renda dos agricultores do Cerrado. O espaço da área comum também será utilizado para cursos, demonstrações, degustações e manifestações artísticas. Nesse sistema não haverá intermediários no processo e assim os boxes se consolidarão também como um grande espaço de exposição possibilitando outros negócios para as comunidades, os artesãos

e os pequenos produtores, estímulo para o comércio de varejo e um incubador de negócios para esses produtos (Central do Cerrado, 2016).

Porém, o exemplo da Central do Cerrado que abrange várias organizações como associações e cooperativas não é unanimidade dos produtos regionais do Brasil. Muitos agricultores e suas organizações não conseguem acessar esses mercados mais distantes pela falta de organização social, escala de produção ou de cumprir as normas da regulação sanitária do país. Um exemplo verificado em campo ocorre em uma comunidade tradicional quilombola do estado de Goiás na localidade de Cidade Ocidental, perto da capital do Brasil (Brasília). No povoado ou Quilombo Mesquita que é uma comunidade de povos de descendência africana que guardam a tradição de alguns cultivos como marmeleiro (*Cydonia oblonga*) e fazem a marmelada artesanal, verificou-se que o seu mercado fica mais restrito próximo à produção por dificuldades de escala, conhecimento dos consumidores, etc. A falta de estratégias como o *marketing* nos produtos ou nas organizações dificulta essa ponte entre produtores e consumidores. Outras organizações e grupos de agricultores têm procurado resgatar esses produtos tradicionais, mas, alcançar os mercados dominantes como supermercados tem sido uma dificuldade e uma das formas de expandir a comercialização tem sido a criação de redes de comercialização como a Central do Cerrado assim como a comercialização em feiras e outros eventos.

### 3. CONCLUSÕES FINAIS

Mesmo o Brasil tendo uma grande diversidade de alimentos, alguns produtos não conseguem chegar aos mercados tradicionais como os supermercados por dificuldades produtivas de escala, padrões de qualidade e estratégias de *marketing*. Uma maneira para facilitar a expansão dos negócios é inovar na comercialização buscando novos mercados, porém, alguns são mais locais como as feiras. Algumas experiências têm mostrado formas de acessar os mercados mais distantes como a criação de espaços de comercialização nos grandes centros consumidores, assim como a venda através de novos meios como pela *internet*.

Para produtos do bioma Cerrado do Brasil uma organização que tem se destacado na comercialização de produtos da sociobiodiversidade ou ecossociais é a Cooperativa Central do Cerrado. Verifica-se que essa organização tem conseguido acessar recursos através de projetos com fundações e inclusive organizações internacionais da Comunidade Europeia na busca de criar pontes para conectar os produtores com os consumidores expandindo o seu mercado de atuação que possibilita contribuir para a geração de renda dos agricultores.

Porém, nesse universo heterogêneo da agropecuária do Brasil outras organizações e grupos de agricultores não têm conseguido acessar mercados mais distantes. Assim, para expandirem os mercados há a necessidade de uma maior organização social, acesso aos recursos produtivos assim como estratégias de *marketing* que permitem os consumidores conhecer o histórico de produção e identidade dos produtos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados (2013). Plano ABRAS Maior. Disponível em: <http://www.abrasnet.com.br/pdf/planoabrasmaior.pdf>.
- Central do Cerrado (2016). Central do Cerrado – Produtos Ecosociais. Disponível em: <http://www.centraldocerrado.org.br/>.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2004). Mapa de Biomas e de Vegetação. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>.
- Sandroni, Paulo (2006). *Dicionário de Economia do século XXI*. Rio de Janeiro, Brasil: Record.

## Las políticas activas españolas de género en el medio rural: una primera aproximación

Alicia Langreo Navarro

SABORA, SL

alicia\_langreo@sabora.es

Tomás García Azcárate

Instituto de Economía, Geografía y Demografía - CCHS-CSIC

tomasgarciaazcarate@gmail.com

### RESUMEN

La baja participación de las mujeres en la economía en el medio rural y en el sector agrario llevó al Gobierno Español a establecer medidas de políticas activas encaminadas a aumentar el número de mujeres en puestos de responsabilidad económica. Esta comunicación realiza una primera aproximación a la necesaria evaluación de la eficacia y la eficiencia de dichas políticas, concluyendo que han tenido un efecto positivo que se debe en parte a la actitud de los gestores de la ayuda. En los últimos años, estas actuaciones se han visto frenadas, por lo que sería necesario relanzar un plan estratégico ya que el éxito de estas estrategias de igualdad requiere un trabajo continuo.

**PALABRAS CLAVES:** Políticas activas de género; medio rural

### 1. INTRODUCCIÓN

Las mujeres en el medio rural suponen algo más de un punto por encima de la masculina; esta diferencia es mayor en los municipios con menor población; la mayor presencia de mujeres, junto al envejecimiento son los dos elementos fundamentales que determinan los desequilibrios poblacionales en el mundo rural; a esto se suma la escasa densidad poblacional, que impide el desarrollo de servicios, incluso a pesar de los esfuerzos públicos. En términos económicos, la situación es más desequilibrada: la tasa de actividad femenina es aquí significativamente inferior a la media de la sociedad, a lo que se junta que la tasa de paro de las mujeres es mayor. En la misma línea, la participación de las mujeres en la agricultura también está muy por debajo de la de los hombres y se concentra en las explotaciones más pequeñas y en la categoría de “cónyuge” o “ayuda familiar”.

### 2. METODOLOGÍA

En esta comunicación vamos a, primero, exponer las características más relevantes para nuestro propósito del medio rural; luego, las políticas activas de género que se han desarrollado en España así como los indicadores de evaluación existentes y se concluye con una propuesta de plan estratégico.

### 3. CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DEL MEDIO RURAL

Las características socioeconómicas del medio rural generales varían mucho según territorios y el grado de “ruralidad” pero nos atreveríamos a destacar las siguientes:

- Gran peso de la actividad vinculada al sistema agroalimentario, que suele tener un componente estacional acusado. Además la participación de las mujeres en las tareas agrarias es baja, con excepción de algunas actividades concretas, la mayor parte estacionales (hortalizas, manipulación de frutas y hortalizas, semilleros y reproducción de ganado).
- Otras actividades importantes como el turismo, donde hay presencia de mujeres, tienen también un componente estacional muy alto.
- Escasez de centros de trabajo de la administración (donde la presencia de mujeres es mayor que en la media en general), así como de funcionarios.
- Escasez de grandes centros de contratación privados, donde podría haber mujeres asalariadas
- Predominio de PYME y microempresas en todos los sectores de actividad, casi en su totalidad familiares. Las mujeres suelen vincularse al negocio familiar en calidad de ayuda, con frecuencia estacional o temporalmente, condicionando su trabajo a las necesidades familiares y a las tareas domésticas.
- En general están aún poco desarrollados los servicios a las personas máxime en el caso de servicios cualificados, ámbitos en los que suele haber un porcentaje alto de mujeres.
- Las mujeres rurales suelen permanecer más tiempo en el sistema educativo, por lo que las mujeres jóvenes y de mediana edad están más preparadas, aunque no siempre su curriculum encaja con los sectores de actividad existentes en el medio rural
- Desde el inicio de la democracia, la participación política de las mujeres rurales ha aumentado significativamente pero no así la económica.

### 4. LAS POLÍTICAS ACTIVAS EN ESPAÑA

Esta situación llevó al Gobierno Español a establecer medidas de políticas activas de género que se mantuvieron hasta el periodo de programación que acaba de terminar. En la presentación del PDR no se justificó adecuadamente la necesidad de mantenerlas y la Comisión Europea obligó a su desmantelamiento por no respetar la igualdad de género.



Desde entonces se han arbitrado otros mecanismos para incentivar la incorporación de la mujer a la economía: premios a empresarias, colaboración con asociaciones de mujeres rurales, fomento de programas de igualdad para las cooperativas, ley 35/2011 de titularidad compartida (que ha tenido escaso éxito), planes de formación, apoyo a asociaciones de mujeres rurales, etc., cuyos resultados nunca se han evaluado. Las políticas consistentes en dar prioridad y más puntos de subvención han levantado muchas críticas por su escasa eficacia o por favorecer una “falsa” titularidad o participación de mujeres.

De cara a un futuro del sector agrario y del mundo rural en el que prime la igualdad entre hombres y mujeres, es imprescindible evaluar dichas políticas y establecer objetivos e indicadores pertinentes. Este no es el caso hoy.

Es cierto que se han seguido los resultados de algunas medidas (las evaluaciones exigidas por la Comisión Europea incluyen estos parámetros) pero falta conocer sus efectos en el conjunto del sector. Por ejemplo, no existe información sobre el porcentaje de mujeres entre los beneficiarios de las ayudas directas.

Cabe mencionar que el Ministerio ha realizado informes, estudios y códigos de buenas prácticas sobre las mujeres en el medio rural, aunque no recientemente. La mayor parte de los más recientes se han centrado en la situación de la mujer rural, su trabajo productivo y reproductivo y su participación en la sociedad, mientras posición en el sector agrario y las empresas rurales apenas se ha considerado.

Con respecto a las políticas activas existentes en la anterior programación, el Ministerio en 2009 elaboró una evaluación unos índices de referencia que se resumen a continuación. En algunos casos la evaluación se frustró por la falta de datos o incluso de trasposición adecuada de la medida de género a las normas autonómicas, caso de la mejora de las condiciones de transformación y comercialización de los productos agrarios, silvícolas y de la alimentación.

1. *Renovación del parque nacional de la maquinaria agrícola:* En 2007, primer año de aplicación del mismo, han sido de 670 (31%) solicitudes de mujeres en un total de 2.167.
2. *Plan de reestructuración del sector productor lácteo y distribución de cuota.* Se trata de una medida demasiado limitada para poder ser evaluada
3. *Seguros agrarios combinados:* En 2007 se aseguraron 562 (24%) mujeres jóvenes en las líneas agrícolas y 182 (36%) en las ganaderas. La base de datos de asegurados de ENESA no está desagregada por sexos, lo que impide conocer la participación total de las mujeres para establecer el contraste.

4. *Programas de Desarrollo Rural Endógeno: Iniciativa Leader + y PRODER II.* En el periodo 2001 – 2007 en el LEADER+ la participación de las mujeres en proyectos empresariales fue del 42,2%, en el empleo mantenido o creado el 42.2% y en la formación: 52,4%. En cuanto al PRODER II el MARM no disponía de la información desagregada por sexo. Los efectos positivos de la medida se aprecian también en los GAL, con el aumento de la presencia de mujeres en los órganos de decisión respecto al periodo de programación anterior.
5. *Primera instalación de agricultores jóvenes.* En 2006, el 36% de las incorporaciones fueron de mujeres. En el periodo de programación 2007 – 2013, se mantuvo la prioridad en la selección de las solicitudes de las mujeres, desapareciendo el suplemento del 10% a las jóvenes agricultoras.
6. *Ayudas a proyectos que contribuyan a la promoción de las mujeres del medio rural:.* La medida repercutió, sobre todo, en el fortalecimiento de la estructura asociativa de las mujeres y mejoró su presencia de estas en las organizaciones socioeconómicas y profesionales ligadas a las zonas rurales (OPAS, cooperativas, GAL, comunidades de regantes, cámaras agrarias, consejos de denominación de origen, etc.) y en los ayuntamientos.

## 5. UNA PROPUESTA PARA EL FUTURO

Antes de seguir adelante es necesario destacar que existe una buena información estadística sobre la mujer en la agricultura a través del Censo Agrario (cada 10 años) y de la Encuesta de Estructura (cada 3 años), realizadas por el INE periódicamente; sin embargo, la información sobre la mujer rural es mucho más deficiente, dejando a un lado el Padrón Municipal, la única fuente disponible en el Censo de la Población, realizado por el INE cada 10 años, que permite desagregar los municipios según número de habitantes y , por lo tanto, considerar específicamente en medio rural.

El primer objeto de la propuesta que se hace está encaminada a poner en marcha un mecanismo de seguimiento periódico de los principales parámetros de participación de las mujeres en el sector agroalimentario y en el mundo rural, realizado sobre todo a partir de fuentes estadísticas, cuya periodicidad condicionaría el seguimiento, y en la información recabada a las organizaciones o de los registros. Este trabajo permitiría conocer la evolución de las principales brechas de género y, por lo tanto, constituirá una primera aproximación a la

idoneidad de las políticas de igualdad desarrolladas. La información básica a seguir sería la siguiente:

1. En el ámbito de las explotaciones agrarias (según orientación productiva, dimensión económica y laboral, grado de dedicación): Titulares y jefes de explotación y ayudas familiares
2. En el ámbito de la industria alimentaria (grado de participación, dedicación y posición, tipo de industria): Ocupadas asalariadas y ocupadas empresarias
3. En el ámbito de las zonas rurales: Actividad, ocupación, paro, y empresarias rurales
4. En el ámbito de los órganos de decisión de las organizaciones socioeconómicas e instituciones de las zonas rurales (Organizaciones agrarias, cooperativas, grupos de desarrollo rural, Consejos reguladores, asociaciones de regantes, ayuntamientos)

Un plan estratégico debería incluir un mecanismo de seguimiento de todas las normas de aplicación tanto de la PAC como de las políticas agrarias y del medio rural nacionales con el objeto de garantizar que en todas ellas se aplican los criterios de igualdad decididos por el Gobierno en cada legislatura así como la especificación del género en todos los registros.

## 6. CONCLUSIONES

Aunque estas medidas no son las únicas posibles, cabe mencionar que han tenido un efecto positivo en la participación de mujeres, especialmente las que establecen una discriminación positiva en las ayudas a mujeres, lo que se debe en parte a la actitud de los gestores de la ayuda. En los últimos años las actuaciones y análisis sobre mujeres se han visto frenados, dado que la situación de desigualdad se mantiene, sería necesario relanzar un plan estratégico encaminado a mejorar la posición, que contemplase un protocolo de seguimiento de la posición de las mujeres, un análisis de los efectos de los cambios en la orientación de la misma y, en su caso, un relanzamiento de la necesidad del establecimiento de discriminación positiva, especialmente en la mejora de la participación de las mujeres en colectivo de titulares de explotaciones agrarias, el aumento de la importancia de las titulares en el conjunto de mujeres que trabajan en la explotación agraria como mano de obra familiar, la mejora de la dimensión de las explotaciones tituladas por mujeres, el aumento del empleo femenino en las zonas rurales, la mejora de la participación de las mujeres en el grupo de empresarios de las zonas rurales, el aumento de la participación femenina en los programas de formación y la mejora de la participación de las mujeres en los órganos de decisión y poder de las instituciones de las zonas rurales y de las organizaciones socioeconómicas ligadas a las mismas. Para eso es

necesario mejorar la información estadística e incorporar el tratamiento diferencial por género ha medidas muy importantes que aún no lo contemplan (Indemnización Compensatoria, Ayudas a Regadíos, etc.).

El éxito futuro de las estrategias de igualdad requiere un trabajo continuo, que incluye un seguimiento de la posición de las mujeres, de la aplicación de la transversalidad, y de la idoneidad de las medidas tomadas. Para eso parece conveniente la puesta en marcha de un OBSERVATORIO de género, con participación abierta, que realice informes periódicos y vigile el desarrollo del conjunto del Plan de Igualdad.

### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Camarero, L. A., & Sampedro, M. R. (2008). ¿Por qué se van las mujeres? El continuum de movilidad como hipótesis explicativa de la masculinización rural, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, 124.
- Sampedro, R. (1996). *Género y Ruralidad. Las mujeres ante el reto de la desagrarización*, Instituto de la Mujer, Madrid.
- MARM (2011)l *Diagnóstico de la igualdad de género en el mundo rural*.
- MARM (2009)l *Condiciones de vida y posición social de las mujeres en el medio rural*.
- MARM (2010)l *Las mujeres en el medio rural. Panorama sociolaboral de las mujeres en el medio rural y en la agricultura*.
- Gómez-Benito, C., & Díaz-Mendez, C. (2009). La juventud rural en el cambio de siglo: Tendencias y perspectivas. *Revista de Estudios de Juventud*, nº 87.
- Saborá (2009). Estudio de indicadores de género para los programas y medidas de desarrollo rural. Realizado para el MARM.

## Emprendedores y proyectos fallidos de LEADER y PRODER en Andalucía en el periodo 2000-2006. Perfil y motivos de desestimiento<sup>143</sup>

Francisco Navarro Valverde  
Universidad de Granada  
favalver@ugr.es  
Eugenio Cejudo García  
Universidad de Granada  
José Antonio Cañete Pérez  
Universidad de Granada

### RESUMEN

Para la iniciativa comunitaria europea de desarrollo rural, LEADER, se ha realizado un estudio de los proyectos que, habiendo sido inicialmente aprobados, no se llegaron a ejecutar. El objetivo es realizar un análisis sobre el perfil del promotor y el tipo de inversión, así como las causas que abocaron a que no se llegase a realizar. Se ha consultado la relación de proyectos no ejecutados durante el periodo 2002-2008. A continuación, cada uno de estos expedientes fallidos para los Grupos de Acción Local de la provincia de Granada. Por último, se ha realizado una entrevista en profundidad a los técnicos de éstos. Se aprecia una prevalencia del emprendedor privado sobre el público y de los jóvenes y nuevos empresarios frente a los que no. Las causas de desestimiento van desde una inadecuada planificación, falta de financiación, no poder cumplir en tiempo la demanda de documentación, o inexistencia de facturas para certificar inversiones.

PALABRAS CLAVE: LEADER; programas de desarrollo rural; proyectos fallidos/caídos; mujeres y jóvenes rurales.

### 1. INTRODUCCIÓN

La iniciativa comunitaria de desarrollo rural LEADER (siglas francesas de *Liaisons entre Activités de Développement de L'Economie Rural*, y que significan en español *Enlaces entre acciones para el desarrollo de la economía rural*) ha aportado, en los últimos 25 años, desde 1991 hasta la actualidad, en su aplicación en la Unión Europea, gran cantidad de cambios significativos ligados a: diversificación económica, innovación, puesta en valor de los recursos endógenos, participación ascendente y toma de decisiones local. Otros elementos definidores de ésta son el carácter integrado, la cooperación y creación de redes entre territorios rurales, y la conformación de partenariados público-privados a través de Grupos de Acción Local (GAL).

LEADER se ha ido aplicando a lo largo de 25 años, desde comienzos de la década de los 90 del siglo pasado, desde LEADER I (1991-93), LEADER II (1995-99), LEADER + (2000-06), a las medidas específicas de LEADER en los respectivos Programas de Desarrollo Rural regionales aplicados con el Fondo Europeo Agrícola y de Desarrollo Rural (FEADER),

---

<sup>143</sup> Este trabajo se ha realizado en el marco del proyecto de investigación “Programas de desarrollo y cambio rural en la Unión Europea: gobernanza, resultados y lecciones a compartir 2007-13” financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad español dentro de su Programa de Excelencia, CSO2014-56223-P.

2007-2013 y en la actualidad, 2014-2020. Por su parte, en este trabajo también se aborda el Programa Operativo de Desarrollo Rural PRODER, programa afín entendido como un “LEADER a la española”.

El propósito de este trabajo es analizar los proyectos fallidos de esta Iniciativa y de PRODER, por qué habiendo sido aprobados, y tras firmar el correspondiente contrato de ayuda con el correspondiente GAL, no se llegaron a ejecutar, las tipologías de promotor y de inversión preponderantes, así como las causas últimas que abocaron a que no se llegasen a realizar, al menos con financiación procedente de LEADER o PRODER. Todo ello contribuirá a conocer mejor el funcionamiento de la gestión de estos programas, además de buscar posibles errores en su implementación.

Existe una abundante bibliografía sobre la aplicación de LEADER. En líneas generales, se considera que la aplicación de esta Iniciativa ha sido muy exitosa. Desde sus comienzos ha resaltado como un instrumento ejemplarizante en la práctica del desarrollo local participativo y endógeno en el que las comunidades rurales se apoyan para determinar sus propios caminos de desarrollo a través de un uso racional y sostenible de los recursos locales. Como sugiere Ray (1998), LEADER tiene el potencial de democratizar el desarrollo rural. Otros autores también resaltan como mayores logros la descentralización, el empoderamiento de las comunidades rurales y la renovación del capital social en éstas (Shucksmith, 2000; Ramos & Delgado, 2003; Farrell & Thirion, 2005; entre otros). Ahora bien, la participación local ha sido más *formal que real* (Midmore, 1998), donde las tendencias y las decisiones y controles descendentes –en gran parte, de la administración regional- han reducido la toma de decisiones local (Navarro et al., 2016), siendo la Iniciativa controlada por las élites y *lobbies* políticos y económicos locales y convirtiéndose en un “instrumento político, económico y social” (Esparcia et al., 2000: 96), reforzando la estructuras de poder, y quedando por tanto al margen los colectivos desfavorecidos (Dargan & Shucksmith, 2008; Shortall, 2008; Furmankiewicz, 2010; entre otros). Por otra parte, los constreñimientos financieros y burocráticos también han limitado la capacidad para realizar cambios significativos (Ray, 1998; Navarro, 2016). Ahora bien, y en concreto, sobre nuestra temática en cuestión, el estudio de los “otros proyectos”, los proyectos fallidos, aún no existen trabajos. Es por tanto, un acercamiento nuevo que puede ofrecer enseñanzas interesantes en la gestión de este tipo de programas, aunque muchas de las afirmaciones anteriores quedan corroboradas y comprobadas en este caso.

## 2. FUENTES DE INFORMACIÓN, MÉTODOS Y TÉCNICAS APLICADOS

Las fuentes de información empleadas han sido tres. En primer lugar, la relación de proyectos no ejecutados durante el periodo 2002-2008 para toda Andalucía por parte de sus 50 Grupos de Acción Local, proporcionada por el Gobierno de esta región. Aunque el periodo oficial es el 2000-2006, en realidad la aplicación de los programas no se inició hasta 2002 y se prolongó hasta 2008. Nos circunscribimos a este periodo de tiempo por ser el más reciente del que se dispone de información. Del periodo posterior, 2008-2015, aún no existe tal documentación. En detalle, sería la Iniciativa LEADER + (Eje 1 y 2.1) y el Programa de Desarrollo Rural de Andalucía (PRODER-A), incluido dentro del Programa Operativo Integrado de Andalucía en su Eje 7: la 7.55 sobre desarrollo endógeno de zonas rurales en el ámbito agrario: diversificación agraria, y la 7.59 sobre desarrollo endógeno de zonas rurales no ligado a actividades agrarias. Ello se ha concretado en una relación de 1.281 registros de proyectos fallidos, aprobados y con contrato de realización suscrito con el correspondiente GAL, pero no ejecutados, sobre un total de 9.502 aprobados, el 13,5%. En segundo lugar, esta información se ha complementado con el estudio de los expedientes fallidos en los archivos de cada una de las sedes de seis GAL de la provincia de Granada (Alfanevada, Alpujarras, Guadix, Poniente, Valle de Lecrín-Temple y Vega-Sierra Elvira, exceptuando los Montes y Altiplano, que por motivos burocráticos y de gestión no permitieron consultarlos), es decir, un 12% del total de GAL de la región. Se revisaron *in situ* la documentación correspondiente a cada uno de estos proyectos. En definitiva, un total de 128 proyectos, el 10% del total de los existentes para Andalucía. Y en tercer lugar, una serie de entrevistas en profundidad a técnicos y gerentes de cada uno de los GAL cuestionándoles sobre las causas últimas de no ejecución de tales proyectos.

En relación al *proceso de tramitación*, los proyectos estudiados han alcanzado la fase de formalizado el contrato de ayuda entre el GAL y el beneficiario de la subvención, pero no han podido o querido cumplir alguna de las siguientes condiciones: ejecutar el proyecto de conformidad con las obligaciones pactadas en el contrato; iniciar la ejecución de la inversión en el plazo máximo de 3 meses y finalizarla en el plazo máximo de 18 meses a contar desde la firma del contrato; presentar los documentos justificativos de la realización total de la actuación subvencionada; mantener el destino de la inversión durante, al menos, 5 años; llevar un registro contable de las operaciones económicas relacionadas con la inversión subvencionada; y por último, comunicar a la opinión pública que la inversión está subvencionada por la administración andaluza y por la UE.

### 3. PRINCIPALES RESULTADOS

A nivel regional, como se ha señalado anteriormente, los 1.281 registros de proyectos fallidos, sobre un total de 9.502 inicialmente aprobados, se corresponderían con un 13,5%. En su mayor parte los proyectos aprobados pero no ejecutados con subvención correspondían a PRODER (el 75,7% de los proyectos fallidos, 970).

De las cuatro categorías “oficiales” de causas que recoge la catalogación de los proyectos fallidos por parte de la administración andaluza, la más frecuente es la de “Renuncia”, ya que como tal se consideran el 90,6% de los casos (1.161 de 1.281). Sin embargo la realidad es más compleja, como se comprobará posteriormente. Aunque minoritarias las otras modalidades, “finalizado”, “desestimado” o “sin finalizar”, recogen situaciones administrativas variadas, desde aquellas en las que se va a proceder a tramitar el reintegro de las subvenciones concedidas por no justificar adecuadamente los pagos a sus proveedores a aquellas en las que falta administrativamente alguna documentación para certificar totalmente su ejecución.

Atendiendo al tipo de emprendedor, se constata una cierta concentración de los proyectos fallidos en los grupos de autónomos (35,4%), sociedades mercantiles (17,4%) y corporaciones locales (14,7%). Los datos de mayor interés, sin embargo, se obtienen de su comparación con los proyectos aprobados en los mismos grupos de destinatarios. Los resultados obtenidos corroboran trabajos anteriores de la menor implicación de los grupos sociales más necesitados (Navarro et al., 2016). Así, los porcentajes de fallidos en relación con el total de aprobados son muy superiores para las autónomas mujeres jóvenes (27,7%) y autónomos hombres jóvenes (26,4%) respecto al total de autónomos hombres o de mujeres (21,5% en ambos casos), valor también ya elevado de por sí, y también tenemos porcentajes de fracaso muy elevados para el caso de las sociedades mercantiles lideradas por mujeres jóvenes (27,9%). De esta forma, el perfil de destinatario fallido se puede resumir en un empresario/emprendedor joven que trata de crear empresa, predominando las mujeres, que adoptan fórmulas legales básicas de autónomo o comunidades de bienes. Ahora bien, el perfil de sexo y edad de los autónomos con proyectos caídos es muy similar al correspondiente al de este colectivo para las actuaciones finalmente ejecutadas (40,2% de autónomos mujeres tanto en proyectos ejecutados con subvención como en fallidos).

Si descendemos ahora al análisis de los seis GAL de la provincia de Granada, y se detalla aún más el perfil de estos emprendedores fallidos, se puede afirmar, en primer lugar, que dentro de los productivos, 92 sobre un total de 128 abordados, el 60,3% (44 de 73) eran nuevos



emprendedores, ya que la inversión se destinaba a empresas de nueva creación. Ahora bien, ello no quiere decir que estos promotores no tuvieran ya experiencia, al contrario, un 81,5% de ellos tenían ya experiencia laboral y profesional en el mismo sector; solo un 4,6% no tenía experiencia y era su primer trabajo, mientras que un 13,8% procedían de otro sector. Por otra parte, la mayor parte de éstos que realizaron actuaciones productivas procedían del propio territorio del GAL (85,3%). En lo que se refiere al nivel de estudios, conocido para un total de 42 de estos expedientes analizados, casi la mitad (45,2%, 19), apenas poseían unos estudios primarios, mientras que para un 31% eran universitarios, es decir, relativamente poco formados.

Y por último, de la entrevista en profundidad a gerentes y técnicos de estos seis GAL, a pesar de que la “renuncia” se convierte en el motivo “oficial” por el que se abandona el proyecto, o mejor dicho, la subvencionabilidad de éste por LEADER o PRODER, se puede afirmar que las razones últimas y principales que llevaron a incumplir el contrato, son muy variadas, pudiéndose diferenciar hasta 15 tipos de causísticas conocidas para 105 proyectos del total de 128. Casi la mitad de ellas -45,5%- estaban derivados de la inviabilidad económica/financiera y de la falta de planificación/previsión por parte del promotor, directamente 16,9%, o indirectamente, a través de la falta de documentación solicitada, un 28,6% (de licencia de actividad, de apertura, proyecto viabilidad, alta en impuesto de actividades económicas, etc.). La excesiva rigidez en tiempos y requisitos, agrupando ambas a un 20,8% es el siguiente tipo de causa principal. A continuación se presentan otra serie de múltiples razones: acogerse a otra subvención, la propia renuncia sin justificar motivo, irregularidades en la documentación –reflejo de intentos de fraude o de cazar una subvención-, la necesidad de mantener la actividad durante cinco años, el incumplimiento de inicio de la inversión, u otros tantos tan singulares como el rechazar poner la placa de haberse acogido a la subvención a la entrada de su negocio. De estos proyectos, la mayor parte finalmente no se llevaron a cabo o no tuvieron éxito (64,3%) por ningún otro medio.

#### 4. CONCLUSIONES

Por tanto, nuevamente se corrobora la dificultad de acceso que tienen determinados colectivos a la Iniciativa, ya que el perfil que predomina dentro de los proyectos productivos que finalmente no se puede acoger a la subvención es el de un empresario o empresaria individual joven que trata de crear su nueva empresa, con experiencia en el sector y del propio territorio. Por su parte, la inviabilidad económica/financiera del proyecto, la falta de previsión/planificación por parte del emprendedor, y la rigidez en tiempos y requisitos de ambos

programas se convierten en los motivos principales de caída y desistimiento. La mayoría, (2/3 partes) finalmente no llegan a realizarse. Por tanto, es necesario mejorar las posibilidades de financiación al tiempo que se proporciona un mayor seguimiento y planificación de estas actuaciones, y se flexibilizan las condiciones de documentación y temporales de estas iniciativas y programas de desarrollo rural.

En futuros estudios sería adecuado profundizar en mayor medida en las casuísticas que rodean al desestimiento y caída en estos proyectos, realizando entrevistas en profundidad a los emprendedores, además de realizar el trabajo en el periodo recién culminado, el 2009-2015.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Dargan, L. & Shucksmith, M. (2008). LEADER and innovation. *Sociologia Ruralis*, 48(3), 274–291.
- Esparcia, J., Noguera, J., & Pitarch, M. (2000). LEADER en España: desarrollo rural, poder, legitimación, aprendizaje y nuevas estructuras. *Documentos de Análisis Geográfico*, 37, 95–113.
- Farrell, G. & Thirion, S. (2005). Social capital and rural development: from win-lose to win-win with the LEADER Initiative. En SCHMIED, D. (Ed.) *Winning and losing. The changing geography of Europe's rural areas*. London, Ashgate, p. 45–61.
- Furmankiewicz, M., Thompson, N., & Zielinska, M. (2010). Area-based partnerships in rural Poland: the post-accession experience. *Journal of Rural Studies*, 26, 52–62.
- Midmore, P. (1998). Rural policy reform and local development programmes: appropriate evaluation procedures. *Journal of Agricultural Economics*, 49(3), 409–426.
- Navarro, F., Woods, M. & Cejudo, E. (2016). The LEADER Initiative has been a victim of its own success. The decline of the bottom-up approach in Rural Development Programmes. The cases of Wales and Andalusia. *Sociologia Ruralis*, 56(2), 270-288.
- Ray, C. (1998). New places and space for rural development in the European Union: an analysis of the UK LEADER II Programme. *Working Paper*, 34, 1–51.
- Ramos, E. & Delgado, M. (2003). European rural development. Programmes as a mean of strengthening democracy in rural areas. Walking towards justice: democratization in rural life. *Research in Rural Sociology and Development*, 9, 135–157.
- Shortall, S. (2008). Are rural development programmes socially inclusive? Social inclusion, civic engagement, participation, and social capital: exploring the differences. *Journal of Rural Studies*, 24 (4), 450–457.
- Shucksmith, M. (2000). Endogenous development, social capital and social inclusion: perspectives from LEADER in the UK. *Sociologia Ruralis*, 40(2), 208–218.

## Abandono y reestructuración de la tierra. Una comparación de políticas regionales

Albert Mora Paretas

Universitat Politècnica de València

almopa1@posgrado.upv.es

Lorena Tudela Marco

Universitat Politècnica de València

lotumar@etsia.upv.es

José-María García Álvarez-Coque

Universitat Politècnica de València

jmgarcia@upvnet.upv.es

### ABSTRACT

This paper attempts to supply a comparative assessment of land use and management policies needed to prevent land abandonment. In this sense, an analysis of national and regional land management frameworks is carried out to address the farmland abandonment problem in several regions in Spain. In order to guarantee land sustainability in a particular territorial context, the main objective is to assess why and how the land regulations restrict or promote land consolidation. The process of developing the legal framework stirred a wide range of topics, including actions that the regional governments can take to prevent land abandonment. The debate covers several questions to avoid farmland abandonment as well as possible strategies as a part of a larger framework of agricultural protection. Solutions to the problem of land abandonment cannot be taken from a top-down approach but requires a multidisciplinary approach, social management and a better knowledge of smallholders' motivations to withdraw from agriculture. It is hoped that this record of comparative assessment will provide useful guides for policy-makers and stakeholders within and outside governments.

**KEY WORDS:** Land management, land abandonment, agricultural law.

### 1. INTRODUCCIÓN

El objetivo del presente trabajo es realizar una evaluación comparativa de las políticas orientadas a afrontar los problemas de abandono y fragmentación de la tierra en algunas Comunidades Autónomas.

Según el Instituto Nacional de Estadística, la Superficie Agrícola Utilizada (SAU), se ha reducido en España en un 9,2%, o lo que es lo mismo, en más de 2,4 millones de hectáreas, entre los Censos Agrarios de 1999 y 2009. Esta reducción de la SAU se encuentra en sintonía con lo que ha ocurrido en los últimos años en la mayoría de países de la Unión Europea, siendo el principal motivo el abandono de los cultivos (Pointerau et al, 2008).

Si bien la reducción de la SAU constituye un indicador del grado de abandono, nada nos dice de las causas que provocan el mismo y que se encuentran relacionadas con factores sociales, económicos, políticos y ambientales (Keenleyside & Tucker, 2010). El abandono de tierras en Europa ha sido ampliamente tratado (Brouwer et al, 1997), destacándose generalmente los efectos sociales, económicos y ambientales negativos, lo que justificaría la

intervención del Estado para su regulación. En el caso concreto de España, el abandono de tierras se relaciona con un mayor riesgo de incendio y una mayor degradación y erosión en los suelos. No obstante, algunos autores destacan los efectos beneficiosos del fenómeno en determinados territorios (Renwick et al, 2012). Sean los impactos del abandono negativos o positivos, lo cierto es que el abandono es difícil de definir, medir y estudiar y se ha convertido en uno de los principales cambios en el uso de la tierra en los países mediterráneos.

Uno de los factores considerado por la mayoría de autores como un indicador del riesgo de abandono viene determinado por el tamaño de las explotaciones (Keenleyside & Tucker, 2010). La dimensión y la fragmentación parcelaria se configuran como factores que comprometen la rentabilidad y el futuro de un gran número de explotaciones agrarias y, por tanto, aumentan el riesgo de abandono de los cultivos (Termes et al ,2013; Lopez-Iglesias et al, 2013; Corbelle et al, 2012; Gallego, 2010).

## **2. METODOLOGÍA**

Se han seleccionado Andalucía, Castilla y León, Galicia y Valencia, por sus diversos sistemas agrarios, tradición y distinta estructura de la propiedad. El enfoque es cualitativo y está basado en un análisis comparativo de la legislación. Se destacarán los criterios de definición de abandono, así como los distintos enfoques para encarar el problema y abordar las posibilidades de concentración parcelaria. Se realizará una valoración preliminar del alcance de estas medidas y se propondrán algunas soluciones alternativas ahí donde la política de estructuras se muestra insuficiente.

## **3. RESULTADOS DEL ABANDONO DE TIERRAS DE CULTIVO**

Dado que no existe una definición unívoca del concepto de abandono de tierras (Termes *et al*, 2013), la siguiente tabla 1 sintetiza la regulación normativa, nacional y regional, relativa a la definición del abandono y sus consecuencias:

**Tabla 6:** Regulación normativa, nacional y regional relativa al abandono

	ESTATAL	ANDALUCÍA	CASTILLA Y LEÓN	GALICIA	VALENCIA
<b>Definición de abandono</b>	Fincas rústicas manifiestamente mejorables	Incumplimiento de la función social de la propiedad de la tierra	Suelo agrario infrautilizado	Fincas abandonadas	Sin regulación propia
<b>Cuantitativa</b>	Fincas que lleven sin explotarse <b>dos años</b>	El incumplimiento de la función social de la tierra se efectúa mediante la declaración de finca manifiestamente mejorable de conformidad con la <b>normativa estatal</b> .	Sin actividad agraria durante <b>tres años</b>	No previsto	Sin regulación propia
<b>Cualitativa</b>	Fincas en las que de modo manifiesto <b>no se aprovechen</b> correctamente los medios o recursos disponibles como consecuencia de obras construidas o auxiliadas por algún ente público.	Mismo <b>criterio estatal</b> para las fincas manifiestamente mejorables	Suelos en proceso de <b>degradación</b> y sin aplicación de medidas correctoras o donde las <b>malas prácticas agrarias</b> o usos inconvenientes pongan en peligro las cosechas, el aprovechamiento de las parcelas colindantes o el medio ambiente	Superficies <b>no sometidas a ninguna práctica relacionada con la custodia del territorio</b> , cuando se propicie la aparición del fuego, la erosión o degradación del terreno, la invasión de malas hierbas, las plagas o enfermedades que puedan causar daños a la propia finca o fincas colindantes o cercanas.	Sin regulación propia
<b>Consecuencias</b>	La calificación de finca manifiestamente mejorable implicará el reconocimiento del interés social de la mejora del inmueble a efectos de su <b>expropiación forzososa</b>	El incumplimiento de las obligaciones inherentes a la función social de la propiedad de la tierra facultará la <b>expropiación del dominio o del uso de la finca</b> , imponer planes de mejora forzososa, y la exacción del Impuesto sobre Tierras Infrautilizadas.	La declaración de incumplimiento de la función social del uso de la tierra (*) respecto a una parcela o finca rústica conllevará, la <b>cesión temporal de uso</b> al Fondo de Tierras Disponibles de Castilla y León	El titular de una finca abandonada podrá optar entre la realización de una agricultura de conservación, la <b>cesión temporal de la finca</b> en favor de tercera persona, o su incorporación al Banco de Tierras.	Sin regulación propia

(\*) Se considerará incumplida la función social del uso de la tierra si una parcela o finca rústica ha permanecido en el inventario del suelo infrautilizado durante dos años.

Fuente: Elaboración propia a partir de las normativas.

Se pone de manifiesto que, salvo en Galicia, la legislación española ha optado por efectuar una definición del abandono que toma en consideración tanto aspectos cuantitativos (número de años sin labores de cultivo) como cualitativos (descripción de las condiciones de la tierra).

Asimismo, en los casos en que se produce la situación de abandono, la consecuencia principal sería la expropiación de uso de los terrenos. Resulta destacable que, en Castilla-León y Galicia, la denominada expropiación de uso ha sido sustituida por una cesión temporal que se articula a través de un organismo centralizado como sería, con denominaciones distintas, un Banco de Tierras. Estas dos normativas han sido las de más reciente aprobación (2014 y 2015, respectivamente), por lo que quizá convendría replantearse, o al menos reflexionar, sobre la validez actual de las regulaciones en otras Comunidades.

En general, hasta fechas recientes, los legisladores no han sido precisamente innovadores al adoptar medidas “correctoras” del abandono. Y no sólo no han sido creativas, sino que, vistos los datos de abandono actuales, tampoco parece que hayan sido efectivas. Ello puede ser debido a las limitaciones del propio mecanismo de expropiación.

#### 4. RESULTADOS DE LA CONCENTRACIÓN PARCELARIA

La concentración parcelaria ha sido una de las medidas que tradicionalmente se han propuesto como adecuadas para paliar el reducido tamaño de las parcelas y las explotaciones, así como el excesivo fraccionamiento (King, 1982). La tabla 2 sintetiza la regulación nacional y regional sobre concentración parcelaria.

**Tabla 7:** Regulación nacional y regional sobre concentración parcelaria

	ESTATAL	ANDALUCÍA	CASTILLA Y LEÓN	GALICIA	VALENCIA
<b>Concentración parcelaria</b>	Concentración parcelaria	Concentración de explotaciones	Concentración parcelaria	Reestructuración parcelaria	Concentración parcelaria
<b>Finalidad</b>	Constitución de explotaciones de estructura y dimensiones adecuadas	Constitución de explotaciones de estructura y dimensiones que permitan un mejor aprovechamiento del suelo rústico	Promover la constitución y el mantenimiento de explotaciones agrarias de estructura y dimensiones adecuadas, que permitan su mejor aprovechamiento, incrementando la rentabilidad de la actividad	Mejora de la estructura territorial de las explotaciones agrarias	Constitución de explotaciones de estructura adecuada que permitan su viabilidad
<b>Gastos</b>	Asumidos en su totalidad por el Estado	Asumidos en su totalidad por la Administración Autónoma	Si es promovida por <b>iniciativa pública</b> , los trabajos de asistencia técnica se sufragan <b>íntegramente por la Comunidad Autónoma</b> Si es promovida por <b>iniciativa privada</b> , los trabajos de asistencia técnica se sufragan <b>íntegramente por los beneficiarios</b> de la misma	Los gastos de la tramitación y ejecución son asumidos en su totalidad por la Consejería competente	Asumidos en su totalidad por la Generalitat

Fuente: Elaboración propia a partir de las normativas.

Un primer aspecto a destacar sería que todos los gastos derivados de la concentración parcelaria, con la excepción de la concentración de carácter privado en Castilla y León, son asumidos por las distintas administraciones públicas competentes.

Por otro lado, todas las normativas analizadas ponen el énfasis en la concentración de las explotaciones. Es decir, el objetivo fundamental no sería la tradicional agregación de aportaciones en una finca única, sino más bien adjudicar las fincas contiguas que integran una misma explotación, aunque pertenezcan a diferentes propietarios, logrando explotaciones de una dimensión y estructura rentables.

En este sentido, la regulación gallega es la más desarrollada en materia de concentración parcelaria. En Galicia, el propio concepto de concentración parcelaria se ha sustituido por el de reestructuración parcelaria. Así, según la propia exposición de motivos de la Ley, la reestructuración parcelaria incidiría sobre el objetivo de mejorar la estructura territorial de las explotaciones, estudiando en cada caso las soluciones que favorezcan su rentabilidad.

Por otro lado, en España, como ya han puesto de manifiesto algunos autores (Crecente, et al, 2002), la concentración parcelaria se centra en mejorar las infraestructuras y crear explotaciones viables, básicamente a través del aumento de su tamaño y la reducción del

fraccionamiento. A diferencia de otros países europeos como Holanda, no se suelen incluir objetivos no agrarios. Buena prueba de ello la constituye el hecho que, con las excepciones de Galicia y Valencia, la concentración parcelaria se incluye en la propia Ley agraria y no en una regulación específica que aborde el tema de las estructuras.

## 5. CONCLUSIONES

La reestructuración parcelaria debe ir acompañada de medidas fiscales, para incentivar la transmisión, ya sea de la propiedad o del uso, y por tanto, que faciliten la movilización de tierras. En este sentido, Comunidades como Galicia han hecho un amplio uso de su facultad legislativa, mientras que otras Comunidades como Valencia, a pesar de prever incentivos para las permutas y las compraventas, no lo han desarrollado, y por tanto, no constituyen más que una declaración de buenas intenciones. Actualmente, en esta última Comunidad se está llevando a cabo un proceso de reflexión que debería conducir a la aprobación de un marco legislativo favorable al mantenimiento de las actividades agrarias y a la mejora del medio rural.

Cabría plantearse si con una normativa de arrendamientos más flexible, podrían lograrse los mismos resultados perseguidos por la concentración parcelaria. En este sentido, los Bancos de Tierras podrían configurarse como un instrumento para favorecer los procesos de movilidad de tierras. Deberían explorarse mecanismos para llevar a cabo la cesión de tierras a entidades asociativas y realizar una evaluación de los efectos beneficiosos desde la perspectiva económica, social y ambiental.

También las cooperativas, ya sea a través de sus secciones de cultivo u otros instrumentos, no sólo podrían contribuir a conformar explotaciones de un mayor tamaño mediante la agrupación de parcelas, permitiendo alcanzar los objetivos perseguidos por la concentración parcelaria y reduciendo el riesgo de abandono de tierras, sino que garantizarían una mejora en la gestión, tanto en las fases de producción como de comercialización.

Por todo ello, los objetivos de la concentración parcelaria podrían alcanzarse a través de mecanismos más simples y adaptados socialmente, a través de fórmulas asociativas, si se configuraran como unidades de gestión de pequeñas (o grandes) propiedades en riesgo de abandono.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baldock D., Godeschalk F., Beaufoy G. (1997). Marginalisation of agricultural land in Europe. *Livestock in European Rural Development*. Macaulay Land Use Research Institute. Aberdeen, Scotland, UK, 25-32.
- Corbelle-Rico, E., Crecente-Maseda, R., & Santé-Riveira, I. (2012). Multi-scale assessment and spatial modelling of agricultural land abandonment in a European peripheral region: Galicia (Spain), 1956-2004. *Land Use Policy*, 29 (3), 493-501.
- Crecente, R., & Alvarez, C. (2002). Economic, social and environmental impact of land consolidation in Galicia. *Land Use Policy*, 19 (2), 135-147
- Gallego-Bono, J. R. (2010). La agricultura a tiempo parcial y la externalización de servicios agrarios como vehículo del cambio estructural. *Revista española de Estudios Agrosociales y Pesqueros*, (225), 13-45.
- Keenleyside, C., & Tucker, G. M. (2010). *Farmland Abandonment in the EU: an Assessment of Trends and Prospects*. Report prepared for WWF. London: Institute for European Environmental Policy.
- King, R., Burton, S. (1982). *Land fragmentation: Notes on a Fundamental Rural Spatial Problem*.
- López-Iglesias, E., Sineiro-García, F., & Lorenzana-Fernández, R. (2013). Chapter 5 Processes of Farmland Abandonment: Land use Change and Structural Adjustment in Galicia (Spain). *Agriculture in Mediterranean Europe: Between Old and New Paradigms (Research in Rural Sociology and Development, Volume 19)*. Emerald Group Publishing Limited, 19, 91-120.
- Pointreau, P., Coulon, F., Girard, P., Lambotte, M., Stuczynski, T., Sánchez Ortega, V., & Del Rio, A. (2008). *Analysis of Farmland Abandonment and the Extent and Location of Agricultural Areas that are Actually Abandoned or are in Risk to be Abandoned*. Ispra: European Commission-JRC-Institute for Environment and Sustainability.
- Renwick, A., Jansson, T., Verburg, P., Revoredo-Giha, C., Britz, W., Gocht, A., & McCracken, D. (2012). Policy reform and agricultural land abandonment in the EU. *Land Use Policy*, 30(1), 446-457
- Termes, J. M., Nisini, L., & Anguiano, E. (2013). *Assessing the risk of farmland abandonment in the EU*. European Commission.
- Censo agrario de España (1999 y 2009). Instituto Nacional de Estadística. MAGRAMA. Disponible en: <<http://bit.ly/25QFyWK>> (Fecha de consulta 09/06/2016).



## Cooperativismo e desenvolvimento rural: complexidades e contradições no campo brasileiro

Evandro César Clemente

Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí  
evandroclemente@gmail.com

Tatiane Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí  
tati87souza@gmail.com

Rafael Fernando Gontijo

Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí  
rafaelgontijo23@gmail.com

### RESUMO

O objetivo é analisar o papel do cooperativismo na produção e uso do território no campo brasileiro em dois períodos: dos anos 1930 até os anos 1980 e dos anos 1990 até o momento atual. No primeiro período houve estímulos à promoção de um cooperativismo para viabilizar a implantação de uma agricultura de caráter empresarial. Nisso o cooperativismo cumpriu um papel relevante para fortalecer e consolidar este processo por meio da aglutinação dos interesses deste segmento, na oferta de crédito, disseminação de pacotes tecnológicos e treinamento da mão de obra. No segundo momento, buscou-se redirecionar a formação de cooperativas no campo para os agricultores familiares visando fortalecer este segmento. A participação em uma cooperativa tem permitido aos agricultores familiares o acesso às políticas públicas, aos canais de comercialização para seus produtos, terem maior poder de barganha frente ao mercado, agregarem valor ao produto e diminuir custos na aquisição de insumos e equipamentos. No entanto, esta inserção, em geral, tem se dado de maneira induzida pelo Estado e, via de regra, subordinada ao capital.

**PALAVRAS CHAVE:** cooperativismo; campo; território; desenvolvimento rural.

### 1. INTRODUÇÃO

O trabalho tem como principal objetivo analisar o papel do cooperativismo na produção e uso do território no campo brasileiro em dois períodos: um que vai de 1930 até os anos 1980 e outro de 1990 até o momento atual. O recorte espacial para a realização da pesquisa empírica é a Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás, um território marcado pela expressiva presença da agricultura capitalista, que, no entanto, se apresenta entremeado de outras formas de uso e produção não capitalista, como a agricultura familiar e também de organizações sociais coletivas, como associações e cooperativas agrícolas. No primeiro período tem-se a expansão de cooperativas destinadas à agricultura empresarial, sendo que a partir dos anos 1990, ocorreu uma mudança, no sentido de fortalecer as cooperativas agrícolas voltadas para a agricultura familiar. Para a consecução da pesquisa foi efetuada revisão bibliográfica acerca do tema e de dados de fonte primária a partir da realização de entrevistas.

## 2. COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL

A “modernização” da agricultura, iniciada em fins dos anos 1950 no Brasil, não se expandiu de maneira homogênea pelo território nacional. Foi um processo que apresentou um desenvolvimento desigual (Kageyama, 1987) e seletivo (Delgado, 1985). Restringiu-se aos Estados do Centro-Sul do país, aos grandes e médios proprietários rurais, em detrimento dos pequenos agricultores familiares, bem como às matérias primas agrícolas voltadas para a exportação ou para o processamento agroindustrial em grande escala, casos da soja, laranja e cana-de-açúcar, em prejuízo dos produtos agrícolas tradicionais, que sempre fizeram parte da dieta alimentícia dos brasileiros, como arroz, feijão, mandioca, entre outros (Delgado, 1985).

Foi a partir de 1932 que o Estado, por meio da promulgação da Lei básica do Cooperativismo brasileiro, oficializou e passou a estimular a sua expansão no campo por meio de isenção de impostos e subsídios. Este processo se deu por iniciativa do Estado (de cima para baixo) e não de baixo para cima. Isso fez com que perdesse sua legitimidade. Houve a formação de unidades cooperativas que inicialmente recebiam e comercializavam matérias primas dos cooperados e, posteriormente, passaram também a transformar e industrializar as matérias primas agrícolas (Serra, 2009). Esta agregação de valores, aliada aos subsídios estatais, possibilitou que elas se estruturassem em verdadeiras empresas capitalistas modernas, que conforme alerta o autor, “a ponto de não se ter em determinadas situações como separar uma cooperativa de uma empresa privada comum, dados os níveis de aproximação entre os segmentos privado e coletivo” (Serra, 2009, p. 140). Cabe lembrar que neste período predominava uma visão de desenvolvimento rural calcada na necessidade de incorporação tecnológica no campo brasileiro, tido então como “atrasado” para promover o crescimento econômico, sem atentar para as demais dimensões.

Especialmente, a expansão das cooperativas agrícolas neste período ocorreu de forma mais intensa no Centro Sul do país, sobretudo nas regiões Sul, Sudeste e também na Centro Oeste do Brasil. Não obstante, estas foram as regiões em que a “modernização” da agricultura ocorreu de modo mais expressivo e que se estruturou uma agricultura empresarial capitalista. Dentro disso, o cooperativismo cumpriu o papel de fortalecer e consolidar este processo por meio da aglutinação dos interesses dos agentes deste segmento social, na oferta de crédito, disseminação de pacotes tecnológicos e treinamento da mão de obra. Assim, as cooperativas tiveram relevante papel na transformação do território, porém, deixaram de lado os agricultores familiares, já marginalizados pela “modernização”.

A implantação da agricultura capitalista redundou na exacerbação da concentração fundiária, no aumento das desigualdades sociais no campo, na expropriação dos pequenos proprietários, superexploração da mão de obra rural a partir da expansão do trabalho assalariado temporário em condições bastante precárias (bóias-frias). Também desencadeou a geração de impactos ambientais, a começar pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, insumos químicos e do manejo inadequado dos solos. Disso resultou uma agricultura com elevada competitividade no mercado internacional, que muito se deve à custa de processos espúrios de produção, como a superexploração da mão de obra e a forte degradação dos recursos naturais, como os solos e as águas, como consequência do emprego de sistemas produtivos agrícolas fortemente predatórios (Clemente, 2011).

No segundo momento, final dos anos 1990 em diante, com a crescente degradação ambiental no campo e do aumento da pobreza e da marginalização dos agricultores familiares, o Estado procurou adotar uma outra concepção de desenvolvimento rural (territorial) para as políticas públicas, de forma a contemplar outras dimensões, como a ambiental, cultural, social e não mais estritamente a econômica. Passou-se também a estimular a participação e o envolvimento dos sujeitos sociais do campo nas políticas públicas, numa tentativa de estabelecer a concepção e implementação de políticas públicas no formato *bottom up* (baixo para cima) em substituição ao antigo *top down* (de cima para baixo).

Para cumprir isso, a estratégia do Estado tem sido estimular a formação de cooperativas no segmento da agricultura familiar como condição para acessar as políticas públicas, como o PRONAF, PAA, PNAE, PNPB, dentre outras. Por um lado, a participação em uma cooperativa tem trazido efeitos positivos, ao permitir aos agricultores familiares terem acesso às políticas públicas, aos canais de comercialização para seus produtos, terem maior poder de barganha frente ao mercado, agregarem valor ao produto e diminuir custos na aquisição de insumos e equipamentos. Por outro, esta inserção tem sido se dado ainda de maneira muito induzida pelo Estado e subordinada ao capital. Isso denota que apesar das tentativas de mudança, o caráter *top down* ainda não foi superado.

Estruturalmente a agricultura familiar tem problemas de inserção ao mercado, em razão da produção em pequena escala, da dificuldade em manter regularidade na oferta de produtos, produção sujeita às intempéries e falta e inadequação de políticas públicas, dentre outros. Além disso, a estrutura atomizada dos agricultores familiares e os oligopsônios formados por grandes empresas capitalistas que se relacionam com estes sujeitos, tornam a condição do agricultor

familiar bastante fragilizada e vulnerável frente ao mercado capitalista. Para atenuar essa questão no capitalismo, a saída tem sido a formação de cooperativas.

A hegemonia do território pelo capital e o neoliberalismo tem criado situações e barreiras que as cooperativas dos agricultores familiares não conseguem superar no sentido de aprofundar sua emancipação política e econômica. Em muitos casos, a formação de associações e cooperativas entre os agricultores familiares, têm sido, contraditoriamente muito mais interessante às grandes empresas, de modo que estas tendem a se beneficiar muito mais das sinergias geradas com as organizações do que propriamente os agricultores.

Exemplo é a produção de leite, que passou por uma reestruturação produtiva no final dos anos 1990 com a implantação da coleta a granel (com armazenamento do leite em tanque de resfriamento e coleta com caminhão com tanque isotérmico). Isso tem sido bastante interessante para os laticínios na redução de custos, na medida em que possibilitou trabalhar com um número menor de fornecedores e menor frequência na coleta do leite, reduzindo custos do frete e ganhos em qualidade da matéria prima. Mesmo que do lado dos agricultores, o pagamento por qualidade e quantidade pelos laticínios tenha permitido aumento de 10 a 20% no preço recebido pelo leite. Desse modo, as empresas passaram a financiar e a estimular a utilização do tanque de resfriamento mobilizando grupos de agricultores para a formação de organizações coletivas (Clemente, 2006).

Outro exemplo é o caso dos agricultores familiares produtores de soja via PNPB (Programa Nacional de Uso e Produção do Biodiesel). Do lado do agricultor isto tem gerado renda, porém ele perdeu o domínio sobre os processos produtivos e teve sua soberania alimentar quebrada, pois se especializou somente na produção de soja, que tem um padrão tecnológico de produção voltado para grandes propriedades. Pelo lado das empresas compradoras da soja, isto tem proporcionado benefícios garantidos pelo Selo Combustível Social (SCS), como: isenção do PIS/COFINS, participação assegurada de 80% do biodiesel negociado nos leilões públicos da ANP, acesso a financiamentos em condições especiais e possibilidade de uso do Selo Social para melhorar imagem no mercado, já que este coloca a empresa como tendo responsabilidade social (geração de renda e inclusão da agricultura familiar) e ambiental (produção de combustível “limpo”).

A presença da agricultura familiar e de organizações coletivas solidárias no campo brasileiro (não capitalistas) devem ser compreendidas no processo contraditório e combinado de expansão do capitalismo. As peculiaridades do campo e da agricultura em muitas situações tornam mais lucrativo ao grande capital “permitir” a reprodução de práticas não capitalistas

para subordiná-las. Para Oliveira (2001) e Martins (1995), o capital não precisa necessariamente se territorializar pelo campo para dominar os setores produtivos, como na cana de açúcar. Em setores como o leite, frutas, avícola, suíno, etc., o capital desenvolveu novas maneiras de subordinar a produção agrícola aos seus ditames e se apropriar da renda gerada pelos produtores familiares. Nessa situação ocorre o que o autor chama de monopólio do território pelo capital. Tanto o capital industrial à montante e à jusante do produtor rural, como os capitais mercantil e bancário conseguem abocanhar parte da renda gerada, mesmo quando o agricultor mantém a propriedade da terra. Mesmo não havendo a expropriação do trabalhador e a sua proletarização, os diferentes tipos de capital criam condições e mecanismos para apoderar-se de parte da renda da terra produzida.

As cooperativas dos agricultores familiares, via de regra, apresentam fragilidades para seu funcionamento, como o individualismo, a desconfiança dos agricultores e a baixa participação dos cooperados. Mesmo com as cooperativas melhorando parcialmente as condições dos produtores, em geral, contraditoriamente, havido muito mais vantagens às grandes empresas do que para a produção familiar. Assim, as cooperativas resolvem a questão apenas parcialmente pelo lado do agricultor familiar.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo tem mostrado grande capacidade de engendrar práticas não capitalistas e até mesmo de resistência a ele, revertendo e utilizando em seu proveito. Diferentemente do que se imagina em geral, que o capitalismo somente promove relações e ações de competitividade, na verdade, verifica-se também que ele reproduz e se aproveita de relações de cooperação e não capitalistas, como a agricultura familiar, que contraditoriamente, são convenientes em sua busca incessante pelo lucro. Isto ficou visível na expansão do cooperativismo entre os anos 1950 e 1980 como instrumento de disseminação da agricultura empresarial-capitalista. Nos anos 1990, mesmo com a mudança de foco visando promover o cooperativismo para fortalecer a agricultura familiar, paradoxalmente, tem permitido ao capital obter lucros de forma até mais eficiente do que se houvesse a expansão de relações tipicamente capitalista, em razão das peculiaridades que a agricultura apresenta.

A busca pela participação via formação de cooperativas se deu sob influência direta do neoliberalismo, que via de regra, relegou aos sujeitos sociais mais obrigações e encargos, do que propriamente garantiu a participação efetiva na garantia de um desenvolvimento rural efetivo. Assim, o cooperativismo agrícola brasileiro está envolto numa realidade bastante

complexa e contraditória, pois ao mesmo tempo que as práticas em economia solidárias junto à agricultura familiar poderiam sinalizar pontos ou territórios com perspectivas de transformações sociais, de garantia do desenvolvimento rural pleno, estes acabam sendo engendrados e controlados pelo capital, estando na maior parte das vezes subjugados por este. O desafio colocado para a agricultura familiar é se mobilizar para se fortalecer cada vez mais frente ao Estado e o mercado capitalista

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Clemente, E. C. (2006). *Formação, dinâmica e a reestruturação produtiva da cadeia do leite na Região de Jales*. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Presidente Prudente - FCT/UNESP.
- Clemente, E. C. (2011). *O Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no contexto do desenvolvimento rural da Região de Jales-SP*. 353 f. Tese (Doutorado em Geografia), Presidente Prudente, FCT/UNESP.
- Delgado, G. C. (1985). *Capital financeiro e agricultura no Brasil - 1965-1985*. São Paulo: Icone.
- Kageyama, Â. A. (1987). *Alguns efeitos sociais da modernização agrícola em São Paulo*. In: R. C. Garcia, & G. Martine, *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo, Editora Caetés.
- Martins, J. S. (1995). *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- Oliveira, A. U. de. (2001). *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.
- Serra, E. (2009). As cooperativas do agronegócio e suas (novas) características no Paraná. *Revista Geografia* – v.18, n. 1, 39-156.

## Políticas públicas e caminhadas na natureza: estudo de caso do Território Vale do Ivaí, Paraná, Brasil

Clarice Bastarz

Universidade Federal de Santa Maria

clariceufsm@gmail.com

Natalia Salvate Brasil

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

nataliasalvatebrasil@gmail.com

Marcelino de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Marcelino.souza@uol.com.br

### RESUMO

Alinhadas às noções de multifuncionalidade e de diversificação econômica das propriedades rurais, as Caminhadas na Natureza configuram-se num projeto em que se realizam eventos de caminhadas oferecendo aos turistas serviços de alimentação (café-da-manhã e almoço), bem como a venda direta de produtos locais. Este modelo de caminhadas possui uma metodologia internacional, orientada pela Federação Internacional de Esportes Populares (IVV). O estudo busca analisar quais foram as políticas públicas que fundamentaram e proporcionaram o surgimento e disseminação do projeto “Caminhadas na Natureza”. Adotando o recorte geográfico do Território Vale do Ivaí, região central do Estado do Paraná, Sul do Brasil, o projeto Caminhadas na Natureza se destaca no território como uma modalidade de turismo rural, em que um número considerável de participantes tem gerado um fluxo turístico regional importante. Neste estudo de caso, optou-se por pesquisa de caráter qualitativo, em que os dados foram obtidos em março, maio e outubro de 2015 através pesquisa documental e de entrevistas com informantes-chaves, que foram protagonistas no processo de desenvolvimento do projeto com a finalidade de compreender as políticas públicas inerentes ao projeto. De acordo com documentos consultados e entrevistas realizadas, as Caminhadas na Natureza surgiram no Brasil com o objetivo de promover o desenvolvimento rural, baseado no modelo francês de turismo rural. A difusão das caminhadas no Brasil, até chegar ao Vale do Ivaí, foi impulsionada por políticas públicas com determinante participação do Estado. No Território Vale do Ivaí observou-se uma forte participação do Estado, com destaque para a empresa pública de assistência técnica e extensão rural, a Emater.

**PALAVRAS-CHAVE:** turismo rural; desenvolvimento rural; políticas públicas, Território Vale do Ivaí.

### 1. INTRODUÇÃO

O turismo tem assumido um papel importante nos discursos governamentais como gerador de renda, emprego e divisas. O efeito disso são as propostas de planejamento para essa atividade que vêm sendo incorporadas às políticas públicas de diversos países. No caso do Brasil o processo não é diferente. As políticas públicas do turismo vêm se delineando nessa perspectiva, especialmente a partir da década de 1990, quando são colocadas diretrizes mais concretas para o desenvolvimento do turismo por meio da Política Nacional de Turismo, Planos Nacionais de Turismo e institucionalização do Ministério do Turismo. Com a política nacional do turismo, são implementados programas que vão dar início ao planejamento territorial do turismo no Brasil. Em consonância com a Política Nacional de Turismo, o Estado do Paraná

implementa programas, institucionaliza seu órgão oficial de turismo, criando uma secretaria própria. Nos aspectos relacionados ao planejamento turístico propõe vários projetos de turismo para as diversas regiões do Estado, com objetivos de aumentar a demanda turística.

O objetivo deste artigo é interpretar o ambiente político e institucional das esferas nacionais e estaduais em que surgiram as Caminhadas na Natureza no Vale do Ivaí.

A metodologia de trabalho adotada na elaboração do artigo baseia-se no uso da abordagem analítica e empírica. A abordagem analítica consistiu na análise documental dos planos, políticas, projetos, leis e programas referentes às Caminhadas na Natureza no Vale do Ivaí. Além disso, foi realizada pesquisa de campo e entrevistas semiestruturadas em informantes-chave (IC), realizadas em março e outubro de 2015. Foi estabelecido que estes informantes seriam pessoas que protagonizaram e que estivessem diretamente relacionadas ao processo desde antes da implantação das caminhadas ao território. Os informantes-chave identificados foram:

- 1) IC1 - Presidente da Anda Brasil (instituição que deu início às caminhadas do modelo IVV no Brasil);
- 2) IC2 – O primeiro coordenador do projeto no Paraná e;
- 3) IC3 – A coordenadora do projeto no Território Vale do Ivaí.

Impulsionado por política pública de desenvolvimento rural, o projeto Caminhadas na Natureza ocorre no Território do Vale do Ivaí como uma modalidade de turismo rural, em que um número considerável de participantes tem gerado um fluxo turístico regional interessante. De acordo com documentos oficiais, em 2015, o Paraná contabilizou a participação de mais de 40 mil pessoas.

Este projeto prevê que os agricultores das comunidades rurais anfitriãs, apoiados pelo Estado, realizem eventos de caminhadas oferecendo aos turistas serviços de alimentação (café-da-manhã e almoço), bem como a venda direta de produtos locais (alimentos *in natura*, flores, produtos da agroindústria familiar, panifícios, artesanatos, entre outros). Este modelo de caminhadas possui uma metodologia internacional, orientada pela Federação Internacional de Esportes Populares (IVV)<sup>144</sup>. O envolvimento da comunidade local, de acordo com a

---

<sup>144</sup> *Internationaler Volkssportverband*, o IVV, é uma federação internacional de esportes populares. Promovem eventos em que se realizam atividades físicas não competitivas em ambientes naturais, envolvendo participantes de todas as idades e estratos sociais. Possuem associações continentais na Europa, Ásia e Américas, com membros filiados em 50 países. Realizam 7.500 eventos de esportes populares, os quais envolvem a participação de 10 milhões de pessoas por ano. A instituição brasileira membro do IVV é a organização não governamental Anda Brasil, que atua como idealizadora e coordenadora do Projeto Caminhadas na Natureza (Fawcet, 2015).



metodologia proposta pela Anda Brasil, é imprescindível para a realização do evento (ANDA BRASIL, 2007).

## 2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS CAMINHADAS NA NATUREZA

A maior parte dos estudos das organizações aponta que a intervenção do Estado é indispensável para o desenvolvimento do turismo, cujo processo deve se iniciar por políticas públicas voltadas para o setor em escala nacional, regional e local (Teles, 2011). Com o crescimento do turismo rural e seu despontamento como alternativa de ocupação e renda para os agricultores familiares, políticas de incentivo ao segmento começaram a surgir na década de 1990. Segundo Lacay (2012), o sistema de políticas públicas para o desenvolvimento rural é fundamental, assim como o desenvolvimento de políticas para o turismo. Neste sentido, para operacionalizar ações idealizadas nas políticas públicas, o MTUR (Ministério do Turismo) e o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) elaboraram definições e programas para o turismo rural.

Por seu lado, o MTUR focou a política em ações para o fortalecimento dos segmentos de turismo, dentre eles o rural, em que a segmentação era parte de uma estratégia de marketing visando o crescimento do turismo do Brasil. O MDA, por outro lado, voltou sua política na direção da diversificação econômica de propriedades da agricultura familiar, na qual o turismo rural poderia ser uma alternativa de ocupação e complemento de renda para as famílias. Essa abordagem implicava, portanto, a integração da agricultura familiar ao mercado, buscando acesso a melhores condições de produção (concretas ou subjetivas). A política pública, então, foi planejada com objetivo de integração ao mercado.

Estudos sobre políticas públicas diferenciam dois tipos de políticas: *top down* (de cima para baixo) e *bottomup* (de baixo para cima) (Arretche, 2000). As políticas *top down* não se preocupam em tratar das diferenças locais e regionais, mas estão mais voltadas para resultados macroeconômicos, em que o social quase sempre tem apenas um caráter coadjuvante. Já as políticas *bottomup*, além de levarem em conta as diferenças físicas, tratam das diferenças econômicas e sociais entre as diversas regiões dando prioridade aos problemas locais; têm como pano de fundo a diminuição das desigualdades socioeconômicas.

Neste sentido, as políticas públicas da época foram planejadas para permitir novas formas de integração e troca, através de processos de descentralização e horizontalidade, buscando garantir a representação dos atores sociais e manter a transparência de suas instituições. Pode-se dizer que o ambiente acadêmico e político, estavam alinhados ao ideal de

diminuição da concentração de poder e aumento da autonomia dos atores do desenvolvimento rural. Assim, as políticas públicas poderiam ser operacionalizadas através da formação de redes temáticas, com a participação dos atores locais, sejam eles da sociedade civil organizada, da iniciativa privada ou do Estado, da escala local, territorial, estadual ou federal

Seguindo esta perspectiva, de acordo com a Emater<sup>145</sup>(2012), o Projeto Caminhadas na Natureza faz parte das políticas públicas de desenvolvimento rural do Estado do Paraná e possui o objetivo principal de difundir a atividade turística como alternativa para a geração complementar de renda às comunidades rurais, valorização do meio rural e especialmente fortalecimento da agricultura familiar e de seus produtos associados.

### **3. CAMINHADAS NA NATUREZA NO TERRITÓRIO VALE DO IVAÍ**

Uma das ações propostas pelo MDA, para o turismo rural, no início dos anos 2000, era o treinamento de técnicos municipais da Emater e prefeituras, através de oficinas regionais. O projeto das Caminhadas na Natureza cresceu em âmbito nacional devido ao apoio financeiro e institucional do MDA com esta capacitação de técnicos e lideranças de diversos Estados do país em oficinas Macrorregionais; da viabilização da participação da Anda Brasil no Salão de Turismo; de Missões Técnicas Internacionais; e da mobilização de técnicos na formatação de 106 circuitos iniciais de caminhadas, lançados em 2007 (ANDA BRASIL, 2007).

Para legitimar e formalizar o apoio do MDA ao projeto das caminhadas, percebeu-se, então, a necessidade da criação de uma entidade que representasse as Caminhadas na Natureza. Conforme o depoimento de IC1 e IC2, em 2006, para o credenciamento oficial dos circuitos de caminhadas brasileiras no IVV, foi necessária a criação da organização não governamental Anda Brasil, com sede no interior do Estado do Rio de Janeiro, imbuída de organizar e cadastrar circuitos nacionais, realizar a interlocução dos Estados com as entidades internacionais no sentido de qualificar e promover os roteiros e circuitos brasileiros (ANDA BRASIL, 2007).

No Paraná, o projeto das caminhadas iniciou com a participação de técnicos da Emater na I Oficina Nacional de Caminhadas, realizada ainda em 2005, em Casimiro de Abreu (RJ). A realização desta oficina foi possível com o apoio institucional e financeiro do MDA.

A participação do Vale do Ivaí iniciou um pouco mais tarde, em 2007, quando foi realizado, em Caxias do Sul (RS), um curso sobre “Manejo de Trilhas” para Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Com o apoio financeiro do MDA e da Emater, participou deste curso um grupo de oito técnicos, entre eles IC3, técnica do Escritório Regional

---

<sup>145</sup> Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná.

de Ivaiporã. IC3 é responsável pelo Projeto Caminhadas na Natureza desde o início no Vale do Ivaí e, ao participar do curso, imediatamente percebeu o potencial de sua região, que, embora pobre, possuía elementos estéticos e culturais impressos na paisagem que poderiam ser apropriados pelo turismo e poderiam mudar a impressão das pessoas sobre seu próprio lugar, valorizando-o. Para IC3, o objetivo do projeto é a própria divulgação do espaço rural e da ruralidade, que contribui robustamente para a mudança na imagem do território e, conseqüentemente, contribui para sua valorização e geração de renda.

Para os três entrevistados, a expansão do projeto no Paraná e no Vale do Ivaí, que atualmente possui 15 comunidades com Caminhadas na Natureza, se deve ao financiamento do MDA e à participação da Emater, com sua capacidade de envolver os agricultores, aproveitando uma relação já construída e firmada com os agricultores atendidos, em projetos anteriores às Caminhadas na Natureza.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao interpretar o ambiente político e institucional das esferas nacionais e estaduais que fundamentaram as Caminhadas na Natureza, percebeu-se que quando o projeto foi criado, as políticas já sinalizavam a necessidade de atender às novas tendências do meio rural brasileiro. Parte dos estudos das organizações aponta que a intervenção do Estado é indispensável para o desenvolvimento do turismo.

Os entrevistados relataram o processo de amadurecimento das caminhadas na Natureza através do apoio financeiro do MDA e operacionalização, no Paraná, pela Emater. Essa multiplicação deu-se pela realização de oficinas de capacitação para a organização de caminhadas, de acordo com o modelo do IVV. Os entrevistados revelam que neste processo de implantação das Caminhadas na Natureza no território, o papel do estado foi e ainda é fundamental.

O projeto é, desde o início, entendido pelos entrevistados como uma metodologia para alcançar o desenvolvimento rural. Seguindo este ideal, foi realizado este trabalho com as Caminhadas na Natureza, sob a perspectiva de uma política *bottom up*, em que o consenso girou em torno da descentralização e autonomia dos atores locais. O depoimento dos informantes-chave deixa claro que a expansão do projeto no Paraná e no Vale do Ivaí se deve à participação da Emater e sua capacidade de envolver os agricultores em grande parte dos municípios do

território Vale do Ivaí. Entretanto, os informantes-chave ponderam, considerando que a Emater concentra as ações de coordenação em detrimento do empoderamento dos agricultores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDA BRASIL (2007) Projeto Caminhadas na Natureza. Silva Jardim, RJ: Anda Brasil.
- Arretche, M. T. S. (1999). Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. *Revista Brasileira das Ciências Sociais – RBCS*, v.14, n.40, jun. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1712.pdf>>. Acesso em: set. 2013.
- Fawcet, G. (2015). The International Federation of Popular Sports. Disponível em: <<http://www.ivv-web.org/pages/en/pdf/The-IVV-An-Overview.pdf>>. Acesso em: 15/11/2015.
- Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR). (2012) Relatório 2012 do Projeto “Caminhadas na Natureza no Paraná”. Curitiba: EMATER-PR.
- IVV. (2015) The IVV: one overview. Disponível em: <<http://www.ivv-web.org/pages/en/pdf/The-IVV-An-Overview.pdf>>. Acesso em: 25/07/2015.
- Lacay, M. C. (2012). *Desenvolvimento do turismo no espaço rural nas rotas do pinhão, Região Metropolitana de Curitiba: convergências e conflitos das políticas públicas*. Curitiba, 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- Teles, M. A. (2011). *Turismo, Ordenamento Territorial E Desenvolvimento na Região Metropolitana De Curitiba*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra. Curitiba.

## Museus da ruralidade do Baixo Alentejo: espaço de valorização e produção dos territórios rurais<sup>146</sup>

Ricardo Luiz Sapia de Campos

Universidade Federal de Goiás –Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP\FCL\Araraquara  
sapiacampos@yahoo.com.br

### RESUMO

Trata-se de texto com proposta de comunicação elaborados a partir de um *tour* de visitas por alguns dos museus da “rede de museus” do Baixo Alentejo. Os elementos centrais a serem considerados aqui, para além daqueles sugeridos pelos leitores e debatedores são pelo menos dois. Em primeiro lugar o chamado “olhar do outro” ou do “estranhamento” experimentado por quem “vem de fora”; em segundo lugar a mobilização de recursos intelectuais e formativos que busca comparar, em proveito, realidades distintas. O texto, portanto, apresenta o problema conforme ele foi construído: o enaltecimento do passado cristalizado no presente na forma de museus; esta prática, ou ainda, experiência concreta, como no caso em questão tida como fator central na construção do território. (Financiamento FAPEG: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás)

**PALAVRAS-CHAVE:** museus, ruralidade, espaço, Alentejo, território.

### 1. INTRODUÇÃO

O chamado baixo Alentejo, como se sabe, foi palco de intenso processo de proletarização agrícola atrelado a cultura do trigo. Nos “campos brancos” próximo, por exemplo, dos chamados “campos de Ourique” tendo Beja e mais ainda o município de Castro verde como uma espécie de capital moral da cultura do Baixo Alentejo e dos movimentos de resistência ligados a proletarização agrícola. Este texto discute e problematiza o enaltecimento e a vinculação moral construída em torno do “território da proletarização” agrícola e da produção de uma “capital moral” da resistência formada em torno da proletarização agrícola assegurada e mantida pela rede de “museus da ruralidade”.

A emblematização do passado, a monumentalização do trigo e da cultura cerealífera lembrando as novas “campanhas do trigo” ou descamisadas de milho. O Alentejo, e mais propriamente o chamado “baixo Alentejo” (tendo como contraponto o “alto Alentejo) surge como território idealizado cristalizado num passado distante, qual uma montra panorâmica, e menos como espaço real vivido e apropriado pelos cidadãos do presente. Aqui o rural é reinventado para consumo panoptico de uma nostalgia do ruralismo que alimenta as memórias dos mais velhos, mas que já não corresponde à realidade e a materialidade do mundo presente,

---

<sup>146</sup> Financiamento: FAPEG: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás.

ainda que aguçando a imaginação dos mais novos de que o passado é um lugar diferente e distante.

Também com relação as dimensões campo e cidade a vida transformou-se em outras diferentes e novas dimensões. Aqui questionamos se os museus “podem” abarcar em proveito do “desenvolvimento” do território. O enfoque da discussão privilegia “local” dos museus enquanto espaço de produção de políticas públicas e desenvolvimento regional. O estudo tem por base cinco dos principais museus da rede: Museu do Trabalho Rural da Abela (Abela - Santiago do Cacém); Museu da Farinha (S. Domingos – Santiago do Cacém); Museu de Aljustrel (Núcleo de Ervidel); Museu de Santa Clara-a-Nova – Almodôvar; Museu da Ruralidade (Núcleo da Oralidade, Entradas, Castro Verde)

## 2. DESENVOLVIMENTO E ARGUMENTOS

Conforme é sabido Portugal tem passado por uma intensa política de patrimonialização. A mais emblemática delas provavelmente foi a alçada do cante alentejano a património cultural imaterial pela UNESCO em 2014, lembrando que a dieta mediterrânica fora em 2013 e o fado em 2011. Em 2015 foi a vez do chocalho alentejano com prevalência histórica do fabrico em Alcaçovas. Em 2015 surge por iniciativa do município, via autarquias de comissões científica e executiva, a candidatura de Mértola á património Mundial da UNESCO.

Trata-se da prevalência da valorização de objetos, cultura, modo de vida, etc., ligados a cultura de comunidades rurais, como no caso em questão do Alentejo. A chamada rede de museus do baixo Alentejo está inserida neste contexto dum território reconstruído, patrimonializado, e, portanto, valorizado como emblema de um passado rico de história e de significados, conforme redefinição geográfica do território (Lavrador & Lousada, 2007). O argumento aqui é que este passado não teve valor e significado em si, mas passou a ser extremamente valorizado e enaltecido quando se “construiu” como passado. Os argumentos de Luis Silva (2008) apontam neste sentido:

Iniciado por volta de 1960, o processo de desruralização de Portugal ocasionou a atrofia socioeconômica das áreas rurais do país, situação que desse o final da década de 1980 se procurava combater através da implementação de determinadas políticas nacionais e comunitárias de desenvolvimento local em meio rural (p. 06).

Este processo de “desruralização” acontece dentro dum contexto bem definido:

Desde meados do século XX, os campos do país entraram num processo de mudança traduzível num triplo movimento de perda demográfica, retração dos usos agrícolas do solo e desenvolvimento das atividades turísticas (...). Esse êxodo rural está intimamente ligado a perda

de importância na economia e sociedade portuguesas desde meados do século XX. (...). Nas áreas rurais do nosso país para além da rarefação e envelhecimento da população residente, isso traduziu-se no ressurgimento dos incultos, na falência dos serviços, na degradação dos patrimônios edificados, e no empobrecimento dos tecidos produtivos (p. 6-8).

O que está em jogo o esgotamento de um modelo de desenvolvimento calcado na agricultura pautada na produção de alimentos. Neste mesmo momento, ou seja, quando entra em crise um modelo de desenvolvimento em que o campo (meio rural) sofre um “esvaziamento”, entra em jogo um outro cenário pautado no desenvolvimento do “território global”. Fato que é intensificado principalmente com a entrada de Portugal no contexto da comunidade europeia. Onde: “(...) esta fórmula de desenvolvimento rural aposta em duas frentes, designadamente: i) - a patrimonialização dos recursos endógenos do campo e ii) – o desenvolvimento do turismo. (Silva, 2008, p. 9).

A rede de museus do baixo Alentejo com sede em Beja, funciona no âmbito do CIMBAL<sup>147</sup> e é composta pelos municípios de Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa e Vidigueira. Os museus e atividades da rede integram a construção da patrimonialização crescente que tem acontecido em Portugal desde a entrada do país na Comunidade Europeia, tendo seu auge quando da inclusão do cante alentejano. Estes museus enfocam o modo de vida das comunidades rurais principalmente daquelas atividades construídas em torno da cultura do trigo. Valorizam formas de desenvolvimento em torno da patrimonialização para mercado e para a construção deste, conforme discorre Silva (2008), mas ao que parece fomenta uma grande rede instituída de promoção, reconstrução e valorização do território em que estão envolvidos muitos atores sociais provenientes da comunidade em geral e do poder público local.

Quiçá o grande problema possa ser expressado nas palavras de Kirshenblatt-Gimblett (1988) que aponta: “o patrimônio é um modo de produção cultural no presente que tem como recurso o passado”. A rede de museus do baixo Alentejo é uma rede de produção do patrimônio que se vincula a uma proposta bastante palpável e contemporânea envolvendo festivais e produção cultural, rede de hotéis, músicas, escolas de cante, artesanato, mercado editorial, etc., mas que tem como “matéria prima” o passado. O festival de Entradas, “Entrudanças e

---

<sup>147</sup> “Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo” criada em 2008, tem poder consultivo, deliberativo e executivo, entrou em funcionamento no ano de 2011 visando a promoção de interesses comuns dentro do território compreendido no circuito dos municípios com assento na associação. Tem como objetivo: a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido; b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal; c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional - QREN; d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.

Transumancias” promovidos pelo grupo “PédeXumbo”, a promoção do cante Alentejano em suas várias e distintas facetas disseminadas pelo território com dezenas de grupos e escolas de música e cante expressam a “prodigalidade patrocinada” de “jovens virtuosos” como Pedro Mestre. Soma-se a valorização da cultura material ligada a feiras tradicionais como aquela de Castro Verde, artesanatos, como no caso, o mais recente após a patrimonialização do chocalho em 2015; rede de hotéis municipais como o caso de Castro Verde gerido pela rede de museus, com sede no município. O museu da farinha com um amplo complexo de valorização do patrimônio e memória em torno da cultura do trigo nos “campos brancos” do baixo Alentejo junto com redes de hotéis, alimentação e artesanato em São Domingo, Santiago do Cacém.

Em casos, trata-se de uma nova vertente de política pública surgida na rasteira do declínio da valorização das histórias nacionais glorificadas em torno do civismo que sustentava os estados nacionais. Conforme aponta Marta Anico (2005) com relação a pós modernidade da cultura:

Num período marcado pelo declínio das histórias nacionais e, concomitantemente, pela proliferação de histórias alternativas, plurais, vernaculares e contemporâneas, a diversificação das histórias e dos passados considerados merecedores de uma representação pública e oficial conduziram à criação de inúmeros museus e sítios patrimoniais, bem como a uma tendência para tratar todo o tipo de objectos, dos mais eruditos aos mais populares, de igual forma. Com efeito, a crescente patrimonialização de elementos das culturas locais contribuiu para o alargamento do campo patrimonial que integra não só o património associado a práticas culturais eruditas e elitistas, mas também um património vernacular, quotidiano, material ou intangível, relacionado com as memórias e as histórias orais, abrindo assim caminho à integração de um vasto conjunto de bens culturais na categoria de património, fruto de uma crescente elasticidade conceptual, mas também temporal.

Ou um frutífero investimento em “turismo cultural (Pereiro, 2009), que na condição de singularidade busca identidade e afirmação se firmando como consumo diferencial e possibilidade de institucionalidade pública.

Penso que o processo de patrimonialização em curso no sul de Portugal não pode ser analisada sem levar em conta as dinâmicas de desigualdade existentes nos mundos sociais do sul do país. O sociólogo Renato Miguel do Carmo refere que no passado, a

posse de terra e o estatuto perante o trabalho manual eram, sem dúvida, os recursos mais distintivos, sendo principalmente a partir destes que se determinava o posicionamento social de cada indivíduo ou família perante a comunidade rural (Carmo, 2007, p. 812).



### 3. CONCLUSÕES

Tratam-se de resultados de pesquisa construídos pelo “olhar de estranhamento” de quem vem de uma outra realidade. Busco assim identificar formas de desenvolvimento local via reconstrução e valorização do patrimônio que podem ser transformadas positivamente em instrumentos de políticas públicas de valorização e desenvolvimento do território. Portanto este ensaio busca um aprofundamento exploratório que deverá ser realizado em pelo menos duas vertentes: buscar conhecer o tema e o debate acadêmico em Portugal; correlacionar com casos no Brasil. O próximo passo consiste em aventar análise comparativa com casos no Brasil com especial atenção para o interior do Estado de São Paulo e mais propriamente para experiências no estado de Goiás, no entorno da capital Goiânia e principalmente projetos geridos em torno do bioma do cerrado<sup>148</sup>

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anico, M. (2005). A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. *Horizontes Antropológicos*, 11(23).
- Carmo, R. M. (2007). As desigualdades sociais nos campos: o Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX. *Análise Social*, XLII(184): 811-35.
- Campos, R. L. S. (2016). Agricultura alternativa, agência e empreendedorismo: o caso da “Herdade do Freixo do Meio” no sul de Portugal. *Revista de Ciências Sociais Cadernos de Campos*, UNESP, n. 2. (mimeo).
- Kirshenblatt-Gimblet, B. (1998). *Destination culture: tourism, museums and heritage*. Berkeley: University of California Press.
- Silva, L. (2016). Contributo para o estudo da pós-ruralidade em Portugal. *Arquivos da Memória*, 4 (Nova Série): 6-25, [http://ceep.fcsh.unl.pt/ArtPDF/02\\_Luis\\_SILVA.pdf](http://ceep.fcsh.unl.pt/ArtPDF/02_Luis_SILVA.pdf).
- Lavrador, A, & Lousada, M. A. (2007). Região e identidade – o caso do Alentejo. *Arquivos do VI Congresso de Geografia Portuguesa*, Lisboa.
- Pereiro, X. (2009). *Turismo cultural: uma visão antropológica*. Tenerife: Pasos editora.

---

<sup>148</sup> Trata-se do segundo maior da América do Sul, ocupando cerca de 22 do território nacional e passando por doze estados da federação e encaves. O bioma onde estão as principais bacias hidrográficas do país: Amazonas, Tocantins, Rio São Francisco e Prata, tem sido foco de atenção e estudos de todo o gênero nos últimos anos. Para além do enfoque ambiental têm se investido esforços de pesquisa na área social, considerando o montante e diversidade de populações autóctones que desenvolveram culturas locais donde muitas ainda vivem com recursos provenientes do bioma.

## **Política de expansão e interiorização da educação profissional: os interesses dos jovens de cultura indígena na região Norte do Brasil**

Jorge Luiz de Goes Pereira

Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
jolugope@uol.com.br

### **RESUMO**

O Ministério da Educação brasileiro, em 2009, com o sancionamento da Lei 11.892/08 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, transformou várias Escolas Agrotécnicas, CEFETs e Escolas Vinculadas às Universidades Federais das diferentes regiões do país, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, promovendo a expansão da rede de educação profissional ainda com a criação de 38 instituições. A expansão e interiorização da rede de educação profissional nas localidades de extremas dificuldades de acesso a toda forma de infraestrutura representa a possibilidade de desenvolvimento e transformações significativas nas condições de vida das comunidades de cultura indígena brasileira, pois serve de instrumento para a construção de projetos educacionais (ensino fundamental, médio e profissionalizante), de pesquisa e extensão que levem à melhoria da qualidade de vida de jovens rurais. Este artigo analisa a descentralização da política de expansão e de interiorização da rede de educação profissional na Região Norte brasileira e suas consequências para o desenvolvimento rural, com ênfase na construção das identidades sociais dos jovens rurais, na manutenção da sua ruralidade. Trata-se de um estudo sobre os documentos que serviram de base para a elaboração da política de expansão e interiorização da rede e pesquisas e observações realizadas nos Institutos Federais Brasileiros na Região Norte, através do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ. Podemos observar que, no caso de jovens rurais indígenas pertencentes às comunidades tradicionais, inseridos nos espaços urbanizados, alguns mantêm relações familiares e de parentescos com seus grupos ancestrais. É o caso dos Tikúnas e dos Macuxis. É comum ouvirmos dos mais velhos (Tikúnas) que os “Institutos Federais estão tirando os jovens das suas tradições indígenas e os inserindo numa cultura urbana”. Esses jovens não demonstram interesse em cursos ligados à produção agropecuária e meio ambiente por falta de emprego nessas atividades na sua localidade de origem, pois ao ser formarem, dificilmente permanecem junto às suas famílias, são atraídos pelo mundo do trabalho assalariado. Os dados apontam ainda para o êxodo feminino das comunidades indígenas rurais na Região Norte. Por outro lado, existem casos em que as comunidades indígenas já vêm solicitando junto aos Institutos Federais projetos educacionais dentro da comunidade, bem como a criação de cursos específicos. É o caso da comunidade indígena Saterê-Maué. Esse pleito das lideranças representa a busca de autonomia na gestão de territórios, para sua autossustentação e fortalecimento da identidade étnica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política, Expansão, Interiorização, Educação Profissional, Jovens Indígenas.

### **1. INTRODUÇÃO**

O Ministério da Educação brasileiro, em 2009, com o sancionamento da Lei 11.892/08 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, transformou várias Escolas Agrotécnicas, CEFETs e Escolas Vinculadas às Universidades Federais das diferentes regiões do país, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, promovendo a expansão da rede de educação profissional ainda com a criação de 38 instituições.

A expansão e interiorização da rede de educação profissional nas localidades de extremas dificuldades de acesso a toda forma de infraestrutura representa a possibilidade de desenvolvimento e transformações significativas nas condições de vida das comunidades de

cultura indígena brasileira, pois serve de instrumento para a construção de projetos educacionais (ensino fundamental, médio e profissionalizante), de pesquisa e extensão que levem à melhoria da qualidade de vida de jovens rurais.

Este artigo analisa a descentralização da política de expansão e de interiorização da rede de educação profissional na Região Norte brasileira e suas consequências para o desenvolvimento rural, com ênfase na construção das identidades sociais dos jovens rurais, na manutenção da sua ruralidade.

Trata-se de um estudo sobre os documentos que serviram de base para a elaboração da política de expansão e interiorização da rede e observações e entrevistas semiestruturadas com lideranças (12 líderes de comunidades indígenas), e jovens indígenas (56 jovens entre homens e mulheres de um total de 178 jovens) realizadas nos Institutos Federais Brasileiros na Região Norte, através do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ.

## **2. A REALIDADE CONTRADITÓRIA DOS JOVENS NO CAMPO BRASILEIRO**

Os estudos sobre juventude rural no Brasil (Abramovay, 1998; Pereira, 2004b) apontam para um esvaziamento do campo, principalmente de mulheres jovens. Os jovens rurais enfrentam aqui o dilema de ficar ou partir em busca de melhores condições de realização pessoal. Os que permanecem, nem todos manifestam seu desejo de atuarem em atividades agrícolas (Ferrari, Abramovay, Silvestro, Mello & Testa, 2004).

São poucas as oportunidades de trabalho para os jovens, e a falta de infraestrutura e o processo de decadência da agricultura em algumas regiões fizeram do campo um lugar com menores possibilidades de realização pessoal para eles (Pereira, 2004b), levando os mais bem preparados para os espaços urbanos. O rural aqui é identificado como lugar de atraso, arcaico e de poucas oportunidades de educação, trabalho e lazer. O urbano responderia aos seus interesses como realidade ideal. Por outro lado, isso não significa a perda da ligação ou de uma identidade com o rural.

Portanto, as ruralidades, no caso dos jovens brasileiros, se expressam de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos. Há uma pluralidade de respostas, de caminhos possíveis, diante dos imponderáveis da vida no campo. O lugar que o jovem ocupa numa determinada sociedade e as características dessa sociedade podem ajudar a definir suas respostas diante das condições ou possibilidades vividas (Pereira, 2004a).

Nesse caso, a educação, principalmente a educação profissional, poderia representar um forte componente de qualidade de vida para os jovens, mesmo para aqueles que desejam permanecer

no campo, mas isso não significa que todos os jovens que vivem no campo têm interesse de se formarem para atuar profissionalmente no campo.

### **3. EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: O CASO DA REGIÃO NORTE**

A criação, expansão e interiorização da rede de educação profissional nas localidades de extremas dificuldades de acesso a toda forma de infraestrutura (saúde, segurança pública, tratamento de água e esgoto, educação, trabalho e renda, etc.) representa a possibilidade de desenvolvimento e transformações significativas nas condições de vida das comunidades no entorno. Assim, a expansão da rede é parte fundamental dos projetos de desenvolvimento vislumbrados pelo Governo Federal, servindo de instrumento para a construção de projetos educacionais (ensino fundamental, médio e profissionalizante), de pesquisa e extensão que levem à melhoria da qualidade de vida das regiões onde estão localizados.

A interiorização da rede de Institutos Federais está em consonância com o *Plano Nacional de Educação 2014-2024* (PNE/Brasil, 2014) aprovado pelo Congresso Nacional Brasileiro, quando estabelece como meta aumentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, buscando atender as especificidades dessas comunidades.

O Relatório *Educação Para Todos 2000-2015* (MEC, 2014) informa que faz parte da política de educação brasileira uma atenção especial para a educação de jovens e adultos através de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. E que no âmbito do Ministério da Educação, a responsabilidade pelo desenvolvimento de políticas de Jovens e Adultos localiza-se na esfera de abrangência de três secretarias: a Secretaria de Educação Básica (SEB), responsável pelas políticas de ensino regular e obrigatório associadas a este nível; a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Portanto, sob responsabilidade da SETEC, os Institutos Federais vêm ampliando sua atuação ao se interiorizar pelas diferentes regiões no Brasil onde há uma grande demanda de capacitação e formação de jovens e adultos para o mercado profissionais.

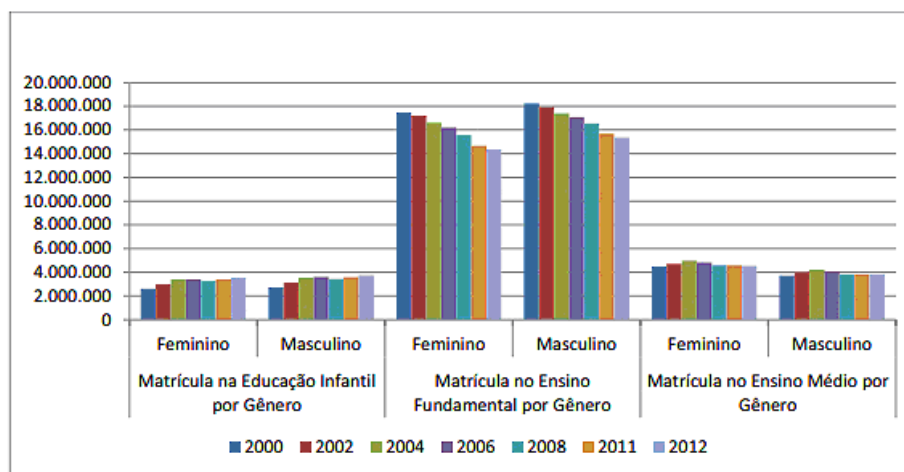
Os dados do Relatório mostram que a taxa de frequência escolar da população de 15 a 17 anos apresentou variações da ordem de 4,1 pontos percentuais, e que no período considerado teve um crescimento de 3,8%, passando de 81,1% em 2001 para 84,2%, em 2012. Além disso,

percebe-se também que a taxa de crescimento de matrícula tem sido maior no meio rural do que no meio urbano, evoluindo de 71,8% para 82,6%, representando um aumento de 15% no período de 8 anos, onde se encontram os grupos de jovens com maior situação de vulnerabilidade social e econômica, foco de atenção de muitos cursos criados nos Institutos Federais.

Outros programas, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano e Projovem Campo), também estão inseridos nos espaços e na dinâmica dos Institutos Federais. O Pronatec, por exemplo, teve um crescimento vertiginoso desde a sua criação em 2011, passando em 3 anos de 920.299 matriculados para 7.341.047, um crescimento de 278,1%.

Segundo o Gráfico 01 do Relatório tem havido uma tendência maior da taxa de matrículas do gênero feminino no ensino médio:

**Gráfico 1:** Matrículas por etapa e gênero 2000-2012



Fonte: MEC (2014).

As informações sobre matrículas na educação profissional por gênero entre 2002 e 2012 confirmam maior número de população feminina. Enquanto a participação das mulheres representava 48,4% da matrícula de 2002, passa a representar 53,5% da matrícula de 2012, conforme se pode ver na Tabela 01:

**Tabela 1:** Matrícula na Educação Profissional por gênero – Brasil 2002/2012

Ano	Total	Feminino	Masculino
2002	565.042	273.592	291.450
2012	1.063.655	568.590	495.065

Fonte: MEC (2014)

As regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste têm sido os principais focos de criação e interiorização dos Institutos Federais pelo fato da carência de instituições de ensino médio e profissional nessas regiões. Na região Norte foi criado ou expandido os seguintes Institutos e seu campus: Instituto Federal do Acre (3 campus), Instituto Federal do Amapá (2 campus), Instituto Federal da Amazonas (9 campus), Instituto Federal do Pará (11 campus), Institutos Federal de Tocantins (6 campus), Instituto Federal de Rondônia (5 campus) e Instituto Federal de Roraima (3 campus). Esse processo é extremamente relevante pelo fato de se tratar de territórios de difícil acesso, formados predominantemente de comunidades indígenas<sup>149</sup>, cujos cursos criados estão direcionados à ampliação de oportunidades de ensino profissional a populações urbanas e rurais. Temos observado, atrás das atividades do PPGEA, que muitos cursos direcionados às atividades rurais têm sofrido evasão, mesmo dos alunos oriundos de áreas rurais.

#### 4. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Podemos concluir que nas comunidades indígenas, os de jovens pertencentes às comunidades tradicionais, inseridos nos espaços urbanizados, alguns mantêm relações familiares e de parentescos com seus grupos ancestrais dentro das comunidades, mas há jovens que preferem ir morar na cidade. É o caso dos Tikúnas e dos Macuxis. Através de entrevistas semiestruturadas (seis entrevistas), os mais velhos ressaltam que os “Institutos Federais estão tirando os jovens das suas tradições indígenas e os inserindo numa cultura urbana” (Chefe Tikúna, 68 anos), e que “o Instituto deveria trabalhar para os índios e não contra os índios, já que os jovens que estudam lá querem ir embora da comunidade” (Professor Macuxi, 35 anos).

E observamos também que no processo de evasão escolar, esses jovens não demonstram interesse em cursos ligados à produção agropecuária e meio ambiente, segundo eles e elas, “a gente estuda agropecuária e não tem emprego depois. Então pra que estudar no Instituto? (T.K., rapaz Tikúna, 18 anos); “Eu queria arrumar um emprego e ganhar dinheiro. Não é pra isso que

<sup>149</sup> Mais da metade da população indígena vive na Região Norte e na Região Centro-Oeste do país, especialmente na Amazônia, único lugar onde as reservas são todas demarcadas. O Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010) encontrou 305 etnias: 250 dentro das terras indígenas, 300 fora delas.

a gente estuda? Meu irmão estudou no Instituto e não arrumou trabalho aqui. Agora, ele mora na cidade (M.T, rapaz Tikúna, 20 anos); Pra que fazer curso sobre meio ambiente? A gente não vai arrumar emprego de técnico aqui na comunidade. Melhor estudar algo que a gente arruma emprego (A. W., Moça, Tikúna, 17 anos).

Assim, por falta de emprego nessas atividades na sua localidade de origem, pois ao serem formados, dificilmente permanecem junto às suas famílias, esses jovens são atraídos pelo mundo do trabalho assalariado nos centros urbanos.

Os dados da pesquisa apontam ainda para o êxodo feminino das comunidades indígenas rurais na Região Norte: Há menos moças na comunidade porque elas estudam e arranham emprego e casamento na cidade. Têm cinco famílias na comunidade só de homens (Chefe Tikuna, 68 anos); As meninas não querem mais casar com os rapazes daqui. Elas estudam e namoram os rapazes da escola e ficam na cidade, casam com os brancos (S. W., mulher, 52 anos).

Por outro lado, existem casos em que as comunidades indígenas já vêm solicitando junto aos Institutos Federais projetos educacionais dentro da comunidade, bem como a criação de cursos específicos para a realidade indígena. É o caso da comunidade Saterê-Maué. Esse pleito das lideranças representa a busca de autonomia na gestão de territórios, para sua autossustentação e fortalecimento da identidade étnica, de forma que os jovens não tenham que se afastar das comunidades para continuar seus estudos, se profissionalizarem. Portanto, é preciso uma revisão no processo de expansão e interiorização dos Institutos Federais de forma a contribuir para o fortalecimento da identidade das comunidades indígenas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, R. (1998). *Juventude e a agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). *Censo demográfico 2010*. Recuperado a partir de <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/estimativas-do-ibge/censo-demografico-ibge-2010.pdf>.
- Ministério da Educação e Cultura (MEC). (2014). *Plano Nacional de Educação 2014-2024*. Série Legislação. Brasília. Recuperado a partir de <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>.
- Ferrari, D. F.; Abramovay, R.; Silvestro, M. L.; Mello, M. A. & Testa, V.M. (2004). Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? *Estudos Sociedade e Agricultura*, 12(2): 237-271.

- Relatório Educação Para Todos 2000-2015*. (2014). Recuperado a partir de [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192)
- Pereira, J. L. G. (2004a). *Juventude rural: para além das fronteiras entre campo e cidade, 2004*. (Tese de doutorado, Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Pereira, J. L. G. (2004b). Entre campo e cidade: amizade e ruralidade segundo jovens de Nova Friburgo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 12(2): 322-352.



## **Relato de experiências do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET/IFBA Chapadeiros) na Chapada Diamantina- Bahia, Brasil**

Henrique Oliveira de Andrade

Instituto Federal da Bahia, Campus Seabra / Projeto Nedet Chapadeiros (IFBA/CNPQ/MDA/SPM)

hgeouefs@gmail.com

Melissa Zonzon Silva

Projeto Nedet Chapadeiros (IFBA/CNPQ/MDA/SPM)

melzonzon87@gmail.com

Marco Aurélio Xavier

Projeto Nedet Chapadeiros (IFBA/CNPQ/MDA/SPM)

souzaxaviern@gmail.com

Marleide Silva

Projeto Nedet Chapadeiros (IFBA/CNPQ/MDA/SPM)

marleydsilva@gmail.com

### **RESUMO**

Este resumo busca apresentar e discutir as principais experiências no contexto da pesquisa e extensão no processo de execução, planejamento e concepção das ações concernentes ao Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Projeto/Nedet Chapadeiros) executado no território de Cidadania da Chapada Diamantina, Bahia, Brasil. O projeto é resultado de uma chamada pública que atingiu todos os territórios rurais do Brasil por meio de uma pactuação interinstitucional envolvendo o governo brasileiro, ministérios (MDA e SPM) e o conselho nacional de pesquisa (CNPQ). Dessa forma, o foco do projeto visa empoderar o território e seus agentes no contexto do planejamento de políticas públicas visando sua qualificação e o envolvimento dos sujeitos territoriais com foco nas mulheres e juventude rural. No íterim das ações, emergem os temas centrais que são: agroecologia, educação do campo e economia popular e solidária, como base para a potencialização na elaboração de projetos sociais, captação de recursos e principalmente na qualificação das demandas territoriais ligadas às políticas públicas de cunho territorial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território, Desenvolvimento, Política pública

### **1. INTRODUÇÃO**

O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial “Nedet/Chapadeiros” atua na assessoria e apoio às atividades do Colegiado Territorial da Chapada Diamantina- Bahia-Brasil, permitindo a requalificação de suas ações e o fortalecimento da instância colegiada enquanto espaço de representação, articulação e ação territorial. Nesse sentido, as ações de pesquisa e extensão envolvem a gestão territorial e participação social, as quais tiveram grande importância para o Colegiado Territorial da Chapada Diamantina, visto que tais ações do Nedet possibilitaram um empoderamento dos agentes e entes territoriais, sendo estas, realizadas de forma articulada com as temáticas da inclusão produtiva, juventude rural, comunidades tradicionais, assentamentos e etc. O Nedet Chapadeiros/IFBA, é executado e coordenado junto

ao Instituto Federal da Bahia, Campus Seabra, com ações de pesquisa e extensão, articuladas diretamente com as entidades, grupos produtivos e colegiado territorial.

Vale ressaltar que a estratégia denominada de “Nedet” vem sendo executada pela Política de Desenvolvimento Territorial Brasileira e ocorre de forma articulada em 186 territórios rurais do Brasil com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Ao nível territorial, ressalta-se a potencialidade de atuação do Projeto Nedet Chapadeiros nos 24 municípios do território Chapada Diamantina, galgando a construção e efetivação de redes de trabalho nas áreas temáticas de educação do campo, juventude, mulheres, economia solidária e agroecologia.

## **2. PROCEDIMENTOS, MÉTODOS E TÉCNICAS**

No contexto metodológico, ressalta-se o caráter de intervenções na pesquisa e extensão por meio da pesquisa-ação, a qual preza pelo diálogo entre pesquisadores/extensionistas e público alvo a ser beneficiado com o projeto em debate. Considerando o perfil das ações institucionais executadas pelo projeto e as demandadas pelo colegiado territorial, buscou-se planejar e executar ações que coadunassem com os princípios da participação social, empoderamento dos sujeitos e coletividade nas ações. Com base nisso, foram executadas reuniões, oficinas formativas, apoio à diversas reuniões e plenárias consultivas e deliberativas do colegiado territorial e suas instâncias, visando o empoderamento da juventude rural, mulheres agricultores familiares e comunidades quilombolas.

Nesse sentido, o processo de discussão e posterior intervenção é marcado pela vivência inicial no contexto territorial pautada na inteira imersão no processo de empoderamento e articulação entre sociedade civil (entendida como grupos produtivos, iniciativas, representações locais/territoriais) e o poder público visto a representação no Colegiado Territorial ser paritária. Esse processo visa a intervenção de forma coletiva, participativa e dialógica, buscando o percurso formativo do apoio institucional e o viés da extensão e pesquisa de forma articulada, tendo em vista a concepção de pesquisa-ação, extensão e metodologias participativas, buscando envolver a sociedade civil e movimento sociais nos processos decisórios e de participação social efetiva no âmbito territorial.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 3.1. O desenvolvimento territorial na Chapada Diamantina em questão

Segundo Cruz (2015) o processo de desenvolvimento territorial no estado da Bahia, é fruto da articulação de movimento de esquerda e grupos sociais envolvidos em processos políticos e institucionais. Dessa forma, esta organização baiana reflete o processo brasileiro que por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) institucionaliza a dinâmica de efetivação dos territórios rurais no ano de 2003. Na Bahia a dinâmica se estadualiza em 2007 com aspectos institucionalizados refletindo numa política territorial no final de 2014. Nesse contexto emergem as ações e atividades desenvolvidas pelo Nedet Chapadeiros no Território da Chapada Diamantina, que desde o ano de 2015, o qual promove ações de empoderamento, organização comunitária, grupos de trabalho, reuniões temáticas, elaboração de projetos sociais, oficinas formativas técnicas com sociedade civil e poder público, no intuito de dinamizar os processos com base nas articulações via Colegiado Territorial.

Diante de tais questões, o Nedet Chapadeiros, possui base nas ações em Agroecologia, Economia Solidária, mobilização de juventude e mulheres rurais, inclusão produtiva e gestão social. Dessa forma, esses eixos temáticos caracterizam as atividades de mobilização, reuniões técnicas e construção de redes de articulação/trabalho. No entanto, o desenvolvimento territorial tão almejado por meio dessas atividades operacionais de pesquisa, extensão e apoio, necessitam de institucionalização por parte dos entes federativos (união, estados e municípios) por meio da construção da participação social efetiva na tomada de decisões. Dessa forma, as ações do referido projeto Nedet coadunam com a mobilização das comunidades tradicionais/ancestrais buscando o processo de empoderamento comunitário da sociedade civil e também na busca de inserção desse processo na tomada de decisões.

De acordo com Serpa (2015), desde de 2007 a Bahia, possui uma estratégia de regionalização por meio dos territórios de identidade, os quais foram fruto da luta social e também da articulação interinstitucional inspirada nos territórios rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário a partir de 2003. Nesse ínterim, vale ressaltar as imensas dificuldades de mobilização do poder público por conta da demanda política de internalização de acordos municipais diretamente com os governos estaduais. De outro lado o problema de mobilização da sociedade civil associado com a característica de descrédito com os entes públicos quanto à participação colaborativa em ações governamentais.

No contexto das ações de pesquisa, extensão e apoio institucional, desde março de 2015, foram realizadas plenárias territoriais, que representaram espaços importantes de articulação e

qualificação de processos coletivos e participativos de planejamento para o território. Nesse sentido, a atuação do Nedet foi de suma importância para mobilizar e viabilizar a participação de entidades e ou municípios que se encontravam distantes da instância de controle social (CODETER). Neste período também foi realizado a reestruturação do Comitê de Mulheres, com a realização de duas reuniões; mobilização para criação do comitê de juventude, reunindo a juventude rural das EFAs – Escola Família Agrícola-, comunidades quilombolas e assentamentos. Tais ações foram importantes para a aproximação do CODETER junto às comunidades quilombolas do território bem como de empoderamento destas últimas, podendo ser ressaltadas: encontros, oficinas de gênero, mobilização para representação em instâncias de participação e controle social (comitês, Câmaras, conferências).

Para além destas ações, a equipe do Nedet/IFBA teve papel relevante na mobilização, realização e qualificação das conferências municipais e territoriais de Políticas para Mulheres, Fórum Territorial de Cultura, Juventude Rural, ATER, etc. A assessoria do Nedet ao colegiado na realização de todas essas ações: plenárias, câmaras, comitês, núcleos diretivos e conferências, permitiu uma considerável qualificação das ações, mobilizando novos atores/sujeitos e entidades e descentralizando as atividades do Codeter dentro do território. Para ilustrar esse processo, pode ser citada a realização a realização de Câmara temática de agricultura no município de Itaetê em agosto de 2015, onde foi debatido e deliberado o Proinf 2015 (Programa de Infraestrutura nos Territórios) e permitiu que entidades como assentamentos e Escolas Família Agrícola (EFA) participassem desse processo.

No decurso temporal desse processo, em setembro deste mesmo ano foi realizada, em Andaraí, uma reunião com as três Efas do território (Itaetê, Seabra e Andaraí) com o intuito de criar uma rede de trabalho e articulação entre estas três entidades. Esse encontro já produziu bons resultados como a realização da Conferência livre de juventude rural e o empoderamento destas entidades com relação às políticas públicas e as iniciativas de desenvolvimento territorial. Em 2016, estão em curso algumas oficinas formativas com o público do Codeter com os temas de elaboração de projetos, políticas públicas, Agroecologia, turismo rural e educação do campo.

Desta forma, atividades práticas como oficinas de elaboração de projetos, educação do campo, gênero e inclusão produtiva, turismo rural, PNAE e PAA, agroecologia, etc, são desenvolvidas e intensificadas neste ano do projeto, potencializadas por toda mobilização garantida pela atuação do Nedet no ano anterior, visto a interrelação do apoio institucional, dialogado com a pesquisa e extensão. Tais ações podem ser demonstradas em Cruz (2015, p. 160), quando afirma que “a concepção hegemônica na política pública de desenvolvimento

territorial articula a ideia de território às dimensões de descentralização econômica, política e decisória”.

Nesse contexto, Favareto (2010) destaca a necessidade da abordagem territorial abranger a noção de novas ruralidades, visto a característica ímpar do Brasil no contexto do processo urbano-rural e que esse processo reflita numa nova geração de políticas públicas. No âmbito do Território da Chapada Diamantina, ressalta-se a demanda de compreensão e inserção de sujeitos e grupos sociais/produtivos que historicamente foram extirpados e quaisquer processos decisórios e/ou de participação, tais como quilombolas e indígenas, sem mencionar o campesinato. Assim, as atividades de pesquisa e extensão na Chapada Diamantina por meio do Nedet busca inserir e potencializar a participação destes em espaços decisórios e colegiados.

A base conceitual e ideológica de tais ações institucionais, referenda-se na abordagem de território e lutas sociais discernidas em Garcia e Monteiro (2015), demonstrando a necessidade de atuação da política pública no empoderamento e dinamização das ações em gênero e mulheres, potencializando as contradições do patriarcado e colonialismo no processo de intervenção nos territórios. Para tanto ao nível do Território Chapada Diamantina, foram executadas diversas atividades, tais como elaboração de projetos, encontro de mulheres quilombolas e oficinas formativas no âmbito do comitê territorial de Mulheres.

Diante do processo de debate acadêmico do desenvolvimento territorial e suas interações com as mais variadas áreas do saber, Toledo e Barrera-Bassols (2015) destacam que as comunidades tradicionais e ancestrais se relacionam com a natureza por meio de dinâmicas de valor substancial e interativa, pois os mesmos compreendem e vivem a natureza de forma associada e não separativa. Tal abordagem serve de base para a inserção da temática da Agroecologia nas comunidades tradicionais como forma de demonstrar que medidas ecológicas/ambientais podem ser inseridas numa vivência e sobrevivência desses povos na relação sociedade natureza contemporânea.

Associando tais questões, Abramovay (2009), destaca a necessidade de potencializar a construção de laços por meio do capital social nos territórios, deixando claro que o território não pode apenas se reduzir ao agrícola ou agrário. Tal discussão teórica dialoga com as atividades de pesquisa e extensão que estão sendo desenvolvidas por meio da estratégia Nedet no território Chapada Diamantina. Vale ressaltar que as ruralidades podem ser maiores que apenas o agrário/rural, visto as interações sociais em cidade de pequeno e médio porte, marca direta do território brasileiro e da chapada diamantina.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante, as ações realizadas possuem intuito em potencializar o desenvolvimento territorial na Chapada Diamantina, associado com o empoderamento do campesinato por meio Colegiado Territorial, das associações de agricultores familiares, grupos produtivos e escolas família agrícola. Tal apoio na extensão universitária foi caracterizada na inserção de estudos acadêmicos de cunho participativo e também com oficinas formativas temáticas na área de inclusão sócio produtiva, mulheres e gestão social. A busca pela qualificação das demandas territoriais bem como os pleitos coletivos são demandas da estratégia Nedet por meio das ações de pesquisa, extensão e apoio institucional.

Os avanços nas ações territoriais por meio do Nedet, podem ser relacionadas diretamente com o empoderamento territorial dos sujeitos e inferir a potencialização da estratégia de Desenvolvimento Territorial na Chapada Diamantina. Avanços esses, que possuem relação à participação e gestão social dos atores/sujeitos do território nas instâncias colegiadas. Destaca-se também que o Codeter/Chapada no ano de 2016 passou por um processo intenso de reestruturação e a atuação do Nedet tem colaborado para que este processo tenha resultados positivos. Atualmente, com a nova composição do colegiado, a participação de movimentos sociais, associações quilombolas, assentamentos e sindicatos, EFAS no Colegiado, possibilita a potencialização das ações e também diretamente a inferência do maior empoderamento sócio-político no território.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovai, R. (2016). *O capital social nos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. 2010. In: [raceadm3.nuca.ie.ufrj.br/buscarace/Docs/abramovay1.rtf](http://raceadm3.nuca.ie.ufrj.br/buscarace/Docs/abramovay1.rtf). Acesso em 16 de maio de 2016.
- Cruz, D. U. (2015). *Estado, desenvolvimento e política pública: espaços participativos na gestão dos territórios de identidade na Bahia*. Salvador-BA: EGBA.
- Favareto, A. et al. (2010). *Desenvolvimento territorial em uma região do Semi-árido do Nordeste do Brasil – para além das transferências de renda*. Série Documentos de Trabalho n.83. Santiago de Chile: Rimisp.
- Garcia, F.M & Monteiro, K.S. (2015). Acesso das mulheres à terra e ao território no Brasil: entraves e estratégias das camponesas quilombolas na espaço agrário da Paraíba. In: Serpa, A. (Ed.). *Territórios da Bahia: regionalização, cultura e identidade*. Salvador-BA: Edufba.
- Toledo, V.M & Bassols, N. (2015). *A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular.

## Marx e Polanyi: elementos para a discussão das políticas públicas do desenvolvimento rural

Edgard Malagodi

Universidade Estadual de Campinas

edgardmalagodi@gmail.com

Arlde Franco Alves

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

alves@ifpb.edu.br

### RESUMO

O objetivo é traçar, a partir do contraponto desses autores, algumas considerações relevantes para os debates sobre o desenvolvimento sustentável e inclusivo dos territórios rurais. Parte-se da experiência brasileira recente, dos Programas PRONAT e PTC, relacionando-os com o programa de crédito para a agricultura familiar, PRONAF. As condições criadas pelas políticas e programas oficiais, orientadas na perspectiva do desenvolvimento territorial criaram uma situação propícia ao agricultor familiar na medida em que o colocou em condições de viabilizar seu próprio trabalho, assim como lhe garantiu o acesso ao crédito, em base a programas oficiais especiais que lhe permitiram acesso a recursos financeiros fora das condições do mercado autorregulado. Entre outras questões, Polanyi levanta a questão do mercado autorregulado, assim como aponta os problemas da economia de mercado, que impõe commoditização da terra, do trabalho e do dinheiro. Com relação a Marx, faz-se a distinção entre sua elaboração teórica no *Capital*, e suas análises posteriores sobre o campesinato.

**PALAVRAS-CHAVE:** agricultura familiar; mercadorias fictícias; territórios rurais; Karl Polanyi; Karl Marx.

### 1. INTRODUÇÃO

O debate sobre o desenvolvimento rural atual não é um debate isolado, mas pelo contrário repercute os debates nas arenas globais sobre temas sociais, ambientais e climáticos relevantes e urgentes. Isso tem permitido o aparecimento e assimilação de novos conceitos e noções que ampliam a percepção da complexidade e dos desafios atuais do desenvolvimento rural. Nessa ambiente intelectual se inclui o debate sobre o desenvolvimento inteligente e inclusivo dos territórios rurais, bem como o interesse por uma agenda de questões que promovam o desenvolvimento sustentável e inclusivo nos territórios rurais em diversos contextos geográficos e socioculturais, com destaque para a o sul da Europa e América Latina. No entanto, isso também aponta para a necessidade de estabelecer a conexão com as referências clássicas desse debate, e com estado da arte constituído ao longo de conjunturas históricas diversas, e que definiram parâmetros fundamentais da questão.

O presente texto se propõe a tecer considerações sobre esse debate, colocando-o em relação com a tradição de dois autores que tem sido referência teórica fundamental para pensar a crítica da sociedade contemporânea: Karl Marx e Karl Polanyi. Como base de observação empírica, tomo como exemplo a experiência brasileira recente. A importância dessa questão

pode ser medida pelo fato de ambos os autores clássicos representarem uma referência nos estudos sobre as crises sociais do capitalismo, dos problemas de desemprego, estagnação, conflitos sociais e políticos, etc., assim como nas crises estruturais da economia agrária, particularmente nos países mediterrâneos e países do Sul Global.

Tendo como referência estratégica a sustentabilidade, destaca-se em muitos países, nas últimas duas décadas, a repercussão do enfoque “territorial” do desenvolvimento. No Brasil, além dos debates acadêmicos e técnicos, a proposta foi abraçada pelo primeiro governo do PT, no início da década passada, o que permitiu também, internamente, a intensificação dos debates.

## 2. O CASO BRASILEIRO

A proposta de *desenvolvimento territorial* no Brasil representa uma das novidades em matéria de políticas públicas para o setor agrário, políticas justamente que tem como foco a exclusão social e a pobreza. Na verdade, ela se insere em um processo de construção de políticas para a agricultura familiar, resultado de um longo processo de acúmulo de debates acadêmicos e técnicos, bem como de avanços no interior dos órgãos de governo (Mattei, 2014; Sabourin, 2014). Especialmente a década de 90 representou um avanço no debate e formulação de política específica para um setor social menosprezado pelo planejamento oficial e pelas políticas públicas estatais: *a agricultura familiar*. O PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – a “mais importante e emblemática” política pública<sup>150</sup> para a categoria, foi instituída em 1995, mas representou o resultado de um longo processo de discussões e pesquisas acadêmicas e debates técnicos (Lamarche, 1993). Esse programa, embora inicialmente e essencialmente assentado sobre o crédito de custeio para agricultores familiares, foi sendo ampliado e diversificado a ponto de tornar-se uma instituição da política agrária brasileira. A ponto de abrir espaço para a aprovação e promulgação da Lei da Agricultura Familiar, em 2006.

A experiência brasileira de política pública formulada na perspectiva do *território* foi iniciada em 2003, com a criação do *Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais* (PRONAT), em substituição a um programa de financiamento de infraestrutura e serviços municipais (beneficiamento de estradas rurais, construção de silos, financiamento de máquinas agrícolas aos municípios para o apoio das propriedades familiares etc.), que se desenvolveu como uma das linhas do PRONAF. O novo programa – PRONAT –

---

<sup>150</sup> “Nenhuma política pública, embora socialmente construída e legitimada, pode ser instrumentalizada sem contar com um conteúdo técnico e instrumental robusto, o mesmo resultando geralmente também de um acúmulo no tempo.” (Sabourin, 2014, p.22)



estabeleceu como objetivo promover o planejamento e a gestão de políticas de desenvolvimento sustentável de base territorial, tendo como centro da ação a agricultura familiar. Não por acaso o programa foi instalado no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDS). (Sabourin *et al.*, 2008)

O programa de criação dos territórios rurais no Brasil está organizado em base a colegiados (fóruns) de âmbito territorial, ou seja, de âmbito supramunicipal, que reúnem entidades da sociedade civil (ONGs, sindicatos rurais, associações diversas) e representantes do poder público (municipal, estadual e federal) de vários municípios de uma microrregião, abrangidos e definidos como constituidores de um “território”. Os colegiados dos territórios têm a função de planejar e fazer o acompanhamento das ações (em geral, implementadas pelos órgãos e canais tradicionais), fazendo também a articulação com outras políticas públicas de interesse para o desenvolvimento econômico e social dos territórios. De 2004 a 1013 foram criados 165 territórios, ano em que se criou mais 74 territórios (maio/2013), com meta estipulada em 280 territórios rurais (2015).<sup>151</sup>

Essa experiência brasileira esbarrou, contudo na própria diversidade dos territórios, sendo bastante desigual o êxito do programa nas diversas regiões do país.<sup>152</sup> Na prática, os colegiados atuaram como propugnadores e planejadores de projetos e ações financiados pelos diversos órgãos do governo federal, que tiveram de um modo geral efeitos muito positivos, mas com impacto diferenciado quando se compara um território com outros, ou mesmo entre os municípios do mesmo território.<sup>153</sup>

Pode-se dizer que essa política pública teve muito o caráter de experimentação (Sabourin, 2014, p.19), tendo em vista que os territórios foram escolhidos, entre as microrregiões e municípios com características específicas. Em 2008 foram elegidos 60 territórios para fazerem parte de um novo programa, o PTC, “territórios da cidadania”. Este número dobrou no ano seguinte. Foram selecionados como territórios da cidadania os municípios e territórios que apresentavam as mais precárias condições sociais: IDH mais baixos, maior número de beneficiários do programa Bolsa-Família, maior número de assentamentos de reforma agrária, de quilombolas e indígenas, baixo dinamismo econômico e maior organização social.

<sup>151</sup> Informação da página do Ministério do Desenvolvimento Agrário. [http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mais\\_74\\_territorios\\_rurais\\_sao\\_incorporados\\_ao\\_Programa\\_de\\_Developmento\\_Sustentavel](http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mais_74_territorios_rurais_sao_incorporados_ao_Programa_de_Developmento_Sustentavel). Capturado: 26/05/2016.

<sup>152</sup> Inserir aqui alguns estudos críticos das experiências concretas dos territórios. Ex.: Território Centro Sul do Paraná.

<sup>153</sup> No Território Centro Sul do Paraná houve uma concentração de recursos direcionados aos grandes municípios, em detrimento dos menores.

Assim, os programas de desenvolvimento territorial no Brasil, o PRONAT e o PTC, ainda que pensados como políticas com “vocação transversal” estão ligados a um processo mais amplo de políticas direcionadas para a agricultura familiar (Delgado & Leite, 2011; Sabourin, 2014). Isto nos permite pensar a rela o entre a agricultura familiar e os diferentes territórios, que representam tanto especificidades ambientais e socioecon micas, como cenários institucionais diferenciados, uma vez que foram apoiados por programas e políticas públicas especiais. Cabe registrar que estas políticas foram também complementadas com outros programas que introduziram inova es que incidiram diretamente na reinser o dos agricultores familiares no mercado. Entre estes programas são dignos de men o: o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Garantia Safra, garantindo renda mínima a agricultores que perderam mais de 50% de suas colheitas na região Semiárida, e o PAA – Programa de Aquisi o de Alimentos, que – onde pode ser implantado – ofereceu a garantia de compra de significativa parcela da produ o dos agricultores familiares (Mattei, 2014).

Cabe considerar que as a es realizadas dentro do programa de desenvolvimento territorial (PRONAT e PTA), associados a outros programas criaram espaços de regula o e de suporte às decisões dos agricultores familiares, livrando-os da instabilidade e dos mecanismos de expropria o, presentes no mercado autorregulado, ou seja, do mercado especulativo e, não raramente, predatório.

A agricultura familiar, em sua constitui o tradicional, enfrenta entraves muito fortes para seu desenvolvimento, ou mesmo para a sua reprodu o como um setor econ mico específico. Há processos de intermedia o (o “comprador na porteira”) que, ainda que representem seu vínculo com o mercado, criam rupturas na medida em impõe preços e condi es de comercializa o.

O PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, uma política exitosa no Brasil, em processo de franca consolida o (Mattei 2014; Sabourin, 2014), tem representado a supera o de um dos maiores entraves para a agricultura familiar: a falta de recursos financeiros acessíveis ao agricultor familiar.

Justamente a política de apoio   agricultura familiar, elaborada a partir dos territórios permite justamente introduzir elementos que levam em conta as fragilidades e demandas dos territórios rurais empobrecidos. Isso nos leva   problematiza o introduzida por Karl Polanyi (2001), tanto em rela o aos problemas do mercado autorregulado, como em rela o às mercadorias fictícias: terra, trabalho e o dinheiro.

Nas condições de composição política em que se constituíram os governos recentes no Brasil, as políticas públicas e os programas de ação oficial não enfrentaram a questão da terra, mas buscaram criar as condições mínimas para que a efetivação do trabalho dos agricultores familiares, assim como tentaram suprir as necessidades mais urgentes de financiamento. Ao mesmo tempo, criaram reforçaram os mecanismos de comercialização (fortalecendo mercados locais, feiras do produtor, Programa Aquisição de Alimentos), oferecendo garantias mínimas a um produtor que secularmente estava entrega ao mercado autorregulado, ou seja, a um mercado sem qualquer controle.

No contexto da obra de K. Marx, a separação entre o trabalho e os meios de produção (capital) aparece como um pressuposto do próprio capitalismo. E foi assim, em sua gênese. Tratava-se de um momento fundamental da instalação do Modo de Produção Capitalista, conhecido como momento da acumulação originária do capital, ocorrida nos dois séculos que precederam à plena instalação do capitalismo industrial. Isso Marx estudou em ‘O Capital’, publicado em 1867. Depois Marx teve a oportunidade de conhecer a situação de sociedades com expressiva presença de camponeses, como a Rússia da segunda metade do século XIX.<sup>154</sup> No entanto, os agricultores familiares modernos, chamemo-los de camponeses ou de agricultores familiares, representam uma realidade do pós-capitalismo industrial, e precisam ser compreendidos como agentes constituidores do território, como uma realidade econômica, mas também social, cultural, (étnica) complexa. Não se tratam de meros elementos de produção, à mercê de um mercado autorregulado.

### 3. CONCLUSÕES

A abordagem “territorial” permite, portanto, focar nos agricultores familiares como atores do território, isto é, como agentes de um processo social amplo, onde se apresentam como pluriativos e multifuncionais. Como produtores eles não são apenas responsáveis pela geração de excedentes (*surplus*) no mercado, apropriáveis por agentes intermediários e especuladores, mas, sobretudo, atores de um processo de desenvolvimento que permite que o ativo “terra”, enquanto meio de produção, esteja integrado às demandas coletivas de segurança e soberania alimentar. Como também, além de produtores, constituem-se em portadores da diversidade cultural e mediadores da relação homem-natureza.

---

<sup>154</sup> Ver K. Marx. Escritos sobre a Rusia. México, Siglo XXI, 1970.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Mattei, L. (2014). O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Revista Econômica do Nordeste*, 45: 71-79.
- Polanyi, K. (2001). *The great transformation. The political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press.
- Sabourin, E., Duarte, L. & Massadier, G. (2008). Configuration of social actors among negotiation arenas for rural territorial development project in Brazil. In *XII World Congress of Rural Sociology*. Korea, Koyang, July.
- Sabourin, E. (2014). Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In *Seminário da Agricultura Familiar no Brasil*. Brasília DF.
- Delgado, N. & Leite, S. (2011). Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. *Revista Dados*, 54(2): 431-473.

## Análise fatorial da produtividade láctea no COREDE da produção no Rio Grande do Sul

Júnior Candaten  
ESALQ/USP  
juniorcandaten@hotmail.com  
Marco Antonio Montoya  
Universidade de Passo Fundo  
montoya@upf.br

### RESUMO

A expansão agropecuária láctea vislumbrou-se com a livre comercialização, possibilitando influir tecnologia, genética, conhecimento e técnicas adequadas para o manejo e produção. Propício para a atividade, o Estado gaúcho detém elevada produtividade, derivando-se a isso a integração dos vinte e oito COREDEs, onde salienta-se a forte participação do COREDE de Produção, cuja municípios abordados derivam, em sua grande maioria de pequenos produtores, que buscam na atividade a fortificação da renda. Perante tal contexto, o presente trabalho, análise fatorial da produtividade láctea no COREDE da Produção no Rio Grande do Sul, buscou verificar as correlações existentes entre uma série de variáveis, prospectando alternativas para alavancar a produtividade leiteira no COREDE da Produção. Para tal abordagem, utilizou-se do método Varimax, possibilitando a minimização das relações e elucidando os resultados. Por meio da verificação dos dados e adequação à análise, vislumbrou-se significativas correlações entre a produtividade e as incógnitas ‘área’ atuando com 0,650 e ‘tempo desprendido para a atividade’, em 0,427. Obteve-se, juntamente a isto, uma tendenciosa correlação com o fator Propriedade, correspondendo com 0,938. Portanto, a variação da produtividade infere-se com maior ferocidade ao fator Propriedade, e as variáveis ‘área’ e ‘tempo desprendido para a atividade’, sendo estas os vieses para aglomeração produtiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Produtividade. Correlações. COREDE da Produção.

### 1. INTRODUÇÃO

Dentre os principais segmentos do agronegócio, desponta-se intensificado a cadeia láctea, sendo que o Rio Grande do Sul detém a segunda maior bacia leiteira, nacional, contendo consigo um dos maiores níveis produtivos, em mesmo âmbito, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015), amparado e mencionado por Montoya, Pascoal e Finamore (2014, p. 5). Para a qual, os mesmos, informam que a descontinuação políticas ocorridas em meados dos anos 1980 e 1990, cujas mesmas de expansão, propuseram a abertura comercial das fronteiras nacionais, propiciando a integração de indústrias externas e atentas ao desenvolvimento de atividades importantes, antes suprimidas.

Esta atividade incorporou salientes alterações comerciais, que propuseram significativa integração com ambos elos da cadeia, antes restringidos e pouco percebido. A continua melhora produtiva gaúcha, agregou-se eu determinadas regiões sul rio-grandense, aconchegando-se em

solos e climas mais propícios para o manejo e aplicação da pecuária. Perante isto, dimensiona-se os impactos da gama de variáveis possíveis na influência da produtividade, possibilitando-se sua mensuração, delineia-se uma análise fatorial, no qual, salienta PUC-RIO (2015), tem-se a abordar o problema a composição das correlações entre diversas incógnitas, determinando com isso, um conjunto de variáveis comuns, denominadas fatores.

Diante disso, busca-se, no Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE - Produção, cuja quantidade prospectada de leite no Estado encontra-se volumosa. Por meio da análise fatorial, objetiva-se verificar quais fatores que possuem maior influência na produtividade láctea no COREDE da Produção no estado do Rio Grande do Sul. Alcançando-se, assim, dados que possibilitem impor maiores níveis produtivos e conseqüentemente um aumento da lucratividade no setor como todo, visto que a mesma infere, indiretamente, em diversos setores Estaduais. Vislumbra-se, as variáveis propriedade, tecnologia, educação, como sendo os gargalos produtivos que induzem maior tenor.

## 2. METODOLOGIA

Influindo-se a importância da cadeia láctea no COREDE da Produção, no estado do Rio Grande do Sul, utiliza-se uma análise fatorial afim de vislumbrar as variáveis impactantes na produtividade leiteira. Adota-se métodos e técnicas da análise fatorial para geração do conhecimento e conseqüentemente objetivando-se o cumprimento dos objetivos pré-estabelecidos.

Verifica-se a inferência que a produtividade gera nas propriedades, ligando-se diversos fatores que propiciam a constituição e alimentação da mesma, incorpora um variável necessária para a contínua dos negócios na porteira. O estudo consistirá na manipulação e organização de dados coletados, de forma primária pela adoção de questionários, por Montoya, Pasqual e Finamore (2014a), disposto na obra “Os produtores de leite na região da produção do Rio Grande do Sul: Sinopse estatística” e “Panorama da produção leiteira no Rio Grande do Sul: perspectiva e gestão nas propriedades no Corede Produção” cuja obra dá-se por Montoya, Pasqual e Finamore (2014b), buscando-se gerar conhecimento a fim de proporcionar compreensão do assunto, consistindo-se, por tanto, numa pesquisa aplicada, que segundo Cooper e Schindler (2001, p 32) consiste na revelação de respostas à ações, desempenhos e demais necessidades, além de inferir ênfase prática na solução.

Salienta-se a importância que apresentam os dados, sendo que os mesmos correspondem com um aglomerado de 3880 dados, distribuídos entre 18 variáveis utilizadas via análise

fatorial, sendo que cada variável dispõe de 194 observações, discriminando-se o mínimo respeitado para a quantidade de observações.

Para fins de aglomeração das variáveis a seus respectivos fatores, usufrui-se do software estatístico, SPSS, cujas atribuições, permitem calcular análises multivariadas, proporcionando seguridade nas análises e inferências que lhe serão atribuídas nos resultados obtidos do banco de dados incorporados no sistema. Analisar-se-á os resultados assim como os testes de KMO, o qual verifica a adequação dos dados para realizar a análise, e de Bartlett test, o qual informa a possibilidade de interpor a análise ao banco de dados.

### 3. MODELO EMPÍRICO

Buscando-se verificar a correlação de inúmeras variáveis com a produção láctea no COREDE da Produção, utiliza-se da estatística fatorial, a fim de aglomerar as variáveis em poucos fatores. Segundo o estudo da PUC-Rio (2015) a análise fatorial, compreende uma das estatísticas compreendida na análise multivariadas, no qual consiste em abordar o problema das inter-relações entre vastas variáveis em conjuntos latentes comuns, denominados fatores.

Contudo, a PUC-Rio (2015) relata que análise fatorial trata-se de uma técnica de interdependência onde ambas incertas são simultaneamente consideradas, relacionando-se todas com todas, empregando ainda o conceito da variável estatística, a composição linear de variáveis.

Diante disso, o objetivo da extração dos fatores, advém em verificar uma porção de variáveis que formem uma combinação linear com elevado grau de correlação inferindo-se a obtenção de um fator, conforme descreve PUC-Rio (2015). Essa combinação pode ser definida assim:

$$T_j = C_{1j}X_1 + C_{2j}X_2 + \dots + C_{nj}X_n$$

Onde,  $T_j$  - fator Produtividade, sendo este o componente principal, adquirido por uma combinação linear de diversas variáveis  $X_1 + X_2 + \dots + X_n$ . Essas incógnitas, corroboram com às 17 citadas anteriormente, que correlacionarão, na análise fatorial com a Produtividade, afim de verificar as interações e simetria entre ambas, numa correlação par, ou seja, a fim de análise, dar-se-á entre a variável produtividade e as explicativas, uma a cada vez.

Potencializa-se à análise, adotando-se o critério de Kaiser, para extração dos dados e o método Varimax, que segundo Firetti et al (2012, p. 146) consiste na minimização de variáveis

relacionadas aos fatores, proporcionando uma interpretação facilitada. Salienta, contudo, que o mesmo, eleva a correlação dos coeficientes entre as variáveis e os fatores. Este mesmo utilizado por Rezende, Fernandes e Silva (2007, p. 1) onde classificaram os municípios, por eles analisados, cuja potencialidades de desenvolvimento comercial, industrial, de serviços, social e agropecuário.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Verificou-se a importância do setor lácteo, tanto em nível nacional, nitidamente estadual e quanto no COREDE de Produção. Notou-se que as contribuições mercadológicas e comerciais propostas pelas novas políticas governamentais, na década de 90, continuam contribuindo para a contínua elevação produtiva da cadeia.

Inovações tecnológicas, genéticas, conhecimentos técnicos e econômicos, aliados aos clima propício, corroborem para magnitude representativa do COREDE da Produção no Estado, e este em nível nacional. Salientando-se a caracterização da produtividade no COREDE, buscou-se por meio da análise fatorial influir as variáveis que contribuem com maior ferocidade para contribuição crescente na mesma.

Obteve-se elevadas correlações entre a variável Produtividade e demais incógnitas constando da 'área' cuja atribuição encontra-se em 0,650 e 'tempo desprendido para a atividade' em 0,427, sendo estas com maior relevância. Vislumbrou-se nos dados trabalhados, em que grande parte das propriedades são pequenas, influenciando-se na análise fatorial, onde um aumento da área destinada a atividade láctea, em 1%, desprenderia uma variação positiva produtiva em 0,65%.

Salienta-se que o tempo envolvido na atividade láctea aufere importante determinação produtiva no COREDE de Produção, incrementando-se 1% na variação do tempo destinado a pecuária leiteira infere uma variação positiva na produtividade na base de 0,43%, cuja correlação dá-se neste tenor.

Verificou-se, que o fator Propriedade, correlaciona-se freneticamente com a variável produtividade, atribuindo-se uma relação mutua em 0,938. Nota-se, que qualquer variação no neste fator, atribui oscilação na produtividade, visto sua elevada simetria. Discorre-se, em que os demais fatores analisados, correlacionam-se brandamente com a incógnita produtividade, no entanto, encontram-se elevadamente correlacionados com outras incertas que corroborem indiretamente com a inclinação produtiva da propriedade.



Vislumbra-se, no fator Propriedade, em que as demais incógnitas cuja cargas fatoriais englobam-se no mesmo, atribuem certa significância para a melhoria produtiva, visto que as correlações atribuídas a elas influem oscilações no fator, contribuindo para as variações na produtividade.

Contudo, verificou-se, devido as características locais, algumas variáveis apresentam-se importantes para agregar produtividade a cadeia láctea do COREDE de Produção, via impactos diretos ou indiretos. Salienta-se contudo, que análises posteriores, relacionando-se tais incógnitas significativas com outras incertas que corroborem seus resultados, apropriariam mais alternativas e maiores possibilidades para o enriquecimento da produtividade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Produção de origem animal por tipo de produto. Banco de dados agregados – SIDRA, Tabela 74, 2014*. Acesso em: 12/10/2015. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=74&z=t&o=24&i=P>
- Cooper, D., & Schindler, P. (2001). *Métodos de pesquisa em administração*. 7ª edição. Bookman. São Paulo.
- Firetti, R., Capanema, L.M., Fachini, C., Turco, P.H.N., & Filho, A.A.V. Análise de variáveis estratégicas para o desenvolvimento da agropecuária da região do Pontal do Paranapanema. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 50(1): 141-156.
- Montoya, M.A., Finamore, E.B., & Pasqual, C.A. (2014a). *Os produtores de leite na região da produção do Rio Grande do Sul: sinopse estatística*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo.
- Montoya, M.A., Finamore, E.B., & Pasqual, C.A. (2014b). *Panorama da produção leiteira no Rio Grande do Sul: perspectiva e gestão nas propriedades no Corede Produção*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo.
- PUC-RIO. *Análise fatorial*. Rio de Janeiro. 3 cap. p. 22-40. Acesso em: 15/10/2015. Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0CC0QFjACahUKEwiiuLSV7p3JAhUQr5AKHXexBi4&url=http%3A%2F%2Fwww.maxwell.vrac.puc-rio.br%2F8741%2F8741\\_5.PDF&usg=AFQjCNGITM0XBecbYeL7oc8rmKmgjM3aZA&sig2=4mofX1217g7bcareAQ5n5A&bvm=bv.107763241,d.Y2I](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0CC0QFjACahUKEwiiuLSV7p3JAhUQr5AKHXexBi4&url=http%3A%2F%2Fwww.maxwell.vrac.puc-rio.br%2F8741%2F8741_5.PDF&usg=AFQjCNGITM0XBecbYeL7oc8rmKmgjM3aZA&sig2=4mofX1217g7bcareAQ5n5A&bvm=bv.107763241,d.Y2I)
- Rezende, M.L., Fernandes, L.P.S.; & Silva, A.M.R. (2007). A utilização da análise fatorial para determinar o potencial de crescimento econômico em uma região do sudeste do Brasil. *Revista Economia e Desenvolvimento*, 19: 92-109.

## **El geoparque como figura turística y didáctica para el fomento del desarrollo endógeno. Red de geoparques de España: análisis y caracterización**

R. Fernández

Universidad de Salamanca

J. Fernández

Universidad Nacional de Educación a Distancia (Centro Asociado de la UNED de Zamora)

### **RESUMEN**

Los Geoparques se han convertido en una figura notablemente especializada en el desarrollo endógeno de aquellas áreas deprimidas o que cuentan con ciertos desequilibrios territoriales. En España se asientan un total de once Geoparques repartidos por siete Comunidades Autónomas ubicados, todos ellos, en espacios de montaña. La presencia de esta figura potencia, además de las medidas de diversificación territorial, la integración de la población en el proceso de gestión y en el de toma de decisiones y, del mismo modo, contribuye a concienciar y educar en materia ambiental y geológica.

**PALABRAS CLAVE:** Desarrollo local, patrimonio territorial, área rural, geoparque.

### **1. INTRODUCCIÓN**

Durante las últimas décadas, junto con el incremento de la concienciación ciudadana en materia ambiental (Hernández, 2009; Gómez-Mendoza, 2013; Fernández, 2015), son muchas las figuras que han surgido, tanto de carácter nacional como de carácter internacional, con el objeto de fomentar la protección y la conservación de la naturaleza, así como para articular el impulso del desarrollo endógeno de las áreas rurales, especialmente en aquellos espacios que se encuentran notablemente deprimidos y afectados por la despoblación y el envejecimiento pero que, a la postre, ostentan valores singulares que se han de gestionar y potenciar adecuadamente como es el caso de los recursos geológicos y geomorfológicos.

Con el objeto de favorecer el desarrollo endógeno, promocionar el territorio, e incidir en la educación, entre otras propuestas, nacen los geoparques (UNESCO, 2006; Farsani, et al., 2011; Pulido et al., 2011; Simón et al., 2011; Ólafsdóttir & Dowling, 2014; López, 2016) a partir de un proyecto de cooperación europeo LEADER. Este primer proyecto estaba articulado por cuatro áreas notablemente deprimidas económica y poblacionalmente (Parque Cultural del Maestrazgo en España, Reserva Geológica de la Alta Provenza en Francia, el Geoparque alemán Vulkaneifel y el Bosque Petrificado de Lesbos en Grecia) y que concluye con la creación, en el año 2000, de la Red de Geoparques Europeos (European Geoparks Network) (Farsani, et al., 2011; López, 2016) que es considerada como la antesala de Global Geoparks

Network auspiciada en el marco del Programa Internacional de Ciencias de la Tierra de la Organización de Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO).

Una vez definidos y bajo el amparo de la UNESCO los geoparques se han convertido en una notable medida para la promoción del territorio que los alberga, siendo el turismo o, en este caso, el *geoturismo* el principal agente dinamizador (Zouros, 2010; Farsani, et al., 2011; Ólafsdóttir & Dowling, 2014, López, 2016). Se ha de destacar que se trata de un tipo de turismo “especial” pues la mayor parte de los visitantes están movidos o motivados por las virtudes geológicas (Zouros, 2010; Simón et al., 2011), es decir, se podría catalogar, en cierto modo, como turismo de tipo educativo o didáctico y científico.

Los objetivos que se persiguen con esta comunicación se dirigen, precisamente, al análisis de las características de estos espacios geológicos y a la evaluación de su potencial como recurso territorial orientado a la dinamización y puesta en valor de las áreas rurales, es decir, a la incidencia que éstos pueden tener sobre aquellos lugares en los que se desarrollan. Del mismo modo, serán foco de atención todos los aspectos relacionados con los elementos de participación pública, tanto en el proceso de toma de decisiones como en la posterior gestión del espacio, así como todos aquellos aspectos orientados hacia la concienciación desde la base educativa para, de este modo, analizar cuál es el grado de participación de la ciudadanía y cuáles son las iniciativas llevadas a cabo para fomentar la enseñanza de estos espacios tan singulares, los geoparques.

## 2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

El desarrollo de este trabajo se va a articular a partir del análisis de las características de los geoparques declarados en España. Este proceso analítico seguirá dos vertientes, en primer lugar serán estudiadas las características territoriales de aquellos lugares que cuentan con un geoparque y en segundo lugar se procederá a analizar y cuantificar las medidas que se han llevado a cabo en cada una de estas figuras con singularidad geológica y geomorfológica.

El primero de los aspectos que se ha de trabajar, analizar y cualificar es el relacionado con las características geográficas del territorio donde se asienta esta nueva figura, con ello se pretende precisar cuáles son los valores y las potencialidades intrínsecas que nos podemos encontrar para, así, realizar un análisis comparativo entre sus virtudes y las políticas o medidas de desarrollo que se están llevando a cabo o que ya han sido realizadas.

El segundo de los procesos que se abordará es el centrado en el análisis de las propuestas realizadas para poner en valor y potenciar el desarrollo endógeno de cada uno de los territorios

que serán seleccionados como lugares objeto de estudio. Del mismo modo, se tomarán en consideración, durante esta fase también, las medidas que se hayan puesto en marcha, tanto para fomentar la educación y la concienciación hacia el elemento singular que hace que el territorio sea distinguido como las que se despliegan para incluir a la población en el proceso de gestión del espacio en cuestión y en el relacionado con la toma de decisiones, es decir, cómo participa la ciudadanía a la hora de aportar y decidir.

Para concluir se pondrán en relación las características territoriales de cada uno de los espacios declarados con la figura de geoparque con las medidas que se han llevado a cabo, para, así, determinar la orientación que están tomando los entes gestores para conseguir dinamizar estos espacios notablemente deprimidos.

Durante este proceso de análisis se contará con dos tipos de datos, por un lado los geográficos (población y evolución demográfica para poder identificar la situación poblacional en la que se encuentran y variables económicas para identificar el sector económico dominante) que serán obtenidos del Instituto Nacional de Estadística (INE) y por el otro los que proceden de los organismos gestores de cada uno de los geoparques para poder determinar su orientación para revalorizar el territorio y fomentar el desarrollo endógeno del mismo, así como para incluir a la población, tanto en la gestión de la figura como en los procesos de educación y concienciación.

### **3. LOS GEOPARQUES NACIONALES: EL COMITÉ ESPAÑOL DE GEOPARQUES. CARACTERIZACIÓN GEOGRÁFICA Y ANÁLISIS DE LAS INICIATIVAS DESARROLLADAS**

En el territorio nacional existen un total de once geoparques que se agrupan en el Comité Español de Geoparques (CEG) (ver tabla 1) que, a su vez, es el órgano de representación de éstos dentro de la Red Europea (EGN) y de la Red Global (GGN), es decir, es el organismo que coordina los trabajos a nivel nacional para que en todos ellos se sigan las bases propuestas por la UNESCO (Comité Español de Geoparques, 2014). Se ha de destacar que los once geoparques cuentan con excepcionales valores geológicos y geomorfológicos que los singularizan e individualizan y que, a la postre, ejercen de notable fuente de atracción turística, siendo esta actividad el recurso económico más destacado en estas comarcas.

El conjunto de los geoparques se distribuyen sobre 43 municipios repartidos por las Comunidades Autónomas de Andalucía, Aragón, Extremadura, País Vasco, Cataluña, Castilla-La Mancha e Islas Canarias, llegando a cubrir un total de 16.737 km<sup>2</sup> (3,3% del territorio

nacional) de los que, en torno a, 2.066 son submarinos, peculiaridad ésta representada en los Geoparques del Cabo de Gata-Níjar, en el de la Isla de El Hierro y en el de Lanzarote y archipiélago Chinijo.

Centrando la atención en las características geográficas de estos territorios todos los Geoparques analizados se encuentran, total o parcialmente, en áreas de montaña y la mayor parte de sus municipios están enmarcados en los espacios pertenecientes a las Zonas de Agricultura de Montaña, aspecto el cual va a determinar los tipos de usos que se pueden desarrollar en estos lugares, pues tanto las características geológicas como las geomorfológicas van a dificultar los usos agrarios típicos de las zonas rurales. Por ello, se han planteado una serie de iniciativas con el objeto de fomentar el desarrollo endógeno, entre ellas, quizás, las más destacada sea la creación y posterior proclamación, por parte de la UNESCO, de los Geoparques como figura para la promoción y el desarrollo.

Poblacionalmente se trata de espacios con densidades de población significativamente bajas excepto en cuatro de ellos, el de Las Sierras Subbéticas, el de la Costa Vasca, el de Cataluña Central y el de Lanzarote, pues son espacios con una dinámica poblacional que no se corresponde con la tradicional de las áreas rurales españolas, pues siempre han sido territorios notablemente poblados.

La población total que hay en los municipios por los que se distribuyen los Geoparques es de aproximadamente 518.000 habitantes, contando con una densidad para el conjunto de 30,9 hab. por kilómetro cuadrado, densidad ésta notablemente inferior a la media nacional (92 hab/km<sup>2</sup>). Si procedemos al análisis de las densidades de población existentes en cada uno de los geoparques encontramos destacados desequilibrios, pues mientras el Geoparque de Cataluña Central desprende una densidad de población en torno a los 142 hab/km<sup>2</sup>, el de la Comarca de Molina-Alto Tajo cuenta con una densidad de 2,2 hab/km<sup>2</sup>, cifra ésta muy inferior a la fijada para determinar el umbral del desierto demográfico (10 hab/km<sup>2</sup>). A grandes rasgos, se trata de espacios cuyas densidades de población se encuentran muy próximas al límite fijado para el desierto demográfico, excepto los tres casos anteriormente citados. Nos encontramos ante espacios condicionados por la despoblación y el envejecimiento de la población. Algunas de las propuestas o iniciativas llevadas a cabo desde los entes gestores de los geoparques que sufren esta problemática son aquellas encaminadas a atraer y fijar población a través de las posibilidades que ofrece el “geoturismo”.

Por lo tanto, se trata de espacios que se encuentran condicionados para el desarrollo de determinadas actividades económicas debido a las características geológicas y geomorfológicas que poseen y además por los bajos niveles poblacionales con los que cuentan.

Respecto a las iniciativas puestas en marcha en cada uno de los geoparques, cuatro son las que se repiten en todos ellos: red de rutas, centros de recepción para visitantes, inventario de georrecursos y actividades y recursos didácticos. Se trata de medidas orientadas hacia el turismo especializado en geología o hacia aquellos visitantes que tienen interés en conocer las virtudes geológicas de estos espacios.

En cuanto a las iniciativas relacionadas con la didáctica de los acontecimientos geológicos y ambientales, todos los geoparques desarrollan un proyecto educativo articulado por una serie de cursos periódicos orientados hacia la enseñanza de los valores que posee cada territorio. Presentan una metodología de trabajo que se centra en el contacto con la naturaleza y en el trabajo in situ para que, de este modo, los alumnos que los cursan puedan aprender de forma significativa aquellos elementos que allí se encuentran, además de otra serie de valores como los relacionados con el respeto hacia la naturaleza y el compañerismo.

Todos los Geoparques fomentan la participación ciudadana durante el proceso de toma de decisiones y, también, en la gestión de los mismos. Esta aportación se suele llevar a cabo mediante la intervención de representantes de la población entre los entes gestores y a través de jornadas informativas en las que se obtiene la opinión de los habitantes.

#### **4. CONCLUSIONES**

Los Geoparques se han convertido en una figura fundamental para promocionar aquellos territorios que poseen unas características, tanto geológicas como geomorfológicas, que los singularizan e individualizan.

Se ha de destacar que no es una figura de protección que se encuentra al amparo de algún tipo de legislación, sino que es un elemento que ayuda a concienciar a la población en materia ambiental y que, al mismo tiempo, contribuye en los procesos de educación y enseñanza. Del mismo modo, se trata de espacios que cuentan con la participación de la ciudadanía en el proceso de gestión del mismo y en el de toma de decisiones, aspectos éstos que contribuyen en la concienciación de la población hacia estos elementos, pues a partir de la colaboración que realizan es habitual que se despierten determinados sentimientos de arraigo e identidad hacia ellos, lo que, a su vez, ayuda a fomentar, de forma individual, determinadas medidas de protección y valorización hacia aquellos elementos singulares y hacia el contexto general del territorio.

Nos hallamos ante una serie de iniciativas que se encuentran orientadas hacia el “geoturismo”, es decir, hacia un tipo de turismo ciertamente especializado, de carácter didáctico y científico principalmente.

Los Geoparques son, sin duda, un efectivo medio para la promoción, concienciación, educación y diversificación de estos espacios y de su población e inciden notablemente en el desarrollo endógeno de los territorios en los que se localizan, en la mayor parte de los casos, áreas profundamente deprimidas económicamente y que cuentan con unos volúmenes de población muy reducidos y destacadamente envejecidos.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Comité Español de Geoparques (2014). Recuperado de <http://geoparques.eu/comite-espanol-de-geoparques/el-comite/el-comite-espanol-de-geoparques/>
- Farsani, N.D., Coelho, C., & Costa, C. (2011). Geotourism and Geoparks as novel strategies for socio-economic development in rural areas. *International Journal of Tourism Research*, 13, 68-81.
- Fernández, R. (2015). La aplicación de Landscape Character Assessment a los espacios de montaña media: el paisaje del Macizo de Las Villuercas. *Ciudad y Territorio. Estudios Territoriales*, 185, 499-518.
- Gómez-Mendoza, J. (2013): Del patrimonio paisaje a los paisajes patrimonio. *Documents d'Analisi Geogràfica*, 59 (1), 5-20.
- Hernández, M. (2009): El paisaje como seña de identidad territorial: valorización social y factor de desarrollo, ¿utopía o realidad?. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 49, 169-183.
- López, J. (2016): Los geoparques mundiales UNESCO como estrategias de desarrollo territorial. En Leco, F. (coord.) *Territorio y desarrollo rural: aportaciones desde el ámbito investigador*. Junta de Extremadura, Cáceres, 177-194.
- Ólafsdóttir, R. & Dowling, R. (2014). Geotourism and Geoparks. A Tool for Geoconservation and Rural Development in Vulnerable Environments: A case Study from Iceland. *Geoheritage*, 6, 61-77.
- Pulido, M., Lagar, D., & García, R. (2011). El geoturismo como estrategia de desarrollo en áreas rurales deprimidas: propuesta de geoparque Villuercas, Ibores, Jara (Extremadura). *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, 56, 485-497.
- Simón, J.L., Catana, M.M., & Porch, J. (2011). La enseñanza de la geología en el campo: un compromiso de los geoparques reconocidos por la UNESCO. *Enseñanza de las Ciencias de la Tierra*, 19.1, 74-80.
- UNESCO (2006). *Guidelines and Criteria for National Geoparks seeking UNESCO's assistance to join the Global Geoparks Network*. París, Internal document, 10.
- Zouros, N. (2010). Lesvos Petrified Forest Geopark, Greece: Geoconservation, Geotourism and Local Development. *The George Wright Forum Journal*, 27 (1), 19-28.

## **A decisão no uso de recursos públicos nos territórios rurais: as consequências do desequilíbrio entre a gestão social participativa e as emendas parlamentares**

José Marcos Froehlich

Universidade Federal de Santa Maria

jmarcos.froehlich@gmail.com

Martin Alencar da Rosa Dorneles

Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra

Elisângela Lopes da Silva

Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra

Silvio Calgaro Neto

Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra

### **RESUMO**

A política de desenvolvimento territorial brasileira preza pela construção de modelos de gestão social participativos, neste caso, os Colegiados de Desenvolvimento Territorial são as instâncias de promoção destas experiências de democracia direta. Em contraponto, observou-se um incremento significativo dos recursos derivados de emendas parlamentares, onde as decisões sobre o uso destes recursos públicos concentram-se nos próprios parlamentares. Este trabalho realiza a análise comparativa dos recursos públicos empenhados via processos participativos e emendas parlamentares, discutindo sobre as consequências para a participação social, a coesão territorial e o desenvolvimento local. De modo geral, observa-se grande divergência entre os projetos de desenvolvimento construídos por estas duas vias. O processo participativo estabelece relações entre estes empenhos e os documentos norteadores de desenvolvimento territorial, já pela via parlamentar, estes documentos não são considerados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento Territorial, Gestão Social Participativa, Emendas Parlamentares, Recursos Públicos.

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho realiza uma análise comparativa dos recursos públicos empenhados por processos participativos e via emendas parlamentares e remete a discussão sobre suas consequências para a participação social, a coesão territorial e o desenvolvimento local.

Para tal, apresenta-se, inicialmente, uma breve revisão de literatura sobre o histórico da implementação das políticas territoriais brasileiras e do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra (CODETER Centro Serra) e suas relações com o Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (PROINF/MDA), linha de investimentos exclusiva dos Colegiados Territoriais. Para logo, apresentar o método de análise do trabalho. Na sequência, serão apresentados os resultados da análise das estratégias de repasse de recursos via emendas parlamentares e PROINF/MDA, comparando as duas formas de gestão dos recursos públicos no referido território. Por fim, serão realizadas considerações finais sobre ambas as formas de uso dos



recursos públicos e suas consequências para a participação social, a coesão territorial e o desenvolvimento local.

## **2. A CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS TERRITORIAIS E A INSTITUIÇÃO DO CODETER CENTRO SERRA**

A definição de uma política específica que tem como objeto de intervenção a concepção de território rural inicia-se em 2003 com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). De acordo com Correa (2009), o documento intitulado *Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural no Brasil* (2005) indica a decisão do governo brasileiro em propor uma política nacional que apoiasse o desenvolvimento sustentável considerando a abordagem territorial. Este documento discutia as bases de construção das políticas territoriais, que culminava na promoção de experiências de gestão social participativa e na criação de instâncias e ferramentas governamentais de incentivos as mesmas. Neste contexto, foi formulado o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais (PRONAT) no âmbito do Plano Plurianual do Brasil 2004-2007 (Geraldi, 2012).

No Território Centro Serra do RS, a mobilização teve início no ano de 2006 através da Associação dos Municípios do Centro Serra (AMCSERRA) composta por doze municípios, entre estes: Arroio do Tigre, Estrela Velha, Salto do Jacuí, Jacuizinho, Tunas, Lagoão, Segredo, Sobradinho, Ibarama, Passa Sete, Lagoa Bonita do Sul e Cerro Branco (PTDRS, 2009). Em 2007, o Ministério do Desenvolvimento Agrário atende a solicitação dos gestores públicos desta associação de municípios e, em abril de 2008, constituía-se, formalmente, o Território de Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro Serra e o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra (CODETER Centro Serra).

A particularidade da política territorial se dá na busca pela integração das políticas públicas dos âmbitos federal, estadual e municipal através de experiências de gestão social participativa que envolvessem organizações públicas e civis em torno do desenvolvimento de territórios. Entendia-se, portanto, que o território seria a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições (Geraldi, 2012). Os promotores da abordagem territorial entendiam que o país necessitava de arranjos institucionais de articulação intermunicipal, o que facilitaria “a diagnosticar os principais problemas rurais de suas respectivas microrregiões, planejar ações de desenvolvimento integrado, e captar os recursos necessários à sua execução” (Veiga et al., 2001, p.82-3).

O Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (PROINF/MDA) é a principal fonte de recursos para a promoção destas experiências territoriais. As análises que seguem realizam o estudos dos investimentos deste programa, comparando-os com os empenhos realizados diretamente pelos parlamentares.

### **3. FONTE DE DADOS E MÉTODO DE ANÁLISE**

Este trabalho, portanto, considerou os investimentos realizados pelo PROINF/MDA entre os anos de 2009 e 2016 a partir dos dados contidos na lista de projetos fornecidos pela Caixa Econômica Federal. Desta forma, foi realizada uma análise a partir da consulta ao site do Portal da Câmara dos Deputados visando inquirir as emendas parlamentares individuais dos Deputados Federais destinadas aos municípios do Território Centro Serra em período semelhante, de 2009 a 2014. Finalmente, as observações e reflexões do trabalho foram complementadas pelos Assessores Territoriais do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET Centro Serra) que prestam assessoria ao CODETER Centro Serra.

### **4. O USO DE RECURSOS PÚBLICOS VIA EMENDAS PARLAMENTARES E GESTÃO SOCIAL PARTICIPATIVA**

As emendas parlamentares são instrumentos que os deputados federais possuem para participar da elaboração do orçamento anual do Poder Executivo Federal. Estas são, de modo geral, transferências intergovernamentais, ou seja, descentralizações de recursos públicos federais, acrescidas à Lei Orçamentária Anual por solicitações de parlamentares individuais, bancadas ou comissões (Sodré & Alves, 2010). Desta forma, estas vêm geralmente com o objetivo de atender as demandas dos redutos eleitorais aos quais estes deputados representam no Congresso Federal. Neste caso, é parte da cultura política brasileira que prefeitos, secretários e vereadores busquem recursos junto aos deputados federais aos quais possuem afinidade, visando a consolidação de projetos em seus municípios. Sodré e Alves (2010) levantam a hipótese que os recursos advindos de emendas parlamentares podem ajudar algum grupo político gestor de administrações municipais a manter-se no poder.

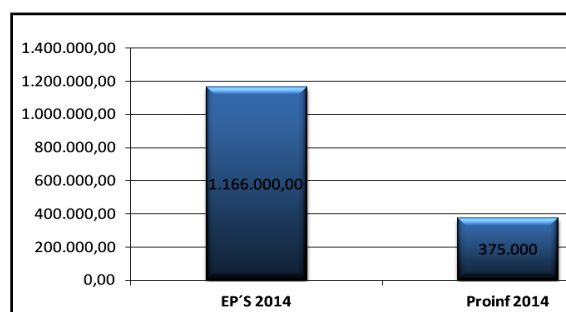
Figueiredo e Limonge (2005) interpretam a literatura da ciência política estadunidense que caracteriza “o voto pessoal” do eleitor como forma de reconhecimento dos serviços prestados, ou seja, após concretizada determinada emenda parlamentar em seu município, haveria a retribuição com o voto. Segundo a avaliação dos autores, isso possibilita a construção de vínculos personalizados e individualizados com os eleitores, em que distribuem-se bens

tangíveis a grupos específicos. Em alguns municípios, que já estão com sua arrecadação comprometida com os custos ordinários da administração municipal, as emendas parlamentares dão a possibilidade aos gestores públicos aplicarem recursos extraordinários em seus projetos, independentemente de consultas participativas.

Em contraposição, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Território Centro Serra apresenta uma representatividade social heterogênea composta por 55 entidades da sociedade civil e do poder público, as quais promovem experiências de gestão social participativa para determinar a destinação dos recursos públicos. Cabe destacar que, *a priori*, é incentivada a construção de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), documento construído partir de um diagnóstico que envolvem, principalmente, os aspectos sociais, econômicos e ambientais de cada território. Neste caso, o PTDRS torna-se o documento norteador para a decisão sobre o uso dos recursos públicos no território, que desafia os membros do colegiado a construir estratégias formais de desenvolvimento.

No caso do Território Centro Serra, este mecanismo de destinação de recursos busca priorizar as ações que atendessem as demandas de desenvolvimento territorial com base nas estratégias criadas por representantes da Agricultura Familiar e dos Povos e Comunidades Tradicionais, os quais caracterizam este espaço geográfico.

A avaliação comparativa dos recursos disponibilizados pelo PROINF/MDA e via emendas parlamentares demonstra que quantitativamente há diferenças no montante de recursos disponibilizados. A figura 1 (abaixo) que destaca os empenhos realizados por ambas as vias no ano de 2014 indica que o CODETER Centro Serra gerenciou apenas 32% dos recursos administrados via emendas parlamentares.



**Figura 1:** Comparativo dos recursos das emendas parlamentares e do PROINF/MDA (2014)

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados - Consulta a Emendas e Empenhos

Além da ampla diferença quantitativa entre os empenhos, também há diferenças significativas na qualidade dos mesmos. No caso dos recursos destacados pela figura 1, o montante de R\$ 1.166.000,00 derivado das emendas parlamentares foi empenhado em duas ações: na pavimentação de uma rua urbana (1 milhão de reais) e na compra de um trator agrícola (104 mil reais). Já os recursos de R\$ 375.000,00 operacionalizados pelo Colegiado Territorial também foram investidos em duas atividades: Estruturação de um centro de beneficiamento e armazenagem de sementes crioulas (250 mil reais) e apoio à segurança alimentar de uma comunidades quilombolas (125 mil reais). De modo geral, pode-se observar que, enquanto as emendas parlamentares são destinadas a aquisição de grandes máquinas para as administrações municipais e a construção de obras públicas de impacto social relevante, os recursos empenhados pelos Colegiados Territoriais através do programa PROINF/MDA são transferidos diretamente as entidades públicas e civis por meio de investimentos pequenos e pontuais, visando, principalmente, a solução de dificuldades no âmbito do desenvolvimento de cadeias produtivas e serviços sociais.

Esta mesma característica é observada nos investimentos realizados entre os anos de 2009 e 2014, as emendas parlamentares aplicando os recursos em grandes equipamentos agrícolas, de saúde e obras para lazer e esportes e o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Centro Serra empenhando seus recursos em veículos utilitários, pequenos equipamentos agrícolas, agroindústrias familiares, computadores, produção e beneficiamento de sementes crioulas, formação de jovens e adultos, erradicação da pobreza e desenvolvimento comunitário.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo comparativo demonstrou que, além da discrepância de recursos empenhados em ambas as vias com superioridade significativa das emendas parlamentares, pode-se destacar que há grandes diferenças na qualidade dos empenhos realizados por ambas as vias. Enquanto as emendas parlamentares tendem privilegiar a destinação de recursos por afinidade partidária com prefeitos, secretários e vereadores, direcionando-os principalmente para a aquisição de grandes máquinas e para a construção de obras de grande visibilidade social, os recursos administrados pelas experiências de gestão social participativas promovidas pelos Colegiados Territoriais priorizam pela transferência direta dos mesmos para o fortalecimento das entidades públicas e civis que compõem o tecido social do território. Como consequência, observa-se que a baixa visibilidade dos empenhos acompanhada pela discrepância na quantidade de recursos empenhados por ambas as vias, fato que compromete as experiências de gestão social

participativa dos colegiados territoriais, no sentido de desmobilizar a participação social, fragilizar a coesão territorial e o desenvolvimento local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, M. & Sodré, M. (2010). Relação entre emendas parlamentares e corrupção municipal no Brasil: estudo dos Relatórios do Programa de Fiscalização da Controladoria Geral da União. *RAC*, Curitiba, v. 14, n. 3, art. 2, Mai./Jun., 414-433.
- Correa, V. (2009). Desenvolvimento Territorial e a Implantação de Políticas Públicas Brasileiras vinculadas a esta perspectiva. *Boletim regional, urbano e ambiental*, IPEA, dez, v. 03.
- Froehlich, J. M. (Org.). (2012) *Desenvolvimento Territorial – Produção, identidade e consumo*. Ijuí: Ed. Unijuí.
- Geraldi, J. (2012). Análise conceitual da Política de Territórios Rurais: O desenvolvimento Territorial Rural no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 39, jul./dez.
- Limongi, F. & Figueiredo, A. (2005) Processo Orçamentário e Comportamento Legislativo: Emendas Individuais, Apoio ao Executivo e Programas de Governo. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº 4, 737-776.
- PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Consulta a Emendas e Empenhos. Disp. em: <[http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/orcamentobrasil/loa/ob\\_loa\\_consulta\\_emendas](http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/orcamentobrasil/loa/ob_loa_consulta_emendas)>. Acesso em: 20 de março de 2016.
- PTDRS. Plano Territorial De Desenvolvimento Rural Sustentável Centro Serra. Disponível em: <[http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio148.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio148.pdf)>.
- Veiga, J. E. *et al.* (2001) O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: Convênio FIPE - IICA (MDA/CNDRS/NEAD).

## **Desenvolvimento rural e multifuncionalidade: questões teórico-conceituais da transição rural em economias em transição (Brasil)**

Felipe da Silva Machado  
Plymouth University  
felipe.dasilvamachado@plymouth.ac.uk

### **RESUMO**

A geografia humana tem contribuído para o entendimento da heterogeneidade espacial através de abordagens multidirecionais e multidimensionais, revelando a variação do espaço rural no contexto da globalização. O artigo sugere como áreas rurais em economias em transição estão sendo afetadas pelas mudanças socioeconômicas, políticas e ambientais em curso. Participando da economia global e apresentando processos urbano-industriais para além das áreas metropolitanas, no Brasil ocorrem profundas transformações e complexas dinâmicas espaciais no rural. De forma breve, o estudo apresenta parte das atuais abordagens acerca do desenvolvimento rural nas diferentes dimensões e escalas de análise. Em suma, a partir do debate contemporâneo referente ao processo de reestruturação espacial na globalização, o artigo, de base teórica e conceitual, sugere revisão e adoção de diferentes perspectivas teórico-metodológicas sobre o espaço rural no contexto de economias em transição e de mudança global.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geografia Rural, Desenvolvimento rural, Globalização, Economias em transição, Brasil.

### **1. INTRODUÇÃO**

Os mais desafiantes debates teóricos sobre a natureza, mudanças e trajetórias futuras da agricultura e do espaço rural têm surgido nas últimas décadas. Estudos rurais vêm examinando os processos econômicos, políticos e sociais através de diferentes escalas espaciais, contribuindo para o debate acerca das novas abordagens de análise no quadro da mudança rural. Na década de 1980, geógrafos rurais publicaram diversos artigos acadêmicos sobre o planejamento de áreas rurais, lançando novos conceitos e abordagens metodológicas em pesquisas multidisciplinares e formando extensa coletânea de artigos clássicos de economia política e agricultura, planejamento regional e desenvolvimento rural (Marsden, 1988; Cloke, 1989; Buttel et al., 1990).

As primeiras posições teóricas sobre o processo de reestruturação rural foram defendidas por pesquisadores em países de economia pós-produtivista. Entretanto, nos últimos anos, estudos rurais têm demonstrado interesse pela compreensão das diferentes dinâmicas da mudança rural em outras regiões do mundo afetadas pela globalização nas suas diferentes dimensões, resultando em um quadro de diversidade rural global (Marsden, 2003; Wilson e Rigg, 2003; Wilson, 2007; Woods, 2007; Bryant et al., 2008; Van der Ploeg et al., 2010).

Assim, na contemporaneidade, a geografia rural tem sido marcada pela integração da economia política e teorias pós-estruturalistas e por novos interesses no processo de reestruturação rural, movimentos sociais, governança e identidades sociais. As pesquisas contemporâneas abrangem a variação da dinâmica rural, com todos os países afeitos aos processos de reestruturação espacial frente à globalização, à internacionalização da economia agrícola e rural e à urbanização de áreas rurais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável que fundamenta a gestão territorial contemporânea. Ficam evidentes as novas funções do espaço rural e os dilemas dos atores locais no enfrentamento de processos de resistência e adaptação aos novos contextos.

## **2. DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO RURAL NA GLOBALIZAÇÃO**

Como resultado de uma tradição em compreender os processos espaciais, os estudos rurais contemporâneos no âmbito da geografia apresentam um caráter multidisciplinar e discutem diversos temas através de análises relacionais que revelam a complexidade espacial e as interações entre os diferentes atores e agentes espaciais. A multifuncionalidade (Wilson, 2007) e o processo de reestruturação (Marsden et al., 1993; Marsden, 2003) surgem como temas de pesquisa para compreensão dos efeitos do processo de globalização no espaço rural.

Marsden et al. (1993) ressaltam o uso de uma nova perspectiva para o entendimento da natureza das mudanças. Afirmam que a pesquisa sobre a reestruturação rural deve incluir novas questões, tais como, a maior mobilidade do capital, a adoção de um regime de produção mais flexível, a complexidade das relações entre tecnologia e ambiente, o regime de desregulamentação e regulamentação da economia e as novas estruturas políticas. Segundo os autores, para a compreensão desses processos, é preciso combinar os efeitos das tendências globais às ações da escala local.

A pós-modernidade e sua relação com as mudanças do espaço rural, principalmente na compreensão do estágio de transição do produtivismo para o pós-produtivismo (Wilson, 2001) também tem sido debatida nos estudos rurais contemporâneos. Primeiramente, esta teoria da transição recebeu muitas críticas por parte da comunidade acadêmica, o que desencadeou a busca por novos conceitos não lineares, como o conceito de multifuncionalidade, que apresenta aspectos mais globais na sua definição e sua aplicação permite a construção de interpretações mais complexas para entender os processos de mudança em curso nas áreas rurais em diferentes partes do mundo (Wilson & Rigg, 2003).

O debate sobre o campo global, que define processos gerais e comuns, sendo todos os países afeitos à globalização (Woods, 2007), é um dos mais recentes nos estudos da geografia rural. Para além da abordagem economicista, comum nos estudos relacionados à globalização, nos estudos contemporâneos o debate sobre o campo global traz à tona os processos da globalização em uma dimensão multiescalar, mostrando que processos locais multidimensionais estão intimamente relacionados à globalização do rural, tanto no contexto da produção em larga escala de alimentos para o mercado global quanto nos movimentos de adaptação das comunidades rurais ao contexto de um espaço rural complexo, diverso, local e global.

O processo de resiliência das comunidades rurais (Wilson, 2012) também tem sido indicado como um dos desafios para áreas rurais na contemporaneidade. As pesquisas indicam que os atores sociais têm buscado estratégias para combinar demandas internas com fatores externos que alteram a dinâmica local das áreas rurais. Dessa forma, segundo a perspectiva dos estudos com ênfase na comunidade rural e resiliência, atores locais têm sido fundamentais no processo de desenvolvimento rural nas diferentes áreas do mundo.

### **3. CONSTRUINDO UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA DA MUDANÇA RURAL EM ECONOMIAS EM TRANSIÇÃO (BRASIL) NO MUNDO CONTEMPORÂNEO**

A complexidade da reestruturação espacial nos países em desenvolvimento na era da globalização tem contribuído e ampliado a compreensão do processo de mudança rural. Wilson (2010, 2012) e Woods (2007, 2011) sugerem questões na arena da globalização e seus efeitos no espaço rural, argumentando que os modelos teóricos globais que têm sido apresentados nos últimos anos são lineares e unidimensionais. Assim, torna-se necessário que as transformações sejam mensuradas nos diferentes níveis de escala espacial. Argumenta-se que o rural poderia ser compreendido a partir da sua própria dinâmica que contribuí para interpretações complexas e multidimensionais dos atores espaciais que criam novas formas de organização e adaptações ao novo cenário de mudança em um mundo de intensivas e rápidas transformações desencadeadas pelo processo de globalização.

O espaço rural contemporâneo tem apresentado transições através de diferentes trajetórias. Nos países desenvolvidos, a mudança da agricultura produtivista para o estágio pós-produtivista tem início nos anos de 1980 (Wilson, 2001). Nos países em desenvolvimento, a modernização agrícola de característica produtivista ainda é estratégica para o desenvolvimento



da agricultura e os processos de urbanização, industrialização e *deagrarianization* da sociedade rural têm sido identificados e analisados na dimensão da relação rural-urbana-global (Bryceson, 1996; Rigg, 2006).

Com o aprofundamento do processo de industrialização, o Brasil, 14ª maior economia mundial em 1970 e 10ª em 1990, passou a ocupar a 7ª posição como maior economia nos últimos anos (Becker & Egler, 1993; Cohn, 2012). À medida que o processo de descentralização da economia global e industrial se acentua no país, atingindo áreas fora dos limites das regiões metropolitanas, profundas mudanças espaciais passam a ocorrer no rural.

Entretanto, nos estudos rurais brasileiros com foco no processo de globalização, a discussão ainda tem sido centralizada na inserção das áreas agrícolas no comércio mundial de alimentos e na modernização do sistema técnico-produtivo com suas repercussões e contradições no âmbito econômico, social e ambiental. Dessa forma, questiona-se como construir uma abordagem para o rural na sua relação com a inserção do Brasil na globalização econômica, seja em áreas rurais localizadas nos grandes centros exportadores de *commodities*, seja em áreas rurais próximas dos grandes, médios e pequenos centros urbanos, áreas em íntimo contato com a urbanização e a globalização.

Significativo nível de atenção acadêmica tem sido dado à identificação empírica dos direcionamentos econômicos e políticos da produção agrícola brasileira a partir da visão estruturalista, algumas vezes, negligenciando a ação das comunidades rurais e os fatores socioculturais da reestruturação rural. Dessa forma, torna-se cada vez mais necessário a adoção de uma abordagem que combine as análises na dimensão da economia política e as perspectivas contemporâneas acerca da mudança rural através de estudos que investigam as dinâmicas espaciais nos diversos e complexos atores e agentes espaciais tanto internos à comunidade quanto externos à localidade rural investigada. Woods (2012) sugere a abordagem da economia política das novas estratégias para o desenvolvimento rural baseadas no uso sustentável e na gestão dos recursos ambientais, incluindo a *comoditização* da natureza e da paisagem rural e a introdução de estruturas de governança dos atores rurais.

A diversidade espacial do Brasil impõe desafios à pesquisa em geografia. A variedade de abordagens e metodologias na contemporaneidade também impõem mudanças e a necessidade de constante revisão do debate. Em relação ao rural, ao mesmo tempo que o processo de modernização agrícola acelera a inserção do país na economia da globalização e na escala do produtivismo e do super-produtivismo, parte dos espaços rurais transitam para um modelo pós-produtivista ou não-produtivista. Ainda há os espaços rurais marginalizados e

invisíveis (“*shadow landscape*” em Bryant et al., 2011) nas políticas para o desenvolvimento espacial. Dessa forma, uma agenda de pesquisa mais plural e multidimensional torna-se oportuna para revitalização da geografia rural no Brasil.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos mais desafiantes debates que emerge nos dias atuais é a noção da mudança rural nas economias em transição e nos países em desenvolvimento na era da globalização. Desde o início da década de 1980, teorias acerca do processo de reestruturação rural têm recebido especial atenção e contribuído na construção de conceitos e metodologias para entender como o rural responde e se adapta às mudanças econômicas, sociais e ambientais ocorridas nas últimas décadas.

No atual debate acadêmico sobre a constituição de um espaço rural global questiona-se sobre a diversidade de processos espaciais tanto em países de economia pós-industrial quanto em países em desenvolvimento. Os estudos apresentam a constituição de um espaço rural híbrido e complexo, sendo necessário superar os preconceitos relativos ao espaço rural como espaço inerte, sujeito a intromissões externas, e em vez, considerá-lo como um espaço resiliente. Através do protagonismo dos seus atores sociais que criam novas formas de ordenação do espaço adaptadas ao cenário de mudanças, estudos rurais no Brasil poderiam caminhar na construção de novas abordagens teórico-metodológicas para interpretar processos multidimensionais e multidirecionais intensificados com a inserção do país na globalização do mundo contemporâneo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Becker, B.K. & Egler, C. (1992). *Brazil: A New Regional Power in the Global Economy*. Cambridge University Press, Cambridge.
- Bryant, C.R., Makhanya, E., & Herrmann, T.H. (2008). *The Sustainability of Rural Systems in Developing Countries*. Laboratoire de développement durable et dynamique territoriale - Département de Géographie - Université de Montréal, Montreal.
- Bryant, R.L., Paniagua, A., & Kizos, T. (2011). Conceptualising 'shadow landscape' in political ecology and rural studies. *Land Use Policy* 28, 460-471.
- Bryceson, D.F. (1996). Deagrarianization and rural employment in sub-Saharan Africa: a sectoral perspective. *World Development* 24(1), 97-111.
- Buttel, F.L.O. & Gillespie, G. (1990). *The Sociology of Agriculture*. Greenwood Press, Connecticut.
- Cloke, P. (1989). Rural geography and political economy. In: Peet, R., Thrift, N. (eds). *New Models in Geography*, vol. 1. Unwin Hyman, London, pp. 164-197.

- Cohn, S. (2012). *Employment and Development under Globalization: State and Economy in Brazil*. Palgrave MacMillan, Houndmills.
- Marsden, T. (1988). Exploring political economy approaches in agriculture. *Area* 20, 315-322.
- Marsden, T. (2003). *The Condition of Rural Sustainability*. Royal Van Gorcum, Assen.
- Marsden, T., Murdoch, J., Lowe, P., Munton, R., & Flynn, A. (1993). *Constructing the Countryside*. UCL Press Limited, London.
- Rigg, J. (2006). Land, farming, livelihoods, and poverty: rethinking the links in the rural South. *World Development* 34 (1), 180–202.
- Van der Ploeg, J.D., Schneider, S. & Jingzhong, Y. (2010). Rural development reconsidered: building on comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. *Rivista di Economia Agraria* 2, 163-190.
- Wilson, G.A. (2001). From productivism to postproductivism...and back again? Exploring the (un)changed natural and mental landscapes of European agriculture. *Transactions of the Institute of British Geographers* 26(1), 77-102.
- Wilson, G.A. (2007). *Multifunctional Agriculture: A Transition Theory Perspective*. CABI, Wallingford.
- Wilson, G.A. (2010). Multifunctional ‘quality’ and rural community resilience. *Transactions of the Institute of British Geographers* 35 (3), 364–381.
- Wilson, G.A. (2012). *Community Resilience and Environmental Transitions*. Earthscan, London.
- Wilson, G.A. and Rigg, J. (2003) ‘Post-productivist’ agricultural regimes and the South: discordant concepts? *Progress in Human Geography* 27 (5), 605–631.
- Woods M. (2007). Engaging the global countryside: globalization, hybridity and the reconstitution of rural place. *Progress in Human Geography* 31 (4), 485-507.
- Woods, M. (2011). *Rural*. Routledge, Abingdon-New York.
- Woods, M. (2012). New directions in rural studies? *Journal of Rural Studies* 28, 1-4.

## **Desafios da gestão para organizações rurais da agricultura familiar no Brasil**

Fernanda Regina Nascimento  
Universidade de Brasília/Campus Planaltina  
fernascimento@unb.br  
Luiz Honorato da  
Silva Júnior  
Universidade de Brasília/Campus Planaltina  
lula\_honorato@hotmail.com  
Daiane Ricarda de Melo  
Universidade de Brasília/Campus Planaltina  
daianericarda@gmail.com  
Alberto Abadia dos Santos Neto  
Universidade de Brasília/Campus Planaltina  
albertounbagro@gmail.com  
Carla Silva Sousa  
Universidade de Brasília/Campus Planaltina  
carlassousa.css@gmail.com

### **RESUMO**

No Brasil, a gestão rural é um desafio. O país se caracteriza por suas dimensões continentais, com altos níveis de desigualdades entre suas regiões, os quais decorrem de diferentes condicionantes físico-ambientais, histórico-culturais e das ações ideológicas de desenvolvimento nacional. Nesse sentido, as organizações econômicas da agricultura familiar (OEAF) precisam reconhecer que a realidade rural não pode ser concebida isoladamente da dinâmica das cidades, visto que essa interdependência é cada vez mais crescente e necessária, sobretudo no que se refere ao abastecimento alimentar. O Estado brasileiro reconheceu nos últimos anos, a necessidade de atuar frente a esse contexto, na formulação e implementação das políticas públicas com o intuito de fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar, sendo o cooperativismo importante para isso. Sendo assim, o artigo apresentará a experiência do governo com o Programa Mais Gestão para promover o cooperativismo e a qualificação das OEAF.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas, Organizações rurais, Brasil, Gestão.

### **1. INTRODUÇÃO**

A gestão rural no Brasil é entendida como frente de um grande desafio, visto que os espaços rurais apresentam diferentes características no que se refere à diversidade econômica e social. Segundo Schneider e Cassol (2014) é importante atribuir um novo sentido analítico e político sobre a agricultura familiar, afim de que a mesma seja entendida como uma modalidade que não se limita apenas a pequena produção, a produção de subsistência ou de baixa renda. Neste contexto é atribuída uma nova interpretação ao tema, que se traduz na afirmação da agricultura familiar, onde tanto os gestores públicos quanto os atores e organizações sociais passam a entender o seu papel estratégico no processo de desenvolvimento social e econômico do país. Para tanto, é interessante desmistificar a ideia de que as Organizações Econômicas da Agricultura Familiar (OEAF), advindas desse processo heterogêneo, se constituam como um

parâmetro alheio à dinâmica das cidades, tendo em vista que esta relação é extremamente necessária, principalmente no que diz respeito ao abastecimento alimentar.

E, corroborando nesse sentido que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) cria em 2012 o Programa Mais Gestão para promover o fortalecimento de cooperativas da agricultura familiar por meio da qualificação de seus sistemas de gestão (organização, produção e comercialização). O objetivo é qualificá-las para garantir o acesso a mercados, especialmente ao aberto pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esse programa usa metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) específica para cooperativas da agricultura familiar. Isto, porque as cooperativas da agricultura familiar têm sido, de forma crescente, confrontadas com a exigência de aprimorarem suas práticas de gestão, de modo a alcançarem melhores resultados de mercado e renda para seus cooperados (MDA, 2016).

Assim, a gestão dos empreendimentos é entendida aqui em sentido amplo, como a coordenação de seus recursos, processos e estruturas, para a consecução das finalidades políticas, sociais e econômicas dessas cooperativas. O desenvolvimento da metodologia do “Mais Gestão” configura-se como um esforço preliminar de diagnóstico e enfrentamento desses desafios. Trata-se de uma metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) baseada, em larga medida, em ferramentas de apoio à decisão, visando o aprimoramento das diferentes áreas funcionais das cooperativas: organizacional, comercial, industrial, ambiental, financeira e pessoal. A metodologia compreende etapas de adesão, diagnóstico da cooperativa, construção de Plano de Aprimoramento participativo, implementação e acompanhamento de resultados (MDA, 2016).

Considerando a necessidade desta interdependência entre a realidade rural e urbana, o presente artigo tem como principal objetivo abordar as Organizações Econômicas da Agricultura Familiar tomando como eixo norteador sua heterogeneidade, levando em conta a extrema necessidade de iniciativas governamentais que contemplem esta ressignificação do agricultor e da sua produção rural, que como afirmam Schneider e Cassol (2014), mesmo estando, em muitos casos, distantes dos centros urbanos precisam e devem interagir com o mercado e com a sociedade, no intuito de minimizar e/ou erradicar problemas como a pobreza, a privação de renda e a vulnerabilidade social. Tomando-se por base tais ideias, este estudo também traz uma reflexão sobre a importância dos esforços governamentais em elencar e construir iniciativas e políticas públicas que garantam, em grande medida, não apenas a superação de gargalos técnicos produtivos nos empreendimentos da agricultura familiar como também a necessidade de capacitação de técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural

(ATER) nas áreas de gestão. Portanto, esta reflexão nasce do Programa Mais Gestão, criado no ano de 2012 pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

## 2. METODOLOGIA

Para dar subsídio ao desenvolvimento do trabalho foi realizada uma breve revisão teórica sobre a agricultura familiar e suas organizações econômicas, além de um breve desenho do Programa Mais Gestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Desse modo, a reflexão teve como base as experiências realizadas para a avaliação do Programa Mais Gestão, que consta de revisão teórica de bibliografia pertinente ao tema, análise dos documentos normativos do Programa e entrevistas em cooperativas que recebem assistência do Programa e também com os atores que estiveram associados com a construção do mesmo.

Para tanto, o artigo utiliza-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, onde se preocupa mais com o processo do que com o resultado, e também uma pesquisa exploratória, por utilizar o levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas que tiveram participação na questão pesquisada (Boaventura, 2004, p. 56-57).

## 3. RESULTADOS

Os resultados apresentados nesta seção referem-se às etapas do procedimento metodológico, descritas na seção 2. No entanto, vale ressaltar que os resultados apresentados são ainda preliminares, advindos da avaliação do Programa Mais Gestão, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que se encerra em dezembro de 2016.

Assim, através das entrevistas realizadas em empreendimentos nas cinco regiões do Brasil foi possível identificar diversos gargalos no que se refere à gestão, principalmente, na parte organizacional interna das cooperativas, bem como também em organizações econômicas individuais. Nota-se, ainda, que as necessidades de gestão são diferentes em cada região. Quanto maior o empreendimento mais organizado tende a ser sua gestão de maneira geral. No entanto, devido à continentalidade do país, não se pode desconsiderar a heterogeneidade, até mesmo dentro de determinadas regiões, fato esse que foi levantado pelos diversos entrevistados. E, nesse ponto, é importante que os formuladores de políticas públicas do MDA levem em consideração tais constatações, pois a realidade econômica, cultural e social de cada região é muito divergente.

Outro fato importante levantado pelos entrevistados é com relação à assistência técnica prestada pelos agentes. De acordo com um dos dirigentes entrevistados, ele afirma que “percebe que os técnicos possuem capacidade, porém apresenta uma visão muito política da cooperativa

e que o intervalo das visitas de assistência é muito grande. Na opinião dele esses fatores são limitadores do trabalho e do sucesso das ações do programa em qualquer empreendimento. O entrevistado sugere que sejam planejadas ações de menor porte para que se possa investir mais na presença do técnico, deixando a ressalva de que não vale a pena planejar grandes ações, pois devido a esses entraves, as ações podem não ser efetivas. Nesse sentido seria importante contar com a colaboração de um técnico mais regionalizado, que tivesse uma atuação mais local, onde ele pudesse acompanhar melhor os resultados e as dificuldades dos cooperados. Além disso, ele aponta que os técnicos precisam de um melhor preparo para interagir de maneira efetiva com as áreas de contabilidade e administração da cooperativa”. Por fim, complementa que “falta um pouco de proatividade dos técnicos no dia a dia da cooperativa, evidenciando a real importância do acompanhamento e monitoramento das ações”.

Por outro lado, conforme relatos das próprias entidades de ATER, nas diferentes regiões, elas afirmam que enfrentam dificuldades como falta de estrutura, recursos e capacitação em gestão para atender regiões, muitas vezes, extensas. Vale ressaltar ainda as dificuldades com logística e a rotatividade da equipe de técnicos empregados.

Posto isso, nota-se que todos os entrevistados consideram que o Programa Mais Gestão é muito importante para as cooperativas e são favoráveis à sua continuidade e fortalecimento, porém sentem necessidade de conhecer melhor as potencialidades do Programa, além de demandar uma assistência mais presente e participativa das entidades de ATER contratadas.

Nesse sentido, percebe-se que o desafio é imenso, porém o Brasil tem registrado avanços preliminares significativos em relação ao acesso a mercados institucionais e a melhoria da gestão, através desse Programa, tanto que novas chamadas estão sendo preparadas para os próximos anos e já levando-se em consideração alguns gargalos identificados até o momento.

#### **4. CONCLUSÕES**

Embora os resultados encontrados ainda sejam preliminares, pode-se concluir que:

- é muito importante a existência e permanência de programas assistenciais de governo (a exemplo do Programa Mais Gestão), para o fortalecimento e assistência da agricultura familiar para acesso a novos mercados e também para capacitar os agricultores, visando torná-los mais competitivos e sustentáveis. Além de importante instrumento para minimizar problemas como a pobreza, a vulnerabilidade social e a baixa renda dessas famílias;
- as políticas públicas existentes para assistência da agricultura familiar precisam ser melhoradas, no sentido de entender para atender melhor a realidade rural do país,

levando-se em consideração a heterogeneidade, a diversidade cultural e econômica das diferentes regiões;

- os critérios de seleção das cooperativas, por órgãos competentes, para assistência precisam ser mais precisos para atender as organizações que realmente necessitam do programa;

- é urgente a capacitação dos técnicos de ATER na área de gestão e não somente na parte técnica agrônômica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Boaventura, E. (2004). *Metodologia da pesquisa: Monografia, dissertação, tese*. São Paulo: Atlas.

Schneider, S. & Cassol, A. (2014). Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 31, 227-263. DOI: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/20857>

Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2016). Mais Gestão [Online]. Retirado de: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-maisgestao/sobre-o-programa>



## **Análisis de los Programas Operativos de las OPFH en su faceta de afrontamiento y gestión de las crisis de mercado, en fruta dulce**

Antonio Colom Gorgues

Universidad de Lleida

antonio\_colom@hotmail.com

Josep M<sup>a</sup> Gallego Salse

Universidad de Lleida

josepma\_gallego@hotmail.com

Rosa M. Florensa Guiu

Universidad de Lleida

rmflorensa@aegern.udl.es

### **RESUMEN**

Dentro de la nueva Política Agrícola Común (PAC) del nuevo periodo 2014-2020, y dentro del ámbito de la organización común de los mercados, cobra un gran relieve las dinámicas de evolución y las problemáticas que surgen en relación a la producción y comercialización de productos hortofrutícolas. La unificación de los reglamentos de las OCM's y la continuidad de los Programas Operativos de las Organizaciones de Productores de Frutas y Hortalizas (OPFH), se debe ahora enfocar hacia la resolución de problemáticas y la mejora continua sectorial. El objeto de este trabajo es sintetizar en primer lugar el marco de la PAC actual y las herramientas que confieren los programas operativos de las OPFH para dicha mejora y afrontamiento de problemas, en segundo lugar efectuar un estudio y análisis de conjunto del grupo de OPFH de fruta dulce del Estado Español y finalmente, analizar las herramientas utilizables para el afrontamiento y gestión de las crisis de mercado en este subsector de la fruta dulce. Los actuales problemas más repetidos y conocidos, campaña a campaña, dentro de este subsector de la fruta dulce en este milenio, y sobre todo en las últimas tres campañas, han sido las crisis de mercado generadas por la sobreproducción y sobreoferta, el comportamiento del consumo sobre todo en las frutas de hueso (melocotón, nectarina, paraguay), la saturación del mercado, las dificultades para materializar ciertas medidas paliativas (retiradas de producto, producto distribuido para bancos de alimentos, transformación de producto, etc.) y los modelos de financiación de las citadas medidas, con la repercusión pertinente en los precios de mercado.

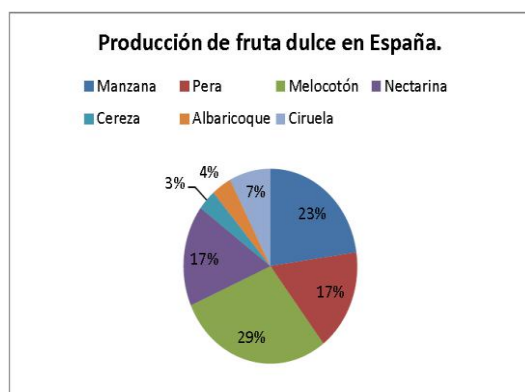
**PALABRAS CLAVE:** OPFH, fruta dulce, programas operativos, OCM, crisis de mercado.

### **1. INTRODUCCIÓN. EL SECTOR HORTOFRUTÍCOLA Y LA FRUTA DULCE EN ESPAÑA. OBJETO DEL TRABAJO**

Según información del Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente (MAGRAMA), el valor de la producción del sector de frutas y hortalizas (sin incluir flores y plantas, uva de vinificación ni aceitunas) se sitúa alrededor de los 10.000 millones de euros (media 2008–2013) aportando el 41% de la Producción Vegetal y el 24% de la Producción Agraria, lo que le sitúa como el sector más importante en el conjunto del sector agrario. Por otro lado, este sector genera un total de 230.000 Unidades de Trabajo Agrario directas (24% del total del sector agrario), existiendo además 100.000 empleos indirectos de labores de manipulación y envasado de la producción hortofrutícola.

	AÑO 2008		AÑO 2009		AÑO 2010		AÑO 2011		AÑO 2012		MEDIAS	
	superficie	producción	superficie	producción	superficie	producción	superficie	producción	superficie	producción	superficie	producción
Hortalizas (no patata)	360	13.456	379	13.840	341	12.705	333	12.563	328	12.829	348	13.079
F. cítricos	318	6.384	317	5.292	319	6.092	312	5.736	s.d.	5.552	314	5.781
F. hueso	145	1.625	139	1.661	143	1.551	138	1.222	138	960	140	1.348
F. pepita	61	1.200	61	1.065	59	1.123	58	1.222	56	960	59	1.092
F tropical	20	192	31	185	22	200	22		22		22	192
<b>Total frutas (no plátano, no cáscara)</b>	<b>545</b>	<b>9.200</b>	<b>537</b>	<b>8.196</b>	<b>543</b>	<b>8.960</b>	<b>530</b>	<b>8.123</b>	<b>522</b>	<b>7.400</b>	<b>536</b>	<b>8.578</b>
<b>Total frutas y hortalizas</b>	<b>935</b>	<b>25.077</b>	<b>953</b>	<b>25.515</b>	<b>918</b>	<b>24.837</b>	<b>904</b>	<b>23.939</b>	<b>895</b>	<b>23.196</b>	<b>921</b>	<b>24.628</b>
F cáscara	636	277	632	646	617	478	650	452	s.d.	397	637	450
Plátano	9	384	9	352	9	396	9	346	9	365	9	369
Patata	85	2.145	85	2.481	77	2.298	79	2.455	73	2.205	80	2.317

Ud. X 1.000 ha. X 1.000 t



Evolución del consumo de productos hortofrutícolas frescos en el hogar (miles t)

	2010	2011	2012	2013	2014
Frutas frescas	4.695	4.656	4.780	4.676	4.596
Patatas frescas	1.073	1.034	1.066	1.086	1.027
Resto hortalizas frescas	2.781	2.884	2.871	2.924	2.795
<b>Total frutas y hortalizas</b>	<b>8.549</b>	<b>8.574</b>	<b>8.717</b>	<b>8.686</b>	<b>8.418</b>

Consumo per cápita de productos hortofrutícolas en el hogar (kg)

	2010	2011	2012	2013	2014
Frutas frescas	102,21	101,48	103,78	102,97	102,48
Patatas frescas	23,36	22,53	23,13	23,91	22,93
Resto hortalizas frescas	60,55	62,84	62,32	64,39	62,34
<b>Total frutas y hortalizas</b>	<b>186,12</b>	<b>186,85</b>	<b>189,23</b>	<b>191,27</b>	<b>187,75</b>

**Figura 1:** Superficie y producción hortofrutícola española, 2008-12; Consumo 2010-14

Fuente: Anuario de Estadística del MAGRAMA (2014) y Revista Alimarket (2015)

Siguiendo con datos del MAGRAMA, la superficie de cultivo de frutas y hortalizas en su conjunto, es de unas 1.571.000 ha (media 2008-2010), de las cuáles 650.000 ha son de frutos cáscara; de las restantes 921.000 ha, el 38% corresponde a hortalizas, el 34% a cítricos y el 28% a frutales de fruta dulce no cítricos, y 75.000 ha de patata. La evolución general de las superficies es a la baja en hortalizas y patata y en general se observa una cierta estabilidad en frutas dulces y frutos de cáscara. La producción española, se cifra en torno a las 24,2 millones de toneladas (media 2008–2012) de las que el 54% corresponde a hortalizas, el 24% a cítricos, el 11% a frutales de fruta dulce no cítricos, el 9% a patata y el 2% a frutos de cáscara.

Según Alimarket (2015), en 2014 el sector hortofrutícola alcanzó un nuevo récord en producción y exportación. La sobreoferta y la crisis originada en el verano de 2014, tras el anuncio del gobierno ruso de prohibir la compra de productos alimentarios procedentes de la Unión Europea tuvo la gran consecuencia directa de la saturación del mercado europeo, y una consecuente caída del precio de la fruta dulce, que llegó hasta al mercado español, en el que el consumo continúa a la baja los últimos años. No obstante, el sector parece haberse activado, y en el último año 2015, un gran número de operadores se han embarcado en importantes proyectos en sus centros de trabajo, ya sean con ampliaciones o mejoras en el equipamiento y operaciones, o en la capacidad frigorífica. Respecto a la evolución del consumo de frutas y hortalizas en los hogares españoles, continúa en decremento. En 2014 se redujo un 3%, y los

datos para los meses de enero a junio de 2015, si los comparamos con los del mismo periodo de 2014, revelan una caída del 5,5%, y en términos de valor el retroceso solo es del 0,7%.

El objeto general del presente trabajo es efectuar un estudio e investigación exploratoria del sector hortofrutícola español, subsector de las frutas dulces, y ahondar en la estructura de las Organizaciones de Productores de Frutas y Hortalizas en España, así como analizar el afrontamiento de retos y problemáticas a través de los planes operativos, como paso necesario para un siguiente proceso investigador y elaboración de una Tesis doctoral.

## **2. PRINCIPALES OPERADORES HORTOFRUTÍCOLAS EN ESPAÑA (TOP 30) Y DATOS SOBRE FRUTA DULCE**

Los TOP 30 operadores hortofrutícolas en España (Revista Alimarket, 2015) se presentan seguidamente en la Tabla 1. Como se observa, lidera el grupo la Cooperativa Agroalimentaria más grande de España que es ANECOOP, con una cifra de ventas de 593 Millones de Euros, con ámbito de acción multinacional.

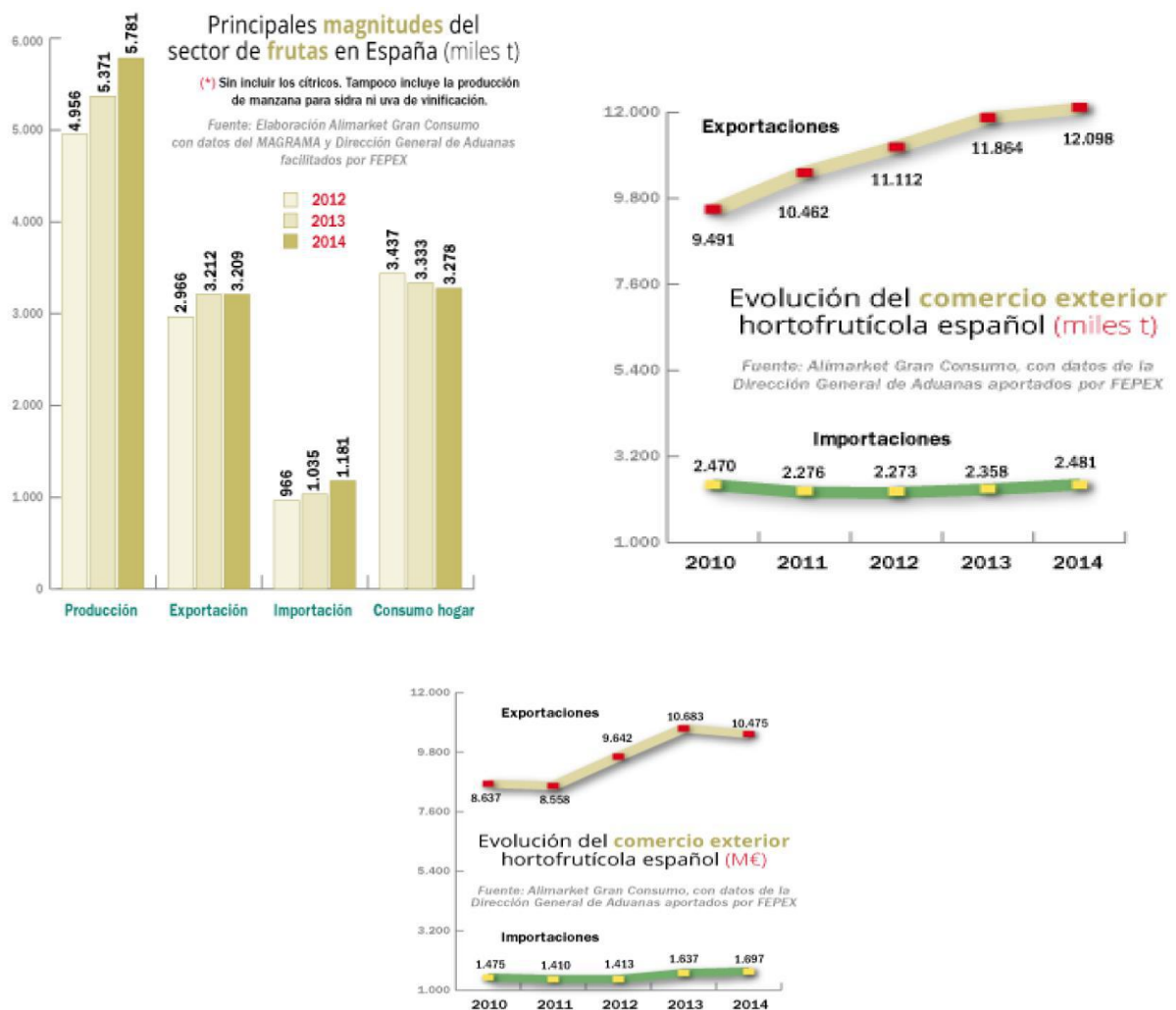
A partir de Alimarket (2015), el cimiento o fundamentación del sector hortofrutícola se trata de buscar en aspectos como la programación de cultivos y variedades de frutas, y su adaptación a la demanda, la concentración de la oferta y la comercialización, la optimización de los costes de producción y la estabilización de los precios de producción (tratando que no decaigan), la planificación de los cultivos en clave de mejora tecnológica y sostenibilidad (producción integrada, limitaciones en productos fitosanitarios, sistemas de poda, fertilización racional, etc.), la mejora de la calidad, la intensificación del valor comercial o valores añadidos de las frutas, la promoción, el respeto al medio ambiente, la prevención y la gestión de la crisis, consolidación de certificaciones de buenas prácticas, etc. No obstante, tratar de conjugar todos estos elementos es complejo, sobre todo en un sector tan atomizado, en el que los continuos mensajes promotores de la concentración y organización a nivel más profundo, y en clave de adquirir mayor tamaño y poder de negociación, no terminan de fraguar.

Según el MAGRAMA, existen unas 600 Organizaciones de Productores de Frutas y Hortalizas (OPFH) en la actualidad, que cuentan con unos 155.000 socios afiliados y unas 830.000 ha de cultivo, lo que supone el 55% de la superficie total y el 50% de la producción total. Ello significa que muchos agricultores y empresas productoras o integradoras de producción en origen, prefieren operar de forma independiente, a pesar de que con ello no pueden acceder a los fondos operativos europeos para poder utilizarlos para ejecutar parte de sus inversiones en mejoras.

**Tabla 1: TOP 30 de operadores españoles del sector hortofrutícola. Cifra Ventas, Millones Euros**

	Empresa	Ubicación	2013	2014	Marcas
1	COOP. ANECOOP	Valencia	593,00	546,00	Bouquet / Backcat /Nadal /Clink
2	AMC GRUPO ALIMENTACIÓN FRESCO Y ZUMOS, S.A.	Espinardo (MU)	460,00	560,00	A.M.C./ Pingu
3	GRUPO EUROBANAN	Alicante	360,00	358,00	Eurobanan/Agroorigen/Isla Bonita/ Kiwiberico
4	SANLUCAR FRUIT, S.L.	Puçol (V)	336,37	336,70	Sanlúcar / Sunnyboy
5	GRUPO NUFRI (3)	Mollerusa (L)	270,00	300,00	Nufri / Livinda
6	GRUPO MARTINAVARRO		235,95	239,74	
	MARTI NAVARRO, GRUPO	Almassora (CS)	219,75	225,00	Martinavarro / Daisy / Roxy / Chico
	VERDIMED, S.A.	San Javier (MU)	16,20	14,74	Chico/Hidromed/Naturmed/Saboc
7	GRUPO UNIVEG		226,48	227,39	
	UNIVEG TRADE SPAIN, S.A.	Valencia	203,79	207,66	Univeg
	GRUPO YES PROCUREMENT AND MARKETING, S.L.	Nijar (AL)	15,22	19,73	Freshy
8	AGROPONIENTE, S.A.	El Ejido (AL)	211,75	201,03	Poniente / Bombón de Agroponiente / Hortini
9	COOP. ÚNICA GROUP	La Mojonera (AL)	180,00	200,00	Única / Única Bio / Ready,Veggi,Go!
10	GRUPO AGROIRIS	El Ejido (AL)	170,00	200,00	Agroiris / Berja / Ejidoluz
11	ALHONDIGA LA UNIÓN, S.A.	El Ejido (AL)	201,45	185,26	La Unión / Andaluz / Merpo
12	CONSORFRUT, S.L.	Valencia	150,21	183,97	Mephistus / Sunflavour
13	COOP. AGRARIA Y GANADERA SAN ISIDRO-CASI	La Cañada de S. Urbano (AL)	184,93	178,00	Casi / Miel de Casi / Reina de Casi
14	BARGOSA GRUPO	Barcelona	168,51	172,49	Bargosa
	BARGOSA, S.A.	Barcelona	147,62	152,99	
	COMPAÑÍA MAYORISTA FRESA, S.L.	Barcelona	20,89	19,50	
15	COOP. VICASOL	Vícar (AL)	138,08	163,50	Vicasol / Almerisol / Pueblasol
16	GRUPO ALIMENTARIO CITRUS	Riba-Roja (V)	178,37 (4)	157,83	Verdifresh
	VERDIFRESH, S.L. U.	Riba-Roja (V)	97,20	97,74	
	AGROMEDITERRÁNEA HORTOFRUTÍCOLA, S.L.	Dolores de Pacheco (MU)	81,17	60,09	Agromediterránea
17	GRUPO FERNÁNDEZ-FRUTTITAL		169,33	157,01	
	HERMANOS FERNÁNDEZ LÓPEZ, S.A.	Barcelona	166,41	156,18	BonGust / F.Lli Orsero / Simba / Cuqui
	FRUTTITAL ESPAÑA, S.A.	Valencia	2,92	0,83	F.Lli Orsero
18	GRUPO BONNYSA	S. Juan de Alicante (A)	176,20	145,12	Bonnysa / Sanflavino / Bondelicious
19	ONUBAFRUIT, S.L.	Huelva	144,39	142,03	Fo / Onubafruit / Starberry
20	CULTIVAR, S.A.	Barcelona	118,79	140,50	Cozumel / Exótica Premium
21	GRUPO FLORETTE IBÉRICA	Milagro (NA)	106,22	137,22	Florette
22	GARCIA ARANDA, S.L.	El Palmar (MU)	118,46	135,42	Aranda
23	G'S ESPAÑA HOLDINGS, S.L.	Torre Pacheco (MU)	135,00	135,00	Pascual / Pascual Prestige
24	PRIMAFLOR, S.A. (GRUPO)	Pulpí (AL)	135,22	129,46	Primaflor / Babyfresh / Sol de Pulpí
25	HORTOFRUT. COSTA DE ALMERÍA, S.L.	San Agustín (AL)	134,39	105,60	Ferna / Freshcoast / Lasal / Qdelicias
26	GRUPO DOMINGO CATALÁ	La Portella (L)	129,28	125,00	Catafruit / Frisesa / El Escobar
27	GRANADA LA PALMA, S.C.A.	Carchuna (GR)	112,50	124,65	La Parcela/La Palma/Tom Cherry
28	COOP. MURGIVERDE	El Ejido (AL)	126,00	122,00	Murgi-Verde / Family Green
29	GRUPO FEMAGO	El Ejido (AL)	121,19	120,00	Aggrupalmería / Agrocstell / Femago
30	FRUITS CMR, S.A. - GRUPO	Barcelona	119,08	115,80	Nenita / Infinita / Cosarica

Fuente: Revista Alimarket, 2015



**Figura 2:** Magnitudes de producción, consumo y comercio exterior de frutas dulces en España

Fuente: Revista Alimarket, 2015

### 3. DATOS SOBRE ORGANIZACIONES DE PRODUCTORES DE FRUTAS Y HORTALIZAS (OPFH) EN ESPAÑA

Tomando datos del MAGRAMA en su trabajo sobre las OPFH en España, se destaca que el número de Organizaciones de Productores en la UE durante el período 2008-2012 ha estado en torno a 1.550-1650 OPFH aproximadamente o en números redondos, habiéndose producido un aumento del 6% en dicho periodo.

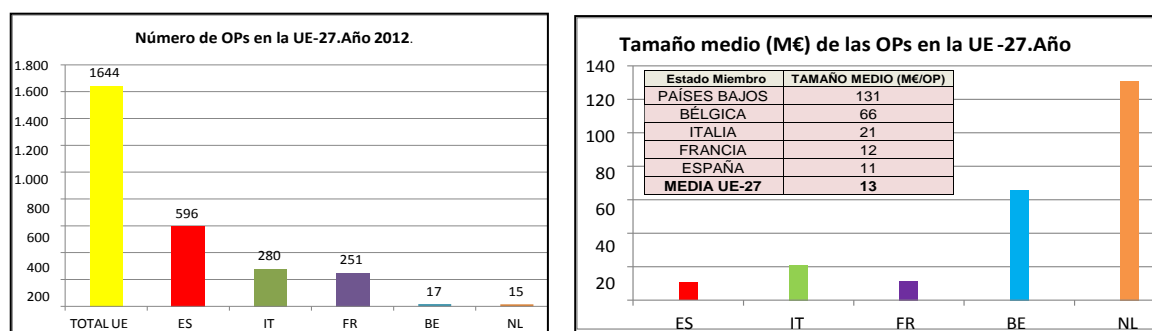
Según el informe sobre OPFH del MAGRAMA (diciembre 2015), más de 1/3 de las OPFH de la Unión Europea son españolas (en 2012 del total de 1644, 596 pertenecían a España lo que suponía el 36% del total de OPFH de la UE, a continuación estaba Italia con 280, seguida por Francia con 251), sin embargo hay que recalcar que el tamaño medio medido con el indicador de valor de productos operados, es muy bajo en nuestro país (11 Millones de Euros/OPFH, más bajo que la media de la UE-27 de 13 Millones de Euros/OPFH, liderando los

Países Bajos con 131 Millones de Euros/OPFH). Ello permite comprobar la naturaleza y estructura atomizada de estas organizaciones, que como es lógico repercute en el poder de negociación y estructura de organización en su funcionamiento, y más en concreto, en su fuerza comercial frente compradores. El número de OPFH en España ha disminuido un 7% durante el período (2009-2013). Esta evolución se puede observar en la Tabla 3.

**Tabla 2:** Número de Organizaciones de Productores de Frutas y Hortalizas en la UE, 2008-2012

Año	2008	2009	2010	2011	2012
Nº de OPFH	<b>1.549</b>	<b>1.638</b>	<b>1.634</b>	<b>1.608</b>	<b>1.643</b>

Fuente: Comisión Europea, DG AGRIC2



**Figura 3:** Principales países europeos con mayor número de OPFH, en 2012

Fuente: Comisión Europea, DG AGRIC2

**Tabla 3:** Nº Organizaciones de Productores de Frutas y Hortalizas en España, años 2009-2013

Año	2009	2010	2011	2012	2013
Nº OPFH	<b>639</b>	<b>608</b>	<b>598</b>	<b>596</b>	<b>596</b>

Fuente: Registro de Organizaciones de Productores de Frutas y Hortalizas (ROPAS).

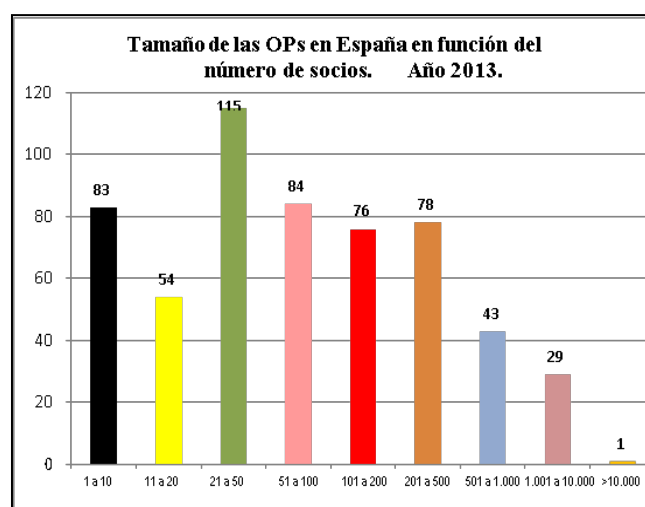
Desde el año 2009, la superficie de frutas y hortalizas de las OPFH españolas se ha mantenido constante en torno a las 800.000 ha. En números redondos de proporción, en el año 2013, la superficie de frutas representó el 80% de la total en OPFH y la de hortalizas el 20%. el Valor de la producción Comercializada por las OPFH ha seguido un ritmo ascendente, el incremento durante este período ha sido del 37%. En la actualidad este valor ronda los casi 7.000 Millones de Euros, de los que unos 3.700 Millones son de la Fruta dulce. Ver la Tabla 4.

**Tabla 4:** Valor de la Producción Comercializada (VPC) por OPFH en España, años 2009-2013

Año	2009	2010	2011	2012	2013
VPC (Millones €)	5.029	5.750	5.941	6.314	6.899

Fuente: Registro de Organizaciones de Productores de Frutas y Hortalizas (ROPAS).

Las diferencias en el número de socios que integran las OPFH en España es notoria, con clara inclinación hacia tamaño o número menor de 500 socios. Aproximadamente el 90% tiene menos de 500 socios, casi el 62% posee entre 21 y 500 socios, siendo éste el intervalo más frecuente. Las 30 OPFH de más de 1.000 socios, reúnen más del 50% del total de socios. El análisis de la dimensión económica empresarial según cifras de facturación de las OPFH, determina que el 50% comercializa menos de 5 millones de euros, integrando el 10% del Valor de la Producción Comercializada por las OPFH en España. En el otro extremo por tanto, el otro 50%, comercializa el 90% del VPC de las OPFH de España. En este último grupo se encontrarían las 6 OPFH que comercializan más de 100 millones de euros, representando en total más del 11% del VPC de las OPFH. Entre las de mayor dimensión predominan las OPFH de hortícolas situadas en el litoral, Andalucía y Murcia, principalmente.



**Figura 4:** Tamaño de las OPFH según el número de socios. Año 2013

Fuente: Registro de Organizaciones de Productores de Frutas y Hortalizas (ROPAS).

La sociedad Cooperativa es el tipo dominante de entidad jurídica, ya que algo más de la mitad de OPFH lo son, el 65% de los socios aproximadamente están en cooperativas. A continuación le siguen las Sociedades Agrarias de Transformación (SATs), casi un 40% de las OPFH poseen esta forma jurídica, integrando aproximadamente al 33% de los socios. Por tanto, más del 90% de las OPFH de España son Cooperativas o SATs; en estas formas jurídicas están

asociados el 98% de los socios pertenecientes a las OPFH de España. Las restantes formas jurídicas, Sociedades Anónimas y Sociedades Limitadas tan sólo representan el 9% del total.

#### **4. PROGRAMAS OPERATIVOS Y AFRONTAMIENTOS DE PROBLEMAS POR PARTE DE LAS OPFH. PARA UNAS CONCLUSIONES**

No cabe ninguna duda que el papel de Administración supranacional de la Unión Europea supone un paraguas o protección sectorial de las frutas y hortalizas contra dificultades y problemas, a través de las OPFH y los Programas Operativos anuales. Como se sabe, los proyectos de programas operativos establecidos por el artículo 103 quáter del Reglamento (CE) n.º 1234/2007, deberán ser presentados para su aprobación por las Organizaciones de Productores ante el órgano competente, a más tardar el 15 de septiembre del año anterior al del inicio de su aplicación (artículo 7, Real Decreto 1337/2011); lo serán en un documento único ajustado al modelo establecido en el anexo III del anterior Real Decreto. Es importante destacar que en cuanto a contenidos, las medidas de acciones, actuaciones, inversiones y concepto de gasto deben cumplir con las condiciones de elegibilidad y los límites máximos de gastos contemplados en el anexo IV del Real Decreto anterior, así como lo establecido en los aspectos medioambientales a que se refiere el apartado 3 del artículo 103 quáter del Reglamento (CE) n.º 1234/2007 y lo establecido en materia de cumplimiento de objetivos que se recoge en el apartado 1 del citado artículo.

Se ha citado que las medidas, acciones, actuaciones, inversiones y conceptos de gasto subvencionables en el marco de los programas operativos y los requisitos relativos a las mismas, se definen en el anexo IV. Existe una jerarquía: 1. Los epígrafes de primer nivel describen las medidas; 2. Los epígrafes de segundo nivel describen las acciones; 3. Los epígrafes de tercer nivel describen las actuaciones; 4. Los apartados de último nivel describen las inversiones o conceptos de gasto que pueden incluirse en cada actuación.

Las medidas previstas son (están propuestas una serie de limitaciones presupuestarias como % sobre el total del programa aprobado y ejecutado): 1. Medida dirigida a planificar la producción (80%); 2. Medida dirigida a mejorar o mantener la calidad de los productos (60%); 3. Medida dirigida a mejorar la comercialización (80%); 4. Medida dirigida a investigación y producción experimental (30%); 5. Medida dirigida a formación y servicios de asesoría (30%); 6. Medida dirigida a la prevención y gestión de crisis (33%); 7. Medida dirigida a objetivos medioambientales (60%); y 8. Otras acciones, actuaciones, inversiones y conceptos de gasto (40%).



Con todo ello, se debe plantear en este periodo 2014-2020 el tratar de perfeccionar la eficacia y eficiencia de las medidas, acciones y actuaciones, aprovechando al máximo las inversiones y gastos previstos en la ejecución de las mismas. Obviamente, la necesidad de analizar la estructura de las OPFH, la homogeneidad o heterogeneidad de las mismas y de sus programas operativos, el sistema de financiación, funcionamiento y gestión de los fondos operativos, y los resultados acumulados en los últimos años, serán elementos necesarios para dicho fin, y no tan solo a nivel de España, sino contando con la interacción con países afines de la región mediterránea como Francia e Italia, y buscando su colaboración a través de sus representaciones sectoriales. Este es el propósito que hemos trazado hacia el futuro, en el caso de nuestra investigación, a nivel más profundo y extenso, donde quizá uno de los apartados de mayor interés sea afrontar y resolver las crisis de mercado de manera óptima o eficiente.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alimarket. (2015). *Frutas y hortalizas: La sobreoferta lastra el precio*. Rev. Alimarket, 2015.
- BOE, Gobierno de España. (2011). *Real Decreto 1337/2011, de 3 de octubre, por el que se regulan los fondos y programas operativos de las organizaciones de productores de frutas y hortalizas*. BOE núm. 239, de 4 octubre 2011. Texto consolidado de 22 noviembre 2011.
- MAGRAMA. (2015). *Informe sobre las organizaciones de productores de frutas y hortalizas (OPFH). Datos de 2009 a 2013*. Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente, Madrid, diciembre 2015.

## **A política territorial brasileira e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise de coalizões no território rural das Águas Emendadas**

Alberto Abadia dos Santos Neto

Faculdade UnB Planaltina  
albertounbagro@gmail.com

Mário Lúcio de Ávila  
Faculdade UnB Planaltina  
avila@unb.br

### **RESUMO**

A partir dos anos 2000, a preocupação, no Brasil, com a agricultura familiar, possibilitou o início de uma política com a incorporação da noção de Territórios Rurais. O PAA, criado em 2003, pode desempenhar, entre outras vantagens, um papel de dinamizador da economia dos territórios rurais, já que incentiva o agricultor a permanecer no campo, produzir e gerar renda a partir da sua terra. No caso do Território das Águas Emendadas, constituído pela capital federal (Brasília) e dez municípios do seu entorno, de outros dois estados da federação (Goiás e Minas Gerais) diversas questões se constituem um arranjo complexo de atores e interesses onde os recursos são mobilizados, mas contrariam a proposta da participação e gestão social que a política territorial procura estabelecer. O estudo utilizou as propostas de análise de políticas públicas de acordo com o Modelo de Coalizões de Defesa (Sabatier, 1988). Foram identificadas três coalizões de causa em torno do PAA no território.

**PALAVRAS-CHAVE:** Território, agricultura familiar, políticas públicas, Brasil.

### **1. INTRODUÇÃO**

O principal objetivo deste estudo foi investigar a implementação do PAA no território das Águas Emendadas e identificar as coalizões envolvidas na interação da política territorial com o PAA. Para Sayago (2007), o rural brasileiro passa, pela primeira vez, por uma tentativa de alinhar ações e compartilhar dificuldades entre diversos municípios que têm características semelhantes e que compõem um território que pode ser democraticamente organizado, transcendendo seus limites geográficos. A criação do PAA representou um marco para a agricultura familiar brasileira, ao assegurar aos agricultores familiares à aquisição de seus produtos, o que se tornou uma opção e uma garantia de mercado. Dessa forma, o PAA pode desempenhar, entre outras vantagens, um papel de dinamizador da economia dos territórios rurais, bem como o desenvolvimento rural, já que incentiva o agricultor a permanecer no campo e a comercializar sua produção localmente. No caso do Território das Águas Emendadas, o mesmo está localizado na região Centro-Oeste do Brasil, abrangendo o Distrito Federal, onde fica Brasília, a capital do país, e sete municípios do Goiás (Água Fria de Goiás, Cabeceiras, Formosa, Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás e Vila Boa) e em parte da

região Sudeste, representada por três municípios de Minas Gerais (Buritis, Cabeceira Grande e Unaí).

Questões políticas, agrícolas, rurais, fundiárias, ambientais, imobiliárias e federativas se constituem em um arranjo complexo de atores e interesses onde os recursos são mobilizados, mas não da forma que a política territorial preconiza o que, infelizmente, contraria a proposta da participação e gestão social promovida como mecanismo importante para o desenvolvimento rural a partir de uma abordagem territorial.

Já o PAA, de uma maneira integrada e buscando a articulação intersetorial, passou a buscar um arranjo inovador e que pudesse estabelecer mecanismos para a melhoria das políticas agrícolas, por meio da garantia de mercado e acesso à renda por parte dos agricultores familiares e, ao mesmo tempo, manteve o foco nas populações em situação de insegurança alimentar.

O PAA inovou ao estabelecer uma união da política agrícola com a política social, possibilitando a articulação das ações entre produção, com incentivos por meio da oportunidade de mercado, bem como a subvenção ao consumo, pelo atendimento de pessoas em situação de insegurança alimentar e, ainda, a formação de estoques estratégicos (Porto, 2014).

Sendo assim, é interessante propor estudos que possam promover o debate em torno da integração de políticas públicas como a política territorial e o PAA, pois ambas as estratégias têm o objetivo final de fortalecer a agricultura familiar. Algo extremamente complexo, desafiador e que depende da participação social por meio dos movimentos sociais, das entidades dos trabalhadores rurais, dos conselhos de desenvolvimento rural, entre outros vários agentes institucionais que se constituem nos territórios rurais. O Brasil precisa avançar muito nessa perspectiva, pois a hipótese mais forte é que os territórios rurais ainda não chegaram a esse patamar e que as coalizões de causa que se formam no âmbito dos territórios ainda não conseguem facilitar a integração de políticas públicas, entre elas o PAA.

As coalizões de causas formadas no território rural das Águas Emendadas decorrem de diversos interesses. A combinação dos resultados deste estudo, confirmam que as três coalizões investigadas não conseguem facilitar a implementação do PAA no território das Águas Emendadas. A seguir serão apresentados os métodos utilizados para a realização da pesquisa, bem como as outras seções apresentarão os resultados e conclusões que emergiram do estudo.

## 2. MÉTODOS E TÉCNICAS

Para responder as questões desse estudo, o desenho da pesquisa envolveu uma abordagem qualitativa de caráter analítico, quanto aos fins e com pesquisas documentais e bibliográficas, bem como pesquisa de campo, quanto aos meios, nessa fase foram utilizados instrumentos com entrevistas semiestruturadas. As propostas de análise de políticas públicas de acordo com Modelo de Coalizões de Defesa (Sabatier & Jenkins-Smith, 1993), foram essenciais para as análises propostas pelo estudo. Foram analisadas as características das principais coalizões identificadas no território com o objetivo de identificar as interações dessas coalizões com o Programa de Aquisição de Alimentos.

## 3. RESULTADOS

A política territorial no Brasil pode ser considerada uma importante conquista para a dinâmica de interações e ampliação do debate sobre as ações governamentais, junto à sociedade civil organizada ou, mais do que isso, configura uma possibilidade de maior apropriação pelo Estado sobre demandas territorialmente mobilizadas entre e pelas pessoas que compõem diversos territórios de identidade.

Conforme defendido por Abramovay (2006), os territórios não se definem por limites físicos e sim pela maneira como se produz, em seu interior, a interação social. Ou seja, o território se constitui a partir de laços e integração de interesses dos atores sociais. O que faz os territórios se tornarem um ambiente ainda mais propício para a implementação e coordenação de políticas públicas.

Já o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) apresenta uma trajetória de conquistas e pontos positivos e também negativos. Segundo especialistas como Porto (2014), o programa passou por três fases marcantes. A primeira foi nos anos de 2003 e 2004 (momento de compreender a dinâmica e aceitação prática de execução); a segunda fase e maior compreendeu o período de 2005 a 2012 (consolidação e aprimoramento das práticas de execução); e, por fim, a fase atual, que, depois do ano 2012, vem passando por uma série de modificações e que impactam diretamente na real concepção do programa.

Conforme, inicialmente apresentado, o território das Águas Emendadas (TAE) se apresenta como um espaço de disputas e de diversos interesses econômicos, sociais e ideológicos entre os agentes institucionais. Sendo assim, foram caracterizadas três coalizões que apresentaram maior participação e notoriedade no âmbito da política territorial, a primeira do Distrito Federal, outra do município de Unaí-MG e, por fim, a coalizão de causa de Formosa-GO. As três apresentaram estratégias e capacidades diferentes para a implementação do PAA.

O PAA funciona, basicamente, da seguinte forma no TAE: os agricultores familiares fornecem alimentos, geralmente frescos e de época, principalmente as frutas, verduras e legumes. Esses produtos beneficiam diretamente uma diversificada rede de entidades socioassistenciais credenciadas pelo governo para receber os produtos, essa dinâmica configura a modalidade do programa que se chama doação simultânea.

Para efeitos dessa análise de coalizões de causa no TAE, foram considerados os dados do PAA dos anos de 2011 a 2014, período em que os dados apresentaram maior consistência. Nesses quatro anos, foram utilizados R\$ 9.103.323,98 para execução do PAA neste território.

A interação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Governo Federal, com os territórios, ocorre, principalmente, devido à disponibilização de recursos financeiros aos territórios para apoiar a melhoria da infraestrutura de apoio destes (agroindústrias, estruturas para bancas de feiras livres, casas de farinha e etc.), a sigla utilizada para designar essa estratégia da SDT é PROINF. Um dos requisitos, para acessar esses recursos, é que as decisões sobre os investimentos sejam tomadas em plenárias territoriais, realizadas pelos Colegiados de cada território. No caso do território das Águas Emendadas, as plenárias do chamado PROINF são as que têm mais participação, pois é o momento em que os membros do colegiado têm um objetivo claro de propor projetos de investimentos para os municípios que representam.

As três coalizões identificadas demonstraram interesse no PAA e no PROINF, por entenderem que são programas que podem fortalecer a agricultura familiar. Mas as capacidades dessas coalizões não conseguem mobilizar efetivamente a implementação plena desses programas.

A coalizão do Distrito Federal (DF) demonstra as melhores capacidades, sobretudo no que se refere ao seu grupo de profissionais dos órgãos públicos de assistência técnica e extensão rural (ATER).

A promoção e divulgação do PAA (modalidade doação simultânea) entre os agricultores do DF é um grande diferencial identificado nessa coalizão, os agricultores demonstram interesse e entendimento do funcionamento deste e buscam manterem-se atentos a essa oportunidade de mercado, essa coalizão mobilizou a execução de cerca de 80% dos recursos do PAA, entre 2011 e 2014, só no Distrito Federal.

Por outro lado, a coalizão não faz a divulgação e promoção da política territorial. Essa política é de conhecimento, quase que exclusivo, de alguns técnicos dos órgãos de ATER,

portanto é necessário repensar essa prática e não deixar que o colegiado territorial seja apenas uma arena de obtenção de recursos via o PROINF, por exemplo.

Já a coalizão Unaí-MG, teve mais apropriação para execução do PROINF, mesmo que os investimentos sejam inferiores ao que foi investido no DF. Em Unaí-MG, foram feitos investimentos seguindo os critérios de participação e discussões no âmbito do colegiado do território, foi possível identificar investimentos que atestam a maior capacidade e melhores estratégias desta coalizão, com relação a coalizão Formosa-GO.

O uso inadequado dos bens ainda é uma falha grave da coalizão Unaí-MG, não há gestão mínima das estruturas conquistadas, infelizmente estão subutilizadas e não estão beneficiando de forma efetiva os agricultores do território.

Essa coalizão não demonstrou maior capacidade de articular uma implementação efetiva do PAA no município de Unaí-MG, na verdade demonstrou desmotivação, primeiro, por beneficiar poucos agricultores anualmente e, segundo, pela prefeitura não ter tido capacidade administrativa para execução adequada do programa, tornou-se uma “caixa preta” da prefeitura, onde não há acesso à informações detalhadas sobre essa questão.

Além disso, o município ainda não tem infraestrutura adequada para execução do PAA, apesar de ter um galpão que foi construído no município, com recursos do PROINF, e que poderia funcionar como um entreposto do programa. Por fim, é uma coalização que não consegue promover a política territorial e nem o PAA entre os agricultores.

A terceira e última coalizão identificada, está numa situação ainda mais complicada, em termos de resultados da política territorial e do PAA. A diferença mais nítida está na reduzida mobilização e participação, tanto dos membros do governo, quanto dos membros da sociedade civil nas discussões no âmbito do colegiado territorial.

Na comparação, entre as três coalizões, o município de Formosa-GO tem tido pouca capacidade de mobilizar estratégias importantes para o melhor aproveitamento do PROINF e do PAA.

Uma característica, que foi interessante identificar nessa coalização, é que os agricultores, de Formosa-GO, têm informações básicas sobre a importância do PAA e conseguem tomar a decisão de querer ou não acessar essa opção de mercado. Essa foi uma diferença, com relação à coalizão de Unaí-MG, onde os agricultores demonstraram menos conhecimento sobre o PAA, mesmo o programa tendo sido executado por lá, entre 2011 e 2014, enquanto em Formosa-GO o programa foi executado somente no ano de 2012.

#### 4. CONCLUSÕES

A combinação desses resultados e estratégias mobilizadas, levam a concluir que a Coalizão Distrito Federal, a Coalizão Unaí-MG e a Coalizão de Formosa-GO não conseguem facilitar a implementação do PAA no território das Águas Emendadas, sob a perspectiva territorial. Entretanto, a Coalizão Distrito Federal consegue facilitar a implementação do PAA apenas no recorte geográfico do próprio Distrito Federal.

É importante considerar, diante do atual contexto político brasileiro, que esse estudo tem importantes contribuições para evidenciar as fragilidades e necessidades de melhorias para essas políticas. Entretanto, a partir do ano de 2003, o ambiente para que essas políticas emergissem no Brasil foi extremamente favorável, sobretudo no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Diante disso, é importante confirmar o papel desse ministério em facilitar o desenvolvimento rural no país. A extinção desse ministério caracterizasse como um retrocesso aos direitos conquistados pelos agricultores familiares brasileiros. Recomendam-se novos estudos sobre as coalizões de causa formadas nos territórios rurais, pois se trata de um importante instrumento para a avaliação de políticas públicas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, R. (2006). Para una teoría de los estudios territoriales. In A. C. Manzanal; G. Neiman; M. Lattuada (Ed.). *Desarrollo rural: Organizaciones, instituciones y territorios*. (pp. 51-70). Buenos Aires. Ediciones Ciccus.
- Porto, S. I (2014). *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Política Pública de Fortalecimento da Agricultura Familiar e da agroecologia no Brasil*. Universidad Internacional de Andalucía, Programa Oficial de Postgrado – Agroecología, Baeza Jaén, Espanha.
- Sabatier P. A., & Jenkins-Smith H. C. (1993). *Policy change and learning: An advocacy coalition approach*. Boulder: Westview Press.
- Sayago, D. (2007). Os conselhos de desenvolvimento territorial: Entre a participação e a representação. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 3, 9-21. DOI: [www.rbgdr.net/extra\\_n01/artigo1.pdf](http://www.rbgdr.net/extra_n01/artigo1.pdf)

## A política nacional de educação do campo brasileira e sua efetivação na esfera local: desafios a serem enfrentados

Fernanda de Lourdes Almeida Leal  
Universidade Federal de Campina Grande  
fernandalealufcg@gmail.com

### RESUMO

O trabalho se propõe a analisar a Política Nacional de Educação do Campo (PNEC), ora em desenvolvimento no Brasil. Trata-se de pesquisa realizada no âmbito de uma tese de doutorado que investigou o processo de efetivação da referida Política em três municípios do Cariri da Paraíba, região situada no semiárido do Nordeste brasileiro. A Teoria do Ciclo Político (Frey, 2000) fundamentou parte do estudo. Os conceitos de Estado Ampliado e Intelectual Orgânico foram particularmente importantes à análise da PNEC. Foram realizadas observações e entrevistas junto a gestores da educação dos três municípios estudados, bem como junto a professores e representantes de associações rurais de cada um deles. Os dados foram analisados à luz da Análise Temática, uma das modalidades da Análise de Conteúdo (Bardin, 2009). No âmbito da construção desta Política há uma conformação mais consolidada do problema, com uma presença já assegurada no cenário político do país no que se refere às três primeiras fases do Ciclo Político. No que diz respeito à implementação em contextos locais, há ainda um grande trabalho a ser realizado. Defende-se uma maior intensificação da PNEC na esfera local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Pública, Educação do Campo, contexto local.

### 1. INTRODUÇÃO

O modelo do Ciclo Político (Frey, 2000) foi o fundamento para analisar a Política Nacional de Educação do Campo (PNEC) brasileira no âmbito de uma tese de doutorado que objetivou compreender se e como a PNEC se efetivava em contextos locais. A pesquisa foi concluída em 2012 e realizou a investigação empírica em três municípios do Cariri paraibano, localizado no semiárido do Nordeste do Brasil. Segundo o Ciclo Político, as seguintes fases de uma política devem ser observadas quando se pretende analisá-la: 1) percepção e definição de problemas, 2) *agenda-setting*; 3) elaboração de programas e decisão; 4) implementação de políticas; e, finalmente, 5) a avaliação de políticas e a eventual correção da ação (Frey, 2000: 226). Como uma contribuição adicional ao modelo proposto por Frey, o esforço despendido na construção da tese considerou nas fases por ele indicadas o aspecto jurídico-legal, fundamental no processo de construção e consolidação de uma política, especialmente na PNEC, e merecedor de uma ênfase particular no modelo proposto por Frey. O aspecto jurídico-legal não se insere num momento específico da política aqui estudada, mas a acompanha e fundamenta em todo o processo de sua construção.

O objetivo central deste artigo é analisar a PNEC realizada no Brasil à luz das fases do Ciclo Político. As fases 4 e 5 referem-se especificamente ao momento em que uma política deve



se materializar e sobre ela se deve refletir. Elas, neste estudo, disseram respeito à investigação da efetivação da PNEC na esfera local, no sentido de se verificar se e como tal efetivação ocorria.

## 2. O CICLO POLÍTICO E SUA RELAÇÃO COM A PNEC: CONCEPÇÃO E COLETA DE DADOS

Segundo Frey, para estudar a fase da *percepção e definição de problemas* de uma política, cabe, ao analista, compreender como, em um número infinito de possíveis campos de ação política, alguns problemas vêm se apresentando para um tratamento em termos de políticas públicas. Neste sentido, um fato pode ser percebido, pela primeira vez, como um problema político por grupos sociais isolados, mas também por políticos, grupos de políticos ou pela administração pública. Além disso, é importante considerar a maneira como os problemas foram definidos, sendo isso posteriormente de fundamental importância para a proposição de soluções na fase da elaboração dos programas (Frey, 2000, p. 227).

Frey (2000) adverte, no entanto, que é somente na fase de inserção na agenda que será decidido se um tema seguirá na pauta política atual ou se o mesmo será excluído ou adiado para posterior ação sobre ele. Assim, não basta meramente perceber e definir um problema, mas é imprescindível garantir que ele será inserido numa agenda política, como pauta para tomadas de decisões. Na fase denominada de *elaboração de programas e decisão*, Frey (2000, p. 228) chama a atenção para o fato de que precedem, ao próprio ato de decisão, processos de conflito e de consenso que envolvem os atores mais influentes na construção de uma política. É possível perceber que nessa fase os embates e as tensões fazem parte do próprio processo de elaboração de uma política e que a sua materialização, através de programas e projetos, reflete o consenso possível, resultado de um processo de correlação de forças. A fase de *implementação de políticas* é a que, dentre outras características, exhibe os possíveis “desencontros” entre a formulação e a efetivação de uma política. Para Frey (2000, p. 226), o interesse da análise política nessa fase ocorre porque os resultados e impactos de uma política nem sempre correspondem ao que foi projetado para ocorrer. Ao se analisar processos de implementação de políticas, há, pelo menos, duas abordagens a serem diferenciadas: a que tem como objetivo principal a análise da qualidade material e técnica de projetos e programas e a que enfatiza as estruturas político-administrativas e a atuação dos atores envolvidos. Nesse último caso, o que está em primeiro plano é o processo de implementação. Na investigação realizada na pesquisa aqui apresentada, o principal interesse de análise recaiu na segunda abordagem, a que busca compreender o processo de implementação, concentrando-se, de maneira mais apurada, no

processo de apropriação de uma política nacional – a Política de Educação do Campo - na esfera local, em municípios do Cariri paraibano, em suas secretarias de educação, escolas e entidades representativas da sociedade civil, entendidas aqui como aquelas que, na esfera municipal, são responsáveis por realizar, de maneira privilegiada, a política de educação adotada pelo município. Concepções da PNEC e ações realizadas, sobretudo em escolas da zona rural dos municípios estudados, foram aspectos e dados bastante considerados na análise. Por fim, dentro da perspectiva de análise de uma política pública pela via do Ciclo Político, está a fase da *avaliação de políticas e da correção de ação*. Esta fase se caracteriza pela apreciação de programas já implementados em relação aos seus impactos efetivos. Para Frey (2000, p. 229), essa fase é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública. Neste trabalho, a avaliação da PNEC se concentrou na análise da compreensão do seu significado pelos implementadores e beneficiários da referida Política na esfera local (ênfase na análise da concepção e formulação da referida Política no plano local), de como eles têm conduzido e demandado ações relacionadas a essa Política em escolas localizadas na zona rural do Cariri paraibano (ênfase na verificação da existência de Programas e projetos que tenham relação com a PNEC) e por que eles adotaram essas estratégias de ação (ênfase na verificação dos motivos que levaram os implementadores e beneficiários locais a adotar uma ou mais estratégias de ação relacionadas às escolas da zona rural dos municípios nos quais atuam como gestores da secretaria de educação). A escuta dessas pessoas ofereceu condições para examinar os diversos modos de apropriação da PNEC, contribuindo para verificação se ela, de fato, chega, enquanto concepção e enquanto ação na esfera municipal e como chega.

Os dados foram coletados por meio de observações e entrevistas. Foram entrevistados 52 professores dos três municípios pesquisados, 6 gestores, entre secretárias de educação e coordenadoras pedagógicas, e representantes de associações rurais inseridos no Conselhos Municipais de Educação. A ideia foi ouvir as esferas locais do governo e da sociedade civil, e, ainda, os professores que também participam da efetivação da política no âmbito das escolas.

Os dados das entrevistas foram analisados à luz da Análise Temática, uma das abordagens da Análise de Conteúdo (Bardin, 2009).

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A PNEC é uma política pública recente, em construção, e apresenta características e avanços importantes no que diz respeito ao modo como ela vem sendo construída, com

participação significativa de segmentos da sociedade civil que, desde a sua origem, vêm se colocando enquanto protagonistas de demandas e realizado, de maneiras diversas, o papel de organizadores da cultura – intelectuais orgânicos -, na direção de produzir efeitos relacionados à possibilidade de uma experiência de Estado ampliado, que, conforme Gramsci, caracteriza-se pela junção entre sociedade política e sociedade civil (Violin, 2006). Ao longo do processo de constituição da PNEC, esta foi se construindo enquanto concepção e formulação, apontando e definindo problemas a serem enfrentados, abrindo espaço na agenda pública, conquistando avanços legais – fundamentais a muitas de suas conquistas práticas -, implementando ações através de programas e outros dispositivos, e, possibilitando, através de sua trajetória, uma avaliação do seu alcance e dos seus efeitos. No que tange aos seus alcances e efeitos, uma de suas contribuições do estudo realizado na pesquisa de doutorado foi a verificação e análise da PNEC no contexto local, que disse respeito a três municípios do Cariri paraibano. A PNEC tem uma trajetória que se consolida pela sua história, pelos seus intelectuais e pelos movimentos sociais do campo que estão na sua base. A presença da sociedade civil em sua construção é visível e sua capacidade de interagir e penetrar na esfera estatal se faz ver em conquistas legais, a exemplo do Decreto 7.352/2010 (Brasil, 2010), e em estruturas executivas, como a presença de uma Diretoria de Políticas para a Educação no Campo e Diversidade, no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), do Ministério da Educação (MEC) do Brasil. A questão crucial colocada por este trabalho diz respeito à PNEC se realizar nos contextos das secretarias estaduais e municipais de educação, sobretudo no contexto destas últimas, que lidam, do ponto de vista da oferta educacional, mais diretamente com os sujeitos do campo, com as populações camponesas, através dos alunos que frequentam escolas na zona rural ou na zona urbana e têm uma relação com um modo de vida construído por esses sujeitos. Dentre os consensos produzidos no âmbito da Educação do Campo, a escola se encontra como possuindo um valor, por se constituir enquanto mediação fundamental na apropriação e produção do conhecimento (Caldart et al, 2012, p. 262). Mas, ao mesmo tempo, ela materializa contradições importantes que estão colocadas, por exemplo, pela relação entre a esfera mais geral do Estado brasileiro e as esferas estaduais e municipais. Conforme Molina (2012, p. 590), “uma das tensões da Educação do Campo no que diz respeito às políticas públicas, especialmente aquelas executadas pelas secretarias estaduais e municipais de Educação, é o apartamento, a ruptura, a separação da Educação do Campo”. Se é no contexto local que uma política pública efetivamente é realizada” (Arretche, 2001), no caso da PNEC, encontra-se neste contexto um dos seus maiores desafios. Todo o debate que constitui a Educação do Campo -

como as lutas e os conflitos do campo, a busca de movimentos sociais e sindicais por outro projeto de campo, de sociedade e de educação – fica fora do planejamento da ação pedagógica, demonstrando que as referidas secretarias, quando querem fazer ou dizem fazer Educação do Campo, fazem-na sem o campo.

Nos três municípios investigados foram encontradas implementações diversas de uma política educacional formal voltada às populações do campo. Um aspecto bastante importante para diferenciar o modo como cada município lidava com a implementação desta política diz respeito à própria concepção, ou ausência dela, em relação à PNEC. O trato com as questões educacionais relativas aos sujeitos, em geral crianças e adolescentes, inseridos na escola situada na zona rural, dependendo da presença ou ausência da referida concepção, era o mesmo devotado às crianças e adolescentes inseridos na escola urbana. Ou seja, o não conhecimento da Política e a não apropriação do conceito Educação do Campo produziu um hiato entre a PNEC e sua implementação na esfera local. Um dos municípios pesquisados se revelou mais próximo da Política Nacional investigada e isso pode ser verificado pela concepção de Educação do Campo por parte dos gestores e educadores, que, de posse desta concepção, atuavam de maneira mais próxima com os princípios da PNEC. Isto pode ser observado por meio de algumas ações, como: existência de calendário específico para os alunos que estudam em escolas situadas na zona rural, formação específica dos professores para atuarem na realidade do campo, currículo relacionado à realidade local, sem perder de vista os conteúdos de âmbito geral, dentre outros.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O espaço entre a concepção de uma política pública e a sua implementação é eivado de significados e contradições. Acompanhar esse processo é uma atitude importante na direção de identificar os obstáculos e as possibilidades que acompanham a implementação de uma dada política. No que tange à Política aqui analisada, a pesquisa mostrou que há, nas realidades estudadas, distanciamentos diversos entre a formulação e a execução da mesma. A apropriação da PNEC na esfera local, junto a gestores da educação e a movimentos sociais implicados com a realidade educacional e do campo, mostrou-se como muito importante para os demais passos a serem dados no processo de implementação. A ausência desta apropriação responde em grande parte pelos hiatos encontrados entre a formulação e a execução da PNEC nos contextos estudados. Do ponto de vista das fases propostas por Frey, verificou-se que, na esfera mais ampla - que compreende a percepção e definição de problemas, a inserção na agenda pública e a elaboração de programas e decisão - a PNEC tem já uma consolidação reconhecida. Esta

esfera mais ampla geralmente está localizada no âmbito governamental, sendo também impulsionada e construída com a intensa participação de grupos diversos que fazem parte da sociedade civil. No que tange às fases de implementação e avaliação, que se dirigem muito particularmente à esfera local, a pesquisa realizada nos três municípios do Cariri paraibano apontou um distanciamento significativo entre a Política Nacional e sua execução em contextos específicos. A orientação que surge da análise dos dados indica que é necessário que se aposte e se incremente ações mais concretas no plano local, no sentido de mobilizar gestores e grupos inseridos na sociedade civil, na direção de que uma efetivação da PNEC seja realizada nos referidos contextos. A participação de segmentos da sociedade civil, particularmente de movimentos sociais do campo presentes no âmbito local, é também outra ausência que foi verificada pela pesquisa. Muito da falta de concepção do próprio conceito Educação do Campo e de sua Política passa por essa ausência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arretche, M. (2001). Uma Contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In Barreira, M. C. R. N. & Carvalho, M. C. B. (Orgs.). *Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais*. São Paulo: IEE/PUC, pp. 1-12.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*, 5. ed. Lisboa: Edições 70.
- Brasil (2010). Decreto no. 7.352, de 4 de novembro de 2010: dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. *Diário Oficial da União*, Brasília.
- Caldart, R. (2012). Educação do Campo. In Caldart, R. et al. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, pp. 257 – 265.
- Frey, K. (2000). Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, 211-259.
- Molina, M. (2012). Políticas Públicas. In Caldart, R. et al. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, pp. 585-594.
- Violin, T. (2006). A Sociedade Civil e o Estado Ampliado, por Antonio Gramsci. *Revista Eletrônica do CEJUR*, v. 1, n. 1, ago./dez. . Acesso em 5 mar. 2012.

## **Análise comparativa das características dos *Novos* Agricultores Familiares que obtiveram a terra por meio de compra e aqueles que herdaram a propriedade na Microrregião Geográfica de Jales (SP-Brasil)**

Antonio Lázaro Sant'Ana  
Universidade Estadual Paulista (Unesp)  
lazar@agr.feis.unesp.br  
Divanir Zaffani Sant'Ana  
Universidade Estadual Paulista (Unesp)  
nyllzaffani@hotmail.com

### **RESUMO**

O artigo compara as características de 25 agricultores familiares que herdaram a terra com 36 produtores que a compraram, a partir do ano 2000, na Microrregião Geográfica de Jales (SP-Brasil). A pesquisa consistiu na aplicação de questionários, com amostra de produtores composta a partir dos principais sistemas de produção da região. Os dois grupos têm em comum a experiência anterior de trabalho na agricultura, mas os compradores possuem menor escolaridade (embora sejam mais jovens que os herdeiros), apresentam maior frequência de renda não agrícola e áreas menores. O problema mais citado pelos herdeiros é o baixo preço de seus produtos no mercado; já entre os compradores destacam-se os que disseram não ter problema relevante. A predominância de aquisição da propriedade (ao invés da herança) de tamanho exíguo, traz desafios diferenciados para os *novos* agricultores familiares, em termos de trajetórias tecnológicas, de comercialização e da combinação de rendas agrícolas e não agrícolas (Financiamento: CNPq).

**PALAVRAS-CHAVE:** sucessão hereditária, aquisição de terra, características diferenciais dos produtores, agricultura familiar, noroeste do estado de São Paulo

### **1. INTRODUÇÃO**

Análises das perspectivas da agricultura familiar<sup>155</sup> apontam que, em várias regiões do Brasil, há dificuldades em manter o estabelecimento no âmbito da família, devido à escassez de sucessores (Spanevello, 2005; Menezes, Malagodi, & Marques, 2008). No entanto, dados dos Censos Agropecuário do IBGE, mostram que, entre 1996 e 2006, ocorreu pequeno aumento do número de estabelecimentos familiares, indicando que de alguma forma o processo de sucessão vem ocorrendo (com diferenças regionais) ou então houve a criação de novas unidades familiares por meio de assentamentos rurais, do crédito fundiário e/ou pela aquisição de terras pelos agricultores no mercado.

---

<sup>155</sup> A agricultura familiar, em termos de marco legal, é definida por meio da Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que define agricultor familiar como aquele que detém área de até quatro módulos fiscais, trabalha e dirige seu estabelecimento com mão de obra predominantemente da própria família e tem um percentual mínimo (estabelecido pelo Poder Executivo Federal) da renda familiar proveniente do seu estabelecimento (Brasil, 2006). Wanderley (1999) considera que a agricultura familiar é uma forma de produção e um modo de vida em que o trabalho e a gestão do estabelecimento são realizados, de forma majoritária, pelos integrantes de uma família. Inclui produtores com distintas lógicas produtivas e de reprodução social, e diferentes graus de tecnificação e inserção no mercado.

Além da Política Nacional de Reforma Agrária que visa o assentamento de famílias, via a desapropriação de terras improdutivas ou aquisição pelo governo federal, há também a Política Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que é uma política pública para que trabalhadores(as) rurais, filhos de agricultores familiares ou estudantes de escolas agrotécnicas possam adquirir um imóvel rural, implantar a infraestrutura e desenvolver projetos produtivos em regime de economia familiar (Brasil, 2016).

Há ainda a aquisição de terra por parte de pessoas/famílias que deixam (ao menos em parte) o trabalho que realizavam nas cidades e se instalam no meio rural para desenvolver atividades agrícolas ou não agrícolas, os chamados “neururais” (Giuliani, 1990). Esta categoria abrange diversos tipos de produtores (inclusive patronais) com diferentes motivações (Sastoque, 2013), mas inclui também aqueles que buscam o rural como forma de trabalho e de vida, ainda que combinando rendas agrícolas e não agrícolas.

Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla que realizou uma análise de quem são os *novos*<sup>156</sup> agricultores familiares que assumiram, a partir da década de 2000, a gestão de uma unidade familiar, de forma autônoma, na Microrregião Geográfica (MRG) de Jales (SP-Brasil). O presente trabalho objetivou investigar, comparativamente, as características dos agricultores que herdaram (ao menos em parte) a terra e daqueles que compraram a propriedade via mercado convencional ou utilizando o crédito fundiário.

## 2. FONTES DE DADOS, MÉTODOS E TÉCNICAS APLICADAS

A amostra de produtores foi composta a partir dos principais sistemas de produção da Microrregião e de indicações de extensionistas do Escritório de Desenvolvimento Rural da CATI de Jales e de prefeituras dos demais municípios. Teve participação também de um agrônomo de uma empresa de consultoria técnica; e de uma aluna da Unesp e filha de um produtor rural da região, além dos próprios produtores que indicavam outros que em condição semelhante (técnica da bola de neve). No total foram pesquisados 65 *novos* agricultores familiares, mas nesse trabalho analisam-se as características dos 25 produtores que herdaram ao menos parte da propriedade e 36 produtores que a adquiriram por meio do PNCF ou diretamente no mercado privado de terras, a partir do ano 2000 (quatro produtores não se enquadravam nessas duas categorias).

---

<sup>156</sup> O sentido de *novos* é de que estão há pouco tempo à frente da gestão da propriedade, embora o tempo de trabalho na atividade agrícola possa ser de longa data, como o caso dos filhos de agricultores familiares que assumem tardiamente o comando da unidade familiar.

O número de produtores não foi definido por critério estatístico, mas buscou apreender qualitativamente as características diferenciais desses produtores familiares e a diversidade de suas estratégias, visando entender o processo de constituição das novas unidades familiares na MRG de Jales.

A pesquisa junto aos produtores foi realizada por meio de questionário, aplicado na forma de entrevista (Gil, 2002), visando permitir a caracterização dos produtores e da família (idade, escolaridade, ocupação); da unidade de produção (tipos de atividades produtivas desenvolvidas; a tecnologia e mão-de-obra empregada, as formas de gestão das atividades, acesso às políticas públicas, entre outras questões); e da forma de obtenção da propriedade (sucessão ou aquisição).

### 3. RESULTADOS

Constatou-se que a maioria dos *novos* agricultores familiares pesquisados, na MRG de Jales, tinha experiência anterior de trabalho na agricultura, tanto os herdeiros (84,0%) como aqueles que adquiriram a propriedade (66,6%), sendo minoritário aqueles que poderiam ser enquadrados como “neorurais”.

Apresentam, no entanto, algumas diferenças importantes em outros aspectos. Aqueles que compraram a propriedade possuem menor grau de escolaridade, 61,1% estudaram no máximo até o final do ensino fundamental (entre os herdeiros apenas 44% ficaram restritos a esse nível de ensino), embora sejam mais jovens, com 30,5% dos entrevistados com menos de 40 anos (entre os herdeiros são 16%).

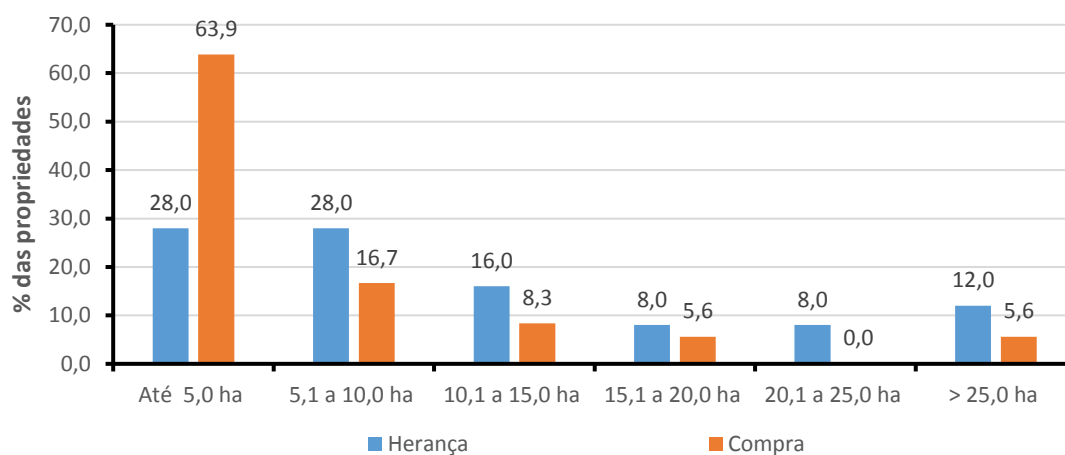
Em relação à origem da renda familiar, 56% dos herdeiros possuem renda familiar não agrícola, enquanto entre aqueles que compraram a área 72,2% combinam a renda agropecuária com fonte não agrícola, possivelmente porque seus estabelecimentos são muito pequenos: 63,9% possuem até 5,0 hectares, enquanto entre os herdeiros são 28% até este tamanho de área. O módulo fiscal (unidade mínima de área necessária para assegurar a viabilidade de uma unidade familiar), varia de 22 e 30ha nos 10 municípios abrangidos pela pesquisa na Microrregião (São Paulo, 2011), mas entre os herdeiros pesquisados apenas 12% possuem áreas de mais de 25 hectares e entre os que compraram a terra este percentual é menor ainda (5,6%) (Figura 1).

Lamarche (1998) em pesquisa que analisa comparativamente a agricultura familiar de diversos países, na década de 1990, menciona que os brasileiros se destacaram pelo desejo de ampliar sua área de terra. Redin (2013), em estudo de agricultores do Sul do Brasil, aponta que



o tamanho da propriedade (entre outros fatores) é um dos entraves importantes ao desenvolvimento das unidades familiares, na visão dos agricultores.

Os resultados desta pesquisa indicam que os *novos* agricultores familiares pesquisados trabalham com áreas muito pequenas, seja em função do parcelamento das propriedades entre os herdeiros, seja pela impossibilidade de comprar uma propriedade maior, pois os que adquiriram terra para trabalhar e viver, o fizeram com dificuldade e pouco recursos, a partir de estratégias que incluiu muitos anos de trabalho e/ou a inserção em política pública de crédito fundiário (PNCF), cujo teto de financiamento (80 mil reais/ produtor) restringe muito a área possível de ser adquirida na Microrregião.



**Figura 1:** Distribuição percentual das propriedades dos herdeiros e dos compradores pesquisados em função das faixas de área total (em hectares)

Fonte: Dos próprios autores da pesquisa, 2012-2013

A principal exploração animal é a bovinocultura mista, sendo muito semelhante entre os herdeiros e aqueles que adquiriram a propriedade, quanto ao número médio total de animais (18 e 22 cab.) e a produção média de leite (42 e 39 litros/dia), respectivamente. No entanto, o aspecto mais importante a destacar é heterogeneidade interna presente em ambos os grupos, pois entre os herdeiros quatro produzem em média de 130 litros de leite por dia, enquanto oito produtores produzem até 10 litros/dia para o autoconsumo; e entre os que compraram a propriedade três produtores apresentam média de 190 litros/dia, enquanto a grande maioria (14 produtores) produz até 15 litros/dia (para o autoconsumo).

As principais culturas exploradas pelos herdeiros (laranja, hortaliças diversas e uva fina) são também aquelas predominantes entre os compradores, embora com variação na frequência relativa (Tabela 1). O tamanho menor dos estabelecimentos dos compradores pode ser a razão de somente 22,2% possuir pastagens, metade do percentual encontrado entre os herdeiros. Em

ambos os casos há uma grande diversidade de cultivos, embora seja mais limitado o número de explorações destinadas à comercialização (duas ou três, se considerarmos as hortaliças como uma atividade só).

**Tabela 1.** Principais culturas exploradas pelos novos agricultores familiares - Herdeiros e Compradores - em termos de número e percentual do total pesquisado.

<b>Culturas</b>	<b>Herdeiros (nº)</b>	<b>Herdeiros (%)</b>	<b>Compradores (%)</b>	<b>Compradores (%)</b>
Laranja	14	56,0	15	41,7
Hortaliças diversas	8	32,0	11	30,6
Pastagens	11	44,0	8	22,2
Uva fina	9	36,0	8	22,2
Milho	6	24,0	8	22,2
Limão	6	24,0	6	16,7
Banana	6	24,0	4	11,1
Cana-de-açúcar	4	16,0	4	11,1
Uva Niagara	4	16,0	3	8,3

Fonte: Dos próprios autores da pesquisa, 2012-2013

**Tabela 2.** Principais dificuldades do trabalho e/ou da vida na propriedade dos produtores pesquisados (número e percentual), em função do tipo de acesso à terra (herdeiros e compradores)

<b>Dificuldades do trabalho e/ou vida na propriedade</b>	<b>Herdeiros</b>		<b>Compradores</b>	
	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Desvalorização dos produtos agrícolas (preços baixos)	12	48,0	05	13,9
Alto custo de produção (preço alto dos insumos e energia)	06	24,0	05	13,9
Comercialização	02	8,0	05	13,9
Falta de recursos financeiros	01	4,0	05	13,9
Não vê dificuldades	03	12,0	08	22,2

Fonte: Dos próprios autores da pesquisa, 2012-2013.

Quanto à visão das dificuldades que enfrentam, os herdeiros apontam os baixos preços de seus produtos no mercado (48%) e o alto preço dos insumos (24%); enquanto entre os compradores a resposta com maior percentual (22,2%) foram daqueles que não tinham problemas relevantes para citar (Tabela 2).

Os problemas mais citados pelos compradores incluem os preços baixos dos produtos e altos dos insumos no mesmo patamar que as dificuldades de comercialização e a falta recursos (Tabela 2). Observou-se que tomaram crédito, no último ano, 64% dos herdeiros e 42% dos

compradores, mas outros 13,8% destes últimos pagavam a dívida de crédito anterior e não tinham capacidade de pagamento para fazer outro financiamento.

Os problemas citados reportam a mudanças mais amplas nas relações de preços da agricultura, o que somente seria possível com uma interferência direta do Estado, reivindicação semelhante constatada por Ferreira et al. (2009) em uma pesquisa em Minas Gerais com vários atores sociais ligados à agricultura.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostram que há prevalência da aquisição de propriedade (ao invés da herança) de tamanho extremamente pequeno, o que sugere dificuldades de acesso à terra em ambos os processos. Embora o contexto regional lhes imponha algumas semelhanças em termos de cultivos e criações presentes nos estabelecimentos, também há alguns desafios diferenciados entre os *novos* agricultores familiares dessa Microrregião, em termos de trajetórias tecnológicas e de comercialização, e no que se refere à combinação de rendas agrícolas e não agrícolas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil (2006). *Lei N° 11.326, de 24 de julho de 2006*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)
- Brasil (2016) Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Crédito Fundiário*. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/sobre-o-programa>
- Ferreira, P. A., Pereira, J. R., Alencar, E., & Santana, A. C. (2009,) Estado e agricultores familiares: uma análise interpretativa sobre o desenvolvimento rural no Sul de Minas Gerais. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online], 47(3), 767-792. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032009000300011>
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas.
- Giuliani, G. M. (1990). Neoruralismo: o novo estilo de velhos modelos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 5 (14). Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_14/rbcs14\\_05.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_05.htm)
- Lamarche, H. (Coord.) (1998) *A agricultura familiar: do mito à realidade*. Campinas: Ed. da Unicamp, v.2.
- Menezes, M., Malagodi, E. A., & Marques, F. R. S. (2008) Juventude e educação em assentamentos do Brejo Paraibano. In Ferrante, V.L.B., & Whitaker, D. (Orgs.). *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos das políticas de assentamentos rurais* (pp. 131-150). Brasília; São Paulo: NEAD/MDA; Uniara.
- Redin, E. (2013) Muito além da produção e comercialização: dificuldades e limitações da agricultura familiar. *Perspectivas em Políticas Públicas*, 6 (12), 111-151.
- São Paulo (Estado) (2008). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. *Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do estado de São Paulo - LUPA 2007/2008*. São Paulo: SAA/CATI/IEA. Disponível em <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>

- Sastoque, M. J. (2013) Una tipología de los nuevos habitantes del campo: aportes para el estudio del fenómeno neorrural a partir del caso de Manizales, Colombia. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online], 51 (Supl. 1), S031-S048. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032013000600002>
- Spanevello, R. M. (2005) Jovens rurais, identidade social e reprodução geracional. In Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 43. *Anais...* Ribeirão Preto (SP): Sober. Cd-Rom.
- Wanderley, M. N. B. (1999) Raízes históricas do campesinato brasileiro. In Tedesco, J. C. (Org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas* (pp. 23-56). Passo Fundo: Ediupf.

## Política de reorganização fundiária: análise do assentamento rural Novo Alegrete (RS, Brasil)

Suelen De Leal Rodrigues  
Instituto Federal Farroupilha – Campus Alegrete  
suelen.rodrigues@iffarroupilha.edu.br  
Alúcio Brasil dos Santos  
Instituto Federal Farroupilha – Campus Alegrete  
aluisiobrasil dossantos@gmail.com

### RESUMO

Para inserir uma nova dinâmica produtiva e diminuir a concentração fundiária do município de Alegrete, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criou no ano de 2008 o assentamento rural Novo Alegrete. O objetivo do presente trabalho consiste em analisar os aspectos socioeconômicos do Assentamento Rural Novo Alegrete questionando a estrutura da política de reorganização fundiária. Metodologicamente foram utilizados dados qualitativos e quantitativos empregando uma abordagem participativa. Os resultados preliminares apontam que existem sérios problemas na estrutura de formação e desenvolvimento do assentamento. Decorridos oito anos da formação do assentamento rural, as famílias sofrem com ausência de água encanada e tratada, estradas mal conservadas e não possuem estrutura produtiva organizada. Sem ter a pretensão de generalizar os problemas que ocorrem nas distintas regiões do Brasil os assentamentos rurais que conseguem ter uma projeção social e produtiva mais eficiente são áreas em que as instituições do governo atuam de forma mais eficientes o que denota que existem falhas na política de reorganização fundiária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento, território, assentamento rural.

### 1. INTRODUÇÃO

O Assentamento Novo Alegrete está localizado, no município de Alegrete na mesorregião conhecida como Metade Sul do estado do Rio Grande do Sul. Região que possui os menores índices de desenvolvimento social e econômico e os maiores índices de concentração de terra.<sup>157</sup>

A relação entre estrutura fundiária e índice de desenvolvimento social e econômico foi explorado por Giovanini et.al (2011) onde os autores analisaram as diferentes microrregiões do Rio Grande do Sul. A constatação do referido estudo é que quanto maior a concentração de terras menores são os índices de desenvolvimento social e econômico, reflexo da concentração de riqueza. Para diminuir a concentração de terras da região e inserir uma nova dinâmica

---

<sup>157</sup>O Índice de Gini da estrutura fundiária do município de Alegrete de acordo com o relatório estadual DataLuta (2012) é de 0,718. Na pesquisa utilizamos como base o padrão utilizado por Câmara (1949) onde o referido autor faz uma análise da Estrutura Agrária Brasileira e estipula como padrões os seguintes valores: 0,000 a 0,100 nula, 0,101 a 0,250 de nula a fraca; 0,251 a 0,500 de fraca a média; 0,501 a 0,700 de média a forte; 0,71 a 0,900 de forte a muito forte; 0,901 a 1,000 de muito forte a absoluto. Em relação ao Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDese) mensurado pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE, 2012) Alegrete apresenta um valor de 0,726 o que corresponde a 229 posição entre os 497 municípios do Rio Grande do Sul.

produtiva, o Programa Reorganização Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criou no ano de 2008, o Assentamento Rural Novo Alegrete.

A inserção de assentamentos rurais em um território marcado pela concentração de terras e por uma produção em larga escala, cria uma nova territorialidade, pois os assentamentos rurais deveriam contribuir para diminuir a concentração de terras e de renda, garantir a perenidade das famílias no campo e produzir alimentos de qualidade com respeito aos recursos naturais. No entanto, depois de constituir o assentamento Novo Alegrete, o INCRA efetivou apenas pequenos custeios para manter a sobrevivência das famílias.

Desta forma, o objetivo do presente trabalho consiste em analisar os aspectos socioeconômicos do Assentamento Rural Novo Alegrete questionando a estrutura da política de reorganização fundiária. Como objetivos específicos: identificar a origem das famílias assentadas e sua relação com a terra, traçar o perfil social e econômico das famílias, diagnosticar os principais problemas de infraestrutura e produção.

No primeiro tópico do trabalho serão detalhados os procedimentos metodológicos utilizados, o segundo apresentará os principais resultados e o último trará as considerações mais pertinentes identificadas no trabalho.

## **2. MATERIAL E MÉTODOS**

A participação das comunidades na identificação dos seus problemas e na busca de alternativas para equacioná-los é de importância imprescindível para uma efetiva aproximação ao desenvolvimento rural sustentável. Portanto, para a realização do diagnóstico do Assentamento Novo Alegrete foi utilizada uma metodologia participativa.

Para cumprir com os objetivos propostos foram realizadas as seguintes etapas: Sensibilização do público envolvido no assentamento; Resgate de dados documentais e bibliográficos referentes à reforma agrária no Brasil e no Rio Grande do Sul; Diagnóstico socioeconômico dos lotes; Sistematização e análise dos dados.

Na fase de sensibilização foi delimitada uma amostra intencional, onde foram selecionados os coordenadores do assentamento, por compreender que os mesmos seriam informantes-chaves para organização da pesquisa. Para realização da primeira reunião formal foi utilizada a técnica de grupos focais, Morgan (1997 apud Gondim, 2003, p. 3) define grupos focais como uma técnica que coleta dados por meio de informações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade.

O questionário utilizado para realizar o diagnóstico social e econômico do assentamento Novo Alegrete foi construído depois de algumas reuniões com as lideranças do assentamento, onde previamente foram identificados alguns pontos essenciais, desta forma, as questões são semiestruturadas, ou seja, com questões abertas e fechadas. Até o momento foram realizadas 10 visitas no total de 26 lotes, 29 famílias e registrados dados de 118 pessoas. O trabalho visa contemplar o total de 57 lotes.

### 3. RESULTADOS

A luta pela reforma agrária no Brasil, ganha forças em fins da década de 1970 e início da década de 1980, a redemocratização do país, a pressão social organizada e apoio da Igreja, abre espaço para um plano de reforma agrária. Um dos principais instrumentos de pressão dos movimentos são as ocupações de terra, portanto, a partir de um conjunto de ações de ocupação, no ano de 1984 surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A concentração de terras existentes na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul e a pressão dos movimentos sociais por uma política fundiária que atendesse as demandas por terra, fez com que essa região fosse alvo das políticas de Reorganização Fundiária. Portanto, para diminuir a concentração de terras da região e inserir uma nova dinâmica produtiva, o Programa Reorganização Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criou no ano de 2008 o Assentamento Rural Novo Alegrete, no município de Alegrete.

O assentamento Novo Alegrete possui uma área territorial de 1.197ha, divididos em 63 lotes com aproximadamente 19 ha, hoje de acordo com a Relação de Beneficiários do INCRA (2015) estão ocupados em torno de 58 lotes. Até o momento foi realizado o levantamento social e econômico de 26 lotes.

Para compreender a formação social das diferentes famílias assentadas no Novo Alegrete, o questionário contemplou variáveis sociais (envolvimento no MST, idade, sexo, escolaridade, perspectiva de continuar no lote) Variáveis econômicas (exploração da propriedade, renda, financiamento, assistência técnica) Infraestrutura (transporte, abastecimento de água, saneamento básico).

Ao serem questionadas sobre os motivos que incentivaram a adesão ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) as 29 famílias entrevistadas apontaram o desejo de melhorar de vida e ter uma terra para cultivar. Referente a produção foi constatado que nas famílias que já possuíam um passado relacionado com a terra a produção é diversificada havendo associação entre pecuária, horta e pomar, já nos lotes onde as famílias não possuíam

um passado ligado a agricultura, ou seja, pessoas que trabalhavam em funções não agrícolas, foi identificado apenas uma atividade envolvendo pecuária ou horta.

O desenvolvimento produtivo dos lotes remete ao passado cultural dos assentados, pois aqueles sem tradição da agricultura não sabem como produzir o que demanda um trabalho maior de orientação técnica, para produzir e fazer um uso eficiente dos recursos acessados via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Referente à composição demográfica por faixa etária e sexo, nas áreas rurais está ocorrendo um processo de masculinização e envelhecimento da população, onde o casal ou mesmo o homem mais velho fica na terra e seus descendentes migram para cidade não dando continuidade a produção. O futuro de qualquer comunidade rural está intimamente relacionado com a perspectiva de sucessão da atividade, no entanto, é cada vez maior o número de jovens que saem do campo e não retornam para atividade. Na composição por sexo até o momento não foi contabilizada uma diferenciação significativa entre homens e mulheres, as diferenças estão concentradas por faixa etária. A população jovem (15-24), adulta (25-59) e idosa (acima de 60) corresponde a 66% da população do assentamento, os idosos correspondem a 5% da população. Quando a família era questionada sobre a sucessão produtiva dos lotes as 29 famílias analisadas alegaram que dificilmente os filhos ficariam na terra, pois as dificuldades enfrentadas para produzir e a falta de infraestrutura faz com que os filhos queiram ir estudar e trabalhar na cidade. Desta forma, é possível inferir que a tendência é que no assentamento ficará as pessoas mais velhas o que já está acontecendo nas áreas rurais brasileiras.

A variável escolaridade também foi investigada e 73 ou 61% das 118 pessoas entrevistadas possui apenas o ensino fundamental incompleto. Trata-se de uma população de baixa escolaridade, pois a maioria parou os estudos ainda em séries iniciais do ensino fundamental. Empiricamente foi constatado que este fator interfere no desenvolvimento produtivo, pois muitos precisam de ajuda para ler e compreender as instruções para acessar linhas de crédito, bem como para entender as orientações técnicas de manejo de insumos, instalação e funcionamento de equipamentos.

As variáveis econômicas exploradas foram (exploração da propriedade, renda, financiamento, assistência técnica). Atualmente a produção dos 26 lotes visitados está limitada a alguns pequenos criatórios de aves, suínos, vacas de leite, hortas e lavouras em sistema de parceria entre famílias assentadas. Considerando que não existe uma sólida organização produtiva, dos 26 lotes analisados 16 precisam complementar a renda, pois somente a atividade agrícola não é suficiente. Complementar a renda com prestação de serviço agrícola ou mesmo



com atividades não agrícolas é um fator muito observado em áreas de agricultura familiar pela insuficiente produção. O assentamento Novo Alegrete é muito carente de qualquer tipo de infraestrutura, estrada, saneamento, água encanada e organização produtiva, dificilmente uma família consegue se sustentar com a renda oriunda apenas da exploração do lote.

A instituição responsável pela assistência técnica no assentamento é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que possui uma demanda de trabalho grande e um reduzido quadro técnico, o que inviabiliza uma orientação técnica mais frequente. A falta de orientação faz com que os agricultores tenham dificuldade para acessar linhas de crédito, aplicar de forma correta e desenvolver a produção.

As variáveis de infraestrutura exploradas foram: (via de acesso, abastecimento de água e saneamento básico). O principal acesso ao assentamento Novo Alegrete é a rodovia estadual ERS 377 que apresenta condições razoáveis de circulação, mas para chegar ao assentamento é necessário utilizar estradas secundárias que são mal conservadas. No período de chuvas o ônibus escolar não consegue transitar no assentamento, pois além das más condições da estrada algumas pontes ficam inundadas.

A energia elétrica foi instalada no assentamento apenas em 2011, ou seja, três anos depois da criação do assentamento. Em vários relatos foi mencionado que as famílias ficaram cerca de dois anos morando em barracos improvisados e depois paulatinamente foram construídas casas de madeira.

Decorridos oito anos da implantação do assentamento, as famílias não possuem abastecimento geral de água, a distribuição da água é realizada através de um caminhão cedido pela prefeitura a cada vinte dias. Todos os lotes utilizam a água do caminhão, no entanto, a água é insuficiente. Não existe saneamento básico no assentamento, as famílias utilizam fossa rudimentar (patente, latrina). Atualmente as famílias assentadas estão sendo beneficiadas com casas do Programa Nacional de Habitação Rural (PNRH) em regime de mutirão, em parceria com Cooperativas, INCRA e Caixa Econômica Federal. As casas estão em fase de conclusão, no entanto, para instalação do banheiro será necessário a canalização da água. Existem verbas aprovadas pelo INCRA para construção de três poços artesianos e para rede de distribuição, mas no momento não foram iniciadas as obras.

#### 4. CONCLUSÕES

Reforma agrária vai além de distribuir terra, pois consiste em viabilizar socioeconomicamente os assentados, de forma que haja melhoria da qualidade de vida e sua inclusão social. A análise das principais variáveis sociais e econômicas do Assentamento Novo Alegrete mostra um quadro de exclusão de uma população que foi inserida em um território totalmente diferente ao seu território de origem e que há oito anos enfrenta sérios problemas como a ausência de um sistema geral de distribuição de água.

A população do Assentamento Novo Alegrete possui baixa escolaridade, 61% possui apenas ensino fundamental incompleto, o que em si é um limitador para o entendimento dos seus direitos. Pela precária infraestrutura, de estradas, meios de transporte, saneamento básico e sistema de distribuição de água a perspectiva é de que os jovens não queiram permanecer no assentamento. As 29 famílias entrevistadas manifestaram preocupação com a sucessão produtiva do lote, pois os jovens estão migrando para cidade em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Por se tratar de um território historicamente construído na concentração do poder e da terra a manutenção de um assentamento rural apresenta muitos entraves, que vão do preconceito ao descaso dos órgãos que deveriam assessorar o assentamento. Desta forma, a partir do levantamento dos principais problemas enfrentados pelo Assentamento Novo Alegrete foi constatado que existe a necessidade de um maior diálogo com os poderes locais para buscar melhorias da infraestrutura, uma ampliação na assistência técnica para que haja uma organização produtiva que garanta o desenvolvimento social e econômico das famílias.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Boletim. Dataluta. (2012). *Banco de dados DatalutaRS*. Acedido em 13 de agosto de 2015, em <http://neagufrgs.wix.com/neag#!dataluta-rs/zoom/mainPage/oajt9>.
- Brasil. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (2015). *Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)*. Acedido em 15 de fevereiro de 2016, em [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao%20agraria/reforma-agraria/projetos\\_criados\\_geral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao%20agraria/reforma-agraria/projetos_criados_geral.pdf).
- Câmara, L. A. (1949). Concentração da Propriedade Agrária no Brasil. Rio de Janeiro: *Boletim Geográfico*, 7(77), 516-528. Acedido em 13 de fevereiro de 2016, em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg\\_1949\\_v7\\_n77\\_ago.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1949_v7_n77_ago.pdf).
- Gondim, S. M. G. (2003). Grupos Focais Como Técnica De Investigação Qualitativa: Desafios Metodológicos. *Paidéia*. 12(24), 149-161. Acedido em 20 de novembro de 2015, em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103863X2002000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X2002000300004)
- Giovanini, A., Marin, S., Ataídes, C., & Arend, M. (2011). Estrutura fundiária e desenvolvimento humano: uma análise para as microrregiões do Rio Grande Do Sul.



*Estudos Do Cepe*.34, 263-290. Acedido em 3 de novembro de 2015, em <http://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/2279>

Rio Grande Do Sul. Fundação de Economia e Estatística. (FEE), Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. (2012). *Índice de Desenvolvimento Socioeconômico de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)*. Acedido em 20 de fevereiro de 2016, em <http://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/serie-historica-nova-metodologia/>

## **A DOP no desenvolvimento rural desde a perspectiva dos produtores. O caso do Queijo Palmero (Ilhas Canárias)**

**Maria Rociene Abrantes**

Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
rocienevet3@hotmail.com

**Nieves Beneda Guerra Sánchez**

Universidad de La Laguna

**Wilma Emanuela da Silva**

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

**Juan José Vieira**

Universidad de La Laguna

**Jean Berg Alves da Silva**

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

**Débora Andréa Evangelista Façanha**

Universidade Federal Rural do Semi-Árido

**Luis Alberto Bermejo**

Universidad de La Laguna

### **RESUMO**

O trabalho analisou a percepção dos produtores em relação a atividade de produção e a Denominação de Origem Protegida (DOP) de queijo palmero. O estudo foi baseado em entrevistas com produtores DOP e não DOP. Os produtores DOP se caracterizaram por serem mais jovens e apresentarem maior diversificação quanto ao tipo de queijo e cliente. Os produtores DOP destacaram como positivas na produção o reconhecimento da qualidade do produto e o fato de serem o proprietário exclusivo de suas propriedades. Entretanto, produtores não DOP apresentaram ideias positivas sobre o prazer da produção de queijo e criação de cabras e ideias negativas sobre preços de queijos e custo de produção. Em relação à DOP do queijo Palmero, os produtores se mostraram preocupados com o controle da produção pela DOP, com visão negativa sobre o desempenho da DOP, com ideias positivas sobre a promoção e sobre as atividades de treinamento. Desta forma, a DOP tem papel importante no desenvolvimento rural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Qualidade, Produtos agrícolas, Valor agregado, Desenvolvimento Rural.

### **1. INTRODUÇÃO**

Nos últimos tempos, os países em desenvolvimento têm utilizado a Indicação Geográfica (IG) como uma ferramenta para impulsionar o desenvolvimento rural e proteger os produtos e as tradições locais (Sabikhi et al., 2015). A mais de duas décadas a União Europeia introduziu medidas para regular os sistemas de certificações de IGs e promovê-los como meio de oportunidade para alimentos de qualidade ligados a regiões rurais (Conneel & Mahon, 2015).

A UE incorpora três regimes de proteção: Especialidade Tradicional Garantida (ETG), Indicação Geográfica Protegida (IGP) e Denominação de Origem Protegida (DOP). Os dois últimos constituem o sistema utilizado para ajudar os agricultores de produtos ligados a uma área geográfica (Conselho da União Europeia, 1151/2012).

O sistema DOP representa um importante instrumento de política de proteção de produtos agrícolas determinados por fatores geográficos e/ou humanos (Agostino & Trivieri,

2014). Para um produto ser registrado com o regime DOP deve haver uma ligação com uma área geográfica nas três fases do produto: produção, transformação e elaboração (Conselho da União Europeia, 1151/2012; Conneely & Mahon, 2015). Seus principais objetivos são o desenvolvimento da atividade rural para aumentar a renda dos agricultores, alcançar um equilíbrio entre a oferta e a procura, desenvolvimento de áreas menos favorecidas, e manter o emprego rural (Bouamra-Mechemache & Chaaban, 2010; Hassan, Monier-Dilhan, & Orozco, 2011).

O queijo se destaca entre os produtos de origem animal com selo de IG com maior número de IG. A variedade de queijos na Espanha é numerosa e uma parte significativa desta produção corresponde a queijos com indicação de origem, cuja proteção garante sua qualidade e características originais. O reconhecimento desses queijos apresenta impacto potencial no desenvolvimento local (Mejías & Budría, 2011).

O queijo palmero é um produto de qualidade, típico de La Palma (Canárias, Espanha). É produzido a partir de leite cru de cabra da raça palmera de acordo com as especificações do Conselho de Regulamentação da Denominação de Origem Protegida de Queijo Palmero (Conselho da União Europeia, 1241/2001; Fresno, Rodríguez, Escuder, Fernández, & Álvarez, 2009). Realizou-se um estudo de caso, com o objetivo de caracterizar a abordagem dos produtores sobre a DOP e a atividade de produção de queijo palmero DOP.

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi conduzido na ilha de La Palma (Canárias, Espanha), onde o queijo tradicional palmero é produzido e onde é a área de atuação da DOP. O estudo foi baseado em entrevistas com 68 produtores, dos quais 31 pertencem a DOP e 37 não pertencentes a DOP. A entrevista incluiu questões abertas utilizando técnicas participativas (Mejía, 2000). A análise das respostas abertas foi baseada em codificação, identificando as diferentes seções de texto com diferentes conceitos ou ideias emergentes. A codificação de texto permitiu estabelecer a frequência das ideias centrais e classificar as seções de texto, relacionadas com cada conceito emergente (Raigada, 2002). As perguntas realizadas eram relacionadas a percepção dos produtores em relação aos diferentes pontos de vista sobre vantagens e desvantagens da DOP.

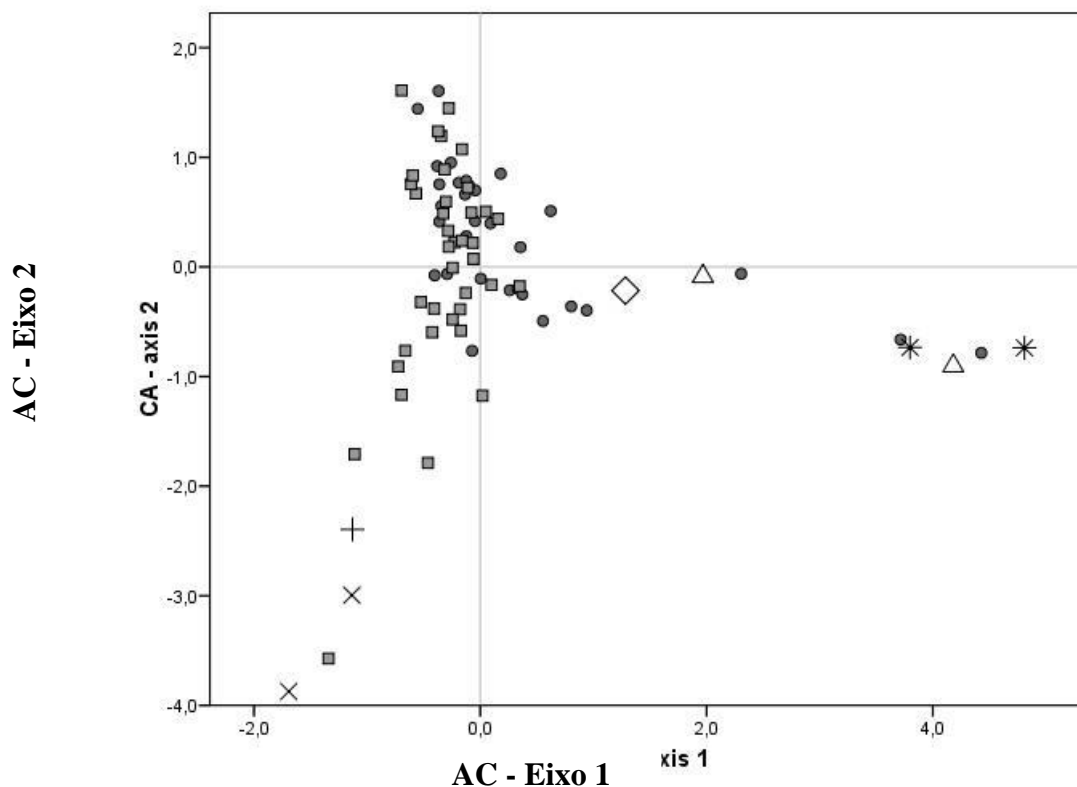
Análise de Correspondência (AC) foi utilizado para avaliar a frequência de ideias sobre a atividade de produção do queijo e desempenho da DOP. O efeito das ideias de cada grupo de produtores foi avaliado com regressão logística dos dois primeiros eixos e produtores DOP (0) e não DOP (1). AC foi realizada usando o pacote estatístico SPSS (SPSS, 1986).

### 3. RESULTADOS

O efeito DOP no eixo AC1 foi significativo ( $B = 3,06$ ;  $Wald = 9,55$ ; nível de  $p < 0,05$ ), enquanto que não há diferenças significativas no eixo AC2 ( $B = 0,41$ ;  $Wald = 1,73$ ; nível de  $p > 0,05$ ) (Figura 1). Os produtores DOP destacaram como características positivas na produção de queijo de cabra o reconhecimento da qualidade do produto ("Eu gosto do reconhecimento dos meus clientes"; "Os clientes gostam do meu queijo e eles dizem isso"; "Prêmios em concursos de queijo") e o fato dos mesmos serem os proprietários exclusivos de suas propriedades ("Eu sou meu próprio patrão", "Eu não tenho patrão"). Portanto, eles se gerenciam de acordo com seus próprios critérios e ideias, controlando assim o processo de produção. Ideias positivas sobre estas questões são mais frequentes em agricultores DOP e ideias negativas sobre os preços do queijo e as consequências sobre economia agrícola são menos frequentes.

Entretanto, produtores não DOP tendiam a prover ideias mais positivas sobre o prazer da produção de queijo e de cabras ("Eu gosto de animais e desse trabalho"; "Nós gostamos de cabras e do trabalho de fazer queijos") e ideias negativas sobre preços de queijos e custo de produção ("Folders são muito caros"; "Folders são caros e o preço do queijo não aumenta"). Ideias positivas sobre conhecimento, vantagens de ser proprietário de uma propriedade e sobre o apoio administrativo ("requisitos institucionais são muito difíceis"; "há muita burocracia"; "nós somos o setor esquecido") são menos frequentes (Figura 1).

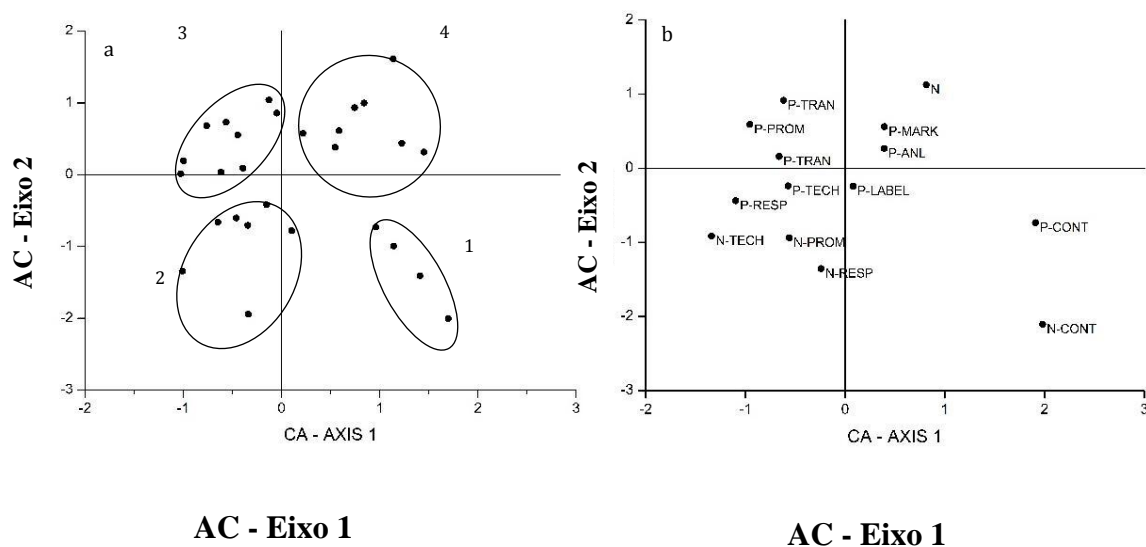
De acordo com a frequência de ideias em relação com as atividades do DOP (Figura 2), os produtores poderiam ser classificados em quatro grupos. Os produtores do grupo 1 tendem a se preocupar com o controle da produção pela DOP (N-CONT), principalmente de forma negativa ("Os dados de produção não são controlados adequadamente, alguns deles podem ser falsos"). O segundo grupo de produtores mostrou uma visão negativa sobre o desempenho da DOP, principalmente relacionados com tarefas da equipe técnica (N-TECH) ("A relação entre o pessoal técnico não é boa", "eu acho que não é boa a atmosfera entre a equipe técnica e este fato afeta o desempenho DOP") e responsabilidade DOP (N-RESP) ("Eles não trabalham duro o suficiente"; "Na verdade, a DOP pertencem a administração e funciona da mesma maneira. Eu acho que os agricultores devem ter um papel mais relevante na tomada de decisão"). No entanto, o terceiro grupo tende a fornecer ideias positivas sobre a promoção com mais frequência (P-PROM) ("Eles [DOP] me ajudaram a promover o queijo, principalmente no início"), mesmo sobre as atividades de formação (P-TRAN) ("Eles me ajudam e aconselham"). O último grupo (4) não destaca qualquer ideia negativa sobre o desempenho do DOP.



**Figura 1:** Análise de Correspondência de produtores

DOP (●) e não DOP (■) de acordo com as ideias positivas e negativas dos agricultores sobre a atividade de produção de queijo de palmero, Ilhas canárias, Espanha. Valores dos eixos 1 e 2 são 0,525 e 0,465, respectivamente (16,0% a inércia total). △ Ideias positivas relacionadas ao trabalho e controle sobre suas próprias fazendas. Apenas variáveis com 1 ou 2 escores das dimensões acima de 1 foram incluídos. \*Ideias positivas relacionadas ao reconhecimento social do produto. ◇ Ideias negativas sobre a falta de apoio e os requisitos rígidos da administração pública. × Ideias positivas sobre o prazer de trabalhar com a produção e gestão de queijo de cabra. + Ideias negativas em relação ao preço do queijo.

Baixos escores de algumas variáveis nos eixos AC 1 e 2 apontam peso escasso na distribuição de produtores, observa-se assim uma frequência semelhante entre os produtores. Há uma concordância geral com relação às ideias positivas sobre o controle de qualidade do queijo e do leite (P-ANL) ("Eles [DOP] analisam o leite e o queijo", "eles controlam a qualidade do leite e queijo") e sobre a importância do rótulo Queijo Palmero DOP (P- LABEL) ("Meu queijo é diferenciado pela marca de qualidade", "O rótulo certifica o queijo de qualidade e nos ajuda a exportá-lo"), que provavelmente estabelece a vantagem observadas pelos produtores sobre PDO.



**Figura 2:** Análise de Correspondência de produtores DOP com base na frequência de ideias positivas e negativas sobre Denominação de Origem Protegida de Queijo Palmero, Ilhas canárias, Espanha

Valores dos eixos 1 e 2 são 0,512 e 0,486, respectivamente (35,6% a inércia total). a) Gráfico de produtores e grupo de produtores. b) variáveis AC. N-CONT: Ideia negativa - controle de dados; N-RESP: Ideia Negativa - responsabilidade DOP; N: Nada negativo; N-PROM: Ideia negativa - promoção dos produtos DOP; N-TECH: Ideia Negativa - pessoal técnico; P-ANL: Ideia positiva - queijo e controle de qualidade do leite; P-TRAN: Ideia positiva - atividades de formação; P-MARK: ideia positiva - mercado; P-CONT: Ideia positiva - controle de dados; P-RESP: Ideia positiva - responsabilidade DOP; P-PROM: Ideia positiva - promoção dos produtos DOP; P-LABEL: Ideia positiva – Rótulo Queso Palmero; P-TECH: Ideia positiva - pessoal técnico.

#### 4. CONCLUSÕES FINAIS

A DOP realiza um trabalho importante com o produtor, funcionando como dinamizador, dando suporte para desenvolver seu caráter inovador, além de promover o produto. Assim, o sistema DOP de queijo palmero parece responder de uma maneira efetiva aos objetivos que almeja a política agrária comunitária da Europa.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agostino, M., & Trivieri, F. (2014). Geographical indication and wine exports. An empirical investigation considering the major European producers. *Food Policy*, 46, 22-36.
- Bouamra-Mechemache, Z., & Chaaban, J. (2010). Determinants of Adoption of Protected Designation of Origin Label: Evidence from the French Brie Cheese Industry. *Journal of Agricultural Economics*, 61(2), 225-239.
- Conneely, R., & Marie Mahon, M. (2015). Protected geographical indications: Institutional roles in food systems governance and rural development. *Geoforum*, 60, 14-21.
- Conselho da União Europeia, (2001). Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação. Ordem de 31 de agosto de 2001. Regulamento da Denominação de Origem "Queso Palmero" e de seu Conselho Regulador. (BOE nº 218 de 11-09-01). Disponível em: <[http://www.magrama.gob.es/es/alimentacion/temas/calidad-agroalimentaria/BOE\\_218\\_110901\\_tcm7-206545.pdf](http://www.magrama.gob.es/es/alimentacion/temas/calidad-agroalimentaria/BOE_218_110901_tcm7-206545.pdf)>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.



- Conselho Da União Europeia, (2012). Regulamento (UE) nº 1151/2012 do parlamento europeu e do conselho de 21 de novembro de 2012 sobre os regimes de qualidade dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/HTML/?uri=CELEX:32012R1151&from=PT>> Acesso em 31 de março de 2016.
- Fresno, M., Rodríguez, A., Escuder, A., Fernández, G., & Álvarez, S. (2009). Production system of Palmero PDO cheese. *Options Méditerranéennes*, série A n. 91. Changes in sheep and goat farming systems at the beginning of the 21st century, 265-268.
- Hassan, D., Monier-Dilhan, S., & Orozco, V. (2011). “Measuring Consumers' Attachment to Geographical Indications: Implications for Competition Policy”. *TSE Working Paper*, 9, 1-28.
- Mejía, A. M. (2000). *Guía Metodológica para la Sistematización Participativa de Experiencias en Agricultura Sostenible*. Ed. PASOLAC, Honduras. 1a. ed.-- San Salvador, El Salvador: Programa para la Agricultura Sostenible en Laderas de América Central, PASOLAC.
- Mejías, L. M. F., & Budría, E. R. (2011). Los quesos con Indicación Geográfica: su importancia en el sistema agroalimentario local. Congreso: Seminario Los productos con indicación geográfica en el sistema agroalimentario español. *Tradición y modernidad*. Zaragoza, Espanha.
- Raigada, P. J. L. (2002). Epistemología, metodología y técnicas del análisis de contenido. *Estudios de Sociolingüística* 3(11), 1-42.
- Sabikhi, L., Bhongle, P. B., & Sathish Kumar, M H. (2015). Farmstead and artisanal cheeses: Adding value to milk at the farmers' doorstep. *Indian Journal of Dairy Science*, 68(4), 311- 315.
- SPSS. SPSS/PC V.6.0. (1986). *Base manual* (1st ed.). United States: SPSS.

## **Avaliação de riscos ambientais em áreas de ocupação desordenada na grande João Pessoa, Brasil**

Jayvson Martins Silva de Andrade

IFPB Campus João Pessoa

jayvson@ymail.com

Fabrcio Mateus Costa de Lima

IFPB Campus João Pessoa

fabriciomateus@gmail.com

Mariana Dias da Silva Araújo

IFPB Campus João Pessoa

mariana831@hotmail.com

Rosicléa Maria Santos D'Andrea

IFPB/João Pessoa

rosiclea.dandrea@ifpb.edu.br

Alexandre Fonseca D'Andrea

IFPB/João Pessoa

alexandre.dandrea@ifpb.edu.br

Arlde Franco Alves

IFPB/João Pessoa

alves@ifpb.edu.br

### **RESUMO**

Com o crescimento populacional das últimas décadas no Brasil, aumentou a ocupação de áreas periféricas e a invasão de glebas da zona rural, principalmente pela expansão da malha urbana. O objetivo deste trabalho foi avaliar o grau de risco a eventos de inundação e deslizamento em uma comunidade ribeirinha de João Pessoa, Brasil. Foram levantados dados de relevo, clima, características edáficas e populacionais da área, e aplicado um questionário semi-estruturado com uma ficha de avaliação de território. Para a classificação do grau de risco ambiental, foram criados mapas de riscos com base em critérios de susceptibilidade do meio e vulnerabilidade dos indivíduos. Na área em estudo, foi identificado acúmulo de lixo, indicando baixo nível de saneamento local. A comunidade avaliada está assentada predominantemente em locais com risco médio de deslizamento e com risco alto ou muito alto de inundações. Para o desenvolvimento sustentável em áreas periféricas e a inclusão das comunidades ribeirinhas, sugere-se obedecer a análise de riscos de inundação e deslizamento para orientação de políticas públicas de prevenção de desastres ambientais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidade ribeirinha, desenvolvimento local, políticas públicas, Sistemas de Informações Geográficas, SIG.

### **1. INTRODUÇÃO**

O grande crescimento populacional observado no Brasil nas últimas décadas levou ao aumento da ocupação de áreas periféricas nas cidades e à invasão de glebas localizadas originalmente na zona rural, principalmente em decorrência da acelerada expansão da malha urbana. Nessas condições, o baixo poder aquisitivo populacional associada e o seu agrupamento em áreas de risco de desabamento de terras ou de inundação em locais de baixada expõe as aglomerações mais frágeis da comunidade a diversos problemas de ordem física, social e ambiental. Diante desse problema que atinge atualmente grande parte dos municípios

brasileiros, incluindo as capitais da região Nordeste do Brasil, o monitoramento e a classificação de áreas ocupadas segundo o risco ambiental é uma importante ferramenta para auxiliar o zoneamento urbano.

## **2. RISCOS AMBIENTAIS DE DESABAMENTO E INUNDAÇÃO**

O povoamento de áreas ao longo das margens de rios ocorre por causa de facilidades relacionadas ao transporte, captação de água para satisfação de necessidades humanas e irrigação de plantações, ocorrendo em todo o planeta. Todavia, a história mostra numerosos episódios em que o mesmo rio que beneficia o homem em suas necessidades primordiais apresenta-se como o responsável por grandes desastres em períodos de cheia (Scoti & Menezes, 2014). Do mesmo modo, os deslizamentos podem atingir proporções catastróficas. Em grandes centros urbanos, como afirmam Fernandes et al. (2001), a alteração de feições geomorfológicas associada a problemas ambientais de origem antrópica pode contribuir para a ocorrência de perdas nos âmbitos econômicos e humanos.

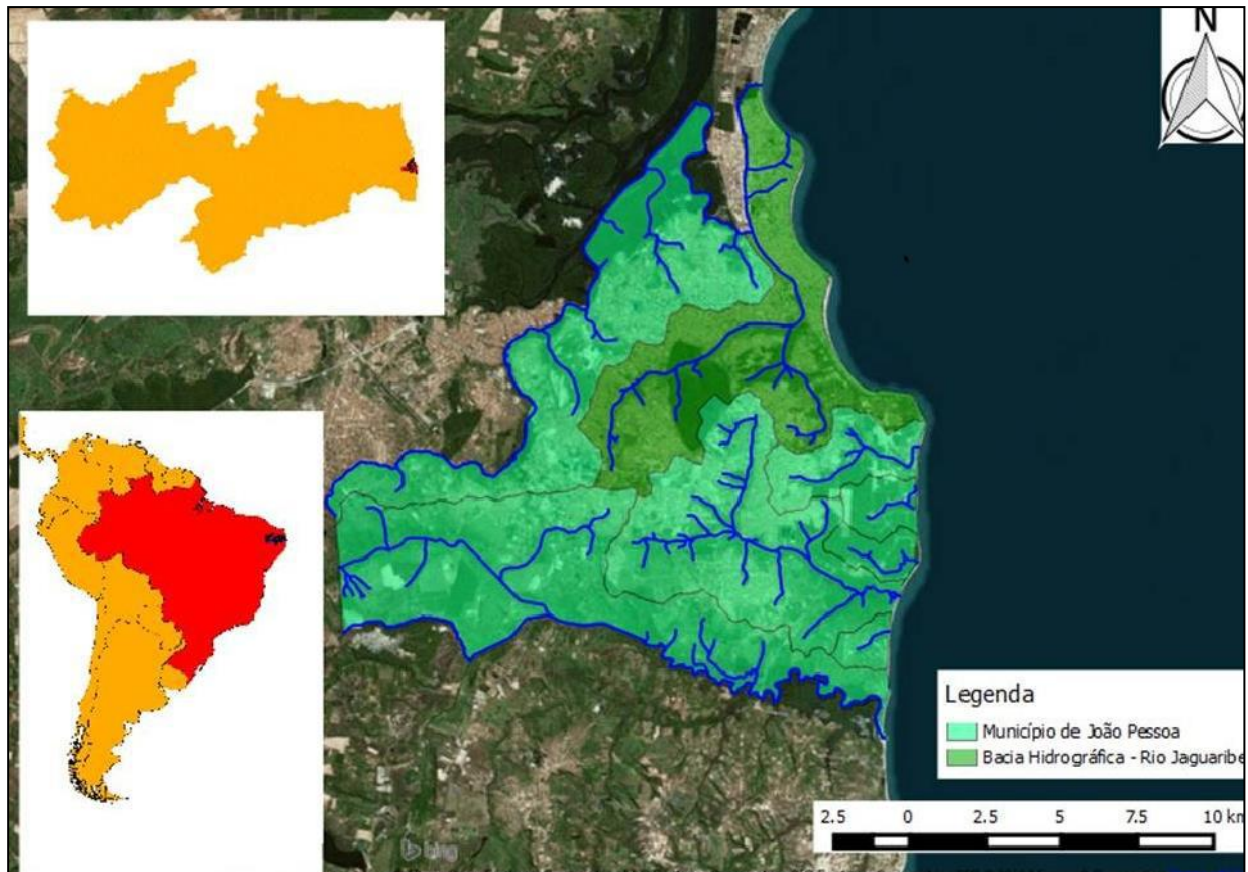
Historicamente, o processo de urbanização em algumas cidades brasileiras ocorreu de forma desordenada. A ocupação de espaços inadequados, geralmente em áreas de risco, em condições habitacionais e sanitárias precárias é um fruto desse processo (Martins, 2012). Em 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística contabilizou mais de onze milhões de brasileiros morando em agrupamentos subnormais, tornando clara a necessidade da implementação de políticas públicas de atenção à essa parcela da população. Nesse contexto, os Sistemas de Informação Geográficas destacam-se como grandes facilitadores da predição e análise de riscos ambientais, posto que estes possibilitam o cruzamento de dados de diferentes fontes, contribuindo assim para a efetiva tomada de decisão no âmbito da referida problemática (BRASIL, 2007).

O objetivo deste trabalho foi avaliar o grau de risco de uma comunidade ribeirinha de João Pessoa, Brasil, a eventos de inundação e deslizamento, por meio do uso das ferramentas dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e de metodologias relacionadas à análise de riscos ambientais.

## **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A área em estudo localiza-se na região metropolitana de João Pessoa, capital do estado da Paraíba (Figura 1), que possui clima *As'* na classificação de Köppen (tropical com estação seca de verão). A área é caracterizada pela existência de vales de rios com fundo plano, favoráveis ao desenvolvimento de atividades diversas pelas comunidades que vivem às margens

dos rios. Foi selecionada uma área em torno do rio Jaguaribe, para a avaliação do grau de risco e a construção de mapas de riscos ambientais de inundação e desabamento. Foi realizado um levantamento de dados do relevo, clima, características edáficas e populacionais da área.



**Figura 1:** Mapa de localização da área de estudo, em João Pessoa, PB, Brasil.

Foi aplicado um questionário semi-estruturado com informações a respeito de relatos de inundação ou deslizamento, e utilizada uma ficha de avaliação de território adaptada do formulário de Análise de Riscos Ambientais do Ministério das Cidades brasileiro (BRASIL, 2008). Para a classificação do grau de risco ambiental da comunidade, foi utilizado o software *QGis* versão 2.4.0 (QGIS Development Team, 2014) e criados mapas de riscos com base em critérios de susceptibilidade do meio e vulnerabilidade dos indivíduos. Como critérios para a delimitação das áreas de risco no mapa de inundação foram analisados: dados pluviométricos históricos da área, o nível de água atingido no último episódio de inundação, a distância entre as casas e área alagada adjacente ao rio, a presença de resíduos sólidos na rede de drenagem e às margens do rio, as curvas de nível da área em estudo e os relatos dos moradores da comunidade.

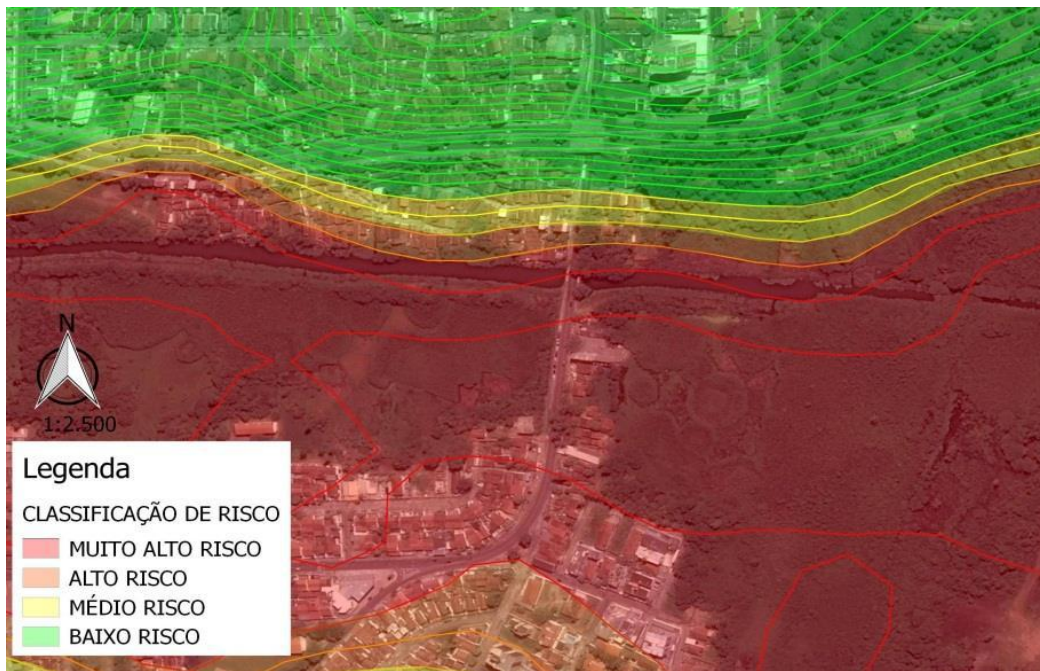
#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na área em estudo, foram identificados problemas de ocupação com criação de animais e acúmulo de lixo, que torna a comunidade vulnerável a doenças (e.g. Dengue e Verminoses), indicando baixo nível de saneamento no local (Figura 2).

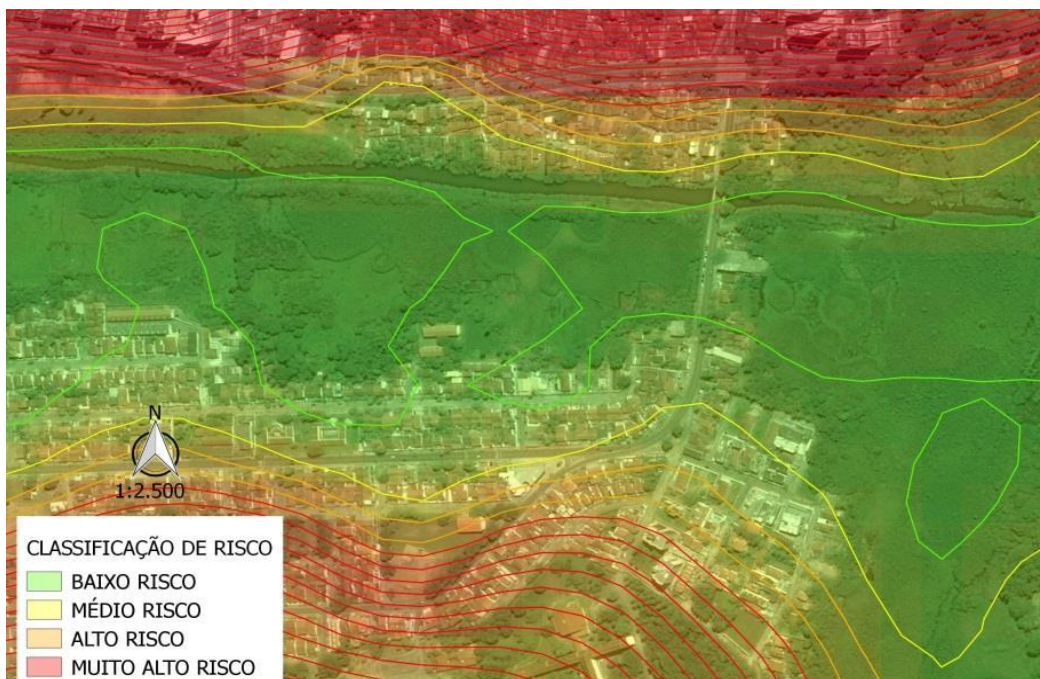


**Figura 2:** Área às margens do rio Jaguaribe, com criação de animais de grande porte

A comunidade avaliada está assentada predominantemente em locais com risco médio de deslizamento e com risco alto ou muito alto de inundações, intensificando os problemas de saúde da população (Figuras 3 e 4). A metodologia de criação dos mapas de riscos ambientais proposta pelo presente estudo sugere uma aliança entre as tecnologias de avaliação de terreno propostas pelos sistemas de informação geográfica, a análise por parte dos avaliadores e a inclusão da perspectiva dos moradores da comunidade, o que confere maior fidedignidade às análises. Para o desenvolvimento sustentável em áreas periféricas e a inclusão das comunidades ribeirinhas, sugere-se obedecer a análise de riscos de inundação e deslizamento com a utilização das ferramentas dos SIG e do mapeamento ambiental, que podem contribuir de forma efetiva para a identificação de riscos de eventos adversos e orientar políticas públicas de prevenção de desastres ambientais.



**Figura 3:** Mapa de riscos de inundação da área em estudo.



**Figura 4:** Mapa de riscos de deslizamento da área em estudo.

É importante ressaltar que, nos dois casos, foi de extrema relevância a realização de uma visita à campo e a colaboração dos moradores e líderes comunitários da área, visto que estes lidam diretamente com as possíveis consequências que podem surgir da presença das problemáticas ambientais citadas anteriormente.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos mapas de riscos ambientais produzidos, pode-se perceber na área de estudo que muitas áreas com risco alto ou muito alto de inundação ou deslizamento estão ocupadas com moradias e construções, expondo a população a possíveis eventos adversos. Diante do exposto, ressalta-se a necessidade de monitoramento constante e ações de educação ambiental para informar a população sobre ações a serem evitadas para preservar a saúde dos moradores e reduzir o risco de acidentes com danos relacionados ao deslizamento e inundação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL (2007). *Mapeamento de Riscos em Encostas e Margem de Rios*. Carvalho, C. S., Macedo, E.S., & Ogura, A.T. (Orgs.). Ministério das Cidades / Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT. Brasília - DF: Ministério das Cidades; Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, 176 p.
- BRASIL (2008). *Gestão e Mapeamento de riscos socioambientais*. Ministério das Cidades - Secretaria de Programas Urbanos. Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <[http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PrevencaoEradicacao/Curso\\_Gestao\\_Mapeamento\\_Riscos\\_Socioambientais.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PrevencaoEradicacao/Curso_Gestao_Mapeamento_Riscos_Socioambientais.pdf)>. Acesso em 22-05-2016.
- BRASIL (2010). *Censo Demográfico 2010: Aglomerados subnormais – informações territoriais*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília - DF: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- Fernandes, N. F., Guimarães, R.F., Gomes, R. A. T., Vieira, B. C., Montgomery, D. R., & Greenberg, H. (2001). Condicionantes Geomorfológicos dos Deslizamentos nas Encostas: Avaliação de Metodologias e Aplicação de Modelo de Previsão de Áreas Susceptíveis. *Revista Brasileira de Geomorfologia, Volume 2, Nº 1*, 51-71
- Martins, K. G. (2012). *Expansão urbana desordenada e aumento dos riscos ambientais à saúde humana: o caso brasileiro*. (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília). Disponível em: [http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4135/1/2012\\_KarlaGoncalvesMartins.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4135/1/2012_KarlaGoncalvesMartins.pdf)
- QGIS Development Team. (2014). QGIS Geographic Information System. Open Source Geospatial Foundation Project. Disponível em: <http://qgis.osgeo.org>
- Scoti, A. A. V., & Menezes, D. J. (2014). *Mapeamento da Suscetibilidade e Perigo de Inundação em Rosário do Sul-RS*. (XXVI Congresso Brasileiro de Cartografia). Disponível em: [http://www.cartografia.org.br/cbc/trabalhos/1/753/CT01-38\\_1404432161.pdf](http://www.cartografia.org.br/cbc/trabalhos/1/753/CT01-38_1404432161.pdf).

## Tecnologias sociais de convivência com o Semiárido Brasileiro: um pouco mais sobre a gestão da água

Rômulo Henrique Teixeira do Egito

IFPB/João Pessoa

romuloegito2@hotmail.com

Arturo Dias da Cruz

IFPB/João Pessoa

arturo.dias@gmail.com

Arlide Franco Alves

IFPB/João Pessoa

alves@ifpb.edu.br

### RESUMO

O semiárido brasileiro sofre fortemente com a escassez e a má gestão de suas águas, além de possuir um pobre volume de escoamento dessas águas, situação esta que pode ser explicada em razão da variabilidade temporal das precipitações e das características geológicas dominantes. Outro determinante problema é que grande parte das escassas e mal distribuídas precipitações é desperdiçada devido à inexistência de uma política de captação e armazenagem nas áreas urbanas. A presente abordagem tem como objetivo fazer uma análise de trabalhos que tratam do tema em questão, acrescentando o fator socioeconômico e ambiental de como conviver com a problemática da escassez e má gestão da água na região. Assim, através de alguns estudos observamos que umas das principais formas de se ter água de boa qualidade na região é utilizando sistemas de cisternas que captam água da chuva. Nesse aspecto é que vários programas sociais vem dando suporte para que as famílias que vivem na região semiárida tenham acesso a essa água, levando em consideração, portanto, os aspectos qualitativos da gestão dessas águas. Algumas alternativas como o uso de BET's, (Bacia de Evapotranspiração) que utiliza águas negras (proveniente de descargas) que passam por um sistema de filtragem e abastecem naturalmente as plantas com água, vem se mostrando muito eficaz, sendo ainda uma excelente forma de reutilizar água, sem deixar de considerar questões de saneamento básico. Por fim, revisamos investigações que envolvem a *Moringa oleífera* planta bastante conhecida na região semiárida do Nordeste brasileiro, pois além de sua capacidade nutritiva onde suas folhas são usadas para merenda escolar e alimentação de animais, suas sementes, uma vez esmagadas, têm ação bactericida controlando alguns microrganismos patogênicos encontrados na água como a *Escherichia coli*, *Streptococcus aureus*, entre outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tecnologias sociais, convivência com o semiárido, reuso de água, gestão da água.

### 1. INTRODUÇÃO

O semiárido brasileiro é caracterizado por ser uma região de balanço hídrico negativo, causado por uma fraca taxa de precipitação que tem suas médias anuais inferiores a 800 mm. Além disso, contam com temperaturas médias anuais que variam entre 23° e 27°C, e com uma evaporação anual média de 2.000 mm (Moura et. al., 2007), causando um déficit em seus recursos hídricos.

Por conta de toda essa problemática que gira entorno da escassez hídrica na região, a elevada evapotranspiração, solos rasos e a baixa capacidade de armazenamento de água faz com que o Semiárido nordestino possua recursos hídricos insuficientes e geralmente de má qualidade. O tratamento desses recursos muitas vezes é oneroso e a água não chega a toda à população,



ficando a mesma sujeita a usar a água muitas vezes imprópria para o consumo humano. (Santos et al., 2015).

Segundo informações contidas no Dossiê Nordeste Seco (Nordeste, 1999), o Semiárido brasileiro é a área semiárida mais povoada do mundo e, em função das adversidades climáticas, associadas a outros fatores históricos, geográficos e políticos, que remontam centenas de anos, abriga a parcela mais pobre da população brasileira, com ocorrência de graves problemas sociais.

## 2. OBJETIVOS

O trabalho buscou através de uma revisão bibliográfica mostrar às academias alternativas na questão de tecnologias no manejo e na gestão de águas que estão sendo utilizadas na região semiárida brasileira e que podem ser utilizadas em outras regiões que têm características semelhantes às encontradas no Brasil. Dentre as tantas formas encontradas como alternativas a pesquisa esteve focada em três linhas de estudo, a saber: o uso de cisternas como forma de captar água de boa qualidade proveniente das chuvas; a utilização de BET's (Bacia de Evapotranspiração) como alternativa de gestão da água não potável; e, a utilização da *Moringa oleífera* como uma opção ao melhoramento da qualidade da água.

## 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do presente trabalho, foram feitos estudos secundários de importantes autores dos assuntos propostos. Foram igualmente utilizados os seguintes descritores para a busca de trabalhos acadêmicos via internet, “tecnologias na questão da água no semiárido brasileiro”, “gestão das águas em regiões semiáridas”, “novas tecnologias de convivência no semiárido brasileiro” e “a problemática da água na região semiárida do Brasil”, destacadamente os trabalhos de Johann Gnadliger, assim como também dissertações de mestrado, entre outros. Os trabalhos pesquisados para a redação do presente artigo foram buscados via internet, por meio de livros e outros meios de suma importância acadêmica, foram publicados durante o período de 1999 a 2015 e a pesquisa dos trabalhos foi realizada durante o período de 19 de março de 2016 a 18 de maio de 2016.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1. Cisternas

A captação da água da chuva é uma tecnologia bastante antiga e difundida em todo o mundo, principalmente em regiões áridas e semiáridas que somam cercar de 30% e todo o globo

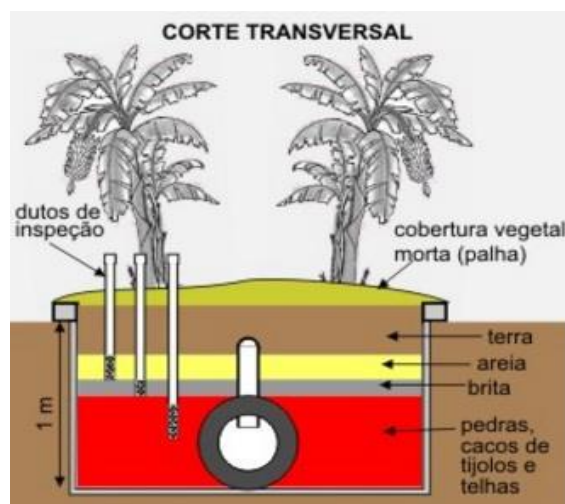
terrestre, onde, também, se tem como características a concentrada precipitação durante poucos meses do ano, assim como uma grande variabilidade interanual (Gnadlinger, 2006). De acordo com o *site* da ASA<sup>158</sup>, o funcionamento do sistema de captação da água da chuva por meio de cisternas é simples, utilizando o próprio telhado já existente nas residências da região que servem como captadores de água, que escoam pelas calhas e cai diretamente nas cisternas. Alguns cuidados como manutenção das calhas e telhados é de suma importância para a qualidade da água. Podemos citar como exemplo desse tipo de convivência no semiárido o programa da ASA intitulado P1MC, que trabalham com a tecnologia de cisternas de placas com capacidade de 16 mil litros. Esse tipo de construção de baixo custo é instalado ao lado da casa dos contemplados e a própria comunidade é capacitada para realizar os trabalhos, não apenas de construção, mas de manutenção do sistema. Por isso, se usado da forma correta o sistema de captação de água por meio de cisternas é uma excelente opção de convivência com o semiárido brasileiro.

#### 4.2. Bacia de Evapotranspiração

Bacia de evapotranspiração, também é conhecida como “fossa de bananeiras”, é um sistema que utiliza as águas negras proveniente das descargas domésticas. Esse tipo de tecnologia é bastante interessante, pois acaba não poluindo o solo da região e ainda os resíduos humanos que vão para no sistema são transformados em nutrientes para as plantas (Vieira, 2010). Desse modo, o sistema ajuda tanto na questão de saneamento básico como também na produção de alimentos.

O processo de utilização dessa tecnologia consiste na construção de um tanque impermeabilizado, dimensionado de acordo com a necessidade dos moradores, preenchido com camadas de substrato (entulho, brita, areia, terra, entre outros) e logo acima são plantados vegetais de crescimento rápido e alta demanda de água (Galbiati, 2009) como podemos observar na Figura 1.

<sup>158</sup> Articulação Semiárida Brasileira (ASA) é um projeto político de convivência com o semiárido brasileiro e conta com mais de três mil associações da sociedade civil, que atuam em todo o semiárido defendendo os direitos dos povos e comunidades de região. O projeto já implementou na região mais de 580.000 cisternas que fazem parte de seus três principais programas que são, P1MC (Programa 1 milhão de cisternas) que tem como objetivo água de qualidade para beber, outro programa que faz parte da ASA é o programa P1+2 que visa não apenas água para o consumo humano mas também para a plantação e o consumo animal. E por fim, o projeto Cisternas nas escolas que visa à construção de cisternas de 52 mil litros em escolas da região.



**Figura 1:** Bacia de evapotranspiração

Fonte: <<http://www.setelombas.com.br/2010/10/bacia-de-evapotranspiracao-bet/>>

O grande diferencial desse tipo de tecnologia é que temos a possibilidade de resolver dois problemas com apenas um sistema, uma qualidade melhor no saneamento básico da residência que for contemplada com o projeto, como também a questão irrigação das plantas que são feitas por evapotranspiração proveniente do sistema.

#### 4.3. Moringa oleífera

Desde 1950 é que o Brasil conhece a espécie vegetal *Moringa oleífera*<sup>159</sup>, que foi introduzida pela secretaria de agricultura do estado do maranhão que importou das Filipinas (Almeida, 2010) A Cultura da Moringa Vem sendo difundida em todo Semiárido nordestino, devido a utilização no tratamento de água para uso doméstico (Lima, 2015). As sementes de acordo com Valverde et al. (2014) apresenta melhor potencial de tratamento de água com altas taxas de redução de turbidez da água bruta por um período de 18 meses, diminuindo seu potencial significadamente e tornando-se ineficiente após 24 meses.

A respeito das proteínas das sementes Gallão, Samasceno e Brito (2006), destaca que é o composto de maior importância na clarificação da água, pois apresenta uma proteína Catiônica dimétrica de alto peso molecular, que desestabiliza as partículas contidas na água. Até o momento, a Moringa não apresenta riscos à saúde, ocasionando efeitos secundários ao

<sup>159</sup> A espécie mais popular é a *Moringa oleífera*, árvore original de Kerala, estado da Índia, conhecida comumente como **moringa**. Esta variedade é cultivada nos trópicos. A variedade africana, *Moringa stenopetala*, também se cultiva amplamente, mas menos que a *Moringa oleífera*. Pertence a família de plantas angiospérmicas (plantas com flor - divisão Magnoliophyta), pertencente à ordem Brassicales. É constituída pelo gênero único **Moringa**. Este gênero compreende 13 espécies, todas árvores de climas tropicais e subtropicais.

homem quando utilizadas em baixas doses no processo de clarificação da água, não apresentando sintomas tóxicos nos inúmeros usos (Valverde et al, 2013).

Outras vantagens de utilizar a moringa segundo Silva (2012) é que a moringa pode ser utilizada em vários outros usos como: produção de óleo; ração animal; e, fertilizante proveniente dos sólidos residuais das cascas, que ao serem ativadas servem como material absorvente. Além disso, existe um valor agregado a espécie em relação ao cultivo, pois quando a farinha é obtida da semente pode ser extraído o óleo e ainda pode ser usada na clarificação da água.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região semiárida brasileira passa por uma grande dificuldade hídrica e juntamente com essa problemática ocorre em paralelo uma má gestão de suas águas, por esse motivo muitas ideias e tecnologias são desenvolvidas para propiciar um pouco mais de qualidade de vida para as pessoas que la vivem, o trabalho abordou algumas tecnologias alternativas que foram desenvolvidas e que servem como forma de gerir os recursos existentes.

Outra importante questão, decorrente da pesquisa, a ser considerada é que apenas uma tecnologia não é suficiente para que as pessoas consigam viver com dignidade na região Semiárida, mas uma junção de ideias e alternativas faz com que o povo tenha qualidade de vida com acesso ao grande bem da humanina, a água.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, L. L. I. (2010). *Avaliação da capacidade de adsorção da torta moringa oleífera para BTEX em amostras aquosas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Química – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia-MG, p.70. Retirado de <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17322/1/Diss%20Ivone.pdf>
- ASA. Articulação Semiárido Brasileiro. Disponível em:<[www.asabrasil.org.br](http://www.asabrasil.org.br)>. Acesso em: 16/05/2016.
- Galbiati, A. F. (2009). *Tratamento domiciliar de águas negras através de tanque de evapotranspiração*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Tecnologias Ambientais - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS. p.16. Retirado de <https://sistemas.ufms.br/sigpos/portal/trabalhos/buscarPorCurso/page:6/cursoId:33>
- Gallão, M. I, Samasceno, L.F, & Brito, E. S. (2006). Avaliação química e estrutural da semente de moringa. *Revista Ciência Agronômica*. v.37, n.1, 106-109.
- Gnadlinger, J. (2006). Tecnologias De Captação E Manejo De Água De Chuva Em Regiões Semiáridas. In Küster, A, Melchers, I, & Marti, J. F. (Org.s). *Tecnologias Apropriadas Para Terras Secas*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, v.1, pp.103-122.
- Lima, M. L. (2015). *Aplicação da Moringa oleífera No tratamento de água com turbidez*. Dissertação de mestrado da Universidade católica de Pernambuco. Recife. Retirado de

[http://www.unicap.br/tede/tde\\_busca/resultado-tdes-prog.php?ver=6&programa=Todos&ano\\_inicio=&mes\\_inicio=&mes\\_fim=&ano\\_fim=2007&grau=Mestre](http://www.unicap.br/tede/tde_busca/resultado-tdes-prog.php?ver=6&programa=Todos&ano_inicio=&mes_inicio=&mes_fim=&ano_fim=2007&grau=Mestre)

- Moura, M. S. B, Galvíncio, J. D, Brito, L. T. L, Souza, L. S. B, & Silva, T. G. F. (2007). *Clima e água de chuva no Semi-Árido*. In Brito, L. T. L., Moura, M. S. B., & Gama, G. F. B. (Orgs.). *Potencialidades da água de chuva no Semi-Árido brasileiro*. 1ª ed. Petrolina: Embrapa Semiárido, v.1, pp. 37-59.
- Nordeste Sertanejo: a região semiárida mais povoada do mundo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.13, n.35, p.60-68, Mai/Ago., 1999.
- Santos, A.S; Souza, F.M; Araújo, A.S; Lima, R.R; Silva, R.A. *Utilização de sementes de Moringa no tratamento de água de cacimbão na zona rural de São João do Rio do Peixe-PB*. Anais II Workshop Internacional Sobre Água No Semiárido, v.1, 2015.
- Silva, C. B. (2012). *Uso potenciais da Moringa Oleifera lam, uma matriz para produção de biodiesel e tratamento de água no semiárido Nordestino*. Dissertação de Mestrado. Programa Regional de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/PRODEMA - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN. p. 117  
Retirado de [https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt\\_BR&id=423](https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=423)
- Valverde, K. C, Coldbella, P. F, Nishi, L, Madrona, G. S, Camacho, F. P, Santos, T. R. T, Santos, O. A. A, & Bergamasco, R. (2014). Avaliação do tempo de degradação do coagulante natural Moringa oleífera lam. em pó no tratamento de água superficial. *Exacta*, v.7, n.1, 75-82.
- Vieira, I. (2010). *Bacia De Evapotranspiração*. Criciúma: Setelombas. Disponível em: <http://www.setelombas.com.br> Acesso em :17 de maio de 2016.

# A participação dos sindicatos nos processos de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural: um estudo a partir do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Muriaé-MG

Elisa de Jesus Garcia Sensato

CPDA/UFRRJ

elisajgarcia@gmail.com

Marcelo Miná Dias

Universidade Federal de Viçosa-UFV

minad@uol.com.br

## RESUMO

Os sindicatos de trabalhadores rurais ocupam expressivo lugar na organização política, econômica e social dos trabalhadores rurais e agricultores do meio rural brasileiro. Essa pesquisa teve como objetivo analisar o papel dos sindicatos nos processos de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural buscando compreender quais as mudanças vivenciadas, em âmbito local, e como elas tem se traduzido em estratégias de atuação, definição de agendas e mudanças institucionais. O estudo se debruçou sobre o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Muriaé, município da mesorregião da Zona da Mata, Minas Gerais-MG. A pesquisa consistiu na análise das atas e documentos da organização e na realização de vinte e três entrevistas com trabalhadores rurais, agricultores familiares e buscou evidenciar a perspectiva dos atores envolvidos, por meio do sindicato, nos processos de implementação das políticas a partir da problematização das funções exercidas e das formas de participação e atuação assumidas.

**Palavras-chave:** sindicatos, políticas públicas, agricultura familiar.

## 1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

Os sindicatos de trabalhadores rurais ocupam expressivo lugar na organização política, econômica e social dos trabalhadores rurais e agricultores do meio rural brasileiro. Nas últimas décadas, boa parte das políticas públicas de desenvolvimento rural são implementadas a partir de uma intensa atuação dessas organizações. É também por meio dos sindicatos que a maioria dos trabalhadores rurais e agricultores familiares, têm acesso à informações e orientações sobre diferentes ações governamentais direcionadas ao espaço rural. Esse estudo teve como objetivo analisar o papel de um sindicato nos processos de implementação das políticas públicas no meio rural a partir da problematização das funções exercidas e das formas de participação e ação política exercidas a partir desses processos.

Uma breve análise da história do movimento sindical rural no Brasil, permitirá perceber que a relação das organizações sindicais com o Estado é cercada de aspectos contraditórios relacionados ao caráter de intervenção do próprio Estado, à sua relação com os sindicatos e ao papel exercido por eles junto a sua base de atuação. No final da década de 70 e, especialmente, ao longo dos anos 1980, inúmeros sindicatos são fundados em todo país ocorrendo um aumento significativo da capilaridade dessas organizações sindicais e sua consolidação, cada vez mais,

como principal ator político representante das diversas categoriais sociais do espaço rural brasileiro (Medeiros, 1989; Alves, 1989; Antunes, 1995). Com um novo cenário político nacional e o surgimento de novos atores na cena política, surgem também novas expectativas quanto ao papel dos sindicatos, expressas a partir do *Novo Movimento Sindical*, que traz como premissas a não intervenção do Estado, a relativa autonomia em relação aos partidos políticos e o protagonismo dos trabalhadores.

Já a partir dos anos de 1990, com o crescente reconhecimento político e social da agricultura familiar, a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar - PRONAF e outras políticas públicas direcionadas ao meio rural, e a emergência de espaços institucionais de participação social, como os diversos conselhos participativos, os sindicatos terão seus meios de atuação e seus canais de inserção política ampliados (Favareto, 2006). Esse processo será intensificado diante do cenário político brasileiro da primeira década do século XXI, com a criação de espaços territoriais de promoção do desenvolvimento rural e com a implantação de outras políticas públicas relacionadas à segurança alimentar, a habitação rural, infraestruturas agrícolas, crédito fundiário, que passaram a demandar uma atuação ainda mais ativa dos sindicatos.

Nesse novo contexto, os sindicatos passam a exercer funções relacionadas à prestação dos mais variados serviços, entre eles, a emissão da Declaração de Aptidão – DAP ao agricultor para o acesso ao PRONAF, o cadastramento para acesso ao crédito agrícola, a organização e participação nos diversos conselhos e fóruns municipais, regionais e territoriais, de segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento territorial, economia solidária. Mas não apenas isso, talvez seja possível afirmar que, a partir desse período, há um estreitamento entre as ações empreendidas pelo Estado junto a agricultura familiar e aquelas priorizadas pelo sindicato na construção de sua agenda, na definição de suas áreas de atuação. Portanto, o papel exercido pelo sindicato na implementação de políticas públicas se constitui como um elemento revelador de sua relação com o Estado e influencia diretamente sua atuação junto às bases.

O objetivo geral desse estudo consistiu na análise do papel do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Muriaé nos processos de implementação das políticas públicas no meio rural a partir da problematização das funções exercidas e das formas de participação e atuação assumidas diante desses processos e suas consequências a atuação sindical. O trabalho de pesquisa buscou analisar o histórico e a estrutura organizacional do sindicato; identificar as políticas públicas de desenvolvimento rural com as quais o sindicato possui uma relação direta na prestação de algum serviço e na participação em espaços institucionais; analisar o contexto

político e institucional a partir do qual se dá a implementação das políticas públicas identificadas; compreender o papel exercido pelo sindicato na implementação das políticas públicas; apreender em que medida e de que forma a inserção e a interação dos sindicatos na implementação das políticas públicas no meio rural contribui para a orientação e a definição do seu papel enquanto instituição de representação dos trabalhadores rurais e agricultores familiares.

## 2. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

O trabalho de pesquisa consistiu em duas etapas principais. A primeira compreendeu a análise das atas das reuniões e assembleias do sindicato. Embora o sindicato tenha sido constituído formalmente apenas em 1986, desde 1982 foram registrados os relatos das diversas reuniões realizadas para organizar a mobilizações e articulações políticas para sua fundação. Esses documentos contêm detalhes importantes sobre as inquietações e os anseios dos atores políticos que se envolveram nesse processo.

Após a fundação do sindicato, todas as reuniões da diretoria foram registradas em atas contendo as discussões, decisões, problemas vividos pelos diretores e diretoras do sindicato. O material possui importantes informações sobre o cotidiano da organização, questões que surgiam como desafios ao sindicato, conflitos, problemas financeiros, decisões sobre representação em congressos. A análise de seu conteúdo permitiu mapear os primeiros conflitos, questões do cotidiano das organizações, decisões, estratégias de mobilização, priorização dos trabalhos, temas em discussão. Todas essas informações subsidiaram a realização das entrevistas.

A segunda etapa da pesquisa compreendeu a realização de 23 entrevistas com trabalhadores (as) rurais, agricultores (as) familiares, diretores (as), funcionários (as) do sindicato. Também foram ouvidos o vice-prefeito, que exerceu seu mandato no período de formação da organização, um agente da Comissão Pastoral da Terra - CPT, um técnico do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata - CTA, somando sete mulheres e dezesseis homens. Foram entrevistados todos os presidentes do sindicato que exerceram seus mandatos desde 1986 até o momento da pesquisa. A ocupação de cargos na diretoria do sindicato não foi um critério para escolha dos entrevistados, mas principalmente foi considerado o estabelecimento de algum envolvimento com a organização sindical. Foi realizado um esforço para entrevistar aqueles que participaram ativamente do sindicato desde o processo inicial de mobilização para sua fundação.



O roteiro foi elaborado a partir de questões que buscavam apreender a trajetória dos indivíduos e o modo como ocorreu seu envolvimento com o sindicato. Um dos objetivos foi apreender a percepção dos indivíduos sobre o papel que exerceram e exercem na organização. As questões buscaram trazer à tona algumas informações sobre o processo de formação, a relação entre o trabalho realizado pela organização e as demandas dos trabalhadores, as formas de orientação do trabalho dos diretores, os instrumentos utilizados para envolver os trabalhadores e identificar suas demandas. Nas entrevistas com aqueles diretores que estão na organização desde os anos 80, buscou-se estimular uma avaliação sobre a trajetória da organização.

### 3. PRINCIPAIS RESULTADOS

A análise da trajetória do sindicato permitiu compreender os aspectos da ação política exercida pelos trabalhadores rurais e agricultores familiares por meio da organização. Esses atores assumiram um protagonismo diante da proposta de fundar o sindicato, surgida dos trabalhos realizados pela Igreja Católica no âmbito das comunidades rurais. Alguns mediadores como o padre do município, o vice-prefeito e representantes da Central Única dos Trabalhadores e da Comissão Pastoral da Terra, que atuaram na região, exerceram um papel fundamental na formação e organização desses trabalhadores. Fundar o sindicato significou dar institucionalidade a um conjunto de demandas e reivindicações que abrangiam temas variados como produção agrícola, crédito, relação patrão-empregado.

Nos primeiros anos, o envolvimento dos trabalhadores e agricultores em conflitos relacionados a diversos temas contribuíram sobremaneira para o reconhecimento da organização em nível local e contribuiu para inserir o sindicato em diversos conflitos locais a partir dos quais foi possível definir uma série de parcerias e rompimentos ao longo da trajetória da organização. Nesse período, foi possível identificar uma série de princípios defendidos pelos movimentos sociais, no fim da década de 1970 e início da década de 1980, e que permearam a ação política dos trabalhadores influenciando na sua concepção sobre o papel do sindicato. Compunham esses princípios a busca por uma ação sindical autônoma que se distanciasse do assistencialismo e das alianças que esvaziaram a legitimidade dos sindicatos nas décadas anteriores.

A formalização da organização fez emergir um novo conjunto de desafios e demandas. O sindicato passou a assumir como tarefa a prestação de inúmeros serviços relacionados ao acesso a saúde e aos direitos as quais exigiram habilidades e condições que levaram a um processo de reorganização do trabalho e do papel das lideranças. Nessa nova dinâmica, a

prestação de serviços não aparece como imposição da confederação ou do próprio Estado, mas como um meio do sindicato de fazer chegar um direito aos trabalhadores. Essa mediação, esse trabalho se reverte em reconhecimento e legitimidade para o sindicato, tanto em relação as demais instituições políticas como o poder público municipal, partidos políticos, entre outros. É a prestação de serviços relacionados à emissão de documentos, a promoção do acesso à Previdência Social e a atuação na implementação de políticas públicas que garantem ao sindicato manter um vínculo com os trabalhadores e agricultores, de modo que os mesmos possam “contar com o sindicato”. Além disso, a pesquisa tornou evidente que há interesse dos dirigentes sindicais em atuar num número cada vez maior de serviços e políticas públicas como forma de manter sua estrutura.

Apesar de nos relatos de algumas lideranças que participaram ativamente do processo de fundação do sindicato, no início dos anos 80, apareça de forma bem clara a concepção de que o papel do sindicato não é “prestar serviço”, mas ser um “instrumento de luta”, parte significativa dos dirigentes sindicais entrevistados, enfatizam que a atuação na prestação de serviços e na implementação de políticas públicas é uma conquista do sindicato, um papel que a organização precisa exercer sob pena de lesar o trabalhador e o agricultor, privando-o do acesso a esses serviços e políticas públicas. Há um entendimento por parte dos diretores de que deve ser o sindicato, e não outra organização, o responsável por fazer chegar ao meio rural essas políticas públicas e serviços embora o exercício desse papel signifique o comprometimento do exercício de outras atividades relacionadas a mobilização e formação.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados da pesquisa apontam para a existência de diversos conflitos no âmbito da organização relacionados às inúmeras funções e papéis exercidos na prestação de serviços e na implementação de diversas políticas públicas. Principalmente, parece evidente que há uma relação complexa entre Estado e sindicatos que se traduz de forma muito clara nesses conflitos e interfere significativamente na orientação e definição do papel exercido pela organização junto aos trabalhadores e agricultores ao longo de sua trajetória.

Junto à crescente atuação do sindicato na prestação de serviços e na implementação de políticas públicas há o surgimento de diversos problemas relacionados à participação e a relação entre os dirigentes sindicais e a base social. Os entrevistados afirmam que o trabalho de base ocorreu de forma cada vez menos intensa, gerando alguns problemas para organização como a diminuição das ações de mobilização e a luta por novos direitos bem como o envolvimento do sindicato em ações de caráter mais reivindicativo.

Apesar disso, a atuação de trabalhadores rurais e agricultores por meio dos sindicatos em ações de implementação de políticas apresenta-se como prioridade para agenda sindical. É por meio dos espaços institucionais de participação e a partir da prestação de serviços e da promoção de acesso às políticas que o sindicato garante a continuidade de sua legitimidade no campo político e viabiliza parte de sua sustentabilidade econômica.

O estudo aponta para uma série de relações e práticas estabelecidas no âmbito desses processos as quais estão em permanente mudança e traduzem os diferentes anseios e estratégias de ação política dos atores sociais. Desse modo, os processos de implementação de políticas públicas e a diversidade de atores neles envolvidos apresentam-se como um importante objeto de análise para compreender os conflitos, limites e potencialidades da relação entre Estado e organizações sociais do meio rural brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, M.H.M. (1989). *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Tradução de Clóvis Marques. 5ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes.
- Antunes, R. (1995). *O Novo Movimento Sindicalismo no Brasil*. 2ª Edição Revisada e Ampliada. Campinas, São Paulo: Pontes.
- Favareto, A. (2006). Agricultores, Trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21 (62), 27-45.
- Medeiros, L.S. (1989). *História dos Movimentos Sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE.

## Políticas para a agroecologia e produção orgânica no Rio de Janeiro: cenário, oportunidades e desafios

M.F. de A.C. Fonseca  
PESAGRO-RIO  
ffonseca@webcorner.com.br  
M. Gomes  
PPGAO  
marianouai@yahoo.com.br  
E. da C. Felipe  
PPGAO  
eiser55@hotmail.com  
L.A. de Oliveira  
PESAGRO-RIO  
luizantoniorural@gmail.com  
A.P.P. de Siqueira  
PPGCTIA  
anapegorer@hotmail.com

### RESUMO

As políticas de agroecologia e produção orgânica no Brasil significaram a normalização da produção orgânica e o estabelecimento de políticas públicas específicas para a agroecologia e a produção orgânica (mecanismos de garantia da qualidade orgânica, crédito, acesso aos mercados institucionais, pagamento de serviços ambientais, construção do conhecimento agroecológico, entre outras). O objetivo do trabalho foi analisar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro, tendo como foco a construção do conhecimento agroecológico e os mecanismos de avaliação da conformidade, usando dados disponíveis na internet. No Rio de Janeiro, a articulação ensino, pesquisa e extensão apoiada no século XXI pelo Programa Rio Rural, com recursos do Banco Mundial, por uma rede iniciada na década de 90 por organizações parceiras que desenvolvem atividades de formação em agroecologia, usando metodologias participativas em oficinas, seminários, vivências, e que atingiram em 2015, cerca de 1.100 pessoas (técnicos e agricultores). As ações permitiram aumentar os produtores orgânicos do Rio de Janeiro cadastrados no Ministério da Agricultura, identificar e solucionar demandas tecnológicas e sociais, e buscar oportunidades de melhorias que tratem dos desafios para o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica no estado do Rio de Janeiro.

**Palavras chave:** avaliação da conformidade orgânica; sistemas participativos de garantia, políticas públicas para produção orgânica, formação em agroecologia; políticas públicas.

### 1. INTRODUÇÃO

Pesquisadores, estudantes, professores e agricultores envolvidos com a agricultura alternativa e seus movimentos no Rio de Janeiro, Brasil, inovaram quando: em 1984, realizaram evento técnico com cunho político (Carta de Petrópolis) onde secretários de agricultura se comprometeram com desenvolvimento das práticas da agricultura alternativa; em 1988, com a criação da primeira estação experimental voltada para agricultura orgânica na América Latina, na PESAGRO-RIO (Empresa de Pesquisa Agropecuária do estado do Rio de Janeiro) em Nova Friburgo-RJ (região serrana); e, em 1992, quando Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), UFRuralRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) e PESAGRO

criaram o Sistema Integrado de Produção Agroecológica (Fazendinha Agroecológica do km 47), em Seropédica-RJ, espaço de condução de teses e dissertações voltadas para a produção orgânica. Em 1998, essas organizações públicas junto com a ABIO (Associação dos Agricultores Biológicos do estado do Rio de Janeiro) e a ASPTA (Assessoria a Projetos em Tecnologias Alternativas), ongs que trabalham com produtores orgânicos e no fomento a agroecologia e agricultura urbana, criaram a Rede Agroecologia Rio, com ação na região serrana e metropolitana do Estado com vistas ao desenvolvimento de polos inovadores e de irradiação de conhecimento em agroecologia e produção orgânica. Um dos entraves identificados tratava da questão de oferta de serviços de ATER especializado em manejo da produção agroecológica. No século XXI, as políticas de agroecologia e produção orgânica no Brasil, fomentadas mais fortemente pelo governo popular do Partido dos Trabalhadores, a partir de 2003 significaram a normalização técnica da produção orgânica, por meio da Lei n.10.831 que dispõe sobre a agricultura orgânica, mas também o estabelecimento de políticas públicas específicas para a produção orgânica e de base ecológica (crédito – PRONAF agroecologia, acesso aos mercados institucionais – PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar e PAA - Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar para doações de alimentos a organizações em situação de insegurança alimentar, pagamento de serviços ambientais, construção do conhecimento agroecológico, entre outras). A implantação dessas políticas significaram desafios institucionais, pois assim como os indivíduos e os agroecossistemas, as organizações também passam por um período de transição agroecológica. Em 2012, foi criada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO (BRASIL, 2012) e em 2013, lançado o primeiro Plano Nacional de Agroecologia e da Produção Orgânica – PLANAPO (BRASIL, 2013) e o segundo PLANAPO em 2016 (BRASIL, 2016). A PNAPO e o PLANAPO possui 04 eixos: produção, recursos naturais, construção conhecimento agroecológico, comercialização e consumo.

No Estado do Rio de Janeiro, no século XXI, os atores públicos e privados que já trabalhavam em rede desde final século XX, captaram recursos (emenda parlamentar Jorge Bittar) e construíram um (01) centro de ensino formal no nível de mestrado profissionalizante em agricultura orgânica (PPGAO – Programa de Pós Graduação em Agricultura Orgânica) no espaço da Fazendinha Agroecológica do km 47, sendo a continuidade da parceria UFRuralRJ, Embrapa e a PESAGRO. No estado, a SEAPEC/SDS (Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária/Superintendência de Desenvolvimento Sustentável) captaram recursos do Banco Mundial para desenvolver a agroecologia e a agricultura orgânica, o Programa Rio Rural de

Microbacias Hidrográficas, iniciado em 2007, nas regiões norte e noroeste do Estado. A partir de 2010, começam as ações nas regiões serrana e metropolitana do estado.

O objetivo deste trabalho foi analisar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro, tendo como foco a construção do conhecimento agroecológico e os mecanismos de avaliação da conformidade orgânica, usando dados disponíveis na internet e documentos. Este trabalho de formação permite identificar e solucionar demandas tecnológicas e sociais, bem como enfrentar desafios para o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica.

## 2. RESULTADOS

No Rio de Janeiro, a articulação ensino, pesquisa e extensão apoiada pelo Programa Rio Rural, rede construída por organizações parceiras (PESAGRO, EMBRAPA, UFRuralRJ, ABIO, ASPTA, MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento), iniciada na década de 90 do século XX, que desenvolvem atividades de formação em agroecologia e produção orgânica, usando a metodologia de experimentos no campo, realização de teses e dissertações no campo do ensino formal – graduação e mestrado profissionalizante em agricultura orgânica (agroecossistema – Fazendinha Agroecológica do km 47 existentes desde 1992), mas também no campo do ensino informal (dias de campo, oficinas, seminários, vivências, cursos) em atividades nas diferentes regiões do Estado do Rio de Janeiro. O quadro apresentado desse grupo de pesquisadores e professores que participam como também como educadores tanto no ensino formal (nível técnico e superior – graduação e pós graduação) quanto no ensino informal (oficinas, cursos, dias de campo, visitas técnicas, etc...) da agroecologia e da produção orgânica, deve-se ao fato do conhecimento sobre essas temáticas serem recentes e somente agora estarem sendo incluídos nas grades curriculares dos cursos técnicos e de nível superior (graduação e pós graduação). Mesmo nas universidades e escolas técnicas voltadas para a temática da agroecologia e da produção orgânica, são poucos os profissionais que tem em sua formação os princípios, critérios, recomendações e métodos de ensino com formação em agroecologia. Será que estamos ensinando agroecologia mas usando velhas ferramentas e métodos?

A interação pública-privada das atividades de ensino, pesquisa e extensão permitiram a formação de técnicos e produtores, mas também o levantamento de demandas de ensino, pesquisa e extensão para atender aos diferentes grupos de interesse, que no Rio de Janeiro, o público alvo do Programa Rio Rural foram os registrados no cadastro do MAPA, cujas

estratégias estão voltadas para o desenvolvimento rural com vistas a promover a articulação urbano-rural, produtores-consumidores.

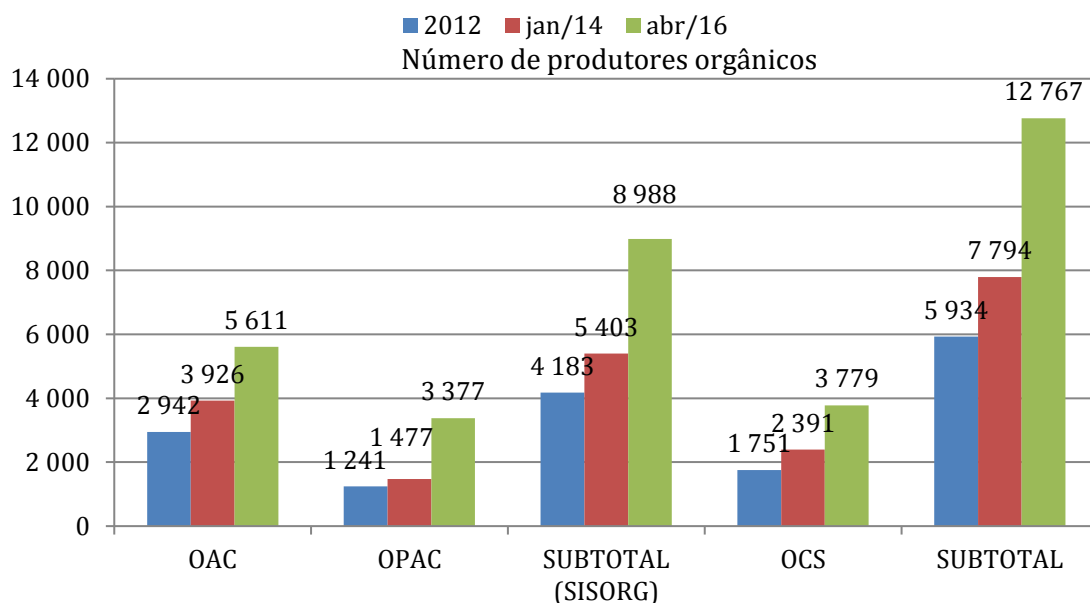
No Brasil, a agricultura orgânica vem se desenvolvendo após a implementação do marco legal normativo finalizado em sua primeira fase em 2009 e implantado a partir de 2011, mas também pelo fomento aos chamados circuitos curtos de comercialização, as feiras orgânicas e o acesso aos mercados institucionais voltados para a agricultura familiar onde os produtos orgânicos podem receber até 30% a mais no preço de venda para o governo. A novidade da regulamentação brasileira está na aceitação de diferentes mecanismos de avaliação da conformidade: a certificação, os sistemas participativos de garantia (SPG) e o controle social feito por agricultores familiares organizados para venda direta aos consumidores finais. Ao acompanharmos o cadastro nacional de produtores orgânicos (CNPO), observamos a evolução do número de produtores orgânicos no Brasil após 2011, na figura n.01. Já o quadro n.01 traz os números do Estado do Rio de Janeiro, onde podemos observar o crescimento no número de produtores orgânicos cadastrados, principalmente os envolvidos com SPG ABIO e com as OCS no noroeste do estado. Alguns fatores influenciaram esta dinâmica nos diversos eixos da PNAPO: produção => opção em 2009 pelos produtores membros da ABIO pelo SPG como ferramenta de garantia da qualidade orgânica, comercialização => inauguração em maio de 2010 do circuito carioca de feiras orgânicas, construção do conhecimento agroecológico => inauguração em 2011 do curso técnico em agroecologia no CETUR/UFRuralRJ e mestrado profissionalizante em agricultura orgânica em 2009, fomento a partir de 2011 na região serrana e noroeste do estado de formação em agroecologia e produção orgânica pelo Programa Rio Rural em parceria com novos atores MAPA, SEBRAE. No ano de 2015, as atividades desenvolvidas com apoio do Programa Rio Rural, ligadas a formação em agroecologia e produção orgânica, atingiram cerca 1.100 pessoas (técnicos e agricultores).

**Quadro 1:** Evolução da agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro

Mecanismo de avaliação conformidade	ORG. DEZ 2012	PROD. DEZ 2012	ORG. JAN 2014	PROD. JAN 2014	ORG. JUL 2014	PROD. JUL 2014	ORG. SET 2015	PROD. SET 2015
OCS	-	-	01	07 (3%)	12	89	13	99 (19%)
OPAC	01	186	01	184 (85%)	01	247	01	379 (74%)
OAC (certificadoras)	03	31	04	26 (12%)	04	33	04	33 (7%)
<b>Total</b>		217		217 (100%)		369		511 (100%)

OBS: ORG = organizações; PROD = produtores

Fonte: Fonseca e colaboradores (2015), baseado em Scofano (2014) e MAPA (2015)



**Figura 1:** Evolução do número de produtores orgânicos cadastrados no MAPA

Fonte: GOMES (2016) baseado em MAPA (2012, 2014, 2016)

OBS: OAC – organismo de avaliação da conformidade (certificadora); OPAC – organismo participativo de avaliação da conformidade (SPG); OCS – Organizações de Controle Social que envolvem agricultores familiares na venda direta; SISORG- Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica

### 3. CONCLUSÕES

Os desafios que se apresentam aos atores da rede dizem respeito a questões estruturais e conjunturais (mudança na condução da política no âmbito federal com por exemplo, a extinção do MDA após pedido de impeachment da Presidente Dilma Roussef que encerra 13 anos de governo popular envolvido em corrupções e, no âmbito estadual, a crise financeira por que passa o governo muito pela queda no preço do barril de petróleo mas também pelo erro de estratégia de se basear a economia em único produto de perspectiva finita e sujeito ao mercado internacional) podem levar a retrocessos. Atualmente, em maio de 2016, o estado do Rio de Janeiro encontra-se com mais de 530 produtores orgânicos no cadastro oficial do MAPA, tem mais de 25 feiras orgânicas e envolvidas com a produção familiar e sustentável, na capital e no interior do estado, forma cerca de 20 profissionais voltados para a produção orgânica, e promove atividades de ensino informal que promovem a construção do conhecimento agroecológico no território. Os desafios tecnológicos são muitos: produção de sementes e mudas orgânicas, produção de substrato para cogumelo shitake, produção de cereais para alimentação animal, uso da metodologia de ATER coletiva durante a prática do SPG, criação de grupos de consumidores comprometidos e organizados, captação de recursos privados para o desenvolvimento sustentável do território, gestão compartilhada dos canais de



comercialização coletivos de acordo com os critérios do comércio justo e da economia solidária; informação da qualidade orgânica no ponto de venda e no rótulo; novos critérios para classificação de cereais para venda nos circuitos curtos de comercialização, entre outros desafios. A alimentação escolar orgânica nas escolas estaduais e municipais deve ser meta a ser perseguida por todos. A busca por sistemas agroalimentares territorializados (agroecologia, agricultura orgânica e sustentável) deve ser estimulada e construída coletivamente, visando a segurança alimentar e nutricional da população. O estímulo ao controle social e uso de ferramentas de TI na garantia da qualidade orgânica deve ser incentivados. A busca por elaboração de lista positiva de produtores organizados disponível na internet para aqueles produtores que estão em transição agroecológica e podem acessar mercados diferenciados com vistas à condução de agroecossistemas cada vez mais sustentáveis e valorizados pelos consumidores e para acesso as políticas públicas estaduais e municipais. A formação continuada de técnicos e produtores deve ser estimulada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL (2003). Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a Agricultura Orgânica e da outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 24 de dezembro de 2003. Seção 1, p. 8. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegisconsulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=5114>> Acesso em: 05 de junho de 2012.
- BRASIL (2002). Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 20 de agosto de 2012.
- BRASIL (2013). Brasil Agroecológico. Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica-PLANAPO. Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA, Brasília-DF, 2013.
- Fonseca, M.F. de A.C.; Scofano, J.E.; Gomes, M.; Guimarães, L. & Bergiante, S.D. (2015). PLANAPO: oportunidades e desafios no Rio de Janeiro. In *Anais IX CBA*, Belém – PA, Belém: Cadernos de Agroecologia.
- Gomes, M. (2016). *Certificação pública dos produtos orgânicos: o caso do Brasil*. Seropédica: UFRuralRJ/PPGAO. Dissertação mestrado profissionalizante em agricultura orgânica. 193p.

